História do Império

A elaboração da independência

Tobias Monteiro

Edições do
Senado Federal

Volume 19

Edições do Senado Federal

Quinhentos anos de História do Brasil, de Olavo Leonel Ferreira. Este volume é um compêndio sobre a História do Brasil escrito de forma original: trata-se de um calendário dos feitos históricos em amplo sentido. O livro é construído por intermédio do registro anual dos acontecimentos culturais, econômicos e históricos mais relevantes da nossa formação. O autor compila os fatos mais expressivos, arrola-os e, em muitos casos, reproduz documentos. É um calendário fundamental para quem deseja acessar rapidamente determinados fatos históricos ou abismar-se sobre a diversidade dos episódios de cada ano em nossa História.
Assim, esta obra pode ser lida de duas maneiras: como fonte de consulta, livro de referência, e como livro de História, de leitura corrida.

História do Brasil, de John Armitage. A visão do Brasil por um historiador estrangeiro traz dois traços de interessante perspectiva analítica: o primeiro corresponde ao fato de o estrangeiro trazer uma bagagem distinta do cabedal do intelectual nativo e, segundo, diz respeito à propensão à avaliação distanciada de compromissos imediatos com as experiências circunstanciais. É, portanto, a partir desses dois prismas que a obra do inglês John Armitage surge e se diferencia. O livro estuda o período que cobre a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808 até a abdicação de D. Pedro I e sua partida para Portugal, em 1831. Publicado em 1836, em inglês, pela casa Smith, Elder e Cia, em Londres, em dois volumes, o livro tornou-se durante bom tempo alvo de especulação sobre sua autoria. Uns acreditavam tratar-se de brasileiro que o escreveu e publicou sob pseudônimo. Uma consulta ao jornal britânico P.C. pôde-se estabelecer que seu autor era, sim, John Armitage.

Edições do Senado Federal

Um diplomata da corte de Inglaterra é uma biografia de Francisco Inácio de Carvalho Moreira, Barão do Penedo, diplomata que Oliveira Lima considerou "o mais notável dos nossos diplomatas do Império". Aqui está a trajetória do Barão do Penedo desde a infância em Alagoas até a sua aposentadoria no Itamarati. O volume não apenas traça o percurso do embaixador em sua vida pública como também serve para apresentar um painel do segundo reinado. Descreve as gestões financeiras da Legação de Londres para industrializar o país, retrata os maiores abalos do Império com a Guerra do Paraguai e a Questão dos Bispos, o problema dos escravos e da navegação do rio Amazonas.

O autor pesquisou no Arquivo Penedo do Itamarati, que contém cerca de trezentos maços e pacotes com correspondência vastíssima. Um dos momentos mais culminantes da carreira de Carvalho Moreira é o episódio conhecido como a Questão Christie, crise que levou à interrupção das relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha. O Barão do Penedo tomou ativa participação no episódio, pois era nosso embaixador em Londres. "As relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha no século XIX constituem um dos capítulos mais importantes na história diplomática do Brasil. Não são muitas as obras que analisam de forma mais detida as inúmeras vertentes do relacionamento anglo-brasileiro na época. Vem em boa hora, portanto, a reedição deste livro pelo Senado Federal", escreveu Celso Amorim.

Retrato de Dom João VI, de Jean-Baptist Debret.
Musel Nacional de Belas-Artes

História do Império

Edições do Senado Federal – Vol. 19

HISTÓRIA DO IMPÉRIO

A ELABORAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA
1808 - 1823

Tobias Monteiro

Brasília – 2018

Esta obra é a primeira de outras congêneres que aparecerão sob o título geral "História do Império".

A ela sucederão "O Primeiro Reinado" e depois "a Regência" e "O Segundo Reinado".

Todas, porém, serão independentes entre si.

Sumário

. . . .

Capítulo I

POLÍTICA BIFRONTE

A REVOLUÇÃO FRANCESA envolveu Portugal, como a Europa inteira, em penosas complicações de ordem internacional.

Obrigações impostas por antigos tratados forçaram-no a desde logo socorrer a Espanha na defesa dos Pirineus.

Entretanto, a despeito desse passo, declarou-se neutro em relação à nova ordem de coisas, produzida em França, e embora recusando-se o príncipe regente a receber Darbeaux, agente do Governo da Convenção, foi ele tratado em Lisboa com toda urbanidade. Só depois de morte de Luís XVI, executado na guilhotina, Portugal aliou-se à Espanha e entrou na liga encabeçada pela Inglaterra contra a República.

Para esse fim assinaram-se em 1793 dois tratados, um a 15 de julho com a potência vizinha e outro a 26 de setembro com a Grã-Bretanha, a quem "as pessoas que em França exerciam os poderes do Governo" tinham declarado "injusta e não provocada guerra."

Pactuara-se no primeiro daqueles ajustes que os dois soberanos se obrigavam "a fazer causa comum na dita guerra" e foram estabelecidas condições para deporem as armas, salvo o caso de o fazerem de outro

modo, mas sempre com prévio acordo. Repudiando também causa tão categórica, a 22 de julho de 1795 a Espanha assinou separadamente em Basileia tratado de paz com a França e no ano seguinte, a 18 de agosto, celebrou com a inimiga da véspera outro tratado, no qual ficou assentada a aliança contra a Inglaterra.

Abandonado e exposto sozinho à hostilidade de França, Portugal encarregou Antônio de Araújo, o futuro conde da Barca, então ministro em Haia, de por sua vez negociar a paz com o Governo da Convenção. A 10 de agosto de 1797 assinava ele o respectivo tratado, estabelecendo a estrita neutralidade dos dois países em relação a qualquer outro que estivesse ou entrasse em guerra e a obrigação, por parte de Portugal, de não admitir nos seus portos mais de seis navios de guerra, pertencentes a cada uma das potências beligerantes. Nesse tratado incluiu-se uma cláusula acerca dos limites da Guiana, traçados pelo curso do rio "chamado pelos portugueses Calçoene e pelos franceses de Vicente Pinzón", de cuja foz foi a posição geograficamente definida. Todos os territórios ao norte desse rio ficavam em posse de França, renunciando Portugal todos os direitos que em qualquer tempo pudesse pretender "debaixo de qualquer título, nomeadamente em virtude do art. VIII do tratado de Utrecht". A corte de Lisboa negou ratificação a esse tratado e Araújo foi intimado a retirar-se de Paris em curto prazo. Como porém excedesse o número de dias marcado, foi recolhido à prisão do Temple.[1]

Feito primeiro-cônsul em dezembro de 1799, Napoleão agravou a situação existente entre os dois países, quando, aliando-se à Espanha pelo tratado de 29 de janeiro de 1801, a decidiu a invadir Portugal, que ao fim de duas semanas foi forçado a pedir paz, ajustada em dois tratados concluídos em Badajós a 6 de junho, um, por parte da Espanha, pelo príncipe da Paz, outro, de parte da França, por Luciano Bonaparte.

1 Pelo tratado de Utrecht, celebrado em 1713 entre Luís XIV e d. João V, a França renunciava os seus direitos e pretensões sobre "as terras chamadas do Cabo Norte e situadas entre o rio Amazonas e o de Japoc ou Vicente Pinzón, sem se reservar ou reter parte alguma das ditas terras", que passavam ao rei de Portugal e seus sucessores e herdeiros em perpetuidade e plena soberania, "como fazendo parte dos seus Estados".

A Espanha restituía a Portugal sete praças e povoações que lhe tomara; mas guardava a de Olivença e seus territórios, a partir do Guadiana, constituindo nessa parte o limite dos dois Reinos. Para satisfazer a França, eram fechados aos ingleses os portos portugueses a alterava-se o tratado de Utrecht no sentido de dar novos limites à Guiana, os quais seguiriam "o rio Arawary desde a sua embocadura a mais distante do cabo Norte até a sua nascente e depois uma linha reta tirada dessa nascente até o rio Branco para oeste". Todos os territórios ao norte dessas linhas passariam ao domínio da França. Ainda mais. Por uma cláusula secreta, Portugal obrigava-se a duas semanas depois da ratificação iniciar o pagamento mensal de um milhão de libras tornesas, metade em dinheiro, metade em joias, até completar a soma de quinze milhões.[2]

Não se contentou Napoleão com as vantagens obtidas por seu irmão e passados três meses forçou Portugal a assinar novo tratado em Madri, a 29 de setembro do mesmo ano, pelo qual, não só se comprometia a manter o fechamento dos portos aos ingleses; a não dar socorro algum aos inimigos da França; a aceitar os limites impostos à Guiana, já agora marcados pelo rio Carapanatuba até a sua nascente e dali pelo divisor das águas até o ponto mais próximo do rio Branco; como também a elevar de mais cinco milhões o pagamento estipulado em Badajós, que passava a ser imediato após ratificação, em dinheiro e joias, ou em valores de comércio a diversos prazos, dos quais o mais longo não passaria de um ano.

Antes de haver tempo para ratificar esse tratado, assinavam-se em Londres a 1º de outubro as preliminares da paz entre a Inglaterra e França e aí declarava-se manterem-se em toda sua integridade os territórios e possessões de Portugal, entre os quais se consignava o das Missões, cujos sete povos tinham sido anexados ao Brasil em 1750, mas só se submeteram à autoridade portuguesa em combates feridos por causa da guerra aberta em 1801.

Desfazendo-se prematuramente a 25 de março de 1802 a paz franco-inglesa, firmada em Amiens depois da assinatura daquelas prelimi-

---

2 A libra tornesa era equivalente ao franco e dividida em vinte soldos, cada soldo com o valor de cinco cêntimos desta última moeda. Chamava-se tornesa *(tournaise)* por ser originariamente cunhada na cidade de Tours.

nares, voltou Portugal a promover o reconhecimento da sua neutralidade na guerra que se reabria. Para lográ-la, assinou em Lisboa a convenção de 12 de março de 1804, comprometendo-se a converter a obrigação do Tratado de Madri no subsídio de dezesseis milhões de francos, pagos mês a mês, a começar retrospectivamente em 1º de dezembro de 1803, sendo a parte vencida entregue por inteiro logo após a ratificação do ajuste.

No regime desta neutralidade comprada, Napoleão não cessava de insistir com Portugal para declarar guerra aos ingleses. Aniquilada a esquadra francesa por Nelson em Trafalgar, a 21 de outubro de 1805, procurou a Inglaterra tirar todo partido da sua superioridade naval. Em maio do ano seguinte declarou o bloqueio das costas, portos e rios, desde a foz do Elba, na Alemanha, até Brest, em França.

Apesar disso, no mês seguinte abriram-se em Paris negociações de paz. Napoleão, porém, não se enganava acerca dos propósitos ingleses, revelados naquela medida extrema. Se ainda uma vez malograssem as tentativas de paz, só restaria a responder a Tralfagar com a união do continente contra o comércio marítimo do inimigo. Portugal, cujas costas lhe eram preciosas e da sinceridade de cujo governo desconfiava, devia entrar no jogo das negociações entabuladas. Sendo ali consideráveis os interesses do comércio inglês, a Grã-Bretanha pesaria duas vezes as consequências de uma agressão ao seu velho aliado. Os ataques, que este sofresse, refletir-se-iam sobre a situação naval. Era pois de esperar que, com receio de ver a França executá-los, ela moderasse as exigências no curso das negociações. Em julho Talleyrand anunciou formalmente ao embaixador inglês, que se reunirá em Bayonme um exército destinado a invadir Portugal, destruir a dinastia de Bragança e dividir o país, para ser entregue em partes aos reis da Espanha e da Etrúria e ao príncipe da Paz.

Houvesse propósito de realizar desde logo este plano, ou fosse apenas recurso para influir no ânimo do Governo inglês, decidiu este imediatamente enviar a Lisboa uma missão e uma expedição naval, ficando a parte mais considerável desta à espera de ordens em Plymouth. Nas instruções dadas por Fox ao embaixador, lorde Rosslyn, e almirante lorde St. Vincent, a 9 de agosto, foi-lhes recomendado que a não encontrarem da parte do príncipe regente disposições para resistir, o instigassem a partir para ultramar, pois constava ser este o seu desejo. Se Portugal entregasse a

esquadra à guarda da Inglaterra, todos os navios seriam retidos em depósito ou comprados por seu justo valor; porém, no caso contrário, de modo algum poderiam eles passar ao poder da França e para obstá-lo dever-se-ia empregar a força. Em qualquer das hipóteses, de resistência à invasão anunciada, de partida da corte ou de emprego da força, as tropas reunidas a bordo da expedição naval deveriam desembarcar. Era de esperar que em Portugal se negasse a existência do perigo; mas se tal acontecesse, conviria lembrar já haver de fato o rompimento da neutralidade da França desde o momento em que o seu governo anunciava a invasão a uma potência velha aliada de Portugal.

Exatamente como previa Fox, o Governo português não acreditou no perigo. Antônio de Araújo declarou ao lorde Rosslyn ter notícias diferentes. O exército de Bayonne, dado pelos boatos como sendo de 30.000 homens, não passava de uma guarnição de 1.700 soldados italianos. Estas informações provinham não só dos ministros portugueses em Paris e Madri, mas também de correios particulares, mandados especialmente para tudo averiguarem. A confidência de Talleyrand ao embaixador inglês era apenas destinada a fazer impressão e precipitar o remate das preliminares da paz; do contrário, a França ocultaria os seus planos. Além disso, os socorros oferecidos a Portugal seriam insuficientes para defendê-lo. Ao dar parte de tudo isso ao ministro em Londres, inclusive do pedido de expedições apresentado pelos representantes de França e Espanha, assegurava Araújo só por meio da conclusão da paz ser possível evitar o comprometimento, a que o país ficara exposto desde a vinda da divisão inglesa.

Respondendo à nota daqueles agentes diplomatas, dizia ele o governo não podia opor-se à entrada dos navios chegados ao porto de Lisboa, cujo número estava de acordo com as condições estipuladas nos tratados; mas o seu concurso não fora aceito, por haver cessado o motivo da sua vinda. Apenas agradecera-se à Inglaterra o seu propósito de ajudar Portugal a repelir a invasão anunciada por Talleyrand.

Declaravam a França e a Espanha manter o seu respeito à neutralidade de Portugal, mas não admitir desembarque de tropa inglesa. A divisão, entrada no Tejo a 25 de agosto, retirara-se a 25 de setembro sem nada fazer. Pouco tempo depois, a 9 de outubro, rompiam-se as negocia-

ções de paz, por ter a Inglaterra julgado inaceitáveis as condições que lhe foram propostas.

Empenhado já então na campanha contra a Rússia, Napoleão respondeu de Berlim ao bloqueio das costas do norte, decretado em maio pelos ingleses, proclamando a 21 de novembro o bloqueio continental e proibindo todo comércio com as ilhas britânicas. Em consequência desse ato, as cartas, ou outros papéis, dirigidos para a Inglaterra ou para qualquer inglês; enfim, todos os escritos em língua inglesa, deixavam de ter curso nos correios e passavam a ser apreendidos. Os ingleses residentes nos países ocupados pelos franceses eram declarados prisioneiros de guerra e toda propriedade sua declarada boa presa. Ficava proibido o comércio das mercadorias inglesas e também considerada boa presa qualquer mercadoria pertencente à Inglarerra, ou proveniente das suas fábricas e colônias. Nenhum navio vindo diretamente de Inglaterra, ou das respectivas colônias, ou que ali houvesse permanecido depois da publicação do decreto, seria recebido em parte alguma.

Após o triunfo sobre a Rússia e a assinatura do tratado secreto de Tilsit a 8 de julho de 1807, Napoleão, aliado ao tzar Alexandre, quis forçar a Inglaterra a aceitar a paz. Para chegar a esse fim, tinha-se decidido que Alexandre oferecia a sua mediação e, se esta fosse recusada, a Rússia e a França obrigariam a Áustria, a Dinamarca, a Suécia e Portugal a fecharem os portos aos ingleses; de tal modo estaria consumado o bloqueio continental. Foi prevista a resistência da Suécia e de Portugal e decidida para esse caso a invasão da Finlância pelos russos e de Portugal pelos franceses.

Apresentada a proposta do tzar, a Inglaterra respondeu evasivamente; mas percebendo desde logo o perigo de caírem em mãos dos aliados as forças navais em condições de hostilizá-la, enviou em fins de julho uma expedição à Dinamarca para propor ao príncipe regente aliança ofensiva e defensiva, tendo como condição a entrega em depósito, até acabar a guerra, da fortaleza de Kronenburg, do porto de Copenhague e de toda a esquadra. As negociações duraram até o fim do mês e terminaram com a recusa formal do príncipe. No dia 1º de setembro começou o bombardeio da cidade, que só cessou após quatro dias e quatro noites de fogo, com a perda de dois mil mortos de parte dos atacados. Em data de 7 a praça ca-

pitulava; os ingleses apoderaram-se dos navios e dos materiais encontrados no arsenal e nos depósitos, deixando o porto sem defesa.

O resultado desse feito desesperou Napoleão, de regresso a Saint-Cloud, nos arredores de París, desde 26 de julho. A paz de Tilsit fazia-o acreditar na posse de poder incontrastável. Nunca mais teria contemplações com os Governos amigos da Inglaterra ou dispostos a contemporizar com a sua política. Antes de consumar-se o atentado de Copenhague, quando a expedição ainda não tinha deixado a Mancha com rumo ao mar do Norte, já ele expunha aos agentes espanhóis o seu plano de fechamento dos portos e solicitava o concurso da Espanha para exigir de Portugal a adesão ao sistema continental contra a Inglaterra e obter desse modo a paz marítima, que tranquilizaria o Império colonial ibérico e reduziria a Inglaterra à impotência, pela paralisação do seu comércio. Até então a sua política contra Portugal tinha sido extorquir-lhe dinheiro e alargar os limites da Guiana com terras do Brasil; agora era preciso ir mais longe e forçá-lo a entrar para a liga continental ou fazê-lo desaparecer, realizar a ameaça de Talleyrand em 1806 durante as negociações da paz frustrada.

No dia 29 de julho, na ausência de Talleyrand, Hauterive, seu substituto eventual, transmitia a d. Lourenço de Lima, ministro português, as imposições do Imperador. O príncipe regente deveria mandar fechar os portos à Inglaterra, confiscar os navios e outros quaisquer bens e propriedades dos seus súditos, despedir o seu ministro, revocar o que tinha em Londres e assim constituir-se em estado de guerra com aquela potência, pois do contrário viria a tê-lo com a França.

Pretendendo mostrar a injustiça de tais exigências, começou d. Lourenço a alegar que a neutralidade do seu país resultava de convenção celebrada com a França e destinava-se a vigorar até concluir-se a paz; mas o seu interlocutor interrompeu-o; tinha ordem de não discutir. Quis ainda o ministro replicar, porém de novo ele cortou-lhe a palavra sob o mesmo fundamento. Pediu então d. Lourenço que lhe fosse dirigida uma nota a esse respeito. Hauterive respondeu não estar autorizado a fazê-la, pois tal incumbência tinha sido dada ao encarregado dos negócios em Lisboa, o qual pediria resposta categórica.

Recebendo comunicação de d. Lourenço a esse respeito no dia 10 de agosto, Antônio de Araújo, logo no dia seguinte, mandou de tudo

informar o governo inglês, ajuntando as notícias que pelo mesmo correio lhe enviara o conde da Ega. O embaixador de França em Madri a cada hora esperava as ordens já dadas no sentido de exigir da Espanha a remessa de forças para a fronteira de Portugal, em cuja direção deveriam partir 20.000 franceses já acampados.

Antes de corresponder-se com o ministro em Londres, ou logo após, Araújo entendeu-se com o ministro inglês, de quem recebeu ótima impressão. No dia 15 escrevia ele a José Egídio, secretário do príncipe regente, brasileiro e futuro marquês de Santo Amaro: "... Strangford está muito bem disposto a nosso favor; convém muito mandar dizer à Inglaterra que se conserve aqui este ministro, porque se mandassem extraordinariamente lorde Fritzgerald seria terrível."[3]

Justificando o partido tomado pelo seu Governo, poucos dias depois dizia o príncipe da Paz ao conde da Ega, que para vencer a obstinação da Inglaterra só havia o remédio de fecharem-se-lhe todos os portos europeus, entre os quais os de Portugal eram para ela da maior importância. Depois, com intuito de encorajá-lo, passava a examinar as consequências desse ato e considerava frívolo o receio da perda do Brasil, menor que o de perder as colônias espanholas; entretanto semelhante risco não detivera o seu soberano. O maior de todos os males seria entrar em guerra com a potência vitoriosa das forças mais poderosas da Europa. Para evitar tamanha desgraça, a Espanha aconselhava d. João a aderir ao sistema continental e para isso tinha o crédito de em todas as circunstâncias haver em seu favor empenhado bons ofícios, chegando ao ponto de "preferir a satisfação de honrosa paz à glória de conquistador."[4]

Araújo não acreditava na realização de tais ameaças e as recebia como destinadas a amedrontar, à semelhança das outras anteriores, geradas em meros boatos de haver tropas reunidas em "Bordeaux e Bayonne", mas que entretanto tinham dado causa à missão do lorde Rosslyn e à expedição do lorde St. Vincent.

Esta recordação fortalecia-lhe as convicções quanto à falta de fundamento das más notícias, dadas por d. Lourenço e pelo conde da Ega,

---

3 Correspondência existente no arquivo da casa imperial do Brasil, no castelo d'Eu, em França, mandado organizar pelo príncipe d. Pedro d'Orleans e Bragança, relevante serviço executado pelo Srs. Alberto Rangel e Miguel Calógeras.

4 P. da Paz. Nota ao conde da Ega em 20 ago. 1807.

e também quanto à inutilidade de qualquer esforço guerreiro, na "hipótese" de serem elas verdadeiras. O seu fim era deixar o Governo inglês perceber que nada havia para esperar da resistência armada de Portugal contra a invasão francesa. Ele sustentava que ainda feita a paz marítima, seria de temer um ataque destinado a completar o domínio da península e em tal caso não haveria possibilidade de Portugal opor-se, apesar de auxiliado por forças britânicas, pois a reunião das tropas de Espanha e França "tornaria inútil qualquer resistência". Por tais motivos, encarregava o ministro em Londres de mostrar ao gabinete inglês a conveniência de celebrar a paz em condições aceitáveis e esperar que os acontecimentos futuros preparassem a decadência de Napoleão. Do partido tomado pela Inglaterra a este respeito dependia a existência política de Portugal; o ministro deveria, pois, mostrar quanto apressaria a ruína da península uma expedição idêntica à do lorde St. Vincent, "inútil para nos defender e própria para nos comprometer", concluía Araújo.

No dia seguinte à remessa desse ofício, os representantes de Espanha e França apresentaram nota, fazendo as exigências anunciadas por Hauterive e comunicando as disposições de retirarem-se até o dia 1º de setembro, se não obtivessem resposta satisfatória; ambos porém tinham poderes para prorrogar este prazo. Querendo dar sinal do ânimo com que entraria na luta, Napoleão, antes de qualquer resposta, mandou deter todos os navios portugueses ancorados em portos franceses.

Na guerra entre a França e a Inglaterra, Portugal fazia o papel do marisco na luta entre o rochedo e o mar; apegava-se àquele, temia ser levado por este e falhavam-lhe os meios de abrandar-lhe o furor. Esperava d. João sair de tal aperto usando da "esperteza saloia", que lhe atribuíam; mas o momento não era para adiamentos nem cavilações, que por fim forçosamente fundariam. Referindo ao duque de Richelieu, ministro dos Negócios Estrangeiros de França, as dificuldades que encontrava na sua missão ao Rio de Janeiro, escrevia o duque de Luxemburgo: "A força da inércia foi sempre a base da política portuguesa; foi a única força utilizada em Portugal até o momento da partida da corte para o Brasil e ainda se conserva inteiramente."[5]

---

5 D. de Luxembourg, ofício cifrado nº 4 de 24 de junho de 1816. *Neg. de Portugal e Brasil.* Vol. 129, págs. 322-24, no Arq. dos Neg. Estr. de França.

De protelação em protelação chegara-se a 9 de setembro sem nada resolver. Nessa data partiu de França um correio, levando ordens de pôr-se termo a tais manejos. A 20 Rayneval procurou Araújo e exigiu para dentro de cinco dias resposta decisiva à nota cominatória. As suas instruções não lhe permitiam ceder quanto à essência das duas condições impostas pelo seu Governo; entretanto fora autorizado a modificá-las em dois pontos: transformar-se o confisco em sequestro e dar-se caráter provisório à detenção dos ingleses. Mostrou recear que não obstante isso o príncipe regente partisse para o Brasil. Araújo procurou dissuadi-lo dessa suspeita, mas declarou ser tal medida dever do seu amo, no caso de virem os franceses a atacá-lo. Rayneval anunciou então que tinha uma carta do Imperador para entregar pessoalmente a Sua Alteza, de quem esperava a graça de recebê-lo no dia seguinte em Mafra.

A carta era datada do dia 8 e respondia aos parabéns mandados por d. João pelo restabelecimento da paz continental, decorrente do tratado de Tilsit, paz que Napoleão dizia ser o começo da paz marítima. Ele aproveitava o ensejo para apresentar um verdadeiro ultimato, de soberano a soberano, e em termos duros, como era da sua índole servir-se e da de d. João suportar. Todas as medidas que tomara tendiam a garantir essa paz marítima e tinham sido adaptadas pelas potências nas condições de Portugal, com interesse direto de fazer respeitar pela Inglaterra a sua independência e os seus direitos: "Nenhuma meia medida teria o mesmo bom êxito nem o mesmo caráter de completa ligação à causa comum; Vossa Alteza é levado pelos acontecimentos a escolher entre o continente e os insulares. Que se ligue estreitamente ao interesse geral e eu garanto em sua pessoa e sua família a conservação do seu poder. Mas se contra as minhas esperanças, Vossa Alteza Real deposita a sua confiança nos meus inimigos, terei de lamentar essa resolução, que o separará de mim e entregará aos azares dos acontecimentos a decisão dos seus mais importantes interesses."[6]

No conhecimento dessa ameaça tão formal e sem iludir-se a respeito das suas consequências, Araújo não desesperava de encontrar saída para as dificuldades, que o Príncipe não queria encarar de frente. Este recebera do rei da Inglaterra uma carta nos melhores termos de imaginar.

6 Arq. do cast. d'Eu.

O ministro escrevia então a José Egídio, sob a impressão animadora dessa missiva: "Eu estaria contente se fosse tão fácil temperar as coisas com a França como com a Inglaterra."[7]

Na véspera de terminar o prazo do ultimato, Rayneval veio vê-lo e reiterar as exigências do seu Governo, donde não havia que fugir. Até o último momento reinara entre os dois negociadores a maior cordialidade. "Ele pintou-me o caráter do homem, o qual é bem conhecido", informava ainda o ministro ao secretário do príncipe regente. O homem era Napoleão, que parecia ser ainda mais ante a ausência de virilidade no trono de Portugal. Rayneval aconselhava como último recurso "mandar alguém à fronteira para negociar quando as tropas ali chegassem"; reconhecia que a exigência era injusta, mas necessária para salvar o país. Em todo caso, tornava-se indispensável declarar a guerra.[8]

Em vão mostrava Araújo os inconvenientes de semelhante ato, antes de reunir-se no Tejo a esquadra chamada do Mediterrâneo e da partida do príncipe da Beira para o Brasil na frota já em preparo para esse fim. Conquanto essa última medida fosse recebida com muito agrado, os reclamantes não recuaram, e o francês indicou o recurso de entrarem os navios num porto de Espanha. Passava-se tudo isso na ausência do príncipe regente, modorrento no silêncio de Mafra. Tanto trabalho, tantas atribulações quebravam as forças de Araújo, que se sentia doente; isso não obstante, reclamava a reunião do Conselho de Estado e iria assisti-lo entre claustros e celas, cuja placidez contrastava dolorosamente com a atividade febril do ministério. Urgia decidir se os portos se fechariam ainda antes de voltar a esquadra. Talvez os franceses realmente se pusessem em marcha; entretanto era preciso ponderar o efeito que a medida produziria.

Por fim, independentemente de nova reunião do Conselho, d. João resolveu fechar os portos aos ingleses e nessa conformidade expediu-se resposta ao ultimato; como supremo esforço de resistência, não se submetia, porém, a detê-los, nem a lhes sequestrar os bens; "ofenderia à sua consciência mandar pôr em execução uma medida de tal natureza contra pessoas inocentes, sem proceder da parte da Inglaterra hostilidade alguma que a justificasse."

---

7 Carta de 22 set., no mesmo arquivo.

8 Carta de 24 de set. *Ibid*.

Aliás, desde 19 de agosto, Araújo tinha participado ao lorde Strangford que o príncipe jamais anuiria à exigência de deter os súditos ingleses e confiscar-lhes os bens. A mesma declaração foi o ministro português autorizado a fazer em Londres, onde também deveria anunciar a resolução tomada por d. João de escrever diretamente ao Rei, "obrigando-se a mantê-la debaixo da sua real palavra". Por seu lado, a Inglaterra não se opunha a que ele anuísse a fechar-lhe os portos, no caso das tropas francesas absterem-se de invadir Portugal.

Araújo alimentou o engano de poder tal medida deter a partida de Rayneval e do embaixador da Espanha, anunciada para o 1º de outubro, e até contentar Napoleão, de quem talvez fosse de esperar a desistência das condições de prisão e confisco. Se o fechamento dos portos importava aparentemente em declaração de guerra, havia para dissimulá-la a aquiescência da Inglaterra. Entretanto reconhecia ser indispensável proclamar que se adotava o partido do continente. Só restava afastar a esquadra de qualquer cooperação com os franceses; tornava-se urgente "temperar a Inglaterra, porque sem isso pode despedaçar-se a Monarquia", escrevia ele aflito a José Egídio. Nunca se chegara a momento mais melindroso: "... trata-se de evitar que venham aqui os ingleses e nos façam o mesmo que fizeram em Copenhague".[9]

O ministro era o reflexo das vacilações do soberano; marchava sobre o terreno inconsistente, onde d. João, com medo de ambos, cambaleava entre a França e a Inglaterra. Os próprios representantes das duas potências inimigas pareciam condoer-se da situação a que o viam reduzido. Strangford enternecia-o a falar de Portugal com carinho. Rayneval chegara a prometer-lhe enviar notícias, quando chegasse a Madri, "notícias que importem a Portugal"; mas não podia deixar de partir no dia 1º de outubro, nem podia atender ao pedido do príncipe para esperar em Badajoz, pois se o fizesse, correria o risco de tornar-se suspeito ao seu Governo. Tudo quanto poderia conceder seria ir devagar e esperar ordens em Madri.

Entretanto Rayneval falara-lhe como se não fora inimigo: O procedimento de Portugal deveria ter sido outro, franco e elevado; cabia-lhe demonstrar o receio de ver os ingleses desembarcarem em Lisboa, queima-

9 Carta de 26 de set., no arq. do cast. d'Eu

rem os arsenais e tomarem os navios para resgate das propriedades, que o Imperador exigia fossem confiscadas, e libertar os súditos, cuja prisão ele impunha. Sob este fundamento poderia justificar a sua negativa à exigência francesa; mas seguindo sem interrupção a política de vaivém, não era o modo mais conveniente de tratar com tal soberano, a quem os meio-termos aborrecem e até irritam e que não admite "o sim e o não, o agora e o depois."[10]

Procurando iludir a situação e querendo deixar compreender aos ingleses a inconsistência das garantias que lhe dava, o príncipe regente punha quatro comboios à disposição dos que quisessem abandonar Portugal, levando os seus bens.[11] Tanto ele como a corte vagavam entre duas correntes. Abandonando a Inglaterra, havia o risco de perderem-se as colônias e ver-se o comércio aniquilado; resistindo a Napoleão, a dinastia perderia o trono. Nesse vaivém, o príncipe e os seus conselheiros acreditavam salvar-se com meias medidas, que não contentavam nem a uma nem a outra parte. O intuito de ambas era a posse da esquadra, ou antes, evitar que ela servisse ao adversário. Para Napoleão havia ainda mais o propósito de destruir a considerável riqueza comercial dos ingleses em Lisboa e no Porto.

Enquanto cedia em parte às exigências da França, Portugal recorria à Inglaterra para lançar uma ponte por onde passar, em caso de malograr-se a sua política bifronte. A 27 de setembro eram mandados ao ministro em Londres poderes para negociar uma convenção, destinada "a conservar intacta a integridade das possessões marítimas." A posse do Brasil, de cuja riqueza dependia a metrópole, era a preocupação máxima da Coroa e dos seus conselheiros; tudo se deveria envidar para pô-lo a salvo ou nele procurar abrigo. Naquele pacto, assinado a 22 de outubro, conservado em segredo e sujeito à ratificação de Lisboa, foram declaradas a determinação do príncipe regente transferir para o Brasil a sede da Monarquia e

---

10 Carta sem data e cartas de 28 e 29, no mesmo arquivo.

11 O ministro dos Estados Unidos calculava em cerca de 2.000 o número dos ingleses que resolveram aceitar o transporte. O embarque foi marcado para o dia 12 e a partida definitiva para 15 e 17. Ficaram alguns irlandeses. Era imenso o valor dos bens que levam (Of. de 16 de out.). Diz o cônsul da Dinamarca que o comboio só saiu a 20 e era composto mais ou menos de trinta navios ingleses e alguns americanos. – Of. nº 15, de 24 de out., cóp. em Copenhague.

a contingência, em que o mesmo se achava, de fechar os seus portos aos ingleses, contingência reconhecida pela Inglaterra e a seu pesar tolerada. Por sua vez declarava o rei estar disposto a proceder em relação a Portugal com toda a moderação compatível com a própria honra, o interesse dos seus súditos e o objeto essencial, que tinha em vista, e vinha a ser, não deixar de modo algum caírem em poder da França, em todo ou em parte, nem a marinha de guerra ou a mercante, nem qualquer das colônias portuguesas. Para "proteger" a retirada da corte, obrigava-se a mandar preparar uma frota de seis navios de linha e a ter 5.000 homens, prontos a marchar para Portugal ao primeiro chamado. Canning assinou com ressalva o artigo relativo a esta última obrigação, declarando que para executá-lo seria necessário entregar preliminarmente ao comandante das tropas britânicas os fortes de S. Julião e do Bugio, da barra de Lisboa, bem como o de Cascais ou o de Peniche, se o embarque se efetuasse de qualquer daqueles lados.

D. João passava os dias a mudar de alvitres, oscilando como um pêndulo entre as ideias dos partidários da aliança inglesa e dos atemorizados pela força de Napoleão. As suas vacilações refletiam-se na opinião pública, ora crente de vê-lo em breve partir, ora certa de vê-lo ficar. A cotação da moeda traduzia essa incerteza; subia quando a corrente era favorável à permanência, descia quando a favor da retirada. Mais de uma vez reuniu-se o Conselho de Estado, onde d. Rodrigo de Sousa Coutinho deu um voto, que parecia o eco da coragem dos heróis lusitanos; opinou pela declaração de guerra à França e no caso de derrota, pela partida da família real para o Brasil. Tal voto era, porém, muito ousado para ser seguido pelos demais, proferidos com os olhos postos no Príncipe, cuja figura parecia a imagem do terror: "Segue-se considerar-se", dizia d. Rodrigo, "se em tais circunstâncias devemos esperar tranquilamente, perdida toda a vitalidade pelo torpor e inação, que se dissolva a Monarquia, ou se devemos pôr em ação todos os meios de resistência que as forças do Estado, a fidelidade e intrepidez dos vassalos portugueses podem subministrar, a fim de obstar a tão destrutivos projetos." E adiante: "Sendo tão característico o perigo que nos ameaça e não podendo supor-se que alguém lembre o horroroso caso de dever Portugal assinar ele mesmo tímida e ignominiosamente o ato fatal da abdicação, parece que nenhum outro partido resta que possa convir mais à alta dignidade de S. A. R., às relações que o unem aos seus vassalos, ao

decoro nacional, à fidelidade e à energia portuguesas, tanta vez experimentada em mais árduas e difíceis circunstâncias, do que empregar todos os esforços e resistência que se pode esperar dos grandes meios e recursos que ainda se podem pôr em ação e que podem, sendo bem dirigidos, remover a sensível catástrofe de que nos vemos ameaçados. Não obsta que o cálculo da proporção das forças do inimigo, comparadas com as que poderemos fazer-lhe resistência e arrastá-las, denote uma tão palpável inferioridade. A natureza dos interesses por que vamos pugnar, a perda da liberdade, da independência, a suspensão do regime da dinastia dos nossos augustos soberanos são incentivos que nos corações portugueses podem e devem multiplicar as suas forças, vigorar a sua resistência e intrepidez e produzir prodígios de valor, semelhantes e ainda superiores aos que praticaram os nossos maiores, em tempos em que a Monarquia se viu assombrada e exposta a grandes perigos."

Contudo, antes de sentir-se o risco de perto, pensou-se em resistir. Como preliminarmente era preciso ressalvar os domínios da América e pôr a bom recato o segundo sucessor da Coroa, chegou-se a assentar definitivamente a partida de d. Pedro para o Brasil; queria-se também desse modo contentar aquele domínio, onde se estava sempre a recear uma sublevação, patrocinada pelos ingleses, ainda incertos da cooperação de Portugal.

Entretanto, quando se lhe anunciou oficialmente a viagem do príncipe, Strangford ficou contentíssimo, "porque assim a guerra com a Inglaterra seria apenas simulada; os ingleses poderiam negociar diretamente, proteger a navegação dos navios portugueses, e isso os compensaria plenamente do fechamento dos portos. Aliás a esse respeito todo mundo estava de acordo e até Rayneval insistia pela partida do Príncipe. Ninguém pleiteava essa medida com mais ardor do que Araújo."[12] Após ouvir tudo quanto lhe dissera Rayneval na véspera de terminar o prazo do ultimato, ainda clamava por ela: "...não vejo outro meio de evitar maiores calamidades; agora é o momento; as colônias ficarão salvas; tantas vezes aleguei as minhas razões que julgo recusado repeti-las."[13]

---

12 Araújo. Cartas sem data e a 29 set., dirigidas a José Egídio, no arq. do cast. D'Eu.
13 *Ib.ib.* a 24 set.

Iria o jovem príncipe na qualidade de condestável e entregue aos cuidados de d. Fernando Portugal, futuro marquês de Aguiar, que longo tempo fora governador da Bahia e também vice-rei, e agora teria a missão de auxiliar a princesa viúva, d. Maria Benedita, irmã e nora da Rainha, incumbida de exercer o governo em nome do sobrinho-neto.[14] Esse plano estava de tal modo decidido que as pessoas designadas para irem na comitiva receberam confidencialmente o aviso de estarem prontas, entre elas o conde de Belmonte, designado para servir de camarista. Encaixotaram-se carruagens para uso de d. Pedro e o príncipe regente chegou a assinar uma proclamação aos habitantes do Brasil, com data de 2 de outubro, na qual dizia cumprir-lhe o dever de só abandonar os seus vassalos em último extremo; antes de chegar a tal contingência ia confiar o seu primogênito aos brasileiros, que eles deveriam avaliar como inestimável penhor; e assim concluía: "...guardai-o, defendei-o com aquela honra e valor que vos são inatos na qualidade de portugueses".

Ficou então assentado que só em caso extremo os demais membros da família real abandonariam o país. Deram-se ordens para reunir o exército na Extremadura a fim de cobrir a capital, para fortificar Peniche, aprovisionar e defender Elvas em frente a Badajoz. A correspondência de Araújo com José Egídio deixa ver que já se tomavam essas medidas dias antes da apresentação da nota franco-espanhola, continuando-se depois a proceder do mesmo modo. Escrevia ele a 2 de setembro: "Estou ocupado e muito com Peniche; do arsenal vão-se mandar muitos gêneros necessários. Estão passadas as ordens para marchar o regimento nº 6, a companhia de artífices, etc." Nessa carta dizia ser preciso achar recursos extraordinários para as despesas por fazer em Peniche. Tinha fé que se pudesse aprontar tudo, mas as demoras atormentam-no. Também do arsenal lhe informavam faltar dinheiro. Em carta de 13 de setembro anunciava a partida para aquela praça de sessenta homens acompanhados de oficiais do regimento de artilharia da corte; estavam dadas as ordens para marcharem com o mesmo destino 150 do regimento de artilharia de Viana. Nesse dia Araújo

---

14 A princípio el-rei inclinava-se a D. Maria Francisca por ser robusta; consultado a este respeito, Araújo opinou ser preferível designar mais de uma princesa e lembrou Maria Teresa, achando entretanto que a qualidade alegada por D. João era razão de escolha. – *Id. Ib.* a 28 de set.

mostrava-se satisfeito com a marcha dos trabalhos. Ainda a 20 de outubro ocupava-se de providenciar, como se esperasse a luta; reunia generais, tratava da escolha de comandos, da designação de acampamentos, de provisões para as praças fortes, e comunica haver opinião geral de serem Extremoz e Tomar as posições mais vantajosas para ajuntamento das forças. Mas, onde achar dinheiro?, concluía por perguntar.

Durante dias e dias moveram-se forças; mas em Lisboa não se sabia ao certo se era com o fim de preparar o fechamento dos portos, ou se era sinal de resistência contra a invasão anunciada. Dispersam-nas de tal modo, que quando ela começou teria sido dificílimo reuni-las e bem dispô-las, em caso de querer-se resistir. Os preparos para ter pronta a esquadra aumentavam a dúvida com a possibilidade de tudo ser destinado a garantir a saída da Família Real. Ao passo que se punham as baterias da foz do Tejo em estado de entrar em ação e se colocava na praia artilharia de costa, os navios permaneciam em frente a Belém, onde não poderiam oferecer resistência em caso de ataque naval e cada dia recebiam reforço de equipagens. O representante da Áustria chegou a acreditar, e comunicou ao seu governo, que Portugal se levantava de longa letargia e revelava animadora atividade. Numa semana poderia ter 40.000 homens em armas na fronteira. Constava-lhe que em Peniche, perto de Mafra, e a sete milhas de Lisboa, já estavam reunidos 7.000 para servirem de base à concentração, em caso de desastre. Aí, pelo menos, poderia negociar uma capitulação honrosa e dar tempo ao embarque da Família Real para o Brasil.[15]

Tudo isso, porém, era engano ou confusão. Simulava-se vigilância nos portos contra os ingleses, na esperança de impedir os franceses de avançar; mas desguarnecendo as fronteiras, se os deixava entrar sem luta, para então a corte fugir.

---

15 Cav. Lebzeltern. Of. de 10 out. Arq. do Estado em Viena.

O príncipe regente D. João

Capítulo II

A EVASÃO DA CORTE

ERA OPINIÃO corrente em Lisboa que se o inimigo se aproximasse da fronteira, o príncipe regente abandonaria o país, saindo por Peniche ou outro porto, mas nunca pela foz do Tejo com receio de provocar comoção popular. A 25 de setembro o ministro americano considerava muito rigoroso o segredo guardado pelo governo acerca do estado dos negócios e das medidas por tomar; mas no dia 27 já se dizia informado de estar deliberada a partida para o Brasil, no caso do exército francês invadir o país. O encarregado de negócios da Suécia sabia desde o começo do mês que a ideia da retirada para a América ganhava terreno cada dia e enxergava no apresto dos navios a sua própria realização; em ofício de 29 dava notícia de uma reunião do Conselho de Estado, celebrada a 23, na qual se chegou a concluir só restar aquele alvitre; visto não ser possível ceder aos desejos de Napoleão acerca dos ingleses. Como medida preparatória, Araújo propusera a ida de d. Pedro, a respeito da qual houve empate de quatro votos contra quatro, cabendo ao príncipe regente decidir.

Todos os passos da Família Real prestavam-se a aumentar as desconfianças da população. Como a princesa Carlota Joaquina e algumas das suas filhas viessem de Mafra a Queluz e aí passassem alguns dias, logo se

acreditou que estivessem providenciando acerca de arranjos para a viagem. A 5 de outubro chegou d. João ao Palácio da Ajuda, a fim de estar mais perto das repartições do estado; mas não se demorou; no dia 12 estava de novo em Mafra, onde se ia celebrar o aniversário natalício de d. Pedro. Essa comemoração tinha naquele momento grande importância, por causa da sua próxima partida, que o ministro dos Estados Unidos comunicara ao seu Governo estar marcada para o dia 20.[1]

Dentro de alguns dias mudava-se porém de parecer. Passou por certo que intrigas urdidas na corte aterraram o ânimo do príncipe regente e convenceram-no de haver conspiração para entregá-lo aos franceses, entrando nesse plano de salvar previamente o filho, por tal razão enviado ao Brasil. O visconde de Anadia, ministro da Marinha, foi dado como envolvido nessa trama e recebeu ordem de suspender os preparos da esquadra. O ministro fingiu obedecer e continuou a aprontá-la, certo dela vir a ser indispensável em qualquer circunstância fácil de prever. Nas razões dadas ao ministro em Londres para negar ratificação ao § 1º da 5ª cláusula da convenção secreta, Araújo explica que o príncipe regente desistiu de mandar o seu herdeiro, porque a esse tempo poderia ocorrer a necessidade de embarcar, com toda a família real e seus bens mais preciosos, e tornar-se então indispensável o maior número de navios para tal fim, acrescentando ter-se notado nessa ocasião haver falta de marinheiros para tripulá-los. Por outro lado, as tropas que se acreditava estivessem a postos nas fronteiras, prontas a defendê-las, aproximavam-se dos portos e destinavam-se a guardá-los contra os ingleses.

Informações diplomáticas parecem confirmar de algum modo a versão de terem continuado os aprestos para a viagem, certamente por ordem do príncipe regente. Poderia ele crer na conspiração; mas também estava certo de ser forçado a retirar-se e tornar-se indispensável aprontar a esquadra. Realmente, vendo o fechamento dos portos não contentar ao encarregado de negócios da França, cuja partida se anunciou para o dia 1º de outubro, d. João mandou Araújo chamá-lo e dizer-lhe que se deixasse Lisboa, ele adiantaria a viagem do herdeiro da Coroa até conhecer a determinação do Imperador após o recebimento da sua carta, anunciando-lhe

1 Of. de 16 de out., cóp. no Depart. do Estado em Washington.

aquela medida, para ser posta em prática apenas chegasse a esquadra chamada do Mediterrâneo.[2]

As providências que revelaram a mudança em relação à partida de d. Pedro, fizeram a princípio acreditar na suspensão geral dos preparos. A 24 de outubro o encarregado de negócios da Suécia participava ao seu governo que haviam cessado os trabalhos para viagem do príncipe da Beira e voltara para junto do arsenal o navio carregado de provisões. Mas logo informou no dia 28 que a atividade a bordo continuava. A mesma comunicação era feita pelo ministro americano a 31. Dizia o sueco que Araújo, autor do plano de mandar d. Pedro para o Brasil, mostrava-se desgostoso de ter d. João mudado de ideia; mas era crença geral ser tudo obra sua, com intuito de entreter a Inglaterra tanto tempo quanto fosse possível.

Fundearam em frente a Lisboa, procedentes do Mediterrâneo, dois navios de linha, três fragatas e diversos pequenos vasos de guerra, dali mandados vir. A reunião da esquadra portuguesa no Tejo, causava inquietação à Inglaterra, pouco confiante na política de Portugal e receosa de que tal fato aumentasse a ambição da França. A seu ver o único meio de resguardar desse perigo toda aquela frota, era afastá-la o mais depressa possível. A partida do príncipe da Beira dava ensejo de pôr a bom recato parte considerável dela, que deveria constar de todos os navios em condições de navegar. Strangford aconselhava e fazia oferecimentos nesse sentido, envolvidos em termos ameaçadores: no caminho para o Brasil, poderiam ficar na Madeira ou em São Tiago todos os vasos dispensáveis. Se algo faltasse para o aprovisionamento, poderia o governo português dispor de quanto fosse necessário e abundava no comissariado inglês em Lisboa.

Se ainda os meios lembrados não fossem tidos por seguros, haveria o recurso de concentrar alguns daqueles navios em Gibraltar, onde poderiam arribar, alegando acidentes de navegação ou falta de víveres. Queria o ministro tornar bem claras as razões de tal insistência e declarava "francamente e sem rodeios que S. M. nunca permitiria que um único vaso dos seus aliados passasse às mãos dos seus inimigos". Indicando esses meios, "a amizade tinha feito quanto lhe cabia. Se cedem sem necessidade...", concluía, "de modo algum pecam por ignorância, nem do axioma

---

2 Araújo. Carta a José Egídio a 29 de set., no arq. do cast. d´Eu.

principal, nem das suas consequências evidentes". Como se tais palavras não bastassem, fê-las acompanhar de clara alusão ao desenlace da resistência de Copenhague: "Também S. M. B. nunca consentiria que as forças navais das potências neutras engrossassem as forças dos seus inimigos."[3]

A esta nota, já com cheiro de pólvora, respondeu Araújo, seis dias depois, procurando justificar as tentativas acomodatícias do governo. Seu amo quisera antes meditar a respeito de tudo o quanto "pudesse ser agradável ao seu antigo aliado e combinar o que em circunstâncias tão críticas houvesse de diminuir os males que deveriam resultar nos interesses das duas monarquias". A alteração do estado neutral era resultante do fato de haver a França triunfado de todas as combinações das potências do continente, por ela vencidas, uma a uma, sem restar quem lhe contrabalançasse o poder.

Em tais condições, não poderia Portugal opor-lhe resistência e mais a Espanha, ainda com o auxílio da Inglaterra. Era forçoso ceder, para evitar os males da invasão. Tudo quanto lograra fazer fora não tomar as medidas hostis contra os súditos ingleses. Não esperava o príncipe, em tais condições, ver a sua esquadra hostilizada, só pelo fato de juntar-se sem intenções hostis, pois devia haver certeza "que não seria jamais da sua vontade uni-la às forças marítimas dos dois aliados do continente contra a Inglaterra". Os lugares indicados para recolherem-se os navios já prontos não eram seguros; além disso, convinha continuar o preparo da esquadra para servir a retirada de toda a Família Real, "no caso de uma irrupção em Portugal ou de entrarem guarnições estrangeiras nos seus portos debaixo do pretexto de amizade", e também era para considerar que os franceses não deixariam de promover hostilidades quando vissem Portugal proceder de tal modo. Talvez o príncipe fosse forçado a abandonar a Europa e a levar consigo as riquezas do estado; esperava ele que em tal caso S. M. B. o auxiliasse "como lhe tem prometido, não o privando do decoro de partir na sua própria marinha". Esta súplica terminava com o pedido do mais rigoroso segredo no presente e no futuro, não só para ela como para todos os demais papéis dessa negociação, pois sendo conhecidos, exporiam a corte portuguesa a perigos fáceis de prever.[4]

---

3 Strangford. Nota de 11 de out.

4 A. de Araújo. Nota de 17 de out.

D. Lourenço de Lima tinha recebido os passaportes e chegara a Portugal depois de ter ouvido as cantigas de Talleyrand; fiado nelas, garantia que, se os ingleses restantes no país fossem detidos e os seus bens sequestrados, não haveria invasão. O exército francês deixara Bayonne a 17 de outubro, atingira a Espanha, onde ele o vira a caminhar; se havia empenho de evitar tantos males, não restava tempo para perder. O terror do diplomata já denunciava o seu futuro papel de conselheiro de Napoleão nos negócios do Reino, que lhe acarretaria a condenação à morte, da qual lograria escapar, como todos os da sua categoria.

O pânico por ele trazido comunicou-se ao círculo onde esses assuntos eram tratados e chegou ao conhecimento de Strangford, o qual no dia 4 de novembro interpelou o governo por meio de nota, para saber em nome do seu soberano se Portugal limitava ao fechamento dos portos as hostilidades contra a Inglaterra, ou se tinha a intenção de ir além. Da resposta esperada dependia a sua permanência em Lisboa. Deste aviso passava de ofensa à ameaça: "Não pode pensar um só instante que o governo de S. A. R. queira cobrir-se de eterna vergonha, aconselhando ao seu Augusto Soberano esta indigna complacência." As consequências de quaisquer medidas contra um só dos súditos britânicos "seriam tão prontas como terríveis." Já se ouviam em tais palavras os ecos do bombardeio de Copenhague.

Deve ter sido nesse momento que Araújo escreveu ao secretário do príncipe esta carta cheia de terríveis apreensões: "Chegou enfim a Nota de lorde Strangford que significa muito e tanto quanto eu esperava; hei de mostrá-la aos conselheiros, mas hoje não tenho tempo e somente a mostrarei ao marquês de Belas, e que diga depois se ainda está pelo seu último voto, porque ontem parecia não se persuadir de que os ingleses tentassem fazer uma irrupção no Tejo para queimar e levar a esquadra. Este golpe seria horroroso e se houvesse duas mil peças de artilharia tudo havia de ser colocado para defesa do porto. Temos muito poucos obuses e poucas bombas. Napione tem acelerado muito as obras dos reparos, de sorte que dentro um mês apronta cem reparos de diferentes calibres. A proclamação está impressa e mando o caixão com os impressos ao sr. visconde; é preciso que ele dê ordem para a distribuição. Lembro que será necessário ordenar que se ponha a ilha de Santa Catarina em estado de defesa com a artilharia que

se pode mandar, de onde for menos precisa, e com alguma tropa, porque os ingleses podem ter cobiça daquela chave do Brasil e quererem apoderar-se dela declarando que não farão hostilidades nos portos do Brasil. Hoje participo ao sr. visconde este meu receio."[5]

Araújo respondeu no dia 6: à primeira pergunta, sim; à segunda faltava igual precisão. O príncipe dera tempo e liberdade aos ingleses para retirarem-se, expondo-se ele próprio à represália da invasão. Quanto ao futuro, a porta ficava aberta a todos os alvitres; nada era peremptório: "S. A. R., em toda ulterior ocorrência, manifestara sempre, em favor dos súditos britânicos, a proteção que for compatível com a segurança do estado."

Começava a perder valor a palavra real, que selara a promessa, feita em agosto ao rei da Inglaterra, de em tempo algum o príncipe anuir às exigências de Napoleão contra as pessoas e bens dos súditos ingleses. Mas já então a sorte de Portugal tinha sido decidida pelo senhor da Europa.

Napoleão não se iludia com o paliativo do fechamento dos portos, que com razão acreditava resultar de combinações secretas com a Inglaterra. Era seu fim apossar-se da esquadra portuguesa e da valiosa propriedade inglesa existente em Lisboa e no Porto. Sempre entrara nos seus planos apoderar-se de Portugal, cuja costa era de inestimável valor para as operações de guerra. Não lhe bastava a ambição ter levado tão longe os limites do Império, reunido em torno de si quase todos os soberanos e começado a assentar nos tronos criaturas suas. Diz Thiers que a questão se reduzia em achar o pretexto para realizar a conquista. Tinham sido examinadas todas as hipóteses, desde a de entregar o reino à Espanha, em troca de alguma possessão, que pudesse convir à França e satisfazer desse modo "à mais antiga e mais constante" das ambições castelhanas, até o de dá-lo à vizinha e rival para compensá-la da perda de algumas províncias de além-Pirineus, como Aragão ou Catalunha, cuja posse Napoleão tinha desejado ao ponto de pedir à legação de Madri informações estatísticas acerca dessas regiões, não obstante considerar tal pretensão a pior de todas por imaginar.

---

5 Carta sem data no arq. do cast. d'Eu. O visconde deve ser o de Anadia, ministro da Marinha.

Mas com a Espanha ou sem ela, a tarefa parecia-lhe fácil. Após ter vencido os exércitos mais aguerridos da Europa, não levava em conta as tropas ibéricas, nem se inquietava com o valor dos da Inglaterra. Tinha por certo que a corte portuguesa evitaria a todo transe empenhar-se em guerra por ser incapaz desse nobre desespero, dizia Thiers. A "essa indigna fraqueza" do príncipe regente, acrescenta o historiador do Império francês, apenas outra se opunha em seu espírito, a de tomar a grande decisão de abandonar os lugares onde fruía molemente a vida, atravessar os mares e afrontar mudança tão profunda para fugir a que o ameaçava. Entretanto Napoleão ia empreender a obra, destinada a ser "o começo das grandes faltas e das grandes desgraças do seu reinado."

Voltando a Fontainebleau, mais e mais essa ideia tomou corpo. Um homem pressentia-lhe e adivinhava-lhe as funestas consequências. Era o príncipe de Cambacérès, cuja independência de opiniões se tornara incômoda ao conquistador, que continuava a consagrar-lhe a mesma amizade, mas lhe negava a confiança, já por outros conquistada. Caído da estima do Imperador, por ter deixado contra a sua vontade a direção dos negócios estrangeiros em troca de uma posição decorativa na corte, Talleyrand espreitava o momento de adivinhar-lhe a preocupação secreta para recobrar a influência perdida.[6] "Não há adulador mais nocivo à autoridade", diz Thiers a traçar o belo quadro desse momento da História, "do que o cortesão decaído empenhado em recobrar-lhe as boas graças". Abordando certa vez esse assunto, Talleyrand percebeu que era acolhido com benevolência e desde então começou a aconselhar o Imperador "como ele gostava de ser aconselhado". Os encontros de ambos tornaram-se frequentes e o interesseiro servidor redobrava de astúcia e humildade para adivinhar-lhe os pensamentos, pois daí lhe vinha a fortuna. Quando eles mais se agitavam, todos os movimentos de Napoleão ressentiam-se dessa celeridade e os seus largos passos nas galerias do palácio indicavam a rapidez com que em seu

---

6 Talleyrand havia preferido ser vice-grande eleitor, mas por ter-lhe encorajado e ajudado os planos, Napoleão decretou que esse dignitário substituiria em suas funções não só ao grande eleitor, como também ao arquichanceler, ambos ausentes, pelo fato de reinarem em Nápoles e Milão. Substituindo ao arquichanceler, cabia-lhe a guarda dos tratados, e desse modo tornava-se ao mesmo tempo figura da corte e ministro, como sempre ambicionara e a princípio Napoleão não quisera consentir.

cérebro se desenrolava o drama, como se a própria ação já começasse. Para acompanhá-lo nesses momentos, Talleyrand, por ser coxo, sofria verdadeiros tormentos, "imolando o corpo, como imolava a alma, para lisonjear os deploráveis lances daquele homem de gênio".[7]

Para completar-lhe a ação funesta, lá estava à mão esquerda o agente secreto do príncipe da Paz, sutil e insinuante, dotado de rara sagacidade, na opinião de Thiers. Prevendo o abandono de Portugal pela sua corte, sonhavam os espanhóis herdar facilmente o pobre reino, entregue a si mesmo; mas se ele não lhes pudesse caber integralmente, ao menos dos seus despojos convinha obter a todo transe alguns trechos, onde o favorito da Rainha se pudesse abrigar no dia da queda inevitável e onde se pudessem acolher também o jovem rei da Etrúria e sua mãe, a Regente, quando Napoleão entendesse limpar a Itália de qualquer influência espanhola ou austríaca. De tal modo dividida a velha Lusitânia em principados vassalos, poderia caber a Carlos IV o título de rei das Espanhas e imperador das Américas, por ele tão desejado para satisfazer-lhe "a vaidade imbecil".[8]

A 27 e 29 de outubro Napoleão tinha firmado em Fontainebleau a convenção secreta para a conquista e ocupação do território de Portugal e o tratado para retalhá-lo e distribuí-lo. As províncias entre o Douro e o Minho, com a cidade do Porto inclusive, seriam dadas ao rei da Etrúria, com o título de rei da Lusitânia Setentrional, em troca do reino de Etrúria, cedido a Napoleão. A província do Alemtejo e o reino dos Algarves o seriam dados ao ministro Godói, príncipe da Paz, que teria título de príncipe dos Algarves. As províncias da Beira, Traz-os-Montes e Extremadura ficariam em depósito até a paz geral e seriam utilizadas conforme

---

7 *O Investigador Português em Inglaterra*, publicado em Londres, inseriu no vol. XIV, correspondente ao mês de novembro de 1815, pág. 107, o artigo escrito por um oficial a bordo do *Northumberland*, sob o título "*Particularidades acerca de Bonaparte*", onde vêm muitas revelações de ocorrências passadas na viagem para Santa Helena. Entre elas figura a de atribuir Napoleão a Talleyrand a maior parte da responsabilidade na invasão da Espanha. Daí se conclui que aconselhando a de Portugal, o famoso diplomata rematava a sua obra: "A respeito da invasão da Espanha, disse Bonaparte que a empreendera pelos desejos particulares de Talleyrand, que continuamente o impelia a dar esse passo, dizendo que devia ser tentada e se fosse possível concluída a todo risco."

8 Thiers, *Hist. de l'Empire*, vol. I, págs. 543-8.

as circunstâncias. Se conviesse restituí-las à Casa de Bragança em troca de Gibraltar, Trinidad e outras colônias, conquistadas pelos ingleses aos espanhóis e seus aliados, o novo monarca contrairia com o rei da Espanha as mesmas obrigações a que se sujeitavam o rei da Etrúria e o príncipe da Paz, isto é, em falta de descendência ou herdeiro legítimo, os territórios que lhes fossem dados passariam à coroa de Espanha, a qual lhes daria soberanos, a ela ligados pela proteção recebida.

Para realizar esse feito, um corpo do exército francês de 25.000 homens de infantaria e 3.000 de cavalaria entraria em Espanha e marcharia contra Lisboa. A essas forças deveria juntar-se um corpo de exército espanhol com 8.000 infantes, 3.000 cavaleiros e trinta peças de artilharia guarnecidas. Ao mesmo tempo 10.000 espanhóis tomariam posse da região d'Entre-Douro e Minho e ocupariam o Porto, e 6.000 ocupariam o Alemtejo e Algarves. Quarenta mil homens ficariam de prevenção em Bayonne, prontos para acudir em caso de intervenção inglesa.

*

Ainda sem conhecer toda essa penosa realidade, só a escutar as histórias de d. Lourenço, já d. João tremia e mostrava-se disposto a fazer tudo que lhe pudesse restituir a tranquilidade; antes, porém, de lançar-se à solução extrema, experimentava quanto alvitre lhe sugeriram. Como se ouvisse o tropel da cavalaria, o ruído das carretas de artilharia aos solavancos sobre as pedras do caminho, voltou atrás das resoluções tomadas, decidiu atender à exigência repetida dos franceses e pôr em risco os ingleses que tinham ficado em Portugal, confiantes na palavra por ele dada ao seu soberano. Por ordem sua, a 30 de outubro, Araújo convocou o Conselho de Estado e lavrou a nomeação do marquês de Marialva para o cargo de embaixador em missão especial junto ao Imperador. A 8 de novembro assinava as ordens para a detenção e o sequestro, aconselhados por d. Lourenço como medidas salvadoras e mandou-o regressar a Paris. Pareceu-lhe talvez não bastar; supôs poder engodar Napoleão com ofertas de bens e aliança entre as suas famílias. Munindo o marquês de Marialva de numerosos diamantes, dos mais belos que o Brasil lhe mandara, e cujo valor, no dizer do ministro americano, era avaliado em um milhão de dólares, incumbiu-o de partir quanto antes, com o fim de oferecer ao dominador da Europa a mão do príncipe d. Pedro para uma filha do general Murat, elevado ao ducado de Berg e esposo de Carolina

Bonaparte. O marquês não passou de Madri; os franceses já tinham entrado em Portugal e d. Lourenço não chegou a partir.[9]

O lorde Strangford protestou formalmente contra o ato do Governo, que abandonava os ingleses restantes aos azares da invasão; e depois de arrancar da fachada do prédio onde morava o escudo da legação, pediu transportes para retirar-se de Lisboa. No dia 17 juntou-se ao vice-almirante Sidney Smith, pouco dias antes chegado à barra, à frente da esquadra que cruzava diante das costas, e com ele combinou desde logo o bloqueio do porto, ainda na ignorância de já haver o Governo autorizado essa medida, para o caso de Portugal exceder os limites da benevolência estabelecidos pela Inglaterra. A 23 eram recebidas as respectivas ordens e a recomendação de fazê-la cessar, se o príncipe regente entregasse a esquadra ou se a empregasse imediatamente no transporte de toda a Família Real para o Brasil.[10]

---

9 Recebida a notícia de terem os franceses passado a fronteira e continuado a avançar, foi dada ordem ao ministro em Paris para conservar-se em Lisboa. Considerando o alcance da missão de Marialva, não é de estranhar que o bispo de Coimbra, na justificação escrita para defender o seu procedimento de ir com outros compatriotas a Bayonne pedir a Napoleão um rei para Portugal, tenha alegado, como serviço feito ao Estado, haver sugerido ao Imperador, por intermédio do presidente daquela deputação, a conveniência de dar pessoa de sua família em casamento ao herdeiro da Coroa.

10 Estas informações estão contidas no ofício de 29 de novembro. Soriano acrescenta que no caso de ser a esquadra entregue, a Inglaterra pagaria o seu justo valor ou restituiria após a guerra. Aliás esta consideração tinha sido proposta em 1806 pelo lorde Rosslyn, de acordo com as instruções dadas por Fox. – O título de lorde, usado pelo visconde Strangford, era de origem irlandesa e não dava ao seu possuidor assento na Câmara dos Pares. – Quando o Governo inglês baixou as ordens a respeito do porto de Lisboa, já tinham sido decretadas no dia 11 do mesmo mês estas medidas radicais, em resposta, embora demorada, ao decreto de Berlim: "Todos os portos e todas as praças da França, dos seus aliados e de outro qualquer Estado em guerra com a Grã-Bretanha, bem como dos países da Europa de onde a bandeira inglesa é excluída, posto que estes não estejam em guerra com a Grã-Bretanha; enfim todos os portos e praças das colônias pertencentes aos inimigos da Inglaterra, serão daqui em diante sujeitos às mesmas restrições, relativamente ao comércio e à navegação, como se estivessem bloqueados da maneira a mais rigorosa; e todo o comércio de artigos, quer provenientes do solo, quer das manufaturas dos estados acima mencionados, será daqui em diante considerado ilegal. Outrossim, todo e qualquer navio, que sair desses lugares, ou tiver que voltar para eles, será capturado legitimamente, e navio e carga serão adjudicados aos apreensores." Depois declarou ainda a Inglaterra só considerar navio neutro o que fosse a qualquer dos seus portos solicitar

Apesar de ter interrompido oficialmente as relações diplomáticas, Strangford tomou a responsabilidade de reabri-las, solicitando audiência do príncipe e garantias e salvo-conduto para ir a terra. Acolhido favoravelmente o seu pedido, partiu a 27 para Lisboa no navio de guerra *Confiance*, arvorando bandeira de parlamentário. Por causa de tudo quanto se passava, sofreu vexames e perdeu muito tempo, de tal sorte que só na noite de 28 pôde desembarcar e saber da invasão do território português pelos franceses e do embarque da Família Real e parte da nobreza.[11] Foi então informado de que o príncipe regente desejava muito vê-lo e saber dele próprio qual era a intenção dos ingleses, se tinha de ser tratado como amigo ou como inimigo.

Strangford pinta com cores muito vivas, cuja originalidade não conviria alterar, os episódios passados nas horas agitadas que se seguiram: "Lisboa achava-se em estado de grande descontentamento, difícil de descrever. Bandos de pessoas armadas e desconhecidas rondavam as ruas em absoluto silêncio, sem terem em vista nenhum fim permitido ou claro; tudo parecia indicar que a partida do príncipe regente não se realizasse imediatamente, seria adiada por efeito de revoltas populares, até tornar-se impossível por causa da entrada dos franceses."

Começa então a narrativa das negociações que empreendeu: "ao chegar à casa do Sr. Araújo, encontrei-a entrincheirada e fui informado do seu refúgio a bordo de um dos navios fundeados no Tejo. Depois de muitas dificuldades, consegui encontrá-lo e estivemos longo tempo a conversar. Soube então que ao aparecerem os franceses na fronteira, se havia resolvido em conselho a partida do príncipe para o Brasil, no caso deles continuarem a avançar, e também tinha sido escolhida uma regência, sem contudo publicar-se o respectivo decreto acerca de uma e outra

---

licença para navegar, a qual seria concedida mediante pagamento de taxa arbitrada pelo Governo. A essas novas restrições correspondeu o decreto imperial de 17 de dezembro, datado de Milão, pelo qual os navios que se tivessem submetido a semelhante imposição se teriam desnaturalizado e passariam a ser considerados ingleses e como tais boas presas. Boas presas também seriam os despachados em portos ingleses ou que para eles se dirigissem. Só não estariam sujeitos a estas ameaças os navios das nações que obrigassem a Inglaterra a respeitar as suas bandeiras.

11 Of. de 2 de dez., diz o enc. de neg. da Suécia que Strangford chegou à uma hora da madrugada.

decisão, porque S. A. R. ainda tinha esperanças de arranjarem-se as coisas. Tal observação fez-me temer pelo resultado do projeto, que me pareceu perigar no caso de ser adiado por um momento sequer.

"Tomei a resolução imediata de consultar, não a quem me dava estas notícias, mas aos conhecidos desejos do Governo de S. M. e imediatamente escrevi ao príncipe oferecendo-lhe, em nome de S. M., proteção, assistência e amizade, esquecimento dos atos hostis a que ele tinha sido involuntariamente compelido, promessas de socorro e apoio para o futuro, recebendo, como prêmio dessas vantagens, a partida de S.A. para o Brasil no prazo de duas horas após o recebimento da dita carta."

Em seguida, acerca do mesmo objeto, escrevia também o ministro a sir Sidney Smith, comandante da esquadra a quem pediu que viesse à praia, sem contudo passar além do forte.

"A minha imediata ocupação", continua Strangford, "foi procurar o príncipe regente" a fim de aquilatar do efeito produzido pela minha carta. Percebi que não havia um momento para perder e era meu dever arredar-lhe do espírito toda a esperança de reconciliação com os invasores do seu país e dissuadi-lo de tal ideia, pintando com cores negras e sombrias o estado da capital, que eu acabava de deixar; depois de deslumbrá-lo com a brilhante perspectiva que tinha diante de si, amedrontá-lo com o exército francês; fazê-lo acreditar inteiramente na eficácia da esquadra inglesa, a fim de não lhe permitir que duvidasse um instante do modo pelo qual seria ali acolhido; finalmente exortá-lo a tudo esperar da amizade e magnanimidade do melhor e mais generoso dos soberanos, a pôr-se de harmonia comigo e a afastar do espírito não só a penosa lembrança de ter-se enganado, como o receio das consequências desse engano."[12]

Nessa conferência garantiu o ministro, "pela fé do seu Soberano" que a esquadra inglesa, reunida à entrada do Tejo, seria empregada em proteger a retirada para o Brasil; depois trouxe o almirante à presença do príncipe e na manhã de 29, no momento da partida, as duas esquadras trocaram as salvas amistosas da pragmática.[13]

---

12 Strangford. Ofícios de 30 de nov. e 3 de dez. datados do *Hibernia*, em alto-mar, e copiados para o A. no *Record Office*, vol. 56 da série F. O. 63.

13 *Ibid.* Of. de 29 de nov. transcrito no *Correio Brasiliense*, vol. I. pág. 20; em Soriano, *Hist. da Guerra Civil*, vol. III, e em Melo Morais, *Corografia*, vol. I, parte II, pág. 62.

Hipólito, o abalizado redator do *Correio Brasiliense*, publicado em Londres, censura a Strangford por ter insinuado que a sua intervenção na retirada da Família Real foi decisiva, quando aliás o respectivo decreto tinha a data de 26 e o embarque fora realizado a 27. A censura seria procedente no caso de estar provado que o decreto tivesse sido publicado em qualquer dessas datas. Tal prova, porém, não existe. A data de um ato oficial e o dia da sua assinatura podem ser diferentes do dia da respectiva divulgação. O marquês de Belas tinha sido incumbido de minutar o decreto e só o submeteu à assinatura real na hora do embarque do príncipe, ou quando este já estava a bordo. É de presumir que o tivesse redigido na véspera e por isso lhe tivesse dado a data de 26. Sendo assim, só a 28 se daria à impressão e já nessa data seria pública a sua existência, confirmada pela destribuição em avulsos a 29. Foi esta a forma adotada para torná-lo conhecido do povo, pois não figura na *Gazeta de Lisboa*. Também o ministro da Áustria assegura que o decreto "emanou de bordo", portanto a 27.[14]

Aliás não merece tanta importância a circunstância alegada de haver Strangford no ofício de 29 aludido ao fato de ter sido publicado na véspera o decreto de 26 no ofício, datado duplamente de 29 e 30, haver anunciado o aparecimento da proclamação a 29. Parece não existir dis-

---

14 Estas razões são baseadas nos seguintes fundamentos, fornecidos para o A. ao embaixador do Brasil em Portugal, pela biblioteca Nacional de Lisboa, Sr. Pedro de Azevedo. O decreto foi impresso em avulsos de seis páginas na tipografia de Antônio R. Galhardo e aí não se menciona o dia da impressão. Um manuscrito existente naquela biblioteca e publicado por Cristóvão Aires na *História do Exército*, vol. XI, pág. 127, diz assim: "Foi incumbido o marquês de Belas de minutar o decreto e instruções para a regência que havia de ficar governando o Reino, o qual foi assinado no dia 27 na hora em que S. A. R. entrou na carruagem para ir embarcar." Um livro contemporâneo daqueles sucessos intitulado *Observador português histórico e político desde o dia 27 de nov. de 1807*... publica o referido decreto e contém estas palavras: "Em o dia 27 e do embarque dos nossos soberanos mandou S. A. R. afixar o decreto seguinte, de despedida e providências." O vol. X da cit. *História do Exército* (das provas) pág. 394, acrescenta: "No dia 29 antecedente tinha o príncipe regente mandado publicar uma proclamação que manifestava as razões da sua retirada para América, etc." O teor dessa pretendida proclamação é o mesmo do decreto. Como se vê, só há em todos esses escritos referências à ordem dada para o decreto ser publicado; mas não ao dia em que ele apareceu divulgado a toda gente, por afixação nos muros ou distribuição nas ruas. Só na correspondência das legações dos Estados Unidos e Suécia

tinção entre o decreto e a proclamação, pois não se conhecem dois atos a esse mesmo respeito. Chamaram-se de um e outro modo, porque numa parte nomeava a regência e na outra dava aos povos as razões da mudança da corte. Na verdade, a 28 já estava afixado em todos os cantos de rua o decreto dessa nomeação, do qual nesse dia o encarregado de negócios da Suécia fazia um resumo, enviado ao seu Governo. A 29 o ministro dos Estados Unidos mandava uma tradução "feita às pressas", da proclamação "aparecida na véspera". A agitação em que se viu Strangford durante três dias, resolvendo tudo do mar, pode ter determinado um engano de datas acerca de fatos passados em terra. Realmente, chegando tarde, na noite de 28, e já encontrando o príncipe a bordo, parece que ele não se poderia gabar de havê-lo feito embarcar; mas não é disso que se lisonjeia, e sim de tê-lo animado a não desistir da viagem.

Explica-se a presunção de Strangford pelo fato de ter-lhe dito Araújo que a publicação oficial do decreto dependia de poderem-se ou não arranjar as coisas. Tal arranjo só poderia ser feito com os franceses e daí acreditar o ministro inglês ter chegado a tempo de evitá-lo, encorajando o príncipe regente e tirando-lhe "qualquer pretexto de abandonar o empreendimento". Depois do que ouvira de tão autorizada fonte, considerou ser necessário não o perder de vista antes de terminarem os preparativos para a esquadra poder largar, pois "tudo dependia do grau de animação e consolo, dedicados a Sua Alteza Real." Strangford queria encarecer tais serviços e fazê-lo abertamente no seu ofício de duas datas, onde os tenta a convicção

---

encontra-se informação exata. Ocorre ainda um fato novo e interessantíssimo, até agora desconhecido. Na carta sem data, escrita por Araújo a José Egídio e transcrita à pág. 28, diz ele que a proclamação estava impressa e mandava ao visconde de Anadia o caixão onde ela se continha. Como é quase certo, essa carta, com referência à nota do lorde Strangford, teria sido redigida logo após o dia 4, data das ameaças do ministro inglês, evocadoras do bombardeio de Copenhague. Não é provável que fosse de poucos dias antes da sua retirada de Lisboa, porque não consta ter havido então outra nota nos mesmos termos. Desconhecida qualquer proclamação do príncipe naqueles dias, a não ser a de explicação dos motivos da mudança da corte, deve-se depreender de tudo isso que desde o começo de novembro o aludido documento já estava impresso, à espera do momento de aparecer embora o papel oficial ainda não houvesse recebido a assinatura do príncipe regente.

de ter concorrido para estabelecer entre a Inglaterra e o Brasil relações de soberano para súdito, com direito de exigir a obediência deste, em pagar da proteção recebida.

Ele não se abalançaria a exaltar a tal ponto a própria obra, quando o seu Governo tinha tantos meios de apurar posteriormente a verdade. D. João dissera no aludido decreto que se tinha unido ao Imperador "na persuasão de não ser inquieto"; para tal fim fizera todos os sacrifícios, "chegando ao excesso de fechar os portos do reino aos vassalos do seu leal e antigo aliado, o rei da Grã-Bretanha"; entretanto forças francesas invadiam o território com o intuito particular de hostilizá-lo: "...elas se dirigem muito particularmente contra a Minha Real Pessoa." Desde que ele se afastasse, o seu povo seria poupado: "... os meus vassalos serão menos inquietados, ausentando-me eu deste Reino." Talvez Junot o convencesse do contrário e medo do mar fizesse o resto. Seria esse o receio de Strangford, e de tal modo o decreto publicado deixaria de ser obstáculo à partida. Eis então por que dizia: "Se eu tivesse desanimado o príncipe real na menor coisa, ele poderia ter o pretexto de abandonar o empreendimento e pôr sua família e sua esquadra em poder da França." Realmente d. João só parecia recear por si próprio e pelos seus; acreditara em d. Lourenço de Lima e repetia a informação, por ele trazida, de que as tropas francesas faziam "a promessa de não cometer a menor hostilidade". Por isso queria evitar as funestas consequências de uma defesa, que seria mais nociva que proveitosa."[15] Aliás as instruções de Napoleão a Junot eram peremptórias: "Nada concedei

---

15 O cônsul Herman, chegado a Lisboa a 28, procurou entender-se com Araújo, conforme diz o encarregado de negócios da Suécia em ofício de 2 de dezembro; mas já não o encontrou em terra. Afirma Soriano que ele conseguiu ir à presença do príncipe real, no navio onde este se achava, a fim de dissuadi-lo de empreender a viagem. Parece que o entendimento com os franceses era coisa esperada, ou na qual muito se acreditava, donde resulta fundamenro para a convicção de Strangford. O diplomata sueco, aliás bem informado acerca desses acontecimentos, chegou a comunicar ao Governo de Estocolmo haver Junot, logo após ter entrado em Lisboa, ido a bordo da nau conferenciar com o príncipe. A notícia era inexata até quanto à data da chegada do general, indicada como sucedida na tarde de 27. É de admirar que o seu autor não tenha confessado o engano na correspondência posterior de 2 de dezembro, como as outras, copiada para o A.

ao príncipe do Brasil, ainda que ele prometa declarar guerra à Inglaterra. Entrai em Lisboa, apoderai-vos dos navios e ocupai os estaleiros."[16]

Dos próprios termos em que Strangford narra a sua conferência com Araújo, depreende-se ter-lhe faltado cordialidade. Daí a razão de surgir a este respeito mais de uma versão extravagante. Conforme a de Hipólito, na presença de testemunhas, entre outras, Tomás Antônio, Felisberto Brant (futuro marquês de Barbacena), o chefe da divisão Prego e o comandante da nau *Medusa*, foi o ministro inglês pedir ao dos Negócios Estrangeiros que comunicasse ao príncipe a declaração de guerra, feita pela Inglaterra a Portugal, as ordens dadas para apreensão de navios portugueses pela esquadra inglesa e a resolução de tomar a esquadra portuguesa, no caso desta seguir viagem. O único meio de evitar tão grave medida seria juntar todas as forças existentes em Lisboa e dar batalha aos franceses. Se fossem estes os vencedores, a familia real poderia então sair sem ser molestada. Araújo respondera não fazer tal comunicação ao príncipe, que não temia ser agredido por navios do seu aliado.[17]

Essa história é mal contada, ou antes não é de acreditar. O fim da Inglaterra era salvar a esquadra portuguesa, evitar que ela caísse nas mãos do inimigo; o melhor meio de empregá-la seria o transporte da família real, cuja retirada se pleiteava. A guerra estava implicitamente aberta pelo bloqueio. Strangford viera a terra para apresentar a condição única, mediante a qual essa operação naval cessaria. Tal condição era o embarque, que não podia ser ao mesmo tempo a causa de tomarem os ingleses a esquadra portuguesa. Ao contrário, eles o consideravam "resolução sábia e magnânima" e até a impunham por meio de ultimato.

Melo Morais, que tanto se baseia em informações e notas de Drummond, colhidas de Tomás Antônio, não faz referência alguma acerca da cena figurada por Hipólito entre os dois ministros; mas dá notícias de outra, igualmente absurda. Strangford teria vindo propor "condições interesseiras e insuportáveis", sem a satisfação das quais não seria permitida a saída da esquadra. "Uma destas condições era a abertura dos portos do Brasil a concorrência livre e reservada à Inglaterra, marcando-lhe desde

16 Marquise D'Abrantes. *Mémoires*, vol. X, pág. 375.
17 *Correio Brasiliense*, vol. XVIII, pág. 458.

logo uma tarifa de direitos insignificantes; e até que um dos portos do Brasil fosse logo entregue à Inglaterra." Araújo impacientou-se, mas tudo acabou em paz com estas palavras do ministro inglês: "Como a viagem é para o Brasil estamos todos conformes."[18] A conclusão do conflito e a comparação das duas versões fazem descrer de uma e outra.

Os relatórios diplomáticos deveriam ser as melhores fontes de informação autêntica acerca de todas essas peripécias, por emanarem de indivíduos em condições de presenciar os fatos ou pelo menos de colher o depoimento de algumas testemunhas. Aliás eles não tiveram nenhuma participação do Governo até o dia da saída da esquadra. Diz o ministro sueco que só o núncio recebeu convite para acompanhar o príncipe. Consta porém de outras fontes ter sido do núncio a iniciativa de embarcar, só não o fazendo por impossibilidade de achar cômodos a bordo.

Os ministros da França e Espanha tinham saído muito antes; além do da Inglaterra restavam os da Suécia e dos Estados Unidos e principalmente os da Áustria e da Prússia. Havia também o da Rússia, cujos arquivos, desde alguns anos, são de difícil alcance, e o das Duas Sicílias, cujas correspondências estão em mãos da família Bourbon de Nápoles. Em Berlim nada se encontra. Em Viena só no arquivo da casa imperial acham-se dois ofícios do cav. Lebzeltern. Infelizmente eles são até em parte contrários aos fatos. Esse diplomata era muito velho e talvez por isso atrapalhasse as datas. Diz ele que a esquadra inglesa apareceu em frente à barra na manhã de 23 e à tarde destacou-se dos demais navios uma fragata, onde vinha Strangford com bandeira de parlamentário.[19] Ora, o próprio Strangford diz que entrou no porto a 27 e só desmbarcou na noite de 28. A 23 tinha chegado um correio com as ordens para o bloqueio, conforme refere o ministro inglês.[20] O navio que o trouxe veio logo depois como parlamentário até Lisboa, mas sem conduzir Strangford. Na correspondência do ministro americano vai-se encontrar a explicação desse fato. De qualquer modo, Lebzeltern alude apenas aos rumores, ouvidos a respeito

18 M. Morais. *Corografia*, vol. I, parte II, pág. 59. A questão da abertura de um porto do Brasil à Inglaterra será explicada no fim do capítulo seguinte.

19 Lebzeltern. Of. nº 45, datado de 28.

20 Strangford. Of. do dia 29.

da entrevista com o príncipe. Constara que o ministro inglês viera impor a ida do pessoal real para o Brasil, conforme d. João anunciara; do contrário a esquadra bombardearia Lisboa e levaria tudo quanto houvesse da Marinha. Fora dado o prazo de vinte e quatro horas. O príncipe respondera estar disposto a todos os sacrifícios para poupar tal calamidade ao povo; aliás, prevendo que os franceses só a ele queriam mal, ia embarcar com toda a sua família.

Como se vê, trata-se de um boato evidentemente infundado, pois Strangford só tinha instruções para bloquear o porto. Na Dinamarca primeiro fora feita a proposta de aliança e entrega da esquadra e arsenal; só por causa da resistência do príncipe, foi feita a ameaça do bombardeio, consumado após a nova recusa. Em desacordo com os seus colegas dos Estados Unidos e da Suécia e com a exposição do visconde do Rio Seco, diz ainda Lebzeltern que o embarque se realizou a 25. Esta penúria de informações claras e precisas mostra as reservas que cercaram a operação da retirada da corte. D. João esperava cada dia livrar-se de tamanho sacrifício. Não queria acreditar na invasão de Portugal, nem queria ser apanhado desprevenido. Por isso não se apressava; mas também não se descuidava de ter à mão os meios de embarcar. O essencial era dispor dos navios, embora mal guarnecidos e mal providos; fizera-os vir do Mediterrâneo, desistira de mandá-los em parte ao Brasil, levando o herdeiro da Coroa e a sua pequena corte; ora dava ordens para aproximá-los e aprovisioná-los, ora para afastá-los da praia e cessarem os preparos de viagem. Em tudo revelava-se o fundo do seu caráter, feito de dúvidas e medo. À última hora, quando se apresentasse sem remédio o perigo pessoal, o risco de ser molestado, então se salvaria.

. . . .

Capítulo III

OS PRIMEIROS PASSOS

DURANTE todo o tempo decorrido em meio às graves dificuldades que precederam a hora cruel da fuga, o príncipe regente deixava-se ficar em Mafra e apenas vinha a Lisboa quando era indispensável. Dir-se-ia que evitava sentir de mais perto a dolorosa realidade. Só a notícia de haverem os franceses atravessado a fronteira foi argumento decisivo a favor da partida, já votada pelo Conselho de Estado para realizar-se em ocasião oportuna. Qualquer demora poderia acarretar a prisão da Tomás colhida pelo invasor, irresoluta e estupefata.

Le Moniteur, órgão do Governo francês, tinha publicado no dia 13 de novembro, datado da véspera, um artigo a respeito das expedições dos ingleses contra Copenhague, Alexandria, Constantinopla e Buenos Aires, procurando mostrar a decência moral e política da Inglaterra e indicar a quanto se expunham todos os governos seus adeptos. Thiers considera esse artigo "evidentemente ditado por Napoleão". Nele havia esta particular referência à situação de Portugal: "O príncipe regente de Portugal perde seu trono; perde-o por causa das intrigas dos ingleses." Então perguntava: "Que faz, pois, a Inglaterra, essa aliada poderosa? Olha com indiferença o que se passa em Portugal. Que fará, quando Portugal for tomado? Irá

José da Silva Lisboa

apossar-se do Brasil." Concluía assim: "A queda da Casa de Bragança constituirá mais uma prova de ser inevitável a perda de todos quantos se unirem aos ingleses."

O jornal podia chegar à Inglaterra a 15 ou 16, em tempo de ser dali enviado a Lisboa e aí ser recebido a 23 ou 24.

Assim calcula Thiers e calcula com acerto. A 24, conforme refere o ministro dos Estados Unidos em ofício de 29, entrou no Tejo, após sete dias de viagem, uma fragata inglesa com bandeira de parlamentário.

Diz Strangford, em ofício também de 29, que a 23 recebera instruções acerca do bloqueio. Evidentemente lhe foram entregues em alto-mar pela mesma fragata, entrada no porto a 24. Era natural que esse navio também trouxesse a missão de mostrar ao príncipe regente a sentença da sua queda, lavrada pelo Senhor do Continente e publicada no jornal onde o seu governo anunciava quanto lhe convinha. Escreveu o ministro português em Londres que obtivera do almirantado a expedição de um vaso de guerra para levar despachos a Lisboa, contendo informações a esse respeito. Soriano contesta estar entre elas o artigo do *Moniteur*, pois a carta deste ministro, relativa a este assunto e existente nos arquivos, tem data de 25. O argumento é decisivo, mas não remove a hipótese de ter sido o número do *Moniteur* mandado pelo Governo inglês, igualmente interessado em dá-lo a conhecer ao príncipe regente.[1] O autor anônimo da *Vida de João VI* colheu e consignou a versão de que Strangford, após ter rompido as relações oficiais, "muitas vezes voltou a terra para conferenciar secretamente com o regente, trazendo-lhe em uma delas o *Moniteur* de 11 de novembro." Se tal tivesse acontecido, certamente constaria da correspondência do ministro; contudo serve para mostrar como já em 1827 se escrevia a este respeito.

A missão da fragata foi tida, pelo menos, como uma das duas razões decisivas da partida imediata para o Brasil.

Nesse sentido escreveu o ministro dos Estados Unidos: "No dia 22 o príncipe recebeu informações de estar o exército francês em ponto de atra-

---

1 No dia 22, Araújo enviava gazetas espanholas a José Egídio e dizia na carta que as acompanhava: "Até agora não veio o *Moniteur*; se vier o remeterei, mas talvez não chegasse." Nessa data certamente ainda não se falava no decreto, mas a inquietação dominante tornava mais aguda a curiosidade de saber quanto se publicava no órgão imperial.

vessar a fronteira. Tal notícia sobressaltou o palácio, onde foi notado desusado movimento. A 24 uma fragata britânica entrou com bandeira de trégua."

Descreve então o diplomata quanto se passou para precipitar o embarque da família real e conclui: "Não é sabido ainda se essa resolução repentina foi devida à marcha do exército francês ou às missivas trazidas pela fragata; foi provavelmente por ambas estas razões."

Em verdade, naquela mesma data, reuniu-se à noite o Conselho de Estado e ficou definitivamente deliberada a partida imediata para o Brasil. O visconde do Rio Seco foi chamado à meia-noite ao palácio da Ajuda, onde os conselheiros ainda estavam em sessão, e recebeu diretamente do seu amo instruções para o embarque na tarde de 27. D. João concluiu por dizer-lhe: "Vai, não percas tempo e pede o que quiseres."[2] No dia seguinte o arsenal teve ordem de aprontar os navios para fazeram-se ao mar e começou o embarque das bagagens, trabalhando-se sem cessar até as três horas da tarde de 27, quando o príncipe regente chegou ao cais, vindo em seu seguimento todas as outras pessoas da Família Real. Ainda depois, continuou-se na mesma faina, até nove horas da noite, para embarcar as demais famílias e numerosos volumes.

Preferindo abandonar a Europa, procedera d. João com exato conhecimento de si mesmo. Um forte rei teria verificado em tempos as deficiências da expedição de Junot e organizado a resistência. Se essa viesse a malograr-se, seria então a vez de expedir para o Brasil, ou para uma das ilhas mais próximas, toda a família real, e abraçando francamente a velha aliança inglesa, recolher-se a bordo da sua esquadra, unida à do seu aliado, esperar o dia de com ele desembarcar nos seus estados e empreender a reconquista do solo dos seus avós, como os seus súditos viriam a fazer sem tê-lo à frente. Mas reconhecendo-se incapaz de heroísmo, preferiu a solução pacífica de encabeçar o êxodo e procurar no morno torpor dos trópicos a tranquilidade ou o ócio para que nascera.

Ele procurou certamente acomodar-se com a consciência atribulada, conciliar os deveres de soberano de fato, depositário da Coroa de sua mãe demente, herança para seu filho menor, e recorreu talvez às tradições da Monarquia, de que fazem menção tantos historiadores.

---

2 Rio Seco. *Exposição* para ser publicada. 1821. Cópia para o príncipe d. Pedro. Arq. do cast. d'Eu.

Com a morte do cardeal d. Henrique em 1580, o prior do Crato pretendeu ascender ao trono; mas Filipe II de Espanha proclamou-se o legítimo herdeiro da Coroa e suas forças, sob o comando do duque d'Alba, invadiram Portugal. D. Pedro da Cunha, a quem d. Sebastião deixara em Lisboa como capitão-general, aconselhou o prior a passar-se com os seus para o Brasil e a aí fundar um Império. d. Luís da Cunha, o famoso diplomata e neto do capitão-general, também era de opinião que o Brasil deveria ser refúgio da família real em caso de perigo na Europa.

Querendo acautelar-se contra a hipótese de mau êxito na gloriosa empresa da restauração do Reino, absorvido pela Espanha, d. João IV, fundador da dinastia de Bragança, tomara disposições para buscar no Brasil salvação para a sua descendência. Quando Luís XIV casou com uma filha de Filipe IV de Espanha e declarou já não haver Pirineus, receou-se a divisão de Portugal entre aqueles dois soberanos conquistadores. Então o padre Antônio Vieira aconselhou a passagem da sede da Monarquia para o Brasil. Era ainda corrente que Alexandre de Gusmão dera a mesma ideia a d. João V e d. José chegara a ter a esquadra pronta para atravessar o oceano em 1762, quando Portugal foi invadido por dois exércitos, de França e Espanha. Também Sivestre Pinheiro, mais tarde ministro de d. João VI, representara ao trono, após a ameaça desfechada sobre a Europa pela usurpação napoleônica, sustentando a opinião de não restar à Coroa outro recurso "senão o de procurar quanto antes nas suas colônias um asilo contra a hidra nascente, que jurava a inteira destruição das monarquias da Europa".

Filipe V de Espanha, perseguido pela Inglaterra, Holanda, Áustria e Portugal, que o viam no trono como um prolongamento da Casa de França, cujo poder não lhes convinha deixar expandir-se, cogitara igualmente de abandonar Madri e refugiar-se na colônia onde fora outrora o Império dos Incas. Um cortesão animara-o a atravessar os mares: "Dentro de dez anos, Sire, voltareis para conquistar a Espanha com os tesouros do México." Tudo isto porém não teria passado de projetos. Nem Filipe V, nem rei algum seu vizinho se animara a abandonar os povos na hora do perigo. Nunca o invasor encontrara deserto o trono de Portugal, erigido pela nação para ter à sua frente o soberando, quando fosse preciso defendê-lo.

A 26 de novembro, já tendo o invasor entrado em Abrantes, distante da capital vinte e seis léguas, a Tomás descia para Queluz a fim de embarcar no dia seguinte em Belém. Com receio de que os franceses tomassem as fortalezas

da barra e criassem obstáculos à saída dos navios, mandara o Governo disparar os canhões, encravá-los um a um e atirar a pólvora ao mar. A guarnição de S. Julião recusou-se a obedecer e declarou que se o príncipe preferia desampará-la, ela podia sujeitar-se de bom grado a qualquer força estrangeira, fosse inglesa, russa, espanhola ou francesa. D. João referia amargamente esse triste espisódio a Strangford, quando este, para atender ao desejo de Sidney Smith, lhe pediu a bordo que desse ordem ao comandante do forte do Bugio para receber guarnição inglea e admitir que a força ali destacada aceitasse o comando de oficiais ingleses, ou então se retirasse. O almirante considerava a posse do forte indispensável às operações do bloqueio; mas o príncipe recusou a assinatura pedida, confessando recear, pelo exemplo do de S. Julião, não ser obedecido e temendo além disso a Rússia, cuja esquadra, fundeada a pequena distância, se acharia ameaçada por tal medida. "Convencidos da verdade desta observação e da pouca autoridade que tinha agora o príncipe real nos seus domínios da Europa," desistiram o ministro e o almirante de insistir no assunto, reservando-se para executar a operação oportunamente, tanta era a certeza do seu bom êxito.

Por seu lado, a regência nomeada pelo príncipe tomou uma série de providências, tendentes a dispor a favor da população o ânimo dos invasores. Mandou-lhes ao encontro, para ficarem ao seu serviço, seis das melhores carruagens da casa real e pôs à disposição de Junot os paços de Bemposta e das Necessidades, aos quais ele preferiu o esplêndido palácio oferecido pelo barão de Quintela, um dos homens mais ricos de Lisboa e pessoa de suas antigas relações, ao tempo em que fora embaixador de França em Portugal. Diz o historiador oficial da guerra civil que "naquele tempo, tártaros e até turcos seriam recebidos tão bem como os franceses", tal era o descontentamento do povo com o governo, tal era a sua indignação ao ver-se de repente abandonado. Escrevia o cônsul da Dinamarca que os franceses não só foram bem acolhidos, mas até havia nesse acolhimento aparência de amizade.[3]

3 J. Aires, cônsul da Dinamarca. Of. nº 20 em 2 de dez. – Horace Say cita instruções dadas pelo Princepe Regente e annexas ao decreto de nomeação da Regência, nas quais era recomendado a todas as autoridades alojar convenientemente as tropas fracesas, fornecer-lhes toda espécie de auxílio e evitar que lhes fosse feito o menor insulto, sob pena de rigoroso castigo, de modo a conservar-se sempre boa harmonia entre duas nações sem razão de serem inimigas, apesar de se acharem armadas. *Hist. des Relat. Comerc. entre la France e le Brésil.* Paris, 1839, pág. 17.

Na mesma noite da chegada, Junot foi à Ópera, apareceu no camarote da família real, onde a Regência e a nobreza presente foram render-lhe homenagem.

Entretanto não podiam ser precárias as condições em que os franceses avançaram. Receoso do êxito da sua missão, Junot passara horas terríveis. Napoleão recomendara-lhe a maior rapidez de movimentos, mas tudo se opunha às suas ordens, porque as chuvas tinham engrossado os rios e tornado quase intransitáveis os caminhos, já de si tão ruins. Ao demais, o exército, composto de homens da classe de 1807, postos na fileira desde 1806, não estava suficientemente instruído. Chegando à Espanha a 17 de outubro, nada achou preparado para favorecer o prosseguimento da marcha. Faltavam-lhe víveres, que perseguidos pela necessidade os soldados se amontoavam onde os achavam. Só em Alcântara, fronteira de Portugal, encontrou alguns recursos. Ali parou para reunirem-se as forças dispersas e esgotadas, de um quinto das quais não havia notícia. A artilheria, a princípio conduzida por juntas de bois, por fim nem desse modo podia ir adiante e estava reduzida a seis bocas de fogo. As munições e o resto do material tinham sido abandonados pelo caminho. A despeito de tudo isso, Junot empreendeu a escabrosa passagem das montanhas da Beira, onde 25.000 homens de tropa portuguesa, animados pela perspectiva de terem de sofrer a incorporação à Espanha, lhe teriam imposto invencível resistência. É a opinião de Thiers, ao pintar as condições desoladoras dessa marcha aventurosa; mas nem de tanto os portugueses precisavam; com muito menos gente os teriam posto em debandada e corrido a cacete.

Descalços, sem um cartuxo, reuniram os soldados os sapatos que encontraram, transformaram em bucha a papelada dos arquivos de Alcântara, apossaram-se da pólvora ali existente e assim alcançaram Abrantes, sem auxílio algum das tropas espanholas, consideradas de péssima qualidade e por tal razão mandadas voltar. Dos 23.000 homens partidos de Bayonne, só 15.000, apesar de enfaquecidos, puderam chegar ali; os outros tinham-se tornado incapazes de prosseguir. Reparando às pressas as armas aproveitáveis e escolhendo a melhor gente, livre dos perigos da passagem da Beira, continuou Junot a caminho de Lisboa, e ainda perdeu dois dias, 26 e 27, diante do Zezere em plena enchente, sem meios de atravessá-lo.

Napoleão acertara em confiar ao seu ajudante de campo,"inteligente e bravo até à temeridade", a terrível missão, que quase se malogrou.[4]

O próprio general relatava à esposa as tristes condições do exército, a avançar, na vontade de vencer, e vencido a cada passo pelos obstáculos do caminho, como se a natureza quisesse ajudar a obra desprezada por aqueles contra quem marchava. Ela reproduz em suas memórias as impressões dessas horas de angústia: "Junot chegava a Abrantes mais como figitivo do que como enviado para anunciar ao povo a missão de tomar-lhe o país. Os fuzis para nada prestavam, pois desde de alguns dias serviam para ajudar os soldados a passar as torrentes, como servem os bastões ferrados para escalar as montanhas."

Quando vieram ao seu encontro duas missões, uma de generais, outra de negociantes estrangeiros e descreveram a estupefação da cidade e disseram que a calma ali reinante presagiava tempestade, Junot assegurou-lhes a benevolência do Imperador para com os portugueses, se todos eles se portassem bem com o exército, sobretudo se usassem de franqueza. Isso mesmo incumbiu-o de dizer em seu nome, ao anunciarem a sua entrada em Lisboa na manhã seguinte.

Entrar, sim; mas não se sabia onde andava o exército. A terceira divisão considerava-se perdida; a cavalaria e a artilheria estragadas andavam desviadas por paragens desertas, levadas pelas mãos de guias infiéis, ou estavam detidas pelas inundações. A chuva caía a jorros e por toda parte rebentavam torrentes. A ventania ajudava a resistência oposta pelo solo. Junot estava aterrado. As notícias de Lisboa faziam crer que tudo se dispusera para a reação. Um correio chegado naquele momento, anunciava que 1.400 homens de tropa e toda a população se levantariam e marchariam atrás do primeiro crucifixo, erguido à sua frente. Entretanto era preciso entrar em Lisboa e cumprir o anúncio feito às missões, sob pena de denunciar fraqueza.

De madrugada Junot saiu de Sacavém com o resto da vanguarda reduzida a quartoze homens, cujo pés feridos mal podiam andar, ainda ao som do tambor. No caminho encontrou trinta soldados da cavalaria portuguesa, mandados ao seu encontro pela regência. Entre Sacavém e Lisboa

---

4 Thiers. *Op. cit.,* vol. I, págs. 567-71.

fora apenas possível reunir 1.200 homens. Com essa simples força entrou ele na cidade de manhã, pelos lados de Belém, de cuja torre logo se apoderou e donde viu ainda a esquadra portuguesa, levando a bordo as presas cobiçadas.[5] Das janelas da sua casa viu d. Pedro Holstein, o futuro duque de Palmela, esse doloroso espetáculo, "onde os soldados franceses chegavam, não em triunfo e com aspecto de vencedores, mas quase em debandada, cansadíssimos da longa e precipitada marcha e apresentando-se aos habitantes da capital, na sua primeira entrada, mais como objeto de dó que de terror".[6]

Soriano cita a *Histoire de la Guerre de la Peninsule,* escrita pelo general Foy, para com ele lamentar "a triste condição do soberano, cujos cortesãos não tinham podido acreditar no patriotismo e dedicação do povo, porque eles próprios só tinham no fundo d'alma egoísmo e covardia". Esquecem ambos que seria impossível levantar coragem, e inflamar patriotismo ante a imagem desse príncipe, impregnado de medo, cuja preocupação era pôr-se a bom recato, salvar-se pessoalmente a despeito de tudo.

Realizado esse intuito, o medroso, escapo ao perigo, impava de bazófia deste lado do mar, no manifesto 1º de maio de 1808, em que da nova sede da Monarquia declarava guerra à França: "S. A. R. o príncipe regente, surpreendido de uma conduta tão inaudita, teria podido reunir o corpo de tropas que tinha junto de si e fazendo entrar a esquadra inglesa no porto de Lisboa, reduzir a pó o pequeno e miserável corpo, a cuja frente o general Junot avançava com uma temeridade que seria incrível, se a sua conduta em Lisboa e Veneza o não tivesse feito conhecer e se ele não

---

5 Duchesse d'Abrantes, *Mémoires,* vol. VII, págs. 24-6. Thiers e Soriano são acordes em dizer que Junot chegou às 8 ou 9 horas; o cônsul da Dinamarca refere-se a esta data em ofício de 2 de dezembro e o ministro dos Estados Unidos dá o general e sua vanguarda esperados a 29 à noite ou a 30 da manhã; entretanto o ministro austriaco anunciava essa entrada como feita às 7 horas da noite "de domingo", dia em que saíra a esquadra de manhã cedo. Em ofício anterior àquele onde dá esta notícia, informa ter a esquadra partido a 29 cedinho; dali resulta a data de 29 para a entrada de Junot. Duas horas depois dela partir e antes de chegar o general, a proclamação desta era destribuída; dizia ele ter vindo salvar o porto de Lisboa e o príncipe regente da influência maléfica da Inglaterra; mas o príncipe, enganado, entregava-se aos seus inimigos.

6 Manuscrito de Palmela, citado por Maria Amália na *Vida do duque de Palmela,* vol. I, pág. 182.

confiasse no coração do virtuoso príncipe, que nunca exporia a terríveis reveses os seus povos a troco de um primeiro sucesso seguro, que só serviria de castigar a audácia de um homem, que como muitos outros abusava do poder, que lhe havia sido confiado ou que executava ordens, que de modo algum se pudesse justificar."

Desde agosto a partida estava planejada e preparada, dependendo apenas da ação do Imperador. É ainda o próprio príncipe regente quem o diz nesse mesmo manifesto. Aí se lê que depois de intimada pela França e Espanha, "a corte de Portugal começou então a tomar medidas para segurar o seu retiro para aquela parte dos seus estados que não pode temer uma invasão, cujas consequências venham inquietá-la". Com tal intuito fez armar os navios de sua esquadra em condições de navegar.[7] Nesse documento, bem como no decreto onde anunciou em Lisboa a resolução da partida revela d. João a preocupação de não ser inquietado. De 17 de agosto data do ultimato, até 27 de novembro, dia do embarque, decorreram três meses e meio, tempo suficiente para as operações.

Antônio de Araújo escrevia ao ministro em Londres, a 7 de setembro, autorizando-o a comunicar verbal e confidencialmente ao gabinete de St. James, que "o príncipe regente tinha tomado a resolução de mandar aprontar a sua marinha para o caso de ser urgente a sua retirada e da Tomás."

A 17 de outubro escrevia de novo que nem o príncipe regente haveria de desertar por terror pânico, causando susto ao povo, suspeitoso da sua partida, como já acontecera, nem também haveria de esperar o último perigo, arriscando-se a haver ventos contrários para obstar a saída do porto. Na mesma ocasião também participava já terem sido dadas as

7 É esta a relação dos navios, fornecida ao chefe da esquadra inglesa pelo comandante da esquadra portuguesa: oito naus, quatro fragatas, três brigues, uma escuna, várias charruas e outros navios mercantes, ao todo 36 velas. Só ficaram no Tejo três navios, verdadeiros cascos velhos, cinco fragatas que nem admitiam conserto ou o requeriam total, um navio em conserto e quase pronto, e um no estaleiro, mas ainda em cavernas.

ordens para transportar a depósitos as pratas das igrejas e outros artigos de valor “a fim de estarem prontos a todo o momento.”[8]

A Inglaterra forcejava por essa resolução, que entrava nos seus cálculos de influência comercial no Novo Mundo e de apoio para as suas operações navais; além disso conhecia as disposições do seu aliado, por ele mesmo comunicadas. Há um discurso, realmente proferido por Pitt, ou a ele atribuído, em que vem esboçado esse plano maduramente meditado: “Muito de antemão”, dizia o orador, “e com muito vagar, tem a Grã-Bretanha feito considerar com precisão e minúcia, assim matemática, como politicamente, todo aquele país ou região, chamado América Meridional, onde o nosso antigo aliado e amigo Portugal tem assente o seu Império e onde convém à Grã-Bretanha fazer assentar o trono do Império português. Oh, nobre e magnânimo projeto pelo qual a dinastia de Bragança seria respeitada nas quatro partes do mundo!” As barreiras da defesa de Portugal estavam ali, “donde o príncipe do Brasil pode reconquistar o seu Reino; é de lá que ele pode ditar leis à Europa e com cetro de ferro pode castigar a França por causa de seus crimes e a Espanha por causa das suas perfídias”.

Essa mesma linguagem era empregada num folheto publicado em Londres no mês de outubro, em idioma francês, e destinado a aplaudir o procedimento da corte portuguesa: “É no Brasil que Portugal se torna uma potência, escrevia o autor anônimo; o Brasil é o seu reduto inexpugnável contra a tirania da Europa.” Do Brasil, Portugal poderia punir os crimes de Napoleão e a fraqueza da Espanha, seu cúmplice, e vingar-se de ambos. Dir-se-ia que desse modo se anunciava previamente a ocupação de Montevidéu e de Caiena. O autor não dissimulava o receio de d. João recuar, se Napoleão simulasse renúncia das suas exageradas exigências. Seria o meio que ele empregaria para adormecê-lo e depois apanhá-lo descuidoso; “porque um príncipe que manifestava tais sentimentos, já não podia reinar enquanto Bonaparte existisse.” D. João só tinha uma coisa que fazer, era executar a sua magnânima e sábia resolução, fossem quais fossem as

---

8 Docs. n^os^ 45 e 40, às págs. 292 e 275 da obra *O conde de Linhares* pelo marquês de Funchal. Lisboa. Tip. Bayard. O enc. de neg. da Suécia conhecia essa resolução, da qual dava parte ao seu Governo em ofício de 28 de outubro: “A prataria e os objetos valiosos das igrejas das províncias foram recolhidos ao Porto, Coimbra e Palmela. Em todo o distrito de Lisboa ainda não foi dada esta ordem.”

propostas do inimigo. Se condescendesse em aceitá-las, estaria perdido. É de notar que este pensamento e esta linguagem, até a frase "magnânima e sábia resolução", se encontram depois nas notas de Strangford, narrando a partida da família real. Aí está também o mesmo receio de até à última hora o príncipe decidir-se a recuar, enganado por promessas francesas.[9]

Apesar daquela antecedência, houve no embarque casos característicos da desordem e incapacidade administrativa do reino. O Ministério da Marinha expediu um aviso ao fiscal do Erário para receber as somas necessárias à esquadra; mas tal aviso só chegou às mãos do destinatário no Rio de Janeiro em dezembro do ano seguinte. O estribeiro-mor, marquês de Vagos, dava ordens para fretar um iate com o fim de transportar as carruagens reais, quando tais embarcações, de pequenas dimensões e empregadas na navegação dos rios, não tinham escotilhas bastante largas para dar passagem àquela carga. Em matéria de estiva as faltas foram desastrosas. Logo ao sair à barra foi preciso quase tudo pedir à esquadra inglesa. Raros navios não foram postos à ração. O abastecimento d'água não chegaria para mais de três semanas ou um mês. Quando foi anunciado o embarque, não estavam a bordo nem comedorias salgadas nem o suprimento suficiente de bolacha. Recebeu-se farinha à última hora. A própria família real teve de sofrer privações, cortaram-se lençóis para com o respectivo pano confeccionarem-se camisas. Em sinal da confusão que reinava, ficaram na praia caixões em número para encher de sobra os porões de dois navios.[10]

Quando o povo teve a confirmação das suas desconfianças de tantos dias e viu os preparos de toda a dinastia, de toda a corte, a fim de

---

9 *Reflexions sur la conduite du Prince Regent de Portugal*, Londres. F. Harper, le Jeune et Octobre 1807 – Caiena capitulou a 12 de janeiro de 1809 diante da expedição enviada do Pará em novembro de 1808. O Estado Oriental foi pela primeira vez invadido em 1810.

10 A família real era composta de onze pessoas: a Rainha d. Maria I, d. João, sua esposa, dois filhos e cinco filhas. Em sua companhia estava o Infante de Espanha. d. Pedro Carlos, com quem casou depois a princesa d. Maria Teresa; d. Pedro, e d. Pedro Carlos, noutro d. Carlota e os demais filhos; num terceiro a qual, ao fim de dois anos, ficou viúva. Num dos navios vinham d. Maria, d. João, as princesas irmãs da Rainha.

escaparem aos perigos a que o abandonavam, quem pôde fugiu para o interior, temendo ser a cidade bombardeada pelos ingleses, ou saquada pelos franceses. Até da esquadra russa, entrada recentemente, havia medo, por desconfiar-se dos seus desígnios.[11] Os que ficaram encheram as ruas a chorar, desabafando a dor em imprecações de queixa e desespero. A turba rodeava o visconde do Rio Seco, quando em marcha para Belém, acusando-o de traidor e instrumento do seu martírio, pedindo-lhe contas do chefe que os queria deixar ao desamparo, expostos a tantos males. Ele explicava os acontecimentos do melhor modo e procurava justificar o príncipe, cuja influência em tudo aquilo contestava. Ninguém o queria ouvir. Levaram-no de roldão até ser salvo pela guarda posta às suas ordens, mas após garantir que ficaria em Lisboa, para servir de quarteleiro a Junot. Nesse terrível momento chegou sua família ao cais; mandou-a então voltar a casa, o que acalmou aquela gente e convenceu-a de ser verdade quanto ele dizia, tornando-lhe possível a evasão.[12]

Calculavam-se em mais de oitenta milhões de cruzados, em ouro e diamantes, as riquezas que imigravam. Tanta gente que ia embora levava a metade do dinheiro circulante no Reino.[13] Já havia três meses os oficiais do Exército não recebiam soldo e estavam em atraso o pagamento dos juros da dívida pública e os ordenados dos funcionários. As despesas acarretadas pela neutralidade assinada com a França tinham esvaziado os cofres onde apenas restavam dez milhões de cruzados, ou 4.000 contos. Diz a duquesa de Abrantes que d. João quis arrecadar e conduzir a prata das igrejas, e só desistiu desta ideia a conselho de Antônio de Araújo, a quem se afigurava o péssimo efeito de tal medida sobre o espírito religioso da nação, enquanto, do seu lado, o príncipe receava a cobiça

---

11 Compunha-se a esquadra russa de sete navios, os últimos dos quais chegaram no dia 2. Embora contra a disposição dos tratados, que só admitia a entrada de seis, perimitiu-se a todos fundearem no porto, com receio de qualquer ação fora da barra, contrária à retirada da Tomás para o Brasil. O tratado de Tilsit dava motivo a desconfiar das intenções dessa frota.

12 Rio Seco. *Exposição* cit.

13 Diz o ministro dos Est. Unidos que os diamantes eram calculados em 100 milhões de dólares e o dinheiro e a prata em trinta milhões. – Of. de 29.

do conquistador, diante de tão preciosos valores, como realmente veio a acontecer.[14]

O povo afluía ao cais de Belém e apupava os fugitivos. Araújo teve de retirar-se para escolher hora propícia ao embarque. Mais de um regimento desobedeceu à ordem de passar a bordo da esquadra; começando a debandada, alguns deles dissolveram-se. O 13º de Infantaria procurou debalde lugar em várias embarcações e por fim procedeu como os demais. D. João apareceu em companhia de seu sobrinho, d. Pedro Carlos, e vinha oculto em carruagem fechada, cujo cocheiro não vestia a libré da corte; trazia apenas um criado e não havia ninguém para recebê-lo. Cabos da guarda de polícia lançaram pranchas sobre a lama para que eles se pudessem apear e levaram-nos em braços até a embarcação. Diz a duquesa de Abrantes que foi o conde de Novion, emigrado francês a serviço de Portugal, chefe da legião de polícia, quem dissuadiu o príncipe regente de embarcar publicamente para despedir-se do povo, cujas más disposições a seu respeito, em tal momento, já eram conhecidas. Apesar, porém, de todas as precauções tomadas, ouviram-se murmurações de desgosto.

Figurando o embarque em condições normais, há uma gravura inglesa dessa época, na qual d. João é representado dando a mão a beijar e as operações da partida se fazem em boa ordem. Também o ministro austríaco afirma que o povo afluiu aos cais sem ocasionar a mais leve desordem e parecia paralisado pela mais profunda dor e consternação. Nunca se vira maior manifestação de lealdade a um soberano. Ele próprio, porém, confessa nada ter assistido e haver-se limitado a escrever a Araújo, pedindo-lhe que apresentasse as suas homenagens ao príncipe regente.[15]

14 Conforme viu anteriormente, Araújo comunicou em outubro à legação de Londres que tinham sido dadas as ordens para transportar a depósitos a prata das igrejas. A prata, a que se refere a duquesa, era com certeza prata dos templos de Lisboa, a qual, como consta do ofício do representante da Suécia, não foi arrecadada, talvez por aquele conselho de Araújo. Realmente, a 30 de outubro, escrevendo ao secretário do príncipe regente, ele aconselhava excluir a prata das igrejas, para ser depositada a parte destinada ao serviço divino, conforme reclamavam muitos frades que lhe vinham falar. – Carta no arq. do cast. d'Eu.

15 Lebzeltern. Of. de 28 nov.

A narração da marquesa de Abrantes, mulher de Junot, o general da invasão, onde os fatos são apresentados de modo tão diverso, poderia ser arguida de má vontade contra d. João e de ter o propósito de apresentá-lo mal; deve-se, porém, considerar que se coaduna com a exposição de Rio Seco e também com o caráter do príncipe. É estranhável que os cronistas portugueses nada tenham escrito acerca de episódio de tamanha importância. Os ingleses eram interessados na boa reputação do regente e naturalmente procuraram divulgar versão diferente da triste realidade. Todos os historiadores desmentem a plácida cena da gravura, entre eles Soriano, e principalmente o autor da *Vida de d. João VI,* que escreveu em 1827 e foi contemporâneo, talvez testemunha dos acontecimentos.

Pela primeira vez, após dezesseis anos de reclusão, d. Maria respirou o ar livre das ruas, por onde rolava às pressas o coche que a conduzia. Pareceu então voltar-lhe a luz da inteligência: "Não corram tanto! Acreditarão que estamos fugindo." Dir-se-ia adivinhar as razões daquela mudança. No cais passaram-na para uma cadeirinha, onde continuava a gritar como era seu costume: "Por que fugir sem ter combatido?" Foi preciso constrangê-la a embarcar. Rúbio colhe essa informação na obra de Bouchot, *História de Portugal e de suas colônias.* Também De Monglave insere as mesmas frases da Rainha na *Correspondance de d. Pedre I* e Oliveira Martins em sua *História de Portugal.*[16] A este respeito escreve Soriano: "Dizem que alguns a ouviram gritar por várias vezes: 'Olá! Nós deixamos o Reino sem haver um só combate...' Como seu cocheiro picasse o passo aos cavalos, para evitar acumulação de gente, disse-lhe ela: "Não tão depressa, pensarão que estamos fugindo."[17]

Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, ajudante de Paulo Barbosa na mordomia da Casa Imperial do Brasil, redigiu algumas notas, infelizmente muito poucas e inéditas, acerca de anedotas, fatos e tradições de que ali teve notícia por gente do respectivo serviço. Diz uma delas que ao embarcar na galeota, perguntava a Rainha ao príncipe regente qual a batalha perdida pelos portugueses para forçar a família real e a corte a emigrarem com destino ao Brasil. Parece tratar-se de um fato apresentado

---

16 *Corresp. de d. Pedre*, pág. 8. *Hist. de Port.*, pág. 238.

17 *Hist. da Guerra Civil*, tomo II, pág. 674.

sob diferentes formas, ou de uma de tantas criações populares para traduzir certas situações da História. Tudo isso se afigura muito ajuizado; mas há momentos em que o juízo se diria fugir dos cérebros lúcidos e buscar refúgio na cabeça dos doidos.

Cerca de quinze mil pessoas reuniram-se a bordo da esquadra. Talvez este número, citado por mais de um historiador não seja exagerado; a marquesa de Abrantes conta 13.800; Oliveira Lima recorda o cálculo de um oficial inglês, segundo o qual só a bordo do *Príncipe Real,* onde vinha d. João, acumulavam-se mil e seiscentas pessoas. Muita gente dormia no tombadilho, ou nem sempre achava onde dormir. Tal ajuntamento, em época de higiene rudimentar, favoreceu a proliferação de pragas, que afligiram, sobretudo, as damas. Tamanha foi a invasão de piolhos, que todas elas, inclusive a princesa real, tiveram de cortar os cabelos para atacar eficazmente os parasitas com banha e pós de Joanne. Quando as visse chegar tonsuradas, todo o belo sexo do Rio de Janeiro haveria de tomar a operação como requinte da moda e dentro em pouco tempo as fartas cabeleiras das cariocas caíram, uma a uma, devastadas a tesoura.[18]

A impressão recebida a bordo por Strangford, poucos momentos antes da partida, e por ele referida ao seu Governo já deixava prever as condições em que se realizaria a viagem: "Não é possível descrever a situação destas ilustres pessoas [a Tomás], a falta de conforto, a paciência, a resignação com que sofrem privações e dificuldades originadas por esta mudança."

D. João aproveitava a eloquência daquele espetáculo e fazia-o valer a seu favor, invocando o amparo do rei da Inglaterra para os interesses

---

18 Jacobina, *Notas.* Desde essa época até quase um século depois, só as mulheres de condição inferior cortavam os cabelos porque seus meios de vida não lhes permitiam os cuidados exigidos para a boa conservação de tão majestosa prenda. Os cabelos curtos tornaram-se, pois, sinal de baixa origem e baixo meio. Entretanto, poucos anos depois, damas de outras classes privaram-se das cabeleiras, mas por motivos políticos. Refere Tollenare que durante a revolução de 1817 em Pernambuco, seu chefe, Domingos José Martins, e sua esposa convidaram as senhoras pernambucanas a desfazerem-se desses vãos ornamentos, que iam mal à austeridade republicana. Houve quem acedesse ao convite, mas, então, dizia Tollenare "olhava-se com malícia as senhoras que traziam cabelos cortados a Tito." – Tollenare, *op. cit.*, pág. 235.

que abandonava na Europa. "O príncipe regente pediu-me que eu contasse fielmente a cena por mim presenciada", continuava Strangford, "mas não esquecesse de ao mesmo tempo declarar que ele se submetia ao seu destino sem murmurar, rogando incessantemente à Providência a bondade de favorecer e fazer prosperar o poder de quem recebera proteção nas horas de perigo; que esperava soubesse S. M. dar o devido apreço ao sacrifício por ele feito de deixar o seu país, e também pensava e sentia ser esse sacrifício realizado sob os auspícios de um soberano, que o poderia e deveria recompensar. Por último declarou nunca se ter sentido antes tão independente *(that he "never felt himself so independant before")*[19].

Ao desfraldarem as velas, os navios foram separados por uma tempestade e nunca mais se puderam reunir. Alguns aportaram na Bahia, entre eles acompanhado por uma das quatro naus inglesas, saídas de Lisboa, o que trazia a rainha e d. João.

A chegada do príncipe regente àquela cidade deu motivo a um ato de importância transcendente para o futuro do Brasil. Na convenção secreta, firmada em Londres a 12 de outubro, estabelecera-se a promessa de assinarem as duas partes contratantes um tratado de socorro e comércio, e no artigo adicional estipulara-se que no caso de fechamento dos portos aos ingleses, seria aberto na costa do Brasil o de Santa Catarina ou outro qualquer, onde livremente se importariam em navios ingleses todas as mercadorias até então admitidas em Portugal, as quais, enquanto não se fizesse outro acordo, pagariam os mesmos direitos.

Negou-se o governo português a ratificar esta cláusula. Nas razões dadas como fundamento da recusa, dizia Araújo que quando se tratou da ida do príncipe da Beira para o Brasil, concebera-se o projeto de abrir o porto de Santa Catarina, "mas como se não efetuou a partida", acrescentava, "não se pode por ora estabelecer um plano de comércio, instituindo uma alfândega geral para este fim. Se acaso S. A. R partir com toda a Tomás, fica tirada toda dúvida; quando não, seria preciso convir com a Inglaterra de algum meio (o que é possível), de dirigir o comércio que o mesmo senhor quer favorecer, tanto para comprazer com S. M. B, como porque as manufaturas inglesas permitidas são de primeira necessidade para os habi-

---

19 Of. nº 114, de 3 de dez. cóp. no *Record Office* do vol. 56 séria F. O., 63.

tantes daquela colônia. Mas no momento atual o estabelecimento na ilha de Santa Catarina faria irritar as potências aliadas do continente, o que S. A. R. quer por último remédio evitar. Resta pois a convir com a Inglaterra em um meio mais disfarçado para se fazer este comércio, para o que se tratará com o Governo britânico quando ele queira, e esta é a razão de não ser ratificado este artigo".

Quando ainda se acreditava na possibilidade de resistir aos franceses, concentrando-se no istmo de Peniche, isolado por um fosso, forças que pudessem ser socorridas por mar e donde a Tomás conseguisse retirar-se com segurança, contou-se com a ocupação dos portos pelo inimigo. A esse tempo estava resolvida a ida do príncipe da Beira e nesse caso conviria encaminhar para o Brasil o comércio com a Inglaterra, que cessaria no Reino. Seria então necessário abrir ali uma alfândega.[20] Prevenindo esta hipótese, foram dadas instruções ao ministro em Londres para negociar a convenção, com a cláusula relativa a este assunto e não ratificada por Portugal, já por não ter partido d. Pedro, já por que a situação de terror, criada após a chegada de d. Lourenço de Lima, dispunha o Governo a não desgastar e até a lisonjear o senhor do continente.

Em virtude de ter-se assentado naquelas combinações, houve conversas a tal respeito entre Araújo e Strangford; mas não tiveram seguimento, porque quando o governo português se negou a ratificar a dita cláusula, além do mais, já a situação entre os dois países se havia tornado grave. A 4 de novembro, receoso do mal efeito das notícias vindas de Paris, Strangford pedia explicações e fazia ameaças; no dia 8 o Governo decretava a detenção dos ingleses e o sequestro dos seus bens. Nesta última data comunicava-se ao ministro em Londres que a cláusula relativa ao porto de Santa Catarina não podia ser ratificada; dezesete dias depois, talvez antes de ali chegar esse ofício, embarcava a corte para o Brasil. Daí escrever Tomás Antônio: "Antônio de Araújo tinha falado com o ministro inglês,

---

20 Em ofício de 7 de setembro ao ministro em Londres, participava Araújo as resoluções do Governo que poderiam ser de maior utilidade, tanto para Portugal como para a Inglaterra "com quem podem continuar", dizia ele, "as relações comerciais em direitura para aquela colônia, onde se há de estabelecer uma alfândega geral com tarifa de direitos. Daqui resultará um benefício para a Grã-Bretanha, que a compensa da clausura dos portos."

lorde Strangford, que se havia de abrir algum porto, mas em consequência disto não houve ocasião de negociar, nem de compensação inglesa, e ficou aberta a porta. À mesma conversa também se referiu à Bahia o marquês de Belas, conselheiro de Estado, cuja ação foi muito importante nas resoluções tomadas para a partida da família real.[21]

Apenas d. João ali aportara, José da Silva Lisboa procurou d. Fernando Portugal, que o distinguia com a sua amizade, para convencê-lo de ser indispensável a abertura dos portos ao comércio do universo, pois se até então neles só entravam navios portugueses e só com Lisboa e Porto se faziam trocas, fechados estes, em virtude da ocupação francesa, ficaria o Brasil sem as mercadorias necessárias à sua vida, a Monarquia sem recursos e a exportação sem mercados onde se despejar.

A clareza destes fundamentos, não evitou a grande resistência que eles encontraram e parecia de graves consequências tornar tão depressa, na primeira semana após a chegada ao Brasil, medida de tamanho alcance, na ausência da maior parte dos conselheiros da Coroa, atrasados na viagem, por haver a tempestade separado os navios onde vinham; mas "apesar da forte oposição que se fez", escreveu o filho de Lisboa, "tal foi a força dos seus argumentos que aquele fidalgo cedeu às suas persuasões e fez com que o príncipe regente publicasse a carta régia de 28 de janeiro".[22] Áulico consumado, para mais exaltar a obra do príncipe, "o qual pareceu impelido de súbita luz e raio santo", alude o próprio Lisboa aos tropeços que encontrou: "Tendo o coração ainda maior que o diadema, não hesitou um momento em realizar um benefício político, que ainda a bons estadistas parecia quase impossível ou de muito problemático e impolítico efeito", devido ao sistema, celebrado em Utrecht pelas potências, de estabelecer o

---

21 Manuscrito autógrafo de Tomás Antônio Vilanova Portugal, existente na Bibl. Nac. e intitulado *Desde 1808 no Brasil, Rio de Janeiro, Administração do Presidente do Erário d. Fernando José Portugal, depois marquês de Aguiar.* – No vol. I, pág. 70 da *Corografia,* escreve Melo Morais: "... tendo [José da Silva Lisboa] na Bahia conversado com o marquês de Belas sobre a abertura dos portos... este lhe fez sentir que os ingleses a queriam e contou-lhe a conferência que havia tido lorde Strangford com A. de Araújo a respeito do mesmo assumto." Como adiante se verá, há exagero e engano no plural "os portos" empregado por M. Morais. O marquês de Belas não o podia ter usado por ser contra a verdade dele conhecida.

22 Bento Lisboa, barão de Cairu, *Rev. do Inst. Hist.* 1856, tomo I, pag. 240.

monopólio. "É pois inteiramente obra sua a carta régia", proclama Lisboa: "neste liberal expediente o senhor d. João teve em protótipo a magnificência da Divinidade."[23]

A apologia do príncipe, feita pelo autor da ideia por ele realizada, inspirou contestações acerca do valor da iniciativa, a qual na opinião dos que a tentaram diminuir, deveria ter sentido à abertura definitiva e não apenas interina dos portos. O modesto filho da colônia devia considerar-se feliz de ter obtido tanto. Uma vez abertos os portos, seria quase impossível voltar ao monopólio, a que as potências, sobretudo a Inglaterra, oporiam obtáculos irremovíveis. Se apesar de atribuir inteiramente a d. João a glória da carta régia, ousou Lisboa aludir à intervenção que nesse ato teve, foi por estar muito certo de não ser ele orgulhoso, nem tampouco vaidoso. Alguns príncipes, e até governantes de modesta ou humilde origem, não toleram a suspeita de inspirações alheias, ainda menos alusões públicas a tal respeito; preferem privar-se do auxílio a que tenham devido por algum tempo o acerto dos seus atos e arriscar-se a cometer erros, que por si sós não saberiam evitar, a serem suspeitados de realizar ideias de outrem, conselheiro ostensivo, em virtude de cargo, ou conselheiro oculto, chamado, como Lisboa, a ajudá-los.

Qualquer dúvida a respeito da ação decisiva do benemérito brasileiro desaparecia diante do testemunho de Tomás Antônio, expendido no citado manuscrito: "Neste intervalo [entre a chegada do príncipe e dos conselheiros embarcados nos navios retardados] até que S. M. chegou ao Rio de Janeiro a 7 de março, d. Fernando foi capacitado por José da Silva Lisboa, a quem o marquês de Belas fez nomear Lente de Economia e por Antônio da Silva Lisboa, que ali estava administrando o contrato de João Ferreira Solla, para fazer assinar por el-rei o decreto para abrir todos os portos do Brasil às nações estrangeiras.

Desse modo empurrados por Napoleão e pela Inglaterra, e guiados pela mão de um brasileiro, o príncipe e seus ministros, embora sem compreender, davam os primeiros passos para a independência do Brasil.

---

23 J. da Silva Lisboa (visc. de Cairu). *Memória dos benefícios políticos do governo d'el-rei, Nosso Senhor, D. João VI,* págs. 67 e 70.

NOTAS

A) Em artigos escritos no *Jornal do Brasil*, em 1908, quando se comemorou o centenário da abertura dos portos, um escritor baiano, Eunápio Deiró, procurou contestar o papel de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu seu conterrâneo, e balançou-se a declarar que só em 1856 apareceu "pela primeira vez" referência à sua iniciativa da abertura dos portos num artigo de autoria de seu filho, Bento Lisboa, barão de Cairu, publicado na *Revista do Instituto Histórico*, opinião depois perfilhada por Varnhagen, visconde de Porto Seguro, na *História Geral do Brasil*, tomo 2º, pág. 1081.

A tardança da revelação, se fosse exata, não lhe diminuiria a importância. O depoimento do filho só podia ser baseado em informação do pai; mas há revelações que aparecem depois de séculos e mudam a opinião dos historiadores. A argumentação de Deiró consiste no fato de ter d. João tomado medida tão radical, ainda na primeira semana de sua chegada à Bahia, sem esperar muito dos seus conselheiros, atrasados na viagem em virtude da tempestade que separara os navios. Devia, pois, ser ideia amadurecida no seu espírito, sustentava o velho jornalista, procurando explicar a presença de Lisboa no conselho do príncipe pelo fato de ser economista reputado e de tal reputação ser conhecedor d. Fernando de Portugal, ex-governador da Bahia, 15º vice-rei do Brasil, futuro marquês de Aguiar. Ao demais continuava Deiró a argumentar, se fosse quem aconselhasse, Lisboa obteria a abertura definitiva e não interina, e não proclamaria ele próprio tudo ser devido a d. João.

É fácil rebater tais razões, Lisboa só aparece em cena, porque procurou d. Fernando para insinuar a ideia, e vem daí ser chamado a sustentá-la junto ao príncipe. Não se compreende a que propósito, tendo uma ideia amadurecida, um soberano absoluto fosse ainda ouvir sobre ela um simples professor da colônia.

Deiró desconhecia o manuscrito de Tomás Antônio e até o primeiro livro publicado por Lisboa na Imprensa Régia, em julho de 1808.

No prólogo das *Observações sobre o comércio franco do Brasil,* escreveu o célebre brasileiro: "Acresce que tendo participado da honra de concorrer para a dita Resolução Soberana [da abertura dos portos], sendo ouvido em qualidade do meu Emprego, a equidade exige a sustentação de princípios que já havia indicado em minhas obras." Confirmando esta revelação, diz Bento Lisboa, no artigo lembrado por Deiró, que seu pai "se aproveitou da amizade que tinha com d. Fernando para lhe indicar a necessidade da abertura dos portos. Já foi grande vitória convecer o ministro, dele obter a apresentação ao príncipe regente e deste conseguir a realização da abertura, ainda interina. Se d. João estivesse decidido a tomar a medida, ela não pareceria então 'quase impossível' ao seu ministro de maior confiança".

Também sem nada provar, escreveu Oliveira Martins a este respeito:

"Uma semana apenas depois de chegar, o príncipe regente, aconselhado pelo seu protetor, abriu os portos do Brasil" (*Hist. de Portugal*, vol. II, p. 187). Ora, o protetor [a Inglaterra] não tinha na Bahia ninguém para aconselhar o príncipe em seu nome. Teria então aconselhado antes; mas nunca pleiteou a liberdade do comércio internacional e sim uma concessão exclusiva, que era então a abertura de um porto para si só depois uma ta-

rifa especial e mais baixa, como por fim obteve com o tratado de 1810. Apesar da imensa superioridade da sua marinha mercante sobre as demais potências, procurava a Inglaterra arredar concorrentes, ou pelo menos dificultar-lhes os movimentos. São muito expressivas as palavras ditas acerca deste assunto ao príncipe regente no Rio de Janeiro, antes da chegada de Strangford, pelo secretário da legação, Mr. Hill, encarregado de negócios, conforme sua comunicação ao Foreign Office.

Exprimindo-lhe d. João a esperança de ter satisfeito ao Governo de S. M. B. a abertura dos portos ao comércio do mundo, ele respondeu "que esta medida não podia deixar de causar bom efeito na Inglaterra, mas necessariamente produziria maior satisfação se tivesse sido autorizada a admissão de navios e manufaturas britânicas em condições mais vantajosas que as concedidas aos navios e mercadorias de outras nações estrangeiras." (*I answered it could not fail to produce a good effect in England, but that had it authorized the admittance of British vessels and British Manufactures, upon terms more advantageous than those granted to the Ships and Merchandize of other Foreign Nations, it would necessarily have afforded greater satisfaction.*) – Copiado no Record Office.

O juízo do conde da Ponte, governador da Bahia naquela época, variou muito quanto à probidade, mas não quanto aos dotes intelectuais de Antônio da Silva Lisboa, que não está apurado ser parente de Cairu. Em ofício de 23 de maio de 1806 dizia o governador ao ministro da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia: "e sempre com vantagens dos negociantes que compraram, que foram Antônio da Silva Lisbosa, que constitui caixa da negociação, por ser negociante inteligente das línguas, prático dos costumes mercantis em toda a Europa e ornado de qualidades que o distinguem da classe dos simples negociantes, Francisco Dias Coelho e Manuel José de Melo." (Cit. por Acióli. *Memórias*, vol. I, pág 291). A 11 de setembro do mesmo ano voltava o conde da Ponte a este assunto, que era a terminação dos ajustes da compra de escravatura a Mr. l'Hermitte, comandante da divisão francesa, comissão da qual encarregara a Lisboa e seus sócios, Coelho e Melo: Lisboa, "a quem tanto elogiei," escrevia o governador arrependido, "não correspondeu em tudo à minha expectação, dando-me motivos para que se satisfizessem a alguns dos credores o valor dos gêneros que fornecera à dita divisão e para que se realizasse a decisão dos resultados desta negociação pelos seus dois sócios e interessados, M. J. de Melo e F. de Coelho, igualmente por mim nomeados." (Arq. Públ. da Bahia, *Livro de Cartas a S. M. 1805-1806*, págs. 133-4).

Ainda depois da intervenção de Antônio Lisboa no negócio da abertura dos portos, escreveu o conde da Ponte a Anadia em 21 de março de 1808, referindo-se a dois ofícios de 18 e 19 de setembro de 1807, nos quais tratava "comportamento inacreditável" daquele negociante, o qual, "iludindo todas as ordens e insinuações do Governo, não só vilmente se apoderou de dez contos de réis em metal que lhe prestaram seus sócios" para a negociação da compra de escravos a l'Hermitte, como "jamais quis com eles dividir os interesses da sociedade, perdendo com tais procedimentos o pouco crédito que lhe restava e resistindo escandalosamente às mais positivas demonstrações do Governo." (Livro cit., págs. 748-75-v.) Tal desconceito, como se vê não foi obstáculo a ser ele ouvido por d. Fernando Portugal acerca de negócios do Estado.

B) O discurso de Pitt a respeito da emigração da corte portuguesa para o Brasil, ao qual se alude à pág. 59 expunha francamente o plano da Inglaterra: "colocado o trono de Portugal na América, então a Grã-Bretanha, junta ao seu antigo aliado, aumentaria o Império." Igualmente como no citado folheto *Reflexions*, é prevista a hipótese de d. João recuar; mas o discurso vem acompanhado de ameaça: "...e quando ele [o príncipe do Brasil], ignorante dos seus verdadeiros interesses ou corrompido pelas proposições da Grã-Bretanha, esta fará desembarques e invasões, umas no Brasil, outra no Pará *(sic)*, uma da parte do nascente outra da parte do poente, naquele lugar mais oportuno para mantença do trono. Mas não é crível que o príncipe do Brasil deixe de anuir ao importantíssimo plano, evidentemente demonstrado pela Grã-Bretanha... O grande ministro continua a revelar as suas intenções: "Desde esse importantíssimo momento o Império da América do Sul e a Grã-Bretanha ficaram ligados eternamente, fazendo estas duas potências um comércio exclusivo." Era a ideia, que veio a figurar timidamente na convenção secreta de 1807, de um porto aberto no Brasil só à Inglaterra. Pitt imaginava uma grande capital. Nova Lisboa, no centro do país, ligada por estradas a Caiena, Pará, Rio de Janeiro, Olinda, Calláo, Lima, Santiago, etc. O folheto fez este mesmo anúncio de divisões de possessões espanholas no Novo Mundo, saído da boca de Pitt: "O Imperador da América deve logo apoderar-se de todas as possessões da Espanha." Por fim, concluía o celebre estadista: "Se o príncipe de Portugal não anuir a tão sábio plano e deixar-se iludir pelas pacíficas propostas da pérfida França, então estará perdido para sempre."

Varnhagen põe em dúvida a autenticidade desse discurso, pelo fato de não o ter encontrado na coleção dos outros, proferidos por Pitt; não chega a negá-lo categoricamente, pois escreve: "... e mais parece em grande parte apócrifo e acrescentado por algum brasileiro que desejava apresentar a ideia, sem risco de que a censura não deixará passar." (*Hist. Geral do Brasil,* 2ª ed., tomo II, pág. 1192.) Se apenas em grande parte parece apócrifo, é autêntico na menor parte e não há meio de medir a extensão de qualquer das duas. Portanto, pode ser que na menor esteja o tópico suspeito. Aliás, parecer não é ser. O fato de não constar na coleção não é prova decisiva. Alguns discursos proferidos em parlamentos não se contêm nos respectivos Anais e são encontrados em outras publicações. Um orador pode reunir seus discursos em livros e deixar de inserir qualquer deles. Varnhagen baseia a sua suspeita no fato de ter esse discurso aparecido em Lisboa no ano de 1809, acompanhando um retrato de Pitt. Ora, antes disso, em 1807, conforme se viu, um folheto publicado em Londres e notas diplomáticas de Strangford inspiravam-se em ideias contidas no mencionado discurso ou quase as reproduziam. Daí se deve deduzir que tudo isso tinha a mesma origem inglesa e não procedia de brasileiros desejosos de fugir à censura. José Bonifácio, e antes dele Hipólito, adotaram a ideia de transferir a capital para o interior do Brasil. Aquele propôs Pirapora, à margem do São Francisco. Em maio de 1818 escrevia o *Correio Brasiliense*: "...temos por mais de uma vez dito que o Rio de Janeiro é impróprio para residência da corte e que nas campinas do rio Doce e vertentes do São Francisco se acham muitos lugares que oferecem as mais belas situações para estabelecer a Corte." (Vol. XX, pág. 614.) Varnhagen dá a prioridade aos Inconfidentes de Minas; mas é para considerar que eles tratavam sobretudo de formar desde logo um governo naquela província; estavam longe de contar prontamente com a adesão de todo o país. Só depois dela obtida, surgiria a questão da Capital.

. . . .

Capítulo IV

ESPOSOS DESAVINDOS

O FUTURO fundador do Império foi atirado ao Brasil por lufada do temporal que Napoleão desencadeou sobre a Europa. Quando o príncipe regente resolveu transfeir-se para o Brasil, seu filho d. Pedro não tinha ainda completado dez anos. Dir-se-ia que ele estava fadado a passar a vida em meio a tempestades políticas. Já em 1805, sua mãe, aliada a vários fidalgos, tramara uma conspiração com o intuito de dar o marido por doido e assumir a regência. A conjuração foi demonstrada por documentos, cartas da princesa aos pais, sobernos de Espanha, e cartas dos conspiradores uns aos outros. A Carlos IV escrevia Carlota que "o príncipe cada dia piorava da cabeça" e era tempo de acudir a ela e aos filhos. O remédio seria exigir que lhe permitissem tomar no despacho e não admitir réplica, pois a réplica deveria ser respondida com as armas na mão. Era preciso empregar tal energia para vingar as afrontas e desaires que o príncipe continuamente lhe fazia e para "amparar seus netos, que não têm pai capaz de cuidar deles", assim estimulava ela o zelo do rei. A Rainha repetia a mesma notícias: "El Príncipe está con la cabeza perdida del todo", e para provar que não era

só a pensar assim, enviava uma carta do marquês de Ponte de Lima a um dos seus partidários e onde também se lia: "O nosso homem está cada dia pior e pouco falta para se declarar completamente alienado; já todos dizem claramente que ele não pode ver a nossa divindade tutelar e que todas as jornadas que inventa é para ter motivos aparentes de estar mais tempo ausente." A Divindade tutelar era Carlota Joaquina, que contou a d. José Presas, seu secretário particular, ter realmente se envolvido nessa aventura política, denunciada a seu marido pelo padre Abrantes, a quem por isso mesmo deram a ela para confessor. Nunca porém lhe fora ao confessionário e só se confessou a sacerdote de sua livre escolha. Junot era embaixador em Lisboa, de onde se retirou apressadamente, apenas foi tudo descoberto. Esse seu procedimento e o fato de estarem envolvidos na conspiração fidalgos, que depois serviram no exército de Napoleão, fizeram acreditar não ter sido a influência francesa estranha à malograda trama.[1]

Desde então extremou-se entre os dois esposos a aversão que de longe sempre existira e começou a separação do leito conjugal. Crescia assim d. Pedro, privado daquele elemento moral, que nos lares felizes nutre a alma das crianças, como o trato dos jardins avigora as plantas e faz desabrocharem flores viçosas e belas. Nem sequer poderia abrigar-se no

---

1 José Presas, *Memorias secretas de la Princesa del Brasil.* Burdeos, 1930, pág. 214. A julgar pela opinião da própria Carlota Joaquina, seu secretário deve merecer inteira fé. Recomendando-o a seu irmão. Fernando VII, rei da Espanha, dizia ela que era homem "desprovido de toda mentira ou lisonja". – Carta de 19 de janeiro de 1813, no arq. do cast. d'Eu, maço XXX.
Mostrando os males advindos a Portugal do sistema de entregar os cargos aos fidalgos, ainda sem capacidade alguma para os desempenhar, cita Hipólito especialmente aquele marquês de Ponte de Lima, que julgado incapaz por sentença de administrar os seus bens, os quais passaram a ser geridos por sua mulher, foi entretanto ministro da Fazenda (*Correio brasiliense*, vol. V, pág. 121.) Parece que os fatos não se passaram como diz Hipólito. A casa do marquês foi posta em administração por portaria de 14 de agosto de 1810; mas por sentença justificativa, proferida a seu favor, cessaram a seu respeito os motivos daquele ato e o príncipe regente, por outro de 11 de janeiro de 1812, mandou-o repor na administração, da qual se achava privado, para poder reger e administrar a fortuna como dantes. O fato parece prender-se aos acontecimentos da invasão francesa. O marquês era o pai de d. Lourenço de Lima. Contudo de modo geral, não é infundada a observação de Hipólito acerca da incapacidade da grande maioria dos fidalgos.

regaço da avó, onde os netos encontram desvelos dobrados, que suprem a falta ou a diferença das mães. Quando ele nasceu, já d. Maria estava louca, reclusa isolada; viviam o menino e os irmãos nesse meio soturno, onde a hostilidade doméstica e política da mulher aumentava o desconsolo e as desconfianças do marido. Sob a atmosfera envenenada, onde as tristezas da demência se misturavam com desabafo ou desenvolto ódio, era impossível irromper e expandir-se a alegria infantil, que procura e aprecia o estímulo dos pais. Como os passarinhos presos, um dia libertados e ansiosos de ar livre para voar e cantar, os filhos dos casais desunidos encontram às vezes longe deles, no convívio de estranhos, o incitamento e a ressonância que não acham no lar. De índole irrequieta, irreverente, que a epilepsia iria desenvolver em assomos e violências mórbidas, d. Pedro procurava entre a gente de serviço, no meio da baixa criadagem, quem se prestasse aos seus brinquedos e exaltasse os seus excessos.

Inconsciente dos perigos que o cercavam, foi um dia o príncipe, ainda criança, no turbilhão do êxodo para o Brasil. O espetáculo sinistro do abandono da metrópole em busca da colônia foi o batismo do futuro fundador do Império. A 7 de março de 1808, seus olhos, que já se vinham se acostumando, desde a curta demora na Bahia, aos esplendores da natureza tropical, certamente espantaram-se de júbilo ante as pompas de granito e arvoredo, que cercavam a terra onde vinham agora viver.

Havia sete semanas, ardia de curiosidade a população do Rio à espera da família real. Ao porto chegaram um brigue com o anúncio da fuga de Lisboa, e três dias depois aparecia a primeira nau, separada das demais pela tempestade e onde vinham as princesas, irmãs da rainha. Um mês passaram elas sem querer descer a terra, na esperança de ver chegar a cada momento toda a esquadra, e para não tomarem precedência à soberana e ao príncipe regente. Só se decidiram a desembarcar, quando souberam que ambos estavam demorados na Bahia.

Três dias de preces em todas as igrejas haviam talvez, na fé do povo crente, produzido tão auspicioso resultado; logo redobraram os preparativos de recepção. Após vinte e quatro horas de demora no porto, desembarcou toda a corte, menos a rainha. Despovoaram-se as casas afastadas do ancoradouro e a gente veio encher o morro do Castelo, os telhados, as ruas, sobretudo aquelas onde era possível ver de perto as longas cerimônias

que se iam realizar. Até a véspera tudo tinha de ocorrer num sítio muito estreito, entre a praia e a igreja do Carmo, pois aí iria o príncipe orar; mas este determinou que queria render graças a fazer preces na própria Sé, e dentro de algumas horas foi preciso orná-la às pressas. Desse modo alargou-se o cenário do suspirado espetáculo.[2]

Na parte superior da rampa, onde o bergantim real atracou, estava erguido um altar, ante o qual se prostraram todos os príncipes. Lá se achava formado o cabido da catedral, paramentado de pluviais de seda branca e ouro com o chantre à frente, dar-lhes a cruz para beijarem. Antes porém, enquanto se aproximavam, fazia o chantre aspersões de água benta e depois agitava o turíbulo, que soava nas correntes de prata, desprendendo sobre todos eles cheirosa fumaça de incenso. Quando se levantaram, já estava aberto amplo pálio de seda carmesim, bordado a ouro, sob o qual se abrigaram e começaram a marchar lentamente no passo cadenciado das procissões. D. João sentia-se enfim a salvamento e seriam poucas todas as suas rezas para agradecer aos Céus esta suprema ventura. Dentro da sua cabeça de macrocéfalo, "cabeça de touro" definida pela duquesa de Abrantes, só passavam pensamentos suaves. Os grandes olhos redondos, esbugalhados; o lábio inferior, carnudo e bambo; a boca semiaberta dos distraídos ou parvos; o ventre dilatado e rotundo de glutão satisfeito, todo ele traduzia calma, esperança de dias plácidos no torpor destes climas, sob o azul incomparável de um fim de primavera tropical. Trajava casaca comprida de gola muito alta, colete branco bordado, calções de cetim, botas curtas, dragonas, enorme chapéu armado, com enfeites de arminho, e trazia um espadagão, pendente de cordões de fios de ouro com as respectivas borlas. Marchava dificilmente. Ao seu lado era Carlota Joaquina o contraste daquela tranquilidade irritante. Magra, ossuda, os olhos inquietos, a boca cerrada, os lábios finos, o queixo comprido, voluntarioso e duro, não ocultava a contrariedade de ver-se em terra de gentes que haveria de sempre detestar, a marchar em rua e ruela mal calçadas até uma igreja de irmanda-

---

2 Após deixar igreja do Castelo, por dissensão com os frades que a ocupavam, o cabido funcionava na igreja do Rosário. Por tal motivo, o largo onde era edificado esse templo tomou o nome de Largo da Sé. A 5 de junho o cabido foi transferido para a igreja do Carmo.

de de negros, arvorada em catedral. Vestia de preto, muito simplesmente, cabelos cortados e não empoados, sem jóias ou ornamento algum.[3]

À frente do cortejo vinham civis e militares de distinção, em trajos de corte, misturados com grande cópia de frades beneditinos, carmelitas, barbadinhos, e seminaristas de S. José, S. Joaquim e Lapa. Atrás deste cortejo desfraldava-se o estandarte da Câmara, trazido por um sujeito vestido de calção e casaca de seda preta, colete e meias de seda branca, chapéu malabado de plumas também brancas, capa ornada de bandas de seda bordada. Do mesmo modo trajavam duas filas de homens, que o ladeavam e formavam a guarda de honra do estandarte. Logo depois surgia todo o clero, com as sobrepelizes rendadas, ainda mais alvas sobre o fundo negro das batinas, e bem junto ao pálio os membros do cabido, paramentados de capas de asperges e pluviais. Marchavam em seguida grandes do Reino, oficiais-mores da Casa Real, camaristas, outros membros da nobreza, oficiais das marinhas portuguesa e inglesa e a massa anônima do povo, todos entre alas de tropa, estendidas desde a praia até às portas da Sé.

Enquanto a procissão desfilava e caía em seu caminho uma chuva de flores, não cessou um instante o mais intenso ruído, de sinos, músicas, salvas, vozes de comando, gritos de aclamações e lisonja, vindos de longe e erguidos de perto. Terminados o *Te Deum* e o beija-mão, toda a família real partiu de coche para o palácio do vice-rei, convertido em paço real.

Durante dias seguidos celebraram-se festas em quase todas as igrejas e durante nove noites houve luminárias na cidade; algumas casas porém não tinham nenhum lampião aceso e constituíam estranhável contraste com as demais, cujas fachadas resplandeciam. Eram aquelas as moradas cedidas a contragosto, ou tomadas aos donos e moradores para alojar a

---

3 Vieira Fazenda colheu estas informações, a respeito dos trajes, de uma testemunha ocular, postada na Rua do Rosário *(Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro*, vol. II, pág. 34). Essa testemunha não se refere ao pranto da princesa, a que alude Melo Morais na *Corografia Histórica*, pág. 82: "... a princesa d. Carlota, chorando muito e enxugando continuamente as lágrimas, com vestido de seda preta, liso e os cabelos cortados muito rentes, que os cortou ao embarcar para o Brasil. Dizem que também se chora de raiva: mas não é de crer que nem de raiva Carlota Joaquina chorasse, sobretudo em público e sem cessar. Se a informação de M. Morais é tão autêntica quanto a dos cabelos cortados em Lisboa, que aliás foram cortados a bordo como os das outras damas, é preferível admitir a versão do informante de Vieira Fazenda.

chuma de fidalgos, funcionários, tanta gente da comitiva real, dez ou doze mil vadios e parasitas, escrevia Hipólito, que iam fazer no Rio de Janeiro o mesmo que faziam em Lisboa, "isto é, comer à custa do Estado e nada fazer para bem da nação", e ainda depois alegar o serviço de terem deixado a pátria a fim de servir ao soberano, "como se o seguissem por outro motivo que não fosse o de o desfrutar."[4]

Da alta nobreza só acompanhava a família real os marqueses de Alegrete, Angeja, Belas, Lavradio, Pombal, Torres Novas, e Vagos, todos com suas famílias; as marquesas de S. Miguel e Lumiares, os condes de Belmonte, Caparica, Cavaleiros, Pombeiro e Redondo, o visconde de Anadia, Antônio de Araújo (futuro conde da Barca), d. Fernando José de Portugal (depois marquês de Aguiar), bem como d. João de Almeida (posteriormente conde de Galveias) e d. Rodrigo de Sousa Coutinho (mais tarde conde de Linhares), com as suas esposas. Além desses fidalgos de primeira grandeza, dos generais Forbes e Napione, dos médicos da Câmara Vieira e Picanço, poucas pessoas de distinção seguiram o príncipe. A grande massa era de empregados de toda espécie.

Uma ou outra vez a família real mostrava-se às janelas do Paço; uma noite, d. João desceu à praça, chegou até a Rua Direita, hoje 1º de Março, e deixou-se ver de perto por tantos curiosos. Mas dois dias já se tinham passado e a Rainha conservava-se a bordo. Só a 10 de março às cinco horas da tarde, fizeram-na desembarcar. Era a sombra da mulher, em cujo reinado de beatice e ultramontanismo, iniciado aos seus quarenta e três anos de idade, ocorrera a queda de Pombal. Quase chegada aos setenta e quatro anos, após dezessete de completa alienação mental, era-lhe dado o espetáculo de um mundo novo, em que sã pensara tantas vezes. Aquela tarde melancólica de Lisboa, onde pareceu por um instante ter-se-lhe reaberto a razão para adivinhar a vergonhosa retirada, em nada parecia esse pôr de sol tropical, onde a luz se decompunha em todas as suas cores, a orla do horizonte tingia-se do ouro e púrpura do arrebol e os morros de granito reluziam violáceos, levantados do mar. Seus olhos perdiam-se na vastidão do cenário incomparável e ninguém sabe como as imagens de tantas galas da natureza se refletiam no cérebro desmantelado da mentecapta. Quiçá

4 *Correio brasiliense*, vol. VI, pág. 83.

neles soubesse o filho ler e surpreender impressões imperceptíveis aos demais. Traduziriam encanto e consolo, contentamento logo perturbado por outras sensações. Os mesmos ruídos de salvas, foguetes, sinos, que estrugiam no ar, mudaram-lhe talvez a expressão. O príncipe, só ele, entenderia; por sua ordem suspenderam-se as salvas, quando das nove a serem dadas só três haviam atroado os ouvidos. Minguando o estridor de tantos sons, sob o pálio, numa cadeirinha de braços, levada por lacaios, ia devagar a Rainha idiota, agora calada, acolher-se ao convento abandonado dos carmelitas, onde veria vagar a sombra de outros frades, de outras freiras, que lhe encheram o reinado, e veria vagar a morte, oito anos depois.[5]

A mudança da corte não viria influir de modo algum para modificar a disparidade das almas de d. João e d. Carlota, cuja ausência de afeição lhes abria no lar o vácuo onde não poderiam respirar a inocência e a felicidade da prole.

O casamento de ambos tinha sido feito para atender a razões de estado, como tantos que são nas dinastias origem de desgraças domésticas. Quando o ato se celebrou em 1785, d. João tinha apenas dezoito anos e d. Carlota nem sequer onze.[6] O casal não podia brigar por questão de beleza. Nenhum dos dois fora roubado. Junot que os vira pela primeira vez e a toda família real, quando foi embaixador em Lisboa, ao voltar a casa exclamou diante da esposa: "Meu Deus, como ele é feio! Meu Deus, como a princesa é feia! Meu Deus, como toda aquela gente é feia! Só há uma cara bonita: é o príncipe d. Pedro; esse, sim, é encantador; parece uma pomba em meio a corujas."[7]

---

5 "A senhora d. Maria I, depois de sua chegada ao Rio apesar de sua antiga e habitual enfermidade, viveu sempre com muito alívio, dando regularmente todas as tardes o seu passeio em coche, sendo sempre vista do seu povo." – Gonçalves dos Santos, *Memória para servir à Hist. do Brasil*, II, pág 38. – Diz Luccock, citado por Varnhagen, na *Hist. Geral do Brasil*, vol. II. pág 1085, que a Rainha se servia da única carruagem trazida de Lisboa e o príncipe duma sege com cortinas de couro e também vinda dali. A princípio, os outros membros da família não dispunham de condução dessa espécie, montavam a cavalo ou caminhavam.

6 D. João, 2º filho do rei d. José, nasceu em treze de maio de 1767 e d. Carlota Joaquina filha do príncipe das Astúrias, depois rei da Espanha, Carlos IV, nasceu a 25 de abril de 1775.

7 Duchesse d'Abrantes, *Mémoires*, vol. V, pág. 376.

Os contemporâneos e historiadores pintam a adolescente como um pequeno monstro de fealdade, de corpo disforme e rosto repulsivo. Devido a uma queda de cavalo havia ficado coxa e com uma espádua contrafeita. Por isso, a medir-lhe a altura, quatro pés e duas polegadas, acrescentava maliciosamente a duquesa de Abrantes que era assim só de um lado, porque os dois eram desiguais. Pode-se imaginar como tal defeito lhe alteraria o busto e os membros. Tinha a cabeça imensa, os olhos rasgados e o olhar duro, nariz inchado e roxo, caído sobre os lábios azulados; os dentes de todas as cores, negros, verdes e amarelos, oblíquos e de dimensões diferentes; a pele rude com abundância de botões, quase sempre a supurar, os cabelos, negros, sujos e indomáveis, pareciam crina preta, se era impossível definir-lhes a cor.

Hyde de Neuville, embaixador da França em Lisboa, guardou a lembrança da primeira vez que a viu, sobretudo do seu olhar perscrutador e às vezes severo, logo mudado quando ele se aproximou. A fisionomia muito viva, reveladora de inteligência, despertava mais curiosidade que simpatia. Alguns traços indicavam-lhe a origem de Bourbon de Espanha. Era muito pequena e de talhe desvantajoso, mas sem prejuízo algum da natural nobreza. Após a "abrilada" ela recebeu-o em condições originalíssimas. Certamente guardava-lhe rancor por ter ele tomado a iniciativa de decidir o corpo diplomático a arrancar-lhe das próprias garras e das do filho d. Miguel o pobre rei aterrorizado pela tentativa de usurpação do trono; mas queria representar a comédia de fingir-se muito doente, portanto incapacitada de ter movido tal plano e ainda mais de abandonar Portugal e viajar pela Itália, como queria o marido e aconselhava o irmão. O embaixador e a esposa, de quem ela queria o testemunho a respeito do estado de saúde que alegava, foram encontrá-la ao fundo de um quarto espaçoso e na penumbra, afundada num montão de travesseiros e cobertores escuros, onde quase desaparecia o rosto cor de azeitona, do qual apenas se destacavam as pupilas, cintilantes, paradas a fixá-lo. Dali estendeu "uma mão belíssima" àquele a quem não podia ter estima e que entretanto lograra, ainda à meia- luz, descobrir-lhe essa prenda, perdida na repulsiva fealdade.[8]

---

8 Neuville. *Mémoires*, vol. III. págs. 90 e 203-5.

Outros autores, porém, são condescendentes. Pinto de Carvalho contesta a informação da duquesa de Abrantes a respeito dos cabelos e diz ao contrário, que eram longos e sedosos e constituíam a sua única beleza. A duquesa, porém, viu-a de perto e Carvalho não cita a sua fonte.[9] Afirma Giedroye que sem ter herdado a beleza da mãe, Maria Luísa de Parma, celebre pela infidelidade conjugal e escandalosa ligação com o favorito Godói, ministro e príncipe da Paz, nem por isso deixava Carlota Joaquina de possuir graças e encantos. François Rousseau acha-lhe belos os olhos, também descritos por Debret como vivos e negros. Oliveira Lima acrescenta um traço desfavorável, que os outros não consignam, exuberância capilar da face, em volta da boca de lábios finos. Era um dos sinais físicos da sua virilidade moral, que parece, diz ele, ter sido um erro da natureza quando fez de Carlota mulher. Montando a cavalo sobretudo para caçar, que era o seu exercício predileto, a princesa escanchava-se no animal, escandalizando as damas brasileiras daqueles tempos. Sua nora, d. Leopoldina, viria depois imitá-la nesse particular, sem imaginar talvez o espanto das gentes diante de tal posição, aliás já vista em Portugal e também no interior das províncias do Sul.[10] Por todas essas originalidades que davam à princesa ar tão masculino, a duquesa de Abrantes escreveu a seu respeito: "Esta mulher não me parecia mulher;

9 *Ilustr. Portug*. de 2 dez. de 1907, vol. IV.

10 Nunca vi uma só mulher no Brasil montar a cavalo à moda dos homens, como algumas vezes se vê em Portugal. – H. Koster, *Travels in Brasil*, trad. francesa, vol. I, pág. 257. Todo o Brasil para Koster era a região que ele percorreu, de Pernambuco ao Maranhão. Entretanto diz St. Hilaire que em S. Paulo, como em todo o interior do Brasil, as mulheres montam a cavalo do mesmo modo que os homens (*se tiennent à cheval de la même manière que les hommes). V. à St. Paul*, vol. I, pág. 212. Realmente era assim em S. Paulo onde havia selas, denominadas "jerônimas", que tanto serviam para homens, como para mulheres. O museu do Ipiranga possui exemplar. Walsh também encontrou em território fluminense, caminho de Minas, uma senhora que viajava em companhia de um escravo e montava como homem. Era porém uma mulher excepecional, armada de duas pistolas e sem pejo de tomar cachaça na venda do lugar, diante dos outros viajores. *(Notices of Brasil*, II, pág. 24). Na estampa nº 39 do tomo II da sua obra, Debret figura uma viajora do Rio Grande do Sul, montada daquela maneira. Essa moda passou no correr do século XIX e só durou no Sul, onde tende a voltar. A montaria habitual da mulher era o silhão.

entretanto, então eu já conhecia minúcias, que revelavam muito a sua vocação feminina. Meu Deus, com semelhante cara!"[11]

Belani (H. E. R.), pseudônimo do autor alemão de uma obra publicada nesse idioma, intitulada *Casa de Bragança, de 1807 a 1832,* descreve o vestuário grotesco que Carlota Joaquina usava comumente. Os seus vestidos eram de chita e de cores variadas e vistosas; sobre uma touca de peles amarrava outra de pano, que conservava suja por muito tempo, como sujo parecia o corpo e tudo que o cobria. Da cintura pendiam-lhe até aos joelhos duas bolsas de couro, cheias de relíquias e rapé. De vez em quando sorvia pitadas e beijava ossos, cabelos, num maço de coisas desse gênero, que teriam para ela algo de sagrado. Nos dias de gala aparecia, porém, com vestidos soberbos e coberta de joias admiráveis. Quando a duquesa de Abrantes lhe foi apresentada, ela ostentava algumas tão belas, como a embaixatriz nunca vira em sua vida. Aliás a paixão das joias não é inconciliável com o desmazelo dos trajes e do toucado.

Fonseca Benevides, autor das *Rainhas de Portugal*, livro citado na obra de Rúbio, trata da admiração causada pela jovem princesa à corte inculta de Lisboa. Conhecia o francês, dançava o minueto e as danças espanholas, tocava viola e harpa e sabia pintar. As suas cartas íntimas revelam inteligência e cultura de espírito. Debret reconhecia-lhe abundância de recursos e predileção pelas pessoas inteligentes. Entretanto suas maneiras eram vulgares. Presas viu-a uma vez tirar o sapato do pé para castigar uma travessura de d. Miguel, e pôde avaliar quanto era desbragada no falar.

Quando a família real deixou Lisboa, estava mais ou menos entendido que a princesa Maria Teresa se casaria com o herdeiro do trono de Espanha. Durante a permanência no Brasil, ela porém enamorou-se do primo, o infante d. Pedro Carlos, filho do infante Gabriel, irmão do rei Carlos IV, o qual primo, desde a idade tenra, vivera em Portugal. Tinha ele então vinte e dois anos e ela, que era a primogênita, contava dezoito. Carlota Joaquina não comia à mesa, à qual todos da família real se assentavam; por isso não podia ver como nessas reuniões d. João favorecia os namorados, animando-os a trocarem frutas e praticar outras galanterias. Ao ser posta ao par das ocorrências, comentou-as, atribuindo ao marido o papel de certos pais, que protegendo os amores

---

11 *Op. cit.,* vol., V. pág. 385.

das filhas, chegam a levá-las a caminhos por onde as virtudes não transitam, e empregava para qualificar, quer pais, quer filhas tais, as palavras vernáculas, banidas da boca de gente educada. Apesar disso, Presas não se pejou de escrever uma delas com todas as celebradas onze letras e designar a outra apenas pela inicial, fácil de completar com a consoante e as duas vogais restantes, mal escondidas na reticência. Após a invasão da Espanha pelos franceses, d. João se convenceu que Fernando não reinaria e consentiu no casamento de Maria Teresa e Pedro Carlos, realizado a 13 de maio de 1810. Informada da resolução do marido pelo marquês de Aguiar, respondeu Carlota Joaquina que antes quisera ter notícia de haver a filha caído dentro de um poço.[12]

Em contraste com essa natureza ativa e dominadora, arrastava-se ao lado da esposa o caráter morno e complacente de d. João. Nos primeiros tempos do casamento ela procurou dar vida aos paços amortecidos de Queluz, animando-lhes os jardins com festas à moda de Espanha, onde estrugiam castanholas e redobravam os requebros das danças andaluzas. O marido, porém, calmo e melancólico, deixava-a entregue a esses brinquedos, enquanto passeava sozinho nos vastos corredores do palácio. Formou-se desde então para a princesa a detestável reputação moral que acompanha a sua memória, chegando-se a atribuir várias paternidades a cinco dos seus nove filhos, a notar dessemelhança entre eles e os outros Braganças, e a querer aí encontrar a prova da sua infidelidade conjugal.

A respeito de d. Miguel, mais que acerca de outros, espalhou-se este conceito, sobretudo por causa da predileção exclusiva que lhe votava a mãe, predileção aliás explicável pela identidade de ideias políticas e fanatismo religioso; ou antes, pela subordinação passiva desse filho a todos os seus desejos ou ordens: "...aquele príncipe toureiro... guardava o garbo e a galhardia dum Marialva, o esbelto marquês, de quem as bisbilhoteiras da corte o diziam filho." Atribuía-se a essas dores domésticas a agravação da tristeza que d. João foi depois esconder no convento de Mafra.[13]

---

12 Presas, *op. cit.*, págs. 100 a 114. d. Pedro Carlos faleceu dois anos depois, a 26 de maio de 1812, deixando um filho de nome Sebastião.

13 Rocha Martins, *A Indep. do Brasil*, pág. 191. – Aliás é de justiça notar que a julgar pelos retratos, não havia semelhança alguma entre d. Miguel e o último marquês de Marialva. – À vida de d. João em Mafra refere-se Palmela nestes termos em seus *Apontamentos*, citados por Maria Amália: "Não me foi possível dirigir pessoalmente

A transplantação da corte para o Brasil não alterou a situação do casal. Aos olhos da princesa, capaz de ação, desejosa de alegria, agravava-se ao calor dos trópicos a moleza revoltante do marido, cujos hábitos, menos talvez o desasseio, concorriam ainda para separá-los. Não havia memória na casa real, em Lisboa e no Rio, de d. João ter tomado um banho de corpo inteiro, talvez porque fossem gerais os hábitos dos portugueses nesse particular, pois o banho entre os povos do sul da Europa era então e ainda é raríssimo. Os romanos não fizeram escola nos países que ali invadiram.

Entretanto, apesar da sua ojeriza à água doce, d. João tomava banhos salgados na praia da quinta do Caju, onde mandara construir um palacete em frente à ilha do Bom Jesus. Eram talvez receitados como remédio e remédio toma-se até com repugnância. Entrava o Rei num gamelão ou cocho de madeira, suspenso por meio de correntes de ferro, ligadas a turcos do mesmo metal, por onde descia até mergulhar n'água para depois ser guindado.Tão complicado aparelho era destinado a proteger as pernas reais de serem beliscadas por algum crustáceo ou molusco. D. João tinha as suas razões para tomar tais cautelas, pois guardara por muito tempo numa úlcera a lembrança de um carrapato, que lhe fora arrancado da derma, lá deixando as presas. As notícias da falta de asseio do Rei causavam estranheza aos brasileiros, os quais, ao contrário dele, encontravam grande prazer em banhar-se.[14]

---

as minhas solicitações ao príncipe regente, o qual nesse tempo, mortificado pelas discussões domésticas e pelo aspecto tenebroso que ia assumindo o nosso horizonte político, e afetado por uma doença nervosa, talvez em parte imaginária, vivia, por assim dizer, encerrado no palácio de Mafra, sem outra companhia mais que a dos frades e de um pequeno número de familiares, e sem querer receber pessoa alguma estranha. Tanto assim que, havendo eu chegado a Lisboa nos fins do ano de 1806, só no verão do ano seguinte pude pela primeira vez ver este príncipe na ocasião do batizado da Infanta d. Ana, que por sinal foi celebrado só um ano depois do seu nascimento." – *Vida do duque de Palmela*, vol. I, pág. 179.

14 Artigos publicados no *Jornal do Comércio* em 1908 acerca do bairro de São Cristóvão por A . G. Pereira da Silva. Carlota Joaquina também devia tomar banhos salgados, porque houve um capitão de fragata, Antônio José de Carvalho, encarregado dos banhos de sua Alteza e que reclamou de d. João uma gratificação por tal serviço. A profissão do reclamante mostra que as funções se exerciam no mar, pois não se pode admitir que semelhante ocupação lhe coubesse no Paço. – Escreveu H. Koster, após a sua viagem pelo Norte em 1810: "Apesar de certos hábitos que aproximam da vida selvagem os brasileiros da classe baixa, qualquer que seja a sua raça, é para notar que

Tendo horror a roupas novas, enfiava el-rei as mesmas que tinha vestido na véspera e cada dia resistiam menos à pressão de suas nádegas e coxas espantosamente gordas, como as dos Braganças em geral. Os criados notavam os rasgões, mas nada ousavam dizer-lhe. Aproveitavam-lhe as horas de sono, durante a sesta, para então costurar-lhe os calções sobre o corpo. Quando o príncipe deixava um desses fatos, nenhum mendigo quereria usá-lo.[15] Diz ainda Oliveira Martins que ele os vestia até caírem de podres. Saint-Hilaire muitas vezes viu-o a passear nas ruas da cidade, "em carruagem de que nenhum dos seus ricos habitantes se quereria servir". Costumava acompanhá-lo o neto, d. Sebastião, filho de Maria Teresa e do infante d. Pedro Carlos, cuja roupa nada tinha para dar na vista; mas "a do avô era ainda mais simples, para não dizer outra coisa".[16]

A repulsão dos esposos levava-os a terem morada à parte. Quando o príncipe se instalou na quinta da Boavista, que lhe doou o rico negociante Elias Antônio Lopes, condecorado com a comenda de Cristo em recompensa dessa dádiva, d. Carlota ficou no Paço da cidade com as Infantas e deixou em companhia do pai os dois filhos varões, um dos quais, d. Pedro, aliás ali conservou aposentos para si e seu preceptor.

Como sinal do desfavor a que esta situação reduzia a princesa e da simplicidade imposta por tais circunstâncias ao seu modo de viver, ainda depois de Rainha, Saint-Hilaire refere dois fatos: a 4 de novembro de 1819 assistia ele a um jantar de gala dado por Oyenhausen, capitão-general de

---

todos eles são notavelmente cuidadosos da limpeza do corpo. Um dos maiores incômodos, encontrado por um brasileiro no lugar onde habita, é a distância de rio ou mar onde se possa banhar. (*Op. cit.*, vol. I, pág.167.) Do mesmo modo exprimia-se St. Hilaire, após visitar Meia-Ponte, hoje Pirenópolis, em Goiás: "Na estação calmosa todos os habitantes, homens e mulheres, banham-se frequentemente no rio das Almas." Impressionado com o asseio "verdadeiramente holandês", que notou na casa do vigário daquela vila, escreveu que essa era, "em geral, uma qualidade dos brasileiros, os quais, até pobres, nunca deixam as suas casas sujas, se possuem apenas duas camisas, a do corpo está sempre limpa." (*Voyages aux sources du S. Francisco et dans la prov. de Goiás*, II, págs. 37 e 40). Tollenare também escreveu que o banho parecia o prazer desfrutado com mais sensualidade pelos brasileiros. As margens do Capibaribe, nas vizinhanças do Recife e à beira do mar, ele viu no estio, até nas noites de luar, famílias inteiras entregues a esse gozo favorito. – *Notas Dominicais*, pág. 129.

15 Jacobina. *Notas*.

16 *Voyage à S. Paul*, vol. I, pág. 281.

São Paulo, por ser aniversário natalício de Carlota Joaquina. Houve brindes às pessoas da família real e dir-se-ia só por acaso lembrarem-se, também da pessoa, por cujo motivo estavam ali reunidos. Em fins de 1816 Saint-Hilaire chegou ao Rio no mesmo navio onde viera o duque de Luxemburg. Tendo-a conhecido noutros tempos, o capelão de bordo, padre Renaud, foi render-lhe as suas homenagens. À despedida, a Rainha parecia não ter ninguém para mandar acompanhá-lo e viu-se obrigada a levá-lo até à porta, de castiçal na mão.[17]

De tempos em tempos ela pernoitava em S. Cristóvão, onde d. João lhe ia espiar a entrada dos aposentos e uma vez se dispôs a castigar com a morte um médico afortunado ou desventuroso que de lá saía. Só não realizou o seu intento, por ter o ocupador transitório do seu tálamo recebido um beijo nesse instante. O príncipe afastou com a mão a arma de alcance apontada pelo mandatário, porque a vítima, assim absolvida, não devia morrer "por achar-se naquele momento em pecado mortal".[18]

Entretanto, escrevendo ao marido, Carlota Joaquina tratava-o com o mais refalsado afeto: "Meu amor. Por estar incomodada, não posso

---

17 *Ib.*, I, 280.

18 A. Jacobina. *Notas*. – A reputação de Carlota Joaquina é formada da tradição, onde pode passar muita maledicência e sobretudo exagero. Há pobreza, senão falta de documentos. Presas, porém, refere com a discrição necessária para ocultar o nome do herói de uma aventura da Princesa e as minúcias por ela mesmo contadas, a perseguição devida a motivo de amor e sofrida por um oficial do navio que a trouxe ao Brasil. Escreveu Presas: "Eu ofenderia a moral e a decência se relatasse aqui o que então vi da princesa." Certo dia encontrou-a o secretário contentíssima e deu-lhe parabéns por vê-la nesse estado d'alma. "Agora aquele marinheiro saberá quem eu sou", respondeu Carlota Joaquina, "mandei-o recolher preso à ilha das Cobras." Ao ler a parte do comandante da ilha, comunicando achar-se o oficial detido em prisão segura, Presas, que no dizer da princesa era homem infenso a lisonja e amigo da verdade, desaprovou-lhe o ato e expôs-lhe as suas graves inconveniências. Toda gente quereria saber o motivo desse castigo e o ofendido, para justificar-se, acabaria por confessá-lo. Vir-se-ia a saber tratar-se apenas de vingança "contra um homem, cuja conversação foi outrora agradável a V. A. R." e que havia "recebido provas certas e positivas de seu distinto amor e afeto", disse-lhe o secretário. Além do mais, esse ato importava em diminuir a autoridade do príncipe regente, cujos oficiais de marinha poderiam desse modo ser presos sem seu conhecimento nem anuência. O conselho de Presas foi ouvido e a prisão relaxada. Se tal não acontecesse, concluiu ele, "seria inevitável escandaloso rompimento entre marido e mulher, porque o Príncipe era mais zeloso da sua autoridade que da sua augusta esposa." – Presas, *op. cit.*, pág. 96.

ir saber de ti pessoalmente e pois quero ver se estou melhor, para o dia de amanhã; mas já daqui peço dispensa da Farda, pois estou muito fraca. Peço-te com bastante empenho que me faças (se for da tua vontade) as coisas seguintes...” Pedindo ao ministro Tomás Antônio a decisão de certos papéis, rematava: “...porque se el-rei quer, muito que bem; e se não, também; porque eu não quero coisa nenhuma senão o que el-rei quiser.” Rematando uma carta a respeito de negócios de Espanha, citada por Presas, escrevia: “Adeus, minha vida” *(adiós mi vida)*.

Aliás esse era o tratamento convencional na correspondência entre ambos. D. João retribuía-lhe as aparentes ternuras com as mesmas melifluidades. Era ela sempre o seu amor e ele o esposo que muito a amava.

Tinha a princesa predileção pelos belos sítios vizinhos da cidade. Quatro anos residiu em Botafogo; teve casa no Rio Comprido ou Mata-Porcos, em Laranjeiras e quis muito obter outra erguida sobre um cômoro à margem de um riacho, muito perto da ponte do Catete.[19] A dona dessa morada resistiu a tal desejo e declarou, para ser sabido por d. Carlota, que ela lhe poderá tomar o marido, mas não lhe tomaria o leito. Uma noite, voltando a casa, em companhia das filhas, essa senhora caiu morta por um tiro de bacamarte.[20]

---

19 Vieira Fazenda diz atual Rua Hadock Lobo, em frente ao Rio Comprido, e Debret diz Mata-Porcos, ou Mata dos Porcos, como se denominava anteriormente, hoje Estácio de Sá. Talvez provenha a divergência da proximidade dos sítios, ambos conhecidos então sob o último desses nomes. Escrevia José Libânio, que é de supor seja o abade de S. Bento: “...todo o tempo que esteve na minha chácara no Botafogo, que foram quatro anos...” e depois acrescenta que de Botafogo saiu para o Rio Comprido e depois veio para Laranjeiras. (informação no arq. do cast. d’Eu). Entretanto a própria Carlota Joaquina escrevia a 10 de agosto de 1816 à condessa de Linhares: “Estes dias em que me mudei para a Casa de Mataporcos...” (Arq. do cast. d’Eu). Parece evidente tratar-se de uma e a mesma casa.

20 Hoje praça José de Alencar. Aí passa, agora coberto, o rio que desce do Cosme Velho, sobre o qual havia uma ponte, onde se pagava pedágio. Atribuiu-se o assassinato, praticado a 28 de outubro de 1820, após a procissão de N. S. das Dores, a mando da Rainha, e foi apontado como assassino Joaquim Inácio da Costa, por alcunha “Orelhas”, que veio a figurar como liberal exaltado a 7 de abril de 1831, segundo referiu Teófilo Ottoni a Jacobina. A vítima era esposa de Fernando Carneiro Leão, diretor do Banco do Brasil, mais tarde conde de Vilanova de São José, membro de uma família riquíssima, e era mãe de uma senhora, que foi depois marquesa de Maceió e camareira-mor, por seu casamento com o filho do conde de Linhares, d. Francisco

Enquanto a esposa procurava lindos recantos da cidade para aí viver, e a todos percorria a cavalo, encantada com o esplendor da luz, o azul do céu, a pompa da vegetação, a imponência dos montes, as galas de cor, desmanchadas em borboletas, flores, e pássaros, d. João fazia os seus passeios vespertinos em carruagem fechada, sonolento, indiferente às belezas da estrada, apenas à espera de chegar ao lugar escolhido para satisfazer necessidades animais. Essas excursões eram quase sempre à fazenda dos Macacos, onde em parte hoje e estende o bairro de Vila Isabel. Jacobina colheu no Paço a memória dessas cenas repugnantes, apenas estranháveis à distância de um século, e que uniformemente se repetiam cada vez.

Ia à frente um moço de cavalariça, a que o povo chamava "toma larguras", ou porque abrisse espaço à passagem do rei, ou usasse vestimenta de abas enormes. Montava uma besta, do arção de cuja sela pendiam dois alforjes; num ia merenda do príncipe, noutro uma tripeça e um vaso, desses que até nas alcovas se procuram esconder. Despertando da sua modorra, d. João rosnava palavras mal articuladas e a sege parava. O moço de cavalariça desprendia os alforjes e com a tripeça e o vaso formava uma retrete, que por ser tão aberta nada tinha de privada. Então, o rei descia da carruagem e dele aproximava-se o camarista, que lhe desabotoava e arriava os calções; diante dos oficiais e outras pessoas da comitiva, até da princesa Maria Teresa, sua filha predileta, quando esta o acompanhava, sentava-se beatamente, como se ninguém lhe estivesse em torno. Satisfeito o seu desejo, vinha um criado particular limpá-lo e de novo chegava o camarista, para ajudá-lo a vestir. Era a vez da merenda. Apresentavam-lhe uma galinha assada, sem asas nem pernas, que suspendia entre os dois dedos indicadores, à guisa de espeto; um entrava pela abertura proveniente da ablação do pescoço, o outro enfiava pela extremidade oposta, aberta por natureza.

Maurício de Sousa Coutinho, oficial de marinha, ministro daquela pasta em 1827 e ministro em Viena, o qual, por ter assistido o fato, ficou com a razão algum tempo perturbada. Nada descobriu a polícia acerca do crime. Então se propalou que nesse sentido recebera ordens o respectivo intendente, Paulo Fernandes Viana. Melo Morais diz ter ouvido da própria marquesa de Maceió e de outros contemporâneos que a Rainha foi mandante e acrescenta que o desembargador juiz de crime, José Albano Fragoso, comunicou ao Rei a convicção a que chegara da culpabilidade da real criminosa. O rei então pediu o processo e queimou-o. M. Morais, *Corog. Geral*, vol. II, pág.176.

D. João ajeitava os lábios arregaçados sobre a carne apetitosa, passava-a e repassava-a na boca, como fazem as crianças com gaita de palheta, até reduzir toda a ave à carcaça. Sustendo-a então, só com o indicador direito, levantava-a à altura da cabeça e com destro movimento de pulso atirava para longe o destroço imprestável. O gosto da iguaria era logo misturado ao de um grande pão redondo, tomado em cheio nas mãos e do mesmo modo devorado. Sobre toda aquela massa alimentícia derramavam-se copos de água fresca, que ainda sobrava numa bilha de barro da Bahia, resto de que el-rei não se utilizava, supondo limpar melhor num guardanapo as mãos engorduradas.

Galinhas e frangos eram o prato de preferência de d. João e pouco não bastava para matar-lhe o apetite. Existe entre os manuscritos da Biblioteca Nacional uma representação, datada de outubro de 1819, contra os empregados do galinheiro da real ucharia, açambarcadores de galinhas em caminho do mercado. Tal documento, citado por Mário Behring em artigo da revista *Kosmos*, mostra que essas aves não chegavam ao seu destino e faltavam à dieta dos doentes, visto andarem empregados do Paço por estradas e portos da baía, tomando as capoeiras de criações já vendidas. Até morrer, d. João foi fiel a essa predileção gastronômica. Os seus últimos dias são descritos numa correspondência do *Diário fluminense*, reproduzida em 1921 no *Jornal do Brasil*, donde se vê que tendo adoecido a 2 de março de 1826, passou "a comer muito pouco". O seu almoço do dia 4 consistiu apenas numa galinha corada em manteiga, um pedaço de queijo e algumas laranjas, que tudo vomitou quatro horas depois, vindo a morrer no dia 10.

Nem o asseio era hábito do príncipe, nem o recato das misérias caseiras era regra em sua morada. Os quartos do palácio de São Cristóvão abriam sobre uma varanda e ficavam, para o respectivo serviço, em dependência de uma sala, onde ele costumava receber os seus íntimos. Por aí tinham de passar, para serem esvaziados, vasos idênticos aos que eram levados nos passeios a Macacos. Para furtá-los aos olhos dos circunstantes, cobriam-nos com uma tampa de madeira, donde pendia uma bambinela de veludo encarnado. Mas esse fechamento era imperfeito e deixava escaparem-se elementos voláteis, denunciantes do conteúdo. Apesar do seu desprezo pela limpeza, não queria o príncipe que lhe atribuíssem autoria

na formação daquelas colheitas, tão gratas ao olfato. Uma vez, conversando com Mosqueira, procurador da Coroa no tribunal do Desembargo do Paço, asseverava-lhe que não concorrera para agravar a desagradável sensação por ambos experimentada.[21]

Não só por estas razões de ordem física, como também por outras de ordem moral, crescia a aversão de d. Carlota pelo esposo. Privado desde cedo da convivência conjugal, e procurando desde logo nos claustros e celas de Mafra refúgio para os seus dissabores, d. João, ainda muito jovem, contraiu naquele isolamento, por iniciativa própria ou exemplos nefastos, hábitos mórbidos que supriam a ausência da mulher. Rúbio refere-se ao auxílio prestado neste particular às exigências do Príncipe pelo favorito Lobato.[22] Jacobina cita nas suas notas fatos testemunhados no Paço da Boavista e dá como corrente entre os velhos criados, a quem ouviu, a certeza dessa perversão. Parece que a incontinência dos desejos, de natureza a irromperem subitamente e exigirem alívio pronto, nem sempre deixava tempo de serem tomadas as precauções devidas para evitar olhares indiscretos. Padre Miguel, cura da imperial fazenda de Santa Cruz e protegido de d. Pedro I, contou àquele autor que um pobre frade, por haver assistido sem querer, de um canto onde rezava, a uma cena de excessiva e comprometedora intimidade entre senhor e vassalo e por ter sido bispado por d. João, foi enviado para Angola; mas antes de partir referiu o motivo do seu desterro disfarçado.[23]

Francisco Rufino de Sousa Lobato, cuja devoção ao príncipe não conhecia limites, por causa daquelas condescendências, que talvez apenas reputasse uma forma de serviço manual, foi elevado a visconde, foi tenente-general sem entrar em combate e governador de Santa Cruz. Só não passou de guarda-roupa a camarista, desgosto também curtido por seu pai, para não se alterar uma regra da corte, que el-rei não sabia houvesse em tempo algum sido infringida. Procurava em vão o favorito o exemplo de uma exceção a respeito, pois se a descobrisse lograria o favor almejado, conforme lhe prometera o amo. Depois dele morto, um jovem seu amigo

---

21 Jacobina. *Notas*. – José de Oliveira Pinto Botelho de Mosqueira natural de Minas Gerais.

22 Rúbio. *Carlota Joaquina, Infanta de España*, pág. 23.

23 Padre Miguel Martins da Luz, cura da capela de Santa Cruz de 1826 a 81.

encontrou numa *Década* de João de Barros o exemplo tão buscado e chorou a tardança da descoberta, que lhe teria valido a fortuna.[24]

Vinham de longe as referências à natureza da familiaridade de d. João com o guarda-roupa. Diz Rocha Martins que elas começaram a aparecer ao tempo da conjuração de Carlota Joaquina, com o intuito de prejudicar o príncipe: "Infamavam-se os Lobatos, porque defendiam o amo e até guardavam os seus amores o único talvez da sua vida."[25]

A história desse único amor prende-se à fuga de d. Eugênia José de Meneses, dama da princesa d. Carlota Joaquina, com o médico do Paço, físico-mor do exército, João Francisco de Oliveira, a 27 de maio de 1803. Eugênia era neta de d. Pedro, 4º marquês de Marialva, por seu pai, filho deste, d. Rodrigo José Antônio de Meneses, 1º conde de Cavaleiros, mordomo-mor daquela princesa, o qual, de 1780 a outubro de 1783 foi governador e capitão-general de Minas Gerais, onde lhe nasceu essa filha em 1781. Celebrada a sua grande formosura, não teve forças para defender a sua castidade de um sedutor até hoje duvidoso, embora proclamado pela tradição portuguesa, até da corte. D. João foi e continua tido como o desfrutador daquele bem inestimável.

Apesar de não estarem apuradas judicialmente as circunstâncias em que se produziu a sedução, houve meio de conhecê-las ou a lenda as forgicou. D. João era auxiliado por um padre seu afilhado e pelo doutor Oliveira, os quais com as imunidades dos seus ministérios, entravam à noite no quarto de Eugênia, onde ela tomava a batina do seu visitador e saindo com o médico ia para os aposentos do príncipe regente, de onde voltava para libertar o sacerdote, detido em seu lugar. Dessas visitas iam aparecendo vestígios tais na corpulência de Eugênia, que estava quase a chegar o momento de tornar-se impossível dissimulá-los. Então Oliveira fez ao seu amo o sacrifício de abandonar a mulher e os filhos e fugir com a seduzida, que sob pretexto de doença já se tinha recolhido com licença de alguns dias

24 Refere Jacobina nas suas notas, onde é colhida esta informação, que um dia d. João conduzia aos aposentos de d. Maria um general de volta das Índias. Apesar da loucura, a Rainha reconheceu o velho servidor e disse ao filho: "Este ainda é dos feitos por mim, representa serviços; não é como os teus Lobatos."

25 Rocha Martins. *A Independência do Brasil*, pág. 20.

à casa de seu irmão, d. Gregório José Ferreira d'Eça e Meneses, 2º conde de Cavaleiros. Da praia próxima tomaram uma embarcação em busca de Caxias, e de lá passaram a Cádiz, na Espanha. Aí foi Eugênia abandonada pelo companheiro, que seguiu com destino à América do Norte, por ser necessário ou convir simular asilo mais seguro.[26]

Quando se divulgou o fato, d. João baixou um alvará, declarando que a dama "esquecida da honra e decência do Paço 'injuriara a família e a casa onde nasceu, com tanta infâmia própria como escândalo geral'" e por tão abjeta ação era demitida, degradada, privada, "por si e seus descendentes se os tiver", de herdar e suceder, "como se nascer da ínfima plebe". Passado algum tempo, Eugênia deu à luz uma menina, que recebeu o seu nome. Não é claro se isso aconteceu no convento da Conceição de Puerto de Santa María, o que não parece plausível, ou se só depois de para aí entrarem mãe e filha. Existe prova do pagamento da despesa por elas feita naquele convento, apenas desde 1º de abril de 1804 até 24 de maio do ano seguinte, quando passaram para o convento das religiosas bernardas de Tavira, na costa sul de Portugal e daí, em 1814, para o de Portalegre, onde a mãe veio a falecer a 21 de janeiro de 1818. Do ano decorrido, entre maio ou junho de 1803 e março de 1804, não há notícia exata.

Feita a devassa para a demonstração da culpa do médico e seus cúmplices, e pronunciado o julgamento pelo Tribunal da Relação, foi ele condenado a morrer na forca, sendo os seus bens confiscados. Na falta do seu depoimento e do de Eugênia, de verdade só se podiam apurar as suas entradas na câmara da seduzida, o que aliás era explicável por dever de ofício. Nunca mais foi possível colher elementos de convicção, porque o processo desapareceu, como o dos Távoras, supondo-se ser por vontade do príncipe regente ou influência de d. Diogo de Meneses, conde de Louzã, posteriormente seu ministro, irmão de Eugênia.

Ficou a dúvida a dividir-se entre d. João e Oliveira. No dia da fuga, este escreveu à esposa uma carta muito calma, cheia de disposições

---

26 À intervenção do padre alude Mário Behring em artigo da revista *Kosmos*, do Rio de Janeiro, nº 190. Também é desse autor a informação de ser aquele médico irmão do general Oliveira Álvares, ministro da Guerra de Pedro I, e como ele nascido na Madeira; o médico em 1761 e o general em 1776.

e conselhos, como quem estava certo de não lhe merecer condenação e na qual havia esta frase: "Nada te digo porque tudo sabes, mas o que não quero que ignores é que te estimo muito..." Antes disso, porém, linhas acima, escreveu: "Não é por falta de amizade que parto sem ti, obriga-me a honra a sacrificar-me e a sair sem perda de tempo."

Daí parece deduzir-se que marido e mulher achariam legítimo partirem juntos em semelhantes circunstâncias. Se não partiam, era porque assim a honra exigia e o marido estava obrigado a sacrificar-se. Ela sabia tudo. Nesta hipótese, o médico fazia o papel de sedutor para acobertar o seu amo e esse papel seria traído, se a comédia não fosse perfeitamente representada com o abandono da esposa. A tanto se comprometera o vassalo; era dever cumprir a promessa.[27]

Se realmente essa fuga fosse resultado de paixão amorosa, Oliveira deveria guardar a formosíssima Eugênia e o fruto do seu amor, em vez de abandoná-la desde logo, parece até que antes deste aparecer. Não procedendo assim, ou teria sido indigno do amor que lhe votara a seduzida, ou ambos reconheciam estar finda a missão de pseudo-sedutor. O modo por que um e outro foram depois tratados pelo príncipe regente faz preferir a última hipótese. O rigor da punição transformou-se em cuidados pela dama e perdão e recompensa para o médico.

Por ordem de Antônio Araújo e do conde de Vila Verde, o cônsul português em Cádiz pagou a pensão e todas as despesas de Eugênia, sua filha e criados, durante a sua permanência no vonvento da Conceição, em porto de Santa María. Anteriormente à sua entrada para aquele mosteiro, outras despesas tinham sido pagas por ordem do príncipe regente.[28] Havia toda contemplação para Eugênia e dentro das regras monásticas os seus desejos eram atendidos. Transferinam-na a seu pedido de Tavira para

---

27 Assegura Alb. Pimentel que a família de Oliveira a ele se reuniu em Londres. – *A Última Corte do Absolutismo.* Lisboa, 1893, pág. 64.

28 Of. do referido cônsul ao Minist. do Reino e Relação das contas existentes na Torre do Tombo, maço 355. Na petição feita à Rainha d. Maria II, suplicando reparação para a memória de Eugênia, sua filha, já então casada com o cônsul inglês William Smith, tido por filho de Guilherme IV, rei da Inglaterra, e do qual já tinha uma filha, dizia o seguinte: " ... não obstante os termos do alvará, é contudo certo e constante que a mãe da suplicante recebia do Real Bolsinho, por intermédio do Esmoler-Mor, e recebeu até à sua morte, a pensão de um conto de réis nos conventos de Tavira e

Portalegre, onde ia servir o seu confessor, fr. Tomé de Castelo de Vide, único ente que lhe deve ter ouvido o segredo. Nessa ocasião a respectiva abadessa recebeu instruções da autoridade da ordem, fr. Veríssimo Barreto, de aprontar para acomodação decente à pessoa e família da nova irmã, " algumas casas mais capazes para habitar uma tal personagem", reparando-as do que precisassem, de acordo com instruções, "que particularmente me são dadas", acrescentava o frade, o qual concluía por declarar ter com feitos a ele próprio todos os obséquios e atenções dispensados a sua protegida, descendente dos Marialvas e irmã da duquesa de Lafões.[29]

Tão poderosa família poderia dispensar às ocultas à infeliz parenta qualquer desses favores; mas está provado que a assistência a ela concedida desde os primeiros dias de sua chegada à Espanha era de ordem do príncipe regente. Determinado a transferência para Portalegre, fr. Veríssimo escrevia à abadessa a 7 de setembro de 1814 que esta providência lhe era recomendada em aviso, por ordem do mesmo príncipe.[30]

O caráter de d. João é obstáculo a tirar-se desses fatos qualquer ilação decisiva. Faltas como essa, cometida pela desditosa fidalga, já aos trinta e dois anos de idade, costumavam os soberanos, quando delas eram cúmplices, recompensar e não punir. Umas eram dissimuladas, outras eram até ostensivas. De muitas participou d. João V, de quem, como lembra Beckford, se podia dizer:

> "... grande como os seus domínios,
> "Espalhou a imagem do Criador por toda a Terra!"

Se em todas esse rei reconheceu, a algumas conferiu o cunho principesco e reuniu em Palhavã, onde morria de tédio, toda a sua prole de

---

Portalegre, aonde faleceu, continuando-se depois à suplicante uma pensão de 500$ anual", recebidos até 1821, quando foi suspensa. (Era então o domínio das Cortes). " Muitas outras provas da Real Benevolência e Munificência do Senhor Rei d. João VI receberam a mãe da suplicante e a suplicante antes e depois destas que a suplicante tem a honra de mencionar aqui." A Rainha concedeu a reparação pedida a 8 de setembro de 1849, sendo então ministro no governo de Costa Cabral (conde de Tomar), o conde de Tojal, filho do médico *Oliveira.*

29 Parece haver engano; a duquesa de Lafões, filha de d. Diogo, 5º marquês de Marialva, como a marquesa de Louriçal, era prima e não irmã de Eugênia.

30 Inocêncio Franc. da Silva. *Apontam. para uma biogr.* no *Arq. Pitoresco,* vol. IV, pág. 382.

Altezas bastardas. Aliás a bastardia não podia envergonhar a descendentes de d. João IV, o valoroso bastardo, fundador da dinastia de Bragança, nem o príncipe que a gerasse teria motivo para ocultá-la.

O regente, porém, era dissimulado em extremo e talvez temesse perder a reputação de crente fervoroso, se confessasse infringir os mandamentos da Igreja. Nem por ser donzela, Eugênia deixava de ser mulher alheia, pois dele, legítima não podia haver outra, além da esposa. De orações bem encaminhadas talvez resultasse perdão para o seu pecado; mas se Deus perdoa, os homens são inexoráveis e pelo menos punem uns aos outros com difamações. Se do príncipe e não do médico foi a culpa, talvez se explique assim a revoltante contradição entre a crueldade do castigo infligido à vítima e o socorro que se lhe prestou. A caricata piedade não redime a hediondez da força.

Também seria de admitir que de índole bondosa, d. João, de todo inocente, quisesse compadecer-se da infeliz e abrandar-lhe o castigo, dado por dever de soberano. Mas se com ela era justo proceder assim, não seria explicável ter para o sedutor igual ou maior benevolência, sobretudo quando o abandono da vítima lhe agravara a falta. Ora, a 15 de abril de 1820 Oliveira foi perdoado. No ano seguinte, a 6 de novembro, recebeu a comenda de Cristo e chegou a ser nomeado encarregado de negócios em Londres. Semelhante nomeação levantou em Lisboa acesa polêmica.[31] Um dos polemistas declarou que aquele ato fora praticado por acinte. Então dominavam as Cortes e poder-se-ia supor terem o intuito de ferir o sexto marquês de Marialva, primo de Eugênia e centro dos diplomatas portugueses que intrigavam na Europa contra a nova ordem política de Portugal. Mas em abril de 1820 nem sequer tinha rebentado a revolução do Porto e d. João perdoava em gozo pleno do poder absoluto. Tudo isso faz crer que livre da pena, Oliveira recebia com demora de dezoito anos a compensação do seu sacrifício; entretanto, passados doze meses, perfilhando a filha de Eugênia a 12 de novem-

31 Em correspondências publicadas no *Campeão lisbonense* e no *Astro de Lusitânia*, novembro 1821, assevera Alberto Pimentel que além da condecoração e do posto diplomático, Oliveira recebeu a carta de Conselho. Assegura também esse autor que lhe apresentou no Rio a d. João VI em 1819. O perdão foi-lhe conferido após súplica feita ao rei; mas esse simples fato não implica a presença do peticionário. Oliveira veio a ser deputado às Cortes em 1820 e faleceu em Lisboa no mês de dezembro de 1829. – *Op. cit.*, págs. 65-6.

bro de 1822, lançava nova perturbação no exame desses fatos. Poderia ser ainda o meio de afastar do rei, para sempre, a carga da paternidade, mais que nunca tida por certa, como sua, depois do perdão e dos seguintes favores feitos por ele ao outro, a quem era também atribuída. Logo, porém, formou-se a lenda de ser a perfilhação destinada a cortar a marcha da paixão amorosa, nascida entre a segunda Eugênia e o futuro conde de Tojal. Se realmente tal paixão teve começo, tudo aconselhava opor-lhe óbices, ainda que na verdade os namorados não fossem irmãos. Se o casamento se realizasse com a aprovação do pai, pai pelo menos de um deles, ficaria evidente o papel que este representara para salvar a reputação de d. João com sacrifício da sua própria. Desmanchar de vez com esse consentimento a lenda agora abalada pelos atos do Governo em seu benefício, seria felonia. Quer por amor do rei, quer por amor de si mesmo, convinha a Oliveira coroar a obra, dando o seu nome à filha de Eugênia.

Entretanto, nem assim ficou esclarecida a verdadeira origem dessa criatura, triste produto de amor infeliz ou de vergonhosa vassalagem. Ela ficaria no mundo como a representação da dúvida, expressão do caráter daquele de quem parecia descender, dúvida filha do medo, que o não deixava nada decidir, nem tomar responsabilidade alguma. Fugindo de assumir até as do seu papel de soberano, não iria arcar com essa, resultante de um instinto de homem.

Tamanha fraqueza concorreu talvez, desde o início da vida conjugal, para dele afastar a esposa, cuja índole varonil não se compadecia com tão híbrida união. O embarque para o Brasil seria a cena mais própria para apresentá-lo tal qual era. Quando desceu da carruagem "podia apenas caminhar; tremiam-lhe as pernas", escreve De Monglave. Citando o trabalho de Lefebvre acerca dos Bourbons de Espanha, estende Rúbio esta informação à fonte de outros historiadores. Repetindo Soriano, Oliveira Martins escreveu que as pernas do príncipe tremiam e dois soldados de polícia levaram-no ao colo para o escaler, auxílio também prestado ao Infante de Espanha; mas é talvez para notar que esta última peripécia tenha antes sido devida à sege, condições do embarque na praia. O primeiro destes historiadores acrescenta que d. João chorava.[32]

---

32 Soriano, *op. cit.*, tomo II, pág. 674.

No Brasil a mesma cobardia iria revelar-se de outras vezes. Considerando erradamente hostil a gritaria do povo, que no Rocio lhe cercava a sege, quando vinha de S. Cristóvão à cidade jurar a Constituição imposta pela tropa, caiu a soluçar, quase em delíquio, e teve de ser carregado nas escadas no Paço, onde custou ainda ganhar ânimo.[33] Conta Debret que levava a S. Cristóvão a falsa notícia de opor-se a assembleia de eleitores à partida do rei para Lisboa, e de ter deliberado apoderar-se da sua pessoa, foi d. João acometido de terror pânico, do qual resultou, por excesso de zelo dos que o cercavam, reação escusada a sanguinolenta.[34] Silvestre Pinheiro, que foi então procurá-lo por seu ministro, refere tê-lo encontrado "já extremamente comovido".[35] Sustentando ter o príncipe d. Pedro dado à tropa ordens terríveis a esse respeito com o consentimento pelo menos tácito do rei, acrescenta o barão von Wenzel de Mareschal, a esse tempo secretário da legação da Áustria e depois ministro, que este, "em caso de perigo perde não só a vontade, mas todas as faculdades."[36] Esse terror dominá-lo-ia até a morte. De volta a Portugal, para colher as boas graças das Cortes, a quem temia, disse com voz fraca após o juramento regimental: "Assim juro de todo o meu coração." De tão sensibilizado não se lhe ouvia a voz no recinto; mas o presidente, os secretários e alguns deputados próximos escutaram-na claramente e as palavras acrescidas foram mencionadas na ata. Dois anos depois deixou-se prender pelo filho d. Miguel e confessando-se incapaz de obrar contra ele enquanto não lhe fosse posto fora do alcance, teve de ser levado pelo corpo diplomático para bordo de um navio inglês, aonde, já restabelecida

---

33 J. Marcondes. "De d. João VI à Independência", na *Rev. do Inst. Hist. Geogr*. vol. I, pág. 1367. A informação foi colhida "entre gente daquele tempo". Armitage confirma-a: "Quando a população desprendeu os cavalos da carruagem que o conduzia, de tal forma trepidou que caiu em desmaio." (*Hist. do Brasil*, pág.13). Pereira da Silva pinta-o nessa ocasião "mais morto que vivo" . conduzido às janelas pelos fâmulos. – *Hist. da Fundação do Império*, vol. V pág. 83.

34 Debret, *Voyage Pittoresque au Brésil*, tomo III, pág. VII.

35 S. Pinheiro. *Cartas sobre a revolução do Brasil*, no Inst. Hist, tomo 47, parte I, pág. 321.

36 Of. de 12 de junho de 1821.

a sua autoridade, foi preciso demorar alguns dias para ganhar a posse de si mesmo e restabelecer-se do abalo sofrido.[37]

Encontrando-se em circunstâncias idênticas, Carlota Joaquina, ao contrário, procedia com tal coragem, que bem merecia vestir os calções de el-rei. Ela aparecerá assim em toda a sua existência, desde os incidentes de rua entre os soldados da sua guarda e gente que recusava obedecer à imposição de ajoelhar à sua passagem, até as situações mais críticas de natureza política. Também de volta a Portugal, em 1822, quando viu que tinham sido infrutíferas as suas zumbaias às Cortes, recusou-se a jurar a Constituição, expondo-se desse modo a perder todos os seus direitos civis e políticos e a qualidade de rainha, como por fim decretou o próprio rei, sob a pressão daquela assembleia. Foi esta textualmente a sua resposta: “Que já havia mandado dizer a el-rei que não jurava: que tinha assentado de nunca jurar em sua vida nem bem nem mal: O que não era nem por soberba, nem por ódio às Cortes, mas sim porque uma vez tinha dito, pois uma pessoa de bem não se retratava: e por ser uma pessoa doente; que bem sabia a lei e conhecia a pena que ela impunha; e que estava disposta para tudo.” Dessa recusa resultou ser presa na quinta do Ramalhão, na encosta dos rochedos de Cintra, até obter melhora no seu estado de saúde para ser expulsa do reino, violência que aliás acontecimentos posteriores evitavam de ser consumada. Privaram-na de quaisquer recursos, até para sustento. Entretanto nada lhe abalou o forte ânimo. Quando se lhe acabou o dinheiro, que ao partir de Lisboa lhe deram os filhos, mandou empenhar as joias para manter-se.

Aproximando-se a hora de ser-lhe intimado o decreto, pelo qual deixava de ser rainha de Portugal e era reduzida a infanta de Espanha, mandou as princesas à igreja para privá-las de assistir a tão triste ato. As pessoas presentes não lhe notaram nenhuma alteração da fisionomia, nem outro sinal de sentimento. Nessa mesma noite, o ministro espanhol, Aguilar, que isto refere, foi ver o rei e encontrou-o abatido e pesaroso, a lamentar tão

---

37 “A timidez de el-rei, que ele mesmo confessava, tolhia a possibilidade de o induzir a apelar corajosamente para a lealdade dos seus súditos, enquanto não estivesse colocado fora do alcance dos conspiradores.” – Palavras de Palmela, seu ministro nesse transe, transcritas dos seus *Apontamentos* inéditos, citados por Maria Amália. *Vida do Duque de Palmela*, vol. I, pág. 439.

funesto golpe.[38] Foi-lhe dada ordem de deixar Portugal. Depois de recebê-la, escreveu ao marido estas palavras memoráveis, que lhe definem a forte e rara personalidade: "Serei mais livre em meu desterro do que vós em vosso palácio. Minha liberdade pelo menos me acompanhará. Minha alma nunca se escravizou nem nunca se humilhou na presença desses rebeldes vassalos, que ousaram impor-vos leis e esforçaram-se por compelir-me a prestar um juramento, que a minha consciência repelia. Não fiz caso de suas ameaças; obedecia à voz do Céu, que me anunciava que se era passada a época da grandeza, a da glória ia agora começar. O mundo exclamará ainda: 'A Rainha conservou sem mácula a majestade do diadema, não consentiu que se obscurecesse seu esplendor. Enquanto os potentados que sustinham o cetro e a espada se deixaram abater diante da tempestade, ela sozinha ficou firme e inabalável.'"

NOTA

Pela chamada Aposentadoria Real o soberano podia requisitar as casas de que precisasse para si e as pessoas a quem quisesse acomodar, desalojando desse modo os ocupantes. O papel pregado à porta dessas casas com as iniciais P. R., príncipe Real, passou a ser traduzido jocosamente pelo povo; queria dezer "ponha-se na rua."

Ao demais, os intrusos tratavam às vezes com insolência e desprezo as famílias que expulsavam e de quem exigiam os trastes.

Passados dois anos de esbulho, começaram os proprietários a reclamar as suas casas. O primeiro aposentado que se mudou foi o marquês de Lavradio; os outros estiveram aboletados por tempo muito mais longo. O conde de Belmonte conservou-se dez anos na casa do patrão-mor, que a tinha acabado recentemente e nela ainda não havia residido, tendo sido privado não só de habitação, mas também dos escravos que cedera. A duquesa de Cadaval conservou-se cerca de dez ou doze anos numa chácara da Rua da Lapa. Quando, ao termo desse prazo, o proprietário reclamou, foi-lhe oferecida a compensação de 600$000 por ano, que recusou. Alguns especuladores tomaram casa para aposentadoria e depois alugaram; houve até quem sublocasse aos proprietários lojas de casas que lhes tinham tomado. Tudo isso era possível por ter-se fixado os aluguéis de acordo com o último imposto predial pago, quando entretanto o valor locativo dos

38 *Documentos para a Hist. da Independência,* publ. pela Bib. Nacional, vol. I, pág. 80, of. nº 328, de 7 fev. 1822.

imóveis tinha triplicado pelo simples fato da abertura dos portos ao comércio estrangeiro, segundo informa Horace Say na sua citada obra, pág. 21.

A este respeito escreve Soriano: "Talvez que a tal procedimento se deva em grande parte atribuir o ódio, que contra os europeus se começou desde então a desenvolver entre os naturais da terra, vendo-se assim desprezados e falhos da consideração que lhes era devida. Pelo menos é notório que desde então por diante cessaram a amizade, o acolhimento e a veneração com que até ali eram recebidos os portugueses da Europa." (*Hist. da Guerra Civil,,* tomo 4º pág. 582.) É ainda para observar que a obrigação acrescida para os brasileiros, de sustentar sozinhos a família real e a corte, acarretou-lhes pesado ônus, traduzido pela elevação dos impostos, exigida por tais gastos. Só para pensões e fidalgos de outras pessoas que o acompanharam, d. João criou a despesa de 164:394,824$. Essas pensões variavam desde 4:000$ até 30$ por ano.

Ainda a 12 de agosto de 1823, escrevia em seu 1º nº o jornal *O Tamoio*, tido por órgão dos Andradas:

"Os infames cortesãos que haviam acompanhado ao senhor d. João VI, os ínfimos criados de seu Paço, em paga do benigno acolhimento que tiveram, só nos retribuíram com insultos e injúrias as mais ofensivas que se podem imaginar. O direito da propriedade, o mais sagrado de todos na sociedade civil, foi impunemente calcado aos pés por estes vândalos. Cidadãos muito respeitáveis foram obrigados a despejar suas casas para aposento deles; a outros tiraram-se quintas e fazendas por uma compra forçada ou aparente e com promessas vãs de proteção, que nunca se verificaram. Estabeleceram-se tributos para a mantença da nova corte; criaram-se tribunais e ofícios novos só para empregar os emigrados, e acumularam-se os mais rendosos nas mãos de alguns, que não tinham para isso outro direito senão o da sua incapacidade, baixeza ou impudência. Em todas as repartições reinou de então em diante a mais escandalosa imoralidade e dela nasceram por consequência o roubo e a opressão dos povos. O Governo quase sempre frouxo e condescendente se viu na necessidade de capitular muitas vezes com o crime, mormente quando ele era apoiado por alguns dos infames validos, que cercavam o Trono. Estes orgulhosos vizires eram os que dispunham de tudo ao sabor da sua avareza ou de seus torpes apetites; e o mérito que se recusava a postar-se diante de tais ídolos ou comprar as suas graças por tão custoso preço jazia num total e ignominioso esquecimento."

A princesa Carlota Joaquina

. . . .

Capítulo V

INFANTA DE ESPANHA

O CONTRASTE violento entre as índoles de d. João e Carlota Joaquina é bem marcado pela relutância que o príncipe mostrou em assumir o poder real e a tenacidade com que a esposa lutava para havê-lo de qualquer modo, no país a cuja dinastia se incorporara ou ainda na sua pátria de origem.

Quando em 1792 se tornou impossível ocultar a loucura de d. Maria I, os ministros convidaram o príncipe real, já então com vinte e cinco anos de idade, a pôr-se à testa dos negócios públicos e a governar em nome da soberana, independentemente da audiência das Cortes. Durante quinze dias d. João hesitou e resistiu, assustado da responsabilidade da tarefa. Para demovê-lo a solver tão tremenda crise, foi preciso convocar um conselho de dezoito facultativos e deste proceder à declaração formal de que o restabelecimento da saúde da Rainha seria forçosamente demorado, como indispensável se tornava vedar-lhe qualquer aplicação a questões de estado. Só assim ele se decidiu a aceitar o governo, que sete anos depois, ainda sem audiência das Cortes, passou a exercer em seu próprio nome com o título de regente.

Entretanto, malograda em 1805 a conjuração por ela promovida ou fomentada para apoderar-se do poder, Carlota Joaquina empreendeu na Espanha e nas suas colônias da América do Sul, e depois ainda uma vez em Portugal, a aventura política que era a obsessão do seu espírito dominador. Aí, porém, viria ainda mostrar nunca se ter aliado de corpo e alma à dinastia portuguesa e quão puro e quente continuava a correr-lhe nas veias o sangue da Infanta de Espanha. Dir-se-ia que viera atiçar na Casa de Bragança a rivalidade então muito viva entre lusos e espanhóis, a quem o marquês de Resende em carta a Pedro I chamaria "os eternos inimigos da nação portuguesa."[1]

A abdicação forçada de seu pai, sucedido pelo filho, Fernando VII, que Napoleão arredara do trono, acendeu-lhe a cobiça de ocupá-lo como regente. Se tal pretensão se tornasse impossível, restar-lhe-ia outra, que ao mesmo tempo alimentava, de governar o Império colonial, deixando ao desamparo em consequência da deposição da dinastia. Acreditava d. Carlota que os portugueses queriam aproveitar-se das circunstâncias e apoderar-se de alguns domínios de mais fácil conquista. Pôs-se então em campo para frustrar-lhes os desejos e começou por pleitear os seus direitos eventuais à sucessão da Coroa.

A lei sálica tinha sido estabelecida em 1710 por Filipe V; mas a resolução desse monarca foi sempre arguida de nulidade, porque só a nação, reunida em Cortes e de acordo com o rei, podia estabelecer as regras para herança do trono. Sob tal fundamento e receando vir a ser sucedido por seu irmão Fernando IV, rei de Nápoles, Carlos IV, quando começou a reinar, de acordo com as Cortes aboliu aquela lei em 1789. Mas esse ato não foi publicado e depois o Rei não lhe ligou interesse, porque veio a ter três filhos varões.

Em torno dessa circunstância agitava-se a pretensão de Carlota Joaquina, que dirigiu uma circular aos gerais de todas as ordens religiosas para demonstrar-lhes o fundamento e no mesmo sentido encetou ativa correspondência com militares e homens importantes do reino, declarando-se decidida a abandonar o Brasil e a assumir o posto almejado. O não conceito que fazia dos frades não era obstáculo a pedir-lhe o concurso "junto aos

1 M. de Resende. "Correspondência", na *Rev. do Inst. Hist.,* tomo 8º, pág. 202.

indivíduos da santa religião".[2] Era verdadeiramente febril a atividade que despendia, donde proveio enorme massa de papéis recolhida ao arquivo do Castelo d'Eu. Para seduzir a toda gente, empregava linguagem apropriada a cada classe, desfazia-se em blandícias e até dava arras de fementido liberalismo, por fim com razão caído em descrédito. Dirigindo-se ao "augusto Congresso" enviava-lhe "mil parabéns e mil agradecimentos" por haver jurado e publicado a Constituição, que merecia tantos aplausos de todos e mui particularmente "dela própria, pois julgava aquela obra" a "base fundamental da felicidade e independência da nação". Escrevendo a um vogal da junta de Sevilha, declarava desejar, por ser conveniente para bem dos espanhóis e dos seus próprios filhos, que o governo da augusta Casa de Espanha fosse restabelecido com as modificações consideradas capazes de acabar com toda espécie de despotismo, tão contrário aos interesses dos povos e dos próprios soberanos, que só por ignorância podem exercê-lo."[3]

Tais expedientes produziram resultados apreciáveis. Houve quem lisonjeava-se com o recebimento de tais missivas e tudo isso, junto

---

2 Desconfiando de um padre vindo de Buenos Aires para o Rio, a fim de conspirar contra a sua causa, dizia Carlota Joaquina ao seu secretário, empenhado em salvá-lo: "Bem se vê que não conheces os frades; um só frade é capaz de transtornar toda uma Monarquia." Referiu-lhe então que fora um deles quem explorando os escrúpulos de consciência de d. Maria I e empregando contos e visões conseguira, como seu confessor, enlouquecê-la, para servir, mediante vantagens prometidas, à gente empenhada em arredá-la do trono e em promover a regência do filho, donde desde então começaram as desgraças de Portugal. Para castigar o frade conspirador, ou como tal suspeito, queria a princesa tê-lo preso, a fim de enviá-lo à Espanha em corpo e alma. Presumiu o secretário que se o frade fosse posto às ordens dela, um bom *miserere* o esperava. O ministro, a quem procurou, declarou-se desautorizado a proceder conforme os desejos de d. Carlota, sem autorização do príncipe, do qual esperava oposição a tal medida. Lamentava d. Rodrigo "que por causa de um frade se viesse a perturbar a paz e tranquilidade, que tanto lhes havia custado estabelecer entre Suas Altezas". Deplorando haver sempre quem "protegesse essa canalha" e ainda mais "não se a senhora absoluta do governo para que esse frade pagasse em pouco tempo todas as suas iniquidades", contentou-se a princesa em vê-lo mandado voltar para Buenos Aires pois seu principal empenho era retirá-lo do Rio, "ainda que fosse para os infernos". – Presas. *Op. cit.,* pág. 86.

3 Soriano. *Op. cit.* Docs. insertos nos tomos VIII e VI, págs. 44 e 652.

ao trabalho diplomático de d. Pedro de Sousa Holstein, que por eles recebeu o título de conde de Palmela, ia fazendo o seu difícil caminho. A impopularidade da rainha Maria Luísa refletia-se, porém, sobre a filha, cujo procedimento em Portugal não era desconhecido em Espanha. Procurava d. Pedro angariar o concurso do ministro inglês, o qual lhe respondia sempre de modo pouco animador, ora não achando objeções pessoais contra a princesa, mas reconhecendo os inconvenientes de sua elevação à regência, provavelmente a ser desaprovada pela Inglaterra; ora declarando-se sem instruções a esse respeito e apesar de julgar inconveniente naquele momento a regência de pessoa real, achando não haver nenhuma capaz de agradar tanto a Inglaterra como a princesa do Brasil. Mas tudo isso era apenas no seu entender, pois não podia calcular o efeito que produziria no ânimo do seu governo tomar-se qualquer resolução nesse sentido sem prévio entendimento entre os aliados.

D. Pedro de Sousa foi animado pela corte do Rio a prosseguir na sua obra e comunicou-se-lhe haver-se encarregado o embaixador em Londres de pedir o apoio daquele Governo à pretensão da princesa cuja realização seria o único meio de pôr o exército espanhol em pé de prestar auxílio eficaz à causa comum, resultado a que só se chegaria "estando as duas monarquias [de Espanha e Portugal] confiadas a mãos tão estreitamente ligadas entre si e cujos interesses eram inseparáveis". Foi-lhe dada autorização a descobrir por partes ao seu colega as vantagens do plano político existente, convencendo-o da sua solidez, e também a insinuá-lo na imprensa "procurando na medida do possível mostrar à nação espanhola quão ridículo era o seu ódio contra os portugueses, comparável ao mantido outrora pelos ingleses contra os escoceses".

D. Rodrigo punha a claro o plano: "Falando quase a mesma língua, professando a mesma religião, tendo idênticos costumes e também as mesmas preocupações não há dúvida que são chamados a ser uma única e poderosa nação." Levasse o ministro por diante, conforme o desejo do príncipe regente, a realização desse "objeto, que era do maior interesse para a sua real coroa".

Com o intuito de esclarecer as instruções mandadas a seu irmão, embaixador em Londres, escreveu d. Rodrigo uma memória, onde sustentava que para contrabalançar a influência do Império francês, era

indispensável "a criação de uma poderosa monarquia na península". Nessa memória esboçava-se o trilho para ser seguido pela princesa no caso de ser chamada à regência, que começaria por não assumir; nomearia governadores para o reino de acordo com Sua Majestade Britânica e entregaria a direção do exército ao comandante dos exércitos aliados, como tudo fizera d. João em Portugal. De acordo com esses princípios foi redigido um projeto de declaração ao príncipe regente, para ser assinado por sua esposa, no qual ela confirmava as promessas mandadas para Londres, com o protesto de nunca voltar atrás e de observá-las escrupulosamente. O ministro levou pessoalmente o projeto à princesa a fim de colher-lhe a assinatura.

Ela recusou-a dando resposta evasiva. Agradecia a cooperação que lhe ofereciam; mas não tendo recebido ainda da nação autoridade alguma, julgava intempestivo opinar sequer acerca de tal matéria. Se um dia viesse a caber-lhe a Regência, defenderia a Espanha e conservaria escrupulosamente a aliança anglo-portuguesa.

D. Rodrigo tentou arrancar-lhe outra declaração, prometer, no caso de vir a ser regente, conferir ao chefe dos exércitos aliados a mesma jurisdição que ele tinha em Portugal na administração da real fazenda, a fim de não sofrer o exército necessidades ou faltas. De novo fugiu a princesa de enlear-se, sob o mesmo fundamento de não ter autoridade para prometer medidas de governo.[4]

Vogavam assim as esperanças a respeito dessa sonhada regência, quando o deputado Valiente, de nome apropriado a tão ousado feito, homem idoso e presidente do Congresso durante o mês de maio, propôs às Cortes de Cádiz em sessão secreta, como remédio às críticas condições em que se achava o reino, a escolha de Carlota Joaquina para governá-lo. A moção caída sobre a assembleia teve o desgraçado efeito de enfurecer os deputados. Valiente escapou de ser trucidado e teve de fugir e ser depois protegido com auxílio diplomático.

Antes de ser resolvida a questão de princípio acerca da lei sálica, tal proposta era inconveniente e extemporânea. Viu desde logo o ministro português que a precoce iniciativa ferira mortalmente a pretensão da princesa.

---

4 Presas. *Op. cit.,* págs. 160 a 182, cópias de Carlota Joaquina.

Além das prevenções espanholas contra Carlota Joaquina, devidas a motivos de ordem pessoal e às desconfianças originadas da sua posição dinástica em Portugal, havia, com grande poder para prejudicá-la com o trabalho oculto da Inglaterra, desconfiada com justo motivo dos seus sentimentos a respeito da aliança entre as três cortes. A princípio a princesa não calculava quanto lhe seria nocivo mostrar ou deixar sequer entrever a sua antipatia aos aliados. Se o tivesse imaginado ocultaria seu pensamento ou se fingiria contrária a ele; mas supôs talvez que o revelar seria ganhar popularidade entre os espanhóis. Na circular dirigida aos gerais das ordens religiosas aludia textualmente "à divisão sistemática que inimigos e estrangeiros para seus fins particulares procuravam estabelecer entre os seus amados compatriotas".

Esses estrangeiros só podiam ser os ingleses e os portugeses.

Ela estava bem perto destes últimos para saber que o plano louvado por d. Rodrigo era a união das duas coroas, produzida outrora pela força das armas e tornada por isso mesmo objeto de aversão entre as duas nações. Essa aspiração era a origem do esforço empregado pelo marido para ajudá-la a defender os seus direitos de herdeira do trono, logo após os seus dois irmãos varões, o rei Fernando e o infante d. Carlos, como seria causa da ajuda que lhe prometera dar nos negócios do Prata.

D. Rodrigo enganara-se, como tantos estadistas e generais, acerca da duração dos amálgamas de povos autônomos por meio de conquistas ou arranjos dinásticos. Mais dia menos dia, ainda após séculos, grandes guerras ou grandes acontecimentos de ordem moral desagregam com estrondo essas aglomerações artificiais.

A dom Pascoal Tenório Moscoso, que planejara estabelecer a regência de Carlota Joaquina, escrevia o ministro de d. João: "É inútil que repita a V. Sª quão grande e útil coisa seria para a grandeza das duas monarquias o preparar agora a possibilidade da sua reunião e mútua elevação, pois V. Sª se exprime luminosamente a esse respeito, tanto mais que o imortal Florida Blanca e meu pai, há muitos anos, já assim pensavam e diziam ao senhor rei Carlos III tudo o que era possível conceber sobre tão alto assunto. Não hesite V. Sª que um tal sucesso, o mais glorioso para as duas monarquias, nada me deixaria a desejar se o visse em nossos dias."[5]

---

5 Cópia existente no arq. do cast. d'Eu, datada de 15 jan.1810.

D. Pedro de Sousa, ao serviço dessa causa, observava quanto lhe era nociva a franqueza de Carlota Joaquina. Mais de uma vez aconselhou-lhe prudência e reserva a tal respeito. Ela deveria "persuadir as Cortes e a nação espanhola que os seus interesses e as suas vistas estavam intimamente ligados com os interesses e as vistas dos dois governos aliados da Espanha, pois que se esse espalhasse a opinião contrária, o que V. A. poderia ganhar aqui em conceito de patriotismo, o perderia em influência verdadeira; e é necessário que V. A. se convença de que nem a justiça indubitável da Sua Causa nem as suas grandes qualidades pessoais e amor conhecido à sua pátria são os que a elevem à regência de Espanha, nem mesmo influirão na declaração dos direitos. Os grandes e poderosos motivos que hão de decidir o segundo e com o tempo espero também o primeiro ponto, *são a conveniência da reunião das duas monarquias* e a opinião geralmente espalhada de que tais medidas seriam conforme neste momento à política dos três gabinetes de Inglaterra, Espanha e Portugal, numa palavra, convém que o governo britânico se persuada da necessidade da elevação de V. A. à regência; sem essa condição são muito débeis as esperanças que há de se poder conseguir..."[6]

De acordo com essa convicção ousou o ministro tomar a responsabilidade de não entregar às Cortes uma carta que por seu intermédio lhes mandara a princesa e ele considerou altamente prejudicial. Já então, procedendo com elevada compreensão do dever, se revelava o estadista, cuja lealdade e clareza de vistas d. João VI não saberia compreender, na dolorosa crise política que o forçaria a jurar uma Constituição por fazer, quando lhe era fácil dá-la por vontade própria e contentar os povos.

Adiando de outra vez a execução de ordens da princesa, por considerá-las prejudiciais a sua causa, escrevia-lhe o futuro conde de Palmela, esperando persuadi-la de mais convir deixá-lo dizer com franqueza e atrevimento o verdadeiro estado dos negócios, do que aceitar as quimeras vagas e lisonjeiras, apresentadas por outros menos zelosos, para substituírem a pintura fiel da situação.[7] Desse modo deteve carta dirigida a personagens sem importância e até a adversário declarado. Por tudo isso insistia

---

6 Carta autógrafa, datada de 17 nov. 1811, no arq. do cast. d'Eu.

7 Carta autógrafa, de 10 jan. 1812, no mesmo arq.

para que ela não escrevesse tanto a respeito de matéria de tal delicadeza, pois os seus escritos davam ao ministro inglês a impressão de antipatia ou ogeriza ao governo britânico, impressão custosa de dissipar, a despeito das declarações dele, d. Pedro, de ter ordens de nada fazer senão de acordo com as vistas de Londres. Talvez fosse ainda d. Pedro quem decidisse Valiente a escrever à princesa, aconselhando-a a mostrar-se sempre de acordo com o governo do esposo e só dirigir-se às Cortes por intermédio do ministro português, "altivo, sagaz e altamente interessado em promover os direitos de Sua Alteza".[8]

A convicção do governo britânico, porém, já estava formada a respeito dessa matéria: Não era infenso ao reconhecimento dos direitos da princesa, por si e sua descendência, à sucessão dos seus dois irmãos, Fernando e Carlos, mas só via inconvenientes e impossibilidades em torná-los efetivos, pela elevação à regência. Aliás o ministro em Cádiz já dissera ao seu colega português que essa opinião era extensiva a qualquer pessoa da família real.

Conversando com o embaixador em Londres a respeito do que lhe mandara dizer o seu governo, o primeiro-ministro não ocultou quanto lhe parecia errônea a pretensão de fundir as duas monarquias. Mais que nunca eram pronunciados os ciúmes entre portugueses e espanhóis. Wellington tivera em Espanha as maiores dificuldades para conseguir que se desse alimentação aos regimentos onde havia soldados lusitanos. As Cortes estiveram dispostas a proibir por decreto aos seus membros qualquer comunicação com os ministros estrangeiros, mas seu intuito exclusivo era vedar-lhes aproximarem-se de dom Pedro de Sousa.

Apesar de declarações tão autorizadas, como as originadas das informações de Wellington, o embaixador teve a coragem de mostrar-se ignorante de tudo quanto ouvia, pois, ao contrário, por tudo de quanto estava a par, supunha os espanhóis muito desejosos de reunir as duas monarquias.[9]

Finalmente triunfante às vistas da Inglaterra, que consultavam naquele momento os interesses da própria Espanha, por 126 votos contra

8 Carta de 20 out. 1811, no mesmo arquivo.

9 Presas. *Op.cit.,* págs. 183/5, of. secretíssimo copiado por Carlota Joaquina.

20, as Cortes aboliram a lei sálica, admitiram Carlota Joaquina e sua prole à sucessão da Coroa; mas não lhe conferiram a regência, da qual também excluíram as outras pessoas da família real. Na ordem da sucessão, após a princesa do Brasil, viria sua irmã Maria Isabel, princesa herdeira das Duas Sicílias; ficavam privados de igual rainha regente da Etrúria.[10]

A meia vitória de Carlota Joaquina animou-a a persistir no seu intento. Talvez então supusesse que dirigira inabilmente a campanha e por isso a perdera; enganara-se em relação ao poder da influência inglesa e à conveniência de mostrar-se intransigentemente espanhola, livre das ligações criadas pelo casamento. Os conselhos de dom Pedro de Sousa e de Valiente tinham chegado tarde para mudar no momento oportuno, mas ainda vinham a tempo de decidi-la a mudar para o futuro. Dom Pedro já deixara Cádiz em setembro de 1912 e estava nomeado ministro em Londres. Devia ser dirigida a ele, nem a outro poderia ser, a carta sem data, de que se conserva minuta no arquivo da princesa, recolhido ao castelo d'Eu. Raros documentos traduzirão melhor o caráter dessa mulher extraordinária, capaz de afivelar todas as máscaras quando o seu interesse exigisse. De modo algum parece um projeto português, submetido à sua aprovação.

Ensinando pela recusa dos projetos formulados por d. Rodrigo, d. João não mandaria escrever em tais termos, que certamente seriam rejeitados por excessivos. Tentando enganar as Cortes de Espanha e Portugal, ela empregou a mesma manobra de fingir-se do seu lado esperando poder depois esmagá-las.

O destinatário dessa missiva já deveria estar em Londres, onde a autora confiava que haveria de empregar as suas apreciáveis qualidades em benefício da grandeza e conservação da península, na qual a preocupava em primeiro lugar a felicidade do seu caro esposo, inseparável da sua e de seus filhos, e "em segundo lugar", a dos "seus desgraçados irmãos, despojados e ligados ao carro do mais infame usurpador". Este, porém, não poderia sobrepujar a aliança das três nações, Espanha, Inglaterra e Portugal. A primeira marcha para a mais baixa democracia. "Tu o sabes, por teres

10 A regência foi eleita a 22 de janeiro de 1812 e ficou assim constituída: duque do Infantado, d. Juan Maria Villavicencio e o conde de Bisbal (espanhóis), dom Joaquín Mosquera y Figueiroa e dom Inacio Rodrigues de Rivas (americanos).

visto." A princesa ia direito ao seu fim: "...a justiça que conseguiste, obtendo a declaração legal de meus direitos é muito própria de tua instrução e fidelidade. Mas a simples declaração, sem os efeitos do que me concede é infrutífera e não evitará a perda absoluta da península, ou pela reconquista da Espanha, que é a barreira firme de Portugal, ou por uma sublevação intestina e mais sangrenta que a da França. Todos esses males poderiam ser remediados com a regência representativa do seu rei e com toda a liberdade e poder que lhe concedem as leis e que as Cortes não lhe negaram."

Neste final punha a suma da reviravolta:

"Sem ofender a minha pátria devo antepor a tudo o amor de meu esposo, de quem dependo e de cuja vontade nunca me separaria ainda quando minha pátria me chamasse interinamente ao poder na ausência de meus irmãos. Prezamos a glória do seu reino: é ele o nosso patrimônio e de nossos filhos; meu anelo dirige-se à sua firmeza e em seu caso, *ao seu maior aumento*; porém conhecendo o mau estado da península faria (precedendo a real permissão de meu esposo) o sacrifício de minha vontade em benefício de ambos os reinos.

"Portugal não necessita mais apoio que o de seu digno príncipe meu Senhor e de seus fiéis vassalos; não assim em Espanha. O meu direito por hora ao seu trono está reconhecido e ratificado pela nação com preferência. Não se arrependeriam seus representantes nem nossos aliados do meu governo, se o presidisse como me cabe. Fernando reinaria se o Céu, como o espero, no-lo restituísse. Assim o prometo pelo juramento; *ou em outro caso se outra união idêntica à de Aragão e Castila.*

"O interesse é comum e a vontade das três potências deve ser uniforme. Se houver obstáculos para o plano que urge dissipa-os, como em Cádiz, que este deve ser o mais nobre objeto de tua missão em favor do príncipe."

Toda essa submissão, porém, era debalde. A sua pretensão estava morta de vez, como morto estava o sonho de d. Rodrigo, de uma única monarquia de união ibérica.

Infrutífero foi também na América o esforço da corajosa infanta. Para alcançar os seus fins e com intuito de aplainar as primeiras dificuldades encontradas, não obstante desconfiar das ambições portuguesas, procurou atrair as boas graças do esposo e até a sua aliança. Pouco tempo

depois de estar no Brasil, logo no mês de agosto, juntava-se ao infante d. Pedro Carlos, muito estimado de d. João, para a este dirigirem uma reclamação, rogando-lhe que combinasse as forças portuguesas, espanholas e inglesas, a fim de impedir os franceses de renovarem no Novo Mundo as violências e subversões cometidas na Europa. Esperavam ambos que com o auxílio do príncipe regente se pudesse realizar perfeita aliança com os espanhóis da América, não só contra agressões do exterior, mas também para evitar discórdias entre os vassalos dos dois reinos. Concluíram por pedir que d. João obtivesse do chefe das forças navais inglesas velar também sobre o Rio da Prata e mais domínios do continente. Respondeu o príncipe imediatamente que era chegado o momento de obrarem como aliados contra o inimigo comum, pois acreditava ser possível com auxílio dos outros aliados europeus opor barreira à extensão das conquistas francesas.

Animada por esta resposta, Carlota Joaquina abriu correspondência com pessoas influentes do Prata, do Peru, do Chile e até do México e das Filipinas. Dirigiu uma proclamação aos fiéis vassalos do rei, narrando a abdicação que Napoleão lhe arrancara em Bayonne e dizendo-se obrigada a manter a autoridade de que haviam sido despojados seu pai e seus irmãos, visto ser o mais próximo representante deles nas colônias.

O remédio para esses males tinha sido dado pelos Céus, trazendo ao novo continente uma irmã do soberano; aclamada regente ela poderia administrar e ir organizar o Império, sustentá-lo e defendê-lo com energia própria do seu real ânimo e singulares virtudes, a fim de conservá-lo intacto e transferi-lo em tempo a Fernando VII. As autoridades espanholas não deram, porém, assentimento a esse manifesto.

Parecendo na mesma época definitivo, ou pelo menos duradouro, o domínio francês na península, era vantajoso à corte portuguesa sustentar os direitos de Carlota Joaquina nas colônias espanholas da América, direitos donde poderia provir para a dinastia de Bragança vasta e valiosa herança. D. João chegou a prometer-lhe licença para apresentar-se no Rio da Prata. Por seu lado, os sul-americanos tinham mais ou menos as mesmas ideias acerca da situação da metrópole e esperavam vê-la caída de vez sob o poder dos franceses, para então proclamarem a própria independência. Contudo, o concurso da princesa não era para desprezar.

O argentino Belgrano, partidário da monarquia constitucional independente e receoso do domínio francês, procurou-lhe os auspícios. Além do general Pueyrredon, enviado dos conspiradores de Buenos Aires, veio também ao Rio Saturnino Rodrigues Pena, o qual traduziu com entusiasmo a profunda impressão por ele recebida da princesa: "Esta mulher é tão singular que a considero única na sua classe", escrevia com entusiasmo aos seus correlegionários. Seria impossível ouvi-la sem tomar-se de amor; estava ali a heroína de que precisavam aqueles povos para serem conduzidos ao mais alto grau da felicidade.

Quando Carlota considerou maduro o seu plano, decidiu-se a partir para o Rio da Prata. Tudo foi feito no mais rigoroso segredo. Só no momento de considerar-se pronta a empreender viagem e de obter o concurso do vice-almirante inglês Sidney Smith, decidiu apresentar-se. Considerava o almirante que haveria grande perigo para a monarquia portuguesa se viesse a proclamar-se uma república em qualquer colônia do Rio da Prata: tal vizinhança poderia ser-lhe nociva por contágio. Sob esse fundamento já tinha aconselhado a d. João que favorecesse a viagem da esposa até a fronteira, para atravessá-la quando conviesse.[11] Não hesitaria igualmente em aconselhar a ela que quando pudesse realizar o projeto, viajasse de preferência sob a bandeira da Espanha. Chegando ao Rio um navio de guerra espanhol, ordenou a princesa ao respectivo comandante que a levasse a Buenos Aires. O comandante e a oficialidade recusaram-se a obedecer-lhe, e, pedindo garantias ao Governo brasileiro para deixar o porto livremente, tudo comunicaram ao príncipe e ao embaixador inglês. Então, de face descoberta, Carlota apelou para o marido, impetrando a prometida licença para partir.

D. João autorizou-a verbalmente a fazê-lo, "quando fosse oficialmente chamada"; mas sob a influência do conde de Linhares e do ministro inglês, lorde Strangford, os quais facilmente lhe deixaram ver os riscos a que se expunha, se a esposa, armada de poder, quisesse de novo contra ele atentar, seis dias depois revogava por escrito aquela licença, alegando não se considerar autorizado a intervir nas questões do Rio da Prata, onde qualquer ato seu dessa natureza poderia levantar suspeitas contra as suas intenções, e considerando ao demais quanto lhe seria penosa a separação solicitada. Soubera d. João haver a princesa declarado que em caso algum

11 Carta de S. Smith a Carlota Joaquina em 28 out. 1808, no arq. do cast. d'Eu.

consentiria em alienação de territórios em benefício de Portugal. De tal modo nada restaria para ganhar na partida.

Ainda nesse momento Carlota não fraqueava e animava o almirante a persistir na empresa sem se importar com a recusa do príncipe, que "nesses negócios tinha sempre duas caras."[12]

Sidney Smith já tinha, porém, levado muito longe o seu concurso à causa de Carlota Joaquina, com quem, desde antes da vinda ao Brasil, já estava em correspondência epistolar.[13] No Rio passara a ser seu conselheiro, informando-a de tudo quanto colhia de suas pesquisas nas colônias espanholas e prestava-se a enviar-lhe a correspondência de todas elas à Europa e dessas precedências receber tudo quanto enviavam a Sua Alteza. Até ao governo reinante em Espanha se abalançara a escrever, pleiteando a causa do objeto da sua admiração.[14] Chegara a permitir-lhe a dizer a d. João que o convidasse para acompanhá-la ao Prata, se acaso desconfiava que ela fosse promover a separação.

Ao começo, o príncipe e o almirante procediam de acordo; foi então que tomaram Presas como secretário da pretendente, com a missão de escrever e divulgar tudo quanto conviesse à sua causa. O próprio d. João apresentou à esposa o auxiliar que lhe destinava. O fato ocorreu numa reunião em casa de Sidney Smith, no morro do Castelo, onde contra as praxes da corte se achava toda a família real, que em Lisboa não ia

---

12 Presas. *Op. cit.,* pág. 40. Carta da princesa ao seu secretário: "... avisa al *sir* Sidney Smith para que no deje su empresa; y dile siempre que el príncipe en estos negocios tiene dos caras."

13 No arq. do cast. d'Eu, há cartas do almirante à princesa escritas de Londres em 1807.

14 Referindo-se à princesa dizia ele nessa carta, datada de 5 de dezembro de 1808: "A presença desta Senhora neste continente é circunstância muito ditosa nestes tempos críticos, e todos os bons espanhóis delas se aproveitam para mostrar sua adesão aos princípios fundamentais da monarquia, conservando a sucessão segundo as formas estabelecidas pelas leis e considerando S. A. como legítimo intérprete destas leis, esperam com impaciência sua superior decisão sobre estes assuntos." (Cópia mandada pelo almirante à princesa e guardada no arquivo do cast. d'Eu.) Na mesma moeda pagava-lhe a princesa, que a 9 de junho do ano seguinte apresentava-o à Junta Central do mesmo Governo por carta onde dizia: "durante sua permanência nesta corte foi infatigável no zelo e vigilância com que olhou a segura posse dos domínios de meu muito querido irmão." – Livro de Registro nº 11, arquivo do cast. d'Eu.

a residência de pessoa alguma, ainda da mais alta hierarquia. Não foi esta aliás, durante a sua permanência de mais de um ano no Rio de Janeiro, a única distinção desse gênero recebida pelo comandante da esquadra, da qual uma parte comboiara a família real ao Brasil. Outra mais significativa fez-lhe a princesa, atravessando a baía uma tarde com suas filhas, para visitá-lo na casa de campo que lhe doara o príncipe, junto à armação de S. Domingos, com terras e seis escravos para cultivá-las, e uma canoa para o serviço. Era uma morada deliciosa na falda do morro, cercada de árvores portentosas, plantas frutíferas, abundância de flores, complemento da grã-cruz da Torre e Espada com que fora agraciado. Por tanto apreciarem o passeio, as princesa só voltaram ao Rio às nove horas da noite, muito tarde para os hábitos daqueles tempos. Esses fatos causaram tal impressão, que mereceram ser mencionados num relatório diplomático; entretanto não ficaram só aí. Carlota Joaquina ainda brindou o almirante com uma espada, em cujos copos de ouro foram engastados belos diamantes do Brasil.

De tudo isso enciumou-se Strangford, em cujo entender se tornava preciso pôr termo à intervenção do almirante a favor da princesa, mas em prejuízo dos interesses ingleses, filiados à independência das colônias espanholas. Ajudado pelos ministros de Estado, sobretudo por d. Rodrigo, conde de Linhares, a quem Carlota Joaquina detestava e chamava "O Torvelinho" *(El Torbelino),* para definir-lhe a ruidosa atividade, obteve que d. João pedisse ao príncipe regente da Grã-Bretanha, a retirada de Sidney Smith. Nas instruções dadas ao ministro em Londres para esse efeito, declarava-se que o almirante aconselhava a princesa a dirigir-se diretamente aquele Governo; que d. João já não podia entender-se com a esposa, pois a mobilidade e fertilidade do almirante na intriga excediam a toda a compreensão.[15]

Refere Presas ter Sidney Smith sabido tudo quanto contra ele se tramava e, obtida audiência do príncipe, pediu-lhe reparação da ofensa. O príncipe não negou o ocorrido, mas apresentando a outra cara, à qual Car-

---

15 Doc. cit. na obra de Soriano, tomo IV, pág. 590. Escrevendo às Cortes em 24 de julho de 1811, referia-se Carlota Joaquina "ao particular empenho com que o ministro da Inglaterra, lorde Strangford, sustentava e fomentava a revolução do Rio da Prata, prevalecendo-se para isso da cega deferência com que este Governo Português se presta às suas injustas pretensões". – Arq. do cast. d'Eu.

lota Joaquina se referia, desculpou-se e declarou-se ter sido enganado. Então o almirante disse esperar que isso mesmo ele escrevesse ao seu Soberano.

D. João prometeu; mas levou um mês a cumprir a promessa e a entregar o cobiçado autógrafo.

Começaram a esse tempo as divergências com os argentinos. Belgrano queria a monarquia constitucional; Carlota a monarquia absoluta; os argentinos exigiam a renúncia da princesa e de seu filho Pedro às coroas de Espanha e Portugal; Carlota recusou aceder a ambas as pretensões e rompeu com Peña, denunciando-o ao vice-rei como conspirador contra a segurança do Estado.

As divergências dos chefes do Rio da Prata dividiam-nos também entre si. Delas tendo notícia, d. João encarregou o general Curado, então no Rio Grande do Sul, de atravessar a fronteira e ir conhecer a verdade acerca da situação, para poder informá-lo. Quando Carlota Joaquina soube que o emissário já se achava em território espanhol tal foi a sua explosão de cólera contra o marido que, apesar de acostumado, Presas ficou atônito. Seu furor só diminuiu quando o príncipe prometeu atender à queixa que dela recebeu e onde lembrava ser proibido por lei o menor entendimento dos agentes do rei da Espanha com agentes de qualquer príncipe; além do mais fora recusada a ela própria permissão para ir ao Prata sob fundamento de não levantar "muitas suspeitas de ambição a favor da coroa de Portugal"; suspeita "fundada, existente e positiva" levantara a missão de Curado, conforme se verificava de uma proclamação do vice-rei de Buenos Aires.[16]

Certos de que, sem a boa vontade do príncipe regente, não lograriam cooperação eficaz da princesa, e deliberando proclamar a independência sob a forma republicana, os argentinos já procuravam conhecer como em tais circunstâncias procederia a corte portuguesa.

---

16 Presas, *op. cit.,* pág. 51 e carta de Carlota Joaquina a d. João VI, no seu livro de registro nº 11; arq. cast. d'Eu. Desse fato a princesa deu conta à Junta Central Governativa de Espanha, referindo-se aos antecedentes da questão, à promessa de licença que em tempo lhe fizera o marido por intermédio de Sidney Smith e confirmara em sua presença, para a tudo faltar sob influência de Strangford e d. Rodrigo e depois mandar um general e oficiais "aos cabildos e particulares para seduzir os habitantes do Rio da Prata a incorporar-se ao Brasil, como consta da carta de Curado ao vice-rei Liniers." – No mesmo cit. Livro de registro.

Com esse intuito enviaram agentes confidenciais ao Rio de Janeiro. Carlota não se continha; punha-lhes gente no encalço e perseguiu-os de todos os modos, até conseguindo prendê-los ou fazê-los voltar sem demora, como fizera com o frade, objeto de seu maior furor. Alguns lhe escapavam, devido à proteção do lorde Strangford. Entre essa gente apareceu a amante de Liniers, vice-rei já decaído, madame Périson, que antes tão adulada, era agora perseguida e forçada a fugir de Buenos Aires. Périson era linda e parece que a sua beleza irritava a monstruosa princesa, a qual a queria envolver na rede das diligências policiais. A este respeito Presas escrevia: "Não é fácil explicar o ódio e ogeriza com que as mulheres feias olham as mulheres formosas, falta de que nem as princesas estão isentas."

Além desta razão, se na realidade existia no ânimo de Carlota Joaquina, acresce que madame Périson era apontada como excitadora da oposição de Liniers às pretensões da princesa. Procedente da ilha Maurícia, com toda a família acompanhara seu pai a Buenos Aires, onde os negócios de comércio por este entabulados em pouco tempo decaíram. Só lhe restava, escreve com malícia José Presas, "valer-se das suas recomendáveis prendas naturais para sustentar o fausto e luxo com que se apresentara no Rio da Prata". Era o vice-rei o único que podia, à custa do grande ordenado e emolumentos do seu alto emprego, prover aos excessivos gastos de tão formosa quão exigente dama, interessada por tal motivo em não ver passar a outrem, até pessoa real, o posto donde lhe provinham os meios.[17]

Apesar de tantos contratempos, Carlota Joaquina ainda mandou um emissário renovar as negociações com Belgrano. Tudo foi debalde. No princípio de 1810 esvaeceram-se as suas últimas esperanças a respeito de Buenos Aires. Em meados do ano anterior novo golpe fora desferido sobre os seus projetos. Chegava ao Rio o primeiro embaixador de Espanha, marquês de Casa Irujo, trazendo instruções da Junta Central do Governo para dissuadi-la das pretensões à regência e impedi-la por todos os meios de partir para qualquer domínio na América e ainda menos para Espanha.

Mas as colônias espanholas ganhavam confiança nas próprias forças e convenciam-se de poderem desprender-se de qualquer laço com a metrópole, cujas comunicações regulares com elas a Inglaterra tinha cortado, desde que entrara a guerreá-la, por vê-la unir-se à causa da França.

---

17 Presas, *op. cit.*, pág. 30.

Desprovidas de todo auxílio, obrigadas a defender-se sozinhas dos invasores, aos quais, como a todos os estrangeiros, os seus portos ficaram abertos, estavam de fato, havia anos, na condição de filhos abandonados, acostumados a prover a própria existência e cheios de novas ideias, trazidas por outros povos, com quem tinham aprendido nas relações do comércio.

Feita a independência argentina, nem assim a princesa descansou. A emancipação de uma colônia vizinha era fato de natureza a assustar a d. João e a sua corte, que como já se viu chegaram a prometer à ambiciosa princesa o auxílio desejado para intervir no Rio da Prata. De novo animada, mandou ela um emissário ao cabildo de Montevidéu, oferecendo-se para organizar a resistência, a fim de repor o vice-rei em Buenos Aires e impedir a propagação do movimento libertador. Ressalvando os direitos dos irmãos, expôs os seus projetos ao embaixador; mas como fossem opostos às instruções trazidas, resolveu o diplomata ouvir o Cabildo, para depois, em caso deste concordar, poder justificar-se de ser forçado a intervir, visto tratar-se de situação gravíssima e imprevista, pois quando partira de Espanha, não se tinha cogitado da hipótese de colônia alguma emancipar-se. Acreditando, porém, que era plano do governo português favorecer a expedição de Carlota, para aproveitar-se dos seus resultados em favor de seu filho, o príncipe d. Pedro, em cuja cabeça, por esse caminho, se poderiam um dia reunir as coroas de Espanha e Portugal, aconselhou Casa Irujo ao Cabildo que seria preferível não aceder aos desejos da infanta. Adotando esse alvitre, respondeu o Cabildo ao emissário que a situação já tinha melhorado e já não era precisa a presença real; entretanto, se de futuro viesse a ser necessária, não hesitaria em solicitá-la. Tal resposta foi aprovada pelo conselho da regência de Espanha, a qual proibiu a Montevidéu admitir o concurso de tropas portuguesas, quer como aliadas, quer sobretudo como contingentes de socorro. A Junta também agradeceu à princesa as suas boas intenções, mas rogou-lhe que se poupasse ao incômodo de transportar-se ao Rio da Prata.

Terminaram aí os planos de Carlota, cuja ação política os espanhóis começam hoje a estudar com serenidade. Rubio compara-a a Isabel, a Católica, ao entregar as suas joias para a conquista de Granada. Em certo momento, Montevidéu, balda de recursos, apelava para o embaixador acreditado no Rio de Janeiro, que os procurava em vão; sem eles a cidade corria risco de ser abalada pelos revolucionários e a sua perda para a Espanha

importaria em desvanecer-se a última esperança da conquista de Buenos Aires. Montevidéu carecia de oitenta a cem mil pesos. Debalde Casa Irujo recorreu a um banco inglês e a casas de comércio brasileiras. Desesperado, procurou a princesa expôs-lhe a ansiedade que o oprimia. Carlota tomou-o pela mão, levou-o ao quarto, onde tinha todas as suas joias, tirou-as de um cofre, guardou uma que continha o retrato do marido e a dignidade da sua posição aconselhava a não expô-la a comércio, e entregou as demais ao marquês para serem vendidas ou empenhadas, contanto que Montevidéu fosse imediatamente socorrida.

O embaixador beijou-lhe as mãos; mas adiou o recebimento. Queria antes tentar o último esforço, pedir emprestados 100.000 duros a d. João ou ao ministro inglês. d. João mandou-o falar a Linhares. Este opinou que o empréstimo dependesse da permissão, dada à princesa pelo Governo espanhol, para exercer pessoalmente a regência da América do Sul como vice-rainha, e declarou em ofício não querer d. João intervir entre partidos de Montevidéu e Buenos Aires, dispondo-se quando muito a auxiliar aquele que reconhecesse os direitos eventuais da infanta, já reconhecidos pela Junta Central, e em consequência disso a chamasse para colocar-se à frente da regência.[18] Também junto ao embaixador inglês não encontrou o marquês o socorro almejado. Então Carlota Joaquina fez efetiva a entrega das joias e mandou-as com uma carta ao Cabildo, autorizando-o a empenhá-las ou vendê-las.[19]

---

18 Rúbio cita o documento de Linhares, datado de 3 de julho de 1810.

19 Presas gaba-se de ter sido inspirador dessa bela ação, único recurso para empreender com o fim de adquirir dinheiro, pois o nome da princesa "em matéria de negócio estava inteiramente desacreditado", não havendo "seguramente em toda a praça do Rio de Janeiro um só indivíduo", que lhe fiasse, "simplesmente por seus altos títulos, cem réis de boa moeda". Ao dar esse conselho a Carlota Joaquina, diz o seu famoso secretário haver-lhe lembrado a glória de Isabel, a Católica, "a qual também empenhara as suas joias para habilitar Colombo a descobrir aqueles domínios." (Presas, *op. cit.*, pág. 127.) Daí se conclui que ou Isabel teve duas vezes esse rasgo de generosidade, ou um dos dois autores, Presas e Rúbio, labora em engano. Tantos dispêndios, realizados pela sua atividade política, reduziram a quase nada a fortuna da princesa. Ao marquês de Itanhaém, tutor do Imperador d. Pedro II, escrevia de Lisboa a 27 de março de 1838 o seu procurador Luís Martins Basto: "Trata-se de apurar no inventário da Imperatriz d. Carlota Joaquina as dívidas, as quais talvez absorvam toda a herança por serem muito avultadas." – Doc. no Arq. Nac., caixa nº 902.

Além desses recursos, que produziram 53.376 pesos, de outras vezes, para ajudar os fiéis de Montevidéu enviou-lhes armas e ainda uma tipografia para servir à defesa intelectual da sua causa, o que tudo conseguiu com a condescendência do governo do príncipe.

Um dia apareceu no porto do Rio de Janeiro com o nome de *Caridad*, bandeira e documentos espanhóis, um bergantim inglês, carregado de 6.000 fuzis para a revolução que se preparava em Buenos Aires. Casa Irujo reclamou navio e carga, e o embargo foi concedido; mas Strangford protestou por meio de nota ao ministério e conseguiu levantá-lo. Carlota Joaquina interveio; escreveu ao príncipe, foi ouvido o Conselho de Estado e tomada a resolução de entregar-se o navio a Casa Irujo. Tripulado por espanhóis, seguiu o *Caridad* para Montevidéu, levando aos partidários de Fernando VII a preciosa carga. Triunfara a princesa do seu tenaz inimigo.

Para servir os interesses da pátria de origem ela empregava todos os meios de intriga e intervenção, ou diretamente, ou por meio de Presas, de quem dizia que era homem de talento e muito honrado.[20] Procurava intervir em todos os negócios espanhóis que se decidiam no Brasil, donde resultou desavir-se com o encarregado de negócios De Vilalva, cujas atribuições invadia e a quem denunciou ao irmão, já de volta ao trono, como favorável aos revolucionários do Prata. Meses depois voltava atrás, perdoava-o e dava-lhe a mão a beijar.

O papel de Presas tornou-se ostensivo e preponderante, a ponto de provocar queixas do Governo inglês. D. João viu-se obrigado a mandar pedir à esposa que o demitisse. Antes de responder, Carlota indagou o motivo de tais queixas, mas o emissário, conde de Galveias, calou-se. Como fosse evidente o propósito da recusa, o Governo ordenou a Presas que deixasse o Brasil.

Apenas recebeu o pedido do marido, a princesa participou-o às Cortes, atribuindo à imposição da Inglaterra a vingança contra Presas, que lhe transtornara muitos dos seus planos de proteção aos revolucionários do Prata. Vinha daqui a raiva que lhe tinha e o ódio que lhe voltava Strangford e por isso recomendava às Cortes tão devotado colaborador, exaltando-lhe os inestimáveis serviços prestados à Pátria. Revelava então a desconfiança

---

20 Carta a Fernando VII, em 23 de maio de 1814, no arq. do cast. d'Eu.

de pretenderem os ministros dar-lhe substituto, "o que nunca admitirei", logo protestava, "pois nunca poderei permitir que nos negócios relativos a interesses de Espanha tenham a menor importância súditos que não sejam espanhóis."[21]

Tantas eram, porém, as prevenções contra ela, aliás autorizadas pelas tradições maternas e pelas condições da sua vida doméstica; tantas as desconfianças bem fundadas a respeito da sua sinceridade política, que o Governo espanhol acabou de indicar-lhe quanto a sua ingerência nos negócios de ultramar prejudicavam a causa nacional. Diante dessa declaração categórica, Carlota eximiu-se de prestar ao seu país qualquer serviço.

Depois do seu retraimento, precipitaram-se os sucessos. Enquanto havia possibilidade de uma infanta de Espanha reunir sob a sua autoridade o Vice-Reino do Prata, esperava-se que as províncias sublevadas voltassem a submeter-se; desaparecendo, porém, essa esperança, o curso da revolução, longamente detido, alastrou-se e venceu, ajudado ainda pelas desavenças existentes entre as autoridades espanholas.

Os povos viam na infanta a continuidade dinástica, a bandeira da legitimidade e abraçar-lhe-iam a causa como náufragos que se atirassem a qualquer tábua de salvação. Também Portugal e a própria Inglaterra, que sempre lhe foi infensa, consentiriam em favorecer-lhe em parte a ambição, se ela se contentasse com o título de regente e se dispusesse a delegar a autoridade ao marido para os negócios do Prata, e a uma Junta ou Conselho para os negócios da metrópole.

Qualquer dessas hipóteses pareceu-lhe odiosa e ambas repeliu com firmeza, por laborar no engano de ser possível atingir os seus fins sem o concurso desses aliados e só com lisonjas aos espanhóis. Não eram honras, já desfrutadas em virtude da sua posição hierárquica, mas o poder de fato que ela ambicionava e pretendia. Era em busca do poder, do mando, do exercício da vontade dominadora que ela combatia, anos seguidos, desde que procurava dar o esposo por demente e governar em seu nome. A fraqueza física, que às vezes levava às portas da tuberculose pulmonar, não lhe

21 Carta de 27 de março de 1812, no arq. do cast. d'Eu. Ausentando-se Presas, a princesa nomeou seu amanuense o jovem frade franciscano Cirilo Alameda, que após a invasão francesa emigrara para o Rio da Prata, onde redigira um periódico.

entibiava o ânimo; passada a refrega, acendia-se-lhe a chama da aventura, e logo punha em ação a energia viril e as seduções femininas, que lhe davam ao caráter força dobrada para os empreendimentos. Mentia como homem político que quisesse o poder de qualquer modo, e também como mulher disposta a seduzir, fosse como fosse. Jogava todas as armas; pretendendo a regência, lisonjeava as Cortes espanholas, do mesmo modo que a voltar a Lisboa lisonjearia as Cortes portuguesas, indispondo-as contra d. João VI, na esperança de merecer-lhes preferência. Nada obtendo, nem num, nem noutro caso, arvorava a bandeira dos velhos princípios, escrevia para Londres a Palmela pintando a Espanha em caminho "da mais baixa democracia"; recusava jurar a Constituição, fazia-se mártir, preferia todos os sacrifícios, ser reclusa, destituída ou exilada, na esperança de por meio dessa resistência tornar-se, um dia, centro da reação absolutista, pois na realidade era o despotismo político o estofo da sua personalidade monárquica.

Quando viu o irmão de novo sobre o trono, soltou um grito de vitória e alívio; já não lhe era forçoso representar tantos papéis; ele iria vingá-la de tantos sacrifícios: "estão cumpridos todos os meus votos; vejo meu Fernando em seu trono; já estão acabados todos os meus trabalhos e padecimentos; já se me olvidaram todos." Confessa-lhe então de que meios se serviu, na esperança de desfazer depois toda a obra que simulava aplaudir: "Entre as cartas que dirigi às Cortes acharás uma em que lhe dou parabéns pela promulgação da Constituição. Naqueles tempos era preciso proceder assim, esperando que a Providência te colocaria em teu trono para que governasses como Rei e Pai de teus vassalos, sem as vergonhosas transações que te quiseram impor. Eu esperava que darias com o pé naquela Constituição que, apesar de detestar, eu era obrigada a elogiar, para não levantar inoportunamente partidos que seriam prejudiciais."[22]

Dela procedeu todo o vigor desdobrado na prole masculina, destinada a devorar-se na sangueira da guerra civil. Ao primogênito transmitira a audácia, o gênio de aventura; mas não lograra dar-lhe também o que havia de feroz na própria índole. Essa parte do seu sangue transfundiu-a inteira ao outro filho, desde a infância o preferido do seu amor e preparado para tornar-se o instrumento dos seus ódios, das suas vinganças, do seu delírio de

---

22 Cartas de 30 de jan. e 1º de out. 1814, no arq. do cast. d'Eu.

opressão. Mais forte, porém, que esse alimento mau do seu caráter, eram as qualidades matrizes, herdadas pelo primeiro, capazes de vencê-la e realizar na História o epílogo trágico de tantas e tão dolorosas dissensões domésticas.

Entretanto, fora da política, essa natureza estranha tomava aspectos de brandura, caridade e religião, que comoviam os humildes e despertavam a admiração dos sacerdotes. Durante quatro anos de residência em Botafogo, certo observador, talvez um deles, pôde seguir-lhe os passos e louvar-lhe a bondade e a devoção. Com as filhas e os criados ouvia a missa diariamente, consagrava-se a exercícios espirituais e à oração, dedicava-se à instrução e educação daquelas, de quem parecia extremamente amorosa, e intimava-lhes o temor de Deus; frequentes vezes confessava-se e comungava; adorava o Sacramento onde o encontrava. Cuidava dos criados com muito zelo, mandando deles saber quando adoeciam, ordenando aos médicos que os fossem ver e procurando saber como eram tratados. Caritativa e compassiva da pobreza, dava muitas esmolas e mesadas às famílias necessitadas. Um conto de réis que recebia por mês consumia depressa em bem-fazer. Dentro em poucos dias não lhe restava vintém e pedia emprestadas pequenas somas para novas esmolas que lhe vinham pedir.[23]

As práticas religiosas por si só não bastariam para supor-lhe coração bondoso. Encontram-se relíquias do santo lenho e orações milagrosas, penduradas ao pescoço de bandidos, e alguns deles vão rezar constritamente por alma das suas vítimas, ou ajudam-nas a morrer, repetindo-lhes ao ouvido o nome de Jesus. Mas às vezes a desumanidade de certos governantes é produto de mentalidades místicas, convencidas do destino de salvar os povos, imersos no pecado ou na degradação política. Nesses cérebros enfermos gerou-se e nutriu-se a Inquisição. O terreno onde ele é fechado à bondade e ao amor para todos quantos se oponham à sua tarefa de predestinados, a quem talvez se imponha o sacrifício de serem impiedosos para serem justos, dessa justiça que escapa ao senso dos homens e só a eles e a Deus caberá conhecer. Fora desse domínio da ação providencial, nada os impede, porém, de abrir a alma à prática de ações generosas.

---

23 Todas essas virtudes são mencionadas num papel existente no arq. d'Eu e assinado José Libânio, que é de supor seja o abade de S. Bento, pois escreve: "todo o tempo que esteve na minha chácara, que foram quatro anos..." Diz também ser quem lhe emprestava dinheiro para esmolas, levadas por ele próprio a seu mando.

Desgraçados os povos a quem os fados escolham para servirem de experiência às fantasias desses iluminados. A Portugal caberia um dia tal sorte no reinado de d. Miguel, sob os piedosos auspícios de Carlota Joaquina, que por fim viria a realizar o sonho incontinente de toda a sua vida.

NOTA

A despeito de tão malvista por causa das suas dissensões domésticas e até de tão acusada de adultério, Carlota Joaquina tem sido sempre apontada como mãe extremosa, em menor grau porém para d. Pedro, e muito dedicada à educação das filhas. Talvez ainda venha a atenuar-se ou desfazer-se a sua má reputação, toda de origem tradicional. Não se poderá ler sem admirar os conselhos escritos, dados por ela em 7 de junho de 1816 e dos quais existe a minuta no arquivo do Castelo d'Eu, a suas filhas, Maria Isabel e Maria Francisca, cujo casamento promoveu com os tios, Fernando VII e infante d. Carlos, seus irmãos. "O que me consola nesta ausência de ver muito felizes com os maridos que têm; agora é fazer-lhe a diligência para lhe agradar e adivinhar-lhe os pensamentos, não fazer coisa nenhuma nem a mais mínima que seja contra a vontade dele, e mesmo nas coisas mais simples que haja, sondar bem se da sua vontade que tu faças, ou se é por querer contemporizar contigo e nesses casos não se fazem, porque a gente deve sempre quebrar por si para se viver sempre em união e tranquilidade, considerando que esse laço indissolúvel há de ser até a morte e que tu não tens que agradar neste mundo a mais ninguém senão a ele, e assim agradarás a Deus e a teus Pais, bem como a união em que deves viver com teus Tios e tua Irmã, conservando-se entre todos a mesma em que eles até aqui têm vivido.

"Recomendo-te muito que o teu comportamento seja como eu espero: Primeiro que tudo a Religião, olhar para ela com aquele respeito devido, e guardá-la à risca, como Deus manda; ser muito sisuda, muito comedida nas tuas ações e palavras, tratar a todos com muita urbanidade, e ao mesmo tempo conservando o teu respeito; fazer distinção das pessoas por que é esta ou aquela pessoa, por que o bom trato deve ser geral, pois que a distinção é só para as pessoas que tenham verdadeiros merecimentos para isso: não trovar de repente, ouvir e examinar primeiro as coisas com toda a madureza, e depois então de estar bem certa da verdade e da razão obrar conforme for justo.

"Olha para tua família como deves olhar pois que hás de responder por ela diante de Deus: fazer que ela viva toda em boa harmonia sem se confundirem as classes, e que cada um faça as obrigações que lhe competem, sem excederem em lugares mais altos pisem os que estão mais abaixo nem estes tomem o lugar dos que lhe ficam mais acima. Deves ter bem governada a tua casa, mas sem mesquinhez, regulando-te sempre de modo que nunca seja a despesa maior que a receita. Recomendo-te que todos os dias recordes estes conselhos, que te hão de parecer de Avó velha e rabugenta, porém que o depois de cair em idade de madureza, hás de achar que ainda foi pouco impertinente contigo." – No arq. do cast. d'Eu.

O príncipe D. Pedro I

Capítulo VI

A EDUCAÇÃO DO PRÍNCIPE

TINHA passado Carlota Joaquina os seus quatro primeiros anos no Brasil toda entregue à vertigem da ambição política, de governo e de mando. Privada da suprema autoridade, constante aspiração da sua alma irrequieta, e condenada a arrastar a vida ao lado de um soberano, em cujo ânimo não encontrava energias que quisera admirar, exercia em pequenas ações ao seu alcance o vigor exuberante da sua índole. Quando passava nas ruas e estradas, a ninguém dispensava da obrigação, devida à família real pelos seus súditos, de fazer-lhe reverências excessivas, até ajoelhar. Os homens deviam descobrir-se e não podiam ficar a cavalo ou de carruagem. Só às mulheres se permitiam exceções, mas sempre com o dever de inclinarem-se quanto pudessem.

As mais estranhas cenas dessa natureza ocorriam durante os passeios da rainha d. Maria, que saía todas as tardes e era levada até Botafogo ou São Cristóvão. Conduziam-na em vistoso coche dourado, rico de pinturas, dentro do qual contrastava com tal brilho a sua contristadora figura. Vestida de preto, com grande xale, ora escuro, ora branco, sobre

os ombros, a cabeça descoberta, os cabelos soltos, a Rainha dava a toda gente, ainda que a não conhecesse, a certeza de estar vendo uma criatura alucinada.

Tinha sempre ao lado a condessa do Real Agrado, a sua Joaninha, que lhe sofria com admirável paciência a triste e penosa companhia. Abriam-lhe o caminho dois cadetes batedores, de espadas desembainhadas, e faziam-lhe séquito o viador, o criado particular, dois moços de estribeira, alguns lacaios e um homem que conduzia a frasqueira de água fresca. Ao fim da jornada, todos paravam até às Ave-Marias. Se alguém a olhava e era de categoria a poder aproximar-se a Rainha ocultava o rosto com o leque e dizia sempre ir para o Inferno, mas querer furtar-se à vista do Diabo.

Recusavam-se os estrangeiros a imitar a gente do país na prática do cerimonial prescrito para tais encontros; porém como raramente poderia reconhecê-los, Carlota Joaquina, quando lhe cabia a vez, recusava-se a admitir exceções e exigia dos cadetes rigorosa fiscalização da homenagem.

Muitos incidentes diplomáticos originaram-se dessa estranha praxe. O mais grave de todos passou-se com o ministro americano Sumter, casado com mulher brasileira, o qual já se tendo de uma feita queixado pessoalmente ao rei, e não logrando ver coibido esse abuso, ao ser insultado segunda vez, apresentou aos cadetes um par de pistolas engatilhadas. Revoltou-se d. Carlota com o atrevimento do ministro e insuflou a coragem dos guardas. As bocas das duas pistolas falaram, porém, mais alto que os seus brados. Desde então d. João VI dispensou os estrangeiros de tributarem à família real provas de deferência, diversas das tributadas habitualmente nos diferentes países aos respectivos chefes de Estado.[1]

A despeito dessa providência e de outra mais radical, não foi esse o único escândalo promovido pelos batedores das carruagens reais. O cônsul de França comunicou outros fatos idênticos ao seu governo. O lorde Strangford chegou a ser atingido em 1814, à beira de um caminho, pela chibata do palafreneiro de uma das princesas. Em 1817, o secretário da legação da Holanda foi insultado e obrigado a descer do cavalo, à passagem do príncipe d. Pedro, apesar de ter declinado nome e qualidade. No

---

1 Henderson. *A history of the Brasil*, cit. por Oliveira Lima. *D. João VI*, tomo I, pág. 267.

mesmo ano, também foi vítima um empregado do consulado da Rússia e ambos tiveram de contentar-se com uma nota expedida para deplorar os fatos.[2] D. João VI chegou a tomar providência mais radical do que a referida por Henderson. Em aviso de 23 de novembro de 1815, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra mandou definir a missão dos batedores, a quem apenas cumpria desembaraçar o caminho, "sem que devam dirigir-se às pessoas que encontrarem ou em carruagem ou a cavalo, obrigando-as a pararem e apearem-se, a fim de se evitar para o futuro acontecimentos desagradáveis, semelhantes aos que já têm havido até com alguns ministros das cortes estrangeiras."[3]

Em fins de junho de 1819, passeava a cavalo em companhia de um filho ou sobrinho de Chamberlain, encarregado dos negócios da Inglaterra, o comandante Bowles, chefe da estação naval no Prata, de passagem no Rio, quando viu aproximar-se o coche de Carlota Joaquina, já então Rainha. Para evitar tão desagradável encontro, deu toda rédea ao animal e procurou a galope ganhar uma vereda; não logrando, porém, sair do caminho a tempo, foi alcançado e insultado grosseiramente por dois cadetes ou soldados de cavalaria, que consideraram desaforo tal corrida e obrigaram o fugitivo a apear-se.

Participada a ocorrência às autoridades, na mesma noite foram presos os culpados e no dia seguinte oficiais foram a bordo comunicar o castigo que lhes tinha sido imposto e apresentar as devidas desculpas. O comandante deu-se por satisfeito e intercedeu a favor dos presos.

Esse fato foi narrado assim numa carta ao *Times,* subscrita "por um brasileiro estabelecido em Londres". Diz o *Correio Brasiliense* que esse missivista era pessoa de autoridade e autor de outros escritos acerca de negociações diplomáticas entre as cortes do Rio e Madri. A alusão era feita a Palmela, o qual aliás confessa na *Correspondência* ter-se servido desse pseudônimo para escrever na imprensa inglesa. Parecia realmente um comunicado da legação, com intuito de retificar o extrato de uma carta, vinda da capital do Brasil e inserida naquele e noutros jornais. Conforme essa cor-

---

2 Ofícios copiados por Alberto Rangel no Quai d'Orsay e resumidos na *Rev. Nacional,* nº 5.

3 *O Investig. português*, vol. XVI, pág. 190.

respondência, Bowles e o companheiro teriam passado adiante da Rainha, negando-lhe de tal modo a devida precedência, falta sem dúvida para censurar. Por isso, "o guarda tirou-lhes pelos cavalos e tratou-os muito mal". O comodoro teria feito enérgica reclamação, pelo canal próprio, exigindo o castigo "dos dois oficiais comandantes da guarda", sem o que "não prestaria alguma atenção ou respeito à bandeira portuguesa" e largaria para o rio da Prata, "mas deixaria um oficial com as suas ordens para esse efeito". A reclamação teria produzido resultado; os dois oficiais teriam sido "mandados imediatamente para a cadeia", onde haviam permanecido alguns dias, até serem levados debaixo de guarda a bordo da *Creole*, "onde, com a bandeira britânica estendida sobre as suas cabeças, em presença do comodoro, do cônsul, dos oficiais e vários ingleses, ali reunidos de propósito, humildemente pediram perdão e imploraram a intercessão do comodoro para serem perdoados". Depois disso, voltaram à prisão, donde o correspondente acreditava, a 2 de julho, que eles sairiam por pedido de Bowles.[4]

Num dos ofícios de Maler, cônsul-geral de França, resumidos por Alberto Rangel, há também referência ao incidente Bowles. Aí este aparece em companhia do próprio Chamberlain, e não de um filho ou sobrinho seu, como na carta escrita do Rio; galopava perto da casa do cônsul, pois que nela procurava recolher-se, e essa casa era no morro do Inglês; não andava, portanto, para os lados de S. Cristóvão, donde a Rainha ia para a cidade, conforme a versão do correspondente. Os dois cadetes e um soldado fizeram-no apear-se e espaldeiraram-no. Houve reclamação diplomática e, de acordo com a promessa do ministro Tomás Antônio, os dois cadetes "foram a bordo pedir perdão". Tão arrependidos se mostraram, que os ingleses se enterneceram e fizeram as pazes entre libações alcoólicas, prolongadas até o jantar, do qual os cadetes participaram. A explicação do brasileiro de Londres parece contar a essência do fato sem as minúcias inglesas e francesas, que serão ou não verdadeiras, mas contudo são muito pitorescas.

Por não querer empregar os recursos usados por Sumter, o ministro da Rússia, barão Tuyll, viu-se na contingência de abandonar a casa que ocupava em Laranjeiras e mudar-se desse bairro, onde Carlota Joa-

---

4 *Corr. Bras.*, vol. XVIII, pág. 450.

quina tinha também habitação campestre. Eram tão repetidos os incômodos dessa natureza, infringidos pelos batedores da Rainha a tão dedicado cavalheiro, que cansado de queixar-se confidencialmente sem resultado, preferiu, para evitá-los de vez, perder quarenta mil francos, empregados em melhoramentos naquela propriedade.

Eram dessa natureza os exemplos maternos que d. Pedro recebia. Afastada de São Cristóvão, d. Carlota deixava-o sem carinhos, até porque para ele talvez os não tivesse. Também o pai nunca lhe testemunhou maior afeto e desde cedo foi vendo serem da mãe e não suas aquela vivacidade e turbulência, aquela coragem destinada a grandes feitos. Por certo não podia d. João fazer grande cabedal da instrução do filho, pois sabia de experiência própria que para governar o reino bastava conhecer latim, um tanto de história pátria e ser versado nas coisas e negócios da Igreja até entoar o cantochão. O seu caso particular justificava-se aos seus próprios olhos, porque, sendo o segundo dos irmãos, não lhe deveria ter cabido o encargo de reinar, mas não era assim com esse filho, que embora também sendo segundo, por morte do primogênito já se havia tornado o herdeiro da Coroa.

Contudo nem por isso faltaram mestres ao jovem príncipe. Já em Lisboa tinham-no entregue aos cuidados de um ex-ministro dinamarquês junto à corte portuguesa, João Rademaker, que falava a maior parte das línguas da Europa, era dotado de conhecimentos quase universais e no dizer de De Monglave possuía todas as qualidades e virtudes sociais. Das suas lições esperavam-se grandes resultados, frustrados por sua morte, devida a envenenamento. Diz esse biógrafo de d. Pedro que essa morte "satisfez os votos de um bando de cortesãos abjetos e frades fanáticos".[5]

Walsh também exalta as qualidades de Rademaker e refere o que se contava para atribuir a envenenamento a causa da sua morte súbita. Preparava-se ele para mudar da casa em cuja vizinhança morava o objeto dos amores de uma escrava a seu serviço. Cuidando impedir tal mudança, concebeu a negra em sua estupidez fazer desaparecer o senhor. Esse autor também ouviu outra versão, conforme a qual a morte de Rademaker fora

---

5 De Monglave. *Corresp. de D. Pèdre I.*

devida a desgostos, produzidos por maus-tratos, que ele imaginara ter recebido de um inimigo e rival, precedente preceptor do príncipe.[6]

Era frade o mestre que sucedeu a Rademaker, Antônio de Arrábida, mais tarde bispo de Anemúria e conselheiro de estado, o qual, se tinha grandes luzes, obedeceu talvez a outros interesses para as não projetar sobre o discípulo. Havia tal confiança na sua experiência que foi o escolhido para acompanhar d. Pedro e servir-lhe de mentor, quando se cogitou em 1807 de enviá-lo ao Brasil como condestável, tendo apenas oito anos de idade.

A favor dos méritos de Arrábida fala a circunstância de tê-lo escolhido Bernardo de Vasconcelos para reitor do Colégio Pedro II, por ele criado em 1837, na regência de Araújo Lima, o marquês de Olinda. Atribuía-se, porém, à influência da corte, auxiliada pelo desleixo dos pais, o propósito de deixar o príncipe inculto, à mercê dos ministros e intrigantes. Todas as pessoas de ordem elevada, que mais tarde tiveram de com ele lidar lamentavam tal negligência: "É para deplorar que não tenham cuidado mais seriamente da sua educação", escrevia o cônsul de França.[7]

Cuidaram apenas de desenvolver-lhe as forças físicas, aproveitando-lhe a predileção pelos exercícios corporais. Foi assim que além de ser mestre de equitação e tourear com destreza e galhardia, veio a ter orgulho de ser o primeiro cocheiro do seu tempo e guiar de pé, do alto de uma boleia, duas e três parelhas fogosas, que nem sempre eram dóceis às rédeas e uma vez concorreram para se lhe partirem costelas.

O palafreneiro alemão Frederico Kloss, que esteve a seu serviço apenas seis meses, em 1825, num folheto que escreveu, narrando quanto observara a respeito das suas celebradas habilidades, reduziu-as de muito, em pouco lisonjeiro julgamento. Talvez o juízo do perito se ressentisse do empenho de elevar o próprio mérito. Todas as quedas de que o Imperador fora vítima eram devidas à sua imperícia; quando muito ele poderia fazer de almocreve, governando bestas e mulas, como era de ver com espanto na corte do Brasil; mas nunca belos e fogosos cavalos, únicos animais dignos de serem atrelados a coches reais. Ao passo que d. Pedro não conseguia

6 Walsh. *Notices of Brasil.* Vol. I, pág. 107.

7 Maler. Of. nº 98 de 28 de abril de 1821.

dirigir quatro bucéfalos e d. Leopoldina desculpava-o, alegrando que eles não tinham sido amansados, Kloss manejava-os facilmente e gabava-se de que em suas mãos pareciam cordeiros.[8]

Na arte de montar, da qual também resultaram algumas quedas, era o príncipe pelo menos incansável, de modo a ninguém o poder acompanhar. Por isso, já Imperador, viria a andar sem guarda, ou dela distânciado. Ficaram famosas algumas das suas jornadas.

Em menos de setenta e duas horas devorou oitenta léguas, de Ouro Preto ao Rio, após ter viajado durante trinta dias na província de Minas; de São Paulo ao Rio consumiu apenas cinco dias para vencer a distância de noventa e seis léguas, resistindo a aguaceiros incessantes; para ir de Santa Catarina ao Rio Grande venceu diariamente vinte léguas a cavalo.

Era esse, na adolescência, o seu passatempo predileto. Oliveira Lima reproduz um tópico do cônsul inglês Henderson, o qual encontrou o príncipe em São Cristóvão, "amansando com enorme chicote, que fazia estalar com frenesi de postilhão, animais de tiro para as cocheiras do palácio, já tendo naquela manhã esfalfado quatro parelhas."[9] Não só sabia lidar com os cavalos, mas também dar-lhes trato. Conta-se que vendo um viajante, à beira da estrada embaraçado a ferrar um animal, apeou-se, tomou-lhe os instrumentos, praticou a operação e despediu-se sem dar-se a conhecer e rindo a bandeiras despregadas. De outra vez, em passeio nos arredores do Rio, desferrou-se-lhe o cavalo que montava. Recorreu a um ferrador, inábil no ofício. Por fim arrebatou-lhe os instrumentos e concluiu o serviço: "Sai daí, porcalhão."[10]

A desordem patológica que lhe dominava o organismo agravava-se ainda pelas taras de hereditariedade e ausência de educação. Criado entre pai e mãe que não se entendiam, desde a mais tenra idade começou d. Pedro a viver num lar quase desfeito. Transportado ao Brasil, quando tinha apenas nove anos, viu desenvolver-se aí a aversão irreprimível entre d. João VI e Carlota Joaquina, os quais nem da mesa em comum participavam para dar aos filhos aparências de cordialidade.

---

8 Af. Taunay. *Do Reino ao Império*, págs. 101 e seguintes.

9 Henderson. *A History of the Brasil*, cit. por Oliveira Lima. *D. João VI*, tomo I, pág. 267.

10 Af. Taunay. *Op. cit.,* pág.100.

Como fosse o infante d. Miguel o predileto materno e não fosse el-rei pai muito cuidadoso, crescia o príncipe real à lei da natureza, entregue às próprias tendências. Cada vez mais se lhe acentuavam as preferências por gente de baixa esfera; as suas horas mais deleitosas passavam-se nas cavalarias, em companhia de cocheiros e moços de estribeira. Por isso, quando amadureceu e chegou à regência, Silvestre Pinheiro receava que ele viesse a nomear ministros "alguns dos muitos depravados que o rodeavam e mais de uma vez tinham surpreendido a sua inexperta boa fé".[11] Nem quando Imperador, alteraria esses hábitos; "continuaria a frequentar cordialmente e familiarmente indivíduos de todas as classes", escreve Armitage.[12] O seu maior amigo, secretário e confidente, viria a ser um homem dessa origem. Não seria esse aliás o único servidor tirado de tal círculo. Daí sairia também o moço de carregar caixas, João Carlota, que se tornou um dos seus íntimos.[13]

---

11 Silv. Pinheiro. "Carta nº 3", na *Rev. do Inst. Hist.*, tomo 47, parte I, pág. 307.

12 Armitage, *Hist. do Brasil*. Ed. Egas, pág. 97.

13 As cozinhas da quinta da Boavista eram afastadas do corpo da casa e os pratos trazidos à sala de jantar em caixas fechadas. Daí a denominação dos moços seus portadores. Foi sempre assim até 1889. Nas anotações à sua biografia, obra conhecida com o nome de *Memórias*, cita também Drummond a Plácido de Abreu, que apresenta como tendo sido barbeiro de José Egídio, barão de Santo Amaro. Melo Morais rebaixa-o ainda mais e diz na *Crônica Geral*, vol. 2º, pág.151, que foi varredor do palácio. O autor viu uma carta real autógrafa, pela qual em 10 de outubro de 1809 Plácido Antônio Pereira de Abreu foi feito cavalheiro da ordem de Cristo. Seria esse Plácido pai do amigo de d. Pedro ou ele próprio? Devia ser ele, pois que no Primeiro Reinado já era homem de alguma idade e tesoureiro da Casa Imperial. Não é também de crer que um filho de cavaleiro da ordem de Cristo, pessoa portanto de consideração, tivesse ofício ou se empregasse em misteres humildes e se casasse com uma filha de Pereira da Cunha, homem abastado, de alta posição e um dos marqueses feitos por Pedro I. Drummond nem sempre deixa de ser apaixonado. Foi ele quem pôs em circulação, à página 59 da sua obra, que Francisco Gomes da Silva, o *Chalaça*, secretário de d. Pedro I, tinha sido oficial de ourives e de má qualidade, quando desde os dezenove anos Gomes servia como reposteiro no Paço real, onde seu pai fora também empregado e por isso viera na comitiva de d. João VI. Diz Sacramento Blake, nº 2. vol., do seu *Dic. Bibliogr.,* pág. 457, que F. Gomes se preparava para o estado sacerdotal, quando teve de abandonar Lisboa. Seu pai teve depois loja de ourives, profissão que podia exercer sem ser artifice. Talvez daí venha a suposição de Drummond.

Procedia da má fama da sua roda muito do mau conceito em que era tido d. Pedro. Já dizia Maquiaveli: "O primeiro julgamento que se faz de um senhor e da sua inteligência é baseado na qualidade dos homens de quem se cerca."[14] Do seu bisavô d. José herdara o príncipe o gosto dessa sociedade inferior. Era grande prazer daquele rei medir-se em lutas corporais com a baixa criadagem. Fora dos recintos, onde se disputavam as pugnas, ficavam espias para avisá-lo da aproximação de Pombal. Limpando o suor e pondo a cabeleira às pressas, o soberano enfiava o casaco e afetava estudada compostura para receber o ministro. Era ridícula a cena desde logo composta: o marquês de joelhos sobre uma almofada, apresentando os despachos ao monarca, que os recebia assentado. Para aludir ao poder real do súdito e à subalternidade efetiva do soberano, os criados do Paço, ao descrever a comédia, invertiam com o secretário assentado.

Também d. Pedro, para voltar às liberdade da infância, entregava-se sem rebuços a exercícios dessa natureza. Conta João Loureiro que sendo Imperador, dera-se ele ao espetáculo na Praia Grande às cinco horas da tarde, de lutar a braços com o presidente do Conselho Supremo de Justiça, José Albano Fragoso, que sumamente bêbado, sustentava não ser o seu amo capaz de deitá-lo ao chão."[15]

Na sociedade de gente de baixa esfera, tornou-se desbocado e adquiriu modos grosseiros. Em algumas de suas cartas encontram-se traços da sua linguagem corrompida. Não era só com mulheres, referindo-se às cenas de excessiva intimidade; até a respeito de assuntos sérios e lidando com gente da sua estirpe, incorria nos mesmos desregramentos.[16] Em Minas causou espanto aos povos, que esperavam encontrá-lo modelo de dignidade e polidez. No Paço municipal, diante de retratos mal pintados

---

14 Maquiaveli. *Il Principe,* cap. XXII.

15 J. Loureiro. "Cartas", na *Rev. do Inst. Hist.*, tomo 56, parte 2ª, pág. 395.

16 Convidando d. Miguel a abandonar Portugal e vir para o Brasil, escrevia-lhe nestes termos: "Não faltará quem lhe diga que não largue a casa do Infantado, mande-os a beber da m..., também lhe hão de dizer que separando-se o Brasil, vem a ser Rei de Portugal, torne-os a mandar à m...", e por extenso escrevia a palavra, que antes de empregada por Cambronne em Warterloo, já era de uso corrente e predileção, entre franceses, espanhóis e portugueses. – Carta de 19 de junho de 1822, no arq. do cast. d'Eu, maço XLVII.

e muito escuros, teve um frouxo de riso, acompanhado de comentário ofensivo a um fidalgo da sua corte: "Que negros! Parecem os avós de d. Francisco", viador da princesa, filho do conde de Linhares. Em São Paulo, ao receber o capitão-mor de Itu, vestido com o velho fardão desusado, desatou do mesmo modo a rir. O ancião disse-lhe em face:

"Saiba V. A. R. que com esta farda, agora ao seu serviço, já por muitos anos servi aos Senhores Reis, seus augustos avós." E, deu-lhe as costas. Arrependido, d. Pedro mandou pedir-lhe desculpa.[17]

A corte onde o príncipe crescia devia refletir o estado moral do soberano e da esposa. Dela escreveu Arago: "Corte abastardada, onde a libertinagem chegava às vezes até ao cinismo e os senhores davam o exemplo do aviltamento e da depravação."[18] Com a mesma dureza qualifica-a Saint-Hilaire, quando diz que o Rio de Janeiro, "residência de uma corte corrompida, se achou sempre sob as mais perniciosas influências".[19] Armitage, aliás tão comedido, considera a moral da Corte como tudo quanto havia de mais baixo. Horace Say, que chegou ao Rio em 1815 e ainda depois de voltar à França manteve relações de comércio com o Brasil durante vinte e cinco anos, serviu-se da mesma expressão de Saint-Hilaire: "O príncipe d. Pedro, jovem, sem experiência, tendo recebido educação muito incompleta e entregue precocemente a todas as desordens de uma corte corrompida, dispunha de poucos recursos para exercer o poder."[20]

No meio da licenciosidade em que vivia, não tinha o príncipe onde colher bons exemplos. O apetite sexual se lhe desenvolveu precocemente e tornou-se voraz. Seus passeios a cavalo eram inspeções de Cupido em terras de Citera. Tudo se lhe afigurava permissível. Chegava a apear-se para abrir as cortinas das cadeirinhas, que passavam nas ruas, a fim de ver quem nelas era conduzido. As casas onde descobria rostos formosos recebiam-lhe a visita e a revelação do desejo de ver a escolhida, que os pais

17 Af. Taunay. *Op. cit.*, págs. 126-8.

18 Arago. *Voyage autour du monde*, tomo I, pág. 144.

19 Saint-Hilaire. *Precis Historiques,* anexos ao livro, *Voyage dans le District des Diamants*, vol. II, pág. 388.

20 H. Say. *Op. cit.,* pág. 74.

severos escondiam à chave.[21] Alberto Rangel conta a história de um deles, que o recebendo à mesa, colocou na fruteira um punhal e explicou-lhe, para responder a uma pergunta indiscreta, destinar-se aquela arma, instrumento de morte, aos desrespeitadores do seu lar, aliás já rondado pelo príncipe.

Além da indiferença à honra alheia, havia na corte a vulgaridade mais deprimente em relação ao apuro das maneiras e do falar. A graça era a chalaça e a exaltação à palavrada, da qual, já homem feito, d. Pedro usaria frequentemente na correspondência epistolar. Até entre os diplomatas havia sujeitos rudes, como d. Lourenço de Lima, embaixador em Paris, que a duquesa de Abrantes achou não só grosseiro, mas até bobo. Eram raríssimas as exceções, como a de Antônio de Araújo, conde da Barca, que falava italiano, francês e inglês e conhecia as respectivas literaturas. Ele vivera quase sempre no estrangeiro "e talvez por esta razão era tão amável", dizia a mulher de Junot. Os mais altos nomes da aristocracia misturavam-se às ações mais aviltantes. O duque de Cadaval, primo do rei, que desposara uma irmã do duque de Luxemburgo, imigrada em Portugal, uma flor de dezoito anos, cheia de encantos e virtudes, preferia à companhia de tal esposa a parceria de jogadores, no meio dos quais dissipava a fortuna. Quando outros lhe faltassem, servia-lhe o cozinheiro, que se tornava seu credor, não só por dívidas contraídas sobre o pano verde, mas até por dívidas de salários.

---

21 A uma menina que vinha de São Cristóvão para o Colégio Mallet, à Rua dos Barbonos (Evaristo da Veiga) aconteceu uma daquelas primeiras aventuras, causa de desapontamento de d. Pedro, que esperava talvez encontrar objeto para as suas facécias. Contou ela o fato a uma neta, de quem o A. ouviu a narração. Outra senhora, quase octogenária, também se referiu ao A. ter ouvido de sua mãe narrativas a respeito dessas visitas do príncipe. Como era de prever, entre tantas aventuras algumas faziam-no correr riscos. Certa vez ele pediu entrevista a uma atriz de nome Ludovina, entrevista que foi concedida. De noite, à hora marcada, quando o namorado chegou, ardendo de esperanças, foi recebido pelo dono da casa e seus companheiros de teatro, todos empunhando archotes acesos. Diz-se que em casos tais d. Pedro nunca se zangava (Melo Morais. *Crôn. Geral,* vol. II, pág. 173). Na viagem a Minas desejou vivamente a mulher de um tenente de linha e para realizar com facilidade suas pretensões, despachou-o em comissão para o Rio de Janeiro. Os parentes do oficial começaram a espiar o conquistador, no propósito de vingar o ausente. Estêvão de Resende, nomeado ministro para expedição dos atos oficiais, foi avisado e preveniu o príncipe, que lhe prometeu não voltar. Fez, porém melho, era a seduzida quem vinha procurá-lo. – A. Taunay. *Op. cit.,* pág. 124.

A duquesa de Abrantes refere uma historieta deliciosa para definir a delicadeza a espírito da duquesa de Cadaval. Quando a Corte emigrou, ela e toda a família acompanharam d. João e o palácio ficou sob a guarda de um velho criado. A duquesa cultivara as relações de Junot, quando o general foi embaixador em Lisboa, de 1804 a 1805; nas novas circunstâncias, porém, nada lhe podia pedir. Logo depois da chegada do general à frente do exército invasor, apresentou-se em sua casa o guarda do palácio Cadaval e conseguiu falar-lhe. Vinha rogar-lhe que fosse lá. Junot acedeu à súplica e o velho criado levou-o à sala onde a duquesa costumava estar. Numa pequena secretária havia uma gaveta aberta e dentro dela uma carta também aberta, sobre a qual caíram os olhos do visitante. Sendo letra sua, não resistiu à curiosidade de ler. Eram protestos de devotamento e vontade de poder prová-lo. Tinha aparecido ensejo.[22]

Aquela Corte que poderia ter algo herdado dos requintes do século dezoito, conservava-se impermeável às suas sutilezas e nem as suas danças logravam adoçar a rudeza dos meneios do Alentejo. A valsa já atravessara o Reno e desde a última década do século findo entontecia, às margens do Sena, os pares que sentiam o enlevo de cingir-se e dir-se-iam voar, ao som de melodias capitosas, após o longo baile, vindo desde os avós, onde as mesuras do minueto traduziam as formalidades e as cerimônias do esplêndido teatro de Versalhes, cujos encantos seduziram até a alma dura e militar do grande Frederico.

Mas em Lisboa não se gostava de dançar ou dançava-se mal. Quando lhe viesse o desejo da dança, tão para esperar da sua índole ativa e ainda da sua paixão musical, teria o príncipe de aprender com esses mestres. Lá só havia um homem que dançava bem, dançava maravilhosamente e teria a palma até em Paris, dizia a mulher de Junot; era o marquês de Loulé, tão parecido com Henrique IV, até na doçura do sorriso.

Apesar desse abandono, e da falta de boas companhias para todas as ações da vida, a inteligência nativa do príncipe supria, quanto possível, as deficiências do ensino, e assim ia ele arrancando por perguntas o que não lhe davam por estudos regulares. Desse modo foi poeta, fez-se músico, chegou a aprender matemáticas elementares e a falar algumas lín-

22 D. d'Abrantes. *Op. cit.,* vol. VII, pág. 440.

guas. Lisonjeavam-lhe as tendências militares e organizaram-lhe, quando era rapazinho, um regimento de pequenos escravos. Percorrendo um dia o palácio de Santa Cruz, mostrou o Imperador, anos depois, ao ex-capitão von Hoonholtz, seu hóspede de alguns dias, o quarto que ocupara quando criança e onde conservava lembranças daqueles tempos, petrechos bélicos, como espadas e espingardas de folha-de-flandres, com as quais armava um pequeno exército de meninos, escravos da fazenda, e batia-se com outro corpo idêntico, comandado por seu irmão d. Miguel. Gabava-se de ter vencido sempre o inimigo, a quem na perseguição sovava de rijo a pranchadas, sem poupar o próprio príncipe.[23]

Talvez a esse "regimento" refira-se Debret, dizendo que o conseguindo adestrar admiravelmente, atreveu-se d. Pedro a atacar e "destroçar" um posto de caçadores nos arredores do palácio. Não é motivo de dúvida o atrevimento do agressor; mas também não se deve admitir a condescendência dos agredidos, que se deixassem tão facilmente destroçar. Contudo, informa o autor do *Voyage pittoresque* que esse feito coroou a carreira gloriosa do precoce guerreiro, cujas forças foram dissolvidas, para ser-lhe permitida a doce ocupação de mestre de uma banda de música.

Dentro em pouco tempo os seus progressos na nova arte tornaram-se notáveis; com surpreendente facilidade aprendeu a tocar todos ou quase todos os instrumentos. Sua inspiração era pronta e atingia à improvisação. Voltando de Santos na tarde do Sete de Setembro, compôs imediatamente um hino, à noite executado no teatro. As lições de Marcos Portugal de muito lhe serviram ao ponto de levá-lo a compor uma missa, que foi executada na igreja do outeiro da Glória.

Não só nesse templo, mas também na capela imperial, executavam-lhe as composições; mas toda a sua produção do gênero sacro ressentia-se de predominante influência profana, que a sua esposa atribuía ao

---

23 Essa visita é narrada nas *Memórias* inéditas do barão de Tefé, cuja leitura foi excepcionalmente permitida ao A. Nelas vêm referidas as impressões do capitão von Hoonholtz, pai do barão, a respeito das deficiências intelectuais de d. Pedro, "que não recebera nenhuma educação literária, mas mostrava ardente desejo de instruir-se; como a sua grande inteligência e perspicácia permitiam apanhar e compreender facilmente o que se lhe explicava, em um instante assenhoreva-se dos assuntos, que momentos antes desconhecia completamente".

mestre. Arago entrou ali em dia de festa, quando se realizava a audição de uma dessas partituras e teve a impressão de assistir a um concerto. A música ora era grave e solene, ora garrida e mundana. D. Pedro, ainda príncipe real, batia o compasso e parecia prestes a aplaudir; por seu lado as princesas acenavam com as mãos e os olhos, para dar-lhe parabéns.[24]

As suas aptidões militares causavam espanto até aos soldados alemães, contratados para o exército. Um destes, Teodoro Bösche, que escreveu com muita independência a respeito dele, dizia não haver talvez no mundo soldado mais versado no manejo das armas e dos exercícios com a espingarda. Era a opinião de todos os europeus em serviço na tropa brasileira e também de Maler, cônsul francês, que era militar e o viu comandar admiravelmente a milhares de homens. Ninguém poderia acreditar que nunca tivesse servido em corpo algum, nem nunca tivesse recebido instruções militares.[25]

---

24 Arago. *Op.cit.*, I, pág. 87. – Numa carta de Leopoldina a seu pai, o Imperador Francisco I, escrita a 17 de fevereiro de 1821, e copiada para o A. nos Arquivos do Estado, em Viena, dizia a princesa real: "Meu marido, que é também compositor, envia-lhe uma missa, uma sinfonia e um *Te Deum* que compôs, e para falar com franqueza é um pouco teatral; a culpa é antes da influência do mestre; mas posso assegurar que tudo foi composto por meu marido sem auxílio algum." A tais peças de música há referência no folheto anônimo, intitulado *Recordações dos principais acontecimentos de 1822 a 1831*. Rio Tip. Americana, 1862. No exemplar da coleção B. Ottoni, da Bib. Nac., está escrito a mão claramente, mas riscado, o nome de José Dias da Cruz Lima, pessoa do Paço, a quem se quis indicar como autor. Aí se lê que d. Pedro I compôs uma missa de *Credo*, um responsório de S. Pedro de Alcântara, um *Te Deum*, executado todos os anos na capela imperial no dia 7 de setembro, e uma sinfonia, ouvida no mesmo dia em 1825, ano do reconhecimento da Independência por d. João VI. "Esta sinfonia, que não existe na capela", escreve o autor, "tenho-a eu, bem como todas as músicas por S. M. compostas, o que mereci da bondade de S. M. I. a senhora duquesa de Bragança."

25 Theodoro Bösche. *Quadros alternados*, trad. de Vic. de Sousa Queirós, *Rev. do Ins. Hist*. Tomo 83, pág. 163. – Maler, Of. nº 185, de 27 fev. 1822. – Num artigo, intitulado "Autoritarismo e despejo", inserto na *Rev. do Brasil* nº 93, pág. 22, diz Alb. Rangel que Maler confessou ter-se intitulado coronel por assim haver sido tratado pelo *Moniteur*, quando lhe foi dada a cruz de S. Luís. Depois acrescenta: "...andara ele ao serviço de Portugal até que se instalara no Rio de Janeiro." Não diz Rangel qual a espécie de serviço; mas o conde de Gestas, sucessor de Maler, ao comunicar ao seu Governo que ele havia partido, refere-se à "carreira militar" por ele feita em Portugal até o posto de coronel.

Também era de notar as suas habilidades para outras artes e ofícios. De Monglave e Walsh referem-se a um bilhar e a um modelo de navio de guerra, por ele construído, os quais estavam expostos em São Cristóvão e também ao seu próprio busto aplicado à proa da nau *D. Pedro I*. O torno, em que esses trabalhos foram feitos, era visto no Paço da Boavista, ainda em fins do Segundo Reinado.

Com tais meios, quase nulos, esse homem teria a tarefa de fundar um Império, presidir a sua organização e influir decisivamente nos primeiros atos decorrentes de tão importante acontecimento da História.

As revoluções políticas impõem muitas vezes aos homens que nelas são envolvidos papéis muito superiores à sua capacidade. Raramente eles limitam-se a exercer a ação que os seus talentos indicam, às vezes indispensáveis ao triunfo da ideia e deixam a outro a obra complementar. Acreditando que esse triunfo dependeu principalmente, se não exclusivamente da sua intervenção providencial, receiam pô-lo em risco, abstendo-se de aplicá-la. Nas democracias puras ainda é mais prejudicial aos povos essa presunção dos seus salvadores, os quais quase sempre enxergam em cada iniciativa estranha a concorrência de um rival. Em toda esfera de atividade humana é preciso aprendizado, a fim de bem exercer qualquer ofício; entretanto para dirigir os negócios de Estado, todo mundo considera-se capaz. A vantagem das aristocracias dignas da sua função de equilíbrio, como em geral tem sido a aristocracia inglesa e foi a aristocracia francesa antes de desvirtuar o seu papel político e perder-se na alucinação folgazã de Versalhes, consiste em aproveitarem-se os homens do bem-estar assegurado pelas condições de fortuna, para aspirar a honra de dedicar-se ao serviço público e ao bem-estar da coletividade. A sua suprema aspiração resume-se em ser guia e defensor da sua gente, do seu círculo, da sua comuna, da sua província, que o elegem livremente e o reconhecem como tal. Os chefes fazem-se; não são feitos nem inventados. Formam-se desse modo, em certas famílias, escolas de homens de governo e de estadistas, como se formam em todas as classes aptidões profissionais de todo gênero. São eles que constituem a base, o elemento permanente e conservador das sociedades, que as premune das inovações intempestivas e ao mesmo tempo as prepara para as reformas oportunas, salutares, pregadas pelo espírito novo, de que se deixam infiltrar, ao qual dão entrada, se associam, e cuja

colaboração consideram benéfica e protetora, destinada a evitar a violência das revoluções.

Nem sempre, como acontecia na Casa de Bragança, os príncipes chegavam ao trono preparados para a sua missão. Os infantes eram criados como se nunca tivessem de governar; mas por tradicional fatalidade, observada nessa família, morriam os primogênitos muito cedo, ou já maduros. Quando morriam maduros, subia ao trono um rei, que não fora educado para tão alto mister.[26]

A morte prematura de d. Antônio desde 1801 indicara d. Pedro para reinar. A ignorância do pai e as suas desavenças com a esposa não permitiram nem a um nem a outro encarar devidamente a missão de preparar para o seu ofício o herdeiro da Coroa, o qual ia crescendo ao contato da violência do meio físico, tão de harmonia com a sua índole impetuosa. Ela

26 D. João IV, fundador da dinastia, perdeu os dois primeiros filhos varões e foi sucedido pelo terceiro, Afonso VI, que não teve prole, vindo a ser-lhe herdeiro o irmão Pedro II, o qual só das segundas núpcias houve filhos; mas o primogênito morreu poucos dias depois do nascimento e veio a subir ao trono o segundo, que foi d. João V, cujo primogênito também morreu, vindo a caber a coroa ao segundo, d. José. Este só teve filhas, em número de quatro, das quais a mais velha reinou com o nome de Maria I. Dela morreu o primogênito José, com vinte e sete anos de idade e já casado com a tia, d. Maria Benedita, dando ensejo a tornar-se d. João herdeiro do trono. A mesma fatalidade continuaria ainda que ininterruptamente. O primeiro varão filho deste, d. Antônio, morreu com seis anos de idade e por isso, sendo do sexo feminino o segundo e terceiro irmãos, o quarto, d. Pedro veio a ser o sucessor da Coroa e ter o mesmo número IV entre os reis de Portugal do mesmo nome. O primeiro filho deste monarca foi do sexo feminino e como sua bisavó Maria I, escapou à morte quando princesa e reinou com o nome de Maria II; mas o primeiro varão, d. João Carlos, morreu em fevereiro de 1822, de sorte que o herdeiro da coroa do Brasil foi o segundo filho varão, d. Pedro, também segundo, como ele fora quarto filho e quarto Pedro. A dona Maria sucedeu, ainda menor, o primeiro filho, d. Pedro V; mas atingindo a maioridade e subindo ao trono, só reinou sete anos; coube sua herança a d. Luís I, cujo reinado foi muito mais longo. O príncipe herdeiro do Brasil, d. Afonso, filho de Pedro II, morreu com dois anos de idade e a sucessão da coroa recaiu em d. Isabel. D. Carlos I, filho de d. Luís, foi o segundo primogênito da família que reinou; mas morreu tragicamente, juntamente com o seu herdeiro presuntivo e a coroa coube ao segundo filho, com o qual caiu a monarquia e de quem não há prole.

instigava-lhe as qualidades dominadoras, tão próprias para investir contra a exuberância invasora da natureza.

Em torno de São Cristóvão a pompa vegetal, o horizonte limitado pelas serras tortuosas, eriçadas de picos; o mar vizinho, cujo rumor as águas da baía ainda então traziam muito perto; a vida semirrural, caça em abundância, bois para jungir aos arados, touros para excitar com bandarilhas e farpas, potros para domar, cavalos para galopadas do Rio a Santa Cruz, cujos campos se abriam como promessas de teatro mais vasto, destinado a proezas maiores, que ele ensaiava ainda criança em arremedos de combate, comandando hostes de meninos contra as hostes do irmão, como se adivinhasse o destino trágico, que os havia de pôr um dia frente a frente, nos horrores da guerra civil.

Ainda assim, a inteligência nativa abria-lhe trechos de outra vida, onde sua alma se aprazia. No fundo do seu espírito havia grande dose de gosto artístico, apenas esboçado em predileções não apuradas, das quais só a música atingiu a certo vulto. Debret, que o viu tão de perto traçou-lhe este retrato: "Possuía alma elevada, retidão, desejo sincero de fazer o bem, por amor do bem e amor-próprio; grande força física; fisionomia expressiva e grave, franqueza rude nas maneiras, verdadeiramente amáveis; a palavra era viva e fácil, a palestra cheia de observação e raciocínio. Infelizmente a mobilidade do seu caráter servia ora à vaidade, ora aos interesses dos intrigantes, que foram os primeiros a sacrificá-lo." Semelhante era a opinião de Mareschal: "O príncipe tem muitas qualidades elevadas e também muitos defeitos que lhe são nocivos: leviandade, inconstância nos projetos, a mesma facilidade do pai em abandonar os amigos; mas acima de tudo muita presunção e vaidade."[27]

Assim mal formado para o papel que lhe estava destinado, d. Pedro teria de enredar-se em dificuldades tremendas, das quais os príncipes só logram desembaraçar-se, ajudados por virtudes protetoras, de elevação de intuitos, tolerância, confiança, admiração da capacidade alheia. Algumas delas germinavam em sua alma e haveriam de guiá-lo na realização da sua obra gloriosa, embora não pudessem triunfar da fatalidade mórbida, origem da inconsistência e mobilidade do seu caráter.

---

27 Debret. *Op. cit.,* vol. III, pág. 72. – Mareschal. Of. nº 17, c, em 17 de dezembro de 1821.

Capítulo VII

O CASAMENTO DO PRÍNCIPE

ANTES DE D. PEDRO atingir a idade de dezoito anos, começou-se a cogitar do seu casamento, não só na sua Corte, mas também em Cortes estrangeiras. O duque da Calábria, príncipe herdeiro das Duas Sicília, mandou revelar desejos de obter-lhe a mão para uma das filhas e passo idêntico deu a rainha regente da Etrúria em relação a sua filha.

Em ambos os casos, as respostas foram adiadas, porque os olhos de d. João se voltaram de preferência para a Casa d'Áustria, conforme comunicou-se ao marquês de Marialva, quando lhe foi dada a incumbência de encetar negociações em Viena. Antes disso, porém, houve tentativas junto ao Tzar, provavelmente com intuito de desviar-lhe as simpatias em prol da Espanha, cujas relações com a corte portuguesa eram então muito melindrosas, por causa das questões do Rio da Prata. Esta ideia já devia estar abandonada, quando se tratou da missão enviada ao Imperador Francisco I, porque então, para a hipótese de malogro, lhe

foi recomendada a tarefa de colher informações acerca da educação e prendas das princesas de Nápoles.[1]

Qualquer das filhas do Imperador convinha para esposa de d. Pedro, e de acordo com tão elástica pretensão deveria o marquês receber três cartas de plenos poderes, cada qual com o nome de uma das arquiduquesas, a fim de servir a que contivesse o da destinada pelo pai à árdua missão de levar tão longe o sangue dos Habsburgos. Mas quando se começaram a dar os primeiros passos, só a Leopoldina estava nas condições adequadas; Maria Clementina já deveria estar casada com o príncipe das Duas Sicílias, Leopoldo, duque de Salerno, filho do duque de Calábria, e a mais jovem, Carolina, nem talvez fosse púbere. Constava além disso estar uma delas, ou esta ou Leopoldina, prometida a um dos sobrinhos do rei da Saxônia.

Tinha-se espalhado esta notícia em certos círculos da Europa. Marialva procurou apurar-lhe a procedência e o ministro daquele soberano em Paris informou-o de não ter recebido comunicação alguma do seu Governo, sendo entretanto verdade que a referida notícia se publicara em Dresden e merecera algum crédito. O embaixador da Áustria, porém, desmentiu-a, bem como outra, divulgada em Paris, a respeito do futuro

---

1 Despacho secretíssimo do M. dos Neg. Estrang. ao marquês estribeiro-mor, em 15 de março de 1816. O marquês de Resende, na sua *Corresp.*, pág. 208, escreve o seguinte a d. Pedro I: "O sr. d. João VI entabulara negociação tendente ao casamento de V. M. com uma princesa russa e debaixo da condição que ela poderia continuar a professar a sua religião, negociação que não teve efeito por outras circunstâncias." Melo Morais diz também ter lido um ofício de Marialva no qual era referido que por ocasião da paz geral se pretendeu casar d. Pedro com uma arquiduquesa russa, não havendo prosseguido as negociações por motivos de religião (*Crôn. Geral,* vol. II, pág. 199). Parece tratar-se da princesa Ana, irmã do Tzar Alexandre, nascida em 1795 e que veio a desposar Guilherme II, rei da Holanda, em fev. de 1816. – A Rainha da Etrúria, Maria Luísa, filha de Carlos IV de Espanha e irmã de Carlota Joaquina, era viúva de Luís, príncipe herdeiro de Parma, que subira ao trono quando o Grão-Ducado da Toscana foi tomado à Áustria e elevado a Reino da Etrúria. Esse reino tinha desaparecido desde 1807.

casamento de uma das arquiduquesas com o príncipe herdeiro da Toscana. Havia entretanto precipitação no procedimento desse diplomata.[2]

A aliança com a casa da Áustria, que encabeçava a Santa Aliança e devido aos talentos de Metternich, contrabalançava no mundo a influência da Grã-Bretanha, viria aliviar Portugal do peso da tutela inglesa, que se considerava cada vez mais legítima, após a queda de Napoleão e a libertação do território lusitano pelas hostes comandadas por Wellington. Das grandes potências que disputavam predominância no concerto das nações, nenhuma reunia tantas condições de preferência. A Rússia, além da sua aproximação da Espanha, apresentava o obstáculo da religião; a Inglaterra oferecia dificuldade idêntica e reforçaria a sua influência, já tão onerosa; a França, sua rival de séculos e concorrente nos favores comerciais, levantaria os ciúmes e as prevenções de além-Mancha; a Espanha era quase inimiga, por causa das colônias do Prata, e não tinham bastado para atraí-la aos interesses portugueses nem o casamento de d. José com uma filha de Filipe V nem o de d. João com uma filha de Carlos IV. Tão estreito parentesco continuava a conduzir a novas alianças, mas por parentesco continuava a conduzir as novas alianças, mais por motivos de família que em virtude de razões de Estado; duas infantas acabavam de ser dadas como esposas ao Rei Fernando VII e a seu irmão, o infante d. Carlos. Entretanto, tais ligações dinásticas concorriam para aumentar no ânimo dos portugueses o velho receio da fusão ibérica em benefício dos Bourbons.

Havia pouco mais de um século, d. João V desposara em 1708 a arquiduquesa Maria Ana, filha do Imperador Leopoldo. A lembrança da solidariedade criada por essa aliança, que envolveu Portugal na luta

---

2 Quando Metternich teve ordem de Francisco I para dar ao encarregado de negócios, antes da chegada de Marialva, a boa nova da aceitação de Leopoldina, lembrou preliminarmente ao Imperador esta circunstância: “Como, entretanto, a questão do casamento desta princesa com o príncipe da Saxônia já foi discutido por mim e o sr. conde de Schubeburg, será necessário chegar a um entendimento com a Corte da Saxônia. Se V. M. tencionasse casar sua terceira filha na Saxônia a questão estaria *ipso facto* liquidada. Parece-me absolutamente necessário não fazer menção da proposta portuguesa a pessoa alguma, antes de ter-se escrito à Saxônia, o que só poderá ser feito depois da apresentação oficial do pedido pelo Sr. Navarro.” – Carta de Metternich ao Imperador, em 29 de julho de 1816, copiada em Viena nos Arquivos do estado.

sustentada pela Áustria contra Luís XVI, por causa da sucessão do trono da Espanha, deveria ser guardada em Viena com bastante simpatia para favorecer o projeto de agora. Os planos de d. João eram ainda mais vastos. Era seu intuito não só casar o herdeiro da coroa com uma filha de Francisco I, mas ainda obter a mão do seu sucessor para a infanta Isabel Maria.[3]

Não convinha agora que Marialva se ausentasse da embaixada de Paris antes de ser sondado o terreno e ver se havia bons auspícios para iniciar as negociações. Desses trabalhos foi incumbido Navarro de Andrade, encarregado de negócios em Viena, cuja tarefa não era fácil. Apesar da natural afabilidade do Imperador e de maior lhaneza da parte da gente da corte nos últimos tempos, ele mesmo reconhecia quanto os restos da tradicional etiqueta ainda dificultavam todas as negociações, mormente dessa espécie.

O acesso e contato dos membros do corpo diplomático com os principais cortesãos e pessoas empregadas no Paço, sempre tinham sido por demais difíceis. A esses embaraços acresciam os ciúmes de Metternich, que não admitia concorrências perante o soberano e pretendia ser junto a ele o único intermediário e único conselheiro. Gozando da sua única exclusiva confiança e desfrutando a preponderância que lhe vinha do manejo dos mais graves assuntos, juntando ao cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros as atribuições de ministro da Casa e da Família Imperial, tinha de ser o poderoso príncipe elemento decisivo do bom êxito da missão. Ir por qualquer outro caminho seria a certeza de vê-la malograr-se.

Havia dezoito anos, cultivava Navarro muito boas relações com De Hudelist, conselheiro de Estado e de conferência, diretor da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da chancelaria do Império. Tinha Metternich em alta conta a esse serventuário e dispensava-lhe inteira confiança, pela carência que tinha dos seus préstimos; era quem o substituía nas ausências

3 Por causa da intervenção de Portugal, naquela guerra, Duguay-Trouin atacou o Rio de Janeiro a 12 de set. de 1711 com uma esquadra de dezessete navios, montando 740 peças, e conseguiu dominá-lo e extorquir-lhe valioso resgate. Em 1710, no mesmo mês de setembro, dia 12, o comandante du Clerc tinha conseguido penetrar na cidade; mas fora obrigado a render-se com 650 homens, dos quais 280 tinham sido mortos.

e então despachava com o Imperador. Pedindo-lhe auxílio e conselhos, não incorreria Navarro nos ciúmes e desagrados do príncipe.

Enquanto em Viena, no meio de tantas dificuldades, operavam os diplomatas, d. Pedro comprometia-se no Brasil em aventuras sexuais, donde haveriam de provir iniludíveis consequências, suscetíveis de influir desastrosamente sobre tão delicadas negociações. De Monglave exalta os atrativos de uma jovem francesa, que concorria para a iniciação do príncipe nas doçuras do amor e o trazia aos pés apaixonado. Não seria uma só, muito pouco para mancebo ardente. Seriam duas irmãs, ambas dançarinas e bonitas; mas só uma, de nome Noemi, logrou conceber um rebento de sangue real, o qual veio à luz e logo faleceu em Pernambuco, onde Luís do Rego lhe fez pomposos funerais, pois para lá o precavido d. João enviara a sedutora, amparada com o dote de cinco contos de réis, o enxoval para o filho esperado, e devidamente casada com um oficial português que por causa da sua condescendência foi dotado com seis contos em dinheiro e um ofício, cuja renda montava a 800$ por ano.

A dúvida acerca da demora da família real em país tão distante era a primeira objeção esperada pelo negociador e realmente foi levantada, apenas se iniciou a conversa com Hudelist. Supunha o conselheiro que o imperador não consentiria em deixar partir a filha para tão longe; mas o agente brasileiro acudiu com a resposta recomendada nas instruções vindas do Rio e obteve auxílio do prestante colaborador de Metternich, que a este explicou a delicadeza do diplomata português de não o querer surpreender com assunto de tanta relevância.[4]

---

4 A esse respeito rezavam as ditas instruções: "Não escapou à perspicácia de S. A. R um embaraço que pode ocorrer nesta negociação e é o desejar S. M. I. antes de decidir-se, saber com certeza se S. A. R. conta regressar ou não a Portugal; e para remover este embaraço, manda-me o mesmo senhor participar confidencialmente a Vmc. (para fazer discreto uso, segundo as ocorrências) que o seu Real intento de regressar à Europa, logo que haja conseguido preservar este Reino do Brasil do contagioso espírito revolucionário que conflagra pelas Colônias Espanholas; e que outrossim tenha inteiramente estabelecido e consolidado o novo sistema que tem começado a pôr em prática, para o fim de estreitar os enlaces entre Portugal, o Brasil e as demais possessões da Coroa portuguesa, e de conseguintemente haver entre todas aquela união e identidade que há de ser o mais sólido fundamento da progressiva prosperidade de sua monarquia; e acrescendo que, no entretanto que S. A. R. completa com a possível brevidade esta grande obra (que pode mesmo talvez utilizar ao sistema político

O primeiro passo estava dado com bom êxito. O príncipe acolheu muito bem o desejo de d. João e prometeu transmiti-lo quanto antes ao seu soberano. Nada porém adiantou Francisco I nesse primeiro momento. O assunto lhe exigia muita reflexão e antes de tudo não disporia da mão de uma filha sem o seu consentimento. Só Leopoldina estava em condições de casar, pois tinha dezenove anos feitos. Carolina tinha apenas quinze, apesar de ninguém lhe dar mais de doze ou treze, tão devagar lhe desenvolvia o físico.

Leopoldina consentiu. Teria ela talvez pressentido que era esse o desejo paterno e havia interesse dinástico no casamento proposto. O amor de Francisco I para as filhas e o respeito que lhes tributava à vontade, deixando-lhes a independência da decisão na escolha dos noivos, levava-as a retribuir até com prejuízo próprio tão tocante bondade. Metternich convidou Navarro de Andrade a jantar e após a refeição, em passeio nos jardins da casa, fez-lhe confidências destinadas a exaltar esses traços generosos do caráter das princesas. Quando "nos tempos calmitosos" que a Europa acabava de atravessar, se tornou necessário, para evitar a ruína da monarquia, sacrificar a arquiduquesa Maria Luísa no tálamo de Napoleão, ele recebeu a incumbência de sondar as disposições da vítima, a qual não hesitou um só instante em responder por estas formais palavras: "Se isso pode ser útil ao bem do estado e salvá-lo, estou pronta."

Os casamentos de conveniência, por dinheiro ou posições, são sempre odiosos, porque obedecem a um móvel egoísta a despeito do coração. O desprezo das vantagens de uniões dessa espécie é compensada na pobreza e na obscuridade pelas doçuras e felicidade do amor, fonte de abnegação e coragem para a formação da família. Entre os príncipes, porém, tais ligações tornam-se heroicas, quando exigidas pelo bem do Estado. De algum modo, também eles às vezes acautelam o interesse individual, reforçando com certas alianças a estabilidade ou o poder das dinastias; mas esse interesse funde-se com o da comunhão nacional de que eles são, hão de forçosamente ser ou podem tornar-se o chefe. Nisso reside a grandeza do

---

da Europa pelo tratado de Paris e Viena); e por conseguinte o mesmo senhor poderá então sem susto de futuras subversões restituir-se à sua corte de Lisboa. Tais são as graves e atendíveis razões que Vme. alegará (se preciso for) para dissolver qualquer hesitação da parte de S. M. I. a esse respeito." – Of. secretíssimo do marquês de Aguiar ao marquês estribeiro-mor, em 15 de março de 1816.

sacrifício. Quanto haja a acrescentar, pela hierarquia, à posse dos bens, dos privilégios, do fausto em que vivem, não é de vulto a desafiar, como entre os outros homens, o desejo de melhorar as condições da vida. Ela já é por si tão cheia de atrativos materiais, que só as seduções de ordem moral podem ser objeto de incontida ambição, e nenhuma mais poderosa na mocidade que a posse do amor.

O sacrifício de Leopoldina, atravessando o oceano, para encontrar o esposo prometido, estava bem longe de ser comparável ao de Maria Luísa. Naquela, a paixão da natureza, a predileção das ciências naturais acendiam-lhe n'alma a chama da aventura. Essa terra do Brasil, recheada de ouro, de gemas, de minerais de toda espécie, dos mais nobres pela beleza aos mais cobiçados pela raridade; coberta de florestas virgens, que os sábios descreviam como pedaços do Paraíso, onde vagava tudo quanto a vida animal reunia de delicado e bravio, da borboleta ao jaguar; com rios que pareciam mares e quedas-d'água que rugiam nos pedrouços e abalavam o ar como ronco dos trovões; toda essa região tropical, cuja luz deslumbrava, quando o sol no zênite, e adoçava e amortecia, quando vinha o crepúsculo, desdobrando-se em suavidades que convidavam a êxtases; toda essa terra de sonho e de lenda podia num momento atraí-la, chamá-la, para encontrar um príncipe que lá se formara e crescera e devia guardar na fronte, tostada daquele sol, um raio da estuante poesia, que as ninfas do Danúbio e do Reno não saberiam inspirar.[5]

---

5 A baronesa du Montet, que às próprias recordações pessoais juntou outras colhidas de sua amiga de colégio, a condessa de Kunburg, camareira-mor de Leopoldina e sua companheira da viagem para o Brasil, escreve o seguinte a este respeito: "Quando se divulgou em Viena a notícia do casamento do Imperador d. Pedro (que em outro lugar a baronesa chama "augusto e muito extravagante esposo") todo mundo lamentava a sorte da jovem princesa, condenada a tamanha separação da família e da pátria; mas logo se soube, pelas pessoas mais próximas da sua pessoa, que ela estava encantada. Muito instruída, amava apaixonadamente a botânica; a ideia de um mundo novo, de uma natureza tão diversa da natureza da Europa, sorria-lhe extremamente; soube-se até que desde alguns anos um dos seus sonhos era ver a América" (*Souvenirs de la Baronne du Montet*, 1785-1886, 3ª edição, pág. 174). O diretor do gabinete de Antiguidades contou em Viena a Antônio que ao repetir à arquiduquesa as apreensões de toda gente, vendo-a partir para além do Equador, ela respondeu: "Não lhes dê esse cuidado; para mim não podia haver maior gosto neste mundo que o de ir à América." Até do Imperador ouviu aquele diplomata estas palavras: "Parecia

Para Maria Luísa, porém, só havia perspectivas lúgubres. A sombra de Maria Antonieta ainda enchia de terror e de mágoa a dinastia dos Habsburgos. A tia, aliás, casara na Casa de França e compartilhara a sorte que a revolução impôs à monarquia. A ela, entretanto, ofereciam um trono precário, improvisado por um soldado aventureiro e feliz com os destroços do sólio onde se assentara São Luís e sobre os escombros de um regímen, mantido durante oito séculos por mais de trinta reis. Unindo-a ao usurpador, que arrebatara as coroas a tantos soberanos, para dá-las aos irmãos como mimos de família, e a generais plebeus como troféus de guerra, impunham-lhe o quase sacrilégio de associar-se à obra de destruição realizada pelo Corso detestado. Não havia esperança de ver surgir amor do leito vazio de um divórcio, afogado em lágrimas. Até a religião parecia criar obstáculos a essa aliança humilhadora... Mas a razão de estado levantava o seu império sobre todas as razões do coração, da família, da tradição e do orgulho dinástico. Apresentada por Metternich, parecia ao mesmo tempo contraditória e irresistível. Desde o início da luta com a revolução francesa, perdia o pai províncias e mais províncias; a Galícia fora a última a desmembrar-se, e já lhe tinham arrebatado também a coroa de imperador da Alemanha. Talvez ainda houvesse riscos maiores para correr, se ela não fosse imolada ao capricho e ambição do vencedor. Era preciso ceder....

Nem por exigir-se muito menos de Leopoldina, ela deixava de inclinar-se também diante de uma razão de Estado. O seu coração abria-se no regaço da caríssima tia: "Confesso que o sacrifício, que devo fazer, de deixar minha família, talvez para sempre, me será muito penoso; mas essa aliança faz prazer a meu pai. Separando-me dele, terei o consolo de dizer que me conformei com os seus desejos, persuadida que a Providência dirige de modo particular a sorte de nós, princesas, e constitui obediência à sua vontade submetermo-nos à dos nossos pais." Poucos dias antes de deixar a Europa, ainda escrevia de Florença àquela mesma confidente: "Sendo a

---

que um destino particular chamava minha filha à América" (Carta de A. Teles a Pedro I, a 25 de set. 1824, no arq. do cast. d'Eu). Aliás em carta de 16 de dezembro de 1816 a uma de suas tias, a própria princesa confirma todas estas informações: "A viagem não me faz medo. Creio até que é predestinação, pois sempre tive singular pendor pela América e até quando criança eu dizia sempre que queria ir lá." – Coleção Benedito Ottoni, na Bibl. Nacional.

vontade de meu pai a minha regra de conduta, estou convencida que o Céu me protegerá e me fará encontrar a felicidade nessa união."[6]

Naquela noite cálida de agosto, respirando a fragrância dos seus vergéis e sob a inspiração das franquezas de após refeições, Metternich, todo-poderoso, falava ao modesto diplomata português como talvez não falasse a um igual. Antes que este, ou mais tarde Marialva, o sondasse, abordou desde logo a pretensão do casamento do herdeiro do trono com a infanta Isabel: Como a corte portuguesa, também outras já tinham revelado o mesmo desejo; mas tão cedo não seria possível pensar em tal assunto. Era pasmoso o atraso físico do príncipe imperial, que aos vinte e três anos, "nem por sombras anunciava disposições e inclinações viris, próprias de semelhante idade". Ninguém lhe daria pela aparência mais de dezesseis anos; dir-se-ia apenas entrado na puberdade.[7]

Metternich ajuntou ainda informações minuciosas da conversa entre o pai e a filha, cuja atenção foi despertada a respeito de quanto havia para meditar acerca da aliança proposta. Longa e penosa era a viagem para fazer e seria indeterminada e talvez permanente a residência no Brasil. Navarro procurou guardar as palavras da princesa, reproduzidas por Metternich: "Desde que minha sorte seja ligada à do príncipe, que o Céu me destinou, meu dever e meus sentimentos me ditarão a lei, a que me devo submeter sem pesar, de segui-lo por toda parte, de permanecer onde ele estiver e de nunca desejar que por minha causa a política da monarquia portuguesa tenha outra direção, a não ser a que possa convir ao bem e à prosperidade do Estado."[8] Aos dezoito anos de idade falava a arquiduquesa com admirável e precoce acerto.

---

6 Cartas de 16 de dezembro 1816 e 29 de junho de 1817. (Coleção cit. Bibl. Nac.) A mãe de Leopoldina, Maria Teresa, era filha de Fernando IV, rei das Duas Sicílias, e tinha quatro irmãs vivas, entre 1816 e 1823, época em que foram escritas esta e as outras cartas citadas. Eram elas: Luísa Amélia, casada com Fernando III, grão-duque da Toscana; Maria Cristina, rainha da Sardenha, esposa de Carlos Felice; Maria Antonieta, que desposou Fernando VII de Espanha após a morte da primeira mulher deste, filha de d. João VI, que ocorreu em dezembro de 1818; e Maria Amélia esposa de Luís Filipe, rei dos franceses. Quer parecer que as cartas eram escritas à grã-duquesa da Toscana, em cuja companhia Leopoldina se demorou todo o tempo passado na Itália, à espera de embarcar para o Brasil.

7 Navarro. Of. reserv. sob nº 6, de 6 de agosto de 1816.

8 *Ibid*. Of. reserv. nº 7, ao M. dos Neg. Estrang., em 25 de agosto.

Avisado do bom êxito desses primeiros passos, Marialva autorizou Navarro a comunicar a sua próxima partida de Paris, armado dos plenos poderes já recebidos; mas só deixou aquela cidade a 24 de outubro e só chegou a Viena a 7 de novembro. A esse tempo tinha-se divulgado o projeto em andamento e aqueles a quem podia de qualquer modo desgostar procuraram indiretamente amedrontar a noiva com perfídias, insinuações e astúcia em relação ao clima e distância do Brasil. Leopoldina, porém, não dava ouvidos à intriga e até procurava instruir-se na história do Reino-Unido e das descobertas marítimas dos portugueses. "Os ministros da Família Bourbon, que aqui residem", escrevia Navarro a dar essas informações ao governo, "mal encobrem o ciúme que lhes causa o projetado enlace, que muito desejariam ver malogrado".[9]

No dia 10 casava o imperador pela 4ª vez, agora com a princesa Carolina, irmã do rei da Baviera, e por isso dignou-se de receber ainda naquela manhã a Marialva em audiência particular, a fim de poder tê-lo por conviva, horas depois, na celebração daquele ato. Ficaria adiada a entrada solene do embaixador na capital.[10]

Durante o beija-mão e durante o jantar de gala, pôde o marquês ver de perto a arquiduquesa. A sobriedade da informação, que mandou a seu respeito, traduz as reservas do juízo, relativo aos seus dotes físicos. Não poderia haver mais expressiva concisão: "Em sua presença resplandece

---

9 Of. cifr. de 14 de out. Marialva reconheceu os bons serviços de Navarro e recomendou-o ao Governo em ofício de 13 de novembro: "Sem dúvida se deve atribuir o pronto e feliz êxito desta negociação à grande dexteridade e incansável zelo do comendador Navarro, coisa que não foi afiançada não só pelo príncipe de Metternich e pelo conselheiro de estado e de conferências, d'Hudelist, mas até mesmo por S. M. I. A honradíssima e hábil conduta daquele tão fiel servidor do nosso augusto amo lhe tem granjeado aqui maior consideração, tanto pelo conhecimento que tem das pessoas mais influentes desta corte, como pela especial predileção com que é olhado pelo imperador e pelo seu Ministério." Navarro recebeu o título de barão da Vila Seca e foi anos depois encarregado por d. João VI de zelar pela educação e conduta de Miguel em Viena, quando ali esteve exilado.

10 A primeira esposa de Francisco I foi Elisabeth de Wurtemberg. A segunda, Maria Teresa, faleceu em 1807, quando sua filha Leopoldina tinha apenas 8 anos. A penúltima, que tinha morrido em 1816, naquele mesmo ano do quarto casamento, foi Maria Luísa Beatriz, filha do duque de Modena, arquiduque d'Áustria.

soberania a par da mais rara bondade." Era tudo. Essa reserva de opinião nunca mudou. Quando remeteu a d. Pedro o retrato da noiva, apenas escreveu que era "bastante parecido".

Navarro tinha sido indulgente e embora sem mestria de cortesão, em que primava seu chefe, achara frases menos secas para encobrir a verdade. Ele já vira Leopoldina algumas vezes antes, entre outras, no casamento de sua irmã Clementina com o príncipe Leopoldo José e achou-a de "agradável presença, cor de carne admirável, muita frescura, todas as indicações de próspera saúde". Quanto à amenidade do gênio, à amabilidade, à solidez da instrução aos princípios religiosos e mais prendas e virtudes, indagou e logrou saber que tudo isso ela possuía para preencher as esperanças do rei e do príncipe real.[11]

Na primeira audiência em que ambos foram recebidos juntos, Leopoldina perguntou quais os assuntos prediletos de d. Pedro, e como conhecesse quais os dela, sem titubear, e só para lisonjeá-la, respondeu Marialva que a despeito de muito aplicado aos mais convenientes à ilustração de um príncipe, d. Pedro tinha grande inclinação pelas ciências naturais. Era o primeiro engano a que a sujeitavam, pois logo, muito agradada da notícia, prometeu levar ao noivo preciosa coleção de minerais da Europa e também profusão de plantas vivas para serem aclimadas no Brasil.

Cada semana essa audiência repetia-se uma vez, e a arquiduquesa ia mostrando como tomava a sério preparar-se para a identificação da sua vida à nova pátria. Estudava português, pedia livros de literatura e de história, e para mostrar os seus progressos, lia alguma página de autor nacional e traduzia em francês.

A tia era posta ao corrente de tudo: "Ocupo-me muito agora de estudar a língua portuguesa e assegura-me a embaixada que tenho feito grandes progressos; mas apesar disso ainda não estou satisfeita, pois já queria falar, embora reconheça quanto isso é difícil, por causa de muitas palavras árabes que há no idioma português. Também cultivo a música, pois me asseguram ser uma arte muito apreciada de toda a família real, motivo para animar-me a vencer todos os obstáculos, que talvez de outro modo me venceriam."[12]

---

11 Navarro Of. reserv. nº 6, de 6 de agosto.

12 Carta de 12 abril 1817.

Havia muito tempo para decorrer até chegar o dia dos esponsais. A correspondência por trocar com o Rio de Janeiro consumia meses. Marialva aproveitava essa circunstância para ferir a questão do casamento do príncipe imperial, que parecia posta de lado pelas declarações de Metternich a Navarro. Desde 1814 era ela objeto das cogitações de d. João. D. Joaquim Lobo da Silveira, ministro em Viena, tivera naquele ano ordem de sondar a corte austríaca e fazer aberturas para oferta das mãos de uma das infantas; mas fê-lo levianamente e recebeu um não redondo do primeiro-ministro, sob o mesmo fundamento da debilidade orgânica. Parece que depois desse malogro os olhos de d. João se voltaram para a casa de França, mas também sem bom êxito.[13] Constava agora no Brasil que o príncipe estava revigorado

13 Só assim se explica este tópico de um ofício dirigido ao duque de Richelieu pelo duque de Luxemburgo, enviado ao Rio de Janeiro em missão especial para promover a restituição da Guiana à França, conforme fora decidido no Congresso de Viena, e o levantamento dos sequestros e confiscos das propriedades de franceses: "É oportuno falar a V. Exª de um fato que não deixa de estar influindo sobre as disposições da Corte portuguesa em relação à Corte de França. Espalharam-se boatos indiscretos a respeito de casamento com um dos príncipes franceses. Não se ocultou muito o ciúme e até um pouco de agastamento, quando foi conhecida a aliança que acaba de realizar Mgr. o duque de Berry. Tenho tido muito trabalho em adoçar esses ressentimentos e deles frequentemente encontro traços em minhas discussões. É verdade que a terceira princesa, em idade de casar, é encantadora a todos os respeitos e é a mais prendada da família real." (Of. de 30 de julho de 1816. Arq. dos Neg. Estrang. de França, Portugal e Brasil, vol. 129 fls. 367-73.) A referida princesa era Isabel Maria, cuja formosura, inteligência e bondade foram também gabadas por Hyde de Neuville. (*Op. cit.,* III, pág. 91.) O Duque de Berry tinha casado por procuração a 25 de abril de 1816, e depois casou pessoalmente a 17 de julho, com Maria Carolina, neta de Fernando IV, rei das Duas Sicílias e única filha das primeiras núpcias do príncipe herdeiro, duque da Calábria, com Maria Clementina, filha de Leopoldo II d'Áustria. Assegura Melo Morais que da correspondência dos plenipotenciários portugueses no Congr. de Viena consta ter realmente havido tal pretensão de parte da Corte portuguesa. Como o duque de Angouleme, filho de Carlos X, o sucessor de Luís XVIII, não tivesse prole, seu irmão, o duque de Berry, viria a ser herdeiro da Coroa. Acrescenta M. Morais que Talleyrand era favorável a esse casamento mas descuidou-se de levar adiante as negociações. (*Crôn. Geral.*, vol. II, pág. 199.) Encontra-se outra referência a esse fato na correspondência do ministro da Áustria em Lisboa. Dando conta à sua Corte, de notícias recebidas do Rio até 6 de setembro, entre as quais avultava a do pedido da mão de uma das infantas pelo rei de Espanha, dizia ele: "Fala-se de outro pedido para o duque de Berry, porém com muito menos certeza." – Of. de 23 de dezembro de 1814.

e por tal motivo o marquês recebia ordem de voltar ao assunto jeitosamente e de continuar a tratá-lo, se encontrasse bom acolhimento. A pretendente era a infanta Isabel Maria, "não somente de beleza rara e muito análoga à beleza alemã, mas também de uma viveza decente e suave, de um gênio dócil e de um modo ingênuo e engraçado".[14]

Marialva seguiu o exemplo de Navarro e começou por apalpar Hudelist, a quem revelou os seus receios de pretender a rainha da Baviera, como constava, a mão do herdeiro do trono para uma de suas filhas e de poder essa senhora dispor do apoio da nova imperatriz, originária daquela família real. Era, porém, para considerar que essas princesas haviam nascido gêmeas e só tinham onze anos de idade.

Hudelist desvaneceu Marialva desses cuidados e pôde garantir-lhe a inexatidão de tais rumores. A debilidade do arquiduque levava o imperador a cogitar por ora de casá-lo. Quer ele, quer Metternich tinham péssima opinião a respeito do desenvolvimento mental do príncipe e consideravam-no incapaz de pronunciar-se com acerto acerca de qualquer proposta nesse sentido. Hudelist, porém, não pensava assim; observava no desventurado jovem certo progresso intelectual, que devido à sua timidez outros não logravam perceber.[15]

Metternich conservou-se irredutível, tivesse-o ou não predisposto o seu amigo e colaborador, conforme prometera a Marialva. Quando este lhe falou claramente, respondeu com frases polidas, mas sem nenhuma clareza para alimentar esperanças. Contudo o marquês não parecia descrer para sempre; queria supor que o imperador desejava colher informações particulares a respeito da infanta, por intermédio do barão Neven, ou pela própria filha; mas ninguém da embaixada, mandava ao Brasil, tinha tal incumbência. Só no Rio, Neven ouviu falar nessa aliança em que custava a crer, pois o embaixador não recebera instruções a tal respeito. Isabel era realmente muito bonita, como se propalava, e dizia-se que era muito boa de índole; mas infelizmente sofria da mesma "moléstia de nervos", que afligia d. Pedro.[16]

14 Of. do marquês de Aguiar a Marialva, em 29 de outubro.

15 Of. de Marialva, em 8 de fevereiro de 1817.

16 Ofs. Do barão Neven em 28 de setembro e 11 dez. de 1817. A doença de nervos de D. Pedro era constituída por ataques epiléticos. As informações que Marialva deve ter prestado não desacorçoaram d. João VI. No primeiro ensejo de falar ao conde von

Também no preparo das cerimônias do casamento despendia Marialva grande atividade. Instalou-se numa casa admirável e começou a mandar vir de Paris e Lisboa tudo quanto lhe podia aumentar a suntuosidade; parecia redobrar em mostras de dedicação, desde que o amo esquecera e lhe perdoara a fraqueza de ir em bando a Bayonne pedir a Napoleão um monarca da sua estirpe para reinar em Portugal.

Ninguém seria escolhido com mais acerto para tão aparatosa missão. A sua casa era das mais ricas de Portugal e recebera sempre do soberano valiosíssimos favores. Nem durante o domínio de Pombal diminuiu para ela a munificiência da Coroa. D. José deixara ao poderoso ministro liberdade de ação contra toda a nobreza, salvo os Marialvas. D. Maria acostumara-se a respeitar a preponderância do velho d. Pedro, a quem às vezes com toda a Família Real dava o nome de pai.

Era ele o 4º marquês daquele título, instituído por carta de 2 de junho de 1661 e extinto por morte do seu neto embaixador, do qual não ficou descendência. O seu solar de Belém abrigava uma multidão de criados e agregados, a quem se distribuíam diariamente mais de trezentas rações: capelães, poetas, músicos, fadistas, toureiros, lacaios, valentões, bobos, corcundas, anões e crianças de ambos os sexos e rara formosura, de quem recebia tudo quanto a inocência e o frescor da vida podem dar à velhice, revoltada contra a própria decadência.

Eltz, que acompanhou Leopoldina ao Brasil, perguntou-lhe se tinha visto a sua boa Isabel e se conhecia os seus desejos. O embaixador respondeu que tendo partido da Europa, havia meses, não estava ao corrente das notícias que lá houvessem chegado a esse respeito. Dias depois voltou o rei a falar no mesmo assunto, agora claramente, encarregando von Eltz de levar ao conhecimento de Metternich o vivo desejo alimentado pela Casa de Bragança de unir-se estreitamente por nova aliança à casa dos Habsburgos. (Of. de von Eltz a Metternich a 15 de nov. 1817.) Do lado português porfiavam todos em realizar esse propósito. De Paris escrevia a Marialva o encarregado de negócios, Francisco José Maria de Brito, em ofício de 16 de abril de 1817: "Manuel Luís me diz que a senhora infanta d. Isabel pela sua boa índole prepara-se para conviver com a arquiduquesa sua cunhada e tirará por certo bons frutos dessa convivência ..." O arquiduque herdeiro veio por fim a casar com a princesa Maria Ana Carolina, filha do rei da Sardenha, e reinou de 1834 a 1848, quando se viu forçado a abdicar a coroa em favor de seu sobrinho Francisco José, o último Imperador da Áustria-Hungria.

O inglês Beckford, admitido mais de uma vez naquela morada senhorial, pôde admirar-lhe o esplendor e também os contrastes. Do pátio atulhado de seges velhas, onde havia montes de estrume e às vezes grunhia alguma porca, cercada da sua prole, a lembrar "uma estação de posta em França", chegava-se "à escada principal". Aí começava o aspecto grandioso. O visitante era esperado por mais de cinquenta criados.

Além de brandões de cera, levados pelos homens, a indicar o caminho, ardiam nas salas mais de cem círios de tamanhos diferentes; "braseiros de prata e cassoletas espalhavam no ar delicioso perfume." Lá estava o velho marquês, cercado como um patriarca da veneração de toda a descendência, e dos parentes, até dos mais velhos graduados, fosse vice-rei, como o do Algarve, ou herdeiro de grande casa, como o conde de Vila Verde, futuro senhor de Angeja, que todos, ao aproximarem-se dele, ajoelhavam e lhe beijavam a mão, ou ficavam de pé a fazer-lhe roda. Em certos dias, era servido à mesa por cavalheiros e capelães, alguns deles condecorados com o hábito de Cristo ou S. Bento de Aviz, à semelhança daqueles senhores da época da cavalaria, quando os grandes chefes recebiam como reis idêntica homenagem dos seus nobres vassalos.[17]

Nascido e criado entre tanta riqueza, d. Pedro aprimorara o gosto no contato de civilizações mais apuradas. Paris fora escola para habitá-lo a impressionar Viena. À preocupação de deslumbrá-la com o fausto da embaixada, juntava-se propósito idêntico de d. João, que em se tratando de gastos à custa do Erário, não hesitava em ser liberal. Empenhado na conquista do herdeiro da coroa da Áustria para marido da infanta Isabel, não queria diminuir a fama deixada às margens do Danúbio, havia um século, pela embaixada do conde de Vila Maior. Era preciso fazer acreditar que a opulência do reinado de d. João V continuava e se matinha nas mesmas proporções, alimentada pelas minas inesgotáveis e lendárias do Brasil.[18]

---

17 Beckford. *O reinado de D. Maria I*, ed. de 1901, págs. 13, 19 e 158.

18 Foi comunicado a Marialva que durante a comissão ele venceria o ordenado de 19.200$ (£ 4.800) e ajuda de custo proporcional às despesas acrescidas da embaixada (Of. do M. de Aguiar em 15 de março). Entende-se que o ordenado seja anual. Depois mandou-se-lhe abrir um crédito de £10.000, de que tiraria para si ajuda de custo de 30.000 cruzados (£3.000) e para Navarro, por igual título, 8.000 ou £660 (*Ib. ib.* em 29 de out.). Por fim em of. de 13 de janeiro de 1817 o marquês de Aguiar deu ordem franca a Marialva de sacar as somas necessárias para qualquer despesa indispensável e imprevista.

Fora aquele reinado a idade de ouro de Portugal. Só as cifras podem dar ideia dos tesouros despejados em Lisboa e consumidos na maior parte para gáudio da Igreja. De 1722 a 1745, auge da produção mineira, o Erário recebeu só em dinheiro cerca de 116 milhões de cruzados; em direitos de diamantes e ouro, 6.417 arrobas e 23 arráteis deste metal; em direitos de prata 324 arrobas; de cobre para cunhar e ligas de ouro e prata 15.679 arrobas e 24 arráteis; diamantes brutos, 2.308 quilates. O título de Majestade Fidelíssima, a criação do patriarcado de Lisboa, a construção de igrejas, conventos e capelas engoliram tudo isso e ainda mais, em benefício do tesouro de S. Pedro e das ordens religiosas.

Também só algarismos exprimem a grandeza do monumento levantado em Mafra, com 5.200 portas e janelas, ao mesmo tempo palácio, igreja e convento onde havia lugar para toda a corte e trezentas celas, grandes como câmaras, para alojar outros tantos frades. Durante treze anos rodaram nos caminhos 2.500 carros a conduzir materiais empregados por milhares de homens, que chegaram a ser 45.000 contando-se entre eles 7.000 soldados. Quando terminaram as obras em 1731 ainda trabalhavam 15.467 pessoas. A grande fachada de 264 metros esmagava tudo quanto lhe ficava perto; as casas de maiores dimensões do largo fronteiro pareciam barracas de trabalhadores. O refeitório media cem metros; de tão longo de uma extremidade a outra parecia terminar em ponta; a imensa livraria continha mais de 60.000 volumes; o carrilhão custara muitas centenas de mil cruzados e a riqueza decorativa era tanta que até havia candelabros de ouro.

A cabeça desse rei carola abrigava todas as fantasias do megalômano e todas as exigências do perdulário. Quando casou o filho d. José com a princesa Mariana, filha de Filipe V de Espanha, ordenou ao governador e capitão-general de Minas Gerais que impusesse a todas as câmaras e pessoas de distinção a oferta de um donativo para suprir a maior parte das despesas com os maravilhosos festins já projetados. "Com o maior gosto e obediencia" sofreram aqueles povos a sangria de cento e vinte cinco arrobas de ouro, atiradas às águas do rio Caia, sobre as quais se elevou soberbo palácio de madeira onde se encontravam dois soberanos, acompanhados de cortes tão luzidas, que até vestiam estofos de ouro e prata criados de alguns nobres, arruinados por tantos gastos.

Para solenizar o seu próprio casamento, já ele fizera chegar a Lisboa, ante os olhos deslumbrados da jovem esposa, a mais rica frota, vinda do Brasil até então: cem navios carregados de ouro, diamantes, e outras mercadorias de consumo comum, todas avaliadas em cinquenta e quatro milhões de cruzados. Era certamente a ela que se referia Cunha Brochado numa de suas cartas ao conde de Viana, quando tratava de outra, em viagem de Pernambuco para o Reino e exposta aos perigos de uma agressão francesa: "Queira Deus que não tenha a mesma sorte a do Rio, que traz lastro de ouro. Nos navios que têm chegado se acham mais de 500 arrobas de ouro, mas esta abundância é a maior esterilidade daquele estado."[19]

O pacato bisneto de tão faustoso rei nunca se aventuraria a empreendimentos tão vastos, nem tampouco a pompas semelhantes; mas em busca de interesse de vulto para a sua dinastia e sem tocar nos próprios haveres, também seria capaz de algum rasgo. A sua sovinice, famosa no Rio de Janeiro, era igualmente celebrada em Portugal. Uma vez que lhe furtaram um capote de doze moedas, contam historiadores, esteve a ponto de revolucionar Lisboa para descobrir o ladrão. Pouco antes de voltar para a Europa, reconheceu às instâncias do príncipe real as dívidas do estado ao Banco do Brasil. Diz o barão Sturmer, ministro da Áustria, que para arrancar-lhe esse decreto d. Pedro bateu com os pés em conselho de ministros.

---

19 As cartas de Brochado, publicadas em vários números do *Investigador português* em Londres, deixam ver a situação a que por tantos desperdícios chegaram as finanças da Casa Real. Carta de 22 de setembro de 1708: "... facilitaram a despesa e não ousam agora impedir-lhe o progresso, nem confessar o erro, que ainda será maior quando vier a Rainha, em cuja casa não se acha dinheiro algum, antes 40.000 cruzados de dívidas; e creia V. Exª que se viu nunca a Casa Real em tão miserável e pobre situação." Falando do rei: "... há mais de um mês que para a sua cozinha se compra sem dinheiro e todos os meios, arcas e cofres estão esgotados e se querem vender fidalguias, hábitos e ofícios." Carta de 3 de novembro do mesmo ano: "Tudo no Paço é grande e profuso; muito jantar e muita ceia em público." Carta de 10 do mesmo mês: "Tudo continua a ser magnífico, muita despesa e muita apertura." Em continuação: "El-rei Nosso Senhor, cujas ideias são grandes, quer que se imite o que é bom e que tudo se dirija pelas cortes estrangeiras." A carta de 5 de janeiro de 1809 anuncia que "as dificuldades obrigaram a vender os ofícios a toda pressa. O de provedor dos armazéns começou por ter o lanço de 70.000 cruzados e foi arrematado por 100.000", "necessários para tapar um dos muitos buracos que tem aberto o vento nas paredes do Paço."

Para aumentar os capitais do banco foram mandados depositar nos seus cofres todos os brilhantes lapidados, recolhidos ao Erário, os diamantes de futuro lapidados e ainda os brutos, não exigidos pela conveniência de manter o serviço de lapidação em atividade. Foram-lhe entregues também os objetos de prata e ouro e pedras preciosas que se puderam dispensar do uso e decoro da Coroa. Dando provas de abnegação ao pleitear essa medida, o príncipe, antes de obtê-la, exigiu da esposa a entrega das suas joias para esse fim, o que ela fez de bom grado, mas "lhe valeu forte reprimenda do rei", conforme ela própria contou a Sturmer.[20] As joias não ficaram no banco, porque os diretores declararam não haver necessidade de empenhá-las, sendo mais que sobejo penhor a real palavra. Diante dessa representação o príncipe abriu mão da sua exigência do depósito, com o qual imaginava levantar o crédito do banco, e então concordou com a ideia de contrair um empréstimo.

O rei absoluto podia dispor livremente da fazenda pública, que ele chamava-a "a minha real fazenda"; mas distinguia entre ela, cujo produto era recolhido ao Real Erário e se destinava às despesas do estado, e a sua propriamente dita, conhecida pela denominação de "real bolsinho". Neste se acumulavam as suas rendas pessoais, e daí só a custo, quando não havia outro remédio, retirava d. João qualquer quantia. Do Erário ele dispunha com mãos largas e era proverbial a sua munificência em benefício dos fidalgos desocupados.

Trava-se no ânimo de certos avaros uma luta em que a avareza não vence sem deixar pesares. Eles gostariam de fazer muita coisa, onde descobrem beleza, utilidade, prazer; mas o gozo de acumular fortuna, ou antes, a pena de despender o já guardado, torna imóvel a mão que deveria pagar, ou fá-la recolher, se ela se move para abrir a bolsa. É preferível privar-se de tudo, das coisas mais cobiçadas. Elas não valem o sacrifício de gastar e ver sumir dinheiro, cuja posse constitui o bem supremo. A riqueza nunca basta ao avaro, como não basta ao pródigo.

Nem por isso, entretanto, extingue-se na alma desses homens o desejo de fazer o que outros fazem, ou possuir o que outros possuem. Se um dia se lhes oferece ensejo de realizá-lo à custa alheia, ninguém se torna

---

20 Sturmer. Of. nº 10-B, de 31 de março de 1821.

mais exigente na escolha das coisas que se lhes permitem. Aquele que se limita a servir-se de alimentos grosseiros, a beber o mais pobre dos vinhos, a fumar o menos cheiroso dos cigarros, escolhe manjares deliciosos, perfumoso tabaco, nectário licor. Ninguém lhe fará surpresa mais apreciada do que lhe remetendo um mimo, destinado a nunca ser retribuído, se não houver oportunidade de pagá-lo com favores de graça.

O avaro desejoso de gastar, mas incapaz de vencer a avareza, toma a desforra se um dia lhe é entregue a fazenda alheia, sobretudo a fazenda pública, para dela dispor. Então a vontade contida estua e transborda. Realiza-se o sonho de fazer em benefício alheio tanta coisa almejada, sem a dor de ver minguarem os próprios capitais. O sovina cioso das suas contas, rigoroso na execução do seu orçamento admiravelmente equilibrado, já não mede recursos, dissipa às pressas, esvazia os cofres, a fim de não restar a quem vier depois partícula do gozo tomado todo para si. É a embriaguez de inesperada orgia, a volúpia do desperdício impune.

Ele, que hesitaria em dar uma esmola tirada dos seus haveres, dará pensões vitalícias e multiplicará os empregos; fará dívidas para empreender obras e promoverá festins públicos, sempre na esperança de lhe virem dos beneficiados serviços e devoções. Esbanjando o alheio, ainda espera lucrar.

D. João VI, que vestia roupas remendadas, cobria de ouro e diamantes à custa do Erário aqueles a quem queria atrair ao interesse de sua dinastia e oferecia-lhes bailes suntuosos, para deslumbrar os cortesãos mais exigentes. Além do fausto das cerimônias, do esplendor das festas a serem dadas por Marialva, os mimos oferecidos à noiva, em nome de d. Pedro, e aos magnatas da Corte, em nome de seu pai, deviam corresponder a tanta magnificência.

O embaixador indicou ao Governo tudo quanto era preciso fazer e tudo se fez ainda com maior largueza. Foram do Rio além de várias joias e ricas veneras das ordens honoríficas por distribuir, avaliadas em 5.800 libras esterlinas, 167 diamantes, no valor de 6.873 libras esterlinas, para serem aplicados nas que tivessem de ser feitas na Europa, e mais dezessete barrinhas de ouro, valendo 1.100 libras esterlinas, destinadas a

algumas pessoas, muito mais agradadas dessa dádiva que de outras de mera aplicação ornamental.[21]

Haveria até o fim a mesma liberalidade. A noiva estava ainda no Palácio Imperial e Marialva tinha poderes de pôr às suas ordens as somas de que precisasse, oferecimento só feito após a certeza de não melindrar o imperador. Depois de realizado o casamento, Leopoldina aceitou 6.000 ducados em Viena e depois, em Florença, 4.000.

Como presente de noivado, foi-lhe ofertada uma joia, que deslumbrou quantos a viram. Era o retrato do noivo, guarnecido de cercadura de brilhantes, com a coroa superposta e suspenso de rico fio, também de brilhantes. O próprio Metternich, a quem o embaixador mostrou-a, ficou surpreso de tanto esplendor e pareceu-lhe que só nas fabulosas crônicas do Oriente se poderiam encontrar descrições de objeto análogo. Parece que o próprio Marialva se transportava a essas regiões de exagero para procurar inspirações nos seus novelistas.

Tem especial sabor a linguagem dos cortesãos cultos de espírito, quando querem disfarçar entre os respeitos devidos a pessoas de mais alta hierarquia qualquer ideia que de algum modo as possa suscetibilizar. Envolvidas em formas esmeradas, com adornos de graça e polidez, as palavras intencionais passam suavemente e atingem o seu fim, sem vislumbre de desatenção ou resquício de desrespeito. O segredo desse requinte no falar e no escrever reside em parte na delicadeza d'alma, mas vem principalmente

---

21 Os joalheiros de Florença, cidade onde se achava Marialva em caminho de Livorno, para assistir ao embarque da arquiduquesa, avaliaram em muito menos os brilhantes mandados do Brasil. Acharam eles que as pedras eram de má cor e forma pouco vantajosa. Os objetos que traziam destino foram recebidos com muito agrado. A Metternich, pela assinatura do tratado e por ser o comissário imperial para entrega da noiva, ofertaram um medalhão e uma caixa, ambos com efigie e retrato d'el-rei; aquele no valor de 9:600$000 e esta no de 4:800$000, ou o total de £3.600, além da grã-cruz de Cristo com placa de brilhantes. Marialva propusera dois presentes, de 3.000 ducados cada um. Hudelist foi brindado com um mimo avaliado em 1.000 ducados e a comenda daquela ordem, também cravejada de brilhantes. D. João ficou-lhe muito reconhecido pelos bons serviços e certamente esperava outros idênticos a favor da infanta Isabel; por isso, além dos mimos de estilo, mandou oferecer-lhe uma jóia, na importância de £600. O prelado celebrante do ato religioso recebeu uma cruz peitoral, cujo custo era de £1.200.

do trato da educação. Não bastam as leituras, onde encontram os modelos mais perfeitos; é preciso o convívio dos atores, habituados a figurar em tais cenas e cujo estímulo desperta a inspiração e cujo exemplo vence a timidez. O contato de outros meios, onde a linguagem acarreta impurezas de toda ordem, mareia a limpidez dos pensamentos ou turva-os das sombras da grosseria. Só a harmonia do ambiente, a preocupação de não lhe quebrar as linhas impecáveis, o culto da forma, em todos os seus aspectos, de palavras e gestos, podem manter esse equilíbrio encantador, que fixou a beleza de sociedades quase extintas, das quais os restos resistentes guardam ainda o eterno perfume, para transmitir aos dignos de apreciá-lo e conservá-lo o mistério da sua essência.

Querendo referir-se ao agrado, produzido na futura imperatriz pela riqueza do celebrado mimo, o marquês exprime-se assim: "Por extremo agradou à Sereníssima Senhora Arquiduquesa a fisionomia de S. A. o príncipe real, dizendo-me a mesma Senhora que muito coincidiam as feições que observava naquele retrato com a ideia que ela formava das virtudes morais possuídas pelo Augusto Original dele. Sem dúvida foi grande a impressão que fez no ânimo de S. A. I. a magnificência da cercadura que guarnecia o retrato; ainda que a Senhora Arquiduquesa mais atendesse, e sem afetação, à imagem de seu real futuro esposo que ao riquíssimo ornato que a adornava, não deixou contudo de me expressar o quanto a enchia de satisfação e reconhecimento um tão magnífico presente. Porém a camareira-mor da mesma senhora e o seu mordomo-mor, que se achavam presentes, estavam como surpreendidos de ver a beleza daquela joia, asseverando-me que jamais se tinha visto aqui, nem mesmo se havia formado ideia de tal riqueza."[22]

Entretanto, ao passo que Marialva conta tantas maravilhas do efeito produzido pela cercadura, a princesa palavra alguma teve a seu respeito, quando comunicou à tia de sua predileção o recebimento do retrato, que achou agradável; era uma fisionomia expressiva de muita bondade e também de inteligência. Parecia confirmar a opinião geral de ser o príncipe bom, querido do povo e aplicado ao estudo.[23]

---

22 Of. de Marialva, sob o nº 52, de 8 de abril de 1817.
23 Carta de 12 de abril de 1817. Coleção cit. Bibl. Nac.

Embora infringisse a etiqueta da Corte austríaca tratar do contrato do casamento antes da entrada formal do embaixador e do pedido solene da mão da arquiduquesa, em atenção à considerável distância em que se achava a Corte portuguesa e "mui particularmente em razão do grande contentamento que lhe causava esse enlace", dignou-se o imperador de permitir o ajuste, a redação e até a assinatura daquele documento, logo após a chegada de Marialva a Viena. Entre homens afeitos a negócios de dinheiro não se trataria com mais segurança e mais minúcia ajuste de interesses recíprocos. Quer o marquês, quer Hudelist discutiram cláusula por cláusula e amarraram do melhor modo os compromissos de uma e outra parte. Francisco I constituiu para a filha o dote de 200.000 florins do Reno, mais ou menos equivalente a 67.520$000 ou 16.880 libras esterlinas, dote que devia ser pago em moeda, antes da celebração do casamento.[24] Além disso, dar-lhe-ia não só o enxoval, mas igual importância em joias, pedraria, vasos de ouro e de prata, como era de uso na Casa d'Áustria. Por sua vez d. João concederia a mesma quantia, como contradote. A soma total de 400.000 florins, formada deste e do dote, seria garantida por hipoteca das rendas do Reino; entregaria também 60.000, a título de presente de casamento; assegurava ainda à jovem esposa 5.000 por mês para os seus "alfinetes" e ao casal o custeio da casa e da corte, com mobília, mesa e cavalariças. Em caso de viuvez a princesa teria a segurança das arras de 80.000 florins do Reno, pagos em prestações semestrais, e também palácio guarnecido do necessário, se ficasse na sede do Governo português.

Instalado em Viena desde 7 de novembro, só a 17 de fevereiro pôde o embaixador realizar a entrada solene na cidade e pedir em audiência pública a mão da arquiduquesa. Dir-se-ia esse ato uma peça de teatro, ensaiada durante mais de três meses, durante os quais se preparassem todos os elementos para realçar a cena e assegurar o primor da execução.

---

24 Era em 25.500$, ou em £ 6.375, inferior ao dote de 100.000 coroas, que levara a arquiduquesa Maria Ana, quando esposou d. João V. Marialva poderia ter obtido dote mais vantajoso; não quis insistir em tal matéria, para não parecer interesseiro, e também por prever "a mui grande possibilidade de se contrair novo enlace entre as duas augustas famílias", caso em que os ajustes agora feitos viriam a ser recíprocos.

Os embaixadores acreditados junto ao imperador eram sempre dispensados de tão custosa cerimônia, mas dada a natureza da missão de Marialva, quis ele submeter-se ao rigor da pragmática, certamente com intuito de causar impressão capaz de favorecer o projetado enlace do herdeiro da Coroa com a infanta Isabel. Ao demais, a 18 de fevereiro celebrar-se-ia o aniversário natalício do imperador e desse modo o novo embaixador poderia aparecer no respectivo cortejo, já cercado da auréola de toda a pompa admirada na véspera.

Por ficção ele ainda estava em caminho e apenas se tinha aproximado da porta da cidade, chamada porta de Caríntia. O príncipe José de Schwartzenberg emprestara-lhe o palácio situado em arrabalde vizinho, onde o mandou avisar o conde Wilschek, marechal da corte, de haver partido, às duas horas da tarde, ao seu encontro em companhia de um gentil homem da corte, a fim de acompanhá-lo à capital.

Diante do palácio organizou-se o imponente préstito. Abriam caminho dois arqueiros a cavalo. As carruagens dos ministros, conselheiros de Estado e camaristas do Paço, oito príncipes e nove condes, puxadas a seis cavalos, como todas as demais, e mandadas por seus donos, representado cada um por oficial da respectiva casa, procediam umas às outras, conforme a hierarquia, e iam guardadas por dois ou quatro criados a pé, vestidos de aparatosas librés.[25] Em coche da casa imperial vinham em seguida Navarro, o mestre de cerimônias de Marialva e o gentil homem que acompanhara o conde de Wilschek. De um e outro lado marchavam dois criados com libré da casa imperial, e logo após, dois a dois, os criados do mordomo-mor, paramentados com libré de gala.

Começava depois a aparecer o séquito da casa do marquês, em proporções de dar ideia do seu fausto. Dois porteiros, dois volantes, dezesseis criados, vinte guarda-roupas, dez oficiais, ao todo cinquenta homens, desvanecidos da cooperação decorativa, que emprestavam à deslumbrante marcha, todos com vistosas fardas e librés, agaloadas e bordadas de ouro e prata, barretinas de veludo e chapéus de pluma.

25 Pertenciam essas carruagens aos príncipes de Sinzendorff, de Bathiany, de Cohary, de Palfy, de Aersberg, de Schwartzenbrg, de Dietrichsein, de Trantmansdorf, aos condes de Palfy, de Lazansky, de Dietrichstein, de de Wrbna, de Apouy (Joseph, de Erdody, de Sailem, de Ugarte, de Zichy (Carlos).

Quando tinha passado tão numerosa e luzida criadagem, mostrando na abundância e riqueza dos ornatos a vida pomposa do seu amo, aparecia então ele em pessoa, assentado sozinho ao fundo do coche do mordomo-mor, que também sozinho lhe quis ficar defronte. Junto às portinholas marchavam quatro criados com a libré da casa imperial e após eles, a cavalo, três furriéis do Paço, o estribeiro do mordomo-mor e o do marquês, este ainda mais vistoso pela farda escarlate, agoloada de ouro. A guarda do coche era feita por seis pagens fardados e a cavalo, seguidos de dois criados, também montados. Atrás da gente de Marialva, que lhe precedia e acompanhava o coche, vinham dois soberbos cavalos, cobertos com telizes de veludo encarnado, guarnecidos de larga bordadura de ouro, onde em alto-relevo se levantavam as armas do marquês. Eram ambos levados à mão por criados, precedidos de dois moços de estribeira.

Os coches dos embaixadores de Espanha, Inglaterra e França, traziam um oficial da casa de cada um deles. O núncio e o arcebispo de Viena não mandaram os seus por não estarem em condições de figurar em tão rico cortejo.

Quereria Roma esconder os seus tesouros e magnificências para aparentar a pobreza e humildade primitivas da Igreja, naquela cerimônia de tão profundo interesse para as duas majestades talvez mais ligadas a ela, uma das quais pródiga de oportuna magnificência. Duas carruagens de Marialva fechavam o préstito; uma de estado, que ele mandara vir de Paris, soberba não só pelos dourados como pelas pinturas dos forros do interior. Os arreios do tiro correspondiam a todo aquele primor. Parecia um coche de rei. Da outra, aonde iam dois gentis-homens, ele mesmo dizia que por sua elegância e riqueza "causara grande expectação".[26]

A procissão majestosa avançava lentamente, como se o passo dos homens e dos cavalos fossem medidos sem falha de polegada. Era o desfilar de comparsas de cena raramente vista, no incomparável teatro de Viena, sorridente no aspecto topográfico, imponente no quadro arquitetônico, reintegrada ao demais na grandeza do poder imperial, tantos anos

---

26 Marialva não exagerava. Quando ele foi recebido em Paris por Luís XVIII, a fim de apresentar as credenciais, a *Gazeta de France* referiu-se "à carruagem de vidros do Sr. Embaixador, que toda a gente admirou pela sua riqueza e elegância". – *G. de F.,* 1º de julho 1816.

suplantado pela bota de Napoleão. Marialva parecia inundar-se de júbilo e imaginava ver ressurgir a passada grandeza lusitânia, que as caravelas do Oriente e do Ocidente entretinham com caudais de ouro e gemas. Parecia-lhe inconcebível pesadelo aquele caminho vergonhoso, um dia percorrido de Espanha até Bayone. A única realidade, rediviva em sua memória, era a glória "daqueles reis que tinham dilatado a Fé, o Império", cujo neto, ainda agora, o mandava renovar a cerimônia deslumbrante, da qual, havia mais de um século, ali se guardava memória para lembrar a opulência de d. João V. Exaltou-se-lhe ainda o encanto, quando ao chegar à porta de Caríntia, divisou na casa do conde de Althan o imperador, a imperatriz, a arquiduquesa Leopoldina e outras pessoas da família imperial, reunidos para verem-no entrar na cidade.

Dir-se-ia que toda Viena tinha imitado o soberano e afluído ao caminho, do palácio Schwartzenberg à Praça dos Minoristas (Minoritenplatz), onde era a morada do marquês.

Em toda a extensão do longo trajeto, a tropa que guarnecia as ruas aumentava com o aparato militar a imponência do cortejo. Informando acerca desse ato, escrevia orgulhoso Marialva: têm todos convindo em que desde muito tempo não se vira mais pomposa entrada de embaixada.

Só no dia seguinte, 18 de fevereiro, realizou-se o pedido da mão de Leopoldina em audiência pública e com o complicado cerimonial da corte. Levado de casa ao Paço pelo comissário imperial, príncipe de Sinzendorf, passava o marquês diante de todas as guardas em armas, desde a dos trabãs, que guarneciam a escada, até as guardas nobres alemã e húngara, postadas nas salas. Todos os ministros e conselheiros de estado, os grandes oficiais da Coroa, os príncipes e grande parte da nobreza, enfileiraram-se até a casa dos cavaleiros, donde o mordomo-mor acompanhou o embaixador até junto ao camareiro-mor, que o levou à Sala do Trono. Por demais exigente de suntuosidades, só aí encontrou Marialva aparência majestosa; pareceram-lhe as outras malpostas na morada de tão grande senhor, mormente para servir em ato de tamanha relevância.

Fardado de feldmarechal-general, sobre degraus debaixo de um dossel, ouviu Francisco I o discurso de Marialva, que se cobriu para ler. Depois da resposta, compareceu Leopoldina, a fim de confirmar de viva voz e por escrito o consentimento dado por seu pai. A 13 de maio, aniversário natalício

de d. João VI, renunciou a princesa a nacionalidade austríaca e celebrou-se o casamento, festejado a 26 com um baile incomparável na quinta imperial de Angarten, onde o marquês mandara levantar construções para acolher dois mil convidados, que admiraram o luxo exibido. Ninguém foi servido senão em baixela de prata, e na mesa do Imperador rutilava a baixela de ouro.[27]

Antes da chegada de Leopoldina, enviados da Corte de seu pai já tinham transmitido a el-rei notícias da imponente entrada de Marialva em Viena e da realização do casamento.

Logo após este ato, partiu da capital o conde Wrbna, filho do camareiro-mor, levando cartas do Imperador, da Imperatriz e de Leopoldina. Um mês antes dele já tinha chegado ao Rio o pessoal da embaixada, que precedia o conde von Eltz, encarregado de acompanhar a princesa.[28]

No desempenho de sua missão, nem por sombras o embaixador austríaco aproximou-se de Marialva. Dir-se-ia que ele queria proceder com a sobriedade observada por sua Corte nos dias de gala transcorridos em

---

27 Já a 16 de abril Marialva dera um baile de aparato em sua casa, para comemorar a elevação de d. João VI ao trono e ao qual compareceram o imperador, a família imperial e 400 convidados. Na correspondência de Marialva, existente no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, não há referência ao custo do baile de Angarten. O *Investigador português*, vol. XIV, pág. 94, o *Correio Brasiliense*, vol. XVIII, pág. 682, dizem que ele foi de 83.000, ou 332:000$ ao câmbio daquela época. Da dita correspondência também não consta o total das despesas da embaixada; mas encontra-se essa cifra em mais de uma fonte, inclusive a *Hist. da Guerra Civil,* por Soriano, vol. XI, pág. 316, onde se afirma que o Real Erário despendeu só em festins 1.573.443 francos, além do valor das joias e diamantes, e que Marialva gastou de seu bolso 106:684$ ou £26.671. Deve haver engano quanto à despesa do Erário, pois só no grande baile foram dispendidos 2.075.000 francos, pelo valor correspondente a £83.000. A cifra dada pelo *Correio* está de acordo com a informação extraída das gazetas de Europa pelo padre Gonçalves dos Santos, segundo as quais Marialva gastara para cima de um milhão de florins, equivalente àquela soma em libra. – *Op.cit.*, vol. II, pág. 142.

28 Wrbna chegou a 18 de agosto e a embaixada a 14 de julho. Esta veio a bordo da fragata *Áustria* e era composta de um conselheiro, encarregado de negócios, barão Neven, de um secretário, barão Hugel, e dos condes de Schoenfeld e de Palfy, os quais foram instalados em casa posta à sua disposição pelo rei; e enquanto não se estabeleciam completamente, deviam ser servidos pela cozinha e carruagens da Corte. Vinham também três naturalistas, encarregados de estudar as riquezas do Brasil.

Viena. Aí, como na nova capital do Reino Unido, a iniciativa dos festins era toda de origem portuguesa. Talvez fosse requinte de galanteria não concorrer com a Casa de Bragança nessas manifestações do seu grande jubilo, para não lhe diminuir e mais ainda realçar-lhe o brilho. Só o barão de Neven daria mostras de descontentamento ao ver, depois da chegada da arquiduquesa, passarem os dias sem von Eltz ao menos fazer o que a decência exigia para representar a sua missão. Decorreria um mês sem ele ter aberto a casa à sociedade da terra. "Com extrema repugnância" o encarregado de negócios ousava comunicar a Metternich as suas impressões pessoais, que eram também o reflexo das comparações, feitas por todo mundo, com as larguezas da embaixada de Marialva. Os comentários eram os menos lisonjeiros e mais desvantajosos para a Áustria.[29]

A princesa real do Brasil deixou a pátria de origem sob a impressão de tantas grandezas, que lhe vinham da nova pátria, para onde partia. Saiu de Viena a 3 de junho e quedou-se em Florença à espera da esquadra enviada para conduzi-la. Era praxe na Corte não levarem criados austríacos as arquiduquesas que casavam com príncipes estrangeiros. D. João VI

---

29 Of. de 11 de dez, 1817. Von Eltz devia ser muito parcimonioso em matéria de despesas e ter muito receio de comprometer as finanças da embaixada. A 5 de novembro de 1817 escrevia ele a Metternich: "A grande distância entre a cidade e a casa que a Corte destinou à embaixada [essa casa ficava em Estácio de Sá, Mata-Porcos, como se dizia então]; a circunstância de residirem no campo a corte, os primeiros funcionários do Estado e o corpo diplomático, e ainda o forte calor do clima, fazem com que sejam necessárias muitas carruagens, as quais, custando aqui o dobro do preço pago em Londres constituem uma das maiores despesas. Prevejo que não obstante toda parcimônia, a estadia da embaixada aqui será muito dispendiosa." Marialva tinha anunciado ao governo que além do conselheiro e secretários da missão, Von Eltz seria acompanhado de seus camaristas, vários pagens e outros empregados, assim como dos oficiais da sua própria casa, e estava também encarregado de dar parabéns a d. João VI pela sua elevação ao trono. Tão magnífica missão foi desempenhada com economia nunca vista. Nem sequer o embaixador mandou desencaixotar o belo serviço de porcelana de Viena, que antes de sua partida estivera exposto à curiosidade pública daquela capital e sem ser tocado no Brasil voltou à manufatura do estado. Antes de Von Eltz já o duque de Luxemburgo, embaixador especial do rei de França, queixava-se do alto custo da vida no Rio de Janeiro. Recomendando a reclamação do cônsul a respeito da escassez dos seus recursos, escrevia: ".... adquiri por minha própria experiência a certeza da excessiva carestia que existe neste país." – Of. de 30 julho de 1816. *Brasil e Portugal*, vol. 19, fls. 374-5, nos Arq. des Aff. Étrang.

providenciou para o caso de aplicar-se essa regra à sua nora e nomeou a condessa de Linhares para ir esperar Leopoldina em Livorno, recomendando entretanto que ela não partisse de Lisboa se a arquiduquesa desejasse trazer criadas alemãs. Indo, porém, sua filha para tão longe, o imperador mostrou desejo de ser-lhe emitida a companhia de alguém do seu conhecimento. El-rei não punha limite às pretensões dessa natureza e concordou na escolha de quanta gente fosse necessária. Antes disto, as pretensões reduziam-se a uma açafata e depois estenderam-se a uma camareira e duas damas, cuja companhia foi motivo de alegria para a princesa, de quem todas três eram amigas.[30] Quando a notícia desse fato chegou àquela capital, já a condessa tinha recebido ajuda de custo e o governo da Regência lhe havia perguntado quantas pessoas levava em sua companhia, a fim de se lhes designarem lugares a bordo da esquadra. Foi preciso tudo desfazer, com grande irritação daquela fidalga, que imediatamente pediu passagem para o Brasil.

A esquadra demorava. Rebentara a revolução em Pernambuco e as equipagens eram retiradas dos navios para a divisão destinada a combatê-la. Deveria ter partido em maio e só largou do Tejo a 6 de julho. A Inglaterra aproveitava o ensejo para ganhar a cooperação da Áustria ao empenho de desprender d. João VI do Brasil e restituí-lo à Europa. Era

---

30 D. Leopoldina trouxe como comitiva um mordomo-mor, seis damas, quatro pagens, seis nobres húngaros, seis guardas austríacos, seis camaristas, um esmoler-mor, um capelão e um bibliotecário, Roque Schuch, de quem era filho o barão de Capanema. Schuch era então administrador de uma repartição do Museu Imperial de Viena, professor de mineralogia e fora também de matemática, física e história natural no ginásio de Troppau. Além disso estava proposto para diretor da Academia Real que se estava organizando em Trieste. R. Schuch, *Memória sobre algumas experiências e empenhos mineralógicos e metalúrgicos.* Rio. Tip. Laemmert. 1840. Vieram também em sua companhia um botânico, um mineralogista, um zoólogo, um entomologista além de alguns artistas, entre os quais o pintor Tomás Ender. Só se demoraram, porém, no Rio a seu serviço até 1818 a camareira-mor, condessa de Kunburg, e duas damas, as condessas de Sarenthein e de Lodron. A açafata de que se cogitou a princípio era filha do ex-ministro, o cav. de Lebzetern, e nascera em Lisboa, onde o pai, casado com uma dama espanhola, vivia havia mais de cinquenta anos. Acreditando Marialva ser preciso naturalizá-la portuguesa, Metternich concordou; mas essa senhora escreveu a d. João VI pedindo instantaneamente não ser nomeada, pois seria forçada a abandonar o pai em idade avançada. Deixaram-na em paz.

temeridade expor a arquiduquesa aos azares de uma revolução bem começada e seria prudente deixá-la na Áustria, ou pelo menos em Lisboa, onde aguardasse o desenlace daquela convulsão política e onde talvez, forçado pelas circunstâncias, fosse ter o príncipe herdeiro. Metternich refletia; mas Leopoldina não hesitava um instante. No primeiro encontro com Marialva pediu-lhe com instância que promovesse os meios de acelerar a partida, pois achando-se a família real em momento penoso, queria quanto antes a ela ir reunir-se. Ainda em pequeno navio de comércio afrontaria a viagem.[31] Foi-lhe porém forçoso esperar mais dois meses, durante os quais chegaram boas novas de ter triunfado a causa do rei. Na aflição dos dias de incerteza, dava-lhe consolo a companhia das irmãs, Clementina, princesa de Salerno, e Maria Luísa, duquesa de Parma, mulher de Napoleão, todas reunidas em torno de seu tio, o grão-duque da Toscana.

Desanuviado o horizonte, puderam as duas naus, já em Livorno desde 25 de julho, deixar o porto bem cedo, na manhã de 15 de agosto. Leopoldina embarcara no dia 13 e na véspera tinha sido solenemente entregue por Metternich ao marquês de Castelo Melhor, comissário d'el-rei, acompanhado do escudeiro-mor, conde de Louzã, e do viador, conde de Penafiel. Marialva cuidara de tudo quanto fosse preciso para agrado da viagem e não esquecera a recomendação, que lhe fizera o marquês de Borba, administrador geral do Erário Régio, de entregar a cozinha da princesa a um chefe austríaco, para durante algum tempo poupar-lhe o estômago, destinado a suportar mais tarde o peso dos pitéus portugueses.[32]

Os austríacos acharam os navios muito sujos e com gente demais, que em geral lhes pareceu malcriada. Era também excessivo o número de animais, sobretudo de cães, que exalavam muito mau cheiro. No

31 Participando a Francisco I, em carta de 17 de novembro, a chegada de Leopoldina, agradecia-lhe d. João VI, as provas reiteradas de afeição que tinha recebido, "entre outras", dizia ele, "a de não terdes acedido à proposta que eu sei ter-vos sido feita, relativa ao pretendido desvio da divisão naval pelo porto de Lisboa, o qual, além de retardar o prazer de conhecer pessoalmente a princesa, me teria sido extremamente penoso".

32 Por predileção pelos pratos nacionais ou cansaço da cozinha da terra, Leopoldina era no Rio freguesa de um restaurante austríaco, de propriedade de Frederico Wuelffing, situada à Rua dos Ourives nº 109, onde, quando se achava na cidade, mandava encomendar pratos de sua escolha – *Deutsche und deutscher Handel in Rio de Janeiro, 1821-1921 [Alemães e Comércio Alemão, no Rio de Janeiro, 1821-1921]*, pág. 41.

momento de ser alçada, a âncora demorou extraordinariamente em subir e a resistência por ela oposta ao esforço da maruja foi considerada de mal agouro.

Quando por fim surgiu à flor d'água, trazia presa outra âncora do tempo dos etruscos, recolhida a bordo e levada pelo navio que a pescou.[33]

Em Gibraltar uma fragata austríaca uniu-se às duas naus e todas chegaram juntas ao Rio a 5 de novembro à tarde.

Visitada desde logo pela Família Real, só no dia seguinte Leopoldina desembarcou às duas horas. Um cais de madeira, construído no Arsenal de Marinha, e sobre o qual se erguera vistoso pavilhão, permitia fácil acesso a terra. Nada faltava dos recursos do país no caminho da Rua Direita do Paço da cidade, onde o chão foi coberto de areia branca da praia e odoríficas folhagens. As colchas de seda de Damasco apareciam como nos dias de procissão, enfeitando com a variedade e viveza das suas cores as fachadas pobres dos sobrados. O grande luxo de ornamentação consistia nos arcos erguidos no cruzamento das ruas, entre os quais avultava um onde Grandjean e Debret puseram os cuidados da sua arte. Por entre alas de soldados desfilaram cerca de cem carruagens, acompanhadas de criadagem paramentada a rigor. Um coche real trazia os soberanos, em cuja frente se assentavam o príncipe e princesa. Leopoldina vestida de seda branca, bordada de prata e ouro; finíssimo véu lhe pendia da cabeça ao rosto, sem o impedir de ser visto. Houve um cronista áulico, talvez único, a quem pareceu que esse enfeite lhe "realçava a beleza".[34]

Após o indefectível *Te Deum*, o jantar de aparato, a mostra ao povo das janelas do Paço, lá se foi de novo a arquiduquesa às nove e meia pela Rua Direita, caminho do Arsenal. D. João mandara anunciar aos moradores da cidade, desde a beira-mar, junto ao palácio, até S. Cristóvão, pela Rua do Ouvidor, Rocio, Rua do Conde e Mata-Porcos, a obrigação de iluminar e enfeitar todo o caminho. Mas a perna ulcerada não lhe permitiu tão longa jornada em carruagem e obrigou toda a comitiva ao trajeto por mar.

---

33 Partes de polícia acerca do casamento da Arquiduquesa, carta a Arthaud, datada de Florença a 19 de ag. 1817. cóp. nos Arq. do Estado em Viena.

34 Gonçalves dos Santos. *Op. cit.,* vol. II, pág. 183.

Ao fundo da galeota, à luz dos lampiões de azeite, havia pela primeira vez naquele dia momentos de repouso. D. João podia enfim ressonar. A cadência dos remos, a ranger nas forquetas e a levantar na água escura cintilações de prata, fazia o ambiente tão monótono, que o pensamento fugia para longe. Estaria d. Pedro talvez a meditar na lealdade de Marialva, quando ao remeter o retrato da arquiduquesa nada acrescentara à semelhança constante do original. Sem beleza nem faceirice, as virtudes da esposa iam parecer-lhe desamparadas e por demais austeras. Já sabia que tinha de receber coleções mineralógicas e botânicas e macacos e papagaios, trazidos da Madeira. Fora melhor trazer-lhe outras coisas, indícios de graça feminina, rendas essenciais aos ardores da sua juventude, para compensá-lo de ver-se privado da sonhada beleza. Entregue à fantasia, quem sabe se então, transfigurada em sereia, Noemi lhe apareceu à flor das águas, a predizer-lhe o adultério.

Um ponto de perigosa fraqueza na instituição do casamento reside na incógnita de ordem física a ser desvendada aos cônjuges e mantida pelo respeito à virgindade, freio oposto à moral ainda precária do homem. A escolha dos nubentes é determinada de lado a lado por atrativos físicos incompletos, que apenas em parte promovem o agrado da vista. Mas não simplesmente deles virá alimentar-se o afeto, cuja inspiração moral se associa ao prazer dos sentidos. Só a intimidade conjugal avivará ou amortecerá os desejos, que atiçam ou deixam bruxulear a chama do amor. As decepções quebram desde logo, ou pouco e pouco, o encanto entretido nos noivados, e as delícias imaginadas parecem então inatingíveis. Nesse escolho naufragam comumente todas as naturezas, onde a sensualidade é exigente ou predominante, seja por artístico requinte, seja por grosseria animal. Se for assim nas escolhas diretas, até hoje em nossos dias, a maiores imprevistos eram sujeitos os príncipes, que outrora casavam, sem ao menos se verem antes.

Leopoldina voltava pouco e pouco a si do atordoamento de tantas horas. Dir-se-ia ainda ouvir ao longe o barulho das salvas, dos sinos, das músicas, das aclamações, a extinguir-se nesse ambiente de calma. O calor quebrava-lhe o corpo, enquanto àquela hora fazia frio em Viena e dava gosto achegar-se à lareira. Aqui não encontrava remédio para o fogo que parecia haver no ar. Vinha-lhe então à lembrança a entrada de Marialva

na cidade, por uma tarde inolvidável de inverno, e comparava a portentosa procissão de fevereiro com essa em que havia poucas horas figurara. Sobressaltou-a o terror de tudo vir a ser engano, como a pompa do ostentoso embaixador. Às onze horas tinha-se chegado à praia lamacenta e mal cheirosa e daí, a curta distância, à Quinta da Boavista.

Apenas passara um mês, Neven escrevia a Metternich que Leopoldina estava contente da sua sorte; mas seria para desejar que pudesse ganhar desde logo um pouco mais de influência sobre o espírito do esposo. Era o primeiro sinal de quão difícil, senão impossível, seria consumar-se esse milagre. Ela porém, toda entregue às delícias da lua de mel, nada queria a não ser prolongá-las; era ainda cedo para mais querer. Poucos dias depois, a 24 de dezembro, da morada de S. Cristóvão, escrevia à sua tia e confidente: "Meu coração experimenta muito doce satisfação em já poder falar-vos da minha felicidade. Chegando aqui, após dois meses de viagem, tendo-me reunido ao esposo a quem adoro por suas excelentes qualidades, afastada dos rumores mundanos, gozo a venturosa tranquilidade cujos encantos sempre apreciei e ardentemente desejei."[35]

35 Of. de Neven, a 11 de dez.1817. Col. cit. Bib. Nacional.

. . . .

Capítulo VIII

O ABANDONO DE PORTUGAL

POR FALTA de estudos regulares e de ocupação relativos às coisas públicas, exerciam-se livremente os pendores de d. Pedro, longe das esferas elevadas do pensamento e da missão dinástica que lhe estava reservada. Os contemporâneos e os vizinhos dessa época são unânimes em atestar o afastamento existente entre ele e d. João. Diz Armitage que ambos eram separados por pronunciada indiferença e Mareschal punha Metternich ao corrente da "desunião e desconfiança existentes entre o pai e o filho." De Monglave e Debret atribuem à influência dos cortesãos, receosos dos princípios de equidade e fraqueza natural, revelados pelo herdeiro da Coroa, só se lhe ter permitido à última hora participar dos conselhos do Estado.

Macedo encontrou a tradição de que, desde a morte de d. Maria I e sobretudo depois do casamento de d. Pedro, seu preceptor lutava em vão junto ao Rei para decidi-lo a admitir seu herdeiro a esse aprendizado; mas aquelas qualidades do príncipe constituíam contraste violento com "o caráter tímido e pouco confiante" de d. João VI, dizia o ministro austríaco; com a sua "profunda dissimulação", escrevia Maler, originada talvez da

desconfiança mortificante que nutria até da própria família, desde a conspiração urdida contra ele pela esposa.

Sobre esse terreno propício, onde havia por contar ao demais com a poltroneria do rei, ousaram os intrigantes prevenir-lhe o ânimo contra o próprio filho, nos dias tormentosos de 1817, quando rebentou a revolução de Pernambuco. Sentiu d. Pedro necessidade de rebater por fatos tais suspeitas, e para esse fim formou e equipou à sua custa com empregados da casa, serviçais e fâmulo, um batalhão, que lhe ofereceu, pronto e disposto a partir para o Norte.

Mareschal dá testemunho do profundo respeito guardado sempre pelo príncipe a seu pai e também da aversão incontida, por ele manifestada contra os ministros e favoritos do rei, donde lhe provinha espírito de oposição a todas as medidas do governo e a sua ligação a Portugal, cujo abandono, que sentia, lhe inspirava "o desprezo manifestado sem nenhuma precaução contra o Brasil e os seus habitantes".[1] O barão Sturmer, predecessor daquele diplomata, escreve no mesmo sentido: "O príncipe real é português no fundo d'alma e é outro escolho para o rei vencer. Até aqui tem procedido muito bem; mas sofre de ver o abandono em que deixam o seu país e sente-se humilhado de não ser ouvido pelo pai em tal momento."[2]

Talvez ele guardasse no íntimo a amargura da fuga a que o tinham obrigado, ainda criança. Se já fora maior, não fugiria. Quiçá tal lembrança lhe alimentasse a aversão aos fidalgos e aos favoritos, e fosse extensiva àqueles, que apenas emigrado o rei, foram logo rojar-se aos pés do vencedor e pedir-lhe outro monarca. Tinham-no esquecido e não quiseram crer que a continuar a opressão, haveria, quando homem, de procurar vingá-la.

Um dos espetáculos mais tristes da invasão de Portugal foi a pusilanimidade da nobreza e a sua enternecida submissão ao conquistador. Numerosa deputação, quase toda composta de gente de alta estirpe, marchou para Bayonne, a fim de dar-lhe todas as mostras de fidelidade. Eram nomes dos mais em vista nas eminências da Corte: os marqueses de

1 Of. de 12 de junho de 1821.

2 Of. nº 2-A, de 26 de janeiro de 1821.

Penalva, Marialva, Valença e Abrantes, o conde de Sabugal, o visconde de Barbacena, o inquisidor-mor, o bispo de Coimbra, o prior-mor da ordem de São Bento de Aviz, dom Nuno Álvares, d. José (marquês de Abrantes), Silva Leitão, Joaquim Alberto Borges e o ex-embaixador em Paris, dom Lourenço de Lima, filho do marquês de Ponte de Lima e que ali ficaria a servir de secretário do Império para os negócios de Portugal.

Não cabendo em si da honra que merecera de ser recebido pelo novo senhor, a deputação dirigia um manifesto aos seus compatriotas, onde não faltava requinte de bajulação "ao grande príncipe" e ao seu "poderoso gênio". À sua vista tinham compreendido o império que exercia no coração de todos. "Se alguma coisa pode igualar o seu gênio é a elevação da sua alma e a generosidade dos seus princípios", exclamavam embevecidos e derretidos diante da "afabilidade verdadeiramente paternal", que traduzia o amor por ele consagrado aos que tinham a fortuna de ser seus súditos. Podiam enfim conhecer-lhe os intuitos e proclamá-los; só agora sabiam a condição sob a qual tinham vivido e por isso cabia-lhes exprobrar o procedimento do senhor, a quem até a véspera haviam servido: "O imperador não pode consentir uma colônia inglesa no continente; não pode nem quer deixar aportar a Portugal o príncipe que o deixou, confiando-se na proteção de navios ingleses." Mas também o imperador não sabia ainda que sorte mereciam os portugueses; primeiro queria julgar se "eram dignos de formar uma nação"!

Publicado esse manifesto, compôs-se em Lisboa, por ordem de Junot, outra comissão, representativa das classes; e reunidos todos à junta dos Três Estados, assinaram uma representação ao imperador para traduzir a sujeição do povo inteiro. Assinaram-na todos os titulares e fidalgos que se achavam na capital. Só um, o marquês de Minas, recusou-lhe a firma.

Era a mesma linguagem da deputação de Bayonne. Todos acolhiam-se "debaixo da magnânima proteção do herói do mundo, do árbitro dos reis e dos povos". Esperava a nação "formar, um dia, parte da grande família de que S. M. era o pai benéfico" e suplicava-lhe tamanha graça. Todos os portugueses achavam-se tomados de admiração, respeito e reconhecimento pelo herói e achavam-se "convencidos de que Portugal não podia conservar a sua independência, animar as suas energias e o caráter da sua própria dignidade, sem recorrer às benévolas disposições de S. M". Seriam ditosos "se pudessem ser considerados dignos de ser contados no número

dos seus fiéis vassalos"; mas se não pudessem "seja V. M. quem nos dê um príncipe da sua escolha".

Logo ao chegar a Lisboa, Junot teve a impressão desse estado d'alma. Choveram os discursos. As sumidades do comércio proclamavam-lhe a vinda como um ato de beneficência. Ele chegava a tempo de salvar a nação inteira das mais cruéis aflições: "Abandonada do seu soberano, privada de todos os meios de defesa, qual seria sem vós a nossa sorte, Senhor?" A manifestação da universidade de Coimbra "era uma obra-prima de adoração e humildade", escreveu com desdém a mulher do general.[3]

Foi o povo quem sentiu a vergonha da invasão e iniciou o movimento da repulsa. Dir-se-ia que no primeiro momento estava conformado com a desgraça e achava explicação para a sua conduta no exemplo dos que o deviam guiar e entretanto ou fugiam ou punham-se ao serviço do vencedor.

Este não o molestava nos primeiros dias e parecia querer embalá-lo em ilusões. Mas tinham passado apenas duas semanas e atraída pelo espetáculo de uma revista de tropas, a multidão viu do Rocio, ao troar da artilharia, arriar das alturas do castelo de São Jorge a bandeira das quinas para alçar o pavilhão tricolor, armado da águia imperial.

A dor sofrida traduziu-se em manifestações irritantes; no dia seguinte apareceu morto um soldado francês. Não haviam passado trinta dias depois desse acontecimento e começava por toda parte a substituição do escudo nacional pelas armas da França napoleônica. Os soldados de Junot tiveram, porém, de fazê-la por suas mãos; não se encontrou um artista português disposto a prestar-se a um ato, que a todos parecia sacrilégio. A contribuição de guerra veio fazer transbordar o cálice da humilhação; acendeu-se a revolta e muito antes de findar 1808, com o auxílio decisivo da Inglaterra, todo o Reino estava limpo dos franceses.

Desde o primeiro momento o povo teria reagido e repelido a invasão, se tivesse um rei ou outro chefe à frente. Mas depois de apossar-se do país sem resistência, Junot tinha-lhe aniquilado o exército, destinado a ser o centro daquele movimento, e enviado para a França o resto das for-

---

3 Duquesa de Abrantes. *Op. cit.*, vol. VII, págs. 32-3.

ças comandadas pelo marquês de Alorna, Gomes Freire e Pamplona. Não havia oficiais, nem tropa, nem armas, nem dinheiro, que tudo os ingleses levaram a Portugal para organizar a reação e empreender a desforra.

Terminada a guerra da invasão e feita a paz em 1814, começou Portugal a impacientar-se com a ausência do soberano, desde cuja partida ficara diminuído de importância e governado por uma regência, que sentia o contrapeso do chefe do exército, o inglês Beresford, marquês de Campo Maior, que fora por decreto constituído imediato à real pessoa. Os governadores do reino não podiam despachar um modesto juiz de fora; mas em compensação podiam mandar enforcar, desterrar e impor tributos por simples portaria, sempre que Beresford concordasse; "quer dizer", escreve Soriano, "que podiam fazer todo mal, mas nenhum benefício, sistema que faz cair sobre eles todo o odioso de um mau governo".[4]

Observando o profundo desgosto dos povos, já em 1813, ainda antes de findar a guerra, levaram eles ao conhecimento do príncipe o ardente desejo da sua volta, vivamente manifestada por seus súditos. D. João, sem nada prometer, limitou-se a agradecer "a expressão desses humildes votos". No ano seguinte o juiz do povo de Lisboa em nome deste, apresentava-lhe, com expressões de saudade, fervorosos desejos de vê-lo ali restituído com a família real. A resposta foi cavilosa: Destruindo "o grande obstáculo que se opunha à paz do mundo", a Divina Providência deveria remunerá-lo "com a desejada satisfação de achar-se entre esse povo", mas "quando as circunstâncias permitissem".[5]

Vários chefes de estado da Europa, e mais que todos o da Inglaterra, também consideravam o regresso imprescindível. Naquele ano de 1813 escrevia-lhe o príncipe regente, mostrando-lhe a conveniência de assim proceder ou mandar d. Pedro em seu lugar.

Em missão no Rio desde os primeiros tempos da instalação da Corte, Strangford servia aos desejos do seu Governo, entretendo-se frequentemente com d. João acerca deste assunto. No mesmo dia da sua

---

4 Soriano. *Op. cit.,* tomo XI, pág. 190.

5 Carta Régia de 6 "de agosto de 1814. O grande obstáculo à paz do mundo era Napoleão, recolhido desde abril à ilha d'Elba.

chegada, o príncipe regente quis falar-lhe; logo no dia seguinte recebia-o solenemente em audiência pública. Naquela primeira conferência, ainda de caráter particular, a questão da volta à Europa foi o principal assunto da conversa. D. João considerava-a "muito pouco provável".

Tinha chegado, havia apenas quatro meses, mas já estava determinado a permanecer na América; entretanto não duvidava que "o tempo e a razão o reconciliassem com a sua situação". Ainda o Rio de Janeiro não o havia empolgado; a seu ver não era esta cidade lugar apropriado à residência da família real; o clima era insalubre. Seu desejo seria visitar as províncias do sul, na esperança de encontrar lugar mais aprazível para aí fixarem-se a corte e o governo; infelizmente faltavam meios para executar imediatamente esse projeto. "Referindo-se ao estado atual das suas possessões na Europa", escrevia o ministro inglês, "mostrava-se o príncipe muito agitado e disse-me com o medo expresso nos olhos que embora pudesse suportar a ideia de nunca mais voltar, contudo sentia-se extremamente penalizado quando pensava na possibilidade de ver a Casa de Bragança eternamente separada de Portugal e seus súditos ao jugo de um tirano sem princípios nem razão de apego algum quer à terra, quer aos habitantes." Toda a sua esperança residia então no rei da Inglaterra, "como seu protetor e amigo", em cuja ação confiava para não ver desmembrado o Império Português. "S. A. R. assegurou-me e pediu-me repetisse isto mesmo à minha corte", concluía Strangford: "que estaria pronto a tudo ceder à Inglaterra, em troca da sua cooperação para reaver as possessões na Europa."[6]

Dezessete dias após a sua chegada ao Rio, quando as impressões ainda eram insuficientes para aconselharem-lhe a permanência na América, tivera ele linguagem diferente, em conversa com Frans Hill, secretário da legação, encarregado de negócios até a apresentação de Strangford. Em ofício de 24 de março escrevia aquele diplomata ao Foreign Office: "Entrou então o príncipe real (e aparentemente com muito pesar) no assunto da perda de suas possessões da Europa e mostrou desejos de lhe serem restituídas, mais dia menos dia, de modo a poder voltar para Lisboa." Nessa ocasião declarou já estar mais satisfeito com a cidade do que logo ao chegar: "O aspecto dos habitantes, o calor excessivo, reunidos à lembrança de

---

6 Strangford. Of. de 24 de julho de 1808, copiado no Record Office.

ter deixado Portugal, usando das próprias palavras de S. A. R., talvez para nunca mais voltar *(peutêtre pour n'y jamais retourner),* tinham-no desanimado. Para residência preferia S. Salvador por ser mais salubre, mas não pensava em mudar para lá a sede do governo."[7]

Desde então supôs o protetor que quando houvesse feito o bem dele esperado, o protegido não se recusaria a ouvir-lhe os conselhos. Strangford não perdia de vista os intuitos da sua corte. Em princípios de 1814 informava ao Foreign Office que os sentimentos do príncipe eram a favor dessa medida; mas talvez algum grau de apreensão pudesse influir no seu espírito e impedi-lo de dispor-se a executá-la com a mesma ansiedade desejada pelos outros membros da família real. Acreditava contudo ser fácil remover aquele obstáculo, pois S. A. R. lhe dizia explicitamente que apenas a Grã-Bretanha declarasse tornar-se necessária a sua volta para a Europa, ele acederia a qualquer intimação nesse sentido.[8]

A 2 de abril daquele ano escrevia o próprio d. João ao princípe regente de Inglaterra carta entregue pelo embaixador português, anunciando só esperar notícias do triunfo final das potências contra Napoleão para então regressar a Lisboa. Tendo Paris capitulado e voltado os Bourbons aos tronos de Espanha e de França, reduzida esta aos limites de 1792, chegava enfim o momento almejado e fixado pelo próprio príncipe.[9]

Comunicou o lorde Castlereagh a Strangford que em vista de todas estas circunstâncias e do seu ofício de fevereiro, mandara o Governo preparar uma esquadra a fim de ajudar o transporte da família real, dando-lhe ordem de aguardar a definitiva decisão de sua alteza para largar

---

7 Copiado no Record Office. – Foram sempre os baianos muito cativantes; tudo fizeram para agradar ao príncipe e ofereceram-se para erguer-lhe um palácio, se lá ficasse. Até a gente do povo teve movimentos graciosos. Uma tarde em que d. João foi ao arrabalde da Vitória, como muitas pessoas a pé lhe seguissem o coche, mandou por todas ela distribuir moedas de pataca, ou 320 réis. Todas porém serviram-se do dinheiro para comprar archotes com que lhe iluminaram o caminho à volta para a cidade, feita já à noite.

8 Lorde Castlereagh. Of. em data de 20 de fevereiro, recebido a 24 de abril. Este e os outros ofícios aqui citados foram comunicados à Câmara dos Comuns e publicados no *Correio Brasiliense*, vol. XVIII, pág. 494 e seguintes.

9 Desde 1810 a Inglaterra era governada sob a regência do príncipe, que só subiu ao trono em 1820, sob o nome de Jorge IV e em sucessão de Jorge III.

com destino ao Brasil, sob o comando do *Sir* John Beresford, irmão do marechal de igual nome. Acrescentava o primeiro-ministro que a simples cessação dos motivos causadores da retirada da família real portuguesa teria decidido o governo inglês a enviar e pôr às ordens do Príncipe a esquadra para trazê-lo a Lisboa, se não fora certa reserva contida na carta de 2 de abril e no ofício de 20 de fevereiro, donde se podia inferir ainda haver circunstâncias capazes de impedir o regresso imediato da corte.[10] D. João procurava alimentar a esperança dos que o aconselhavam a voltar, mas deixava sempre a porta aberta atrás de si para fugir às promessas mais animadoras.

O conhecimento daqueles sucessos no Rio de Janeiro "fizera reviver no espírito do príncipe do Brasil aqueles ardentes desejos por algum tempo extintos, de volver a visitar o seu país natal; assim informava ao seu governo o ministro inglês, a quem S. A. tinha revelado "a ansiosa esperança de que a Grã-Bretanha facilitasse o complemento dos seus desejos a este respeito, de modo a poder voltar para Lisboa, garantido pela mesma proteção sob a qual de lá partira".[11]

Nesse mesmo ofício acrescentava Strangford que durante a semana anterior, quatro ou cinco vezes, em público e em particular, d. João dissera quanto prazer teria se a anunciada esquadra fosse comandada por determinado oficial, ex-comandante de um dos navios em que a família real viera para o Brasil, desejo no qual só não foi atendido por ter o dito ofício chegado a Londres quando já estava nomeado o contra-almirante Beresford.

Recebida esta comunicação em 26 de agosto, determinou o governo inglês mandar no mesmo dia aprontar definitivamente a esquadra para tal fim, e a 28 de setembro foi expedido aviso à legação no Rio de já haver ordem para fazê-la partir imediatamente, composta de dois navios de linha e uma fragata. Ao mesmo tempo Canning era nomeado embaixador em Portugal, com a missão de saudar o príncipe regente em nome do seu aliado.

Tomadas estas resoluções, partiu para o Brasil um bergantim incumbido de saber ao certo a definitiva decisão de Sua Alteza. Apenas

---

10 Ofício de 25 de julho de 1814.

11 Ofício de 21 de junho de 1814.

chegou a embarcação, Strangford dirigiu uma nota ao marquês de Aguiar no dia 1º de outubro com o intuito de habilitar-se a responder. Nem este, nem ele próprio poderiam crer que as palavras ouvidas até então acerca de assunto tão relevante apenas se destinasssem a engodá-los. Mas na realidade já d. João estava mudado, ou mudava de linguagem, e foi essa a notiícia mandada para Londres.

Ainda lá não tinha voltado o bergantim, qundo chegou ao Rio um ofício do embaixador português, datado de 3 de setembro, dando parte das ordens expedidas em fins de agosto acerca da esquadra confiada ao comando de Beresford.

D. João estremeceu e Aguiar pediu ao ministro inglês a elucidação de tal notícia. Strangford respondeu que "não tinha avisado coisa alguma positiva a esse respeito, mas unicamente participara por várias vezes os desejos que S. A. R., manifestara de voltar a Portugal". Entretanto o embaixador mandara dizer que o ministro Canning lhe havia afirmado ter lido o despacho formal de Strangford "no qual S. Exª pedia a imediata partida da esquadra".[12]

No segundo dia do novo ano podia Strangford por sua vez comunicar oficialmente ao marquês de Aguiar que a esquadra estava às ordens da família real e remeter-lhe uma carta enviada pelo seu soberano a d. João. Dizia ele nessa nota ter a expedição sido mandada para "facilitar a S. A. R. os meios de acelerar a sua partida, no caso que julgue conveniente servir-se dela"; mas de modo algum devia ser considerada escolta de proteção, pois tal papel poderia ser desempenhado pelos navios portugueses. A vinda dessa frota era justificada pelas comunicações feitas ao seu governo a respeito dos desejos manifestdos por d. João de deixar ao governo inglês a escolha da oportunidade do seu regresso. Infelizmente as notícias levadas pelo bergantim só chegaram a Londres quando ela já tinha partido.

A resposta do ministro dos Negócios Estrangeiros demoliu toda a obra daquele governo: "Entre as disposições que ocupam a mente de S. A. R em benefício dos seus estados", afirmava ele, "nenhuma é tão impor-

12 Estas citações são feitas das notas do marquês de Aguiar, de 15 de janeiro. Na correspondência mandada à Câmara dos Comuns, não consta nenhuma requisição da esquadra, feita por Strangford em termos formais.

tante como a restituição da sua real pessoa à antiga sede da Monarquia." Apesar desses entendimentos, S. A. R "tinha deferido por algum tempo a sua retirada para Portugal", por assim ser mais útil "para os interesses dos seus vassalos em Portugal, o que certamente eles hão de reconhecer em virtude das providências que S. A. R. houver de dar". Entretanto o príncipe "esperava a tranquilidade do mundo", a extinção do "resto das dissensões produzidas por uma revolução, que não tem paralelo na história humana". Tinha, pois, havido má compreensão das palavras do príncipe, quando se tomou a expressão dos seus desejos de voltar por fixação da época de fazê-lo, que S. A. só retardava por ponderosos motivos.

Na entrevista havida entre os dois ministros a esse respeito, declarou o marquês que durante o estado de incertezas dos negócios da Europa, não podia em consciência aconselhar o príncipe a sair do Brasil; reconhecia que realmente algum tempo antes fora considerada próxima a oportunidade do regresso; mas agora era preciso demorar até pôr o Brasil em estado de segurança.

Ao ser conhecida toda essa correspondência, requisitada pela Câmara dos Comuns, Strangford foi censurado por causa das expressões dos seus ofícios de 20 de fevereiro e de 21 de junho de 1814, dirigidos ao Foreign Office, nos quais dizia que o príncipe cederia a qualquer "intimação" da Grã-Bretanha, para voltar debaixo da mesma "proteção" desfrutada em 1808.

Mas é para considerar, em sua defesa, que não era de prever a divulgação de comunicações dessa natureza e por isso, escrevendo ao seu governo, ele empregou as expressões próprias para qualificar os fatos. Quando foi conveniente mascará-los sob aspecto diferente, soube fazê-lo, e ao pôr a esquadra, já no porto do Rio, à disposição do príncipe, declarou em nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros que de forma alguma deveria ser considerada escolta de proteção, mas simplesmente recurso para acelerar a viagem.

Ainda antes de tudo isso vir a lume, esse incidente por si só colocou-o em situação desagradável perante a corte portuguesa. Retirando-se do Rio em abril de 1815, pediu dispensa de aceitar o presente, que conforme era de estilo o Governo lhe enviara, e declarou querer apenas levar a lembrança dos seus próprios esforços pela glória e interesses de Sua Alteza

Real.[13] Aliás, exprimindo-se daquele modo, Strangford apenas repetia o que o ministro do príncipe já tinha escrito mais de uma vez em 1807, ao ministro de Londres acerca do projetado êxodo para o Brasil: "No caso que uma esquadra cruze perto de Lisboa, espera S. A. R. segundo as promessas de S. M. B., que ela sirva de proteger a sua retirada, assim como a de todos os seus vassalos, que intentarem salvar as suas pessoas e as suas fazendas." Essas esperanças foram confirmadas pela convenção secreta de 22 de outubro de 1807, em cujo artigo 2º foi estipulado que no caso do príncipe se decidir a passar ao Brasil ou a mandar pessoa de sua família, S. M. B. estaria "pronto a ajudá-lo nessa empresa e a proteger o embarque da família real e a escoltá-lo à América". Remetendo ao ministro em Londres as observações sugeridas por aquele ajuste, sujeito à ratificação de Lisboa, escrevia Araújo: "Por esta mesma razão reservo escrever a V. Sª em outra ocasião para V. Sª tratar nessa corte sobre o modo com que ela poderá contribuir para a segurança da Família Real, protegendo com as suas forças navais a sua retirada no caso que as circunstâncias obriguem a esta mesma resolução."[14]

Melo Morais publica no *Brasil Reino* um "documento reservado e importantíssimo", cuja origem não revela. É uma carta de d. João ao príncipe regente da Grã-Bretanha, contendo queixa de várias faltas de cortesia e de excessiva intervenção de Strangford nos negócios do estado, dos quais às vezes até o punha ao corrente. Referia como prova que desejando nomear Araújo (conde da Barca) ministro dos Negócios Estrangeiros, Strangford declarou ter instruções para com ele não tratar. Araújo era suspeito à Inglaterra de ter demasiada simpatia pela França. Desistiu por isso daquele intento e deu-lhe a pasta da Marinha. Ao ter notícia do fato, Strangford apresentou-se no Paço "com ar fora de toda decência" e declarou que ia aconselhar o seu soberano a romper "todos os círculos de amizade" com d. João, ameaçando ainda a este de não entregar-lhe uma carta que daquele havia recebido e também do rebaixamento da representação inglesa a simples consulado, dentro de seis meses. Pedia o príncipe

13 A nota do lorde Strangford, em 2 de janeiro de 1815, e a resposta do marquês de Aguiar, no dia 15 do mesmo mês, foram transcritas no *Correio Brasiliense*, vol. XIX, pág. 139.

14 Docs. nºs 40 e 45, às págs. 275 e 292 da obra do marquês de Funchal, *O Conde de Linhares*.

"satisfação correspondente a este insulto". Essa carta era datada de Santa Cruz em 20 de fevereiro de 1814 e da mesma carta era o primeiro ofício de Strangford a seu Governo, referindo as suas cordiais conversas com o príncipe acerca do regresso a Lisboa.

Seguiram-se outros ofícios, sobretudo o de 21 de junho, revelando todos excelente estado de relações entre el-rei e o diplomata, muitíssimo difícil de conciliar com a carta publicada por Melo Morais, de cujos termos, aliás tão peremptórios, não resultou a satisfação pedida, que só poderia ser a retirada imediata do ministro. Há pois motivos para duvidar da "importância" desse documento, desde que não há prova de ter sido enviado ao seu destino e pode talvez ser apenas minuta não aproveitada. Hipólito também apresenta Strangford como irrefletido, quiçá impulsivo e fácil em ameaçar; por isso punha em dúvida a veracidade das suas informações acerca dos desejos do príncipe. Mas não tinha razão, porque o marquês de Aguiar as confirmava.

Ao demais, quanto às disposições de d. João para voltar à Europa, nas quais o diplomata acreditou, há ainda outro elemento comprobatório. No correr de 1814, o visconde de Santarém, intendente do príncipe em Lisboa, recebeu ordem de ativar o acabamento do palácio da Ajuda, mobiliá-lo e tê-lo pronto, de fevereiro do ano seguinte em diante, de modo a poder alojar a família real. As obras foram encetadas com ardor, chegando-se a elevar a mais de quinhentos o número dos operários. Esse fato foi comunicado a Viena pelo cav. de Lebzeltern, ministro da Áustria.[15]

A presença da esquadra na baía do Rio incomodava d. João; Beresford teve de voltar sem mais demora.

Não faltava quem considerasse impertinentes os conselhos da corte da Inglaterra e sustentasse quem ao soberano cabia decidir por si só onde convinha estar a sede da Monarquia. Mas se em príncipio esta era a verdade, nem por isso um aliado ficava privado de aventurar a sua opinião a tal respeito. Era até seu dever. A questão não podia ser encarada sob o aspecto regional, particularmente simpático ao Brasil. A família real aban-

15 Of. de 23 de dezembro, copiado em Viena nos Arquivos do Estado.

donara a capital secular dos seus estados por considerar a sua permanência ali prejudicial à sua causa; mas havia prometido voltar.

O Brasil tinha sido elevado à categoria de reino e era natural que não quisesse nem devesse retrogradar a condição inferior; ao demais, alegava-se que os movimentos de independência, produzidos nas colônias espanholas da América do Sul, davam inquietação acerca do destino desta parte da monarquia, cuja tranquilidade cumpria cautelar. Mas também, por outro lado, não era possível, ou era sumamente perigoso, deixar Portugal sem assistência dinástica, diminuído em sua situação tradicional e legendária. Daí a necessidade imprescindível de voltar o príncipe regente ou mandar seu filho. É preciso considerar que os aliados propunham qualquer dos dois alvitres; portanto não era para ter d. João mais perto de si e poder fazer-lhe exigências, difíceis de desatender por causa da sua débil posição no Velho Mundo, conforme se presumia.

Seria fácil, pois, ir em seu lugar o príncipe herdeiro, o qual nada por si só poderia decidir. Aliás, nem sempre o fato de estar longe punha d. João ao abrigo de sofrer duras exigências e a elas submeter-se. As vantagens da distância não lhe serviram para resistir.

Foi no Rio de Janeiro que em maio de 1810 Strangford lhe representou em nome do seu Governo acerca da necessidade de compor a regência de Lisboa, de maneira a inspirar a S. M. B. e ao povo inglês "confiança proporcional aos esforços e auxílios por eles despendidos para defender a segurança de Portugal". Das medidas então propostas, só recusou decretar a convocação das Cortes, sob o fundamento de que o povo, por confiar no seu soberano, não poderia ter tal desejo, e, mais ainda, por serem as Cortes constituídas de modo a não o poderem fazer bem algum e sim anarquias e intrigas. Mandou, porém, admitir o ministro inglês em conselho, como membro do Governo, quando se tratasse de negócios militares e da fazenda, matéria a respeito da qual tudo lhe deveria ser comunicado, e também nomear o vice-almirante Berckeley almirante do Reino, encarregado, com auxílio de oficiais portugueses, da real escolha de dirigir todos os negócios da marinha.

A Europa entrava mum momento decisivo para as potências. Após o estado de guerra, que a agitara desde a Revolução Francesa, ia passar a uma fase de reorganização, até remodelação dos estados, atingindo de

perto os interesses de todas as nações. Era evidente a inconveniência de estar tão longe um dos sobernos empenhados nesses problemas, cuja palavra não podia ser esperada meses e meses para solverem-se questões onde seu voto fosse para ouvir. Se não viesse, só ele poderia perder, como por fim perdeu; os seus próprios negócios teriam de ser tratados e resolvidos à sua revelia.

A inferioridade a que Portugal era submetido nas alianças contra Napoleão, parecia reduzi-lo à situação de país abandonado. Ninguém entrava na guerrra sem pactuar condições, os sacrifícios a que se sujeitava, as vantagens que obteria. Tendo apenas 2.826.000 habitantes e em armas exército muito inferior ao português, a Suécia foi requestada para cooperar na campanha. Entrou sabendo que receberia subsídio destinado ao pagamento das tropas, de cujo comando o príncipe não abria mão, e teve segurança de após a vitória a Dinamarca ser coagida a ceder-lhe a Noruega. Portugal, com 3.559.000 habitantes, nada tratou preliminarmente. O exército inglês entrou-lhe no território como em casa própria e deu-lhe às tropas nacionais a categoria de forças auxiliares, sob o comando geral de um general inglês. O subsídio para pagá-las foi concedido espontaneamente, porque nem a isso a Inglaterra se obrigara; além de tudo, Wellington teve voto no Governo. Quando terminou a campanha, os ingleses vitoriosos entraram em Lisboa e a sua esquadra tomou a esquadra ali refugiada, apesar de Portugal não estar em guerra com a Rússia. Levada para a Grã-Bretanha, foi a presa considerada em depósito, para ser restituída dentro de seis meses após a conclusão da paz entre S. M. B. e o Tzar. Formou-se então novo governo, do qual o ministro inglês fez parte, nos termos de arranjo obtido por Strangford.

Os oficiais ingleses tinham tal ideia do abandono de Portugal por seu soberano que um deles, o general Murray, após a derrota do exército francês, abalançou-se a concluir para a repectiva retirada uma convenção afrontosa dos brios portugueses, a qual chegou a levantar indignação na própria Inglaterra. Por esse ajuste, assinado a 30 de agosto de 1808 e conhecido na história pelo nome de conveção Cintra, as praças e os fortes do Reino, que os franceses teriam de abandonar, seriam entregues ao exército britânico. Não se declarava que a entrega seria momentânea, e destarte até os fortes de Lisboa passariam a ser ocupados pelos ingleses. Os vencidos retirar-se-iam com todas as honras da guerra, levando armas e bagagens,

não considerados prisioneiros, seriam transportados à França e lá chegando teriam liberdade de servir. Toda a artilharia de calibre francês, com sessenta cartuchos para cada peça, com cavalos e carros, bem como abastecimento e as outras suas propriedades, caixa militar, carruagens, hospitais de campo, tudo lhes seria entregue; a cavalaria embarcaria conduzindo os animais. Esses cavalos, esses mantimentos, tinham sido tomados aos portugeses, e o vencedor, apossando-se do país, entregava-os ao inimigo. A convenção garantia aos dilapidadores as dilapidações que tinham feito, pois autorizava-os a vender as suas propriedades particulares com garantia no futuro para o comprador. Todos os roubos ficavam desse modo acobertados. O que os franceses não levassem, os ingleses tomariam; em matéria de restituição não se falava em exército português; a cláusula repetida era sempre "... será entregue ao exército britânico".

O general sobrepôs-se à Coroa e à nação, a fim de perdoar até os que pudessem ser convencidos de traição e cujos procedimentos só elas poderiam julgar. "Nenhum natural de Portugal", rezava a convenção, "será obrigado a responder por sua conduta política durante o período da ocupação do país pelo exército francês; e todos aqueles que continuaram no exercício dos seus empregos ou aceitaram situações sob o domínio do governo francês ficam debaixo da proteção dos comandantes britânicos; não sofrerão injúria nas suas pessoas ou propriedade, pois não ficou à sua escolha serem ou não serem obedientes ao governo francês." Esta mesma proteção foi dada aos franceses e aos filhos das nações aliadas dos franceses, os quais poderiam retirar-se dentro do prazo de um ano e levar tudo quanto possuíssem. Enquanto assim se acautelava a sorte dos inimigos de Portugal dentro do próprio território, deixavam-se ao desamparo os portugueses que se achavam na França, para onde tantos deles tinham sido levados à força.

Por honra da Inglaterra, essa monstruosa convenção produziu ali um movimento de revolta. O Conselho da cidade de Londes votou que se representasse a S. M. para exprimir "a dor e o pasmo da corporação" e pedir a abertura de um inquérito acerca dessa "desonrosa transação" e o castigo dos que tinham sacrificado "tão vergonhosamente a causa da pátria e dos seus aliados".

Foi aberto o inquérito e foram desde logo desaprovados os artigos que mais tinham melindrado os portugueses, sobretudo aqueles mediante os quais se permitia a apropriação de roubos. O governo inglês considerou tais artigos injuriosos e ofensivos ao príncipe regente.

Nomeados o general Beresford e o tenente-coronel Proby comissários para executar o ajuste, pôde-se ver então até que ponto Portugal era sacrificado. Os franceses estavam vendendo e preparando para embarcar propriedades roubadas de grande valor. Quarenta mil libras esterlinas e prata das igrejas, já derretidas, resultado das contribuições da guerra, estavam em mãos de administradores franceses e iam ter igual destino. Tinham sido retirados do Erário 25.000 libras esterlinas para as caixas militares; dos armazéns públicos haviam saído mercadorias na importância de 16.000 libras, para aprovisionar as tropas e pagar as dívidas. O general, chefe do exército inglês, opôs-se à consumação desses fatos, originários de desgraçada convenção, que ainda se procurava justificar, alegando nunca se ter imaginado a hipótese de a título de caixas militares pretenderem os franceses carregar dinheiro dos cofres públicos e deixar de pagar dívidas líquidas e certas. Por fim, a propriedade roubada foi restituída; a prata das igrejas não foi retomada, mas empregou-se em pagamentos e ficou no país; as vinte e cinco mil libras só voltaram ao Erário após grande resistência. Foi preciso deter durante alguns dias a segunda divisão e o próprio Junot.

Até em seu território, até em sua capital, a nação estava reduzida a tragar o fel dessas humilhações. Também lá fora, onde se apuravam os desastres da guerra e se dividiam os despojos dos vencidos, a sorte não lhe era mais propícia. Nem da conferência de Paris, nem do Congresso de Viena resultaram compensações para o sangue derramado pelos portugueses. Durante a guerra, uma expedição tinha tomado Caiena aos franceses. O interesse da França, acobertado com os interesses da paz geral, prevaleceu sobre o de Portugal, forçado a restituir no curto prazo de três meses, sem retificação do tratado pelo príncipe regente, o território reavido com tantos sacrifícios. O príncipe estava muito longe para que dele as potências se inquietassem. A Inglaterra pactuou por si e seus aliados, enquanto tudo quanto era de interesse particular das demais potências era por ela decidido em artigos separados. Entretanto a administração portuguesa, entregue à capacidade política do brasileiro João Severiano Maciel da Costa, o futuro

marquês de Queluz, mereceu louvores até de um francês da colônia e nestes termos tão precisos: "Os conquistadores trataram o país com resguardos que formam singular contraste com os usos e costumes da administração francesa, que lhes sucedeu. O sequestro dos bens dos ausentes foi a única medida de rigor que eles lhes fizeram experimentar. Fora disso, em sua administração nada houve de hostil contra a colônia e antes a verdade nos obriga a reconhecer que seus interesses gerais nunca foram melhor apreciados. A ordem, o desinteresse, a economia presidiram aos atos dos agentes do governo do Rio de Janeiro."[16]

Causava espanto ver o príncipe de Orange, que nada tinha feito pela causa comum, receber Flandres como presente de festas, e Portugal não lograr reaver Caiena nem Olivença.

A história dessa cidade era um triste episódio de logros repetidos. Conforme já se viu, a Espanha, por assim haver pedido, tinha sido auxiliada por Portugal na guerra contra a França, de 1793 a 1794, e depois, sem nada dizer ao seu aliado, fez a paz com o inimigo. Ficou Portugal com as relações rotas com a França e a tentar esboços infrutíferos para restabelecê-las. Em 1801 a França instigou a Espanha a invadir Portugal sem motivo plausível. A guerra só cessou pelo tratado de Badajós, mediante o qual a fronteiriça Olivença foi arrebatada ao seu dono e passou a constituir um ângulo reentrante em seu território. Estando ambos os reinos em paz, resolveu Napoleão inimizá-los; assinou com Godói, o célebre príncipe da Paz, o Tratado de Fontainebleau, dividindo o território português em benefício da França e da Espanha; tropas dos dois países invadiram Portugal; travou-se a guerra; duas vezes Olivença foi tomada aos franceses e ficou na mão dos portugueses. Essa guerra rompia o Tratado de Badajós.

Mais tarde, a Espanha voltou-se para a Inglaterra com o intuito de repetir o domínio francês. Apesar da situação precária em que se achava, pactuou condições e, devido a conveniências das operações militares, logrou pôr de novo o pé em Olivença, sob fundamento de ter os mesmos fins de Portugal na aliança contra Napoleão. Surgiram protestos da parte dos portugueses, mas Wellington sossegou-os, alegando considerações de

16 Vignal. *Coup d'oeil sur Cayenne*, cit. por Varnhagen, *Hist. Geral*, II, pág 1102.

momento e prometendo intervir decisivamente no fim da guerra para fazer triunfar a pretensão de Portugal.

Essas promessas tiveram por cumprimento o ilusório compromisso, assumido em Viena pelas potências, de empregarem todos os esforços para a restituição daquela comarca, que nunca mais se efetuou.

Todos esses desastres concorriam para exacerbar os desgostos do povo por causa da ausência do soberano. Em 1817 a impaciência chegava ao seu auge e começou-se a falar em mudanças de dinastia. Olhava-se para o duque de Cadaval como capaz de substituir o monarca, que Portugal cansava de esperar.[17]

Um dos argumentos para excitar o espírito de revolta era a situação do país, dominado pela influência inglesa. Beresford era apontado como uma espécie de procônsul romano e contra ele facilmente levantavam-se ódios. Não faltavam motivos para conspirar; a língua solta dos descontentes já deixava perceber que havia algo em começo. O Governo e a polícia, porém, nada sabiam. Dois dos promotores da conspiração obravam motivos por sentimentos de vingança contra o marechal Beresford, a quem atribuíam terem sido privados de progredir na carreira militar. O marechal aliás não tinha sido causa desses prejuízos, resultante de atos de justiça. Seus agentes insinuaram-se entre os conjurados, instigaram-nos, como fazem os espiões no afã de lograr resultados das suas diligências. Dentro em pouco tempo a trama ganhava consistência.

---

17 Em carta à regência, ainda em função na capital, escrevia a Junta do Porto que se haviam formado e iam engrossando três partidos, sendo projeto de um deles "derribar do trono o Adorado Soberano para lhe substituírem o chefe de uma ilustre Casa portuguesa." A casa de Cadaval provinha de d. Álvaro, quarto filho de d. Fernando I, segundo duque de Bragança. A princípio tinha o título de duque de Ferreira; o de Cadaval lhe foi dado por d. João IV, fundador da dinastia de Bragança, em recompensa dos serviços prestados às causas da sua elevação ao trono e da restauração do reino, submetido à Espanha. O jovem duque de Cadaval era filho de uma irmã do duque de Luxemburgo, o qual foi mandado ao Rio, como embaixador do rei de França, e de volta à Europa levou seus parentes, que se achavam na corte de d. João VI, com quem tinham vindo. A nau que os trazia arribou à Paraíba, donde passaram à Bahia. Poucos dias depois de aí chegarem, morreu o duque. Ainda após o malogro da conspiração de 1817 falava-se em Cadaval para soberano e muito se esperava do seu casamento, celebrado em 1820 com uma filha do duque de Lafões.

Era preciso um nome para inspirar confiança; um chefe capaz de levantar a tropa. O general Gomes Freire prometeu pôr-se à frente da revolução, no caso de formar-se partido assaz forte para dar-lhe corpo. Havia em torno dele uma auréola de bravura e quiçá de popularidade, apesar dos motivos que deveriam existir para o não estimar. Pelo lado paterno pertencia à família do conde de Bobadela, e pelo materno pertencia a família de Viena, cidade onde nasceu e fora educado. Serviu no exército do seu país de nascimento, como no da Prússia e da Rússia. Neste último sua reputação militar ganhou relevo por atos de audácia em campanha e por prêmios recebidos da imperatriz Catarina; mas em Portugal só uma vez comandara, na guerra contra a Espanha em 1801, e não fora feliz; teve de retirar-se, outros diziam de fugir.

Quando Junot invadiu o reino, formou um corpo de exército com os elementos mais capazes, a quem queria afastar do país, e enviou-o para a França. Gomes Freire a ele pertencia e nele foi servir à causa do conquistador de Portugal e bater-se contra a Áustria, onde nascera e contra a Rússia e a Prússia, que há tempos o tinham acolhido em seus exércitos. Sete anos combateu por Napoleão até a sua queda.

Anistiado, a lenda da sua bravura, a despeito de tudo isso, reacendeu as simpatias públicas a seu favor; em 1817 havia quem o quisesse para chefe de uma revolução destinada a regenerar o país. Tanta gente tinha servido ao invasor...; ao menos ele servira longe de Portugal, concluiria assim a lógica volúvel do povo.

O plano primitivo dos conspiradores era esperar a ausência de Beresford, cuja viagem à Inglaterra estava marcada e fazer a sedição irromper; mas ciente de quanto se passava, Beresford desistiu de partir. O plano foi então alterado e passou a consistir na prisão das autoridades civis e militares e formação de um Governo provisório. Enviavam-se emissários às províncias com cartas credenciais, instruções para os partidários e proclamações para serem espalhadas no momento oportuno. Em Lisboa choviam pasquins contra o marechal; a regência, que o não via com bons olhos, deixava-os circular.

Quando Beresford considerou a conjuração bem definida, denunciou-a ao Governo, que só entrou em cena e prendeu os implicados. Realizados os seus intuitos, retirou-se para Caldas, donde só voltou para

impor disciplina a cinco batalhões, com ordem de partir com destino a Pernambuco e cujos soldados estavam desertando às dezenas. Seguiu-se um desses dramas terríveis das épocas de intolerância e pavor.

O processo foi levado a termo em segredo da justiça e os advogados tiveram apenas cinco dias para examiná-lo. Só a sentença final revelou todas as iniquidades do julgamento. Nenhuma testemunha depôs contra os réus, cuja confissão aliás estava feita. Levantou-se, porém, a suspeita contra a espontaneidade dos depoimentos. Imaginava-se que o tivessem extorquido por meio de ameaças ou promessas, quiçá de tormentos. Tal dúvida resultava do emprego ignominioso das inquirições em segredo.

O fundamento da condenação consistia na existência de um projeto de substituir por outro o Governo instituído pelo Soberano. Um dos réus, aquele que atraiu Gomes Freire, declarou haver o plano de convocar as Cortes para escolherem um rei constitucional. Mas Gomes Freire, que seria a cabeça da revolução, declarou que queria conservar o reino para o monarca. Entretanto com o fim de punir de morte, morte horrível, a todos os conspiradores, a sentença baseou-se no crime de lesa-majestade e parecia elevar Beresford à categoria pelo menos da pessoa real, quando alegava haver contra ele, na projetada proclamação, expressões sacrílegas. Todo o crime consistia em palavras, em projetos políticos; não houvera começo, nem sequer plano de execução. A sentença era tanto mais revoltante quanto tinha sido para notar a benignidade com que os juízes trataram os traidores e criminosos de lesa-majestade, tão abundantes durante a invasão francesa. Foram então raríssimos os condenados à pena última e a ela escaparam os protegidos por ligações de família com os poderosos de Lisboa ou do Rio.

Ninguém poderia desconhecer com justiça os serviços de Beresford. Quando em 1809 ele assumiu o comando do exército, pode-se dizer que este pouco ou nada valia. Campeava nas fileiras a mais escandalosa insubordinação; não havia respeito a autoridade alguma; os soldados insultavam os oficiais; generais eram assassinados e corpos inteiros atacavam-se como inimigos irreconciliáveis. Faziam-se as promoções habitualmente por motivos de nascimento e proteção. Nesse particular os abusos tinham chegado a tal ponto, que segundo o cálculo feito por jornais de Lisboa,

na guerra contra os franceses figuravam três generais, cuja idade reunida subia a duzentos e quarenta anos, enquanto os seus respectivos ajudantes de ordens, em numero de seis, contavam todos juntos noventa. Bastava ser fidalgo para ser arvorado em militar. O Brasil teve capitães-generais que só de nomeados vestiram farda marcial.

Beresford pôs cobro a esses abusos, elevou os oficiais conforme as suas provas de capacidade, e desse destroço de tropa levantou um exército, que conduziu à vitória e a cuja frente, para levantar-lhe o ânimo em começo de desfalecimento, ao ponto de pôr em risco a sorte de uma batalha, expôs-se tanto até ser gravemente ferido. Terminada a guerra, porém, a paixão dos negócios interiores foi pouco e pouco esquecendo esses serviços. Era franca e aberta a luta entre o marechal e os governadores do reino. Contra a vontade destes, partiu ele para o Rio a fim de pedir providências ao rei. Negaram-lhe passagem a bordo do navio que levava a expedição destinada a Montevidéu; recusaram-lhe tomar como ajudante de ordens o conde de Vila Flor e não lhe aceitaram a proposta de um general português para substituí-lo interinamente. Contudo, a maior parte do exército ainda o prezava e mostrou-lhe o seu agrado antes da partida.

As maiores queixas eram pela ausência do d. João; o grande mal era o abandono do trono, vazio do soberano ou de alguém da sua estirpe. Os militares pareciam esquecidos e ainda não tinham recebido insígnia alguma pelos serviços da guerra, quando entretanto já estavam condecorados todos quantos tomaram parte na expedição ao Rio da Prata.

Por motivo do casamento da princesa Maria Teresa com o infante d. Pedro Carlos, publicara-se grande lista de promoções e graças em favor de pessoas do Brasil, sem nela se contemplar ninguém de Portugal, onde tanta gente derramara sangue e sacrificara bens em defesa da pátria. A ausência do rei gerava o mal-estar, a que não era estranha a incrustação de um general estrangeiro no aparelho do Governo. Na guerra o seu concurso fora precioso, na paz começava a ser importuno. Mas ele voltara do Brasil ainda mais poderoso e tratava de prolongar o seu poder, até libertando-se por qualquer meio daqueles que o procuravam anular.

Hipólito, em cujo jornal os serviços de Beresford foram sempre proclamados, rendeu-se à fatalidade dos fatos e aconselhou que lhos pagassem; mas, se para obedecer-lhe, era necessário enforcar tanta gente,

tornava-se preferível mandá-lo voltar em paz à sua terra e nomear chefe do exército um general português. Aliás, escrevendo deste modo, o *Correio brasiliense* apenas reproduzia um conselho do *Times*. Chegando o ódio, justa ou injustamente desenvolvido contra o marechal, ao ponto de exigir castigos tão duros, dizia o grande órgão da imprensa inglesa, é melhor que ele regresse à Inglaterra e deixe os portugueses em paz.

Oito réus foram condenados a perecerem na forca, a serem decapitados, e a cabeça e o corpo reduzidos a cinzas, para tudo lançar ao mar. Quatro tiveram a mesma sorte, menos a queima dos corpos. Um foi degredado para sempre e teve todos os bens confiscados; para outro o degredo não passou de dez anos e limitou-se o confisco à metade dos haveres. Um estrangeiro foi expulso do reino. Os primeiros eram um general, um coronel, um major, dois capitães e três alferes. Antes de ser publicado e submetida ao rei, a sentença foi executada.

O suplício de Gomes Freire realizou-se do outro lado do Tejo, em frente à fortaleza de São Julião, aonde o entregaram à guarda de um oficial inglês. Desde a madrugada, ele estava fardado de coronel, posto a que subira quando tinha apenas trinta anos. Mandaram-no porém despir o uniforme, vestir a alva dos condenados e marchar descalço até o patíbulo, logo devorado pelo fogo, de envolta com o seu corpo.

Nem tamanha crueldade pôde evitar a revolta que se agitava no fundo das almas. Muitas consciências indignaram-se e desde então algumas delas voltaram-se com afã a vingar os condenados e a criar um poder para quem se pudesse apelar, quando o rei estava tão longe, insensível a todas as súplicas, indiferente àquele abandono, medroso do mar, desconfiado do filho, cuja presença era rogada para mitigar tantas mágoas.

Quatro anos depois, ele seria forçado a voltar, curvar-se a esse novo poder empenhado em humilhá-lo; com a sua aquiescência seriam celebradas solenes exéquias por aquelas vítimas, aonde por ordem suas os músicos da real capela viriam cantar e tocar, para dar maior realce a este ato, mais político que religioso.[18]

---

18 J. M. Pando. Enc de Neg. de Esp. Of. 24 out.1821. *Docs*. cits., pág. 35.

. . . .

Capítulo IX

SOMBRA DE REI

Os TRÁGICOS acontecimentos de Portugal deram ensejo a renovar-se a pressão da Inglaterra, agora ajudada pela Áustria, no sentido de decidir d. João VI a voltar para Lisboa ou ali fazer-se representar pelo herdeiro da Coroa. Por seu lado rogavam os portugueses no mesmo sentido, desde os membros da regência até os súditos mais obscuros. Participando da execução de Gomes Freire e seus companheiros, os governadores do reino acham o momento propício para de novo pedir-lhe que regressasse. Já antes, ao comunicar-lhe que seria aclamado rei a 7 de abril desse mesmo ano de 1817, idêntica súplica era feita com misto de mágoa e quase censura: "Não devemos, porém, Senhor, ocultar a Vossa Majestade, por nossa honra e obrigação, o descontentamento de todos os seus fiéis vassalos pela demora de vossa majestade no reino do Brasil, depois dos extraordinários sacrifícios e heroicidades que fizeram para conseguir a salvação da monarquia e a pronta restituição de Vossa Majestade à antiga sede da mesma. Este descontentamento tem-se aumentado agora nesta cidade e se aumentará em todas as terras destes reinos com a mesma notícia da celebração de tão solene ato fora dele, porque tira ou retarda muito as nossas esperanças.

"E todos suplicamos a Deus Nosso Senhor inspire a vossa majestade que se compadeça da necessidade que temos de sua augusta presença nestes reinos para a conservação dos mesmos e nosso amparo, e se digne pela sua misericórdia dispor tudo de maneira que vossa majestade possa vir com toda a brevidade."

D. João não se doeu destas palavras, escritas com vinagre e fel, onde todo o azedume e toda a amargura de um povo, abandonado por seu chefe, mal se dissimulavam sob a hipócrita doçura das formas cortesãs. Elas deixavam perceber a alusão da fuga da família real e da corte para porem-se ao abrigo da invasão inimiga, cujo tropel as enlouquecera de medo. Os fidalgos que haviam ficado tinham-se humilhado diante do conquistador e ido em bando a Bayonne pedir-lhe novo rei. Só o povo tivera fé na reconquista do solo, já retalhado e distribuído aos espanhóis; só o povo suportara tantos sofrimentos, até poder dar mão forte aos ingleses, em cuja aliança encontrara auxílio para expelir o inimigo e salvar o trono deserto. Tais palavras deveriam queimar as faces do monarca e decidi-lo logo e logo a partir ou a mandar o herdeiro da Coroa. Mas nem d. João teve a coragem de fazer-se ao mar, cuja imensidade e fragor o apavoravam, nem teve a nobreza de confiar no filho, cuja audácia o inquietava. Continuou imóvel, exposto à fatalidade dos acontecimentos, que o viriam um dia compelir a obrar, como devera livremente fazer.

De onde a imprensa era livre e por ela podiam clamar, os portugueses suplicavam. *O investigador*, publicado em Londres, lembrava-lhe que "os povos dos seus reinos de Portugal e dos Algarves eram seus filhos primogênitos". Se o destino da monarquia obrigava-o a estar separado deles, "eles ao menos desejavam ver entre si uma imagem viva do seu adorado soberano e queriam ser reino não só de nome, mas de realidade e de fato". Diplomatas e escritores estrangeiros juntavam-se a esse coro de aflitos. Em sua obra *Le Congrès de Vienne* escrevia o abade De Pradt: "Lisboa pede ao Brasil que lhe encerre a viuvez."

Ouvindo o rei dizer-lhe que parecia ingratidão de sua parte abandonar o Brasil e particularmente o Rio de Janeiro, onde tinha sido acolhido com tanto respeito e carinho e encontrara todos os cabedais necessários para a sua subsistência e toda a família real, exatamente

quando já não precisava desse auxílio, atreveu-se o ministro de Espanha a retorquir-lhe que também não lhe deviam fugir da memória as provas de amor inalterável e fidelidades dadas por Portugal, especialmente Lisboa, onde para salvar-lhe a Coroa, os seus vassalos tinham não só sacrificado os próprios interesses mas exposto a vida, perdida por muitos deles heroicamente no campo de batalha. Seria para aqueles povos demasiada provação chegarem a convencer-se de alimentar S. M. o pensamento de lá não voltar.[1]

Até os súditos mais humildes ousavam mandar através dos mares queixas repassadas de franqueza. Um "vassalo fiel a S. M. e à Santa religião de Jesus Cristo e que até o presente não tinha cometido crime algum contra S. M. nem contra o próximo"; além disso, "o mais humilde escravo, muito amante de seus soberanos, apesar de graça alguma deles havia recebido", pois não tinha "senão a Divina Graça de Deus"; conquanto não fosse, "homem de sabedoria", e apenas soubesse, "as primeiras letras não muito bem, tomava o atrevimento [e disso pedia perdão] de expor na real presença de S. M.", verdades palpáveis, talvez caladas ao trono, na esperança de que, "conhecendo-as e tendo conhecimento de como se achava o reino, el-rei cumprisse com sua real palavra de 26 de abril de 1807 com a brevidade possível voltar" a Lisboa, "que tão carinhosamente criou a sua majestade".

Desfiava então um rol de desgraças, das quais a primeira citada era a conjuração de 1817, "que se chegasse a realizar-se acabaria de todo o Reino" e "tudo isto ia sucedendo pela falta de presença de S. M.". Depois vinha referência a outro anterior, a invasão francesa, que "deixara o país desolado, e destruído, e roubado"; entretanto "a lealdade dos bons portugueses sacrificou tudo para o salvar e entregá-lo nas reais mãos de S. M.". Sabia esse homem rude como haviam procedido depois da paz os outros soberanos, que tinham sido obrigados a abandonar os seus estados e atiravam ao seu rei estas palavras vãs, onde pareciam misturar-se humildade, amargura e remoque: "E parece que depois de estar salvo como esta, devia V. M. tornar para ele, a exemplo dos mais monarcas que estavam nas más

1 Andrés Villalba. Of. em 11 de abril 1817. Docs. cits., pág. 139.

circunstâncias de V. M. que voltavam para a sua primitiva residência. (Só nós o merecemos a Deus.)"

Para ir de encontro às vacilações de d. João, por cautela ajuntava: "Não digo que venha V. M. para este reino, por ora, por causa de algumas urgências atuais, que exigirão a estada de V. M. nesses estados, mas pode remediar-se este mal com a vinda do Sr. Pedro e sua amável esposa para este reino, e deste modo ficaremos todos contentes, por termos em nossa companhia um pai que sempre nos há de tratar melhor que padrastos; e isto Sr. é muito preciso que assim seja, por que de outra forma, todos vivem descontentes, e não falta quem diga que V. M. nos quer abandonar, isto depois do reino exaurido de todo."[2]

Não eram somente as potências da Europa e os governadores de Portugal que viam e indicavam a única solução para tomar naquela crise da Monarquia; era também o povo, pela voz erguida até das suas camadas mais profundas, onde reside o bom senso salvador, o instinto defensivo dos interesses coletivos, voz de aviso e advertência benfazejos, quando ouvida pela sabedoria dos governantes; sinal de perdição e ruína, quando menosprezada pela teimosia ou ignorância dos incapazes, a quem circunstâncias desastrosas entregam às vezes o governo das nações.[3]

A conspiração de Lisboa dava ensejo de renovarem-se as diligências da Inglaterra, que havia conseguido juntar aos seus esforços os da

---

2 *Docs.* cits., vol. I, pág. 5. Carta em 13 de maio de 1818, aniversário natalício de D. João VI.

3 Quatro anos depois, em 1821, em resposta a um folheto, em língua francesa, aparecido no Rio de Janeiro com o intuito de justificar a permanência da corte no Brasil, escreveria o autor de um opúsculo, editado na Bahia: "E que repetidas instâncias não fez Portugal depois da paz geral, para S. M. voltar ao reino! Que mensagens lhe não enviou! Que patéticas falas lhe fez ouvir! Porém sua majestade não foi servido prestar-se aos seus votos: e talvez a sua ausência desse motivo urgentíssimo para esta nova ordem de coisas." Não é pois a revolução de Portugal obra de democracia; mas efeito necessário de repetidas vexações da regência, vexações de toda espécie, que pouco a pouco foram apurando a paciência até enfim procurar remédio para atalhar a carreira dos nossos males. Não lançamos contudo à mão remédios exóticos desconhecidos entre nós, porém lembramo-nos de suscitar aquela forma de governo que presidiu a ereção da monarquia, e debaixo do qual fomos sempre felizes. – *Exame analítico-crítico da solução da questão, etc.* Bahia. Tip. da Viúva Serva e Carvalho, pág. 42.

Áustria, por intermédio da embaixada enviada ao Rio para anunciar o casamento do príncipe real e acompanhar ao Brasil a arquiduquesa Leopoldina. Antes disso, o gabinete de St. James empregara meios para decidir Francisco I a adiar a partida de sua filha, sob o fundamento da crítica situação "do Brasil, onde rebentara a revolução de Pernambuco".[4]

Também Carlota Joaquina, ansiosa por ver-se fora do Brasil, pedira ao irmão, o rei de Espanha, que obtivesse do Imperador o adiamento dos esponsais, até a sua volta para a Europa. O irmão recusou-se atendê-la pela forte razão de tudo já estar decidido para época próxima, até a viagem da arquiduquesa.[5]

Eram tais as prevenções contra a insistência do governo inglês que nos círculos oficiais do Rio, não sem algum fundamento, se considerou a conspiração descoberta em Portugal como fomentada, ou ao menos exagerada pelo partido inglês, com o intuito de acelerar a volta da corte. D. João recebeu muito mal o general Jurumenha, portador de despachos, ajudante de campo e favorito de Beresford. Toda gente evitava o desgraçado. Chegou-se ao ponto de aconselhar ao rei a substituição do marechal inglês por um general e arquiduque austríaco; mas nem o monarca, nem o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, disseram nesse sentido uma só palavra ao barão Neven, chegado ao Rio desde julho. Contudo, sempre que o recebia, falava-lhe d. João "das intrigas e do egoísmo dos ingleses".[6] Ainda

---

4 O cônsul inglês comunicou ao enc. de neg. da Áustria, barão Neven que o lorde Castelreagh incumbira ao lorde Stewart de pedir audiência especial ao imperador para tratar deste assunto e d. João VI disse ao mesmo barão que muito o penhorara a resposta de Francisco I ao embaixador inglês. Este respondera que "tendo sua filha se tornado portuguesa pelo casamento, estava à disposição do rei de Portugal". (Of. de Neven a Metterrnich em 30 de agosto e 14 de novembro de 1817.) El-Rei tivera comunicação do ocorrido pelo ofício dirigido de Livorno por Marialva ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 31 de julho de 1817. O mesmo contentamento, patenteado a Neven, mostrou o monarca ao ministro de Espanha, a quem referiu o que se passara em Viena, acrescentando a declaração de ser muito agradecido aos ingleses por tudo quanto tinham feito em seu favor, mas não admitiria que se intrometessem em tudo – *Docs. cits.*, pág. 141. Of. de 15 de nov. de 1817.

5 Carta de Fernando VIII a Carlota Joaquina, datada de 20 abril 1817. Arq. do cast. d'Eu.

6 Of. de Neven a 30 de agosto.

meses depois, no fim do ano, o embaixador von Eltz informava a Metternich que o rei e também o público se mostravam muito irritados contra os ingleses.

Neven tinha previsto que a conspiração de Gomes Freire determinaria a Inglaterra a renovar a sua ação para decidir el-rei a volver a Lisboa. A 2 de agosto escrevia ele a Metternich: "Esse acontecimento levantará de novo sem dúvida a questão do regresso da Corte ou ao menos do infante d. Pedro a Portugal. O rei não gosta de Lisboa e tem medo do mar; mas a rainha e os portugueses, que vieram com a corte, desejam voltar à Europa."[7]

Pouco tempo depois, Chamberlain, cônsul e encarregado dos negócios de Inglaterra, procurava-o para propor-lhe obrarem juntos nesse

---

7 Esse foi sempre o desejo de Carlota Joaquina; para realizá-lo, ela empregou todos os meios, entre os quais a alegação do seu estado de saúde, que realmente era precário. Apenas meses após a sua chegada ao Rio, logo a 3 de janeiro de 1809, escrevia ao seu intendente João Santos, comunicando estar sempre doente, sendo duas vezes à morte: "Já levei cinco cáusticos e já estive cinco vezes ao fumeiro feita chouriço; mas agora já estou curada ao fumo, estou capaz de resistir mais, ainda que neste país não se resiste nada, porque até as carnes em saladas não duram nada, logo apodrecem." (No arq. do cast. d'Eu.) Em dezembro de 1812 escrevia a Presas, comunicando-lhe que no mês de maio fora vitima de um ataque de peito, do qual esteve para morrer e donde lhe ficara "bom princípio de física"; em agosto ainda tinha febre todas as tardes e de madrugada abundavam suores acompanhados de dor no peito, escarros de sangue, rouquidão e fraqueza geral. Por tudo isso, estava sendo tratada pelo médico Corcovado e achava-se na chácara do abade dos beneditinos em Botafogo, cujos ares a tinham posto melhor (Presas. *Op. cit.,* pág. 225.) Dando ao seu governo a impressão de que Portugal ansiava pela volta do soberano, comunicava o ministro da Áustria em Lisboa, a 23 de dezembro de 1814, ter informação de acharem-se d. Carlota e a filha d. Maria Teresa em tão mal estado de saúde, que os médicos faziam ruins prognósticos para o caso delas continuarem no Brasil. Cada vez que falava a Neven não deixava a rainha de referir-se à funesta influência do clima do Rio sobre a sua saúde, em contraste com a salubridade de Lisboa. Casaflores dá testemunho de igual sentimento. Ele acreditava, ao contrário de Neven, que toda a corte considerava Portugal parte secundária da monarquia, a qual em caso extremo deveria ser abandonada para conservar o Brasil; "tal es el sistema en el día, siendo enteramente contrario al de la Reina fidelíssima, que no crée en tal poder brasiliense y desea restituirle a Lisboa." (*Docs. cits.,* pág. 140. Of. de 17 nov.). Ainda em fins de 1818 o estado de saúde de Carlota Joaquina não era de modo algum lisonjeiro. Sua mãe escrevia-lhe de Verona a 2 de abril do ano seguinte, muito inquieta por tudo quanto a esse respeito ela lhe comunicava, principalmente os seus temores de passar outro verão no Rio de Janeiro. Sua irmã Maria Isabel respondia também em 1819 a uma carta sua que não fora escrita do próprio punho, por não lhe permitirem os seus achaques. – Corresp. no arq. do cast. d'Eu.

sentido; seu governo diligenciava obter que o imperador da Áustria decidisse d. João VI a regressar, ou ao menos, enquanto não se realizasse a sua volta, de preferência desejável, a enviar seu filho a Lisboa para aí fixar residência. Acerca deste assunto o lorde Castlereagh ter-se-ia entendido em Londres com o embaixador austríaco, príncipe de Esterhazy, cujos sentimentos eram bem conhecidos. Chamberlain convidou Neven a trabalharem de acordo junto ao Rei e a corte e mostrou-lhe quanto seria "glorioso" para ambos obterem o que até então nenhum negociador conseguira.

Tendo respondido que esperava instruções para então proceder, apressou-se o diplomata austríaco em apresentar a Metternich um quadro da situação, tal qual se afigurava. Parecia com efeito que o desgosto produzido pela ausência da corte e atiçado pelas intrigas de Espanha já constituía perigo; mas, por outro lado, o receio de perder-se o Brasil para a Casa de Bragança não era menos sério. Acreditava-se geralmente que a insurreição de Pernambuco fora "a explosão felizmente prematura de uma parte da mina, que deveria rebentar simultaneamente em todas as cidades do reino no dia da aclamação do rei, marcado para 7 de abril. O governo frustrou esse plano, adiando a aclamação para época ainda não fixada, e cortando de tal modo o fio da conspiração. Um tribunal secreto, estabelecido em março no Rio de Janeiro para julgar os crimes contra a segurança do estado, mandou prender grande número de pessoas, quase todas eclesiásticas, e encarcerá-las nas fortalezas do porto, mas nenhuma delas confessou coisa alguma, além de sua filiação a uma sociedade de pedreiros-livres".

Emigrados franceses, já contados na capital em número superior a trezentos, eram portadores dos princípios da grande revolução, que se iam infiltrando no espírito dos brasileiros.

Esses emigrados eram em grande parte artistas; mas entre eles encontravam-se pessoas de outra categoria, das quais Neven salientava o general Hogendorp, cujo nome fizera certo ruído na Europa e estava, a duas léguas da cidade, ocupado em fazer plantações de café, talvez disposto a fazer esquecer os desvios da sua vida.[8]

---

8 Tempos depois, falando em Lisboa ao ministro da Espanha, Aguilar, das más companhias do filho, citava Carlota Joaquina o nome do general holandês, secretário que tinha sido de Napoleão. – Of. de Aguilar em 22 de maio 1822.

O contato com ideias novas fazia-se também por outros meios. As relações de comércio com ingleses e gente de países republicanos, como os Estados Unidos e as províncias do Rio da Prata, facilitavam a propagação dos livros, que precederam a revolução francesa, e da obra do abade De Pradt a respeito das colônias americanas, vendida publicamente na cidade. "Tudo se afigura favorável ao desenvolvimento dessa moléstia, que durante vinte e cinco anos fez a volta da Europa e parece destinada a fazer a volta do mundo." Que viria a resultar da ação de todos esses elementos sem a vigilância de um governo forte?, concluía Neven por perguntar.[9]

A Casa de Bragança estaria talvez diante de horrível embaraço e do receio de deixar o Brasil ou então perdê-lo. Morrera, havia pouco tempo, o conde da Barca, que não alimentava ilusões acerca da prolongada

---

9 De Pradt estava então na moda como pregador de ideias novas. Tratando do início do Congresso de Troppau, reunido em fins de 1820, escrevia Metternich nas suas *Memórias*, vol. 3º., pág. 376: "Dir-se-ia que o reino dos utopistas vai em breve começar e temos de louvar-nos nos De Pradt, Benjamin Constant, Wilson e até na *lady* Jersey." A obra a que se referia Neven continuou a ter grande influência no preparo da Independência. Ainda em dezembro de 1821 escrevia o *Malagueta*, nº 2: "Agora que o abade De Pradt e outros do seu calibre são lidos com uma avidez que contrasta com a ignorância em que aqui se estava há anos, quer do autor, quer da sua obra..." Viajando no interior do país desde 1816, Saint-Hilaire espantava-se de ver quanto a influência dos enciclopedistas franceses se infiltrava nos espíritos. O ouvidor de São Paulo mostrou-lhe conhecer os filósofos do século XVIII, pelos quais o naturalista, como bom súdito de Luís XVIII, não tinha estima alguma.

Em casa do vigário de S. João d'el-Rei, a conversar com ele e um jovem padre, seu companheiro, Saint-Hilaire procurava encaminhar a conversação a respeito de coisas do Brasil; mas esses senhores desviam-no sempre para assunto da revolução francesa de que conheciam muito bem os principais acontecimentos. Até nos lugares mais longínquos de Minas Gerais encontrava gente que tinha estudado o grande cataclismo político e investigava curiosamente as suas minúcias. (*Voyage a St-Paul*, vol. I, pág. 280. *Voyage à Goyaz,* vol. I, pág. 102.) Nas *Recordações Biográficas* de seu pai, pág. 2 (Bahia, 1866) escreveu Ev. Ladislau da Silva que mestres e capitães de navios traziam de Portugal livros e folhetos semeados pelos princípios revolucionários em moda na Europa. Deles começava a nutrir-se o espírito de uma parte das classes cultas. Os jovens atingidos por essa influência eram chamados franceses. Em conversa com o guardião e outro frade do convento dos franciscanos de Olinda, no ano de 1816, notou Tollenare que nenhuma circunstância da grande revolução lhes era estranha. – *Notas dominicais*, pág. 32.

união dos dois reinos. Não havia entre eles os mesmos elementos favoráveis, como entre a Inglaterra e a Irlanda: a curta distância, os interesses comuns, o grau aproximado de civilização. Portugal ou Brasil, um deles teria de ficar em posição notavelmente superior ao outro.

Se o conde da Barca vivesse, escreveria o diplomata austríaco, contrário como era a meias medidas, sem dúvida teria aconselhado o rei a abandonar os seus estados da Europa para dar todos os cuidados ao fortalecimento e engrandecimento da potência americana. Maler dá testemunho da fraqueza dos sentimentos de Barca a este respeito. Mostrando-lhe certa vez a inconveniência de menosprezar Portugal, donde poderia resultar a sua separação, ouviu o cônsul em resposta achar-se o governo preparado para essa eventualidade, que aliás não o assustava, pois de bom grado renunciaria à Europa e tornar-se-ia americano.[10]

O conde da Barca, como Sivestre Pinheiro, como Tomás Antônio, como o próprio rei e até certo ponto João Paulo Bezerra e o marquês de Aguiar, sofriam a influência do novo meio e da separação de Portugal, tão bem interpretada por De Pradt. Já a esse tempo, predizia o famoso abade que a corte acabaria por desinteressar-se da Europa e tornar-se americana. O mesmo fenômeno haveria particularmente de produzir-se mais tarde em relação ao príncipe real. Era um caso de transplantação, ajudada pelo fato de ser feita sobre uma terra comum, porém mais nutritiva. O interesse maior passava a estar no Brasil, que tinha por si a força irresistível das coisas presentes, era a fonte principal da seiva de toda a monarquia e cujos tesouros, já não mandados para Portugal, mas consumidos no próprio país, começariam a faltar no balanço do comércio, no qual a antiga metrópole ficava com grande déficit. Esta apresentar-se-ia então nos longes da indiferença. Transportado a um país novo, onde tudo é novo para ele, no qual tudo está por fazer; onde tudo é vasto e rico; onde a natureza é grandiosa, fecunda, imponente; onde a população ultrapassa a de Portugal e por sua mistura exige atenção e cuidados contínuos, o governo não terá muito tempo de sobra para atender a um país

---

10 Maler, corresp. cit., por Oliv. Lima. *D. João VI*, vol. II, pág. 1020.

distante, que sob todos os aspectos lhe parecerá inferior ao outro onde ele agora reside.[11]

Entretanto, Neven considerava ilusória a opinião do conde da Barca acerca do amadurecimento do Brasil para pretender a substituição da metrópole. Seria preciso esperar meio século para o novo reino dar os frutos prometidos. A administração pública só de nome existia; era necessário criá-la. A seis léguas da capital começava o deserto, que levaria vinte anos para desbravar. Em vez de fundar academias e contratar artistas, seria indispensável atrair cultivadores e artífices e dar a conhecer aos filhos do país o uso do arado. Por esse caminho chegar-se-ia a estabelecer um sistema financeiro a organizar um exército nacional, pois o que havia e operava no Rio da Prata era quase inteiramente português, e a formar uma marinha eficaz para guardar o longo litoral. Cabia a Metternich decidir se convinha ao interesse da Áustria que a dinastia de Bragança deixasse o Brasil e voltasse à Europa.

No que respeitava ao desenvolvimento material do país as observações de Neven seriam oportunas por décadas de anos além. Os governantes que eram cultos, circunstância ocorrida raramente, nutriam-se exclusivamente da cultura universitária, que os encerrava no estudo das belas-letras, da filosofia e do direito e os alheava, quase todos, do estudo da economia política, proibido em Coimbra, das questões de ordem prática, atinentes à formação da riqueza e da capacidade produtiva da terra e das populações.

Ao demais, as exigências da vida de cortes, suas presunções aristocráticas e decorativas, conduziam-nos a favorecer tudo quanto pudesse concorrer para o prazer da sociedade no seio da qual viviam. Por isso, antes de difundirem as artes liberais, quando as artes mecânicas apenas começavam e o arado era desconhecido, salvo no Sul, onde rarissimamente se empregava na cultura do trigo, contratavam de preferência uma missão de belas-artes, em vez de mandarem vir bandos de mestres mineiros, de artífices e agricultores. Com a missão vieram dois surradores e curtidores

---

11 De Pradt. *Des colones et de la Révolution actuelle en Amérique*. Paris, 1817, vol. II, págs. 201 e segs. Ver-se-á adiante que de volta a Portugal, d. João VI considerará esse reino mesquinho e sentirá a falta da grandeza do Brasil, onde achava assento para um alto trono.

de peles, um serralheiro, três carpinteiros de carros, um mestre de obras de ferraria; mas ainda aí era de notar o empenho de favorecer o trabalho que mais se relacionasse com a vida urbana.[12]

A única preocupação quanto à vida rural era ter mão de obra abundante para lavrar a terra; o tráfico africano satisfazia modicamente essa exigência. Fechado o país à entrada de outros povos, reduzido Portugal a uma população de três e meio milhões de homens, a quem se abria o domínio de imensas regiões em três continentes, a escravidão tornava-se fatalmente o recurso de povoamento e exploração da parte americana. Por longo tempo seria ainda assim, e toda a fortuna do Brasil haveria de formar-se à custa da benemérita trindade constituída pelo negro, o burro e a enxada.

A abertura dos portos teria fatalmente de modificar os costumes e pouco a pouco afeiçoar a nação a novos gostos. Só depois desse grande ato ela pôde conhecer os produtos da indústria europeia, sobretudo da indústria inglesa.

---

12 St. Hilaire viu em 1820 empregar-se o arado nos Campos Gerais do Paraná. (*Voyage à Ste. Paul et Ste. Catherine*, vol. II pág. 21.) A missão artística foi contratada em Paris por Marialva no ano de 1815. Le Breton, secretário perpétuo da seção de belas-artes do Instituto de França, foi encarregado pelo governo português, sendo ministro o conde da Barca, de escolher os artistas que deveriam fundar a escola. Foram eles: J. B. Debret, pintor histórico, discípulo de David; N. Taunay, do Instituto, pintor de paisagens e de gênero; seu irmão Augusto Taunay, escultor; S. H. V. Grandjean de Montigny, arquiteto; Simon Pradier, gravador a talho doce; Francisco Ovide, professor de mecânica aplicada; Francisco Bonrepos, ajudante de escultor; Neukomm, compositor de música. A missão partiu de França em janeiro e chegou ao Rio em maio. Grandjean fez projeto de um edifício para a academia, cuja construção durou dez anos; a inauguração realizou-se a 5 de novembro de 1826. O meio era o menos propício a semelhante cometimento. Os artistas tiveram as maiores desilusões. Feita exceção da música, a corte não se interessava pelas belas-artes. Nem os fidalgos nem a gente rica possuíam quadros. Os dois Taunays refugiaram-se desenganados junto à cascatinha da Tijuca. Nicolau ficou algum tempo sem pintar, por falta de tintas, artigo escasso e de má qualidade. Arago viu a Augusto desesperado por lhe terem querido impor que transformasse uma obra de escultura para representar Camões com dois olhos, quando o fizera cego de um, conforme a verdade. Tinha ímpetos de quebrar o busto encomendado. Afonso Taunay contesta o fato sem dar as razões. Escreve Saint-Hilaire que em 1819 a Academia ainda não lograra ter um só aluno. – Arago: *op. cit.* I, pág. 115. A. Taunay, *A Missão Artística* de 1816, págs. 110, 115, 148. Saint-Hilaire: *Voyage à Ste. Francisco et Goyaz*, vol. II. pág. 21.

Desse modo, acabaria por abandonar os velhos hábitos e familiarizar-se com coisas ignoradas, ou julgadas dispensáveis. Os tecidos finos passaram a substituir os panos grosseiros de algodão, não só para as vestes, mas também para a roupa da casa, do mesmo modo que o barateamento da louça e dos talheres alteraram o modo de comer, o qual consistia comumente na apreensão dos alimentos diretamente com a mão.

Esse progresso, porém, foi perturbado pelo gosto do luxo, que a corte criou e desenvolveu pelo exemplo. O povo não estava maduro para levar tão longe a mudança apenas iniciada, saído do isolamento, precisava de tempo para a proveitosa evolução que se iniciava; entretanto, a procura de objetos de adorno criava abrutamente a necessidade de artes fúteis, em prejuízo de trabalho mais útil à comunhão, cuja riqueza se tinha de formar.

Nos primeiros dez anos de comércio com o Brasil, devido à redução dos impostos obtida pelos ingleses e à inexperiência, não só dos exportadores, como também dos consumidores, os franceses, que eram os principais concorrentes da nação favorecida, tiveram sempre prejuízo na venda das mercadorias de maior utilidade; entretanto em artigos de fantasia, como colares de pedras de vidro, realizavam quatro e cinco vezes o capital empregado.[13]

Quando a dar conta do estado de civilização do Brasil, Neven deixava a Metternich decidir se convinha ou não ao rei regressar a Lisboa, já o poderoso príncipe se tinha associado à pressão inglesa. O conde von Eltz, que acompanhara como embaixador especial a princesa Leopoldina e chegara ao Rio de Janeiro a 5 de novembro, trouxe instruções suplementares, cuja essência não ocultou a Chamberlain, para não parecer em posição equívoca, pois o lorde Castlereagh certamente as teria comunicado ao seu agente no Rio.[14] A Santa Aliança inquietava-se ao ver na Europa um trono acéfalo e exposto a ser abalado pelos males que havia vinte e cinco anos faziam a volta do continente, no dizer de Neven.

D. João era o primeiro a compreender que tal devia ser o sentimento do governo austríaco e quis prevenir as objeções por encontrar a esse respeito nas negociações para o casamento de d. Pedro. Prevendo que

13 Horace Say. *Op. cit.*, pág. 56
14 Of. de von Eltz em 6 de dez. de 1817.

Francisco I não se dispusesse a conceder-lhe a mão de uma das filhas, se toda a corte portuguesa tivesse de demorar ainda muito tempo em país tão distante, mandou transmitir a Marialva instruções confidenciais para delas "fazer discreto uso segundo as ocorrências." Deveria o embaixador assegurar a intenção, alimentada por el-rei, de voltar à Europa "logo que houvesse conseguido preservar o Brasil do contagioso espírito revolucionário que conflagra pelas colônias espanholas e outrossim, tivesse inteiramente estabelecido e consolidado o novo sistema que tinha começado a pôr em prática para o fim de estreitar os enlaces entre Portugal, o Brasil e as demais possessões da Coroa".[15]

Eram razões de molde a influir favoravelmente sobre o ânimo do Imperador, por serem de interesse da dinastia; mas a sua sinceridade haveria de ser desmentida em mais de cinco anos de protelações indefinidas. Três meses depois, o duque de Luxemburgo escrevia ao duque de Richelieu que havia no Rio a mesma incerteza acerca da volta da corte para a Europa e da sua demora no Brasil. Tinha impressionado o embaixador francês a indecisão de el-rei a respeito de todos os assuntos e a sua "intenção pronunciada de nunca terminar negócio algum".[16]

Todos os anos espalhava-se o rumor de ser possível a volta da corte, se não nos dias correntes, mais tarde, talvez meses depois, talvez no ano próximo. Em começo de 1815 escrevia a rainha a frei Bernardo Dias. "De nossa saída daqui nada por ora e antes ouviu-se a Yunk, que é a mão direita do tesoureiro-mor do Erário, que o príncipe por este ano não ia, porém, que para o ano bem poderia ser, ainda que duvide."[17]

A Inglaterra aproveitou habilmente o estado de inquietação do Brasil em 1817 e o descontentamento revelado pela conspiração do mesmo ano em Portugal, para aconselhar à Áustria a demora de Leopoldina em Viena ou a sua viagem apenas até Lisboa, onde o aparecimento ou a permanência da esposa do herdeiro do trono, até que no Brasil os ânimos serenassem, poderia sossegar os portugueses e fazê-los acreditar na vinda de

---

15 Of. Secretíssimo do Min. dos Neg. Estrang. ao marquês de Marialva, em 15 de março de 1816.

16 Duque de Luxemburgo. Of. cit., de 24 de junho de 1816.

17 Carta de 15 de março, no arq. do cast. d'Eu. Yunk é certamente o banqueiro Guilherme Young e o tesoureiro-mor é Targini.

d. Pedro. Mas nesse momento já a arquiduquesa estava em viagem para Florença, donde deveria prosseguir até Livorno; quando soube daquelas graves ocorrências disse a Marialva que, principalmente por não ser auspicioso o momento, desejava seguir quanto antes, ainda em navio mercante, para juntar-se à família a quem ligara o seu destino. Metternich acompanhava-a e deveu-se talvez a essa circunstância não ter sido tomado o conselho dos ingleses. As razões dadas por estes de algum modo abalaram-lhe o ânimo e inclinaram-no a ceder. Se elas tivessem sido dadas pelo embaixador, na capital, de viva voz, talvez a princesa não tivesse partido com destino ao Brasil.[18]

Antes da chegada de von Eltz já porfiava Chamberlain na sua tarefa encetada; mas cada vez que tentava falar ao rei a respeito do regresso a Lisboa da ida do príncipe herdeiro, d. João desconversava. Em agosto, João Paulo Bezerra, ministro dos Negócios Estrangeiros, declarava peremptoriamente ao cônsul inglês que maiores razões de estado impediam sua majestade de aceder por enquanto aos desejos da Inglaterra.

Tendo perdido a esperança de decidir verbalmente o monarca a tomar qualquer das duas resoluções propostas, Chamberlain dirigiu uma nota ao governo nesse sentido, da qual deu conhecimento a Neven. Antes porém de responder-lhe por escrito, Bezerra disse-lhe desde logo que a resposta seria desfavorável.

Agitava-se no espírito do rei a luta mortificante, que ele continuaria a sustentar até abril de 1821. Nem queria deixar o Brasil, onde lhe aprazia viver e donde tinha horror de afastar-se por medo do mar; nem desejava confiar ao filho a missão de substituí-lo, com receio de ser por ele traído. Neven conhecia o desejo, alimentado pelo príncipe, de instalar-se em Lisboa como vice-rei, para desse modo participar da autoridade, de que o pai propositalmente o privava.

D. João, escreveu o diplomata austríaco, "cujo caráter não é destituído de desconfiança, até em relação ao próprio filho, é particularmente contrário ao seu estabelecimento em Lisboa"; se não houvesse outro remédio, certamente preferiria voltar a mandar em seu lugar o herdeiro do trono. Bezerra declarou a Chamberlain que se um súdito português pro-

---

18 Marialva. Of. de 3 de junho de 1817.

pusesse ao soberano enviar d. Pedro a Lisboa teria cometido crime de alta traição, de lesa-majestade.[19]

Ao cabo de cinco meses de observação, desde a sua chegada ao Rio, e depois de colher pessoalmente suficientes informações, chegou von Eltz à mesma convicção do seu conselheiro de embaixada. Poucos dias antes de morrer, fulminado por apoplexia, falava-lhe Bezerra do amor dos portugueses ao rei. O diplomata aproveitou o ensejo para insinuar algumas palavras no sentido das instruções que recebera de Metternich. Respondeu-lhe o ministro que d. João não renunciava à esperança de um dia rever o seu reino europeu; interesses maiores, porém, não lhe permitiam fixar época e ainda menos ali estabelecer o príncipe herdeiro. Recebido no dia seguinte pelo próprio soberano, já informado da conversa da véspera, dele ouviu von Eltz a confirmação de tudo quando lhe dissera o ministro.

De outra vez, a 1º de dezembro, falando el-rei do "novo ataque de nervos" que sofrera o príncipe e tanto assustara Leopoldina, lembrou o embaixador a mudança de clima, donde poderia resultar muito bem para a saúde de Sua Alteza; mas d. João declarou nada se poder tentar a tal respeito, e von Eltz julgou inoportuno continuar nesse terreno. Decidiu então comunicar a Chamberlain o ocorrido e esperar a chegada de Thornton, novo ministro inglês já nomeado e tido por diplomata de grande habilidade.[20]

Surgiu entretanto motivo de grande importância, capaz de forçar d. João a partir. A úlcera, que lhe magoava a perna e não o deixava manter-se de pé, era causa, ainda uma vez, de adiar-se a aclamação. A corte inquietou-se. Reuniu-se conferência médica, cujo conselho foi prescrever-lhe banhos em Caldas da Rainha. Até a isso ele resistiu, declarando com vivacidade que de modo algum se podia afastar do Brasil.[21]

---

19 Of. de Neven em 20 de agosto e 14 de novembro. O barão Neven, que depois da volta de von Eltz, ficou no Rio como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, aí veio a falecer, vítima de pleuriz, aos trinta e seis anos de idade, em 26 de dez. de 1818.

20 Thornton chegou ao Rio em nov. de 1819 e continuou sua missão em Lisboa após a volta de d. João VI. Acabava de ser ministro na Suécia e antes disso tinha sido cônsul em Baltimore, nos Estados Unidos.

21 Ofícios de von Eltz a 6 e 24 de dezembro.

Tinham, pois, falhado todos os meios empregados, havia quatro anos, para convencer o rei do abandono de Portugal e deliberá-lo a afrontar o oceano ou confiar no filho. A suspeita e o medo obliteravam-lhe o senso das realidades e deixavam-no embalado pela ilusão da lealdade incondicional dos súditos de além-mar.

Entretanto, nem por faltar-lhe instrução, deixava d. João VI de ser arguto. Tinha até certa finura de observador, traduzida por ditos bem achados. Não sendo primogênito, a sua educação foi descuidada; parecia querer votar-se à vida do claustro, que experimentava na frequência de conventos, onde se aprazia demorar. O seu fundo religioso, ou antes a sua superstição, impermeabilizava-lhe a inteligência, e tornava-a inacessível às ideias novas. Arago ouviu-lhe dizer que a instalação de um para-raio era ataque ao poder de Deus.[22] Elevado a herdeiro do trono, algum tempo depois a regente, só então começou a interessar-se pelos negócios do estado. Nem os prazeres da mesa, nem as diversões da capela lhe consumiam todo o tempo, do qual consagrava alguma parte às coisas públicas.

Escolheu ministros de grande valor, como os condes de Linhares e Palmela, outros de grande atividade e iniciativa administrativa, como os condes dos Arcos e da Barca; mas só a um, Tomás Antônio Vilanova Portugal, se entregou inteiramente e por sua mão se deixou conduzir. Antes dele, só Pina Manique, seu famoso intendente de polícia em Lisboa, lhe merecera tanta confiança. Esse, porém, dominava-o explorando-lhe o medo e fazendo-o crer achar-se cercado de perigos por todos os lados. Sem dúvida havia motivos para desconfiar de tramas urdidas no círculo da princesa, que o desejaria anular e substituir na regência. Partindo habilmente desse fundo de verdade, Pina Manique estendia as suas calculadas suspeitas a toda a capital, a quase todo o Reino, e alimentava sem cessar os vãos receios do amo, que nele via o seu anjo da guarda. Lisboa enchia-se de espiões e delatores, com cujos relatórios se fabricavam oportunamente as conspirações, necessárias para manter em estado agudo o terror pânico de d. João.

A cidade inteira conhecia essa tragicomédia, representada frequentemente e onde o chefe do Estado figurava como assustadiça criança.

---

22 Arago. *Op. cit.*, I, pág. 144.

Certa vez, ia ele sair da igreja de São Domingos, incorporado à procissão do Corpo de Deus. Avaliava-se em 50.000 pessoas a multidão dos fiéis, da qual grande parte ajudava o coro dos cântico sacros, de comovedora imponência. Tratava-se de uma solenidade magnífica, sem igual entre as festas religiosas. Para assisti-la vinha gente dos confins das províncias. A imagem de S. Jorge figurava no préstito, montada a cavalo, ornada de todos os diamantes da Casa de Cadaval, emprestados para esse fim. Era de praxe que o soberano a acompanhasse a pé, de cabeça descoberta. Dispunha-se o príncipe a fazê-lo, quando apareceu Pina Manique a suplicar-lhe que tal não fizesse e quanto antes se recolhesse ao Paço, pois as ruas, por onde deveria passar, estavam minadas para produzir horrível explosão, aliás nunca consumada. D. João expôs-se ao ridículo de aceitar o conselho e nunca desconfiou nem desse nem dos outros embustes da mesma espécie; considerava os enganos explicáveis no meio de tantos ardis por vencer.

O domínio exercido por Tomás Antônio baseava-se em outros motivos. Identificados na preferência pelo Brasil, soberano e ministro lutaram contra a pressão desenvolvida para a volta à metrópole, ou para a missão de d. Pedro a Lisboa; do mesmo modo que irmanados na resistência absolutista contra as pretensões dos liberais, opuseram-se à outorga de uma carta constitucional e à colaboração do príncipe herdeiro na obra encetada pelas Cortes. Nesse terreno, enquanto tudo foi calmo d. João VI não admitia contradita; parecia-lhe absurdo a nação participar do governo do estado. Desde 1815 Maler tentou em vão, nas suas conversas, insinuar-lhe a conveniência da opinião contrária, admitida pela monarquia legítima em França.[23] A curta visão de Tomás Antônio não lhe permitiu perceber a fatalidade de ambas essas exigências, impostas pelas circunstâncias; nenhum dos dois soube compreender que a velha sede da monarquia não podia, sem perigo para esta, ser abandonada de toda a dinastia e que afastar propositalmente o príncipe dos negócios de ambos os reinos era atirá-lo a um ou a outro, onde as promessas lhe sorrissem à ambição. Acompanhando as vistas de seu amo, procurando adivinhar-lhes as intenções e defender-lhe a autoridade absoluta, Tomás Antônio não procedia por cálculo ou interesse de ordem inferior, mas por gratidão, por lealdade ao soberano, a quem

23 Maler. Corresp. cit., por Oliv. Lima, *op. cit.*, vol. II, pág. 1033.

devia ter subido de corregedor de comarca até chegar à altura de primeiro-ministro, preterindo fidalgos privilegiados. A sua fidelidade valeu-lhe a confiança, que o desconfiadíssimo príncipe nunca no Brasil depositara em ninguém. Nada falava, nada decidia d. João VI sem traduzir o pensamento e a resolução do ministro.[24]

Tornando-se inquietante, por causa da intervenção inglesa, a questão da volta da corte para Lisboa, quis d. João ouvir Silvestre Pinheiro, cujo saber era tido com justiça em alta conta. Em abril de 1814 o famoso publicista apresentou o seu parecer, no qual indicava os meios de "suspender e dissipar a torrente de males", que ameaçavam "de próxima dissolução e total ruína os Estados de S. A. R. espalhados nas cinco partes do mundo: quer seja pela emancipação das colônias, no caso de S. A. R. regressar para a Europa; quer seja pela insurreição do Reino de Portugal, se aqueles povos, perdida a esperança, que ainda os anima, de tornarem a ver o seu amado príncipe, se julgarem reduzidos à humilde qualidade de colônia".

Propôs ele que d. Maria fosse proclamada imperatriz do Brasil e rainha de Portugal (como muitos anos depois a rainha Vitória da Inglaterra viria a ser proclamada imperatriz da Índia), e se dividisse em duas regências o governo do estado, continuando d. João a exercer a do Império do Brasil e dos domínios de Ásia e África e delegando a d. Pedro, príncipe da Beira, a de Portugal, Açores, Madeira e Porto Santo, com assistência de um conselho de Estado, até atingir vinte e um anos de idade. Vindo a falecer a Rainha, tomasse seu filho o título de imperador do Brasil, soberano de Portugal, e seu neto o rei de Portugal, sobre o qual, por delegação de seu pai, passasse a ter toda a autoridade do Poder Executivo, ficando ao soberano, reservado a do Legislativo, indispensável à uniformidade da legislação, comum a todos os povos. Se viesse a morrer d. Pedro, sem deixar herdeiro maior de quatorze anos de idade, reassumisse d. João o governo do reino, por intermédio do Conselho de Estado, instituído para assistir o rei, dos quatorze aos vinte e um anos.

---

24 A posição do ministro assistente ao despacho era de fato superior à posição dos demais, pela vantagem de trabalhar a sós com o rei nos negócios das respectivas repartições e assistir-lhe às conferências com eles a respeito do expediente das diferentes pastas.

Desse modo lançava Silvestre Pinheiro, em moldes mais amplos, a ideia da formação do reino-unido que um ano depois Talleyrand viria a aconselhar e os plenipotenciários portugueses ao congresso de Viena ousariam adotar no cabeçalho dos tratados, à revelia do príncipe regente, reduzido a sancioná-la.

O plano do futuro ministro destinava-se a unir irmanamente todas as partes da nação portuguesa e a cimentar destarte os elementos da sua grandeza. Por ele ficaria abolida a odiosa distinção entre metrópole e colônias, de sorte a poder achar-se o soberano onde conviesse aos interesses da monarquia e dali legislar para qualquer dos seus estados distantes sem melindrá-lo. Enquanto a corte se conservasse no Brasil, Portugal não teria razões de considerar-se diminuído.

Esse intuito seria reforçado por novas regras a respeito do pessoal administrativo. O acesso e promoção dos empregos deveriam ser determinados pela categoria das repartições e dos cargos, independentemente da importância da respectiva sede. Haveria por esta forma revezamento forçado de uns para outros países, sem que nenhum deles fosse considerado melhor, porém apenas mais importante a função em si mesma.

Silvestre Pinheiro coroava o seu projeto propondo que se alternasse a formação da nobreza, a cujas mãos estava quase exclusivamente entregue a administração pública. Desse fato resultava grande parte dos males da nação, em virtude da incapacidade dos fidalgos, infensos aos estudos e a quaisquer trabalhos da inteligência. Era indispensável admitir-se o princípio da aquisição para aliar-se à hereditariedade. O nascimento devia habilitar, mas o merecimento preferir.[25]

D. João não tinha ânimo de adotar tão altas ideias e continuou a patinar nas águas represadas pela teimosia de Tomás Antônio, sem lembrar-se sequer que a resistência da Inglaterra às justas pretensões das suas colônias do Norte lhe tinham acarretado a perda de todas elas e que a mesma política de nada ceder estava custando à Espanha a emancipação dos seus domínios da América.

---

25 *Docs. cits.*, pág. 129.

Há na correspondência epistolar entre os dois as provas mais evidentes dessa situação excepcional da sombra de um rei a mascarar o governo de um vassalo. Quando alguém suplicava à Majestade, ela nunca deferia antes de ouvir o acatado inspirador; adiava as soluções até receber-lhe o conselho, o qual na realidade valia a solução definitiva: "Fleming esteve esta manhã comigo, oferecendo-se para servir na legação austríaca. Respondi-lhe com palavras gerais; agora me diga se vier outra vez me tornar a falar que lhe devo responder." Escreviam ao rei ministros e generais; mas era Tomás Antônio quem resolvia: "Remeto os ofícios de Lecor e conde da Figueira, que recebi e li, diga-me o que lhes devo responder, igualmente lhe remeto uma carta célebre do conde dos Arcos para ler e remeter com as suas reflexões." Também assim procedia com os negócios policiais: "Recebi o terceiro papel de notícias do intendente, as quais me penalizaram muito; não quero demorá-las para que pense o que se deve fazer; alivie-me dizendo o seu pensar." Além desse papel mando outro e uma carta: "... quando tiver pensado mos remeterá."

Quando Tomás Antônio esquecia de indicar a solução de qualquer assunto, d. João reclamava. Dele recebera um bilhete, tratando de dois objetos; mas a respeito de um o ministro não dera opinião: "...quanto ao segundo também não me dá parecer do que se deve fazer." De outra vez: "Tomás Antônio não me respondeu ao último bilhete que lhe escrevi; agora recebo a carta inclusa diga-me o que devo responder." Às vezes era uma ordem formal: "Remeto o papel incluso, ordeno que me diga a resposta que devo dar ao conde."

A 24 de janeiro de 1821: " O. C. vem hoje, diga-me o que lhe devo dizer." Pode-se enfileirar um rol de missivas desta ordem: "Agora recebo a carta inclusa, diga-me o que devo responder"; a 8 do mesmo mês: "Recebi a carta inclusa; diga-me o seu parecer para responder"; no dia 22: "Quero que me diga o seu parecer sobre o que devo fazer a respeito do que foi ontem." Às vezes as cartas não tinham data: "Agora acabo de receber esta assinatura na qual vem um documento igual ao que me remeteu hoje me diga o que devo fazer. Também lhe remeto o bilhete incluso para me dar o seu parecer."

Por mais insignificante que fosse a decisão para tomar, cabia a Tomás Antônio resolver. D. João não se dava ao trabalho de pensar.

Queria premiar um soldado: propusesse o ministro a recompensa. Se era assim com as coisas mínimas, seria ainda mais com as máximas questões do estado. Em fevereiro de 1821 Palmela agitava a questão das bases de uma Carta constitucional e da missão do príncipe herdeiro de Lisboa; fermentava a revolução que ia explodir a 26. À meia-noite e um quarto do dia 22, recebia el-rei a resposta esperada daquele ministro, com o projeto das bases redigido. O monarca não juntou uma palavra a tão importante documento; remeteu-o sem demora ao seu mentor: "Não faço reflexão alguma, Tomás Antônio meditará e arranjará o que se deva publicar."

Do mesmo modo procedia, quando a 4 do mesmo mês d. Pedro lhe mandava o voto acerca da questão da sua ida para Portugal: "Agora acabo de receber o voto de meu filho diga-me o seu parecer." Poucos dias antes, para habilitar-se a tratar desse assunto com o herdeiro do trono, pedia instruções ao ministro em carta de 31 de janeiro: "Até este momento ainda não falei a meu filho e quero que me diga se está na mesma opinião diga-me o que lhe devo dizer e se houver réplica o que lhe devo responder."

Tomás Antônio era o oráculo, cujas palavras ele repetia aos demais ministros, e era quem destes colhia o necessário para dar-lhe ciência. Da ilha do Governador chamava d. João ao seu confidente, em 22 de fevereiro de 1820, para saber como se passara a conferência havida entre este e o conde dos Arcos: "De boca se fala melhor que por escrito." Tomás Antônio não poderá atendê-lo; mas o conde teria de ir à ilha e el-rei tremia, sem meios de responder-lhe. Então a 23 escrevia de novo ao mentor: "Sinto infinito que os caminhos lhe não permitissem vir. Se julgar que a demora até amanhã é nociva diga-me o que devo dizer ao conde dos Arcos."

Por incapacidade ou preguiça ou pelas duas falhas aliadas, d. João VI era um manipanso movido por Tomás Antônio, cujas opiniões aliás buscavam inspiração no desejo de agradá-lo; a aliança dos dois era, pois, fácil de manter. Talvez só ao ministro favorito ele mostrasse o fundo de sua alma. A causa principal dos seus erros provinha de invencível pusilanimidade, da qual decorria tanta dissimulação.

A todos temia e de todos desconfiava; desconfiava de si mesmo, no dizer de Hyde de Neuville. De natural bondoso, por inspira-

ção própria não seria cruel, nem para defender-se. Contudo, passado o perigo, que o paralisava, e sobretudo de longe, mostrou-se capaz de dar "grandes exemplos". A piedade não o moveu a impedir em tempo a execução dos condenados à morte, após a revolução de 1817 em Pernambuco. Talvez temesse resistir aos que pediam sangue e por isso mesmo inspiravam terror. Chegado aos extremos, o medo físico é mal que se não vence. Quando dele padecem os príncipes, ainda bons no fundo d'alma, os povos ficam sujeitos a vexames e castigos excusados, porque os cortesãos malvados de toda espécie cobrem-se com a autoridade soberana para exercer vinganças ou saciar maus instintos. Sendo tudo feito para salvá-lo, o príncipe não ousa detê-los, receoso que afrouxem a vigilância, em cuja dependência lhe estão o sono e a vida. Então se esconde a bondade e prevalece o egoísmo. Foi talvez nesse estado d'alma que sem temor do Inferno d. João VI deixou arcabuzar até padres, sem punir os algozes. O perigo mais próximo estava sobre a terra; naquele instante, mais que a piedade cristã podia o medo.[26]

---

26 Da sua bondade para os brasileiros citam-se fatos de ainda após a Independência. Do Pará e Maranhão, cujas capitais não haviam reconhecido o Império, eram remetidos para Lisboa sob prisão os suspeitos à causa portuguesa. A 19 de setembro de 1823 foram recolhidos à torre de S. Julião da Barra, além de 50 civis, 217 oficiais e praças da 1ª e 2ª linhas, que tinham servido no Pará. Antes já tinham chegado presos a maior parte dos homens que compunham os batalhões de 1ª linha das guarnições de Belém e São Luís. As moléstias faziam devastações entre eles, que também sofriam do clima, por falta de conforto; em menos de dois meses haviam morrido mais de oitenta. As representações que enviavam ao Rei não lhe chegavam ao conhecimento. Quando por intermédio de um brasileiro a seu serviço particular d. João ficou ao corrente de quanto se passava, declarou amar muito aos brasileiros e não desejar que sofressem. Quatro dias depois de entregue o requerimento, que por sua recomendação lhe foi feito, estavam dadas as ordens para regressarem todos ao Brasil. Tinham morrido 93 e só 174 lograram voltar. Outros brasileiros, sobretudo militares, só podiam deixar Portugal pela fuga. Mendes e Almeida, que em Lisboa era na realidade um agente secreto do Brasil, preparava todos os meios de facilitá-la. A Intendência de polícia representou contra a ação por ele exercida; mas d. João não consentiu que o perseguissem "e ao contrário, poucos dias depois o recebeu muito benignamente em Mafra, achando-se ali o intendente de polícia". – Clemente A. de O. Mendes e Almeida. *Memorando,* nas *Publicações* do Arq. Nac., vol. IV, págs. 137 a 140.

NOTAS

A) O desejo de voltar à Europa, alimentado sempre por Carlota Joaquina e a que se referia o barão Neven em carta a Metternich, era inspirado pela necessidade de retirar-se do Rio de Janeiro, cujo clima lhe era nocivo à saúde e pela ânsia de libertar-se da desagradabilíssima situação pessoal, criada pelas suas incompatibilidades com o marido. Os interesses da Espanha na América e a situação política desse país, enquanto dominado pelos franceses, emprestavam forças à valorosa princesa para vencer seus sofrimentos; mas tudo isso se modificou com a libertação de seu irmão Fernando e a sua subida ao trono em 1814. Então nada já a prendia ao Novo Mundo e tentou o supremo esforço de abandoná-lo.

Ao escrever ao Rei para dar-lhe parabéns, pediu-lhe que a tirasse do Brasil, onde já não podia viver "nem física nem moralmente". Em seguida ofereceu-lhe bem como ao outro irmão, o infante d. Carlos, duas filhas para casarem. Fernando VII consentiu e mandou ao Rio um navio de guerra a fim de recebê-la. D. João concordou; mas a viagem foi sempre adiada. A princípio seria em meados de outubro de 1815, depois passou para princípio de novembro; nessa época, como se sentisse muito mal do peito e receasse o inverno europeu, ela própria reuniu os médicos da real câmara e seguindo o seu conselho, transferiu-a para o começo de fevereiro do ano seguinte. Chegando esse mês, protelou ainda e de acordo com o marido marcou-a para 20 ou 23 de março; mas em março adoecendo a Rainha, entendeu não dever deixar a corte; propôs que a despeito disso fossem as filhas, proposta que o marido não pôde aceitar por entender não ser lícito às netas deixarem às portas da morte a avó, por fim falecida no dia 20. Já então sobre o trono, Carlota Joaquina desistiu de partir.

Em carta de 1º de abril ao irmão Fernando ela confessou ser a doença e morte da sogra apenas pretexto, consistindo a realidade numa conspiração em que estava envolvido o frei Cirilo e que devia chegar a seus fins depois da sua partida. Esta carta não existe como as demais no arquivo do castelo d' Eu, mas faz-lhe referência outra do infante a Carlota Joaquina em 23 de julho de 1816. Nessa mesma carta diz d. Carlos que a irmã asseverara tudo terem feito a princípio para impedi-lo de partir. Essa correspondência tão abundante não chega a esclarecer o motivo exato, pelo qual ela não deixou então o Brasil.

Quando o Rei se queixou de haver esperado tanto tempo, quase exposto ao ridículo, respondeu a 27 de setembro de 1816 que a culpa não fora sua, conforme as filhas e José Matias Landarbun, testemunha de tudo, poderiam informar; e quando ele lamentou ficar sem notícias, enquanto se produziam os adiamentos, explicou não ter escrito mais vezes com receio de reterem-lhe as cartas, pois sabia que algumas foram abertas. Por sua vez o infante estranhou a mudança de opinião a respeito de Cirilo; então reconheceu estar enganada. O frade vendia cartas que em confiança o fazia escrever aos irmãos e só ambos conheciam, pois soube que d. João delas estava a par; "e depois", acrescentava Carlota Joaquina, "me vinha com as novas que forjava, chegando sua fraqueza a ponto de não excetuar o segredo da carta que levou Luís Montero, onde

a levava oculta, sucedendo o mesmo com a duplicata." Por fim partiram as princesas a 31 de julho, em companhia da condessa de Linhares: Maria Isabel destinada ao rei e Maria Francisca ao infante.

Não parece, pois, ter fundamento o que em ofício de 4 de dezembro de 1815 escreveu ao seu governo o ministro da Áustria em Lisboa. Dizia ele haver Fernando VII escrito ao cunhado, pedindo-lhe a consolação e alegria de tornar a ver a irmã em tão excelente oportunidade. D. João submetera o assunto ao Conselho de Estado, o qual, apesar de muito dividido a tal respeito, opinara contra a pretensão da Princesa. A fim de atenuar a recusa, d. João mandara dizer ao cunhado que esperava estar próximo o momento de poder voltar à Europa e haver ensejo para o desejado encontro. Na abundante correspondência a este respeito existente no arquivo do castelo d'Eu nunca se alude ao Conselho d'Estado. Talvez a real intervenção do conselho ou junta dos médicos tenha originado engano ou confusão.

B) O general Hogendorp, a quem o barão Neven mencionava como pessoa de categoria entre os estrangeiros arremessados ao Brasil pelas agitações políticas da Europa e a quem Carlota Joaquina apontava como uma das más companhias de d. Pedro, descendia de ilustre família e na mocidade servira no exército do rei da Prússia. Voltando à Holanda, foi nomeado sucessivamente ministro em São Petersburgo e governador da ilha de Java. Durante o domínio napoleônico, o rei Luís Napoleão tomou-o para ministro da Guerra e depois mandou-o como enviado extraordinário a Viena, Berlim e Madri. Quando a Holanda foi incorporada ao Império francês, o imperador elevou-o a general de divisão, fê-lo seu ajudante de campo e nomeou-o governador da Prússia oriental e da Silésia. Após a retirada da Rússia, nomeou-o governador de Hamburgo. Em seguida à queda de Napoleão, voltou Hogendorp à Holanda; mas deixou-a de novo para ir incorporar-se ao exército francês e combater durante os cem dias até Waterloo. Quis acompanhar o imperador a Santa Helena, mas não lhe foi permitido; resolveu então procurar o Brasil, onde o seu amigo, o conde da Barca, o apresentou ao Rei, de quem recebeu bom acolhimento. O príncipe d. Pedro visitava-o e votava-lhe respeito e estima; parece até que o ajudava. Vivia muito modestamente nas faldas do Corcovado, no sítio Novo Sion, situado no morro do Inglês, lugar assim chamado por ter sido ali a residência do negociante e banqueiro Guilherme Young. Aí o viu Mrs. Graham, de passeio naqueles lugares com alguns guardas-marinhas e teve ensejo de visitar-lhe a plantação de café e de provar o licor de grumixama e o vinho de caju que ele fazia para vender. Do comércio dessas bebidas e do carvão vegetal que preparava tirava os meios de vida. Ela também pôde ver toda a casa, constante de poucas peças, das quais o quarto de dormir era pintado de preto, fundo sobre o qual havia esqueletos pintados em tamanho natural e em posições que traduziam alegria e faziam lembrar a *Dança da Morte* de Holbein. (*Op. cit.,* pág. 170). Ali também encontrou-o Arago, a quem só teve para oferecer bananas e vinho de laranja. Hogendorp tinha pouco mais de sessenta anos e um negro por única companhia. Seu falecimento ocorreu em 1830, oito anos depois da visita de Mrs. Graham, sem que lhe chegasse às mãos, para melhorar-lhe a triste existência, o legado de cem mil francos, que em lembrança de afeição e estima Napoleão lhe deixou.

O conde de Palmela

. . . .

Capítulo X

DESCONFIANÇA E MEDO

AS IDEIAS novas que abalavam os tronos da Europa repercutiram em Portugal e desencadearam a revolução constitucional no Porto em agosto de 1820. O terreno para o seu triunfo estava inconscientemente preparado pela incapacidade dos governantes. Ao reinado vigoroso de d. José e Pombal, seguiu-se o eclipse da época de d. Maria I, destinada a findar na treva da loucura.

O acesso de d. João à Regência e ao trono veio agravar ainda mais esse estado das coisas. Sua inexperiência e incapacidade não lhe permitiam impor-se aos ministros para exercer pessoalmente toda autoridade; sua desconfiança e dissimulação aconselharam-lhe a política tortuosa de estimular-lhes a rivalidade e mantê-los desunidos, constituindo um deles o elo de ligação com a sua pessoa. A princípio eram os condes de Galveias e Linhares que se detestavam. Um não devorava o outro, porque entre ambos se interpunha d. Fernando Portugal, marquês de Aguiar, atento aos efeitos dessa luta sobre a manha infecunda do soberano. Incapaz, porém de repetir Luís XI, a preparar cães e gatos, destinados a devorarem-se mutuamente, desse jogo nada de proveitoso tirava o rei para a nação, como soubera fazer aquele monarca em prol da unidade da França.

O escolhido para amortecer o choque dos rivais, pelo menos era inferior a um deles, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares. Nestes termos julgava-o o duque de Luxemburgo, como do mesmo modo, com rigor semelhante e diverso fundamento, Tomás Antônio viria a ser julgado por outros diplomatas: "O marquês de Aguiar não toma nenhuma decisão por si. Só pronuncia palavras vagas. Sua timidez degenera em receios pueris. Sem noção alguma dos negócios, nem da maneira por que eles são tratados na Europa, qualquer questão que se lhe apresente parece-lhe de vulto a merecer a importância de consulta ao Conselho. É incapaz de levar o soberano a tomar a menor resolução, que ele próprio não concebe. Com tal ministro torna-se inútil toda espécie de discussão."[1]

Às vezes Linhares revoltava-se contra tão desastrosa moleza e representava ativamente. O rei observava com os governadores do reino a mesma tática e a mesma transigência. Em dezembro de 1810 escrevia-lhe reservadissimamente d. Rodrigo: "... não cessei de lembrar a necessidade de escolher homens hábeis para governadores do reino; o mesmo ainda hoje é necessário repetir; mas como nesta matéria V. A. R nunca aprovou as minhas vistas, é inútil tocar ainda sobre tal objeto. Não posso dizer o mesmo sobre a necessidade que há de que os governadores do reino obedeçam às reais ordens, porque neste ponto não posso deixar de insistir e de segurar com o devido respeito na augusta presença de V. A. R que se eles hão de continuar a desobedecer formalmente a V. A. R., então é inútil escrever--lhes, nem dar-lhes ordens algumas."

Do mesmo modo iria depois proceder d. João com os condes da Barca, e de Palmela, e também com o conde dos Arcos, vigiados por Tomás Antônio, e com ele igualmente maldispostos.[2] No meio de tal desordem, a

1 Of. de 30, julho, 1816. Arq. das Rel. Exter. de França, vol. 129, fls. 367-73.

2 Em notas sumárias de seu próprio punho acerca da sua administração, designando-se nelas pela inicial V, de seu nome Villanova, escreveu Tomás Antônio a respeito do último desses ministros: " O. C. de A. [conde de Arcos] teve a princípio muitas medidas e considerações com ele [V] e tomou o partido de sempre ser de uma opinião contrária; e pela sua repartição da marinha, não só contestar, mas ainda desfazer o que aquele dispunha. Depois foi-se exaltando a sua ambição, e sucedendo o impugnar V que lhe tirasse 80 c [contos] das juntas de Fazenda de Angola e da Madeira para pagar uma quinta a S. Clemente, subúrbio do R. de J. [Rio de Janeiro], declarou-se seu inimigo e procurou todos os meios que pudessem aparecer de se vingar, procu-

autoridade diluía-se e a quebra da unidade e coesão do Governo produzia efeitos desastrosos sobre todos os aparelhos do estado. Um dos mais nocivos era a improbidade dos seus servidores, matéria a respeito da qual é para notar a unanimidade de conceitos entre os historiadores mais escrupulosos. Nenhum, porém, traça com mais dureza o quadro desse descalabro do que Luz Soriano, encarregado oficialmente no reinado de d. Luís I de escrever a *História da guerra civil.* Nunca o desaforo dos ministros tinha subido tanto. Os juízes "vendiam descaradamente a justiça, a qual, como as graças e mercês, andava posta em almoeda, não havendo mais do que dois meios de conseguir os empregos: dinheiro e valimento". Em todas as escalas da vida pública roubava-se "sem vergonha nem consciência e o governo olhava para tudo isto com a maior indiferença, nada lhe importando com a desonra dos seus empregados". Ao interesse geral substituiu o egoísmo e nesse afrouxamento de todo estímulo patriótico, governo e nação passaram a flutuar entre a influência das duas nações mais poderosas, a Inglaterra e a França, que se aproveitavam dessa deliquescência para impor as condições do seu apoio ou proteção e exigir tudo quanto convinha aos interesses de uma contra a outra.[3]

A transplantação da família real para o Brasil não mudou a face das coisas, estendeu até aí os males que minavam a metrópole. O ministro da Áustria, barão Sturmer, refere-se à "venalidade dos homens de posição".

---

rou atrair a si o partido dos grandes, notando indecoroso de estar no ministério um homem que não fosse da sua classe : e indispôs contra ele o P. R. [Príncipe Real] representando-o como o culpado dele não assistir ao Despacho, sendo sucessor do reino; o que com efeito era calúnia, porque V nunca se tinha oposto a isso. E outros mais de menor monta, que suspiravam em segredo sem se atrever a declarar e quando apareceu a revolução lançou-se nela para o derribar e ocupar o seu lugar." (*Docs. cits.*, pág. 167.) Vê-se de uma correspondência datada do Rio a 2 de nov. de I82I e publicada no *Astro da Lusitânia*, de Lisboa, quais eram os bens deixados no Brasil pelo conde dos Arcos: a fazenda da Olaria, na estrada de S. Clemente, uma chácara e casas novas na mesma paragem; outra chácara e casa no Campo de Santana e grande número de ações do Banco do Brasil, do qual era um dos maiores acionistas. O comércio de Bahia tinha concorrido para aquisição de parte desses bens, em reconhecimento dos serviços prestados à província pelo seu ex-governador, doando-lhe cem contos de réis naquelas ações.

3 Soriano. *Op. cit.*, vol. II, pág. 299.

Saint Hilaire, cuja simpatia pelo novo reino era tão franca, escreveu estas palavras de fogo: "...os exemplos de relaxamento de costumes dados pela corte de Portugal, durante a sua permanência no Rio de Janeiro, e a venalidade que introduziu por toda parte concorreram ainda para a corrupção geral...", "A venalidade caracteriza o pessoal da justiça." Silva Areias, cronista epistolar dessa época, define-a nesta síntese: "...mais prevaricação, mais dilapidação e mais loucuras não é possível haver."[4]

O período agitado, que se abriu com a revolução do Porto, veio deixar em aflição de morte o pobre rei medroso e vacilante. Achou-se ele nesse período tormentoso entre as tendências de Tomás Antônio e do conde de Palmela, expressões de duas épocas muito diversas. Um representava o culto do passado, a defesa integral da realeza; o outro, as aspirações de futuro, a aliança da Coroa com a nobreza e o povo, colaboradores num parlamento de duas câmaras, conforme o molde inglês.

Tratou a revolução, antes de tudo, de explorar o descontentamento da tropa, havia oito meses no desembolso do soldo. Na proclamação que lhe foi lida pelo coronel Sepúlveda, além de outras razões para seduzi-la, havia esta muito poderosa: "um soldado português próximo a mendigar uma esmola!" Ordenou o novo governo que do dinheiro existente nos cofres públicos se tirasse quanto fosse necessário a fim de pagar o devido aos soldados, que era 140.000$000, só para a guarnição da cidade e das províncias do Norte. A etapa foi aumentada e dobraram-se as rações de pão e vinho. Portugal aproveitava-se da lição dos revolucionários de Pernambuco, que tinham elevado o *pret* dos soldados e feito escandalosas promoções de oficiais, cabendo a um deles três postos de acesso. Domingos Teotônio, um dos chefes da revolução, tinha-se promovido a si próprio de capitão a coronel. O exemplo estava destinado a frutificar a ter imitadores por muitas décadas além. No manifesto dirigido aos portugueses pelo comando superior da força armada foi articulada contra o rei a grande

---

4 Sturmer. Of. nº 2-B, de 29 jan. 1821. – St. Hilaire. *Voyages dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, vol. I, pág.174 e 179. – Areias, carta de 17 de março, descrevendo os acontecimentos de fevereiro, que determinaram o juramento da Constituição. Esta e outras, contidas no vol. I, dos *Docs. da Indep*. págs. 237 e seguintes, foram, ao que se presume, dirigidas ao conde de Funchal, ministro em Londres. Areias, era empregado numa secretaria de Estado.

queixa nacional: "...e para cúmulo de desventura deixou de viver entre nós o nosso adorável soberano. Portugueses! Desde esse dia fatal, contamos nossas desgraças pelos momentos que tem durado a nossa orfandade. Perdemos tudo!"

Ainda não havia um mês, já Lisboa aderia à revolução; os mais altos nomes da nobreza, tendo à frente os duques de Cadaval e de Lafões, parentes do Rei, iam jurar perante a Junta de governo fidelidade às instituições prometidas. Em outubro essa Junta não deixava desembarcar o marechal Beresford, que voltava do Rio, onde fora expor ao monarca a penosa situação do país, pedir recursos para pagar as tropas e combinar outras providências. Ele referiu a Maler que não só rogou ao rei se decidisse a voltar ou a mandar o filho em penhor das suas intenções, como lhe transmitira igual conselho, dado por Wellington, de quem recebera, ele próprio, a recomendação de regressar sem demora, a fim de aparar o golpe da revolução inevitável, "seguindo-o de perto o herdeiro da Coroa".[5] O comandante do navio, em que vinha Beresford, era portador de mais de 100.000 duros, ou mais de cem contos de réis, mandados pelo rei para pagamento dos soldos atrasados. Toda esta soma foi entregue ao governo provisório a conselho de Palmela, que isso mesmo referiu a Fr. Francisco de S. Luís.[6]

É atribuída a este sábio beneditino, honra das letras portuguesas, a redação do manifesto daquele governo à nação e aos soberanos da Europa, no qual estão condensadas as causas e os intuitos da revolução, "que as desgraças da pátria justificavam". Todas elas, a começar pela ausência da corte, desfilavam num grande rol, onde gemiam as queixas do povo, a quem poder algum podia desalojar da faculdade de "rever suas leis fundamentais, de retificar seus primeiros passos, de melhorar a reforma do seu governo, de prescrever-lhe justos limites". Os portugueses levantavam a voz para "fazerem o trono firme sem poder ser injusto; para o porem a igual distância dos excessos violentos do despotismo tirânico e da frouxidão não menos funesta do negligente e inerte desmazelo"; proclamavam a

---

5 Tollenare. *Notas dominicais*, parte inédita, cit., por Oliv. Lima. *D. João VI,* vol. II, pág. 1032.

6 Palmela. *Despachos e correspondência*, vol. I, pág. 139. O duro, moeda espanhola equivalia a cerca de mil réis.

necessidade de uma Constituição, "que regulasse os limites do poder e da obediência". Fora a nação quem dera sempre o trono aos reis, em 1139, em 1385, em 1640, desde o fundador da monarquia até d. João I e d. João IV, estabelecendo condições aceitas por eles. Durante cinco séculos reuniram-se as Cortes e "trataram os mais importantes negócios, relativos à política, legislação e fazenda. O que agora queriam e desejavam não era pois uma inovação; era a restituição de algumas antigas e saudáveis instituições, corrigidas e aplicadas segundo as luzes do século e as circunstâncias do mundo civilizado", instituições "de que somente há um século foram privados". Concluía o manifesto com uma afirmação de vontade decisiva e apontava aos povos e aos príncipes a punição divina para quem ousasse antepor-se à obra iniciada: "Jamais deixa de ser livre um povo que o quer ser... O povo português terá uma justa liberdade, porque a quer ter...."

Na Carta dirigida a d. João VI, pelo governo constituído no Porto, vinham escritos os males sofridos pela nação e como cúmulo deles era considerada também a ausência do monarca, impossibilitado de ouvir de perto as súplicas dos seus súditos. Eles tinham esperado em vão que o informassem de tudo; mas a paciência dos homens e maiormente das nações tem sempre termo. Havia-se chegado ao extremo de aguardar a desordem geral ou preveni-la e afastar a anarquia. Os militares e o povo, que tinham restituído a coroa ao rei, deliberaram firmá-la sobre a sua cabeça, dando por base ao trono uma Constituição justa. Depois de descrever toda a obra iniciada, concluíam os membros da Junta, só restava para coroá-la a volta do rei, ou de alguma pessoa de sua augusta família, que governasse em seu nome e suprisse seus paternais cuidados e o seu assentimento à convocação das Cortes, que a nação desejava e eles consideravam "de inevitável urgência".

Triunfantes na capital, quarenta dias depois começavam os revolucionários a revelar maior ansiedade e aclamaram pela voz da tropa a Constituição de Espanha para ser aplicada ao reino. Antes, porém, do movimento progredir e chegar a Lisboa, a junta dos governadores reuniu em conselho homens capazes de esclarecê-la acerca dos meios de evitar-lhe o triunfo e aceitou o alvitre, lembrado por Palmela, de convocar as Cortes, embora sem ter a competente autorização.

O próprio Palmela confessa na introdução aos seus *Despachos e correspondência* ter assim procedido: "Avaliando contudo a disposição dos

ânimos neste reino, e atento à urgência das circunstâncias, abalancei-me, quando os membros da regência me consultaram, a aconselhar como único expediente exequível a imediata convocação dos Três Estados do reino." Refere em seguida que ditou a proclamação publicada a esse respeito e confessa ter sido seu desejo ver Portugal "gozar de uma liberdade moderada, sob a forma da monarquia representativa, com um código constitucional outorgado pelo soberano e não conquistado pela insurreição". Comunicando esse fato ao seu amigo Antônio de Saldanha, escrevia: "Creio que ele [o governo] adotou, antes de se achar reduzido ao último apuro, o único recurso que poderá satisfazer a maioria da nação e tirar à Junta do Porto os meios de alucinar a gente de bem e encobrir qualquer ambição ou as intrigas estrangeiras."[7]

Chegando essa notícia ao Rio a 17 de outubro, e temendo o seu efeito sobre a tropa Lusitânia, aí existente, procurou d. João afastá-la da causa abraçada por seus camaradas de além-mar e por decreto de 1º de dezembro desligou-a do exército português, enquanto durasse a necessidade dos seus serviços no ultramar. Tal medida produziu péssimo efeito entre os militares por ela atingidos e o Governo viu-se obrigado a revogá-la. Reunidos os ministros e outros conselheiros para serem ouvidos acerca da situação, predominaram e foram postas em prática as ideias sustentadas por Tomás Antônio. Expediu-se carta régia, declarando ilegal a convocação das Cortes, que só o rei poderia fazer; mas consentiu o soberano que pudessem elas funcionar apresentarem as emendas, alterações ou disposições, consideradas úteis, a fim de serem legalizadas as propostas com a real sanção. Além disso, prometeu voltar ao reino ou para lá mandar o filho, conforme o convite por elas formulado, se em boa ordem terminassem os trabalhos constitucionais, de modo satisfatório para as suas paternais vistas. Em qualquer dos casos, porém, outra pessoa real ficaria no Brasil.

O voto do ministro favorito mostra como a carta régia foi calcada sobre a sua opinião. Dizia ele: "As Cortes são ilegais e é necessário dizer que o são para que elas não digam aos povos que têm autoridade de dar leis ao trono." Reconhecia entretanto que seria mal maior dissolvê-las. A promessa da ida do rei deveria ser duvidosa; categórica, porém, deveria ser

---

7 Palmela, *op. cit.*, pág. 134.

a declaração acerca do governo do Brasil por pessoal real, para verem "que o Brasil não há de agora ser colônia". Acreditava Tomás Antônio que o rei não prometendo partir ou mandar alguém em seu lugar, concorria para os povos se aquietarem. Não é prudente ir para uma casa que está incendiada; faz-se depender a partida de notícias que cheguem de mais tranquilidade. Em vez de apagar o incêndio, ardesse a casa totalmente, sem aparecer quem devesse acudir-lhe. A esse inominável absurdo reduzia-se o conselho do estadista da Vila Viçosa, favorito do monarca; mas o começo da reação planejada tornou-se desde logo inútil.

Falando o ministro inglês Thornton ao rei, acerca da situação da família real e dizendo que a seu ver lhe parecia de melhor efeito a designação de d. Pedro para partir, respondeu ele haver tomado a resolução de nada escrever com precisão para não se comprometer. Nessa ocasião aconselhou Thornton que a carta régia fosse escrita em termos conciliantes e ofereceu marinheiros da fragata inglesa surta no porto para ajudarem a aprontar a nau, donde se conclui em que disposições se achava o seu governo.[8]

Foi então que o príncipe real saiu da sua reserva e começou a intervir ostensivamente na marcha dos negócios públicos. Animada pelo bom êxito da revolução, a metrópole tornava-se cada vez mais exigente e queria o regresso de toda a família real, pretensão a que se opunham os brasileiros, receosos das nefastas consequências de tal projeto, destinado a abater a importância política do Brasil.

Nessa hora decisiva do futuro deste país, chegou ao Rio o conde de Palmela, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cargo cuja nomeação recebeu em 1817 como um raio que lhe caísse em cima, como negregada honra que fez todas as diligências para evitar ou ao menos afastar, e a cujo exercício preferia a legação de Londres, onde ficara todo aquele tempo, tremendo entregar-se às galés do Rio de Janeiro, condenação de que nada o poderia consolar, como escrevia ao seu amigo Antônio Saldanha da Gama, conde de Porto Santo; galés para onde se encaminhava com a triste perspectiva de longa e talvez perpétua residência, segundo escrevia também na nota preliminar dos seus *Despachos e correspondência*, grito da

8 Carta de d. João a Tomás Antônio em 28 de out. de 1820.

alma de quem se via removido, sem querer, das beiras floridas do Tâmisa para os lados das Ruas do Conde de Catumbi, próximo às margens lodosas da lagoa da Sentinela.[9]

Esse egoísmo de preferir o bem-estar pessoal ao sacrifício de servir ao país em "mãos postas" é muito do caráter dos diplomatas, a quem a vida no estrangeiro habitua à expatriação e ao empenho constante da escolha dos bons postos. "Os originários de países onde a vida é menos confortável e falha de seduções, encaram o serviço da secretaria como castigo." Palmela ressentia-se dessa fraqueza, tanto para censurar; mas os seus amigos encontravam para desculpá-lo as ocupações que lhe dava o rei na Europa, ainda depois de o ter nomeado ministro de Estado, encarregando-o de andar entre Londres e Paris a negociar com a Espanha a restituição de Olivença e o ajuste da disputa acerca da ocupação de Montevidéu.

A presença do novo ministro no Rio de Janeiro produziu "o choque elétrico que todos esperavam". O partido do príncipe "cobrou uma

---

9 *Desp. e corresp.* vol. I, págs. 37 e 41. Palmela descrevia à esposa a vida que levava no Rio: "Estou alojado fora da cidade, a meio caminho da quinta d'el-rei em São Cristóvão, com uma boa chácara num sítio nada feio e cujo único inconveniente é estar afastado do mar e ter por conseguinte menos viração. Há sítios lindíssimos muito perto da cidade e onde moram muitas pessoas da sociedade e por exemplo o que chama a baía de Botafogo é sem exageração comparável aos mais belos sítios da Itália ou Suíça. Falta gente branca, luxo, boas estradas, enfim faltam muitas cousas que o tempo dará, mas não falta, como em Lisboa e seus arredores, água e verdura, pois mesmo nesta estação, a pior, temos tudo aqui tão verde como na Inglaterra. A gente nossa conhecida Belas, Lavradio, Arcos, etc. fizeram-me muito boa recepção e não cessam de me perguntar por ti e de se lamentarem por não teres vindo. Todos choram as cebolas do Egito e voltam a cara para o Oriente. Tenho-os visto em suas casas a jantar, porque nos primeiros dias, por falta de cozinheiro, andei jantando à roda, por casa de amigos. Agora estou arranjado, tal qual. Um preto, sofrível cozinheiro, uma carruagem sofrivelmente montada e um bom cavalo para andar, de que faço uso todas as tardes, sem o que morreria de calor e do trabalho sedentário, que é na verdade muito..." A esposa não se consolava da separação e do degredo do marido e escrevia-lhe cartas, repassadas da incomparável ternura portuguesa. "É terrível esta minha saudade; chego até a ter dó de mim; acho-me neste mundo como o espargo no monte, e bem podes vir depressa senão achas-me sem olhos. Adeus, adeus, meu rico da minha alma, não posso deixar de chorar rios de lágrimas enquanto te estou escrevendo." – Cartas citas por Maria Amália. *Vida do duque de Palmela*, vol. I, págs. 371-2.

energia de que ninguém o julgava capaz" e opondo-se à sua saída do Brasil, passou a querer obrigar o rei "a largar o país ou a ceder o trono a seu filho".[10] Travou-se então entre o novo ministro e Tomás Antônio o duelo a que d. João assistia hesitante e d. Pedro impaciente. Antes de ele começar, já Tomás Antônio tinha mostrado de que armas se serviria. Vinham todas do seu velho arsenal de Vila Viçosa, formado de ideias preconcebidas, impermeáveis a qualquer influência estranha aos ditames do absolutismo, à sombra do qual se lhe formara a mentalidade.

Quando a revolução estalou na Espanha, assustou-se a corte portuguesa, com receio de repercussão em Portugal. D. João quis ouvir o seu ministro favorito e pediu-lhe conselhos. Ele atendeu ao amo com a proficiência de corregedor de comarca e formulou a sentença. Era dever "tratar dos modos e maneiras possíveis; porque o mais é o Destino ou Providência quem conserva ou dissipa os estados e a sorte das monarquias". Diante desse fatalismo irrevogável, não havia que cogitar de opor-se aos decretos divinos, talvez já lavrados, ante os quais nada valiam o saber e a experiência dos homens. Contudo Tomás Antônio indicou as mezinhas da sua botica, em número de três, arrumadas em números, em primeiro, segundo e terceiro lugares, como drogas classificadas em prateleiras.

Antes de tudo seria preciso contentar a classe do povo, e com esse fim expedir alvará, tocando no que é mais popular: vinho do Porto, panos de linho; e saragoças ou buréis; "porque estando estes entretidos com os seus trabalhos não cuidam em inquietar-se." Depois conviria agradar também à classe dos negociantes e dos lavradores proprietários e para lograr esse efeito, tornava-se mister gravar os vinhos estrangeiros, fazer o trigo dessa procedência pagar as dízimas em moeda, em vez de pagar em alqueire, segundo o valor da praça, como pagava o "bacalhau, e o Paço da Madeira e o peixe fresco". Por fim, tornar-se-ia indispensável aumentar o rendimento do estado, entre outros meios impondo na aguardente do consumo; pois se não podendo proibir o uso da cachaça, era conveniente dificultá-la alguma coisa. Por mais importantes que fossem tão miraculosas medidas, seu autor não as considerava bastantes; continuava a receitar: "Mas ainda há mais do que isto. V. M. nomeia um novo governador; no-

10 Silvestre Pinheiro, *op. cit.*, pág. 245.

meia um presidente para a Junta de Amortização do papel-moeda e lhe dá instruções." Outras nomeações estavam no rol milagroso: "Nomeia V. M. também um regedor das Justiças", aliás por justa inspiração, pois nada aflige tanto o povo quanto "supor que a vida, honra e fazenda está no arbítrio de quem mais vale ou mais dinheiro tem." Parecia que Tomás Antônio esperava desse funcionário a regeneração da corrompida magistratura daquela época de modo a desde logo não faltar justiça a ninguém: "Quando o povo espera que os países não se corrompam, está em sossego." Não paravam aí a criação de novos cargos e as novas nomeações; seria preciso dar à alfândega um administrador, que concorresse para melhorar as respectivas rendas; como igualmente "seria muito bom que S. M. nomeasse mais um outro intendente-geral de Polícia para o Reino, para serem dois". O existente era "tão frouxo nas notícias que tem, que não bastava ele só."

Era tudo: "Não me parece que se deve fazer mais", concluía o mentor de d. João VI; e dava as razões: "Quaisquer outras mudanças, ainda que fossem muito bem feitas, iriam perturbar, e nos tempos de crise, é acrescentar um mal a outro." Ele mostrava os fundamentos do seu juízo: "O conceito que eu formo do estado de Portugal é que todos ainda estão cansados da guerra, que nem têm dinheiro, nem forças nem bastante ociosidade para se quererem revoltar. Bem se vê que excluo disto alguns ociosos, formações[11] chamadas liberais e algum ambicioso que pretende ser demagogo; mas a massa total da nação e do exército não está certamente desses sentimentos." Quando muito haveria como perigosos "dez a vinte oficiais da tropa e três ou quatro pessoas de mais consideração; tudo mais o que pretende é algum dinheiro para viver". Nem seria preciso castigar os militares; bastaria "espalhá-los para diversas terras". Conviria cessar a desinteligência existente entre Beresford e o secretário dos Negócios da Guerra, d. Miguel Pereira Ferraz, coisa fácil de remediar, removendo a este para os Negócios Estrangeiros e da Marinha. "É pois isto o que há a fazer", concluía Tomás Antônio: "Polícia e mais polícia, e por fora de Lisboa e do Porto estes curiosos." Dava mais um conselho deveras salutar: "E no mais castigar decerto ao administrador que roubar, ao ministro que se deixar corromper; e ao poderoso que tiver afilhados." Por coisa alguma

---

11 Deve ser franco-maçons.

"entrar a tratar de questões maiores de estado." Mencionava algumas desse vulto, que a outros poderiam parecer essenciais: "Como são, qual seja melhor sede da monarquia; se pode separar-se a família real; se é precisa uma mudança no governo do reino; se deve ter maiores autoridades ou poderes mais limitados e outras desta categoria."[12]

Ora, exatamente tais "questões maiores" resumiam as aspirações dos povos e ocupavam naquele instante a mente dos pensadores. Todas as questões menores lhes estavam presas; mas Tomás Antônio só a estas via, só destas cuidava. O seu olhar acostumara-se ao curto horizonte da comarca e nunca pudera alongar-se, penetrar na órbita afastada onde se elaboravam as ideias novas, que um dia haveriam de alterar a marcha da nação. Nada enxergava além das coisas materiais, que por certo influem na conduta dos povos, mas nem sempre são causas únicas dos seus movimentos transformadores, de evolução política, às vezes operados em épocas de bem-estar econômico e financeiro. Tudo quanto fosse idealismo, anseio dos homens em busca de liberdade, de melhoramento das condições sociais, de elevação, de dignidade humana, de autonomia individual ante a prepotência da autoridade, tudo lhe escapava à curta percepção.

Palmela, ao contrário, vinha falar ao rei linguagem repassada do espírito da nova era. Várias missões diplomáticas tinham-no posto em contato com outros povos da Europa. Vira de perto a revolução em Espanha e o começo do drama que se desenrolava agora em Portugal. Estivera no congresso de Viena e prescrutara o sentimento das potências, as rivalidades ostensivas ou latentes, onde passavam de envolta os interesses das colônias da América das novas nações que ali tinham surgido. As últimas lições de tão instrutivo tirocínio bebera-as na Inglaterra, cujas instituições exerceram em seu espírito a fascinação por elas sempre produzida sobre as almas forradas de independência e dignidade.

Tendo chegado a 23 de dezembro de 1820, a 2 de janeiro participava a el-rei ter presenciado tais fatos em Portugal, na Madeira, na Bahia e até no Rio de Janeiro, que se via obrigado a declarar: "Não há um só instante a perder para adotar medidas firmes, decisivas, análogas ao espírito do tempo." Ao seu ver "o pior de todos os arbítrios seria o de não

12 *Docs. cits.*, pág. 145.

adotar resolução nenhuma", pois, a prolongar-se a revolução de Portugal, a tranquilidade do Brasil estaria ameaçada. No dia 5 escrevia de novo ao soberano: "A insurreição dos portugueses não nascera dos seus próprios descontentamentos, mas do exemplo dos espanhóis, da tendência geral da Europa para o governo representativo, da conspiração geral contra os antigos governos." Os portugueses não queriam ficar politicamente inferiores aos seus vizinhos. Era preciso conceder desde logo, provocando reconhecimento, o que teria de ser cedido sem grande demora por efeito de necessidade. Os exemplos dos reis de França e de Espanha eram lições proveitosas; aquele, acalmando os partidos com a concessão da Carta, este, obrigado a aceitá-la no meio da exacerbação dos ânimos e com as terríveis restrições opostas à autoridade monárquica. D. João não deveria, pois, hesitar; desse a Constituição a Portugal, melhorasse as instituições e a administração do Brasil e das colônias e sem perda de tempo mandasse o príncipe herdeiro presidir as Cortes e sancionar a Carta, cujas bases seriam estabelecidas pelo Trono, que teria sua sede num ou noutro lado do oceano, conforme as circunstâncias aconselhassem. Previa ainda Palmela que saindo d. João do Brasil, "poderia produzir neste país fatais consequências"; e ali ficando, teria mais liberdade que em Lisboa para recusar quaisquer artigos da Constituição ali votados; mas era indispensável ir em seu lugar o príncipe real, para a nação não ficar abandonada às facções revolucionárias.

Passaram-se onze dias e el-rei não dava sinal de atender a tais exortações. Palmela voltava a despertá-lo da modorra em que vivia. Era contrário "à prudência humana abandonar aquela nação sem piloto e sem guia aos baldões da intriga e das facções revolucionárias". D. João continuava insensível. O ministro sacudia-o: "Senhor, há já um mês que eu cheguei e expus a V. M. o quadro fiel do estado da monarquia. Um mês nesta urgente crise é quase um século."[13]

Do extremo oposto falava o ex-corregedor de Vila Viçosa, que era cada vez mais, aos sessenta e dois anos, a encarnação da doutrina absolutista. Palmela reputava-o honrado magistrado, cheio de puras intenções, mas sem a menor ideia do estado de coisas na Europa, nem de forma al-

---

13 Palmela, *op. cit.,* tomo I, págs. 142 a 151.

guma de governo diverso do que existia em Portugal desde o ministério do marquês de Pombal.[14]

Este juízo não era o juízo de um rival; era o de toda gente esclarecida e imparcial que lidava com Tomás Antônio. Desde a morte de João Paulo Bezerra, ocorrida em novembro de 1817, ele substituíra Palmela na pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Participando ao seu governo o passamento daquele ministro, ao qual fazia grandes elogios, escrevia o conde von Eltz, embaixador da Áustria, que por penúria de homens ainda não se havia encontrado a quem nomear. Tinha sido preciso dar o lugar interinamente a Tomás Antônio, que já ocupava os Ministérios do Reino e da Marinha e compreendia o francês "extremamente mal". Por tal motivo permitiu o rei a von Eltz tratar diretamente com ele próprio dos assuntos diplomáticos, com grande satisfação do embaixador, que o reputava melhor conhecedor dos negócios da Europa.[15]

Outro diplomata austríaco, o ministro, barão Sturmer, é ainda mais severo: "Todo o mundo reconhece a incapacidade desse ministro que por infelicidade deste país tem por tanto tempo gozado da confiança do seu Amo. Sua Majestade chamou-o ultimamente, tarde da noite, a fim de consultá-lo. Receando que o assassinassem, mandou escoltá-lo por seis granadeiros. Tais medidas comprometem gratuitamente o rei, porque não estando Tomás Antônio em condições de erguer-se acima das coisas vulgares, é incompetente para dar-lhe conselhos úteis em circunstâncias tão graves e difíceis."[16]

Saint-Hilaire, que não era diplomata, nem político, mas sábio e grande observador, recebeu do conselheiro de d. João VI a mesma impressão: Era homem de bem, possuía alguns conhecimentos de agricultura, economia política e jurisprudência; mas "as suas ideias atrasadas e mesquinhas estavam em desarmonia com as ideias do século e com as novas necessidades da monarquia portuguesa; ... não soube nem prever, nem deter a

14 Palmela, Introd. à *Corresp.*, XI – Na intimidade este juízo era muito mais rigoroso. Escrevendo ao cunhado, conde de Linhares, Palmela exprimia-se nestes termos: "Tomás Antônio, o mais inepto e mais lisonjeiro de todos os homens, mantinha el-rei na sua inação." – Carta cit. por M. Amália. – *Op. cit.,* I, pág. 376.

15 Of. de 6 de dez. 1817.

16 Sturmer. Of. nº 10, lit. A, de 31 de março de 1821.

revolução".[17] No conceito do brasileiro Cairu não passava de "um ministro de curtas vistas", que pretendia resolver as imensas dificuldades daquele momento com o emprego de um "ardil inepto".[18]

Conforme o parecer apresentado por Tomás Antônio, as Cortes só podiam ser consultivas e à família real não convinha arredar pé do Brasil, onde estaria a salvo dos imprevistos de Lisboa. O rei devia tudo recusar, enquanto não voltasse a obediência, nem ceder um ápice sequer da sua autoridade. Se cedesse, para repartir com a nobreza, viria a perder-se toda, tirando o povo tudo. Cabia ao próprio rei defender a nobreza. Luís XVIII dera uma Carta à França, como graça, num momento em que o território estava invadido pelos exércitos aliados; agora pretendia-se que el-rei desse uma Constituição a Portugal, enquanto os revolucionários governavam. Seria então temor e não graça.[19] As Cortes, pois, deviam ser dissolvidas e tidas por nulas; el-rei então convocaria outras para simples consulta e fá-las-ia assistir por dois procuradores régios, como se praticava outrora em Portugal; finalmente seria substituída a regência anterior por um governo misto, de nomeação real, composto de membros do governo revolucionário e alguns desembargadores e presidido pelo bispo de Coimbra, que era nascido no Brasil e tinha oitenta e seis anos de idade.

Estes e outros alvitres de igual jaez, oriundos dos conselheiros ouvidos pelo rei, deram a Palmela a impressão de serem propostos a mil léguas de distância e virem de trezentos anos atrás. D. João comprometeria a sua autoridade e não lograria que as Cortes se dissolvessem, nem que se demitisse um governo erigido à sua revelia e desdenhoso da sua confirmação. Nos sucessos políticos tudo depende da oportunidade e se o rei não acudisse em tempo, a revolução portuguesa estender-se-ia ao Brasil. Só havia um meio de atalhá-la; era o rei, por assim dizer, pôr-se à sua frente.[20]

Aconselhando a outorga da Carta quanto antes, a fim de não ser o soberano forçado a aceitá-la das Cortes, como veio a acontecer, quereria Palmela evitar a dificuldade em que se encontrara Luís XVIII. Após a que-

---

17 Saint-Hilaire. *Précis historiques*, pág. 381.

18 Cairu. *História dos principais sucessos do Império do Brasil.* P. X., cap. X, pág. 56.

19 Cartas de Tomás Antônio a el-rei, nos *Docs. para a a Hist. da Indep.*

20 Palmela. *Op. cit.,* págs. 151 a 159.

da do Império, o Senado redigiu a Constituição, que o rei deveria aceitar como condição para subir ao trono. Admitindo-a, o rei reconheceria o princípio da soberania popular, ao qual na realidade era oposto. A soberania residia nele próprio e provinha de Deus. Transigir acerca de tal matéria seria ir contra a Santa Aliança, cuja pressão estava a sentir e a quem devia a restauração da realeza. Luís XVIII preferiu ficar com os princípios da legitimidade dos monarcas e começou por adotar a denominação de Carta, do antigo regime, e ao outorgá-la, declarou no preâmbulo que a Constituição emanava "do livre exercício da autoridade real" e era ato voluntário, concessão graciosa do monarca aos seus súditos e não pacto entre ele e o povo.

Imprensado entre dois conselheiros tão opostos, d. João VI empregava os seus ardis habituais para ganhar tempo, fingindo procurar solução para a crise tão eloquentemente descrita pelo novo ministro. A correspondência do barão Sturmer dá conta de todas as peripécias desse momento decisivo para a monarquia portuguesa. El-rei, injustamente, considerava Palmela sectário das Cortes. Nessa convicção, por medo, tratava-o muito bem, até o lisonjeava e aparentava atendê-lo, para o não desgostar; mas na realidade resistia passivamente aos seus conselhos e procurava desuni-lo das pessoas, em cujo apoio se podia estribar. Só tarde, quando maior temor lhe produziram os relatórios da polícia acerca das conspirações em andamento, começou a transigir e a admitir a conveniência de enviar o príncipe real a Lisboa.[21]

Do próprio filho também desconfiava, mais do que nunca; temia confiar-lhe essa missão por imaginar que longe das suas vistas o pudesse enganar; medroso de afrontar a procela desencadeada na Europa, queria ficar na América, onde também receava deixá-lo só. Para iludir a Palmela, esforçava-se por fazê-lo crer que estava disposto a abandonar o Brasil de cuja tranquilidade se gabava. "Ilude-se", dizia Sturmer: "não se é rei constitucional da metade dos seus estados e rei absoluto da outra. Os espíritos estão aqui tão agitados quanto em Portugal", além de que as ideias republicanas estão no coração de toda a gente do Novo Mundo.

---

21 "Foi corrente no público que o conde de Palmela, expondo a el-rei o estado de Portugal e a impossibilidade de resistência à opinião geral de estabelecimento de Nova Constituição da Monarquia, incorrera no real desagrado, por aconselhar a sua conformidade ao manifesto Voto da Nação." Cairu, *op. cit.,* part. X, cap. VI, pág. 37.

A Inglaterra ajudava francamente a ação de Palmela e até quisera a ela antecipar-se. Ainda antes de rebentar a revolução do Porto, já o Foreign Office mandava instruções a Thornton, a 25 de maio de 1820, recomendando-lhe não deixasse de mostrar ao rei a necessidade de designar um membro da família real para colocar-se em Lisboa, à frente do governo, caso não pudesse ir ele mesmo em pessoa. O fato de estar Portugal reduzido à condição de província, quando fora sempre a sede do Império, expunha os interesses de Sua Majestade Fidelíssima aos mais sérios perigos. Palmela estava para partir de Londres e trataria esse assunto. Convinha que Thornton se antecipasse. A 31 de julho comunicava esse diplomata ao seu Governo que conforme lhe fora recomendado falara a d. João acerca do assunto, mas o monarca acolhera a sugestão com a habitual complacência, sem dizer palavra nem fazer a menor observação a tal respeito.

Quando chegaram notícias da revolução e tratou-se em conselho da partida do príncipe, o ministro inglês considerou azada a ocasião e voltou a tratar desta matéria, como já foi anteriormente referido. A 24 de outubro Thornton foi recebido pelo rei e achou-o hesitante; insinuou-lhe então que mudasse completamente a regência de Lisboa e pusesse d. Pedro à sua frente, cercado de homens de talento, como Palmela. D. João atalhou: "Bem; mas se à sua chegada o povo aclamá-lo rei?" Estava desvendado o pensamento até então oculto, razão de todo o seu estranho proceder. O inglês qualificou de impossível tal hipótese, sobretudo por causa da fidelidade consagrada ao soberano pelos seus súditos. Mas o rei obtemperou que não era tanto assim, pois o povo poderia acusá-lo de falta de palavra por não ter voltado a Portugal, conforme prometera logo que se restabeleceu a paz na Europa. Quatro dias depois, dizia d. João que mandaria o príncipe real; mas também falava de ser possível mandar d. Miguel.

A esse tempo o desejo de d. Pedro não era ficar no Brasil, mas sim partir para Lisboa. Neste sentido era aliado ao conde dos Arcos, a quem só a velha metrópole atraía. Lá aspirava o conde reinar de fato, por trás do jovem príncipe, cujo afeto cultivara desde a adolescência, agradando-o com mimos e cartas carinhosas, enviadas da Bahia. A ele dirigia-se d. Pedro nessa hora angustiosa, suplicando-lhe intervir como ministro para evitar a preterição a que o pai o queria sujeitar, mandando em vez dele a

primogênita e predileta Maria Teresa, seu filho órfão e ainda o irmão Miguel, já então com dezoito anos, em idade de fazer-lhe sombra.[22]

Acreditava Thornton que "os conselheiros brasileiros do rei ou aqueles que não desejavam ver o príncipe partir, com receio de perder por completo a sua influência junto a ele, estavam envidando esforços no sentido de incutir no espírito do monarca semelhante sentimento de ciúme, para o qual a sua índole o predispunha". Tornava-se isso tanto mais fácil quanto o caráter de d. João era feito de irresolução e incerteza. Ele só tomaria qualquer decisão em virtude de nova e violenta emergência, quando já fosse tarde demais para produzir bom efeito.[23]

---

22 "Meu conde e amigo", escrevia d. Pedro ao ministro da Marinha. – "Dou-lhe parte, o Sarmento me disse que Tomás [Tomás Antônio] lhe dissera que eu não havia ir porque ele não cria [queria] e que meu pai também não cria, mas havia de ir a mana com meu sobrinho e o mano debaixo do pretexto de tomarem conta na sua casa, deste modo não vamos bem e é necessário que o conde veja se meu pai decide a meu favor que é o que nós desejamos. Eu ontem disse à mana que sabia todas estas coisas porque me haviam dito na cidade e eu tinha muito interesse nisto porque a meu pai interessava igualmente ou se era possível ainda eu interessava mais para ver se ela lhe vai contar e se meu pai lhe diz amanhã alguma coisa. Mas ainda que ele não lhe diga nada visto o conde (*oportum et importum*) porque é de absoluta necessidade. Já se pôs outro dia uma proclamação, dizendo que não queriam Constituição, mas sim Confederação. Veja se pode salvar a este seu amigo do purgatório." – Carta existente no arq. da família do c. dos Arcos. Rocha Martins. *O último vice-rei do Brasil*, pág. 110.

Quando governador da Bahia, procurava o conde colher a estima do príncipe, escrevendo-lhe cartas e enviando-lhe presentes, fogos de artifícios e amostras de lindas madeiras, que ele empregava em obras de torneiro, nas quais já se exercitava aos dezesseis anos. Maria Genoveva do Rego Matos, sua professora, e das relações de amizade do fidalgo, favorecia e estimulava essa aproximação do herdeiro da Coroa. "Como nem sempre posso escrever-lhe", dizia ele ao conde, "a minha Maria fica autorizada para fazê-lo em meu nome." (Carta em 26 de setembro de 1811.) Evidentemente a professora redigia as missivas: "Agradeço o presente. Este seu amo e amigo como homem e não como príncipe. – Pedro" ...e aproveitava-se dessa situação para pedir emprego de importância em nome do discípulo, a nomeação do desembargador Henrique de Melo Coutinho de Vilhena para uma vara cível ou do crime na Relação, talvez mais protegido seu que de d. Pedro. – *Ib., id.*, págs. 96-7-8.

23 Oliveira Lima. *O Movim. da Independ.*, págs. 368 a 372.

A desconfiança do ministro inglês era talvez alusiva ao conde dos Arcos por acreditar toda gente que este fidalgo preferia ficar no Brasil e aí manter influência sobre o ânimo do príncipe, quando tal influência se poderia melhor exercer em Portugal, onde ele não teria competidor, estranho como era aquele meio ao herdeiro do trono.

As notícias da revolução no Porto tinham chegado a 17 de outubro e quase dois meses depois, a 9 de novembro, el-rei não trocara a tal respeito uma palavra sequer, nem com a rainha nem com d. Pedro. A própria rainha disse-o a Casa Flores, o qual desde abril porfiava em tirar a limpo se haviam melhorado as relações entre ela e o marido. No dia 29, aniversário natalício de Carlota Joaquina, tinha ocorrido a "extraordinária novidade" de ir d. João dar-lhe os bons-dias e fazer-lhe cumprimentos. No espetáculo de gala daquela noite, o modo por que ambos se falaram no teatro deixava acreditar ter havido alteração na maneira de se tratarem. Por ser o caso tão estranho, comunicou-o o ministro ao seu governo e o rei de Espanha ordenou-lhe que não desanimasse de descobrir os motivos da auspiciosa mudança, ainda com emprego de astúcia. Ao fim do ano, Casa Flores estava convencido de ser tudo aparências, mera conveniência de guardarem os esposos em público mais alguma consideração, coisa que não ocorria desde a chegada ao Brasil.[24]

Já era entrado o novo ano e a situação permanecia a mesma. O ministro inglês decidiu então enviar uma nota a Palmela, na qual declarava que a irresolução do soberano acarretaria a dissolução da monarquia. Desse ato deu parte ao seu colega austríaco, a quem informou que em Londres se considerava a ausência do rei, em momento de exigir-se firmeza, antes favorável que prejudicial à sua causa em Portugal.

Embora sem instruções precisas nesse sentido, mas conhecendo a opinião da sua Corte, decidiu o ministro austríaco proceder na mesma ordem de ideias. Em fins de janeiro, o próprio rei ofereceu-lhe esse ensejo, ao comunicar-lhe ter recebido notícias de Lisboa, nas quais lhe diziam que os soberanos, membros da Santa Aliança, reunidos em Troppau, faziam por ele algo de proveitoso. "As distâncias são tão grandes", ponderou Sturmer, "que V. M. será infelizmente forçado a tomar qualquer deliberação

---

24 *Docs. cits.*, págs. 155-8.

antes de conhecer a dos soberanos. Por mais que a partida do príncipe real custe ao coração de V. M., creio que V. M. não hesitará em enviá-lo." Após um momento de reflexão, o rei soltou um longo suspiro e exclamou: "ah! Sinto muito!" Esse suspiro, comentava o ministro austríaco, não era de ternura paterna; apenas exprimia o temor que d. Pedro inspirava ao pai, o qual de modo algum o queria longe das suas vistas.

Sturmer não abandonou o assunto e declarou peremptoriamente ser a opinião do seu soberano favorável à partida do príncipe; se ele não insistia em dar tal conselho, era para não parecer que assim obrava, movido pelo desejo de atrair a filha à Europa. Referiu-se então el-rei à grande pressão da Inglaterra para forçá-lo a tomar um alvitre a esse respeito, e começando a desviar a conversa, passou a falar das grandezes e belezas do Brasil. Sturmer fez-se de desentendido e aproveitou o ensejo para recomeçar. Reconhecia quanto d. João deveria sofrer em deixar país tão atraente. Como o rei dissesse que realmente era assim, aproveitou o ministro para acrescentar não ser idêntico o sentimento do príncipe, o qual por certo estaria pronto a servir ao seu soberano em qualquer hemisfério. Então el-rei encerrou claramente o assunto, entrando a falar da morte da mãe, do calor, das próprias enfermidades, de várias ninharias destinadas a revelar quanto lhe era desagradável insistir nessa matéria.[25]

A esse tempo ocorreu importante circunstância, que veio reforçar a convicção de continuar d. João VI absolutamente infenso a voltar à Europa. Apareceu publicado um folheto, escrito em francês, discutindo esta questão: "Devem, nas presentes circunstâncias, el-rei e a família real de Bragança voltar a Portugal ou ficar no Brasil?" O fim do livro era responder pela afirmativa à pergunta contida neste título, demonstrando seis teses que apresentava ao debate: Portugal não podia passar sem o Brasil e o Brasil não precisava de Portugal. A partida da Família Real seria o prelúdio da independência do novo reino. O soberano poderia conservar no Brasil toda a sua autoridade e aí fundar um grande Império. A permanência do rei no Brasil enfraquecia a revolução portuguesa; que ao contrário se fortalecia com o regresso de sua majestade a Lisboa. A melhor posição do monarca, relativamente aos fabricadores de constituições, seria longe do foco

25 Of. nº 2-B, de 29 de janeiro de 1821.

da revolta e senhor da parte mais florescente do Império. Finalmente, em qualquer caso, seria sempre tempo de dar o rei o passo que no momento conveniente lhe fosse proposto.

Estavam aí, mais ou menos, as ideias já expostas por Tomás Antônio.

Sustentava o autor que os produtos portugueses eram inferiores aos que o Brasil poderia comprar a nações mais adiantadas, no entanto procediam do novo reino os recursos principais onde Portugal tirava meios de pagar todas as mercadorias importadas. A partida da família real viria aumentar as divergências manifestas entre portugueses e brasileiros e constituir antipatia de ordem nacional, pois não seria possível, depois de tal acontecimento, ficar por muito tempo um grande Império, como o Brasil, colônia de uma província como Portugal. Retirar-se o rei de um imenso país marítimo, cuja aliança viria a ser disputada, para ir assentar-se entre os rochedos de Portugal, seria o mesmo que deixarem a França Luís XVIII e sua família para irem fixar-se na Martinica. O velho reino seria sempre um país de terceira ordem, vivendo sob a férula da Inglaterra, a fim de protegido por ela defender-se da opressão da Espanha.

Pode-se imaginar quanto semelhantes ideias exasperaram a população portuguesa. Palmela e Arcos correram a procurar d. João, que se mostrou ignorante de todo o ocorrido e mandou proibir a venda do folheto, cuja circulação já invadira a cidade inteira.

O *Exame analítico-crítico*, opúsculo de cinquenta e duas páginas, publicado na Bahia, não só reproduziu a obra aparecida no Rio, como deu resposta a cada uma das questões nela aventadas.

De toda a análise transita indignação contra o "monstruoso parto de uma pena vil e mercenária, forjado na oficina do orgulho e da lisonja" por um indigno português de trajes emprestados à francesa, réu de alta traição contra seu rei e sua pátria. Os brasileiros não tinham capacidade de viver por si e comerciar com outros povos. Convinha adverti-los: "Se vos separardes da metrópole, os estrangeiros dominarão o vosso comércio inteiramente e o vosso país, acabarão por vos exaurir e vireis a ser seus escravos." Para evitar tamanha desgraça só havia o meio de unirem-se os brasileiros "inseparavelmente a Portugal por meio da sua Constituição".

Assim, pois, devia-se concluir: "Para longe estrangeiros. São nossos inimigos naturais, querem só o nosso ouro e o nosso suor."

O indignado escritor não escondia a desconfiança ou certeza das origens do execrável folheto: "Portugueses americanos, vede qual a sorte que se nos prepara *nas vistas ministeriais*: escravidão perpétua." A proposição, ali sustentada de já não poder o Brasil "contentar-se com uma parte qualquer no governo", pois era impossível "um Império" de tanta importância ficar "por muito tempo colônia, debaixo de qualquer condição que possa, de uma província como Portugal", era interpretada como sinal de haver o propósito de deixar o Brasil sob o governo absoluto, enquanto Portugal tinha proclamada "a Santa Constituição", laço que haveria de prender os dois reinos, deixando ao deste lado do mar uma parte do governo suficiente para contentá-lo. Poderia voltar o rei à Europa, porque o Brasil não lhe fugiria eternamente do espírito. A Constituição não era obstáculo a que o Brasil fosse Império.

A conclusão tirada pelo *Exame analítico* era exatamente oposta à do folheto por ele criticado. O autor deste deveria dizer ao rei que voltasse para o berço da monarquia a "consolar as saudades e limpar as lágrimas de seus fiéis vassalos". Cumpria a sua majestade mandar por honra da nação, de quem é pai, cancelar esse folheto, "libelo infame escrito por um português contra si mesmo".

Sob a impressão desses fatos, Thornton insistiu de novo, sobre o ânimo do monarca, o qual acabou por prometer-lhe que proporia ao filho a partida para Lisboa sem levar a esposa. Em tal desconfiança era tido o rei, "tão arguto quanto falso", escrevia Sturmer, que a sua promessa com esta restrição foi considerada o meio de forçar o príncipe a recusar, ou de guardar-lhe a mulher e os filhos como reféns. Na realidade, porém, d. João VI convocou o Conselho e foi decidida a viagem de d. Pedro. Só nesse momento, modificando cada um a própria opinião, cedeu Tomás Antônio um pouco do seu emperramento, apenas para concordar em partir o príncipe real "a ouvir, saber as queixas, remediar o que for segundo as leis", propor as emendas e reformas, mas "nada falar da Constituição e tudo de melhoramentos e conservar a autoridade real toda inteira", para o rei e seus sucessores. O monarca, porém, deveria "ouvir o imediato sucessor antes de decidir", a fim de saber se ele "voluntariamente quer fazer esta ação, que

lhe é de grandes consequências", "pois lhe pertencia tanto o negócio, como pessoa, e como herdeiro do reino".

Afeiçoava-se o conselho do ministro favorito às intenções de d. João, abrindo-lhe a porta para subordinar-se aos desejos de d. Pedro: "Só pode repugnar a ir sem a princesa; e nisso se pode ceder." O ponto principal era ficar o Trono no Brasil, isto é, o rei e a sucessão direta da Coroa, "e por isso em ficando os netos de V. M., ou dos dois um que há, outro que se espera, o que for o sucessor; e o que basta para o essencial". Poderia o rei dizer ao filho que o assunto fora discutido e cada um cedera parte da sua opinião. Chegara, pois, o momento de ambos se entenderem e tomar-se uma decisão. Mas decidir qualquer coisa era o supremo sacrifício exigido de d. João VI. Horas depois escrevia ele ao ministro: "Até este momento ainda não falei a meu filho, quero que me diga se está na mesma opinião, diga-me o que lhe devo dizer e se houver réplica o que lhe devo responder."[26] Tomás Antônio devia ter calculado o efeito de ficarem os filhos do casal separados dos cuidados maternos, quando um deles seria ainda para amamentar. Tal proposta iria despertar a resistência desesperada da princesa e fazer o príncipe modificar os seus desejos.

Na manhã do dia 3 de fevereiro, conversava d. João VI com Palmela, quando d. Pedro lhe veio apresentar uma pasta, contendo a resposta que lhe cabia dar às resoluções do Governo. Recebeu-a o rei e colocou-a sobre a mesa, continuando a falar durante três horas das cousas as mais insignificantes, sem dizer uma palavra ao ministro acerca da questão capital daquela hora.

A resposta do príncipe era no sentido de aquiescer à resolução do Governo. O paquete que devia partir para a Europa fora adiado três vezes, e ainda ia ser para o dia 6. Palmela não queria que ele saísse, levando apenas a nova da próxima ida de d. Pedro. Tal notícia poderia despertar receios no ânimo das facções revolucionarias e arrastá-las a impedir o desembarque. Logo depois de terminar aquela conferência, Palmela declarou

---

26 Carta de 31 de janeiro. Já era nascida Maria da Glória e esperava-se o parto da princesa real, onde veio à luz o príncipe d. João Carlos. Toda essa correspondência entre d. João VI e Tomás Antônio está publicada pela Bibl. Nacional nos *Docs. para a Hist. da Indep.,* págs. 173 e 197.

a Sturmer que se o navio deixasse o porto sem o príncipe estar a bordo, pediria demissão, embora fosse encerrado numa fortaleza. O rei, porém, nada pudera dizer-lhe, porque nada decidia por si. Tinha de ouvir Tomás Antônio, a quem no dia seguinte escreveu: "Acabo de receber o voto de meu Filho diga-me o seu parecer."

No dia 7 de fevereiro foram feitas comunicações formais aos ministros da Inglaterra e da Áustria de haver o rei resolvido enviar o príncipe sem demora, na qualidade de condestável do Reino, para em seu nome assumir o governo provisório do Estado, conceder anistia plena às pessoas comprometidas nos últimos acontecimentos e restabelecer a ordem por todos os meios de conciliação. Declarou o governo nessa nota quanto custava ao monarca separar os dois jovens esposos: só o fazia forçado, para evitar os perigos a que se exporia a princesa, cujo estado de gravidez era avançado. Palmela assegurou o Sturmer que o tempo da separação seria curto e o ministro austríaco respondeu que tendo, de longa data, aconselhado a partida do príncipe, o seu soberano consolar-se-ia do sacrifício feito pela filha, com a esperança de ser realmente assim, pois do contrário haveria clamorosa injustiça. Sturmer explicava a Metternich ter insistido particularmente acerca desse ponto, para evitar o ardil de ser a princesa detida no Rio, como se fora refém, violência que "Sua Alteza Imperial parecia vivamente recear".[27]

O conde dos Arcos, que procurava manter a sua situação junto a d. Pedro, considerou ser conveniente apoiar o adiamento da viagem para, de tal modo, não levantar contra si a cólera da princesa, já em ação contra Palmela. Da ilha do Governador escrevia d. João a Tomás Antônio no dia 11: "Hoje falei a meu filho a manhã lhe direi o resultado; também lhe mostrarei o parecer do conde dos Arcos que é de parecer que parta o correio."[28]

---

27 Sturmer, Of. nº 5-B, de 3 de março.

28 No *O último vice-rei do Brasil*, à pág. 124, transcreve Rocha Martins várias cartas de d. Pedro ao conde dos Arcos, as quais parece terem sido escritas nesse momento. Infelizmente, não lhes foi citada data alguma, talvez por não haver; dai a incerteza. Diz uma delas: "Recebi agora este papel, diga-me o seu parecer, mande demorar a partida, até segunda-feira, do paquete, estimarei que tenha alívio na sua moléstia, o seu parecer basta que me o mande de amanhã, pois é melhor que escreva de dia para não lhe aumentar o seu incômodo."

Saiu a embarcação sem levar o príncipe, cuja viagem só poderia vir a ser realizada depois do parto da princesa. Sturmer é de opinião que o Rei não queria executar a medida arrancada por Palmela; a sua intenção era apenas desembaraçar-se das instâncias feitas pelas legações da Inglaterra e Áustria. Então pergunta espantado: "Será concebível que um soberano comprometa a sua dignidade até o ponto de fazer anunciar oficialmente a duas grandes Cortes resolução que não quer cumprir, e a este ponto abusar da boa-fé pública?"

Silvestre Pinheiro estava perfeitamente a par das circunstâncias, quando assim escrevia para Lisboa: "Mas se me é lícito adiantar a minha particular conjetura, S. R. A. não parte. Ele não quer. O partido brasileiro, que tem muito forte apoio no Ministério, está disposto a fazer os últimos esforços para que tal partida se não realize."[29]

Toda a obscuridade espalhada sobre esses fatos era a sombra do caráter do rei, da sua fraqueza, das suas dúvidas, das suas vacilações, da sua dissimulação inveterada, recurso ao qual se apegava para entreter a uns e a outros, ganhando tempo, a ver se as circunstâncias lhe traziam a decisão, que era incapaz de tomar por si. Muitas vezes ele daria a impressão de obrar com astúcia, que aliás lhe não faltava, mas na realidade estaria movido pelo medo. A propósito das protelações opostas à sua partida para Lisboa, anunciada por decreto, escrevia Sturmer: "Ele gosta de fazer o contrário do que anuncia e de enganar a expectativa dos seus cortesãos e do público, mudando a ideia de um momento para outro." Apesar desta opinião, o ministro reconhecia que a falta de coragem do monarca influía, decisivamente nas suas resoluções. "Mas o medo apoderou-se dele e o fará partir daqui, como outrora o fez partir de Lisboa."

Agora, o seu ânimo não estaria sendo abalado apenas por tantas razões de Estado, mas também por motivos domésticos. A princesa considerava a separação com horror e a 2 de fevereiro já recorrera a Sturmer, pedindo-lhe que a não abandonasse. Procurado a esse respeito pelo ministro austríaco, respondia Palmela que Sua Alteza se devia resignar e não sobrepor o seu interesse pessoal ao de toda a dinastia, ameaçada de assistir

---

29 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.,* pág. 246, Carta 3ª. Provavelmente Silvestre Pinheiro aludia a Tomás Antônio ou ainda ao conde dos Arcos.

à perda de Portugal. De modo algum o rei deixá-la-ia partir. Se Sturmer lhe falasse a esse respeito, ele, que na realidade não desejava a ida do príncipe, prevalecer-se-ia dessa intervenção para deixá-lo ficar. Palmela concordava que a causa do procedimento de d. João VI era a sua desconfiança; detendo a nora, queria garantir a fidelidade do filho. O ponto mais delicado da questão era o estado da princesa, cuja gravidez devia andar no nono mês; a sua contrariedade, a sua exaltação nervosa poderiam ser nocivas ao parto. Palmela amenizava esses cuidados, garantindo que Leopoldina não seria guardada como refém e iria encontrar o príncipe, apenas ele estivesse tranquilamente instalado em Lisboa.

Sturmer voltou a dar-lhe todas estas razões; nenhuma, porém, a convencia nem lhe modificava as ideias. Não falava a princesa real e sim a mulher que se defendia. A sua posição, na ausência do marido, seria insustentável; aproveitariam, na roda dele, qualquer ensejo para prejudicá-la. Já de si mesmo, d. Pedro "era esposo excessivamente inclinado à desconfiança". Ficaria ela, pois, exposta, desse modo, a maledicência e à intriga. A tal respeito não podia dizer bem dos portugueses. Ao demais, não admitia a hipótese de eterno exílio num país "que sempre detestara". Já tinha declarado ao rei achar-se pronta para acompanhar o príncipe, apesar da gravidez. "Nenhum poder do mundo a impediria de embarcar em qualquer calhambeque disponível, para ir encontrá-lo ou voltar à pátria."[30]

Não é de entranhar que só na companhia do esposo e na esperança de no futuro estar sempre ao seu lado, achasse Leopoldina compensação para o sacrifício imposto aos seus deveres dinásticos. Tinham-na atirado para duas mil léguas além da Europa e feito trocar os esplendores de Schoenbrunn pela morada semirrural de São Cristóvão. Da corte de Viena, onde os séculos tinham apurado requinte de distinção, de elegância e de graça, que disputavam a primazia a Versalhes, passara, arquiduquesa d'Áustria, à Corte desmantelada e sebosa de d. João VI, transplantada com os seus fidalgos grosseirões e incultos para o meio primitivo de uma capital em formação, repleta de escravos negros, onde ardia a licenciosidade dos costumes, atiçada pelo calor. Separando-a do marido, suspeito pela desconfiança do rei, arrancar-lhe-iam a única razão de viver ali, privada de

---

30 Sturmer, Of. nº 5-B, de 3 de março.

tudo quanto lhe encantara a adolescência e a juventude. Suas cartas ao pai eram feitas das suas mágoas e dos seus gritos d'alma. "Como eu desejaria voltar para o vosso lado..." "O calor daqui quase me mata." Sempre "muito triste e pouco disposta", "...terei infelizmente de ficar no Brasil..." "De dia em dia estou com mais saudades!!!"[31] O príncipe levaria consigo o que ainda a ela pudesse restar de estímulos da sua origem real; agora só sentia a natureza humana, os seus impulsos, os seus instintos de defesa. Quando se visse sozinha, cada dia se sentiria minguar, desfalecer e extinguir. Até na natureza, que a cercava com a pujança vitoriosa de tudo quanto medrava e crescia, sob um sol dominador nunca abrandado, encontrava razões para ter medo. Se as próprias plantas vigorosas morriam, enlaçadas por cipós torturantes, também ela não poderia resistir, pobre vimeiro indefeso, ao contato da flora envenenada, que a iria envolver e esmagar.

Sturmer procurava chamá-la à razão e debalde empregava todos os recursos para persuadi-la de estar planejando um ato de insensatez. Era até duvidoso se d. Pedro seria recebido ou não em Lisboa; ainda que fosse, haveria grandes dificuldades para vencer nos primeiros dias. Ter a mulher e os filhos a bom recato constituiria para ele importante elemento de calma, indispensável ao bom êxito de sua missão. Leopoldina, porém, estava absolutamente possuída da ideia de ser retida como refém e nada a demovia do seu propósito. Sturmer prometia-lhe todo o crédito e influência da sua posição diplomática e assegurava já se ter certificado da colaboração de Thornton e Palmela; entretanto a sua resistência parecia gerar no ânimo da princesa a suspeita de proceder antes como inimigo do que como natural protetor da filha de seu soberano.

Não confiando na intervenção do ministro, Leopoldina redobrava de esforços dentro do próprio Paço. Ali mesmo Sturmer colheu confidências de haver o rei mandado garantir à nora que seu marido não partiria. Maria Teresa, a filha predileta de d. João VI, fora incumbida de fazer declaração à cunhada, debaixo do maior segredo. De fato, após a saída do paquete, já não se tratava desse assunto e o ministro austríaco veio a saber que o monarca confiara a alguns favoritos a revelação de nunca ter pensado

31 Cartas de 29 de janeiro; 25 de abril, 2 de maio e 8 de junho de 1821, copiadas para o A. nos arq. do Estado em Viena.

seriamente na viagem do filho; mas ao contrário sempre estivera decidido a nada fazer a tal respeito. Entretanto, a despeito de tudo isso, Palmela continuava enganado. No dia 16 escrevia ele à esposa, anunciando-lhe para muito breve, "com a certeza que há nas coisas humanas", a partida do príncipe para Lisboa e dispensando a guarda do segredo, pois a notícia seria lá espalhada. Só restava decidir a ida imediata ou posterior da princesa.[32]

Circunstância da maior importância veio agravar a situação já de si assás tensa. A onda revolucionária vinha rolando no Atlântico, rebentara na Madeira, em todo o arquipélago dos Açores, atingira o Pará, chegara à Bahia, onde a 17 era recebida a notícia de ter sido proclamada a adesão à obra das Cortes. Quando Palmela por lá passara, achou os espíritos muitos agitados; acalmou-os com a promessa de obter as medidas que vinha pleitear.[33] Ao chegar ao Rio, encontrou nomeado capitão-general da província o conde de Vila Flor, cuja partida, sobrestada desde o primeiro momento por influência do conde dos Arcos, conseguira ainda mais demorar. Por ela instava Tomás Antônio, que esperava do valor do novo chefe reviravolta entre os militares, de cujas aspirações havia notícia desde novembro. Devido a isso foi o despacho publicado no dia 10, uma semana após a chegada do ministro.

O conde de Vila Flor tinha apenas vinte e oito anos e já era brigadeiro por atos de bravura durante toda a campanha contra franceses. A questão da sua ida para a Bahia foi objeto de dissenção entre Arcos e To-

---

32 Maria Amália. *Op. cit.,* vol. I, pág. 375.

33 Escrevendo ao seu governo a 25 de dezembro participava o conde de Casa Flores, ministro de Espanha, que no navio em que chegara Palmela tinham vindo notícias de pronunciamentos da opinião pública da Bahia a favor do sistema constitucional: "Parece que a prudência do conde da Palma se deve não ter dado a separação e desobediência ao Governo do Rio" (*Corresp.* Cóp. em Madri para a Bib. Nac. do Rio.) Em nota, nº 11, evidentemente de autoria de Drummond, a apontamentos de Melo Morais, talvez todos também ditados por aquele, e publicados nos *Docs.* cits., da Bib. Nacional, pág. 246, leem-se estas palavras: "O desembargador Moura Cabral, que fora presidente da Junta governista, que se instalou com a revolução de 10 de fevereiro de 1821, afirmou-me em Lisboa (onde Drummond era ministro do Brasil) em 1839 que aquela revolução fora planeada e concertada na prisão em que se achavam os réus de Pernambuco, com os quais ele estava de inteligência e principalmente com Antônio Carlos; que o brigadeiro Manuel Pedro estava também de acordo com A. Carlos."

más Antônio. Arcos pleiteava a nomeação do conde da Ponte (Saldanha da Gama), filho do fidalgo do mesmo titulo, que governava a capitania quando o rei ali chegou. Preferia-o por ser homem calmo e conhecedor do povo, em cujo contato vivera alguns anos. Dando opinião acerca dos conselhos do seu colega, escrevia ao rei o ministro favorito: "Ele nada diz de razões, diz que não porque entende que não e contenta-se com impugnar." Insistia, pois, Tomás Antônio em considerar justa e acertada a resolução de mandar Vila Flor sem demora "e se não fizer expõem-se a ver perder a Bahia e pincipiar a revolução no Brasil". Impedi-lo de ir seria injuriá-lo e também ao conde da Palma e ainda desanimar a todos e apressar a ruína.[34]

Três meses depois, em carta de 20 de janeiro de 1821, voltava ao mesmo assunto. Fora visitado pelo general, amofinado por não partir para o seu destino: "Embaraçá-lo de ir entra nos cálculos da facção." Desse modo, Arcos e Palmela, opostos à ida de Vila Flor, eram apontados ao soberano como coniventes com os facciosos. Maler tinha por desacertada a escolha desse general. Escrevia ele que desde algum tempo os habitantes da Bahia reclamavam contra certos abusos, ali introduzidos por fraqueza do Governo. Em vez de atendê-los, "a corte teve a imprudência de nomear Vila Flor, o qual, quando governador do Maranhão, levantou grandes queixas contra si". Essa notícia tinha precipitado a explosão esperada.[35]

---

34 Carta de 22 de out.

35 Maler. Of. de 4 de março de 1820. Vila Flor veio a ter parte gloriosa na invasão de Portugal por d. Pedro contra d. Miguel e por seus feitos foi elevado a duque da Terceira; não governou o Maranhão, mas sim o Pará, onde talvez fosse duro, mas fez administração proveitosa. Não há dúvida que a sua nomeação para a Bahia precipitou a revolta naquela província. Logo depois de aclamada, a junta escreveu ao rei nestes termos: Havia acreditado que os sucessos de Portugal "teriam de todo rasgado a venda que impedia de chegar ao conhecimento de V. M. as necessidades e sofrimentos do seu povo, algemado pelo despotismo e pela corrupção dos cortesãos". Suas esperanças, porém, foram frustradas. Em vez de respostas aos ofícios o conde da Palma, que era público e notório, informara o Governo acerca da agitação do espírito público, veio notícia da "mudança e substituição de um governador tranquilo e benéfico por um mancebo ardente e de caráter violento". Os conselheiros do rei, em vez de lhe mostrar os perigos que corriam o Trono e a paz interna à política dos seus estados, decidiam S. M. a inclinar-se para as "medidas de terror e de repressão à vontade nacional". A revolução era "o único remédio que restava para segurar o Trono".

Prevaleceu-se Palmela daquele grave acontecimento para exigir medidas urgentes. Tomás Antônio, porém, fazia tudo para contrariar-lhe a ação. Naquele mesmo dia informava ao rei: "Ele [Palmela] já lhe parece que o decreto é pouco, e quer que chamem Representantes." A notícia de revolução da Bahia, dada a Palmela pelo ministro inglês, fora trazida por navio dessa bandeira. Tomás Antônio pô-la em dúvida, pois Paulo Fernandes, intendente de polícia, nada ainda sabia e apenas tinha notícia de haver entrado embarcação de Pernambuco. "Dar-se-á caso que haja aqui notícia inglesa!", escrevia ele ao rei, a quem animava: "O Perestrelo manda-me agora dizer que teve boas novas da Bahia." Seu fim era levá-lo a resistir: "Vossa Majestade deverá sustentar o seu posto."

Mas d. João VI acabou por atender a Palmela e no dia seguinte reuniu os ministros e algumas pessoas de confiança diante de quem o seu novo conselho propôs a publicação de um decreto ou manifesto com as bases da Constituição que apresentara. Seria essencial, ao mais tardar dentro de oito dias, o príncipe partir numa esquadra de quatro ou cinco navios, guarnecidos de parte da tropa estacionada no Rio. Só essa medida, dizia ele em nota ao ministro austríaco, teria evitado a revolução que rebentou no Rio dias depois. A esquadra deveria tocar na Bahia, onde d. Pedro apareceria acompanhado até lá pelo conde dos Arcos, cuja popularidade naquela capitania seria elemento de bom êxito. Aí publicaria o manifesto do soberano.

Dessa forma procurava Palmela lisonjear ao colega, a quem se atribuía influência na súbita mudança do príncipe, o qual já protestara não partir sem a esposa. Entretanto, parece certo, era o fidalgo quem cedia a d. Pedro e não d. Pedro ao fidalgo. Na realidade ambos cediam a Leopoldina e as manobras do rei constituíam a causa fundamental de todas essas mudanças. O herdeiro da Coroa deverá também visitar Pernambuco e empregar os mesmos meios para reforçar a autoridade real. Apenas recebida notícia de feliz chegada a Lisboa, a princesa poderia embarcar; nesse sentido el-rei daria a sua palavra ao imperador da Áustria. Conviria revestir da maior solenidade a partida do príncipe. D. João juraria a Carta que daria, e ao mesmo tempo receberia o juramento de d. Pedro, vice-rei de Portugal. Chegando este a Lisboa, anunciaria à nação que vinha tomar as rédeas do governo em nome do monarca e proclamar as bases da Constituição.

Sentindo-se suficientemente apoiado pela opinião, desse então um golpe de estado, dissolvesse as Cortes e convocasse os três Estados, conforme as antigas leis. Para isso, porém, tornava-se necessário contar com a tropa; do contrário, acertado e prudente seria transigir.

Propôs ainda com insistência que o rei aumentasse o número dos ministros, chamando Antônio de Saldanha ou o marquês de Marialva, pois sendo apenas três, um deles (o conde dos Arcos) de há muito tempo não trabalhava; ao contrário do que nunca fizera, reunisse-os sempre em conselho de gabinete, e satisfizesse também a opinião pública, demitindo três ou quatro funcionários, incursos na animadversão geral; que enfim se ocupasse das reformas principais, reclamadas na administração das finanças, procurando restabelecer o crédito do banco; concedesse anistia geral, sem restrições, a todos os delitos políticos, cometidos ou suspeitados desde a invasão francesa de Portugal em 1807. Concluiu Palmela por declarar que se as suas ideias não fossem aceitas, pediria demissão. Por fim, decidiu o Conselho confirmar a resolução tomada desde a reunião de 30 de janeiro acerca da partida do príncipe e ficou o autor da proposta incumbido de redigir o projeto do manifesto e bases.

O conde dos Arcos parecera ter recebido bem a proposta, na parte que lhe dizia respeito. Saindo da reunião, Palmela fez-lhe um apelo; tinha esgotado todos os recursos; a ele cabia persuadir o herdeiro do Trono, pois era a única pessoa que lhe merecia inteira confiança: "Hão de atribuir-vos a responsabilidade de todas as desgraças, provindas da imprudência de Sua Alteza." Arcos prometeu formalmente decidir d. Pedro a mudar de ideia.

A revolução da Bahia tinha impressionado vivamente os ministros da Inglaterra e da Áustria, os quais deliberaram ir falar pessoalmente ao rei. Thornton rogou-lhe com instância que não demorasse a resolução por tomar; mas d. João respondeu que a dificuldade consistia agora na recusa do príncipe em partir sem a esposa. Deu-lhe a entender o ministro que em tal caso lhe cabia ordenar. O monarca mostrou compreender, mas nada adiantou: "Quereis dizer que eu empunhe o cetro..."

Logo depois chegou a vez de Sturmer. Nada lhe informou d. João VI acerca dos acontecimentos da Bahia; mas mostrou mau humor contra Thornton, "como é seu costume contra todos que lhe falam verdade", escrevia o ministro austríaco. Limitou-se a referir que os soberanos

reunidos em Troppau tratavam da coroa de Portugal; entretanto Thornton sustentava o contrário. Sturmer não se conteve: "A despeito de tudo quanto possam fazer em Troppau, as distâncias são muito grandes para que V. M. possa contar com os resultados. Enquanto se espera, as coisas tomam aqui pavorosa feição. Tudo está perdido, Senhor, se V. M. não aplica o remédio já e já."[36]

Estava por pouco tempo a realização desta profecia.

NOTAS

A) Duas vezes em conversa com Sturmer aludiu d. João VI à intervenção dos soberanos da Santa Aliança a seu favor. A salvação viria de Troppau onde eles estavam reunidos; enquanto não chegasse, não valia a pena cogitar de outro alvitre. No folheto escrito em francês havia este tópico: "Em consequência cremos firmemente que no estado atual das coisas o Rei nada pode perder em temporizar com os seus vassalos de Portugal, esperando os acontecimentos e as resoluções do congresso de Troppau."

Leopoldina, cujo maior desejo era então deixar o Brasil e cuja aversão a tudo quanto lhe parecia liberal era constante, escrevia ao pai a 29 de janeiro, pedindo-lhe qualquer ação junto ao rei, "que infelizmente não quer tomar nenhuma resolução e assim perderá tudo e vamos ficar aqui com calor de noventa graus." Ajuntava: "Além disso o espírito aqui é tão ruim, que se não forem tomadas medidas mais enérgicas estará tudo perdido."

D. João VI, porém, continuava a esperar que os monarcas aliados lhe dessem meios de resistir à obra das Cortes, destinada a cercear-lhe o poder absoluto e dar uma Constituição a Portugal. Semelhante intervenção teria de ser pela força, como foi em Nápoles e no Piemonte e posteriormente em Espanha. Os ministros portugueses acreditados junto àqueles monarcas, ainda sem instruções de el-rei, desde o primeiro momento desenvolveram toda hostilidade ao Governo revolucionário, com quem se negavam a entreter correspondência; recusavam despacho aos navios mercantes nacionais e estrangeiros, destinados ao reino, e passaportes aos portugueses que queriam regressar à pátria. Foi necessário o Governo dispensar a esse respeito à intervenção das legações, para o país não ficar virtualmente bloqueado. Além disso, juntaram-se aqueles diplomatas em Paris e formou sob a direção de Marialva, embaixador ali acreditado, uma espécie de congresso para obrar contra o novo regime. Reunidos os soberanos em Laybach, com o fim de continuarem as negociações entabuladas em Troppau, para lá partiu Antônio de Saldanha da Gama, ministro em Madri, que se julgava habilitado a ser ouvido, visto ter desde algum tempo poderes gerais para tratar dos negócios de Portugal em qualquer congresso reunido na Europa. Escrevendo aos chanceleres da Áustria

36 Sturmer. Of. nº 5, de 3 de março. Palmela. *Op. cit.,* tomo I, págs. 167 e 174.

e da Rússia, com intuito de oferecer-se para dar esclarecimentos acerca das revoluções de Espanha e Portugal, foi por eles animado a apresentar-se ali, onde seriam bem acolhidas as suas revelações.

Apesar de ouvido pelo Tsar e por Francisco I, sua missão foi infrutífera, devido à oposição da Inglaterra, a quem Metternich não queria então desgostar. O embaixador inglês aconselhou-o a aguardar as decisões de d. João VI, junto a quem se exercia naquele momento a ação de Thornton. Quando, pois, no Rio de Janeiro el-rei falava das suas esperanças depositadas em Troppau, aludia ao que lhe mandavam dizer a respeito da ação de Saldanha. Em fevereiro, porém, rebentou a revolução no Rio; d. João jurou a Constituição ainda por fazer; submeteram-se as Cortes, que informadas da atitude dos diplomatas procederam contra eles. Aterrorizado, por iniciativa própria ou pressão estranha, fez então Silvestre Pinheiro, novo ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicar em seu nome ao Governo de Lisboa, a 3 de abril, que lhe constando haver quem nos congressos de Troppau e Laybach tivesse procurado persuadir os soberanos ali reunidos de ser ele infenso ao novo regime, proclamado no seu país, fizera saber aos seus enviados que bem longe de consentir em semelhante asseveração, lhes ordenava muito positivamente que informassem da maneira mais solene haver jurado livre e voluntariamente a Constituição a ser decretada pelas Cortes, "o legítimo órgão e expressão da vontade nacional"; achar-se decidido a manter esse juramento e a considerar "como ato da mais revoltante agressão contra a independência da sua real coroa todo e qualquer passo, convenção ou ajuste, por onde os soberanos estrangeiros se possam lembrar de assumir a autoridade de intervirem por qualquer modo, qualquer que ele possa ser, nos objetos que fazem hoje o assunto das Cortes Gerais do reino". Acrescentava-se no ofício serem estes mesmos os sentimentos do príncipe real do Reino Unido. Conhecidos o caráter do rei, bem como os talentos e liberalismo de Silvestre Pinheiro, deve-se de preferência presumir que todas estas declarações fossem de iniciativa e execução daquele ministro.

B) D. João VI não dizia a verdade a Palmela e a Arcos, quando parecia ignorar a origem e até a existência do folheto, escrito em francês, acerca da conveniência de permanecer a família real no Brasil. Ele tinha pleno conhecimento dos antecedentes da publicação. A Biblioteca Nacional guarda-lhe grande parte da correspondência com Tomás Antônio. Em carta de 14 de janeiro escrevia-lhe o ministro: "O papel de Cailhe em francês merece imprimir-se; e dando a V. M. licença, o faço imprimir do Erário." El-rei respondeu: "Quanto a Cailhe como julga boa sua obra, pode mandar imprimir."

A origem desse folheto, cuja cópia o A. recebeu de Viena e entregou à Biblioteca Nacional para ser reimpresso, por não haver então notícia de existir no Brasil, tem sido objeto de controvérsia, que parece dever cessar à vista dos termos da carta de Tomás Antônio. Aliás desde o primeiro momento a obra foi considerada oficial. Um opúsculo impresso em 1821 na Tip. Nacional e escrito por Teodoro José Biancardi, diz assim: "Entendeu-se então geralmente, até pela publicação misteriosa e gratuita do folheto, que as ideias nele expostas eram as que tinha o Ministério."

Varnhagen não quer admitir Cailhe como o autor por não lhe conhecer outro trabalho literário. Não é razão. Há muito doutor de um livro só. Poderia apenas ter traduzi-

do ou ser "testa-de-ferro" como quer aquele historiador; mas se fosse assim, era natural que Tomás Antônio aludisse a essa circunstância ou ao verdadeiro escritor em carta particular ao soberano. Varnhagen comete engano, quando diz que o folheto apareceu em meados de fevereiro e foi impresso clandestinamente. Provam o contrário a correspondência de Sturmer, que à pág. 28 da *História da Independência* ele mostra não ter lido, e a do ministro espanhol, conde de Casa Flores, os quais em ofícios de 30 e 31 de janeiro, se refere à publicação a esse tempo já realizada pela Imprensa Régia e com licença do Governo, Varnhagen inspira-se nas versões que naquela época correram acerca da paternidade do escrito, atribuída até a Sturmer de quem se dizia tê-lo composto por ordem de Metternich. De tal modo espalhou-se este boato, que a Princesa Leopoldina aconselhou o ministro austríaco a desmenti-lo. Sturmer informou depois ao seu Governo imputar-se a composição da obra a João Severiano Maciel da Costa, mais tarde marquês de Queluz que tinha sido por mais de oito anos governador da Guiana; Casa Flores, no citado ofício de 30 de janeiro, cuja cópia autêntica existe na Biblioteca Nacional, tem-na por proveniente "de um tal Pintos, almirante da Marinha, íntimo amigo de Tomás Antônio Vilanova Portugal". Esta referência deve ser ao almirante Rodrigo Pinto Guedes, feito mais tarde barão do Rio da Prata, o qual entretanto, era suspeito de ideias republicanas e por tal motivo a princesa Leopoldina o considerava homem perigoso e lhe tinha ojeriza, conforme disse a Sturmer.

Varnhagen inclina-se a crer que o folheto foi escrito por Silvestre Pinheiro, pela razão de ser este o único português ou brasileiro então no Rio, conhecedor da língua francesa a ponto de poder escrevê-la corretamente, e também pela alusão feita ao mesmo escritor no *Exame analítico* da obra, impresso na Bahia, alusão por demais velada, pois há quem a não perceba. Realmente Silvestre Pinheiro manejava sete idiomas; entre os quais o francês; mas tal razão não desfaz o valor da carta de Tomás Antônio. Nos primeiros tempos da vida política do Brasil vários franceses emigrados escreveram acerca de questões de igual importância. Depois de ter entregue à Biblioteca Nacional a cópia do folheto em francês, o A. pôde haver a tradução portuguesa feita na Bahia e inserta no *Exame analítico-crítico* que se ocupa dessa obra.

C) Dos funcionários, cuja demissão Palmela aconselhava, o principal era Bento Maria Targini, feito barão e elevado a visconde de São Lourenço, cujo nome Palmela mencionava em carta de 3 de março ao cunhado, conde de Linhares, a quem narrava os últimos acontecimentos. (Transcrita por Maria Amália. *Op. cit.,* vol. I, pág. 376.) Aquele título nada tinha que ver com o fidalgo, conde de igual nome, preso durante dezoito anos por Pombal após a conspiração do duque de Aveiro.

Targini era apontado como um dos maiores representantes da corrupção do reinado de d. João VI. Em sua intenção escreveu-se a famosa quadra, cujos dois primeiros versos ainda são hoje repetidos e evidentemente inspirados neste conceito de Vieira, proferido no sermão do bom ladrão: "O roubar pouco é a culpa e o roubar muito é a grandeza":

Quem furta pouco é ladrão,
Quem furta muito é barão,
Quem mais furta e esconde
Passa de barão a visconde.

O terceiro verso seria composto para facilitar a rima, ou então é inexato o que a respeito de Targini escreve Cairu: "... fazia ostentação de opulência muito superior ao ordenado do seu emprego." (*Hist. dos principais sucessos,* parte X, cáp. VI, pág. 36.) Aqueles versos apareceram assim no *Campeão em Londres*, de junho de 1820, e são citados por Gomes de Carvalho; mas talvez fossem alterados no Rio para adaptarem-se ao conceito divulgado por Cairu:

Quem furta e não esconde
Passa de ladrão a visconde.

No *Movimento de Independência*, pág. 62, cita Oliveira Lima a *Miscelânea histórica* de João Brígido, onde está provado que o tesoureiro do Erário começou a carreira como escrivão da provedoria no Ceará e aí foi severíssimo defensor do fisco. No exercício do cargo, que por fim exerceu, nunca o puderam encontrar em falta; o inquérito aberto a respeito da sua gestão e presidido por d. Pedro concluiu pela lisura do seu procedimento, donde resultou ser-lhe dada uma pensão. Ministros seus desafetos que começavam por querer puni-lo acabavam até seus amigos. Um deles foi o íntegro Tomás Antônio, de quem, a crer em Melo Morais, dizia Targini "nunca ter visto potro mais bravio, nem cavalo mais manso." (*Brasil reino*, pág. 189.)

Seria talvez o tesoureiro-geral cínico ou filósofo, indiferente ao juízo alheio, e por isso excitava contra si a maledicência, tão do sabor da nossa gente. Conta Melo Morais que Drummond, de quem ouviu esta narrativa, foi mandado por Tomás Antônio e Santa Catarina em missão secreta e teve de receber ordens de Targini, o qual lhe perguntou de quanto necessitava. Drummond declarou-lhe contentar-se com o ordenado e rejeitar a gratificação de uso: "Menino", retrucou-lhe o barão, "o senhor ainda é muito criança e engana-se com as coisas deste mundo, que não são tão bonitas como lhe parecem; mame enquanto a vaca dá leite." (*op*. e págs. cits.) Lembra Oliveira Lima que Hipólito, predisposto a receber sem prevenção tudo quando confirmasse a má fama de Targini, dizia que ele nem português sabia, quando, entretanto, traduzia corretamente em verso o *Paraíso perdido* de Milton e em versos soltos a obra de Pope, *Ensaio sobre o homem*. A frase de Hipólito é esta e acha-se no *Correio Brasiliense*, vol. II, pág. 637: "um certo Targini, que nem português sabe e praza a Deus que não houvesse mais nada a dizer contra ele". Gomes de Carvalho consagra algumas páginas ao famoso personagem e conclui por considerá-lo, "provavelmente mais uma vítima da maledicência e da calúnia que caracterizam a raça portuguesa... vícios já assinalados com vigor, embora em tom faceto pelo padre Antônio Vieira". (*Op. cit.*, págs. 97 a 102.)

Parece entretanto que Hipólito raciocinava com bons fundamentos acerca da ilegitimidade da fortuna de Targini, quando lembrava o provérbio "quem cabras não tem e cabritos vende de algum lado vêm." O tesoureiro-mor subira de escrevente do Erário ao mais alto cargo dessa repartição; sendo de origem pobre, não herdara. Assevera Rocha Martins que era filho de italiano e antes de entrar para o serviço público fora apenas caixeiro e guarda-livros, toda a sua atividade foi exercida principalmente no funcionalismo e aí adquirira meios para ostentar grande vida. A sua casa de residência era própria e

uma das maiores da cidade; ainda hoje está de pé, com dois andares e sótão, na Rua do Riachuelo, esquina da dos Inválidos, onde reunia vasta biblioteca. Aí funcionou depois o afamado colégio do padre Marinho.

Imaginou o grande jornalista um diálogo entre el-rei e Targini, no qual queria o soberano insinuar as suas desconfianças e fazer-se eco da voz pública, que explicava do seguinte modo a fonte dos recursos do tesoureiro-mor: Por causa da escassez de fundos, os pagamentos estarem sempre em atraso; os credores rebatiam as contas e pagavam usuras horrorosas. Logo depois os rebatedores conseguiam meios de ser pagos. Nesse diálogo lembrava o rei que os pagamentos se fizessem por ordem alfabética, ordem de antiguidade das contas ou outra divisão natural. Então Targini desconversava. (*Correio Brasiliense*, vol. XVII, pág. 661.) Dizia-se que o el-rei na realidade nunca tomou providências moralizadoras e esse respeito, porque Targini, com auxílio dos seus amigos rebatedores, sempre encontrava meios de acudir com empréstimos às deficiências do Erário e desse modo tornava-se muito útil ao soberano, como a ele também eram úteis os rebatedores, aos quais, por sua vez, eram de utilidade ainda maior. Ao demais contava-se naquele tempo que quando o importunavam com reclamações para demitir o esperto empregado, d. João VI respondia ser preferível conservá-lo, pois se já tinha furtado, devia estar satisfeito, enquanto o seu eventual substituo viria roubar de novo e seria pior. Detestável filosofia de fraqueza, espelho da corrupção de uma época.

Mas certamente d. João VI desconhecia o citado sermão de Vieira, acerca do bom ladrão e pregado em Lisboa em 1665. Referindo-se aos ladrões que roubavam muito e atingiam a grandeza, estribado em São Tomás, dizia o grande pregador "levarem eles os reis ao Inferno, pois os reis não se podiam desculpar de dar-lhes ofícios e poderes, nem de ali os conservar, ou adentrar e promover a outros maiores, sabendo ser esse o meio de mais roubarem, aquele que tem obrigação de impedir que se não furte", concluía Vieira, "se o não impediu, fica obrigado a restituir o que furtou."

O medo das penas externas e o temor, quase tão grande, de caber-lhe, para salvar-se, restituir o roubado por falta sua, talvez tivessem indusido d. João VI a punir seu tesoureiro-mor.

D) Depois que deixou de ser ministro, Palmela manteve todas as opiniões dadas nos seus conselhos a d. João VI. Voltando à Europa na comitiva real, foi consultado em viagem acerca de conduta que ao rei conviria ter para com as Cortes, quando chegasse a Lisboa. Ainda ali declarou considerar a agitação, pela qual passava o reino, como resultado da tendência universal da opinião europeia desde alguns séculos. "O descontentamento produzido pela ausência do soberano e os erros da administração eram apenas circunstâncias causais que teriam concorrido, talvez, para acelerar o momento da crise." Persistia em recomendar a divisão do coro legislativo em duas câmaras, uma hereditária e outra eletiva. É este um dos pontos a respeito dos quais seus detratores lhe emprestam móveis subalternos. Drummond quer descobrir-lhe o propósito de tornar-se chefe da aristocracia e Varnhagen atribui-lhe o intuito de vir a figurar com os parentes na qualidade de lorde ou par hereditário. Entretanto ali mesmo ele previu esta acusação e deu-lhe resposta: "...é possível que eu seja suspeitado de parcialidade; antes confessarei francamente que

já agora é de recear que seja este um dos pontos sobre os quais S. M. deverá transigir." (Palmela, *op. cit.* pág. 200. – Silvestre Pinheiro, *op. cit.*, pág. 357.) Por idêntica razão poder-se-ia atribuir a Tomás Antônio o intuito inferior de defender o poder absoluto da Coroa, com o interesse de usufruí-lo na qualidade de ministro favorito e único na posse da inteira confiança do rei.

Palmela pensava como verdadeiro estadista e queria com a criação de uma câmara alta formar um corpo interposto entre a Coroa e a democracia para evitar-lhes os atritos e prejudiciais. Por não proceder com tal cautela e imitar a Constituição da Espanha, as Cortes tornaram-se malvistas pela nobreza e pelo clero, cuja influência era erro desprezar. Essa influência já estava amortecida pela Coroa e deveria ser incorporada às novas forças que se lhe opunham. O soberano prodigalizava favores aos nobres, mas os mantinha em dependência, como se fossem comparáveis aos grandes vassalos que outrora faziam guerra aos reis. Os próprios títulos não eram propriedades das famílias, porque tinham de ser por ele confirmados em todos os casos de sucessão. Reduzida desse modo em seus elementos, a nobreza não exercia no estado o papel, que lhe deveria caber, de força organizada e valiosa para defesa do trono; era-lhe apenas associada para gozar de vantagens. As Cortes estavam condenados a cair, como caíram, por terem-se submetido à pressão jacobina das ruas e dos clubes e criado uma só câmara indissolúvel. Silva Carvalho, que foi ministro da revolução, confessou nas suas memórias que o seu malogro resultou de não ter admitido a Câmara dos Pares. (Citado por Antônio Viana. *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*, pág. 52.) A intransigência foi fatal à Coroa, quando esta recusou encaminhar a resolução, e deu a morte à revolução, que não soube aliar-se às forças conservadoras, então ainda muito poderosas para serem dissolvidas.

O conde dos Arcos

. . . .

Capítulo XI

ESTREIA POLÍTICA

CONTINUOU a ferir-se nos bastidores do Paço, com mais violência do que nunca, o combate contra a partida do príncipe. Acreditava-se que os sucessos da Bahia estavam destinados a forçá-lo o embarcar dentro de dois ou três dias. Chegava ao auge o desespero da princesa. A 19, dia seguinte ao da reunião promovida por Palmela, e na qual apareceu o decreto determinando a viagem de d. Pedro, escreveu ela a Sturmer "em estado de profunda aflição", anunciando estar disposta a empregar todos os meios, até a insurreição, para acompanhar o marido. Via os austríacos portarem-se muito mal, a quererem que ela ficasse, desinteressando-se assim da sua felicidade doméstica. "Persuada-se", concluía, "que se por influência sua e do conde de Palmela você não conseguir retardar a partida de meu marido e fazer com que eu o acompanhe, atribuirá toda a minha cólera, todo o meu ódio e de qualquer modo virá a pagar-me."

Sturmer respondeu com dignidade, declarando considerar mínimas as razões alegadas, todas da ordem pessoal, diante dos interesses superiores da monarquia, aos quais a esposa do herdeiro da Coroa devia antes de tudo atender. O recurso à insurreição não seria digno dela. Levou em pessoa a carta a S. Cristóvão, mas não a pôde entregar em mão; a princesa achava-se

no leito e tinha chorado o dia inteiro. Foi d. Pedro quem a leu primeiro e ficou possuído da raiva.

Sturmer procurou a intervenção do seu secretário, o barão de Mareschal, cujas relações com o príncipe e a princesa eram excelentes. O recurso foi baldado. D. Pedro declarou a Mareschal que apesar dos acontecimentos da Bahia, julgava poder demorar-se ainda vinte dias. A mesma opinião foi ele sustentar junto a Palmela, a quem procurou para esse fim. Diante da resistência que encontrou, propôs uma solução absurda: embarcar sem demora, se assim quisessem, mas nunca dentro em menos de oito dias; impunha, porém, a condição preliminar de levar consigo a esposa, a qual se sujeitava a ter o parto a bordo. Assumia o compromisso de mandar para o Brasil o filho que nascesse. Palmela mostrou que a situação não comportava adiamentos e declarou não ser decente deixar a princesa o palácio real para ir ter o parto a bordo, em viagem.

Foi nessa ocasião, como também poderia ter sido quando pela primeira vez, a 2 de fevereiro, escreveu a Sturmer acerca deste assunto, que a princesa dirigiu ao alemão Schaeffer esta carta sem data: "Debaixo do maior segredo, de modo que viva alma o possa sequer suspeitar, tenha V. a bondade de fretar para mim uma embarcação que zarpe brevemente para Portugal, visto que meu esposo deve seguir dentro de três dias e eu devo ficar aqui por tempo indeterminado; motivos que não estou autorizada a divulgar não o permitem, sou obrigada a procurar minha salvação na fuga, legitimada pelo acontecimento do meu esposo. Queira me arranjar uma boa ama de leite, saudável e jeitosa para o meu filhinho que nascerá no mar e que desta forma não será nem brasileiro nem português."[1]

---

1 *Rev. do Inst. Hist.* Tomo 75, p. 11, pág. 111. O original desta carta, em alemão, existe no Instituto Histórico. À margem está escrito em francês: "Recebida a 28 de abril." Notas idênticas estão feitas em outras cartas da mesma coleção. Tal data é inexata e pode indurzir a erros. O parto realizou-se a 6 de março, quando nasceu o príncipe da Beira. Basta esta circunstância para mostrar ter sido tal documento escrito num dos momentos em que Leopoldina acreditou ser inevitável a partida do marido. Também dele se conclui que d. Pedro apenas trapaceava e acabaria por embarcar. Em carta de 1º de março ao pai, escrevia Leopoldina: "Dentro de poucos meses estarei a muitas léguas mais perto de minha querida família." Deu-lhe ganho de causa a fraqueza de d. João VI, forçado ele próprio a partir, acontecimentos, todos estes, aliás, favoráveis à independência do Brasil.

Depreende-se desse documento que d. Pedro não se sentia com força para resistir, se o rei ordenasse de verdade; mas o rei não tinha querer. Já sob o terror das más notícias, trazidas pela polícia, limitava-se a queixar-se do filho e da nora, quando falava a Palmela, a quem dizia, aludindo ao conde dos Arcos, que em tudo quanto se passava parecia haver intriga. A par dos incidentes em curso, decidiu-se Sturmer a encorajar a d. João e aconselhou-o francamente a fazer embarcar o príncipe, apesar da aflição da princesa. Seria a única salvação da monarquia. O conselho foi recebido com agrado e em troca assegurou o tímido monarca que só por alguns meses ficariam os esposos separados.

Horas depois da entrevista entre d. Pedro e Palmela, na qual aquele sustentava não haver inconveniente na demora, reuniram-se os ministros com o rei, que entrou a repetir os seus lamentos acerca da teimosia do filho. De repente, voltou-se para o ministro dos Negócios Estrangeiros: "Pois bem, se meu filho não quer ir, irei eu." Leu porém no semblante de Palmela que tal declaração não causava o efeito esperado; era recebida talvez como engodo. Então, acrescentou: "Dou-vos a minha palavra. Estou pronto a partir." Teve o ministro de acatá-la; mas procurou contestar-lhe o acerto. Se cuidasse do seu interesse pessoal, apressar-se-ia em concordar com o soberano, a quem teria o prazer de acompanhar, de volta à pátria; mas o seu dever era aconselhá-lo a desistir de tal ideia e a persistir na de mandar o príncipe em seu lugar. Ficasse no Brasil, onde era querido, ao passo que outro tanto não acontecia a d. Pedro. Se fosse este quem permanecesse, dadas as suas disposições de espírito, só haveria para esperar algum desacerto grave.

Ao remeter o seu projeto ao rei, escreveu-lhe Palmela nestes termos: "Permita Vossa Majestade observar que no meu modo de pensar não lhe pode tirar uma só frase, sem dessaranjar o nexo das ideias e inutilizar a grande resolução que Vossa Majestade vai tomar." Também já tinha notícia de haver o príncipe opinado ser vergonhoso conceder as bases, pois tal ação seria conhecer as Cortes. Ocorria-lhe, pois, o dever de justificar o conselho dado ao rei; continuava na mesma convicção. Dar as bases seria ditar a lei, "em vez de que se as não der e deixar isso a uma negociação entre o príncipe e os seus vassalos de Portugal, ele é que acabará pela receber". A publicação da metade do projeto nem contentaria "os portugueses

europeus da capital, classe numerosa e importante, nem a Bahia, nem as outras províncias do Brasil, talvez já sublevadas". Se o monarca não quisesse adotar-lhe a proposta, desse-lhe outro emprego ou retirasse-o do serviço público; mas não o obrigasse "à triste sorte de assistir como seu ministro de Estado à última e fatal cena da dissolução da monarquia".[2]

O principal objetivo de Palmela era que o príncipe proclamasse em Lisboa as bases da Constituição, em nome do soberano e seus sucessores. Essas bases eram as seguintes: poder executivo, exercido indivisivelmente pelo rei; poder legislativo, exercido coletivamente pelo rei e duas câmaras; poder judiciário, exercido por tribunais independentes e inamovíveis; liberdade individual, segurança de propriedade, liberdade moderada de imprensa, igualdade perante a lei; repartição geral dos impostos, sem distinção de privilégios ou de classe; responsabilidade dos ministros e empregados públicos, publicidade da administração das rendas do Estado. Além disso, seria convocada uma assembleia de Cortes para o Rio de Janeiro, a fim de introduzir na Constituição as modificações que conviessem ao Brasil, domínios e ilhas, passando desde logo a ser estudadas por uma junta incumbida de preparar material para a dita assembleia.

Ao receber o projeto, já passada meia-noite, d. João, que ansioso o esperava, remeteu-o sem demora a Tomás Antônio: "Não faço reflexão alguma Tomás Antônio meditará e arranjará o que se deva publicar." Sentiu o favorito o peso de tamanha responsabilidade e não a querendo tomar toda inteira sobre si, insinuou ao rei o que devia fazer com o concurso do príncipe herdeiro: "Eu não sou quem há de decidir sobre a monarquia: ou se manda imprimir o decreto; ou se remete ao conde que manda lavrar o alvará com as bases, e que é ele quem deve referendar." Ministro competente para fazê-lo, recusando-se a referendar os atos por expedir, queria

2 Palmela, *op. cit.*, pág. 175. A opinião do príncipe foi lançada num papel, arquivado na Bibl. Nacional e diz assim: "Lei nenhuma tem vigor sem ser proposta pelo rei em Cortes, as quais devem ser consultivas, quer dizer terem o direito de discutirem a proposta real a qual depois decidida pela pluralidade de votos será sancionada pelo rei. Mandar as bases da Constituição é reconhecer a conservação destas Cortes reconhecida aí está reconhecido o governo e é indecoroso o veto; o reconhecimento é uma vergonha certa, e o ser ou não ser admitido uma P. R. é incerto portanto neste caso é melhor ir pelo incerto do que pelo certo. – *d. Pedro*."

dizer desse modo ao medroso monarca quão perigosa era a ação aconselhada por Palmela, a quem portanto coubessem os respectivos ônus. Depois lançava contra o rival o veneno da intriga: "Ele mandou dizer aos regimentos que Vossa Majestade dava uma Constituição inglesa; e quer por força que se publiquem as bases. Decida Vossa Majestade isto porque eu não o posso fazer. Publique ele as bases para Portugal, como lhe parecer bem; mas não se embarace o que é preciso no Brasil, aqui não dá por contrato, é em Portugal, e faça para lá outro Diploma." Como se tanto não bastasse para prevenir ainda mais o espírito do rei contra Palmela, concluía Tomás Antônio: "É o que entendo, e assim farei a comunicação: e V. M. mande-me a decisão; pois depois de a fazer com seu filho, não há quanto a mim mais o que hesitar."[3]

Tomás Antônio devia conhecer a opinião de d. Pedro; do contrário não a recomendaria tanto ao soberano. Este continuava hesitante entre a obstinação do príncipe e do ministro favorito e a pressão dos argumentos de Palmela. Então retrucava: "mas Tomás Antônio veria as gazetas que me mandou à força em que falam por constituição chegando a dizer que esperam que todo o Brasil o siga; igualmente a força em que fala o conde a ponto de pedir a sua demissão". Tão fraco ânimo era incapaz de decidir em tão grave conjuntura.

Assegura Sturmer, informado por Palmela, que diante da opinião do filho, d. João incumbiu aqueles dois ministros de redigirem outra declaração, sob forma de decreto; mas quando cada um lhe apresentou o seu trabalho, mostrou-os a d. Pedro e perguntou-lhe qual dos dois preferia. O príncipe optou pelo de Tomás Antônio e o rei, apesar de tão desconfiado da conduta do seu herdeiro, por ele deixou-se guiar. Esta versão é de algum modo confirmada pelo encontro, nos papéis do favorito, de uma minuta de decreto, por Varnhagen atribuída a Palmela, na qual é explicitamente declarado que "seja admitida a sobredita Constituição de Portugal com as modificações e aplicações próprias ao Brasil". Além disso outras circunstâncias vêm em apoio dessa informação.

Assim explica-se a carta de Tomás Antônio a d. João VI, ainda a 22: "Aqui esteve o conde de Palmela, trazia outra minuta, eu lhe disse

3 Carta de 22 de fevereiro.

que o príncipe tinha pedido a V. M. levar ele as bases, nas Instruções sem as publicar; e que V. M. assim tinha decidido; e eu portanto mandava pôr em limpo o decreto para a convocação daqui em Junta de Cortes." Nessa visita, prometeu Palmela mandar novo projeto e Tomás Antônio comunicou ao rei que se esse papel chegasse a tempo, examiná-lo-ia ele próprio, pois não havia necessidade de enviá-lo ao palácio; "o que é necessário", concluía, "é assinar V. Majestade este para se imprimir, e acabar-se esta questão." Para tranquilizar o rei, rematava com este fecho: "Agora me diz José Bernardes que tudo está muito alegre pela notícia de que havia este decreto."

Nesse mesmo dia Tomás Antônio anunciava a d. João VI a firmeza com que o príncipe insistia em não serem publicadas as bases: "Hoje apareceu S. A. R. no Despacho, parece que tinha ouvido a conferência do Campo; porque disse o mesmo que as bases se deviam levar, que estas aqui se publicassem."[4] Ao mesmo tempo continuava a anunciar a insistência de Palmela, "que com muita instância quer que se publiquem as Bases", e ligava esta comunicação a outra, capaz de aumentar o temor do rei: "parece que os apaixonados das desordens estão ardidos [urdindo? ardilosos?], cuido eu, porque recebo esse escrito que me mandara. E suponho preciso por cautela estar a Polícia alerta enquanto não se publica".

A minuta de Palmela foi enviada a d. João e deve ser a que Varnhagen encontrou nos papéis de Tomás Antônio, pois em resposta à primeira comunicação, responde el-rei apenas esperar a chegada do filho a casa, para mostrar-lhe "o papel do c. de Palmela". Se o filho estivesse pelo que ajustara aquela manhã, o decreto seria imediatamente assinado. A notícia de haver rumores de desordens parecia não ter assustado o monarca,

4 "Despacho" ao ministério de Tomás Antônio, o ministro assistente ao Despacho, cuja língua não é fácil de ser hoje compreendida: "estas aqui" quer dizer "as bases para aqui", para o Brasil. Assim também quando ele escreve: "para convocação daqui em Junta de Cortes" deve entender-se "para serem convocados aqui, em Junta de Cortes", os representantes ou procuradores do Brasil, domínios e ilhas, como aliás é dos termos do decreto. O ministro assistente ao despacho tinha situação superior aos colegas, porque despachava a sós com o soberano os negócios da respectiva pasta e assistia aos trabalhos dos demais ministros separadamente com cada um deles. De tal modo, não podiam estes ficar ao corrente da marcha geral das questões, que apenas àquele era dado seguir.

como era de esperar. Por cautela, porém, aconselhava: "Faça saber a J. e Bernardes que é bom dizer que já está na imprensa o decreto. Tão bem que há forças por todos os modos." Procurava acalmar os ânimos, mas queria igualmente anunciar a disposição de resistir.

Era dominante nos espíritos favoráveis ao Brasil a ideia de dar-lhe Constituição especial, ou de adicionar à Constituição, cujo fazimento se realizaria em Lisboa, artigos especiais relativos ao novo reino e de molde a satisfazer-lhe as aspirações. Mais tarde d. Pedro esposá-la-ia e ela virá ainda a aparecer nas Cortes portuguesas. Quer isso dizer que tal preocupação traduzia a desconfiança corrente de não ser possível manter unidos os dois países, sem dar ao Brasil grande autonomia, somente praticável mediante Constituição e legislatura próprias. Mas também por outro lado tal ideia parecia suscetível de separar os dois reinos, que unidos deveriam ser regidos pela mesma Constituição.

Por exigir da Coroa a atenção devida a Portugal, Palmela era tido como infenso ao Brasil, quando entretanto, com essa proposta, lhe defendia o mais alto desejo, manifestado naquele momento. Apesar de muito natural e justa a sua predileção pelo país onde nascera, ele ousara no congresso de Viena tomar a grave iniciativa, da qual resultou a elevação da colônia à categoria de reino. O verdadeiro papel dos estadistas portugueses consistia em procurar os meios de manter e fortificar a união entre os dois países, rebatendo-lhes as rivalidades, em vez de estimulá-las. Tal obra só poderia ser conduzida por meios destinados a inspirar amizade e confiança, como os propostos outrora por Silvestre Pinheiro e agora por Palmela, mas não pela parcialidade daqueles que, para favorecer a permanência do rei na residência do Rio e não lhe contrariar as desconfianças do filho, afetavam exagerado amor e preferência ao Brasil, em detrimento de Portugal. Só um grande esforço de transigência com as aspirações brasileiras e de adaptação às ideias novas, que se infiltravam no país elites desde a abertura dos portos, poderiam impedir-lhe por mais tempo a completa independência, para a qual estava indicada a sua marcha. Assim como o contágio da revolução de Espanha se propagara a Portugal, o contágio das revoluções americanas nas colônias espanholas afetaria o Brasil.

Em cada lado do oceano havia um problema para resolver e ambos estavam presos entre si. Os estadistas portugueses precisavam su-

bordiná-los ao interesse comum, de modo a evitar a agravação dos ciúmes existentes numa e noutra parte do Reino Unido. Era também necessário reconhecer que Portugal não se podia acostumar à mudança que se tinha operado com a transferência da corte, donde resultava a sua diminuição política e administrativa. O abade De Pradt enfeixava numa série de perguntas as dificuldades dessa situação: "As duas frações do mesmo Governo não acabarão por cansar-se de entreter relações a tão grande distância, relações tão tardias e incômodas? Não será o Brasil tampouco apto a gerir os negócios de Portugal, quanto era este a gerir os dele? Além disso, verá a Europa Portugal feito colônia do Brasil, com os mesmos olhos com que o via, metrópole do Brasil, co-estado europeu de todos os membros da associação soberana da Europa?"

O Brasil estava na realidade independente, desde que era a sede do Governo; mas para assegurar-lhe esse bem, e ao mesmo tempo mantê-lo unido às outras partes da monarquia, tornava-se indispensável não irritar e sim sossegar Portugal; do mesmo modo, depois, voltando a corte à velha capital, seria forçoso não diminuir o Brasil, a querer conservá-lo.

Se o rei preferia ficar na América, deveria desde o restabelecimento da paz na Europa, ter mandado o filho levantar de categoria a regência de Lisboa e dar-lhe autoridade dinástica. Se não fosse o meio de evitar a revolução, de sofrer as aspirações contrárias ao absolutismo, estimuladas pelo exemplo da Espanha, o qual, na frase de Palmela, fazia "vir a água à boca dos portugueses", era o único recurso para empregar, no empenho de amortecer os desgostos dominantes e opor elemento mais forte que a regência à onda em movimento, destinada a rebentar contra o Trono. Palmela não começou a pensar como dizia agora, só depois da revolução declarar-se; já em março de 1820, assim escrevia a Antônio de Saldanha: "Creio que uma reforma pronta no governo de Portugal é de absoluta necessidade e que el-rei não deve hesitar em mandar imediatamente o seu filho primogênito, nomeando-lhe um conselho de gente capaz, se achar, e dando-lhe poderes muito extensos."[5]

Ansioso e na ignorância de tudo, demora parecendo impertinente, no dia 23 de fevereiro Palmela pediu notícias a Tomás Antônio, pois

5 Palmela. *Op. cit.*, I, pág. 94.

tão sério objeto o privava de qualquer descanso. Este, porém, não cumprira o que recomendara el-rei, quando lhe devolveu o decreto assinado, com autorização de ser publicado, "no caso de não fazer obstáculo tudo quanto ponderara antes", sob a influência das razões apresentadas por Palmela. Em qualquer hipótese achava "que seria conveniente fazer alguma comunicação ao conde antes de se publicar." De quanto lhe dizia aquele ministro, só uma coisa o impressionava ("a única coisa que me faz alguma força"): "melhor é o dar espontaneamente do que por contrato".

Nesse mesmo dia em que procurava conhecer qual a decisão a respeito das bases, Palmela teve a notícia de haver a princesa ganho definitivamente a batalha; a partida do príncipe estava adiada para depois do parto, esperado daí a quatro ou cinco semanas. Sturmer, a quem ele comunicou tal notícia, soubera também por seu lado que Leopoldina não cessara de lutar um só instante; não somente insistia junto aos ministros, como principalmente junto ao rei, a cujos pés, uma manhã, se lançara três vezes e de cuja fraqueza acabou por triunfar, indo-lhe ao mesmo tempo ao encontro dos desejos.

Carta da princesa ao pai, escrita a 6 de março, deixa ver sem sombra alguma o dúplice papel do rei em todo esse longo incidente: "Esta semana foi de dias bem duros para mim; queriam separar-me de meu marido." Considerava Leopoldina que tinham fins particulares e perversos quantos procediam dessa forma; por isso resistiu e não acedeu a tais propósitos; teria aceito o sacrifício, se entendesse fora esse o seu dever. Dentro de poucas semanas, sim, embarcaria e declarava reconhecer que de há muito Portugal necessitava dessa providência. Destarte realizaria o seu ardente desejo de "voar" para a Europa; mas não se teria separado do esposo, nem se teria sujeito a todas as razões de Estado, invocadas para justificarem a urgência de uma medida, que esquecendo o papel da futura rainha, ela havia subordinado ao interesse da mulher. Já não parecia a noiva audaciosa, disposta a atravessar os mares, de Livorno ao Brasil, para unir-se à nova família, exposta aos perigos de uma revolução. O seu novo estado diminuíra-lhe o sentimento político e dinástico, subordinara-o à paixão maternal.

"Agora estou salva, graças à bondade do meu perfeito sogro", exclamava num grito de vitória e de alívio; e logo começava a cumprir a promessa que fizera ao ministro austríaco de vingar-se da sua altivez: "Não creia em coisa alguma que Sturmer escreva", recomendava ao pai e impe-

rador: "ele portou-se muito mal e queria impedir-me de seguir a vontade de meu marido e de trilhar o caminho de meu dever e de austríaca digna. Beijando-lhe as mãos, meu marido incumbe-me de escrever isto mesmo."

A conspiração, porém, fervia e já o faro policial a tinha sentido. O intendente Paulo Fernandes veio instar pela publicação do decreto e informava que o voto mais geral era por qualquer palavra expressa, donde resultasse a certeza de não adotar-se simplesmente algo da Constituição dada para Portugal; queria-se ouvir falar em Constituição com mais clareza. Tal denúncia começou a assustar Tomás Antônio que, a despeito de considerar excessiva semelhante pretensão, já não ousava achá-la insolente e principiava a dar os primeiros sinais de temor: "Isto é mais do que ontem se dizia na conferência; porém precisa estar-se por isso, pois cada dia vai sendo pior e a demora a fazer desconfiança." Era de algum modo a linguagem tida em tempo por Palmela, quando aconselhava iniciativa, em vez de submissão. Palmela já não era o anjo mau e convinha ser ouvido. Ele estava em despacho e ser-lhe-ia fácil "mandar o acrescentamento" que o rei quisesse, pois naquele mesmo dia "poderia assinar-se e ir já impresso para fora".[6]

A publicação do decreto sem menção das bases, como por fim veio a fazer-se, deixou toda gente na ignorância das disposições fundamentais do monarca a respeito da matéria principal. Apenas ficou expresso que depois de votada em Lisboa a Constituição lhe seria remetida pelo príncipe, "a fim de receber a real sanção, e como não poderia ser igualmente adaptável e conveniente em todos os seus artigos e pontos essenciais à povoação, localidade e mais circunstâncias do Brasil", convocavam-se outras Cortes para o Rio de Janeiro e ficava criada desde logo uma comissão de vinte e um membros para organizar as bases sobre as quais elas decidiriam.[7]

---

6 Carta de Tomás Antônio a el-Rei.

7 O decreto apareceu com a data de 18 e assim figura na *Coleção das Leis*; tal data é a da reunião promovida por Palmela, após o recebimento da notícia de ter rebentado a revolução na Bahia. Em carta de 17 de março, mandada para Lisboa, escrevia José da Silva Areias: "...quando todos esperavam pela Carta de Lei que tinha sido arranjada de comum acordo com os ministros e aprovada por S. M., apareceu transformada pelo Sr. Tomás Antônio em um decreto que se publicou no dia 22 e logo depois apareceu outro decreto com a lista das pessoas para a comissão nomeada pelo Sr. Tomás Antônio – Sendo tudo isto feito sem serem ouvidos os outros ministros e muito contrário ao que entre todos estava assentado." (Docs. cit., pág. 239). Palmela confirma tudo isto

Produziu-se imediatamente o efeito previsto por Palmela. Começaram a aparecer cartazes nas esquinas e a circular pasquins de violenta crítica. Alguns deles pediam as cabeças de treze funcionários de alta posição.[8] Os oficiais declaravam-se abertamente desgostosos; formavam-se agrupamentos nas praças públicas, onde o rei era injuriado. O comandante da polícia veio trazer-lhe os rumores da cidade. Ele próprio transmitiu a Tomás Antônio as informações recebidas. Já se falava "descaradamente que o que querem é a Constituição de Portugal". Voltava-se então de todo para a solução de Palmela e propunha aproveitarem-se da oportunidade da publicação do decreto acerca da Junta para nele dar-se "toda a esperança de que se devia aceitar a dita Constituição com as mudanças adaptáveis ao país e dar as bases", essas mesmas bases que de modo algum Tomás Antônio quisera antes admitir.[9]

Tais fatos tiveram efeito desastroso sobre o ânimo de Palmela; o seu primeiro impulso foi pedir a demissão que anunciara; mas assaltava-o o temor de extinguir desse modo as últimas esperanças e provocar imediatamente a revolução; por isso hesitava. Afinal guiou-se pela primeira inspiração e escreveu ao rei, rogando-lhe dispensa do seu serviço. O único meio de evitar a humilhação de receber o soberano a lei que lhe quisessem impor, seria adotar S. M. "um sistema claro e segui-lo com lisura", ter confiança nos seus ministros e coincidirem estes no mesmo modo de pensar e proceder. "Meias medidas são ainda mais nocivas do que total inação, porque, em lugar de satisfazerem, irritam os ânimos e dão prova de faltarem meios de resistência e ao mesmo tempo de faltar vontade de conceder. É de

---

em carta ao cunhado, o conde de Linhares: "El-rei, em vez de adotar a totalidade destas ideias, que tinham entre si um nexo necessário, resolveu-se por conselho de Tomás Antônio a publicar só e isoladamente o chamamento dos procuradores das Câmaras do Brasil. Daqui seguiu-se exasperar o partido europeu, que pensou que uma tal medida tendia à separação dos dois reinos. – M. Amália, *op. cit.*, I, pág. 377.

8 Areias. Carta em 17 de março.

9 Carta d'el-rei em 24 de fev. A Junta fora nomeada por decreto da véspera, era composta de quatorze membros e presidida pelo marquês de Alegrete, ex-capitão-mor do Rio Grande do Sul; os demais eram brasileiros: Santo Amaro, Maciel da Costa (Queluz), Carvalho e Melo (Cachoeira) Pereira da Cunha (Inhambupe), Lisboa (Cairu), Mariano da Fonseca (Maricá) e José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira, procurador da Coroa; havia dois secretários, um dos quais era Nogueira da Gama (Baependi).

advertir, além disso, que as concessões que ontem teriam sido suficientes, talvez, para evitar uma comoção no Rio de Janeiro, hoje ou amanhã já não serão."

A resolução do ministro apavorou o soberano. "Quando o medo se apodera do rei, oblitera-lhe todos os outros sentimentos e não o deixa deter-se diante de coisa alguma", escrevia Sturmer a este propósito. Tomás Antônio foi enviado à casa de Palmela para rogar-lhe em nome do seu amo que não deixasse o Governo. O monarca faria tudo quanto ele exigisse e mandava apresentar-lhe um decreto assinado, reconhecendo as Cortes de Portugal. Era a prova de que o tinha como agente disfarçado dos revolucionários do reino.

Respondeu o conde que verificava com dor quanto as suas intenções eram mal julgadas pelo soberano. Nunca pensara no reconhecimento das Cortes e estava disposto a todos os sacrifícios; ficaria, mas sob condição de tomar-se outro rumo, embora julgasse que todas as medidas para propor chegariam tarde e não pudesse assegurar-lhes bom êxito.

Tomás Antônio dá conta de tudo quanto se passou na conferência. Estava mudada a linguagem acerca do seu rival, que já não era apontado às desconfianças do rei: "Ele falou com toda a boa fé, assim como eu com ele." Combinaram ambos não só reunir os chefes militares, aquela tarde, mas também reunir a Junta no dia seguinte "e ouvi-la sobre os dois projetos, ou o das bases de Constituição para Portugal e Brasil, ou o de reconhecer já a Constituição de Lisboa, que vem a ser a de Espanha." Seria este o último recurso, ao qual era preferível o de dar as bases. O contato de Palmela confortava o ministro amedrontado; se as resoluções, a que sempre se opusera tenazmente, fossem agora tomadas, o resultado seria ótimo: "Parece-me pois fazer-se assim, e com o se tomar estas medidas, acho que não tem perigo."[10] Realmente Palmela reuniu em sua casa os oficiais aludidos, entre os quais os mais exaltados, para anunciar-lhes a publicação da Carta dentro em poucos dias e pedir-lhes que até lá mantivessem a tranquilidade pública.

Quando o ministro da Guerra procedia de tal modo, a autoridade já tinha passado a outras mãos; o Governo dependia da condescendência da tropa, até cumprir-lhe os desejos; a revolução ficava apenas adiada.

---

10 Carta de 24 de fevereiro.

Combinaram os dois ministros reunir na manhã de 25 a Junta que deveria propor o projeto da Constituição brasileira. Também estiveram presentes ministros, chefes de serviço civis e militares. Só não compareceu o conde dos Arcos, cuja ausência foi tida como sinal dos tempos.[11] A reunião, porém, dissolveu-se sem decidir se deviam ser adotadas as bases de Palmela, ou desde logo a Constituição espanhola, vigente em Portugal. Diz Silvestre Pinheiro que das onze horas da manhã às seis da tarde, sendo tantos os discursos e pareceres disparatados, triunfou a temporização.[12] Segundo Varnhagen, a dissolução operou-se por causa de ter-se levantado uma voz intransigente, aconselhando a resistência a todo o transe; entretanto De Monglave assevera que o príncipe irrompeu na sala, onde a assembleia estava reunida, e criticou amargamente os assistentes, increpando-os de ultrajar com subterfúgios a majestade da Coroa, pondo em risco a monarquia e a legitimidade.[13] Tal informação parece destituída de fundamento, pois não é de crer que de tudo informando minuciosamente a Sturmer, Palmela lhe ocultasse circunstância tão importante, quando de outras, igualmente graves, o pôs sempre ao corrente. Também ao conde de Linhares, a quem escreveu acerca desses acontecimentos, nenhuma palavra disse ele a tal respeito.

O malogro da reunião da Junta deixou o rei atribulado, na dúvida do que iria acontecer. Palmela foi vê-lo à noite e demorou-se até as dez horas. Achou-o mais inquieto do que nunca: "Meu filho e o conde dos Arcos tramam para destronar-me; tenho as provas em mão. Garantes-me ainda esta noite?", perguntava-lhe d. João VI apavorado. Ignorava o ministro as informações da polícia, nas quais o rei se estribava para falar de tal modo; mas para tranquilizá-lo garantiu que sim.[14] Nesse momento Palmela

---

11 Desde o dia da reunião em casa de Palmela, no dia 17, Arcos conservava-se em casa, queixando-se de estar resfriado e sofrer fortes dores de cabeça.

12 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.*, pág. 248, Carta 5ª.

13 De Monglave. *Op. cit.*, pág. 32. Diz este autor que tal reunião foi celebrada a 24, quando foi a 25. Na véspera o Conselho tinha sido ouvido pelo rei, mas Palmela não esteve presente, pois naquela data pedira demissão.

14 Sturmer. Of. de 3 de março. À pág. 20 do *O último vice-rei*, transcreve Rocha Martins, mas infelizmente ainda sem data, uma carta do príncipe ao conde dos Arcos, a qual, entretanto, deve ter sido escrita nos dias agitados de fevereiro, ou nos que proximamente os precederam. O padre Góis e João Bernardo eram suspeitados com razão de estarem envolvidos nas conspirações para proclamar-se o regime constitucional,

passava a valer tudo e afigurava-se o anjo salvador. Deu-lhe então o monarca a ordem de redigir um manifesto com as bases da Constituição, considerado o único meio de evitar a revolução.[15]

O engano do rei duraria, porém, poucas horas. Às três da madrugada começou a tropa a mover-se em direção ao Rocio.

Às quatro, quase todos os corpos, pertencentes às três armas, estavam reunidos, prontos e municiados.

às quais injustamente também supunham ligado o conde dos Arcos, por causa da sua intimidade com D. Pedro e do seu afastamento dos negócios, tido como proposital, pois não se tinha por verdadeira a alegação de doença: "Meu conde e meu amigo sinto infinito dar-lhe esta parte. Saiba: Tomás Antônio e o Intendente maquinam por todos os modos fazer-lhe a sua desgraça e por consequência a minha querem parece-me que deitá-lo fora do ministério, e ouso dizer por pessoa que o pode saber que tem também tenção de prenderem o João Bernardo e o Góis, porque dizem que eles e o conde me têm metido na cabeça uma indiferença pelas coisas sucedidas, mas que por ora não os prenderão porque têm medo que eu faça alguma terramontana, e dizem que esperam forças inglesas para então o poderem fazer com segurança. Veja a que ponto a intriga pode chegar que eu sou julgado contra mim, mas não importa, o tempo e a nação me despicará." O príncipe devia acreditar piamente em tal notícia e talvez por esse motivo guardava ódio ao ministro e ao intendente de polícia. Ao saltar em terra, de volta de bordo do navio que levou o pai a Portugal, escolheu uma turma de operários do arsenal de marinha, provida de machados; marchou imediatamente para o Campo de Santana e mandou destruir o gradil e o arvoredo de um jardim ali arranjado por Paulo Fernandes, de ordem de Tomás Antônio, entre as ruas do Conde e do Hospício, arvoredo no meio do qual havia muitas amoreiras, destinadas a ensaiar-se a criação de bichos de seda. Atribuiu-se ao abalo sofrido por tal desfeita a congestão cerebral que seis dias depois fulminou o intendente de polícia.

15 Carta de Palmela ao c. de Linhares, transcrita por Maria Amália. *Op. cit.*, pág. 376. Rocha Martins refere-se à incumbência dada pelo rei a Palmela na noite de 25. Palmela ter-se-ia recolhido a casa e redigido nestes termos o documento pedido, que esse autor não declara onde colheu: "Havendo eu dado todas as providências para ligar a Constituição que se está fazendo em Lisboa com que é conveniente ao Brasil, e tendo chegado ao meu conhecimento que o maior bem que posso fazer aos meus povos é desde já aprovar essa mesma Constituição e sendo todos os meus cuidados, como é bem constante, procurar-lhes todo descanso e felicidades: hei, por bem, desde já, aprovar a Constituição que ali se está fazendo e recebê-la no meu reino do Brasil e domínios da minha Coroa." Maria Amália não alude a este escrito, do qual talvez Palmela não tivesse guardado cópia. Tê-lo-ia levado à quinta na manhã de 26 e lá ficado, onde o conde dos Arcos o pôde depois conhecer, guardar ou copiar (*Op. cit.,* pág. 376).

Ainda antes do romper d'alva, era d. João despertado do sono mal dormido. Ele próprio contou a Sturmer que um frade o veio acordar para dar-lhes aviso de tudo quanto se passava; chegou depois um oficial do corpo da guarda para anunciar-lhe a partida dos camaradas, a quem não quisera acompanhar. Mandou então chamar d. Pedro e ordenou-lhe que fosse à casa de Tomás Antônio buscar o decreto, "que fizera preparar de véspera para algum caso semelhante". Era a repetição da astúcia, empregada em Lisboa na véspera da fuga, de ter pronto um decreto para expedir, se fosse preciso. Ao mesmo tempo, antes de qualquer outro conselheiro, mandou vir à sua presença o conde de Palmela, o qual, apagando ressentimentos, declarou receber como o maior benefício, feito em toda a sua vida pelo rei, ser chamado daquele modo em tais circunstâncias.

Munido do decreto, guardado por Tomás Antônio, partiu d. Pedro para o Rocio, onde apareceu às cinco horas, anunciando a revogação do outro, cujos termos não tinham satisfeito nem ao povo nem à tropa. Fora vencido a 24, em conselho de ministros, ao qual faltara Palmela, que o Rei expedisse um ato, declarando aderir à Constituição, em preparo nas Cortes de Lisboa, e mandar adotá-la no Brasil, "salvas as modificações que as circunstâncias locais tornassem necessárias". Era em substância a minuta atribuída a Palmela e desprezada para vingar o projeto de Tomás Antônio. D. João chegou a assinar o decreto, mas, para ainda protelar, este ministro não lhe deu publicidade imediata.

Fora esse o papel recebido das mãos do mentor do rei por d. Pedro e que não pôde ler até o fim, por ter sido interrompido, aos gritos de protesto contra as modificações ressalvadas. Clamava-se exigindo o juramento imediato da Constituição, tal qual fosse feita pelas Cortes portuguesas. O padre Macamboa foi o órgão dos reclamantes para formular expressamente o seu desejo.[16] Já então, seguros dos seus recursos, os agitadores queriam tudo obter e exigiram também a nomeação de novos ministros e altos funcionários, em número de quatorze, cujos nomes impuseram.[17]

16 Silvestre Pinheiro, *Cartas*, pág. 249.

17 A Bahia fora mais radical, pois a Junta ali constituída não só jurou a Constituição, que as Cortes viessem a decretar, mas jurou também interinamente a da monarquia espanhola, conforme comunicou às ditas Cortes em ofício de 18 de fevereiro. Só mais tarde, em abril, os revolucionários do Rio procuraram adaptar-se desde logo

Voltava d. Pedro a S. Cristóvão para tomar a decisão do monarca, quando chegou ao Rocio o resto da guarnição da cidade e ainda a polícia. Naquele momento d. João VI era a imagem viva da autoridade, que a tropa e os amotinados estavam a esfacelar. "Não se pode fazer ideia do terror do rei na manhã de 26", escrevia Sturmer. A própria luz lhe fazia medo. Mandou fechar todas as janelas, como costumava fazer quando reboava a tempestade. Não havia como resistir às pretensões dos insurgentes. Ele não tinha por si nem um fuzil. Consultado a este respeito, Palmela respondeu: "Infelizmente, Senhor, não há que deliberar; é preciso fazer tudo quando vos pedirem." Dir-se-ia que, embora sem poder dar outro conselho, lhe passava nos lábios senão um laivo de vingança, ao menos o gosto do amor-próprio satisfeito, diante da realização de tudo quanto previra e quisera evitar. Foi ele talvez quem referiu ao ministro austríaco que, em vez de aconselhar o rei, Tomás Antônio, a um canto, chorava como criança. Sem revelar a fonte da informação, aliás colhida em Melo Morais, em Mareschal e Areias, diz Varnhagen, ao contrário, que muito valeu ao monarca "a serenidade de ânimo" do seu ministro do peito, o qual também fora acorde em aceitar-se a imposição inevitável.

Varnhagen revela pelo favorito de d. João VI admiração entusiástica e louva-lhe todos os conselhos dados ao rei, ao passo que tem julgamento diverso a respeito de Palmela. Tal opinião deve resultar das suas tendências políticas, ou do seu temor de funcionário, receoso de parecer irreverente à memória do avô do seu soberano. De qualquer modo, cometeu a injustiça de não considerar o desastre final da obra de Tomás Antônio e o acerto das previsões de seu rival. Não é de estranhar o choro de quem desde o começo se mostrou mofino, ao ver falhar a resistência que aconselhara. Ninguém parecia mais valente, quando se afigurava só haver

---

à Constituição da Espanha. Entre os nomeados figuravam o almirante Quintela, ministro do Reino; Silvestre Pinheiro, ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros; conde de Lousã, presidente do Erário; o Bispo, presidente da Mesa de Consciência; Pereira da Cunha (Inhambupe), intendente de polícia; Lisboa (Cairu), inspetor dos estabelecimentos literários; e o brigadeiro Caula, comandante das Armas, em vez do tenente-general Vicente Antônio de Oliveira, cujo nome fora recebido pelo povo com apupos, aos gritos de "fora o *Grão-de-Bico*", a sua alcunha, o que fez Silvestre Pinheiro propor o substituto bem aceito.

perigo do outro lado do mar: "A vantagem que V. M. tem é o estar aqui a salvo toda a Família Real; portanto não se deve condescender enquanto não voltarem à obediência." Desse modo aconselhava a recusa da partida de d. Pedro e jurava antes morrer que transigir: "A minha opinião é diametralmente contrária [à de Palmela], porque V. M. não se deve sujeitar aos revolucionários; não deve largar o cetro da mão; compete-lhe conservar a herança de seus pais até a última extremidade; não lhe convém aprovar a revolução e desanimar todo o partido realista; não lhe é decente seguir os malvados e desamparar os honrados. Eu jurei isto na aclamação e já agora hei de morrer fiel ao meu juramento: sinto não poder condescender, mas este negócio não é de condescendências."[18]

Dignos de admiração são os reacionários que lutam até o fim e caem entre os escombros das construções, cuja defesa encetaram, supondo nelas abrigar instituições indispensáveis à nação; mas não aqueles, cuja cegueira e teimosia provocam revoluções, as quais, na hora do triunfo, logo se apresentam para conceder tudo quanto elas conquistaram e podem realizar por si mesmas.

O conde dos Arcos, como de costume perfumado da cabeça aos pés, só chegou às nove horas, quando tudo estava acabado; declarou ignorar as tramas que tinham produzido aquele resultado e saiu sem demora. Deram-no sem razão como um dos agentes daqueles sucessos, os quais entretanto lhe acarretavam a perda da posição e de 24.000 cruzados de vencimentos.

Às seis horas estava o príncipe de volta ao Rocio, acompanhado do marquês de Belas. Convocou a municipalidade, a milícia, as pessoas destinadas a ocuparem os cargos vagos e leu o decreto que continha a satisfação de todas as exigências feitas ao rei, em cujo nome, às oito horas, acompanhado de D. Miguel jurou a Constituição nas mãos do bispo capelão-mor. Chegou depois ao terraço, mostrou ao povo o papel assinado, declarou deposto o Ministério, leu os nomes das novas autoridades e prometeu liberdade à imprensa.[19]

---

18 Parecer de Tomás Antônio. *Docs. cits.*, pág. 215.

19 Conta Silvestre Pinheiro, na sua 6ª carta, pág. 250, que foi despertado por um oficial às sete horas, a fim de comparecer ao Rocio a prestar juramento. – A liberdade de imprensa consistia na suspensão da censura prévia antes da entrega dos manuscritos à tipografia. De acordo com o decreto que apareceu a 7 de março, a censura passou a ser feita no decurso do trabalho tipográfico para verificar-se se nada havia contra a

A multidão prorrompeu em aclamações e gritava pedindo a presença d'el-rei. Nada se lhe recusava naquele instante. Partiu d. Pedro a galope para S. Cristóvão, a fim de cumprir-lhe os desejos. Assustado do que poderia acontecer, d. João VI arrastou-se até o velho coche, a cujo lado cavalgava o filho. Atraída pela notícia dos acontecimento, muita gente marchava, caminho do teatro, pelas ruas do Conde e dos Ciganos.[20] O sol de verão caía quase a pino, cerca de onze horas. Ao chegar a carruagem ao Rocio, redobrou o entusiasmo da turba, entre a qual se acendeu o proverbial delírio de tais manifestações. Atiraram-se aos varais, desatrelaram-se os cavalos, tomaram-lhes o lugar. Quando a operação começou, supôs o rei que o vinha agredir, prender, guardar como refém. Afigurou-se-lhe talvez à sombria imaginação o sinistro trajeto de Luís XVI, arrastado de Versalhes a Paris, prisioneiro da populaça, decidida retê-lo no meio da grande cidade, exposto às suas exaltações, aos seus protestos, às suas exigências e vinganças, sob as vistas dos energúmenos, dispostos a levá-lo um dia ao cadafalso. Dizem que o rei desatou em pranto. Se não chorava, nem assim era menor o seu temor. Caminho do Paço, pela Rua do Ouvidor rolava a sege. A grande praça regurgitava de povo, pródigo de vivas, aclamações e festejos. Já o rei percebia serem quase todos para ele; raramente a Constituição era lembrada. Contudo, à porta do palácio, foi preciso carregá-lo em braços até os seus aposentos. A ação triunfal mascarava a fraqueza do herói e substituía-lhe as pernas, que não davam de si. Ele próprio confessou a Sturmer de modo algum ter-se sentido tranquilo (*il navait guère à son aise).*

Entretanto um esforço era ainda indispensável; ajudaram-no a arrastar-se até as janelas, onde toda a família real apareceu. Faltava ouvirem-no dizer que sancionava tudo quanto o filho fizera. As palavras partiram dos lábios bambos, mas a voz sumida não chegou lá fora. O príncipe pôs-se então ao seu lado e repetiu alto a declaração esperada. A rainha

---

religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, a pessoa do soberano e a tranquilidade pública. O mesmo exame seria feito nos livros importados. Pela divulgação dos escritos fora dessas regras ficariam responsáveis os autores e quando estes fossem desconhecidos, os editores e os vendedores.

20 Ruas Visconde do Rio Branco e Constituição.

também lá estava, mas "não parecia partilhar a mágoa que se via expressa no semblante de seu real esposo."[21]

Pôde d. João finalmente repousar de tantas atribulações. À noite, era ainda necessário mostrar-se, ir ao teatro, atravessar as ruas iluminadas. No dia seguinte Sturmer ouviu-o narrar todo esse martírio. Passara o dia inteiro quase sem comer; só lograra tomar um caldo de galinha. Não lhe podiam ter infligido maior castigo. Além do mais, na confusão do Rocio, perdera uma bengala de estimação, de cuja falta talvez não se consolasse, tamanho era o seu amor das suas coisas possuídas. Teve de ouvir no teatro versos detestáveis e mal cantados, entre os quais, sobretudo o indignaram um que dizia assim: "Ontem éramos escravos; hoje quebramos grilhões." No meio de tantas impressões não faltava a sua ponta de ironia. Aludindo à Constituição ainda em projeto, que o tinham forçado a jurar, perguntava ao ministro: "Algum dia fez-se alguém jurar o que ainda não se conhece e talvez nem exista?" Já estava calmo para falar dos homens e gabou Silvestre Pinheiro, nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, homem de grande inteligência e instrução, senhor de sete idiomas, "mas liberal até os dentes".[22]

---

21 Maler. Of. de 4 de março. Silvestre Pinheiro, nomeado ministro naquele dia, diz que o Rei falou em voz alta. (Carta 6ª *op. cit.,* pág. 253.) Aqui, como de outra vez em circunstância semelhante, ele procura generosamente e também por dever de ofício esconder a triste realidade. O estado em que se achava d. João VI, por ele próprio confessado a Sturmer e referido por outras testemunhas da época, não lhe permitia tal firmeza de voz.

22 Palmela fazia bom juízo dos seus sucessores: "Os atuais ministros são gente sensata e de bem, e procuram servir do melhor modo que podem no meio das inúmeras dificuldades de que se acham cercados." (Carta cit. por M. Amália, pág. 381.) De Silvestre Pinheiro, casado na Alemanha quando encarregado de negócios em Berlim, existe descendência no Brasil e nela se conserva a lembrança de que d. João VI costumava chamar Pinheiro Silvestre. Entretanto diz Melo Morais que o chamava assim o príncipe d. Pedro, por não lhe ter estima, e devido ao fato, narrado àquele autor por um amigo de Silvestre Pinheiro, de ter este, quando ministro, aconselhado ao rei a prisão de seu filho (*Brasil reino*, pág. 197.) Assegura Drummond que a proposta foi realmente apresentada durante o ministério de S. P., o qual entendia ser o príncipe o maior embaraço à ação do Governo. – *Docs. cits.*, pág. 255. – Entretanto é para considerar que a participação de d. Pedro no Governo foi solicitada por Silvestre Pinheiro e os demais ministros, tendo apenas durado menos de dois meses. São duas coisas inconciliáveis.

Queixou-se muito o rei do conde dos Arcos, cujo procedimento não lhe parecia claro. Por fim tratou do filho, a respeito de quem proferiu algumas palavras, suficientes para confirmarem quanto dissera a Palmela, na noite dia 25, acerca do acordo de ambos no empenho de destroná-lo. Sturmer aconselhou-o então, como já fizera Palmela, a deixar o Brasil e partir para Portugal. O seu conselho baseava-se no conceito que expendeu a Metternich: "A revolução é obra de um grande personagem, levado pela mocidade e a inexperiência, pelo desejo de representar um papel e talvez por paixões alimentadas de opiniões particulares, a sacrificar gratuitamente os mais belos atributos da coroa, que a sorte lhe destinou." No seu entender, os agentes principais do movimento tinham sido dois padres de má reputação, um oficial culpado de dois assassinatos, outro escapou da prisão onde expiava um delito, ainda outro, cujo pai fora mandado fuzilar pelo marechal Beresford, e mais um comissário de guerra, destituído por crime de roubo. Os dois padres e um desses oficiais eram "íntimos do príncipe, que tinha em gente dessa espécie a maioria dos seus amigos".[23]

As mais autorizadas opiniões são concordes a respeito do papel de d. Pedro em todos esses sucessos. Mareschal afirma saber com a maior segurança e declara poder garantir que chegaram a propor ao príncipe embarcar secretamente para Portugal; mas ele, apesar de estarem prontos os meios de execução do plano, preferiu esperar a chegada de Palmela.[24]

---

23 Sturmer. Of. de 3 de março.

24 Of. de 12 de julho. Certamente tal decisão nunca foi tomada; talvez apenas tenha sido agitada a respectiva ideia. Referindo-se a um conselho havido antes da reunião em casa de Palmela, diz De Monglave, à pág. 30 da sua obra, que ali foi contra o regime constitucional. Esse autor declara saber quem foi o proponente, mas quer ocultar-lhe o nome. Se isso é verdade, duas vezes teria sido alvitrada a prisão do príncipe, pois como já se viu, Drummond e Melo Morais presumiam saber que também Silvestre Pinheiro a tinha pedido ao rei. Este ministro era a favor da Constituição e queria a permanência do soberano no Brasil, ao passo que o conselheiro conhecido de De Monglave tinha ideias opostas em relação ao regime político e achava indispensável d. João VI partir desde logo para a Madeira e depois para a Europa, a fim de pôr-se à frente das tropas inglesas, que deveriam invadir Portugal e derrubar as Cortes. Se tal conselheiro existiu, vivia no mundo da lua, a ver el-rei armado em guerra. Sua fantasia, porém, pode ter determinado a resolução atribuída ao príncipe pelo arcebispo d. Marcos.

Na oração fúnebre, proferida em Lisboa nas exéquias de d. Pedro, disse d. Marcos, arcebispo eleito de Lacedemônia, que tendo-se resolvido no conselho de fevereiro pedir 15.000 homens ao estrangeiro para sufocar a revolução portuguesa, o príncipe declara ao pai estar decidido em tal caso a fugir para Portugal, a fim de pôr-se à frente de homens livres. Afirmou d. Marcos ainda viver em Lisboa a pessoa escolhida por d. Pedro para acompanhá-lo.[25] Cruz Lima, seu defensor acérrimo e pessoa do Paço, confirma igualmente que consultado a respeito da insurreição, o príncipe não só aceitou colaborar, como prometeu o juramento do pai.[26] Há na correspondência de Sturmer afirmação ainda mais categórica. Assegura ele que de todos os lados estimulavam o príncipe a pôr-se à frente dos acontecimentos, e até de Portugal lhe escreviam para animá-lo a decidir-se, "impaciente e morto de desejo" como andava. A princesa referiu ao ministro austríaco que pouco tempo antes da chegada deste, a 23 de janeiro, o marido estava exaltado ao ponto de fazê-la recear um golpe de Estado.[27] Nessa conformidade existe também o que escreve Cairu, testemunha dos acontecimentos: "Consta que o herdeiro da Coroa, tendo alto entendimento, tinha o bom senso de reconhecer que era vão e perigoso não seguir o espírito do século." Pensando desse modo, o príncipe suplicou ao pai que se antecipasse à revolução e salvasse a monarquia. Diante das hesitações do rei, fez-se d. Pedro "procurador em causa própria", tomou sobre si a responsabilidade do dia "e procurou evitar" "irregular movimento da tropa", ignorando-se que "prudentes expedientes empregou no dia 25 para conseguir esse fim".[28]

Ainda outros contemporâneos conformam estes conceitos. O cônego Geraldo Leite Bastos, que tomou parte ativa nos fatos da Independência, escreveu o seguinte: "... o príncipe d. Pedro, que se dizia não ser estranho a esse movimento, pois que professava as mesmas ideias constitucionais...."[29] Areias comunicava para Lisboa, a 17 de março, que às cinco horas da manhã, quando a população já tinha acordado ao som de tiros e toques de sino, o Príncipe apareceu entre o povo e a tropa, "para o que

25 Cit. na *Rev. do Inst. Hist.*, tomo 61, parte II, pág. 40.
26 Cruz Lima. *Refutação ao livro* "*O Primeiro Reinado*", pág. 11.
27 Sturmer Of. nº 2-C, de 29 de janeiro de 1821.
28 Cairu. *Op. cit.*, parte X, cap. XI, págs. 58-60.
29 *Docs. cit.*, pág. 326.

dizem tinha sido avisado às duas da madrugada". O povo estava "mui contente por se ver livre da opressão, porém a gente de bem muito receosa das consequências de um passo dado por uma pessoa de grande representação e dirigido por seis pessoas, reconhecidamente imorais e de má conduta, como são padre Góis, padre Macamboa, e padre Cupertino os majores Pimenta, Pádua e Almeida". E acrescentava que o rei tinha assinado o decreto de muito boa vontade, "pois se não fizesse dizem que a tropa estava resolvida a aclamar o seu filho Pedro IV". A esta mesma circunstância refere-se Palmela: "O príncipe real mostrou naquela ocasião o maior desembaraço e presença de espírito e mesmo muita fidelidade, porque a tropa quis, sem dúvida, aclamá-lo e ele sempre atalhou esse último desaforo gritando" 'Viva el-rei, nosso Senhor, viva meu Pai!'" Há contudo muita gente que supõe que ele estava instruído d'antemão do que se meditava, e é certo que se deixa rodear e aconselhar por má gente.[30]

Informações nesse sentido chegaram até às Cortes, onde o deputado Alves do Rio aventou a ideia, aliás rejeitada pela assembleia, de dirigir-se uma carta de congratulações ao príncipe real "pela parte que tomou na direção dos acontecimentos do Rio de Janeiro". Para fundamentar sua proposta, declarou estar informado por cartas particulares de muito haver aquele senhor para eles contribuído.

Mais que todos esses depoimentos é a confissão tácita do próprio d. Pedro. Narrando o sucedido, as gazetas de Lisboa, publicaram uma carta de Sua Alteza a um seu amigo confidencial, na qual ele dizia: "Chegou finalmente o grande dia 26 de fevereiro em que tive a felicidade de servir entre medianeiro entre meu pai e a nação e de me constituir em regenerador da pátria, cargo que para mim merecerá eterna lembrança e me obrigará sempre a concorrer para felicitar a nação dos heróis, à qual tenho a glória de pertencer." Logo depois de proclamar a Independência, o almanaque da Corte para 1823 designava nestes termos a data de 26 de fevereiro: "Dia em que S. M. I. abraçou e deu ao Brasil o sistema constitucional." Naquele ano, em tal data, houve grande gala e beija-mão.[31]

Melo Morais faz-se eixo dos rumores de ter havido dinheiro para mover a tropa a decidir-se: "Os agentes de Portugal conseguiram fazer

30 *Docs. cits.*, pág. 238. M. Amália, *op. cit.*, I, pág. 378, carta ao conde de Linhares.

31 A carta publicada em Lisboa foi transcrita no *Correio brasiliense*, vol. XXVII, pág. 68.

prosélitos na classe o comércio. Estes serviram com entusiasmo e deram dinheiro para seduzir a tropa." Se a tropa deixou-se levar por interesse dessa ordem, foi fiada na promessa de receber a paga posteriormente, pois dinheiro foi distribuído, mas em recompensa da ação já praticada. Escreve Areias que "abrindo-se no dia 26 uma subscrição para distribuir pela tropa, chegou em três dias a 36 contos de reis!!!" No seu entender o verdadeiro autor da revolução era a "caixeirada da cidade."[32]

Como aconteceu no Pará e na Bahia, onde também se distribuiu dinheiro à tropa, quem não tomou parte em nada, até por ser desnecessário, foi o povo, sobretudo a sua maioria, composto às revoluções consumadas em seu nome.[33]

NOTAS

A) Na ignorância das circunstâncias, reveladas não só nas cartas de Silvestre Pinheiro, cuja publicação foi feita em 1888, como também na correspondência de Sturmer, têm escrito vários historiadores que o decreto, lido pelo príncipe a 26, fora propositalmente datado de 24 para dar a aparência de não ter o rei obrado sob coação, mas de fato tal decreto foi redigido naquele dia. O marquês de Resende dá preciosa informação a respeito do que fora deliberado nesse conselho e Tomás Antônio conseguiu burlar: "Estas proposições [de dar o rei uma carta, ainda no Brasil] foram então adotadas, e o rei deu-lhes seguimento num conselho a que assistiu meu irmão, o marquês de Alegrete, o qual foi encarregado da presidência da junta para isso nomeada, onde se resolveu a oferta da Carta; a redação tinha sido aprovada e um ministro do rei a levou por ordem sua à Imprensa Régia para se publicar logo no dia seguinte; mas a influência de um homem sem talentos fez adiar, não se sabe como, a execução de uma medida, cuja oportunidade foi sobejamente demonstrada pelos acontecimentos de dois dias depois." (*Eclairissements historiques*, pág. 37.) Manuscrito inédito, existente na Biblioteca Nacional atribui o motivo religioso à demora da publicação do decreto, por ser domingo o dia 25: "...mas um escrúpulo em que estava T. A V. P. [Tomás Antônio Vilanova Portugal], então primeiro-ministro, o impediu [a el-rei] de fazer publicar esse ato no domingo 25, ato que talvez tivesse evitado o que no dia seguinte já não era evitável, por isso que o Senhor d. Pedro,

---

32 M. Morais: *Docs. cits*., pág. 251, Areias, carta de 17 março.

33 "Tratou-se dos meios pecuniários que eram precisos: João Ladislau ofereceu sua fortuna, e além do que gastou por este modo, repartiu no dia 10 de fevereiro de 1821, depois da proclamação dita, muita moeda de prata com a soldadesca dos corpos de linha, que avisada pela notícia ia bater-lhe à porta, que aliás estava a todos aberta." – Evaristo Ladislau e Silva. *Recordações biográficas*, pág. 14. Bahia, 1866.

querendo nesse mesmo dia fazer uma tal publicação, foi-lhe recusada." Pela narrativa dos acontecimentos, feita por Sturmer em ofício de 3 de março, verifica-se que o dia 25 caiu realmente em domingo. O citado manuscrito intitula-se *D. Pedro I e suas gloriosas ações, ou Memórias para servirem à História do Império;* é escrito em forma de cartas e contém Notas do Editor, para servirem de esclarecimento ao texto. Essas notas foram compostas posteriormente, porque a de nº 11, tratando de F. de Lima e Silva, chama-o "atual presidente da Regência". A segunda parte do escrito é constituída por um diário de viagem do Imperador desde o dia da abdicação. O autor começa por dizer: "Colocado por circunstâncias em um lugar favorável para observar com fruto o resultado de uma sociedade composta de pessoas de diferentes partidos, mas perfeitamente aos fatos dos acontecimentos e dos meios de os preparar, ou de bem se servir deles..." Esse manuscrito foi oferecido à Biblioteca Nacional pelo finado jornalista Pardal Mallet, que parece o ter encontrado em mão de outra pessoa. Daí induz o A: que talvez seja ele obra do avô do doador, o marechal-de--campo João Carlos Pardal, uma das raras pessoas que acompanharam Pedro I à Europa, donde depois voltou, vindo a falecer no Rio de Janeiro. Pardal era amigo de infância de D. Pedro e afilhado de d. João VI, cujos nome e sobrenome foram dados.

B) A respeito do papel do conde dos Arcos e da sua real ou fingida doença, informou ao seu governo o conde de Casa Flores, ministro de Espanha, que quando chegou notícia da revolução do Porto, o conde dos Arcos revelou ao rei o seu modo de ver, na presença de Tomás Antônio, o qual se mostrou contrário aos seus conselhos. Arcos pediu demissão, que lhe foi negada. Então pretextou moléstia e pediu licença. Esta informação está de acordo com este tópico de uma carta de Areias: "Esqueceu-me de dizer a V. Exª que o conde dos Arcos, dias antes do dia 26, tinha-se ido meter em sua chácara no campo, creio que para mostrar que não ia de acordo com os dois ministros, ainda que por escrito ele foi sempre de acordo com o Sr. C. de P. [Conde de Palmela.]" Palmela realmente considerava-o seu aliado; a 3 de março, escrevia ao cunhado, conde de Linhares: "El-rei não se decidia a coisa nenhuma, sem embargo dos seus clamores e dos do conde dos Arcos." (M. Amália. *Op. cit.,* I, pág. 376.)

Casa Flores não acreditava na intervenção de Arcos, nem do príncipe, nos negócios da revolução, que considerava consequência dos erros do Ministério por sua falta de previsão, lentidão e franqueza, desde que chegaram as primeiras notícias do Porto. (Of. reservado de 18 de março.) Maler atribuiu o bom êxito da revolução à falta de identidade de proceder entre Tomás Antônio, Arcos e Palmela. Segundo esse informante, disse el--rei "a uma pessoa de consideração que lamentava não ter concedido a Palmela toda a confiança que ele merecia". (Of. de 4 de março.) A mesma coisa repetiu Sua Majestade ao próprio Palmela, conforme este contou em carta ao conde de Linhares: "Devo dizer-te que el-rei me tratou até ao último dia com amizade e mesmo carinho, e me fez a honra de dizer-me que era o resultado de não ter seguido os meus conselhos." (Transcrita por M. Amália. *Op. cit.*, I, pág. 380.)

O depoimento definitivo a respeito do papel do conde dos Arcos, é dado por ele próprio em carta de 4 de março ao príncipe d. Pedro:

"Chefe do partido pela soberania absoluta em 1817 [quando pela segunda vez governava a Bahia, concorreu fortemente para esmagar a revolução de 1817 e punir com a morte os seus cabeças] e assim já conhecido na História Moderna como posso eu aparecer à testa de uma Corporação Constitucional sem atrair a reprovação do Universo sobre a versatilidade do meu caráter!" Depois confessa: "Fui, é verdade, o primeiro que se atreveu a pedir a S. M. em 16 de novembro p.p. uma Carta Constitucional, como Única Tábua de Salvação que via no Brasil. É verdade que estou hoje viva e sinceramente convencido que só ela poderá tirar a nação dos embaraços em que está." Mas também é de opinião que tendo passado mais de um terço da vida a ocupar os maiores lugares do governo monárquico, não era próprio para figurar nos grandes lugares do governo constitucional. Torna-se evidente que o príncipe lhe oferecia naquele momento ou no futuro alguma alta posição. Por fim vem a declaração peremptória: "De outra parte, tendo sido, segundo me consta, quase opinião pública, que eu sabia dos acontecimentos de 26 de fevereiro e tendo eu constantemente desmentido tal opinião, V. A. R. sabe se com avices de verdade, um emprego tão distinto agora, não faria senão confessar aquela opinião, que me é tão excessivamente desfavorável, quando até na presença de S. M. assegurei que não sabia até aquele momento, quando eram nove e meia daquele dia." Termina por declarar que o primeiro e mais poderoso agente dos grandes feitos é o amor da pátria; esse faltava-lhe no Brasil e sobejava-lhe em Portugal: "A natureza não ama como pátria senão o ninho em que nascemos"; a política determina outro, porém fictício, no qual não tinha igual confiança. Concluía por pedir licença para regressar a Portugal, além de outras razões, para ter tempo de "estudar o estado das cousas antes da chegada de V. A. R." – Carta transcrita na cit. obra de Rocha Martins, pág. 135,

C) Melo Morais foi amigo íntimo de Drummond, depositário do seu arquivo e escreveu muita cousa por ele ditada. Drummond sempre revelou viva antipatia por Palmela e grande admiração por Tomás Antônio, protetor dos seus primeiros passos na vida pública e amigo de seu pai. Melo Morais narra de modo inacreditável a cena de S. Cristóvão, ao chegar a imposição da tropa: Quando o Príncipe apareceu com a lista da junta exigida pelo povo, "o conde dos Arcos riu-se à surdina e conde de Palmela cambaleou nas pernas". É uma variante do que lhe ditou Drummond e apareceu no 1º vol. dos Docs., publicados pela Biblioteca Nacional, pág. 254. "O rei ficou confundido; o conde dos Arcos olhou para o princípe com ar de inteligência; o conde de Palmela deu dois passos e quase desmaiou e Tomás Antônio baixou os olhos e refletiu"; depois convidou o rei a passar só com ele ao gabinete. "O príncipe foi para o seu quarto e os dois ministros ficaram na mesma sala."

Em tudo isso há evidente fantasia. Não é de crer que um ministro do rei, ainda conspirador, revelasse o seu papel, sorrindo de acontecimentos tão trágicos. Além disso Arcos não estava presente, enquanto essa cena se desenrolava, pois só apareceu às nove horas, "o que muito magoou o rei", segundo informa Sturmer em seu Ofício nº 5, de 3 de março e conforme ele próprio confirma na carta escrita a d. Pedro e transcrita na nota precedente. Aí diz o conde dos Arcos ter chegado a S. Cristóvão ainda mais tarde, às nove e meia, quando até já estava jurada a Constituição. Palmela não tinha motivos para

tremer, para ele nada daquilo era surpresa, pois tudo previra e anunciara. Ao demais não tinha que recear vinditas, conhecidas como eram as suas diligências a favor da Constituição, o próprio Tomás Antônio quase o denunciava como ligado aos militares. Só este ministro tinha pois razões para estar inquieto e dessa inquietação participava o rei, que o mandava escoltar quando o chamava à noite em conselhos. Areias escrevia a tal respeito: "O povo ficou alegre com a mudança dos empregados públicos; estou certo que nenhumas promessas o teria satisfeito, uma vez que não principiasse por depor Tomás Antônio, Targini, Paulo Fernandes, etc." Entretanto, no dizer de Drummond e Melo Morais, foi o ministro do Reino quem tudo resolveu com sangue-frio, levando o rei para o seu gabinete e com ele ficando a sós.

Quer dizer que teria sido deixado de fora o próprio príncipe, figura principal dos acontecimentos, a quem d. João de modo algum, em tal situação, seria capaz de melindrar, porque o temia, como tinha temido a Palmela, em cujos braços por fim se lançou. A prova disso encontra-se no testemunho de Silvestre Pinheiro. Naquele mesmo dia pediu ele dispensa de aceitar o cargo para o qual fora indicado. D. João não o atendeu, mas como o nomeado insistisse em não reger pelo menos a repartição da Guerra, deu-lhe ordem de guardar as duas pastas durante oito dias, com a promessa de nesse espaço de tempo "de acordo com sua Alteza Real escolher para aquele lugar a pessoa cuja nomeação não fosse excitar novas comoções entre a tropa." (*Op. cit.*, pág. 253, carta 5ª.)

Areias também diz que Tomás Antônio aconselhou a aceitação da lista, conselho natural, apesar da sua comoção, pois a tudo vinha cedendo apenas a revolta se tornara evidente; mas Areias descreve o fato assim: "Apresentou o príncipe o decreto emendado ao pai e a lista das pessoas. S. M. ordenou a seu filho escrevesse o decreto e depois assinou el-rei." Ora, isto está de acordo com a descrição inserta pelo próprio Melo Morais, no *Brasil reino* (págs. 53-54), segundo a qual, apresentando d. Pedro o primeiro decreto, o general Caretti e outros influentes declararam querer pura e simples a Constituição por fazer em Lisboa e outro governo, cuja lista entregaram. Estando todas as portas do Rocio fechadas, bateram à porta de um botequim, pediram pena e tinta e nesse sentido emendaram o decreto, que o Príncipe levou a S. Cristóvão e à pessoa do pai. A versão de Melo Morais, adotada por Varnhagen, é ilógica. Convém lembrar que o autor da *História da Independência* desconhecia a correspondência de Sturmer, não mencionada no prefácio dessa obra entre as demais por ele consultadas.

No Ofício nº 8-A, de 22 de julho, escreveu Mareschal que o rei "por conselho de Tomás Antônio" deu duas pastas e os mais elevados cargos a quatorze indivíduos propostos pelos revolucionários; porém não declara como teve essa informação, diversa da colhida por seu chefe.

D) Os padres que tiveram grande parte nos acontecimentos de 26 de fevereiro eram portugueses não domiciliados no Brasil e chamavam-se Francisco Romão de Góis, enviado de madrugada a S. Cristóvão para avisar o príncipe, a fim de este acordar a princesa, a qual, grávida como estava, se poderia assustar com o tiro de sinal da revolta, e Marcelino José Alves Macamboa, que falou em nome da multidão, reclamando contra o decreto, começado a ler por d. Pedro. Esse não chegara a receber ordens para celebrar;

era formado em cânones e tinha escritório com Joaquim da Rocha, que foi depois um dos promotores do "Fico". A respeito de Macamboa escreve o conde de Casa Flores, ministro de Espanha, inclinado a simpatizar com o movimento constitucional, que era ele "eclesiástico muito acreditado por sua popularidade" (Of. de 25 de abril de 1821). Além deles, Areias menciona o padre José Cupertino, ao qual, como a respeito de Góis e Macamboa, se refere em maus termos. Pádua e Almeida, por ele citado como se fossem dois, era uma só pessoa: Antônio de Pádua da Costa e Almeida. Varnhagen cita os nomes dos cinco oficiais promotores do aliciamento de comandantes e oficiais, sem atribuir-lhes as mazelas de que os cobre Sturmer.

Rocha Martins, porém, não só repete esses nomes, como também esclarece as informações do ministro austríaco acerca de dois deles. O major Antônio Duarte Pimenta era insubordinado incorrigível, conhecido em diversas possessões portuguesas, e vários anos esteve preso. Por proteção da rainha logrou certa situação no Rio de Janeiro (Oliveira Lima também refere o que informara Maler a respeito desse major, destacado para a Índia após haver servido sob as ordens de Lecor e ter sido condenado a três anos de prisão por insubordinado e mal comportado. – *D. João VI,* p. 1092). Costa e Almeida procurava no Brasil o esquecimento do nome paterno, maculado pela entrega de Almeida aos soldados de Massena. Francisco Bernardo chamava-se seu pai, tenente-rei daquela praça e por seu crime condenado à morte. Os demais eram Cipriano Soares, Luís de Sousa Gama e Santos Portugal, oficial da polícia, incumbido de arrancar o comando de José Maria Rebelo, tão detestado pelo príncipe quanto o intendente Paulo Fernandes Viana. Os sentimentos de D. Pedro a respeito desse oficial eram partilhados pelo conde dos Arcos, que também os tinha a respeito de Tomás Antônio. Escrevendo ao príncipe a 4 de março, dizia o ex-vice-rei: "Deposto no dia 26 de fevereiro p. p. com toda a solenidade a par e conjuntamente com José Maria da Polícia e Tomás Antônio, a quem eu também conceituo como escuma de todos os presídios, galés e enxovias deste mundo, estou firme a não aparecer mais em público no Rio de Janeiro, onde tive por sucessor a ... Seu Augusto Pai ..." (Rocha Martins, *Op. cit.,* págs. 128 e 136). Este final dá ideia do orgulho do fidalgo e só tal sentimento, além de certa queixa, relativa à compra de uma chácara e à qual se referiu Tomás Antônio em apontamentos da sua vida, podem explicar conceito tão insultuoso quanto injusto acerca de homem honradíssimo, como era o ministro favorito de D. João VI.

E) Logo após esses acontecimentos foram presos por ordem do Rei e recolhidos à fortaleza de Santa Cruz, a 3 de março, o almirante Rodrigo Pinto Guedes, os desembargadores do Paço João Severiano Maciel da Costa e Luís José de Carvalho e Melo, que vieram a ser barão do Rio da Prata, marquês de Queluz e visconde da Cachoeira, bem como Targini, visconde de S. Lourenço, cujos bens foram sequestrados. A 5 de março, Silvestre Pinheiro, ministro da Guerra, declarava ao general das Armas, para fazer constante àquelas pessoas, que tal medida fora unicamente destinada à sua segurança, pois constava na Polícia acharem-se ameaçadas e poderem ser acometidas antes de ser possível prestar-lhes qualquer socorro; e também que lhes era permitido ausentar-se do país sem prazo limitado, até se desvanecerem as apreensões existentes e não comprometer a sua presença a pública tranquilidade. O almirante e os desembargadores prontificaram-se a partir para a

Europa. A 16 mandaram-se soltar os três primeiros, voltando Targini para a sua casa, onde continuou detido por algum tempo. Rezava o decreto de soltura ter-se "conseguido descobrir e malograr as ocultas tramas, com que ameaçavam a vida dos cidadãos, a segurança do Estado" e ao mesmo tempo mencionava terem eles sido presos para serem subtraídos, "a qualquer sinistro e inopinado projeto de seus inimigos, perturbadores do sossego da capital". Sempre se conservou em mistério o motivo da prisão de pessoas tão ligadas e devotadas ao Rei; porém Mareschal lança alguma luz sobre tal sucesso, dizendo que elas tinham querido operar um movimento de reação contra a tropa europeia, agente dos fatos de 26 de fevereiro (Of. 38-B, de 25 de nov. de 1823). Esta razão é plausível, enquanto é inaceitável a dada por Melo Morais, o qual apresenta os presos como conspiradores para o estabelecimento da República, cometimento a que se abalançaram para aproveitar "o entusiasmo e efervescência do povo", coisa aliás inexistente. Diz ele ter ouvido Caxias afirmar a veracidade do fato, do qual era contemporâneo. (*Brasil reino*, pág. 58, vol. I.) Naquela época Caxias tinha apenas dezesseis anos e por esta e outras razões é informante menos ponderável que Mareschal. Os termos do decreto de soltura são contrários a semelhante versão; contudo, talvez para afastar do espírito da tropa a verdade acerca do que tinham concebido ou tentado aqueles amigos do rei, tenha sido conveniente imputar-lhes ação muito diferente da verdadeira, no intuito de protegê-los das represálias dos militares, contra quem tinham querido proceder. Talvez a versão de conspiração republicana proceda do conceito em que eram tidos dois daqueles personagens em matéria política. Carvalho e Melo foi suspeito de adesão aos revolucionários pernambucanos de 1817 e Pinto Guedes era tido como republicano, conforme dizia a princesa Leopoldina.

F) Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, considerada órgão oficial, encontra-se também a confirmação do que dizem tantos contemporâneos a respeito da conduta de d. Pedro no preparo e realização dos acontecimentos de 26 de fevereiro. Em seu nº 78 de 30 de agosto de 1821 pode-se ler a seguinte descrição do estado da monarquia quando rebentou a revolução do Porto e do papel que o príncipe então assumiu: "... numa palavra, reduzida a nação ao último estado de miséria e de pobreza pelo peso enorme de mal calculados tributos, pelo péssimo uso das rendas públicas e erradas noções de economia política, que outra coisa se devia esperar senão que os povos, já exaustos de paciência, sacudissem o pesado jugo do ignorante despotismo que os oprimia; e, confundindo o direito com a licença, demolissem até os alicerces o Edifício Social?" ..."S. A. o príncipe regente do Brasil estava tão penetrado desta verdade e da necessidade em que se achava a nação de uma reforma política, que, desde que fora informado do que se passara em Portugal nos dias 24 de agosto e 15 de setembro, não hesitou um momento em declarar-se a favor desta reforma; mas o respeito e alta consideração havidas a seu Augusto Pai eram sobejo motivo para sufocar em seu coração estes sentimentos patrióticos. Apresentou-se, porém, o dia 26 de fevereiro, tão memorável para o Rio de Janeiro como fora para o Porto o dia 24 de agosto e S. A. R. é o mesmo que se encarrega de expor a S. M. o Senhor d. João VI quais os votos do povo e da tropa." ... "Não contente S. A. R. com o que já fizera para mostrar a sua adesão e formal assentimento à causa da nação, foi servido determinar que os dias 24 de agosto e 15 de setembro fossem de grande gala na Corte."

O nº 79 de setembro é mais categórico. Descrevendo o baile dado por Suas Altezas para comemorar a data da revolução do Porto, dizia a *Gazeta* estarem os oficiais convencidos de que não teriam alcançado os seus fins ou então encontrariam grandes óbices, capazes de fazê-los retrogradar, se os seus esforços não houvessem sido "poderosamente sustidos e auxiliados pela Mão Soberana do Augusto príncipe regente, que tão decididamente esposou a causa da Nação."

Passado mais de um ano, voltava aquele jornal a bater na mesma tecla: "... aparece o príncipe, que penetrado das justificadíssimas razões dos povos, se propõe demover S. M. a atendê-las e consegue ver realizado o seu projeto no sempre memorável dia 26 de fevereiro de 1821." – nº 124, de 5 de outubro de 1822.

A despeito de toda a documentação existente a este respeito, o marquês de Resende, amigo íntimo, companheiro de mocidade e confidente de d. Pedro, escreveu o seguinte na sua obra *Eclaircissements historiques*, pág. 8, que não pode deixar de ser aqui mencionado: "O príncipe foi completamente estranho a esse movimento [de 26 de fevereiro], e, em lugar de contribuir para aumentá-lo, soube por sua coragem pessoal tirar-lhe tudo quanto podia conter de hostil à autoridade regular. Se ele apareceu em presença do povo reunido foi por ordem expressa do rei e se ele entendeu não poder dissimular a seu pai a necessidade de fazer algumas concessões, soube também repelir com firmeza as pretensões incompatíveis com as condições essenciais a todo governo monárquico." Nessa mesma página diz Resende que a narração autêntica dos fatos ocorridos naquele dia, escrita e assinada pelo príncipe, se acha entre os manuscritos da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, sem nunca nenhum dos seus inimigos o haver acusado de deturpar a verdade. Que o príncipe tenha recebido ordem do rei para intervir nos acontecimentos daquele dia é fato sabido, pois d. João VI incumbiu-o de ir buscar e ler ao povo o decreto guardado por Tomás Antônio; mas que fosse estranho à origem daqueles fatos parece evidentemente desmentido, até pelo próprio rei, o qual na noite de 25, sob o temor da conspiração, declarou a Palmela possuir provas das tramas do filho para destroná-lo. Infelizmente não há notícia de alguém ter lido o escrito do príncipe. O autor nunca encontrou citação alguma de tal documento. Na Biblioteca Pública, ou Biblioteca Nacional, ninguém o viu nem sabe informar a seu respeito; entretanto é preciso confessar que possa existir. Pessoa respeitável como o marquês de Resende, não iria inventar semelhante história. Desgraçadamente a Biblioteca Nacional não tem catálogo dos seus manuscritos, como não tem completo o dos seus livros. Sem semelhante roteiro torna-se impossível dizer ao certo quanto ali existe de preciso para a nossa história. Os *Eclaircissements* foram publicados em Paris no ano de 1832. É de estranhar que à afirmação neles contida não tenha feito referência nenhum historiador. Aliás Pereira da Silva conhecia essa obra citada no vol. V, pág. 108 da *História da Fundação do Império*.

A rainha Carlota Joaquina

. . . .

Capítulo XII

A PARTIDA DO REI

INSTALADAS desde janeiro, as Cortes de Lisboa tudo ousavam. Como as assembleias idênticas, presas da febre de poder, arrogaram-se a autoridade suprema, o título de Majestade, nomearam nova regência e também os ministros de estado. Depois voltaram-se para o rei, pedindo-lhe que regressasse à velha capital.

O conhecimento de tal pretensão levantou no Rio manifestações a favor da permanência do soberano. Por intermédio do senado da Câmara, os negociantes e proprietários da cidade dirigiram-lhe súplicas para não partir, ou pelo menos adiar a viagem até decidirem as Cortes onde deveria ser a sede da monarquia. Nessa representação diziam aquelas classes resultar da mudança anunciar volver o Brasil a ser "governado outra vez como colônia" e não estar "na ordem das cousas" que "assim abandonado se conservasse muito tempo unido a Portugal".

Queria o rei atendê-los; mas de acordo com o seu modo de proceder, indeferia as petições e procurava outros meios de atingir os seus fins. Convocou o Conselho de Estado, onde só um voto foi favorável ao seu desejo, o de Silvestre Pinheiro, ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros,

conforme o qual, "do momento em que Sua Majestade deixasse o Brasil, devia-se considerar este país como separado de Portugal". Os demais opinaram pelo regresso de toda a Família Real, ficando porém no Brasil d. Pedro e sua esposa. Ao terminar a sessão, d. João exclamou: "Que remédio, Silvestre Pinheiro! Fomos vencidos!" Tais palavras colheu-as Melo Morais da marquesa de Jacarepaguá, que se ouvira repetir no Paço; Varnhagen atribuiu-as à revelação do próprio ministro. Silvestre Pinheiro justificava o seu parecer, mostrando que só ficariam no Brasil autoridades desprezadas e pela maior parte desprezíveis, "tropas detestadas pela má conduta de muitos dos seus membros, merecedores da geral execração", povos que tendo deposto e nomeado autoridades de todas as classes, continuariam a exercer repetidamente esse poder.

Eram estes os fundamentos do seu voto: A Constituição, que estava sendo elaborada em Lisboa, tomara a de Espanha por modelo e deveria ser mais liberal. Tal modelo era uma absurda confusão de princípios nunca vista. Se o rei estivesse em Portugal, seria obrigado a sancioná-la, tal qual ela lhe fosse apresentada, ainda se dispusesse do veto absoluto, o que de modo algum era provável. Entretanto, ficando no Brasil, haveria tempo de melhorá-la, até o momento da sanção, se para esse fim decretasse desde logo as leis e providências aconselhadas pela experiência. "Até mesmo a necessidade de reuniões das Cortes d'el-rei para ultimação das Constituições do Reino Unido conduzirá à convocação das mesmas ou de outras Cortes nesta parte da monarquia, onde depois de todos aqueles preliminares trabalhos e mais longe da influência dos partidos nacionais e das potências estrangeiras se poderá mais facilmente organizar um sistema constitucional, conforme as precisões de todas as diferentes e tão diferentes partes da monarquia." Todas estas poderiam ser governadas se o Governo ficasse no Brasil, no Rio ou outro lugar; mas passando a Portugal, não manteria a sua autoridade no Brasil nem em todo o ultramar. Como base para o novo corpo de Ordenações do reino, a ser apresentado nas Cortes da nação, propunha Silvestre Pinheiro as medidas apresentadas nos seus pareceres de abril de 1814 e novembro de 1820.[1]

Apareceu a 7 de março o decreto acerca da partida da Família Real e da regência de d. Pedro, proclamando como dever de soberano

1 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.*, págs. 257 a 260.

"assentar a sua residência no lugar onde se ajuntavam as Cortes, para lhe serem prontamente apresentadas as leis que se fossem discutindo e dele recebendo sem delongas a indispensável sanção." Mandava o mesmo decreto proceder a eleição dos deputados do Brasil às Cortes, em tempo de alguns deles poderem acompanhar o monarca a Lisboa.

Nem o rei nem os seus ministros ignoravam a intervenção do príncipe nos acontecimentos que se desenrolavam. Por proposta deles, tinha se chamado S. A., não só a assistir aos despachos particulares de cada pasta, mas também ao Conselho de Ministros, o qual, segundo o alvitre lembrado por Palmela, passara a reunir-se coletivamente desde 2 de março.

Acedendo àquela proposta, proferiu, porém, d. João estas significativas palavras: "Como o príncipe toma parte nos negócios públicos, é de necessidade que a tome nas deliberações do Governo. Tempo há que eu tenho pensado em chamá-lo a elas; e se o não o tenho feito é porque, se bem o seu voto não coarcte a minha soberana autoridade, não pode deixar de prender mais ou menos, segundo o grau de desempenho que ele mostrar, a liberdade de opinar dos conselheiros. Mas esta que foi a razão até agora, cessa de o ser depois da época de 26 de fevereiro."[2]

O conde dos Arcos exercia notoriamente enorme influência sobre o ânimo do príncipe. Escrevendo à esposa a tal respeito, aludia Palmela "ao maior auge do valimento, atingido pelo seu colega, a quem d. Pedro todos os dias visitava. Tornava-se, portanto, forçoso legalizar essa situação de fato; deixar o conde como principal ministro e autorizá-lo a redigir as instruções para a regência. Mas em oposição aos sentimentos do filho, tinha o rei grandes prevenções contra esse fidalgo, notabilizado aliás por sua fecunda administração na Bahia; de tal sorte, muito dificilmente aceitou o conselho dado nesse sentido por Silvestre Pinheiro, a quem de preferência queria encarregar da tarefa, por achar que o ministro do Reino, vice-almirante Quintela, estava adoentado e sobrecarregado de afazeres. Mareschal atribui o desfavor do conde ao fato de ter ele ousado chegar-se e ligar-se

---

2 (*Ibid, ib*. pág. 258.) Diz Mareschal que a despeito de tais declarações só em abril, após os fatos em seguida narrados, o rei passou a ouvir o príncipe acerca de todos os negócios do Estado. – Of. de 12 julho.

ao príncipe. Tudo quanto se passava desde fevereiro só fazia agravar esses sentimentos do rei, cuja desconfiança habitual cada dia aumentava.[3]

Ainda na introdução à sua obra *Despachos e correspondência*, escreveu Palmela que ao chegar ao Rio encontrou a autoridade concentrada quase inteiramente nas mãos de dois ministros, Tomás Antônio e Arcos, mas este, "dominado de sentimentos cavalheirescos e também de boas intenções, posto que assaz vagas e indefinidas, não gozava da confiança d'el-rei". Tinha em compensação a do príncipe real, "mancebo destituído então da experiência que serve para escolher conselheiros e para prescindir de confiar-lhes imprudentes excitações". A opinião de Sturmer, porém, era francamente desfavorável ao conde, de quem dizia que por viver no Brasil havia cerca de vinte anos, tendo sido até vice-rei, conhecia perfeitamente o país; mas era tão falso quanto pouco comunicativo e além de algumas frases triviais nada mais se lhe podia tirar.[4]

Silvestre Pinheiro estranhou a repugnância manifestada pelo rei em aceitar a proposta relativa ao conde dos Arcos, pois constava que ele tencionara dar a esse fidalgo o título de marquês de Cascais. Era entretanto para notar a diversidade de sentimentos com que acolheu a de nomear Palmela ministro em Paris, o qual aceitou com a declaração de causar-lhe grande prazer. Apesar de não ter lidado frequentemente com o conde dos Arcos, achava-lhe Silvestre Pinheiro, "nobre ambição, ilustrada por princípios não vulgares da arte de governar os homens", por tal razão não quis começar o seu trabalho sem previamente ouvi-lo. Foi recebido, porém, de tal maneira, que se retirou sem nada tratar. O conde já parecia o senhor da situação e mostrava-se convencido de estar reservada ao príncipe a fortuna de ver os brasileiros segui-lo em qualquer terreno, apenas fossem suplantados em Portugal, na Bahia e no Rio os portugueses, autores da revolução constitucional. Mal lhe fora comunicado o objeto da visita, retrucou em tom que Silvestre Pinheiro não quis qualificar, mas não o deixou ir além. Sem lhe permitir acabar a primeira frase, deu a conferência por finda, dizendo-lhe "que em todos os tempos a aristocracia [ainda tomada no sentido mais honroso de apoio da monarquia] pelo seu sistema de puritanismo e de isolação tem sido batida em detalhe pelo maciço da democracia".[5]

---

3 Mareschal, Of. de 12 de julho.
4 Sturmer, Of. de 3 de março.
5 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.,* pág. 270, carta 11ª.

D. Pedro devia conhecer quanto se passava entre d. João VI e Silvestre Pinheiro. Já cioso da autoridade a ser-lhe conferida, não queria estrear no governo, parecendo ser dominado pelo conde dos Arcos, apesar de estimá-lo tanto e tê-lo realmente por conselheiro. O que então pareceria vaidade infantil era um traço característico da sua personalidade vigorosa e continuaria a mostrar-se firmemente em toda a sua vida. Nesse momento escrevia ele ao seu amigo: "Meu conde – desconfiou-se absolutamente que d. Marcos ministro de Estado, porque dizem que me há de governar, e como eu sei que o conde se interessa por mim não me quererá fazer ter por homem que precisa ser governado por outro, portanto eu participo isto a meu Pai para que nomeando ele outro nenhum de nós fique comprometido para com o povo." Prometia-lhe chamá-lo junto a si, quando considerasse modificada a opinião corrente a este respeito: "O conde bem sabe que nisto não perde porque terá sempre a minha amizade e a todo tempo que todos estejam despersuadidos disto eu farei publicamente todos os sinais de amor que eu tenho pelo conde."[6] Talvez a participação feita ao rei tenha-o decidido a aceitar com tranquilidade o conselho de Silvestre Pinheiro. Se ao filho parecia preferível outro ministro, conviria então dar--lhe o próprio conde dos Arcos.

Várias vezes a partida de d. João VI tinha sido objeto de conversa em sua própria presença; antes de expedir o decreto acerca de tal matéria, declarou ele a Silvestre Pinheiro que as ordens estavam dadas para tudo realizar-se no mais breve prazo, três semanas depois; mas na realidade não havia decisão definitiva a este respeito. Quando pareceu ter sido finalmente tomada, os preparativos de viagem começaram a ser feitos com delongas, não só por falta de meios, como porque ninguém lhes assumia a direção. Já os partidários de d. Pedro imaginavam haver o propósito de ganhar tempo, para o governo desembaraçar-se dos agentes principais da agitação. Desse modo, diz Silvestre Pinheiro, inflamaram a natural atividade do príncipe, que encontrou nos cofres do visconde do

---

6 Cit. na obra Rocha Martins, pág. 134. Embora não haja menção de data, tal carta só poderia ter sido escrita quando se preparava a regência.

Rio Seco todos os subsídios que precisos fossem para ultimar a obra da saída de Sua Majestade.[7]

Só então ativaram-se as obras de que carecia a esquadra; mas ao mesmo tempo diligenciava aquele partido prevenir o espírito da tropa contra o plano, atribuindo ao monarca de aproveitar os navios para mandar o príncipe em seu lugar. A Divisão Auxiliadora estava cansada da permanência no Brasil e ansiava por voltar a Portugal. Qualquer exploração no sentido de convencê-la de demora maior seria fatal; já em fevereiro esse expediente havia sido empregado e persuadira-a de que o rei se opunha a dar uma Constituição, por ter o intuito de romper de vez com as Cortes e ficar no Brasil à espera de uma contra-revolução na metrópole. Realmente, nessa esperança baseava Tomás Antônio a sua resistência.

Nesses círculos desconfiava-se da sinceridade de d. João quando declarava querer partir, apesar de ser impelido a fazê-lo por todos quantos o cercavam, desde a corte, com a rainha à frente, até os ministros e conselheiros de Estado. A própria polícia, incumbida de estar ao corrente da agi-

7 Rio Seco não era fidalgo; fora feito visconde por d. João VI e não renegava sua origem; dizia na sua Exposição: "fundador de uma casa titular, sem se esquecer dos dois princípios..." "Exercia na corte múltiplas funções: tesoureiro da casa real e da real capela, fiel do real bolsinho, escrivão dos filhamentos da casa real, almoxarife dos paços reais, comprador dos guarda-roupas do Paço e comprador da Coroa. Pode-se dizer que tudo lhe passava nas mãos. Escreveu Areias em carta de 31 de março que ele supriu 300:000$ para aprontar a esquadra. De longa data fazia ele desses suprimentos. De 1809 a 1818 forneceu à casa real 348:252$, importância reduzida a 239:049$ em 1820, e ao Estado emprestou 315:154$, além de donativos na importância de 51:000$. Parece que aquela soma teve o destino referido por Areias, pois diz Rio Seco na Exposição ter sido apenas espectador dos acontecimentos posteriores à revolução de Portugal, limitando-se aos socorros pecuniários que ofereceu para as urgências do Estado e ao fornecimento da esquadra, com o suprimento que já mencionou." Rio Seco era partidário do novo regime conforme se depreende destas suas palavras: "Depois que sobre os horizontes do Rio de Janeiro madrugou o memorável 26 de fevereiro do presente ano." A julgar não só por tudo isso, como por informações de outra origem, a sua fortuna devia ser muito grande. Diz Mrs. Graham que na noite do espetáculo de gala, realizado para celebrar a abertura da Constituinte, esteve no camarote da viscondessa do Rio Seco, de quem era amiga. Nessa ocasião ela tinha sobre si diamantes que talvez valessem £150.000 sendo que em sua casa ainda haviam ficado muitas outras joias esplêndidas – *Op. cit.,* pág. 244.

tação contrária ao rei, nada comunicava, porque também os seus principais agentes queriam vê-lo voltar.[8]

Só a massa geral dos brasileiros, e os portugueses com interesses reais no país, todos receosos de ser diminuída a categoria de reino a que o Brasil chegara, devido à permanência do rei, viam com sobressalto o seu regresso. Apenas desses esperava d. João um movimento de simpatia, aliás já manifestado nas representações que recebera e o tinham feito derramar algumas lágrimas em público. Mas todas essas manifestações seriam platônicas, até os receios de infidelidade por parte da tropa portuguesa, acrescendo que o rei não tinha coragem para organizar elementos de resistência e tomar qualquer resolução, mediante luta armada.

Enquanto, porém, as circunstâncias lhe permitiam protelar, ia recorrendo a expedientes, na esperança de algo surgir, capaz de favorecer-lhe os desejos. Conversando uma vez a esse respeito, disse-lhe o ministro austríaco que estimaria muito assistir à sua chegada a Lisboa; mas não embarcaria sem vê-lo transpor a barra, pois receava se produzisse, de um momento para outro, qualquer acontecimento com força de detê-lo no Brasil. D. João concordou: "Tem razão; os tempos mudam tanto..." Era então o fim de março, e ele anunciava a Sturmer a esperança de partir em princípios de abril. O diplomata tinha certeza de que a 29 de março ele mandaria as filhas enviarem seus cofres para bordo.

Havia outro sinal das suas disposições a tal respeito. Nessa mesma entrevista, d. João revelou-se propenso a levar os netos consigo. Era o meio de sondar o ministro acerca do efeito a ser produzido por tal medida na corte de Viena. Sturmer foi de opinião que lhe parecia duro separar dos pais filhos em tão tenra idade; mas só o soberano poderia julgar da conveniência de medida tão severa. O rei não abandonava a ideia de ter em mão um meio de prender o príncipe real, em quem não confiava. Os netos seriam reféns, como refém pretendeu fazer a Leopoldina, quando se tratou de mandar d. Pedro a Lisboa. A resposta cautelosa do diplomata fê-lo logo recuar. Reconhecia que a ida dos príncipes, ainda tão pequenos, produziria mau efeito no Brasil, ao que Sturmer ajuntou que também traria o incon-

8 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.*, pág. 304.

veniente de anunciar a mudança definitiva da sede da monarquia.[9] Entretanto, a despeito dessas aparências em contrário, dizia Silvestre Pinheiro não acreditar na possibilidade do rei partir antes de 13 de maio, dia do seu aniversário natalício, tantos eram os negócios ainda por decidir.

Numa das suas cartas para Lisboa, escrita em março, lisonjeava-se esse ministro de ser possível "ainda espaçar a partida" e darem os acontecimentos "lugar a mudar-se inteiramente o plano, convencendo-se Sua Majestade, bem como Sua Alteza Real, de que a felicidade da monarquia exige que a sede dela continue a residir aquém dos mares". Isto mesmo também mandava ele dizer à regência no dia 3 de abril, explicando por que não se podia realizar a partida em princípios daquele mês, conforme se anunciara em data de 19 de março. Tinham-se reproduzido embaraços na prontidão dos meios de transporte, de modo a demorar a saída da esquadra "por mais algum tempo, absolutamente necessário para tal fim". O empenho de protelar era devido, além do mais, a tornar possível a eficácia da missão, confiada ao desembargador João Severiano Maciel da Costa, incumbido de tirar a limpo a natureza da situação política existente em Lisboa e regressar oportunamente até aos Açores para aí encontrar o rei ou mandar-lhe às ilhas do Faial e Terceira as impressões colhidas na capital.

Receavam d. João VI e Silvestre Pinheiro que as Cortes assumissem em toda a sua plenitude o poder constituinte e até o poder legislativo

---

9 O final da carta de d. Pedro, transcrita no *Correio brasiliense* e já cit. no cap. VI, mostra que era matéria vencida em seu ânimo a partida de seus filhos com el-rei. Após gabar-se da colaboração decisiva que tivera nos acontecimentos de 26 de fevereiro, concluía assim: "Eu aqui fico até pôr a Constituição em marcha e em exata observância, depois terei a glória de ir para lá entregar-me nos braços da minha amiga nação, para ter parte com ela em todas as suas desgraças ou felicidades, pois me não quero ir quando ela chorar, que eu penso (e penso bem) que o soberano e a nação constituem um corpo, no qual, em o mal atacando uma parte, o todo deve sentir, por amor e por uma recíproca gratidão, que entre ambos deve haver. Para prova do amor que consagro a todos os portugueses de ambos os hemisférios, mando já meu filho João Carlos e minha filha Maria da Glória e eu (repito) aqui fico esperando a Constituição, para que logo que estiver posta em prática nesta ametade do Reino Unido, me vá unir a el-rei meu pai e à outra parte da nação, à qual ansiosamente desejo felicitar quanto cabe no humano poder. Estes são os sentimentos que sempre tive, como você sabe, mas que enquanto se não rompe esse véu do Templo os não podia manifestar tão claramente à nação."

ordinário e privassem o soberano de colaborar no fazimento da Constituição e das leis. O ministro escreveu nesse sentido a fr. Francisco de São Luís, membro do Governo, exortando-o a influir para evitar tamanho golpe nas prerrogativas da Coroa. A fim de ajudá-lo, enviou João Severiano, o qual, nomeado ministro junto à Santa Sé, teria motivo justificado de passar por Lisboa e poderia tratar de tal assunto com alguns amigos seus, membros das Cortes, a quem deveria expor os erros e perigos resultantes das ideias contrárias ao poder do monarca.

No seu íntimo o rei não desejava partir; mas a sua perfeita dissimulação enganava a toda gente. A esse respeito apresenta Drummond testemunho decisivo. Seu pai era muito devotado a d. João VI e a Tomás Antônio e não podendo pôr em harmonia os preparativos da esquadra com as confidências do valido, contrárias a todas as aparências, procurou ele próprio ao rei a 18 de abril e ousou expor-lhe essas dúvidas. Drummond cita as palavras ouvidas em resposta pelo pai: "A esquadra que se está aprontando serve por ora para ganhar tempo e depois servirá para levar meu filho. E Tomás Antônio ainda não lhe disse isto?"[10]

Na própria Casa Real, acreditava-se na sinceridade do rei e na próxima realização da viagem. A rainha comunicou ao ministro de Espanha "debaixo do maior segredo" que o monarca estava decidido a voltar para Lisboa.[11] A 2 de abril Leopoldina escrevia ao pai para referir-se à "odiosa situação", criada por "aquele funesto espírito de liberdade" que tinha levado o marido a jurar a Constituição e forçado o rei a partir para Portugal "dentro de poucos dias". Ainda nesse momento prevalecia no espírito de d. João VI a ideia de conduzir os netos, pois assim dizia a princesa: "Nós ficaremos infelizmente separados dos nossos filhos até que chegue a Constituição, o que me custa indizivelmente; é uma verdadeira desgraça, porque o calor daqui me mata." Ela repetia o anúncio mandado para Lisboa pelo marido da próxima partida dos filhos em companhia do avô.[12] Na mesma época o cônsul de França, tinha por certa a partida do rei e a tal respeito transmitiu as suas impressões a Silvestre Pinheiro. Este respondeu que na realidade Sua Majestade estava disposto a deixar o Brasil, mas ainda

10 *Docs. cits.*, pág. 266.
11 Of. reserv. de 18 de março.
12 Carta citada à pág. 330.

não tinha ouvido todas as pessoas a quem queria consultar. Maler replicou já haverem todas respondido previamente, começando a arrumar as malas.[13] As reservas do ministro traíam as verdadeiras intenções do soberano, por ele ocultas até à própria família.

Foi tida como mais um dos seus manejos, destinado a provocar apoio moral a ideia da partida, a consulta feita aos eleitores paroquiais, convocados para elegerem os de comarca, acerca das instruções e poderes que iam ser expedidos, com o fim de regular a regência de d. Pedro. Iam eles ser ouvidos "não como eleitores, mas como pessoas que tinham a presunção de gozarem confiança pública."[14]

Assegura Silvestre Pinheiro que propôs tal medida na esperança de demonstrar por atos a boa fé d'el-rei e para poupá-lo de ver-se "diariamente exposto a sobressaltos". Diz Cairu que ao aviso expedido em nome do soberano se juntou a lista dos ministros nomeados para a regência de D. Pedro, "com a declaração de ser livre aos eleitores oporem observações a respeito de tais ministros, a fim de ser o novo Ministério da vontade do povo".[15]

O plano do ministro da Guerra, porém, foi completamente desvirtuado. Segundo ele, devia efetuar-se a reunião com todo recato, em sala retirada e pouco exposta, e sob a presidência do ministro do Reino, devendo haver como era prática em tais casos, guarda de honra e de polícia.

Mas recusando este ministro a missão, por estar em desacordo com tal alvitre, dela incumbiu o ouvidor da comarca, o qual, por meio de subscrição, reuniu recurso para mandar construir bancadas na Praça do

---

13 Maler. Of. nº 72 de 5 de março.

14 A eleição das Cortes era de quatro graus. Os cidadãos domiciliados nas freguesias elegiam os compromissários e estes os eleitores de paróquia, os quais, reunidos na sede da comarca, escolhiam os de comarca, a quem incumbia a nomeação dos deputados, feita pelo respectivo colégio na capital de cada província.

15 Cairu, *op. cit.*, parte X, pág. 78. Em aviso de 20 de abril, dirigido ao ouvidor Joaquim José de Queirós, remeteu o ministro do Reino o projeto do Governo provisório, nomeado pelo rei para ser presente à Junta eleitoral "que se achando revestida da confiança do povo, poderia fazer sobre esta importante matéria algumas reflexões vantajosas à causa pública, em que S. M. tanto se interessava, sem que contudo se pudesse isto interpretar como ato legislativo, que seria nulo naquela assembleia".

Comércio, e admitiu o público, não só a assistir a reunião, mas a aventar ideias, donde resultou intervenção estranha nos debates e deliberações.[16]

O próprio rei concordou em que se procedesse assim, por terem-no convencido de não haver inconveniente, ou por esperar ele mesmo, como resultado de tal concessão, algum proveito à sua ideia, cara por excelência. Convocando os eleitores, queria Silvestre Pinheiro impedir tumultos populares; via entretanto adotarem-se meios, donde resultaria provocá-los e por isso desde o primeiro momento considerou erro a alteração introduzida pelo ministro do Reino.[17]

Os eleitores, que acudiram ao chamado, eram pessoas muito bem qualificadas, algumas das quais viriam a distinguir-se no serviço do Estado e desempenhar papéis de importância histórica. Magistrados da mais alta categoria, funcionários de todos os graus, generais e oficiais superiores, advogados, comerciantes, lavradores, capitalistas, formavam a assembleia, onde figuravam, eleitos pelas paróquias, entre outros os futuros marqueses de Maricá e Baependi, visconde de Cairu, bem como o desembargador Tinoco, José Joaquim da Rocha, Joaquim Gonçalves Ledo, o cônego Januário Barbosa, Sousa França, Fagundes Varela, o general Curado e o coronel Morais.

O primeiro sinal do espírito dos espectadores foi dado quando o ouvidor começou a leitura dos atos, a respeito dos quais os eleitores tinham sido chamados a pronunciar-se. Começaram a reclamar contra a fraqueza da voz do magistrado e a pedir aos gritos que se lesse mais alto. O coronel Morais prestou-se a sair do recinto destinado aos eleitores e com seu vozeirão satisfazer os reclamantes. Lido o decreto, que instituía a regência de D. Pedro, a multidão nada mais quis ouvir e Morais não pôde ler nem as respectivas instruções nem a lista de nomes dos membros do novo Governo. A multidão bradava que não queria ministros nomeados pelo rei e queria ela mesma escolhê-los e mais ainda aclamava a Constituição de Espanha e exigia a sua decretação e entrava em vigor até ser decretada outra cujo fazimento se esperava em Lisboa.

---

16 No edital de convocação da Junta, também datado de 20, permitia o ouvidor o comparecimento das pessoas que quisessem assistir ao ato, observando silêncio e respeito; quando qualquer delas tivesse "a fazer algumas reflexões", deveria reduzi-las a escrito e apresentá-las para serem propostas à Junta.

17 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.*, págs. 309 a 312.

Começaram os trabalhos às quatro horas da tarde e desde então nunca mais houve ordem. O ouvidor logo mostrou-se tímido e a sua fraqueza animou a audácia da turba e dos seus mentores. Cairu escreve que ele estava "atônito e aterrado" e "todo o corpo dos eleitores foi incutido de igual terror", a tal ponto que "por isso ninguém se animou a protestar".[18] Viram-no sair do seu lugar e percorrer a sala a ouvir-lhes as pretensões. Por sua vez os chefes dos grupos invadiam o recinto destinado aos eleitores e chegavam ate à mesa, a confabular com ele para impor-lhe os desejos, que a todos acedia. Quatro homens imperavam ali: o padre Macamboa, figurante de 26 de fevereiro; o negociante José Nogueira Soares, tido por partidário do conde dos Arcos; um cirurgião de nome Pereira Ramos e alcunha *Cavaquinho*; e Luís Duprat, de vinte anos de idade, nomeado adido à legação nos Estados Unidos e filho de um alfaiate francês, estabelecido em Lisboa. Eram eles os órgãos das representações da assembleia. Os eleitores passaram ao segundo plano. Já ninguém deles cogitava; as suas opiniões a ninguém interessavam; estavam ali para obedecer ao que ditavam aqueles homens. O ouvidor deixou de consultá-los e quando teve de escolher secretário e escrutinadores da eleição a que se procedeu, nem sequer os ouviu. Para o primeiro lugar chamou José Clemente Pereira, juiz de fora da Praia Grande, e para os outros designou Ledo, Januário, Sousa França e Rodrigues Vareiro, contador do Erário.

Silvestre Pinheiro distinguia ali três partidos. Um, receoso da inexperiência do príncipe e de vê-lo mal cercado, receoso sobretudo do despotismo europeu, optava por uma junta para funcionar ao seu lado e queria a adoção da Constituição espanhola; outro, confiante no conde dos Arcos, esperava que com o auxílio de bons ministros o príncipe faria renascer a "idade de ouro"; o terceiro, inimigo do conde e de tudo quanto era brasileiro.[19] Acreditava o ministro que todos três tinham grandes

---

18 Cairu. *Op. cit.*, parte X., pág. 78.

19 "Idade de ouro", alusão irônica ao jornal desse título, publicado na Bahia, sob o governo do conde dos Arcos e destinado a indicar a época feliz, não iniciada. O depoimento de um eleitor, colhido na devassa, assinala pelo menos dois partidos, um de Nogueira, outro de Macamboa. Disse o desembargador José Albano Fragoso haver partidos, "no meio do povo, porque quando soltavam vozes do lado de Nogueira, gritavam os outros do lado oposto em sentido contrário. A gritaria chegou ao maior auge quando apareceram escritas numa coluna as palavras. – A grata nação chama o conde d'Arcos. – 'Nada de grandes', respondiam, 'não queremos esse mascarado.'"

ramificações e partido na tropa e com eles estava ajustada boa parte dos eleitores. Por ser o mais audacioso, predominava o último. Eram seus órgãos Macamboa e Duprat. O primeiro não excitava a multidão; até às vezes tentava acalmá-la. Diziam vários eleitores que o povo o buscara a casa para constituí-lo seu advogado.[20]

Duprat, porém, a todos excedia em violência. Nunca fala em público, informa Sturmer; entretanto, procedia com tal destreza que era o mais escutado, por ser quem melhor ia ao encontro das paixões da multidão. Para fazer-se ver e ouvir de toda a sala, falava do alto de uma banca; gesticulava, gritava, "bradando como endemoninhado", dizia o coronel Morais. Esta mesma palavra empregava a seu respeito outro eleitor. Quando queria proceder com mais império, pulava a grade, que separava do povo a Junta, e vinha ate à mesa. Em vários depoimentos ele é designado por "um homem de óculos fixos". Um fidalgo, desembargador da Casa de Suplicação, disse a seu respeito: "Somente se fez singular um rapazinho de óculos" e o futuro marquês de Maricá ouviu-o proclamar a Constituição de Espanha "a obra mais engenhosa do espírito humano". Dentro em pouco tempo era ele o ditador da assembleia e os seus decretos mais extravagantes eram humildemente cumpridos.[21]

Desembargadores do Paço e da Casa de Suplicação, conselheiros do rei, altos funcionários, homens de autoridade pela inteligência e pela fortuna, não ousavam enfrentá-lo. Macamboa propôs se aclamasse a Constituição de Espanha e se indicassem as pessoas que deveriam formar um conselho destinado a assistir ao príncipe. José Joaquim da Rocha ouviu-o então intitular-se "procurador do povo" e juntar a ameaça: "...sem o que,

---

20 Quando no dia 23 o escrivão da devassa, que se abriu, foi interrogar Macamboa, preso em sua casa da Rua do Ouvidor e levado para a prisão da ilha das Cobras, descreveu-lhe as feições e o trajo de homem aos quarenta e um anos, "de estatura ordinária, cheio do corpo, rosto comprido, olhos grandes, corado, nariz proporcionado", vestido "de casaca, colete e calça pretas", Macamboa depôs ter comparecido à Praça do Comércio, onde fora "agarrado pelo povo" para "requerer várias coisas que lhe foram ditas pelo mesmo povo".

21 Luís Duprat, nascido em Lisboa, filho legítimo de Pedro e Joana Duprat, de vinte anos de idade, era "de estatura alta, magro, rosto comprido, olhos pardos, cabelo louro, nariz proporcionado" e apareceu ao escrivão da devassa na prisão da ilha das Cobras "vestido com uma jaqueta de riscado e jaleco de seda preta, calça de ganga".

o povo não consente que se retirem os eleitores." Duprat apoiou-o com veemência. Quando o ouvidor saiu do seu lugar e foi aos ângulos da sala perguntar o que queriam, ele lhe respondeu já não haver confiança no governo; o povo tinha sido iludido com a mudança de 26 de fevereiro, mera mudança de pessoas; agora queria a Constituição de Espanha e nomear o Governo.

Embora reconhecendo não ter poderes de espécie alguma para deliberar a tal respeito, todos os eleitores, sob o temor das ameaças cederam em aceitar a Constituição; vários homens de juízo ponderaram, porém, que posta ela em vigor por força das respectivas disposições caberia ao rei escolher os ministros. Faziam esses reparos em voz baixa, sobretudo ao ouvidor, aos escrutinadores e até a Macamboa; mas todos respondiam que era arriscado contrariar o povo e não convinha interromper a eleição já começada. A Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, respondia o ouvidor que "o povo não se acomodava de outro modo, estava amotinado e não queria absolutamente ser governado por pessoas da escolha d'el-rei" – Depõe Silva Lisboa ter-lhe ouvido que "vista a vontade do povo era necessário ceder".

Foi lavrado termo da deliberação imposta e nele foi escrito haver-se deferido juramento aos eleitores, quando nenhum tinha jurado. O desembargador Tinoco, homem de consciência sã, duvidou assinar. Choveram insultos e ameaças de morte. Para salvá-lo, gritou Domingos Alves Branco Muniz Barreto que ele ignorava os desejos e se atemorizou; quando lhe indicaram o nome para membro da comissão, que devia levar ao rei a decisão da assembleia, recusou a incumbência e declarou que todas aquelas resoluções eram insubsistentes, por não terem as pessoas presentes recebido a todo o povo da comarca poderes para tanto. Foi a única voz de protesto que se fez ouvir alto. Todos assinaram, sob o temor de afrontas ou de morte, desconhecendo muitos deles o conteúdo do termo.

Os depoimentos tomados pela justiça acerca desses sucessos revelam toda a sua importância. M. J. Nogueira da Gama, desanimado de nada lograr de razoável, pediu licença ao ouvidor para retirar-se e obteve em resposta "que não podia dar, que se dirigisse ao povo para tal fim". Deliberou então sair, "apesar de todo o risco de ser assassinado". O conselheiro

Manuel Moreira de Figueiredo também fez a algumas pessoas a observação de que aceita a Constituição, cabia ao soberano nomear os ministros e mostrou-lhes a gravidade de ser proposta a retirada de dinheiros embarcados por seus legítimos donos; "e o resultado foi ser insultado de palavras e ameaçado de morte". Mariano da Fonseca (mais tarde marquês de Maricá) assinou o termo, porque da negativa não lhe podia resultar "outra sorte que uma morte inútil para o Estado e soberania real", pois seu ato seria recebido como "provocação contra o voto geral da plebe". Do mesmo modo acreditam haverem pensado todos os direitos. Nenhum se recusou a esse ato, por estarem todos certos dos riscos que corriam. "Ele fora violentado e constrangido por uma plebe indomável, ébria e facciosa." O brigadeiro Domingos Ferreira, "cedia ao direito da força, porque não havia partido algum para tomar depois de se achar naquele ato". J. J. Pereira de Faro, negociante e coronel de milícias, assinou "por força e medo da morte"; todos os eleitores "foram instrumentos passivos da população desenfreada e amotinada". Silva Lisboa (Cairu) prestou a sua assinatura "debaixo de terror." Francisco José da Rocha foi membro da comissão que foi a S. Cristóvão, "obrigado com o justo medo de um povo desassentado" e assinou o termo, como os demais eleitores, "violentados e obrigados da maior força". Ledo declarou que os eleitos "foram instrumentos passivos da violência e ameaças da população desenfreada e que pouco faltou para degenerar em anarquia". Assinou o termo "por ceder à força e à torrente do exemplo; que julga o mesmo aconteceu a todos por não serem vítimas de um povo revoltado e enfurecido". Nem ele nem os demais "procederam pelo livre-arbítrio e vontade própria". Assim voltaram-se "os mais absurdos que se seguiram". Ezequiel de Azevedo, funcionário público, "assinou o termo porque não havia outro remédio senão ir com os mais"; porém tudo era nulo "porque foi extorquido e praticado com medo da morte". José Antônio dos Santos Xavier, negociante, assinou "por violência e ameaças de alguns de fora, que lhe disseram que se não assinasse lá iam acima fazê-lo assinar e igualmente indo a sair para fora, porque viu crescer o alarido e desordem, um homem, também do povo, o agarrou pela casaca e o obrigou a retroceder". Refere João Bandeira de Gouveia, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que Silva Lisboa sofreu impropérios da população, "quando saiu para sua casa, obrigado duma necessidade corporal" e alegando ele

também que "se via na necessidade de verter águas, lhe disseram que o fizesse nos calções".[22]

O anotador da tradução portuguesa da *Vida de Dom João VI,* anônimo como o autor dessa obra, explica deste modo a surpreendente decisão tomada naquele comício: Logo que el-rei aderiu à nova ordem de coisas, proclamada no Rio a 26 de fevereiro, "viram os cortesãos que o cofre das graças ia em breve ter contabilidade e assim decidiram esgotá-lo quanto antes em seu benefício. Apenas conheceram, pois, a necessidade de voltar à Europa, não somente se deram condecorações e títulos honoríficos, mas também pensões e outras mercês lucrativas, podendo-se afoitamente afirmar que as graças, que então outorgaram, ultrapassavam todas as que se haviam feito desde muitos anos". Este procedimento do Governo causou grande descontentamento a toda gente, em prejuízo de quem tudo era feito, e houve quem lembrasse o recurso de proclamar a Constituição espanhola, enquanto não fosse feita a portuguesa, "tendo os liberais em mira tornar desde logo responsáveis por seus atos os ministros da Coroa e estabelecer desta arte um dique à ambição e cobiça dos áulicos. Vogou portanto esta opinião, que prestes achou partidários que a defendessem na reunião dos eleitores das paróquias".[23]

A designação dos delegados da assembleia, incumbidos de levar ao rei o decreto da Constituição de Espanha deu motivo a incidentes. O nome de Silva Lisboa foi recusado. Tinoco não aceitou a incumbência e foi apupado. Designaram-se outros, que aceitaram por temor e "foram mandados sair da casa com despotismo e força maior", dizia um deles. Depôs o eleitor Manuel Moreira de Figueiredo, deputado do Tribunal da Junta do Comércio, que "a brados continuados o povo os forçou a aceitar e a ir, mostrando-se eles tão aflitos de lhes vir por sorte semelhante incum-

---

22 Processo da revolta na Praça do Comércio. Inquisição de testemunhas, nos *Docs. cits.*, págs. 277-325.

23 *Vida de D.João VI,* pág.163. Carta de Areias, datada de 31 de março, refere-se a essa profusão de graça, muitas das quais foram derramadas no dia 27, quando foi batizado o príncipe da Beira, primogênito de d. Pedro. "Além daqueles despachos têm havido outros", escrevia o missivista, "como dar-se ao novo general das armas 200$ de gratificação mensal e 6 cavalgaduras por dia. O intendente-geral da polícia já teve dois despachos depois que foi nomeado, etc."

bência que figuravam como quem ia para um patíbulo". Tendo debalde procurado o rei no Paço da cidade, onde a rainha se recusou a recebê-los, seguiram debaixo d'água em demanda da quinta e por todo o caminho foram vigiados por gente incumbida dessa missão e que acompanhou até lá a sege onde iam.[24]

Já tinham chegado a São Cristóvão as notícias de todas essas ocorrências. "Mortalmente aterrado", escreve Sturmer, o rei reuniu o Ministério "e só ouvia a voz do medo." Conta Silvestre Pinheiro já ter encontrado ali os ministros do Reino e da Marinha e ter-se completado o conciliábulo com a presença do príncipe, sendo então apurado "o parecer, em que todos estavam conformes, de Sua Majestade anuir à proposta dos eleitores"; mas ele propusera o aditamento de só ter aplicação ao Brasil parte da Constituição de Espanha, pois havia muitos títulos inaplicáveis a este país. Concordaram os demais acerca dos fundamentos da proposta, mas não lhe deram apoio, por terem-se lembrado da oposição sofrida por semelhante cláusula a 26 de fevereiro. A proposta da deputação era ser aceita pura e simples. Assim foi deliberado e "de pleno assenso de S. A. R. se lavrou o decreto", bem como se o mandou imprimir àquela hora, "quando poucas faltavam para nascer o sol", a fim de satisfazer "a impaciência dos chefes de partidos".

Entretanto, apesar de testemunho tão categórico, Sturmer refere os fatos de outro modo. Diz ele que foi Silvestre Pinheiro quem desde logo aconselhou ceder. O ministro da Marinha, vice-almirante Monteiro Torres, pessoa dedicada ao rei e a Tomás Antônio, deu voto em contrário. Pedindo-lhe o príncipe os motivos da sua opinião, respondeu parecer-lhe evidente não se dever adotar a Constituição da Espanha, mas não sabia as razões por quê. Não podendo conter a cólera, d. Pedro retirou-se, declarando que acabaria por atirar Silvestre Pinheiro pela janela, se ele insistisse no seu alvitre. Ato contínuo, deu ordem para virem formar na Quinta um batalhão de caçadores e um parque de artilharia.[25]

---

24 A comissão era composta do desembargador do Paço, Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, do conselheiro Francisco Luís de Sousa, do padre-doutor Francisco Aires da Gama, do sargento-mor Antônio José do Amaral e do negociante Francisco José da Rocha.

25 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.*, págs. 315 e 316., Sturmer, Of. nº 13-B, de 5 maio.

A ameaça foi realmente feita, mas talvez por motivo diferente, como adiante se verá.[26] Segundo refere o próprio Silvestre Pinheiro, o príncipe convocou a força, quando chegou a notícia da vinda da comissão, receoso dela apresentar-se como em cortejo, em meio de assuada, mas os delegados mostraram-se respeitosos e esperaram discretamente a palavra real, que foi de aquiescência ao voto da assembleia. Contudo, aqueles corpos ficaram ali postados e outro foi mandado para a entrada da cidade, junto ao campo de Santana.

Se realmente algum incidente grave se produziu, não foi por motivo de ser aceita a exigência da Constituição de Espanha. Enquanto a comissão era esperada na Praça do Comércio, lá chegou a notícia de achar-se reunida força municiada em volta da quinta. Imediatamente nomeou-se nova comissão, composta do brigadeiro Alves Branco Muniz Barreto e de outro eleitor, com a incumbência de interpelar o monarca acerca da razão e intuitos de tal providência. A mais grave resolução aventurou-se ainda a assembleia, excitada em grande parte pelo vinho, fornecido por partidários abastados a fim de animar continuamente os espíritos.[27]

À notícia da força, pronta em São Cristóvão, juntou-se outra, pois muitas choviam a cada instante, de estar em armas toda a guarnição, particularmente o 11º Batalhão, para de um momento a outro entrar em luta contra a assembleia. Duprat trepou sobre a tribuna improvisada e gri-

---

26 Este tópico de uma carta de Antônio Teles a d. Pedro I, escrita de Viena a 17 de março de 1825 e guardada no arquivo do castelo d'Eu, confirma a informação de Sturmer: "Contarei mais a V. M. I. que houve gazeteiro tão fidedigno que escreveu que V. M. I. tinha sempre tido a maior ternura por Silvestre Pinheiro: vai o pedacinho do jornal, para que não suponha alguém que é invenção minha. Quando o príncipe de Metternich me falou nisso, respondi-lhe que era inegável que V. M. I. esteve um dia para lhe fazer a mercê de o deitar por uma janela abaixo".

27 Diz Sturmer que na sala foi encontrada provisão de garrafas vazias. Depois o eleitor Pereira Faro "que entre os autores da perturbação havia um Miguel de Tal, com armazém de molhados na Rua de S. Pedro, que lhe constou que para melhor amotinar o povo mandar ou ir para um quarto junto ou dentro da Casa do Comércio grande porção de garrafas de vinho, que sem dúvida deu motivo à perturbação do juízo dos amotinadores mal intencionados." Silvestre Pinheiro escreveu: "...e apenas havia um punhado de indivíduos tão covardes quanto desatinados, que em vozerias evaporavam o louco entusiasmo, que à força de bebidas espirituosas procuravam alimentar." Carta 26.

tou que como órgão do povo decretava o comparecimento do governador das Armas, dentro de cinco minutos, a fim de dar explicações. Alguém ponderou que o tempo era demasiadamente curto e o ditador multiplicou-o por doze; concedeu uma hora.

Sem demora partiram emissários para cumprir o decreto de Duprat. Respondeu o ajudante de ordens do general que se tratava de notícia falsa, pois apenas tinham sido tomadas medidas de precaução. O próprio brigadeiro Caula condescendeu em comparecer perante a assembleia e confirmar quanto havia declarado aquele oficial. Vendo-o tão solícito em atender às interpelações que lhe eram feitas, intimou-o Duprat a dar conta da reunião celebrada pelos oficiais da guarnição durante o dia, na qual tinha sido renovado o juramento de fidelidade ao rei. Alegando fazê-lo no interesse da ordem pública, o general ainda sujeitou-se a dar explicações a tal respeito.[28]

Já então era o delírio do poder. Tendo feito imposições e interpelações ao soberano, não era demais que a assembleia desse ordens ao governador militar, tão obsequioso em aturar-lhe as impertinências. Acusavam-no de responder de modo equívoco, com palavras que não tranquilizavam, e mandaram-no impor às fortalezas o fechamento da barra. O general sentiu a humilhação a que se expunha e respondeu só cumprir ordens do rei; mas por fim, conforme depôs José Joaquim da Rocha, "assinou termo de executar esta determinação, com pena de pagar com a sua vida, ao que ele se comprometeu e se retirou".[29]

Começou-se a propalar que nos navios preparados para a partida da Famíla Real estavam embarcados caixões cheios de ouro, em muitos dos

---

28 Havendo rumores de divergências entre oficiais brasileiros e portugueses acerca da lealdade devida ao soberano, reunira-os o governador militar e com eles renovara o juramento da lei. Realmente o ministro da Guerra, Silveira Pinheiro, tinha dado ordem para multiplicarem-se as patrulhas e conservar-se a tropa nos seus quartéis, prontas a acudirem onde conviesse. Os oficiais suspeitos tinham sido chamados ao quartel-general, sob pretexto de serviço e desse modo estavam paralisados. Os batalhões de segunda linha também estavam reunidos à primeira voz. – Silvestre Pinheiro. *Op. cit.* págs. 313 e 318.

29 A *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão do Governo, em seu nº 33, de 25 de abril, diz que ao general repugnou dar ordens às fortalezas e exigiu fosse lavrado termo dessa violência para ser mandado a S. M., de quem somente recebia ordens. Perguntando depois ao povo se queria dele mais alguma coisa, recolheu-se ao seu quartel.

quais se achavam encerrados os seus tesouros; alguns deles iam sair naquela mesma noite. Urgia impedir a exportação de tais riquezas.[30] Não tendo o governador militar cumprido o que lhe fora determinado, a assembleia designou o general Curado e o coronel Morais para irem transmitir às fortalezas a ordem assinada por alguns eleitores aterrados. Ambos procuraram eximir-se e logo ouviram gritos de que se não fossem morreriam. O próprio Morais depôs que "foi apupado, descomposto e ameaçado"; teve de ceder por estar desarmado e para "escapar à violência e à força". O general, ancião de setenta e oito anos, observou só conhecer a autoridade d'el-rei. Respondeu-lhe Duprat que "ali só governava o povo". Foram os dois militares "obrigados a sair, escoltados por um troço de gente que os acompanhou até a Ribeira", onde exigiu do respectivo inspetor, chefe de esquadra, um escaler para os levar a todos, inclusive "seis homens de guarda a eles oficiais", que se intitulavam delegados do povo. Chegado o bando à fortaleza de Santa Cruz, o respectivo comandante mandou reunir a oficialidade e em sua presença deu-se por intimado. Um homem da escolta, empregado público do Ministério da Guerra, com parte de doente, acrescentou que nem as canoas poderiam sair.

Todas essas cenas exprimiam a dissolução do regímen, o esfacelamento da autoridade até então existente, a abdicação da força militar ante uma patrulha de desconhecidos, a abolição da coragem, do pudor, da indignação, que nesses momentos inspiram aos soldados o desprezo da morte e quase sempre desarmam a ousadia dos revoltosos. Aqueles oficiais, porém, refletiam o ânimo do rei, com quem não contavam, a quem imaginavam talvez, naquele instante, transido de medo, como a 26 de fevereiro, aceitar todas as imposições, que eles também teriam de fazer respeitar e por isso desde logo acatavam.

---

30 O boato provinha de ter havido grande procura de moeda pela gente que deveria partir com o rei. O ouro escasseou e foi pago até a 20% de prêmio. Os moleques da rua contavam versinhos: "Olho vivo e pé ligeiro. – Vamos a bordo buscar o dinheiro." – O eleitor Ezequiel de Azevedo, oficial-maior da secretaria da Junta do Comércio, ouviu claramente a proposta de Duprat: "Que se trouxessem para terra os dinheiros dos particulares para serem recolhidos aos bancos e empregados em gêneros, por conta dos seus proprietários, para serem remetidos para Lisboa a seus consignatários, sem prejuízo da sua propriedade, e que se lhes dessem 4:000$ em dinheiro a cada um para as suas despesas, pois que havia lei que proibia a saída de dinheiro para fora do país e ela não estava revogada."

Quando chegou à quinta a notícia desses fatos, já a comissão havia de lá partido triunfante; a tropa, porém, havia-lhe manifestado a mais viva hostilidade, impedindo que as carruagens se aproximassem para recebê-la, gritando-lhe em face "abaixo a Constituição espanhola", adiantando-se alguns oficiais a declarar-lhe que dentro em pouco tempo iriam encontrá-la e pôr as cousas em ordem. Tais manifestações ou eram espontâneas e serviram para animar o príncipe a voltar atrás e a resistir, ou revelavam prévio entendimento com ele, já mudado de opinião. Sturmer não esclarece este ponto, mas deve-se crer de preferência na primeira hipótese, segundo a qual d. Pedro teria sido encorajado e entregar-se-ia a toda a sua cólera, provocada pelas notícias da Praça do Comércio.

Diz Debret, contemporâneo desses fatos, ter sido levada a São Cristóvão, entre notícias verdadeiras, como a da ordem dada às fortalezas, a falsa informação de ir o povo apropriar-se da pessoa do rei, o qual ficou preso de indizível pavor. Silvestre Pinheiro, adstrito às conveniências do seu cargo, não vai além de aludir à extrema comoção do soberano.

O procedimento da assembleia em relação ao governador das Armas e às fortalezas da barra, convenceu o governo de ser impossível deixá-la continuar em semelhantes desatinos. Urgia dissolvê-la. Esta opinião era unânime; mas quanto ao modo de proceder, Silvestre Pinheiro votou sozinho. Concordaram os demais em fazer marchar sobre a Praça todas as forças disponíveis, salvo as que conviesse colocar em certos pontos da cidade e fazer circular em patrulhas por algumas ruas. Diz ele que discordou, não sem grande risco pessoal. Talvez esta frase explique a ameaça feita pelo príncipe de atirá-lo pela janela, conforme escreveu Sturmer. Justificou o ministro da Guerra a sua divergência, alegando que a reunião fora convocada de ordem d'el-rei; se nela se praticavam excessos era talvez devido ao terror exercido pela ação dos demagogos a quem era possível deter, sem violência contra os eleitores. Alvitrou então que o edifício fosse cercado a distância, com o intuito de inspirar terror aos perturbadores, assegurar aos eleitores a sua retirada e apreender aqueles dos demagogos que por mais conhecidos era quase impossível que escapassem. Com tais medidas obrigava-se a fazer sair da praça os eleitores sem resistência de sua parte, nem distúrbio da multidão. Concluiu por mostrar quanta vantagem haveria em evitar de tal modo os perigos decorrentes, em casos tais, dos excessos da

força, quase sempre inevitáveis.[31] Ninguém lhe quis ouvir a voz autorizada a ali mesmo ele pediu demissão recusando-se, em caso algum, a dar à tropa ordem de marchar. O rei autorizou-o a fazer como entendesse, mas lhe indeferiu o pedido.

Neste momento chegava à quinta a segunda comissão da assembleia e começava por perguntar qual a razão de achar-se ali reunida força armada. Vocês vão ver, respondeu-lhe o príncipe. Diz Sturmer que então chamou d. Pedro ao comandante e mandou dissolver a assembleia até com emprego de força. D. João atravessava "transes mortais", quis saber do oficial qual o caminho por onde ia marchar e que faria se os amotinados lhe viessem ao encontro. "Bater-nos-emos", respondeu o major, ainda aumentando mais a aflição do rei.

O príncipe procedia com a irreflexão da mocidade e a violência inspirada pela morbidez, que lhe governava os impulsos, quando devera atender aos conselhos de moderação e prudência, dados por Silvestre Pinheiro, os quais em nada prejudicariam a eficácia da medida; mas de outro lado, insistindo na ideia de conservar-se el-rei no Brasil, esse ministro lançava mão de todos os expedientes para fazê-la triunfar e tornara-se autor do estranho plano de reunir os eleitores, donde provinham aqueles acontecimentos desgraçados. De nada servira a força postada às portas da quinta e que chegara ao ponto de manifestar-se contra a resolução tomada pelo rei. Deveriam previamente ter-lhe sondado o ânimo e saído com o seu apoio daquele estado de pavor, sob o qual tinham deliberado. O próprio príncipe, até ali, havia participado da tácita abdicação do poder, aceita por todo o Conselho. Já era demais. A sua revolta subitânea irrompia agora com toda a inconveniência dos seus desvarios epilépticos. Se o monarca deixava, desde as quatro horas da tarde até a madrugada, um ajuntamento faccioso tripudiar sobre a autoridade do governo e entregava à mercê dos seus desvarios a sorte das instituições, era natural que o herdeiro do Trono, jovem e corajoso, lhe tomasse o lugar e desse ordens em seu nome. Se d. Pedro não levantasse do chão a autoridade aviltada, ela iria para as mãos da insurreição e o sangue, poupado naquele momento, talvez corresse depois aos borbotões.

---

31 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.*, pág. 312. Carta 26ª.

Desde 26 de fevereiro a coroa estava ameaçada de derreter-se ao calor das paixões revolucionárias; eles as tinham animado a princípio, acreditando que o sopro quente da liberdade constitucional lhe enrijaria a têmpera e ainda agora acabara de com elas condescender; mas não a podia deixar exposta à temperatura branca da desordem contínua e da dissolução definitiva. Era o próprio rei quem deixava cair das mãos geladas de medo o cetro que ele apanhava para não ser poluído e quebrado. Havia cerca de dois meses o príncipe era de fato o soberano, pois este, na frase de Silvestre Pinheiro apenas conservava "aparência de autoridade."[32]

Desde que o rei não soubera dar-lhe ordens, obrigá-lo a partir e ficara oscilando num vaivém de vacilações, entre a larga visão de Palmela e o emperramento pétreo de Tomás Antônio; desde o dia em que vira o rei, quase desfalecer ao contato da multidão, deixar-se levar aos boléus, meio desacordado até às portas do Paço; desde que foi a sua voz a voz ouvida pelo povo, porque a do rei lhe morria na garganta presa do terror; desde então d. Pedro teve decerto, clara como nunca, a compreensão do seu destino e entreviu a missão que os acontecimentos lhe impunham no Brasil. Era fácil prever quanto seriam vários, nas mãos trêmulas de d. João, a sorte do novo reino, o futuro de tão grande Império. Não se poderia exigir monumento desse porte sem ter a força criadora da mocidade e o sangue propulsor da coragem. Portugal debater-se-ia mais algum tempo entre as dificuldades que o assoberbavam; mas chegaria depois a vez de ajudá-lo a soerguer-se.

Talvez pensasse assim o príncipe naquela noite sinistra, ao ver partir para a cidade após a comissão, que levava o poder majestático embrulhado no papel de um decreto extorquido à possibilidade do rei, a força armada incumbida de anunciar o próximo advento da autoridade nova, imprudente, audaciosa, violenta, confiante na continuidade do seu poder mas na realidade destinada a vergar, poucos meses depois, às lufadas da ventania revolucionária, que vinha de longe, abalando nos fundamentos a ordem estabelecida e nela a disciplina militar.

---

32 "... porque essa mesma aparência de autoridade que el-rei ainda conserva e que sente vínculo de relações sociais do povo português" – Silvestre Pinheiro, Carta 7ª, *op cit.*, pág. 256.

Silvestre Pinheiro tinha corrido à cidade a toda brida e mandado o governador das Armas intimar a assembleia a dissolver-se, sob pena de medidas rigorosas. O ouvidor deu-se por intimado, pedindo apenas meia hora para ultimar os trabalhos: tudo já estava calmo, grande parte da gente havia partido.

O fácil triunfo tinha feito voltar a aspiração, malograda em fevereiro, do funcionamento de uma junta de governo; naquele mesmo momento apuravam-se os votos, dados aos cidadãos que a deveriam compor. Nova comissão iria em tempo levar seus nomes à presença do monarca. Seria ela constituída de um tenente-general, um coronel de milícias e um desembargador do Paço. Parecera dificílimo o acordo de tão diversos partidos num voto unânime; mas todos se haviam inspirado no interesse comum de implantar o regime constitucional. Cada um esperava vir a obter maioria de eleitores na escolha da junta de governo e desse modo exercer o poder.

Quando o general regressava do lugar da reunião, encontrou vários corpos a marchar para o Rocio. Incumbido pelo ministro, voltou para intimar a essa tropa, em nome d'el-rei, a obrigação de permanecer ali até a sua volta de São Cristóvão, para onde partia a galope, a fim de comunicar o resultado a sua missão junto à assembleia e pedir ordens definitivas. Conta Sturmer que antes de falar ao soberano, o general dirigiu-se ao príncipe, que o recebeu contrariado e friamente; contudo mandou-o procurar o monarca; mas enquanto se passava a entrevista, enviou um emissário ao general Avilez, levando-lhe ordem de pôr-se à frente de toda a força e continuar a marcha até a Praça do Comércio.

Informado por seus agentes de que as tropas do Rocio pareciam dispor-se para assim proceder, Silvestre Pinheiro foi colocar-se à boca de uma das ruas daquele largo, com o fim de opor-se a esse movimento, "por todos os modos ao seu alcance", até conhecer-se a última decisão do rei. Não tardou, porém, a chegar o governador das Armas, trazendo ordem de avançar. Um dos corpos já seguia em direção à Rua do Alecrim (Hospício ou Buenos Aires) ou à Rua da Alfândega, e ele próprio ia assumir o comando da sua coluna "na intenção de prevenir quanto estivesse em seu poder os desastres que eram de recear, combinando quanto lhe fosse possível as determinações tomadas em S. Cristóvão com o plano", precedentemente

exposto pelo ministro da Guerra.[33] As instruções ali recebidas eram para fazer alto nas proximidades da Praça do Comércio, em nome de S. M. intimar o ajuntamento a dissolver-se, prender todos os cabeças do motim, "cujos nomes lhe foram dados e lhe eram bem conhecidos, assim como todos os militares que ali se achassem fora de seus corpos, em contravenção das ordens".[34]

Postaram-se as tropas no cais dos Mineiros e na Rua Direita; delas destacou-se a companhia do 3º Batalhão com duas peças de artilharia, que foram colocadas à entrada da Rua do Sabão (General Câmara), a fim de impedir a saída do edifício. Conforme a promessa feita ao ministro da Guerra, de tudo fazer no sentido de evitar os desastres previstos, mandou o general dar uma descarga de pólvora seca para o ar. Depois disso, porém, o comandante da companhia, acompanhado de alguns soldados pertencentes à coluna de Avilez, penetrou no edifício para fazer a intimação. Logo à porta, foi disparado um tiro, que não o atingiu, mas um dos seus homens caiu morto a punhal. Desde então os oficiais não puderam conter a soldadesca, ou deixaram-na vingar-se livremente. Diz Sturmer que Avilez gritava: "Expulsem esses patifes, mas não lhes façam mal."

A porta foi fechada prontamente, mas logo depois arrombada e o recinto varrido a bala e a couce d'arma. Os perseguidos atiravam-se pelas janelas e alguns deles chegaram a lançar-se ao mar. Um foi morto e alguns foram feridos, entre os quais José Clemente, a quem se imputou conivência nos propósitos de um dos partidos, a que Silvestre Pinheiro se refere. A esse partido deveriam pertencer Ledo, Januário e outros, a cujo lado ele aparece em sucessos posteriores da Independência, e com ele talvez todos os brasileiros mais ardentes, ali reunidos, já então homens de trinta e cinco a quarenta anos, que viriam a distinguir-se naquela época, tais como Rocha, Paulo Barbosa, Morais e Ferreira França. José Clemente era juiz de fora da Praia Grande, entretanto foi nomeado secretário da assembleia pelo seu amedrontado presidente, e na ata que escreveu

33 Silvestre Pinheiro. *Op. cit*. Carta 26ª.
34 *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº cit.

mencionou ter-se deferido juramento aos eleitores, dos quais, entretanto, todos quantos foram ouvidos na devassa juraram contrário.[35]

Os planos de dois desses partidos foram frustrados pelos excessos do mais exaltado deles, que em certo momento os parecia ter dominado e reduzido a submeterem-se às suas mais ousadas pretensões; dir-se-ia ter-se imposto igualmente ao próprio soberano e ao Ministério; de tal sorte, escrevia Sturmer, que se não fora a energia das medidas, tomadas pelo príncipe, "o filho de um alfaiate francês, na idade de vinte anos, teria derrubado a monarquia portuguesa".[36]

Eram oito horas da manhã e domingo da Ressurreição, quando Silvestre Pinheiro chegou de novo a São Cristóvão. El-rei ainda estava recolhido; mas as pessoas ali presentes já sabiam não haver possibilidade de ser recebida por d. João a comissão portadora dos nomes para comporem a Junta e que na ignorância do trágico fim da assembleia ainda esperava ser atendida. Circulava nas salas o rascunho de um decreto, revogando o da véspera.

Quando o soberano apareceu, o ministro logo persuadiu-se de ser aquela a resolução adotada, sem embargo de não terem sido ouvidos

---

35 A Praça do Comércio tinha sido construída num terreno compreendido entre o mar e a boca da Rua do Sabão (General Câmara), tendo pelo lado esquerdo a alfândega e pelo direito várias barracas, que pela frente do mar iam ter ao trapiche do trigo, fronteiro à Rua de S. Pedro, cujas barracas foram arrasadas para em seu lugar formar-se uma praça e levantar-se um cais, desde o mencionado trapiche até a alfândega. Esse edifício, onde hoje funciona essa repartição, foi projetado por Granjean de Montigny, arquiteto da missão francesa de belas-artes, e construído entre outubro de 1819 e maio de 1820. Dele dizia Tomás Antônio: "Está sendo uma peça singular de arquitetura, de que não há outra que se lhe compare no Reino Unido." (*Docs. cits.*, pág. 164.) Depôs o coronel de milícias Pereira Faro que o negociante Miguel, da Rua de S. Pedro, distribuidor de vinho, foi quem apunhalou o soldado e por sua vez foi assassinado.

36 Nesse demagogo de vinte anos desenhava-se o déspota, para o momento em que o despotismo lhe aproveitasse. Todos os homens dessa espécie, incapazes de tolerância, aplicam no governo, contra os povos, a mesma violência usada nas assembleias contra os seus contrários. Eles querem só para si toda a liberdade e por isso negam-na inteiramente aos outros. Não tendo logrado constituir-se ditador, Duprat, advogado em Lisboa, veio a tornar-se adepto entusiástico de d. Miguel e de todos os horrores praticados por esse príncipe contra a liberdade e a vida dos portugueses.

os ministros; pretendeu então expor a inconveniência de ser revogado um ato, expedido livremente, em consequência de consulta feita pelo próprio rei aos eleitores, num momento em que dispunha da força para empregar contra eles. Não conseguiu, porém, ser escutado.

Declarava el-rei novo decreto que lhe tinham trazido uma representação "dizendo-se ser do povo", e onde se continha o pedido de ser adotada a Constituição espanhola para felicidade geral; entretanto, tal representação era mandada fazer por "homens mal intencionados e que queriam a anarquia." Por tais motivos declarava nulo o decreto da véspera e mandava abrir devassa contra os sediciosos e amotinadores, que o haviam iludido, e cujos projetos felizmente tinham sido sustados, devido à repulsa oposta pelo corpo militar, o qual, desse modo, ressalvara a própria honra e fidelidade. Depois de assim exprimir-se, proclamando aos povos, agradecia a toda a tropa o seu bom comportamento. Como todos os políticos, que desmentem os fatos sem pudor, quando falam à força pública, envolvida na política, dizia-lhe cinicamente d. João VI, não havia ainda dois meses, vítima da insurreição militar: "O valor e a disciplina têm sido sempre a divisa das vossas armas e a honra e o brio dos vossos brasões."

Em armas conservou-se a tropa até às três horas da tarde, quando o príncipe em pessoa veio ler-lhe em voz alta o decreto de revogação do ato da véspera.[37]

Durante a madrugada tinham-se evadido Nogueira e *Cavaquinho*; além de Duprat e Macamboa, outras pessoas haviam sido presas, entre elas o general Curado e o coronel Morais, soltos depois no dia 27. Ao voltar de Santa Cruz o escaler que ali os tinha levado, encontrou outro em demanda da fortaleza. Ia nele um tenente de dragões, a quem o general comandara no Sul. Era esse oficial subalterno quem lhe impunha, bem como aos companheiros de aventura, a ordem de prisão, em nome de "S. A. R. ou de S. M.", depôs assim Curado; mas o tenente declarou ser mandado pelo príncipe regente e por ordem d'el-rei. Apesar da ordem ser verbal e dada por um subalterno, o general e o coronel acataram-na, em obediência aos nomes reais invocados. Tinha acabado a tragédia, começavam as cenas

---

37 Of. do ministro de Esp. em 25 de abril. A minuta ou cópia desse decreto, toda de letra do príncipe, acha-se no arquivo do castelo d'Eu, maço XLVI.

de comédia. O escaler que levara os delegados do ditador daquela noite, voltou à fortaleza para entregá-los à prisão.

Concorre Silvestre Pinheiro para confirmar-se a opinião de caber a d. Pedro a responsabilidade desses acontecimentos. Quando ele chegou à quinta, de manhã, ouvindo a muitas pessoas ali reunidas, concluiu que "estava decidida a vitória do segundo dos três partidos", o do príncipe herdeiro e do conde dos Arcos. Então verificou ter-se querido "de propósito estorvar todo o acesso do Ministério a Sua Majestade, para que ficasse ao partido vencedor o campo livre."[38]

Se não bastasse esse testemunho comprobatório, haveria a confissão do próprio príncipe, na sua carta ao pai, em 9 de outubro: "Tudo mais está acomodado, porque têm medo da tropa portuguesa; bem dizia eu a Vossa Majestade que necessitava de tropa neste país. Espero que eles não quererão ver a peça do pano, do qual viram a amostra no dia 21 de abril." Procurando livrar-se da odiosidade em que caíram, o major Garcez e os oficiais de seu comando espalharam pela cidade que "se tivessem executado as ordens do príncipe, teria morrido muito mais gente, pois ele mandara 'matar a todos quantos se encontrassem na Bolsa'".[39]

As mortes e ferimentos produzidos na Praça levantaram na cidade horrorosa impressão; todos os comerciantes, quer nacionais, quer estrangeiros, recusaram-se daí em diante a comparecer ao edifício, em cujas

---

38 Silvestre Pinheiro. *Op. cit.,* págs. 325 a 327. Na nota em que pediu a mediação da Áustria para promover a reconciliação entre Pedro I e d. João VI, escreveu Palmela que quando dominava a revolução das Cortes, quis o rei mandar o filho para Lisboa, investido na mais ampla autoridade, "mas quando esta resolução estava para executar-se, o gérmen da epidemia revolucionária desenvolveu-se rapidamente pelo Brasil. S. M. viu-se privado do cetro e constrangido ele próprio a ir na torrente que arrebatava para o abismo toda a monarquia" e assim "foi forçado a voltar para a Europa". – *Desp. e corresp.,* pág. 279.

39 Requereram esses oficiais que lhes fosse dada declaração de terem cumprido ordens, Mareschal acredita terem elas sido dadas verbalmente pelo príncipe, em momento de cólera produzida pela fraqueza do rei e dos ministros, resignados a atender a todas as exigências da assembleia. (Of. de 5 junho e 12 julho.) Tratando desses fatos, assim se exprime o contra-almirante Jurien, comandante da divisão naval francesa: "As versões são tão diversas acerca das causas desse movimento, suas consequências estão tão longe do caráter bondoso de S. M. que daí se tiraram induções pouco favoráveis às pessoas mais próximas do Trono." – Carta ao ministro da Marinha, em 5 de maio.

paredes duas vezes foi afixado um cartaz com o letreiro "Açougue de Bragança".[40] Sob a impressão do terror assim produzido, instalou-se definitivamente a regência do príncipe. Virtualmente deposto, deixou-se o rei tomar de terror pânico, supondo-se exposto aos maiores riscos, até o de ser assassinado. Receosos de vê-lo mudar de resolução, se a calma lhe voltasse, todos quantos tinham interesse em fazê-lo partir, aproveitaram-se da sua fraqueza e impeliram-no a embarcar sem demora. Na madrugada de 25 foi d. João para bordo, mas só partiu na manhã seguinte às sete horas, quando ficou completa a equipagem dos navios da esquadra.

Chorando com os filhos, disse adeus ao Brasil, cuja separação lhe era dolorosa. Em contraste com essas lágrimas, ostentava-se o contentamento da rainha, radiante de poder exclamar que voltava enfim a um país de homens.[41] Nesse momento aconselhou o monarca ao seu herdeiro que se houvesse risco de separação, não deixasse perder-se o país para a sua dinastia.[42]

---

40 Anos depois foi construída nova Praça, à Rua Direita (1º de Março), no local do antigo armazém do selo da alfândega.

41 Debret. *Op. cit.,* tomo III, pág. 145. esta carta da rainha, escrita para Presas em 19 de janeiro de 1813, de que aliás ele não faz menção na sua obra, e por isso talvez não lhe tenha sido enviada ou lhe não tenha chegado às mãos, dá ideia dos seus sentimentos acerca do Brasil: "...tu darás meus recados a todos os nossos e lhes dirás que lhes peço que façam diligências para arrancar-me deste presídio quanto antes, porque se fico aqui muito tempo morrerei, pois minha enfermidade, nem física nem moral, se curam aqui". A 16 de novembro do mesmo ano escrevia de Botafogo a um frade, cujo nome não é mencionado, provavelmente Bernardo Dias ou Cirilo de Alameda, com quem mantinha correspondência: "vou indo mas nunca bem. Deus que por sua infinita misericórdia me tire deste desterro." – no arq. do cast. D'Eu.

42 "Eu ainda me lembra e me lembrarei sempre do que V. M. me disse, antes de partir, dois dias, no seu quarto: 'Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros.'" (Carta de d. Pedro ao pai, em 19 de julho de 1822). Forçado pelos seus ministros, o rei mandou declarar às Cortes, a quem remeteu essa carta, que nesse ponto "havia equivocação". (*Diário das Cortes*, tomo VII, pág. 223, sessão em 26 de agosto de 1822); mas o fato é confirmado pelo marquês de Resende, o qual escreveu que tendo o príncipe escrito ao pai em 1822, expondo a situação do Brasil, esse respondeu-lhe a 22 de maio, repetindo o conselho dado, pouco antes da partida. Dessa carta foi portador aquele fidalgo, a quem o rei autorizou a mostrar a sua missiva ao Imperador da Áustria. Muito serviu depois tal documento para convencer a corte austríaca da "boa inteligência existente secretamente" entre d. João VI e o seu legítimo herdeiro, "a despeito dos atos oficiais exigidos pela posição de cada um". *Eclairissements historiques sur les négociations relatives aux affaires de Portugal.* Paris 1832, págs. 10 e 11.

Antes de partir, tinha ele concertado com Silvestre Pinheiro o plano de arribar à Bahia. Pedira esse ministro demissão, alegando ter pejo de chegar a Lisboa sem saber explicar o estado em que deixara o Brasil, pois no meio das desordens dos últimos tempos, não se tinha conhecimento exato das condições de todas as províncias, se estavam em anarquia, se obedeciam a Lisboa, ou iriam reconhecer a nova regência. D. João VI não o quis atender e aceitou-lhe a proposta de tocarem na Bahia, para informarem-se a respeito de todo o Norte e de lá serem expedidas providências, que não tinha sido possível dar no meio da desordem reinante ultimamente na capital. O segredo foi guardado entre os dois; só no terceiro dia de viagem ouviu-se o ministro da Marinha a respeito da arribada.

Sendo diversa a opinião deste, com receio de má recepção por parte dos baianos e escassez de recursos para aumentar as provisões da esquadra, decidiu o monarca ouvir também o ministro do Reino, os ex--ministros Tomás Antônio e Palmela e o marquês de Penalva. Os dois primeiros mostraram-se contrários à ideia; de Penalva não dá Silvestre Pinheiro a opinião. Só Palmela, apesar de vacilante, concordou em que se havia esperança de boa recepção; convinha fazer a diligência para deixar todo o Brasil unido, ligando a Bahia ao governo do Rio, com o qual se recusava a manter relações; a demora entretanto não deveria passar de oito dias. Mas a existir qualquer dúvida naquele sentido, seria preferível mandar ali um bergantim, levando uma proclamação do rei, pela qual fosse reconhecido o governo da Junta proclamada, a quem se agregaria um presidente da escolha real. Neste caso, a esquadra poderia arribar a Pernambuco, cuja situação era menos grave e lá esperar o efeito dessa providência.

Diante da maioria contrária, d. João abandonou a ideia. A despeito das razões com que Silvestre Pinheiro a justifica, como justificava igualmente a da assembleia de eleitores, parece evidente ter sido sempre seu intuito lançar mão de quaisquer expedientes, até conseguir meio de deter o soberano no Brasil, como não cessara de aconselhar com fervor.[43]

---

43 À pág. 82 da sua obra, cita Varnhagen a *Corresp.* de Palmela (I. págs. 190 a 192) com o intuito de mostrar que foi este quem "apresentou razões plausíveis para não ser adotado semelhante alvitre". As citadas cartas de Silvestre Pinheiro vêm acompanhadas das três respostas contrárias, acima mencionadas. A de Palmela transcrita integralmente, da pág. 347 à 350, e conforme o texto da *Correspondência,* é a única concorde com a ideia de arribar à Bahia ou a Pernambuco, segundo as circunstâncias.

Persistindo em ficar no Brasil, d. João VI servia aos interesses do novo Reino, que se desenvolveu graças a ter-se tornado a sede da monarquia. Mas não era só por preferi-lo para residência, em virtude de aí gozar melhor saúde, que resistia aos conselhos de voltar para Lisboa. Era principalmente por medo da viagem, medo do mar, sobre o qual na vinda para o Brasil não consentiu navegação à noite; por medo das Cortes, cuja audácia até de longe o aterrava e de cuja ação reflexa já sentira os embates; por medo de separar-se do filho, a quem temia, de quem esperava algum ato para arrebatar-lhe parte do poder. O medo impelira-o a este lado do oceano, o medo impedia-o de ao outro regressar.[44]

O seu papel nesse momento decisivo para a monarquia não pode ser encarado sob o prisma do interesse particular do Brasil, mas sob a luz forte e reveladora do seu papel de soberano, dos seus deveres para com toda a nação, da qual em hora trágica abandonara boa parte. Ainda agora, essa fração do seu povo estava exposta a comoções de outra ordem, mas também graves e de molde a lhe alterarem profundamente a existência; clamava pela sua presença, pelos seus conselhos, ou pelo menos por alguém da família, por seu herdeiro, que falasse em seu nome e lhe trouxesse a certeza de não lhe faltar a sua assistência. Essas súplicas eram forçadas pelas vozes dos seus aliados, cujos conselhos chegavam até a impertinência. Diriam eles que lhes assistia o direito de intervir nas suas decisões, porque o tinham ajudado a salvar-se e haviam combatido juntamente com o povo abandonado para limpar-lhe de invasores o solo da pátria. O momento político era da coesão de todas as monarquias legítimas, cujos maiores interesses estavam sendo acautelados e defendidos em conferências, em congressos, dos quais ele deveria estar perto para melhor fazer-se ouvir.

---

44 O medo de d. João VI ao mar foi agravado pelo risco que ele correu ao sair de Lisboa, quando a esquadra, onde viajou a familia real, foi separada por forte tempestade. Em ofício nº 1 de 5 de janeiro de 1808, informava o ministro austríaco naquela capital que um negociante ali estabelecido tivera contato com os navios do bloqueio e soube por esse modo ter Sidney Smith ido a bordo da nau onde estava o principe regente "a fim de encorajá-lo" no momento do maior perigo ordenando além disso a partida de quatro vasos de guerra para segui-lo, enquanto houvesse mau tempo. Passados mais de três meses após a chegada de d. João VI ao Brasil, aportava ao Rio uma divisão de quatro naus, sob o comando daquele almirante e na qual vinha Strangford.

A nada ele atendia, nem ao seu povo nem aos aliados porque o medo o chumbava ao lugar onde estava, que ele só preferia por ser abrigo contra os perigos espalhados no mar e do outro lado do mar. Os que lograssem atravessar duas mil léguas de distância chegariam amortecidos e removê-los-ia todos, cedendo e deixando-se levar pelas resoluções do filho, em começo de revolta. Mas ao menos o incômodo seria menor e os sustos menos violentos. Entretanto chegou o dia de tornar-se demais no teatro onde o filho quis ficar sozinho; foi então forçado a fazer o que deveria ter feito de bom grado, por amor do seu povo e lealdade devida aos aliados.

O rei, porém, só obrava definitivamente sob a pressão das circunstâncias, nunca por cálculo amadurecido calmamente. De um dia para outro, mostrar-se-ia sob os aspectos contrários, se tal mudança lhe fosse imposta. Na realidade preferia o poder absoluto; entretanto, sob a influência do príncipe herdeiro, juraria uma ou duas Constituições; do mesmo modo que mais tarde, apesar de já conformado com o papel de monarca constitucional e a posição de subalternidade perante as Cortes, seria levado a Vila Franca pelo marquês de Loulé, a fim de encampar a revolta de d. Miguel contra elas, e depois tornar-se-ia prisioneiro do Infante, de quem só se haveria de libertar pela pressão do corpo diplomático, formado solenemente para ir arrancá-lo do palácio de Bemposta e conduzi-lo a bordo de uma nau inglesa.

Tudo isso era praticado mediante juramentos contraditórios com os fatos e depois esquecidos. No discurso recitado perante as Cortes no dia 1º de outubro de 1822 disse aceitar a Constituição, que elas tinham elaborado "e firmar com o mais solene juramento e inviolável promessa de aguardar e fazer guardar". Depois acrescentou: "Esta sagrada promessa, tão espontânea como igualmente a deliberação que me trouxe do Novo Mundo..." Também "com espontânea deliberação", semelhante à da partida do Brasil tinha jurado a Constituição conforme asseverou na fala de encerramento das Cortes. Ao rebentar o movimento absolutista em Trás-os-Montes, proclamou aos povos a 4 de março de 1823: "A minha real autoridade só é legítima e forte quando se funda na vossa vontade e no vosso amor, porque só na vossa vontade e no vosso amor acho os meus direitos legítimos e só estes desejo conservar, porque assim jurei." Referindo-se à ação de quem se rebelava para restituir-lhe o poder absoluto, concluía: "É o vosso rei quem

vos chama ao vosso dever; é um traidor quem vos chama a quebrantá-lo." Depois esqueceu quem cumpria o dever e ficou com o traidor, porque lhe punham tudo aquilo na boca e ele aceitava para o deixarem viver, fim supremo ao qual subordinava todas as suas ações.

Quando um ano depois de sua partida chegaram a Lisboa as notícias relativas à provável desobediência de d. Pedro aos decretos das Cortes, estas assustaram-se; mas ele parecia indiferente à gravidade dos fatos, que de modo algum o pareciam afetar.

O ministro de Espanha visitou-o e falou-lhe nessa ocasião; saiu convencido de ser tal indiferença resultado da "desconfiança que lhe inspirava o filho, naturalmente empreendedor e ativo. Sagaz por longa prática de governar", continuava o ministro, "entregou-se completamente às Cortes e não lhe importa quanto façam de bom ou de mau."

Traduzindo este estado de alma, disse d. João a esse diplomata que não só ele como o rei de Espanha "nada podiam desejar além de serem pais dos seus povos e sustentarem-se sem escrúpulo de consciência das rendas a ambos concedidas". Aguiar, dedicado representante das Cortes espanholas, ouvia com prazer tais revelações e assim concluía: "Esta linguagem e o seu despredimento dos negócios, sem embargo de ter sido toda a sua vida soberano absoluto e mandado sem nenhuma restrição, faz com que todos os partidos em Lisboa o respeitem e amem."[45]

Se entretanto lhe faltasse esse respeito, d. João VI ainda seria feliz, no caso de não ser incomodado. Contava-se como certo a seu respeito que em dia de gala muita gente lhe acompanhava a carruagem, berrando-lhe aos ouvidos, junto às portinholas, "vivas" ao povo soberano. Outro magoar-se-ia da afronta; ele, porém, tartamudeava, de modo a ser apenas ouvido pelos camaristas: "Soberano! Mas vais a pé e eu vou de coche." Naquela comodidade física cifrava-se ali a majestade, abatida e humilhada em tudo mais pela irreverência da população. Reduzido a uma sombra, em cujo nome os ministros tudo faziam sem ouvi-lo, ao abrir cada manhã a *Gazeta Oficial*, não se pejava de dizer de bom humor a quem o escutasse: "Vamos a ver o que ontem ordenei."[46]

---

45 *Docs. cits.*, pág. 50.

46 Referências colhidas em A. Viana a M. Amália, *op. cit.*

A musa popular traçou-lhe este admirável retrato, tão veraz quanto singelo: “Nós temos um rei/Chamado João/Faz o que lhe mandam /Come o que lhe dão/E vai para Mafra/Rezar cantochão.” A deliciosa sextilha abrange tudo, paisagem e ação. A cadência dos versos, a precisão dos vocábulos, a força da rima fazem ver a figura balofa e sonolenta, balouçando ao fundo da sege, caminho do convento. Até parece ouvir-se o som dos grandes sinos distantes e os coros majestosos, cantados ao longe.

Esta é em todos os tempos a feição característica da sua regência e do seu reinado, durante os quais os três grandes atos que beneficiaram o Brasil não foram praticados com este especial propósito, foram sim resultado forçoso do abandono de Portugal. A mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro não foi deliberada com o fim de fundar-se um grande Império deste lado do mar; foi sim consequência do refúgio encontrado para abrigar a dinastia dos perigos a que se achava exposta e que o príncipe regente nem sozinho quisera arrostar. Instituições criadas e estabelecimentos fundados, tudo decorreu do próprio fato em si, da elevação da cidade a sede da monarquia, em virtude do êxodo da Família Real.

A abertura dos portos brasileiros ao comércio do mundo também foi imposta fatalmente pela força das circunstâncias, no interesse da monarquia; não foi decidida com o intuito desinteressado de servir ao Brasil. Se Portugal continuasse tranquilo, a desfrutar os benefícios incalculáveis do seu odioso monopólio, esse ato não seria praticado. Mas, emigrando a corte para o Novo Mundo, entregue o reino ao domínio do invasor e bloqueados os portos pela esquadra inglesa, cessava virtualmente o comércio entre os dois países, não poderiam vir rendas de Portugal. O Brasil também não as teria, se ficasse encerrado dentro de si mesmo, se não pudesse exportar os seus produtos; nem tampouco lhe seria possível receber as mercadorias, até então vindas somente de Lisboa e do Porto, indispensáveis à sua existência. O Brasil sozinho tinha de prover agora a todas as despesas da monarquia, inclusive as exigidas pela corte e toda a sua legião de apaniguados.

Dir-se-ia que d. João e os seus fidalgos navegavam tranquilamente sem prever nem recear as consequências econômicas e financeiras de acontecimento tão grave. Só na Bahia se abriram-lhes os olhos, quando José da Silva Lisboa lhes expôs a luz dessas simples verdades,

que desde logo lhe valeram a vinda para o Rio de Janeiro, onde foi criada uma cátedra de economia política, da qual professasse a sua ciência. Foram elas que inspiraram igualmente o alvará de 1º de abril, pelo qual o príncipe regente permitiu o estabelecimento de indústrias e artes até então proibidas.[47]

A independência econômica começou a desenvolver as aspiração da independência política. Pelos portos entravam também as ideias novas, que abalavam o mundo. Vinham não só livros, panfletos, jornais, mas também gente de países onde tinha passado ou vingado a liberdade, principalmente de Inglaterra e de França. Em 1805 haviam aportado ao Rio 810 embarcações; em 1806 esse número foi apenas de 642; em 1807 atingiu a 877. As estrangeiras só ancoravam para refrescar ou reparar avarias. Em 1808 chegaram 775 navios portugueses e 90 estrangeiros; em 1809 entraram 822 portugueses e 83 estrangeiros; em 1810 estes subiram a 422.

---

47 No manifesto do príncipe regente, datado de 7 de março de 1810 e dirigido a Portugal para explicar as razões pelas quais fora celebrado naquele ano o tratado de comércio com a Inglaterra, estão expostas claramente estas razões: "Obrigado pelas imperiosas circunstâncias, de que infelizmente guardarei por longos anos a mais triste lembrança, a separar-me pelas imperiosas circunstâncias, de que infelizmente guardarei por longos anos a mais triste lembrança, a separar-me por algum tempo de vós e a transportar a sede do Império temporariamente para outra parte dos meus domínios, foi necessário procurar elevar a prosperidade daquelas partes do Império, livres da opressão, a fim de achar não só os meios de satisfazer aquela parte dos meus vassalos, onde vim estabelecer-me; mas ainda para que ele pudesse concorrer às despesas necessárias para sustentar o lustre e esplendor do Trono e para segurar a sua defesa contra a invasão de um poderoso inimigo." O decreto da abertura dos portos, como está declarado no seu preâmbulo, foi livrado em virtude da representação de "achar-se interrompido e suspenso o comércio" da Bahia "com grave prejuízo dos meus vassalos e da minha real fazenda", assim declarava o príncipe. Era preciso acerca desse objeto "alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos" e por isso foi ele servido de ordená-la *inteiramente e promissoramente*. O decreto de 23 de fevereiro, que nomeou Silva Lisboa, dizia ter ele dado provas de ser muito hábil para o ensino daquela ciência, sem a qual se caminha às cegas e com passos muito lentos e às vezes contrários nas matérias do governo. "Foi-lhe dada a propriedade do cargo com o ordenado de 400$ por ano, conservando os ordenados dos lugares que até então tinha exercido na Bahia."

Quase toda a América estava emancipada; Silvestre Pinheiro vira claramente que se aproximava a vez do Brasil. Só a elevação da sua categoria política poderia retardar a separação, manter, quiçá por muito tempo, a união com Portugal. Seus conselhos porém não foram ouvidos. Não passara um ano e o gênio político de Talleyrand, cuja previsão divinatória tanto impressionava aos homens da sua época, repetiu os conceitos do publicista português e indicou, embora sem tanta largueza, o remédio por ele aconselhado. Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira apressaram-se em comunicar ao marquês de Aguiar a extraordinária confidência e sem esperar-lhe o resultado resolveram proclamar a d. João "príncipe regente dos Reinos de Portugal e do Brasil", e acrescentar "ainda essa responsabilidade às que já se tinham visto imperiosamente obrigados a tomar sobre si".

Quando se publicou o tratado de 8 de abril de 1815, assinado em Viena entre aqueles representantes de Portugal e os da Inglaterra, pelo qual o primeiro desses países se obrigava a atender a todas as estipulações aceitas pelas grandes potências no tratado de 25 de março do mesmo ano, os títulos de d. João apareceram modificados daquele modo. Cerca de dois meses depois, o tratado deveria ter chegado ao Brasil; de sorte que só seis meses após ser ali conhecido, só oito meses após ter-se proclamado em Viena um fato inexistente, d. João, a 16 de dezembro, baixava o decreto que o tornava realidade. Ao comunicá-lo ao Governo francês, o encarregado de negócios em Paris confirmava-lhe a origem, quando declarava que a elevação do Brasil à categoria de reino tinha sido "prevista por todas as potências no Congresso da Viena e o seu voto geral acabava de ser solenemente realizado".[48]

Hipólito, que ao ler a versão inglesa do tratado, supusera ter havido erro naquele título dado ao príncipe, fazia votos para que a lembrança fosse original do soberano ou de seus ministros "e de forma nenhuma sugestão do congresso". Entretanto fora a opinião do diplomata francês que suscitara a ideia ousadamente adaptada pelos plenipotenciários portugueses. Tellevrand fizera o Reino Unido, como José da Silva Lisboa tinha aberto os portos e Napoleão mudado a sede da Monarquia. A adoção espontânea de boas ideias, sugeridas por terceiros, é ato de sabedoria, só

48 Nota de 26 de fevereiro de 1816.

digno de louvores, e constitui muitas vezes o talento principal dos governantes; mas a prática de ações não desejadas, impostas pelas circunstâncias e realizadas com constrangimento, não constitui título de glória.

Uma obra, porém, d. João VI criou por iniciativa própria ou de seus ministros, principalmente de um deles, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares; foi a política de intervenção no Rio da Prata e da ocupação no Rio da Prata e da ocupação de territórios, secularmente em poder da Espanha, política que não se poderia harmonizar com a ideia de fundir as duas coroas e pôr de acordo os dois povos para constituírem um só Estado e uma só nação e a respeito da qual, já em agosto de 1808, esse ministro falava ao lorde Strangford, recentemente chegado ao Rio de Janeiro, expondo-lhe o plano militar para levá-lo a efeito, plano que o diplomata inglês imediatamente comunicou ao Foreign Office. Não há dúvida que a situação geográfica e militar do Brasil seria mais feliz se o seu limite extremo do sul fosse aquele grande estuário; mas tinha passado a ocasião própria de lograr tamanha vantagem por efeito de algum acordo entre os colonizadores; mais tarde, seria encetar uma série de tremendas dificuldades para o futuro, pretender mudar pela força das armas as condições políticas de um povo, cujo sentimento nacional já se achava formado. A respeito de Montevidéu escrevia Arago: "Pertence aos portugueses, mas é espanhola e tudo está impregnado dessa origem."[49] A lembrança da luta contra a ocupação holandesa das províncias brasileiras do Norte, empreendida e levada a cabo sem auxílio da metrópole e até contra os seus desejos, em época remota, quando não estava ainda tão caracterizado esse mesmo sentimento, deveria ter servido de lição para evitar um passo mal dado. Lição deveria ter sido também a sorte da colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses à entrada do Prata, considerada pelos espanhóis um cravo enterrado nos seus domínios e que passando mais de uma vez das mãos de uns às mãos de outros, acabou por sair da posse dos fundadores. Havia ainda para considerar que a posse dos imensos territórios da Coroa, quase todos despovoados, já de si constituía patrimônio incomparável e por si só acarretaria pesadíssimos ônus, se um dia fosse necessário defendê-lo de invasores. A ocupação de novas e vastas regi-

49 Arago. *Op, cit.*, 11, pág. 290.

ões acarretaria a guerra, prolongada talvez anos e anos, como veio a ser, e os recursos despendidos para sustentá-la seriam recursos roubados ao desenvolvimento do país, que nem estradas poderia construir para ligar as províncias, isoladas em detrimento da centralização administrativa e depois em prejuízo da unidade nacional.

Dir-se-ia que d. João VI quisera inventar na América as condições geradoras da inimizade tradicional de espanhóis e portugueses e invadindo terras ocupadas por castelhanos, pretendera vingar as intrusões e usurpações que eles tinham infligido a Portugal. De qualquer modo, estava transplantada para o Novo Mundo a semente dessa perigosa rivalidade, que haveria de medrar e perturbar por cinquenta anos a paz de quatro nações novas, em condições de desfrutarem proveitosa e tranquila vizinhança.[50]

NOTAS

A) Tomás Antônio tinha deliberado ficar no Brasil e foi a bordo da esquadra real apenas para despedir-se do rei. No momento de sair, foi detido por um oficial e levado a um camarote, em cuja porta, de ordem de S. M., estava escrito o seu nome. Tomás Antônio mandou um criado a terra, buscar um saco de roupa, e assim voltou a Portugal, onde o novo governo reduziu à metade a sua pensão de 4:000$000. E' a versão de Melo Morais. Diz Drummond que ele já desconfiava das disposições do rei e quando foi a bordo, levou algum dinheiro e um saco de roupa, sendo d. João pessoalmente quem lhe intimou a ordem de acompanhá-lo (*Docs. cits.,* pág 258.) Esse homem que exercera a maior influência no ânimo do seu soberano e vivera entre gente corrompida, a qual não pôde punir, devido talvez à fraqueza de d. João VI, caiu do poder, tendo para viver apenas aqueles parcos recursos. O duque da Terceira, que servira no Brasil com o título de conde de Vila Flor, referiu o seguinte fato a Drummond, quando este

50 O efeito produzido em Espanha pela grande invasão de 1816, comandada por Lecor, futuro barão da Laguna, traduz-se nestas palavras do rei Fernando VII a sua irmã, Carlota Joaquina, cuja filha, Maria Isabel, desposara poucos meses antes: "Quando a expedição dos portugueses ao Rio da Prata é a maior felonia que se pode imaginar: nunca alguém pensou que ao dar um soberano sua filha a outro viesse depois a ocupar-lhe os estados. Tal conduta é pior que a de Bonaparte, que finalmente era inimigo e não era parente. Procura tu, como espanhola, amante de tua pátria e minha irmã, remediar as coisas, poderes, pois isso não é mais que zombar de mim e da heroica nação espanhola e os portugueses cobrem-se de opróbio e de infâmia." – Carta de 21 jan. 1817, no arq. do cast. d'Eu, março XI.

era ministro em Portugal: Depois da revolução contra d. Miguel, em 1834, um dia, ao sair de casa, encontrou no vestíbulo um velho de aspecto modestíssimo, a querer entregar-lhe um objeto que acreditava pertencer-lhe. Era uma lata, contendo ouro. O velho explicou a origem do objeto. Tinha sido mandada para o Rio de Janeiro por Vila Flor, quando capitão-general do Pará; el-rei determinara-lhe, a ele, Tomás Antônio, que a guardasse, e desde a morte de d. João VI, não sabia o depositário a quem restituir o ouro. Achando-se agora o seu remetente em Lisboa, vinha fazer-lhe a entrega. – Melo Morais, *op. cit.*, pág. 195.

B) Foi este ofício dos plenipotênciarios portugueses ao marquês de Aguiar ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicando terem tomado sobre si a responsabilidade de declarar o Brasil Reino-Unido a Portugal: "Julgamos dever dar conta a V. Exª, de algumas ideias que o príncipe de Talleyrand indicou a um de nós e que poderão parecer importantes a S. A. R., depois de ter feito em uma conversação particular várias perguntas sobre o estado atual do Brasil, sobre a composição do nosso Ministério, sobre as intenções do príncipe regente Nosso Senhor relativamente à sua volta para a Europa, etc., etc., perguntas às quais respondemos com franqueza, porém com a prudência devida. "Se sobre tais assuntos eu devesse dar o meu voto", continuou ele, "aconselharia ao vosso príncipe que por ora não deixasse o Brasil, porém que mandasse com brevidade o seu filho primogênito para a Europa. Convém a Portugal, e convém mesmo à Europa toda, que se mantenha por um prazo tão longo quanto possível for, o enlace entre as nossas possessões europeias e americanas; o transtorno que causou no edifício europeu a revolução da América inglesa, que nós tão imprudentemente auxiliamos, vai-se já experimentando agora e experimentar-se-á cada dia mais. As colônias espanholas, pelo mau governo atualmente daquela monarquia, podem-se contar quase como perdidas para a Europa; e em tais circunstâncias eu consideraria como uma fortuna que se estreitasse por todos os meios possíveis o nexo entre Portugal e o Brasil; devendo este país, para lisonjear os seus povos, para destruir a ideia da colônia, que tanto lhe desagrada, receber o título de Reino e o vosso soberano ser rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil.' 'Podeis', acrescentou ele, 'se julgardes conveniente, manifestar que eu vos sugeri estas ideias e que tal é o meu voto bem decidido.' V. Exª, bem pode julgar da impressão que nos causou uma tal abertura por parte de Mr. Talleyrand, e depois de meditar sobre o assunto, aproveitamos a primeira ocasião para lhe perguntar se a França teria dificuldade em reconhecer solenemente e garantir o Reino Unido, no caso que S. A. R., adotasse esse título; à primeira pergunta respondeu logo afirmativamente; sobre a segunda calou-se, como frequentemente lhe sucede. *Mylorde* Castlereagh, a quem sem afetação e como por acaso sondamos sobre a mesma ideia, mostrou aprová-la e talvez fosse possível ligá-la com a ordem que S. A. R. nos mandou dar nas nossas instruções, de negociar, com as diferentes potências, tratados de garantia. Não devemos, é verdade, hesitar muito sobre uma responsabilidade tal, como seria a de tomarmos sobre nós uma tal declaração, faltos como estamos inteiramente de instruções a esse respeito. Porém é óbvia por toda parte a vantagem que restaria de um reconhecimento e uma garantia tal e seria impossível o encontrar para o fazer uma ocasião tão própria como a do

Congresso. De modo que estas reflexões, o exemplo do Hanover e sobretudo a interior convicção de que interpretamos nisso as vistas de S. A. R. nos induziram talvez, depois de mais madura reflexão, a acrescentar ainda essa responsabilidade às que já nos termos visto imperiosamente obrigados a tomar sobre nós. Entretanto julgamos dever prevenir a V. Exª, do que suscitou em nós uma tal ideia. Viena, 25 de janeiro de 1815. Conde de Palmela – Antônio Saldanha da Gama – D. J. Lobo da Silveira."

Capítulo XIII

PRÍNCIPE REGENTE

QUANDO d. Pedro assumiu a regência, a situação do Brasil era mais delicada que nunca. Os sucessos da Praça do Comércio tinham levantado, sobretudo nas províncias, as mais sérias desconfianças a seu respeito. Na Bahia o edifício da Bolsa foi ornado de crepe. As suas evoluções entre fevereiro e abril denunciavam ou perigosa versatilidade de caráter, ou ambição de governar, fosse por que meios fosse. A sua estreia nos conselhos do rei fora em oposição a transigências que acarretassem diminuição às prerrogativas da Coroa. Consultado a respeito do procedimento que deveria ter o soberano em relação às Cortes, respondeu, talvez inspirado pelo conde dos Arcos: "Mandar as bases da Constituição é reconhecer a convocação destas Cortes; reconhecida aí, está reconhecido o governo e é indecoroso a Vossa Majestade." Dir-se-ia ser pensamento e redação de Tomás Antônio. Entretanto, a esse tempo, já d. Pedro estava de inteligência com os conluios, promotores do movimento contra o absolutismo, e quatro dias depois, quando a tropa formou no Rocio, exigindo o juramento à Constituição por ser votada em Lisboa, pôs-se ao lado dos reclamantes, jurou e promoveu o juramento do rei. Mas não eram passados dois meses e a condescendência de 26 de fevereiro transformava-se na violência de 21 de abril com sangue e morte, espalhados na assembleia

dos eleitores. Irmanada, havia tão pouco tempo, aos agitadores liberais, que no Rio, como na Bahia e no Pará, se tinham feito órgão dos intuitos das Cortes, voltava a tropa a ser elemento de ordem monárquica, respeitadora do soberano, de cujo poder já havia recebido, após aqueles feitos, o benefício da equiparação dos vencimentos aos dos seus camaradas de Portugal.[1] A 13 de maio, aniversário natalício de d. João VI, realizavam-se festins, parada militar, beija-mão, promoções, graças, espetáculo de gala. D. Pedro renovava ele mesmo, o grito de "viva el-rei Nosso Senhor", que não se ouvia desde 26 de fevereiro, grito que inquietou e pôs de sobreaviso o partido constitucional, mormente porque achara eco e não despertara represália no público. Maler assistiu a todo o espetáculo e não ouviu um só viva à Constituição, apesar de ter sido cantado o respectivo hino, de versos e música do príncipe.[2] De tudo isso depreende que faltavam a d. Pedro idade e instrução para darem-lhe consistência às ideias.

Tendo sido sempre infenso ao Governo do pai, despertaram-lhe as simpatias por um regime oposto, cujas vantagens lhe eram expostas pelos liberais de quem se aproximava, todos os interessados em atraí-lo a sua causa, e consagrou-se a leituras que não estava preparado para assimilar.

A situação financeira era desanimadora e assim continuou durante toda a regência. Com o rei tinham saído da capital cerca de três mil pessoas, levando valiosos cabedais cuja retirada abalara profundamente a situação do Banco do Brasil. Antes dele partir, procurou-se fixar a posição do Erário em relação ao banco, e verificou-se ser difícil decidir qual "dos dois se achava mais desacreditado."[3] O balanço levantado a 23 de março deixava ver que o estado devia 4.4799.415.$717 e que para o troco das notas em circulação, no valor de 8.772:450.000, só havia nos cofres, em

1 Triunfante o levantamento militar de 26 de fevereiro, el-rei elevou os soldos nos postos de alferes a major; a 22 de abril, em recompensa dos serviços prestados na Praça do Comércio, estendeu essa graça a todas as classes e praças. Declarava ele então que quando baixara o primeiro decreto a 7 de março, já era sua intenção assim proceder" "logo que as circunstâncias permitissem" daí se deve, pois, concluir que decorridas seis semanas, as finanças do estado passaram prontamente, com a mais auspiciosa oportunidade, a comportar tal aumento de despesa.

2 Mareschal, of. de 21; Maler, of. de 17 de maio.

3 Silvestre Pinheiro. *Op. cits.,* pág. 280.

moeda de ouro e prata, 1.315:439$000. A corrida efetuada pela gente que se retirava para Portugal chegou ao ponto de em um só dia trocar-se mais de 40:000$ Dentro em pouco só havia em caixa 200:000$ em moeda. Era a bancarrota iminente. Estava perdida a esperança, concebida naquela data, quanto em após o juramento da Constituição o novo Governo empreendera por cobrar aos abusos da administração anterior, que impedia a reunião da assembleia dos acionistas, e dispunha dos fundos a seu bel-prazer. Nesse momento, o deputado da junta do Banco, José Antônio Lisboa, "ainda acreditava que ele estava dilacerado, mas não arruinado inteiramente".[4]

A despesa pública orçava em 5.600 contos e a província do Rio rendia apenas 2.400. Das outras providências só Pernambuco continuou durante algum tempo a mandar regularmente a sua quota, mas já em 27 de agosto Mareschal se referia à decisão, ali tomada, de empregarem-se no pagamento das dívidas locais os fundos recolhidos para pagar as letras emitidas no Rio pelo Erário. Se algumas tinham saldos, até essas deixaram de remeter, sob o fundamento de esperarem a distribuição das rendas e encargos, a ser feita pela Assembleia Constituinte. Como passassem meses sem receber-se a contribuição da Bahia, sacaram-se algumas letras contra a respectiva tesouraria, mas foram todas protestadas. De Minas somente foi enviada soma insignificante. A não ser no Rio de Janeiro, por toda parte contestada a autoridade do regente, que em carta ao rei se lamentava de ser apenas na realidade capitão-general.[5]

O futuro deveria desenhar-se conforme se manifestasse a política das Cortes em relação ao Brasil. Havia para recear a inclinação das províncias do extremo norte, mais próximas de Lisboa que do Rio, a manterem as relações com o Governo central, em vez de cultivá-las com o Governo do príncipe. Algumas já tinham dado o exemplo. O bom êxito da nova regência dependia da posição em que ficasse o Brasil no Reino Unido. Tendo logrado a situação política, resultante da vinda do Rei, o país não se

---

4 J. A. Lisboa, *Reflexões sobre o Banco do Brasil.* Tip. Nac. 1821.

5 Em carta escrita a d. João VI, a 17 de julho de 1821, informava o príncipe que as despesas se tinham elevado no ano anterior a vinte milhões de cruzados ou 5.000 contos justos, esperando que no seguinte baixassem quatorze ou quinze milhões, o Erário devia doze milhões.

submeteria docilmente a ser despojado das vantagens obtidas. As leis emanadas das Cortes para estabelecerem-se comunicações diretas com Lisboa equivaliam a suprimir a capital, extinguindo virtualmente a categoria de reino. Era a volta à condição de colônia. Mas essa política de recolonização abateria também o poder do príncipe, cuja ambição de mando, tão claramente revelada, acabaria por insurgi-lo contra o rebaixamento da sua própria autoridade. O pendor revelado até então pela pátria de origem e o desprezo votado ao Brasil e aos brasileiros, de que dão testemunho Sturmer e Mareschal, seriam talvez mera manifestação de despeito pelo afastamento dos negócios do Estado e de espírito de contradição, oposto às predileções d'el-rei e seu Governo pelas cousas do novo reino.

Vendo o pai preferir o domínio na América e alhear-se de Portugal, supunha o filho que lá estaria imediatamente o seu campo de ação. Desde porém que a revolução constitucional o lançara na atividade política; desde que d. João VI voltara à sua capital e ainda aos cinquenta e quatro anos não era de prever-lhe deixasse proximamente por morte os encargos da sucessão, no Brasil achava-se o seu maior interesse e se lhe abria grande cenário à atividade e sede de glória.

De fato, da metrópole o príncipe só podia em meio estranho e a juventude dos vinte e dois anos não lhe teriam dado ainda a consciência da hereditariedade monárquica e a atração do trono originário. O que mais avultaria aos seus olhos seria a realidade presente, o domínio sobre um imenso país novo, onde lhe desabrocharia a alma e em cujos vastos horizontes podia dilatar-se a ambição. Estava portanto nas mãos das Cortes concorrer em grande parte para unir os brasileiros ao novo regente ou dele separá-lo.

De acordo com as instruções deixadas pelo rei, o príncipe exerceria poder quase ilimitado, cabia-lhe nomear e demitir livremente os ministros, administrar a justiça e a fazenda, comutar e perdoar a pena de morte, resolver todas as consultas acerca da administração, prover todos os empregos civis e militares, propor a nomeação de bispos, fazer guerra, tréguas e tratados, conferir graças honoríficas e condecorações. Era um verdadeiro soberano. Tamanha autoridade podia contentá-lo e fazê-lo esperar, como nenhum herdeiro, o dia de cingir definitivamente a coroa.

Desde que assumiu a regência, mostrou d. Pedro vivo empenho de servir à causa pública. Os seus hábitos eram singelos. Levantava-se muito cedo, entre as cinco e as seis horas; o palafreneiro Kloss não o via inclinar-se ao hábito do banho, mas lhe reconhece a devoção de ouvir a missa. Até às sete cuidava dos seus negócios particulares; às nove horas almoçava; entre o almoço e a sesta trabalha com os ministros; às duas jantava a sós com a princesa; em vinte minutos concluía cada refeição.[6] Às quatro horas dava um passeio a cavalo ou de carro, sozinho ou com a esposa, e visitava alguns dos seus súditos, sem atender à posição social de nenhum deles. À noitinha tocava flauta, acompanhado ao piano pela princesa; às nove recolhia-se para dormir ou fazia excursões nos jardins de Citera.

Logo de manhã partia da quinta e começava a tudo inspecionar, desde a parada da tropa, que às vezes comandava em pessoa, até a abertura das repartições, para assistir à entrada dos empregados e interrogá-los acerca dos negócios. Diz o palafreneiro Kloss que então visitava uma das suas favoritas. Entre dez horas da manhã até ao meio-dia das sextas-feiras recebia a toda gente no Paço da cidade e as petições que ali lhe eram apresentadas estavam despachadas até a terça-feira próxima. Resolvia as questões com presteza. Logo cessou o escandaloso atraso dos pagamentos e rebate das contas, que tantas acusações tinham levantado contra Targini. Anunciou a prática das mais restrita economia, não só na administração do Estado, mas também em sua própria casa; foi morar em S Cristóvão e para poupar aluguéis, entregou aquele Paço a várias repartições.

Desde novembro de 1818 as suas mesadas reais eram de 5:935$466; reduziu-as desde logo a 3:200$000; mas em julho destinaram-

---

6 Diz Belani que à mesa d. Pedro tomava um copo de vinho do Porto e vários copos d'água. Há informações fidedignas de que aquela bebida lhe apetecia. Uma tarde, passando ele à porta da casa de Maler, à Rua do Passeio e aí parando para pedir notícias da Bahia, o cônsul ofereceu-lhe refrescos; entretanto preferiu tomar vinho (Maler. Of. nº 247 de 27 de nov 1822.) O comandante Grivel, chefe da Estação naval do Rio de Janeiro, confirma quanto a este respeito diz o cônsul; pois refere que ali estava presente o oficial de bordo, portador das notícias. O mesmo Grivel aconselha ao seu Governo a vinda de um agente diplomático. Alto personagem, em condições de tornar-se amigo do príncipe. Para lograr esse fim, tal pessoa deveria montar bem a cavalo e beber, se fosse necessário. – Carta ao ministro de Marinha em 23 de dez. de 1822.

-lhe as Cortes a renda da Casa de Bragança, e então, a 31 de outubro, elevou as ditas mesadas a 9:200$000 e a dos dois filhos a 800$000, declarando que tais somas não excederiam aqueles rendimentos.[7] É para notar que enquanto assim procedia, decretava na mesma data a redução à metade de todas as pensões de 300$000 anuais para cima e limitava a 150$000 todas as compreendidas entre essas duas somas.

Os seus trajos eram de extrema simplicidade, como os de homens de classe média: calça branca, sobrecasaca verde escuro, chapéu de palha. Já Imperador, em princípios de 1825, viu-o Bösche uma manhã a bordo de um navio mercante, onde fora receber cerca de novecentos alemães, contratados para o exército, sempre vestido com a mesma singeleza: "chapéu branco e redondo, um lenço de cores enrolado ao pescoço à moda dos marinheiros e, amarrado ao peito, um casacão escuro de pano leve, polainas brancas e botas com esporas de prata."

Os seus primeiros atos melhoraram as condições dos governados. Aboliu o imposto do sal, que era de 750 reais por alqueire e muito concorria para atrasar a pecuária e a pesca; suprimiu também o de 2% sobre o comércio de cabotagem; estabeleceu regras a respeito da desapropriação de bens particulares, dos quais até então dispunha o poder público sem garantir as reclamações dos espoliados, muitas vezes para "se locupletarem aqueles que os mandam violentamente tomar"; instituiu para este fim o comum acordo e o ajuste do preço, pago no momento da entrega da propriedade; melhorou as condições da liberdade individual; cortou o arbítrio

7 No mês de junho, segundo depois da partida do Rei, a receita da província era de 379:614$888e a despesa de 358:488$489 e apesar de todas as reduções anunciadas, os gastos da casa do príncipe figuravam ali por 52:410$, o que foi causa de desgosto entre o povo. (Maler, of. de 12 de agosto.) Em of. de 27 do mesmo mês também dizia Mareschal: "a despeito da economia que quis introduzir em sua casa, parece renovarem-se pouco e pouco as mesmas desordens, causadoras das despesas exorbitantes da corte d'el-rei". Acerca dessas desordens, cita Maler o nº 10 da gazeta extraordinária, onde foi publicado o balanço da receita e despesa do Tesouro real, de 26 de fevereiro a 26 de abril. Por aí se pode avaliar do desperdício que reinava na Casa Real, onde só a cozinha custava 44:000$, por mês, ou 275.000 francos naquela época. "Entretanto", ajuntava o cônsul de França, "apresso-me em declarar que não há nem haverá mesa real mantida com menos brilho, e se me é permitido empregar o termo, servida mais burguesmente". – Of. nº 103 de 12 de maio de 1821.

dos juízes e autoridades administrativas, que podiam prender antes da culpa formada, "pretextando denúncias em segredo, suspeitas veementes e outros motivos horrorosos"; estabeleceu o prazo de quarenta e oito horas para a conclusão do processo; acabou com as masmorras, os trabalhos forçados, açoites e ferros, pois a prisão só deveria servir "para guardar as pessoas e nunca para adoecer e flagelar"; expôs à perda do emprego e à inabilitação perpétua para qualquer outro que infligisse as regras desse decreto liberal; permitiu a entrada de quaisquer livros, menos os obscenos.

Persistindo nessa política de trabalho e fiscalização, pôde abrir a Constituinte em 1823, apresentando na Fala do Trono uma resenha dos magníficos resultados colhidos em dois anos, entre os quais a renda da província duplicada.[8]

Não tinha ainda d. João aportado a Lisboa, quando as Cortes, para acalmar a impaciência dos exaltados, que queriam a constituição sem demora, resolveram publicar as bases, sobre as quais ela seria calcada. Ficou consignado num dos seus artigos que a futura lei magna só se tornaria comum aos domínios de além-mar mediante declaração dos respectivos representantes de ser essa a vontade daqueles povos.

A notícia desse fato foi trazida ao Rio a 21 de maio por uma embarcação mercante. Não se achando ainda em Lisboa toda a representação brasileira e também não tendo a lei chegado oficialmente à mão do regente, aconselhou-lhe o conde dos Arcos que nada se fizesse de maior.[9]

---

8 Uma nota por letra do secretário Francisco Gomes, o *Chalaça*, e arquivada no castelo d'Eu, maço XLIX põe em dúvida as informações financeiras dessa Fala. Ei-la textualmente: "Cresceu a dívida pública no ano do ministério de M. F. [Martim Francisco] 5 milhões, tendo S. M. o imperador dito por informação do mesmo ministro na sua fala de abertura da Assembleia que se havia pago muito por conta da dívida pública. Disse S. M. que os cofres do Empréstimo e Contribuições estavam intactos por informação do Ministro é falso, tendo-se deles gastos e até do produto dos sequestros perto de 400 contos de réis. Disse S. M. por informação do seu ministro que esse havia mandado comprar 6 fragatas e que se esperavam por 300 contos de réis: já depois da abertura da Assembleia e que se mandaram comprar duas. Disse S. M. que os ordenados, soldos, etc. estavam em dia por informação do ministro da Fazenda quando cresceu no ano do ministério de Martim Francisco a dívida de ordenados 40 e tantos contos." Há uma nota a lápis, que parece muito da letra de Pedro I: "2 e 3 constam do balanço." Deve-se compreender: o 2º e 3º pontos articulados.

9 As bases só chegaram pela corveta *Maria Glória* dias depois de 5 de junho.

O terreno, porém, estava minado por toda parte e qualquer pretexto seria causa de explosões. Desde o primeiro momento, após o triunfo da revolução em Portugal, os seus diretores tinham enviado ao Brasil agentes de confiança e dinheiro à propaganda das novas ideias, com intuito de desmoralizar e anular a autoridade real e forçá-la a sujeitar-se aos atentados, que promovessem. Maler conheceu pessoalmente dois desses emissários.[10] Regressando o rei, nem por isso se extinguiu essa ação perturbadora, que já tinha criado escola, sobretudo entre os militares.

A regência nasceu ferida por ciúmes e rivalidade no seio do respectivo Ministério. No decreto que instituiu foram desde logo designados os seus principais servidores: dois efetivos, com o título de ministros e secretários de Estado, os condes de Louzã e dos Arcos; dois interinos, como meros secretários de estado, o general Caula e o chefe de esquadra Farinha. Desse modo apareciam os militares no novo Governo em posição inferior, de inexperiência ou desconfiança e até de vencimentos.

Esse ato inábil dava pretexto a explorações contra o conde dos Arcos, tido e havido como mentor do príncipe e inspirador não só dos seus atos de regente, mas também dos atos do rei, preparatórios da sucessão. Os decretos que d. Pedro expedia, regulamentos administrativos e às vezes provisórios, eram, aliás com razão, atribuídos ao seu favorito e dados como de natureza legislativa, da alçada das Cortes, ou então interpretados como tendentes a agradar os brasileiros e preparar a separação. Tais atos, entretanto, revelavam habilidade política e capacidade administrativa.

Arcos era acusado de resumir em si o Governo e não cingir-se às bases da Constituição. Tinha ele muitos inimigos entre os liberais e os militares. De todos os fidalgos do Rio era o único que não jurara a Constituição; por tal fato vivia exposto às mais sérias suspeitas.

Quando governador das Armas, Caula, tinha procurado forçá-lo a dar esse juramento e participar-lhe oficialmente que o senado da Câmara ficava em sessão permanente pelo tempo necessário para recebê-lo de todos os oficiais-generais e de outros postos, ausentes ao ato de 26 de

---

10 Maler. Of. nº 121 de 12 de agosto de 1821. É de presumir que Duprat fosse um deles, pois era dado como pessoa da confiança de Silva Carvalho, membro da regência revolucionária.

fevereiro, Arcos não se moveu e continuou isolado em casa, recusando-se a aparecer em público.

Em tal situação, todos os pretextos serviam para explorar no sentido de incitar os militares à revolta. Imbuídos da presunção de haverem criado o novo regímen, não admitiam ato algum a seu respeito, em condições de parecer desatencioso. A desatenção era considerada ofensa. Foi tida como tal a ordem dada pelo príncipe de ser desalojada do seminário de São Joaquim a tropa ali mandada aquartelar pelo governo anterior, a fim de reabrir-se o estabelecimento de ensino, mantido desde um século em benefício de órfãos pobres.

Entre os oficiais, cabeças de motim, estavam o famoso Garcez, do 3º Batalhão de Caçadores, dois camaradas seus do mesmo corpo, João Crisóstomo e Peixoto, o capitão Sá, do 5º e José Maria, do 11º, todos figurantes nos atos da Praça do Comércio e incursos na animadversão de d. Pedro. No correr de maio, num dos seus assomos de imprudência, o príncipe deu-lhes ordem de partir para Lisboa com a maior presteza. A saída do navio, que os devia levar, não se pôde realizar desde logo e foi adiada para 10 de junho.

Favorecidos por essa circunstância, decidiram-se esses oficiais a precipitar o pronunciamento, fácil de produzir naquele momento. Começaram a aparecer nas esquinas proclamações ao exército e ao povo, concitando a tropa à revolta. Uma delas dizia: "Se for preciso, correi às armas e desapareça de todo o despotismo de qualquer maneira que ele esteja mascarado; baldai planos traçados pelo ódio e que serão seguidos de uma longa série de desgraças; mostrai ainda uma vez que, ou portugueses ou brasileiros, descendeis de heróis que fizeram brilhar as quinas portuguesas nas regiões mais remotas." Também surgiam outras em resposta, no sentido contrário. Por toda parte arengava o padre José Narciso contra o conde dos Arcos, apontando-o como causador os males de que se queixavam. No dia 2 um dos batalhões representou contra o aparecimento de impressos injuriosos aos militares, sem lembrar-se de haver outros injuriosos ao próprio príncipe.

Expostos à odiosidade pública por causa das atrocidades da Praça do Comércio, tratados de assassinos, Garcez e seus companheiros pediram que fosse feita qualquer declaração de terem apenas cumprido ordens, pois não iam chegar a Lisboa sob o peso daquela acusação. Não sendo atendidos, aproveitaram-se da exaltação artificial do momento para pro-

vocar a revolta e exigir o imediato juramento à Constituição, bem como a nomeação de uma junta, conforme fora proposto em fevereiro.

D. Pedro soubera da conspiração, oito dias antes dela produzir efeito e nesse sentido falou a João Crisóstomo que declarou ser tudo mentira. Diz Mareschal que Avilez foi de véspera prevenir lealmente ao conde dos Arcos de estar preparada uma manifestação militar para o dia 5. O ministro não quis acreditar e ainda desgostou o general, declarando que era contra ele todo o descontentamento da tropa, devendo por isso ser-lhe dada demissão no dia seguinte. Avilez saiu da Rua do Areal para ligar-se aos insurgentes, a cuja frente apareceu.[11] Naquele mesmo dia partia o regente para a caça em Santa Cruz; mas inquieto, voltou na madrugada seguinte e apenas chegou, dirigiu-se ao batalhão 5 e bateu à porta de Sá, que lhe apareceu a esfregar os olhos, como se houvera acordado naquele instante, e a quem disse estar informado de ser ele o amotinador e perturbador do sossego público, pois, andava a encher a capital de proclamações sediciosas.[12] Mal dera as costas, pôs-se o batalhão em armas e marchou pela Rua Direita a unir-se ao II. As casas fecharam, receosa de ser começo de saque, tão receosa estava a população do espírito da tropa, diz d. Pedro a el-rei. Em pouco tempo, com Avilez à frente toda a divisão se reunia no Rocio.

Quando d. Pedro voltou à quinta, após haver falado ao capitão, mandou logo chamar o secretário da Guerra, general Caula, e encarregou-o de dizer a Avilez que pedisse demissão pois constava estar a tropa descontente com ele; mas o general encontrou-a, ao contrário, contente de ter Avilez por comandante e neste sentido recebeu-lhe a declaração.

Partiu então o príncipe para o Rocio, onde viu se renovarem as cenas de fevereiro. Era tal o terror espalhado na cidade, que o intendente de polícia escondeu-se e só saiu do seu abrigo ao fim de tudo acabado, quando soube pelos filhos não haverem articulado queixas contra a sua pessoa.[13] Havia pouco mais de um mês, aqueles mesmos militares, benefi-

---

11 Mareschal. Of. nº 4 de 6 de junho.

12 Cartas a d. João VI, a 8 de junho, no arq. do cast. d'Eu.

13 O fato foi por ele próprio narrado a Maler, que assim o refere no of. nº 110 de 9 de junho. Esse intendente era Antônio Luís Pereira da Cunha, depois marquês de Inhambupe, ministro e senador do Império, que o regente viria a demitir em outubro, por faltar-lhe energia e sobrar-lhe fraqueza no exercício de suas funções. – Carta a d. João VI em 6 de out.

ciados com aumento de soldo, executavam-lhe as ordens terríveis contra a assembleia da Praça do Comércio; agora ditavam-lhe a lei.

Ele próprio descreve, na carta escrita ao pai, as humilhações que lhe infligiram. "Quem fala aqui?", perguntou, apenas irrompeu a cavalo diante da fileiras. "Eu, pela tropa", respondeu Avilez. "Que querem?", indagou o príncipe. "Jurar as bases da Constituição portuguesa."

Desfez-se d. Pedro em justificações para estranhar que suspeitassem da sua lealdade. Não havia ainda quatro meses, jurara essa mesma Constituição, àquele tempo por fazer; feita ela, continuava o penhor da sua palavra. Embora submetendo-se, quis, porém, mascarar o ato a que o obrigavam. Reunidos todos no teatro, dali próximo, exigiu Peixoto que se tomasse o juramento aos presentes; mas o príncipe acudiu: "E não juro sem saber a vontade do povo, que estou governando, porque a tropa não é a nação, por isso não val de nada querer, sem eu saber a vontade do povo para então deliberar."

Declarou então que desejava ouvir a Câmara e os eleitores, intérpretes da vontade popular, os mesmos eleitores dissolvidos cruelmente em abril. Neles queria agora estribar-se para afrontar as pretensões exclusivas dos militares, instrumentos daquela violência. Ao padre pregador José Narciso, ex-capelão do conde de Vila Flor, que falava em nome deles, e era pintado por Mareschal como "homem de baixa extração e maus costumes" e por Maler "como sacerdote privado de ordens, escandalosíssimo e geralmente desprezado", respondeu que a "tropa nem sequer tinha direito de voto". Formou-se então uma assembleia mista, onde cada corpo era representado por dois oficiais.

Nessa época de pronunciamentos militares, nem sempre os oficiais admitiam a colaboração dos civis. No Rio, havia um resto de condescendência com a autoridade real. Quando em junho de 1821 o povo do Maranhão, depois de haver aderido à revolução de Portugal, se dispunha a eleger a Junta governativa, declarou um major, diante da tropa formada, que era inútil votar, visto a questão já estar decidida a favor da continuação do governo do capitão-general, pois cada soldado tinha um voto na patrona e nesse sentido votavam as mil praças ali presentes.[14]

---

14 Vieira da Silva. *Hist. da Indep. da Prov. do Maranhão,* pág. 10.

O regente aparecia reduzido a posição subalterna; os oficiais impunham-lhe medidas, tratavam-no sem o devido acabamento. Maler colheu a esse respeito o testemunho do conde de Louzã, com quem esteve longamente, quando esse ministro, ainda comovido, chegava à casa às cinco horas, após ter assistido, desde às oito, à humilhação da autoridade tradicional.

Começaram os militares por exigir a extinção das diferenças de categoria entre os auxiliares imediatos do regente; todos passariam a ser igualmente ministros, de cujo número seria riscado o conde dos Arcos. Disposto a tudo sofrer com calma e sangue-frio, que a todos espantava, sujeitou-se o príncipe a destituí-lo imediatamente e dar-lhe por substituto Pedro Álvares Diniz, desembargador do Paço. Escrevendo depois para seu uso a explicação desses sucessos, dizia o ex-ministro: "... o decreto de 5 de junho só serve de fazer indiretamente calar ministro e secretário de Estado." Ato contínuo, partiram dali o oficial e a escolta que foram intimar ao favorito, ex-vice-rei, a retirada do Brasil. Ele ainda escreveu ao príncipe, pedindo-lhe licença para ir beijar-lhe a mão e levar a filha para a Europa, em sua companhia, já desligada do serviço do Paço. O príncipe, porém, consentindo no desligamento e partida da dama, recusou-se virtualmente a recebê-lo, ao responder-lhe que deveria embarcar sem demora, bem a seu pesar. No dia 10 o navio deixava o porto.[15]

15 Noticiando esses acontecimentos, dizia no dia 9 a *Gazeta do Rio de Janeiro* que as bases da Constituição eram conhecidas desde o fim de abril pela leitura dos diários da regência e das Cortes e acrescentava: "E porque todo o povo e tropa tinham provas públicas de que a demora daquele juramento era devida à influência do conde dos Arcos..." De bordo, o deportado mandou pedir ao ministro da Marinha que lhe evitasse o desgosto de tocar na Bahia e Pernambuco; mas não foi atendido, porque Caula solicitara o contrário do regente, sob fundamento de conveniências postais. No primeiro desses portos, o conde consultou ao presidente da Junta se haveria inconveniente em desembarcar, pois partira subitamente do Rio e estava desprovido de muita coisa indispensável. A resposta foi negativa. Constando que ele desembarcaria à noite ocultamente, o poviléu rondava o cais, gritando insultos contra o poderoso da véspera, cuja administração daquela província merecera tantos louvores. Muito poucos dos amigos de anos atrás ali também apareceram, com o intuito de protegê-lo. A grande massa de gente enfurecida foi à Praça do Comércio e apeou-lhe o magnífico retrato, outrora inaugurado entre festas. Um padre, considerado até então seu amigo, era quem mais o injuriava no jornal *A idade de ouro*, fundado para celebrar-lhe a fama. Acompanhou-o a Lisboa a falsa denúncia de que vindo sob custódia, quisera entretanto desembarcar para conspirar, pois era "tido como chefe

Proferido o juramento à Constituição, d. Pedro sujeitou-se ainda a criar a Junta de governo, proposta em fevereiro e abril, à qual caberia examinar em projeto as leis por expedir e incumbiria apurar a responsabilidade dos ministros.[16] Mais tarde, tal Junta, composta de gente de bom senso, foi espontaneamente reduzindo a sua tarefa, limitando-a por fim a transmitir ao governo os requerimentos e representações das partes.

Diz Mareschal que os oficiais também insistiram por uma declaração do regente de ter dado diretamente as ordens por eles executados na Praça do Comércio. Se tanto não obtiveram, lograram, porém, dar nova forma ao governo das armas, o qual passou a ser exercido por uma comissão militar, composta de Avilez e dos brigadeiros Costa Refoyos e Veríssimo Cardoso, para assim merecer mais confiança pública, conforme rezava o decreto expendido nesta conformidade.

O príncipe estava abandonado de todo auxílio eficaz, de qualquer conselho esclarecido, capaz de salvar-lhe a autoridade. As tropas brasileiras formavam e marchavam para o Rocio, indignadas com tudo quanto se passava; mas não tinham chefe à frente e ele próprio não sabia talvez até onde lhe eram devotadas. O conde dos Arcos, militar de profissão, homem experimentado no governo, declarara-se doente e não tinha aparecido em tão doloroso transe. Avisado como estava por Avilez e ainda por outros meios, pensou em resistir e a entregar a Curado o comando das forças fiéis. Mas elas já estavam absorvidas. O velho general chegou a ir ao Rocio, onde se viu abandonado. Arcos não quis então expor-se às humilhações que sofreu o príncipe. Sofreria outras depois. Adotando o velho hábito de

---

da mais execranda conspiração contra os interesses comuns da nação e do rei." Não contente de assim proceder, a Junta fez o comandante do brigue assinar termo de não tocar em Pernambuco, em contrário das ordens recebidas do governo, sob pretexto de terem vindo cartas do Rio, denunciado Luís do Rego como conspirador e haver receio de vir a aliar-se ao conde dos Arcos para alguma ação nefasta. As Cortes porém reconheceram a inocência do perseguido e mandaram-no em paz, após algum tempo de prisão na torre de Belém, enquanto lhe examinavam a acusação e a defesa.

16 Compunham a Junta o bispo capelão-mor, o vigário Ferreira de Aguiar, o tenente-general Oliveira Barbosa, marechal Oliveira Álvares, os negociantes J. J. Pereira de Faro e F. J. Fernandes Barbosa, o desembargador Tinoco, Manuel Pedro Gomes e Mariano da Fonseca (Maricá).

alegar doença, deixou, sozinho, aquele junto a quem deveria cair.[17] Os outros ministros presentes limitavam-se testemunhar a anulação do governo; o conde de Louzã chorava e pedia que lhe dessem uma junta para dirigir as finanças e deixá-lo reduzido a assinar os papéis. D. Pedro foi forçado a sacudi-lo pelo braço e perguntar-lhe se enlouquecera.

Observador de todos esses acontecimentos, notava Mareschal a conduta passiva da fileira, que apenas seguia cegamente os oficiais. Era de causar espanto ver tropas revoltadas contra o governo mostrarem individualmente tanta moderação e tanta calma. Nos "congressos políticos" em que ela figurava, na frase do próprio governador militar, parecia estar em parada e não revelava jactância alguma, ainda depois de lograr bom êxito. A disciplina interna de cada corpo não se alterava. Outro tanto podia-se dizer da tropa brasileira; seus oficiais consideravam-se humilhados, mas nada ousavam fazer por falta de chefe.[18]

Ao fim daquelas horas angustiosas, d. Pedro estava ferido de morte em suas ilusões; antes de sair quis desabafar. Havia cedido tanto, somente pelo bem do povo; mas era a última vez. Não tinha ambições; era jovem e forte; poderia trabalhar para manter a mulher e os filhos. Duas vezes fora ali arrastado; mas dava a sua palavra de honra que não haveria terceira. Se tentassem forçá-lo de novo a idêntico sacrifício, "Deus sabe para onde iria".

---

17 Parece que era hábito do conde dos Arcos proceder assim em ocasiões difíceis. A 26 de fevereiro só apareceu em São Cristóvão à ultima hora, quando tudo estava acabado e para logo sair. Dele dizia d. João VI a Sturmer: "Ele sabe fazer as coisas; finge sempre de doente, não sai de casa; mas isso não o impede de ocupar-se dos negócios. Quando estes marcham bem, chama as glórias para si; quando sucede mal, declara que não teve parte em coisa alguma." Acreditava o ministro austríaco que o rei odiava ao conde dos Arcos. (Of. nº 10 A, de 31 de março de 1821.) Também aquele diplomata formava má opinião desse fidalgo, a quem considerava "de ambição desmedida", homem "para quem todos os meios servem", e "habituado de há muito a intrigar" (Of. nº 6, de 7 março de 1821.) Até o fim da vida, Arcos fingiu doença quando lhe convinha. Ao restaurar-se em 1823 o poder absoluto de d. João VI, receou ser chamado ao Ministério; mas como desejasse, serviu-se do habitual expediente, conforme escreveu a um dos seus amigos: "... e como eu havia passado por doente até aquele momento, aproveitei a apojadura, pedi licença como doentissimo e parti para Caldas, onde estou sem novidade e no meu antigo estado chamado de saúde." – Cit. na obra de Rocha Martins. *O último vice-rei do Brasil*, pág. 196.

18 Mareschal. Of. nº 5-A, de 17 de junho.

A tropa, que ele acreditara amansada desde abril, acabava de sujeitá-lo nos primeiros dias do seu governo ao rebaixamento da autoridade real. Conspirador, envolvido nas tramas que precederam os movimentos de fevereiro, começava agora a sofrer as consequências da situação que concorrera para criar.

Não passavam doze dias justos e à uma hora da manhã de 17 recomeçava a agitação militar; toda a guarnição da cidade estava em armas, dividida em dois partidos; dizia-se que os corpos formados de brasileiros iriam desarmar a artilharia montada da Divisão Auxiliadora, logo posta em defesa com reforço de uma guarda do 3º de Caçadores; mas como nada havia de verdade senão a desconfiança entre os dois lados, cada um deles pôs-se alerta nos quartéis, supondo ser para atacá-lo a prontidão do outro. Só tarde se desfez o engano e restabeleceu-se a calma. Narrando esse fato ao rei, informava d. Pedro que Avilez explicava o seu procedimento alegando ter sido avisado da imaginária ofensiva dos brasileiros; "mas creio que era para lhe meterem medo, que ele tem muito", comentava o príncipe.

À uma hora da tarde, a seu chamado, reuniram-se no Paço, na sala do docel, todos os comandantes e oficiais da guarnição, a quem dirigiu a palavra para falar desse incidente e exortá-los a viverem unidos.[19]

Esta união estava quebrada de vez. As épocas revolucionárias são comparáveis às constituições médicas de uma região infestada de certas doenças e exposta durante muito tempo às devastações trazidas por tal flagelo. Aqueles que concorrem para desencadear novas ideias e subverter o estado político de uma nação, consideram o simples fato da vitória bastante para

---

19 O príncipe fez-lhes então este discurso, reproduzindo na carta, escrita ao país: "Constou-me que esta noite estiveram todos os corpos em armas e que o motivo disto era a desconfiança entre os corpos do Brasil e os de Portugal; esta desconfiança não existirá jamais; desde já estes corpos todos constituirão um só e inabalável, porque todos são portugueses e constitucionais. Espero que de hoje em diante cumpram à risca as vossas obrigações e as ordens que se vos derem, porque assim o determinam as bases constitucionais portuguesas, por vós juradas, no seu art. 36. Deste modo conseguiremos a união de Portugal ao Brasil e do Brasil a Portugal, o que de outro modo será impossível. Agradeço-vos o respeito com que me atendeis e isto já para mim fica servindo de prova de que observareis literalmente esta minha recomendação." (Carta no arquivo do cast. d'Eu.) Quando um Príncipe agradece a tropa o respeito com que o ouve, muito precário é o seu poder; mas d. Pedro ainda estava sob impressão do desacato do dia 5 e por ser escutado sem interpretação acreditava ser obedecido.

restituir aos espíritos a calma necessária às reconstruções por empreender. Mero engano. O triunfo revolucionário inspira novas pretensões, teóricas ou práticas, mas sempre duradouras. Enquanto elas se agitam, o solo e a atmosfera não cessam de vibrar e durante muito tempo nada é estável. Como só na ordem podem as sociedades assentar, vai-se por fim pouco a pouco fazendo o equilíbrio das coisas, até voltar à tranquilidade primitiva, no seio da qual repousarão as alterações consumadas. Desde que os elementos perturbadores da organização existente invadem o meio político, todo o ambiente fica exposto aos mesmos efeitos. A contaminação ou a infecção operar-se-á com tanto mais rapidez quanto mas violentos forem os agentes invasores e mais fracos os meios de defesa individual, coletiva ou climatérica.

No meio físico consegue limitar as zonas atingidas e conservar outras imunes. Assim também no mundo moral, corporações e indivíduos podem escapar à influência da época, mediante regime apropriado. Os quartéis só se preservam pela higiene da disciplina. Rotos os cordões dessa defesa, toda a tropa fica exposta às consequências da desorganização militar, nociva aos próprios soldados e fatal às nações.

A sublevação de junho amorteceu profundamente o entusiasmo do príncipe. Tanto desejara e ajudara a realizar-se a retirada do Rei e logo os sonhos de domínio que formara eram desfeitos. Já desejava voltar para Lisboa, e exprimia assim sua pretensão em carta de 24: "Vou deste modo certificar a V. M. o quanto desejo ver-me aos pés de V. M., porque só assim ficarei contente e terei a felicidade que desejo, que é de perto obedecer a V. M., porque estando longe ainda que obedeço como hei de obedecer enquanto for vivo sempre há de haver quem diga não cumpriu à risca a ordem portanto peço a V. M. que quanto antes me faça partir para lá."[20] Seu desalento continuava; sentia-se reduzido a posição subalterna, inferior à sua alta hierarquia. "Bastaria qualquer junta para preencher estas funções", escrevia de novo a 17 de julho, "e a vossa honra, Senhor, exige que o vosso herdeiro presuntivo seja algo mais que simples governador de província". No dia 24 voltava a repisar o assunto: "Asseguro a V. M. que não perderemos o menor meio possível para que eu tenha o prazer e a grande honra de tornar a beijar a real mão de V. M. e também o grande gosto de que V. M.

20 Arquivo do cast. d'Eu.

conheça o seu neto."[21] Em fins de setembro chegavam ordens das Cortes para a Bahia e o Maranhão comunicarem-se diretamente com a metrópole e isolarem-se do governo do Rio. Cabia-lhe encaminhar os respectivos decretos e ver de braços cruzados ser-lhes dada execução. Comunicando ao Rei o fato deprimente, apenas soltava um lamento e ainda uma súplica: "... contentando--me, por meu lado, de governar a província do Rio de Janeiro, até que Vossa Majestade me dê ordem de partir." Esse desejo era sincero e frequentemente relevado no seio da família, sabia-o Mareschal.[22]

A situação financeira tornava-se angustiosa por causa do descrédito do banco e da falta de renda. Tudo isso lhe aumentava o desespero e o desejo de abandonar a regência: "Suplico a Vossa Majestade por tudo que há de mais sagrado no mundo, queira dispensar-me destas penosas funções, as quais acabarão por matar-me."[23]

A Divisão Auxiliadora assumia o papel de fiscal da Constituição, de representante das Cortes, e arrogava-se o poder de tutelar o regente. Como ele concedesse audiência a todos quantos o procuravam, o chefe militar permitiu-se ponderar-lhe que considerava irregular essa prática, pois ouvir partes importava em presumir o direito de tomar resoluções definitivas, poder reservado às Cortes. Conta Debret, de quem essa revelação é colhida, que outros vexames sofria o príncipe. Querendo um dia manobrar a artilharia de milícias, mandou buscar ao quartel os canhões necessários aos exercícios e esses foram-lhe negados, invocando-se a Constituição para justificar a recusa.[24] Não só os militares, mas todos os portugueses partidá-

---

21 *Ib. ib*. As outras citações sem menção especial são colhidas nas obras de Monglave, Cairu e em edições especiais dessas cartas.

22 Mareschal. Of. de 17 de junho. Menos de um mês depois, afirma o ministro austríaco: "Presentemente mostra o Príncipe, até às pessoas com quem tem maior intimidade, desejo de voltar a Portugal, e garante que para esse fim se aproveitará da primeira oportunidade." – Of. de 12 de julho.

23 Carta de d. Pedro a D. João VI em 21 de setembro. Duas cartas da princesa parecem confirmar que persistiam, meses depois, os desejos de abandonar o Brasil. A 20 de setembro escrevia ela ao pai: "Não imagina como me sinto feliz, porque uma cara necessidade me obrigará talvez a estar brevemente, para minha grande ventura, mais perto do meu querido pai." Ainda a 16 de out. comunicava que tudo continuava como sempre e sem esperança de alteração; concluía por anunciar nova gravidez, já de cinco meses e por fazer este voto: "Praza aos céus que eu não dê à luz a bordo." Tal voto era sinal de haver viagem decidida para daí a quatro meses.

24 Debret. *Op. cit*., tomo III, pág. I.

rios das Cortes inquinavam de ilegal a autoridade do regente, transmitida com excessiva largueza pelo rei, quando os seus poderes já estavam restringidos pela revolução. Na realidade não havia governo. Nem o regente, nem a Junta dispunham de autoridade alguma.

D. Pedro tinha que optar entre reagir contra tais insolências, ou com elas transigir. Sem força material para opor à Divisão Auxiliadora, seria insensato arriscar a causa da dinastia e a causa do Brasil aos azares de extemporânea reação. Só lhe restava conformar-se com tão desgraçadas circunstâncias e preparar ou ver surgirem elementos de resistência para ajudá-lo a enfrentar o inimigo. Disfarçou então as suas mágoas e aproximou-se mais e mais dos militares. Surgiu no campo de Santana em meio a um grande jantar dado pelos oficiais e participou da reunião. Depois foi-lhe oferecido um baile no teatro S. João, onde dançou entre eles até a madrugada.

Desenvolveu-se o gosto dessas reuniões e os jantares começaram a ser dados por classe de oficiais, desde os tenentes-generais até os alferes. A quinta de Caju foi posta à disposição deles e nas suas ruas espaçosas, à sombra das árvores, enfileiravam-se as mesas. Faziam-se brindes ao rei, ao príncipe, à Constituição e às Cortes. Só duas damas compareciam, a princesa e a esposa do comandante da divisão, as quais afetavam intimidade, marchando de braço dado por entre o arvoredo. Ao demais trocavam visitas, sempre em presença do príncipe que também as fazia sozinho e por serem tão repetidas, murmurava-se haver motivo de amor. Avilez mantinha tratamento na altura da distinção que recebia. Sua mesa era franca, abundante e sempre procurada; na ópera tinha camarote fixo. Em casa, ou onde se apresentasse, era sempre cercado de oficiais, que lhe faziam séquito quando saía a cavalo, ainda maior se ia com a esposa, séquito tão numeroso como nem o do próprio príncipe.

Estranhava-se que d. Pedro condescendesse a esse ponto, após quanto sofrera dos militares; mas ele tinha escusa. Todo governante deve ser prudente, sobretudo se é chefe de estado e ainda mais se é príncipe. O príncipe tem para considerar, além das perturbações trazidas por um golpe em falso, o risco que faz correr, não só a sua própria causa, mas a causa de toda a dinastia, da qual é apenas depositário pela herança dos seus maiores. A sua prudência importará alguma vez no enfraquecimento da autoridade; a salvação dos princípios, em que essa autoridade assenta, exige-lhe, porém, esse sacrifício momentâneo e transitório, na esperança de vê-lo oportunamente compensado. D. Pedro transigia à espera de vencer.

. . . .

Capítulo XIV

A REAÇÃO DAS CORTES

AGITANDO por suas medidas a respeito do Brasil, o espírito nacional dos brasileiros e a indignação de muitos portugueses, ligados ao país onde se tinham acostumado e queriam continuar a viver, as Cortes iriam realizar a obra de unir todos eles em redor do regente. Ela seria mais breve do que a princípio parecia.

D. João já não podia ser elemento apto para proteger a ação do seu lugar-tenente. Desde que chegara a Portugal, tinha ficado à mercê daquela assembleia. Era apenas uma sombra de soberano, que ela movia à vontade conforme as conveniências da revolução. Logo ao ancorar no Tejo a 3 de julho a frota que o conduzia, começou o monarca a sentir até onde caíra o seu poder.

Ao romper d'alva fora ela avistada ao longe e já de manhã estavam as Cortes reunidas e deliberando acerca de tão importante acontecimento. Decidiram que o rei desembarcasse quando fosse do seu agrado, porém nunca antes do meio-dia, condição impossível de preencher, pois apenas a nau *D. João VI* fundeou diante de Belém às onze horas, só chegando ao porto os últimos navios pelas quatro horas da tarde.

A assembleia votava essa demora para ter tempo de autorizar a regência, que nada resolvia por si a tal respeito, a tomar as medidas de ordem pública e concertar os preparos da recepção, pois não houvera meios de prever ao certo o dia da chegada. Reunida toda a frota no ancoradouro, oficiou-se ao Governo, pedindo-lhe que soubesse do rei quando quereria receber a comissão de doze membros, escolhida para saudá-lo, visto já ser demasiado tarde e não lhe ser possível partir prontamente, devido a estar ainda ocupada em outros trabalhos.

No dia seguinte, às 10 horas, a comissão foi a bordo e apresentou cumprimentos não só ao rei, mas a toda a Família Real, tendo ensejo de ouvir por largo tempo as manifestações de contentamento da rainha, encantada com o triunfo da causa constitucional.

Reunidas desde cedo, receberam as Cortes dois ofícios, um após o outro, comunicando que o monarca marcara o desembarque para as dez horas e logo depois o mudara para as quatro horas. Ponderou Fernandes Tomás que tendo a assembleia determinado por decreto a condição de realizar-se o desembarque ao meio-dia e havendo el-rei primeiro escolhido as dez horas, dando lugar a nesse pressuposto ter partido a comissão para acompanhá-lo a terra deveria ele conformar-se com os termos do ato das Cortes. Às onze e três quartos a assembleia recebeu comunicação de que S. M. estava resolvido a desembarcar imediatamente e assim fez pouco depois de meio-dia tendo à direita a comissão de deputados, a quem dizia ser aquele o mais belo dia da sua vida. Ao pôr o pé em terra, começou a chorar quando ouviu o discurso proferido pelo presidente do senado da Câmara. Depois de ouvir *Te Deum* na basílica de Santa Maria, chegou à sala das Cortes, onde entrou "encostado ao Sr. Secretário Felgueiras", rezava a ata da sessão. Acabando de prestar juramento, acrescentou em voz sumida: "E é verdade tudo isto, juro-o de todo o meu coração." Só o presidente e os deputados que se achavam próximos puderam ouvir. O presidente explicou ter sido assim, por estar S. M. muito fatigado e exprimir-se muito devagar.

Tudo tinha sido regrado de acordo com a nova situação.

Se o rei se cobrisse diante dos deputados, estes deveriam fazer outro tanto, como aliás faziam os membros do Desembargo do Paço, pois este tribunal não era superior ao Congresso.

O povo teve ciência dos "vivas" que poderia dar somente à religião, às Cortes, à Constituição, a el-rei constitucional e por condescendência com proposta da última hora, também à sua real família. Qualquer outro seria considerado perturbador do sossego público e levaria à prisão.[1]

Removeram para longe os personagens principais que vinham acompanhando o monarca, os quais eram "geralmente conhecidos por autores das desgraças da sua pátria". Inibidos de desembarcar em Lisboa, foram mandados residir pelo menos em distância de vinte léguas da capital e dez da costa do mar, "até porque corriam o risco da sua própria segurança". Eram eles os ex-ministros Tomás Antônio e Palmela; os favoritos de conde de Parati, Targini e os Lobatos, o visconde do Rio Seco, o desembargador João Severiano Maciel da Costa, que viria a ser marquês de Queluz sob o Império, monsenhor Almeida e o padre Góis. Diz Pando, o encarregado dos negócios de Espanha, que ao ser-lhe comunicado esta decisão, o rei não pronunciou uma só palavra a favor dos deportados, nem manifestou o menor sentimento por separar-se de tão dedicados súditos.[2]

---

1 Proclamando aos habitantes do Brasil a chegada de d. João VI, assim se exprimiam as Cortes: "El-rei acaba de chegar a este Reino, e a sua entrada em Lisboa deu nova ocasião aos habitantes e ao Congresso de manifestarem o amor que consagram a sua pessoa e a veneração que têm por suas virtudes. Não faltou demonstração alguma pública do respeito que lhe é devido."

2 Of. nº 281 de 17 de julho. *Docs. cits.*, pág. 28. – "As Cortes manifestaram a necessidade de os separar para longe de uma cidade, à qual tanto escândalo têm dado. Com isso conseguiram eles também escapar a outras demonstrações do desprezo público, que os acompanhará todavia em qualquer parte em que se acham." (Procl. Cit.) Esse desterro só foi levantado em sessão de 6 de julho do ano seguinte. Palmela via confirmar-se a seu respeito o que por duas vezes escrevera à esposa, isto é, acabaria suspeito aos dois partidos. Em carta, datada do Rio a 22 de janeiro, dizia ele: "Vou atraindo sobre mim o ódio e as calúnias dos dois partidos extremos, um dos quais me considera como satélite do despotismo, outro como agente dos revolucionários." A 3 de março consumada a revolta, declarava considerar acabada para sempre a sua vida política; contudo, se um dia se encontrasse em situação idêntica àquela em que se tinha achado, procederia do mesmo modo. Como consequência "...os príncipes e os que os cercam julgar-me-iam agente dos revolucionários e liberal exagerado e os demagogos, assim como a nação que os acredita, tornariam a alcunhar-me, como me alcunham de ser esteio do despotismo ou homem combinado com a Inglaterra, porque eu elogiava a Constituição inglesa, debaixo da qual aquele povo se tem feito o mais rico, o mais poderoso, o mais ilustre do universo."

Atos de outra natureza feriam ainda a autoridade real. Foi proibido ao Poder Executivo nomear estrangeiro para qualquer cargo sem consentimento da assembleia ou afastar dos seus empregos os comandantes das armas de Lisboa e Porto e o intendente geral da polícia. Negou-se aprovação à proposta do empréstimo, autorizado para pagamento da dívida da Coroa ao Banco do Brasil. O monarca, que até então dispusera do erário público como queria, tinha de ficar adstrito à lista civil de 514 contos para toda a família real. Dessa lista não participaria o príncipe herdeiro, a quem deveriam bastar os rendimentos da Casa de Bragança, de 9:200$000 por mês. Era o meio de desaprovar-lhe a nomeação de regente, feita pelo rei sem o consentimento das Cortes. Dizia irreverentemente um deputado que tendo D. Pedro rendas no Brasil, dar-lhe rendas também em Portugal seria fazê-lo "comer por duas bocas".

Enquanto tantas humilhações abatiam o ânimo de d. João VI e traduziam-se na sua evidente tristeza, Carlota Joaquina ostentava o contentamento de achar-se em "terra de gente", dava impressão de agrado diante da nova ordem de coisas. Quando falou à comissão das Cortes, lembrou as simpatias que revelara pela Constituição espanhola e chegou a queixar-se dos maus conselhos, dados ao marido a respeito desses assuntos e até os referiu quais foram e donde procediam.

Explicou-se esse procedimento pelo habitual espírito de oposição da rainha aos propósitos do marido. Havia espiões a bordo para pô-la ao corrente de quanto ali se passava em torno de el-rei; por eles soube que este e seus conselheiros confabulavam acerca do modo de considerar a missão do Congresso e de assegurar a colaboração do soberano na obra constitucional. Havia receio da assembleia avocar a si o poder constituinte em toda a sua plenitude, com força de obrigar o próprio monarca. O intuito da rainha era talvez sobretudo intrigar com as Cortes o elemento moderado da Monarquia, os nobres como Palmela, que aconselhavam a aliança com a democracia. Removendo-os de intervir na marcha dos negócios, ficariam em campo apenas as duas tendências radicalmente opostas, o absolutismo e a democracia, e seria mais fácil conduzir para o primeiro o povo inculto e guiado pelo clero, a quem ela acariciava. Era a aplicação dos princípios de Metternich, irreconciliável com o meio-termo, sob o fundamento de que o radicalismo exasperava e produzia a reação.

Na Fala que o rei por tão comovido não pôde ler às Cortes e a elas transmitida pelo órgão do ministro do Reino, vêm consignados os

princípios sustentados durante a travessia, nos quais se sente a inspiração de Silvestre Pinheiro, reputada autoridade em direito público. Assim se exprimia d. João VI: "Consistindo o poder legislativo no exercício da soberania, não pode residir separadamente em nenhuma das partes integrantes do governo; mas sim na reunião do monarca e deputados escolhidos pelos povos." Logo adiante: "Às Cortes compete o exercício ordinário do Poder Legislativo, por maneira que se jamais o monarca assumisse a si o exercê-lo, sem Câmara dos Deputados, se reputaria o governo o degenerado em despotismo, bem como passaria ao estado não menos monstruoso de oclocracia se a Câmara dos Deputados intentasse exercitar ela só o Poder Legislativo."

Antes de arriscar timidamente tais princípios, tivera o rei a cautela de lisonjear "os cidadãos conspícuos por suas luzes e qualidades, designados pela opinião pública, e com plena liberdade escolhidos para salvarem a pátria do iminente naufrágio de que estava ameaçada em o pélago dos males, acumulados na longa série de anos, desde o estabelecimento da primitiva Constituição". Não bastava esta deprimente confissão dos desastres a que a monarquia arrastara o país; a tudo estava disposto o soberano, até a descer do trono, quisesse assim o povo: "Se fosse possível caber em ânimos portugueses a ideia de prescrever a monarquia, o vosso rei não encontraria nos ditames dos antepassados outra doutrina, senão a de abandonar, penetrado da mais viva mágoa, a nação aos decretos da Providência."

De nada, porém, lhe valeu tanta cordura. Mantendo-se em sessão permanente, até ser-lhe comunicada a destituição da Regência e a formação do Ministério, o Congresso no exercício do Poder Legislativo e na obra da Constituição, cujas bases tinham reservado exclusivamente às Cortes a tarefa e a autoridade, das quais outro poder do estado não tinha que participar. Nessa conformidade foram propostas emendas, "que por falta de conhecimento do ministro da fraseologia própria do sistema constitucional" devia a Fala sofrer, para ficar de acordo com as bases, disse Fernandes Tomás. D. João recebeu resignadamente a admoestação e não recusou retratar-se. Silvestre Pinheiro, porém, preferiu demitir-se e foi susbstituído pelo conde de Barbacena, por quem el-rei mandou declarar à assembleia que não podia ter querido sustentar ideias contrárias àquelas bases, às quais dera o seu juramento, pois "só era da sua própria vontade aprovar os princípios políticos por elas adotados".

Depois de deixar o soberano o recinto das Cortes, veio o ministro da Marinha perguntar em nome dele "se era indispensável que fossem nomeados desde logo os novos ministros ou se os poderia nomear no dia seguinte." Respondeu-se que nomeasse alguns imediatamente para servirem provisoriamente até nomear os definitivos; mas desde logo participasse seus atos ao Congresso, o qual ficava reunido à espera. Às oito horas chegaram os decretos e logo depois a sessão foi suspensa.

Silvestre Pinheiro tinha procurado preparar o terreno para serem aceitos em Lisboa os princípios que sustentava; neste sentido escreveu a fr. Francisco de S. Luís, o qual assim respondeu a sua carta de 2 de abril: "Nunca em nenhum caso podia ser da mente dos portugueses nem da intenção das Cortes (segundo creio) que el-rei entrando em Portugal, deixasse de assumir imediatamente, tanto o Poder Executivo em toda a sua plenitude, como a parte do Legislativo, que lhe compete, segundo os princípios, comuns (como V. Exª se explica) a toda e qualquer Constituição de uma Monarquia Representativa." E acrescentou que apenas S. M. chegasse a Lisboa e ratificasse o juramento dado no Rio à Constituição cujo fazimento ia adiantado, "S. M. entraria sem questão nem controvérsia alguma no plenissímo exercício do Poder Real que lhe era próprio". O fato de não estar concluída a Constituição não era obstáculo, à vista das bases, já promulgadas e juradas por S. M.[3]

Sempre pareceu fato estranho a volta de Silvestre Pinheiro ao governo a 29 do mesmo mês de julho, após a demissão a pedido do conde de Barbacena. Maior estranheza produz a nota, junta aos "apontamentos históricos" de Melo Morais, evidentemente colhida de Drummond, como quase tudo que ali vem referido. A nota começa assim: "Em Lisboa [onde Drummond foi ministro do Brasil por longos anos] conversei várias vezes com José da Silva Carvalho sobre a estabilidade do governo representativo em Portugal nos anos de 1821 e 1822 até 1823." Carvalho, uma das maiores figuras da situação, teria então referido que a chegada do rei foi "o momento mais crítico que teve a revolução; não dependia senão de duas palavras do rei que eles todos fossem presos pelo povo e pela tropa e postos à disposição de S. M.

3 *Docs. cits.*, vol. I, pág. 23.

Que se o rei tivesse mandado dizer de bordo que não desembarcava enquanto se não dissolvesse o governo provisório e dispersasse a Câmara, voltando tudo ao seu antigo estado, estas só palavras teriam dado cabo da revolução. Que o povo de Lisboa, quando viu entrar a esquadra que levava o rei, ficou tão entusiasmado que já murmurava publicamente contra os que queriam o governo constitucional". Mandado a bordo pelo governo para cumprimentar o monarca, "e saber quando S. M. determinara desembarcar", o conde de Sampaio, ministro da Guerra, declarou-lhe que "vinha receber as ordens de S. M. que a tropa obedeceria tão fielmente como ele mesmo às ordens de S. M." D. João permitiu-lhe regressar a terra; mas Sampaio replicou dizendo que lhe parecia dever "ficar ali para cumprir as ordens de S. M." Os outros membros do Governo "não foram em corporação cumprimentar o Rei a bordo, porque recearam que ficassem lá presos". Enquanto d. João não desceu a terra estavam aterrados e prontos a fugir para a Espanha ao primeiro aceno e como eles, estavam aflitos "todos os liberais implicados ou não na revolução". Só houve tranquilidade quando o monarca foi às Cortes prestar juramento. "Finalmente que as demonstrações reais ou fingidas que o rei dava de amor do sistema representativo é que o sustentou até a sua queda em 1823."[4]

Não se compreende como sendo a situação de tamanha incerteza, as Cortes ainda a agravassem, tomando medidas destinadas a humilhar o rei e provocar a reação esperada.Tendo as Cortes fixado previamente a hora do desembarque e mantido o seu voto depois de conhecer a vontade diferente do Rei, expressa em dois ofícios da Regência, o Governo, a elas ligado e temente de uma reação, não mandaria dele saber quando "determinara desembarcar", dando-lhe ensejo a desacatar a assembleia e por seu lado desacatando-a também. Se houvesse o temor a que Drummond se refere, as Cortes apressar-se-iam a ceder aos desejos do Rei, em vez de insistir na deliberação tomada. Sampaio é apresentado como disposto a trair os companheiros e pôr-se às ordens do monarca. Se fosse assim, ele ter-lhe-ia feito a vontade, não o deixaria mudar de alvitre e antecipar o desembarque subitamente. É porém evidente que os temo-

4 *Ib.*, pág. 23.

res de d. João e as suas declarações de adesão ao novo regime concorriam muito para revigorá-lo.[5]

O programa das Cortes em relação ao Brasil tinha sido claramente traçado no decreto de 18 de abril. Nesse ato declaravam elas reconhecer como legítimos os governos estabelecidos ou que se estabelecessem nos estados portugueses de além-mar e ilhas adjacentes, com o fim de abraçar a causa sagrada da regeneração política da nação portuguesa; e bem assim proclamavam beneméritos da pátria os indivíduos que premeditassem, desenvolvessem e executassem essa mesma regeneração. Opondo-se a tal obra, qualquer autoridade ou indivíduo seria responsável dos males que ocasionasse.

Era o incitamento oficial do espírito revolucionário e das ambições regionais; mas antes de tudo, a provocação da indisciplina militar e o convite aos oficiais para se anteporem aos chefes que se recusassem a encabeçar a revolta. Tal decreto produzira a deposição do conde da Palma na Bahia e levou um oficial em Montevidéu a formar a tropa e convidar o general Lecor a jurar a Constituição. Este ato foi altamente louvado pelas

---

5 Nas notas de Drummond há muitas falhas de memória, confusões e asserções errôneas. Ainda nessas, colhidas por M. Morais, diz ele ter-lhe afirmado em 1842 frei Francisco de S. Luís que nunca houvera falado a Palmela antes de 1823. Seu intuito era deprimir Palmela. Drummond birra com certas personagens e por outras é fanático. Em se tratando de umas e outras, convém ter atenção ao que ele conta. Ora, na Introdução aos *Despachos e Correspondência* refere Palmela que no 1º de setembro de 1820 compareceu a uma reunião convocada pela Junta de governo, na qual aconselhou a convocação das Cortes e mostrou a conveniência de outorgar o soberano uma carta constitucional. No mês seguinte comunicou confidencialmente estas suas ideias ao fr. Francisco de S. Luís, membro do Governo provisório já então instalado em Lisboa, daí resultando o fr. Francisco escrever ao rei e fazer Palmela portador da carta. Com as palavras seguintes que a este dirigiu em 17 de outubro de 1820, o próprio frade desmente a Drummond, ou desmente a si próprio, se é sua a falta de memória: "Bem inútil será já esta minha carta, e por isso mesmo me não apressei a mandá-la hoje de manhã, muito mais esperando poder de tarde ir *pessoalmente* aos pés de V. Exª o que todavia me não animo a fazer por tão mau tempo." Palmela respondeu, rogando ao fr. Francisco de não se dar ao incômodo de vir procurá-lo, mas permitir-lhe "a honra de *voltar* ao mosteiro de S. Bento", etc. (Palmela. *Desp. e Corresp*. págs. 138-9. Por este e outros motivos apurados nesta obra, o A. desconfia da memória de Drummond, sempre que a não pôde pôr de harmonia com fatos correlativos.

Cortes, como foi também o da Divisão Auxiliadora do Rio, a 26 de fevereiro, considerado pela Assembleia "dia glorioso e memorável no qual a causa da justiça tinha de novo triunfado".

Depois da chegada do Rei, tornou-se definitiva a política de reação a tudo quanto se tinha fundado no Brasil os últimos treze anos. A permanência de d. Pedro no Rio foi de grande decepção para a Assembleia, que esperava a vinda de toda a Família Real e o abandono do país ao governo das juntas provinciais, cuja formação era promovida pelas incitações partidas de Lisboa.[6]

Sem núcleo central, político e administrativo, seria cada vez menos consistente o sentimento da unidade nacional e fácil seria estimular e promover a rivalidade de regiões tão distantes, muitas das quais em comunicação mais cômoda e frequente com Portugal. Fernandes Tomás, a voz mais autorizada dentre os deputados, propôs e foi aprovado que o Pará, primeiro a aderir à revolução, deixasse de ser denominado capitania do Brasil e passasse a chamar-se província de Portugal.

Foi Barata quem primeiro desvendou o plano das Cortes e procurou atalhá-lo, propondo a suspensão dos debates acerca do projeto de Constituição, até a chegada dos deputados americanos que ainda faltavam, no que foi ajudado por Borges de Barros, mais tarde visconde da Pedra Branca, baiano como ele.[7] A proposta era por certo exagerada, pois o principal trabalho da Assembleia não podia depender dos seus membros retar-

---

6 Na carta das Cortes ao rei, enviada para agradecer-lhe o juramento da Constituição e que já não o encontrou no Brasil, havia este tópico: "A participação que Vossa Majestade mandou fazer por seu ministro dos Negócios Estrangeiros, de tão acertada deliberação e de ter resolvido voltar a estes reinos com toda a sua real família...." No Rio de Janeiro, até pessoas da categoria de Palmela, acreditavam ser essa realmente a intenção do monarca. A 27 de março escrevia o ex-ministro à sua esposa: "A maior notícia que me resta agora a dar-te é a próxima ida para Portugal de el-rei e de toda a Família Real, a qual não posso assegurar-te ainda que se verificará, mas sim que é muito provável que el-rei e o príncipe sobretudo a desejam efetuar e que se diz que terá lugar o mais tardar daqui a trinta dias." Antes de findarem esses trinta dias liquidou-se a 21 de abril a luta travada na sombra entre os desejos do pai e os do filho, que produziam engano a toda gente.

7 Cipriano José Barata era médico e acérrimo partidário da Independência, cuja ideia desde algum tempo agitava em sua província; foi demagogo até a morte. De posse de papéis trazidos de Pernambuco à Bahia pelo padre Roma, o conde dos Arcos achou-o

datários; contudo, como os brasileiros presentes pretendessem dar opinião acerca da parte da Constituição votada em sua ausência, foi-lhes prometido que mais tarde poderiam propor artigos adicionais e alterações, considerados do interesse particular do Brasil. Os portugueses, por seu lado também exageravam a doutrina de que a nação era una e indivisível e em desacordo com as bases previamente estabelecidas começavam a tratar de assuntos peculiares ao Brasil, na ausência de grande parte da sua reduzida representação, como se essa parte da Monarquia, complemento do Reino Unido, fora apenas uma possessão em África ou Ásia.[8]

Quando se iniciaram as sessões, tinha ficado resolvido que eram precisos dois terços dos representantes para legislar a respeito de matéria ordinária; mas como havia apenas dois terços de portugueses, decidiu-se só tratar do que concerneria a Portugal. Algum tempo depois principiou-se a infringir este preceito e a tomar resoluções acerca do Brasil com menos de dois terços da representação total de toda a Monarquia.

Os brasileiros chegavam às Cortes trazendo as aspirações dos povos de mantê-los em pé de igualdade com os portugueses e estes mostravam desde logo querer sufocá-los pelo número. A Junta de S. Paulo ouvira as municipalidades e formulara instruções para os seus representantes, nas quais lhes recomendava a obrigação de pleitearem número idêntico de re-

---

comprometido em ligações com os revolucionários de 1817. Mandou-o chamar a palácio e aconselhou-o a mudar de vida sob pena de cortar-lhe a cabeça. A ameaça não o atemorizou e não o fez mudar. – Evar. Ladislau, *op. cit.*, pág. 11.

8 Determinava o artigo 21 das bases, previamente votadas, que cabendo exclusivamente ao povo fazer a Constituição por meio de seus legítimos representantes, aquela lei só obrigava os portugueses residentes nos Reinos de Portugal e Algarves, únicos até então representados no Congresso; quanto aos residentes nas outras partes do mundo, ela passaria a ser-lhes comum, quando por seus representantes declarassem ser essa a sua vontade.

Os deputados eram em número de 181, dos quais 72 do Brasil; destes, porém, só 46 tinham tomado assento. Ao demais, devia-se atender ao fato de ser a população brasileira maior que a portuguesa e o número de representantes haver-se fixado de acordo com o censo anterior de 1808, ano depois do qual, por causa do estabelecimento da corte no Rio de Janeiro e da abertura dos portos, a população aumentara muito. Ainda assim, revelando o último recenseamento 2.323.386 habitantes e sendo a base da representação um deputado por 30.000, deveria dar o Brasil 77 deputados e não 72.

presentantes para Portugal e o ultramar, bem como governo geral para o Brasil, ao qual fossem subordinados os governos das províncias; devendo aquele caber ao príncipe herdeiro, quando o soberano não estivesse na corte americana, condição também formulada sob várias formas.

Declarando desligar-se do governo do Rio e só manter relações com o Governo de Lisboa, a junta formada na Bahia concorreu para animar os propósitos das Cortes. Constituída de seis portugueses e apenas três brasileiros, solicitou e obteve a vinda de soldados da metrópole, que foram mandados em número superior a mil reforçaram-se o poder.[9] Ganhando alento para seguir na execução do plano recolonizador, em setembro a Assembleia consubstanciou-se num decreto de organização das províncias brasileiras. Por esse ato, todas aquelas onde houvessem capitães-generais seriam governados por uma junta composta de sete membros; as outras, onde apenas havia governadores, por junta idêntica de cinco membros, todos igualmente eleitos pelos eleitores da paróquia, ganhando os últimos 600$000 e os primeiros 1:000$000 por ano. Eram estes os do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Tais corporações teriam toda a autoridade e jurisdição na parte civil, econômica e administrativa e de polícia; além disso ficar-lhes-iam subordinados todos os magistrados e funcionários, exceto no que fosse relativo ao poder contencioso e judicial, em cujo exercício só seriam responsáveis ao Governo do Reino e às Cortes. As que já tinham sido aclamadas

---

9 Os três brasileiros eram Lino Coutinho, que foi depois eleito deputado às Cortes, o deão da Sé e Paulo José Melo. Os dois últimos conservaram-se fiéis à união com Portugal, ainda depois de proclamada a Independência, e em 1823 foram nomeados por D. João VI membros da Junta, que procurou com ardor galvanizar a resistência de Madeira e assistiu-lhe o fim. Esse procedimento não impediu Paulo José de Melo de ser presidente da Bahia no ministério da Maioridade em 1840, senador pelo Rio Grande do Norte e viador da Imperatriz. Em resposta ao of. do conde dos Arcos, datado de 27 de abril, declarou a Junta a 3 de junho que tendo jurado obediência às Cortes seria perjura se reconhecesse a regência do príncipe, porque àquela assembleia e não ao Rei cabia a nomeação do Regente. Procurando justificar o seu procedimento no ofício que a esse respeito dirigiu às Cortes a 21 de junho, inovou a Constituição de Espanha; mas esqueceu que a adoção interina dessa Constituição, a 11 de novembro de 1820, fora modificada, seis dias depois de proclamada em Lisboa, e reduzida aos artigos concernentes às eleições de deputados.

e nutriam veleidades de autonomia local, viram todas elas cair. O mesmo decreto na realidade despojava as juntas de todo o poder, desde que lhes subtraía a administração da fazenda e a administração militar, e deixava-as sem dispor do dinheiro nem da força. A fazenda pública continuaria a ser governada com sujeição e responsabilidade das respectivas juntas às autoridades de Lisboa, a quem também exclusivamente obedeceriam os comandos militares, "independentes das juntas provisórias do governo". Tendo fundido num só corpo os exércitos de Portugal e do Brasil, com o intuito de serem mandadas para a antiga colônia tropas portuguesas e para o Reino e seus domínios tropas brasileiras, a Assembleia poderia desse modo ficar senhora das províncias, pondo-as sob a pressão de generais reinóis.

Esse sistema foi completado com a extinção de todos os tribunais criados no Brasil desde a mudança da Corte. O mais alto deles, a Casa da Suplicação, foi reduzido à categoria da Relação provincial e todos os recursos da revista, que eram da sua alçada, passaram a ser interpostos para Lisboa, nas causas cujo valor excedia de dois contos de réis.

Os deputados brasileiros não enxergaram desde logo o mal que de algumas dessas medidas viriam à União Nacional; ao contrário, as rivalidades provinciais levaram-nos a apoiá-las, mas depois tiveram de espantar-se de tanta inépcia, quando vieram a conhecer o maior efeito por elas produzido no Brasil. A suspensão dos tribunais mereceu-lhes aplausos, sobretudo dos baianos, enciumados da proeminência do Rio, que destinara à Bahia, capital do Brasil durante mais de dois séculos. Lino Coutinho proclamava a necessidade de nivelar a antiga Corte ao par de todas as províncias e até Fagundes Varela, representante fluminense, concordou com os demais.

Temiam os portugueses decretar tão violenta medida, que procuravam justificar baseando-se na opinião dos brasileiros, de ser necessário adaptá-la para não ferir o melindre das diferentes circunscrições do Brasil, desejosas de tratamento igual. Foi um português, Borges Carneiro, quem procurou conservar a Casa de Suplicação, cujos membros eram desembargadores do Paço, categoria de magistrados só existente no Rio de Janeiro; mas Lino Coutinho opôs-se, alegando ser necessário rebaixá-lo a Relação de província.

Nesse afã chegaram os ultramarinos ao extremo de conceder a Portugal o que ele não pedia. Julgava a comissão conveniente manter o

Supremo Conselho de Guerra; mas os brasileiros, com Varela e Lino Coutinho à frente, levaram de vencida os esforços do português Faria de Carvalho, um dos autores do projeto, empenhado em salvar esta instituição. Só mais tarde, quando se discutiu a proposta brasileira de um parlamento especial para o Brasil, o deputado baiano voltou atrás dessa tendência e defendeu a unidade do governo, opondo-se a que cada uma das províncias tivesse à sua frente um delegado do rei: "O nosso país há de reviver ou morrer com dignidade de um reino único e indivisível."[10]

Aliás poder-se-ia dizer que as Cortes procediam logicamente, criando também no Rio de Janeiro uma junta de governo. Recusando as outras províncias reconhecer a Regência do Príncipe, elas próprias indicavam o nivelamento imposto àquela, onde estava situada a capital. Nem se podia dizer que o Rio já exercesse o papel de centro de atração, de verdadeira capital, como acontece nos estados definitivamente constituídos; ao contrário, era objeto do ciúme e das rivalidades das outras regiões do país.

Realmente, a unidade política não coexistia com a unidade nacional, cuja coesão ficava assim muito exposta a ser quebrada. As capitanias tinham gerado o espírito regional, que se desenvolvia e avigorava no isolamento da colônia e era favorecido por imensas distâncias. Apesar da pequena corte dos vice-reis, a atração de todas elas era Lisboa, sobretudo porque o Norte, muito mais facilmente em contato com a metrópole, se desinteressava do Sul e não lhe sentia a identidade da vida política.[11] Mais grave a esse respeito era a situação do Pará e do Maranhão, bem como do Piauí, que deste dependia. Os recursos judiciários e eclesiásticos dessas três províncias eram decididos pelos tribunais e pelo patriarca de Lisboa, enquanto os das outras eram submetidos às Relações da Bahia e do Rio de Janeiro e aos bispos do Brasil. As comunicações do Ceará para o sul eram quase nulas e as de todas as províncias entre si de mera vizinhança. Os capitães-generais, independentes uns dos outros, comunicavam-se diretamente com a metrópole.

O estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro começara a favorecer a aproximação das províncias e de algum modo promover a unidade

---

10 Gomes de Carvalho. *Os Deput. Bras. às Cortes,* págs. 160-164, 348.

11 O lugar de governador-geral, com sede na Bahia, criado em 1549, foi elevado à categoria de vice-rei em 1600 e transferido para o Rio de Janeiro em 1773.

do país; algumas linhas de correio concorriam para essa obra incipiente; mas ainda era cedo para esses fatos produzirem todos os seus efeitos. As instituições políticas e administrativas não se tinham alterado. Os capitães--generais continuavam a governar as províncias e os juízes de fora as cidades e vilas, como em pleno domínio colonial, quando el-rei estava em Lisboa.

A alteração principal consistia na maior presteza de chegarem ao soberano as reclamções dos seus súditos, que aliás havia muitos meios de burlar, mediante a influência dos amigos e parentes daquelas autoridades, colocados junto ao Trono e alerta para defendê-los. Os próprios excessos dos capitães-generais, e até dos capitães-mores de freguesia, geravam prevenções contra os agentes da Coroa, estimulavam a sede de autonomia local, aumentavam a aspiração das províncias de governarem-se por si mesmas, com gente sua, de quem tinham a ilusão de esperar tolerância e justiça. Palpitava, pois, em todas elas o sentimento centrífugo ou dispersivo, resultante da ordem geográfica, da estreiteza dos meios de transporte e ainda da tradição da colônia.

Era o mesmo fenômeno observado no Rio da Prata e outras possessões espanholas, onde o espírito regional lutara ou continuava a lutar contra a formação de grandes estados. O movimento em prol do sistema representativo e a aclamação das juntas ativaram do Pará ao Rio Grande a ambição de autonomia política e administrativa; supôs cada província que dentro dos seus limites se decidiriam todos os seus negócios e aplicaria toda a sua renda. Os novos decretos, porém, faziam cair de tão fagueiro engano. Lisboa continuaria a tê-las sob a espada dos seus comandantes de tropa, originários do Reino, e a dizer a última palavra acerca dos negócios da Fazenda. O dinheiro e a força continuavam em mão de Portugal.

O decreto de 1º de setembro de 1821 anulava de fato a regência instituída pelo rei; mas as Cortes quiseram declará-lo expressamente. Apareceu então ao mesmo tempo outro ato, ordenando o regresso de d. Pedro para viajar incógnito pela Europa, acompanhado por preceptores incumbidos de guiá-lo no estudo dos governos constitucionais. "Havendo decretado a forma de governo e administração pública nas províncias do Brasil", diziam as Cortes, "a continuação da residência do príncipe no Rio torna-se desnecessária e até indecorosa à sua alta hierarquia".

Reduzido a submeter-se a tudo quanto elas decidiam, d. João VI comunicou-lhe o seu aplauso à "luminosa e acertada deliberação" de chamarem d. Pedro à Europa, "pelos resultados felizes que promete, quando habilita o sucessor da Coroa a adquirir, nos países ilustrados em que se há de demorar, os necessários e muito úteis conhecimentos práticos do sistema constitucional"; agradecia o particular interesse que tomavam pela pessoa do príncipe real, exatamente quando esse interesse era destinado a desfazer o decreto, pelo qual lhe entregara a regência do Brasil.

Todas essas resoluções, que envolviam os interesses capitais do Brasil, foram tomadas apenas com a presença de setenta e nove deputados, quando a Assembleia era composta de número muito superior ao duplo e tinha-se adotado o preceito de serem precisos dois terços para legislar. Destarte os deputados brasileiros ficavam reduzidos à impotência.

Ainda antes de serem conhecidos esses decretos, os primeiros atos das Cortes tinham começado a atiçar no Brasil a ideia de independência, cuja luz a esse tempo era ainda tênue; os espíritos destinados a dar-lhe maior brilho continuavam na esperança de manter e desenvolver pela união a política d'el-rei, que a liberdade constitucional e a representação do país naquela Assembleia deveriam favorecer.

A este respeito eram categóricas e até entusiásticas as manifestações dos deputados às Cortes. Tomando assento, no dia 29 de agosto, Muniz Tavares logo declarou que os habitantes de Pernambuco e de todo o Brasil não ambicionavam a independência; desejavam ser livres com uma Constituição liberal e gozar todos os bens desfrutados pelos habitantes de Portugal. Cheio de contentamento, Borges Carneiro deu um viva aos pernambucanos, ao qual correspondeu todo o Congresso. Na sessão de 7 de dezembro ainda manifestou-se de modo idêntico, apoiando o seu colega, Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, quando este afirmou que a sua província nunca deixaria de ser unida à causa de Portugal, estando pronta a dar por ela todo o sangue dos seus habitantes. Nessa mesma sessão Vilela Barbosa, o futuro primeiro marquês de Paranaguá, foi mais longe e proferiu as palavras que tanto se lhe haveriam de lançar em rosto: "Se acaso os meus patrícios se esquecendo do que devem à mãe pátria, onde têm seus pais, seus parentes e seus libertadores, quebrassem o juramento que

deram..., eu seria o primeiro a requerer contra eles como perjuros e embarcar, sendo preciso, para ir obrigá-los a entrar nos seus primeiros deveres."[12]

Quando se tratou da representação da Junta de São Paulo ao príncipe, pedindo-lhe para ficar no Brasil, Borges de Barros, pronunciou-se nestes termos: "Digo que o Brasil não quer a independência de que sempre se anda falando, mas sim a independência na igualdade e reciprocidade de direitos e com ela e só com ela quer e há de ser português, como convém a toda a nação."[13] Vilela nem queria ouvir ler a representação que lhe magoava os ouvidos.[14]

O *Astro da Lusitânia* de Lisboa acusou Antônio Carlos de ter conspirado no Rio para proclamar-se a independência e ele, já ausente daquela cidade, respondeu por meio de uma Declaração, datada de 5 de novembro de 1822 e inserta no *Correio brasiliense*, na qual declarava que a acusação seria honrosa se o fato fosse verdadeiro. Concluía por estas palavras: "Quando me achei no Rio de Janeiro ninguém ainda pensava em independência ou em legislaturas separadas. Foi mister toda a cegueira, precipitação e despejado anseio de planos de escravização, para acordar do sono de fé o amadornado Brasil e fazê-lo encarar a independência como o único antídoto contra a violência portuguesa."

Hipólito era um dos mais extremados sustentadores desta opinião e reputava em erro "o pequeno partido" que a contrariava. Considerando o Brasil ainda sem preparo para governar-se a si mesmo, apresentava as dificuldades encontradas pelas Cortes na obra da reorganização de Portugal, país pequeno e onde havia mais gente instruída, para mostrar quanto seriam elas maiores num país imenso e inferior em cultura.

A preocupação principal do grande jornalista era o triunfo do sistema constitucional, que ele acreditava exposto a malograr-se, se um movimento de separação do Brasil viesse fortificar o governo absoluto, num e noutro reino. Seu temor era fundado no isolamento das provín-

---

12 *Correio Brasiliense*, vol. XXVII, págs. 296 e 517. A citação do disc. de Vilela é copiada por Cairu do *Diário das Cortes*, dez. 1821, nº 245, pág. 2556. A públicação das atas feita pelo *Correio* oferece pequena alteração de palavras sem alterar a essência do pensamento.

13 *D. das Cortes*, sessão em 23 de março 1822, vol. V, pág. 154.

14 *Ib.* pág. 586.

cias, condenadas talvez a não se poderem entender e a hostilizarem-se no desespero da guerra civil. Ao demais, achava impossível encontrar homens capazes para compor uma assembleia constituinte. Só depois de praticado o sistema constitucional se formaria uma plêiade na altura de tão árdua tarefa e só então, concluía, "se poderá pensar em uma independência que não traga consigo os males que apontamos".

Aterrorizava-o o exemplo das colônias espanholas, onde os povos expeliam os tiranos e não sabiam como usar da liberdade. Sem prever a Independência com o auxílio do príncipe e a formação de um governo estável, perguntava se não estariam os brasileiros procurando a própria ruína e a sujeição ao despotismo de que nunca mais se pudessem livrar, a não ser para mudar de déspota. Acima de tudo punha a conveniência de aperfeiçoar-se o sistema de governo apenas iniciado em Portugal.

Empenhado tão profundamente a tal respeito, nem lobrigava os males trazidos pelos primeiros atos das Cortes à causa do Brasil. Conservava a falta de unidade de vistas entre as províncias obstáculo à Independência; entretanto não enxergava quanto era indispensável, para uni-las, fortalecer cada vez mais o poder central, entregue à Regência de d. Pedro. Desse modo aplaudiu o ato das Cortes, pelo qual o príncipe era chamado à Europa, a fim de viajar guiado por preceptores. Só descobria nessa medida as vantagens para advirem ao bom funcionamento do novo regímen, com a futura colaboração de um príncipe esclarecido. Não o preocupava tanto a união das províncias entre si, quanto a sua união com Portugal; mas para esse efeito julgava haver meios superiores à permanência de d. Pedro no Brasil e talvez entre eles considerasse as juntas de governo, cuja aclamação aplaudiu.

O supremo interesse do país era ainda a esse tempo, no entender de Hipólito, a união com Portugal: "Desejávamos ter uma voz de trovão para inculcar a utilidade desta medida, para persuadir a importância desta união e declamar contra todas as medidas que tiverem oposta tendência."

Entretanto, como se lhe começassem a aparecer os primeiros receios de ser impossível fazer dessa união o ideal brasileiro, passava a advertir: "Mas se as Cortes não tomarem as mais decisivas medidas para acalmarem o descontentamento do Brasil, em qualquer cor que apareça, breve será o espaço de tempo antes de se verificar o mal que receamos."

Não havia outro caminho para seguir: "união, conciliação, ou tudo vai perdido".[15]

Longo não seria o intervalo entre esta advertência e a realização das desconfianças que a tinham inspirado. Hipólito passou a reconhecer quanto a política das Cortes impelia os brasileiros para onde não queriam ir: "Os homens moderados desejavam espaçar o termo, mas o partido antibrasílico em Portugal acelera-o com provocações." Seu desejo seria dar tempo aos deputados enviados a Lisboa para ganharem conhecimento do governo representativo, a fim de um dia implantá-lo no Brasil; mas nunca supôs que a experiência necessária a esse país "havia de ser comparada ao caro preço de voltar a ser colônia de Portugal."[16]

Apesar de quanto sofria do governo das Cortes, também d. Pedro declarava-se infenso à Independência que se esboçava. A aproximação do seu aniversário natalício inspirara a ideia de um movimento separatista. No mês de setembro começaram os sinais do tempo. Na cerimônia religiosa, celebrada no dia 15, para comemorar a adesão de Lisboa à revolta do Porto, o encarregado do sermão pregou a Independência sem provocar protesto algum. Comentando esse fato, dizia Mareschal ser mais frequente ouvir citar do púlpito Guilherme Tell e Washington do que os santos evangelhos.

Ao fim do mês, cada dia as ruas amanheciam inundadas de impressos sediciosos, que pareciam provir de dois partidos diferentes. Os primeiros a aparecer acusavam o príncipe de pretender declarar-se independente com o auxílio dos brasileiros e denunciavam como seus cúmplices os generais Caula e Avilez, o ministro do Interior, o marquês de Angeja, e vários magistrados, todos eles portugueses e apontados à vingança popular. Chamavam-se às armas os fiéis ao governo de Lisboa, sobretudo o 3º Batalhão de Caçadores, comandado por Garcez.

Um desses pasquins, pregado nas esquinas a 23 de setembro, aludia a um fato estranho, acontecido a 18 no Teatro S. João, quando d. Pedro se achava presente. Do camarote do estado-maior partiu o grito de "viva o príncipe real, Nosso Senhor". Interrogados os oficiais reunidos naquele lugar, res-

---

15 *Correio brasiliense*, vol. XXVII, págs. 234, 275, 435, 445.
16 *Ib*. vol. XXIX, págs. 189 e 475.

ponderam que o grito fora dado por pessoa desconhecida, ali introduzida sob pretexto de querer falar ao oficial superior do dia, a qual logo se escapara.[17]

Por outro lado, nos avulsos exortavam os brasileiros a libertarem-se do jugo das Cortes e da soldadesca e declaravam que o Brasil queria leis, uma Constituição e um soberano, mas nunca um príncipe absoluto. Havia décimas, afixadas nas esquinas, pregando a separação e animando o regente a tornar-se desde logo Pedro I, em vez de esperar ser Pedro IV.[18]

A cidade vivia sob um estado de inquietação insuportável; muitas famílias retiravam-se para longe e outras preparavam-se para imitá-las; propalava-se por todos os cantos que a 12 de outubro d. Pedro seria proclamado rei ou imperador do Brasil, pois toda a tropa, salvo o 3º de Caçadores, estava a seu favor. Aquartelado de novo em S. Cristóvão, esse batalhão parecia acreditar nesses rumores; perfeitamente municiado, preparava-se para resistir, com auxílio de dois canhões em seu poder.

Não deixava de ser estranhável que esses cartazes e avulsos fossem pregados e distribuídos livremente. Às queixas dos militares a tal respeito deu d. Pedro satisfação, incumbindo-os de fazerem eles mesmos a

---

17 Dizia esse pasquim: "Recruta-se para uma bernardinha a favor do príncipe, dão-se no teatro extemporâneos vivas ao príncipe regente *Nosso Senhor*. Que quererá isto dizer? Quer dizer que todo verdadeiro português deve acautelar-se de cair no laço, que os vis satélites do antigo despotismo lhes arma com a sedutora oferta de um Reino independente do de Portugal. Alerta, portugueses!"

18 Para ser de glórias farto,
Inda que não fosse herdeiro,
Seja já Pedro Primeiro,
Se algum dia há de ser quarto.
Não é preciso algum parto
De Bernarda atroador;
seja nosso Imperador,
Com Governo liberal
De Cortes, franco e legal,
Mas nunca nosso senhor.

"Parto de Bernarda", ou simplesmente "Bernarda", era o nome dado pelas tropas portuguesas aos pronunciamentos resultantes de conspirações militares. É desconhecida a origem dessa expressão, que nos fins do século acabou reduzida ao simples nome de bernarda, com *b* pequeno, para designar qualquer movimento político produzido pelas armas.

polícia das ruas, donde resultou prenderem no dia 4 alguns indivíduos quando distribuíam proclamações brasileiras e tentavam arrancar outra, assinada pelo regente. Do interrogatório de um deles resultou serem presos três oficiais da tropa brasileira.

O príncipe procurou mostrar-se estranho à conspiração e quis castigar a moleza da polícia; ordenou ao ministro que demitisse o respectivo intendente, Pereira da Cunha, futuro marquês de Inhambupe; mas o ministro, Pedro Álvares Diniz, declarou não ousar fazê-lo, temendo-se talvez da popularidade do funcionário ameaçado. Respondeu-lhe d. Pedro que em tempos como aqueles os poltrões não deviam exercer cargos públicos; deu-lhe ordem de mandar lavrar a própria demissão e nomeou para substituí-lo o desembargador Francisco José Vieira.[19]

Prevaleceram-se os militares dessa situação para ameaçar de morte a ideia que germinava; exigiram do regente que se declarasse pela imprensa a favor da Constituição, afirmasse confiar na tropa e assumisse o compromisso de proceder sem condescendência contra os perturbadores do novo sistema político. Invertiam-se os papéis; em vez de ser o príncipe quem procurasse ter provas da fidelidade da tropa, era a tropa quem dele as exigia.[20]

A despeito disso ele deferiu, ou antes, sujeitou-se e lançou aos fluminenses ardente proclamação, na qual começava por perguntar-lhes: "Que delírio é o vosso?" e declarava considerar perdidos os que tentassem separar o

---

19 Do novo ministro dizia Carneiro de Campos, o futuro regente e marquês de Caravelas, em carta ao fr. Francisco de S. Luís: "Que não tinha créditos para isso, pouco conhecido e a quem o príncipe até nem pessoalmente conhecida, pois bem poucos anos veio de África, mas que corretamente é da amizade dos militares, de quem hoje se suspeita que dirigem tudo." – *Mem. da Acad. Real das Ciênc. Lisboa.* Nova série, classe de ciênc. morais, polít. e belas-letras, vol. III, pág. 66.

20 O pedido foi feito em ofício ao ministro da Guerra a 4 de outubro pelo triunvirato que constituía a famosa Comissão Militar. Nele havia este tópico decisivo: "A Comissão Militar se anima, confiante na bondade de S. A R., a implorar-lhe uma declaração pública pela imprensa, em que da maneira que mais for do seu agrado, faça conhecer a segurança de seus sentimentos à causa da nossa Constituição Política, e a bem fundada confiança que tem na tropa desta Guarnição; protestando proceder sem a mais pequena condescendência contra todo aquele, que for convencido de perturbador do Sistema Constitucional, cujas bases, solenemente juradas, há de manter inviolavelmente, enquanto por novas leis as Cortes Gerais e Extraordinárias do Reino não mandarem o contrário."

Brasil de Portugal, disposto como estava a fazer-lhes guerra cruel e impiedosa. "Em nome da tropa e dos filhos legítimos da Constituição", proclamava a união dos dois reinos. Ainda que ficasse só, estaria pronto a morrer pela Religião, pelo rei e pela Constituição, reunindo no qualificativo comum de "divinos" esses três objetos de seu culto. Mas nem sob essa atmosfera de terror tal proclamação foi poupada. À noite, apesar do patrulhamento da cidade, quase todos os exemplares afixados foram rotos ou borrados.

No mesmo dia dava o príncipe conta a d. João VI das veleidades brasileiras. A Independência quisera cobrir-se com a égide de seu nome e cercar-se das baionetas do exército; mas nada obtivera, nem obteria, porque a honra do regente e dos seus soldados era maior aos seus olhos que o Brasil inteiro. Continuavam rumores de pretenderem proclamá-lo imperador daqui a uma semana; mas protestava nunca ser falso nem perjuro. Poderiam os brasileiros tentar tal loucura, mas só depois de reduzir a pedaços não só a ele, mas a todos os seus bravos portugueses, "juramento solene que firmo aqui com o meu sangue", concluía em tom dramático: "Juro ser sempre fiel a Vossa Majestade, à nação e à Constituição portuguesa."

A 12 de outubro a cidade amanhecia em paz. Tinham sido expulsos vários agitadores, entre outros o padre José Narciso, que a 5 de junho fora órgão da tropa rebelada. Enviando-o para Lisboa, d. Pedro apontava-o ao rei como "frequentador de cafés e lugares públicos de diversões". Desfizera-se assim o projeto da aclamação, que um ano depois viria a ser realizado, a despeito daquele trágico juramento de sangue.

Informando de todos esses acontecimentos a Metternich, dizia Mareschal estar crente de na realidade ter havido conspiração; era notório o desejo de proclamar a Independência e declarar o príncipe imperador, mas tudo não passara de projeto informe, dirigido por pessoas obscuras e sem meios. Como ele muita gente estava convencida de haver muitas famílias brasileiras informadas do plano, ao qual prestavam apoio, e havia também quem acreditasse que o próprio príncipe só resolveu negar-lhe aquiescência quando teve certeza de não chamar a si o batalhão de Garcez.[21]

Somente a 9 de dezembro chegaram ao Rio os decretos de setembro e outubro. Já então se desenhava a reação que se lhes havia de opor. Em Pernambuco ocorriam acontecimentos importantíssimos reveladores

---

21 Of. 13-D, de 24 de outubro.

de revigoramento do espírito nacional. Lá governava sem contraste o general Luís do Rego, homem hábil e excelente militar, a quem a ação na guerra contra os franceses dera reputação de indômita bravura e o cobrira de glória. Apenas tivera notícia da revolta da guarnição da Bahia, para juramento da Constituição, procurou evitar que idêntico movimento se produzisse com diminuição da sua autoridade, com sublevação da tropa, e procurou ele mesmo dirigir a corrente inevitável. Reuniu em conselho oficiais superiores, comandantes dos corpos, autoridades civis e resolveram juntos convocar a Câmara e "os homens conspícuos de todas as ordens do estado, dando-se entrada pública aos indivíduos de todas as classes e condições para ouvir a sua opinião", comunicava ele o fato nestes termos à Junta do Pará. Aí concordaram todos que se prometesse aos povos a Constituição de Portugal "em nome do soberano", dom para esperar "da augusta mão do monarca", da "benevolência de Sua Majestade".

Sob a inspiração de tais princípios, dirigiu Luís do Rego um manifesto ao povo, perante quem reconheceu a necessidade de instituições liberais e o desejo popular de serem elas estabelecidas. O Governo ia pois levar essa aspiração "como a mais justa súplica ao Trono do Augusto Monarca". Descansassem, pois, os pernambucanos, que teriam novas instituições, recebidas "das Augustas Mãos do Soberano". Terminava por prometer categoricamente: "Ele as dará, e este dom precioso fará eterna a sua memória." Desse modo, dizia ele àquela Junta, evitara "desgraças que acompanham quase sempre as medidas coactivas contra a torrente caudalosa da opinião". Ele e os que o tinham acompanhado, "haviam-se servido desta mesma opinião para dirigir as coisas o mais legítima e tranquilamente que era possível".[22]

Eis aí um soldado, que possuía em alto grau o senso político e solvia as dificuldades do momento, seguindo o caminho aconselhado por Palmela, sem aliás ter notícias da opiniões desse estadista. Destarte evitara uma sedição militar, que Tomás Antônio não soubera prever. Era tudo quanto podia fazer, pois impossível lhe seria tolher o curso da revolução, orientado para a Independência. Impressionado pela iniciativa do general, o conselho por ele reunido autorizou-o a nomear uma junta constitucional

---

22 *Revista do Inst. Hist. do Pará*, ano VI, vol. IV.

governativa, que os liberais desde logo consideraram ilegítima e contra a qual começaram a conspirar.

O governo de Luís do Rego não era brando; era muito atacado e tinha para agravar-lhe os métodos e colaboração do seu ajudante, Soares de Andreia, que viria a tornar-se célebre na regência, por aplicar justiça aterradora aos governados. Uma vez o general escapou de ser assassinado. Tudo isso favorecia os conspiradores. Levantou-se a população de vários municípios e constituiu nova Junta em Goiana. Avisado do que estava para acontecer, o general antecipou a eleição de outra na capital, donde porém as milícias desertaram para apoiar a formada no interior. Marcharam forças de um e outro lado. No primeiro encontro, metade de um batalhão, guarda avançada da que ia do Recife, passou-se para os contrários e animou-os a avançar. A Junta de Goiana chegou a Beberibe e estabeleceu quartel-general, onde recebeu delegados da rival, com quem firmou armistício e acordo. Ficou assentado subsistirem ambas com autoridade nas zonas que dominavam, até ser eleita a Junta Constitucional, a ser acatada por todos. Estava abatida a autoridade de Luís do Rego, que no mesmo dia dessa eleição, a 26 de outubro, cumpriu as ordens recebidas de Lisboa para deixar Pernambuco, levando consigo o batalhão dos Algarves. Houve então pânico entre os reinóis, que em número de cerca de 500 embarcaram para Portugal, deixando em mãos de estranhos muitos estabelecimentos comerciais. Na nova Junta só entrou um português de origem e nele figuravam pessoas envolvidas na revolução de 1817.

Mais tarde, as Cortes arrepender-se-iam de ter mandado evacuar Pernambuco e para lá enviaram novas forças, cujo desembarque já não seria permitido pela Junta.[23]

---

23 Luís do Rego era rigoroso na repressão dos delitos contra a ordem estabelecida, que lhe incumbia defender; por isso não podia ser visto com bons olhos por quantos tentavam alterá-la. Passada, porém, a refrega, tornava-se complacente. As suas súplicas a favor dos implicados na revolução de 1817 revelam bondade de sentimentos e atilamento político. Seus ofícios a Tomás Antônio a esse respeito são deveras notáveis. Ele receava que o juiz da alçada, Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, incumbido de apurar as responsabilidades das pessoas envolvidas nesse movimento, exigisse a prisão de muitas "vítimas de paixões e ódios particulares e pretendia que o juiz o ouvisse como tinha ordenado a Corte Régia"; mas esse magistrado só o tinha feito "em coisas muito pequenas". Então Luís do Rego pedia ao ministro que desviasse tão grande mal", donde resultaria a ruína da capitania e

seus habitantes e também "semearem-se novos males no seio das famílias, já quase tranquilas e indispor a vontade pública", quando não se estava em circunstâncias de a desprezar. O juiz e toda a alçada não conheciam a capitania como ele conhecia. Sendo raro ouvir o vencedor falar tal linguagem, é dever divulgar quanto possível as palavras desse general, ainda hoje tido tão injustamente por despótico e cruel, sobretudo quando elas foram escritas há mais de cem anos, sob o absolutismo d'el-rei Nosso Senhor: "Estimo muito que a bondade de coração de S. M.", continuava ele a implorar, "se principie a manifestar a favor dos infelizes que tiveram a desgraça de se envolverem nos crimes passados; e muito mais estimaria ver a mesma bondade e a mesma grandeza d'alma empregar-se a favor daqueles a quem a maldade e a desenvolução de paixões particulares faz parecer criminosos sem o serem." Para mover o coração do soberano, evocava os efeitos dos pernambucanos na expulsão dos holandeses e alegava que alguns deles eram antepassados das vítimas de agora. Parecia haver propósito de comprometer José Carlos Mayrink, secretário do Governo. Ele defendia-o com calor e escrevia esta profunda verdade: "Não acuso os juízes, ou juiz, porque em circunstâncias tais, não sei por que fraqueza do coração humano, folga-se às vezes mais de achar entes culpados, do que achar inocentes."

A seu ver bastaria justiçar mais meia dúzia dos réus de maior responsabilidade e esquecer tudo, porque a revolução só tinha sido "devida à frouxidão contínua do Governo e aos chefes da facção". Os outros viram-se na situação de serem forçados a tomar partido, e "poucos homens têm coragem para serem mártires da nação". Em tais circunstâncias não haveria inocentes, "pois todos de quem os rebeldes exigiram serviços o fizeram, e não tinham outro partido" para seguir. Sabia que esta sua maneira de exprimir poderia ser repreensível; entretanto não a podia dissimular: "não saberei ser cortesão, mas saberei ser sempre fiel aos meus deveres e a el-rei; saberei sempre expor-me para salvar inocentes e evitar-lhes desgraças não merecidas". Exortava o ministro a ajudá-lo nesse empenho de honra: "É necessário que V. Exª me ajude a salvar este povo de tantos males." Notava que havia espírito de parcialidade, "a bem de poucos e a mal de muitos". Estava "persuadido que esta devassa não acabaria mais ou não acabaria bem" e por isso não podia dispensar-se de levantar outra vez a voz "pedindo mais misericórdia que justiça a bem de tantas famílias desgraçadas e a bem de tantos inocentes." – Ofs. a Tomás Antônio em 2 de fevereiro e 14 de março de 1818. *Rev. do Inst. Hist.,* tomo XXIX, págs. 303 e 310.

. . . .

Capítulo XV

A RESOLUÇÃO DO "FICO"

FOI DOLOROSA a impressão causada no Rio pelos decretos expedidos pelas Cortes em setembro e outubro. Deixando de ser a capital do país, a cidade perderia toda importância política e o Brasil a categoria de reino, pois lhe suprimiam o governo-geral. Uma multidão de pessoas, calculada em oitocentas famílias, ficaria desprovida dos recursos que lhe vinham dos lugares extintos. A declaração contida no decreto de supressão dos tribunais, de serem conservados aos funcionários os ordenados, "ou todos ou parte, como as circunstâncias permitissem", não era de molde a tranquilizá-los. Não só esse fato, como também a retirada da corte do príncipe, iriam causar ao comércio efeitos desastrosos.

Comentava-se com amargura a situação de d. Pedro, chefe de família, regente, lugar-tenente do rei, reduzido à condição de viajar acompanhado de atos, como se fora menor. Fernandes Tomás, o ditador das Cortes, ameaçara-o em termos claros: "Sabemos que o príncipe tem talentos e desejos; o que lhe falta são estudos, porque no Brasil não lhe deram e porque daqui foi de mui pouca idade. Precisa portanto que seja instruído.

José Joaquim da Rocha

Deve ir a toda a parte e deve ver por seus olhos a diferente glória que é ser chefe de um povo livre ou ser tirano de um povo escravo. Mas se ele voltar iludido, o Congresso é superior a tudo isto e pode dizer-lhe: 'Não és digno de governar, vai-te!' Nós podemos obrigar o primeiro cidadão da nação, porque queremos que tenha a instrução para o posto que deve ter. Como primeiro cidadão deve ir e, se não, deixar o posto."

O Rio de Janeiro soube então aproveitar-se das circunstâncias para despertar a atenção das províncias vizinhas e atrair-lhes as simpatias. As outras viriam depois no decurso do tempo. Essa obra de concentração estava destinada a ser a glória do Império e dos seus estadistas conservadores. Mais ferida que todos pelas medidas incriminadas, a população fluminense ia produzir grande esforço para evitar a partida do príncipe. Começaram a promover-se solicitações calorosas para que ele não abandonasse o país em tão delicado momento. Por certo os brasileiros ainda não o estimavam profundamente, como a d. João VI, por quem havia uma espécie de adoração, devido a ser ele muito acessível e muito fraco para resistir às pretensões de toda a gente; mas a permanência de d. Pedro no Brasil representaria o começo da insurreição contra as Cortes e tornava-se o início da Independência, que as guarnições portuguesas não poderiam sustar por longo tempo.[1]

---

1 Além de não ser difícil o acesso de qualquer súdito junto ao rei se havia uma reclamação para fazer, ele gostava de ver-se cercado da chamada "sociedade": todas as tardes, das quatro às seis horas, havia beija-mão na quinta e eram notadas as ausências prolongadas. No salão faltavam cadeiras e os príncipes circulavam entre os presentes. Nem sempre d. João VI estava em casa, ou chegava tarde, porque muitas vezes ia passear. Ali choviam pedidos. Capitães-generais ficavam um um e mais anos sem irem assumir os cargos, a pleitear melhor comissão. Outros pretendentes solicitavam proventos. Saint-Hilaire menciona o caso do marechal de campo Magessi, ansioso de obter o governo de Mato Grosso e a quem, por ser amasiado, d. João VI não queria nomear. Mas como ficava extremamente embaraçado quando tinha de recusar qualquer cousa, perguntou-lhe se era casado. Magessi fez-se de desentendido e el-rei ficou contentíssimo de haver encontrado meio para desembaraçar-se do importuno. Cada vez que ele voltava, repetia-lhe a pergunta. Magessi resolveu vencê-lo e tomou resolução extrema: casou com a concubina, d. João não resistiu; nomeou-o. – *V. à St. Paul*, I vol. pág. 378.

Diz Maler que a representação, promovida para pedir a ficada do Regente foi promovida por indivíduos que por causa da partida dele estariam condenados à indigência. Entre os oradores que arengavam nas ruas figuravam empregados da casa real; depois foram vindo classes inteiras, ameaçadas de sofrer as consequências das medidas das Cortes, sendo a primeira delas a dos ourives, cuja clientela seria enormemente reduzida. É possível que a iniciativa de tal manifestação tivesse sido inspirada por interesse pessoal; mas achava na aversão existente contra as Cortes terreno próprio onde alastrar-se, ao ponto de reunir milhares e milhares de adesões.

Esse movimento era animado por publicações impressas, algumas das quais não de mera retórica, mas de argumentação vigorosa. Sobressaiu entre todas uma folha especial com o título *Despertador brasiliense*, que só apareceu uma vez e foi redigida pelo desembargador França Miranda, o qual aparecerá depois como grande amigo de José Bonifácio, por ele designado para presidir a devassa contra Ledo e seus amigos, e como redator do *Tamoio* após a dissolução da Constituinte. Era um conselho ao povo para não deixar o Príncipe partir. Avilez julgou-o merecedor de especial citação na narrativa dos fatos feita ao Governo e às Cortes.

Apesar da humilhação que lhe era imposta, no primeiro momento o príncipe pensou em partir. Considerava talvez que tendo pedido a sua retirada do Brasil, deferida a súplica, não podia licitamente recusar-se a cumprir a resolução das Cortes. No dia em que fosse eleita a Junta da província do Rio, o papel do regente ficaria reduzido a nada e seria humilhar-se assistir à própria degradação. Os agentes estrangeiros tinham aquela resolução como definitiva.

Apenas recebeu oficialmente os decretos, d. Pedro reuniu os ministros e consultou-os a respeito da resolução por tomar. Todos aconselharam-lhe que cumprisse os decretos e logo no mesmo instante deu ordens para aprontar-se quanto antes a fragata *União*, de modo que no prazo de dois meses estivesse instalado o novo governo e ele embarcado. No dia seguinte o ministro do Reino mandou que o presidente do senado da Câmara convocasse os eleitores, a fim de procederem à eleição da Junta dentro de dois meses. Nessa mesma tarde Maler encontrou o príncipe, que passeava a cavalo, e o deteve alguns momentos para em voz alta falar-lhe do assunto e anunciar-lhe quanto prazer teria de viajar em

França. Firme no seu propósito, chegou a redigir projetos de resposta à representação que aspirava receber por intermédio do senado da Câmara, e de um manifesto dirigido aos brasileiros, para agradecer-lhes as provas de afeto deles recebidas em tal conjuntura. Durante algumas semanas, no afã de partir, ia frequentemente a bordo da fragata certificar-se da marcha dos trabalhos preparatórios. Os próprios ministros observaram-lhe que esse procedimento despertaria justo ressentimento do povo.[2]

Pouco tempo, porém, duraria tal disposição de espírito. Os partos da princesa estavam destinados a ter grande importância nas resoluções dessa natureza. Como havia feito em fevereiro, Leopoldina, grávida de sete meses, insurgia-se outra vez contra a ideia de abalançar-se à travessia do oceano; dois dias seguidos, chorava para não partir. O pranto só estancou quando d. Pedro se resolveu a atender-lhe os rogos. Acredita Mareschal que ele o fez de bom grado, pois o desejo de ficar lhe estava no fundo d'alma, sem entretanto dispor-se a fazer o menor esforço para realizá-lo. Apenas estimaria ser forçado a assim proceder. Maler afirma que "desde então os dois esposos começaram a cometer a imprudência de manifestar ostensivamente a determinação de não partir". A ele próprio o príncipe revelou no dia 27 a intenção de atender ao requerimento que nesse sentido lhe seria dirigido e de escrever ao pai, prevenindo-o de tudo quanto iria acontecer.[3]

De 10 de dezembro a 2 de janeiro enviou d. Pedro mais de uma carta a D. João VI, nas quais revelava vacilações de ânimo. Desejava cumprir o decreto de setembro até com risco de vida; mas a sua vida valia pouco ante o sacrifício de muitas outras, ameaçadas pela revolução que se avizinhava. Admitia a hipótese de embora contrariado, ser compelido pelo

2 General Caula, ministro da Guerra. *Memorandum. – Docs. cits.*, pág. 267. No mesmo sentido dois ministros depuseram perante uma comissão das Cortes, conforme se vê deste tópico do discurso do deputado Moura na sessão de 27 de junho: "Além de tudo isto, o príncipe recebeu com o maior entusiasmo a notícia do seu regresso para a Europa; todos os dias estava a bordo da nau que o devia conduzir; em toda parte manifestava os mais vivos desejos de que chegasse esse momento; eles eram tais que dois dos seus conselheiros, que foram chamados à comissão, declararam que se viram na precisão de lhe estranhar os sinais de regozijo que publicamente dava."

3 Maler, Ofs. n^{os} 15, e 153 de 30 dez. 1821 e 11 jan. 1822.

povo a resistir. Esperavam-se representações de São Paulo e Minas, ameaçando com a separação se ele partisse, garantindo a união se ele ficasse. Tudo faria para obedecer às Cortes; mas os seus atos tinham contra si a opinião, "e ninguém resiste a esta rainha do mundo".

Bastaria esta correspondência para mostrar que d. Pedro estava ao corrente de tudo quanto se preparava. Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em junho de 1841, contou José Clemente que a princípio ele lhe escondera o pensamento, mas a 23 de dezembro acabou por declarar-lhes a resolução de ficar.

Os promotores da reação contra as ordens das Cortes não queriam arriscar-se a dar um passo decisivo, sem angariar a cooperação de São Paulo e Minas para opor à esperada hostilidade das tropas portuguesas. Enviaram então dois emissários às Juntas daquelas províncias, nos dias 20 e 22, Pedro Dias Pais Leme, futuro marquês de Quixeramobim, e Paulo Barbosa, o futuro e poderoso mordomo de d. Pedro II. De São Paulo veio uma eloquente representação, redigida por José Bonifácio, que apenas apresentada foi logo seguida de outra, dos fluminenses, já composta e subscrita por mais de oito mil pessoas. Também no mesmo sentido pronunciaram-se logo as cidades de Barbacena e Mariana.

No mesmo dia 24 de dezembro, em que entregava a Pedro Dias a representação dirigida ao príncipe, José Bonifácio, em nome da Junta de S. Paulo, expedia para Vila Rica uma parada extraordinária, ou mensageiro expresso, com ofício por ele assinado, no qual comunicava ao Governo daquela província cópia do documento enviado para o Rio, e pedia aos "honrados mineiros, amigos e parentes" dos paulistas, quisessem propor-lhes as condições julgadas necessárias para fazer-se quanto antes entre eles "uma aliança ofensiva e defensiva". Ambas as Juntas convidariam depois as demais províncias a tomarem igual parte "na santa causa da nossa honra e liberdade".

Em poucas palavras eram definidas as condições que deviam regular as relações do Reino Unido: "Sempre fomos portugueses e queremos ser irmãos dos da Europa, mas não ser seus escravos. Igualdade de direitos e de ventura são a única base em que deve assentar o pacto social de toda a nação lusitana: de outro modo abjuraremos todas as relações com Portugal e não entraremos em união alguma que não seja igual, recíproca, justa e decorosa."

À medida que essa agitação progredia começava d. Pedro a mostrar-se "muito diferente", não só pessoalmente em relação aos ministros, mas também quanto ao projeto da viagem. Quando chegou a representação paulista e tornou-se público que apareceria a dos fluminenses, a qual com milhares de assinaturas, só aguardava o auxílio pedido às províncias vizinhas, a conduta de Sua Alteza deixou de ser equívoca. Tinham previsto os ministros a hipótese do príncipe mudar, sob a pressão das circunstâncias, e ficava assentado em conselho que nem ele nem o Ministério tomariam sozinhos tamanha responsabilidade. Se a tal ponto se tivesse de chegar, deveria ser convocado um conselho extraordinário para examinar as representações das províncias, e sobre o seu parecer d. Pedro decidir qual seria o modo mais vantajoso de sustentar a união dos dois reinos e evitar a anarquia por esperar da sua retirada. A imprensa deveria oportunamente divulgar tudo isso, inclusive o termo que o conselho extraordinário lavrasse, no qual seria declarado não haverem nem o príncipe nem os ministros influído de modo algum nas deliberações tomadas.

Estando de pé tal combinação, o ministro Vieira voltou em despacho a tratar deste assunto. D. Pedro impediu-o de continuar, pois não precisava de conselhos. Sabia o que lhe haveriam de pedir e sabia também o que deveria conceder; tomaria a inteira responsabilidade do seu ato. Diante de tal manifestação, declarou o conde de Louzã já não dever servir; tomando embora igual decisão, resolveram também os demais ministros abandonar definitivamente as pastas, salvo o caso do Governo não se conformar ao decreto e instruções reguladoras da regência, expedidas pelo rei a 22 de abril. Nos cargos e perguntando-lhe se deveriam comparecer ao Paço no dia seguinte, quando seria recebida a representação dos fluminenses, tiveram como resposta ficarem dispensados de lá ir. A 10 deveria o Ministério reunir-se em despacho; mas recebeu aviso de adiamento para o dia 12. Quando o ministro da Guerra mandou saber de d. Pedro se para esse fim deveria ir à quinta ou se Sua Alteza viria à cidade, ele mandou dizer-lhe que "nem cá nem lá".[4]

Apoiado no resultado obtido pelos dois emissários, enviados a São Paulo e Minas, no dia 9 o senado da Câmara apresentou solenemente

4 Caula, *Memorandum* cit.

ao príncipe os votos da nação, rogando-lhe que ficasse no Brasil, até as Cortes decidirem acerca da representação que lhe seria feita.[5]

Às onze horas da manhã pôs-se aquela corporação em marcha, do Largo de S. Francisco ao Paço da cidade, passando pelas Ruas do Ouvidor e Direita, enfeitadas como em dias de procissão.[6] O cortejo era imponentíssimo e até então só se vira semelhante à chegada da Família Real. Aos edis juntavam-se os deputados do Rio Grande do Sul às Cortes de Lisboa, o clero, os magistrados, as pessoas mais notáveis da cidade, imensa massa de povo, todos a marchar atrás do estandarte da cidade. O príncipe esperava-os no Paço, desacompanhado dos ministros.

---

5 Paulo Barbosa conseguiu que o vice-presidente da Junta viesse ao Rio, não só prestar obediência ao príncipe, em nome da província e do Governo, mas suplicar-lhe que suspendesse o seu regresso e continuasse a ficar no Brasil até as Cortes decidirem acerca das representações para lhe serem dirigidas. Quando o vice-presidente chegou ao Rio a 17 de janeiro, já estava a tomada a decisão de d. Pedro. Como depois se verá, a Junta esqueceu o seu juramento. A representação da Junta de S. Paulo, atribuída a José Bonifácio, era excessivamente ardorosa. Escrevendo de Lisboa a Martim Francisco a respeito dela, assim se exprimiu Antônio Carlos: "É verdade que é a mais atrevida que podia ser e parece mais um desafio ao Congresso do que representação. Eu não duvido da razão que os assistia, mas os termos custam a engolir... Quem declara guerra a uma representação deve ter forças para sustentar-se; aliás é louco, o que eu não quero supor de vocês." *Docs. para a Hist. da Independ,* pág. 44. Ele proferiu em outros termos esta mesma opinião na sessão das Cortes de 28 de junho: "São dignas da maior repreensão e censura as frases descomedidas da Junta de S. Paulo."

6 Por causa da chegada da Corte em 1808, o Senado da Câmara foi desalojado da sua casa, situada no beco ou prolongamento da Rua da Cadeia (Assembleia), do outro lado do Paço, e transferida para a Rua Direita (1º de Março), de onde saiu em setembro de 1809 para o consistório da igreja do Rosário, cujas janelas davam sobre o Largo de S. Francisco. Daí ainda se mudou para a Rua do Rosário, mas regressou em maio de 1820 e aí permaneceu até julho de 1825, quando se estabeleceu no Campo de Santana. Aquela primeira casa foi unida ao palácio real por um passadiço e obra idêntica foi feita para ligar a cadeia, cujos presos se removeram para o Aljube. Os dois edifícios sofreram as necessárias transformações para neles se alojarem os criados da família real, que assim se chamavam na época quer camaristas e viadores, quer particulares e gente de misteres inferiores. O passadiço da cadeia foi demolido quando ela foi transformada para servir de paço à Assembleia Constituinte; mas o outro ainda se conservou por muitos anos, enquanto na velha sede do senado da Câmara já funcionava a ucharia da casa imperial. Esse edifício existiu até depois de 1889, mas desde algumas dezenas de anos não tinha passadiço.

José Clemente, presidente do senado da Câmara, apresentou a d. Pedro, em forma de requerimento, o manifesto do povo do Rio de Janeiro. O seu discurso tendia a demonstrar que a união com Portugal correria risco se cessasse a regência e o príncipe se ausentasse. Havia no Brasil um partido repúblicano com um ramo na capital, que reverdecera na esperança de consumar-se esse fato. Se realmente isso viesse a acontecer, "o ameaçado rompimento da Independência e Anarquia parecia certo e inevitável". Era a forma de justificar a desobediência do príncipe. Ele devia ficar para salvar a união. O próprio manifesto anunciava as consequências do ato que queria impedir: "O navio que reconduzir V. A. R. aparecerá sobre o Tejo com o pavilhão da Independência do Brasil."

Tiros de canhão e repiques de sinos saudaram a resposta de d. Pedro: "Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico." Estas palavras transmitidas ao povo por José Clemente, foram porém seguidas de outras, proferidas em voz alta pelo próprio príncipe das varandas do Paço: "Agora só tenho a recomendar-vos união e tranquilidade."[7]

Os portugueses estabelecidos no país tinham tomado a dianteira aos brasileiros, na persuasão de verem sacrificados os seus interesses, se d. Pedro partisse. Só os fidalgos aconselhavam-no a obedecer às Cortes e chegavam a ameaçar abandoná-lo, se demorasse. O serviço do Paço já não lhes rendia as propinas do tempo de d. João VI e temiam que a cada hora caísse

---

7 O auto de vereação e o edital, lavrados no mesmo dia, consignam palavras diferentes. Diziam assim : "Convencido que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa, e conhecido que à vontade de algumas províncias assim o requer, demorei a minha saída até que as Cortes e meu Augusto Pai e Senhor deliberem a este respeito com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido." No dia seguinte foi públicado novo edital, declarando ter havido "notável alteração de palavras" na resposta dada pelo príncipe. Ao auto de vereação foi acrescentada esta Declaração: "Em lugar das palavras de S. A. R., que menos exatamente se lançaram no termo supra, devem substituir-se as seguintes, que são as verdadeiras." Tem-se atribuído a retificação ao intuito de satisfazer o povo, descontente por não ter D. Pedro prometido ficar a despeito de tudo; entretanto deve-se considerar que imediatamente, no mesmo dia 9, ele escreveu ao pai, narrando o ocorrido e reproduzindo a resposta curta e decisiva. Resta a hipótese de terem sido combinadas a carta e a declaração, para não se contradizerem.

sobre as suas propriedades no Reino a represália das Cortes. Alguns funcionários e o conde de Belmonte e seu filho, deixados por d. João VI como principais figuras do Paço, pediram desde logo permissão para regressar a Portugal. A eles seguiram-se o marquês d'Angeja, também camarista, e d. Francisco Teles, d. Luísa de Noronha e d. Maria de Meneses, damas de honra; de sorte que no palácio não ficou servidor algum dessas categorias. Depois disso começaram a servir Berquó e Gordilho de Barbuda, guardas-roupa, e mais tarde os dois irmãos Andrade Pinto e Antônio Teles.[8]

Sem saber, seguira o príncipe os conselhos que lhe mandaria o rei, em resposta à carta de 30 de dezembro, na qual anunciava novos progressos da causa separatista: "Sê hábil e prudente, pois aqui nas Cortes conspiram contra ti, querendo os reacionários que abdiques em favor de teu irmão Miguel. Tua mãe é pelo Miguel e eu, que te quero, nada posso fazer contra os carbonários que não te querem."[9]

---

8 Os dois primeiros e o último vieram a ser marqueses de Cantagalo, Jacarepaguá e Resende. Os outros dois talvez por muito altaneiros não lograram graças tão altas. Refere A . Rangel que um deles, acompanhando d. Pedro, chegou à porta de sua amante Domitila; aí parou e disse: "Senhor, aqui acabam as minhas funções." Não serviam para tudo. Refere ainda o mesmo autor que anos mais tarde, marquesa de Santos, já viúva do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e objeto de muitas atenções na sociedade paulista, passava Domitila num salão, onde todos lhe faziam reverências. Um jovem Andrade Pinto (José Caetano) filho de um dos camaristas, conservou-se imóvel. A marquesa mirou-o e disse aos que a seguiam: "Soberbo como o pai." – *D. Pedro I e a M. de Santos*, págs. 41 e 276.

9 Este conselho parece de harmonia com a opinião de Aguiar, ministro de Espanha em Lisboa: "Eu sou do número dos persuadidos que o pai está muito de acordo com as operações do filho, apesar de manifestar-se em sentido oposto, e creio ainda que o Sr. Pinheiro [Silvestre], do qual ele tem um alto apreço, é o ministro que a dirige. "Isto era escrito a 7 de agosto de 1822, quando a situação se tornara mais grave. A 14, acrescentava Aguiar: "Em Conselho de Estado S. M. manifestou repugnância a que se cometa qualquer ato hostil a seu filho." (Ofs. n^os^ 214 e 223. Docs. cits., págs. 67-8). No manuscrito que o A. atribui a Pardal está narrado haver constado que ao receber Avilez, de volta do Rio, d. João VI não lhe deu a mão a beijar e censurou-o por ter desobedecido a d. Pedro. Tudo isso se harmoniza com a revelação do marquês de Resende a respeito "da boa inteligência, que existia entre pai e o filho, não obstante os atos oficiais exigidos pela posição de cada um". – *Eclaircissemens*, pág.11.

Entretanto a resolução de d. Pedro não fora desde logo firme; havia receio de vê-lo recuar de um momento a outro. Uma carta de d. Leopoldina ao alemão Schaeffer deixa crer que era este o seu assunto: "Fiquei admiradíssima quando vi de repente aparecer meu esposo ontem à noite. Ele está mais bem disposto para os brasileiros do que eu esperava; mas é necessário que algumas pessoas o influenciem mais, pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejaria. Dizem aqui que as tropas portuguesas o obrigarão a partir." Ainda na véspera do grande acontecimento, a princesa escrevia a Schaeffer: "O Príncipe está decidido, mas não tanto quanto eu desejaria. Os ministros vão ser substituídos por filhos do país, que sejam capazes. Muito me tem custado alcançar tudo isso. Só desejaria insuflar uma decisão mais firme." Em seguida aconselhava que os brasileiros deixassem o regente organizar o governo como entendesse, pois "em caso contrário, esta particularidade insignificante talvez impedisse que ele aqui ficasse".[10]

Também Mareschal[11] dá notícia dessa irresolução, dessa falta de coragem para aproveitar a ocasião favorável, defeito que ele considerava mal generalizado na família de Bragança, sempre coagida a obrar sobre o império da força maior. Escrevia o ministro austríaco no dia 7 que a maior influência exercida no espírito de d. Pedro naquele momento era efeito de uma carta de Tomás Antônio a um seu amigo do Rio de Janeiro, Antônio Soares de Paiva, na qual declarava o ex-ministro de d. João VI ser necessário o príncipe ficar no Brasil, a querer salvar-se a si próprio, ao rei e ao Reino Unido. D. Pedro fora sempre infenso a Tomás Antônio, mas admirava-lhe o caráter; um conselho seu, vindo do exílio, era de grande peso e animava-o a definir-se.

Durou pouco tempo a calma aparente da Divisão Auxiliadora, chegada ao Brasil em 1817 e em vésperas de ser rendida por outras forças, esperadas de Portugal. Ela não podia ver com bons olhos o movimento

10 *Rev. cit.*, págs. 113 e 115. A primeira dessas cartas não tem data; mas pelo assunto liga-se evidentemente à matéria da seguinte. O príncipe só saiu do Rio de Janeiro para ir, além da Santa Cruz, a Minas e S.Paulo, em abril e agosto de 1822, quando desde janeiro desse ano as tropas portuguesas já tinham sido expulsas. Se elas o ameaçavam naquele momento, seria antes daqueles meses, e em contrariá-las só poderia ser a de ficar no Brasil.

11 Mareschal. Of. nº 1 de 7 de jan. 1822.

que se preparava e estava disposta a concentrar-se no morro do Castelo, se os brasileiros ofendessem às Cortes. Já no dia 9 Mareschal oficiava ao seu governo, avisando-o de tal resolução.

Os artigos patrióticos dos jornais brasileiros e a inflamada representação da Junta de São Paulo concorriam para exaltar-lhe os sentimentos. Era tido por certo que a ordem de publicar esse documento fora dada pelo príncipe, a quem os intrigantes atribuíam o propósito de desligar-se de Portugal e ser indiferente à sua sorte, para entregar-se inteiramente à causa do Brasil.

Debaixo dessa atmosfera de prevenções tinha-se realizado a grande cerimônia do Fico. Diz Maler ter corrido tudo sem nenhum incidente, porque sob os auspícios do príncipe tinha sido negociada a neutralidade da Divisão; por tal motivo, Avilez acompanhara o préstito a cavalo, como ele próprio vira. De fato, toda a tropa, quer portuguesa, quer brasileira, tinha-se conservado impedida nos quartéis.

Desde dias, porém, manifestara-se entre os dois lados mútua desconfiança, que crescia e se exacerbava. O príncipe e os desejosos da sua ficada receavam oposição da tropa portuguesa; chegava-se a propalar, como dizia a princesa na carta dirigida a Schaeffer, que d. Pedro seria coagido a embarcar.[12] Os negociantes ingleses consideravam a situação tão grave, que instavam com o comandante da fragata *Doris* para não deixar o porto. Escrevia Mrs. Graham, esposa desse militar, que realmente eles tinham razão de estar medrosos, pois a linguagem dos oficiais portugueses era por demais violenta; diziam abertamente que a despeito dos brasileiros, levariam o príncipe para Lisboa a força e o obrigariam a obedecer às Cortes.

A exaltação de um e outro partido deixava prever luta iminente.[13]

Por seu lado acreditava a Divisão que desrespeitando as ordens das Cortes, a quem era devotada, a fim de humilhá-la e fazê-la faltar ao dever de sustentar o governo constitucional por ela aclamado, o regente passaria a considerá-la hostil e mandá-la-ia desarmar e retirar para a Europa, como

12 No arquivo de Paulo Barbosa, guardado pela viúva Jacobina, D. Francisca Barbosa Ferreira Jacobina, viu o A. uma carta a ele dirigida por José Joaquim da Rocha, principal promotor do Fico, na qual este declara que era tida por certa a resolução da tropa portuguesa de fazer o príncipe embarcar.

13 Maria Graham. *Journal of a voyage to Brazil*, pág. 181.

a Junta de Pernambuco havia feito em relação à tropa daquela província. O próprio ministro da Guerra acreditava haver o propósito de obrigá-la a embarcar, e talvez de desarmá-la, antes de ser rendida. Maler estava igualmente informado acerca dessa convicção da tropa portuguesa, baseada na manifesta preferência do príncipe, desde dias atrás, pelos oficiais brasileiros, a quem mandara fazer entrega de canhões, então sob a guarda dos lusitanos.[14]

Uns e outros tomavam precauções de toda ordem, que subiam de ponto a cada momento e pareciam tornar inevitável o rompimento de hostilidades. No manifesto publicado no dia 14 e na *Participação* desses sucessos, por ele feita em Lisboa ao Governo das Cortes, Avilez procurou demonstrar ter sido elemento de moderação e de ordem no meio da exaltação e da indisciplina, que não pôde dominar; declarou ter-se achado "isolado e impossibilitado de sustentar com a honra o lugar que o Governo constitucional lhe tinha encomendado" e por tal motivo pedira demissão. Procurara o príncipe, a fim de queixar-se das medidas competentes, e dele havia recebido resposta violenta e juntamente a ameaça de mandá-lo embora com toda a Divisão.

Desse modo o próprio d. Pedro concorria para atirar o general à situação em que se encontrou. Já em junho Avilez procurara o conde dos Arcos para avisá-lo dos perigos iminentes, realizados logo depois, e fora mal recebido; agora, em circunstâncias análogas, era despedido do mesmo modo.[15] Homem hábil e dedicado à causa constitucional, por certo ele não aprovava a ficada do príncipe, mas não lhe podia escapar a gravidade de entrar em luta armada com o herdeiro da Coroa. Se na verdade queria forçá-lo

---

14 A um espanhol, seu amigo, enviado por Maler à Praia Grande, contou Avilez que de tudo quanto se passara fora avisado por sua esposa, senhora de tal segredo. Não refere Maler se o general confessou como conseguira ela obter a devida revelação. A respeito dessa dama escreveu o desabusado Drummond que d. Pedro lhe era particularmente afeiçoado (*Op. cit.,* pág. 14). Rocha Martins, ao exaltar-lhe a beleza, refere-se ao amor a ela consagrado pelo príncipe e aos mexericos da época a tal respeito. Mas não colheu prova alguma de ter havido correspondência a essa paixão ostensiva. – *A Indep. do Brasil*, pág. 101.

15 À pág. 181 do seu diário escreveu Mrs. Graham no dia 11 que Avilez tinha pedido e obtido demissão. Ouvira ela dizer que fora grosseiro e feito ao próprio príncipe o seu protesto contra o Fico. Era também corrente que as tropas não consentiriam na retirada do comandante e estavam particularmente descontentes com a escolha do general brasileiro Curado para substituí-lo.

a obedecer aos decretos das Cortes, o caminho seguro seria esperar a divisão que estava em caminho e tentar como em 5 de junho um pronunciamento da tropa em favor da eleição da junta de governo para a província do Rio de Janeiro, que tornaria insustentável a posição do regente. Era esse talvez o seu plano oculto, porque era o único plausível. Se ele pudesse vingar, o príncipe seria o primeiro a querer embarcar, como naquele dia anunciara.

De modo algum, portanto, conviria precipitar os acontecimentos, donde só poderia resultar situação de desordem, prejudicial aos interesses da união. A indisciplina da tropa, impossível de evitar, contrariava tal plano. Era indispensável contê-la, para ver se mais tarde ainda seria possível executá-lo. Abandoná-la em tais circunstâncias, quando a via disposta a não aceitar novo comandante, nomeado pelo regente e já apontado no rumor dos boatos, o general Curado, tido por anticonstitucional, seria deixá-la entregue aos seus desvarios, à insensatez de oficiais apaixonados, impeli-la a marchar para perigos incalculáveis.

Avilez decidiu-se a segui-la, parecendo comandá-la por estar à sua frente. Ele mesmo confessou o seu receio de vê-la cair em revolta e anarquia e procurou salvá-la; temeu as consequências do encontro das duas forças, os perigos de roubos e saques a que estava exposta a cidade, onde abundava gente de baixa moral; fez tudo para evitá-los. Com estas palavras descreve a grave situação diante da qual se encontrou:

"Todos os oficiais da Divisão são testemunhas do estado em que achei a tropa, quase em motim": os comandantes dos corpos, ou por falta de prudência, ou porque tinham perdido a confiança, já não tinham o vigor necessário para recuperar a disciplina e a subordinação: e "por consequência era preciso um chefe que lhes servisse de norte." Os oficiais pediram-lhe que não os abandonasse. Avilez parece lamentar ter-se tal missão se o príncipe lhe tivesse concedido a demissão imediatamente, não a demorasse até o dia 13 e só a mandasse entregar no dia 14.[16] Na representação enviada da Praia Grande às Cortes, a 31 de janeiro, e assinada também pelo brigadeiro Carretti e todos os comandantes de corpos, alega o general ter procedido

16 *Particip. e Docs. dirigidos ao governo pelo general comandante da tropa expedicionária que existia na província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa*. Lisboa. Imp. Nac. 1822, pág. 16. – Em of. de 3 de fev. ao seu colega de Portugal, Oliveira Álvares, ministro da Guerra, confirma que Avilez pediu demissão no dia 10.

assim porque, conforme o artigo 5º das instruções recebidas do príncipe regente por intermédio da Secretaria da Guerra, tinha sido feito "responsável às Cortes da sua conduta em qualquer ocasião em que perigasse a tranquilidade pública".

A soldadesca começou a esboçar o quadro que Avilez temia. Por trás dela manobravam oficiais devorados pela paixão política, aqueles a cuja falta de prudência ele aludia. As manifestações do regozijo pela ficada do príncipe eram consideradas como provocações. Registrando a impressão produzida pela deliberação que D. Pedro tomara, referia-se o general Caula, ministro da Guerra, ao alvoroço das tropas, a quem desde o dia 9 "o povo provocava a cada instante" e também "às provocantes ameaças das tropas da terra, tão tímidas quanto insolentes"; não poupava igualmente a Divisão Auxiliadora, cuja indisciplina "lhe causava náuseas e anseio".

Contaminados pela política desde o pronunciamento de fevereiro, os militares entendiam poder julgar o procedimento do príncipe e consideravam legítimo oporem-se à sua deliberação de ficar no Brasil, com desacato às decisões das Cortes. Se ele dava o exemplo de discutir ordens expressas, expedidas em decretos com a assinatura real, em vez de obedecer e cumpri-las imediatamente, expunha-se a ver as suas também desrespeitadas. Acatá-las seria concorrer para o desrespeito da autoridade legítima das Cortes e do rei e reforçar a dele; ajudá-la a estender-se às demais províncias, como já havia acontecido em relação a São Paulo e a Minas; concorrer para colocar a regência acima do Congresso e do Trono. A autoridade só dispõe de verdadeira força quando é voluntariamente acatada por toda a nação e por ela espontaneamente obedecida. Para lograr tal efeito, não lhe é lícito, porém, afastar-se das leis do estado nem das regras da moral consagrada. Se imagina que o poder tudo lhe permite, até desrespeitá-las ou sofismá-las, dá origem ao protesto dos cidadãos, conduz à revolta, às vezes até ao ponto de envolver a força pública, cuja disciplina nem sempre é tão perfeita que a torne insensível às agitações da vida política.

Seria essa a linguagem dos soldados, quase em motim no pátio dos quartéis, como em sentido oposto, de desobediência às Cortes, era a lógica dos agitadores da rua, a pedir ao príncipe que ficasse. Uma e outra eram o rumor crescente da revolução que vinha de longe, a elaborar-se lentamente, a envolver em seu proveito até os que supunham deter; era a Independência a abrir o seu caminho e avizinhar-se do momento decisivo.

Na noite de 11 espalharam-se soldados portugueses pelas ruas, a quebrar vidraças e apagar as iluminações feitas em sinal de regozijo público, tudo entre vociferações insultuosas contra a "cabralhada".[17] À mesma hora, à porta do teatro, comentários acerca do grande acontecimento do dia 9 levantaram forte altercação entre o coronel brasileiro José Joaquim de Lima e Silva e o tenente-coronel português José Maria da Costa, comandante de 11º Batalhão, que rematou a disputa com palavras de ameaça, posta em prática sem demora. Trinta minutos depois o seu batalhão estava em armas no Largo do Moura; com ele sublevavam-se o 15º, aquartelado em S. Bento, e o 4º de Artilharia, da Rua de D. Manuel. O 3º de Caçadores alojado em S. Cristóvão, concitado a imitá-los, recusou-se, a despeito de achar-se sob as ordens de Garcez, que mostrou superioridade de ânimo, esquecendo em tal momento os ressentimentos da Praça do Comércio.

Meio embriagado, o comandante altercador expunha indiscretamente os planos dos amotinados ao cirurgião do corpo, brasileiro nato, que o acompanhava do teatro ao quartel: "Seus patrícios não querem a Constituição; havemos de reduzi-los ao antigo cativeiro. E aquele... [injúria a d. Pedro] havemos de levá-lo pelas orelhas. Só esperávamos saber que está no teatro; a tropa vai cercá-lo e vão prendê-lo." O plano era levar o príncipe para bordo de um navio e conduzi-lo a Lisboa.

Prevalecendo-se de não se achar fardado, pediu o cirurgião licença para ir vestir o uniforme e voltar. Mas em vez disso, voou ao teatro

---

17 A referência aos insultos dos portugueses aos "cabras" e à embriaguez de Costa é feita na carta do príncipe ao rei em data de 23 de janeiro. Esses insultos seriam trocados por outros semelhantes dos brasileiros, a que aludem Caula e Avilez. Se os reinóis tratavam a estes daquele modo, por sua vez eram chamados de "marotos" e "pés de chumbo"; esses meios de designar a uns e outros a todos era igualmente ofensivo. Os brasileiros doíam-se muito de serem apontados como de sangue toldado pela mestiçagem e por isso a esse propósito Melo Morais escrevia: "Esses brancos não se lembravam da carta régia de 16 de janeiro de 1773 que mandou libertar a todos os mulatos (alguns mais claros que os próprios senhores), cabras e negros, existentes e espalhados pelas províncias do Reino de Portugal. Eram os mulatos e cabras em tão grande número, que o marquês de Pombal, envergonhado, os libertou. E quantos filhos desses não estariam como praça na Divisão Auxiliadora!" (*Brasil Reino*, pág. 101). A este respeito lembra Paulo Prado o que em 1563 escrevia Garcia de Resende, com susto do despovoamento de Portugal, empenhado em povoar o Brasil e a Índia, enquanto se enchia de negros africanos. – *Paulística, hist. de S. Paulo*, pág.14.

e tudo referiu ao major do dia, que o apresentou a d. Pedro, a quem pôde repetir o ocorrido. Após ouvi-lo, o príncipe deu ordem de porem-se em armas os batalhões estranhos à Divisão, cujo comando confiou ao general Curado e voltou a assistir o espetáculo, findo o qual, escoltado por vários oficiais brasileiros, regressou a S. Cristóvão, donde fez a família partir às três horas da madrugada com destino a Santa Cruz.[18]

Grávida de oito meses, levando consigo, caminho da morte, o herdeiro do trono, pequenino de três anos, a Princesa veria ainda em marcha raiar a madrugada e continuaria essa jornada dolorosa debaixo do sol causticante de janeiro, até vencer quatorze léguas que lhe pareciam sem fim. Com as dificuldades do primeiro momento para obter meios de transporte, lá ficou abandonada, sem uma dama nem um viador, e ainda depois de tudo passado, a gente da corte manteve-se a distância até o dia 19, quando ela regressou.[19]

Durante o resto da noite d. Pedro achou-se só e na ignorância das intenções da tropa portuguesa. Na manhã seguinte apareceram-lhe o

---

18 "Vocês foram nossos escravos, são e hão de continuar a ser, e eu vou dar a prova", palavras ouvidas pelo cirurgião do corpo comandado por aquele oficial, cujo nome era José Maria da Costa. O cirurgião chamava-se Joaquim Cândido Soares de Meireles, que foi depois lente da Faculdade de Medicina, médico do Paço e deputado geral. O autor leu a cópia de uma carta por ele escrita ao marquês de Olinda e por este guardada entre os seus papéis, onde é narrado o que acima fica aproveitado. Por esse serviço foi Meireles condecorado com o hábito do Cruzeiro, graça que aliás não aceitou. Macedo alude à intervenção que ele teve naquela noite (*Ano Biogr.*, 3º vol. pág. 367). O general Caula escreveu no *Memorandum* que às nove e meia da noite soube da sublevação desse corpo, o batalhão 11, e imediatamente deu aviso ao príncipe, de quem não recebeu resposta.

19 Diz Maler que ninguém foi a Santa Cruz visitar a princesa, "provavelmente por espírito de economia". (Of. de 14 jan.) O príncipe D. João Carlos veio a falecer a 4 de fevereiro e a sua morte foi atribuída às consequências da precipitada e incômoda viagem. Às oito e um quarto da noite de 3, escrevia o príncipe esta carta dolorosa ao seu novo ministro: "José Bonifácio, chorando escrevo esta a dizer-lhe que venham amanhã ao despacho às horas do costume, porque eu lá não posso ir visto o meu querido filho estar exalando o último suspiro e assim durará uma hora. Nunca tive (e Deus permita que não tenha) outra ocasião igual a esta como foi o dar-lhe o último beijo e deitar-lhe a derradeira bênção paterna. Calcule pelo amor que tem a sua família e ao meu filho qual será a dor que traspassa o coração deste seu...." – Arq. do cast. d'Eu.

marquês de Angeja e o brigadeiro Saraiva, da junta militar, os quais lhe participaram que desde a madrugada uma companhia ocupava o morro do Castelo, para defender o arsenal de guerra, e patrulhas avançadas chegavam a todas as ruas próximas ao Largo do Moura, onde havia cerca de 2.000 homens em armas. No Campo de Santana, além da tropa de linha e milícias, composta de brasileiros, reuniram-se alguns oficiais portugueses e grande cópia de gente armada, a cavalo e a pé, que elevava a guarnição da praça a perto de 10.000 combatentes. Havia até padres e frades, trazendo todos as armas de que dispunham, pistolas, facas e cacetes. Sentinelas dispersas, de pistola engatilhada, tomavam a entrada das ruas com entrada no Campo, desde o Largo de São Joaquim até à do Conde. As duas forças conservavam-se em expectativa e a conveniente distância.[20]

Estas informações procedem de Mareschal sempre a par dos acontecimentos. Maler, porém, que percorreu a cidade a cavalo logo cedinho, apresenta os portugueses ocupando nessa ocasião com 700 homens metade da cidade, inclusive os pontos elevados, e dispondo de uma bateria da artilharia a cavalo e oito peças.[21] Mas em ofício do dia seguinte, naturalmente tendo melhores elementos para assim proceder, eleva essa cifra a 1.100. Seu compatriota e sucessor, o conde de Gestas, conta 800 portugueses e 4.000 brasileiros. Para estes dava Maler de manhã cedo 3.000 homens de infantaria, um esquadrão de cavalaria e 6 peças de artilharia, reforçados às dez horas por algumas companhias de milícias a cavalo, vindas dos arredores.

O marechal Arouche, membro da delegação da Junta de São Paulo, chegado ao Rio no dia 18, escreveu a Martim Francisco a 21, dizendo que "se juntaram no Campo de Santana cerca de 6.000 homens, entrando neste número paisanos e padres, que até levavam bacamartes. E acrescentava: "É verdade que a aguerrida tropa portuguesa dispersaria toda esta massa sem disciplina; mas o fim deveria ser funesto aos vencedores."[22] Mrs. Graham também esteve no Campo e avaliou as forças em 4.000 homens, bem como achou-os de bom aspecto e dispondo de magníficos cavalos.

---

20 Mareschal. Of. n^os^ 3 e 4, de 14 e 15 de jan.

21 Maler. Of. de 12 de jan.

22 Docs. cit., pág. 372.

Escreve uma testemunha e parte nesses acontecimentos, que viu juntar-se no quartel do Campo toda a tropa então existente na cidade, tropa sem disciplina nem meios de ação: o batalhão de granadeiros com 120 baionetas; o 1º, 2º e 33º, os quais "com excessiva generalidade" poderiam conter 150 peças cada um; a cavalaria apenas com 100 homens; 150 soldados guarnecendo seis peças de artilharia. Somava tudo 820 homens, total ainda exagerado, porque o mapa de todas as forças da guarnição, inclusive a das fortalezas, acusava apenas 1.080 praças, nem todas ali presentes. O número avultadíssimo, citado por Mareschal, seria constituído pelo reforço das milícias e sobretudo ou quase tudo por gente do povo, cujas facas e cacetes não seriam de grande eficácia em combate regular. Tamanha divergência entre estas cifras mostra quanto são arriscados e falhos os cálculos para avaliar multidões. A cada um daqueles primeiros três batalhões Melo Morais dá apenas 100 homens.[23]

O Campo era péssima posição para concentração das forças. Dominado pelos morros vizinhos, estava exposto a ser bombardeado pelo inimigo que aí assestasse artilharia. Militarmente a situação dos brasileiros era muitíssimo precária; toda aquela aglomeração de homens movia-se sem ordem, nem disciplina, num caos desolador. Ninguém via o general Oliveira Álvares, incumbido do comando supremo. Atormentado por um ataque de gota, estava obrigado a ficar deitado dentro do quartel, donde expedia as ordens. Seu braço direito era Nóbrega, de quem dizia Saint-Hilaire que em França, quando muito, poderia servir para cabo de esquadra.[24] Só de manhã apareceu o general Curado, que de algum modo

---

23 *Op. cit.*, pág.103.

24 Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho tomou parte ativa na agitação promovida pelo grupo maçônico de Ledo em prol da Independência. Quando se passaram esses acontecimentos, era coronel graduado de milícias e nessa graduação foi transferido para a tropa de linha e adido ao estado-maior, exercendo o cargo de deputado do ajudante-general do exército. Nunca entrara em operações de guerra. Substituindo Oliveira Álvares na pasta da Guerra, foi detido e deportado em virtude da hostilidade de José Bonifácio, logo depois de aclamado o Imperador. Só a ele podia referir-se Saint Hilaire, pois não houve outro ex-ministro da Guerra exilado em França: "Algumas pessoas puderam ver em Paris um ministro da Guerra exilado pelo governo brasileiro: a última das nossas legiões poderia apenas querê-lo para cabo de esquadra (*caporal*)." – *Précis Historiques des Revol. du Brésil*, no 2º vol. da obra *Voyage dans le District des Diamants*, pág. 389.

deu remédio a tantas faltas. A principal delas, porém, era a deficiência de armas e instrução militar. Diz Melo Morais que o velho general achou gente "armada de puro patriotismo", instrumento aliás insuficiente para entrar em combate a ferro e fogo. Se Avilez, cujas forças com o auxílio de milicianos portugueses, subiam talvez a 2.000 homens, marchasse contra o acampamento e atacasse-o, "seríamos infalivelmente batidos e dispersos com grande destruição e mortandade", escreve a citada testemunha, acorde com a opinião do marechal Arouche.[25] Escreveu o príncipe Maximiliano de Neuwied, que saltava aos olhos a diferença entre os soldados vindos da Europa, onde tinham servido sob as ordens de Wellington, e os recrutados no Brasil. Os primeiros tinham aspecto verdadeiramente militar; aos outros faltava o endurecimento profissional, ao ponto de ao terminarem os exercícios, fazerem os negros conduzir-lhes as armas.[26]

Mas Avilez não queria a luta; a luta não lhe convinha, e foi fácil encontrar o meio de evitá-la. Mandou-lhe o príncipe perguntar qual a razão do seu procedimento e dos seus comandados e autorizá-los a enviar à sua presença dois oficiais de cada corpo para explicarem-se. Já então eles tinham deliberado pedir licença para acampar na Praia Grande "sem outro objeto que não remover todo o motivo de inquietação" e nestes termos formularam a sua súplica. Também não lhes poderia escapar a falta imperdoável de ocuparem o Castelo sem dispor de munição de boca. Se viesse a travar-se luta demorada, a posição da tropa tornar-se-ia gravíssima.

Antes de deferir o pedido, como acabou por fazer, o príncipe mandou-lhes intimar pelo brigadeiro Raposo embarcarem imediatamente para Portugal, condição que eles recusaram, conforme referiu Avilez, por considerá-la "contrária à deliberação das Cortes."[27]

---

25 O autor do manuscrito cit. *D. Pedro e suas gloriosas ações* escreve que "lhe coube um papel nestes acontecimentos". O marechal de campo Pardal, a quem o A. atribui esse escrito, era a esse tempo capitão e comandava a artilharia. O mapa das forças da guarnição, a que ele se refere, foi lido pelo deputado Trigoso na sessão das Cortes, de 28 de junho de 1822, e assim distribui a força: 1º bat., 70 homens; 2º 160; 3º 60; granadeiros, 70; artilheiros de guarda aos fortes, 400; cavalaria, 200; artilharia montada, 120. – *Diário das Cortes*, tomo V.

26 Pr. Maxim. *Voyage au Brésil*, vol. I, pág. 36.

27 Diz Mrs. Graham que o príncipe recuou desse intuito, porque o almirante informou não haver navios prontos com as necessárias provisões. Realmente assim se veio a verificar.

Só então, vendo-os do outro lado a baía, teve D. Pedro algum alívio para tantas aflições sofridas desde a noite anterior. Abandonado de toda a nobreza, sem ministério, sem conselho, apesar do resultado obtido ainda não se considerava seguro. Desde o dia do Fico estava na realidade sem ministros. Louzã e Vieira instavam pela demissão, o general Caula realmente adoecera ou fingia-se enfermo e também não queria ficar; só restava Farinha.[28]

Maler narra um fato expressivo da indiferença dos dois primeiros a respeito dos acontecimentos e da sorte do príncipe. Estavam eles em casa do cônsul de França à Rua do Passeio, a jogar *wist*, quando chegou uma ordenança a cavalo e à disparada para preveni-los de haver dois regimentos portugueses em armas nos quartéis e terem as tropas brasileiras começado a formar no Campo. Tal notícia não os inquietou; nada procuraram saber; continuaram a jogar tranquilamente até depois de meia-noite; como não recebessem chamado do príncipe, retiraram-se então para dormir.[29]

Tendo sido marcado o dia 12 para haver despacho, quis Caula saber se deveria ir à quinta ou se o Príncipe iria à cidade, como havia declarado; teve esta resposta desabrida: "Nem cá, nem lá." Não obstante, à tarde recebeu ordem de providenciar acerca do embarque da tropa e foi chamado a S. Cristóvão, onde os outros ministros compareceram e com ele pediram demissão coletivamente, salvo o da Marinha. Às seis horas da tarde toda a Divisão tinha embarcado, inclusive o 3º de Caçadores, que pediu permissão para incorporar-se aos seus camaradas. Proveio talvez daí ter-se espalhado que ao recusar-se a sair de S. Cristóvão e vir para a cidade, parecendo desse modo reprovar o pronunciamento, ele obrava, entretanto, de comum acordo com os insurgidos, por ser conveniente conservar-se na guarda daquela posição. Chegou-se a acusar Avilez de ter mandado seduzir Garcez para obstar a representação do sena-

---

28 No dia 13 o príncipe mandou a Caula três portarias para serem expedidas e relativas à baixa de soldados da divisão. A todas o ministro deu assinatura. No dia 15, véspera da organização do novo Ministério, d. Pedro ainda procurou conservar no cargo o ministro da Guerra e escreveu-lhe esta carta: "Caula, mande-me dizer como está de saúde e se está disposto a melhorar, e se depois também o está para seguir no seu emprego deste novo modo que se vai isto arranjando; responda já porque a não lhe fazer conta será demitido." Caula preferiu ser demitido.

29 Maler. Of. nº 154, de 12 de janeiro. Maler não lhes cita os nomes, mas estando Caula doente e tendo procedido Farinha de modo diferente, só eles estavam.

do da Câmara; mas este desmentiu categoricamente tal insinuação e o próprio príncipe, conforme escreveu ao pai, teve por leal a conduta desse corpo.

No dia 13, ainda inquieto, d. Pedro mandou perguntar indiretamente ao comandante da fragata inglesa *Doris* se em caso de necessidade poderia contar com refúgio a bordo para si e sua família. Era de esperar que depois de haver chegado a tal extremo, ele se lançasse ainda mais nos braços dos brasileiros, que lhe tinham mostrado dedicação, enquanto, como dizia Mareschal com desusado e de algum modo excessivo ardor, "a pusilanimidade, o egoísmo e a covardia dos seus servidores portugueses era sem exemplo".[30]

Aliás aqueles dois ministros, a quem o aviso da sedição militar não arrancava à mesa do jogo, poderiam invocar a razão de reprovarem a conduta do príncipe ao desobedecer às Cortes e já terem percebido as tendências separatistas que os levaram e pedir demissão; mas nada lhes justificava a indiferença diante de fatos tão graves, quando ainda lhes cumpria aparentar a dignidade dos cargos.

O interesse de todos os fidalgos estava em Portugal; ao demais nada os impelia a preferir o Brasil ao país de origem. Salvas poucas exceções, escrevia Hipólito, "a nobreza era pobríssima de bens patrimoniais e suas casas achavam-se gravadas de grandes dívidas passivas. Para manter-se com aparato, dependia do Trono, dos bens da Coroa e Ordens que desfrutava". Os que não tinham sido obrigados a ficar no Brasil, após o regresso do soberano, espreitavam o ensejo de voltar; o movimento político do príncipe no sentido de afrouxar as ligações com Portugal favorecia-lhes os

---

30 Escreve Mrs. Graham que não se sabe autorizada por quem, fez-se a consulta acerca do possível asilo para o príncipe e sua família. Foi respondido que a despeito da estrita neutralidade observada pelos ingleses, a divisão naval receberia e protegeria a princesa e seus filhos e também o príncipe, se ele tivesse motivos de recear perigo pessoal (*Op. cit.*, pág. 186). Mareschal sabia que foi d. Pedro quem mandou fazer a pergunta. Querendo certamente aludir a esses fatos, dizia o príncipe, dois meses depois, ao ministro austríaco haverem-se os fidalgos melindrado, porque ele "dera a negrinha" a José Bonifácio, quer dizer, entregara-lhe em várias cerimônias o bastão de mordomo-mor, o qual lhe foi definitivamente dado após a aclamação. Não tinham razão, continuou a falar; enchiam o palácio para pedir favores e o desertavam nos momentos de perigo. Ao demais, acrescentou, é erro acreditar na preeminência e maior aptidão de uma classe de homens sobre outra (Of. de 5 março). O bastão do mordomo-mor era de marfim branco e na extremidade superior tinha uma cabeça de mulher negra.

propósitos. Lá estava o rei, sempre disposto a favorecê-los; lá lhes tinham ficado as casas, os atrativos da terra e da família.

NOTAS

A) O *Despertador brasiliense*, mencionado no começo deste capítulo e cuja leitura tanto inflamou os ânimos nos dias precedentes ao Fico, pregava que se devia falar ao príncipe deste modo: "Senhor, o Povo desta capital, quando se declarou a favor da Constituição proclamada pelas Cortes Gerais e Extraordinárias do Povo de Portugal, foi na inteligência de que o Brasil não perderia jamais as vantagens da representação de que estava gozando: o seu juramento envolveu esta tácita e essencial condição.

"El-rei, o Augusto Pai de V. A. R., talvez menos bem aconselhado, e por interesses particulares do Ministério e validos, houve por bem transferir a sede da Monarquia para Lisboa pelas razões anunciadas no decreto de 7 de março do corrente ano; mas, Senhor, permita-nos V. A. R. dizer-lhe que semelhante decreto não tem validade alguma e que se este Povo se acomoda com a sua disposição foi porque não quis magoar a Sua Majestade com mais representações e porque lhe restava ainda em V. A. R. o penhor das suas esperanças. Agora porém que as Cortes, aproveitando este acontecimento, filho da desordem daquele tempo, pretendem roubar-nos a V. A. R, e reduzir as nossas províncias a detestável estado de Colônias, este povo por si e pelas das mais Províncias se vê na precisão absoluta de reassumir os seus direitos e depositar o seu exercício nas mãos de V. A. R. Ele não consentirá jamais em separar-se de V. A. R. em adotar a medida das Cortes a este respeito. Ela é ilegal, injuriosa e impolítica."

Era ilegal por faltar-lhe o voto unânime dos representantes do Brasil; injuriosa porque decidia da sorte dos brasileiros, como se eles fossem escravos; impolítica porque a união do Brasil era vantajosa para Portugal. E terminava nestes termos: "Conhecida por este modo quais são as intenções dos representantes de Portugal, vede, ó brasileiros, o que em tal conjuntura melhor vos convém, se ficardes sujeitos, como dantes, a Portugal, onde sem representantes decidem de vossa sorte sem serdes ouvidos; ou propugnardes pela conservação dos nossos direitos, rejeitando quanto se tem determinado a respeito do Brasil, sem efetiva assistência de vossos deputados, como seria necessário para se tornarem valiosas essas deliberações, e sustentando com firmeza, como um meio necessário para a ligação do sistema político do Brasil e dele, com todo o Reino Unido, a conservação de S. A. R. nestes estados, propondo que esta seja decretada nas Cortes, como meio de se conseguir essa tão proclamada indivisibilidade : "Não saindo daqui S. A. R. sem que as Cortes hajam de tomar em consideração esta proposta. Eis o momento em que deveis decidir-vos. Lançai mão dele; se o perdeis, não podereis jamais reavê-lo, senão com muito custo ou talvez com efusão de sangue."

B) Nos papéis da Casa Imperial, reunidos e catalogados no castelo d'Eu, em França, encontram-se as minutas, do punho do príncipe regente, não só da resposta

ao senado da Câmara, como do manifesto aos brasileiros, que ele projetara públicar antes de mudar de alvitre e decidir-se a ficar no Brasil. Dizia a primeira:

"Manda S. A. R. o P. R. pela secretaria S. Sª participar ao senado da Câmara do Rio de Janeiro que tendo-lhe sido apresentadas por ele representações em nome dos habitantes desta Cidade ou Província mui respeitosas e que muito obrigarão a S. A. R. espatentear o seu reconhecimento pelo amor que lhe mostram ter, e têm os habitantes desta cidade na qual pediam a S. A. R. e tendo-as S. A. R. visto com muito agrado me ordenou que eu em seu nome participasse a V. Sª para que o façam constar aos habitantes desta cidade a resposta fielmente transcrita que é a seguinte. Eu jurei obediência a el-rei, e às Cortes, elas decretaram, meu Pai ordenou, resta-me obedecer. Agradeço aos brasileiros o seu afeto, e as suas representações mas não tenho autoridade de derrogar leis porque é poder do Soberano Congresso, eu tampouco devo desobedecer a el-rei Meu Pai o Senhor d. João VI se querem mandar representações mandem-mas, mas por elas desobedecer depois de ser o primeiro que jurei no dia 26 de fevereiro e 5 de junho por minha livre vontade; isso não o praticarei pois um Congresso e el-rei me chamam, e a honra acima de tudo me ordena cumprir; ninguém deve estranhar o meu modo de proceder porque se eu fizesse o contrário ninguém se devia fiar em mim e muito menos os habitantes desta cidade que me viram e ouviram jurar, portanto executo a lei por dever, e por honra indo, e ao momento dela chegar *me intimarei ordem de voltar;* virei com todo o gosto viver aonde fui criado, onde casei e aonde nasceram os meus filhos prezados e a todo momento me estarão motivando saudades de um povo tão fiel a quem eu estou mui agradecido por todos os obséquios que voluntariamente comigo tem praticado.

"Estou bem certo que dando-me sempre os brasileiros sobejas provas de afeto e verdadeiro interesse pela minha honra e glória não deixarão de aprovar esta minha cega obediência."

– Para o manifesto fez o príncipe dois projetos. Eis um deles:

"O Amor e interesse pela minha pessoa que os brasileiros tanto têm mostrado, e atualmente mostram nas suas representações, cativam o meu coração e cativariam ao coração mais petrificado; eu para lhes retribuir não tenho expressões nem as teria ainda que fosse um Cícero. A minha posição é aquela que pode fazer conhecer a el-rei e às Cortes a minha fidelidade e amor, obedecendo, e pode também fazer-lhe conhecer a adesão dos brasileiros a Portugal. Eu se não obedeço aos decretos sou réu assim como vós por me não deixares obedecer. Portanto os todos nós juramos no dia 26 de fevereiro observar guardar, e manter a Constituição, obediência ao Rei e às Cortes, não seremos perjuros. As Cortes decretaram el-rei ordenou, resta-nos obedecermos cegamente que a obrigação de todos os súditos como nos associados em uma sociedade tão constitucional como a nossa portanto tendo eu recebido tantas provas de amor e respeito a que eu não posso ainda cem anos vivesse, retribuir os agradecimentos devidos, estou certo que não me quereis fazer a minha desgraça obrigando-me a desobedecer a tão sagradas ordens, motivo este para ser tido por perjuro falto de fé, e até indigno do lugar que ocupo não assentem que é pouco amor, é a minha honra que se quer sustentar, e quer sustentar a sua porque uma não pode nas circunstâncias atuais existir sem a outra.

"Assento que remetam as representações, e que quando eu for me deem outras para eu levar e ser seu procurador o que me honrará sobremaneira e se o Congresso a elas assentir que me ordene tornar para o Brasil viver onde fui criado, onde casei, onde nasceram prezados filhos que me despertarão a todo o momento que olhe para eles com o amor que consagro aos brasileiros que tão meus amigos são, e deles, sou quase patrício, e visto isto tudo estou bem certo que tendo-me sempre os brasileiros dado sobejas provas de afeto, e verdadeiro interesse pela minha honra e glória não deixarão de aprovar que eu obedeça tão cegamente como o vou fazer penetrado de amor, e saudades pelos brasileiros."

– O outro rezava assim:

"Muito sensível às maneiras respeitosas com que os habitantes desta cidade me têm tratado; e com que acabam de me expressar os seus sinceros e verdadeiros sentimentos de estima e afeto para com a minha pessoa, eu agradeço a esta nobre cidade tantos testemunhos de amizade e o pesar que manifesta pela minha retirada para Portugal. Porém tendo sido sempre um filho respeitoso, e obediente à lei, não vejo meio algum pelo qual, satisfeitos os vossos desejos, sem comprometer a minha honra, e me fazer indigno aos da Nação e do Mundo, por me opor às determinações do soberano Congresso, mandados executar por meu Augusto Pai a quem eu e vós juramos obedecer.

"E vós mesmos associando-vos à minha desonra iríeis dar ao Brasil o sinal de rebelião, e da separação da Mãe Pátria. Esta lembrança gela de horror o meu coração; e estou bem persuadido que refletindo vós, com madureza e circunspeção neste atentado, decerto vos conformareis com os meus sentimentos. Um povo generoso e de sublimes qualidades como vós sois, não pode nem deve ser governado por um príncipe desobediente e perjuro. Certo destes predicados, espero que vos convençais da necessidade da minha retirada, como único meio de salvar a minha reputação e de conservar a vossa estima, o que eu sempre ambicionei, e ambicionarei até o último momento da minha vida. Entretanto podeis dirigir-vos às Cortes, e fazerdes as representações que achardes necessárias, na certeza de que aquele que empreende esta viagem com tanto incômodo, só pelo respeito e obediência que presta às soberanas ordens, voltará com os mesmos, e ainda com riscos de sua vida, para o centro destes Povos logo que o mesmo Congresso lhe determine. Eu sou leal e verdadeiro, acreditai-me e estimai-me."

C) Diz Mareschal, que José Joaquim da Rocha, principal promotor do Fico, em cuja casa se assinou o manifesto dos fluminenses, recusou ser ministro por considerar necessária a maioria de portugueses nos conselhos do príncipe. Mareschal reputa Rocha "homem de talento e muita atividade." Dando conta desses acontecimentos na *Participação e documentos dirigidos ao Governo*, escreveu Avilez à pág. 37 desse opúsculo: "Todo esse negócio era manejado pelo insigne rábula Rocha." O príncipe reconheceria um dia, de público, esses serviços. Refere Macedo que ao chegar d. Pedro ao Paço no dia da coroação vendo ali um filho de Rocha, perguntou-lhe pelo pai, a quem mandou desde logo avisar de tê-lo condecorado com a dignitária, ou grande oficilialato do Cruzeiro "como prêmio justo e devido a um dos patriarcas da Independência". (*Um passeio*, vol. II, pág. 75.)

A informação do ministro da Áustria combina com a de d. Leopoldina de estar decidido compor o Ministério com filhos do país. Só Cairu, por engano, considera

Farinha brasileiro. Este oficial veio para o Brasil como imediato da *Martim de Freitas*, na esquadra que trouxe a família real e conservou-se ao serviço do Império, vindo a ser barão e conde de Souzel. A respeito dessa composição, escreveu o seguinte o cônego Geraldo Leite Bastos: "Desafrontada a capital da força que a oprimia, tratou o partido da Independência, em que conspícua e salientemente figuravam Joaquim Gonçalves Ledo e o coronel Luís Pereira da Nóbrega, de inteligência com o príncipe, de organizar um Ministério capaz de bem o dirigir no projetado plano de definitivamente levar a efeito a Independência do Brasil. Na carência ou falta de um homem de cabal ou suficiente prestígio para se colocar ao lado do príncipe, na qualidade de primeiro-ministro, lembraram-se e mandaram chamar a São Paulo José Bonifácio de Andrada, que tinha um nome de literato na Europa, o qual bem que hesitasse um pouco sobre o projetado Ato da Independência, facilmente anuiu e veio para o Rio de Janeiro, onde foi bem recebido e colocado no lugar que lhe estava destinado." (Docs. cits., pág. 238.)

O cônego Geraldo morreu aos setenta anos de 1863 e o seu citado manuscrito, guardado por Melo Morais, pode ter sido composto muitos anos depois de 1822. Daí sua pouca clareza ou confusão. Se José Bonifácio veio ao Rio a chamado e não por deliberação da Junta de S. Paulo para ser orador da sua delegação, deve ter para isso recebido convite por intermédio de Pais Leme, quando ali foi, como enviado dos fluminenses, pedir auxílio para o Fico, antes da retirada da força para a Praia Grande; pois esse fato passou-se no dia 12 e o Ministério foi organizado a 16 de janeiro. O depoimento do cônego é importante, sobretudo pela afirmação de ser José Bonifácio reconhecido por todos como o homem, que por seu saber e autoridade, era o mais próprio para aquela missão. José Bonifácio chegou a São Cristóvão na noite de 18.

. . . .

Capítulo XVI

O COMEÇO DA SEPARAÇÃO

EM MEIO à crise gravíssima, produzida pela hostilidade da Divisão Auxiliadora, chegou ao Rio a deputação do povo de São Paulo. D. Pedro chamou então José Bonifácio ao Governo e substituiu todos os ministros, menos o da Marinha, companheiro da hora de perigo. A pasta da Guerra foi confiada ao general Oliveira Álvares, que embora português, como os seus novos colegas, Farinha e Montenegro, tinha sido um dos organizadores das forças do Campo de Santana na noite de 11.

José Bonifácio não quis aceitar a tarefa e resistiu vivamente ao convite do príncipe; preferia servi-lo em tudo, fora de tal cargo, para o qual aliás já estava nomeado, dois dias antes de chegar. Como d. Pedro insistisse, declarou só aceder sob condições que todas foram dadas por aceitas, ainda sem serem conhecidas. Bastaria José Bonifácio anunciá-las. Mas este retrucou que só as daria em particular. No dia seguinte estabeleceu-se o acordo, do qual resultou poder Arouche escrever a Martim Francisco, assegurando que aquela vergôntea da casa de Bragança

José Bonifácio de Andrada e Silva

não sairia do Brasil[1]. Daí se deduz que José Bonifácio quis saber se o Fico era definitivo, se o príncipe em caso algum voltaria para Portugal e só mediante a certeza a tal respeito se decidiu a entrar para o Ministério. Talvez se encontre aí a significação da frase de uma carta sua ao marquês de Barbacena, frase que deseja "dizer com franqueza" e na qual alude a D. Pedro, "a quem reteve no Brasil".[2]

Sentiu-se desde logo no Governo uma inspiração de coragem e firmeza, cuja falta animara até ali as iniciativas da Divisão Auxiliadora. Para enfraquecer as forças de Avilez, já d. Pedro tinha ordenado a baixa de centenas de soldados e declarado aceitar os serviços de quantos quisessem ficar. O general proclamou então desertores todos os que se prevalecessem dessa ordem, por ele considerada ilegal, não só por ser tendente a dissolver a Divisão, cuja existência só dependia das Cortes, como por não terem as praças completado o tempo de serviço. Avilez acusa ao príncipe de "descer de sua alta jerarquia a persuadir familiarmente aos soldados em seus quartéis que desertassem e não voltassem a Portugal" e além disso de enviar emissários ao acampamento para propagarem a deserção, fazendo oferta de terras como meio de seduzi-los.

As partes dadas pelos oficiais a esse respeito estão cheias de interessantes minúcias. Conta o alferes Manuel Severo Correia de Brito, do 3º de Caçadores, de guarda na quinta, que nos dia 12 e 13 o príncipe convocou os soldados, "dizendo-lhes se queriam dar baixa largassem as munições e não voltassem ao corpo, porque não era necessário; e chegando até a chamar ao seu gabinete o soldado da 1ª companhia, Custódio de Almeida, dando-lhe a comissão "de ver se podia seduzir alguns dos seus camaradas". O sargento da 4ª companhia, João dos Santos, contou ao alferes que o príncipe lhe oferecera a baixa e ele recusara. "E se eu te fizesse alferes?", perguntou-lhe. O soldado respondeu: "Nem assim." O tenente de infantaria 11, José Maria Alcântara, oficiou que o Príncipe foi ao quartel, onde inferiores dirigiam o serviço de condução da bagagem e falou-lhes, "ordenando-lhes que entregassem o armamentos ao oficial e ficassem na cidade".

---

1 Docs. cits., pág. 372. Carta datada de 21. O fato passara-se a 18.

2 Carta de 1º de abril 1830, no arq. Do Inst. Hist. do Rio.

Refere o capitão Vicente Luís Vaz Ferreira, ajudante do 15, que acompanhado do brigadeiro Saraiva, o qual lhe secundava os esforços, d. Pedro foi ao quartel, chamou os soldados e perguntou-lhes se queriam dar baixa e prometeu-lhes terras, bem como o posto de alferes aos inferiores. Um 1º sargento da 3ª Companhia declarou não poder aceitar, em vista das "injustiças e traições que acabavam de sofrer; que antes queria morrer de fome em Portugal do que seguir semelhante partido." O príncipe sorriu e lembrou-lhe que posto de oficial não era mau. O sargento retrucou: "Nem que me fizessem duque eu aceitaria; nesta divisão só se encontram oficiais de caráter." A resposta não abalou o interlocutor o qual continuou a peita "até com maneiras impróprias de um príncipe; nem digo bem", acrescentou o oficial, "até de qualquer homem". Sargentos e praças do 11º Batalhão, entre aqueles o de nome José Alves de Morais, narraram que o príncipe procurou intimidá-los com a perspectiva da guerra na Europa, contra a Espanha, e declarou-lhes nada querer de Portugal. A respeito de tudo isso, realizaram-se muitas baixas e bom número de soldados alistou-se nas fileiras do Brasil.[3]

As circunstâncias em que se realizava a ficada do Príncipe tornavam impossível confiar na Divisão Auxiliadora e inda menos esperar-lhe a rendição pela outra, em caminho no mar. Tinha-se chegado às raias da guerra civil: dois partidos tinham-se defrontado, de armas na mão, e agora havia apenas adiamento da luta. Se ele ficasse inativo, expunha-se a ver chegar a nova divisão e a deixar ambas unidas imporem-lhe condições.

É possível que Avilez quisesse apenas retirar-se como se nada tivesse havido, sem desfalque de homens, nem de material bélico, para não se apresentar em Lisboa diminuído em autoridade e meios de ação. A desconfiança de existir o propósito de desarmar a tropa, ao menos em parte, não se desvanecia no ânimo dos soldados e agravava-se por fatos da última hora. No dia do embarque o ministro da Guerra ordenara-lhe que

---

3 Todos estes depoimentos são mencionados na cit. *Participação* de Avilez, ministro da Espanha, e Lisboa comunicou ao seu Governo por carta de 1º de junho de 1822 que as praças incorporadas ao serviço do Brasil, eram 394, armadas e vestidas; entretanto, seu colega do Rio de Janeiro, em data de 19 de março, elevou estes algarismos a 600, quando a divisão se compunha de 1.400. Talvez a diferença seja constituída pelas que deram baixa. A divisão era composta de dois batalhões de infantaria, um de caçadores e de um corpo de artilharia.

deixasse para ser entregue ao comandante da artilharia a cavalo da Corte os tiros de bestas do corpo de artilharia montada de Portugal. Era isso apenas uma formalidade de expediente, porque a providência já se tinha efetuado. Da Praia Grande, Avilez, Carretti e toda oficialidade representaram contra aquela medida e reclamaram a entrega desses animais, indispensáveis aos exercícios que queriam continuar até o dia da partida.[4]

Tal desejo gerava a suspeita de quererem exercitar a tropa com propósito de aguerri-la, para ação próxima. Foi dado como certo que ao chegar ao outro lado da baía, Avilez expediria força para ocupar as fortalezas de Santa Cruz e do Pico e só não lograra realizar o seu intento, porque as milícias de S. Gonçalo a ele se anteciparam, expulsaram dos dois fortes a guarnição portuguesa e tomaram-lhe o lugar.

As comunicações não estavam interrompidas e o vaivém de gente entre as duas margens alimentava a corrente dos boatos. No Rio formava-se a convicção de que a cidade estava ameaçada do desembarque das forças de Avilez. O governo começou a preparar-se, a artilhar o cais e a colocar a Divisão em estado de não poder atacar. Desde o dia 12 fora dissolvida a comissão, eleita a 5 de julho para o governo dos negócios militares, e Curado estava nomeado governador das armas. Dentro de alguns dias, com o quartel-general instalado em S. Gonçalo, o velho general tinha sob as suas ordens força considerável de milícias, de caçadores, de granadeiros, de cavalaria, e dispunha de quatro peças de artilharia. Chegaram os seus piquetes até o morro de Santana, a meia légua do acampamento de Avilez. De Santa Cruz partiam piquetes de exploração, que iam até a Praia e a S. João de Caraí (Icaraí). Para reforçar o sítio, iniciava-se o bloqueio. Desde a ponta da Armação, fundeados a menos de uma e duas milhas de distância, estavam a corveta *Liberal* e a fragata *União*, a barca a vapor e três lanchas canhoneiras, sob o comando do chefe da divisão Rodrigo de Lamare.

---

4 A brigada de artilharia a cavalo era o corpo de tropa brasileira melhor organizado que havia no Rio. O conde dos Arcos, quando ministro, dera ordem de apeá-lo e nesse estado achava-se na Praia Vermelha na manhã do dia 12, impossibilitado de chegar ao Campo. Para pô-lo em marcha, o príncipe mandou fornecer-lhe os animais agora reclamados por Avilez. Disso informada, a Divisão Auxiliadora destacou força para interceptá-la, mas ele viera com tal celeridade, que a esse tempo já tinha passado na Lapa e feito junção com a gente formada no Campo.

Apesar de tudo, a Divisão Auxiliadora procurava amenizar as suas relações com o príncipe. No dia 22, aniversário natalício da princesa, mandou ao Rio uma deputação de oficiais; mas d. Pedro recusou recebê-la e privou-a do "afeto filial de beijar-lhe a mão" por tão grato motivo. Não obstante tal desfeita, às cinco horas da tarde, a tropa formou em grande gala e nos céus da Praia Grande reboaram uma salva de artilharia e três descargas de mosqueteria. O amargor das ofensas, quiçá a premeditação da desforra, mascaravam-se com as fórmulas da lealdade monárquica, que davam aos soldados ressentidos a aparência simpática da cortesia e da resignação.

A 30 ordenou o Governo o embarque de todos eles, para ser efetuado nos dia 4 e 5 de fevereiro e realizar-se a partida a 6. A ordem foi transmitida a Carretti e não a Avilez, como para significar a este que se lhe desconhecia a autoridade. No dia seguinte, invocando o direito de petição, os dois generais e toda a oficialidade solicitaram a licença para não cumprir tal ordem. Começaram por reivindicar a autoridade de Avilez, lembrando que a ele tinha sido dirigida a portaria do Governo, quando determinou a retirada para a Praia Grande. Carretti comandava apenas dois batalhões. Quando se tratara do embarque, tinham recebido por intermédio do brigadeiro Raposo, diretor do arsenal, a palavra do príncipe, garantindo que a Divisão só embarcaria quando fosse rendida. A ordem do embarque, dada agora, era "tanto mais ultrajante ao pundonor da tropa, quando para o seu fim se alegava a tranquilidade pública."[5] Não haviam dado motivo a tal desconfiança; contudo tinham pedido para sair do teatro da discórdia; não se vingaram dos libelos espalhados para desacreditá-los; sofreram insultos até da canalha. Temiam, porém, incorrer no mau conceito dos seus camaradas de Portugal, ao sujeitarem-se a embarcar dentro de três dias, "que não são suficientes para os arranjos da mais curta viagem". Chamar-lhes-iam covardes; portanto não se deviam submeter; diziam porque: "A vida sem honra é morte; nós somos militares e antes acabaremos cada um com a sua vida que sujeitar-se a um embarque tão desdenhoso. Este é o sentimento de toda a Divisão e por todos resolutamente o temos expressado." Aproveitaram o ensejo para ponderar quanto era inconveniente a colocação de

5 "Sendo indispensável à segurança pública, que regresse quanto antes a Portugal a Divisão Auxiliadora..."

milícias a pequena distância do acampamento. Malvados poderiam provocar a rivalidade dos dois lados e tornar impossível conter os soldados: "Vossa Alteza é responsável ao Rei, à Pátria e ao mundo inteiro do nosso sangue, se nos precipita depois de tantas súplicas, protestos, e promessas de guardar a ordem."

Após esta ameaçadora intimação continuavam a profligar a medida contra a qual se insurgiam. O embarque seria injusto e ignóbil por não serem eles criminosos e sim um corpo moral, zeloso do pundonor militar. De repente o fogo da linguagem começava a amortecer e do calor da repulsa e da ameaça passava à carinhosa tepidez da conciliação e da humildade: "A divisão deseja voltar à Europa"; mas "suplica voltar com honra, permitindo-se aos oficiais ordenarem os seus negócios particulares, franqueando-se-lhes as necessárias garantias e circunstâncias tão melindrosas." Pediam, pois, ao príncipe que os protegesse para não saírem "como malfeitores", conforme era desejo dos inimigos. "Se o merecemos", diziam para concluir, "Vossa Alteza terá dado o testemunho maior de heroísmo e virtude, que marcará eternamente o seu Governo e em nossos corações os títulos de gratidão eterna."

Esta petição, ameaçadora e lisonjeira, era acompanhada de atestados das autoridades e pessoas gradas da Praia Grande acerca da excelente conduta mantida pela Divisão. A tudo o príncipe respondeu no dia imediato com uma proclamação em que considerava aquela tropa insubordinada em rebelião aberta, a recusar-se cumprir-lhe as ordens tão decisivas.[6]

Desde logo tomou providências que mostravam a resolução de fazer-se obedecer sem demora. Foram publicados editais, aconselhando os moradores da Praia Grande a recolherem-se à capital ou a retirarem-se para o interior, na distância de seis léguas. Desde então foram proibidas

---

6 Perguntava D. Pedro nessa proclamação como era possível que as tropas portuguesas quisessem manifestar-se rebeldes à sua sagrada autoridade e bases da Constituição e ainda ameaçassem verter sangue de irmãos. Os soldados não perdiam a honra obedecendo ao seu príncipe: "o soldado que é desobediente ao seu superior, além de péssimo cidadão, é o maior flagelo da sociedade civil, que o veste, nutre e honra". Lembrava-lhes a grande falta de terem arvorado em comandante um general intruso, já demitido desde o dia 12. Concluía por este *ultimatum*: embarcarem ou serem considerados rebeldes e tratados como tal.

as comunicações por água entre um e outro lado e escasseou a remessa de gêneros alimentícios, que antes disso era feita diariamente. Os portugueses da outra banda, porém, supriam a Divisão do necessário e desse modo ela poderia manter-se ainda por algum tempo. Esta circunstância, posteriormente comunicada às Cortes, Avilez não revelava ao príncipe, para poder queixar-se da falta de víveres e alegar que a tropa "sofria em silêncio as suas privações sem atacar propriedade alguma, nem mover-se dos quartéis".

O tom da proclamação e o preparo da ofensiva fizeram a Divisão abandonar a ameaça e abrandar ainda mais a linguagem suplicante. Avilez mandou ler-lhe quanto escrevera o príncipe: "oficiais e soldados exprimiram a sua dor pela indignação que havia causado a Sua Alteza a representação por eles dirigida à sua presença para fim de obter justiça." Voltaram perante ele para justificar-se. Então já não restava sinal do desabrimento daquele papel, onde fora escrito ser a morte preferível à desonra e o embarque uma injustiça. Agora, fiados "a bondade paternal de Sua Alteza" e prestando-lhe "afeto filial", vinham expor que suplicar "não foi nem desobedecer nem intentar rebelião contra Sua Autoridade", pois a própria súplica importava por reconhecê-la. Nela jamais indicaram resistência a deixarem de cumprir as suas Reais Ordens." Apenas haviam representado quanto ao modo de executá-las.

Já pareciam esquecidos de ter dito que se não deviam sujeitar. Vinham então protestos de amor aos brasileiros, contra quem não podiam ter intuitos agressivos: "Jamais desembainharemos nossas espadas contra nossos irmãos; nós não somos vândalos, nem assassinos." Expandiam-se em sentimentos de amizade aos habitantes do Rio: "os seus males lhes seriam sempre saudosos e uma sorte venturosa para este povo inocente e hospitaleiro lhes seria sempre mui interessante." Eram cinco anos de vida em comum que acabavam desastrosamente.[7]

Todas essas branduras terminavam, porém numa ameaça, levada à conta da fileira e destinada à meditação do Príncipe, a quem caberia medir-lhe o perigo e a gravidade: Ainda não restava quieta a tropa, aparentemente amansada; de um momento a outro poderia ainda rebelar-

7 Garcez, comandante dos caçadores nº 3, publicou no dia 16 pelo *Diário do Rio de Janeiro* a sua despedida aos amigos e a cada um dos honrados habitantes da cidade, e o protesto de quanto ia "penetrado de justa saudade e eterna gratidão, a que só poderia retribuir levando por toda parte o elogio de um povo por tantos títulos digno de lembrança e veneração".

-se se os seus superiores não conseguissem contê-la. Após ter ouvido ler a proclamação, haviam os soldados declarado só partir depois de rendidos; mas os generais, comandantes e oficiais tomavam a si dissuadi-los de tal propósito. Com a ameaça dos soldados e a promessa dos seus chefes, o príncipe ficava esclarecido e podia decidir acerca das condições que lhe apresentavam para realizar-se o embarque. Rogavam-lhe a suspensão dos editais, destinados a aconselhar ou impor aos povos o abandono dos lares, e garantiam não querer maltratá-los: "Nós protestamos diante dos Céus que não somos inimigos e que de maneira nenhuma os ofenderemos." Pareciam desse modo querer fingir que a Providência era destinada a evitar agressão àqueles moradores, quando aliás tinha por fim pô-lo ao abrigo das operações de guerra, prestes a serem iniciadas.

No dia 5 de fevereiro comunicaram que a Divisão se retiraria e só pedia o restabelecimento das comunicações para tratar dos seus arranjos particulares, os quais demandavam alguns dias. A comunicação era para ser feita por uma comissão de oficiais; mas só um deles foi recebido no Paço. O príncipe condescendeu que embarcassem a 7 e a 2 estivessem prontos para partir, podendo nesse intervalo cuidar de quanto lhes conviesse; mandou então participar-lhes que além dos cinco navios já prontos, no dia seguinte mandaria aprontar mais dois.

Findo, porém, o prazo marcado, a divisão não embarcou. O general e os comandantes agradeceram a benignidade do Príncipe, mas apresentaram-lhe uma exposição das dificuldades encontradas para cumprir-lhe as ordens. A comissão de cada corpo fora a bordo dos navios, em companhia do inspetor do arsenal, a fim de providenciar acerca da distribuição dos lugares e verificara só caberem 988 pessoas, quando a Divisão se compunha de 1.673, sem falar no trem da artilharia. Os preparos não estavam findos, como reconhecera o próprio inspetor. Sem navio hospital, era temeridade escusada empreender tão longa travessia. À vista destas razões, concluía o general por pedir o adiamento da viagem, até sanarem-se todas as faltas, garantindo ele a obediência e disciplina da tropa.

Naquela noite, uma nota redigida nestes termos e apresentada à Divisão consignava as condições pecuniárias: "Soldos terça parte; gratificação e comedorias aos oficiais e famílias, três meses adiantados. Os mesmos

três meses de soldo adiantados aos soldados. Os dois semestres de 1821, etc. Guias ao Sr. general Avilez e aos mais constantes da relação."[8]

O pedido de novo adiamento e ao demais indefinido, quando a ordem estava dada desde 30 de janeiro para o embarque rápido, exasperou o príncipe. Era evidente, da parte de Avilez, a preocupação de ganhar tempo; mas o Governo não se podia expor às incertezas que o atormentavam acerca da conduta da tropa por chegar. Havia um mês, a população estava excitadíssima, esperando a cada momento ser atacada. Disposta a resistir, interrompia os seus trabalhos, de modo que a vida coletiva se desorganizava a cada momento. No dia 6, como Villegaignon disparasse três tiros de peça, acreditou-se o começo das operações. Era a data marcada para terminar o embarque adiado. Toda a cidade agitou-se, com se fora entrar em fogo; toque de sinos e cornetas, gente armada a correr, a fim de reunir-se em forma, e José Bonifácio a cavalo, disposto a tomar parte na luta . Já os ministros não se escondiam; vinham pôr-se à frente da reação.

O príncipe compreendeu que não havia lugar para novas concessões e era preciso dar de pronto o golpe decisivo. Impaciente desde a primeira recusa de embarque no dia 5 estimulara Curado a atacar a divisão; mas o velho general com experiência da guerra por ter-se batido no Estado Oriental contra as forças de Artigas, ponderava-lhe que a tarefa não era tão fácil quanto parecia e pedia-lhe que concorresse para a certeza do seu bom êxito, pondo-se à frente das forças.[9]

Avilez teve tempo de sobra para atacar a tropa posta em São Gonçalo, antes de estarem prontos os navios que lhe dificultariam a ação, colocando-o entre dois fogos, navios, cujos preparos só terminaram no fim de janeiro. Ele próprio disse às Cortes que "nada lhe seria tão fácil como desbaratar num momento aquele aparato irrisório de plano de campanha, delineado sem o menor conhecimento de tática" e explicou por que

---

8 No dia da transferência para a Praia Grande tinha-se resolvido o pagamento imediato de um mês de soldo, ficando para serem pagos mais dois, quando estivessem as tropas a bordo dos navios que as deveria levar a Portugal. Depois, por portaria do dia 8 de fevereiro, foram mandados pagar três meses de soldo adiantados e respectivas gratificações e os respectivos vencimentos de etapa e forragens – Cairu. *Op. cit.*, parte X, págs. 57 e 60.

9 *D. Pedro e suas gloriosas ações*, manusc. cit.

não realizou esse feito: "O horror que inspira à humanidade a destruição de homens naquele caso seriam meros instrumentos dos que sem justiça empreendiam uma guerra civil, teve em meu ânimo mais peso, para não representar cenas sanguinolentas e dolorosas, como as que tivera lugar na Bahia e Pernambuco."

Por fim o príncipe acedeu às instâncias de Curado e após ter visitado as forças de terra, passou-se para bordo da fragata *União*, deu ordem de desembarque a 400 homens sob o comando de José Joaquim de Lima e Silva, para irem a elas se juntar e na manhã do dia 9 mandou um emissário intimar à divisão a embarcar no dia seguinte, sob pena de não lhe dar quartel em parte alguma. As palavras de Avilez a respeito desse momento angustioso concorrem para julgá-lo com acerto: "Os soldados estavam dispostos a dissipar aquela farsa militar com que figuravam ameaçá-los; eu porém conhecia o espírito de tais intimações e via que as maquinações secretas que as produziram eram dirigidas a sacrificar inocentes para comprar com sangue o seu engrandecimento; e *não tendo certeza do tempo em que chegaria a Expedição de Portugal,* resolvi que a Divisão embarcasse." Se fossem outros os sentimentos da Divisão, acrescenta, resistiria a intimações violentas e exigiria o cumprimento do que lhe fora prometido por intermédio do brigadeiro Raposo; mas o príncipe se via "na necessidade de retratar suas resoluções".

Realmente é preciso lembrar que a Divisão recusara no dia 12 aceitar a condição de partir sem demora e propôs transferir-se para Praia Grande, donde sairia "logo que chegassem de Portugal as tropas que as deviam render". Este fato é narrado pelo general Oliveira Álvares, ministro da Guerra em substituição do general Caula, ao ministro da Guerra de Portugal. Então "S. A. R., solicitou em procurar todos os meios de restituir à cidade o sossego e tranquilidade pública, de que tão injustamente se achava privada, não hesitou um momento em anuir àquela representação".[10]

Tivesse o príncipe anuído, com receio de ver travar-se a luta em condições de inferioridade para sua causa, mas guardando o pensamento de voltar atrás do consentimento dado; tivesse aquiescido por não prever os perigos da chegada da nova Divisão; tivessem-lhe depois de aberto os olhos a protelação e os pretextos sucessivos de Avilez; tivesse José Bonifácio,

---

10 Of., em 3 de fev., transcrito integralmente por M. Morais, *Brasil Reino*, pág. 216.

na primeira conferência de São Cristóvão, entre as condições de que fez depender a sua entrada para o Ministério, apresentado a de anular aquela permissão, cujos inconvenientes não escapariam à sua argúcia; qualquer destas hipóteses pode explicar tal mudança de resolução. Não é contrário ao caráter de d. Pedro recuar de um compromisso tomado, sobretudo nas condições expostas; ao demais é para notar que logo no dia 12 ele mostrava esperar a agravação dos fatos, pois pedia socorro às Juntas de S. Paulo e Minas. A primeira respondeu-lhe sem demora, e a palavra foi cumprida, que no dia 23 ou 24 partiriam para o Rio 400 homens de caçadores, 400 de infantaria e 300 de cavalaria.

É de crer que Avilez não estivesse simplesmente pleiteando melhores condições para embarcar, disposto a partir apenas elas fossem preenchidas. Parece claro que seu fim principal era aguardar a chegada da força, mandada para rendê-lo. Essa sua exigência não encerrava uma condição de pundonor militar. Um corpo pode partir sem esperar o que o deva substituir, sem por isso ser diminuído em sua altivez. Quem tinha de avaliar da oportunidade da medida era a autoridade donde a ordem emanava. A questão, porém, consistia em que a divisão se permitia discutir o poder dessa autoridade.

No fundo do seu sentimento estava a identificação com a política das Cortes e a divergência com a resolução do príncipe, de ficar no Brasil contra as ordens delas. Se a nova força lograsse reunir-se à Divisão Auxiliadora, o príncipe poderia intimidar-se e ceder; não haveria então necessidade de lutar. A experiência de 5 de junho autorizava essa esperança. Se ela se confirmasse, José Bonifácio teria a sorte do conde dos Arcos e tudo estaria acabado; em caso contrário, sempre havia meio de evitar a guerra civil, ou se a nova tropa se recusasse a colaborar num pronunciamento, a Divisão embarcaria sem desdouro e não teria perante as Cortes a responsabilidade de abandonar o porto sem nada tentar. A incerteza do tempo em que chegaria a expedição de Portugal demoliu todo o plano de Avilez. Aquela frase da representação dirigida às Cortes põe às claras o móvel das suas ações.

O cônego Geraldo Leite, contemporâneo desses acontecimentos, refere uma circunstância a que não alude Avilez. Recebido o ultimato de d. Pedro, teria ele reunido o conselho de oficiais e proposto esta questão: "O príncipe estava à frente das forças contrárias, era bravo e atrevido,

deveria a divisão fazer fogo contra ele, o herdeiro da Coroa?"A resposta foi negativa.[11] Nada diz o general da opinião dos oficiais, só diz que "os soldados estavam dispostos a dissipar aquela farsa militar". Dada a linguagem sempre usada por ele, parece que os soldados eram soldados rasos. A resolução de não lhes aproveitar as disposições foi pessoalmente sua: "Resolvi que a Divisão embarcasse."

O embarque começou a 10 e findou a 11 de fevereiro. Uma vez a bordo, os oficiais tiveram permissão de ir a terra para terminarem os seus arranjos e a 15 de manhã, comboiados por uma fragata e uma corveta, afastaram-se do porto os transportes que levavam a divisão e deviam ser escoltados até o cabo de Santo Agostinho.

Avilez descreveu a ação militar do príncipe sem ocultar que o admirava: "Nesta ocasião S. A. R. desenvolveu à vista de todos aquela energia e atividade própria do seu caráter e idade"; ora na fragata *União*, cercado dos ministros, dando ordens à esquadra; ora movendo-se em várias direções a bordo da galeota e rebocando navios e transportes, ancorados no Poço, designando-lhes outros lugares para fundearem, "sem que nada escapasse à sua penetração e nem mesmo o calor da estação pudesse deter a sua vigilância".

Todas as suas referências a d. Pedro, não só são respeitosas, mas até lisonjeiras. Em vez de diminuí-lo, exalta-o parecendo querer indicar às Cortes a gravidade de quererem derrubá-lo, sem atender aos elementos que o encorajavam e fortaleciam, ao "carinho filial com que era olhado". Confessava reconhecer o partido do Fico como o mais forte entre os demais. Dir-se-ia da prova de ter resistido quanto fora possível, de ter procurado levar mais longe o seu esforço, mas já haver passado o momento de insistir na luta e de pretender arrancar d. Pedro do Brasil: "Sua Alteza não é só amado de todo o povo, mas também idolatrado de todas as pessoas que têm a honra de conhecê-lo. Um jovem príncipe, franco, liberal, ativo e dócil, não pode deixar de ser o encanto de seus povos."

Esta linguagem não podia agradar no ambiente de intolerância em meio ao qual as Cortes deliberavam. Elas votaram que não se devia receber com agrado as congratulações que lhes dirigiu o general. Oradores inflamados reclamavam preliminarmente que ele fosse julgado e a sua conduta esclarecida, apesar de haver outros decididos a mostrar-lhe agrado.

---

11 Docs. cits., pág. 328.

Queriam aqueles averiguar preliminarmente as circunstâncias em que ele se achara, já despendendo esforços para serem cumpridas as ordens das Cortes, já acabando por ceder, a fim de evitar a guerra civil.[12] Algum tempo depois, serenando os ânimos, o seu procedimento foi louvado.

Pela primeira vez, depois de investido nos poderes da regência, o príncipe exercia autoridade sobre a tropa e lhe impunha a vontade, contrária aos desígnios delas, de quem até ali fora prisioneiro. Estava tomada a desforra da humilhação de 5 de junho, acolhida pelas Cortes como dia glorioso e memorável, em que a causa da justiça e da razão tinham de novo triunfado.

Naquele dia, os ministros tremiam ou choravam, o intendente de polícia escondia-se, e ele debatia-se sozinho com a insubordinação militar, submetia-se às suas imposições e só se salvava pessoalmente, ofendido e humilhado. Agora os ministros aconselhavam-no, acompanhavam-no ao perigo, dispostos a compartilhá-lo e havia o odor quase juvenil, a atividade incansável, a capacidade organizadora de José Bonifácio. Comparando os dois momentos, dizia Mareschal que até então ele vivera cercado apenas de portugueses, fidalgos absolutamente nulos, "gente honesta aliás, porém incapaz de conselho e ação".[13]

Estava aberta a incompatibilidade absoluta entre o príncipe e o governo das Cortes, entre o Brasil e Portugal. Expulsando tropas reinóis, o regente e a Junta de Pernambuco tinham roto o decreto que imobilizava as províncias nas mãos dos governadores das armas. Golpe tão fundo, ofensa tão grave eram de molde a forçar as Cortes a tratá-los como rebeldes. Afas-

---

12 *Diário das Cortes*, tomo V, sessão 22 de maio de 1822. Avilez foi sempre dedicado às Cortes e à causa constitucional. Quando as tropas de Lisboa começaram a abandoná-las e partir para Vila Franca, onde se incorporaram às forças de d. Miguel, a fim de restaurar o absolutismo de d. João VI, foi a ele que o governo, em vésperas de cair, confiou o comando da guarnição restante.

13 Dessa gente dizia também o barão Sturmer: "A ignorância crassa e a imbecilidade dos fidalgos ultrapassam qualquer ideia que a esse respeito possa fazer." (Of. nº 10-B, de 31 de março de 1821.) Acha-se a explicação desses conceitos tão duros nestas palavras de Hipólito: "Em Portugal julgam os fidalgos titulares que lhes é ignominioso mandar seus filhos primogênitos à Universidade de Coimbra; de maneira que não há fidalgo algum titular que tenha graus acadêmicos, senão os que receberem sendo filhos segundos e que adquiriram os títulos depois. Ao mesmo tempo os presidentes dos tribunais são dessa classe de homens que se suporiam desonrados se estudassem." – *Correio brasiliense*, vol. V, pág. 565.

tar a Divisão Auxiliadora era dificultar ou tornar impossível a reunião das forças portuguesas de Montevidéu e da Bahia contra o governo do príncipe. Enquanto ela permanecesse no Rio, a conduta de Lecor e de Madeira seria motivo constante de inquietação.

Unidos, eles poderiam, de ordem ou sem ordem das Cortes, enfrentá-lo sem receio de luta armada e levá-lo a submeter-se. Isolado, Avilez só poderia vencê-lo em combate. Não seria inadmissível que a persistirem as duas forças, uma em frente à outra, um dia se empenhassem em conflito. Avilez não o queira provocar; mostrou que o não provocaria. A ofensiva teria de partir de Curado, como desejava o príncipe; tamanho erro procurava o velho general evitar.[14]

Derrotadas as suas forças, d. Pedro estaria impossibilitado de ficar. A palavra de 9 de janeiro não seria cumprida. Só havia então um meio de assegurar o triunfo; mas o triunfo certamente incruento. Seria ele mesmo abrir pessoalmente a luta e deixar aos soldados portugueses a responsabilidade de atirarem contra o seu rei de amanhã. Era o único golpe que Avilez temia e foi o golpe que o venceu.

Desde aquele momento, porém, o futuro rei de Portugal passava a ser, desde logo, soberano do Brasil. Ele faltava à promessa feita ao general, para cumprir a que fizera ao povo. Cabia-lhe tudo empreender no intuito de salvar a mais bela parte da monarquia, a mantê-la unida às demais. A separação de Portugal, porém, estava iniciada; pouco restaria para consumá-la. Agora sim, o Fico tornava-se deveras o prólogo da Independência.

Entretanto tinha sido muito discutida nas Cortes a remessa de tropas para render as forças comandadas por Avilez, havendo até quem a achasse desnecessária, sendo dessa opinião o próprio Fernandes Tomás. Sustentavam esses deputados que se devia esperar a chegada dos representantes do Brasil, a fim de declararem se a medida era necessária. A decisão de mandar 1.200 praças prevaleceu por quarenta votos contra trinta e sete.

Chegando a 9 de março, a divisão a que se temia já não vinha ameaçar, mas obedecer. Ela já soubera em alto-mar tudo quanto se havia

---

14 Quando terminou a ação, o Príncipe foi ao quartel-general de Curado agradecer-lhe os bons conselhos. Em 1825 fê-lo barão de S. João da Barra e no ano seguinte elevou-o a conde do mesmo nome.

passado. Carretti fora a bordo da nau *D. João VI* e anunciara-lhe a impossibilidade de desembarcar.[15] Intimada a fundear fora da barra, ao alcance da artilharia dos fortes, os respectivos comandantes de terra e mar, convocados pelo príncipe, submeteram-se a cumprir-lhe as ordens, fossem quais fossem. Uma delas foi de deixarem destacar-se das suas forças uma fragata para ficar no Brasil; outra foi de fazerem ler às guarnições um decreto que reduzia a três anos o serviço dos soldados, desejosos de não voltar a Portugal.

Oitocentos e noventa e quatro homens abandonaram a expedição, que se fez a vela de volta, duas semanas depois.

Desde então, dois governos se defrontavam com interesses opostos, contrariando-se nas suas ordens, desrespeitando-se, hostilizando-se. As suas rivalidades, a paixão dos seus agentes, iriam torná-los cada vez mais irreconciliáveis a cavar ainda mais fundo a separação que começava.[16]

---

15 Os sete navios que conduziram a Divisão Auxiliadora foram comboiados pelas corvetas *Maria da Glória* e *Liberal.* Na altura dos Abrolhos, dois deles tomaram o rumo da Bahia. A *Liberal* teve ordem de persegui-los, "mas se fosse ter rendido esse navio o mastro de traquete, ou pela má vontade do seu comandante, inteiramente devotado à causa de Portugal", não foi possível evitar que ali chegasse e desembarcasse o 15 de caçadores. Continuou a *Maria da Glória* a comboiar os cinco navios restantes até à altura do cabo de Santo Agostinho. – *A Marinha de guerra do Brasil na luta da Independência*, atribuído a Garcez Palha, pág. 5.

16 No processo a que foi sujeito em Lisboa, declarou o chefe de divisão Francisco Maximiliano de Sousa, comandante da expedição, ter-lhe dito o Príncipe não consentir no desembarque da força, por causa das desordens promovidas pela Divisão Auxiliadora, donde resultara grande excitação popular, a qual convinha sossegar, a fim de dar-lhe tempo de preparar-se para regressar à Europa. Em tais condições parecia-lhe convir que o chefe da divisão naval e o comandante da tropa declarassem por escrito quais eram os seus sentimentos. A esse desejo eles acederam, escrevendo o seguinte: "Nós abaixo assinados protestamos obedecer em tudo às ordens que nos forem dirigidas por S. A. R., pois tal é o nosso dever, assim como de nada nos embaraçarmos nem tomarmos parte nas disposições do Governo, salvo sendo-nos ordenado pelo mesmo Augusto Senhor. "Maximiliano foi absolvido pelo conselho do almirantado; mas arvorando-se em poder judiciário, as Cortes mandaram submetê-lo a novo julgamento, no qual foi então condenado a ser excluído do serviço; entretanto, em virtude de circunstâncias atenuantes a seu favor, foi recomendado à clemência real." A divisão sob seu comando era composta de uma e não quatro corvetas e dois transportes. Das corvetas foi retida a *Carolina*, que recebeu depois o nome de *Paraguaçu*.

Capítulo XVII

A DESUNIÃO DAS PROVÍNCIAS

DESOBEDECENDO às ordens das Cortes para ficar no Brasil, nem por isso o príncipe ganhou desde logo bastante influência, nem passou a inspirar bastante confiança para decidir todas as províncias a desobedecerem também e a acompanharem-no em ato de tamanha gravidade. Em algumas delas, não só as guarnições militares, mas igualmente as Juntas de Governo, nada queriam fazer de molde a afrouxar os laços de união com Portugal.

O apoio dado por Minas contra o pronunciamento da Divisão Auxiliadora não era sem restrições, nem tampouco tranquilizador. As dissensões intestinas de S. Paulo constituíam objeto de apreensões. Pernambuco continuava enigmático, jogando com pau de dois bicos, na frase pitoresca de José Bonifácio. O problema máximo, de congraçar as províncias em torno do poder central, continuava de pé e estava prenhe de ameaças, com os núcleos de resistência espalhados pela costa do Norte, no Pará, no Maranhão, e sobretudo na Bahia. O Ministério temia desordens na própria província do Rio de Janeiro, que ameaçava de tentativas para fazer-se a eleição da junta, em detrimento da regência.

Quando começaram a iniciar-se em todo o Brasil as eleições para esse mesmo fim, o capitão-general de Minas pediu permissão ao príncipe para promover naquela província a escolha do governo provisório, que considerava inevitável. O príncipe concordou; mas antes de realizar-se tal combinação, o tenente-coronel Pinto Peixoto precipitou os acontecimentos e fez as tropas aclamarem a junta e o respectivo presidente. Foi aclamado para esse cargo o ex-governador d. Manuel de Portugal; mas não se podendo manter de acordo com os colegas, pediu licença e retirou-se com destino ao Rio de Janeiro.

Pinto Peixoto, que exercia grande influência sobre a guarnição militar e era ambicioso, ficou sendo o poder de fato. Ao seu lado e para ajudá-lo estava o juiz de fora, Cassiano Espiridião de Melo Matos.

Paulo Barbosa tinha conseguido que Teixeira Vasconcelos, vice-presidente da Junta, fosse mandado ao Rio, com a incumbência de manifestar o apoio da província ao Fico. A tarefa daquele emissário não fora fácil; as desconfianças que envolviam d. Pedro eram muito fortes e logo depois da partida de Vasconcelos, manifestou-se a separação entre a Junta e o regente, cujo governo ela deixava de reconhecer, sem contudo aproximar-se das Cortes; tendia antes para separar-se de ambos; e desse modo enfeixou nas mãos toda a autoridade.

Os seus atos envolveram desde logo o exercício da soberania. Elevou o valor do ouro de 1.200 a 1.500 a oitava; reteve o respectivo quinto devido ao rei; regulou a circulação da moeda, extinguindo e anulando a das notas da agência do Banco do Brasil; nomeou magistrados; restabeleceu o lugar de juiz de inconfidência, abolido pela corte, e elevou Pinto Peixoto, de major graduado em tenente-coronel, ao posto de general.

A permanência dos deputados da província no Rio de Janeiro, por conselho do príncipe, que os decidira a não tomarem parte no Congresso de Lisboa, até serem revogados os decretos mal recebidos no Brasil, irritou contra ele o sentimento liberal. Esse fato foi interpretado como tendente a diminuir propositalmente Minas Gerais perante as outras partes do Reino Unido e ao mesmo tempo como sinal de ser d. Pedro infenso ao triunfo do regime constitucional, à conclusão da obra esperada das Cortes. Entretanto, na realidade, ele decidira os deputados a ficarem, conforme

disse Mareschal, por considerar loucura completar uma assembleia a que se não queria reconhecer.[1]

Por ocasião de prestar o juramento maçônico no Grande Oriente do Rio, explicou Pinto Peixoto os motivos pelos quais a Junta se recusara a reconhecer a regência. A cerimônia realizava-se no escuro e estava presente d. Pedro, iniciado antes dele no mesmo dia. Perguntado quais os fins do partido a que pertencia, respondeu "que desconfiando a província a respeito das intenções do príncipe e qual o sistema de governo que adotaria, queria estar prevenido e desligar-se, se fosse necessário, a fim de não sujeitar-se a um governo absoluto ou dependente de Portugal".[2]

Muitos anos mais tarde ele repetiu estas mesmas razões, alegadas contra o príncipe: "A sua mocidade e as tradições em que fora educado faziam os liberais hesitarem de reunirem-se em torno dele." E adiante: "Prevalecendo-se das leis das Cortes, que consideravam as províncias independentes do centro, e atenta à pouca confiança que inspiravam os sentimentos liberais do príncipe, o governo provisório de Minas afastou-se dele."[3]

As notícias que chegavam ao Rio a esse respeito eram assustadoras. Para avaliar exatamente a situação, o governo despachara emissários, que em março mandavam o resultado de quanto haviam observado. Pinto Peixoto e o juiz de fora dominavam a junta; já se dizia que durante o seu governo não se reconheceria a autoridade do regente; chegava-se a acreditar na existência de ligações estabelecidas pelo sertão com a Junta da Bahia; até se receava futura aliança ou federação entre as duas províncias. D. Pedro era concitado a tomar medidas extremas; do contrário arriscar-se-ia a perder a cooperação de Minas.

Teixeira de Vasconcelos, que ainda estava no Rio, foi chamado a conselho pelo príncipe e José Bonifácio; todos concordaram em ser indispensável a partida do primeiro, com destino a Vila Rica. O príncipe, porém, não podia sair da capital, antes de ter deixado o porto a divisão naval portuguesa. Ele próprio encarregou-se de ativar os preparativos da

---

1 Mareschal. Of. nº 8 em 5 de março de 1821.

2 M. J. de Meneses. *Expos. Hist. da Maçonaria no Brasil*, reprod. no Arq. Maç. do Recife, nº 14, out. de 1907.

3 P. Peixoto. "Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência", na *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 61, pág. 8.

partida dos navios e às três horas da madrugada do dia 23 daquele mês apresentou-se a bordo.

A viagem tinha sido marcada para dois dias depois de largarem as naus. Realmente, na manhã de 25 pôs-se a caminho, levando em sua companhia além do desembargador Estêvão de Resende, futuro marquês de Valença, Teixeira de Vasconcelos, José de Resende Costa e o padre Belchior Pinheiro, sobrinho de José Bonifácio, os dois últimos deputados às Cortes. Estes três formariam o conselho e encarregar-se-iam de atrair pessoas influentes para incorporarem-se à comitiva e tornarem-na maior. De sua casa d. Pedro só se fez acompanhar de um guarda-roupa, um criado particular, um moço de estribeira e três soldados. Na véspera da partida tinham ido dois cargueiros com roupa, seguidos de um sargento.[4]

Raros particulares viajariam com tanta modéstia. Não houve meio de fazê-lo levar cozinheiro. Dizia-se disposto a comer o que encontrasse pelo caminho; se não houvesse pão, bastar-lhe-ia farinha de mandioca.[5] Estêvão de Resende pretendeu fazer programa para a viagem, regular os pousos, dar aviso para preparar-se hospedagem; mas o príncipe não consentiu; poderia dormir sobre uma esteira e fazer da mala travesseiro; ao demais, achava que com dinheiro no bolso se obteria feijão para comer.[6]

Era a primeira vez que d. Pedro cavalgava além de Santa Cruz e ia ter ideia bastante clara da vastidão do país, dos seus aspectos tão diversos. Por toda parte os povos acudiam à beira dos caminhos com mimos de flores, frutas, leite, refrescos, que em tudo ele tocava para fazer gosto aos ofertantes. A celeridade das marchas ia iniciar a fama das suas viagens espantosas.[7]

---

4 Teixeira de Vasconcelos era ouvidor de Sabará e veio a ser visconde de Caeté. O guarda-roupa era Berquó, mais tarde marquês de Cantagalo.

5 Referido a Maler pelo conde de Louzã, que ouviu da Princesa. – Maler. Of. nº 180 de 22 de março.

6 E. de Resende. *Apontamentos*, nos *Anais do Museu Paulista*, vol. I, pág. 471.

7 Foi esta a marcha da viagem: 1ª noite na fazenda do padre Correia, adiante da do Córrego Seco, onde hoje é Petrópolis; 2ª no quartel militar de Paraibuna do Sul; 3ª no quartel de Paraíba; 4ª no registro de Matias Barbosa; 5ª em Chapéu d'Uvas; 6ª na Rocinha de João Gomes; 7ª na Borda do Campo; 8ª em Barbacena; 9ª na fazenda de Pouso Real; 10ª em S. João d'el-Rei, onde repousou dois dias da Semana Santa; 13ª numa fazenda perto da Lagoa Dourada, após alguma demora em S. José dos Rio das Mortes, ou d'el-Rei, hoje Tiradentes; 14ª no arraial de Santo Amaro; 15ª no Capão do Lama, a três leguas de Vila Rica, ou Ouro Preto, tendo durante o dia demorado em Queluz.

Apenas tinham chegado a Paraíba do Sul, recebia Teixeira Vasconcelos um próprio, o qual o vinha avisar do perigo que corria se fosse a Vila Rica, pois estava marcada a "Bernada" para o dia 19 de março; esse dia ser-lhe-ia fatal, tão grande era ali o seu descrédito. Participando essa ocorrência a José Bonifácio, contava o príncipe que Teixeira "se assustou um tanto", como "medroso prudente e amigo de panos quentes", cousas que ele, o príncipe, e o seu ministro aborreciam.

Constou depois em caminho que Pinto Peixoto, à frente do corpo de caçadores, formado pela Junta, se oporia à sua entrada na capital. Desde logo d. Pedro expediu ordens aos quatro regimentos de milícias do rio das Mortes para reunirem-se e marcharem. Espontaneamente logo se apresentaram os de Sabará, prontos para combater. As más notícias exaltavam-lhe o ânimo; premeditava represálias. De S. João d'el-Rei escrevia a José Bonifácio a 3 de abril, anunciando o começo das hostilidades; os tolos tomariam juízo, "ou perderiam o que só Deus lhes poderia dar". Era a ameaça de tirar-lhes a vida.

Nessa mesma carta tornava-se mais explícito a este respeito. A Câmara daquela vila pedira-lhe para ser recebida. O governo provisório deveria ficar desnorteado quando soubesse, pois aquela corporação fora de sua escolha. Os seus membros morreriam de susto e assim "tiram o trabalho ao carrasco". Haveria de remeter para o Rio "os marotos que estavam em Minas e seus sequazes". O ministros mandasse-os "logo condenar com todo rigor das leis para nessa cidade serem processados, porque se vão a Lisboa são logo beneméritos da Pátria, mas seriam da Pátria desses marotos das Cortes". O governo provisório dera ordem ao ouvidor de S. João para hospedá-lo com a devida decência e se faltasse dinheiro, tomasse emprestado. Ele interpretava o fato deste modo: "Isto prova que já vão tendo medo e que se querem meter debaixo dos pés para ver se escapam mas de nada lhes serve." Tal linguagem, tais sentimentos afinavam com os de José Bonifácio, que dias antes, a 31 de março, lhe escrevia do Rio: "Será conveniente que V. A. R. apesar da bondade do seu coração, não tenha piedade do famoso Lopes, secretário do juiz de fora de Vila Rica, e do grande Pinto, cabeça dos revoltosos; esses três infames devem ser processados e castigados com o rigor das leis para exemplo futuro de todos os malvados da mesma ralé."

Estava o príncipe em Queluz, quando ali chegaram dois membros da Junta, a fim de apresentar-lhe homenagens e protestar-lhe obedi-

ência. "É tarde", respondeu, e imediatamente expediu ordem de prisão contra Pinto Peixoto.

Na tarde de 7 de abril chegava ao Capão do Lima e tinha às suas ordens quatro regimentos de milícias. Dizia-se que os remanescentes da Junta lhe oporiam óbices à entrada em Vila Rica. Tendo nomeado ministro para expedição de ordens a Estêvão de Resende, por ele mandou oficiar no dia 8 ao Governo provisório, dizendo já haver recebido dois dos seus membros, os quais se diziam enviados para beijar-lhe a mão e prestar-lhe obediência; mas soubera existir na capital agitação de um partido infenso ao reconhecimento da regência, ao ponto de insinuar o modo por que se lhe deviam dar vivas. Por não querer empregar a força, suspendia a sua entrada ali até que a Junta declarasse explícita e formalmente se lhe reconhecia ou não a autoridade.

Contudo aproximava-se do seu destino, quando lhe vieram ao encontro os restantes membros da Junta, em companhia de Pinto Peixoto que se constituía prisioneiro. O príncipe restituiu-lhe a espada e tendo-o ao lado, às seis horas da tarde apareceu às portas da cidade, seguido apenas da comitiva civil, sem piquete nem soldado algum.

Esse golpe de audácia transformou em entusiasmo as prevenções entretidas contra ele, a quem o senado da Câmara veio trazer um carro de triunfo, aliás recusado, por ser preferida a marcha sob o pálio até a igreja.

Começou então o príncipe a expedir os atos que modificavam a ordem de cousas existente. O juiz de fora, autor da cisão, teve ordem de sair da cidade dentro de vinte e quatro horas e de apresentar-se no Rio, dentro de quinze dias, ao ministro do Reino, para justificar a sua "conduta incendiária e revoltosa". Foram convocados os eleitores para elegerem nova Junta e procuradores ao Conselho de Estado; a Junta existente, destituídos os membros culpados, foi incumbida, sob a presidência de Teixeira Vasconcelos, de observar e fazer observar as leis em vigor e revogar os próprios atos a elas contrários. O comando das armas, usurpado por Pinto Peixoto, foi entregue ao marechal de campo Antônio José Dias Coelho.[8]

---

8 A Junta, dissolvida por decreto de 23 de março, só então divulgado, era composta de Teotônio Álvares de Oliveira Maciel, José Ferreira Pacheco, João José Lopes, Mendes Ribeiro, José Bento Soares, Manuel Inácio de Melo e Sousa (barão de Pontal) e padre José Bento Leite Ferreira de Melo. Os dois últimos foram senadores do Império.

O furor anunciado não passava de exaltação epilética, que não durava e só produzia violência sob a ação da causa provocadora. A facilidade da vitória despertou ao contrário a generosidade nativa do triunfador; soltou presos políticos e a ninguém perseguiu: "Algumas coisas, assim como o despacho do Pinto, que pareçam mal pensado, não foram, porque as circunstâncias assim o exigiram visto ele influir tudo na tropa." Vê-se também, por esta razão, dada em carta a José Bonifácio, que continuava a empregar o recurso de transigir com a força, quando não podia logo domar.

Parecia-lhe então que a tarefa era melindrosa e ainda havia muito para fazer: "Espero por estes dois meses acabar a empresa, deixando tudo bem consolidado", informava ele ao ministro a 2 de abril. Temia José Bonifácio que durante esse tempo afrouxasse ainda mais o ânimo de D. Pedro. As suas cartas, de Paraíba a S. João d'el-Rei, estavam de perfeito acordo com as dele; mas de repente a dureza anunciada convertera-se em complacência e até em prêmio ao "grande Pinto, cabeça de revoltosos". Era preciso reanimá-lo, preveni-lo contra os ardis destinados a amolecê-lo, a mistificá-lo, a seduzi-lo. A 24 escreveu-lhe nestes termos: "Não se fie V. A. R. em tudo o que lhe disserem os mineiros, pois passam no Brasil pelos mais finos trapaceiros do universo, fazem do branco preto e do preto branco, mormente nas atuais circunstâncias em que pretendem mercês a cargos e outros deitar poeiras aos olhos de V. A. R. para se livrarem dos atentados e crimes que cometeram; contudo segundo o ditado francês há homens honrados até na Normandia."

D. Pedro, porém, já tinha decidido voltar. Poucos dias depois que ele partira, José Bonifácio começou a preparar-lhe o ânimo para me-

---

O juiz de fora, que segundo a portaria expedida em nome do príncipe era arguido de fatos, que provados o tornariam "inábil para administrar justiça aos povos", veio a ser senador em 1836 e vice-presidente do Senado. A 24 de abril foi à presença de José Bonifácio que no mesmo dia escreveu ao príncipe: "Apresentou-se-me hoje Cassiano, muito humilde; disse-lhe que se conservasse nesta cidade para se justificar dos crimes que se lhe imputavam e que se comportasse com honra e sossego." O conselho foi bem tomado. Daqui em diante, até chegar ao Senado, Cassiano tornou-se homem da ordem. Nomeado desembargador de Pernambuco em 1824, ali chegou sob o Governo efêmero de Pais de Andrade; não lhe reconhecendo a legitimidade, recusou-se a tomar posse do cargo para o qual estava nomeado. Por esse motivo foi preso e mandado entregar a bordo de um dos navios que bloqueavam o porto. A generosidade do vencedor converteu em amigos Pinto Peixoto e Cassiano.

didas violentas arquitetadas em sua mente e escreveu-lhe a 31 de março: "Aqui tudo vai com tranquilidade"; mas fazia uma restrição: "exceto alguns falatórios de poucas cabeças esquentadas, que brevemente algumas delas sairão barra fora." Aproveitava o ensejo para insinuar desconfianças contra o seu colega da repartição da Guerra: "Os ministros vão bem; só o Oliveira tem, não sei porque motivo, adquirido uma opinião pública muito pouco favorável." O príncipe animava-o a proceder contra os mexeriqueiros políticos: "… faz bem em praticar o que tem praticado relativamente aos faladores e digo mais se for criado meu nenhuma compaixão com ele."[9]

A aproximação das eleições para procuradores gerais, marcada para o dia 18, dava oportunidade a certa agitação. As Cortes tinham ordenado a eleição de uma Junta de governo, mas ela não se realizara no Rio de Janeiro, como se tinha feito em outras províncias, nem disso se cogitava. As Cortes já a supunham em funções; tanto assim que na ausência do regente chegaram papéis oficiais a ela endereçados.[10]

O golpe desferido contra Avilez colheu de surpresa o elemento português reacionário; as suas esperanças por certo teriam renascido, se as tropas trazidas para substituir a Divisão Auxiliadora houvessem desembarcado; mas obrigadas a voltar para Lisboa, delas só restavam cerca de 500 ou 600 soldados, concitados pelo Governo a abandonarem os companheiros repatriados. Era um núcleo sem chefe e muito fraco para enfrentar a tropa brasileira, coesa e animada pela vitória recente. Contudo os sucessos da Bahia despertaram o espírito da reação e animaram-no a aproveitar o pretexto das eleições pelo menos para criar embaraços ao novo Ministério. Era natural que José Bonifácio fosse o alvo dos ataques, único brasileiro com assento na governança e logo elevado pelo príncipe em sua ausência a uma espécie de presidência do Conselho de Ministros. Proclamações e pasquins, afixados às esquinas e às portas das igrejas, chamavam o povo às armas para depor "o Ministério paulista". Outros concitavam os escravos a sublevarem-se, pois a Constituição os tinha libertado e igualado aos outros homens. Alguns censuravam o príncipe

9 Carta de 6 de abril, datada de S. João d'el-Rei, no arq. do cast. d'Eu.

10 Diz Mareschal que o Ministério ficou muito embaraçado, porque os desejava abrir; mas não ousando fazê-lo, recorreu à princesa, a qual se recusou a tomar semelhante responsabilidade. – Of. de 11 de abril.

por ter criado uma assembleia de procuradores das províncias sem para tanto ter poderes. Dessa opinião era também o *Correio do Rio de Janeiro*.

Começaram a fervilhar boatos de que se promoveria a destituição do Ministério e em vez de eleger os procuradores, eleger-se-ia a Junta.[11] Em cartas a d. Pedro refere José Bonifácio tudo quanto lhe chegava aos ouvidos. Temia a gente medrosa nova "Bernarda" no dia 18, com o fim de obstar a eleição ou mudar os ministros. Apurava haver clubes secretos e suspeitos de acharem-se envolvidos nessas maquinações "os desembargadores José Albano, Antônio Luís (Pereira da Cunha), Luís de Oliveira, o juiz do crime do bairro de Santa Rita, o Garcez e até dizem-me, o que é difícil crer, que o Tinoco (desembargador) e mais alguns oficiais militares europeus". Um frade ajudava os conspiradores e no confessionário aconselhava os portugueses a armarem-se, porque os brasileiros premeditavam assassinatos para o dia da eleição. Mas esse frade tinha desaparecido. "Eu que nada temo, ainda costumo rondar a pé a cidade, porém com mais cuidado para não dar caneladas", informava o ministro, concluindo por mostrar quanto estava alerta: "Eu não durmo e vigio sobre tais energúmenos."[12] Tinha havido tramas infernais. O próprio ministro da Guerra, o general Oliveira Álvares, cuja ação fora tão eficaz a favor do príncipe contra Avilez, era agora, três meses depois do 'Fico', apontado como conspirador; "estava mancomunado com todos os da Junta provisional, vários desembargadores, oficiais do Estado-Maior e negociantes e caixeiros portugueses", com o fim de nomearem uma Junta governativa de que o príncipe seria "talvez" o presidente, até que as Cortes decidissem se ele deveria ficar ou não no Brasil.

---

11 No nº 5 do *Tamoio* de 2 de setembro de 1823 há um artigo com a assinatura de *Tapuia*, à guisa de entrevista com José Bonifácio; é a narração de uma visita a ele feita pelo escritor, que o denomina "o velho do Rocio", lugar da sua morada, na esquina da Rua do Sacramento. Aí reproduz o *Tapuia* tudo quanto ouviu do Patriarca: "Quando o príncipe partiu para Minas, a pacificar e converter os facciosos, os chumbeiros do Rio de Janeiro, junto com os anarquistas do Brasil, procuraram aproveitar-se desta circunstância para o reduzirem a mero presidente da Junta Provisional, que desejava de novo levantar a cabeça do sepulcro."

12 O original dessa carta, datada de 6 abril, acha-se no arquivo do castelo d'Eu, enquanto as minutas das outras, bem como as respostas autografadas de d. Pedro, citadas neste e noutros capítulos, foram copiadas pelo A, quando ainda estavam em poder de uma bisneta de José Bonifácio, que lhe recomendou a ocultação do seu nome e depois em nome de seu esposo as ofertou ao Museu Paulista.

Vinham depois os pormenores: "Para ministro deste Governo seriam eleitos o bispo em meu lugar e do Montenegro e para as outras duas secretarias o Oliveira. Seria deposto o general Curado e em seu lugar uns queriam Alexandre Elói, parente do Oliveira por parte da mulher, outros o tenente-general Marques; e para outros lugares subalternos alguns outros indivíduos da sua facção."[13]

Tinham ido incomodar a própria princesa, levando-lhe idênticas denúncias. Um suíço ou alemão de nome Flak fora contar-lhe que estivera num clube com o ministro da Guerra e aí assistira tramarem-se "coisas terríveis" contra o príncipe regente. Esse denunciante, porém, imediatamente desapareceu e não era encontrado. Também o encarregado dos negócios da Áustria e o aviador d. Francisco (o futuro marquês de Maceió) iam referir a Sua Alteza que havia reuniões em certos pontos da cidade e arredores. Em torno da principal suspeita choviam denúncias contra o ministro da Guerra e as visitas que ele fazia eram tidas como passos de conspirador. Até opiniões desfavoráveis a José Bonifácio eram citadas em suas cartas como sinais da conjuração.[14]

Acreditando na deslealdade daquele companheiro, convocou ele os dois outros, Montenegro e o almirante Farinha, e pô-los ao corrente de

---

13 O tenente-general A. E. Portela começou a servir no Brasil em 1781 e foi brigadeiro em 1808 após ter entrado em campanha na Banda Oriental; era conselheiro de guerra e chefe das fortificações. O tenente-general Manuel Marques de Sousa, rio-grandense-do-sul, era sogro de Oliveira Álvares, tinha então 79 anos e grandes serviços de guerra.

14 "O juiz de fora [que era então José Clemente] me deu hoje parte que suspeitava, por ouvir dizer a pessoas sensatas que Rodrigo Pinto (almirante) era um dos primeiros cabeças da trama que se urdia para deitar por terra a V. A. R. e o seu governo e ministros." (Carta de 17 de abril). – "Antes de ontem à noite tive uma participação oficial do dr. Oves (Obes?) e ontem de manhã outra, comunicando-me que suspeitava que o brigadeiro Aparício, induzido por um d. Alarcão estava também nas tramas, pois tinha no dia antecedente ido a um clube noturno que se fizera em Botafogo, e ontem apalpando-o lhe dissera este que ele e mais o dr. Oves deveriam ir para Lisboa e que nas atuais circunstâncias era de obrigação de um militar tomar um partido decisivo: disse-me mais que o ministro Oliveira tinha ido várias vezes fazer visitas ao Aparício. Disse-me mais o dr. Oves que estando ontem em uma sociedade de brasileiros na casa de Francisco Xavier de Araújo lhe ouvira dizer que eu tinha merecido a princípio todo o entusiasmo e confiança do povo desta cidade, quando entrei no Mi-

tudo. Este declarou-lhe não se admirar, pois havia muito tempo "desconfiava do trabalho do Oliveira". Assentaram então os três em adiar as eleições dos procuradores, "porem-se de observação" e segundo as circunstâncias ocorrentes, suspenderam e prenderem Oliveira Álvares em nome do príncipe regente e até a sua última resolução. Antes disso já José Bonifácio procurara o general Curado, e intimara-o a vigiar com todo o cuidado os corpos da guarnição, inclusive os oficiais. Foi ainda mais longe e abateu a autoridade do ministro perante o seu subordinado, ordenando a este que "no caso de receber algumas ordens da Secretaria da Guerra, que lhe parecessem suspeitas ou prejudiciais ao bem do Estado, não as executasse sem primeiro dar parte ao Ministério do Reino".

Para chegar a tais extremos, José Bonifácio devia achar-se em grande agitação de espírito: "Eu sou vigiado dia e noite pelo dito Oliveira e ameaçado de morte por todos os malvados da conjuração; mas nada temo porque morrer ao serviço da minha pátria e de V. A. R. é para mim uma glória", escrevia ele a 12 de abril.

Foram executadas algumas deportações e presos à noite com grande aparato militar vários portugueses indigitados como partícipes dos acontecimentos. José Bonifácio quis demonstrar na primeira oportunidade quais seriam os seus métodos de governo contra aqueles que tentassem de qualquer modo abalar-lhe ou tirar-lhe o poder. Dado o exemplo, no dia 20 o conspirador de dez dias atrás aparecia como elemento de ordem: "As tramas urdidas estão suspensas, mas os homens são os mesmos. O Oliveira mostra ter entrado no verdadeiro caminho e tem dado provas da maior atividade e boa fé, mas a sua falta absoluta de caráter e ambição de figurar deixam-no no mesmo estado de receio. Os outros dois meus colegas são

---

nistério, mas que depois do decreto de 16 de fevereiro (convocação do conselho de procuradores gerais) tinha perdido muita parte da minha popularidade, porquanto este decreto era laço que se armava aos brasileiros para não terem nem Constituição nem Cortes no Brasil. Agora me diz um inglês que estando em uma sociedade de senhores, cujos nomes não quis referir, ouviu dizer que Rodrigo Pinto era um dos principais cabeças em querer deitar-me fora do Ministério para tomar o meu lugar. É digno de reparo que ontem no Paço o mesmo Oliveira, grande amigo de Rodrigo Pinto, me comunicou, sangrando-se em saúde, que o bispo queria entrar em meu lugar e ele Rodrigo Pinto no seu. Combine V. A. R., estas duas notícias e tire-lhe as consequências." – Carta de 14 de abril.

bons homens e nada mais." José Bonifácio erguia-se sozinho aos olhos do príncipe e mostrava-se o salvador da situação: "Eu faço o que posso, mas não sou gigante que tenha cem braços e cem olhos." A 24, conquanto houvesse sossego público, ainda, os facciosos e desorganizadores estavam no mesmo pé e os clubes e tramas secretas continuavam.[15]

Desde que resolvera suspender as eleições, o ministro revelara logo os seus intuitos radicais, o fim talvez de toda a sua ação violenta, tão

15 Saint Hilaire conheceu Oliveira Álvares no Desterro, capital de Santa Catarina, e fez-lhe este retrato: "O marechal nasceu na Madeira, foi educado no colégio inglês de Douaie e era doutor em matemática pela Universidade de Coimbra. Após ter servido na marinha, passou para o exército, onde serviu contra os hispano-americanos. Tinha conhecimentos variados; falava francês assás bem e tinha gosto pela história natural. Amável, alegre, jovial, deixando-se cair em amável negligência, era tão pouco pretensioso quanto pouco arrogante." (*Voyage à St. Paul et Ste Catherine* vol. II, pág. 358.) É também digno de menção o juízo de outro escritor estrangeiro a respeito de Caetano Pinto de Miranda Montenegro que foi depois marquês da Praia Grande. H. Koster, que viveu muito tempo em Pernambuco, elogia-lhe a boa presença e as maneiras distintas. Havia dez anos, governava a província com sistemática firmeza e uniforme prudência, fazendo administração branda e esclarecida; "afável para toda gente, tanto ouvia com atenção as queixas de um rico proprietário, como as de um simples campônio. Era justo e raramente exercia o poder, que lhe cabia, de punir sem apelação". Na opinião de Koster, se o Brasil tivesse de ficar sujeito ao governo despótico, seria feliz se todos os seus chefes fossem semelhantes a Montenegro. Esse escritor aponta como exemplo das normas administrativas do capitão-general o fato de só uma vez ele ter mandado proceder a recrutamento militar, operação da qual resultavam as mais vergonhosas perseguições. As suas ordens a esse respeito recomendavam a maior imparcialidade e ameaçavam de punição a quem maltratasse os recrutados. "Por muito amar o lugar onde residi tanto tempo", escrevia o autor, "espero não seja mudado tal governador e possa ele continuar a espalhar sobre essa vasta região os benefícios da sua branda e esclarecida administração." Tollenare reconhece-lhe também qualidades de "homem da lei, amigo da paz", porém "imprevidente, de caráter fraco e sem energia", faltas donde resultara o mau serviço policial de Pernambuco, que levantava justas queixas contra a sua "fraqueza e imperícia". Esse estado de coisas chegara ao ponto de uma vez, a um quarto de légua da cidade, ele mesmo ser atacado e roubado, não obstante achar-se em companhia de um ajudante de ordens e dos seus criados; entretanto recusou-se a mandar perseguir os criminosos. A sua fraqueza estava aliada à sua bondade, ou uma era filha da outra, quando rebentou a revolução de 1817, Montenegro mandou proceder com severidade; mas "à primeira descarga de mosqueteria tomou disposições para fugir e protegido por parte da guarda de palácio", recolheu-se à fortaleza do Brum. Koster. *Op. cit.*, vol. I, pág. 16, vol. II, pág. 166. Tollenare. *Op. cit.*, pág. 176.

desproporcionada à importância dos fatos: "Tendo sido necessário suspender as eleições, parece-me muito conveniente descartarmos-nos dos eleitores atuais, cabeças de motim."[16]

Apesar das cores negras com que José Bonifácio pintava a situação e da sua instância em pedir o regresso de d. Pedro, este não se assustou; acusando o recebimento da primeira carta, respondia confiante e com prosápia: "Nela vi o que não temo; e digo que se tal tentarem, eu lá chegando, tudo fica sossegado, porque eles comigo não querem graças." Crescendo, porém, em todas as cartas as notícias de perigo, decidiu-se por fim a voltar e comunicou a sua resolução a 18, pedindo segredo e mais segredo, para que "os pudesse apanhar de assalto".

Partindo de Vila Rica a 21 de abril, a 25, aniversário da rainha sua mãe, estava de volta à capital, tendo percorrido oitenta léguas a cavalo em menos de cinco dias, por péssimos caminhos e veredas, sobre montes e vales, sem encontrar nos pousos nem sombra de conforto. Às sete horas da noite apeava-se à porta do palácio de S. Cristóvão e logo depois aparecia no teatro, onde era recebido entre aclamações estrondosas, quando esperava chegar para abater a desordem. Mas a desordem estava ganhando na Bahia o maior alento, que haveria de embaraçar a unidade nacional.

Desde a revolução de 10 de fevereiro de 1820 tinham-se revelado naquela província prevenções contra o Governo do Rio de Janeiro. A junta que ali foi então eleita escolhera dentre os seus membros um secretário para expediente dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e confiou esse cargo a Lino Coutinho. Uma semana depois, no dia 18 daquele mês, pedira com instância às Cortes de Lisboa tropas para garanti-la contra qualquer intervenção procedente da regência. Essas tropas constituíram a Legião Lusitana, composta de mais de 1.100 homens, e serviram de base à violenta reação que depois se operou e foi o estorvo mais sério à independência do Brasil.

Elas viveram sempre em desarmonia com os naturais do país, mas sem fato de maior monta tornar impossível a manutenção da ordem. Um ano depois da revolução, porém, nomeado o general Madeira comandante das armas, foi-lhe negada posse pela Câmara, a quem cabia insinuar

16 Carta de 14 de abril.

o título de nomeação. Essa infeliz circunstância veio frustrar as boas disposições da nova junta, que acabava de ser eleita e se empossara dias antes, iniciando desde logo relações com o Governo do regente, visto participar-lhe a respectiva instalação, em termos muito lisonjeiros ao príncipe.

O terreno estava preparado para extremar-se a separação existente entre brasileiros e portugueses desde os ciúmes nascidos ao rebentar a revolução constitucional quando coube a iniciativa dos acontecimentos ao coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, figurando Madeira em segundo plano.

As forças do país ficaram suspeitas às europeias e daí nasceram rixas e deram-se encontros que produziram espancamentos e mortes. Esses sentimentos estenderam-se à população civil, sobretudo às classes incultas, de sorte que em novembro de 1821 um grupo de civis e militares, representando o elemento nativo, com o concurso de alguns portugueses radicados à vida do Brasil, procurou depor a Junta de governo, aclamada em fevereiro, e não logrando o seu intento, aconteceu serem várias pessoas presas e remetidas para Portugal.

A Junta manteve Manuel Pedro como comandante das Armas, por ser a mais alta patente da guarnição. Embora não tivesse sido reconhecida por carta régia a sua promoção, aclamada pelo povo e tropa, que fizeram o brigadeiro, governador militar e membro da Junta, contudo as Cortes e as autoridades a acatavam. Era pois de esperar que tendo sido celebrada em Lisboa a benemerência dos seus serviços em prol do novo regime político, fosse ele confirmado no seu cargo. Aliás o procedimento desse oficial tinha sido altamente leviano, pois se permitira a liberdade de fazer promoções, conferir patentes militares a civis e inscrever dísticos na bandeira do seu regimento, pecados esses habituais nas revoluções, mas reveladores do pouco senso dos pecadores.

Interpretou-se o fato da promoção e nomeação de Madeira como sinal de preferência dada aos portugueses de nascimento, pois Manuel Pedro tinha nascido no Brasil. Parecia destarte confirmar-se a suspeita de persistirem as Cortes na política de recolonização, dispostas para tal fim, a só entregar o comando de armas a generais reinóis.

A falta de certas formalidades legais, produzida em relação à carta régia de nomeação de Madeira, serviu de base à resistência dos bra-

sileiros à posse do general. Dela não tinham recebido comunicação oficial nem a Junta de Governo, nem a Junta de Fazenda, nem tampouco a Câmara Municipal, nem ainda o general em exercício, o qual declarou ao nomeado que só lhe passaria o comando se o título fosse devidamente registrado.

Levantou-se logo no seio da Câmara a ideia de ser negado registro àquele documento. Não faltavam razões legais para assim proceder. Ele constituía apenas a participação feita a Madeira de estar nomeado governador militar. As ordenações cominavam penas severas a quem desse posse de qualquer jurisdição em virtude de cartas assinadas pelo rei, sem terem transitado pela chancelaria, nem estarem seladas, condições não verificadas no caso vertente. Era também indispensável a apresentação de uma carta patente, que não se remetera ao nomeado, e além disso a assinatura do respectivo secretário de Estado no próprio instrumento apresentado, como exigia um decreto das Cortes para todos os papéis dessa natureza.

Foi logo provida uma representação à Câmara, com mais de quatrocentas assinaturas no sentido de não ser dada posse a Madeira e de ser submetido o assunto ao exame das demais Câmaras da província, a fim de darem estas o seu acordo para ser levado à decisão do soberano Congresso.[17] Interveio então a Junta de Governo no sentido de não ser a questão decidida desse modo, mas sim por uma assembleia a ser por ela desde logo convocada para estudá-la e aconselhar a seu respeito, da mesma fazendo parte o senado da Câmara.

Realizou-se o ajuntamento de todos os notáveis da cidade; os membros das Juntas de Governo e de Fazenda, da Câmara, da Mesa da Inspeção, do Colégio Médico-Cirúrgico e do Cabido, magistrados, vigários, provedores da Alfândega, Casa da Moeda e dos seguros, o intendente da marinha, o comandante da força marítima e muitas outras pessoas gradas, mas sem função oficial. Também estavam presentes Madeira, os comandantes das forças portuguesas e vários oficiais; mas Manuel Pedro não compareceu.

Antes de efetuar-se a reunião, conferenciou a Junta não só com ele, mas também com Madeira, para assegurar-se da cooperação de ambos

17 Afirma Rebouças nas suas *Recordações patrióticas* que essa representação foi escrita por Montezuma, membro da Câmara, a quem ela era dirigida.

no propósito de ser mantida a ordem. Ambos prometeram. Manuel Pedro declarou-se pronto a reconhecer o sucessor, desde que a carta régia fosse insinuada e a posse dada pela competente autoridade; Madeira, porém, afirmou conforme reza a ata da grande assembleia, que "apesar de todas as contradições, seria constante em sustentar o seu direito e trataria de fazer realizar a mercê régia que lhe fora outorgada", ou por outras palavras, como reza a Exposição da Junta, "trataria de receber todos os militares que o não reconhecessem".

Nesse sentido começou a obrar. Convocou os comandantes da 1ª e 2ª linha, interrogou-os a respeito do procedimento que teriam diante do conflito já existente e deles exigiu a assinatura de um termo, pelo qual se comprometessem a não reunir nem dar ordem de marcha aos seus corpos sem estarem por ele autorizados. Desde logo ficou a situação bem definida e a tropa dividida em dois partidos. A favor de Manuel Pedro pronunciaram-se o 1º Regimento de Infantaria, o de Artilharia e a Legião de Caçadores, corpos formados de brasileiros, e com Madeira ficou toda a tropa europeia, composta da legião constitucional lusitana (artilharia) e do batalhão nº 12, além da esquadra de cavalaria, apesar de sua origem brasileira.

Na perspectiva da luta, começaram os corpos de 2ª linha a incorporar-se a um ou outro dos contendores. De um lado havia convicção de não realizar-se a posse legal; do outro o ânimo decidido de haver-se a posse de qualquer modo. Era pois natural que as disposições tomadas pelo general português assustassem os tímidos. "O temor e o insulto presidiram a assembleia", assim declarou a Câmara ao narrar os acontecimentos ao rei. Os militares presentes procediam de modo insólito. A Junta observou "o demasiado calor e efervescência com que deliberavam algumas pessoas, principalmente os oficiais dos batalhões, que parecendo muito pouco dispostos a apreciar as razões de ordem jurídica que se apontavam, pronunciavam expressões enfáticas e ameaçadoras de grandes males que impediam à província."

Sobre a Junta, mais que sobre ninguém produziu terrível efeito a insolência dos oficiais. Sendo proposto que ela exercesse o governo militar juntamente com os dois brigadeiros, recusou peremptoriamente. Fugindo de assumir a responsabilidade da situação e de conjurar os seus perigos,

confessava depois "achar-se reduzida a um mero fantasma, incapaz de sustentar a sua autoridade".

Nessa atmosfera compressora deliberou a assembleia que apesar de reconhecida a legitimidade da nomeação impugnada, se aceitasse uma medida conciliatória, até o rei e as Cortes decidirem a questão. Nesses termos foi criada uma junta militar, composta de sete membros, para exercer o comando da guarnição. Dela fariam parte os dois generais e dois oficiais de cada lado e por eles escolhidos; o sétimo seria indicado por sorte e Madeira seria presidente. Este, porém, muito vacilava entre "as reflexões feitas por seus oficiais" e "as muitas instâncias e até rogativos dos deliberantes". Depois de ter concordado, requereu "fossem ainda ouvidos todos os oficiais da guarnição, a fim de que declarasse a sua vontade e sentimentos a esse respeito". Acrescentou que fazia esse protesto "somente para melhor e mais exuberante conservação do seu direito, guarda da sua honra e brio militar". Tudo cedia a bem do restabelecimento da tranquilidade pública, "conservando-os todavia os seus vencimentos e designação de governador das Armas". Havia ainda mais: toda a vez que aparecessem na província "atos hostis para destruir a Constituição e frustrar o juramento a ela prestado, ele, governador das Armas, reassumiria a plenitude da jurisdição que lhe dava a carta".

O protesto de Madeira não deixava dúvida acerca das suas disposições de espírito. A impugnação oposta à sua posse pela Câmara era legítima, fundava-se em lei. A única solução com probabilidade de evitar a luta seria a do governo militar, exercido pela Junta em companhia dos dois generais. Os homens de bom senso e bom nome, na posse do poder civil poderiam servir de mediadores entre eles, durante algum tempo, até chegar a decisão das Cortes; ao passo que a comissão de oficiais seria sem demora dissolvida pelas inevitáveis dissenções, existentes entre os dois partidos. Infelizmente a pusilanimidade dos membros do governo tornou impossível aquele ótimo alvitre, proposto à assembleia.

Tudo isso aliás não passava de uma série de pretextos. No fundo das coisas estavam as correntes antagônicas, de aproximação ou repulsa ao Rio de Janeiro ou a Lisboa. Do conflito de ambas resultava a perturbação dos espíritos e a inspiração revolucionária de um e outro lado.

Tinha-se apenas dissolvido a assembleia e já o canhão troava sobre a cidade assustada. Desde que as divergências se manifestaram, os

corpos militares puseram-se em guarda. Nem a Junta nem a Câmara puderam dizer quem rompera as hostilidades. Escrevia a primeira que não podia "asseverar com toda a certeza por qual dos dois partidos principiou o fogo"; não sabia a segunda "com exatidão" de que modo o fato se produzira; contudo lembrava constar notoriamente que o forte "fechara o seu portão logo depois de romper o fogo".

Ocorria contra a gente de Madeira a circunstância de estarem as avançadas do seu batalhão, vindo de longe, postadas na rua que desembocava em frente ao forte; entretanto o general declarou à Junta de governo que o ataque partira das avançadas da artilharia, tornando-se desse modo inexequível a junta militar. A demonstração imediata dessa inexequibilidade deve ter preocupado muito os adversários da medida votada pela assembleia e não é demais admitir que a tivessem promovido.[18]

---

18 Narra Rebouças nas *Recordações históricas*, que na boca da rua havia uma peça de artilharia, saída do forte e mal guarnecida por civis. Foi com tal peça que trocou tiros a força de Madeira, o qual assim relata os fatos, em ofício dirigido à Junta, e datado de 26: "Na noite de 17 os corpos da cidade destacaram piquetes com sentinelas avançadas que conservaram até pela manhã. Às 3 horas do dia 18 saíram do forte de São Pedro e quartel da Legião de Caçadores grandes piquetes que se postaram em todas as ruas das imediações do quartel do batalhão 12 e destacaram as suas sentinelas até quase à porta deste quartel, impedindo a passagem mesmo a alguns oficiais do batalhão que moravam além do lugar que eles ocupavam. Isto obrigou-nos a mandar destacar do batalhão alguns piquetes, a postar sentinelas avançadas, e quando se estavam postando, atiraram os piquetes pertencentes ao Forte de São Pedro alguns tiros sobre elas, a que responderam dois soldados dos nossos com dois tiros. Nisto chegou o tenente-coronel Pereira que fez parar os atiradores e deu ordem para retirar os piquetes se os adversários fizessem o mesmo; mas nessa ocasião apareceu um cabo, vindo do Largo da Piedade, e participou terem as avançadas do regimento de artilharia rompido fogo e haver muita tropa em marcha pela Rua João Pereira, conduzindo peças; o tenente-coronel Pereira avançou então para a Piedade com parte do batalhão. À saída do quartel ouviu dois tiros de peça e quando chegou à Piedade atirava o 3º com metralha e mosquetaria. Aí mandou dar descarga e carregar baioneta; ganhou duas peças de artilharia, postadas defronte da igreja do Rosário e convento das Mercês. Nessa posição fez alto e deu ordem para entreter fogo de fuzil, a fim de fazê-los retirar para o forte de São Pedro em cujas proximidades tinham tropa e duas peças. Tendo o flanco acossado pelo fogo feito do Trem, mandou avançar."

Seguiram-se cenas terríveis. Poviléu e marinheiros desembarcados cometeram desatinos pelas ruas. Quartéis dos partidários de Manuel Pedro foram saqueados e o cofre do 1º Regimento de Infantaria foi roubado, conforme declarou a Câmara na sua representação ao rei. Madeira defendeu-se, dizendo que em tais momentos os excessos provêm em geral de provocações inesperadas; por isso tinha havido arrombamento de casas, donde atiravam sobre os seus soldados; mas para mostrar que não se praticaram vingança nem violências escusadas lembrava ter ficado incólume a casa do seu rival, situada no teatro onde a luta fora mais intensa.[19]

Sob esse fundamento de represália explicou-se a cena mais impressionante desses dias, a morte da abadessa do convento da Lapa, Joana Angélica de Jesus. Dali também faziam fogo, declarou o lado português. Seria verdade, ou talvez na alucinação da luta visse mal a direção do ataque; talvez alguém indicasse errada procedência. A freira foi varada por baioneta ao tempo em que abria a porta que pretendiam arrombar, assim narra a representação pela Câmara, infensa a Madeira, em desacordo com a versão de ter abadessa resistido à invasão do convento. Nada causou tanto horror, nem concorreu mais que esse assassínio para aumentar na população os sentimentos de hostilidade ao general e à sua gente. Aliás a força de cavalaria, única dentre os brasileiros que o acompanhou, foi acusada de ter cometido os maiores excessos.

Ficou a tropa lusitana senhora da cidade. Do forte de S. Pedro fugiram os que resistiram por mais tempo. Lá encontrou o vencedor ao seu rival, a quem prendeu e mandou para Lisboa em companhia de outros vencidos. Em sua companhia só estava o comandante do regimento, um capitão, o quartel-mestre e alguns cadetes.

---

19 Prevendo a acusação de dar ordem de ataque à casa de Manuel Pedro, mandou Madeira guardá-la, por sentimentos "não vedando contudo a entrada e saída de pessoas autorizadas por aquele brigadeiro e que trouxessem as chaves para abrir e fechar as portas". Tudo passado pediu à Junta que mandasse proceder a vistoria judicial, que se realizou, sem prejuízo algum se ter verificado. Madeira deu parte do ocorrido ao governo, porque, ao recolher-se ao forte de S. Pedro, o seu rival oficiou aos comandantes de 2ª linha do interior da província, pedindo-lhes auxílio e declarando que tivera a casa arrombada, invadida e saqueada por tropas da Europa. – Madeira. Ofício ao Governo do Rei em 6 de março de 1822. Sec. de Manusc. de Bibl. Nac.

Manuel Pedro não se mostrou à altura das responsabilidades que assumiu e do conflito de que foi talvez o maior provocador. Enquanto por toda a parte se sente a ação de Madeira e se lhe reconhece a capacidade de chefe, esmaece e apaga-se a figura do brigadeiro, aclamado, em cuja coragem assentava toda a reação brasileira. A bravura dos seus soldados esterilizou-se na desorganização da peleja, por causa da inépcia do comandante. Com a viveza de sua linguagem, José Bonifácio fulminou-lhe a conduta, em carta escrita a d. Pedro, então ausente na província de Minas. A maior parte dos oficiais, principalmente dos europeus, dos corpos brasileiros, fugiram e atraiçoaram os seus soldados e Manuel Pedro portou-se como um miserável sem coragem. Senhor da situação, declarou Madeira que perdoava os soldados; mas diz José Bonifácio nessa carta que pelos motivos mais frívolos eram eles asperamente castigados.[20]

O terror resultante dos acontecimentos não entibiou o ânimo da Câmara, que sem demora representou ao rei, pedindo em termos enérgicos a retirada da tropa portuguesa: "Ela vinha de sobejo prevenindo contra usos e costumes, cuidando mais atacá-los que protegê-los, prevenção que toma o lugar de inimizade, por isso que nenhum laço os prende a este país, como porque não tendo este povo visto em tempo algum a guarnição da cidade por tropas que não fossem naturais e, acabando de ser vítima de uma guerra civil, não pode sem grande perturbação ver ainda em seu seio os inimigos de sua tranquilidade e segurança".

Por seu lado, calculando que a sorte da reação iniciada exigia mais tropa, pediu Madeira "além de um grande reforço de infantaria", cinquenta homens de cavalaria e outros tantos artilheiros; e também sem esquecer que tudo dependia da posse do mar, solicitou a vinda "de algumas embarcações marítimas, comandadas por oficiais hábeis e constitucionais".

Ia continuar o grande drama, destinado a eleger a Bahia heroína da Independência.

20 Rebouças também dá testemunho da incapacidade e imprevidência de Manuel Pedro quando refere que indo ao forte de S. Pedro na tarde de 18, notou "quase absoluta inação e verificou nada estar disposto, nem sequer para a defesa".

NOTAS

A) As explicações dadas por Pinto Peixoto ao ser iniciado no Grande Oriente a 2 de agosto de 1822, a respeito da política seguida pela Junta de governo de Minas em oposição à regência de D. Pedro, não satisfizeram a alguns irmãos, que propuseram fosse ele "lançado fora do templo". Iniciado, na mesma sessão, momentos antes, o príncipe mostrou-se contrário à proposta e declarou "que conquanto o profano estivesse à frente da insurreição, tinha obedecido prontamente ao seu chamado, fora da cidade, no lugar em que fizera alto, apresentando-se-lhe com a farda e divisas de tenente-coronel; que lhe intimara que fosse à cidade e preparasse tudo para a sua recepção e que ele príncipe entraria somente acompanhado por ele e sob sua responsabilidade, o que tudo cumprira sem hesitar, efetuando a entrada sem a menor resistência ou motim, por cujo motivo lhe ordenara que fosse vestir a farda de brigadeiro, pois o confirmava neste posto; e que havendo-o promovido e relevado os atos que cometera, não devia ele por isso ser repelido". (M. J. de Meneses. *Arq.* cit., pág. 32.) A submissão de Pinto Peixoto valeu-lhe acompanhar d. Pedro no regresso ao Rio, onde logo depois de chegar foi nomeado comandante de força importante, favores esses apreciados com gerais censuras. Houve, porém, de outro lado, quem achasse tudo acertado, por tratar-se de oficial jovem, ativo e empreendedor, influente na tropa destacada em Minas, onde era nocivo. Chamando-o a si, procurava o príncipe aproveitar-lhe as qualidades e realmente não errou. Diz Estêvão de Resende que após receber a "ordem de prisão, que lhe foi dada, a mandado do príncipe, pelo coronel comandante da força de cavalaria de linha, Pinto Peixoto armou-se e em companhia de um ajudante e do sargento-mor, também armados, "correu todas as tropas, derramando suas ordens de precaução e salvação de sua pessoa", mas não encontrou apoio, razão pela qual os rebeldes, que tinham promovido reuniões e procurado sublevar a guarnição, desistiram da ideia de irem soltar o brigadeiro (*Apontamentos* cits., pág. 477). No dia 8, com o oficio dirigido à Junta chegou à capital uma proclamação do príncipe ao povo, na qual ele dizia: "Vós sois constitucionais e amigos do Brasil. Eu não menos. Vós amais a liberdade. Eu adoro-a. Uni-vos comigo e desta união vireis a conhecer os bens que resultam ao Brasil." Reuniu-se então o povo e aconselhou ao senado da Câmara obediência ao regente, como ele povo praticava, e para mostrar esses sentimentos, fosse recebê-lo e tributar-lhe honras. A Junta, que apesar de ter enviado dois membros a saudá-lo, estava "ainda refratária e motora da resistência", diz Xavier da Veiga, decidiu-se e mandou Pinto Peixoto apresentar cumprimentos e protestos de fidelidade. Ao ofício do ministro interino desde logo ela respondeu sentir "toda satisfação com a certeza da vontade dos povos e desejando conformar-se com o seu voto e manifestar as suas constantes intenções de veneração, respeito e amor à Augusta Pessoa de Sua Alteza Real", o tinha reconhecido e reconhece como regente constitucional, conforme naquele mesmo dia 8 declarava por edital. A 9 publicava-se outra proclamação do príncipe: "Os ferros do despotismo, começados a quebrar no dia 24 de agosto no Porto, rebentaram hoje nesta província. Sois livres. Sois constitucionais." J. P. Xavier da Veiga. *Efem. mineiras,* I, vol. pág. 394, II, vol. págs. 32 e 42.

B) – O conceito de José Bonifácio a respeito dos mineiros, expendido em carta a D. Pedro, era partilhado em geral pelos seus conterrâneos e retribuído com idêntica convicção pelos agravados. Tais sentimentos originavam-se das condições em que se realizara o povoamento de Minas Gerais. Saint-Hilaire, que percorreu essa província em grande parte no ano de 1819, já a esse respeito escrevia o seguinte, a propósito de um roubo praticado num albergue em S. João d'el-Rei: "O dono da casa dizia muito mal dos mineiros e acusava-os de faltar-lhes escrúpulos e boa-fé; dizia que os ferreiros faziam chaves falsas para os negros roubarem os senhores. Ele mesmo sofrera as consequências de tal procedimento; pois diversas vezes fora roubado dessa maneira em mais de sessenta talheres de prata. A maior parte dos negociantes de S. João d'el-Rei comprava aos escravos objetos roubados. Quem falava-me assim era um paulista e é sabido que a gente de São Paulo não estima os mineiros; não é pois de estranhar que esse lhes exagerasse as faltas." Aqui interrompe Saint-Hilaire a narrativa para elucidar o assunto numa nota. Os paulistas tinham sido outrora vencidos e expulsos de Minas por forasteiros chegados depois deles; do novo invasor descendia em grande parte a população mineira. Datava dessa época a repulsão ainda existente entre os homens das duas províncias. O sábio naturalista procura documentar as suas palavras com opinião abalizada e cita a de monsenhor Pizarro acerca da falta de moralidade do povo de diferentes capitanias, que penetrava nos matos das novas Minas, e, dizia este autor (reproduzamos o original, deixando de lado a tradução de Saint-Hilaire): "só conhecia as leis da liberdade e do despotismo para o regulamento de suas ações e que mais apenas interessava na aquisição do metal áureo sem consulta dos meios proporcionados, cuja fome insaciável consumia-lhe o coração; não se conheciam ali outras virtudes além da lascívia, da soberba, da ambição, do orgulho e do atrevimento, que haviam chegado ao mais alto ponto de excesso." (*Memór. histór.*, vol. 8º, parte 1ª, pág. 8.) Continuava Saint-Hilaire a resumir a opinião dos mineiros a respeito dos paulistas: "Um mineiro que tinha um rancho na província de S. Paulo (rancho onde pousavam viajantes) e com quem conversei tempos depois, falava-me dos paulistas, mais ou menos nos mesmos termos. Fosse como fosse, já eu tinha reconhecido no correr da minha primeira viagem que os habitantes de Minas não cultivavam, como virtude favorita, escrupulosa delicadeza moral." Considerando a origem da população, reconhece o autor quanto seria difícil que "os filhos deixassem de conservar algo do caráter dos pais". Ele confiava, porém, que a educação dada na Europa a jovens mineiros ricos, para ali mandados pelos pais, e a educação ministrada na própria província pelo seminário de Mariana, contrabalançassem poderosamente "a influência de tão infeliz origem". (*Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la province de Goiás,* Tomo I, pág. 107.) A propósito do que observara em Goiás, volta o autor a este assunto: "Nesta província, como na de Minas, ninguém paga as suas dívidas." Ele explica deste modo a causa desses costumes: "O hábito de fazer contrabando de ouro e diamantes e de falsificar ouro em pó deve necessariamente manter a má-fé dos homens" (pág. 375). Mawe já tinha notado no Tijuco em 1809 o hábito de contrabando de diamantes, que circulavam como dinheiro e serviam para troca com toda espécie de objetos, apesar de pertencerem todos à Coroa e ser hábito da Família Real escolher os melhores, cujo peso ordinariamente excedia de 17 carás. Na *Voyage dans le*

district des diamants, vol. I, pág. 24, Saint-Hilaire põe em dúvida a asserção de Mawe sob o fraco fundamento de ter visitado o Tijuco em 1817 e não ter recebido oferta alguma das preciosas pedras. Em toda a sua obra, Saint-Hilaire mostra com certo azedume os enganos do escritor inglês; mas, por fim, em 1819, escrevendo a respeito de Goiás, como acima é citado, talvez sem se lembrar veio a dar-lhe razão nesse ponto e de algum modo contradizer-se.

. . . .

Capítulo XVIII

OS PRÓDROMOS DA INDEPENDÊNCIA

O GRUPO de Ledo, filiado à maçonaria e cujas figuras principais eram, além dele, o cônego Januário Barbosa, o general Nóbrega, o brigadeiro Alves Branco Muniz Barreto e José Clemente Pereira, tornara-se o propulsor das medidas liberais, destinadas à formação do Estado independente e a comprometer, cada vez mais, o príncipe regente nos interesses da causa brasileira. A cooperação de José Clemente facilitava converter em representações do senado da Câmara, do qual era presidente, as representações de origem popular, preparadas com a sua ingerência.

Assim como promovera o grande ato de 9 de janeiro, a Câmara requeria ao príncipe, um mês depois, a formação de um Conselho de Procuradores das Províncias, cujas atribuições seriam aconselhar o regente em todos os negócios importantes, propor medidas e providências necessárias e urgentes; advogar e solicitar os interesses e vantagens das suas respectivas províncias. Esta ideia, adotada pelo governo, foi recebida com prevenções na maior parte delas, onde não se lhe deu execução. Principalmente no Norte, era grande a exaltação democrática. A Junta de Pernambuco representou contra o decreto; arguia-o de conter matéria legislativa, defesa ao regente e tender à quebra da união; além disso entendia haver conve-

niência de esperar-se a resolução das Cortes a este respeito. Até no Rio de Janeiro não foi considerável a importância dada a tal medida. Dos cento e cinquenta eleitores da província, apenas noventa compareceram às urnas, sendo que os eleitos, Ledo e seu companheiro, José Mariano de Azeredo Coutinho tiveram apenas dez votos.

Aos demais a referência, feita naquele ato ao sistema constitucional que o príncipe regente jurara dar à nação levantou a suspeita de pretender o governo impedir ao povo o exercício pleno da sua soberania e o direito de decretar, ele próprio, uma Constituição do seu agrado: "Desejando ir de antemão dispondo e arraigando o sistema constitucional que ele [o povo] merece e eu jurei dar-lhe...", dizia o decreto do príncipe. As atribuições do Conselho seriam aconselhar o regente, examinar os projetos de reforma administrativa, propor medidas para o bem público, cuidar do interesse das províncias.

José Bonifácio respondeu à Junta de Pernambuco declarando não ter sido o Conselho chamado a fazer leis, "porque estas são da competência exclusiva da assembleia dos representantes da nação, mas para julgar das que se fizessem nas Cortes de Lisboa", onde muitas vezes se entendia poderem convir ao Brasil as leis feitas para Portugal. A Junta combatia a presença dos ministros no Conselho por considerá-la ressurreição do antigo despotismo ministerial. José Bonifácio argumentava que era o contrário, pois "desse modo eles ficariam em situação de ser interpelados, contestados e convencidos de esperar que os eleitos das províncias viessem curvar-se à vontade dos ministros e subscrever-lhes os projetos". Também não devia a Junta considerar ilusória, conforme insinuava, a colaboração do Conselho, pelo fato de ser a sua convocação feita pelos ministros, porquanto ele próprio também se poderia reunir espontaneamente, sempre que entendesse necessário.[1]

Lembrava o *Malagueta,* jornal reputado pelo insuspeito Mareschal bem redigido e muito respeitoso do príncipe, que d. Pedro não tinha jurado dar, mas receber a Constituição elaborada em Portugal; não havia outro juramento a tal respeito. Talvez para evitar que ele fosse recordado como base de procedimento para o futuro em relação ao Brasil,

---

1 Aviso de 27 de maio de 1822.

tinha sido aquela frase propositalmente empregada. Achava o ministro austríaco que o príncipe e José Bonifácio preferiram dizer "dar" em vez de "receber", para mostrar desse modo haverem perdido o gosto das Constituições "impostas."[2]

O Conselho dos Procuradores tinha condições para ser elemento importantíssimo de união das províncias, cujos representantes, reunidos em comum, poderiam fazê-las conhecerem-se melhor entre si e até pleitearem medidas de interesse coletivo; mas os defeitos com que veio à luz tornaram desde logo incerto o seu bom êxito.

Receosos de que as desconfianças e divergências das províncias fizessem malograr-se o movimento da Independência, José Clemente mostrou a Ledo e Januário os perigos da situação e lembrou como remédio para conjurá-los a convocação de uma assembleia constituinte. Decidiu-se pedi-la solenemente ao príncipe e as bases do escrito para redigir foram concertadas entre os três e o brigadeiro Nóbrega, o padre Leça e Soares Lisboa, proprietário do *Correio do Rio de Janeiro*. Comunicada a resolução a José Bonifácio, respondeu ele evasivamente que não convinha apressar nem impedir tal convocação.

Um artigo do *Correio Oficial* de 28 de dezembro de 1833, atribuído sem contestação a Araújo Viana, marquês de Sapucaí, asseverou que no dia 22 de maio de 1823, durante a celebração das exéquias dos mortos na Bahia pela causa da Independência, estando em determinada tribuna, e em presença de pessoas ainda vivas ao referir-se aos agentes da representação, José Bonifácio proferia estas palavras: "Hei de dar um pontapé nestes revolucionários e atirar com eles ao Inferno." A propósito do mesmo fato, na sala de visitas de sua casa, ainda se exprimia de forma idêntica, em conversa com um diplomata estrangeiro, a quem dissera em voz alta, de modo a ser ouvido na sala de espera, que haveria de enforcar aqueles constitucionais na Praça da Constituição.[3]

---

2 Mareschal. Of. nº 15 de 24 maio.

3 Em artigo do *Correio do Rio de Janeiro*, a 5 de julho de 1822, declarou Soares Lisboa que aos colaboradores da representação, acima citados, se devia juntar Bernardo José da Gama, visconde de Goiana; mas entre eles Lisboa não menciona o nome de Nóbrega.

A 23 de maio a Câmara e o povo apresentavam-se ao príncipe, pedindo-lhe a convocação de uma assembleia geral das províncias com o número de deputados não inferior a cem, a fim de deliberar em que condições o Brasil "deveria ser permanentemente unido a Portugal". Caberia a essa assembleia examinar se a Constituição, que se elaborava em Lisboa, era em tudo aplicável ao Brasil e estabelecer sobre bases decretadas lá e juradas no Rio de Janeiro, as emendas, reformas e alterações para lhe serem aplicadas antes de a receberem e jurarem os brasileiros. Não podendo o país prosperar sem corpo legislativo, apenas iniciasse os seus trabalhos, a assembleia exercer-lhe-ia as funções, mantendo todavia com as Cortes as comunicações indispensáveis para continuar a união com Portugal, "que o Brasil desejava ansiosamente conservar". A representação concluía de modo imperativo: "Já conheces, Senhor, os bens e os males que esperam a Ti e a tua posteridade: queres ou não queres? Resolve, Senhor."[4]

Este fecho tão peremptório deixa acreditar que embora reconhecendo a conveniências de ter o Brasil as suas Cortes, o governo não inspirava desde logo aquela iniciativa da qual a Câmara e a gente do povo fossem apenas os instrumentos. Diz Cairu que esta "frase compulsória e ditatorial", essa "linguagem nunca ouvida" parecia anunciar a existência de "um poder oculto", persuadido de dispor do Governo.

A representação do senado da Câmara, apesar do seu caráter oficial, não era menos imperativa que a do povo. Ao apresentá-la, José Clemente instou por "deferimento peremptório" e havia nela trechos igualmente categóricos: "Convoque vossa Alteza Real já nesta Corte uma assembleia geral das províncias do Brasil, e a união com Portugal será mantida e das províncias do Brasil, consolidada." Ia caber ao príncipe "a invejada sorte de lançar a primeira pedra fundamental do Império brasílico". O último período afinava pelo tom imperativo da representação popular: "Está escrito no livro das leis eternas que o Brasil deve passar hoje à lista das nações livres: é decreto do Árbitro do universo; há de cumprir-se, queiram ou não queiram os mortais, que impedir a sua marcha a nenhum é dado...

---

4 Diz Maler, como todos os historiadores, que essa representação foi escrita por Ledo e Januário; depois de impressa, adicionaram-lhe folhas de papel em branco e distribuíram-na pelos bairros da cidade, onde colheu mais de 5.000 assinaturas. – Of. de 20 de maio.

Obedecei, Senhor, a esta lei eterna e cumprindo assim um dever sagrado, fareis a vossa glória, a salvação de Portugal, e do Brasil a dita."

Aliás não era a energia dessa linguagem. Em abril, quando D. Pedro regressou de Minas, o *Revérbero* recebeu-o com um artigo em que havia este tópico atrevido: "Príncipe, rasguemos o véu dos mistério! Rompa-se a nuvem que encobre o sol que deve raiar na espera brasileira! Forme o livro que nos deve reger sobre as bases já por nós juradas e com grande pompa seja conduzido e depositado sobre as Aras do Deus de nossos pais. Aí diante do Altíssimo, que te há de punir se fores traidor, jura defendê-lo e guardá-lo à custa do teu próprio sangue; não desprezes a glória de ser o fundador de um novo Império! Príncipe. As nações todas têm um momento único que não torna quando escapa, para estabelecerem seus governos. O Rubicão passou-se. Atrás fica o Inferno. Adiante está o templo da Imortalidade!"[5]

Deferida a petição, voltou o Senado para exprimir-lhe o seu agradecimento por tão grande benefício e ratificar o juramento de manter a regência "até à última gota de sangue." A imortalidade esperava o príncipe, a quem os signatários daquela súplica juravam amizade, candura e lealdade eternas.

Tudo quanto tendia a democratizar as instituições assustava o ministro d'Áustria, o qual mostrou os seus temores a José Bonifácio, que lhe respondeu estarem todos os espíritos encaminhados para aquelas ideias e já não ser possível resistir à corrente. A representação pedia coisas ridículas. Não havia onde achar cem deputados. "Se por fim tiver de convocá-los, o príncipe fá-lo-á; mas será ele mesmo quem há de fixar-lhes o número", concluía José Bonifácio.[6] Era essa também a linguagem do próprio regente.

Dois meses antes, a 3 de março, conversando com ele a tal respeito, dizia-lhe Mareschal que se fossem convocadas as Cortes no Brasil, haveriam de causar aí os mesmos embaraços que em Portugal. D. Pedro então respondeu: "Sonham com assembleias legislativas e é preciso passar por lá." Depois acrescentou: "Aliás o antigo governo era tão ruim que eu não o quereria restabelecer." A despeito de tudo isso, a resposta dada à

5 *Revérbero* de 25 de abril de 1822.
6 Mareschal. Of. nº 15 de 24 maio.

representação pelo regente estava de acordo com as reservas feitas por José Bonifácio: Quando por meio dos seus procuradores ou Câmaras, as demais províncias lhe exprimissem a vontade, com ela se conformaria.

Causou, portanto, surpresa ver de súbito, a 3 de junho, ser resolvido assunto de tanta magnitude. Não tinha sido possível colher dentro de dez dias manifestação de outra província, além do Rio de Janeiro. Por isso procurou-se conhecer a causa de tão inesperada resolução. Constou a Mareschal que ela fora determinada por informações indiretamente recebidas pelo Governo de que Pernambuco e Bahia só reconheceriam a regência se a Assembleia Constituinte fosse quanto antes convocada. A nova direção e a marcha acelerada desses negócios coincidia com a chegada de Chamberlain, cônsul geral da Inglaterra que tocara naqueles portos e era pessoa dedicada ao príncipe.[7]

Havia certamente razão de alta relevância para produzir a mudança de ânimo do governo. Em conversa com Maler, que lamentava o triunfo de Ledo e o increpava de repúblicano o padre Belchior, sobrinho de José Bonifácio, contestava este conceito a respeito do chefe do Grande Oriente, que realmente fora republicano noutros tempos, mas não agora, e deixava entrever a existência de razão poderosíssima para decidir o governo: "Era preciso afrontar perigos incertos e longínquos para evitar mal certo e iminente."[8] Talvez a própria situação no Rio inquietasse o governo, que aliás não era infenso em princípio à convocação da assembleia; tudo dependia da forma e do tempo. Os homens do partido democrata falavam, porém, com tal audácia, que pareciam fiados em alguma força decisiva.

A linguagem da representação, bem como a do discurso de José Clemente, traduziam essa confiança. Ainda depois da vitória, pronunciavam-se do mesmo modo e revelavam fatos, dos quais se podia concluir até que ponto tinham forçado o príncipe e José Bonifácio a considerá-los e até a mudarem de resolução. "O partido anárquico ganha terreno desde que forçou o governo a convocar a assembleia", escrevia Mareschal, a dar conta de um incidente característico daquele momento e divulgado pela imprensa.

---

7 Mareschal. Of. nº 17, de 15 de junho.
8 Maler. Of. de 6 de junho.

Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, combatia a representação numa folha que então publicava, a *Reclamação do Brasil*, e considerava que esse requerimento pretendia antecipar as épocas, contra a razão e a ordem natural das coisas: "O plano é o mais anômalo, cerebrino e extravagante que se podia imaginar nas atuais circunstâncias, bastante para ser rejeitado e execrado o apregoar-se a soberania do Brasil em contraposição à soberania nacional."

Partindo do princípio da união com Portugal, sustentava Cairu que não se podia requerer a convocação da assembleia, quando ainda se esperava decisão do pedido feito às Cortes para o príncipe ficar. A pretensão era contrária às bases da Constituição de Portugal e constituía desacato ao caráter de delegado do rei, em que o príncipe estava investido; atendê-la seria revogar os poderes dos deputados às Cortes. Concluía o autor por qualificar a requerida assembleia "mera farsa e paródia da que perdeu a França".

Sendo Cairu, reconhecidamente áulico, era de suspeitar que não se oporia de modo tão formal àquela ideia, se não supusesse contentar o príncipe e o seu ministro. A sua conduta foi atribuída pelo *Correio* à influência de "pessoas respeitáveis", que o teriam induzido a escrever naqueles termos.

Era corrente que ele assim procedia a instâncias de amigos de D. Pedro e de José Bonifácio, entre eles Berquó, J. J. da Rocha e Mariano, membros do Conselho de Procuradores, os quais se pronunciavam abertamente contra os fins da representação, porque S. A. R. não a aprovava nem queria a reunião da assembleia. A petição já estava em mãos do príncipe e seus autores não sabiam qual o efeito por ela produzido. Inquieto no meio de informações desencontradas, obteve Ledo de um dos seus amigos o favor de indagar pelos meios ao seu alcance "quais eram os sentimentos do Ministério" a tal respeito. As indagações tiveram bom êxito e o amigo de Ledo comunicou-lhe "que a opinião do Ministério era de acordo com os sentimentos da representação"; só reprovava as expressões finais. Enquanto Ledo esperava essa resposta, José Clemente apurava por outro lado que o príncipe "aprovara a dita representação e ainda mais aprovara também as expressões que o ministro censurava."[9]

---

9 O amigo de Ledo era um certo dr. Amaro Batista Pereira, médico do Paço, parente do barão de Santo Amaro, amigo de José Bonifácio e só por seu nome de batismo mencionado nos artigos do *Correio,* inclusive o do nº de 8 de julho, assinado pelo próprio Ledo. As outras públicações apareceram na mesma folha a 27 de junho e 7 de julho.

Essa comunicação foi trazida a Ledo e repetida em presença de Soares Lisboa, na tipografia do *Correio*, com o acréscimo de que o mesmo informante também verificara declarar-se uma das pessoas do Paço, das mais chegadas ao príncipe, o guarda-roupa Berquó, em guerra aberta à representação, como a ele próprio se mostrara em conversa. O fato era conhecido de mais alguém, que informara terem Berquó, Gordilho e Rocha persuadido Silva Lisboa de escrever contra. Nessa mesma ocasião, à noite de 29 para 30 de maio, Soares Lisboa acabava de receber do marechal Miguel Lino de Morais confidências em sentido contrário, por insinuação de Berquó; de sorte que um informante apresentava o guarda-roupa como instigador de Silva Lisboa e outro como animador do *Correio*.

De acordo com Ledo, Soares Lisboa, deliberou escrever ao príncipe, para denunciar a intriga e tirar a verdade a limpo. A carta já tinha partido, quando voltou o marechal Morais, a quem Lisboa estanhou a diversidade dos conselhos de Berquó, ao que ele acudiu com o pedido de guardar-se reserva a esse respeito, por ser intriga de Berquó com José Bonifácio. Pela insinuação de Morais, o *Correio* deveria insistir na sua opinião, mas ressalvando a posição de D. Pedro, que era " impelido a obrar contra os decretos das Cortes e de Sua Majestade, por interesse nacional e a bem da união luso-brasileira, atendendo à maioria da opinião pública brasiliense, mas não era motor de tal desenvolvimento". Berquó aparecia de tal modo servindo a dois senhores.

Tinha razão Mareschal de espantar-se da "insolência" do jornalista. O seu atrevimento era sinal dos tempos: "Senhor, falemos claro", dizia a carta; "ou V. A. R. quer representação nacional no Brasil ou não quer? No primeiro caso, pode V. A. R. contar com um defensor denodado dos seus direitos; no segundo, não posso servir a V. A. R. e atrevo-me a afirmar-lhe que perde o Brasil para sempre. Um de nós está enganado com Gordilho e Berquó; ou V. A. R. está traído, ou Berquó pretende iludir-me; é necessário que apareça a verdade: ele já em outra ocasião me fez saber pelo mesmo Morais que V. A. R. estava pouco satisfeito com José Bonifácio e que estimaria que eu o apresentasse em público; não fiz apreço da insinuação, pareceu-me intriga, e eu sou de muito difícil acesso para ela, e demais não convinha a V. A. R. que se falasse então de José Bonifácio, apesar de ele não ser tão bom como pensam alguns". Lisboa concluía por dizer que nada

poderia perder, a não ser a liberdade. Deixaria de ser vassalo e não voltaria à escravidão; se os portugueses se quisessem avassalar, deixaria de ser português, iria buscar a liberdade em terra estranha: "É V. A. R. quem se acha em arriscada crise."

Incumbido pelo príncipe de sindicar a respeito da denúncia de Soares Lisboa, o ministro da Fazenda, Montenegro, deu-lhe parte dessa deliberação no dia 1º de julho e depois ouviu ao marechal Morais, o qual tudo negou. Decidiu então acareá-lo com o autor da carta e aí, escreveu este, o seu contraditor teve de "ficar convencido e confessar" haver dito realmente quanto ele afirmava, "porém com a diferença de ter sido comunicado em particular amizade e não como insinuação ou recado". A acareação só se realizou no dia 8, quando a 3 já d. Pedro tinha assinado o decreto de convocação da Assembleia Constituinte.

Berquó e Gordilho obtiveram do príncipe que a carta lhes fosse entregue para dela extraírem pública-forma, e assim terem base para processar o autor por crime de injúria. Soares Lisboa julgou desairoso o estranho fato de servir a terceiros como base de libelo uma carta confidencial dirigida ao príncipe. Nestes termos queixou-se a José Bonifácio, que o traiu "com a maior franqueza e conduta", considerou a sua conduta justificada, bem como verdadeiro tudo quanto dissera na carta; mas achou "indispensável conhecer os intrigantes, que intentaram comprometer o crédito de S. A. R. com a nação" pois "essa intriga podia ter produzido uma revolução, cujo termo fatal seria funestíssimo". Seria essa revolução "o mal certo e iminente" a que se referia o padre Belchior e decidiu da convocação da assembleia? Eis a incógnita.

Enquanto em casa de José Bonifácio se realizava esta conversa, ali se achava o príncipe, o qual se aproximou dos interlocutores e repetiu as razões contidas nas palavras do seu ministro, pois queria conhecer "quem o intrigava, maculando o seu liberalismo, constitucionalidade e adesão ao sistema de representação nacional do Brasil", pois tinha "sem a menor repugnância anuído às justas representações dos povos e em virtude delas convocado a Assembleia Constituinte e Legislativa". Concluiu por permitir ao jornalista a publicação da sua carta e por declarar que não tinha amigos nem validos quando se tratava da causa da sua nação; se entre os

intrigantes viesse a descobrir criados da sua casa, imediatamente os despediria, como indignos do seu serviço.[10]

No dia 3 de junho, em reunião do Conselho de Procuradores foi decidida a convocação da Assembleia, mediante um requerimento de Ledo e seu companheiro da província do Rio de Janeiro, aos quais se associou Lucas Obes, arvorado em procurador da Cisplatina, na qualidade de ser deputado às Cortes de Lisboa. Sentia-se nas palavras do novo documento o estilo ardente e imperativo do jornalista da Independência. O Brasil teria roto os laços de religião, sangue e costumes, que o ligavam a toda a nação portuguesa, se não fora "ter deparado com o herdeiro de uma casa que ele adorava, mais por amor e lealdade do que por dever e obediência". Insistindo pela partida do príncipe, as Cortes tinham lançado Portugal contra o Brasil. Deveria o príncipe cruzar os braços e esperar imóvel romper-se o vulcão sobre o qual estava o trono? A cadeia que o devia ligar às providências era a Assembleia por convocar. O Brasil tinha o direito de estabelecer livremente o seu governo. Se as leis para a América continuassem a ser feitas na Europa, acabariam por produzir terrível reação. O Brasil queria a independência, firmada sobre a união bem entendida com Portugal. Nenhuma nação com ele desejaria tratar, enquanto não fossem proclamados os seus direitos de figurar entre os outros povos.

Todos esses papéis, procedentes do grupo de Ledo, obedeciam a uma política bem clara. O Brasil almejava a independência; toleraria a união, se a Coroa consentisse em ser o laço para mantê-la; aceitaria a Coroa, se ela fosse instrumento para realizar a aspiração definitiva, ainda com o desagregamento do Reino Unido; mas deixava compreender que

---

10 A despeito destas declarações, tudo ficou como antes. Berquó e Gordilho continuaram no Paço e com importância e confiança crescentes. O primeiro deles publicou uma declaração no *Diário do Rio de Janeiro* de 3 de julho, na qual dizia haver tido "o pungente dissabor de ver-se traído e caluniado no *Correio*, cujas sinistras intenções eram obvias". Já a esse tempo a "sórdida intriga e cavilosas tramas" de Soares Lisboa, "suposto redator", haviam-no obrigado a recorrer à Justiça. Antes desta decidir, porém, aquele jornal fizera o artigo que ele contestava, pois "nunca tivera relações com o dr. Mariano José Pereira da Fonseca nem com o conselheiro José da Silva Lisboa e por consequência nunca lhes falara em matéria alguma". Desta alusão ao nome de Mariano da Fonseca, o futuro marquês de Maricá, deve-se concluir que também ele redigia a *Reclamação.*

caminharia firmemente para lá, até mediante outras instituições, se não encontrasse na dinastia o amparo que esperava. O trono estava sobre um vulcão; o príncipe que resolvesse. Já em janeiro o *Revérbero* escrevera com igual clareza: "Adotando o príncipe, adotou o Brasil o partido mais seguro; vai gozar dos bens da liberdade, sem as comoções da democracia e sem as violências da arbitrariedade."

É possível que relativamente à convocação do Conselho de Procuradores seja procedente a opinião, expendida por Mareschal e esposada por alguns historiadores brasileiros, de ser o senado da Câmara mero instrumento do governo, por ele arvorado em iniciador de ideias, a fim de poder o Ministério justificar-se de estar seguindo as correntes populares. Basear-se esta opinião no fato de ter sido a convocação do mesmo Conselho pedida por José Bonifácio no discurso por ele escrito e pronunciado diante do príncipe, em nome dos paulistas, a 26 de janeiro. Mas é preciso considerar que realizando essa ideia, José Bonifácio tinha em vista justamente evitar, ou pelo menos deixar para muito mais tarde a união da Assembleia Constituinte: "Conhecendo as disposições do Imperador e as desordens das assembleias constituintes, lembrei-me de criar dos procuradores gerais um Conselho de Estado, que servisse de mediador entre o povo e o soberano, até que o Brasil, livre de inimigos e facções, pudesse constituir-se sem baionetas." Assim expõe ele próprio as razões que o levaram a admitir o Conselho de Procuradores.[11]

Segundo Machado de Oliveira, "essa ideia da colaboração consultiva no governo geral" foi "aventada pelos patriotas de S. Paulo, e dela se deu conhecimento ao príncipe regente por intermédio dos comissionados", portadores da mensagem de adesão ao Fico, lida por José Bonifácio, "dando-lhe vigor o decreto de 16 de fevereiro, que criou um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias". A representação dos mineiros defendia a mesma aspiração. Diz Varnhagen que o regente colheu essa ideia "num folheto publicado antes" e acrescenta o seu comentador barão do Rio Branco, ter o mesmo partido de Ledo, José Clemente, Nóbrega e cônego Januário, os quais, num clube de que faziam parte, tomaram a ini-

11 J. Bonifácio. Notas íntimas, transcritas à pág. 163 do opúsculo *Contribuindo*, escrito por seu bisneto Martim Francisco. S. Paulo. 1921.

ciativa de propô-la ao príncipe, tendo sido a proposta feita públicamente à Câmara a 8 de fevereiro.

Como se vê, não fica demonstrada nem a procedência do folheto, nem a da sessão do clube sobre o discurso de José Bonifácio. Aliás deve-se ligar a inspiração do Conselho à origem mais remota. Já em 1811, criticando o sistema de governo do Brasil, sustentava o *Correio brasiliense* que as cidades e as províncias deviam ter o seu governo municipal e os governadores um conselho, ao qual estivessem ligados para as suas decisões de importância.[12]

Têm escrito alguns historiadores que a fórmula "Conformamo-nos", empregada pelos ministros para despachar o requerimento dos procuradores, pedindo a convocação da assembleia, indicava que eles, José Bonifácio à frente, não concordavam, mas apenas se viam forçados a admitir solução inevitável. A crítica neste particular é improcedente. A fórmula era de praxe e usada também pelo soberano. Sempre que este aceitava conselho, dizia-se: concorda, e não sujeita-se.

Salvo o Conselho de Procuradores, as demais iniciativas dos liberais desagradaram a José Bonifácio. Parece incontestável ter-se feito à sua revelia a representação a respeito da Constituinte; tanto assim que passados dias, após haver sido apresentada, Ledo e seus amigos ainda não conheciam "quais eram os sentimentos do Ministério." A respeito deste assunto escreveu o general Pinto Peixoto: "... convocação que o Ministério Andrada não só nem protegeu, como também nem aprovou, cedendo por fim à pressão da opinião pública."[13]

---

12 Mach. de Oliveira. *Quadro Hist. da Prov. de S. Paulo*, pág. 253. Varnhagen, *op. cit.*, pág. 146. *Correio brasiliense*, vol. VII, pág. 131. Suplicavam os mineiros que o príncipe lhes atendesse os rogos, conservando-se no Brasil "como centro comum de união, revestido do poder executivo para exercer constitucionalmente sobre as províncias unidas com assistência de dois conselheiros, por cada uma delas, nomeados por meio de eleições gerais e amovíveis pelo seu povo, se não desempenharem os seus deveres a bem da responsabilidade em que ficam constituídos, conservando-se os governos provinciais no seu exercício regular até que as Cortes, moderando-se a aceleração das suas decisões, providenciem legalmente como é de esperar o que for justo...." – Arq. do cast. d'Eu.

13 Pinto Peixoto. "Duas palavras sobre d. Pedro I", na *Rev. do Inst. Hist.*, tomo LVI, pág. 10.

A não ter havido receio do "mal iminente" a que se referia o padre Belchior, e a admitir outro móvel para a mudança de José Bonifácio, como por exemplo o recuo do príncipe, receoso de adiar a realização de uma ideia por ele próprio admitida é preciso consignar a explicação de Mareschal: "O que parece mais para acreditar é que ele tenha desistido de entravar o negócio, com receio de perder a popularidade, já muito prejudicada pela sua indiscrição, sua vaidade e pronunciado nepotismo nas coisas de sua província.[14]

Por certo, José Bonifácio preparava a separação; mas com todas as cautelas, procurando arredar a influência dos seus rivais, por causa da democracia que pregavam e também para não lograrem primazia. Estes aliás lhe conheciam a essência da política e procuravam antecipar os fatos a que acabaria por submeter-se. Não há dúvida que em sua mente já se formara a convicção de ser indispensável uma assembleia brasileira. Querê-la-ia porém no devido tempo e a seu modo, sem abater-se a autoridade do governo, da qual participava. A posse do poder diminui quase sempre o entusiasmo dos homens públicos dominadores a respeito das reformas, ainda quando lhes reconheçam a conveniência e as tenham pregado. A oportunidade é a razão invocada para justificar os adiamentos. As demais ele sabia que o príncipe estava decidido a favor da Constituinte, pois de São João d'el-Rei lhe escrevera a 3 de abril em termos categóricos: "Uma das coisas que se há de tratar depois de sabermos como foi recebido Antônio Carlos e a convocação de Cortes no Rio, que me parece de absoluta necessidade e ser o único açude que possa conter uma torrente tão forte."

A operação começou a ser desde logo prudentemente preparada. Alguns dias depois de chegar de Minas, começou o regente a abrir o caminho, escrevendo ao pai em data de 28: No decreto de sua nomeação, recomendara-lhe o soberano que tratasse os brasileiros como filhos; queria ele tratá-los também como amigos, e por uma e outra razão estava obrigado a conceder-lhes tudo o quanto pedissem e fosse razoável. A opinião brasileira reclamava que houvessem Cortes no Rio da Janeiro para fazer as leis do país, Cortes gerais relativamente ao Brasil e particulares relativamente ao Reino Unido. A questão portanto, apresentava-se claramente:

14 Of. 16-B, de 3 de junho.

ou as Cortes gerais de Lisboa concediam as que o Brasil almejava ou ele, regente, as convocaria para continuar a merecer o tratamento de "defensor dos direitos inatos" de um povo que é tão livre quanto aquele que o quis reduzir à escravidão.[15]

Já nas vésperas de ser-lhe apresentada a petição de 23 de maio, voltava d. Pedro a exprimir mais claramente a ideia triunfante: "Não podiam ser boas, leis feitas de tão longe por homens que não eram brasileiros, nem conheciam as necessidades do Brasil."[16] Diz Maler que o conteúdo da carta de 28 de abril foi reconhecido no Rio de Janeiro e deu origem à iniciativa do pedido de convocação das Cortes.[17]

Desde alguns meses atrás, Mareschal acreditava que o príncipe seguia caminho previamente traçado e obedecia a um plano próprio, ou inspirado por algum consultor secreto, talvez fr. Antônio de Arábida, seu velho mestre e confessor com quem frequentemente tinha longas conferências.[18]

O cônsul e encarregado de negócios de França refere circunstâncias comprobatórias do estado de espírito de José Bonifácio nesses dias de maio, durante os quais se produziu o movimento a favor da convocação da Constituinte. No dia 4 chegou ao Rio o relatório apresentado às Cortes pela comissão especial dos negócios políticos do Brasil, o qual oferecia ao novo reino uma série de concessões. Concluía esse documento por declarar que salvo o princípio da união, não se deveria hesitar em conferir ao Brasil tudo quanto fosse necessário a sua prosperidade e administração interior. Nessa conformidade propunha um rol de medidas que julgava conciliatórias; mas em boa parte os brasileiros não as poderiam considerar assim. Eram elas: subordinação dos comandos militares e juntas de fazenda às juntas de governo, ficando porém dependente do governo de Lisboa e de pedido das províncias a remoção das tropas, do ultramar para o Reino;

---

15 Do último tópico dessa carta originou-se a ideia de criar-se o título de defensor perpétuo com o que o Príncipe foi aclamado a 13 de maio, aniversário natalício de d. João VI, pelo povo e pela tropa em parada, aclamação no mesmo dia ratificada pelo senado da Câmara.

16 Carta de 21 de maio.

17 Maler. Of. de 25 de maio.

18 Mareschal. Of. nº 8, de 5 de março. Arábida com um só *r*, assinava o frade.

estabelecimento de duas delegações executivas para exercer a regência em nome do Rei; permanência do príncipe no Brasil até a definitiva organização da monarquia; abandono da ideia de eleger junta de governo no Rio de Janeiro; reconhecimento da dívida contraída pelo Erário no Banco do Brasil e que d. João VI quisera saldar com o empréstimo cujas negociações as Cortes tinham mandado suspender.

O estabelecimento de duas delegações executivas para exercer a regência do Brasil envolvia duas desvantagens para este país, era a negação da residência de pessoa real no novo reino e ao mesmo tempo obstáculo à unidade nacional. Certamente a regência não seria conferida a dois príncipes, nem d. Pedro, o herdeiro da Coroa, conservaria a qualidade de regente, a não ser para concentrar em suas mãos o poder sobre todo o Reino. Além disso, sendo vedado às Juntas remover livremente as tropas, ficar contrabalançada a autoridade que lhes seria dada quanto aos comandos militares. Nem elas quereriam ficar dependentes da aquiescência das Cortes, nem estas se resignariam a despojar-se de recurso tão eficaz.

Antônio Carlos era um dos signatários do parecer e nele descobria extraordinariamente vantagens. A esse respeito escrevia a Martim Francisco: "O dito relatório bem que desculpe ao Congresso é muito moderado e no fim concede quase tudo que o Brasil pode desejar. Não sei se assim mesmo agradará. Seja como for, o que desejo é ser avisado logo, caso apareçam no Brasil desordens, para saber resolver-me." O projeto porém não mereceu o apoio da Assembleia. As razões apresentadas contra ele consistiam no fato de ter sido declarado no art. 16 das bases da constituição que a nação era o conjunto dos portugueses de ambos os hemisférios e que as Cortes se reuniriam uma só vez em Lisboa. Sendo assim as Cortes funcionavam para toda a nação e não podia haver uma assembleia especial para o Brasil. Além disso, os brasileiros tinham jurado aquelas bases.

É para notar como os homens mudavam desse modo, conforme as circunstâncias. O mesmo argumento da indivisibilidade dos poderes do estado, ainda por meio de delegações fora sustentado pelos portugueses, quando se opunham à regência instituída no Brasil pelo rei; o Poder Executivo não podia ser delegado. Entretanto, com o intuito evidente de evitar um centro de atração e unidade política dos brasileiros, passaram a admitir

que o Poder Executivo podia ser exercido no Brasil por mais de uma delegação, uma ao norte e uma ao sul.

Talvez uma frase a respeito das pretensões do Brasil, proferida então nas Cortes por Fernandes Tomás, tivesse feito acreditar que a Assembleia já duvidava de poder opor-se às aspirações desta parte do reino. O organizador da revolução proclamava o direito dos brasileiros separarem-se de Portugal. Se o quisessem fazer, que fizessem; mas enquanto houvesse união, deveriam sujeitar-se às leis votadas em Lisboa.

Esta frase, entretanto, apenas exprimia a incredulidade de Fernandes Tomás acerca das forças separatistas do Brasil e a sua decisão de persistir na política recolonizadora, iniciada e levada avante. Foi este o tópico capital do seu discurso: "Eu quero declarar assim francamente meus princípios para mostrar que eles não são princípios de opressão; para que não se venha dizer que aqueles homens têm uma força muito grande. Se essa força é para sustentar suas ideias, então é porque não querem estar unidos com Portugal, e se não querem, desliguem-se; este é o direito de todos os brasileiros e de todas as nações." Em seguida sustentou ser indecoroso deixar de tomar decisões, com medo da separação: "Nada há que indique esses receios; se há fatos que os confirmem, então deixe-se de legislar sobre o Brasil, porque as Cortes não terão meios de fazer executar suas leis."[19]

Fernandes Tomás não se temia da separação do Brasil e por tal motivo foi intrasigente. Não só caiu o projeto, que Antônio Carlos reputava vantajoso ao Brasil, como caiu outro, apresentado por uma comissão composta só de brasileiros, da fina flor da representação do Brasil e incumbida de propor artigos adicionais à Constituição, para serem aplicados especialmente nesta parte da Monarquia. Dela faziam parte Antônio Carlos, Lino Coutinho, Araújo Lima (marquês de Olinda), Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá) e Fernandes Pinheiro (visconde de S. Leopoldo). A sua proposta, apresentada a 7 de junho, era a seguinte: dois congressos, um para Portugal e Algarves, outro para o Brasil; a qualquer dos dois poderiam preferir os povos da Ásia e África. Cada um legislaria para as suas províncias; sancionaria o rei as leis do primeiro e o príncipe regente as do segundo. Em Lisboa reunir-se-ia um congresso federal de cinquenta mem-

---

19 *Diário das Cortes,* vol. V, pág. 583.

bros, cada metade eleita por uma das assembleias parciais. Este congresso deliberaria acerca do comércio interreinol e internacional, guerra e marinha, revisão das leis das assembleias, responsabilidade dos ministros de ambos os reinos, moeda, pesos e medidas; fixaria a receita e despesa gerais, proporia a nomeação de prelados, membros do Supremo Tribunal de Justiça; e lhe ficariam dependentes a declaração de guerra, aliança, tratados, nomeações diplomáticas, etc.

Aquele primeiro projeto, porém, causou no Rio de Janeiro excelente impressão. Apesar das restrições feitas por alguns brasileiros esclarecidos acerca das vantagens apregoadas no relatório da comissão, houve grande contentamento na cidade. Maler quis tudo observar e fez demorado passeio pelas ruas. No Rocio estavam iluminadas todas as casas, menos a de José Bonifácio. O fato causou-lhe estranheza e levou-o a pedir a dois amigos que procurassem colher a opinião do ministro a tal respeito. Este respondeu com evasivas, mas declarou ser preciso esperar a decisão da Assembleia para poder-se julgar o relatório.[20]

No mesmo dia 4 partiu Pedro para Santa Cruz e poucos dias depois apareceram vários folhetos, destinados a interpretar esse documento e a dirigir a opinião pública em sentido contrário às suas conclusões. Convenceu-se Maler de estar José Bonifácio preparando a separação e procurou desde logo robustecer este juízo. O ministro da Marinha confirmou tal modo de pensar, dizendo-lhe ver com mágoa o seu colega acelerar a

---

20 A casa de José Bonifácio ficava na esquina da Rua do Sacramento, hoje Avenida Passos, do lado oposto ao teatro e já não existe. Debret fixou-a numa gravura de sua obra. Ali ia o príncipe frequentemente. Refere Maler que passando a cavalo por aquele largo, a nove de março de 1822, ouviu alguém perguntar, aludindo a d. Pedro que lá entrava: "É o príncipe regente?" O interrogado respondeu: "Sim, é o príncipe ajudante de ordens de José de Bonifácio." Dir-se-ia paródia do que em Lisboa se contava acerca de d. José em relação a Pombal. A esse tempo era ainda a lua de mel do governo. A 18 de fevereiro, escrevia D. Pedro ao seu ministro nestes termos: "Recebi a sua carta e nela judiciosas reflexões, as quais eu aprovo muito e agradeço; e digo que todos os príncipes que quisessem obrar precipitadamente (assim como pelo Diabo eu ia fazendo) tivesse um amigo como eu me prezo de ter; eles nunca se deslustrariam e sua glória seria multiplicada todos os dias: graças a Deus que tal me concedeu. Logo quando passar por sua casa entrarei para lhe agradecer a franqueza que tem com esse seu amo de cada dia e mais seu amigo." – Arq. do cast. d'Eu.

desunião do Brasil, pois não era esse o dever de um ministro do príncipe: uma coisa era ser levado pelos acontecimentos e outra provocá-los. Entendia Farinha que desse modo d. Pedro se colocava em posição contrária à dignidade e ao papel de herdeiro da coroa.[21]

A esse tempo também o ministro da Áustria formava a mesma convicção. Diante de mais de 20 pessoas, reunidas na corte, ouvira ele José Bonifácio apregoar a conveniência de uma grande aliança ou federação americana, gozando de inteira liberdade de comércio. Caso a Europa se opusesse a tal organização, fechar-se-lhe-iam os portos e adotar-se-ia o sistema da China. Em guerra marítima os europeus perderiam mais que os brasileiros, cujas florestas e montanhas se poderiam transformar em fortalezas. Para preparar essa resistência tornava-se, porém, preciso educar a mocidade na prática de jogos ginásticos para enrijar a raça.[22]

A separação foi assim fazendo cada dia o seu caminho. Os atos subsequentes das Cortes, em relação ao Brasil, tornaram mais largo e mais fundo o fosso que se abria entre as duas partes do Reino. As cartas do príncipe acerca dos fatos acorridos depois do Fico levantaram naquela assembleia grande celeuma, desusado movimento de indignação. O herdeiro do trono foi tratado com mais censurável irreverência. Borges Carneiro chamou-o "desgraçado e miserável rapaz", Barreto Feio "mancebo ambicioso e alucinado"; Xavier Monteiro "mancebo vazio de experiências."

Quando se discutiram por propostas dos brasileiros os artigos adicionais à Constituição, disse o deputado Girão que para rebeldes não havia lógica, mas só silogismos de aço. O abade de Medroens acrescentou que os brasileiros não queriam ser constitucionais e portanto deviam ser governados como escravos; oferecia-se, pois, para capelão das forças que fossem mandadas para domá-los. Essa violência chegou ao ponto de a 11 de setembro, ignorando já estar proclamada a Independência, as Cortes decretaram que o príncipe se recolhesse a Portugal, dentro de um mês depois de ser-lhe apresentada essa intimação. Em caso de desobediência, proceder-se-ia que d. Pedro deixava de ser herdeiro da Coroa. Eram pois as Cortes, quem provocavam a separação da monarquia, no caso do príncipe querer

21 Maler. Of. nº 189, de 11 de maio.
22 Mareschal. Of. de 17 de maio, litt. A.

ficar no Brasil. Ele sabia que lhes obedecendo perderia a parte mais rica e mais importante dos estados, dos quais viria a ser soberano. Cumpria-lhe o dever de preservá-la. As Cortes não poderiam portanto queixar-se, ao virem realizar-se o fato preparado pela sua imprudência.

Real ou aparentemente foi também de desagrado a impressão produzida na Família Real pela atitude de d. Pedro. Quando chegaram a Lisboa as tropas de Avilez, o rei, embora discretamente, em conversa com o ministro de Espanha, mostrou-se descontente do procedimento do filho. A rainha pronunciou-se nesse mesmo sentido sem reserva alguma; referiu-se à ambição de d. Pedro, à sua falta de juízo e de respeito aos pais. Culpou o rei de haver-se descuidado da educação do príncipe, causa de terem agora tantos e tão grandes desgostos e aludiu às más companhias, entre as quais o holandês Hogendorf (Hogendorf), "secretário que foi de Napoleão", e um francês de nome Capitain.[23] Seis meses depois, a 25 de novembro, falando a Aguilar, a Rainha já exaltava o valor de d. Pedro. Também ainda na ignorância de ter sido proclamada a Independência, foi abolida por decreto real a comemoração do aniversário natalício do príncipe; a 12 de outubro não houve grande gala nem beija-mão. Era sinal de reprovar-se o manifesto de 6 de agosto. O fato foi conhecido no Rio em meados de dezembro. Em represália foram suprimidas por decreto de 21 do mesmo mês, que não apareceu oficialmente, mas foi citado no almanaque para 1823, todos os dias de gala e demonstrações públicas por motivo de aniversários da Família Real, menos o rei e a rainha. Disse José Bonifácio a Mareschal que estas exceções eram feitas "para dar uma lição de moral pública aos povos", motivo que Mareschal não achava procedente, em virtude de ter declarado o governo achar-se o rei em estado de cativeiro; tal razão desculpava a ato praticado por ele contra o filho.

Os sentimentos da antiga metrópole em relação ao Brasil, já então com direito a ser tratado de igual a igual, como parte importante se não a mais importante do Reino Unido, provocaram atos de represália da regência, que exacerbavam as Cortes. Dia a dia, de lado a lado, as desconfianças aumentavam. Foi dada ordem aos cônsules de não permitirem despacho de armas e munições para o Brasil, sinal de ser esperada a reação

23 Aguilar, m. de Esp. Of. de 22 maio 1821.

e de querer-se deixar o país indefeso, sob a mão forte dos comandantes militares, tutores das Juntas de província. O regente respondeu a esse ato com outros de característica eloquência, que o burlavam inteiramente. O fosso tornava-se agora quase intransponível. Comunicou-se aos agentes estrangeiros que o Brasil dispensava formalidades alfandegárias para despacho de armas de guerra. As tropas vindas de Portugal, que tentassem desembarcar sem licença do governo do Rio, seriam tratadas como inimigas. Os decretos das Cortes, que apenas recebidos eram logo publicados e produziam efeito, desde então, para serem executados, ficariam na dependência do "cumpra-se" do príncipe.

No mesmo dia da expedição daquele decreto, d. Pedro dirigia aos brasileiros ardoroso manifesto. Era quase o rompimento: "Está acabado o tempo de enganar os homens", começava assim. As Cortes só procuram paralisar a prosperidade do Brasil, consumir-lhe toda a vitalidade e reduzi-la a tal inação e fraqueza, que tornassem infalíveis a sua ruína e escravidão. Vinha então o rol das medidas reacionárias de Lisboa para justificar esta gravíssima declaração: "Está dado o grande passo de vossa independência. Já sois um povo soberano." As colônias deviam deixar de ser colônias quando atingiam ao estado de virilidade. A Europa, que reconhecera a independência dos Estados Unidos e fora neutra na luta entre a Espanha e as suas possessões, não deixaria de reconhecer o Brasil. "Não se ouça outro grito que não seja União; não retumbe outro eixo que não seja Independência."

Mas a união desejada pelos brasileiros deveria assentar em bases sólidas e em torno do soberano, a quem amavam "como a um rei cidadão".[24] O decreto de convocação da Assembleia Constituinte assentava

24 Diz Melo Morais que esse manifesto foi escrito por Ledo e pelo cônego Januário (*Brasil Reino*, pág. 74). Assegura Varnhagen ter ouvido de ambos que durante muito tempo redigiram em comum alguns desses documentos, em que perpassava certo sopro de eloquência sagrada, aliás gênero dos escritos da época, seguido por duas ou três gerações. O manifesto a que o texto se refere já foi atribuído a José Bonifácio, no pressuposto de haver informação de Mareschal a tal respeito. É engano. O ministro da Áustria referia-se ao manifesto de 1º de agosto (Of. nº 22, de 10 desse mês). Nem é de admitir que José Bonifácio, cujas ideias eram antidemocráticas, tratasse o soberano de "rei cidadão", como foi escrito naquela famosa peça.

nas ideias do manifesto e era, como este, um misto de aquiescência às pretensões radicais e de reservas que salvaguardavam a posição do regente: "Investida naquela porção de soberania" residente no povo brasileiro, a Assembleia daria "as bases sobre que se deve erigir a sua independência e a sua união com todas as mais partes integrantes" da família portuguesa.

D. Pedro sabia que essa união se estava desfazendo e procurava salvá-la, ou antes dilatá-la por algum tempo, refreando quanto podia os impulsos dos brasileiros. Já então era definitivo o seu rompimento com as Cortes e só da restauração da autoridade d'el-rei, delas prisioneiro, esperava o estabelecimento de uma política de congraçamento, capaz de restituir ao Brasil a situação que o monarca lhe conferira.

Logo após o Fico, começou ele a revelar, em cartas ao pai, a realidade da situação. A 23 de janeiro referia quanto tinha feito "para sustentar moralmente a união, que fisicamente era efêmera". A 14 de março, anunciando a volta da esquadra, onde haviam embarcado as forças de Avilez, dizia que o desembarque da tropa por ela trazida, teria provocado a Independência "contra a sua vontade", porque veria nesse acontecimento a desunião dos dois reinos, mas também com a sua inteira satisfação, porque seria o meio de salvar o Brasil. A 3 de abril escrevia de Minas a José Bonifácio: "A princesa recebeu uma carta de meu pai em que nos repreendia de não termos ainda lá chegado; eu mandei-lhe que lhe respondesse dizendo que nós não íamos porque o povo e eu não queríamos e que se continuassem eu então me levantava com o Brasil e que portanto mais valia que se acomodassem."

De volta daquela província, ao dar conta ao rei, a 26 de abril, do bom êxito da viagem, concluía: "Por cá vai tudo muito bem se lá formos considerados como irmãos, tanto para um como para outro hemisfério; mas se não formos, ir-nos-á melhor a nós brasileiros que aos europeus malvados que dizem uma coisa e têm outra no coração."

Mais eloquente de que todas estas foi a datada de 19 de junho em resposta a este conselho do pai: "Guia-te pelas circunstâncias com prudência e cautela." Todas as medidas que tomara até então tinham sido inspiradas na situação política do Brasil que não queria "ser escravo de lusitanos-espanhóis, quis os infames déspotas constitucionais *in nomine* dessas facciosas, horrorosas e pestíferas Cortes". Lembrava-se sempre do conselho que lhe dera o pai antes de partir, animando-o a não deixar o

Brasil fugir-lhe das mãos, se um dia viesse a separar-se de Portugal. "Tendo chegado o momento da quase separação", dizia o príncipe, "e estribado eu nas eloquentes e singelas palavras expressadas por V. M., tenho marchado adiante do Brasil, que tanto me tem honrado." Constava-lhe que queriam aclamar d. João VI Imperador do Brasil e a ele rei do Brasil: "Eu, senhor, se isso acontecer, receberei a aclamação, porque me não hei de opor à vontade do povo a ponto de retrogradar, mas sempre se me deixarem hei de pedir licença a V. M. para aceitar porque eu sou bom filho e fiel súdito." Não podia ser mais claro; a sua linguagem afinava pelas diatribes de Borges Carneiro, Feio e Xavier.

Ato de maior relevância veio coroar todos os que tinham feito virtualmente a separação. Era o manifesto do regente em 6 de agosto aos governos estrangeiros para expor-lhes os fatos e motivos, pelos quais fora obrigado a anuir à vontade geral do Brasil, "que proclamava à face do universo a sua independência política e queria como reino irmão e como nação grande e poderosa conservar ilesos e firmes os seus direitos, contra os quais Portugal sempre atentara e agora mais que nunca". Enumerava as medidas pelas quais "durante três séculos" os europeus quiseram conservar o país na mais dura dependência da metrópole e recordava que apesar de tudo o Brasil recebera com júbilo a Família Real e suprira "com generosidade e profusão as despesas de uma nova corte desregrada". Desfiava então o rosário dos atos reacionários das Cortes, para os quais só havia o remédio de um governo forte e constitucional. D. João VI estava "prisioneiro de estado, debaixo de completa coação". O regente não desejava cortar os laços de união e fraternidade, que deveriam fazer de toda a nação portuguesa um só todo político, tendo o soberano como chefe supremo do Poder Executivo. Contudo convidava os Governos estrangeiros a durante o cativeiro do rei continuarem com o reino do Brasil as mesmas relações de amizade com ele até então mantidas.

Haviam passado mais de três meses, Brant aconselhara de Londres que se tomasse essa providência. Talvez a sua carta, datada de 1º de maio, já tivesse sido recebida; mas não se pode saber até que ponto tivesse influído no ânimo de José Bonifácio, que desde os primeiros dias de junho preparava o manifesto e cuidava de nomear agentes diplomáticos, segundo informava Maler ao seu Governo. Mas por certo, quando nesse sentido

escreveu ao ministro, Brant nunca teria imaginado que ele fosse pôr na boca do príncipe a linguagem repassada do ódio das lutas intestinas e tão imprópria para um documento dessa natureza; nunca pensara que ali iria figurar "o infame Madeira" e ainda menos seriam relembrados três séculos "de mesquinha política", seguida por Portugal "sempre faminto e tirânico", quando essa obra de trezentos anos tinha sido toda consumada pelo poder absoluto dos avós de quem assim falava.

Dizia nessa carta o futuro marquês de Barbacena só não se animar a propor a completa independência do Brasil, porque desse modo d. Pedro seria privado de herdar a coroa de Portugal e as cortes da Europa criariam embaraços ao reconhecimento da nova potência, como realmente veio a acontecer; mas lembrava que se convocasse uma assembleia de deputados das províncias; el-rei fosse declarado coagido, pois seus direitos tinham sido usurpados pelas Cortes; portanto fossem suspensas as relações políticas com o reino e aberta correspondência com os soberanos da Europa durante o cativeiro em que ele se achava; tivessem ordem os deputados brasileiros de abandonar as Cortes de Lisboa, convocando-se então um parlamento constituinte. "A Constituição americana com palavras e fórmulas monárquicas é quanto nos convém", escrevia Brant, que ainda propunha, ressalvada a união da Monarquia, a residência alternada do rei e do príncipe herdeiro nas duas capitais.[25]

Enviando o manifesto ao corpo diplomático no dia 14, em que o príncipe partia para São Paulo, José Bonifácio empregava igualmente linguagem decisiva: "Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solenemente a sua independência e a exigir uma assembleia legislativa dentro do seu próprio território, com as mesmas atribuições que a de Lisboa, salvo, porém, a devida e decorosa união com todas as partes da grande família portuguesa e debaixo de um só chefe supremo..." Nesse mesmo dia, Gameiro e Brant eram nomeados encarregados de negócios na França e na Inglaterra.

Portugal perdia o Brasil, como tinham perdido as colônias todas as nações que não souberam acompanhar a evolução dos povos a quem

---

25 Public. do Arq. Nac., tomo VII, pág. 241.

tinham formado e como pais arbitrários e despóticos entenderam poder conservar em eterna minoridade os filhos já desenvolvidos e aptos para a vida autônoma, embora sob o nome e conselho da mesma família. Enquanto essa minoria foi real, ele procurou comprimir todas as forças de crescimento com que a natureza ajudava a nação nova a formar-se. Durante três séculos fechou o país aos estrangeiros, reduziu os seus naturais a conhecerem apenas o que vinha do Reino, suprimiu toda emulação.[26]

Oprimido, sem meios de instruir-se, de aprender outra coisa além do que podia ver nos exemplos dos dominadores, o povo vegetava, tratado com desprezo por aqueles de quem era produto e imagem. Se nele havia defeitos incontestáveis, estes provinham não só do regime de governo a que o submetiam, mas ainda dos péssimos exemplos dados pelos colonizadores e da nefasta influência da escravidão, por eles introduzida no país. Saint-Hilaire resumiu assim a sua observação a este respeito: "Os brasileiros têm costumes amenos, são bondosos, cheios de generosidade, hospitaleiros, até a magnificência"; em algumas províncias "notabilizam-se pela inteligência e vivacidade de espírito"; mas "o sistema colonial manteve-os em profunda ignorância; a escravidão familiarizou-os com o exemplo dos vícios os mais abjetos e desde a chegada da corte de Portugal ao Rio de Janeiro a venalidade introduziu-se em todas classes." Essas classes, que podiam ser atingidas por tamanha desmoralização, eram principalmente compostas de portugueses, a quem de preferência se entregavam os cargos da administração pública. Apesar disso, os portugueses olhavam os brasileiros como seus inferiores; "desprezavam-nos", escrevia Koster, "consideravam-se de raça superior a eles"; entretanto o Governo nada fazia para destruir o ciúme existente entre as duas partes da população.[27]

Tanta bazófia impressionava desagradavelmente os estrangeiros. Saint-Hilaire refere-se ao orgulho estúpido dos negociantes do Rio e afirma havê-lo encontrado por toda parte por onde viajou. Esses negociantes

26 Pyrard de Laval, que esteve na Bahia em 1610, ficou surpreendido da prodigiosa quantidade de açúcar encontrada nos armazéns da cidade. Na França não se tinha notícia dessa produção e supunha-se que todo o açúcar ali consumido procedia da Madeira e São Tomé. – Extratos do seu *Discours de Voyage* por A. Taunay. *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 144, pág. 251.

27 Koster. *Op. cit.,* II, pág. 307.

eram portugueses de classe inferior, analfabetos e começavam a vida sem capital algum. Enquanto os brasileiros dissipavam, eles "economizavam vintém por vintém, e, para adquirir fortuna, condenavam-se a toda espécie de privações". Seu primeiro cuidado era ter uma negra, "ao mesmo tempo amásia, cozinheira, arrumadeira e lavadeira"; a pobre ocupava-se até de buscar água e lenha, "serviço em geral incumbido pelos brasileiros aos escravos machos". Quando esses homens enriqueciam, "conservavam toda a grosseria primitiva, acrescida da mais insuportável jactância e passavam a tratar rudemente aos brasileiros, a quem deviam a opulência".[28]

Em mais de cento e vinte anos de domínio, nem uma escola de primeiras letras foi aberta em Minas Gerais, donde às vezes saíam por ano mais de duas arrobas de ouro em barra. Em compensação levantavam-se muitas cadeias, algumas de imponente aspecto, como a de Vila Rica. Os estrangeiros não passavam dos portos; se um navio fundeava por motivo de força maior, necessidade de reparação ou de aprovisionamento, era logo invadido por marinheiros e soldados, sujeito a exame minucioso e intimado a demorar de quatro a vinte dias apenas. As tripulações só desembarcavam sob a vigilância de guardas. Saint-Hilaire refere a proeza de Comerson, famoso naturalista francês, que em 1767, para colher algumas plantas, teve de disfarçar-se em marujo.

Ainda no começo do século XIX imperava o mesmo regime de desconfiança. Em 1808 expediu-se ordem para proibir a entrada de Humboldt, que se aproximava da fronteira do rio Negro pelo lado da Venezuela. Tendo notícia de que "um tal barão de Humboldt" tentava seguir as suas excursões pelo sertão, o capitão-general do Maranhão, d. Diogo de Sousa, futuro conde do Rio Pardo, recomendava às autoridades que a ele ou outro estrangeiro, com toda a sua comitiva, fizessem conduzir à capital "interceptando-lhes os meios de transporte fazer indagações políticas e filosóficas". Lindley refere o caso de um indivíduo que tentou estabelecer uma fábrica de tecidos de algodão nos arredores da Bahia e viu todas as suas máquinas destruídas e foi mandado para a Europa. Só depois da vinda de d. João VI para o Brasil abriu-se a primeira porta para o interior a Mawe, a quem o governo inglês apresentava como naturalista e viajante, mas a quem de fato

28 Saint-Hilaire. *V. dans le Dist. des Diamants*. I, pág. 258.

incumbia de espiar o que se passava nas minas do Tijuco e outras mais, favor facilmente obtido da proteção do conde de Linhares.

O país esgotava-se para enriquecer a metrópole, de quem até recebia o sal, que abundava nas costas. Minas Gerais encheu-a de tesouros. Desde o descobrimento do ouro em 1695 até 1817, mandou-lhe 35.687 arrobas desse metal, pagando ao rei a quinta parte, o chamado imposto do quinto, apesar de avaliar-se o contrabando realizado nesse período em cerca de 10.000 arrobas. De diamantes, cuja descoberta data de 1729, foram colhidas cerca de 1.400 libras, no valor de vinte milhões de cruzados. Essas riquezas atingiram o seu auge nos reinados de d. João V e d. José I até o de d. Maria I, donde datam as opulentas criações religiosas do Reino. Só o convento de Mafra, cuja construção durou treze anos, custou 169 milhões de cruzados, ou 67.600:000$, o que quer dizer dezessete milhões e novecentas mil libras, soma fantástica para aqueles tempos. Naquela loucura de pedra consumiram-se materiais em abundância, que para os conduzir rodavam diariamente nos caminhos cerca de 5.200 carros.[29]

O preço do ouro variava conforme a sua perfeição, a elevação dos seus quilates e o lugar onde era vendido. Era mais barato nas minas do

---

29 Antonil menciona alguns descobridores de ribeiros auríferos e concessionários de datas, bem como alguns agricultores e negociantes, que traficavam com os mineiros e ajuntaram enormes cabedais. Sem falar dos possuidores de uma, duas e três arrobas, "que não foram poucos", cita Baltasar de Godói, "que de roças e catas ajuntou 20 arrobas de ouro". De vários ribeiros e das negociações com roças, negros e mantimentos fez Francisco Amaral mais de 50 arrobas, Garcia Rodrigues Pais e João Lopes de Lima tiraram do seu ribeiro 5 arrobas; os Penteados, de sua lavra e indústria, 7 arrobas; Domingos da Silva Moreira, de negócio e lavra, 5 arrobas; Amador Bueno da Veiga, do rio do Ouro Preto, do ribeirão e outras partes, 8 arrobas. Levando gados da Bahia para vender em Minas, "comprando muitas roças e ocupando muitos escravos nas catas de vários ribeiros, T. Ferreira chegou a ter mais de 40 arrobas de ouro, parte em ser, parte para se cobrar. Mas tratando de cobrar o ouro, que se lhe devia, houve entretanto quem lhe deu por desgostos umas poucas de balas de chumbo, que é o que sucede não poucas vezes nas minas". (Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*, pág. 157). Parece, porém, que a maior fortuna procedente das minas, foi a do paulista padre Guilherme Pompeu de Almeida, doutor em teologia e bispo-missionário, a quem se refere Pedro Taques na *Nobiliária paulista*. Pelo menos foi ele quem mais riqueza ostentou naqueles tempos. Nos dias de festa havia em casa cem camas com cortinado e lençóis de Bretanha rendados e debaixo de cada uma delas bacia de prata para o lava-pés.

que em S. Paulo e Santos e mais caro na Bahia e no Rio de Janeiro. Também valia mais sendo quintado do que em pó, dizia Antonil, "porque o que se vende em pó sai do fogo com bastantes quebras, além do que vai por diferença em razão do que se pagou ou não pagou de quintos". A oitava quintada valia quinze tostões ou 1$500, donde ser corrente na Bahia e no Rio o preço de 15.360 cruzados ou 6:144$000 por arroba. Multiplicando esta quantia pelas 35.687 arrobas, mandadas por Minas Gerais, obtém-se a soma de 219.260:928$000, ou £54.815.207, vindo o quinto destinado ao rei a valer 43.852:165$000 ou £10.963.041-8-0.

Não eram só ouro e diamantes; eram todos os produtos da terra e das águas, que ou por impostos ou por monopólio comercial enriqueciam o Rei, o Erário e os traficantes de toda espécie: açúcar, tabaco, sola, pau-brasil, o que havia para acrescentar à renda dos contratos de pesca das baleias, dos dízimos reais, dos vinhos, do sal, das aguardentes, o rendimento da Casa da Moeda, os direitos pagos por importação de africanos a 3$500 por cabeça e os 10% pelas fazendas entradas no Rio de Janeiro.[30]

Latino Coelho resumiu nestes termos essa obra de insensatez: "Legislamos como se foram os portugueses de além-mar os párias da metrópole. Governamos como se o Brasil fosse apenas uma herdade, onde trouxéssemos a gages obscuros e opressos jornaleiros. Defendemos-lhe a comunicação e o trato de gentes peregrinas. Reduzimos a estanco e monopólio grande parte das suas mais valiosas produções. Proibimos-lhe que erigisse um tear, uma forja, uma oficina. Declaramos por atentado que

---

30 O contrato das baleias foi arrematado na Bahia por 110.000 cruzados em 6 anos e no Rio por 45.000 em 3 anos; o de dízimos reais rendia na Bahia anualmente 200.000 cruzados; no Rio, por 3 anos 190.000; em Pernambuco, pelo mesmo tempo, 97.000; em S. Paulo, 60. 000; fora o das capitanias menores em crescimento. O contrato dos vinhos foi arrematado na Bahia por 6 anos em 195.000 cruzados; em Pernambuco por 3 anos em 46.000 cruzados; no Rio, por 4 anos em mais de 50.000 cruzados. O contrato do sal na Bahia foi arrematado por 12 anos a 28.000 cruzados em cada um deles, e o das aguardentes foi avaliado por junto em 30.000 cruzados. A Casa da Moeda fazia em 2 anos 3 milhões de moedas de ouro, que o Rei comprava a 1$200 a oitava e apurava o lucro de mais de 600.000 cruzados. Os 10% da alfândega rendiam anualmente 80.000 cruzados. Estas cifras são de começo do século XVIII e dadas por Antonil, *op. cit.*, pág. 206. No século que se seguiu só fizeram aumentar.

um só prelo difundisse timidamente a luz naquelas regiões escurecidas. Condenamos por subversivas as sociedades literárias. A dureza dessa obra de três séculos começara a ser amenizada pela transplantação de sede da dinastia; mas quiseram depois as Cortes restaurar o odioso governo proconsular e abolir as instituições que ali estabelecera em sua longa demora a monarquia. A restauração é sempre e em toda a parte a guerra e depois o impossível."[31]

Em 1794 o conde de Resende mandou dissolver a Sociedade Literária fundada oito anos antes com licença de Luís de Vasconcelos e meter a ferros na fortaleza da Conceição os respectivos sócios, entre eles Alvarenga e Mariano da Fonseca, os quais lá ficaram três anos e só foram soltos por ordem direta de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o futuro conde de Linhares.

Nos fins do século XVIII a maioria dos talentos do reino já era de origem brasileira, e a população do Brasil já era a maior e mais rica. Latino lembra os nomes de Morais, do *Dicionário*, do poeta Pereira Caldas, do jornalista e publicista Hipólito, de Azeredo Coutinho (bispo d'Elvas), do matemático Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá), dos químicos Nogueira da Gama (marquês de Baependi e Seabra), do botânico Conceição Veloso, do explorador e zoólogo Alexandre Rodrigues Ferreira, do mineralogista Feijó, de Câmara Bittencourt (companheiro de José Bonifácio na viagem científica pela Europa), dos médicos Melo Franco e Elias da Silveira. No Brasil tinham crescido e floresciam Antônio José Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio Alvarenga Peixoto. Aliás, poderia ainda aumentar aquele rol com outros nomes que então já brilhavam ou começaram a brilhar ao abrir-se o século XIX: o botânico Arruda Câmara, Baltasar Lisboa, o bispo Azeredo Coutinho, Sousa Caldas, Aires Casal, fr. Leandro do Sacramento, Picanço, Silva Lisboa, João Severiano (Queluz) Mariano da Fonseca (Maricá), Fernandes Pinheiro (São Leopoldo), Carneiro de Campos (Caravelas), José Egídio (Santo Amaro), os irmãos Andrada.

Mais rico, com população maior e uma plêiade de espíritos esclarecidos, capazes de guiar a nação a novos destinos, o Brasil já não podia retroceder, só podia avançar.

---

31 L. Coelho. *Elogio hist. de J. Bonifácio,* pág. 43.

O Imperador d. Pedro I

Capítulo XIX

A INDEPENDÊNCIA E A COROAÇÃO

A NOTÍCIA das últimas resoluções de ultramar veio precipitar o golpe da Independência. Por elas ficaria o príncipe governando, sujeito ao rei e às Cortes, até ser promulgada a Constituição; mas o ministros ser-lhe-iam designados de Lisboa sendo imediatamente demitidos os que então serviam ao seu lado, a quem se abriria processo de responsabilidade pelo fato de terem expedido o decreto de convocação dos procuradores das províncias, o qual ficava virtualmente nulo. O rei logo nomeou o desembargador Sebastião Tinoco ministro do Reino, Mariano da Fonseca ministro da Fazenda, o general Couto Reis ministro da Guerra e o vice-almirante José Maria de Almeida ministro da Marinha. Processados seriam também os membros da Junta de S. Paulo e os respectivos delegados, portadores da representação feita ao príncipe, concitando-o a ficar no Brasil. Investigação sumária iniciar-se-ia para apurar a responsabilidade do impedimento imposto aos deputados de Minas de seguirem até Lisboa; mais que tudo instalar-se-iam nas províncias onde ainda não tivesse sido feito, as juntas de governo em ligação com a metrópole.

As divergências que tinham surgido na de S. Paulo, havia tempos, logo após a elevação de José Bonifácio ao Ministério e das quais re-

sultara ser Martim Francisco expulso da província, alteraram as relações do governo local com o governo do regente. Animado pelos resultados da viagem a Minas, quis d. Pedro julgar por si mesmo do estado das coisas. J. J. da Rocha tinha sido incumbido em maio de uma missão acerca da situação ali criada; mas verificando não se acharem os ânimos em condições de assegurar-lhe o bom êxito, voltou do caminho, quando já estava a vinte léguas da capital.

Dividira-se a Junta em dois grupos, um dos quais apenas composto de Martim Francisco e do brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão; do outro eram principais figuras o comandante da força, coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós, e o presidente, Oyenhausen, dos quais era tido como mentor Costa Carvalho, o ouvidor da comarca. Martim, homem de grande austeridade, era intransigente com as condescendências pleiteadas pelos seus opostos em benefício de amigos políticos. Dando as divergências a este respeito como a causa mais poderosa da separação dos dois grupos, refere Marcondes Romeiro alguns casos comprobatórios deste modo de pensar.

O capitão de milícias Antônio Cardoso Nogueira, muito considerado entre os militares e amigo de Francisco Inácio, pretendeu ter monopólio da carne fresca em condições muito onerosas para a população. Com tal intuito muniu-se de muito gado, acreditando ficar em condições de deixar a cidade sem aquele mantimento, caso não fosse aceita a sua proposta, afinal rejeitada por esforços de Martim e Jordão, que conseguiram de um marchante, em relações com a praça do Rio, o abastecimento do mercado, independente de monopólio.

De outra feita, sendo preciso chamar às armas a reserva de milicianos, um brigadeiro e um sargento-mor, incumbidos de reuni-los em toda a província, foram acusados de ter aceito dinheiro para dispensarem do serviço muitos homens. Martim propôs que se abrisse inquérito e se públicasse em bando, convidando os dispensados a reclamarem as quantias pagas, as quais lhes seriam restituídas sem nada lhes acontecer. Francisco Inácio impugnou a proposta como ofensiva à honra daqueles oficiais, de nome Morais Leme e Paula Macedo; mas apesar disso foi ela aprovada. Houve ainda outro incidente. O capitão Francisco Antônio de Miranda, parente de Francisco Inácio, foi acusado de ser atravessador de gêneros ali-

mentícios; perseguido por Martim, viu-se forçado a abandonar tão rendosa especulação.[1]

Tendo rebentado em Santos uma revolta militar, o rigor empregado para reprimi-la e também a punição dos culpados foram especialmente imputados a Martim Francisco, com o propósito de inculcar a sua dureza de alma. Os soldados tinham-se levantado por não ter sido executado na província o decreto de abril de 1821, que lhes equiparava o soldo ao dos soldados de Portugal. Viviam eles mal alimentados e malvestidos. Na capital começaram a agitar-se, mas foram logo contidos. Em Santos, porém, chegaram ao desespero e cometeram crimes atrozes; soltaram os presos desertores, apossaram-se das armas, atiraram contra um brigue de guerra, impuseram às demais embarcações permanecerem no porto, prenderam as autoridades e pessoas abastadas, para seu resgate exigiram dinheiro, saquearam armazéns e tavernas. De tudo isto resultaram dezoito mortes, até de crianças, das quais uma foi encontrada sem cabeça e algumas pessoas ficaram feridas. A ferocidade dos criminosos chegou ao ponto de cortarem os dedos a certas vítimas para arrancarem anéis.

Dois membros do Governo enviados a Santos, os coronéis Lázaro Gonçalves e Daniel Pedro Muller, deram combate aos insurgentes, venceram e providenciaram a respeito a constituição do Conselho de Guerra, do qual fizeram parte. Depois de examinada a sentença desse conselho por uma comissão, nomeada pelo mesmo governo e composta de cinco dos seus membros, entre os quais José Bonifácio, Francisco Inácio e Costa Carvalho, resolveu ele apenas confirmar a pena de morte cominada de sete dos culpados, comutando a dos outros, condenados ao mesmo castigo, em degredo ou carrinho temporário. Esta decisão, porém, devia subir ao Conselho Supremo, para ali ser proferido o julgamento definitivo; mas antes disso mandou o Governo executar os condenados à forca; cinco, oriundos do litoral, em Santos, e dois, de serra acima, na capital.

Ao ser enforcado um destes, Francisco José das Chagas, conhecido por *Chaguinhas,* partiu-se a corda da forca e sobre ele caiu a bandeira da Misericórdia, que como era de uso impedia a consumação da pena. Correu uma comissão à casa do Governo, suplicando fosse o ato suspenso,

---

1 Marcondes Romeiro. *Op. cit.*, pág. 1441.

enquanto implorava a clemência do príncipe regente. Não foi logo atendida. Insistiu, alegando não haver outra corda própria para a operação. Mandou-se fazê-la com outra, sem demora, fornecida. Enquanto se esperava, aumentava a agonia do condenado, a favor de quem se levantava forte movimento de piedade. Impressionado apenas pelo fato a que assistia, a multidão olvidava as vítimas inocentes, imoladas pelo criminoso. O algoz já não era ele, mas quem queria puni-lo às pressas sem atender à lei.

Toda a odiosidade desse incidente caiu sobre Martim Francisco, apontado pelos seus adversários como único responsável, a fim de predispor contra ele o ânimo da tropa e da população, inclinado à clemência. Entretanto, se realmente fosse a sua opinião a mais extremada, tinha-se-lhe juntado a cooperação e responsabilidade dos companheiros.

Refere Jacinto Ribeiro ter ouvido do velho Mariano Antônio Pedroso, de oitenta e dois anos de idade, que *Chaguinhas* tinha sido enforcado "devido ao ódio que lhe votaram alguns membros do Governo Provisório, notadamente o coronel Martim Francisco".[2]

Relembrados estes fatos por Feijó na Câmara dos Deputados, para servirem de acusação aos Andradas, respondeu-lhe Martim Francisco, declarando que a nova corda, transformada por Feijó em "laço de couro", tinha sido subministrada por ordem do Governo e não dele só, que era apenas um dos seus membros. Afirmou que havia quem intentasse salvar o aludido réu, aliás o mais criminoso dentre todos. Quando vieram dizer que a corda se tinha partido, lembrou José Bonifácio ("e lembrando meu irmão") o "artigo da ordenação que ordenava o devido efeito da execução e o Governo resolveu que o enforcassem de novo, até que a morte se seguisse".

Para mostrar que José Bonifácio, "cujo horror ao sangue era notório", nada tinha de cruel, informou Martim ter ele pedido ao monarca, "em favor dos levantados da esquadra, a comutação da pena de morte em trabalhos". Parece que essa referência se deve entender como feita à sublevação de marinheiros a bordo da esquadra comandada pelo chefe Rodrigo de Lamare, em operações contra os portugueses que ocupavam a Bahia, cujos cabeças, em número de quatro, foram salvos quando já se achavam

2 *Cronol. paulista*, cit. por Djalma Forjaz. *O Senador Vergueiro*, pág. 190.

em forma para serem arcabuzados. Nesse momento chegou Berquó a toda brida, trazendo o decreto de perdão.[3]

Desde o começo não havia coesão entre os membros da Junta nem entre os altos funcionários. Logo que ela se formou, o ouvidor dom Eugênio de Lossio e Seiblitz, depois senador, se lhe mostrou infenso, começando por desconhecer-lhe a legitimidade; por este motivo teve de deixar o cargo, no qual foi substituído interinamente pelo juiz de fora, Costa Carvalho, futuro marquês de Monte Alegre. Por toda parte, apenas se organizaram as Juntas, após a revolução de Portugal, a discórdia entre o pessoal do estado provinha sobretudo das prevenções e desconfianças devidas à origem dos homens, se nascidos no reino ou nascidos no Brasil.

A princípio os Andradas não foram intransigentes. Quando se organizou o Governo de São Paulo, José Bonifácio, incumbido de indicar os respectivos membros, propôs para presidente o governador da província, general João Carlos Augusto Oyenhausen, posteriormente marquês de Aracati. Houve entre o povo rumores contra tal proposta, mas José Bonifácio logo os atalhou, discursando assim: "Senhores, hoje é o dia da reunião de todos os partidos e opiniões, dia de reconciliação geral entre todos os cidadãos. Não nos lembremos mais de desavenças e inimizades e de paixões odientas. Completemos a obra da nossa regeneração, regenerando-nos desses sentimentos pouco nobres." Tão firme se mostrava nestes princípios que concluiu por declarar a sua disposição de retirar-se, se eles não fossem aceitos e praticados.[4]

A reação desenvolvida pelas Cortes alterou profundamente esses sentimentos e os Andradas tornaram-se intolerantes ao último ponto. Quiseram os seus inimigos ver nessa mudança represália de José Bonifácio contra medidas pessoais, tomadas pelas Cortes para prejudicá-lo até com a diminuição dos seus proventos, quando aliás ninguém se mostrou, como ele e seus irmãos, mais abnegado e desprendido em matéria de interesse privado.[5]

---

3 *Anais da Câm. dos Dep.,* ano 1830, sessão de 22 de maio, págs. 30, 31, 183-4.

4 Machado de Oliveira. *Quadro Hist. da Prov. de S. Paulo*, pág. 238.

5 José Bonifácio tinha em Portugal os empregos de lente de mineralogia, intendente das minas, inspetor das matas e do encanamento do rio Mondego.

A posse do governo veio atiçar a rivalidade entre brasileiros e reinóis. Seria ela talvez inevitável, por maior que fosse o tato de alguns homens, de um e outro lado. Todos eles queriam manter os cargos e governar sozinhos; os que chegavam por último desconfiavam dos predecessores e queriam ter maior parte na direção dos negócios. Antes de proclamar-se a Independência, havia os conflitos entre a tendência de alargar a autonomia do Brasil e a tendência oposta de não a consentir ao ponto de prejudicar Portugal. As Cortes atingiram ao paroxismo das medidas destinadas a privar o Brasil da categoria de reino e fazê-lo retrogradar à condição de colônia. Tão errada política exacerbou a paixão nacional dos brasileiros e produziu atos de represália e até iniciativas de hostilidades contra os reinóis.

Não podia a Junta de São Paulo escapar à influência desses fatos. A ausência de José Bonifácio precipitou a cisão latente, que o caráter de Martim Francisco concorreria para agravar em vez de amortecer. Os seus rivais consideraram-se mais fortes e ele principiou a sentir a limitação da própria influência. Começaram a chegar ao Rio as suas informações e as dos seus partidários. Três meses depois de ter deixado a Junta, já José Bonifácio tinha linguagem diversa da que tivera quando propôs a presidência de Oyenhausen. Escrevendo ao príncipe, em viagem por Minas Gerais, dizia ele ter recebido cartas de São Paulo, cuja leitura mais o convencia de ser preciso retirar de lá o presidente do Governo Provisório: "Lembre-se V. A. R. que ele foi um dos escolhidos para governador d'armas e que isto só basta para ser removido e vigiado."[6]

Entretanto essa suspeição, agora alegada, já existia quando a Junta foi aclamada e não impediu José Bonifácio de insistir para dela fazer parte o capitão-general. Oyenhausen subscrevera em primeiro lugar a calorosa representação, redigida por José Bonifácio, para pedir a d. Pedro que ficasse no Brasil. Nesse documento havia frases violentíssimas, que o incompatibilizavam com as Cortes, mas ele venceu hesitações naturais para dar prova da sua absoluta adesão à causa do Brasil.

---

6 Carta de 31 de março. A 16 de abril respondia o príncipe, nesse momento em S. João d'el-Rei: "Mande já de ordem minha chamar o governador de São Paulo e assim ficaremos em paz e é já tempo de se mostrar o dedo do gigante. Não terei compaixão com nenhum e não farei despotismos porque os aborreço muito." – Carta no arq. do cast. d'Eu.

Algumas delas eram deste teor: "Este inaudito despotismo, este horroroso perjúrio político decerto não o merecia o bom e generoso Brasil. Mas enganam-se os inimigos da ordem nas Cortes de Lisboa se se capacitam que podem ainda iludir com vãs palavras e ocos fantasmas o bom siso dos honrados portugueses de ambos os mundos." Ainda esta outra: "Se V. A. estiver (o que não é crível) pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder, perante o Céu, do rio de sangue, que decerto vai correr pelo Brasil com a sua ausência, pois seus povos, quais tigres raivosos, acordarão decerto do sono amadornado em que o velho despotismo os tinha sepultado, em que a astúcia de um novo maquiavelismo constitucional os pretende agora conservar."

Nessa época ainda não se cogitava de separação, mas somente de não permitir que o novo reino descesse da altura a que fora elevado na união da monarquia. Não seria portanto apenas o melindre da sua origem a causa de fazer Oyenhausen discordar de exageros escusados, mas os próprios interesses dessa união, que todos ainda queriam manter. Quando ela veio a romper-se de vez, depois de 7 de setembro, ele conservou-se fiel ao Brasil, cujos interesses pôs acima dos de Portugal. Ministro dos Negócios Estrangeiros, não permitiu que os diplomatas brasileiros se envolvessem nas questões daquele reino, para acautelar os interesses de d. Pedro e de sua filha contra d. Miguel, por acarretar tal intervenção complicações internacionais para o Brasil.

A sua reputação era a mais elevada e reconhecida até pelos que lhe criticavam as reservas e louvavam sem limites a ação dos Andradas, como por exemplo o brigadeiro Machado de Oliveira, autor do *Quadro histórico da Província de S. Paulo* e contemporâneo daquela época. Os estrangeiros, que o conheceram no governo, de mais de uma província, só lhe teceram louvores. Aos vinte e um anos de idade governara o Ceará, onde Koster o encontrou, estimado de toda a população. Um dia, estava ele com alguns amigos, quando vieram dizer-lhe que um soldado lhe pilhava o jardim: "Coitado!", exclamou em resposta, "deve ter muita fome para arriscar-se a entrar no jardim do governador. Não lhe façam mal."[7]

---

7 H. Koster. *Op. cit.,* vol. I, pág. 220. Oyenhausen era filho do conde alemão de igual nome e de sua mulher, da família portuguesa dos marqueses de Alorna, senhora afamada por seu alto espírito.

Entretanto, a um homem de tal coração chamaria depois o *Tamoio* "o Verres de Mato Grosso", província que governou após deixar o Norte e onde alcançou "lisonjeira fama" por ter tão bem desempenhado "grave tarefa" durante um decênio, do qual resultaram tantas iniciativas do seu "cérebro fecundo."[8] Saint-Hilaire, que tanto viajou no Brasil, dá testemunho de nunca ter encontrado em todos os lugares por onde passou tão unânime acordo em dizer bem de um homem, como a respeito de Oyenhausen. Em Mato Grosso falavam dele com saudade. Em São Paulo havia despedido os funcionários que vexavam o povo e tornara-se "o pai dos seus administrados".[9]

Era natural que tal governante tivesse grande número de partidários, desejosos de não serem privados da sua assistência. Receosos de ver-lhe diminuída a autoridade, representaram ao príncipe regente, rogando-lhe que a ele confiasse o governo das Armas, até então entregue a toda a Junta. A representação era assinada, entre outros, pelo bispo, o comandante da cavalaria, o ouvidor, o arcediago e mais de sessenta oficiais; porém, quando ela foi escrita, já na Corte se mandara abrir devassa na província a respeito dos fatos ocorridos na eleição de procuradores e projetos contra a ordem pública, conforme denúncia recebida do sargento-mor Paula Rodrigues. Estava lançada a rede destinada a colher os inimigos; levantaram-se então grandes temores, tanto mais legítimos quanto simultaneamente Oyenhasen e Costa Carvalho eram chamados ao Rio pelo governo, talvez para evitar que a sua presença fosse obstáculo à ação da justiça.[10]

A ordem a respeito do presidente da Junta e do ouvidor caiu em São Paulo como um raio. Dentro de três horas após ser divulgada, tambores e sinos tocavam rebate, formava a tropa, reunia-se povo e clamava-se pela deposição de Martim Francisco, que impavidamente compareceu à casa do governo, para afrontar as ameaças feitas a ele e ao seu companheiro, o brigadeiro Jordão, indicados como causadores daqueles atos da regência. A multidão pedia ao senado da Câmara que declarasse depostos esses dois membros da Junta e ao mesmo tempo a permanência de Oyenhausen à frente dos negócios públicos.

---

8 *O Tamoio*, nº 33 V. Correia Filho. *Notas à margem* (acerca de coisas e homens de Mato Grosso), pág. 57.

9 Saint-Hilaire. *Voyage à St. Paul et Ste. Cather*, vol. I, pág. 278.

10 Desde a residência de d. João VI no Rio de Janeiro até a queda do Império, a capital era comumente chamada Corte em todas as províncias.

Em casos tais não se recusam semelhantes pedidos. A Câmara pediu à Junta que nesse sentido desse as necessárias providências e ela respondeu "que era ato de desobediência deixar de cumprir as ordens de S. A. R., assim como não era da sua competência demitir os dois membros eleitos pelo povo e sancionados pelos mesmo Augusto Senhor." Renovado o pedido com insistência, Martim e seu companheiro declararam-se demitidos. Então pôde a Junta responder que, conhecendo a vontade do povo e da tropa, eles mesmos se tinham voluntariamente exonerado dos seus cargos.[11] Ficava, pois, a Junta em excelente posição; poderia dizer que se conspirasse, atenderia logo à reclamação do povo e da tropa.

Em vez disso resistira. Apareciam de novo o bispo, o arcediago, o cura da Sé, vigários, a oficialidade e civis, todos pedindo ao príncipe aprovação para a violência; mas ao mesmo tempo protestavam-lhe adesão, a despeito de negarem-se a cumprir-lhe as ordens. É de crer que na realidade supusessem não desobedecer-lhe, mas apenas opor-se a José Bonifácio, que, conforme pensavam, o iludia e mal aconselhava.

A representação dirigida a d. Pedro, na qual se dava conta dos acontecimentos, era o desabafo d'alma contra aquele em cujas mãos iria cair a presidência da Junta pela remoção de Oyenhausen: "O povo e a tropa da cidade de São Paulo, não podendo sofrer por mais tempo o orgulho, o despotismo e arbitrariedades do coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada...." Seguia-se rol tremendo. Acusavam-no e também ao companheiro de suspender a execução de sentenças, soltar presos com culpa formada, fazer prisões arbitrárias, dar baixa na culpa de clérigos criminosos antes da decisão da autoridade competente. Oyenhausen era o único obstáculo a tais desmandos; por isso tinham procurado removê-lo.[12]

---

11 Diz Marcondes Romeiro que, se encontrando apenas um vereador, o presidente foi forçado a convocar dois da Câmara transata, os quais por lei eram suplentes. – *Op. cit.,* pág. 1.438.

12 Todos os documentos acerca desses fatos afinam pelo mesmo diapasão. Os termos das variações extraordinárias de 23 e 24 de maio contêm as razões pelas quais a Câmara anuiu à representação do povo e da tropa: "O coronel Martim Francisco tinha firmado e em grande parte já posto em prática o terrível plano de ser absoluto nesta cidade e província." Em seguida: "Tentou reduzir e quase que o conseguiu o Governo ao seu único voto: as suas paixões, os seus amigos, que desgraçadamente eram o refúgio da sociedade, os seus parentes, que sempre foram em todos os tempos maus

Seis dias depois reuniam-se de novo os sediciosos e obtinham que a Câmara pedisse e o governo ordenasse a saída de Martim Francisco para fora da província e de Jordão para fora da capital. Dentro de vinte quatro horas os deportados punham-se em marcha, um para o Rio, outro para Santos. Ao fim de alguns dias, após chegar ao seu destino, era o primeiro deles nomeado ministro. José Bonifácio obteve a subdivisão da pasta da Justiça e Fazenda, para em virtude do desmembramento caberem os negócios desta ao irmão. Destarte ele envolvia parcialmente no conflito a autoridade de d. Pedro, que se deveria conservar em condições de julgá-lo com isenção de ânimo.

Baseada numa carta régia, a Junta representou ao príncipe que, em vista de já reinar harmonia entre todos os empregados, suspendia temporariamente a partida dos três chamados à Corte.[13] Dias depois propunha-lhe o alvitre de ser por ele estabelecido na província um governo que o povo não pudesse remover; se esse alvitre não conviesse, ordenasse, em benefício da paz, a forma legal de eleger-se outro.[14] Já então d. Pedro e José Bonifácio tinham providenciado não só para evitar a sedição, como também para punir a desobediência. Antes de Oyenhausen ser chamado ao Rio, tinha sido o marechal Arouche mandado para São Paulo como governador militar. A sua macha foi tão lenta, que só a 16 de junho lá chegou.

---

cidadãos e péssimos súditos, como é patente a todos; eram só estes os contentes, porque todos os mais lhes eram sacrificados para que o mau partido engrossasse, a tirania crescesse...” A cada momento ele desatendia às autoridades. Oyenhausen “era forte antimural aos seus despotismos.” A segunda representação do povo e da tropa, feita no dia 29, para pedir a deportação de Martim Francisco e seu companheiro, começa assim: “O povo e tropa desta cidade, desejosos de tranquilidade e sossego público, que à custa de suas vidas protestam e juram manter, inteiramente convencidos de que o transato e justamente deposto coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada é nimiamente perigoso nesta cidade, onde um punhado de malévolos da sua facção faz a perturbação, a desordem nesta cidade, para cevar seu injusto furor e executar vingança crudelíssima contra os que, honrados e verdadeiros paulistas, livraram seus concidadãos inocentes de suas garras; representam....”

13 A representação tinha a data de 11 de junho. A carta régia dizia: “...ficando a faculdade que pretendeis de me representar quaisquer inconvenientes que possa ter a execução das ordens que eu mandar expedir a essa província, na forma indicada na vossa carta.”

14 Of. de 23 de junho.

A junta mandou-lhe emissários ao encontro e ousou até dar-lhe ordens. Para enfraquecê-lo, fez constar aos dois batalhões de paulistas, que o acompanhavam, a resolução de dissolvê-los, apenas chegassem à capital, notícia para eles muito agradável, pois formados extraordinariamente desde janeiro, por motivo de solicitação do príncipe, em luta com as tropas de Avilez, aspiravam ardentemente voltar à vida civil. O governo do Rio deu ordens formais de reduzir a Junta e o povo de São Paulo à obediência e ordenou que partisse de Santos o marechal Cândido Xavier, à frente das forças de linha e milícia e de quatro bocas-de-fogo.

Os dois generais deveriam combinar ação conjunta, mas Arouche, velho de setenta anos, tímido, jurista improvisado militar, chegando pacificamente à cidade, recusou empossar-se no cargo para que fora nomeado e no qual a Junta o queria investir. Reconhecendo ser-lhe a tropa notoriamente infensa, aconselhou que o comando das Armas continuasse em mãos da Junta e em seu nome fosse exercido por oficial de sua designação. Concluiu por pedir licença para voltar ao Rio e protestou "fazer ver a S. A. R. que o Governo só desejava acertar e cumprir suas determinações". De tudo lavrou-se ata, que assinou.

Fora ele portador da ordem de transportar-se Oyenhausen ao Rio e do decreto da própria nomeação. Neste pusera a Junta o "cumpra-se"; naquela, abaixo da mesma palavra de praxe, Oyenhausen escreve: "Recebi a intimação que muito fielmente cumprirei e dou-me por demitido da autoridade que só conservei até saber da real vontade do sereníssimo príncipe regente, que desta carta régia consta."

A sedição tinha irrompido apenas por haver notícia da expedição dessas ordens, mas só agora elas chegavam e aqueles a quem atingiam já as tinham acatado. Oyenhausen e Costa Carvalho marchavam para o Rio; tudo serenado, de novo representava a Junta ao príncipe, rogando-lhe que estabelecesse em São Paulo governo idêntico ao que dera a Minas Gerais; mandasse sindicar de quanto se tinha passado e verificaria não ter havido motivo para negar confiança ao Governo local; ninguém se tinha insurgido contra as suas ordens; apenas se lhes tinha adiado o cumprimento, porque cabia representar a seu respeito, enquanto se evitava derramamento de sangue; se não houvera infidelidade nem perjúrio, viesse ele à província ver tudo com os seus próprios olhos.

Enquanto Arouche se anulava, Xavier subia de Santos em demanda de São Paulo e procedia como quem ia combater. Prendia pelo caminho a gente que podia antecipar-se à sua marcha e dela dar aviso aos contrários. A despeito disso, os partidários da Junta souberam e puseram-se em armas para obstar-lhe a entrada, mas a Junta conteve-os e manteve a tropa nos quartéis. Emissário mandado ao marechal informou-o de que a carta de nomeação de Arouche fora cumprida, e Oyenhausen e Costa Carvalho estavam em caminho do Rio. Por tais motivos conseguiu que a força fizesse alto em Ponte Alta e só ele entrasse na cidade. Reconhecendo estarem atingidos os fins da sua missão, Xavier, após entender-se com Arouche e os membros da Junta, de comum acordo resolveu regressar para Santos à frente da força, recusando-se a demorar a fim de ajuizar por si do estado d'alma da população, conforme lhe era proposto.

Nem só na capital havia que observar a esse respeito. Paula e Sousa e seus amigos tinham levantado o povo de Itu, que se armava para sustentar a autoridade do príncipe regente contra "o Governo rebelde da capital". Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Mogi-mirim, Sorocaba convidavam as demais vilas a organizarem governo provisório, se ali continuassem as desordens. As câmaras de Taubaté, Areias, Cunha, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Jacareí, S. José, Mogi das Cruzes, São Carlos, Santos, Itapetininga protestavam fidelidade ao príncipe, de quem aliás a capital não se dizia separada.

Já ele, porém, mandara cassar os poderes da Junta e proceder à eleição, não só dos deputados à Constituinte, mas de novo governo, composto de sete membros. Apesar de informada da próxima substituição, ainda uma semana antes de d. Pedro partir do Rio, protestava-lhe a Junta "respeito e amor" e continuava a suplicar-lhe que viesse à província. Parecia esquecida de ter sido tratada como instigadora "de um punhado de miseráveis e facciosos dentre o povo" e só almejava reabilitar-se no seu conceito, conquistar-lhe a confiança e as boas graças. Talvez acreditasse ainda ser possível operar o milagre e convertê-lo, como tinha logrado converter Arouche e anular a ação do marechal Xavier. Ele veria que a ordem repousava na autoridade de Francisco Inácio sobre a tropa, a qual por tão ponderoso e iniludível motivo se opusera à sua ida para o Rio. Sem a aliança do chefe da "Bernarda", arriscar-se-ia a perder a província, pelo menos a

pô-la em perigo; por esta razão talvez procedesse com o coronel de milícias como procedera em Minas com Pinto Peixoto. Se viesse a acontecer assim, não estaria tudo perdido e haveria alguma força capaz de contrabalançar a influência dos ministros. O grande fim para preencher não era hostilizá-lo, mas dele arredar os Andradas, chamá-lo a si e poder dispor do governo sem os entraves criados por tais adversários.

Todas essas naturais ilusões desvaneceram-se à chegada de d. Pedro. No beija-mão por ele dado a 26 de agosto, Francisco Inácio inclinava-se para testemunhar-lhe nesse gesto toda a sua humildade, quando viu fugir a dextra que procurava oscular e recebeu verbalmente a renovação da ordem, desobedecida com apoio da tropa. Para contrabalançar as suas forças, foram logo chamados à capital os corpos que os municípios coligados tinham reunido em Sorocaba e Itu. A devassa mandada abrir pelo príncipe para apurar a culpa dos responsáveis pela violência cometida contra Martim Francisco e Jordão não deixava dúvida alguma a respeito da sua firmeza. Todos os acusados de terem parte nas cenas do fim de maio, em número de trinta e cinco, foram mandados retirar da capital, a fim de não perturbarem com a sua influência as pesquisas da justiça e pelo mesmo motivo foram detidas no Rio mais quatro pessoas, que ali se achavam comissionadas. A nomeação do governo incumbido de administrar a província até ser eleita nova Junta e composto do bispo d. Mateus, do ouvidor interino Pacheco e Silva e do comandante das armas marechal Xavier coroou as providências tendentes a firmar o predomínio dos Andradas.

D. Pedro tinha deixado o Rio a 14 de agosto, acompanhado apenas de Luís Saldanha da Gama, futuro marquês de Taubaté, incumbido de assistir ao despacho e expedir-lhe as ordens, do inseparável Francisco Gomes da Silva, que se tornou seu secretário e principal confidente, e do alferes Francisco de Castro Canto e Melo, irmão da futura marquesa de Santos. A essa pequena comitiva juntaram-se dois criados particulares, e em caminho outro oficial e o padre Belchior Pinheiro, vindo expressamente de Minas.

No sétimo dia de jornada haviam todos chegado a Pindamonhagaba. O coronel Marcondes, depois barão desse nome, comandante do 3º esquadrão da guarda de honra do príncipe, juntou dezesseis guapos rapazes, seus comandados e filhos das mais importantes famílias da região, para

formar vistosa escolta. Logo que eles se apresentaram, montando soberbos cavalos e cada um acompanhado de pajem, d. Pedro passou a tratá-los com "estranhável familiaridade" e a examinar os animais, apontando-lhes os defeitos, quando havia. Tais maneiras, da parte de pessoa que deveria ser conspícua, sempre foram objeto de fundados reparos. Causava espanto a Mareschal a sem-cerimônia do príncipe com oficiais, em cujos jogos e danças entre eles sós, na ausência de damas, tomava parte, "sem refletir quanto isso era impróprio para inspirar respeito". Desembarcando uma vez no cais em sua companhia, o lorde Cochrane viu centenas de pessoas de todas as idades e cores formando fileiras para beijar-lhe a mão, usando muitas delas "familiaridades tais como nunca vira antes praticar para com rei ou imperador algum".[15]

Por todos os lugares, onde passara, tivera d. Pedro recepção festiva; mais era mofino o aspecto do seu grupo. Daí em diante, porém, entrava nos povoados com séquito luzido. Era deslumbrante o efeito produzido naquelas rudes populações por dezesseis soldados, vestidos de primoroso uniforme branco, a que ainda mais dava realce era um capacete dourado, encimado pelo dragão de Bragança, de cuja cauda pendia, agitando vento, basto troço de crina carmesim. Os cavalos escolhidos, de aspecto imponente, eram todos ricamente ajaezados com abundância de prata.

No dia 24 chegou o príncipe ao arraial da Penha, afastado da cidade légua e meia e aí pernoitou. Quis primeiro informar-se do espírito da capital, onde pretendia entrar com redobrada expectativa; por isso, ali mandou um emissário, que lhe trouxe a notícia de achar-se tudo calmo. Apenas souberam, a Câmara e várias pessoas de distinção foram saudá-lo. Na manhã seguinte, após ter ouvido missa pôs-se em marcha. Ainda meia légua distante, era avistado do alto da colina; girândolas anunciaram a vinda a toda população, já de sobreaviso. Seis peças de artilharia e os sinos das igrejas espalharam a boa nova com estrondo e alegria.

---

15 Marcondes Romeiro. *Rev*. cit., pág. 2497. Mareschal. Of. de 27 de agosto 1821. C. de Dundonald, *Narrativa* pág. 4. – À pág. 427 das *Efemérides*, Rio Branco dá os nomes de quantos compuseram a guarda imperial nessa viagem, copiados do *Quadros históricos* de Marc. de Oliveira, pág. 239. Aí estão arrolados 29, presentes ao Sete de Setembro, dos quais 9 de Pindamonhangaba e 6 de Taubaté.

São Paulo era apenas uma grande vila, entre São Bento, a Sé e o Carmo, habitada por cerca de dez mil almas, numero em que se contavam os moradores dos arredores e todos os escravos. Em duzentos e sessenta e oito anos o seu crescimento fora diminuto. Ninguém imaginaria então que após sessenta anos, começaria a produzir-se ali, como por encanto, um desses milagres de expansão americana que maravilharam o século XIX.[16]

D. Pedro atravessara toda a zona por onde subiriam, do Paraíba para o sul, as ondas de cafezais, que do alto da serra rolariam para oeste e levando de roldão troncos e ramaria, sepultando nos vales a glória dos jequitibás, transformariam a floresta virgem em culturas estupendas. Cobrir-se-ia a terra roxa do verde mar da abundância, cujo dorso alvejaria numa espuma de flores, logo convertidas em bagos escarlates, pérolas incomparáveis daquele oceano sem par. Dir-se-ia que o sangue vertido na luta transformadora se haveria de cristalizar no fundo do imenso mediterrâneo e voltar-lhe à tona, oferecendo-se à colheita dos homens, para compensá-los da áspera tarefa e da saudade de terem perdido para sempre a vista de tantas galas e pompa vegetal.

No alto da ladeira do Carmo, em frente à igreja do convento, delicioso canto da velha cidade, que no meio da formação cosmopolita da capital opulenta ainda guarda o caráter e a calma para oferecer o repouso daqueles tempos, apearam-se o príncipe e a comitiva junto a um arco com inscrição e versos alegóricos, à guisa de porta da cidade.

Adiante estava um altar em plena rua. Veio-lhe ao encontro o bispo, ancião de oitenta anos, que parecia rejuvenescer, tal a graça e alacridade com que o aspergia de água benta. O cabido e todo o clero acompanhavam o seu pastor e começaram a entoar os cânticos do ritual, que com as nuvens de incenso enlevavam os sentidos da gente, embevecida entre a divindade dos Céus e a semidivindade da Terra, da qual só agora lhe era dado aproximar-se. Da ponte do Tramandataí à sé e daí ao antigo colégio dos jesuítas, arvorado em palácio, soldados de milícia formavam duas alas, entre as quais passou o séquito. Do Carmo à catedral, onde ouviu *Te*

16 A primeira missa celebrada pelos jesuítas, vindos de S. Vicente, foi a 25 de janeiro de 1554, dia da conversão de São Paulo.

Deum, e da catedral ao termo da jornada, onde deu beija-mão, o príncipe marchou sob o pállio, em cujas varas fora grande honra pegar.

Passaram-se depois onze dias, durante os quais se regularizou a situação da província e se produziu algo de poderoso e profundo na alma do futuro monarca, onde Cupido ateou chama tão ardente, que o haveria de abrasar e até ameaçar de consumir a paz do Império.

A 5 partiu ele para Santos, acompanhado de seis pessoas, dois criados e da guarda de honra; a 7 já estava de volta. Chegou-lhe no caminho a notícia dos últimos decretos das Cortes, levada do Rio a galope por um correiro expresso, Pedro Bregaro, que para ali marcava ao seu encontro, em companhia do major Antônio Ramos Cordeiro. Até hoje não se tinha apurado tudo quanto continham os papéis recebidos. De todos eles só se conhecia um documento autêntico, a minuta incompleta da carta escrita por José Bonifácio em data de 1º de setembro, na qual é feita alusão a outra de d. Leopoldina e também "a cartas de Lisboa de S. M. a rainha e de suas Altezas". Diz Drummond ter merecido da princesa real a honra de ler tudo que ela mandava dizer ao esposo; mas nem sequer faz o resumo, limitando-se a "admirar o espírito e a sagacidade da princesa". Um dos companheiros de viagem de d. Pedro, pelos sinais, certamente Luís Saldanha da Gama, referiu a Pinto Peixoto só se lembrar de uma frase dessa carta: "O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece." Em bons termos, seria paródia e repetição do conselho de d. João VI ao partir e ao mesmo tempo concordância com o fecho da de José Bonifácio.[17] Só agora pode-se conhecer todo o texto, não de uma só, mas de duas cartas da princesa, a primeira de 28 e a outra de 29 de agosto. É possível, mas parece pouco provável, ter havido terceira, onde se ache a frase guardada na lembrança de Pinto Peixoto e inexistente naquelas. A de José Bonifácio foi escrita a 1º de agosto, mas a última de Leopoldina já anunciava quem era o portador, Pedro Bregaro, o mesmo correio que levou as três. Falta encontrar a carta dos ministros, a que alude a princesa; mas talvez seja a mesma de José Bonifácio.

17 Drummond. *Op.cit.*, pag. 40. J. M. Pinto Peixoto. "Duas palavras sobre d. Pedro I na Época da Independência." Vide *Rev. do Inst. Hist.*, vol. LVI, ano 1862, pág. II. A carta de J. Bonif. Copiada, quando em mãos de uma sua bisneta, pelo A e posteriormente doada ao Museu Paulista.

Nesta, como nas da esposa, teve o príncipe a notícia, recebida de Lisboa, de preparar-se grande expedição militar com destino ao Brasil: "Ficam-se aprontando mais 7.100 homens além dos 600 que já entraram na Bahia e que ali pretendem fazer um centro de união para irem atacando as províncias e fomentarem a desordem e atacarem a forças abertas o governo de V. A. R., quando e onde convier." Da esquadrilha da Bahia não havia notícias, mas a sua conduta parecia equívoca. Diante de perspectivas tão sombrias José Bonifácio rematava por pedir ao príncipe que voltasse sem demora, para tomar a resolução decisiva: "Senhor o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V. A. R. quanto antes e decida-se; porque irresoluções e medidas d'água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem e um momento perdido é uma desgraça." Essas notícias haviam chegado em três navios entrados de Lisboa, e diziam estar em preparo duas naus para transportar as forças. A imaginação pública figurou o resto: a terminação dos trabalhos, a partida, a travessia e no dia 27 toda uma esquadra fora da barra do Rio de Janeiro, ameaçando a capital. Dispuseram-se os fortes, as baterias das praias, com os homens junto às peças para recebê-la a fogo. Dentro em pouco tempo desfazia-se a mentira, mas continuava-se a desconfiar de tudo, da divisão naval comandada por de Lamare, de Lecor, que unido a Saldanha, fiel ao juramento dado ao rei, era capaz de retirar a força da Banda oriental e levá-la a Santa Catarina, sem explicar-se com que intuito. Já não eram duas, mas sim três, as naus a suspender ferro no Tejo e aproar para o sul. Nelas viriam quatorze batalhões; as cartas de d. Pedro a el-rei estavam impressas e distribuídas em Lisboa, levantando a indignação pública e acendendo o furor da reação. Transmitindo ao marido estas novidades assustadoras, receosa e aflita, clamava a princesa pela sua vinda; era preciso ele voltar sem demora alguma; só a sua presença, muita energia e rigor poderiam salvar o Brasil da ruína.

Preso de um acesso de cólera, o príncipe amarrotou os papéis, atirou-os ao chão e pisou-os. De cabeça baixa, amarrados às árvores, os animais esperavam resignadamente, pouco distantes, à beira da estrada. Um filósofo poderia medir ali as altas aspirações dos seres que povoam o mundo. Enquanto, movendo-se livremente, aqueles homens queriam ainda libertar-se de governos e leis, cavalos e éguas, sobre os quais montavam,

olhavam tristemente verduras suculentas, ao alcance da boca enfreada, e mortos de desejo, não as podiam ruminar. D. Pedro cominhou silenciosamente até chegar junto à besta baia gateada, que o conduzia. Era ela o único contraste com a virilidade ali dominante. Talvez a sua precária robustez fosse um símbolo do poder sobre o qual o príncipe ia assentar o seu império. Antes de tomar os estribos, ele revelou a decisão suprema e ergueu um viva à liberdade do Brasil. O grupo repetiu o grito e juntou-lhe o nome do futuro soberano. Canto e Melo foi incumbido de participar o ocorrido à guarda, que ia adiante e esperava junto ao arroio Piranga.

Toda ela veio a galope, dando vivas também, e já encontrou a todos em marcha no alto da colina próxima. Eram quatro e meia; o sol declinava. Os dois grupos estacaram e d. Pedro confirmou a boa nova. Depois arrancou do chapéu o laço azul e branco. Só então a cena ganhou imponência. “Laço fora, soldados!” Um a um caíram os laços portugueses. Dir-se-ia que era o ato de romper a união dos dois povos. Cumprida a ordem, o príncipe desembainhou a espada e levantou-a para o céu. Todos os militares imitaram-lhe o gesto e vinte lâminas nuas rutilaram ao sol. Os civis descobriram-se. “Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil.” Um brado uníssono acompanhou o juramento: “Juremos!” Tomando a frente do grupo e firmado nos estribos, o príncipe levantou-se da sela e pôs-se ereto: “Independência ou morte seja a nossa divisa; o verde e o amarelo sejam as nossas cores nacionais.” Um dia o poeta haveria de cantá-las por conterem não só a luz do sol, mas “as promessas divinas da esperança”.[18]

---

18 Elementos colhidos nas narrativas de Marcondes e Canto e Melo. Na época da Independência escrevia-se Piranga. Este nome foi dado a uma das corvetas da esquadra, justamente a que serviu à retirada de Cochrane para a Inglaterra. Depois apareceu o acréscimo da vogal com que hoje se inicia a palavra; a mesma coisa aconteceu a outros, também dela desprovidos antes: Caraí, Taparica, Tamaracá, etc. Piranga em tupi quer dizer “vermelho.” As águas do Piranga, ao menos hoje, não são vermelhas; talvez parecessem tais por serem muito baixas e haver essa cor no fundo do riacho, como em muitas terras de S. Paulo, aliás denominadas “roxas”. No Norte chama-se uma espécie de blefarite, que torna os olhos vermelhos. A grafia com Y, letra que por si só quer dizer em tupi “água, curso d’água”, grafia esta ultimamente usada dá a significação de riacho vermelho.

D. Pedro antecipou-se ao seu séquito e pôs-se em marcha para a cidade, onde entrou às cinco e meia, acompanhado de poucos. Os que o viram passar notaram-lhe na expressão do rosto sinais de preocupação. Dentro em pouco tempo Canto e Melo explicava tudo e a grande nova eletrizava a cidade. Já era noite quando a guarda chegou; vinha a galope e aos gritos, dando vivas à Independência e ao príncipe; vivas que ecoavam e cresciam até o alarido ensurdecedor das vozes de quase todo o povo. Alguns momentos mais e a população corria e bradava nas ruas, louca de alegria. Não faltou aos seus excessos a violência contra os portugueses, sobre quem caíam insultos e bordoadas.

A essa hora d. Pedro tinha acabado o hino, cuja letra e melodia talvez viesse compondo mentalmente, quando tão concentrado parecia. Já o papel passara às mãos de um mestre de música, que o orquestrara e distribuíra. Se não fora o testemunho dos contemporâneos, custaria a acreditar que em três horas e meia terminassem tantas operações. Às nove em ponto o príncipe apareceu no camarote principal do teatro e ele próprio cantou o hino, cujo estribilho o público repetia.[19] Um sacerdote e homem político, muito estimado na cidade, o padre Ildefonso Xavier Ferreira, subiu a uma cadeira e deu três vivas ao 1º Rei do Brasil, vivas a que o povo respondeu uníssono e aos quais d. Pedro pareceu aquiescer.

A despedida do príncipe aos paulistas deixa ver terem sido as notícias das expedições militares, projetadas contra o Brasil, que o decidiram ao rompimento do Ipiranga. O gênio impulsivo não lhe permitiu esperar nem refletir. Decompor tantas novas ruínas acumuladas, que se diriam sopradas de propósito: "Quando eu mais que contente estava junto de vós, chegam notícias de Lisboa que os traidores da nação, os infames deputados, pretendem fazer atacar o Brasil e tirar-lhe do seio o seu defensor." E ainda... "a nossa pátria está ameaçada de sofrer uma guerra que não só há de ser feita pelas tropas que de Portugal forem mandadas..."

---

19 Por vós, pela pátria,
O sangue daremos;
Por glória só temos
Vencer ou morrer.

O Rio de Janeiro recebeu devidamente o herói, que chegou no dia 14 à noite, após cinco dias de marchas, debaixo de aguaceiros. No dia seguinte, aniversário da revolução de 1820 em Lisboa, que já não foi celebrado, como no ano anterior, aparecia ele no teatro, sem o laço desde oito meses decretado pelas Cortes. Trazia em seu lugar outro de cor verde, a da casa de Bragança, acima de um ângulo em metal dourado, onde estava gravado o novo lema "Independência ou morte". Fora tudo feito às pressas em S. Paulo, logo após a volta do Piranga.[20] O povo acolheu-o com ovações delirantes.

No próximo mês, dia 12, completaria ele vinte e quatro anos. A 21 de setembro o senado da Câmara públicava edital, marcando aquela data para aclamá-lo Imperador. Rei faria lembrar o título portugês e parecia pequeno para país tão vasto. Desde 20 de agosto, Ledo tinha feito o Grande Oriente aceitar o compromisso de promover quanto antes a Independência e a confirmação da realeza na pessoa do regente. Foram nomeados emissários para irem a Minas, Bahia e Pernambuco combinar a ação comum. Na mesma noite em que d. Pedro voltou de S. Paulo e tomou posse do lugar de grão-mestre, Alves Branco Muniz Barreto aclamou-o Imperador no recinto da Loja, o título ficou definitivo. Diz Drummond que consultado a esse respeito, José Bonifácio concordou, pela razão de já estar o povo acostumado com o imperador do Divino. A sua antipatia a tudo quanto provinha daquela origem inspirava-lhe esta facécia, em desacordo com a sinceridade da sua fé monárquica; ou era o seu vezo de gracejar, ainda à custa das coisas mais sérias.

Tendo logrado o bem da Independência, o prazer do povo era agora de festins, de grandes reuniões para expansão de sentimentos patrióticos e de entusiamo pelo seu soberano. Apesar da forte chuva qua caía, desde manhã cedo, a 12 de outubro, dia marcado para a aclamação, o Campo ia

---

20 O Príncipe deixou S. Paulo no dia 10. a marcha regular do correio entre as duas cidades, distantes noventa e seis léguas, era de oito dias. Em data de 18 foi decretado o uso do laço para quem abraçasse "o atual sistema do Brasil". Quem lhe fosse contrário deveria retirar-se do lugar onde morasse no prazo de trinta dias e do país dentro de dois meses, se estivesse em cidade marítima, e dentro de quatro, se habitasse cidade central. A cor verde passou a ser a da farda de d. Pedro e também das librés da criadagem.

enchendo de povo e seis mil homens de tropa. A cerimônia devia passar-se no "palacete", especialmente acomodado para esse fim.[21] Quando d. Pedro apareceu no terraço do edifício, entre a Imperatriz e o presidente do senado da Câmara, houve uma erupção estonteante de aplausos, que mais se inflamaram à vista da bandeira nacional com as armas do Império. Mal se ouviram o discurso de José Clemente e as resposta do monarca, declarando aceitar o título de Imperador, por estar convencido de ser essa a vontade de todas as províncias, de muitas das quais, se ainda não tinham chegado as manifestações, fora apenas por falta de tempo. Descargas de fuzilaria e cento e um tiros de canhão anunciaram à cidade o ato consumado.[22]

Estenderam-se as tropas de dois lados, do Campo à capela imperial, hoje a catedral, para entre as suas fileiras passar o cortejo por baixo dos arcos de triunfos e seguir pela Rua dos Ciganos, Rocio, Rua do Teatro, Largo de S. Francisco, Rua do Ouvidor até a Rua Direita. Abriam o préstito soldados das três armas, levando artilheria à frente e precedendo o procurador da Câmara, que sustentava a haste onde se desfraldava o pavilhão auriverde. Logo atrás abria-se amplo pálio dourado, sob o qual caminhava o Imperador, cabeça descoberta, vestido à militar. Vinham depois os ministros, a corte, os procuradores das províncias. Um troço de soldados separava-os da multidão, cujas bocas não cessavam de repetir vivas e aclamações. Apenas terminado o *Te Deum*, pela passasgem suspensa entre a capela e o palácio, seguiu d. Pedro para a sala do trono, a fim de dar o primeiro beija-mão imperial e assistir o desfilar das tropas sobre a praça ornamentada.

---

21 Situado do lado em continuação à Rua do Conde, ou visconde do Rio Branco, mas avançando muito sobre o terreno hoje ocupado pela praça e jardim. Tinha sido o camarim da Família Real na praça de touros, mandada erigir pelo senado da Câmara para nela solenizar com festas públicas o casamento do príncipe, festas que tiveram começo a 12 de outubro de 1818, dia aniversário natalício do mesmo senhor. Esse edifício veio a ser destruído por incêndio.

22 A 12 de novembro os navios ingleses e franceses surtos no porto saudaram a bandeira. Tendo de partir para o sul, o almirante francês Boyssin esteve para não salvar o pavilhão existente, mas considerando que ia chegar da Bahia novo vaso de guerra da sua nação, o qual conforme as praxes teria de o fazer, resolveu mudar de alvitre. Aliás, oficialidade inglesa e francesa logo depois da aclamação compareceu a todas as cerimônias da corte.

Faltava ainda efetuar-se a grande cerimônia da sagração. Os símbolos da realeza, que provinha de Deus, por cuja graça cabem tronos aos príncipes, só podiam ser conferidos pela Igreja. Eram penhores de origem divina, que o novo soberano teria de receber da mão dos sacerdotes, depois de ungido com os santos óleos, que o tornariam sagrado. Ia ser para o povo um espetáculo novo, porque d. João VI não fora coroado, mas apenas aclamado. A lenda de D. Sebastião, derrotado em África pelos mouros, modificara, havia dois e meio séculos, a grande cerimônia. Esperavam os portugueses que salvo por milagre dos Céus, aquele Rei haveria de voltar um dia, trazendo a coroa guardada em seu poder e só com ela seus sucessores seriam coroados.

Dias antes do 1º de dezembro, o bando municipal percorria as ruas, anunciando a som de tambor a festividade esperada. Eram desse modo comunicados ao povo todos os grandes acontecimentos da casa real. Vinha à frente um magote de moleques, soltando foguetes em cada canto de rua; era o sinal da aproximação do bando, que atraía às janelas a população dos quarteirões. Seguida da respectiva banda de música, a cavalaria da polícia encabeçava o préstito, cada vez mais ruidoso. Vinham depois os meirinhos, atrás dos quais marchavam todo o senado da Câmara e homens dos mais notáveis da cidade, que disputavam a honra de figurar. Vestiam todos trajes de circunstância, ricos pela natureza dos tecidos e finura dos ornatos, de rendas, ouro e pedraria. Cada um deles trazia um pajem, cujas roupas atestavam também a abastança e bom gosto do senhor. Os cavalos garbosos, ajaezados de prata, davam maior imponência à procissão, a qual engrossava a cada canto de rua pela gente do povo, que se lhe agregava. De tempos a tempos o banho parava; as músicas, das quais a última o encerrava, cessavam de tocar e os foguetes deixavam de estrugir. Avançava então um dos meirinhos e lia em alta voz um papel, proclamando o que todos já sabiam.

Às nove e meia da manhã, vindas de S. Cristóvão, as carruagens de gala atravessavam o Campo e rodando sob seis arcos de triunfo, desciam pelo Rocio, caminho do Paço. Só depois de onze horas começava a mover-se o cortejo, daí para a capela imperial. Longa teia, forrada de seda escarlate e ouro, estendida obliquamente do palácio à igreja, dava-lhe passagem coberta, elevada sobre o solo e resguardada dos lados, que duas filas

de arqueiros limitavam. Abriam o préstito um grande grupo dessa guarda, empunhando alabardas, e logo depois a sua banda de música, tocando marcha adequada, vestidos todos de vistosa libré, calção e meia branca, chapéu armado de dois bicos e espada à cinta. A cadência do passo indicava a gravidade teatral para guardar.

Seguiam-se então os convidados e os funcionários da corte e procuradores das províncias, levando as insígnias reais em bandejas de prata, a coroa, o cetro, o manto. O bastão e a espada eram erguidos à mão. Atrás dos atributos da realeza aparecia o Imperador sob o pálio, fardado e descoberto, como no dia da aclamação, calçando as botas com esporas, de que não se privaria em nenhuma cerimônia da corte. Fazia-lhe guarda o senado da Câmara. À entrada da igreja esperava-o todo o cabido com riquíssimos paramentos encarnados, acompanhando o bispo capelão-mor e dois coadjutores episcopais cujas vestes douradas o sol, que não chegara ao Zênite, e ainda no oriente, fazia mais refulgir. A aspersão de água benta limpava da poeira do mundo a todos que chegavam à porta do templo e indicava o caminho do soberano até junto ao altar. Toda a nave, ocupada de um e outro lado por duas ordens de assentos elevados, só deixava livre o espaço por onde o cortejo desfilava.

Estavam nas tribunas personagens da mais alta hierarquia; nas do altar-mor, a Imperatriz em frente ao trono, tendo fronteiro o corpo diplomático em grande gala; nas outras, as damas da corte, adornadas de longo manto de veludo verde, bordado a ouro e caído sobre o vestido branco, bordado a prata, principalmente notadas por imensos toucados, de onde enormes plumas brancas, presas a um turbante das cores nacionais, se elevavam a altura desmedida ou desciam até tocar os ombros.[23]

---

23 Os trajes dessas damas, bem como a etiqueta da corte, foram motivo de mofa das fidalgas austríacas, que acompanharam ao Rio em 1817 a arquiduquesa Leopoldina. Referindo o que contava a principal delas, a condessa de Kunburg, descrevia uma das suas amigas as roupagens exóticas daquelas senhoras, "semelhantes à plumagem dos papagaios: saia azul e manto de cauda vermelha, saia verde e manto de cauda amarela!" A condessa queixava-se sobretudo da etiqueta, que privava as senhoras da comitiva de Leopoldina do prazer de comprar nas lojas, dar voltas na cidade e fazer excursões nos seus arredores, e, mais ainda, de receber o dom imperial de um diamante: "Não era da etiqueta!" – Barone de Montet, *op. cit.*, pág. 172.

A cerimônia ia ser composta à custa de outras idênticas, observadas na coroação dos imperadores alemães em Francfurt e na de Napoleão em Notre Dame. Reproduziu-se o velho uso, existente então talvez apenas na Hungria, de fender o soberano o ar com a espada, para simbolizar a sua missão de defensor perpétuo.

Na capela do Sacramento deteve-se o monarca em oração e ouviu depois o discurso do bispo, que lhe apresentou os evangelhos para prestar o juramento.[24] Era a vez da suprema investidura; o Imperador recolheu-se em recinto à parte para tomar as vestes com as quais receberia a unção. Ungido como Davi, voltou ao lugar de onde viera e reapareceu com o primeiro sinal da majestade, o manto de cor verde, forrado de amarelo, semeado de estrelas de ouro, e bordado de ouro, manto que o abrigava das profanações terrestres e resguardava-lhe o corpo já sagrado, agora inviolável. Descia-lhe do pescoço até o meio do busto uma espécie de murça, tecida em penas do papo de tucano. Só então pôde subir ao trono, sob o baldaquim de veludo púrpura, a cujo calor de sangue o ouro dos galões e das franjas emprestava reflexos de alegria e de glória.[25]

Começou-se então a cantar a missa, enriquecida de novos coros compostos de propósito para aquele dia. Antes dela findar, veio o mestre de cerimônias junto ao trono para acompanhar o Imperador ao altar-mor, onde

---

24 O juramento foi pronunciado em latim e dizia: "Eu Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, juro observar e manter a Religião Católica, Apostólica e Romana; observar e fazer observar constitucionalmente as leis do Império; defender e conservar com todas as minhas forças sua integridade. Assim me ajudem Deus e os Santos Evangelhos."

25 As informações da época referem-se a papos de tucano; mas uma espécie de memória acerca da coroação de d. Pedro II, existente no arquivo do castelo d'Eu, contém o seguinte tópico: "A murça que é de penas de galo-da-serra e que foi feita para o Senhor d. Pedro I, foi mandada de Portugal a S. M. o Imperador pelo criado particular do Senhor d. Pedro I, José Maria." O galo-da-serra é ave raríssima, só existente em certas regiões do Amazonas, principalmente na bacia do rio Branco. De tal modo não é de crer que em época de tão difíceis e raras comunicações entre o sul do Brasil e o extremo Norte, houvesse à venda no Rio de Janeiro penas daquela ave em número suficiente para tecer a murça. De encomenda não poderiam chegar a tempo. Deve-se pois ter por certo que em 1822 tal paramento foi na realidade feito de penas de tucano, só posteriormente substituídas. Não obstante a mudança, as plumas primitivas ficaram na tradição e deram motivo a muito motejar-se do segundo Imperador.

o bispo oficialmente o coroou, cingiu-lhe a espada e entregou-lhe o cetro. Na posse de todas as insígnias majestáticas, o monarca assentou-se novamente no trono, entre o bispo capelão-mor e o bispo de Mariana, para ouvir o *Te Deum* e o sermão. Tudo tinha sido feito com grande economia e era apenas o indispensável. A coroa de ouro maçico representava o maior valor de todo aquele aparato; pesava seis libras e continha diamantes engastados; avaliavam-na em quatrocentos ou quinhentos mil cruzados, 160 ou 200 contos de réis.

Lá fora o povo comprimia-se na praça, à espera que lhe anunciassem a terminação da cerimônia. Quando findou o ofício religioso, começou a surgir o séquito aparatoso a que precedia o porta-estandarte do senado da Câmara, incumbido de proclamar o grandioso sucesso. Desfraldando a bandeira imperial, recebida naqueles dias como lábaro de esperanças, gritou do alto de um estrado, erguido à frente da igreja, as palavras consagradas: "O Augusto Imperador Pedro I, primeiro Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, está coroado e elevado ao trono. Viva o Imperador!"

Do templo à orla da praia, em todo o largo, levantou-se um uníssono de aclamação, a que logo se juntou, abalando os ares, uma orgia de sons, repiques de sinos, hinos de fanfarras, estrugir de girândolas, descargas de fuzilaria, ribombos de canhão em terra e no mar. Dir-se-ia que todo aquele ruído era o eco imenso com que naquele instante a nação inteira respondia e confirmava o juramento, prestado diante do trono pelos seus órgãos, procuradores de província, vereadores das Câmaras, membros de outras corporações, repetindo, numa única palavra "Juro", a fórmula lida pelo ministro da Justiça, de observar a religião, obedecer às leis e ao Imperador, reconhecendo-lhe a dinastia. Ao mesmo tempo preparavam-se os perjúrios, que haveriam de resultar das peripécias do porvir.

O Imperador foi o primeiro a proclamar reservas ao juramento, que outros só teriam feito mentalmente. Finda a cerimônia, ainda paramentado, seguiu para o paço da cidade, de uma de cujas janelas apareceu para repeti-lo, diante do povo. Depois, pondo a mão sobre a bainha da espada, acrescentou: "Juro defender a constituição que está para ser feita, se for digna do Brasil e de mim." A restrição não passou despercebida à multidão, reunida na praça, que nessa mesma noite e na seguinte respondia à deixa, repetindo unanimemente no teatro, em espetáculos de gala, vivas à Constituição liberal do Brasil e à Assembleia Constituinte.

Era o primeiro sinal das dissensões, que se abririam entre os dois poderes e acabariam por separá-los de vez.

NOTA

Eis a primeira carta da princesa ao seu "querido e muito amado esposo", datada de São Cristovão a 28 de agosto e como a que se segue, encontrada pelo A. no arquivo do castelo d'Eu. Após algumas palavras de assuntos domésticos, continua até o fim: "Sinto muito dar-lhe notícias desagradáveis, mas não sei que falar a verdade, se mesmo é penoso a meu coração a tropa de Lisboa entrou na Bahia e dizem desembarcou; a nossa esquadra não se sabe que fez; se é falta de ânimo dela é preciso o mais rigoroso castigo; chegaram três navios de Lisboa aos quais dão de notícias que as abomináveis Cortes querem sua ida para lá mesmo se voltasse no Brasil outra vez e que fica ao *Poder Executivo* a decidir se deve ir mais tropa para cá é certo que aprontem a toda pressa duas naus, ontem deram a falsa notícia que estava uma esquadra de Lisboa fora da Barra, de modo que tudo se apronte para recebê-la a fogo e bala.

"O Nóbrega tem tido uma questão ao Martim Francisco, o último deve toda a razão e o último tem sido muito atrevido, de modo que era preciso eu o fazer calar, eu lhe escrevo isto porque penso que lhe apresentarão em baixo de outro modo falso.

"Deram um tiro no autor do *Diário* e o General U (indecifrável) dirão no qual que haviam dar outro no amigo José Bonifácio já a Policia anda vigiando este negócio.

"Mandou-se castigo ao Autor do *Correio* que estas três últimas vezes tem sido o mais maroto que possível.

"Chegou um certo *Veríssimo*, dizendo que foi encarregado ... [?], dos Negócios dos Estados Unidos pelo *Congresso de Lisboa*, ele vem falar-me e o José Bonifácio me disse de eu ver se podia tirar-lhe alguma coisa; pois soube que saiu mandado pelas Cortes três meses faz de Lisboa; desembarcou na América inglesa tratando em negócios deles, e por ordem dos mesmos veio para cá, até mais ordenar, é muito mau sujeito, e espertíssimo, de modo que anda sempre em companhia de espias nossos."

Desses Veríssimo dizia José Bonifácio em carta anterior ter-se apresentado a dizer que por ordem de d. João VI vinha pôr-se à disposição do príncipe.

Vem agora a carta do dia 29, onde está mencionado o nome do portador, Paulo Bregaro: "Mando-lhe o Paulo; é preciso que volte com a maior brevidade; esteja persuadido que não só o amor, a amizade que me faz desejar mais que nunca sua pronta presença, mas sim as circunstâncias em que se acha o amado Brasil; só a sua presença muita energia e rigor pode salvá-lo da ruína.

"As notícias de Lisboa são péssimas, 14 batalhões vão embarcar nas três naus, mandou-se imprimir suas cartas e o povo lisboense tem se permitido toda qualidade de expressões indignas contra sua pessoa, na Bahia entraram 600 homens e duas ou 3 embarcações de guerra; e nossa traidora Esquadra ficou de boca aberta olhando para eles, na cidade do Rio têm produzido estas notícias o maior alvoroço.

"Os ministros de Estados lhe escrevem esta carta aqui inclusa e assentou-se não mandar os navios para o sul, para que o Lecor se desmacherou [?] com Morato e era capaz a embarcar a tropa para Santa Catarina; a sua vinda depois decidirá se temos que mandá-los."

. . . .

Capítulo XX

O NÚCLEO DO RECÔNCAVO

A PARTE da população que não se sentia garantida na capital depois de triunfarem os portugueses, começou desde logo a emigrar; também fugiam oficiais e soldados vencidos, em demanda do Recôncavo. Chama-se assim a região do litoral, situada ao fundo da baía. Aí vêm desaguar vários rios, em cujos vales florescia a maior riqueza da província. Raras porções do mundo reúnem tantos elementos de beleza. Da cidade até lá o panorama muda sempre, tomando aspectos cada vez mais atraentes. Da península donde se afasta o viajor, a vista alcança todo o longo flanco de contornos suaves, engastado de casaria, desde o extremo, pouco povoado encoberto de arvoredo, até a ponta de Monserrate, por trás da qual se abre a mansa enseada de Itapagipe. Toda ela eriça-se de distância em distância, nas torres das igrejas e na fronde das palmeiras, que sobem da beira d'água ao cocuruto dos montes.

Costuma-se ainda hoje dizer que a Bahia se assemelha a um presepe. Os planos ascendentes, cortados de verdura, onde ela se levanta, e a variedade e cores dos seus muros dão-lhe esse aspecto aprazível e festivo, a que os sinos de trezentas igrejas ajuntam quase sempre a alegria ruidosa dos repiques.

Quando a cidade começa a sumir-se, a perder na indecisão da distância as minúcias pitorescas, parecendo uma grande faixa cinzenta entre dois panos azuis, e acaba por diluir-se no horizonte, confundida no céu, na praia e no mar, então os olhos volvem para Itaparica, que emerge das águas como uma muralha de verdura a esconder o fundo misterioso do Recôncavo. À proporção que o barco avança, a ilha opulenta vai mostrando as praias quietas, onde os ramos dos cajueiros bravios mal encobrem os sítios que se estendem para longe, adornados de pomposas mangueiras. Dir-se-ia que está ali a mais robusta do arquipélago, espalhado por trás do seu dorso poderoso e ainda além, fiado na resistência e proteção da sua força. Ninguém poderá ir adiante maltratar, destruir a prole descuidosa, sem primeiro ferir-lhe o peito destemido. Ela conhece as gentes, que navegam em paz, e as deixa passar para irem deslumbrar-se à vista dos jardins antes vedados. São ilhas e mais ilhas, ilhotas e ilhéus, semeados à flor d'água abrindo-lhe sobre o azul um crivo recortado pela curva dos canais.

Tudo parece lento ou em modorra e só a flora ostenta a pujança da seiva. Vaga no ar um hálito morno, que mistura o cheiro marinho das algas ao aroma silvestre das mirtáceas. O ambiente convida ao descanso, à fantasia, ao amor. As garças batem as grandes asas pesadas e perto vão pousar; os coqueiros ondulosos inclinam para o chão as palmas lânguidas, em gracioso abandono de preguiça; o vento passa-lhes na áspera folhagem e ouve-se o cicio que desce das alturas, como se cochichassem sem cessar. Nas varandas das casas dependuram-se redes, onde se dorme a sesta ou se embalam as gentes ao ritmo dolente das cantigas.

Quanto mais o barco se adiante, mais íntima se vai tornando a paisagem. À proporção que a foz dos rios se aproxima, as terras avançam sobre o mar e vão mostrando as primícias das suas galas. Renova-se em miniatura o trecho grandioso de Itaparica. Na rota de Santo Amaro, a ilha de Cajaíba estende-se como um anteparo à foz do Subaé. Dir-se-ia uma das últimas sentinelas do Recôncavo, perdida sobre as águas. Já fronteira, vai subindo da praia para a colina a vila de S. Francisco, primeira fundada depois da capital, e de cujo cimo o amplo convento parece dominar o povoado.

Depois, mais além, de um e outro lado para dentro da foz dos rios, estão Santo Amaro, Maragogipe, Cachoeira, São Félix, todas as populações formadas da riqueza da cana e dos engenhos, os quais em 1800 eram em número de duzentos e sessenta.

Já em 1587 Gabriel Soares contava no Recôncavo trinta e seis, sendo vinte e um d'água e quinze de bois; havia então quatro em via de serem construídos. Também mencionava oito casas de cozer mel "de muita fábrica e muito proveitosas". Saíam da Bahia, cada ano, provenientes desses engenhos, mais de 20.000 arrobas de açúcar e muitas conservas. Deles (um dos quais pertencente a Sua Majestade) três tinham igrejas anexas. Doze anos antes deste autor, Gandavo, que primeiro escreveu a tal respeito, consignava a existência de trinta engenhos na Bahia e outros tantos em Pernambuco.

O padre Fernão Cardim, que também precedeu a Gabriel Soares, percorrendo o Recôncavo em 1583, dá o mesmo número de engenhos por ele apurado; apenas parece exagerar-lhes a produção, atribuindo 5.000 arrobas a cada um deles, o que elevaria o total a 180.000 arrobas. Sendo o consumo interior diminuto em relação ao exportado, torna-se inadmissível a diferença entre o algarismo do padre e o de Soares. Noutro ponto, porém, ele deve falar com maior autoridade; é quanto às igrejas: "O padre Quirício Caxa e eu pregamos algumas vezes em as ermidas, que quase todos os senhores de engenho têm em suas fazendas, e alguns sustentam capelão à sua custa, dando-lhe 40$ ou 50$ cada ano e de comer à sua mesa. E as capelas têm bem concertadas e providas de bons ornamentos. Às três igrejas mencionadas por Soares certamente deveriam juntar-se outras, por serem trinta e seis os engenhos, vistos pelos padres com poucas exceções: 'Quase todos vimos com outras muitas fazendas muito para ver.'"

Refere fr. Vicente do Salvador que entre 1608 e 1613 começou o fabrico a melhorar com a introdução do sistema de entrosas, trazido do Peru por um clérigo espanhol, que o ensinou na Bahia e fez aumentar o número de engenhos, não só ali, onde havia cinquenta, como em Pernambuco, onde se contavam cem, no Rio de Janeiro, onde eram quarenta, em Tamaracá (ilha de Itamaracá, em Pernambuco), onde funcionavam dezoito ou vinte, número igualmente dado à Paraíba. Fr. Vicente terminou a sua obra em 1627. Tratando do Recôncavo antes de 1641, ano em que deixou

a Bahia, escrevia Simão de Vasconcelos que os engenhos eram ali em número de sessenta e nove e representavam outras tantas vilas e faziam aqueles lugares nobres e aprazíveis. No começo do século XVIII aquele número tinha subido notavelmente.

Antonil, que em 1711 os descreveu de modo cabal, bem como a vida da gente em torno deles instalada, dizia haver na Bahia 148, com a produção de 14.500 caixas, das quais 14.000 iam para Portugal. Alguns davam 4.000 pães-de-açúcar e a cana de rendeiros deixava metade da produção ao engenho que a moía. Nos maiores contavam-se de cinquenta a duzentos escravos. Em Pernambuco o número deles era de 246; posto que menores, fabricavam 12.300 caixas, das quais 12.000 eram exportadas. O Rio de Janeiro tinha 136, dando 10.220 caixas, sendo exportadas 10.100. Era um total de 37.020 caixas, de trinta a cinquenta arrobas cada uma, cujo valor equivalia a 2.535:142$000. Aproximadamente na mesma época, Rocha Pita, cuja obra foi públicada em 1730, dava para o Recôncavo 150 engenhos, uns d'água, outros de carvalho, fazendo cada ano, um por outro, 15.000 a 16.000 caixas de muitas arrobas cada uma.[1]

Os pequenos vales abertos no litoral, da Bahia ao Rio Grande do Norte, foram os primeiros centros de riqueza, cultura e civilização do Brasil. Primavam na Bahia e Pernambuco. Enquanto as outras províncias limitavam-se à agricultura, à pecuária, à mineração, ali já havia indústria, forma mais elevada do trabalho. Nessas últimas províncias as gentes viviam dispersas em vastas terras ou mudavam de sítio, em aventuras de explorações no sertão; a dureza dos trabalhos e o isolamento nos latifúndios tornavam-nas desconfiadas e rudes; os engenhos, porém, sucediam-se em regiões mais povoadas e de fácil vizinhança. O começo das safras, o início das operações fabris davam ensejo a reunir amigos e conhecidos de redor, promover festins, alargar relações.

---

1 G. Soares. *Tratado descript. do Est. do Brasil.* 2ª ed. Rio, 1879, pág. 142. – Gandavo. *Hist. da Prov. de Santa Cruz.* Lisboa, 1858, pág. 20. – Fernão Cardim. *Tratado da terra e gente do Brasil.* Rio. J. Leite & Cª. 1825, págs. 318 a 321. Fr. Vic. do Salvador. *Hist. do Brasil.* Ed. rev. por Capist. de Abreu, pág. 421. Simão de Vasconcelos. *Crônica da Comp. de Jesus no Est. do Brasil.* Lisboa, 1865, livro I, pág. 21. – Antonil. *Cultura e opulência do Brasil.* Rio, 1837, págs. 108 a 113. – R. Pita. *Hist. da América Portug.* Bahia, 1871, pág. 54.

Não começavam os divertimentos sem benzerem-se as máquinas e até os carros de bois e as primeiras canas, trazidas à moagem. As mais longas vinham erguidas, desfraldando no topo dos gomos, no olho ainda encascado, bandeirolas, lenços e fitas multicores. O padre chegava de manhã cedo, dizia a missa, e após o almoço realizava-se a promissora cerimônia. Um crucifixo pousado sobre a plataforma das moendas, estendia os braços entre círios acesos e parecia prometer aos homens a compensação dos seus trabalhos. De quando em quando, aspersões de água benta acompanhavam o latim das orações. Os escravos precipitavam-se para serem os primeiros a receber o orvalho dos hissopes, que eles acreditavam remi-los das culpas e dar-lhes bem-aventuranças. Dito "amém" à última prece, começava a moagem, e as primeiras canas que os moinhos esmagavam eram-lhes levadas pelas mãos do padre e do dono do engenho.

Durante os cinco meses de safra nunca se apagava o fogo das fornalhas, alimentado dia e noite por dois negros, atentos à boca aberta e esfomeada. Os carros de quatro bois, que traziam das matas as achas de lenha verde, cruzavam-se nos caminhos com outros, carregados de cana, cortada e enfeixada por escravos, expostos nos canaviais, horas e horas, a um sol de rachar. Das rodas atritadas sobre os eixos ensebados partiam guinchos monótonos e dolentes, ao compasso vagaroso da marcha das parelhas, de quando em quando tocadas pelo carreiro com vara de ferrão. Também de quando em quando, à menor tentativa de repouso, sobre o lombo nu dos cativos estalava o chicote do feitor.[2]

Tornou-se fácil estabelecer entre essas populações hábitos sociais, que o tempo e a riqueza aprimoraram e fizeram do homem do Norte, sobretudo do baiano, o brasileiro mais comunicativo e hospitaleiro de todos, de quem já dizia em 1714 o viajante e engenheiro francês Frezier: "Gente correta, cortês, bem vestida, quase à moda francesa."[3] O convívio entre eles se estreitava nas vilas, onde os senhores de engenho tinham casa para o tempo das festas, começadas no carnaval pagão e prolongadas durante as principais comemorações da Igreja: a semana-santa, os padroeiros das localidades, os santos populares no Brasil inteiro, santo Antônio, são João

2 Koster. *Op. cit.,* vol. II, pág.70. Tollenare. *Op. cit.,* págs. 55-7.

3 A.Taunay. *Rev. do Inst. Hist.*, tomo 20, vol. 144, pág. 343.

e são Pedro. Em geral, em todo o tempo das chuvas, a vida no engenho não aprazia e era preferível estar ausente. O Natal, porém, era reservado à casa de morada, na propriedade rural.

As festas religiosas geravam festas mundanas, que vinham da rua aos salões; cavalhadas, serenatas, leilões e jogo de prendas, bailes e jantares. Tinha-se apurado o gosto das artes decorativas, e os recintos onde as reuniões se efetuavam eram guarnecidos com peças de valor. Os tremidos, os retorcidos, os torneados, as curvas graciosas, que vinham da época manuelina à época de d. João V, eram talhados nas madeiras mais nobres, sobretudo jacarandá, e inspiravam-se nos mais belos motivos, que participavam das reminiscências do Oriente e dos estilos franceses, entre Luís XIII e Luís XV; mas guardavam o cunho forte e vigoroso do português dos tempos heroicos. Um oficial da fragata francesa *l'Aigle*, empregada no tráfico de escravos, autor de um diário de viagem realizada no começo do século XVIII, esteve na Bahia em 1703 e tomou-se de admiração diante da igreja do colégio dos jesuítas, com magnífica sacristia, assoalhada e forrada de jacarandá, em cujo teto havia deliciosas pinturas, guardando tudo simplicidade e distinção notáveis. Arcazes e armários entalhados pareceram-lhe verdadeiras perfeições de marcenaria. Além disso havia grande número de quadros, dados como de mestres italianos.[4]

Spix e Martius escreveram que nos grandes banquetes "o dono da casa ostentava o esplendor real, muitas vezes antigo de sua mobília e louça".

---

4 *I., ib.*, pág. 328. Havia alguma coisa para admirar até em províncias onde as artes se desenvolveram mais tarde que na Bahia, em cuja capital nos fins do século XVIII, por iniciativa particular, se criou uma escola de pintura e no começo do XIX, por ordem do conde dos Arcos, uma aula de desenho e música (M. Querino. *Artes na Bahia*, págs. 25 e 26). Saint-Hilaire viu na igreja de uma pequena vila de Minas obras de talha no altar-mor e no tabernáculo, que não teriam sido feitas melhor numa pequena cidade de França e confirmavam a boa opinião desse autor a respeito dos operários mineiros. Numa procissão em S. João d'el-Rei, foi-lhe dado ver imagens assaz bem esculpidas, sobretudo atendendo-se à circunstância de serem feitas por filhos da terra, desprovidos de bons modelos. (V*oyage dans les prov. de Rio et Minas Gerais*, vol. 2º, pág. 442. *V. à Goyas*, vol. I, pág. 101.) Quanto aos móveis ele não faz referências lisonjeiras. No Tijuco (Diamantina) viu-os sempre em pequeno número, "geralmente tamboretes cobertos de couro cru, cadeiras de alto espaldar, bancos e mesas." – *V. dans le Dist. des Diamants*, vol. I, pág. 42.

Maximiliano, príncipe de Neuwied não achava diferença alguma no modo de trajar dos habitantes do Rio ou da Bahia e das cidades da Europa. Nessas cidades brasileiras, reinavam por toda parte elegância e luxo e em relação à Bahia acrescentava: "Dizem que as altas classes vivem com desenfreado luxo."[5] Abundavam seda e veludo, não só nas vestes, mas também nos ornatos da casa, e brilhava prata por toda parte, da mesa ao toucador, dos arreios dos cavalos de sela aos jaezes das bestas de sege. Nesse ambiente propício aos bons costumes apuravam-se as graças da mulher e as maneiras do homem.

Viajores, que percorreram essas regiões, referem-se à largueza da vida desses senhores e ao progresso que faziam as artes, ao desamparo de mestres, sob mera inspiração do talento nativo dos brasileiros.

Esses hábitos foram introduzidos pelos portugueses que começaram a enriquecer com o cultivo da cana. Deles escrevia Gandavo que pela maior parte se tratavam muito bem. Quase ao mesmo tempo, em 1583, espantava-se Fernão Cardim do fausto da vida nessas paragens. Em visita a Pernambuco naquele ano, encontrou "homens muitos grossos de quarenta, cinquenta e oitenta mil cruzados" (moeda de prata do valor de 400 réis), alguns muito endividados, em consequência de perdas por morte de avultado número de escravos e também "pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento", tratamento de aparato, seu e da família. Eram muito dados a festas; compravam ginetes de duzentos e trezentos cruzados e às vezes tinham deles três e quatro; nos dias de função vestiam-se de seda e damasco e de tais fazendas, da mesma cor dos trajes, faziam os guiões e selas dos cavalos. As mulheres e filhos ornavam-se de igual modo "e nisto têm grandes excessos", dizia o padre, o qual de tudo quanto observava concluía: "Enfim, em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa."[6]

Visitando o Recôncavo vinte e sete anos depois, em 1610, o francês Pyrard de Laval admirava-se da opulência dos senhores de engenho, os quais viviam em "belas casas nobres", em meio de jardins e pomares, e cercados de escravos e gente agregada aos seus domínios. Um deles,

5 Pr. Maxim. *Voyage au Brasil*, de 1815 a 1817. Trad. franc. de Eyriès, vol. III, págs. 245-7.

6 F. Cardim, *Op. cit.*, pág. 334.

a quem visitou, possuía mais de 300.000 escudos e chegara ao requinte de manter uma banda de música de trinta figuras e um corpo de coristas.[7]

Aliás a paixão do fausto haveria em todos os tempos de prejudicar os lavradores. Séculos de ganhos fáceis com o trabalho escravo habituaram-nos não só ao luxo, mas até a dissipação e levaram-nos até à imprevidência. O jogo veio a consumir muita fortuna, herdada de antepassados, que a tinham acumulado desde a conquista das terras aos selvagens e às feras.[8]

A vida agrícola exige rigor de costumes e simplicidade de gostos. A irregularidade das estações, com secas ou enchentes e geadas, as pragas devastadoras das plantações, a diminuição de procura nos mercados consumidores, tudo isso ameaça de quando em quando o resultado das colheitas e pode fortemente diminuir-lhes os saldos ou produzir-lhes déficits. Ao demais, nos países novos, quase inexplorados, onde cada dia surgem novas lavouras em terras virgens, prodigiosamente produtoras, as propriedades antigas, cujo solo em começo de fadiga não é bem tratado e artificialmente nutrido, sofrem concorrências inesperadas, nas quais podem ser vencidas e esmagadas. Se o agricultor não poupa nos dias de abundância, se não constitui reservas para ocorrer a esses revezes e despende como os exploradores

---

7 Resumo da obra de Pyrard de Laval, *Discours des voyages des français aux Indes orientales*, por Af. Taunay. *Rev. do Inst. Hist*. Tomo 90, vol. 144, pág. 256.

8 Saint-Hilaire cita a página entusiástica, escrita pelo príncipe de Neuwid no seu livro de viagem referido, acerca de um dos destemidos povoadores do sertão, João Gonçalves da Costa, de Conquista. O príncipe conhecera-o aos oitenta e seis anos de idade, ainda ativo e robusto, levando vantagem a muitos jovens em vivacidade de espírito. "Tinha apenas dezesseis anos quando abandonou Portugal para internar-se no centro da Bahia, onde lutou com os índios; desceu antes de outrem vários rios até o mar, quando naquelas terras ainda abundavam as feras. Nos primeiros meses de suas explorações matou vinte e quatro onças e depois ainda outras, em menor número cada mês; ao fim dessa luta pôde fazer um curral e reunir gado selvagem; abriu caminhos até Minas Gerais." Habituado por longas viagens a avaliar tamanha energia, Saint-Hilaire aproxima-a de tantas outras, de que está cheia a história da colonização do Brasil, obra de "coragem quase sobrenatural". Dos restantes desses homens, dizia Saint-Hilaire, dever-se-ia constituir a nobreza, projetada naquela época; mas então, como por muito tempo, como ainda hoje outros poderiam fazer, ele lamentava a ignorância e o desprezo do Rio de Janeiro por tudo quanto não fosse ou não seja a capital. – *Voyage dans les prov. de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, tomo II, pág. 178.

de minas, iludidos do sonho de nunca estancarem em seus dias os filões de ouro e de gemas, ou as camadas de minérios preciosos, escondidos nas entranhas ou à flor da terra, expõe-se a findar ou deixar que os filhos findem na mediania ou na pobreza.

O inglês Lindley, detido na Bahia em 1802, por suspeito de querer comerciar em gêneros trazidos num navio próprio, e a quem o príncipe Maximiliano, sem reserva alguma, qualifica de contrabandista, escreve que os ricos proprietários, agricultores, residiam em lindos castelos, com capela anexa, donde se ausentavam na estação das chuvas para as casas da cidade. Descrever-lhes os vestuários com que apareciam em público, iguais aos usados em Lisboa e de acordo com a moda inglesa, salvo, porém, em visita ou dia de festa, quando as vestes se cobriam de bordados e lantejoulas e as camisas se enfeitavam de rendas. Só cingiam espadim em função de algum cargo; mas calçavam sempre sapatos com fivela de ouro e prendiam as meias com ligas de seda; apreciavam tudo quanto brilhava e era ostentoso. Em falta de carruagens, para o uso das mulheres, empregavam "cadeirinhas", cujo interior era armado de pinturas e dourados e resguardado por cortinas de seda. Terminavam elas no alto em esculturas variadas, às vezes ridículas. A riqueza das librés dos negros portadores, sempre descalços, indicava as posses dos donos e dava-lhes motivo de orgulho. Dir-se-ia que procuravam parodiar desse modo o sentido do provérbio, "de conhecer-se o fidalgo pelo rodar da carruagem", e mostrar que eles tinham outro meio de anunciar-se.

Tantos paramentos em clima quente tornavam fatigante o bem trajar; por isso, quando os convidados não eram de cerimônia, havia para todos eles num quarto próximo jalecos de brim branco para mudar. Quando sós, à vontade, os senhores desforravam-se das imposições da moda e da etiqueta; vestiam roupa leve, às vezes reduzida às duas peças, destinadas a cobrir a nudez do tronco e as pernas, e escondiam tudo debaixo do quimão. Na frescura dos chinelos, descansavam os pés do calor guardado tanto tempo sob o couro de polimento.

Outro tanto faziam as mulheres, que calçavam sandálias sem meias cujas vestes caseiras também por vezes se reduziam a saia e camisa, esta muito rendada e larga em cima, a ponto de não se suster nos ombros, pelos quais escorregava, descobrindo o colo, apenas resguardado dos olha-

res de estranhos pela separação em que elas viviam no interior das moradas, bispando os visitantes pelo buraco das fechaduras e as gretas das portas. Quando, porém, saíam para festas de igreja ou visitas de cerimônia, ostentavam muito luxo "sem que duvidem gastar com um vestido", escrevia Vilhena, "quatrocentos mil-réis a mais, para aparecerem em uma só função. E tanto caso fazem, em ocasiões tais, de cetim, quanto nós poderemos aí fazer de serguilha".[9]

Descreve o mesmo autor minúcias de tantas galas e aparato: "As peças com que se ornam são de excessivo valor quando a função permite, aparecem com suas mulatas e pretas vestidas com ricas saias de cetim, becas de lemiste finíssimo e camisas de cambraia ou cassa, bordadas de forma tal, que vale o lavor três ou quatro vezes mais que a peça, e tanto é o ouro que cada uma leva em fivelas, cordões, pulseiras, colares, ou braceletes e bentinhos, que sem hipérbole, basta para comprar duas ou três negras ou mulatas como a que o leva; e tal conheço eu que nenhuma dúvida se lhe oferece em sair com quinze ou vinte ornadas."

Depois dos jantares de cerimônia, em que os sexos se separavam de cada lado da mesa, os convidados passavam em comum ao salão e começavam a conversar e dançar. Estrangeiros, como Lindley, viam os pares executar com perícia os passos das danças da moda, inclusive o delicado minueto, e encontravam, como Koster, pessoas bem-educadas, em cuja companhia tinham apreciado, a princípio, o tratamento cerimonioso do século XVIII e depois a alegria comunicativa de uma moderna *party* inglesa.[10]

Esse último, que viajou por terra de Pernambuco ao Ceará e por mar chegou até ao Maranhão, foi senhor de engenho naquela província, onde viveu mais de seis anos, do fim de 1808 aos princípios de 1815. Lá presenciou a transformação dos costumes, operada pela abertura dos

---

9 Vilhena. *Cartas,* pág. 47. O autor escrevia em 1802, quando 400$, preço daqueles vestidos, correspondiam a 100 libras esterlinas.

10 Th. Lindley. *Voyage ou Brasil.* Trad. franç. de François Soulé. Paris, 1808, pág. 189. Falando de um capitão-mor que vira na Paraíba, envolto num quimão, escrevia Koster: "Desde que um brasileiro começa a cobrir-se com um desses longos roupões, principia a considerar-se personagem importante e digno de muitas atenções." – *Op. cit.,* vol. I, pág. 101.

portos e pôde distinguir os resultados dessa revolução econômica e social daquilo que antes já tinham logrado as classes mais cultas. Entre aqueles foi notado o abandono dos tecidos grosseiros de algodão e o emprego de outros, mais finos e custosos, nas vestes das mulheres. Em Natal, povoação de cerca de mil almas, que só por ser capital se eleva à categoria de cidade, viu na igreja todas as damas vestidas de seda de várias cores. Nessa capitania do Rio Grande do Norte, talvez a mais pobre de todas onde a indústria da cana florescia, coube-lhe apreciar a vida de um desses senhores feudais, que por exceção ali vivia e aliás tinha a fama de ser, aos trinta anos de idade, o mais rico lavrador do Nordeste.

André Albuqueque Maranhão daria ideia, nos seus vastos domínios de Cunhaú, da abundância e do faustro do Recôncavo baiano, que Koster não conheceu e Lindley não viu nem descreveu, e dos quais Spix e Martius apenas disseram: "Se um hóspede chega aos engenhos do Recôncavo encontra em toda parte nas grandes moradas comodidades e revelação de riqueza no modo de viver e número de criados."[11]

O engenho era situado em terras que se estendiam quatorze léguas ao longo da estrada e confinavam com outra propriedade considerável, pertencente ao mesmo dono; continham essas terras cento e cinquenta escravos, quando aliás podiam empregar quatrocentos, e todas se prestavam ao cultivo da cana, de mandioca e cereais. Tal extensão, porém, era excepcional sobretudo ocupada por densa mata. Para o gado havia outras no sertão, com mais de trinta léguas, dessas léguas que um homem levava três a quatro horas de marcha para completar uma.

Koster foi encontrar o coronel, acompanhado do seu capelão, e logo notou-lhe as maneiras corteses dos brasileiros de igual classe social. Levaram-nos a aposentos destinados aos hóspedes onde nada faltava: "Tudo tinha ar de magnificência." Aí esperou debalde que desde logo o chamassem para cear. Só uma hora depois de meia noite puseram-se à mesa os três e mais uma pessoa, quando havia o necessário para vinte. Apesar de ter sido servidos lautamente retirou-se quanto havia restado e renovaram-se os pratos. Terminada a segunda operação, ainda a mesa cobriu-se outra vez, mas só de doces, em dez ou doze espécies diferentes. "Um epicurista inglês

11 Spix e Martius. *Reise in Brasilien*. Trad. do Dr. Pirajá, pág. 97.

teria encontrado muita coisa para lisonjear-lhe o paladar." Eram três horas da madrugada, quando o hóspede foi dormir numa cama que repetidamente gabou. De manhã, em grandes bandejas e bules de prata trouxeram-lhe o café e o chá, abundantes como tudo quanto ali se oferecia; ao chegar o momento de partir, achou o cavalo mudado, porque o seu, como era de costume, ficava em descanso a engordar.[12]

Por mais rica que fosse a casa, não tinha todos os dias a mesa servida com tal variedade e abundância; mas esses senhores envergonhar-se-iam de apresentá-la de outro modo. Quando chegavam imprevistamente um ou mais hóspedes, que naqueles tempos eram de algum modo raros, fosse qual fosse a hora, ia-se preparar a comezaina e o desgraçado tinha de conter o apetite até terminar tudo, desde a matança dos animais até a apresentação dos pratos. Acima da conveniência do forasteiro, punha o anfitrião a vaidade própria.

Ainda hoje, no interior do Brasil, sofre-se às vezes hospedagem dessa espécie. A julgar, porém, pelo que refere Fernão Cardim, parece nem

---

12 Koster. *Op. cit.*, vol. I, pág. 106. – André de Albuquerque foi no Rio Grande do Norte o chefe da revolução de 1817. Preso em masmorra na fortaleza da Barra e já ferido, foi daí retirado morto; envolto numa esteira, seu corpo atravessou as ruas da cidade, caminho do cemitério. Murmurava-se o nome de quem o tinha ferido e por tal ato recebera a cruz da ordem de Cristo. Voltando da Europa, onde fora educado, seu sobrinho e herdeiro, de igual nome com o acréscimo de Arcoverde, vingou-o, mandando matar-lhe o algoz. O segundo André tinha em Cunhaú vida ainda mais aparatosa que o tio e nunca se punha à mesa para jantar, a não ser vestido de casaca. Como todo mandão daqueles tempos, cercava-se o jovem senhor de engenho de guarda-costas e tinha em casa um arsenal. A voz pública acusava-o de vários assassinatos, até da esposa e de um irmão. Dizem que em confissão um frade lhe arrancou a promessa de mudar de vida e desfazer-se das armas; ele cumpriu-a. Já era depois da Independência, entre 1857 e 1858. O frade contou ao presidente da província o seu triunfo e este mandou cercar a casa de Cunhaú e prender o dono. O cerco foi feito à noite e logo André deliberou não se entregar. Disse à única irmã, sua companheira, o que deliberara fazer. Não tinha meios de resistir; preferia morrer. Vestido com o seu fato de jantar, estirou-se na cama e tomou o veneno de que sempre estava provido. Ao romper do dia, aquela senhora abriu a janela e disse ao comandante da força: "O sr. coronel é com Deus; podem entrar." O oficial entrou e viu o cadáver no leito, tendo um crucifixo à cabeceira, entre dois círios ardentes. Ajoelhada aos seus pés, a irmã do morto contrita rezava.

sempre ter sido assim: "De uma coisa me maravilhei nesta jornada e foi a grande facilidade que têm em agasalhar os hóspedes, porque a qualquer hora da noite ou do dia que chegávamos, em brevíssimo espaço nos davam de comer a cinco da companhia (afora os moços) todas as variedades de carnes, galinhas, perus, patos, leitões, cabritos e outras castas e tudo têm de sua criação, com todo gênero de pescado e mariscos de toda sorte, dos quais sempre têm a casa tão cheia, que na fartura parecem uns condes e gastam muito." A questão consiste em saber até onde os padres consideravam brevíssimo o tempo necessário para matar, preparar, temperar e coser ou assar toda essa bicharada. Talvez o hábito do jejum não lhes deixasse sofrer a fome, por outros experimentada, ou então, a não ser que fossem esperados, serviam-lhes comidas frias ou restos requentados de outras refeições.

A indústria da cana também se desenvolvia em outras regiões do Brasil; mas raramente ou nunca com tanto esplendor. Nas vizinhanças de Campinas, por exemplo, já havia no começo do século XIX perto de cem engenhos, dos quais pertenciam alguns a proprietários muito ricos. Talvez isso explique a impressionante diferença, para notar ainda hoje, entre todos os demais paulistas e os campineiros, notáveis pela sociabilidade e boas maneiras. Não se poderia dizer tanto da abastança dos outros senhores de engenho de São Paulo, que viviam em contínuas dificuldades financeiras, nem tampouco dos agricultores paulistas e fluminenses que tinham iniciado, havia pouco tempo, a lavoura de café.

A maior parte dos paulistas do norte, ou das margens do Paraíba, começaram no princípio do século a abandonar a cana e a cultivar o cafeeiro. Quando em 1822 Saint-Hilaire caminhou de São Paulo para o Rio, encontrou vastos cafezais, sobretudo nos arredores de Resende, onde havia alguns de quarenta a cem mil pés, que aos preços de então davam lucros extraordinários. Nada via, porém, a mostrar-lhe a aplicação de tanto ganho e pediu explicações do contraste entre a abastança dos lavradores e a simplicidade rudimentar da sua vida, pois alimentavam-se principalmente de feijão e arroz, vestiam-se sumariamente com roupa de pouco custo, não tinham boas casas nem belos móveis, nada despendiam com a educação dos filhos e eram inteiramente estranhos aos prazeres da sociedade. Soube então que todo o seu orgulho consistia em comprar escravos e aumentar as

plantações, e somente pelo número de cativos e de pés de cafeeiro se lhes avaliava a fortuna e a importância social.[13]

Em todas as províncias os chefes faziam-se por si mesmos e saíam quase sempre dentre os homens mais notáveis por fortuna ou posição, dos quais a maior parte pertencia a essa espécie de aristocracia rural. As populações seguiam-nos de bom grado, porque neles achavam proteção e reconheciam superioridade. Os governos não podiam criá-los; mas apenas combatê-los; se não convinha, ou não podiam hostilizá-los, preferiam procurar-lhes o concurso e neles apoiar-se.

---

13 Sr. Hilaire. *Voyage dan les prov. de S. Paul et Ste. Cat.*, vol. I, pág. 209 e 206. *Voyage à Rio Grande do Sul*, pág. 603.

Capítulo XXI

A RESISTÊNCIA DA BAHIA

OS FUGITIVOS da Bahia para o Recôncavo foram ali encontrar, naqueles dias tormentosos, um núcleo de atração, com mentores e guias naturais. Toda aquela gente levava para lá a indignação dos vencidos, a narrativa dos combates e das mortes, a semente do ódio e o clamor de vingança, que ficara abafado no fundo das almas pela opressão do vencedor. Em todas as vilas, lá situadas, foi-se acendendo o espírito nacional, foi-se o patriotismo exaltando. Antes do devido preparo rebentou o movimento emancipador e em junho de 1822 estava d. Pedro aclamado regente em todas elas.

O entusiasmo pretendia suprir a eficiência militar. Tudo "foi feito por paisanos inermes e milicianos sem armas nem disciplina, ou com armas desconcertadas", como informa Calmon, futuro marquês de Abrantes, membro e secretário do Governo que ali se veio a formar. Diz ele que ainda uma semana depois, se surgissem cem portugueses, devidamente armados, levariam a desordem ao coração da província.[1]

---

1 Calmon. *Relat. dos Trab. do Cons. Interino do Gov. da Prov. da Bahia* (reprod. de 1923) págs. 118 e 121.

O general Pedro Labatut

Mas os portugueses não pareceram inquietar-se com as manifestações do Recôncavo. Talvez acreditassem que aquelas populações, a quem o clima amolentava, estariam entorpecidas no conforto e prazeres que a abundância e o luxo prodigavam e os males da escravidão ainda agravavam. Entretanto, na alma daquela gente havia em alto grau a fantasia criadora, mãe da heroicidade e da abnegação. O que interesse não poderia fazer, poderia o ideal. Raça de oradores e poetas, correria atrás dos que soubessem arrastá-la ao sacrifício, falando-lhe à imaginação, concitando-a a promover a independência e a união da pátria já formada.

Em vez de abafar prontamente a ação dos independentes, deixou-se Madeira influir pela intervenção da Junta da capital, que rogava o emprego de meios suasórios e dele obteve no primeiro momento "a palavra de não obrar ofensivamente enquanto aqueles povos o não viessem incomodar".[2]

Passavam-se os dias em conferências acerca dos meios de evitar a recrudescência da guerra civil; criava-se uma Junta conciliatória para esperar a decisão das súplicas que os adeptos da regência dirigiriam às Cortes e ao rei; Madeira prometia convidar os insurgentes a deporem as armas e a entregarem-se à prisão os envolvidos nos desacatos às autoridades; todo esse trabalho de condescendência, de moleza, de tato, realizado pelos medrosos membros da Junta eleita, dava tempo a que as vilas se armassem e pusessem em pé de resistir ao primeiro embate.

Madeira de algum modo os atendia, porque, quando era preciso, eles se submetiam às suas imposições e com receio de resistir-lhe obravam contra a própria consciência, assinando atos e proclamações nocivas à causa do Brasil. À porta de cada um deles havia uma sentinela postada.

Faltava, porém, unidade de ação entre as vilas do Recôncavo. É ainda Calmon quem descreve a balbúrdia que entre todas reinava. Cada uma cuidava de si; os comandos militares eram interindependentes e comunicavam a insubordinação a todas as milícias; o escandaloso exemplo de seus chefes estorvava a criação e levantamento de novos corpos. Não havia segurança pessoal. Esse estado de coisas só começou a melhorar depois que em princípios de setembro se instalou em Cachoeira o Conselho interino

---

2 Of. da Junta a Madeira em 1º de julho 1822.

do governo, composto de representantes de todas as vilas, e se veio a ter notícia de estar nomeado comandante das armas o general Labatut, o qual já partira do Rio de Janeiro com alguma tropa, destinada a servir de núcleo aos povos do Recôncavo e preparar o ataque às forças de Madeira. Essa força ia a bordo de uma divisão, sob o comando de Rodrigo de Lamare, composta de uma fragata, duas corvetas e um brigue, e deveria desembarcar no morro de São Paulo ou na Torre.

O general português era inflexível em tudo quanto concernia à fidelidade às Cortes e a desconhecer a autoridade da regência. De nada valera a carta régia que lhe mandou o príncipe, ordenado-lhe embarcar para Portugal com toda a tropa e fazendo-o responsável perante o rei por tal resolução, que esse mesmo certamente tomaria "se pudesse ver de tão longe e no meio das escuras nuvens que lhe rodeiam o trono".

A essa carta, datada de 15 de junho seguia-se uma proclamação aos "amigos baianos", datada de 17, na qual, com inqualificável descaso, d. Pedro se referia ao "infame Madeira", cujas forças eram a seu ver suscetíveis de serem tomadas de terror. Ao mesmo tempo em que expedia esses papéis, escrevia à Junta do governo a respeito do preparo de navios e provisões para o embarque da força e fazendo-lhe recomendações quanto à manutenção da ordem pública. Labatut tinha partido do Rio a 14. As cartas para a Junta e a proclamação foram enviadas no dia 26; mas a destinada a Madeira ficou esquecida na Secretaria da Guerra, conforme o ministro Oliveira Álvares informou no dia seguinte ao príncipe, o qual se exaltou tanto ao receber semelhante notícia, que caiu doente de cama por alguns dias com assistência médica; demitiu imediatamente o ministro no dia 27 e substituiu-o pelo general Nóbrega, brasileiro nato. Mareschal põe em dúvida o esquecimento, "se é que foi esquecimento tão comprometedor". Três dias depois partia um navio com o fim especial de levar a carta dirigida a Madeira.

Ao ter notícia da expedição, o general mandou atacá-la em alto-mar. Três corvetas, dois bergantins e uma escuna foram cruzar a costa e esperá-la; dois desses navios lograram descobrir o inimigo e tentaram aproximar-se. Por ser-lhe muito inferior, a frota brasileira não podia bater-se eficazmente e o seu chefe mandou-a retroceder. Antes de tudo era preciso pôr em terra a tropa com que se contava no Recôncavo e era também para

recear a natureza da tripulação, composta de marinheiros reinóis. Quatro dias os navios rivais navegaram sem se perderem de vista.

Quando de Lamare se considerou a salvo, requereu Labatut que se buscasse o norte para desembarcar a força em Alagoas. Já entre ela começava a afrouxar a disciplina. Nesse trajeto três oficiais superiores e um capitão eram acusados de tramar contra o general e foram passados de um navio a outro com ordem de prisão. A tal respeito escreveu Labatut: "E como me acompanhassem não poucos oficiais avulsos de diversas províncias, até da Índia, de diversos caracteres e condutas, se desenvolveu no decurso da viagem a maior das intrigas, manejada nesta Corte antes da minha saída por gênios ambiciosos e que invejaram a preferência que me tinha dado S. M. I."[3]

De Alagoas seguiu a divisão até Pernambuco, onde o chefe pretendia melhorar as condições dos seus navios, obter auxílio da Junta e voltar à costa da Bahia, para bloqueá-la enquanto Madeira ali permanecesse, conforme lhe fora ordenado.

Aquele auxílio falhou. Reduzido aos próprios elementos, cuja inferioridade já tinha sido reconhecida, reuniu de Lamare o conselho de oficiais, no qual só teve três votos, iguais aos seus, favoráveis ao prosseguimento das operações. A grande maioria opinou pelo regresso ao Rio de Janeiro; mas ele só se inclinou a este alvitre ante as confidências, que lhe foram feitas, de delações a respeito da infidelidade da equipagem. Contava o mestre da *Maria Glória* que quando as duas forças se tinham avistado na Bahia, a marinhagem e a tropa daquela corveta tinham decidido atirar os oficiais ao mar e entregar o navio aos portugueses. Malograra-se o plano devido a achar-se a fragata *União* colocada de modo a poder obstá-lo. De outro lado, houvera na corveta *Liberal* maus indícios da maruja, ao ser privada da ração de aguardente, um dia em cada semana. Eram tão verdadeiras essas denúncias que na volta, ainda à altura de Alagoas, algumas praças se sublevaram, mas foram logo dominadas.

No Conselho de Cachoeira reuniram-se varões de experiência e jovens que já revelavam os primeiros sinais de talentos, colocados mais tar-

---

3 Labatut. "Defesa perante o Conselho de Guerra", nos *Anais do Arq. Publ. da Bahia*, vol. X, ano VII.

de a serviço do Império. Entre estes figurava Montezuma o futuro senador e visconde de Jequitinhonha, que no meio dos maiores perigos públicava na Bahia *O constitucional*, cuja redação só deixou para salvar a vida.[4]

Criou-se uma organização militar e uma organização financeira; fundou-se uma Junta de Fazenda, que desenvolveu os recursos da revolução por meio de tributos e donativos particulares de dinheiro e mercadorias. Todas as vontades congregaram-se em torno desses homens abnegados e nada lhes regatearam; reuniu-se ouro, prata e cobre para cunhar moeda, de que só foi possível obter os valores menores; arrecadaram-se os sinos das igrejas, as serpentinas dos alambiques e os pesos das casas de comércio para converter-se em material de guerra.

A maior dificuldade consistia em estabelecer contato com o governo do Rio de Janeiro, primeiro por via de Sergipe, depois por duas linhas postais regulares; uma partia para o Tijuco, em Minas Gerais, e media cento e noventa léguas; do Tijuco a Vila Rica e de Vila Rica ao Rio o serviço de correio já era regular. A outra ia para Ilhéus, ao sul da província, e procurava o Espírito Santo, também ligado ao Rio, para onde dali partiam as malas. Por esses caminhos difíceis fazia-se o entendimento entre os dois governos, alimentavam-se as esperanças, chegavam os socorros

---

4 Montezuma era obrigado a viver escondido e a mudar de casa frequentemente. Mas não foi só esse o grande serviço por ele prestado à Independência. Escolhido pelo Conselho para ir à corte render homenagem ao Imperador e expor-lhe a situação da província, fez a própria custa penosa viagem por terra até Ilhéus, onde embarcou em lancha sem piloto logrando chegar ao seu destino a 14 de novembro de 1822. Após demora de vinte e seis dias, voltou levando armamento, uma tipografia e outros recursos. Durante esse intervalo assistiu à coroação, mereceu a honra de pegar numa vara do pálio e foi condecorado com a dignatária do Cruzeiro. Em carta escrita a d. Pedro II, para mencionar os seus títulos à escolha de senador na segunda lista onde figurava o seu nome, referiu que naquela ocasião recebera a visita do camarista de d. Pedro I, Antônio Teles, por quem soube estar nomeado barão de Cachoeira. Procurou imediatamente o ministro do Império e declarou haver grande inconveniência na concessão dessa graça, pois ela levantaria muitos ciúmes entre membros das mais poderosas e antigas famílias baianas, com prejuízo da causa nacional. Dessa forma conseguiu a revogação do ato, que não foi públicado. Montezuma fez ainda outra viagem ao Rio, transitando por Minas e gastando setenta e quatro dias. Vinha apresentar ao Imperador as suspeitas do Conselho contra Labatut; mas quando chegou, já o general estava deposto. – Doc. no Arq. do cast. d'Eu.

possíveis, transportou-se uma tipografia que divulgava quanto convinha à causa brasileira.

A falta de comunicações era um dos grandes obstáculos à união política das províncias, quase sem comércio entre si. Ao chegar ao Brasil, d. João VI só encontrou as grandes estradas entre o Rio e S. Paulo e entre o Rio e Minas; as comunicações para o norte só por mar se faziam facilmente. Deu ordem para abrir-se uma boa estrada entre o Rio e a Bahia; os trabalhos foram iniciados, mas logo depois suspensos, porque as vilas, a quem cabia prover à despesa não tinham renda suficiente. Quando o governador Rubim assumiu o poder do Ceará em 1820, achou aquela capitania realmente apartada do Rio, e o meio mais fácil que encontrou de pôr em contato frequente com o governo do Rei foi estabelecer uma linha de correios entre Fortaleza e a Bahia com 289 léguas de distância e quarenta dias de viagem de ida e volta. Para tornar a aproximação menos difícil, pediu Rubim ao seu colega da Bahia que criasse uma agência em Ilhéus e Caravelas; daí se encaminhariam as cartas para Vitória, donde, havia poucos anos, se organizara correio para Campos. As comunicações entre a Bahia e Minas Novas só foram melhoradas em 1812, quando se concluiu a construção da estrada, que começava em Porto Seguro.

Como fossem menores as distâncias do Norte até Pernambuco, dali veio algum socorro aos insurgidos; mas o amparo maior para obter dependia do Sul, da sede do governo central, combatido por Madeira e com quem só por via naval haveria correspondência eficaz. Destarte, por mais forte que se tornasse a resistência do Recôncavo, a cujo núcleo se agregassem as populações do interior, a luta teria de ser muito demorada, enquanto a retaguarda dos portugueses estivesse garantida pelo mar. A vitória dependia do mar.

Dentro de pouco tempo manifestavam-se os resultados maravilhosos daquele esforço. Logo que se decidiu a atacar os independentes, Madeira voltou as vistas para Itaparica. A grande ilha era a chave do Recôncavo. Estendendo-se até perto do litoral, dominava a estreita passagem do Funil, que abria acesso a uma região feraz, fonte de abastecimento à cidade. Todos os ataques, porém, foram baldados. Houve erro em não persistir após a primeira tentativa, quando a defesa não estava suficientemente organizada e em condições de resistir a uma ação demorada. Com os re-

cursos navais de que dispunha, o primeiro cuidado de Madeira deveria ser o de tomar a todo custo as posições, cuja posse era decisiva para o êxito das operações sobre o Recôncavo. Mas as vacilações dos primeiros tempos produziram mais tarde desastres que o desanimaram de vez. O seu último golpe redundou em duro revés para as suas forças.

Depois de hostilizarem do mar, animadas pelo enfraquecimento dos tiros de terra, as tropas passaram aos escaleres com o intuito de desembarcar; mas a meio caminho choveu sobre elas uma saraivada de balas, que os atacados não sabiam donde vinham. Oculta no arvoredo, a gente de Itaparica fazia trincheira dos troncos e ramagens. Foi tal a mortandade, que o inimigo nunca mais voltou e pôde ficar alçada na ilha a bandeira imperial, oferta de Labatut, primeira trazida à Bahia para atestar a independência, já quase em todo o Brasil.

No ataque tentado na região do Funil, o resultado foi idêntico. Também ali operou prodígio o tiro dos jagunços, que haveriam de celebrizar-se cada vez mais na história das lutas intestinas na Bahia. O major que comandou essa expedição narrou a Drummond as proezas dos defensores. Desde a cidade navegara ele sem encontrar a menor resistência; mas em chegando ali, "sendo a passagem muito estreita e a corrente rápida, vira-se de repente assaltado, por todos os lados, de uma fuzilada tão viva e tão certeira, que era impossível tentar desembarque ou continuar viagem. A sua gente caía morta e ninguém via o inimigo. Nem a metralha das suas peças, nem as balas das suas espingardas podiam destruir os inimigos, bem visíveis pelo mal que faziam e completamente invisíveis para serem alcançados."[5]

Fechado o caminho d'água para o Recôncavo, a cidade só poderia comunicar com o interior pela base da península, onde assentava. Mas desde o primeiro momento logo que as forças se reuniram, ainda antes da chegada do general, os independentes instalaram-se em Pirajá, admirável posição, apenas a duas léguas da capital, no alto da estrada das boiadas, que conduz ali. Estabelecida uma linha central, estenderam outras duas para os lados, uma para o porto, outra para o oceano; assim fecharam o caminho. Desse ponto dominavam a enseada de Itapagipe,

---

5 Drummond. *Anotações à sua biografia*, pág. 31.

donde era de recear ataque trazido da cidade por água. Estava estabelecido o sítio e só pela barra poderiam os sitiados abastecer-se.

Pouco e pouco a população foi sentindo os efeitos desse isolamento; quem podia emigrava; a princípio as saídas eram livres, depois foram proibidas, para por fim serem impostas em larga escala. Então, à medida que a situação exigia, à proporção que as circunstâncias os animavam, os beligerantes iniciavam ataques, que a nenhum davam o triunfo decisivo. As vantagens, porém, eram sempre dos sitiantes, que não recuavam das suas linhas, onde o inimigo não conseguia abrir brecha.

Com reforços recebidos no fim de outubro, tentou Madeira um grande golpe contra Pirajá, levando forças pela estrada das boiadas e por mar pelos lados de Itapagipe.[6] A luta foi tremenda, a resistência heroica; mas após quase cinco horas de refrega, acudindo reforços chegados da cidade e para não ver o exército bipartido, os independentes estavam a ponto de recuar e escolher na retaguarda melhor ponto de defesa. Já galgavam os atacantes as encostas dos montes, certos de levar de vencida o inimigo, quando ouviram o toque sinistro de avançar cavalaria e degolar. O corneta, a quem o major Barros Falcão, que comandava a ação naquele ponto, dera ordem de tocar retirada, trocara, por conta própria, o toque destinado a anunciar a derrota dos irmãos de armas, pelo do ataque inesperado, donde veio a desordem e o pânico entre os portugueses. O estratagema providencial de Luís Lopes, que assim se chamava esse lusitano, aderente à causa do Brasil, transformou subitamente a ação. Espantados da presença dessa cavalaria imaginária, com que não contavam, os portugueses estremeceram indecisos e por fim recuaram. Sem perda de um momento, prevalecendo-se os brasileiros da situação, ordenaram a carga de baioneta. As hostes quase vitoriosas vinham agora de roldão sobre a planície, fugindo amedrontadas, envolvendo as reservas na mesma dispersão e na mesma derrota.

---

6 De um dos navios arribados da expedição de Avilez tinha ficado na Bahia bom número de soldados. Depois chegaram as forças perdidas por Madeira, os batalhões números 3 e 4, um corpo de artilharia e muitas praças avulsas, para preencherem os desfalques dos corpos. Toda essa gente aportou à Bahia no dia 31 de outubro em dez navios, comboiados pela nau *D. João VI*.

Depois desse desastre e do último malogro da ação sobre Itaparica, o exército de Madeira ficou em tal abatimento, que não pôde renovar esforços para dominar além da capital.[7] Entretanto, no meio dos independentes, cujo valor aumentara imensamente, alastravam-se prevenções e hostilidades contra o general, que tinha posto o exército em estado de conquistar tantos louros. Encontrara-o sem disciplina nem instrução, afeito à prática de crimes comuns; em poucos meses, à força de rigor no exercício das armas e na observância das regras do serviço, levantou-o a ponto de enfrentar e vencer veteranos de guerra. Mas não lhe perdoavam a inflexibilidade com que exigia o cumprimento das suas ordens e a prática do dever militar; além disso a sua condição de estrangeiro prestava-se aos manejos dos intrigantes. O governo, porém, não tivera onde escolher. Salvo Curado, maior de oitenta anos, não havia um general brasileiro afeito à guerra, a quem confiar tão penosa tarefa, que chegou a exigir a travessia do sertão, de Alagoas à Bahia. Por muito tempo a metrópole não elevou os oficiais brasileiros além do posto de capitão, e de tal modo não foi possível entre eles preparar chefes nas guerras da península ou do rio da Prata.

Passado pouco mais de um mês, após a batalha de Pirajá, era tal a situação do exército que Labatut pensou em abandonar o seu posto; tinha chegado à resolução extrema de pedir passaportes ao governo de Cachoeira. Ao mesmo tempo esse governo mandava uma deputação ao Rio de Janeiro, para levar uma representação, contra ele dirigida ao Imperador, dizendo-o capaz de perder a província, em vez de salvá-la, por mostrar-se mais bárbaro e imprudente que o próprio Madeira. Isso passava-se poucos dias antes de haver o general tentado conciliação, indo em pessoa a Cachoeira ler perante o Conselho um ofício em que lhe propunha harmonia,

7 O Governo Imperial ficou desde então certo da vitória, que em ofício de 6 de dezembro o ministro da Guerra fazia as mais louváveis recomendações ao comandante das forças a respeito da entrada do exército na capital: "Espera igualmente o Imperador toda a maior exerção [?] da prudência e luzes de V. Sª na entrada do exército na cidade, depois de saída dos lusitanos, que trabalhará para sufocar paixões, ódio e espírito de partido, de que antigas alheias inimizades se aproveitam para vinganças particulares com o especioso pretexto da causa pública, e que tomara as mais prontas medidas de polícia para se não cometer abuso e reine a tranquilidade pública e segurança individual." – Docs. cits., pág. 421.

em benefício da causa comum.[8] Aí explicou assim proceder, porque a sua correspondência estava sendo interceptada.

Em março de 1823, renovava aquele governo, em relação a Labatut, questão semelhante à levantada pela Câmara da Bahia em relação a Madeira. Declarava não haver recebido ordem alguma do Imperador para reconhecê-lo na qualidade de comandante das Armas, nem a respectiva patente lhe fora apresentada, por isso, apenas o podia considerar comandante do exército em operações, com autoridade exclusiva sobre os militares ali reunidos, mas sem jurisdição alguma sobre os empregados pelo Conselho em outros misteres. Era constante da vontade dos povos que além das atribuições civis e financeiras, também lhe competiam atribuições militares, de tal modo, não sendo o general o comandante das armas cabiam ao Conselho as funções dessa autoridade.

Respondeu Labatut que não conhecia ninguém acima dele para contrariar-lhe as ordens no tocante às milícias; advertia à Junta que não havendo tempo para aguardar resposta a qualquer representação nesse sentido, lançaria mão da autoridade alegada para "destruir de um golpe todos os obstáculos e abusos".

De acordo com a opinião transmitida ao general, fez aquele governo várias nomeações importantes, como a de um tenente-coronel para seu ajudante de ordens, de outro para comandante da guarnição de Cachoeira, do brigadeiro José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda para comando importantíssimo, só vindo a recuar dessas disposições, quando recebeu a portaria do Ministério da Guerra, pondo todos os oficiais de 1ª e 2ª linha

---

8 Brás do Amaral. *Hist. da Indep. da Bahia,* pág. 303. Enquanto os brasileiros tratavam Labatut desse modo, os portugueses votavam-lhe ódio e atribuíam-lhe os desastres da Bahia. Refere Maler em of. de 9 de fevereiro de 1823, que a guarda do Paço, no Rio de Janeiro, tirada do 2º Regimento de milícias, composto em grande parte de portugueses, promovera, certa noite, verdadeira orgia e fizera um simulacro do seu enterro. Por isso foi presa; mas o fato mostra como ainda depois da Independência era pouco sincera a adesão de alguns portugueses à causa do Brasil. Em of. de 30 de janeiro do mesmo ano Mareschal dá notícia daquele escândalo, mas dizendo que a farsa consistiu num arremedo de combate entre Madeira e Labatut e terminou pelo enforcamento do segundo.

sob o comando e ordens do general, único responsável perante o Imperador pela defesa da província.[9]

Essas divergências chegaram ao seu auge por causa do destino dado pelo general à importância de 143:312$ em moedas de prata e ouro, encontradas em dois engenhos pertencentes a portugueses e por sua ordem mandada recolher à caixa do exército, para ser aplicada no pagamento de todos os atrasados e em despesas de guerra urgentes. Ele considerava que tal achado era auxílio mandado pela "mão poderosa do Onipotente" para "um exército carecedor de tudo, cujos indivíduos, descalços, rotos, nus e faltos quase sempre de etapa e remédios, acham pronto socorro do que lhes é mister no precioso arrecadado por seu general".

O conselho, porém, entendia que o achado devia ser recolhido a Cachoeira e à disposição da autoridade civil. Labatut pediu a esse respeito o parecer dos comandantes, oficiais superiores e chefes de repartições do exército, aos quais perguntou se era possível conservar a tropa na "moderada subordinação" em que se achava, "não se lhe pagando a tempos e horas nas estações competentes". Ninguém previa ao certo a duração da guerra e sem dinheiro seria impossível mantê-la. O voto geral, quase unânime, foi que se guardasse o tesouro. Nesse sentido respondeu-se ao governo, a quem o general lembrou a conveniência de arrecadar o que deviam ao fisco ricos proprietários do Recôn-

9 Depois dos acontecimentos de 3 de novembro de 1821, Gordilho foi preso e enviado para Lisboa, onde em abril do ano seguinte recuperou a liberdade, partindo logo em seguida para o Rio. Aí insinuou-se no ânimo do príncipe e recebeu a missão de ir à Bahia. Forçado a arribar o navio em que viajava, empreendeu a viagem por terra, atravessando 370 léguas pelo sertão de Minas e daquela província. Pelo caminho promovia a adesão ao governo do regente. Em dezembro chegou a Cachoeira, onde já estava organizado o governo, ao qual explicou a incumbência que levava e era declarar-lhe convir realizar-se a eleição de deputados à Assembleia Constituinte e considerar aquela vila capital da província. Já em hostilidade a Labatut, o governo quis contra ele atirar Gordilho, a quem nomeou comandante da 3ª divisão do exército, composta das tropas de S. Francisco, Santo Amaro, Cachoeira e Maragogipe. Ciente do fato por comunicação do mesmo governo, declarou Labatut que não lhe reconhecia competência para praticar tal ato; mas dada a confiança merecida por Gordilho, nomeou-o inspetor geral do exército. Gordilho foi posteriormente visconde de Camamu e, sendo presidente da Bahia em 1830, foi assassinado a 28 de fevereiro, às 8 horas da noite em plena rua. – Pretextato Maciel. *Os generais do Exército Brasileiro,* vol. I, pág. 225.

cavo e até alguns membros do Conselho. Ele estaria de acordo com a requisição, se parte do dinheiro ficasse desde logo para ser aplicado às necessidades urgentes da tropa e se o governo civil fornecesse os recursos indispensáveis, exigidos pelas repartições militares. Nunca lhe responderam.[10]

Só faltava um pretexto para de tal situação resultar rompimento definitivo, separando-se o general do seu exército e o governo militar do governo civil. O coronel Felisberto Gomes Caldeira, que até bem pouco tempo era amigo íntimo de Labatut, transformou-se em seu desafeto. Homem de ação, alma do movimento de novembro de 1821 contra a junta de governo da província, reconhecidamente ambicioso, acreditou ter chegado o momento de substituir o seu superior e começou a tramar-lhe a deposição. "Parece", escreve Acióli, "que os seus refratários surdamente maquinavam privá-lo da glória de entrar na cidade, restaurada pelo denodado valor de um exército por ele organizado entre imensos obstáculos e entraves."[11]

Labatut teve a denúncia do fato, dada por um padre, que era soldado, capitão do corpo de couraças, José Maria Brayner, "homem resoluto e sincero". Não se sentindo bastante forte para mandar prender o coronel no meio dos seus soldados, deu-lhe ordem para vir com ele conferenciar e daí mandou-o recolher à fortaleza de S. Lourenço, em Itaparica, a cujo comandante recomendou que o tratasse com toda a decência.[12]

Realizada a prisão, teve o general novo aviso de continuar a trama para depô-lo, da qual participava o coronel José Joaquim de Lima e Silva, que veio a ser visconde de Magé, fora mandado do Rio no comando do

---

10 Ofícios transcritos por Acióli. *Memórias*, vol. II, pág. 204.

11 Acióli. *Op. cit.*, vol. III, pág. 3.

12 Cambuci do Vale, secretário de Labatut, escreveu à pág. 12 de um folheto, intitulado *Aos representantes e briosos habitantes do Império do Brasil,* que a prisão de Felisberto "foi feita em consequência de uma parte que por escrito deu o comandante dos Couraças do Pedrão, na qual afirmava, dando por testemunhas vários oficiais, que o coronel Felisberto Gomes queria prender o general. Este tem esta parte em seu poder". Acrescenta Cambuci que o referido coronel despedira da sua brigada quarenta oficiais com quem não contava para seus fins. Como entre esses oficiais estivesse um irmão do auditor, Labatut ia oficiar ao governo de Cachoeira, pedindo a designação do juiz de fora de Santo Amaro para abrir devassa e esclarecer esse fato. Não realizou esse seu intento por ter sido preso.

batalhão do Imperador, formado em oito dias com cerca de 900 homens, e logo recebera do general a incumbência de comandar nova brigada. Três majores de conspiração, José Leite Pacheco, José Pedro de Alcântara e José Maria de Sá Barreto tinham ido a Pirajá conferenciar com ele e o coronel Barros Falcão, comandante da brigada onde tinha sede o quartel-general. Aí Barros Falcão deu ordens ao oficial de serviço de não se opor à entrada do comandante Manuel Marques Pitanga, que à frente do seu corpo deveria efetuar a prisão do chefe do exército.

Labatut tinha contra si todos os seus imediatos: Felisberto Caldeira, nunca se soube porque, talvez só por ambição; Barros Falcão, por ter sido chamado energicamente ao cumprimento do dever, em virtude de ter deixado de executar castigos ordenados pelo general, que lhe impôs ou cumprir imediatamente essas ordens, ou ser objeto de representação dirigida ao Imperador; Lima e Silva, também como Falcão, repreendido por motivo de serviço. Esse, porém, dissimulava tanto a sua má vontade, que o general continuou a depositar em sua lealdade toda confiança, e a ele, militar de raça, estranho às intrigas da província, recorreu debalde quando viu estalar a desordem.[13]

Os oficiais da brigada de Cachoeira tinham-se reunido e tomado as gravíssimas resoluções de exigir a soltura do seu comandante, não reconhecer o substituto que lhe fora dado regularmente, designar para tal cargo o oficial mais antigo e imediato, e prender Labatut, de tudo lavrando-se ata, onde acoimavam o chefe do exército de "ignorante, cobarde e déspota" e contra ele desenvolviam acusações, pelo conselho de guerra, posteriormente declaradas sem fundamento.

Informado da insubordinação, o general ordenou a Lima e Silva que marchasse para o aquartelamento da brigada revoltosa, a fim de impor-lhe obediência, enquanto ele por sua vez também marchava com a cavalaria. Lima e Silva, porém, eximiu-se de cumprir a ordem e reuniu em conselho os oficiais das duas outras brigadas, a quem declarou considerá-la

---

13 Diz Labatut, à pág. 109 da sua *Defesa*, que pôs em presença do Imperador uma carta do punho de Felisberto, dirigida ao secretário do governo civil na qual era exposto o projeto da deposição, a fim de aquele coronel assumir o comando do exército, "para que há muito dispunha os oficiais da sua brigada". Seria talvez essa carta, de qualquer modo obtida, o fundamento da denúncia dada pelo padre.

muito precipitada; executá-la seria iniciar a guerra civil "por intrigas e motivos particulares"; além do mais era de ponderar que tendo notícia dessa desunião, certamente o inimigo viria atacá-los com vantagem.

Tal fala produziu o efeito esperado; a assembleia decidiu unanimemente que não se obedecesse, pois do contrário resultariam gravíssimos prejuízos à causa da Independência. Em seguida deliberou mandar uma deputação ao general, com a incumbência de solicitar-se a suspensão das hostilidades e afastamento do seu secretário, José Maria Cambuci do Vale, "por isso que tinha a opinião pública contra si, vista a preponderância que tinha sobre o espírito de S. Exª, obrigando-o a errar tantas vezes". Aludiram à "fama pública das suas venalidades", mas não mencionaram nenhuma.[14]

A esse homem, apontado como prodigioso, em cujas mãos Labatut era um títere, foram atribuídos todos os fatos causadores daquela vergonhosa situação. Fora ele quem suscitara na província "imensas intrigas, malquistando o general com o governo civil e outras autoridades e com os habitantes e indivíduos do exército, de que tinha resultado o maior desgosto entre todos pelas despóticas demissões de muitos oficiais, degredo de outros de melhor opinião do exército, ordens do dia insultantíssimas" e finalmente pela "escandalosa e atraiçoada" prisão do coronel Felisberto Gomes Caldeira, a qual "há mais tempo se haveria verificado, a não serem as judiciosas ponderações do coronel José Joaquim de Lima Silva".[15]

---

14 No citado folheto, escrito na prisão, Cambuci do Vale, lente substituto de cirurgia e partos da Escola Médico-Cirúrgica, atribui estes conceitos à vingança de oficiais a quem contrariou e menciona com citação de fatos. Lima e Silva e Barros Falcão, aos quais desafia a lhe indicarem atos de improbidade e intrigas por ele praticados. Querendo mostrar a dissimulação de Lima e Silva, refere Cambuci que ao declarar o governo de Cachoeira desconhecer a autoridade do general, deu ordem aos militares em funções em toda província e ao governador de Itaparica de não lhe obedecerem. Lima mostrou-se indignado e pediu cavalos para ir àquela vila dizer de viva voz aos membros do Conselho quanto tinham errado. Adiou, porém, este projeto e nunca o realizou. Na introdução à sua *Defesa*, diz Labatut que antes do desenlace de todos esses acontecimentos Cambuci era considerado da amizade de Lima e Silva.

15 Ata do conselho de oficiais em 21 de maio. Participando a Cochrane ter sido elevado ao comando do exército, Lima e Silva depõe contra Labatut, referindo-se ao "furor do seu gênio", suas "ordens não refletidas", suas "precipitadas medidas", que "espalharam o descontentamento em todo o exército".

Labatut ficou detido no quartel-general, em cuja chácara Lima e Silva, seu substituto no comando do exército, não lhe permitiu passear, conforme pedira, ainda mesmo acompanhado dos oficiais da guarda e apesar de ter alegado moléstia. Daí foi o preso mandado para a casa da Câmara de Maragogipe, donde só saiu para o Rio em setembro, no desembolso do soldo, cujo pagamento cessara quando foi deposto.

O ato da prisão foi escandaloso. Encarregou-se de executá-lo o major Alcântara, o mesmo que a 10 de fevereiro de 1821, quando rebentou a revolução constitucionalista, se incumbira de prender o seu comandante e amigo, o coronel Borralho, contrário àquele movimento e cuja ação era temida por ser oficial valoroso e querido dos soldados. Praticaram-se roubos de animais e até ao criado do general espoliaram das suas economias, na importância de 220$, fato aliás referido por aquele major.

É o próprio Labatut quem tudo isso refere com palavras de amargura. Os soldados rasos animaram-se a insultá-lo, e tendo à frente o alferes, contra ele quiseram atirar. Durante a noite "cantavam versos infames" conta a honra do chefe decaído, que quisera entregar a província aos lusitanos. Já esqueciam combates e batalhas, ganhos contra estes, donde resultara a segurança da próxima libertação. Era o eixo das intrigas espalhadas entre o baixo povo, junto a quem o mostravam como estrangeiro traidor.[16]

Entretanto, em virtude da naturalização, Labatut adotara o Brasil como nova pátria, para onde viera, "fugindo de uma terra vulcanizada por grande revolução, horrorizado de ser testemunha dos males da anarquia".[17]

Seria talvez o general excessivamente rigoroso, como fora em Nova Granada; mas nenhum chefe digno desse nome deixaria de sê-lo no comando de elementos como os que lhe entregaram. Citando a *Historia*

---

16 Refere Cambuci do Vale que os soldados se mostravam infensos a concorrer para a prisão do general. Para vencer-lhes a repugnância, o major Sá Barreto então contou-lhes haver Felisberto dispensado os quarenta oficiais por ordem de Labatut, o qual depois ainda o mandara prender, a fim de ficar livre de todos e poder entregar a província a Madeira. Isto foi contado ao general pelo tenente Góis, da cavalaria de Goiana, e por um sargento que fugiu de Itapuã para vir avisá-lo.

17 Labatut. *Reclamação à comissão militar* e *Despedida aos baianos*.

de la Revolución de Colombia, de Restrepo, diz Varnhagen que ele deixara o serviço daquele país por arbitrário e desrespeitador das leis, sendo lá igualmente preso e deposto em 1811, quando comandava no Baixo Magdalena, onde levantou contra si a animosidade da milícia e do povo.[18]

Labatut era militar que tivera princípio de carreira e não se conformando em sua pátria com "os males da anarquia", por isso emigrou. Mas as ações americanas em formação eram nessa época terreno propício às florações da indisciplina militar. Os exércitos tinham feito revoluções libertadoras, ou por elas tinham sido atingidos. Desde o começo de 1821, o Brasil era teatro de frequentes pronunciamentos da tropa, que afrontava até a autoridade real, primeiro do rei, depois do herdeiro da Coroa, impondo a ambos as mais deprimentes humilhações. Generais, cheios de serviço de guerra, como Lecor; estadistas, que tinham sido vice-reis e eram ministros, como o conde dos Arcos, recebiam convites para aderir às deliberações da fileira ou marchavam caminho da prisão, à guisa de malfeitores e colhidos na situação em que se achassem.

Quando os exércitos são abalados pelos ventos das revoluções, há que passar muito tempo para restabelecer-se a firmeza, sem a qual ninguém pode confiar na sua lealdade nem os comandar com segurança. Não seria dentro de dez meses que Labatut poderia realizar o milagre de tirar do caos da indisciplina um exército perfeito. Já fizera obra admirável, dando-lhe eficácia combativa para medir-se com inimigo experimentado. Calmon descreve ao vivo o que eram os bandos reunidos em Cachoeira antes da chegada do general e quanto deles sofrera o governo ali instalado: "Assumindo o poder militar, o Conselho dedicou-se todo à difícil tarefa de restabelecer a ordem assaz perturbada e obstar aos desrespeitamentos e insultos, produzidos pela indisciplina dos soldados e insubordinação de alguns chefes, que à face mesma do Conselho e dentro da vila capital, ou se afanavam em desobedecer ou ostentavam iludir quanto se lhes ordenava. Lisonjeiras ordens do dia, elogios prodigalizados, amigáveis persuasões, conferências e promessas, tudo foi baldado para cortar o passo à medonha

---

18 Varnhagen. *Hist. da Indep.*, pág. 380. Há engano de Varnhagen ou erro de revisão na sua obra. A deposição não se deu em 1811 e sim em 1813, segundo se verifica na citada *Historia de la Revolución de Colombia.*

lava das insubordinações. Parecia um sonho ou conto arábico a simples relação do que sofrera o Conselho de alguns corpos armados e acantonados na Cachoeira."[19]

Entretanto esse mesmo Conselho, com a experiência de tantas provações, abria luta com o general-chefe, perturbava a sua obra e ajudava a exacerbar-se a indisciplina militar. Não era pois de admirar que oficiais, sem nenhuma concepção do seu papel, tramassem e levassem a cabo depor o seu chefe em face ao inimigo, em plena atividade de operações de guerra, e que o principal de todos eles insinuasse de longe sentença mais sumária para liquidar as suas dissenções: "A um general não se prende, mata-se."[20]

Tudo isso se passava no fim de maio de 1823, quando felizmente para a causa do Brasil já era insustentável a posição de Madeira. Em janeiro ele tinha escrito ao rei, descrevendo a desgraçada situação a que chegara; tudo faltava, tornara-se difícil prover a tropa de alimento e munição, as finanças eram péssimas.

Nunca mais tal estado de cousas melhorou; ao contrário, agravou-se mais e mais. O serviço público não podia ter regularidade, porque as repartições se esvaziavam e algumas já estavam desertas. Dois membros da Junta de governo tinham emigrado. Do arsenal de marinha e do trem do Exército, ou arsenal de guerra, haviam fugido quase todos os operários, ou por serem partidários da reação, ou porque não recebiam os salários.[21] Em fins de maio, sem se terem as forças empenhado em maiores feitos, havia nos hospitais 1.260 praças. Os mantimentos diminuíam a olhos vistos e desse modo foi o general obrigado a ordenar que saíssem da cidade cerca de dez mil pessoas, pois só havia provisão para cinquenta dias. Os retirantes, quase todos gente sem recursos, pois quem se pudera escapar safara-se, estavam condenados a errar entre os dois acampamentos, à míngua de recursos.

---

19 *Relat. cit.*, pág. 22.

20 Esta frase é atribuída a Felisberto, desde a época dos acontecimentos e nunca foi desmentida. Já a consigna Acióli, o mais antigo cronista desses fatos, cuja obra foi publicada em 1836.

21 Em carta de 12 de janeiro, De Guinbaud, cônsul de França na Bahia, comunicava a Maler, encarregado de negócios no Rio, que Madeira estava reduzido a 1.300 homens de linha e 1.000 de milícia, não inspirando estes últimos confiança alguma. Só por estar de posse do mar, ele continuava senhor da cidade.

"O povo já sofre fome terrível, o descontentamento é geral e a cada hora se receiam sérias comoções", escrevia Madeira ao rei a 31 de maio, dez dias depois da deposição de Labatut. Além disso, o que era igualmente muito grave, gente sua começava a desertar: "A sedução ia dando agigantados passos por diferentes maneiras na tropa e marinha; chegaram a desertar oficiais de uma canhoneira com muitos marinheiros, além da sua guarnição."[22]

Reduziram-se os portugueses a essa extremidade, por não terem podido ou sabido dispor das forças navais e também por terem sido os planos de Madeira conhecidos do Governo do Rio e dos baianos que defendiam a Independência.[23]

Deixaram fugir-lhe a posse de Itaparica e não conseguiram tomar nenhuma posição equivalente no litoral, ao fundo da baía. Em princípio de agosto chegou a primeira expedição com reforço de tropas e logo

---

22 Carta escrita ao rei por Madeira a 21 de junho, quando já em viagem para Lisboa.

23 Este fato foi revelado por Martim Francisco a 22 de maio de 1832 em sessão da Câmara dos Deputados: "Lançamos mãos de Antônio de Meneses [Vasconcelos de Drummond], o qual desempenhou completamente a nossas vistas, obtendo-nos os planos de campanha do general Madeira e entendendo-se com os bons baianos." (*Anais de 1832*, pág. 184). Drummond era amigo de Madeira e de sua familia e a esse respeito escreveu: "As minhas relações com Madeira permaneceram no pé da melhor inteligência. Se afrouxaram no fim da minha estada na Bahia, foi isso mais aparente do que real." (Drummond. *Op. cit.,* pág. 35.) A tentativa de corromper Madeira foi baldada, portanto só de outro modo pôde Drummond conseguir os seus fins. Diz ele haver entregue a José Bonifacio papéis "tão minuciosos que nada faltava para que se pudesse conhecer o verdadeiro estado da Bahia. Do Recôncavo, as informações e os ofícios secretos do benemérito desembargador Gondim (Antônio José Duarte de Araújo Gondim, corregedor da vila de Santo Amaro, figura central da reação). Da cidade da Bahia, os mapas e o estado completo das forças de mar e terra e dos hospitais. A força de cada navio, seu armamento, artilheria, munições de boca e guerra, etc. Enfim, o estado moral e as desavenças que reinavam entre os adversários. O atraso em que se achavam os pagamentos e os recursos financeiros com que podiam contar. Era um registro completo ou estatística do acampamento da Bahia. "Alguns destes documentos os havia eu recebido das próprias mãos do general Madeira" (*Op. cit.,* págs. 35 e 40). Não se sabe como conciliar a colaboração de Madeira na obra de Drummond (ao ponto de simular terem afrouxado as relações) com a finalidade à pátria por ele observada durante toda a luta e a dignidade com que recusou as propostas de suborno, mostrando-se generoso ao ponto de desculpá-lo.

saiu para cruzar na costa, o que fez até 10 de setembro. A despeito disso e do concurso prestado pela frota existente no porto ao tempo do início da luta, empregada também em cruzeiro, passou para o norte a esquadra de Rodrigo de Lamare, onde vinham do Rio Labatut e a sua gente. Em outubro entrou a segunda e mais importante expedição. O corpo do comércio, que fornecia dinheiro para sustentar a resistência, era de parecer que a força naval devia ser aproveitada logo e logo no bloqueio do Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco, de modo a evitar a partida de corsários, destinados a hostilizar a guarnição de Montevidéu, declarada a favor de Portugal. Se alguma expedição saísse do Rio de Janeiro para o Prata, a esquadra da Bahia deveria ir batê-la. Da mesma opinião era a maioria dos militares.

Madeira, porém, não ousou tomar sobre os ombros tamanhas responsabilidades, com receio talvez de arriscar a sorte da cidade a uma investida feliz da gente do Recôncavo, ou de ver-se condenar, se por desgraça resultasse dos azares da guerra o malogro da ação que lhe era aconselhada. Também ele a considerava indispensável; mas não tinha autoridade para iniciar tão largas operações sem ordem de Lisboa. Sua missão era restrita à Bahia, como a dos outros governadores militares às respectivas províncias; além disso, o chefe da divisão naval não estava sob suas ordens, não lhe devia obedecer sem retrucar; ao contrário, tinha autonomia e decidia por si acerca do emprego dessa força.

Se os acontecimentos haviam-se precipitado e desenrolado sobre área mais vasta, só as Cortes e o rei poderiam traçar o plano conveniente para guiá-los no interesse de Portugal. Entretanto Madeira não se enganou quanto à importância desses fatos: "Eu nunca considerei em pouco a revolução do Brasil", lembrou ele ao rei na carta de 31 de maio de 1823; "mas a minha opinião não foi aquela que se seguiu geralmente; assim progrediu o inimigo enquanto nós estivemos em uma obrigada apatia, a que nos reduziram as poucas forças de que sempre pude dispor e até a pouca latitude em que estava a minha autoridade em tão arriscadas crises; quando V. M. houve por bem mandá-la ampliar, já os negócios do Brasil metiam medo aos verdadeiros amigos da Pátria".

Mas só ao receber notícia do desastre de Pirajá, mediu o Governo das Cortes quanto era precário o seu poder na Bahia. Resolveu antes de tudo dar substituto a Madeira, cuja comunicação fora tão sucinta, que

a não serem cartas particulares recebidas da Bahia ficaria o Ministério "na mais perfeita ignorância a respeito das particularidades do acontecimento". Concluía-se dessas missivas ter sido o combate mal dirigido e censurava-se a ausência do general à frente das suas forças.

Era esta a impressão transmitida por Manuel Gonçalves de Miranda a Luís do Rego, ao pedir-lhe nos primeiros dias de 1823 que se achasse pronto a embarcar de um momento a outro, pois estava decidido pô-lo à frente de uma expedição já em ponto de deixar o Tejo no dia 10. Os receios de invadir-se a península diminuíam cada vez mais e permitiam "olhar atentamente para os negócios do Brasil". Mil e oitocentos homens acompanhariam a regência, que ia partir para substituir o príncipe, chamado a viajar pela Europa.

Então, escrevia Miranda, "vem a achar-se no Brasil mais de 7.000 homens de tropa europeia com uma marinha respeitável e toda esta força não será de grande efeito se o seu comando não estiver confiado a um general ativo, inteligente e versado nos princípios por que naquele país se devem dirigir as operações militares; é por isto que eu me lembro de ti como único capaz de satisfazer as esperanças do governo e da nação inteira já a voz pública chama por Luís do Rego; só tu és capaz de fazer brilhar a glória das armas portuguesas naquelas regiões, e de desafrontar os soldados europeus bastonados no Rio como se fossem escravos. Meu amigo é tempo como dizia Borges Carneiro de largar as correntes do Leão".

No dia 11 ainda a expedição não saíra e Miranda voltava a escrever ao general: "Enfim não há remédio; é necessário soltar o leão, todos os portugueses, todos os brasileiros clamam por Luís do Rego e o público aqui te espera com a maior ânsia e entusiasmo, assim como os baianos os quais na tua falta pedem ao menos as tuas botas. Vai a ordem para vires."

Estimulavam-lhe os brios: "A glória é o teu elemento." Ofereciam-lhe ensejo de desforrar-se da ingratidão popular: "Chamado pelo governo de S. M. e pela opinião pública, tens ocasião de mostrar quanto por algum tempo foi injusta; é a vingança mais generosa que podes tomar. A expedição está de verga d'alto e espero saia por estes dois dias com a regência, todos os batalhões vão satisfeitíssimos com a esperança de que és o seu general. A corveta de 35 peças está se aprontando para ires."

Mas também no dia 15 a expedição não partiu e era a vez nessa data de Silva Carvalho juntar seus rogos aos rogos do seu colega Miranda: "Não há remédio senão embarcares. Logo porque o assim o quer o rei e a nação vai restituir-nos o Brasil, tu vais comandante em chefe de toda a força que lá houver e para lá se mandar, para obrares como entenderes.

"Lá tem 14 navios armados; levarás em segundo quem quiseres, eu lembro-me do Carretti se for lembrança que te agrade que venha logo contigo: vai restituir ao nome português a dignidade que perversos lhe roubaram e vai também merecer as graças d'el-rei e as bênçãos da nação que te não há de faltar com elas: como bem que dentro em um ano aqui voltarás coberto de glória. Vem, amigo, que não te demores, porque um dia só é de grande transtorno."

"Não se sabe se a missão sorriu a Luís do Rego; pelo menos não sorriu aos povos, entre os quais ele comandava. Os moradores de quinze freguesias do Conselho de Vila Nova de Cerveira representaram ao rei com apoio da Câmara pedindo a conservação dele no governo das Armas da província, onde a sua nomeação "parece que foi diretamente trazida pela própria mão de Deus."[24]

A esse tempo devem também ter chegado a Lisboa as notícias do Rio, relativas ao ato do Ipiranga e da aclamação do Imperador, ocorrida em outubro como o feito de Pirajá. Talvez por tal motivo sobrestou-se a partida da regência. A expedição, porém, foi mandada e faltando Luís do Rego, conservou-se Madeira no comando com poderes maiores. Em abril chegavam à Bahia alguns transportes, conduzindo 2.500 homens de tropa. Depois de desembarcada essa gente, a eles se juntariam outros, em número bastante para irem buscar a Montevidéu a divisão militar às ordens de Saldanha, que se viria incorporar às forças de Madeira, de modo a permitir-lhe retomar a ofensiva. Era tarde e seria em vão. No fim desse mês, saía do Rio a esquadra entregue ao comando do lorde Cochrane e no 1º de maio avistava a costa da Bahia.[25]

---

24 Os originais dessas três cartas e o texto da representação acham-se no arq. do cast. d'Eu.

25 Compunha-se essa esquadra de quatro navios; muito bom era apenas a nau capitania, havendo outros quase de igual eficácia, dois inferiores a esses e mais duas embarcações destinadas a serem transformadas em "brulotes" ou navios cheios de inflamáveis que em tempo seriam lançados contra a esquadra inimiga para incendiá-la. Ficou atrasado no Rio outro navio, pouco tempo depois incorporado aos demais.

NOTAS

A) As palavras "Um general não se prende, mata-se", proferidas pelo coronel Felisberto, ou a ele atribuídas, com as quais deplorava não se ter dado a morte a Labatut, em vez de tê-lo prendido, encerraram um conselho que dezessete meses depois a 25 de outubro de 1824, veio a ser tomado contra ele próprio, então comandante das Armas, por um destacamento do 3º Batalhão de Caçadores, às ordens de dois alferes. Quando o seu cadáver passou diante do quartel desse corpo, os assassinos ou seus cúmplices soltaram três foguetes ao ar. A maior ambição daquele oficial era chegar a todo transe à posição a que o parecia atrair tão trágico destino. Quando o general Morais chegou à Bahia, já libertada, para suceder a Labatut, Lima e Silva desde logo o fez reconhecer como tal; mas contra a sua posse representaram ao governo todos os comandantes de corpos, pedindo que ela fosse sobrestada, pois não se responsabilizavam pelo procedimento dos soldados, descontentes por se verem privados do comando do general que os tinha conduzido à capital. Tudo isso foi tido por manobra de Felisberto; mas receoso das consequências que ela pudesse produzir, o governo pediu a Morais o sacrifício de esperar a solução do incidente, submetido a decisão imperial. Morais nada tentou e logo voltou para o Rio continuando Lima e Silva a ocupar o lugar que preenchia por nomeação interina do Conselho de Cachoeira. Tais foram, porém os manejos empregados contra ele por Felisberto, que se viu forçado a abandonar o comando, do contrário rebentaria com violência a cisão da tropa, já iniciada pelo ataque de soldados do 5º a praças do batalhão do Imperador, algumas das quais morreram ou foram feridas, daí resultando pedir o respectivo comandante interino, major Manuel da Fonseca Lima e Silva, futuro barão de Suruí, irmão do coronel, o regresso dessa corporação para o Rio de Janeiro. Chegou então a vez do militar ambicioso, que a despeito da carta exibida por Labatut e vista pelo Imperador, conseguiu ter despachado para tão alto comando, no qual a esse tempo servia interinamente. Nas suas *Recordações patrióticas,* diz Antônio Pereira Rebouças ter conhecido muito o coronel Felisberto, cujo caráter assim descreve:

"Era habitualmente de tanta altivez que mesmo em conversação entre amigos e menos animada, mal suportava a menor contrariedade, de modo que chegaria a vias de fato se lhe não acedesse a acquiescência do contraditor."

B) As informações que se podem colher acerca da vida de Labatut, anteriores à sua entrada no serviço do Brasil, são insuficientes ou contraditórias. Em oficio de 2 de julho de 1822 diz Maler que o conhecera em França no ano de 1811, sendo então guarda-marinha e dizendo-se sobrinho de Massena. Entretanto na sua defesa perante ao tribunal, que o julgou pelos acontecimentos da Bahia, e públicada no vol. X, ano VII dos *Anais* do Arquivo Público, desse estado, refere Labatut ter sido feito prisioneiro pela fragata inglesa *L'Unité*, quando voltava a Paris depois da paz de Tilsit (1807) sendo "tratado como oficial superior" pelo almirante Bal, governador da ilha de Malta. O oficial superior de 1807 (major, tenente-coronel ou coronel), não podia ser guarda-marinha em 1811. Além disso em 1812 Labatut comandava na Nova Granada ou Colômbia, tendo antes estado em Venezuela até a ocupação dessa colônia pelos realistas. João Brigido, que

em 1905 escreveu um folheto intitulado o *General Pedro Labatut*, aventura ter o seu biografado servido no exército de Napoleão até Waterloo (junho de 1815) sendo posto em disponibilidade pela Restauração no posto de coronel de 1º classe, e condecorado com o oficialato da Legião de Honra. Ora não podia ter servido na Europa até 1815 quem estava na América em 1812. Apesar disso assevera João Brigido que só depois de Waterloo Labatut foi oferecer seus serviços à Colômbia e dali retirou-se "com uma patente superior a general de brigada (que poderia ser marechal de campo general de divisão tenente-general marechal do exército) e uma pensão anual de 200 pesos fortes". Incompatibilizado naquele país veio residir no Rio de Janeiro "onde adquiriu propriedades e vivia com certa opulência e conforto". Não podia após as dissenções de 1812 em Nova Granada, vir de lá para o Rio de Janeiro o oficial que a esse tempo servia a Napoleão, com quem ficou até a sua queda em Waterloo.

Mareschal dizia saber que La Battue *(sic)* após ter cometido crime de insubordinação durante a guerra de Espanha, fora perdoado por Napoleão, mas obrigado a retirar-se para Venezuela, em cujo serviço pretendia entrar (of. nº 19 a de 3 de junho de 1822). Esta informação é idêntica à de Mrs. Graham, a qual refere que Labatut era oficial de Napoleão na guerra de Espanha e dali foi despedido por motivo de irregularidade na sua conduta militar, sob condição de ir para Caiena e procurar informações úteis ao governo francês (*op. cit.,* pág. 214). Provavelmente por causa desses precedentes, Mareschal julgava má a escolha do comandante da expedição à Bahia, como achava que também seria desacertada a do coronel inglês Useley, na qual se falou, visto ser este oficial desmiolado e por tal razão expulso do exército português pelo marechal Beresford.

Foi certamente a capacidade militar o elemento decisivo da nomeação de Labatut, pois o seu préstimo, dizia o príncipe quando a comunicou à Junta da Bahia, era "já provado nas campanhas da Europa".

Numa obra sul-americana, de bom conceito encontram-se estas informações acerca do nosso herói: "Chegou a Cartajena de Índias entre muitos chefes e oficiais emigrados de Venezuela, em virtude da ocupação dessa colônia pelos realistas, e tinha sido "tenente ou capitão" de um dos regimentos da guarda imperial de Napoleão. "Tinha muito bons conhecimentos militares e muita prática, apesar de não ser oficial de curso (oficial científico); conhecia bem a tática e era bom esquadronista, qualidades a que juntava valor a toda prova, muita audácia e decidida inclinação aos golpes de surpresa." – Leónidas Scarpeta e Saturnino Vergara. *Dic. Biogr. de los campeones de la libert. de Nueva Granada, Ecuador, etc.* Bogotá, 1879, pág. 248.

Restrepo, a quem Varnhagen citou para aludir à conduta de Labatut na Nova Granada, escreveu que ele procedia com a maior arbitrariedade, sem sujeitar-se nem às leis, nem às ordens do governo de quem dependia. Por isso foi preciso depô-lo; mas como ele tinha partidários na tropa, a cuja frente se achava, a tarefa não era fácil. Encarregou-se de executá-lo o coronel venezuelano Carabana, nomeado para sucedê-lo, o qual o prendeu e remeteu para Cartagena, donde o mandaram para as Antilhas.

Pode-se imaginar que esse exército, esse governo e esse coronel façam lembrar os seus parentes da Bahia do ano de 1823. Se a ação de Labatut em Colômbia

fosse nefasta, não era de esperar que tivesse influência na tropa, ao ponto de ser perigoso depô-lo; apesar disso. Restrepo nega-lhe talentos militares, como nega a todos os oficiais estrangeiros que cooperaram para a libertação do seu país. Para ele só os sul-americanos tinham valor. Entretanto, como já se viu, não têm a mesma opinião Scarpeta e Vergara, de quem se devem ler as palavras que escreveram acerca do fato mencionado por Varnhagen, relativo à organização e administração de uma província após a conquista militar: "En Cartajena logró hacerse reconocer i estimar por los que governaba, los cuales les confiaron el mando del ejército republicano que cubría la linea del Magdalena contra la provincia de Santamarta. Apenas encargado de aquel mando organizó sus fuerzas lo mejor que pudo, i abrió operaciones contra dicha provincia, con tan buen suceso, que después de varios combates parciales avanzó hasta la Ciénaga i dió alli la famosa batalla que destruyó todas las fuerzas realistas de aquella provincia, sometiéndola i ocupando su capital el 6 de enero de 1812. Por tales hazañas fue ascendido a jeneral por el Gobierno del Estado de Carteje-na el Coronel Simón Bolivar, que llegó a Cartajena momentos después, fué destinado con nuevas tropas en refuerzo de Labatut; pero el que debía ser mas tarde el Libertador de Co-lombia, no creyó conveniente ponerse a órdenes de aquel Jefe, i encaminándose a Tenerife siguió para la ciudad de Momps, i habiendo obtenido alli recursos i tropa i elementos de guerra, ocupó el Banco i emprendió en seguida la famosa campaña que lo llevó en triun-fo hasta Caracas, su ciudad nativa. Entretanto Labatut, después de triunfar tan rápida i habilmente de los realistas de Santamarta, no supo conservar sus preciosas conquistas, probando así que, si tenía toda la aptitud de un Jeneral, para vencer, no tenía ninguna de las cualidades de un administrador para organisar ni conservar aquellas conquistas; así fué que, en medio de la confusión i el desorden de una desareglada administración, se desmo-ralizaron sus tropas, se disgustaron las plobaciones i sobrevino la pérdida de las ventajas obtenidas, con la misma rapidez de los triunfos, en términos de tener que occurrir a la fuga, escapando de Santamarta milagrosamente, el 5 de mayo de 1813. El jeneral Labatut se retiró a las Antilhas, i cuando el Libertador Bolivar organizaba en los Cayos de San Luis la espedición que debía obrar sobre Venezuela, Labatut, resentido con él, no quiso hacer parte de aquella empresa heroica." – *Dic. Biogr.*, cit., pág. 248.

Também em França não logrou o A. apurar a identidade do herói. A respeito da informação de Maler, de havê-lo conhecido guarda-marinha em 1811, informação inconciliável com a sua declaração de ser oficial superior em 1807 e difícil de harmoni-zar com o seu aparecimento na Nova Granada em 1812, em idade de exercer comando superior e governar uma província, existe no Ministério da Marinha daquela república um papel oficial, donde se pode gerar certa confusão. Não em 1811, que é exatamente o ano citado por Maler, conforme foi verificado no Quai d'Orsay à vista do original do seu ofício, mas em 1801; não um guarda-marinha (*ensigne de vaisseau*), mas um aspirante (*aspirant*), Pierre Labattue (não Labatut), prisioneiro de guerra sob palavra, foi objeto de troca com um aspirante inglês, para o efeito de ser concedida a ambos liberdade plena. Aliás os nomes de Pierre e Labatut frequentemente encontram-se juntos em França.

Das pesquisas feitas no Ministério da Guerra resulta apenas o seguinte, que convém expor em ordem cronológica:

Uma nota da Repartição do Soldo (*Bureau de la solde*, datada de 19 de julho de 1811), diz textualmente: "Senhor – S. Exª o Sr. Ministro da Marinha pede o pagamento da soma de 1850 francos e 42 cêntimos, adiantada pelo Vice-Cônsul de Filadélfia ao Sr. Labatut, chegado aos Estados Unidos, procedente de Cadiz, onde estava prisioneiro e donde se evadiu e que se apresenta como chefe de esquadrão do 2º Regimento de Artilharia ligeira e ajudante de campo do Sr. marechal príncipe d'Essling (Massena). Feita a devida verificação na 6ª Divisão, nunca existiu e não existe na artilharia oficial algum com o nome de Labatut.

"Peço-vos que vos digneis de verificar igualmente nas diferentes repartições da vossa divisão se esse indivíduo é empregado em qualquer grau militar e transmitir-me todas as informações que possais encontrar a seu respeito."

Existe também nos arquivos uma carta escrita de Borderaux a 18 de novembro de 1815 por Clairine Labatut, pedindo notícias de seu marido "o coronel Labatut (Pierre), natural de Cannes, oficial da Legião de Honra". À margem desse documento, uma nota daquela época: "Desconhecido em nossos papéis. Escreveu-se que ela o faça melhor conhecer, 15 de dezembro de 1815."

Ao demais, verifica-se dos quadros da Legião de Honra que Pierre Labatut neles não figura.

Além desse documento, encontra-se uma carta, escrita de Madri a 19 de fevereiro de 1816 pelo príncipe Laval-Montemorency, embaixador de França na Espanha, nestes termos: "Sr. Duque – Apresentou-se à Embaixada, alegando o título e vestindo o uniforme de coronel, adido ao Estado-Maior do Exército, o Sr. La Batut, francês natural de Cannes, departamento do Var, e naquela qualidade reclamou os meios de dirigir-se à França."

. . . .

Capítulo XXII

A INCORPORAÇÃO DA BAHIA

A FAMA do grande marinheiro, que acabava de combater na guerra da independência do Chile e que o governo brasileiro lograra chamar ao seu serviço, já se espalhara no mundo e causava medo ao inimigo. Desde muito jovem praticara feitos que o celebrizaram. Tinha vinte e seis anos e comandava um bergantim, guarnecido com cinquenta e quatro praças, quando perto de Barcelona abordara e apresara uma fragata espanhola, armada de 32 peças e com 259 homens de equipagem. Em 1809 realizara o grandioso feito de destruir a frota francesa, refugiada em Aix, porto eriçado de bancos, apenas atingível por canais de conhecimento dificílimo e perigoso acesso. Tamanha proeza valeu-lhe a honra excepcional de ser feito cavaleiro da Ordem do Banho. Muito jovem ainda, foi eleito membro da Câmara dos Comuns e tomou parte ativa na oposição ao Ministério de lorde Castlereagh.

Quando comandava, porém, depois disso, o bloqueio de Calais, durante a guerra contra Napoleão, ocorreu um fato que abriu grande parêntesis na sua vida e atirou-o longe da pátria, onde se lhe dilatou a fama entre outros povos. Foi o caso de ter dado passagem para a Inglaterra a um

O almirante Cochrane

indivíduo, que se apresentou a bordo do seu navio como coronel do exército aliado e portador de despachos comunicativos da morte de Napoleão. A falsa notícia produziu a alta dos fundos públicos. Um dos seus tios, que tinha títulos comprados a baixo preço, vendeu-os nessa ocasião, realizando grandes lucros. Por tal motivo foi ele acusado de cumplicidade, condenado à prisão, a forte multa e a exposto no pelourinho. Ao mesmo tempo foi riscado do quadro da armada e da ordem do Banho.

Proclamando a parcialidade do julgamento, onde descobriu influência de razões políticas, a opinião pública deu grandes manifestações de simpatia à vítima dessa sentença. Uma subscrição popular forneceu-lhe meios de pagar a multa; expulso da Câmara dos Comuns foi logo reeleito pelo distrito de Westminster, um dos mais importantes de Londres. Atribuiu-se a condenação à culpa aparente, pelo fato de recusar-se a nomear seu tio como verdadeiro culpado.

O gênio aventureiro, a paixão guerreira, a sede de glória, a fome de ouro, levaram-no ao Pacífico, onde então se feria a luta pela independência das colônias espanholas.

Foi Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena, quem deu a José Bonifácio, em carta expedida entre maio e junho de 1822, a ideia de atraí-lo à causa do Brasil e a indicação de ser mandado alguém ao Chile negociar a sua vinda, trazendo os navios ao seu dispor, embora se lhe tivessem de conceder em retribuição mercês, morgados, etc. "Quando não chegasse a tempo de embaraçar a entrada da expedição portuguesa na Bahia, bloquearia o porto e só o seu nome levaria o susto e o terror aos inimigos." Se fosse inconveniente enviar um ministro, a pretexto de reconhecer a independência do Chile, poder-se-ia mandar um inglês de Buenos Aires por terra com a missão de engajá-lo. Brant informava acerca deste assunto: "Ouço que é muito amigo de dinheiro, que está em discórdia com San Martín e tudo isso não concorrerá para aceitar o partido?"[1]

Pouco tempo depois de recebida essa carta, José Bonifácio pôs em execução a ideia, encarregando a 13 de setembro o cônsul brasileiro em Buenos Aires de escrever ao almirante, convidando-o em nome do Governo a pôr-se ao serviço do príncipe. Cochrane respondeu que pretendia sair

---

1 *Public. do Arq. Nac.*, vol. VII.

do Chile para combater pela Grécia; mas prometia ir primeiro ao Rio de Janeiro e lá decidir acerca da proposta.

Brant escrevia frequentemente de Londres a José Bonifácio, encarecendo a urgente necessidade de estabelecer frequentes comunicações por mar entre as províncias, como único meio de aproximá-las e ligá-las entre si. Além disso aconselhava também que quanto antes fossem preparados navios para operar em guerra, pois de força naval dependia a união do Brasil. A compra de duas fragatas ou ainda de "navios possivelmente armados" para unirem-se às fragatas que existiam no Rio e a mistura das guarnições portuguesas, de algum modo suspeitas, com ingleses e americanos, eram expedientes sobre os quais insistia, com abundância de razão, como depois se verificou.

Em várias cartas batia nessa tecla de angariar colaboração anglo-saxônica, pela qual tinha entusiasmo, e antecipava o oferecimento de oficiais, que vieram depois a figurar na guerra da Independência e cujos serviços, bem como o de marinheiros, teve por fim ordem de contratar. Em falta de meios fornecidos pelo estado, para mandar alguns deles, lançou mão das suas últimas jóias e do resto dos seus recursos na Europa, 2.690 libras esterlinas, quando os seus bens na Bahia estavam nas mãos dos portugueses.

O Brasil tinha um núcleo de marinha de guerra e nesse particular estava acima dos outros países sul-americanos. Desde o século XVII começara a construção de alguns estaleiros que se aproveitavam das riquezas florestais. A mudança do governo real para o Rio de Janeiro, onde se demorou treze anos, transferiu de Lisboa a administração da Marinha e determinou a concentração de toda a frota portuguesa deste lado do Atlântico. Com esse acontecimento coincidiu a declaração de guerra à França, que acarretou atividade na construção de navios e severa vigilância para defesa da costa. Quando a corte voltou à Europa, diminuiu a importância naval do Brasil; mas o núcleo ficou aumentado e serviria para maior formação; o respectivo ministério foi mantido e quando, antes de passados dois anos, se declarou a Independência, havia no país e lhe ficaram pertencendo vários navios de guerra, embora todos carecessem de reparações. Considerável foi o número dos oficiais que declaravam preferir o serviço do Império, quando se abriu o ensejo para optarem por ele ou pelo serviço do reino. Ficaram 4 oficiais-

-generais, 9 capitães de mar e guerra, 21 de fragata, 18 capitães-tenentes, além do cirurgião-mor e vários cirurgiões de outras patentes. Eram raros entre eles os nascidos no Brasil e as equipagens eram quase unanimemente reinóis; de sorte que, apesar de tudo era melindrosa a situação dessa gente a ser posta em ação de guerra contra o interesse de Portugal.[2]

A 13 de março de 1823 chegava ao Rio o organizador da esquadra. Apenas ancorou o navio que trouxe e a mais quatro oficiais ingleses, querendo demonstrar o ensejo de desembarcar no dia seguinte, escreveu imediatamente a José Bonifácio, o qual foi em pessoa a S. Cristóvão comunicar a notícia ao Imperador. Sem paciência de esperar, d. Pedro dirigiu-se logo à casa do ministro, e dali mandou pedir ao almirante que viesse falar-lhe sem demora.

Conferenciaram os três durante uma hora, acabando este por declarar que no dia seguinte apresentaria as condições para aceitar a missão. "Parece que nessa conferência o lorde Cochrane se mostrou fiel aos seus princípios de cupidez", enquanto d. Pedro, sem as precauções necessárias diante de tal negociador, declarou-se disposto a fazer todos os sacrifícios para vê-lo sem demora a atacar a Bahia.[3]

Refere o almirante na sua *Narrativa* que no dia 17 recebeu a visita do ministro da Marinha, Luís da Cunha Moreira, visconde de Cabo Frio, o qual lhe ofereceu soldo igual ao percebido pelo almirante português, "notoriamente o pior soldo do mundo", pois logo verificou, pela explicações dadas "ser menos de metade do que recebia no Chile", onde a sua paga era de 8.000 duros por ano, com direito a mais 4.000 duros, tirados da metade das presas que coubessem ao tesouro. Das so-

---

2 Na sua *Memória,* escrita acerca desta matéria para o *Livro do Centenário*, nota Jaceguai a diferença entre o que se passou com a independência do Brasil e a independência dos Estados Unidos, onde nem um só oficial inglês quis ficar ao serviço das colônias sublevadas contra a metrópole; a esta conservaram-se fiéis até os oficiais de origem americana, dos quais disse o historiador Cooper, que tinham chegado à celebridade combatendo contra a pátria. Só um escocês embarcou na esquadra improvisada pelo Congresso e ali se distinguiu, Paul Jones; mas era simples piloto da marinha mercante. Fato idêntico produziu-se ali na guerra da separação, onde os oficiais filhos dos estados rebelados, entre eles o famoso Farragut, continuaram a servir na marinha federal. – *Livro do Centenário*, vol. II, pág. 101.

3 Maler. Of. nº 274, de 20 de março.

mas percebidas naquele país cedera ele voluntariamente para as urgências do estado parte do seu soldo, maior que a soma agora proposta. Era, pois, muito perder.

A discussão continuou nesse terreno, apesar de Cochrane escrever que não se abaixava a regateios em tal assunto. O ministro aceitou a equivalência do soldo chileno e estimou os duros a 800 réis, mas mostrando saber que a Casa da Moeda estava recunhando duros em 960 réis, objetou o lorde que isso importava em diminuir de um quinto o valor do pagamento oferecido. Assim debateu Cochrane todas as condições, mediante as quais estava ao serviço do Brasil, e no dia 19 teve de recusar os termos em que a sua patente consignava "inexatamente o montante do soldo e de comedorias ajustado, transpondo uma das somas pela outra", de sorte que "as comedorias figuravam de soldo e o soldo de comedorias"; destarte o soldo em terra viria a ser metade da quantia estipulada. O ministro declarou que o lorde teria o título de primeiro-almirante do Brasil, em terra e 11:520$ de soldo (valor de 12.000 pesos a 960 reais), além de 5:770$ anualmente, quando embarcado. Tais negociações desde logo produziram mau efeito sobre o ânimo dos brasileiros, que concederam nobreza "não fazer caso de dinheiro", o vil metal. Cochrane, porém, bom inglês, discutia os seus interesses como a coisa mais natural do mundo e, a propósito dos termos da patente a ser-lhe conferida, declarava ao ministro que "em ajustes desta natureza era preciso ser claros e explícitos todos os arranjos".[4]

Estava ele então em pleno vigor da vida; tinha quarenta e sete anos e profunda experiência do mar e da guerra.

Eram medíocres os elementos entregues ao seu comando, em comparação com a magnífica esquadra portuguesa, composta de uma nau, cinco fragatas, cinco corvetas, um brigue e uma escuna.[5] Sem ter onde colher bons marinheiros, o governo só poderá reunir guarnições

---

4 *Narrativa,* págs. 16 a 20.

5 A esquadra de Cochrane ficou composta da nau *Pedro I*, 74 peças; fragata *Piranga*, 52 peças; corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, 32 e 20 peças; brigue *Guarani*, 16 peças, brigue-escuna *Real*, 10 peças. No Rio ficaram em preparo as fragatas *Paraguaçu*, *Niterói*, 42 peças e que dez dias depois se incorporaram à esquadra na Bahia; os brigues *Cacique* e *Caboclo*, o brigue escuna *Rio da Prata* e a escuna *Leopoldina*. Somava tudo

indisciplinadas e desafetas, cujo pior elemento era constituído por portugueses, que pareciam ter adotado a causa do Brasil e na hora crítica revelaram-se traidores. Sob a ilusão de guerra contra a política das Cortes e não contra a nação portuguesa, acreditou-se que aqueles homens incluídos saberiam fazer essa distinção sutil, quando ao contrário se deveria ter previsto a sua recusa de bater-se contra Portugal. Ao lado deles havia um troço de gente apanhada na vagabundagem da cidade e cento e trinta negros saídos da escravidão. Restavam como maruja capaz cento e sessenta ingleses e americanos do norte, atraídos pela promessa das presas.

Cochrane, porém, num lance de olhos via os pontos fracos do inimigo e adivinhava os ensejos de contra ele intervir com eficácia; a sua audácia não conhecia perigos. Logo ao primeiro encontro com a frota lusitana, formada para agredi-lo, observou, na linha em que ela se dispôs, uma abertura por onde poderia penetrar e separar dos navios da frente quatro colocados a ré.

Sem perda de um instante ordenou a manobra; dando o exemplo, rompeu a linha e abriu fogo contra as fragatas. O golpe fora violentíssimo, certamente inesperado e parecia destinado a produzir todos os seus efeitos. Mas os outros navios brasileiros, que deviam secundar a ação da capitânia, não lhe atendiam aos sinais, por incapacidade do material e gente. Se acudissem a tempo, os navios, cortados da linha, seriam tomados ou desmantelados.

Cochrane contava embaraçar, somente com a sua capitânia, os demais que procuravam socorrê-los. Ele mesmo, porém, embora certo de poder, sem o concurso esperado, inutilizar aqueles navios, desistiu de terminar a ação, por ver o tiro mal dirigido, até na sua nau. Tinha-se verifica-

---

246 peças. Rio Branco conta 242 e Boiteux, 227. Eram quase todos os elementos navais de Portugal, incorporados ao Brasil pela Independência, constantes da relação escrita pelo almirante Quintela, último ministro da Marinha de D. João VI no Rio de Janeiro: naus *Afonso Martim de Freitas* (*Pedro I*), *Vasco da Gama*, fragatas *União (Piranga), Real Colombiana (Paraguaçu), Sucesso (Niterói)*; corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*; bergantim *Reino Unido*; charruas *Lucônia* e *Luísa*. (Bib. Nac. Sec. Manusc. Coleção Martins). A esquadra portuguesa a ser combatida por Cochrane era composta de treze navios, dos quais uma nau e duas fragatas, somando todos 396 bocas-de-fogo. Rio Branco mencionou sete corvetas e Boiteux apenas cinco, dando o mesmo número de peças que o autor das *Efmérides,* menos uma.

do também que dois portugueses em serviço no paiol se haviam recusado a entregar a pólvora pedida para os canhões e chegaram a aprisionar os moços encarregados de ir buscá-la. Quando, desesperado, o oficial foi ver por si a causa da demora, pôde apenas castigar os malfeitores, pois se tinha tornado evidente a imprudência de continuar a combater em tão desfavoráveis condições.

Cochrane mediu então a deficiência dos seus recursos. Além de estarem os navios mal providos de material, era impossível com tais tripulações tirar partido do esforço que eles pudessem dar. A guarnição do brigue-escuna *Real* esteve a ponto de levá-lo ao inimigo com o fim de entregá-lo. A presença dos portugueses a bordo era motivo de constante inquietação. "Metade da esquadra precisava estar de guarda à outra metade", assim dizia o almirante em carta a José Bonifácio. Se a capitânia estivesse bem equipada e tripulada, manejando-a a seu modo, ele teria desmantelado metade da frota inimiga.

Esclarecido por essa primeira experiência e com o exemplo do acontecido a de Lamare, que lhe servia de escarmento, decidiu Cochrane passar para a nau *Pedro I,* onde tinha o pavilhão, todos os bons elementos, esparsos pelos outros navios, e com ela e a *Maria da Glória*, mais veleiros que qualquer vaso da esquadra portuguesa, preparou-se para proceder como as circunstâncias aconselhassem. Aproou então para o morro de S. Paulo, a treze léguas do porto da Bahia, e ali constituiu a base de operações, deixou os navios ronceiros e deu começo ao preparo dos brulotes.[6] Voltou então a fim de cruzar fora da barra e empreender o bloqueio; com tão parcos elementos

---

6 Conde de Dundonald (Iorde Cochrane). *Narrativa*, págs. 28 e 33. Na descrição feita pelo capitão-tenente Antônio Pedro de Carvalho, junta como apêndice ao 3º vol. da obra de Acióli, pág. 139, diz esse oficial que o almirante encontrou no morro 2 brulotes, 1 charrua e uma escuna, ali trazidos do Rio pelo capitão-tenente Antônio Rabelo da Gama, comandante da *Leopodina;* para reforçar o poder da nau *Pedro I,* "trocou a artilharia do convés com a da *Piranga*, que era mais leve, e aumentou o bailéu com mais de quatro bocas-de-fogo por banda com as coronadas de 32 da mesma fragata; escolheu entre as tripulações da *Niterói* e da nau a melhor gente, de sorte que a mesma nau ficou com 3 baterias, a 1ª de 32 peças, e cada uma das duas de baixo com 24, guarnecendo-a 900 peças." Jewet e Taylor, comandantes da *Piranga* e da *Niterói*, e outros oficiais passaram para bordo da *Pedro I*. Dias depois ainda chegou do Rio a fragata *Carolina* com 44 peças e bem tripulada, sob o comando de Thompson, e também o brigue *Rio da Prata*, com 10 bocas-de-fogo escoltando uma charrua e um brigue com mantimentos.

conseguiu inutilizar a ação dos navios portugueses e tomar as embarcações que demandavam a cidade para levar-lhe alimentos.

A ocorrência desses fatos tornou mais grave a situação do governo português na Bahia. Desde março havia sinais de insurreição; parecia que à força de ser oprimido, o povo perdia medo à opressão e queria levantar-se. Rebentavam motins. No dia 19, no centro comercial, ao recolher-se a procissão de S. José, guardada por acompanhamento da "legião portuguesa", a gente que a acompanhava, quase toda também portuguesa, foi apedrejada e vaiada, do alto dos morros, pela plebe para esse fim concertada. Os soldados subiram as ladeiras a disparar as armas sem amedrontar os agressores, que continuavam a hostilizá-los. Dois dias depois surgia outro conflito num bairro popular.

Da Junta, que fora sempre uma sombra de governo, restava apenas um fragmento. Madeira resolveu então enfeixar em suas mãos todo o poder e declarou a cidade praça de guerra em estado de sítio. Foi seu primeiro cuidado mostrar aos promotores de motins a sorte que os esperava. Assim referiu ao rei as medidas empregadas com tal intuito: "Sendo muito necessário em crises de revolução, para conter o povo nos seus limites, lançar mão de alguns meios de terror", nomeou uma comissão militar para julgar sumarissimamente todos os atentados contra o sossego público e a ordem estabelecida. Era grande a sua confiança em tal remédio: "Este expediente produziu nesta cidade excelente efeito em 1817 e o povo olha para ele com muito respeito."[7]

As duas esquadras tinham-se perdido de vista depois do primeiro encontro. Os portugueses, ou não conheciam suficientemente a força de que dispunha Cochrane, ou contra ele temiam lutar. Aliás, apesar de terem maior número de navios, talvez fosse mais aparente que real a sua proclamada superioridade. Recolhendo-se ao porto, a frota portuguesa deixou apertar-se o bloqueio e levantou o clamor público contra o procedimento do seu chefe. Cidadãos de todas as classes representaram por escrito ao governador militar contra João Félix Pereira de Campos, que tal era o seu nome. Acusaram-no de mostrar-se indiferente a tudo: "indiferente e insen-

7 Carta de 31 de maio.

sível aos males que nos cercam", diziam, "e até esquecido da dignidade do seu superior emprego". Era um libelo violentíssimo e afrontoso.

Seria preciso que um chefe militar tivesse perdido realmente toda autoridade moral, para um grupo de cidadãos ousar atirar-lhe em face tamanhas injúrias. Culparam-no de ver a sangue-frio o inimigo conduzir e tomar embarcações carregadas de alimentos; de embaraçar a saída das que ousavam ir procurá-los a todo risco até de desanimá-las e dissuadi-las de tentar tal empreendimento; de ter enfim perdido a fortuna do encontro com a esquadra de Cochrane, a distância de tiro de pistola, deixando "indignadamente escapar a melhor e talvez a última ocasião" que se lhe apresentava "de restaurar a própria reputação, salvando a honra do nome português". Concluíram pedindo a Madeira que fizesse desembarcar tal chefe e lhe desse por substituto o respectivo imediato.[8]

O senado da Câmara apoiava os reclamantes; Madeira também achou que o serviço da nação e do rei exigiam a permanência do João Félix em terra. João Félix acedeu; mas quando o imediato, decidido a sair barra afora, deu as primeiras ordens da manobra, a guarnição revoltou-se, acompanhada pela tropa embarcada a bordo, e exigiu a volta do chefe, sem o qual não deixaria o porto.

Forçado por estas circunstâncias, João Félix fez-se ao mar. Ia jogar-se a última cartada. Havia um prêmio para o vencedor, de quem os portugueses esperavam a salvação. Queriam eles talvez por esse meio estimular-lhe a bravura amortecida. Onde não vingava o desejo de glória poderia talvez vingar o interesse.

A *Gazeta da Bahia* anunciava-o com alarde: "O comércio – firme coluna que sustenta o edifício constitucional – há prometido grande recompensa à esquadra vitoriosa e ao seu chefe." Mas de nada valeu a promessa. De 26 de maio a 2 de junho, João Félix respirou os ares do oceano, avistou a frota inimiga, várias vezes aproximou-se do morro de S. Paulo e desistiu sempre de oferecer combate. Cochrane preparou a defesa, mas não era assaz forte para tomar a ofensiva.

Indiferentes à tentação da recompensa oferecida, voltaram a esquadra e o chefe à calma do ancoradouro e às atrações da cidade. Na noite

8 *Representação* de 23 de maio. Acióli diz que João Félix era "homem sem prestígio algum e inteiramente alheio na profissão que exercia". *Op. cit.,* vol. II, pág. 172.

de 12, entregavam-se João Félix e muitos oficiais aos prazeres de um baile. A agitação da dança era preferível ao balanço do mar e o compasso das músicas mais rítmico que o troar do canhão. Nos dez dias decorridos, porém, nem Cochrane nem a sua gente se divertira; apenas tivera tempo de ultimar o preparo dos brulotes.

A noite era escura e a escuridão tentou a audácia do guerreiro, ansioso de reconhecer por si mesmo a posição do inimigo e estudar o plano de ataque por meio daqueles agentes de incêndio. O vento convidava; a capitânia soltou o pano. Perto do navio mais à entrada do porto, o vento falhou e a maré começou a virar. A despeito disso Cochrane continuou a avançar. Um navio de vela estranho, àquela hora, alvoroçou a esquadra; ouvia-se tocar a postos e repetia-se a pergunta para saber quem era. "Embarcação inglesa", respondia o audacioso visitante. Deixaram-no passar. Nunca porém ele se afoitara a tanto; foi "o maior risco que correu em toda a vida".[9] A esquadra estava apinhada em meio de uma porção de navios mercantes e não seria difícil destruí-la; era tudo quanto Cochrane queria saber. Não foi tudo talvez quanto almejou. Tamanha proeza levou o pânico aos arraiais portugueses. Àquela mesma noite, a notícia foi levada aos dançarinos, ausentes dos seus postos, e recrudesceu a ideia de evacuar a cidade.

Desde 2 de junho Madeira já não detinha o poder civil. Tinha-se empossado uma Junta de governo nomeada pelo rei, a qual quis tentar o supremo esforço de ataque aos independentes por terra e mar.[10] Propôs então medidas extremas: arrecadação dos depósitos do Banco, de preferência a parte pertencente às corporações de mão morta; requisição do ouro, prata e joias de luxo das igrejas, mediante inventário para futura indenização e com o fim de cunhar moeda; novo apelo ao concurso do comércio, de quem esperava a valiosa contribuição.

---

9 Palavras de Cochrane ao barão do Penedo. *Relat. do M. dos Neg. Extr.* 1874. Anexo nº 3, pág. 100.

10 O membro mais conspícuo dessa Junta era Paulo José de Melo, que veio a ser presidente da província em 1840, logo depois da Maioridade, e mais tarde viador da Imperatriz e senador do Império. Os historiadores não lhe exprobam o procedimento, entretanto são impiedosos com o marechal Luís Paulino, o qual fora apenas portador de uma missão reconciliatória de d. João VI para a continuação do Reino Unido, que sob um regime constitucional não repugnava a muitos brasileiros patriotas.

O general discordou do plano, por considerá-lo inútil e apenas destinado a exacerbar o ódio contra "os irmãos da Europa". Aliás não era de estranhar tal resposta, pois a 31 de maio já expusera ao rei a situação em que se achava e declarara considerar inútil qualquer esforço contra o inimigo. Já o preocupava a dificuldade de reunir meios para tornar segura a retirada; faltavam víveres e não havia dinheiro; oficiou então à Junta, solicitando cinquenta contos de réis a fim de pagar os soldos atrasados.

Responderam-lhe que na guerra da península o atraso fora de onze meses e de vinte e dois fora em Montevidéu. Os portugueses encaravam com terror o abandono da cidade pelas tropas de ocupação. Seria deixá-los desprotegidos e expostos às represálias da reação, após o domínio opressivo que tinham exercido e quando os ódios haviam aumentado. O general passou a ser visto e tratado quase como inimigo; deram-lhe a alcunha de "madeira podre", para definir-lhe ao mesmo tempo a fraqueza militar e o desconceito moral, dele, que contava quatorze elogios por atos de bravura na guerra contra os franceses.

Naquela hora angustiosa recrudesceram e predominaram as exigências desesperadas do egoísmo; ninguém pôde admitir o próprio sacrifício e preferir que se salvasse aquela fração do exército condenada à impotência; todos queriam que antes de tudo ela se consagrasse a ampará-los e defendê-los até à hora extrema. Escrevendo ao rei, já de bordo, a 21 de julho, dizia Madeira que a Junta, composta de europeus a maior parte, só via os seus interesses particulares.

Não só para Madeira a Junta se voltava; também debatia com João Félix e exigia-lhe o derradeiro esforço, a saída da esquadra, barra afora, a fim de dar combate aos navios brasileiros. Se não era capaz de tanto, fosse ao menos bloquear o morro de S. Paulo, onde havia uma estação de comércio e navios que ali chegavam, carregados de tudo; protegesse ao mesmo tempo a entrada de embarcações que demandavam debalde o porto da cidade para trazer-lhe víveres. Ela tinha notícia segura de navios que estavam para chegar; sem proteção não poderiam atingir o porto e seriam tomados.

Recusava o chefe da divisão naval atender à Junta e para justificar-se alegava que o fim de Cochrane era entrar no porto e atacar a cidade; esse fim seria conseguido, se a esquadra se fizesse ao mar. As suas forças não

eram tantas, que as pudesse dividir; ao demais, faltavam-lhe mantimentos; quando muito poderia colocar-se fora da barra em posição de não descurar a defesa da cidade, facilitar a entrada de barcos e observar o morro.

Para com João Félix já ninguém guardava refolhos de linguagem. A Junta retrucou-lhe com dureza. Ele pretextava falta de mantimentos, quando os tinha de sobra, bastantes para setenta dias. De nada servia a esquadra se não queria arriscar-se para garantir à população os alimentos por cuja falta estava morrendo à fome. Não era de dentro do porto que ela protegeria a entrada de gêneros, nem havia meio de obtê-los numa cidade sitiada e bloqueada. Era, pois, necessário a esquadra arriscar-se, pois dela dependia o salvamento e tornava-se inútil conservada a bom recato.

Diante da insistência da Junta, declarou-lhe João Félix que demorara a saída e nada mais poderia tentar, por haver o general requisitado toda a esquadra para embarque da tropa, visto ser forçado a evacuar a cidade. Então, malogrado o último apelo a Madeira, os dois únicos membros da Junta, ainda em funções, recusaram-se a atender ao seu convite para combinar providências acerca da proteção dos habitantes e responderam-lhe que iam convocar "os homens bons" da cidade e com eles concertar quando fosse possível a fim de garantir a vida e fazenda dos impossibilitados de emigrar. Enquanto as tropas constitucionais permaneciam na capital uma reputação seria enviada ao comandante dos dissidentes para obter essa proteção.

No dia 2 de julho, às onze horas da manhã, a esquadra abandonava o porto. A retirada efetuou-se de madrugada, na mais perfeita ordem, sem ficar um soldado sequer, um só doente. Tudo quanto foi possível levar, estragar e inutilizar não escapou aos cuidados dos vencidos. Do arsenal de marinha conduziram até a ferramenta dos operários e arruinaram o resto que deixaram; meteram a pique todas as embarcações desse estabelecimento e encravaram quase toda a artilharia do Forte do Mar.

Durante um ano Madeira mantivera aquela posição tão difícil, nos últimos tempos quase sem meios, e resistiu a todas as seduções, às repetidas tentativas feitas para corrompê-lo com dinheiro e honras. À última hora recusou capitular, como desejava Lima e Silva; preferiu correr os riscos da retirada, quando aliás talvez lograsse obter condições para evitar

a perseguição que veio a ser no mar.[11] Outros militares haviam adotado a causa do Brasil. Acobertando-se com esse exemplo, ou acomodando-se ao alvitre em moda, de optar por uma das partes do Reino Unido que se desagregava, ele poderia ter feito outro tanto. Mas não só a atração da pátria de nascimento, também o dever militar prendeu-o ao seu posto, levou-o ao sacrifício. Em época de flutuações, de interesses contrapostos, de desordem, de dissolução da disciplina, conservou-se como os velhos soldados fiéis à bandeira e ao juramento, sem querer discutir as causas de tantas mutações, sem admitir que pudesse, a não ser com desonra, levar ao campo adverso os soldados cujo comando as Cortes e o rei lhe haviam confiado.

Tendo regressado de Pernambuco, onde estivera em missão do governo do Rio de Janeiro, com o fim de decidir a Junta a reconhecer a regência, Drummond foi ainda enviado à Bahia, levando a incumbência de aproveitar-se das suas relações com Madeira para induzi-lo a aderir à Independência. Procurou Drummond a intervenção da esposa do general, desejosa de ficar deste lado do mar, onde tinha uma filha casada, e acenou-lhe com a promoção do marido, a quem seria oferecida importante quantia em moeda, se entrasse para o serviço do Brasil com os oficiais que o quisessem acompanhar.

Por tratar-se de um amigo, Madeira desculpou a perigosa iniciativa de Drummond, cuja oferta recusou, e disse-lhe reconhecer que tinha por ingrata a própria posição, pois se achava no meio de uma luta entre pai e filho, os quais depois talvez se reconciliassem deixando-o como vítima forçada. Estava, porém, cumprindo o dever militar e não fugiria à sua sorte com sacrifício da honra. Voltando ao Rio o primeiro emissário, sem nada ter conseguido, José Bonifácio mandou outro para declarar ao brigadeiro

11 A 30 de junho, cedendo ao pedido de Madeira, o coronel Cunha Meneses, posteriormente visconde do Rio Vermelho e senador do Império, aceitou a incumbência de ir ao acampamento dos independentes oferecer-se para mediador entre os dois exércitos. Lima e Silva recusou qualquer acordo e entregou a seguinte resposta: “Responde o comandante em chefe do exército pacificador que tem todas as notícias da cidade, marcadas até por horas, de todos os passos da tropa inimiga e que, logo que saiba que esta principia embarcar, pretende atacá-la, e neste momento romperá o fogo no mar: que se o general inimigo deseja retirar-se tranquilamente, proponha uma capitulação, que será concertada entre os comandantes de mar e terra, de uma e outra parte contratantes.”

qual a soma a conferir-lhe, cem contos de réis. Novo malogro, Drummond, que é sempre tão duro com os adversários, refere-se a Madeira com simpatia; considera-o "soldado obediente e fiel ao juramento" e lembra que ele parecia adivinhar a própria sorte, pois acabou na prisão ou dela saiu para morrer. Comparando o seu tão celebrado despotismo com o do brigadeiro Moura, que foi governador do Pará, diz Acióli que diante deste, de quem aliás tinha a queixa de o ter prendido e mandado para Lisboa, "se pode sem erro afirmar ser o general Madeira um homem de virtudes". Rio Branco consagra-lhe estas palavras de homenagem: "A sua memória é digna de estima de quantos sabem prezar o brio militar."[12]

Este é o verdadeiro critério histórico para julgar militares e funcionários portugueses infensos à Independência. Nem de outro modo seria justo condenar o procedimento dos brasileiros que não esposaram a causa do Brasil. Usar-se-ia de dois pesos e duas medidas. Entretanto, de modo contrário têm procedido os historiadores em relação aos raros homens nascidos no Brasil e que preferiam a união com Portugal, dos quais o mais saliente foi o marechal Luís Paulino; quando, por outro lado, aplaudem os europeus que combateram contra os europeus, como houve alguns com parte notabilíssima nessa mesma guerra da Bahia. É de justiça relembrar o procedimento do governo português em relação ao guarda marinha Pedro Ferreira, que veio a ser chefe de esquadra. Achando-se esse jovem brasileiro em Lisboa, quando se iniciou o movimento da Independência, pediu demissão do serviço da armada real para não combater contra o seu país de origem. O ministro da Marinha mandou declarar em ordem do dia que em atenção aos honrosos motivos alegados pelo peticionário, el-rei havia por bem demiti-lo e que esses motivos ficariam constantemente na lembrança de S. M. I. Ato tão bem pensado era com certeza destinado a estimular a fidelidade dos militares portugueses à causa da mãe-pátria; mas nem por isso deixa de ser modelo para o juízo da opinião brasileira.

A uma hora da tarde do dia 2 entravam na cidade as forças libertadoras. Após o corpo de exploradores vinham Lima e Silva com o seu estado-maior; Barros Falcão, que comandava com bom êxito o batalhão de

---

12 Drummond. *Op. cit.*, págs. 35 a 38. Acióli. *Op. cit.*, vol. III, pág. 27. Rio Branco. *Efemérides*, pág. 333.

Pernambuco e depois da deposição de Labatut passara a comandar uma das divisões compostas pelo novo chefe; em seguida aparecia o batalhão do Imperador. Atrás dessas tropas regulares marchava o exército de baianos, homens descalços e quase nus, mostrando na miséria dos andrajos a grandeza dos seus sacrifícios. Na retaguarda caminhava o batalhão dos negros, do qual ficara parte a guardar o acampamento. Eram os últimos cidadãos incorporados à legião dos bravos, logo após terem saído do cativeiro. Pela primeira vez figuravam na retaguarda, onde nunca os tinham deixado nas ocasiões de perigo. Nem por isso murmuravam.[13] Na estrada do Rio Vermelho marchava a divisão de Felisberto, composta quase exclusivamente de civis emigrados, e da qual um batalhão ocupou o forte de S. Pedro.

Tudo quanto restava de adorno, de festa, de alegria, despejou-se no caminho dos heróis, que fizeram alto no largo do Terreiro, ao centro da cidade, em frente à velha Sé, para aí realizar-se a revista de parada.[14] As freiras da Soledade romperam a clausura e vieram à luz do sol coroar de flores os vencedores, sob um arco de triunfo, que tinham feito levantar diante do convento.

Pela primeira vez o povo viu flutuar o pendão auriverde, a bandeira que havia tantos meses já se erguia em quase todo o Brasil e só agora era içada na fortaleza do Barbalho e só agora vinha desfraldada à frente do novo exército. Esse exército erguido do caos, aos boléus da indisciplina, da desordem, da insurreição, com chefes que se enciumavam, se hostilizavam, se devoravam, agrupava-se, aconchegava-se, unia-se, aumentava, crescia, quando era a vez de enfrentar o inimigo e avançar para a redenção. A Independência, que doada em paz a quase todo o Brasil, só à Bahia e ao Maranhão custara tanto sangue; os vencedores saíam da peleja pobres, arruinados, e um deles pudera dizer ao novo soberano já nada lhe restar, pois honra, vida e fazenda, tudo dedicara à defesa da pátria.[15] A resistência baiana decidiu da unidade nacional.

---

13 Acióli. *Op. cit.*, vol. III, pág. 68.

14 B. do Amaral conta 9.515 homens como efetivo do Exército e menciona 3.250 espalhados pelas ilhas e litoral da Bahia. Calculando em cerca de 13.000 o efetivo do exército e em 710 a guarnição da esquadrilha do Recôncavo, acha um total aproximado de 14.000. Rio Branco reduz este total a 12.772. *Efem*, pág. 288.

15 Palavras do barão de Garcia da Torre em carta de 12 de janeiro de 1823, citadas por M. Calmon, *A Batalha de Pirajá*, pág. 19.

A expedição de Madeira ia afrontar grandes riscos. Informado de haver muita gente estranha à tropa pronta para retirar-se, Cochrane fez saber à Junta que esse ato envolvia grandes riscos; cabia-lhe perseguir todo o comboio e na escuridão da noite ser-lhe-ia impossível distinguir os navios, salvo se previamente o inteirassem do destino real de todos, pois lhe constava que ao menos parte deles demandaria as províncias do Norte, principalmente o Maranhão, onde esperavam encontrar auxílio. Este aviso, porém, não foi levado em conta e mais de mil portugueses recolheram-se a bordo.[16]

Cochrane preparou-se para perseguir a esquadra; deu à sua gente ordens de abordá-la. Quando conseguissem pôr pé nas embarcações inimigas, deviam operar com rapidez, ferindo-as nos centros de movimento e resistência: furar-lhes as pipas d'água, deixando-lhes apenas meia ração, o indispensável para voltarem ao porto; se levassem tropa, deviam cortar-lhes os mastros, até onde bastasse para impedi-las de escapar, e impor-lhes ordem de regresso à Bahia.

Todo alerta, ansiando pela rude aventura, Cochrane espreitava o momento de desferir o primeiro golpe. Transposta a barra, logo lhe ficaram ao alcance os navios traseiros; caiu sobre eles e inutilizou a vários; lançou-se depois sobre os transportes, mais facilmente abordáveis, e apoderou-se de muitos, repletos de emigrados, ricos de presas. Mandou-os todos de volta, guardados pelas fragatas e ficou só com a capitânia a incomodar os treze vasos de guerra, que debalde a procuravam cercar.[17] Desesperados de lograr o seu intento, por fim deixaram-no em paz. À noite Cochrane ainda abordou o comboio, mais de uma vez, e onde encontrou tropa tirou-lhe as armas, arrojou-as ao mar e obrigou os oficiais a darem palavra de não servir contra o Brasil antes de serem regularmente substituídos.

Estava aprisionado um terço do exército de ocupação com armas e munições e o vencedor não tinha perdido um só homem. Dos seten-

---

16 B. do Amaral dá estas cifras redondas da população da esquadra: 6.000 homens de tropa, 4.000 marinheiros, 1.400 empregados, ao todo cerca de 12.000 pessoas.

17 Acióli menciona os seguintes, chegados de volta ao porto da Bahia no dia 4: um bergantim, uma galera, dois navios, uma charrua, nos quais vinham 846 soldados; além de algumas sumacas com muitas famílias emigradas.

ta e um navios saídos da Bahia só quarenta chegaram ao seu destino; trinta foram tomados e um incendiou-se. Dois mil e vinte e nove prisioneiros, seis bandeiras de corpos do exército, sete de navios de guerra e transportes armados, foram farta colheita e troféus desse feito.

Receoso de que alguns navios pudessem escapar às suas vistas, tomar rumo do Maranhão e lá chegar, e acreditando poder acautelar a sorte dessa província, ainda sob o domínio português, o almirante, embora sem instruções a tal respeito, para lá fez-se à vela.

NOTA

Não pode haver dúvida quanto ao texto da *Narrativa* de Cochrane a respeito da proeza que ele praticou para reconhecer a posição da esquadra portuguesa dentro do porto da Bahia. Parece claro o seu propósito de induzir-nos a acreditar que realizara essa façanha apenas com a nau, onde tinha o seu pavilhão: "Enquanto os outros navios estavam assim, determinei aumentar o pânico do inimigo com a capitânia sozinha." Ele não exclui navio algum das ocupações que ordenara, diversas da missão de entrar no porto; até menciona entre eles a *Maria da Glória*, a quem incumbira de fazer aguada e tomar mantimentos para três meses. É verdade que na descrição das manobras emprega a primeira pessoa do plural: "*entramos* pelo rio acima, *falhou-nos* o vento, *fomos* fazendo o nosso caminho, *conseguimos* sair de novo;" mas todas estas expressões podem harmonizar-se com a ação exclusivamente pessoal, sobretudo quando esta é confirmada, além da referência à capitânia *sozinha*, por mais duas informações decisivas: "a presença de um vaso estranho" e "podemos moderar a nossa velocidade, deixando ir a nau recuando, etc." (*Narrativa* págs. 45 e 46). A última confirma o emprego do pronome, acima explicado. Entretanto, a comissão nomeada em 1854 pelo Ministério da Marinha para investigar as alegações feitas em memoriais de Cochrane ao Governo Imperial, considera a narrativa inexata nesta parte, porquanto *é sabido* que "o almirante ou o navio capitânia foi acompanhado da fragata *Paraguaçu*, comandada pelo capitão de fragata James Thompson e da corveta *Maria da Glória*, sob o comando do capitão-tenente Teodoro de Beaurepaire" (Of. de 10 de out. de 1855). Garcez Palha no seu opúsculo *A Marinha de guerra na luta da Independência*; Rio Branco nas *Efemérides* e o almirante Boitteux na *Memória do Primeiro Congresso de História*, referem-se também ao concurso da *Maria da Glória,* da *Paraguaçu* (anteriormente *Carolina*). Igualmente faz Varnhagen, na *História da Independência*, aliás mencionando a *Piranga* em vez da *Paraguaçu*. Nenhum, porém, indica as razões que teve para contestar a afirmação de Cochrane, como parece indispensável para contrapor elemento digno de fé à palavra do almirante. Todos quatro, como também os autores do relatório, só se podem, porém, basear uns nos outros e originariamente na descrição do capitão-tenente Antônio Pedro de Carvalho, que entretanto não citam, a qual é de peso pelo fato de pertencer esse autor à oficialidade da *Maria da Glória*, para onde então já estava transferido. Ela foi reproduzida no vol. III das *Memórias* de Acióli, à pág. 149. Conta esse oficial que o

almirante saiu do Morro, trazendo também a *Carolina* (ou *Paraguaçu*), a encontrar-se a leste de Itapuã com aquela corveta, a quem fez sinal de *reunir* e preparar para combate e navegando consecutivamente ao longo da costa, passou à vista da barra quase ao pôr do sol, fingindo seguir para o Morro; mas apenas escureceu, atravessou *com os navios reunidos* e lhes fez saber pela buzina que pretendia naquela noite entrar no porto da Bahia, por entre duas linhas em que se conservavam fundeados os navios inimigos, para cujo fim ordenou que tudo estivesse regularmente disposto, carregando-se com dois tiros a artilharia dos navios, que seria descarregada sobre as linhas inimigas de ambos os lados, saindo logo para fora da barra, o que seria fácil, por isso que a surpresa, auxiliada com o escuro da noite e fumaça, aumentaria a confusão entre a esquadra portuguesa, de cujo ensejo se aproveitaria para abordar e aprisionar a fragata *Constituição*, que era o melhor vaso". Continua a descrição: "...entrou o almirante com os dois navios, mas vazava então a maré e o vento estava bonançoso, de sorte que a fragata *Carolina* nada quase seguia, tomando por isso o seu lugar a corveta *Maria da Glória*, que caminhava à popa da nau." "Desconfiando de estar descoberto *e achando-se apenas com ele a corveta*, virou em roda, aproveitando-se do refluxo, quando já próximo estava da fragata que procurava. Todavia avançou a corveta até o Unhão, onde se achava colocada uma linha de barcas. O almirante seguiu para o morro, deixando somente a corveta no cruzeiro."

. . . .

Capítulo XXIII

OS ÚLTIMOS REDUTOS

O MARANHÃO era profundamente ligado à metrópole. Na capital, sobretudo, tornava-se decisiva a influência dos reinóis, em cujas mãos estava reunida quase toda a riqueza. No clero eram raros os sacerdotes brasileiros e a todos dominava a dura autoridade do bispo d. Joaquim de Nazaré.

A junta de governo, devotada às Cortes de Lisboa, organizava com ardor a mais viva oposição à ideia da Independência, que já abalava os espíritos. O Ceará tinha aderido ao Império; mas o Piauí conservava-se refratário, sob a pressão do major Fidié, comandante das tropas, obstáculo ao desenvolvimento de pronunciados desejos da província. O procedimento do Piauí era de grande importância, pois não só se tornava barreira ao contágio das ideias novas, mas também representava grande papel nas relações econômicas com a sua vizinha de oeste, que lá fazia provisões de gado.

A Vila da Parnaíba, porém, deu o grito de revolta e esposou a causa da Independência. Logo correu Fidié a atacá-la por terra, e a Junta maranhense mandou um brigue ajudá-lo. Sem elementos para resistir, os chefes do movimento procuraram abrigo em território cearense. Con-

quanto abandonada a si mesma, a Câmara chamou os expedicionários a restaurar o poder de Portugal. Oeiras, a capital, prevaleceu-se da ausência de Fidié e imitou a iniciativa da vila precursora, cujo juiz de fora e muitos cidadãos pediram e obtiveram auxílio do Ceará. A respectiva junta de governo encarregou então o governador das armas, José Pereira Filgueiras, e o vogal da mesma Junta, Tristão Gonçalves de Alencar, de organizar a expedição para partir em socorro do Piauí. A 16 de abril de 1823 o Imperador confiava a mesma missão a Filgueiras, que só mais tarde teve conhecimento desse ato, quando já se achava em Oeiras.

Contramarchando para a capital, Fidié encontra o território invadido pelos independentes e já não a pode atingir. Perto de Campo Maior, no lugar chamado Jenipapo, tem de dar-lhes combate. Toda a província levanta-se ao calor das próprias energias, aumentado do entusiasmo dos vizinhos.

A junta maranhense, infensa ao movimento, redobra de atividade, chama às armas as milícias do interior, forma um corpo de voluntários, envia as forças regulares disponíveis para guarnecer os pontos principais da fronteira e vê-se forçada a deixar a capital quase sem soldados. Recorre então às Cortes, pedindo mil homens, e ao governador das armas do Pará, requisitando duzentos soldados de infantaria.

Dos combates em que se empenha, Fidié não tira resultados, não consegue dominar o Piauí e marcha para Caxias, chave das operações no Maranhão, de onde tinham sido retirados trezentos homens, vindos da capital algum tempo antes. Os independentes iam conquistando vantagens sobre vantagens. Deixando o Piauí incorporado ao Império, a expedição cearense avançava para oeste. Por todo o Maranhão acordava o espírito nacional. As vilas do Brejo e São Bernardo eram conquistadas e a sua posse representava ganho importante para a causa nova. Durante quase dois meses Alencar e Filgueiras tinham-se consagrado de corpo e alma aos trabalhos de organização das tropas, realizado principalmente na vila do Crato, onde estabeleceram quartel-general e de onde partiram a 27 de maio.

As forças reunidas no Ceará, engrossadas no Piauí e com reforços de Pernambuco, chegaram às proximidades de Caxias e sitiaram-na. A expedição ganhara corpo, e constituíra uma junta de governo de nome pomposo, Junta da Delegação Expedicionária. Era Filgueiras seu presiden-

te e comandante geral; os demais membros eram Tristão de Alencar, Manuel e Joaquim de Sousa Martins, presidente da junta e comandante das armas do Piauí, e Luís Pedro de Melo César, representante das tropas de Pernambuco. Eles justificaram a formação dessa junta como necessidade de haver um centro de poder para conservar a ordem e evitar a anarquia "sempre mais perigosa do que o pior governo".

Quando Filgueiras chegara ao Crato em maio, tinha apenas dois mil homens; em julho, atrás de todos esses chefes, havia cerca de 8.000, armados de todo modo, de arma de fogo e chuços, mais de chuços que de armas de fogo. A Fidié só restavam 700. A marcha dessa coluna por sertões agrestes e péssimos caminhos é um dos feitos mais gloriosos da guerra da Independência.

O entusiasmo patriótico atraía homens bons, mas também reunia homens ruins, ou antes isentos de qualquer cultura moral. Obtinham-se donativos de dinheiro, gado, fazendas de diferentes espécies; mas também havia que reprimir os instintos maus de gente de várias procedências para quem as palavras "independência e liberdade" queriam dizer o afrouxamento de todas as peias do governo absoluto e a licença para satisfação de todos os desejos, sem limitação de nenhuma ordem.

Há para admirar abundantes exemplos da moralidade dos dirigentes e da sua severidade na repressão dos delitos. Durante a organização das forças um sargento-mor pediu que os soldados de cavalaria do seu regimento fossem dispensados de marchar, por serem homens de ocupações. Tristão recusou atender "por qualquer pretexto" e respondeu que se não fossem ocupados seriam vagabundos. Desde que a pátria lhes exigia os serviços, "deviam esquecer os cômodos particulares, interesses pessoais e até receio de perder a vida, tratando-se de defender a honra e a liberdade, os mais apreciáveis bens".

Enquanto as forças marchavam, certos soldados faziam depredações pelos caminhos, acreditando talvez que por toda parte só havia inimigos a quem deveriam prejudicar; destruíam roçados, derrubavam casas, roubavam cavalos, até do próprio exército. Filgueiras e Tristão responsabilizavam por tal vergonha o comandante de um dos corpos, onde tais crimes haviam ocorrido. Outro comandante deu-lhes parte de fatos idênticos parecendo ao mesmo tempo duvidar que os soldados entregassem

importante roubo, por eles praticado, pois se atreviam a declarar não mais cumprirem ordem alguma em caso de serem obrigados a restituir as coisas detidas em seu poder.

Aos dois valorosos chefes causava espanto tal fraqueza. Se lhes afigurava que o comandante estava sem liberdade de obrar e os soldados se consideram senhores de proceder arbitrariamente. "Se assim é", interpelavam eles o seu subordinado, "fale-nos V. Sª com a singeleza do seu costume, desenvolva os seus sentimentos, para em tal caso, em lugar de irmos contra os inimigos do Piauí, rechaçarmos primeiro os insubordinados e perturbadores que houverem entre nos, visto que nos convencemos que tais procedimentos são mais filhos da intriga à causa pátria e do ódio a pessoas particulares do que do zelo do bem geral." O roubado era reinol e proceder contra os filho de além-mar talvez parecesse àquelas gentes ato de benemerência. Então com o intuito de esclarecê-la Filgueiras e Tristão proclamavam princípios de grande elevação moral: se o roubado era criminoso por fazer partidos facciosos sobre a sua pessoa somente deveria cair a pena imposta pela lei e não sobre os seus bens e sua família; se não era, tanto mais feios se tornavam aqueles procedimentos. A antipatia, verificada ou suposta, à causa do Brasil não dava direito a depredações, "debaixo de nenhum pretexto e elas só podiam envergonhar o caráter dos brasileiros".[1]

Sob o comando de tais chefes, as forças prepararam-se para os sacrifícios impostos pela sua missão e suportaram resignadamente todas as privações acarretadas pelas circunstâncias inclusive a falta de soldo por longos meses. Enquanto o cerco se apertava e já se espalhava na província a notícia da queda de Madeira, iam caindo outras vilas e produzindo defecções em favor dos independentes.[2]

Itapicuru-mirim, cuja importância era considerável, estava no número das vitórias; lá se constituía governo civil e militar para dirigir a província, revoltada contra a junta da capital. A esta oferecia o novo gover-

---

1 *Rev. do Inst. Hist*. vol. XLVIII, págs. 419, 468 e 393. Docs. relativos à expedição.

2 Concitando Fidié a cessar a resistência em Caxias escrevia-lhe Filgueiras do quartel do Bonfim a 23 de julho: "... afirmo-lhe que V. Sª não há de ser mais feliz do que o experimentado Luís de Rego e o maquiavélico Madeira de Melo, que acaba de voar e aos quais V. Sª tanto deseja imitar."

no o ensejo de esposar a causa da independência. A vila não queria disputar a primazia de S. Luís; em prova disso, reservara-lhe três lugares na junta de sete membros, que acabava de constituir.

No dia 1º de agosto Caxias caiu em mãos dos sitiantes pela submissão das tropas que a ocupavam. Com a capital só restavam Guimarães e Alcântara, ambas nas suas vizinhanças e sob o temor das suas forças. Até lá chegava a audácia libertadora. Três oficiais brasileiros e alguma tropa saíram dos quartéis, dando vivas à Independência, na esperança de atrair adesões; mas foram vencidos pelo comandante das armas.

A situação porém era tal que após ouvir os notáveis da cidade a Junta chegou a oficiar à Câmara pedindo a convocação da Câmara Geral para deliberar se devia ou não ser proclamada a Independência e eleito novo governo. Reunida à Câmara Geral, votou unanimemente pela proclamação. Mas nesse momento apontaram a entrada da barra alguns navios da frota de Madeira, escapos aos assaltos de Cochrane, onde vinham um batalhão de caçadores e parte de um batalhão de infantaria. A junta amedrontou-se e nada quis decidir sem ouvir o comandante das Armas, que animado por tão auspiciosa surpresa, fingira moléstia e não comparecera à reunião. Ele respondeu que a tropa era contrária ao voto da assembleia.

Embora suspendendo a resolução tomada, a junta não dissimulou quanto hesitava e sem demora enviou emissários ao interior com o fim de proporem armistício aos independentes, até ver-se o resultado da nova ordem das coisas criada pela queda das Cortes e restauração do poder absoluto d'el-rei, de quem se esperava o restabelecimento da paz com o Governo do filho. Os emissários, porém, não encontraram terreno propício ao bom êxito do seu encargo. Eles deixavam a capital já sob pressão da hostilidade de quase toda a província. A carne começava a escassear e o próprio governador das armas confessava oficialmente os progressos do partido da Independência, que o obrigavam a conservar a tropa de prontidão, noites seguidas.

Mas havia um homem, o bispo d. Joaquim, que se conservava inflexível e resistia a todo transe. Não o comovia o apelo do Imperador, feito em carta de termos os mais afetuosos. Dir-se-ia que a fé religiosa lhe inspirava a intransigência patriótica e fazia-o esperar do Céu a graça de demolir o Império ainda mal formado, ou ao menos de conservar o Mara-

nhão estranho ao seu domínio. Tal conduta valeu-lhe ao voltar a Lisboa, a nomeação de bispo de Coimbra, par do Reino, conde de Arganel, senhor de Caja e alcaide-mor de Avo.[3]

Era esta a situação, quando a 26 de julho chegou o lorde Cochrane. Com a junta da capital já então só havia Alcântara, que ficava fronteira. Ela supunha que Caxias se conservaria fiel; mas Caxias cairia cinco dias depois, ainda na ignorância do feito do almirante, cuja notícia lá só chegou a 10 de agosto.

Embora sem incumbência de estender a sua ação além da Bahia, Cochrane aproveitou-se da altura a que chegara para aproar com destino ao Maranhão. Tinha notícias de esperarem-se ali reforços de Portugal, pedidos pela junta, e empreendeu libertar a província da opressão maior que iria sofrer.

Surgiu a *D. Pedro I* à barra com bandeira portuguesa. Tomaram-na de terra por navio onde viessem as tropas esperadas e mandaram uma embarcação recebê-la. Pelo próprio comandante desta mandou o almirante duas cartas, intimando as autoridades a capitularem sem condições. Apresentava-se como tendo-se antecipado à esquadra e tropa que comandava, após libertar a Bahia da opressão de Madeira. No dia 1º de agosto, antes de ser desmacarado o estratagema, estava consumada a dominação da capital e eram embarcadas as tropas portuguesas com destino a Lisboa.

Cochrane constituiu uma junta de governo, a quem transmitiu a respectiva autoridade. Por serem as facções profundamente opostas e apaixonadas, tornou-se essa obra infinitamente mais difícil do que a aqui-

---

3 Esta carta do Imperador existia na Câmara eclesiástica do Maranhão, onde foi tirada a cópia autêntica, arquivada no castelo d'Eu: "Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1823 – Meu amigo Bispo – Como o conheço desde que nasci e lhe conheço as virtudes, razão por que pego da pena para lhe dizer que trabalhe por unir o Maranhão ao Império, a que ele pertence como Província, dizendo-lhe que nisto faz um grande serviço ao Brasil e a mim, que não desagradará a Meu Pai, que está cativo de vis carbonários, que são todos contra a religião, que professamos e que estão excomungados pelo Chefe da Igreja, assim como todos os que seguem ou aderem a seu modo de governo. Espero que o bispo concorra quanto puder para o que lhe digo, vistas as suas virtudes religiosas. Receba mil abraços e os puros sentimentos de amor deste que o ama."

sição da cidade. Não tinham passado duas semanas, estava o almirante mal satisfeito com a junta. Havia contraste chocante entre a largueza de espírito de um inglês culto, que procurava naquelas circunstâncias assegurar o resultado da sua missão, estabelecer a independência da província, ligá-la ao Império, multiplicar as adesões dos reinóis, aplacar os resentimentos dos brasileiros, e, de outro lado, o zelo destes pela obra ainda mal segura, a desconfiança na lealdade dos adotivos – adversários da véspera –, a dor das feridas ainda abertas, das perseguições de todo gênero, das prisões que apenas tinham cessado. Militar e protestante, entendia Cochrane que o juramento de adesão valia a sinceridade e selava o compromisso; os outros saíam das opressões do despotismo e sabiam quão cheios estão os juramentos políticos de reservas mentais para justificar os sacrifícios à pátria.

O almirante procurou pretexto para promover a substituição do governo e, alegando a sua origem pessoal, determinou que outro fosse constituído pelos eleitores da capital, visto não ser possível reunir com a brevidade desejável os eleitores de toda a província. No primeiro momento a nova junta, que dentro de pouco tempo, como a primeira, o viria a desgostar, escrevia, a seu respeito ao Imperador nestes termos lisonjeiros: "A sabedoria, prudência e gentis maneiras de lorde Cochrane hão contribuído ainda mais para o feliz êxito das nossas dificuldades políticas do que mesmo o temor da sua força."

Os homens, porém, valiam pouco ante o poder das ideias dominantes, que os arrastavam e dominavam. Os apontados como capazes de transigir, e apaziguar apenas envolvidos na ação sofriam a influência do ambiente coletivo, trepidante, vingador, e mudavam de conduta e ardiam na paixão das facções.

A nova junta demitiu em massa os empregados civis e militares. Além de estranhar-lhe esse ato, Cochrane acusou-a de tê-los substituído por parentes, aderentes e amigos, sem atender às aptidões necessárias para o desempenho dos cargos e acusou-a também de mandar vir do interior da província gente armada, que ele dizia ter a missão de hostilizar os reinóis adotivos, residentes na cidade, os quais, havendo jurado adesão à causa do Brasil, deviam ser protegidos contra a violência dos exaltados.

Insinuou ainda outra acusação, cuja gravidade não se deveria ter baseado em mera suspeita ou aparência, quando aliás talvez fosse prová-la.

"Parecia, além disso, que a junta e seus amigos deviam grandes somas de dinheiro a alguns dos mais influentes e ricos portugueses e tencionavam livrar-se das dívidas, expulsando os portugueses."[4] Em momentos semelhantes há homens de pouco escrúpulo, que se servem do poder para vingar ofensas e até desembaraçar-se de credores, mas também nesses momentos atribuem-se a móveis subalternos muitas ações, que por serem injustas, parecem só por eles inspiradas, quando entretanto basta o delírio das revoluções para explicá-las. "Os empregos de maior importância eram ocupados por portugueses, o que lhes dava grande preponderância" nos negócios públicos; àqueles, cuja adesão à causa da Independência tinha sido franca, foram conservados nos seus lugares; mas em relação a outros a Junta não respeitou títulos antigos, os chamados direitos adquiridos.[5]

Na realidade só a metrópole tinha deveres para com os funcionários da colônia, os quais, a quererem estorvar a Independência, só daquela poderiam esperar respeito aos serviços prestados. É muito expressiva a carta escrita por Odorico Mendes a este respeito: "Estes homens ignoram que em toda parte existem cidadãos passivos, que por terem dado causa à desconfiança geral, não merecem do governo mais que proteção para que não haja quem os mate, quem os roube, nem quem os insulte; mas que releva que semelhante gente, não entrem nos empregos civis, pois ninguém de bom grado os pode ver em um lugar, onde é fácil atraiçoar a nação." Era preciso "tirar a certos solapados ambiciosos, partidistas do absolutismo, os meios de levarem avante os seus projetos nefandos.[6] Aliás não eram só os homens da província que pensavam assim; esse era o sentimento geral daquela época. O secretário da Junta Expedicionária que, em nome dela foi à capital conferenciar com o Governo Provisório, aconselhava como indispensável "a deposição dos europeus empregados em todas as repartições civis, militares e eclesiásticas, para tranquilizar os ânimos dos brasileiros, que só confiavam em seus patrícios".

As revoluções colocam em plano inferior, os interesse da administração do Estado, digamos o funcionamento regular da máquina que o

4 Conde de Dundonald. *Op. cit.,* pág. 90.
5 Vieira da Silva. *Op. cit.,* pág. 189.
6 Cit. por V. da Silva. *Op. cit.,* pág. 314.

move. Antes de tudo, elas veem os princípios empíricos que as geraram, os ideais que acreditam virem realizar, a destruição radical das instituições políticas que subverteram. Os homens valem, conforme são ou não são adesos e esses proposivos, e tornam-se aptos para tudo, se são elementos garantidores da era nova. Os benefícios esperados pelos povos são tão grandes, que não se devem medir os prejuízos de classes interessadas na ordem das coisas construídas e por isso mesmo suspeitas.

Sob o império dessa mentalidade, os homens veem perigos por toda parte e para evitá-los não hesitam diante de direito algum, nem do de vida. O direito vai ser criado, porque dele só havia postergação e só havia injustiça. Tinha sido tamanha a resistência da capital, tão infensa ela se mostrara, sob a influência dominadora dos portugueses à marcha vitoriosa da causa do Império em toda a província, que só na gente do interior o novo Governo confiava e por isso buscava-lhe o concurso e a mandava armar.

Apesar, porém, de ter visto no Pacífico a obra de uma revolução sul-americana, Cochrane parecia estranhar o ardor das lutas intestinas do Maranhão e queria achar remédio para moderá-las. Ordenou à junta que convocasse o eleitorado de toda a província para escolher o seu governo. Já então os chefes de grupo começavam a hostilizar-se e a disputar a direção política. Cada um supunha representar o interesse e a pureza da causa nacional.

O governador das armas desconfiava do presidente da Câmara, por sua vez capitão-mor, e atribuía-lhe o intento de usurpar-lhe as funções. Para evitar o golpe esperado, prendeu-o e mandou-o recolher a bordo de um navio. O comandante deste recusou-se a receber o preso sem ordem escrita; o preso prevaleceu-se da situação para iludir a guarda, voltar à cidade, revoltar a guarnição, depor o adversário e ocupar-lhe o lugar. O general incorrera na suspeita de pouca lealdade à causa nacional, pois no conflito então produzido apresentara-se acompanhado de portugueses armados. Não lhe perdoaram ter recorrido a semelhante concurso, julgado altamente estranho em tal momento. A Câmara confirmou pela eleição o cargo que o seu presidente arrebatara ao adversário e declarou reconhecê-lo único capaz de conter a tropa indisciplinada.

Pela primeira vez as paixões mal contidas achavam ensejo de expandir-se na rua. Vinha à tona o ódio dos recém-oprimidos contra os

dominadores da véspera. Era apenas o ensaio de uma série de motins sanguinários, que se reproduziriam ainda por muito tempo. Os portugueses tiveram de pagar conforme as suas posses, uma contribuição para recompensa dos seus agressores, pois a cada praça, envolvida na peleja, se prometera a pagar de 6$400. Dois deles receberam maior castigo, foram deportados. Cochrane, que logo após esses acontecimentos deixava o porto em demanda do Rio, reconhecia serem todas essas violências represálias contra outras idênticas, sofridas por brasileiros, muitos dos quais ainda estavam nas prisões do Reino.

A retirada do almirante para o Rio era dissimulada com a declaração de ir ao Pará informar-se pessoalmente dos resultados que lá obtivera o seu enviado, o comandante Grenfell. Cochrane tinha confiado a este oficial a dificílima tarefa de conseguir com um só navio, insignificante brigue tomado dias antes, "os resultados de uma expedição"; dava-lhe desse modo o ensejo de renovar diante de Belém a proeza da *Pedro I* em frente a S. Luís. Ao chegar à barra, declarando-se chefe de uma esquadra imaginária, que ficara barra afora, Grenfell deveria intimar a rendição às autoridades; esta consumada, constituiria governo e apoderar-se-ia da fragata ali acabada de construir.

Com cem homens de guarnição, o comandante executou esse golpe de audácia. Recebido o seu ofício, mandado de bordo, reuniu-se no palácio grande conselho de autoridades e pessoas gradas, onde por considerável maioria foi decidido ceder. Dessa resolução apenas discordaram o governador militar, general José Maria Moura, e mais sete votos. Moura revelou-se então muito arguto e fez observações judiciosíssimas acerca da intimação de Grenfell; mas o desejo de adesão à Independência era profundo e ninguém lhe quis ouvir a vigorosa argumentação. Dizia-se também pronto a ceder à força; mas quando lhe conhecesse a importância e a impossibilidade de resistir-lhe. Era 11 de agosto, Grenfell chegara na véspera e no dia 5 decidira-se numa grande reunião, semelhante àquela, esperar as ordens do Rei, restituído à plenitude de seus poderes, após a queda das Cortes. Livre delas, poderia o soberano iniciar outra política em relação ao Brasil. Um simples emissário, a parlamentar em nome de uma esquadra que ninguém via, não era a própria esquadra. Existiria ela ou não; convinha, pois, averiguar. Dever-se-ia mandar uma embarcação fora

da barra, onde ela dizia estar, com um ofício, no qual se lhe comunicasse a deliberação tomada no dia 5 e se pusesse o almirante o fato do que passara em Portugal no mês de junho e talvez ele ainda ignorasse. Assim ficariam ambas as partes em condições de julgar se haveria ou não meios de virem a conciliar-se os interesses d'el-rei e do herdeiro do trono e ao mesmo tempo tirar-se a limpo a dúvida suscitada de existir ou não a esquadra. Só então se poderia deliberar com acerto.

Vencido, por trinta e oito votos contra nove, resignou o general o seu cargo; mas a sua linguagem tornou-o suspeito de poder insurgir-se contra a nova ordem de coisas, sobretudo por ter sido do seu alvitre o coronel Vilaça, comandante do 1º regimento de linha. Grenfell pediu a prisão de ambos, que foram recolhidos ao brigue *Maranhão* e mandados depois para Gibraltar a bordo de outro navio.

Dando a José Bonifácio a razão de ter acedido ao desejo do delegado de Cochrane, dizia Junta que Moura e Vilaça forjavam uma sublevação para a noite de 13, conforme tinha sido descoberto. Aliás o general não estava em condições de resistir, pois as forças sob o seu comando apenas se compunham de 600 homens, dos quais mais de metade brasileiros, havendo até entre a oficialidade alguma simpatia pela Independência. Certamente por tal razão Moura não declarou desde logo desobedecer à resolução tomada. O voto do conselho traduzia o desejo de libertação da província, em cujo favor já tinha havido uma tentativa de revolta, promovida por brasileiros que foram perseguidos e presos. Entre eles figurava Bernardo de Sousa Franco, então estudante, com dezessete anos de idade, futuro senador, ministro e conselheiro de estado.

Decorrera pouco tempo e já estavam em luta os membros da Junta de governo, que fora eleita; a maioria, constituída por Geraldo Abreu, Henriques de Matos e Ribeiro Guimarães, pugnava pela conservação dos oficiais e empregados públicos nos seus postos de lugares, de modo a não se alterarem profundamente os serviços públicos; a minoria, composta de Clemente Malcher e do cônego Batista e Campos, propunha a demissão de todos quantos tinham sido hostis à Independência. A questão, que agitaria o Maranhão por muito tempo, abriu-se desde logo no Pará. A minoria tinha a seu favor a popularidade desse padre, apóstolo da emancipação do Brasil, seu ardoroso defensor na imprensa, maltratado, perseguido, seis

meses antes foragido, homiziado no interior da província, para escapar à vindita das autoridades portuguesas.

Já era mês de outubro e a causa dos radicais ainda não triunfara, devido à oposição da maioria da junta. Fora debalde o pedido feito a Grenfell para intervir nessa contenda. Na noite de 15 a tropa sublevou-se e apresentou-se à porta da residência do cônego, a fim de convidá-lo a pôr-se à sua frente, marchar para o palácio e aí exigir as demissões em massa.

Não logrando dissuadi-la desse propósito, o padre obedeceu e seguiu para a casa do Trem, onde se reuniu aos colegas, que outros grupos de soldados e civis tinham levado ali. Só faltava o presidente Abreu, cuja demissão era também pedida aos gritos. A multidão era avaliada em cerca e 3.000 pessoas. Já então as suas exigências eram maiores; queria o cônego para presidente da Junta e a deportação para Lisboa de todos os portugueses que se tinham manifestado contra a Independência. Só havia um meio de acalmá-la; era prometer. Na esperança de ser satisfeita, dissolveu-se; voltou então a tropa aos quartéis. Enquanto se dispersava, porém, magote de soldados e civis percorriam as ruas, praticando contra os portugueses toda espécie de atentados; arrombavam as portas das lojas, saqueavam-nas, espancavam e até matavam os donos e caixeiros; tiros e gritos espalhavam o terror pela cidade inteira.

Na manhã seguinte, cumpria a Junta a promessa feita; decretava as demissões e deportações pedidas e requisitava de Grenfell um dos navios apreendidos, para receber os condenados e levá-los além-mar. Embriagada pelo triunfo e pelo álcool derramado nos armazéns e tavernas, a turba tornou-se incontentável, a desordem redobrou. Soldados e plebe renovaram o saque. O cônego dera ordens para prevenir tais excessos, mas de nada valiam. Fora a sua iniciativa que desatara as paixões nativistas e as levava a tais excessos.

Eram muito explicáveis àquela hora a aspiração exclusiva dos brasileiros, seu desejo de represália e de vingança contra os ultrajes sofridos. Cumpria ao governo contê-la e não estimulá-la. Deixar que as multidões se desforrassem das mágoas reprimidas, seria abrir o campo à guerra civil, lançar o gérmen de separações odiosas em inúmeras famílias, formadas de gente de um e outro lado. Medidas baseadas sobre o conceito da nacionalidade de origem iriam provocar ressentimentos de todos quantos a ela se filiassem. Devia-se compreender que os portugueses tivessem sido fiéis à metrópole e quisessem ver o Brasil unido a Portugal; mas feita a separação

e estando quase todos eles radicados no país, era de esperar a resolução de permanecerem e convinha promovê-la para levá-los a participarem da vida nacional, exposta a novas dificuldades econômicas e financeiras, se de chofre lhe faltasse o concurso de tantos capitais e atividades humanas, como já acontecera no Rio à partida de d. João VI. Tais raciocínios deveriam ocorrer a quem chegasse ao poder em tão grave momento, se não se quisesse deixar conduzir pela insensatez das multidões, no meio da qual perderia a autoridade e lhes seria instrumento ou vítima.

Os perseguidos apelaram para Grenfell. Um dia inteiro a cidade estava sem governo, entregue ao desvario da desordem, onde se tinham perdido todas as noções de respeito à vida, à família, à propriedade dos perseguidos. Já era noite alta, quando o comandante desembarcou com a guarnição do seu navio e maruja recrutada nas embarcações mercantes, surtas no porto. Em sua companhia vinha Henrique de Matos, membro do governo. Colhendo nas ruas e casas suspeitas os agentes dos motins, seguiu para os quartéis, desarmou a tropa de linha e polícia e pô-la sob a guarda de milicianos e civis que o haviam ajudado e a quem confiou a manutenção da ordem. Na manhã de 17 mandou colocar o parque de artilharia no largo do Palácio e para lá fez marchar todas as praças desarmadas e toda a gente que com elas tinha colaborado no roubo e morticínio. De cada corpo tirou um cabeça; eram dois sargentos e dois soldados rasos; juntou-lhes um civil, o guarda-portão do arsenal; a todos fuzilou sumariamente diante da multidão estupefata.

O cônego Batista era acusado de ter instigado o movimento; mas havia quem o defendesse e o considerasse como vencido por aqueles que esperava dominar. Ele não medira o efeito das suas propostas e talvez não soubesse até onde chegariam as paixões, a que acenara com medidas nem de si só dependentes. Grenfell mandou buscá-lo à casa onde estava preso, e deu ordem de amarrarem-no à boca de uma peça com morrão aceso e de levarem-lhe um confessor.

Houve um movimento de horror, mais profundo que o de ver fuzilar cinco homens. O caráter sacerdotal do condenado aumentava aos olhos da turba a monstruosidade do atentado. Dois meses depois de vingar a Independência, naquela terra onde a tinha pregado e por isso tanto havia sofrido, ia-lhe ser dada a morte a que tantas vezes escapara, fugindo a perseguições de toda sorte. Os membros da junta e muita gente mais intercederam, suplicaram e por fim o comandante mandou desatá-lo e conduzi-lo

a bordo do *Maranhão*, donde o fez transportar para o Rio. Aí foi o cônego recolhido à fortaleza de Santa Cruz.

A facilidade com que Grenfell atendeu a esses pedidos faz crer não ter sido real a intenção de consumar o ato. Cochrane escreveu que se tornara "necessário um exemplo". Cinco fuzilamentos deviam bastar a um chefe militar, que só empregasse a morte para punir e edificar. Os homens dessa classe, ainda mais naqueles tempos, consideram legítimo matar em represália. Educados para a guerra com o inimigo estrangeiro, na qual se cultiva o desprezo da vida e se menosprezam as formalidades lentas da defesa na ordem civil, eles veem principalmente, em situações como aquela em que Grenfell se achou, o odioso de haver homens entregues a atentar de modo atroz contra os seus semelhantes, sem pagarem, com a mesma dureza por eles empregada, os males e os crimes praticados. Se tiver passado o momento de correrem o sangue e as lágrimas que fizeram derramar e já se não ouvirem os lamentos e gritos de dor de quantos choram a sorte das vítimas, então a piedade já não será para elas, mas para os seus algozes. Os mortos foram-se e quem os perdeu acostumou-se à desdita; agora só gemem e choram aqueles a quem a lei privou da liberdade, aqueles a quem os encarcerados fazem falta. Por isso, ainda quentes da peleja, ainda a empunhar as armas, receosos desse dia de amanhã, muitas vezes os soldados punem desde logo com o mesmo ferro com que viram ferir.

Ademais, não se tratava de crime político, que tem sempre a seu favor a escusa de um ideal; mas de crimes comuns, praticados após a satisfação de reclamações de ordem política e além de tudo por soldados, a quem cumpria a defesa dos direitos alheios.

A cena de um corpo amarrado a um canhão parecia antes simulacro de barbaria, ameaça trágica, destinada a espalhar o terror, sobretudo sendo esse corpo de um sacerdote, que pregara a independência e era então a mais alta autoridade do governo. Grenfell quereria advertir pela desordem a obra que só se podia consolidar na ordem.[7]

7 Provavelmente sem saber, Grenfell imitava o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, que em 1551, para punir canibais, culpados da morte de dois colonos, mandou matar a dois deles, à boca de um canhão, como primeiro ensaio do sistema de terror, considerado pelos próprios jesuítas, a começar por Nóbrega, "o mais conveniente para sujeição dos adultos". – Visc. de Porto Seguro (Varnhagen). *Hist. Geral do Brasil,* I, pág. 243.

Esse ato e toda a sua obra transformadora da situação do Pará iam-lhe custando a vida. Na noite de 21, quando se recolhia a bordo, recebeu pelas costas uma punhalada mal desferida e que não bastou para abatê--lo, vibrada por um marinheiro português de marinha mercante, chegado ao porto já depois de proclamada a Independência.

Após a cena do largo do Palácio, voltou a calma à cidade. Abreu reassumiu a presidência da Junta, os três regimentos de infantaria foram dissolvidos, deles o pessoal restante e aproveitável foi fundido num regimento novo e formaram-se dois corpos de voluntários. Os civis e soldados presos foram recolhidos à cadeia e aí ficaram até o dia 20; mas eram em número excessivo para os lugares disponíveis. "As prisões estão cheias, com os celerados dos dias 15 e 16", oficiava a junta no dia 18 ao comandante inglês, "e, além de não caberem mais, exigem um grande número de milicianos para os guardar"; propunha então que fossem todos recolhidos a um brigue ancorado entre os navios de guerra; de tal modo, pequena guarda poderia contê-los. Grenfell atendeu ao pedido e pôs à disposição da junta o navio indicado, em cujo porão mandou ele recolher duzentas e cinquenta e quatro pessoas. A guarda era pequena e comandada por um tenente. A grande massa de presos sufocava no estreito recinto, apenas de seis metros de comprimento, quatro de largura e dois e quarenta de altura. Horrorizados da sorte que os esperava, tentaram invadir a coberta. O comandante temeu ver a guarda esmagada e mandou disparar as armas para amedrontá-los e forçá-los a voltar ao porão. Ainda receoso, fez correr as escotilhas e deixou os desgraçados em situação de próxima asfixia. Enquanto puderem respirar, gritaram como desesperados. Seriam brados de revolta, seria a recrudescêndia do movimento reprimido, ou seria a ânsia de ar livre, nos arquejos dos aflitos. Quem sabe se essa dúvida atroz apavorava a diminuta escolta, ou se a crueldade do vencedor deixava morrer assim o inimigo entregue à sua guarda. Chegou-se a dizer que tudo fora preparado para esse fim sinistro e a água das barricas, postas no porão, estava envenenada. Quem sabe se os soldados não tremiam entre a alternativa de salvarem tantas vidas e a de deixarem-se matar. Apesar de armados, poderiam talvez ser vencidos pelo número e o medo de morrer abateu-lhes qualquer impulso de generosidade. Os sons meio abafados na coberta iam chegando ao tombadilho, cada vez mais minguados. Seria o estertor da agonia coletiva, o fim do suplício hediondo, ou seria a resignação dos vencidos, conformados com a dureza da prisão. Assim passara a noite, sem que o te-

nente pensasse em mandar a bordo dos navios vizinhos pedir reforço para verificar a verdade. Eis a base da dúvida acerca da sua inocência nesse doloroso episódio da história da Independência.

Na manhã seguinte mandou ele abrir uma escotilha com todas as cautelas. Parecia que receava ainda a erupção da revolta, a súbita aparição de toda aquela gente em atitude agressiva, querendo libertar-se e matá-lo. Som algum subia do tétrico recinto. Podia-se descer. Mas encontrou-se um montão de cadáveres, dilacerados numa cena digna do inferno do Dante. De todos aqueles desgraçados duzentos e cinquenta tinham falecido; só quatro respiravam, dos quais morreram três, horas depois; apenas um, quiçá por muito jovem, conseguiu escapar; mas veio a finar-se aos vinte anos de idade, talvez minado por doença contraída ali. Só por este se veio a saber do trágico morticínio. Abrasavam de calor; o suor corria copioso, como se todos os tecidos se desfizessem em linfa; morriam de sede e clamavam por água; deram-lha turva e salobra, colhida do rio numa tina, que logo se esgotou. Os resquícios de sal, que nela havia, aumentavam ainda mais a ânsia dos sedentos. Atiravam-se todos ao líquido repugnante, cujo aspecto não bastava para recusá-lo; empurrando, contundindo, disputavam uns aos outros, a vez de beber. Alguns caíam sem sentidos, apenas sorvidos poucos goles; noutros cresciam as dores e parecia que a cabeça estalava e o peito abria. Despiram-se; agitavam o ar com os chapéus e as vestes; dir-se-ia uma dança macabra de homens nus, a arder em sacrifício a Vulcano e a buscar em vão, ao despedir-se da vida, o consolo do que fora a frescura do ar. Mas ela não voltava; passava lá fora na brisa úmida do rio e não podia descer até lá, onde eles se consumiam. As escotilhas fechadas tinham cerrado as últimas frestas onde pudera passar a salvação e por onde entrara antes uma nuvem de cal, que abrasava gargantas e narinas e ia descendo aos brônquios, sufocando, preparando o hórrido triunfo da asfixia. Desesperados, tomados de frenesi, de raiva, de furor, empregavam uns contra os outros instintos de vingança inconsciente; atracavam-se, esmurravam-se, unhavam-se, mordiam-se e tropeçando uns nos outros, caíam aos montões, sobre os quais espezinhavam, estorciam-se os últimos a morrer.[8]

---

8 Nos *Motins Políticos do Pará*, págs. 83 a 86 do 1º vol., Raiol defende o cônego Batista de ter instigado os desordeiros; a respeito da cena do porão do brigue, limita-se a citar Oliveira Machado e Monteiro Baena. Em ofício dirigido ao ministro do Império e datado de 23, dizia a Junta que os presos "amotinaram-se, quiseram forçar as escotilhas, o que obrigou a guarnição a dar-lhes uma descarga, em que com o mais

Na ignorância dessa tragédia, chegou Cochrane à capital do Império, onde foram proclamados com entusiasmo os seus serviços para vencer a resistência portuguesa na Bahia e no Maranhão. A Assembleia Constituinte votou neste sentido moção congratulatória e grandes oradores exaltaram-lhe as ações. O Imperador concedeu-lhe o título de marquês do Maranhão "por altos e extraordinários serviços em benefício do generoso povo brasileiro, que sempre conservará viva a memória de tão ilustres feitos"; a tão alta dignidade juntou a Grã-Cruz do Cruzeiro.

Tudo merecera o herói, que libertara a nação de um pesadelo. A importância da Bahia, devida ao seu passado, à sua riqueza, à sua posição geográfica, era elemento capital à união nacional. Se ela se desagregasse do Império, o exemplo dessa mutilação poderia ter influência funestíssima e acarretar consequências desastrosas em todo o Norte, cuja parte extrema não se queria desprender da metrópole e a restante, salvo Pernambuco, talvez fosse fraca para resistir à pressão que se lhe impusesse.

Se a pequena Marinha, formada à custa de tantos sacrifícios, fosse destruída pela numerosa esquadra portuguesa, esta, triunfante, estenderia a sua ação a todo o litoral, bloquearia o Rio de Janeiro, animaria a resistência do extremo norte, decidiria Pernambuco a sair das suas hesitações, tornaria possível o transporte das tropas de Montevidéu e a sua incorporação às do comando de Madeira, comprometeria os resultados já obtidos, em suma, poria em risco a Independência, ou pelo menos a unidade nacional.[9]

---

extraordinário frenesi, lançando-se uns contra os outros, se esganaram ou afogaram". Em data de 24, escrevendo a Cochrane, refere-se Grenfell à "trágica catástrofe", cujos detalhes não cabiam nos limites de uma carta; prometia cópia do relatório da junta, onde vinha "a narração dessa cena de horror".

9 O triunfo logrado por Cochrane nas operações da Bahia desanimou d. Álvaro de Sousa, comandante das forças que mantinham em Montevidéu o domínio de Portugal contra as do general Lecor, adesas à causa do Brasil e de posse do interior da província. Em novembro foi assinada uma convenção entre os dois chefes militares, pela qual d. Álvaro continuaria a ocupar a cidade até ficarem prontos os navios para o regresso a Lisboa, sendo restabelecidas desde logo as comunicações com o campo. À medida que o embarque se fazia, as tropas brasileiras substituíam as tropas retiradas. A 8 de março de 1824 estava terminada a operação.

. . . .

Capítulo XXIV

AS RESTRIÇÕES DA ACLAMAÇÃO

A MANIFESTA oposição entre José Bonifácio e o grupo de Ledo acentuou-se na maçonaria, a que ambos pertenciam. Em época de liberdade de pensamento muito limitada, as sociedades secretas tinham-se tornado o meio mais eficaz de agremiar e propagar opiniões, a despeito do decreto de terror expedido contra elas por d. João VI. Até meados de 1822 a maçonaria era constituída por lojas autônomas, que funcionavam na Bahia e no Rio sem qualquer centro coordenador. Coincide com a convocação da Constituinte, arrancada pelo grupo de Ledo às hesitações do príncipe e à resistência de José Bonifácio, dispostos a só fazê-la mais tarde a fundação do Apostolado, em data de 2 de junho, sob os auspícios do poderoso ministro. Tendo entrado também para a nova sociedade, contudo, duas semanas depois, a 17 do mesmo mês, Ledo fundava o Grande Oriente do Brasil.

Comentando as atas das sessões do novo centro maçônico, celebradas em 1822, o seu *Boletim* de 1823 aventa a hipótese de haver Ledo

decidido a respectiva criação, por ter-se convencido de que no Apostolado a causa da Independência não seria agitada com feliz êxito. Parece muito curto o prazo de quinze dias para formar-se a esse respeito tão importante convicção, além de que, em tal estado de espírito, não deveria Ledo promover ou permitir a aclamação de José Bonifácio para o cargo de grão-mestre, tendo por delegado o seu colega Oliveira Álvares, ministro da Guerra. Parece antes para admitir a explicação de ter ocorrido ao promotor da nova ideia a conveniência de criar um centro de reunião das lojas existentes em todo o Brasil, papel a que o Apostolado não se propunha, pois resumia a sua ação ao lugar onde trabalhava.

Sendo sua constante preocupação acelerar a independência do Brasil, Ledo reunia dessa forma todos os recursos da maçonaria e animava os hesitantes, conservando à frente da nova instituição, onde o seu trabalho ia continuar, as figuras principais do governo, que assim apareciam ligadas à mesma obra. Só dois meses pela existência dos dois grupos maçônicos, bem como à oposição de José Bonifácio ao liberalismo de Ledo e seus amigos, decidiram estes abater o grão-mestre, a quem tinham elevado, e procurar apoio mais eficaz.

A maçonaria contava, em seu seio nomes da maior evidência, como Labatut, José Clemente, Pinto Peixoto, Nóbrega, Januário, Costa Barros, Dr. Guimarães Peixoto, padre Belchior, frei Sampaio, cirurgião-mor Mendes Ribeiro, Alves Branco, Dr. Picanço, Lima e Silva (Manuel), Albino dos Santos Pereira, comandante Moncorvo, João José Vahia, Possolo, de Lamare, Obes, Farinha, Néri Ferreira, José Bernardo de Figueiredo, Bento Barroso, toda uma plêiade de homens que figuravam e haveriam de figurar ainda com maior relevo nos acontecimentos daquela época. Todos eles juraram defender quanto em si coubesse e por todas as maneiras a causa do país onde viviam. Era a fórmula sacramental. Ao empossar-se no cargo de delegado do grão-mestre, Oliveira Álvares, nascido na metrópole, jurou sustentar a causa do Brasil. Nem este, nem seu superior, eram assíduos às sessões. Até 28 de setembro José Bonifácio apenas presidiu a quatro, enquanto Ledo, na qualidade de 1º grande vigilante, presidiu a doze. Numa daquelas, de 2 de agosto, propôs o grão-mestre a iniciação de D. Pedro, pertencente ao quadro da loja Comércio e Artes.

Exercendo tão grande atividade e usando da sua afamada eloquência, Ledo tornou-se a figura preponderante do Grande Oriente, apesar de não ser ou não ter querido ser grão-mestre. Essa ascendência foi facilitada pela abstenção de José Bonifácio. Em começo de junho, após a convocação da Constituição, anunciava Mareschal que a popularidade do príncipe crescia, enquanto a do seu ministro minguava. De volta de São Paulo, d. Pedro ainda subira na estima pública. Ledo procurou comprometê-lo mais a fundo na ação do Grande Oriente, em prejuízo do ministro. Estando ele ainda ausente, ignorando-se no Rio quanto se passara no Ipiranga, celebrou-se a 9 de setembro uma sessão de alta importância, na qual foi votada por aclamação a proposta do 1º grande vigilante, proclamando a necessidade imperiosa de fazer-se reconhecida a Independência do Brasil e ser aclamado rei o príncipe tegente. O discurso em que o orador justificou tal proposta, diz a ata do Grande Oriente, foi ornado daquela eloquência e veemência oratória, que são peculiares ao seu estilo sublime, inimitável e nunca assás louvado. Na sessão seguinte, celebrada no dia 14, decidiu-se por proposta sua mandar emissários às províncias propagar a ideia vencedora, oferecendo-se logo o cônego Januário, Mendes Viana e Tinoco de Almeida para partirem sem demora com destino a Minas, Pernambuco e Santa Catarina. Outro tanto fez Germak Possolo quanto à cidade de Cabo Frio.

A esse tempo as divergências entre o grupo de Ledo e o de José Bonifácio haviam aumentado. Na primeira daquelas sessões, desenvolveu o seu chefe veemente acusação contra o frei Sampaio pelo fato de publicar no *Regenerador* impressos sob os auspícios do Grande Oriente, “doutrinas aristocráticas e que não se compadeciam com a liberdade constitucional por que o Brasil anelava”, concorrendo de tal modo para dar visos de exatidão às asserções expendidas nas Cortes “de que os áulicos do Rio de Janeiro pretendiam restabelecer o despotismo”. Daí resultava grande mal, “atendendo-se que tais doutrinas espalhadas pelas províncias, em algumas delas das quais existiam desconfiança e preconceitos, podiam obstar à necessária centralização nesta Corte, onde isso se consentia e era tolerado”. Ficou resolvido chamar o acusado à Assembleia Geral e devolverem-lhe as assinaturas do jornal com dispensa de reembolso da quantia correspon-

dente aos números anteriores "por se contentarem de o conhecer por tão pouca despesa."

Na assembleia presidida por Ledo no dia 14 compareceu Sampaio e "afirmou debaixo de sua palavra de honra" não ser a matéria publicada "de sua íntima convicção" e ter-lhe sido remetida "por pessoa a quem devia respeito e consideração". Em prova disso lembrava as doutrinas liberais, "que apesar de ameaças contra a sua mesma existência pregava no púlpito e em particular perante todos os irmãos". Omitiu declarar tratar-se de correspondência, "mas nunca fora essa a sua opinião". Concluiu por prometer nunca mais fazer publicação idêntica e mostrar no próximo número qual era o seu íntimo modo de pensar. As pessoas merecedoras do respeito e consideração eram, na opinião corrente, José Bonifácio e os seus colaboradores. Ledo impugnou a justificação, "dócil mas energicamente", fazendo sentir ao acusado que por considerações e respeitos humanos marchava fora da esquadria e do compasso, abrigando debaixo do seu nome opiniões alheias. Na esperança, porém, de ser cumprida a promessa feita pelo acusado, e atendendo à docilidade e reverência com que se comportava, propôs que com ele todos se reconciliassem dando-lhe o abraço e o ósculo fraternal. Assim se fez.

O incidente foi tratado não só em sessão da grande loja, reunião das três que a formavam, como também em sessão de uma delas, a Comércio e Artes, da qual era orador o fr. Sampaio, que aí, diz Meneses, espontaneamente compareceu, conduzidos pelos irmãos Luís Manuel Alves de Azevedo e Domingos Alves Pinto, que morando perto do convento de Santo Antônio, costumavam ir sempre buscá-lo e reconduzi-lo ao convento, porque era muito timorato e nunca saía só, particularmente à noite. Nessa ocasião recitou Sampaio "patético discurso, agradecendo aos seus irmãos a maneira fraternal e urbana com que fora tratado e admoestado pela publicação das doutrinas subversivas a que por condescendências e considerações havia dado lugar no periódico *Regenerador*".[1]

Defendia-se frei Sampaio na mesma noite em que o príncipe voltava de São Paulo e uma deputação do Grande Oriente era incumbida

---

1 Atas de 9 e 14 de setembro no *Boletim do Grande Oriente* nº 9 de1823, e *Expos. Hist. da Maçon. no Brasil* por M. J. de Meneses, reprod. no Arq. Maçônico do Recife, nº 18, fev. 1917.

de saudá-lo. Fosse para tê-lo mais perto e fazê-lo tirar todas as consequências do grito do Ipiranga fosse para hostilizar José Bonifácio, e ferir-lhe o orgulho, foi D. Pedro aclamado grão-mestre e a 4 de outubro entregou-se-lhe o malhete. Nenhuma ata consigna o ato da sua eleição, que se deve ter realizado entre aquele dia e o 28 de setembro data da última sessão presidida pelo seu antecessor. Diz Meneses que a resolução foi tomada em sessão particular da loja, quando devia ser em assembleia geral, e não precedeu aviso a José Bonifácio, o qual não se poderia opor e conviria em ser autor da proposta, acrescendo não serem ouvidos outros irmãos a tal respeito. A ata da sessão de posse, refere-se, porém, ter sido a escolha feita por aclamação em plena reunião do Povo Maçônico.

Cruz Lima, amigo e servidor do príncipe, narra o fato assim: "Em uma noite, porém, que d. Pedro antecipou a sua chegada à do grão-mestre, conselheiro José Bonifácio, pôs em colisão o *conclave*, composto de nomes que têm-se mencionado, e depois de alguma consulta entregaram-lhe o malhete. Momentos depois chegou o *proprietário*, que não dissimulou a *ousadia dos magnatas*, jurando desde logo completa vingança."[2] Em contradição com este autor, como Meneses contemporâneo dos acontecimentos, aparecem Varnhagen e Melo Morais, afirmando a ausência de José Bonifácio. O último deles é acorde com Meneses em que o ministro, se fosse prevenido, não seria oposto a ceder o trono, tendo-se passado os fatos de modo diferente por manobras de Ledo, empenhado em atrair a si o príncipe; mas o cônego Geraldo Leite Bastos, filiado de novo à maçonaria em 1822, a pedido de Nóbrega como meio de cooperar para a Independência, assegura ter-se dado a substituição "não sem ressentimento de José Bonifácio, ou antes da gente que o cercava, que nesse fato viu declinar e enfraquecer a sua influência e preponderância. Foram então que as intrigas, ciúmes e ambições se manifestaram e formaram partidos".[3]

O discurso de Alves Branco, recitado no ato da posse do novo grão-mestre, foi a declaração de guerra entre os dois partidos. Aludiu o orador aos que queriam introduzir a discórdia no meio dos pedreiros-livres, ao "ciúme daqueles que pretendiam desvairar" o príncipe, a quem concitou

2 Cruz Lima. *Refutação do Livro Primeiro Reinado*, pág. 31.
3 Docs. cits., pág. 328.

a apartar-se de "homens coléricos e furiosos", os quais o não serviam por amá-lo, "mas sim pelo sabor do despotismo que pretendiam estabelecer, a coberto" da sua autoridade, e em cujos feitos só havia "amor-próprio, o mais refinado egoísmo, torpes caprichos, intriga, vingança e ódio".

Tais palavras não deixam dúvida a respeito dos móveis que determinaram a substituição do grão-mestre. O grupo de Ledo desconfiava da lentidão dos fatos, não via a Independência segura e contava com a resistência de José Bonifácio à marcha das ideias liberais, cuja sorte seria decidida na Assembleia Constituinte. A acusação feita ao frei Sampaio indicava o curso de duas correntes políticas. Uma delas, a do Grande Oriente, procurava precipitar os acontecimentos, comprometer o príncipe mais e mais nas suas relações com Portugal, de modo a atirá-lo em situação donde não pudesse sair senão pelo rompimento definitivo e a investidura da autoridade soberana. Tinha promovido o Fico, a criação do Conselho de Procuradores, a convocação da Constituinte, a aclamação do Imperador intermuros; quisera também fazê-lo aclamar pelo povo na praça pública, do mesmo modo que lhe dera o título de Defensor Perpétuo do Brasil, junto ao de Protetor, por ele recusado com a bem achada réplica de não precisar o Brasil de proteção, visto poder proteger-se a si mesmo.

Até então havia da parte do Governo contradições inquietadoras. Ora proclamava o país separado de Portugal, ora parecia considerá-lo ainda no regime da união. Os três decretos de 18 de setembro, concedendo anistia geral por todas as passadas opiniões políticas, instituindo o tope e a legenda "Independência ou Morte", dando ao Brasil escudo real de armas, traziam todas a assinatura "príncipe regente." Era dito no último desses atos ser indispensável haver escudo de armas, "que não só se distinguem das de Portugal e Algarves, até agora reunidas, mas que sejam características deste rico e vasto continente". Se pois a separação estava consumada, o príncipe não devia intitular-se regente, pois a regência era delegação de um poder abolido no Brasil.

Entretanto D. Pedro persistia em intitular-se assim, e declarava-o ao próprio pai a quem no dia 22 escrevia nestes termos: "Firme nestes inabaláveis princípios, digo (tomando a Deus por testemunha e ao mundo inteiro) a toda essa cáfila sanguinária que eu como príncipe regente do Reino do Brasil e seu Defensor Perpétuo..." Em seguida fazia esta categórica declaração de reconhecer a soberania d'el-rei: "Se V. M. cá estivesse, seria

respeitado e amado e então veria que o povo brasileiro, sabendo prezar a sua liberdade e independência se empenha em respeitar a Autoridade Real, pois não é um bando de carbonários e assassinos como os que têm a V. M. no mais ignomioso cativeiro." Este escrito, modelado na linguagem iracunda de José Bonifácio, cheio de "infames deputados", "hediondas e pestíferas Cortes", "desgraçados portugueses", "vis carbonários e assassinos", está de acordo com idêntica declaração sua a Mareschal, a respeito de d. João VI, como se há de ver no correr desses episódios. A despeito disso, na véspera, tinha d. Pedro feito um manifesto aos portugueses para anunciar-lhes que o Brasil já "não era parte integrante da Monarquia Portuguesa".

A posição de José Bonifácio, brasileiro nato, como não era o príncipe, e tido como seu inspirador, seria mais de inquietar, porque ele subscrevia todos esses decretos e certamente eram de sua autoria, os sujeitos ao seu exame, todos os documentos de importância, públicados naqueles dias. Antes de feita a aclamação do imperador, d. Pedro não podia desde logo investir-se nesse título; mas cabia-lhe o seu, de príncipe do Brasil, que desprovido da qualidade de regente, resultante da delegação real, daria ao país a certeza da separação; bastava-lhe aliás o simples nome de d. Pedro.

Os decretos já não diziam Reino Unido; mas simplesmente Reino do Brasil. Seria uma esperança, mas de quando em quando perturbada por manifestações contraditórias. Não era claro o conceito da Independência, confundida com autonomia ou separação provisória até o restabelecimento da autoridade real, suplantada pelas Cortes e à qual o príncipe se referia. Até os exaltados confundiam os fatos. A 19 de outubro, uma semana depois da aclamação, a falar de d. Pedro, o *Correio do Rio de Janeiro* empregava estas expressões: "Eis o ídolo dos portugueses do Brasil" e em seguida, comparando-o a Washington: "Pedro luso-brasileiro fez mais, aceitando o título de imperador." O *Correio* era dirigido por um português de origem, mas influenciado por Ledo e ligado à causa do Brasil. Depois da aclamação, o príncipe ainda insistiria em fazer declarações incongruentes. Participando ao pai o ato de 12 de outubro concluía: "...assim tem a Nação Portuguesa um asilo certo nas adversidades que lhe estão iminentes."[4] A julgar por estas palavras, dir-se-ia que o Brasil se separava, mas a nação continuava uma só, parte

---

4 Carta de 23 de out., no arquivo do cast. d'Eu.

da qual exposta aos perigos resultantes das Cortes, tinha no vasto território, independente da autoridade dessa assembleia, o refúgio onde se recolher.

Cochrane também dá testemunho desse baralhamento de ideias, que em abril do ano seguinte ainda parecia persistir. Na visita de inspeção à esquadra, pronta a sair para a Bahia, "não tendo ainda experiência dos partidos políticos no Império", afigurou-se-lhe anômalo encontrar ali tantos portugueses reunidos para guerrear com patriotas. Começou a compreender tão estranho fato ao ouvir a expressão usada várias vezes pelo imperador, presente ao ato: "atacar a força parlamentar portuguesa", e não era coisa menos singular, escreve o almirante, "por dar a entender que o Governo brasileiro não fazia guerra ao rei de Portugal ou à nação portuguesa, mas às Cortes somente".[5]

Parece que no primeiro momento se alimentou a ideia de ser possível o restabelecimento da união para não se comprometer desde logo os direitos do príncipe à herança da Coroa portuguesa. Era esse obstáculo encontrado por Caldeira Brant para não aconselhar a independência absoluta, cujo reconhecimento pelos soberanos da Europa levantaria a maior dificuldade. O meio de conciliar os interesses do herdeiro do trono com as aspirações do Brasil seria a suspensão das relações políticas com o Reino e a abertura de correspondência com aqueles monarcas "durante o cativeiro d'el-rei".[6] Se o Imperador e o seu ministro alimentaram durante algum tempo essas reservas mentais, pouco a pouco elas foram-se desvanecendo ante a consistência que a ideia exata da separação definitiva cada dia ganhava entre o povo.[7]

---

5 *Narrativa,* pág. 13.

6 Carta a J. Bonif. em 1º de maio de 1822. Publ. do Arq. Nac., vol. VII, pág. 240.

7 No ano seguinte, depois de ter recebido o projeto de Constituição, cujo artigo 158 proibia a acumulação das duas coroas, Pedro I disse a Mareschal que lhes tinham tirado desse modo as últimas esperanças de reunir um dia sob o mesmo cetro toda a antiga monarquia portuguesa. (Mareschal. Of. nº 34-C, de 21 de outubro.) Mas dissolvida a assembleia, a esperança renasceu, porque a disposição daquele artigo não subsistiu na Constituição outorgada. Ver-se-á que por isso, após a morte de d. João VI, o Imperador reabrirá a questão; mas terá de recuar. Em 1824 durante as negociações de Londres para o reconhecimento do Império por Portugal, Brant dizia confidencialmente a Vila-Real estar persuadido de que d. Pedro por si estaria disposto a consentir nos desejos de d. João VI, pois desse modo conservaria todos os seus direitos; mas se o fizesse, perderia o Brasil para sempre, pois se os brasileiros se convencessem da sua inclinação subtrair-se-iam ao seu domínio. – Biker. *Tratados*, tomo XXII, pág. 241, cit. por A. Viana. *A Emancip. do Brasil*, pág. 386.

Tal dúvida, não só quanto aos resultados ou à extensão da Independência, mas também quanto aos sentimentos constitucionais do príncipe e seu principal ministro, era motivo de inquietações. Entretanto, em maio, procurando desfazer dúvidas da junta de Pernambuco acerca do Conselho de Procuradores das províncias, José Bonifácio acenava com o "fruto inestimável da liberdade bem entendida, que só pode produzir a árvore preciosa da Constituição". Tudo consistia no modo de entender a liberdade alheia, que poderia ser reduzida a quase nada. Era um mundo de contradições, a volver conforme as circunstâncias.

Todos esses fatos aconselhavam acelerar a aclamação, não só para completar o ato do Ipiranga, mas também para nela fazer intervir a soberania popular, de modo que o Imperador não subisse ao trono pelo princípio exclusivo do direito divino.

Diz Drummond, de ciência certa, que no despacho onde se deliberou a expedição de um correio especial a S. Paulo, ficou deliberado proclamar a Independência; mas embora a essa resolução faltasse a base principal, a presença do personagem decisivo, o fato da proclamação não alterava as reservas conhecidas. O título de Imperador e o conceito de Império não tinham entre os homens em ação a largueza que vieram a ter depois. José Bonifácio definira-o ao ministro da Áustria com restrições muito claras. A palavra Império, em relação ao Brasil, exprimia naquela época apenas a noção de imenso território, despida da ideia de independência. Num dos arcos levantados na rua, à chegada de d. João VI ao Rio de Janeiro, lia-se este verso:

> "América feliz, tens em teu seio
> "Do novo Império o fundador sublime."

Semanas depois, no manifesto de 1º de maio, onde declarava guerra à França, dizia el-rei: "... a Corte de Portugal levantará a sua voz do seio do novo Império que vai fundar." *A Gazeta* do Rio de Janeiro, órgão oficial, assim escrevia em 1812: "Por autoridade superior se comunica ao público que se receberam informações do hábil, inteligente e ativo governador de Mato Grosso [Oyenhausen], pelas quais consta que continuando a fazer os maiores esforços para executar as Paternais e Grandes Vistas do

Nosso Augusto Soberano e a avivar as comunicações interiores do vasto Império do Brasil...” O folheto públicado em francês para sustentar a conveniência da permanência da familia real no Brasil dizia por sua vez: “...é possível que um Império como o Brasil fique por muito tempo colônia, debaixo de qualquer condição que ser possa, de uma província de Portugal.”[8]

A circular do senado da Câmara, expedida no dia 7 de setembro às corporações idênticas de todas as províncias, traduzia “a opinião dominante”, que era simplesmente “investir quanto antes o príncipe regente em todos os atributos do Poder Executivo”. O fundamento dessa resolução era habilitar d. Pedro a dispor “de todos os meios ao seu alcance” contra os “temíveis inimigos internos e externos” que faziam guerra ao Brasil, dizia assim o auto de vereação extraordinária de 10 de outubro, onde se relatavam os fatos anteriormente ocorridos. Essa era também a vontade do Governo, afirmava Mareschal, em contato constante com José Bonifácio. O príncipe assumiria aquelas funções em virtude dos seus direitos de herdeiro do trono e da prerrogativa real; ao povo ficava apenas a liberdade de dar-lhe o título. Eis como também pode explicar-se a facécia de José Bonifácio, ao considerar indiferente fosse ele rei ou imperador, parecendo este preferível por estar toda gente habituada ao imperador do Divino.

A questão principal do Governo era “evitar desse modo que o povo se envolvesse na questão dos direitos do príncipe”, pois considerava “tal intervenção perigosa e capaz de acarretar consequências desastrosas”. Fazia o ministro estas confidências ao diplomata, mas não as transmitia ao Conselho de Procuradores, composto de gente que não inspirava confiança para guardar tal segredo.[9]

Na noite de 14 de setembro d. Pedro regressava de São Paulo, onde fora saudado com vivas ao Rei do Brasil. Na noite de 15 aconselharam-no idênticas aclamações no teatro e logo a 17 o senado da Câmara expedia às instituições congêneres de todas as províncias, sobretudo as mais próximas,

---

8 Transcrito no *Invest. Portug.*, vol. III, pág. 87. Varnhagen colheu a informação acerca dos versos num folheto intitulado *Relação das Festas*..., públicado em Lisboa em 1810 e onde se lê que por essa ocasião houve vivas ao Imperador do Brasil. – *Hist. Geral*, vol. II, pág. 1082. A trad. do folheto francês está incerta no seu cit. *Exame Analítico,* pág. 21.

9 Mareschal. Of. nº 29 de 2 de out.

nova circular acerca da aclamação, "que o povo e a tropa se dispunham para apressar". Apregoava não convir precipitar passo tão grave, a fim de não ser tomado como obra de partido faccioso, quando convinha resultar claramente da vontade unânime dos povos e para esse fim fixava o dia 12 de outubro, que aliás não havia nem um mês por esperar. Edital publicado na tarde de 21 anunciava aos moradores da cidade a data escolhida para o grande ato, ao qual a Câmara emprestava evidentemente a mais ampla significação. Havia, porém, nesta circular um assunto novo e destinado a produzir terríveis consequências. Ali se declarava que a aclamação seria efetuada, "prestando o mesmo senhor previamente juramento solene de jurar, guardar, manter e defender a Constituição, que fizesse a Assembleia Geral Constintuinte e Legislativa".

Agente da Santa Aliança, o ministro da Áustralia, acompanhava inquieto o drama que se desenrolava, sem todavia acreditar no desfecho anunciado, "em oposição direta a todas as peças oficiais emanadas do Governo de S. A. R. e aos dois manifestos publicados naqueles dias". Ninguém dispunha de melhores fontes de informações, entre as quais a princesa, cuja inteira confiança merecia.

Mareschal soube que d. Pedro tinha resistido, mas havia cedido; Leopoldina, porém, "não escondia justa e profunda aflição" e só dela podia provir confidência de que "a intenção de seu augusto esposo era declarar que estará pronto em qualquer tempo a entregar as rédeas do Governo a seu pai, se ele voltar ao Brasil". Maler também sabia " de modo indiscutível que a princesa real estava muito pesarosa e sensivelmente ferida por tal acontecimento".[10] Em relação à conduta do Governo, Mareschal era ainda mais categórico: "Obtive a certeza", de que "o ministro, longe de promover a aclamação, a ela tem se oposto." Vendo que dispunham o principe "a dar passos contraditórios", José Bonifácio pedira demissão no dia 23 de setembro, como ele a recusasse, acedeu em ficar, receando que o seu abandono o fizesse cair inteiramente nas mãos do partido democrata." Mareschal acrescentava: "...tais são as próprias expressões desse ministro."

Portando, a certeza que o diplomata obtinha lhe era dada pelo próprio José Bonifácio, cuja conversa era aí narrada a Metternich. Nessa mesma entrevista, porém, José Bonifácio tranquilizava-o e prometia que

---

10 Maler. Of. nº 230, de 24 de setembro.

a resposta do príncipe seria condicional. Na verdade, a despeito de reconhecer que a aclamação seria prematura e apresentada de forma irregular considerava incontestável que o Brasil desejava romper inteiramente com Portugal e tomar o título de Império, mas o ministro procurava diminuir a importância dessa expressão, da qual "muitas vezes intencionalmente se tinham servido para falar do Brasil". Tudo quanto se estava passando era promovido pelo partido democrata e desse modo tomava momentaneamente ares de popularidade, mas esse partido era fraquíssimo para ser realmente de temer e cairia de novo, desde que pretendesse atacar os direitos do príncipe. Concluía José Bonifácio por garantir que "a resposta de S. A. R. no dia 12 seria no sentido de aceitar a aclamação, se todas as câmaras se pronunciassem em favor desse ato".[11]

Era a mesma evasiva ou restrição com que d. Pedro, tinha respondido à representação do senado da Câmara, quando esta reclamou a convocação de uma assembleia constituinte. As duas situações assemelhavam-se. José Bonifácio queria a assembleia; mas a seu modo, diminuída em soberania e ainda não a considerava oportuna. Os manejos do Grande Oriente haviam precipitado os acontecimentos e abalado o ânimo do príncipe, que a 21 de maio teve ciência da súplica a ser-lhe dirigida no dia 23 por aquela corporação; José Bonifácio porém, esfriou-lhe o ardor e levou-o a dar deferimento provisório. Isto não obstante, a pressão aumentou e a 3

11 Mareschal. Of. nº 27 A, de 25 de set. A resposta do príncipe à representação do senado da Câmara em 23 de maio, na qual era pedida a convocação da assembleia, tinha sido a seguinte: "Estou informado do desejo do povo do Rio de Janeiro; e logo que for informado do desejo das outras províncias" seja por suas câmaras, seja por seus procuradores-gerais, imediatamente me conformarei à vontade deste grande, fértil e rico reino. A 24 de setembro escrevia Maler: "Sei de modo positivo que no dia 21, ouvindo um dos seus melhores amigos e confidentes mostrar a inutilidade e perigos dessa inovação (de ser d. Pedro aclamado Imperador), o Sr. Andrada respondeu: "O ministério de S. A. R. não toma parte ativa nesse acontecimento e deixa que promovam; mas verá com satisfação o príncipe ser elevado à dignidade de Imperador." (Of. nº 230.) Esta informação não contradiz o depoimento de Mareschal. O seu interlocutor considerava inutilidade o título de Imperador; sendo também esta a sua opinião, não havia fundamento para encontrar-lhe perigos; havia ao contrário motivo de satisfação, por concorrer tal fato para contentar o povo, sem maiores consequências a respeito da questão capital dos poderes majestáticos.

de junho, com surpresa geral, antes de ouvidas as províncias, a constituinte foi convocada, do mesmo modo que por circunstâncias análogas a aclamação haveria agora de vingar quanto antes. "O partido anárquico (assim chamava Mareschal ao partido de Ledo) ganha terreno desde que forçou o Governo a convocar a assembleia", escrevia o ministro austríaco no próprio dia da expedição do decreto.[12]

Na primeira conferência que teve com José Bonifácio, Mareschal confessou compreender os embaraços da situação e conveio em admitir tudo, menos tomar o herdeiro do trono um título em oposição a seu pai. José Bonifácio concitou-o então a falar ao príncipe, garantiu secundar-lhe os esforços e prometeu oferecer-lhe ensejo de ser recebido à noite por Sua Alteza.

Realizada a entrevista, ainda sob a sua impressão, Mareschal apressou-se em relatá-la a Metternich. Falara com calor a d. Pedro e repetira-lhe tudo quando dissera ao seu ministro. Como fosse acolhido com extrema bondade, propôs-lhe que se a tanto se visse forçado, proclamasse o Império, mas recusasse tudo quanto oferecessem à sua pessoa e aconselhou-o a desde logo proclamar ao povo neste sentido. O príncipe tranquilizou-o e assegurou-lhe que no ato da aclamação responderia de molde a contentar a todo mundo, não só no Brasil, mas também na Europa. Havia nestas palavras alusão à forma evasiva, anunciada pelo seu ministro a Mareschal, semelhante à de 23 de maio.

Era isso tanto mais claro quanto acrescentou que José Bonifácio concordava com o diplomata, bem como ele próprio. Só não proclamava em documento especial a projetada resposta, por considerar mais solene inseri-la no auto que se haveria de escrever na ocasião própria. Mareschal procurou saber se ela já estava pronta e tentou conhecê-la; mas nada logrou; foi-lhe então recomendado guardar segredo.[13]

Informações de outras fontes confirmavam que eram estas as disposições do Governo, cujo silêncio aliás estava em contradição com os preparos em andamento, promovidos pela maçonaria, onde se organizava o programa da cerimônia e por meio de subscrições entre os maçons reu-

---

12 Mareschal. Of. nº 19-B, de 3 de junho.

13 Mareschal. Of. nº 27-A cifrado, de 25 de setembro.

niam-se recursos para esse fim. O ministro da Fazenda, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, estava em ajustes para fazer um empréstimo de oito milhões de cruzados. A operação já tinha sido adiada para quando estivesse reunida a constituinte; mas os novos acontecimentos levaram o ministro a sondar de novo o terreno. Os acontecimentos ingleses, consultados por ele a este respeito, responderam que o negócio seria fácil, se o Governo mostrasse consistência na sua política; mas no caso de realizar-se a aclamação, tornar-se-ia impossível. Então o ministro assegurou-lhes que se esse ato viesse a consumar-se, haveria de ser com tais reservas, que de modo algum seria desaprovado pelas cortes da Europa, a cuja opinião o Governo ligava a mais alta importância.[14]

No dia 11, véspera da aclamação, reuniu-se o Conselho dos Procuradores das províncias, que deveria tratar desse assunto. Ansioso por conhecer a decisão tomada, sobretudo acerca da resposta a ser dada pelo príncipe, de noite Mareschal procurou a José Bonifácio e encontrou-o favorável à aceitação do título de imperador, pois era esse o voto unânime do povo, expresso pelas câmaras do Rio de Janeiro e de outras cidades, próximas, e era também o voto do conselho, além de ser a consequência de uma série de fatos, dos quais o principal era um tratado de aliança ofensiva e defensiva, cuja notícia lhe chegara, celebrado entre Espanha e Portugal, onde havia a cláusula de cessão de Montevidéu e de um ajuste de empréstimo, tomado à Inglaterra, com garantia da ilha da Madeira, para ser aplicado em operações de guerra contra o Brasil. Na sessão do senado da Câmara, celebrado no dia 10 declarou o presidente, provavelmente informado por José Bonifácio, que as Cortes, "preparavam grossas expedições para vir castigar os rebeldes do Brasil", isto é, todo o reino, solidário na ideia de defender os seus direitos.

Realmente algo havia nesse sentido. Na correspondência que Caldeira Brant entretinha com José Bonifácio, há referência a esse tratado. A carta relativa a tal matéria foi escrita a 10 de julho e em três meses havia tempo de ter chegado ao Rio. Um amigo íntimo do encarregado de negócios de Portugal participara o fato ao agente brasileiro e acrescentava que as gazetas francesas já o haviam anunciado em junho. A Espanha daria 12.000 ho-

---

14 *Ibid.* Of. nº 30-A, de 5 de outubro.

mens ao novo aliado para a expedição ao Brasil, aos quais se juntariam 8.000 portugueses, força considerada bastante para subjugá-lo. Reputava Brant as duas nações muito pobres para tão custosa empresa; entretanto, aconselhava, "convinha se preparar para o pior dos acontecimentos".[15]

No fundo, porém, as ideias de José Bonifácio não haviam mudado e mostravam-se de acordo com as confidências de d. Pedro a d. João VI na citada carta de 22 de setembro. Declarava ele a Mareschal que "... o título de imperador era tomado apenas para designar o chefe de um vasto Império; a maneira por que o rei seria tratado, se aqui viesse, provaria claramente quais eram os sentimentos de seu filho; ele [o rei] cometera a falta de não tomar em 1816 o título de Imperador do Brasil e Rei de Portugal, em vez de criar um Reino Unido ilusório."[16] Maler também o ouviu dizer que se d. João VI viesse ao Brasil seria recebido de braços abertos. O diplomata considerou a declaração incompleta por não ter o ministro explicado em que caráter o rei poderia vir. Mas tal dúvida nem era cabível, pois não se devia admitir a volta de d. João a não ser como soberano. As Cortes não cogitavam de proclamar a República; ao contrário tinham instado pela volta do rei; portando a única hipótese para formular, aliás gratuita por causa do medo do mar, seria a de recuperar o monarca a liberdade de ação e preferir instalar de novo no Brasil a sede da monarquia.[17]

Todo o Brasil tinha estima por d. João VI, de cuja permanência no Rio de Janeiro haviam resultado para o país grandes benefícios. O conceito da independência ainda não implicava para muita gente romper com ele, que passava a ser um laço de união sem subalternidade. Na aclamação realizada por várias Câmaras, seu nome não se separava do Império que se fundava, do mesmo modo, como já foi lembrado, que o ultrademocrático *Correio*, até depois de proclamado o imperador, chamava a d. Pedro "luso-brasileiro", e para louvá-lo apelidava-o, "ídolo dos portugueses do Brasil".

Os autos da aclamação, feita em todo país, às vezes já no conhecimento do episódio do Ipiranga e até do ato celebrado na corte a 12 de outubro, deixam ver que entre muitas populações brasileiras não se considerava esse fato como separação definitiva de Portugal, mas simplesmente

15 Public. do Arq. Nac. nº VII, pág. 259.
16 Mareschal. Of. nº 32-B, de 19 de outubro.
17 Maler. Of. nº 235, de 13 outubro.

como remédio temporário enquanto durava o cativeiro de d. João VI e destinado a subtrair o Brasil à legislação recolonizadora das Cortes.

José Bonifácio tinha então a preocupá-lo problema para ele superior por ser mais urgente do que a separação absoluta, a qual fatos logo proximamente ocorridos tornaram definitiva; por isso até ali não se lhe afigurava pecado grave mostrar ao ministro da Áustria ânimo conciliatório com a continuação da soberania de d. João VI. Ou ele flutuava na confusão das ideias da época; ou o receio da remessa de novas forças contra o Brasil levou-o a abandonar as restrições, que confessava a Mareschal, e servia para justificar a sua tão rápida mudança perante esse diplomata. A notícia do tratado com a Espanha tê-lo-ia feito crer que o poder das Cortes aumentava e nada mais havia para esperar da autoridade de d. João VI.

José Bonifácio não poderia deixar-se ficar atrás, a ver o príncipe avançar e nutrir no fundo d'alma o desejo de ser chefe de um vasto império. Esse posto não poderia ser ocupado sem plenitude de poderes, e enleado nas mãos dos democratas, d. Pedro iria até o fim, embora alimentando a esperança de um dia reunir as duas Coroas.[18] O ministro passou então a cooperar para que a aclamação não demorasse, como a princípio

---

18 Relembrando em conferência com Mareschal, a 27 de março de 1823, as circunstâncias em que se realizara a aclamação, mostrava José Bonifácio o que as potências deveriam ter feito para ajudar o príncipe a dispensá-la e a salvaguardar os direitos de seu pai à soberania do Brasil. Convém reproduzir integralmente a narrativa feita pelo ministro austríaco: "A este respeito (falando da aclamação), respondeu-me ele, ninguém sabe tão bem quanto nós ambos como as coisas se passaram; mas agora só há uma resposta: Está feito. É o que mandei responder lá e é o que digo. Quaisquer que possam ser as opiniões e os modos de ver, ninguém pode pensar na possibilidade de retroceder. O passo dado não agradou às grandes potências, mas elas não têm razão de queixa; quereriam que se procedesse em tudo conforme as suas vistas; mas, pergunto, alguma sustentou o príncipe, mandou-lhe tropas, vasos de guerra para poder lutar contra o partido democrático; cercou-o de força moral por meio de provas de consideração? Entregue o príncipe a si só, sem o povo brasileiro, os votos estéreis das potências teriam impedido que naquele momento ele fosse tão cativo e tão miserável quanto seu pai e o resto de sua família? Que podia ele fazer, depois de tudo isso, senão ceder ao desejo do povo, onde achava o seu único apoio." – Of. nº 8 B, de 4 de abril.

Logo depois de Mareschal relatar esta conversa, Leopoldina escrevia ao pai, batendo na mesma tecla de ter-se visto o príncipe forçado a seguir o povo, por ter-lhe faltado o apoio das potências. Os deveres da Imperatriz, como esposa e mãe, impunham-lhe "gratidão a esse bravo povo, que desprezando os perigos e com os maiores sacrifícios

quisera. Ledo e José Clemente dão testemunho do seu concurso, o primeiro declarando que o plano fora concertado com o Ministério, o segundo mostrando o lugar distinto que nele teve o seu perseguidor .[19]

Esses depoimentos seriam perturbadores e contraditórios com o de Mareschal, se revelassem desde quando essa cooperação começou. Mas o plano podia estar feito, em começo de execução, e só nessa fase dar-se o concerto com o Governo. Além disso, a aclamação certamente tinha merecido o assentimento de José Bonifácio, nos termos restritos da circular de 7 de setembro; mas depois da circular de 17 estava alterada pela cláusula do juramento prévio. Para ele o primeiro projeto não oferecia a inconveniência do segundo; poderia ter sido concertado com ele, e Ledo teria razão em declará-lo. Mas ao segundo ele não podia favorecer, por oposto às suas ideias e sobretudo por trazer-lhe o pretexto para a reação, que desejava exercer contra os seus rivais e cuja oportunidade não quereria deixar fugir.

---

estava pronto a defender-nos [a ela, ao marido e à filha], quando nos vimos abandonados de todas as potências." Explicava não ter sido por vanglória nem por espírito de dominação que d. Pedro assumira o poder supremo, "mas para realizar o desejo do bravo povo brasileiro, que se sentia sem governantes, num país dilacerado pelas lutas de partidos e constantemente ameaçado de cair na revolução ou na República, e o obrigou a tomar o título de Imperador a fim de restabelecer a paz e a unidade. Quem quer que se achasse nas mesmas condições procederia de modo idêntico". (Carta de 6 de abril de 1823, de que foi portador Antônio Teles, futuro marquês de Resende, e copiada nos arquivos do Estado em Viena)."

Vem a pelo recordar que José Bonifácio dissera a Maler haver o príncipe escrito ao sogro, pedindo-lhe auxílio. – Of. nº 245 de 20 de novembro de 1822.

De tudo isso deve-se concluir que se as potências da Santa Aliança tivessem enviado forças ao Brasil, como enviaram a Nápoles e como em tempo d. João VI esperou, d. Pedro, aconselhado por José Bonifácio, teria procedido de outro modo, teria resistido às Cortes Portuguesas e ao povo brasileiro, mantendo o seu poder absoluto e ressalvando a soberania de el-rei, de quem viria a herdar a Coroa com o patrimônio integral do Reino Unido. Daí também resulta reconhecer-se quão importante e decisivo nesse momento foi o papel de Ledo e do partido democrático.

A sua clara visão dos fatos, a sua tenacidade, a sua audácia precipitaram os acontecimentos, forçaram a mão aos governantes e produziram a Independência como corolário capital da aclamação do Imperador.

19 Requerimento de Ledo ao Imperador, em Varnhagen, *Hist. da Indep*. pág. 222; José Clemente, manuscrito "O ministério dos Srs. Andradas", publicado no *Jornal do Comércio* de 17 fevereiro 1907.

Também não é de crer no empenho de ludibriar o diplomata austríaco, apenas por alguns dias. O fato principal, em torno do qual giravam as confidências a ele feitas, era o respeito à autoridade de d. João VI; mas tudo quanto nesse sentido José Bonifácio e d. Pedro lhe diziam era confirmado na carta deste ao rei, escrita a 22 de setembro. Mareschal tinha pois razão de afirmar com insistência, ainda em novembro, quando Ledo e seus amigos já estavam perseguidos, que a aclamação "era inteiramente obra do partido democrata". Maler pensava do mesmo modo, e escrevia a 24 de setembro, antes de realizar-se o ato: "Os dois principais corifeus dessa empresa são Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira." Com eles concordava meses depois o cônsul e encarregado de negócios da Inglaterra, ao referir-se a Ledo, a quem chamava "o principal promotor da elevação do príncipe regente ao Trono Imperial".[20]

NOTA

Os autos de vereação de várias cidades e vilas, acerca da aclamação do Imperador, deixam ver quanto ainda era confuso o conceito da Independência, até entre gente dotada de relativa instrução. Os seguintes exemplos encerram importantes revelações a este respeito. Ceará, em 24 de novembro: "E logo todos unanimemente ratificaram de novo a adesão e obediência ao mesmo imperador, às Cortes Constituintes e Legislativas que se vão instalar no Rio de Janeiro, a Sua Majestade el-rei Constitucional o Senhor d. João VI e à Sereníssima Casa de Bragança e protestaram defender ao mesmo Imperador e a pátria à custa do próprio sangue, proclamando a sua independência moderada e união a bem da Santa Causa Luso-Brasileira." – Paraíba, vila de S. João: A 3 de janeiro de 1823 aclamou d. Pedro I Imperador, com a cláusula do juramento prévio e declarou fazê-lo por ver baldados os esforços dos deputados às Cortes para manterem bem entendida união e por ver prisioneiro d. João VI, o mais amável dos reis, impossibilitado de fazer qualquer bem. – Alagoas: Santa Maria Madalena aderiu à aclamação de 12 de outubro e entre os vivas erguidos pelo senado da Câmara houve um a el-rei d. João VI." – Rio de Janeiro, vila de Resende: Em resposta a circular de 7 de setembro, prega "união e mais união"; em resposta à de 17, mandaram as instruções do senado da Câmara dar vivas à Casa de Bragança, imperante no Brasil, e foi consignado no termo de vereação que d. Pedro I era aclamado com a cláusula do juramento prévio à Constituição, por fazer, "mantendo-se muito embora a união com Portugal de aliança e confraternidade, no caso de que nos declare guerra". – São Paulo, capital: "Diz o termo de vereação de 12 de outubro aclamar-se

20 Chamberlain. Of. de 3 de fev. de 1823, cop. na Record Office.

o imperador como herdeiro imediato do Trono português, informados como estavam de naquela data proceder-se de igual modo no Rio e em algumas províncias coligadas. A Constituição deveria ser fundada em sólidas bases e interessantes a todo o Império do Brasil, cuja sede deve forçosamente ficar dentro dele. O primeiro fundamento da resolução era a política recolonizadora das Cortes e o segundo o achar-se d. João VI prisioneiro, não podendo por isso prestar aos habitantes deste novo Império aquela proteção, que todo o Monarca Constitucional deve dar aos seus súditos, nem tampouco desempenhar para com eles as imprescritíveis obrigações inerentes a Sua Alta Dignidade, cabendo portanto ao povo do Brasil, tão livre e soberano como o de Portugal e Algarves, prevenir os grandes males da anarquia e guerra civil e lançar mão de todos os meios necessários para a sua salvação, sendo um destes o eleger quem reja debaixo de uma constituição liberal." Vila de Lorena: "O termos de vereação a 12 de outubro menciona as solenidades, em que pela nação luso-brasileira fosse o mesmo príncipe aclamado imperador constitucional deste vasto Império de Brasil." Vila de Jacareí: "O termo de vereação refere-se ao concurso das províncias coligadas, e proclama a Independência do Brasil, como único antimural capaz de pôr a salvo nos grandes males que estão eminentes das Cortes de Portugal que têm procurado a degradação dos 'habitantes do Brasil, leais irmãos privando da igualdade que lhes compete, como cidadãos do mesmo império'." Vila de Areias: Respondendo à circular de 17 de setembro, refere-se "a nossa liberdade que nos queriam extorquir os portugueses ocidentais" e denomina o Brasil "Império Meridional". Vila Santana da Parnaíba: "Aclama o Imperador a 12 de outubro, para que o soberano senhor seja condecorado e investido de todas as atribuições do Poder Executivo que no sistema atual pertencem ao Rei Constitucional." Vila de São Vicente: "Disseram os vereadores que as Cortes tinham privado d. João VI do livre exercício do Poder Executivo e por isso acordavam prevenir os males da anarquia e da guerra civil, sendo o meio mais eficaz para esse efeito o aclamar a sua Alteza Real; juravam-lhe obediência e fidelidade, logo que seu Augusto Pai o Senhor d. João VI lhes não pode prestar a proteção que todo o imperante deve conferir aos seus súditos devido ao estado de prisioneiro em que as Cortes de Portugal têm posto competindo em circunstâncias tais povo do Brasil o eleger quem o reja... visto ser tão livre como é de Portugal e Algarves." – Santa Catarina, capital: "Declara a independência tendo em consideração 'que o el-rei o Senhor d. João VI se acha física e moralmente impossibilitado de prestar-nos a sua proteção e auxílio pelo modo de cativeiro a que o mesmo congresso o tem reduzido'." Vila de São Francisco. Resposta às circulares de setembro: "D. Pedro deve ser imediatamente aclamado imperador do Brasil de quem é legítimo Senhor pela primogenitude de Bragança, cuja coroa deve logo receber além do mais para de uma vez acabar as rivalidades com que o Congresso de Lisboa ainda pretende escravizar-nos. Realizou-se a aclamação a 12 de outubro, por considerar-se entre outras razões que el-rei o senhor Dom João VI se acha física e moralmente impossibilitado de prestar-nos a sua proteção e auxílio." – Mato Grosso, capital: "O ofício que relata a vereação extraordinária de 31 de dezembro começa a lembrar a constante fidelidade do povo cuiabano aos seus augustos soberanos; apesar de achar-se nos últimos confins do Império português, ele ouve com indignação a noticia de que o façanhoso Congresso de Lisboa conserva como preso de-

baixo de coação o monarca mais justo, quer dizer o nosso maior amigo, o adorado senhor rei d. João VI declara-se persuadido da conveniência de ser convocada a Constituinte do Brasil, como único meio de chamarmos a uma só causa todas a suas províncias e considera urgentíssimo investir o príncipe no exercício das atribuições que pela constituição lhe devem caber e remata louvando o imperador" (repro. da *Corresp. do sen. da Câm.* do Rio de Janeiro, feita pela respectiva Prefeitura em 1922). Diz Mareschal que na aclamação procedida em Pernambuco o retrato do Rei ficou entre os de Pedro I e d. Leopoldina e acrescenta a informação de ter concorrido a unanimidade do pronunciamento das províncias a ideia de d. João VI não ser substituído – Mareschal, Of. nº 15, de 14 de maio.

. . . .

Capítulo XXV

O JURAMENTO PRÉVIO

NUNCA será excusado repetir, que a importância da aclamação e dos seus efeitos nem sempre foi considerada do mesmo modo. Para José Bonifácio, na posse do poder, dada a sua índole e os seus princípios, havia uma questão acima de todas e vinha a ser extensão da autoridade do príncipe perante a assembleia convocada. Se ele não se impusesse novamente ao ânimo de d. Pedro e saísse do Ministério, triunfariam os seus contrários e quem sabe qual seria sua sorte.

A escolha era fácil e o caminho indicado. Ele acreditara que o povo seria reduzido ao papel de aclamar qualquer título para o regente e não seria admitido a envolver-se na questão dos seus direitos; o próprio príncipe investir-se nos poderes decorrentes de seu papel de herdeiro da coroa e da prerrogativa real. Mas a circular de 17 de setembro alterara a situação radicalmente, subordinando a aclamação à cláusula do juramento prévio feito pelo príncipe, de "guardar, manter e defender a constituição que fizesse a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa".

As respostas de adesão das Câmaras começavam a chegar da capitania do Espírito Santo e das províncias do Rio de Janeiro, Minas e S.

Paulo, sendo que as desta última também consignavam a cláusula do juramento prévio. O monarca portanto iria ficar manietado perante a constituinte e sujeito a aceitar tudo quando ela decidisse, como única soberana. Repetir-se-ia a situação de Portugal, onde o Congresso se tinha sobreposto ao rei. O partido democrático, pelo órgão de José Clemente, tinha desferido o golpe tremendo que José Bonifácio quisera sempre evitar e agora o enfurecia. A Antônio Teles, o futuro marquês de Resende, queixava-se ele amargamente do presidente do senado da Câmara e tal desabafo foi contado ao encarregado dos negócios de França pelo próprio que o recebera.[1]

Já agora era preciso como não fora antes envolver o povo no ato da aclamação. José Bonifácio explicava a Mareschal que se o príncipe não tomasse desde logo por essa forma o título de imperador, teria inevitavelmente de tomá-lo quando a assembleia estivesse reunida, por deliberação sua, e então colocar-se perante ela em extrema e perigosa dependência. Em vez de ser assim, d. Pedro poderia tornar-se imperador pela vontade direta do povo e também por esse modo investido no poder sem intervenção da assembleia, esta não poderia arrogar-se toda soberania, da qual o monarca já então participaria pela investidura popular. Destarte ele não se comprometia previamente a causa alguma e reservava-se a faculdade de repelir o que não considerasse admissível, quer dizer poderia recusar a constituição, se não fosse do seu agrado, como o juramento prestado na coroação e a falha da abertura da constituinte viriam tornar claro.

Para acautelar, porém, esse resultado, que a lição das Cortes, relativamente a d. João VI, aconselhava obter, era preciso anular a cláusula do juramento prévio, inventada pelo senado da Câmara com intuito, conforme dizia a circular, de encaminhar a opinião "ao único e verdadeiro fim a que se dirigem os votos e trabalhos de todos os verdadeiros brasileiros – Independência e Liberdade pela Constituição, debaixo de uma Monarquia Constitucional".

A questão do juramento prévio tinha sido discutida antecipadamente em assembleia geral do Grande Oriente. Era necessário enviar aos senados das Câmaras de todas as províncias os termos para empregar no ato da aclamação. Ninguém ignorava "o estado de desconfiança e in-

1 Maler. Of. nº 235 de 13 de outubro.

certeza em que estavam algumas delas sobre a fórmula de governo que se adotaria". Principalmente no Norte esperava-se ardentemente viver sob o regime de uma Constituição inspirada em princípios democráticos. Por estas razões, alguns dos presentes mostraram ser conveniente o juramento prévio do imperador "de cumprir a Constituição que fizesse a Assembleia Constituinte, pois embora não fosse ela tão liberal como desejavam as massas sem experiência, nunca poderiam atribuir a culpa ao Imperador e mais facilmente se sujeitariam". Ao demais, devia-se contar com a influência dos deputados maçons, os quais, sendo em maioria, concorreriam para votar-se Constituição apropriada às circunstâncias.

Apesar de levantar-se o argumento de ser a jura, sem conhecimento de causa, contrária aos princípios liberais e dar motivo a ser invalidada, ficou vencedora a primeira opinião e José Clemente apresentou a fórmula para adotar-se. Além de ministros e conselheiros de estado, entre eles José Bonifácio e Martim Francisco, que nada opuseram, estava presente o próprio d. Pedro, cuja resposta foi de formal aquiescência à deliberação tomada: se era para bem do Brasil, a reunião das províncias e sossego do povo, estava pronto a dar dois ou três juramentos, se tanto fosse preciso.[2]

Em sessão de 4 de outubro propôs José Clemente os vivas que deveria dar como presidente do senado da Câmara no ato da aclamação: à Religião; ao Sr. d. Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil; à sua Augusta Esposa; à independência do Brasil. Nesse dia, investido no posto de grão-mestre, D. Pedro propôs mais um: à Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil.

O imperador estava, pois, comprometido a aceitar a obra da assembleia, qualquer que fosse a sua essência, e José Bonifácio contrariado no seu propósito de reforçar-lhe a autoridade em detrimento da Constituinte e do parlamento futuro. Os seus adversários, porém, vinham desse modo pôr-lhe nas mãos o meio de vencê-los. Não convinha, pois, contrariá-los;

---

2 M. J. Meneses. *Expos*. cit. Comentando a obra de Varnhagen, diz Rio Branco que d. Pedro não se opunha ao juramento prévio, mas José Bonifácio levou muito a mal a exigência da maçonaria, ou antes do partido de Ledo. (Nota nº 18 à pág. 190 da *Hist. da Independ*.) Rio Branco declara na Nota nº 36 à pág. 168: "Não conheço o folheto de Meneses *Exposição Histórica da Maçonaria*"; porém não revela como adquiriu a certeza acerca da primitiva opinião de d. Pedro.

convinha calar, permitir que vingasse a fórmula do juramento prévio para transformá-la depois em arma de desconfiança e desrespeito vibrada contra d. Pedro, e sobre cuja cabeça ele, o seu anjo da guarda, a saberia desviar.

A versatilidade do príncipe facilitou a tarefa do ministro. Desde que d. Pedro voltou de São Paulo, José Bonifácio sentia a sua influência diminuir. No dia 8 de outubro escrevia Mareschal que "o Ministério e particularmente o Sr. Andrada pareciam já não gozar do mesmo grau de confiança de S. A. R." Não se admiraria de vê-los substituídos, se a aclamação se realizasse. Desde meados de setembro o governo marchava aos arrancos, como se fosse movido, dizia aquele diplomata, por dois motores distintos, que sobre ele influíssem, cada um por sua vez. Esses motores eram de um lado José Bonifácio, do outro o Grande Oriente ou o partido democrático. Já havia mais de um mês prevalecia o motor extraoficial. Dentro em pouco dias, porém, as suas válvulas seriam quebradas, todo o seu vapor escaparia e o outro continuaria sozinho a mover por mais alguns meses o carro do estado, ou antes a vontade do monarca.

A situação chegara a tal ponto, que no dia 23 de setembro o ministro pedira demissão. Os seus rivais conseguiam medidas e o contrariavam vivamente, como a ordem de mandar suspender a devassa aberta em São Paulo para apurar os fatos donde haviam resultado a deposição e expulsão de Martim Francisco. Ledo a tinha requerido ao regente em sessão do Conselho, naquele dia, e lograra apoio de todos os seus colegas. Fora esta uma das razões, se não a principal, do pedido de demissão formulado por José Bonifácio, nesse mesmo dia. Já a 17 tinha sido concedida anistia geral por todas as opiniões políticas e tal medida estendera-se aos indiciados paulistas; o decreto permitiu o regresso às suas casas àqueles que por este respeito estivessem delas banidos e a liberdade aos que se achavam presos.

Apesar do seu liberalismo, da fascinação exercida em seu espírito pelas novas ideais de constitucionalismo, d. Pedro prezava profundamente o poder e suportava dificilmente os obstáculos a ele opostos pelas leis. José Bonifácio conhecia-o de sobra para saber encaminhar-lhe a reviravolta. Bastava apresentar-se com o propósito de querer salvaguardar-lhe esse poder, que os democratas lhe queriam arrancar totalmente para reverter em contrapeso à Assembleia. Ele apareceria assim aos olhos do príncipe como o servidor que queria abrigar a Coroa da pressão de uma exigência

reveladora de excessiva desconfiança, ofensiva da sua lealdade e destinada a afetar-lhe a majestade. Foi fácil sob esse aspecto reganhar a estima abalada. As ideias mal assentadas de d. Pedro mudavam conforme a eloquência dos argumentos. O terreno era favorável a José Bonifácio e nas vésperas da aclamação estava inteiramente conquistado.

Na noite de 11 de outubro Mareschal encontrou o ministro encorajado. A 10 ele havia ganho a batalha final, para anular a cláusula do juramento prévio. Já o príncipe cooperava na execução do plano. Algo de grave devia ter-se passado entre d. Pedro e aqueles a quem dias antes se mostrava dócil. Maler tinha certeza que na noite de 9 houvera explicações muito vivas entre o príncipe, Ledo e José Clemente.[3] Refere Drummond que por ocasião de ser eleito grão-mestre da maçonaria, o príncipe havia entregue, assinadas de seu punho, três folhas de papel em branco a Ledo, José Clemente e Nóbrega e de tal modo ficara preso nas mãos desses homens. Mas não diz Drummond com que fim tais assinaturas foram dadas. José Bonifácio teria animado d. Pedro a exigir a restituição dessas armas, sob pena de prisão. Acrescenta aquele escritor que existiam mais dois confidentes do fato; era, pois, contando ainda ele e o ministro, um segredo na boca de oito pessoas, nenhuma das quais deu em tempo algum explicação a tal respeito. A ameaça de fortaleza, segundo ouviu Mareschal a José Bonifácio, foi feita a José Clemente, para o caso dele não proceder de modo conveniente. Essa conveniência consistia em revogar-se a cláusula do juramento prévio. É de estranhar que narrando isso aquele diplomata, o ministro nunca aludisse às assinaturas em branco; pois se o tivesse feito, não seria particularidade para ser omitida por tão minucioso interlocutor. Por seu lado, Mareschal ouviu dizer, mas não podia assegurar, que o príncipe mandara chamar Ledo e José Clemente (não se refere a Nóbrega) "e ameaçou de toda a sua indignação e vingança". Amedrontado, "Ledo caiu-lhe aos pés". Por conhecer o caráter dos personagens o diplomata acha a cena verossímil.[4]

A sessão do senado da Câmara, convocada para o dia 10, realizou-se sob atmosfera aterradora. José Bonifácio tinha preparado uma das manifestações apropriadas a tais circunstâncias. Bradavam vociferações

---

3 Maler. Of. nº 237 de 17 de outubro.
4 Mareschal. Of. nº 32-A de 19 de outubro.

contra o partido de Ledo, tachado de republicano, e José Clemente escapou, perseguido a pedradas e sujo da lama que lhe atiraram.[5] Deliberando sob tais auspícios, a assembleia tomou conhecimento das adesões recebidas e resolveu adiar o juramento do Imperador para o ato da correção. No dia seguinte, com a presença de Ledo, o Conselho de Procuradores votou que no momento da aclamação, a ser feita vinte e quatro horas depois, d. Pedro respondesse aos votos dos seus súditos, declarando aceitar o título de Imperador Constitucional, convencido de ser esta a vontade de todos eles. Dera em nada o temporal preparado por José Clemente; ia começar o furacão armado por José Bonifácio.

A despeito dos transes por que passavam os seus chefes, mostravam-se os liberais muito contentes por verem realizar-se a aclamação. Pouco tempo, porém, durou o ledo engano. No dia 19, descrevendo as festividades e respondendo a certo tópico de um artigo, tido por ministerial, o *Correio do Rio de Janeiro*, onde Ledo era suspeitado de escrever, incorria "na cólera de S. A. R.", dizia o ministro austríaco.

Relatava esse escrito os passeios do imperador e da imperatriz nos dias 15 e 16: "O povo a cada momento lhes embargava o passo por se apinhoar em torno deles." Eram vivas, agitar de lenços e mais expansões comuns em tais ocasiões. "O imperador ia quase sempre de cabeça descoberta. Eis o homem singular! Eis o Pedro 1º sem 2º. Eis um puro Democrata!!!. Eis o ídolo das adorações políticas dos portugueses do Brasil, modelo dos príncipes, amado dos seus súditos, seus amigos!!!!" Lembrava o escritor a José II da Áustria, que "se tornou singular por tão grandes ações"; lembrava também Pedro, o grande da Rússia, e mostrava que "Pedro Luso-Brasileiro" é maior, porque "recusa subir ao trono do despotismo, restitui ao homem a liberdade, cuida primeiro desta, acedendo sem repugnância a nomeação de uma assembleia Constituinte e Legislativa e nos dias mesmo em que os povos lhe conferem o título de Imperador familiariza-se com ele

5 Diz M. J. de Meneses na *Expos. Hist.* cit., terem ficado dois membos eminentes do Apostolado na sacristia da igreja de S. Francisco ao dirigir arruaça, ordenando aos seus principais agentes, os famosos Miquelina, Campos, Porto Seguro e outros que mandassem dar "morras" e pedir a deportação e algumas cabeças de membros do Grande Oriente. José Clemente teria sido vítima dos amotinados, se o seu boleeiro não fustigasse as bestas para atropelá-los.

de mais em mais, não muda de gênio, é o primeiro sem segundo." Acrescentava que Washington recusou o título de imperador que lhe oferecia o seu exército. Aceitando o título de imperador, Pedro Luso-Brasileiro fez mais, porque antes e muito antes desta época, disse ele: "O Brasil pretende e deve ser livre para ser feliz, e se os povos manifestarem geral desejo de serem republicanos não acharão em mim oposição; antes farei quanto puder para que o consiga e eu me contento em ser seu concidadão. Assim falava o coração em pequena companhia de passeio ao campo, onde hospedado não tinha a quem lisonjear para atrair. Assim obrava o jovem homem e o príncipe: assim obra ainda o Imperador."

O furor democrático do jornalista só se inflamava em resposta à *Gazeta do Rio de Janeiro*, a qual havia assegurado que já se teria, muito tempo antes, conferido a d. Pedro o título de imperador, se assim ele tivesse querido, pois só da sua vontade dependia. Então exclamava o *Correio*: "Só dependia da sua vontade!!! Infames desorganizadores da ordem social, até quando semelhante pertinácia? Quantas soberanias existem hoje em cada nação, cujo governo é representativo?" Lembrava então como as províncias tinham divergido, enquanto suspeitaram que se queria entronizar o despotismo, e concluía assim: "Empreendei de novo a escavação da mina e ficareis sepultados debaixo das suas ruínas." Esse furor alcançava o próprio José Clemente, aliás ligado à grei do *Correio*, pois a mesma cousa dissera ele no discurso pronunciado no ato da aclamação: Se o príncipe tivesse querido, de há muito gozaria o Supremo Título e Sublimado Emprego de Imperador Constitucional do Brasil, "que só dependia da sua soberana vontade".

Diz Mareschal que as palavras "verdadeiro democrata" foram causa da maior exacerbação de d. Pedro. Mas não tinha razão de magoar-se com semelhante tratamento quem no manifesto de 1º de agosto, dirigido aos brasileiros, cuja relação confiara a Ledo, chamara a d. João VI "rei cidadão". Nem tampouco, a não ser para chegar a seus fins, poderia José Bonifácio enxergar ameaça à dinastia na expressão "Pedro primeiro, sem segundo", equivalente a sem par, sem igual. Entretanto, aproveitando-se da cólera do príncipe, ele propôs medidas repressivas para pôr paradeiro a semelhantes liberdades. A primeira delas devia atingir pessoalmente o redator do *Correio*, Soares Lisboa, residente no Brasil, havia vinte e três anos, e na

opinião de Maler, homem obscuro, sem nenhum talento, desconsiderado onde tinha vivido, na Bahia e no Rio Grande, como no Rio de Janeiro; o seu jornal foi suspenso e foi-lhe dada ordem de deixar o país dentro de oito dias. A segunda tinha Ledo em mira e era o fechamento do Grande Oriente, que foi ordenado até segunda ordem.[6] Dois coronéis e outros oficiais suspeitos foram transferidos da guarnição com a incumbência de combater os índios. O padre Lessa, democrata influente, foi mandado retirar para o seu sítio, distante da cidade vinte léguas. Insinuou-se a José Clemente que se demitisse de presidente do senado da Câmara.

Tais medidas foram consideradas excessivas e causaram descontentamento público. Nóbrega não concordou com elas e pediu demissão. Apontavam-no como aliado ao plano de forçar a queda dos Andradas, na esperança de subir ao poder o grupo de Ledo. Como ele fosse estimado na tropa, que o viu com mágoa deixar a pasta, havia quem esperasse o concurso militar para o bom êxito de tal empreendimento. Também no Conselho de Procuradores houve manifestações de censura aos atos do governo, contra os quais três procuradores protestaram. Soube Mareschal ter havido cena violenta, exaltando-se o príncipe ao ponto de ameaçar Ledo "de enterrá-lo vivo".

Acreditou José Bonifácio que lhe voltava a fugitiva autoridade e a 22, mostrando extrema satisfação por tudo quanto tinha ocorrido, dizia ao ministro austríaco ser preciso tratar desse modo um partido para o qual não podia haver nem paz nem trégua.[7] Mas o seu contentamento ia ser perturbado. Seguiram-se dias terríveis de suspeitas, pasquins, proclamações, de um grupo contra o outro. Como a cólera do príncipe não era duradoura, por não o dominar o ódio, antes de uma semana já estavam mudadas as suas disposições de rigor, mandou relaxar a ordem

---

6 O Imperador mandou fazê-lo por meio desta carta, donde se vê como ainda eram cordiais as suas relações com o 1º vigilante: "Meu Ledo – Convindo fazer certas averiguações tanto Públicas como Particulares na M.: Mando primo como Imperador segundo como G. M., que os trabalhos M..: se suspendam até segunda ordem Minha. É o que tenho a participar-vos agora restante reiterar os meus protestos como I. – Pedro Guatimozim G. M. – S. Cristóvão, 21 dez. 1822 – P. S. Hoje mesmo deve ter execução e espero que dure pouco tempo a suspensão porque em breve conseguiremos o fim que deve resultar das averiguações." – Arq. do cast. d'Eu.

7 Mareschal. Of. nº 35-A de 29 de outubro.

de deportação do redator do *Correio*, que a ele tinha recorrido, a reabrir o Grande Oriente.[8]

Talvez d. Pedro recuasse sob a inspiração do reconhecimento devido aos promotores de todos os grandes passos da sua carreira, lembrando-se haver escrito a Ledo, quatro dias antes, tratando-o carinhosamente; negava-se por fim a acreditar que esses homens não fossem fiéis à monarquia. Mas José Bonifácio insistia por medidas violentas. Não podendo arrancá-las, vendo reabrir-se o Grande Oriente e revogar-se a deportação de Lisboa, empregou o supremo esforço; no dia 27 pediu demissão juntamente com Martim Francisco, aguardando-se para tornar pública a sua resolução dentro de dois ou três dias. d. Pedro fez tudo para demovê-lo de tal propósito. Naquele dia procurou-o duas vezes em sua casa na companhia da Imperatriz e ainda lá voltou na manhã de 28. José Bonifácio porém não lhe atendeu aos rogos.

Enquanto a crise se prolongava, os seus partidários organizavam manifestações e aguardavam o desenlance para reclamar a volta dos ministros demissionários ao poder. Eles sabiam que o Imperador encontrara as maiores dificuldades para reorganizar o Ministério e talvez voltasse a recorrer aos Andradas; Santo Amaro e mais dois convidados recusaram a pasta principal. O conde de São João da Palma, que já mostrara na Bahia ser homem sem força nem energia para arcar com as dificuldades do momento, mas a cuja porta ele batia, também não desejava aceitar. Em tais transes decidiu o Imperador pedir conselhos ao seu ex-ministro, por meio desta carta onde há franquezas brutais e sinal de ter-se conservado entre ambos a mesma amizade e confiança: "O conde da Palma não quis aceitar assim mande-me dizer quem lhe parece ou se se deve unir outra vez a Justiça ao Império, mas então quem servirá nos Negócios Estrangeiros? Peço-lhe que me excogite um se quer ainda que não seja de deitar a barra longe o que

---

8 A nova ordem foi dada nesta carta, datada de São Cristóvão no dia 25: "Meu I. – Tendo sido outro dia suspendidos nossos augustos trabalhos pelos motivos que vos participei, e achando-se hoje concluídas as averiguações vos faço saber que 2ª-feira que vem os nossos trabalhos devem recobrar o seu antigo vigor começando a abertura pela G. L. em Assembleia Geral. É o que por hora tenho a participar-vos para que passando as ordens necessárias assim o executeis. Queira o S A do U. dar-vos fortunas imensas como vos deseja o vosso I. P. M. R." – Arq. do cast. d'Eu.

não há. Não sei se Manuel Jacinto mas parece atado. Carneiro tem o irmão ladrão, de forma que não sei sobre que pé devo dançar é necessário romper com um porque se paramos perdemo-nos de todo assim peço-lhe que haja de me aconselhar como um amigo que deseja o bem da sua pátria e deste seu amigo Pedro."[9]

Por fim Palma submeteu-se; os outros ministros eram verbos de encher. A situação tinha se extremado de tal modo, que os homens do meio-termo não se poderiam manter e sendo tímidos por natureza, fugiam de intervir.[10]

A 29 estava tudo esclarecido. Os Andradas já não eram ministros; José Bonifácio deixou a sua casa do Rocio e retirou-se para a do Caminho Velho de Botafogo, onde costumava passar temporadas.[11] No prédio contíguo habitava o ministro da Áustria, que ali viu afluir muita gente, "fato raríssimo no Brasil". Essa gente tinha confiança na reitegração dos ministros e sabia não perder o seu tempo.

J. J. da Rocha, com aptidões comprovadas desde o Fico, multiplicava-se a organizar manifestações. A cidade agitava-se. As esquinas cobriam-se de avulsos impressos, pedindo a expulsão de políticos denunciados como inimigos do bem público. Folhas soltas eram distribuídas de mão em mão. Uma proclamação aos brasileiros atribuía a retirada dos "Franklins brasileiros" dos "anjos tutelares da regeneração política, que tinham erguido nos ombros o peso da Independência", ao grupo dirigido por um monstro, desejoso de nutrir do sangue do povo a ambição desme-

---

9 arq. do cast. d'Eu.

10 O Ministério ficou composto do conde da Palma, Reino e Estrangeiro; desembargador Tinoco, Justiça; Pereira da Cunha (Inhambupe), Fazenda; Vieira de Carvalho (conde de Laje), Guerra; capitão de fragata Moreira (Cabo Frio), Marinha. O primeiro-ministro d. Francisco de Assis Mascarenhas, foi feito conde e grã-cruz de Cristo por d. João VI; era o último de uma das mais antigas famílias do Reino, das chamadas "parentes da casa real". Foi governador de várias províncias, sendo a última delas a Bahia, e regedor de justiça, principal lugar administrativo de Portugal. Dispunha de grande fortuna, que lhe vinha do casamento com uma senhora brasileira. Pedro I fê-lo algum tempo depois marquês e mordomo-mor.

11 Atualmente Rua Senador Vergueiro. Era o único caminho de Botafogo, pois só muito mais tarde foi aberto o Caminho Novo, Rua do Marquês de Abrantes. A casa pertencia ao pai de Drummond e já não existe.

dida; pérfido, que queria a ruína de pátria, trazendo-lhe o nome nos lábios e o ódio no coração.[12]

Havia todas as frases já feitas, usadas em circunstâncias tais: "A nossa existência política está em perigo; o nosso imperador à borda do precípio." Lá estava o indefectível apelo aos "denodados militares", requestados em tais transes: "... exigi do Imperador o castigo dos malvados que macularam a vossa reputação" porque "o vosso nome serviu de instrumento aos faciosos que diziam contar com a Força Armada".

No círculo dos seus amigos do Paço sofria o Imperador grande pressão contra os democratas. Antônio Teles da Silva, que lhe desfrutava a intimidade e voltara de Portugal quando ali se acreditava no seu regresso, abandonou o palácio imperial onde morava, as funções de primeiro camarista e pediu passaportes para França, pois via os carbonários, no Rio como em Lisboa, influir decisivamente nos negócios públicos, sem serem reprimidos. Maler, a quem ele expôs estas intenções, conseguiu acalmá-lo e deu-lhe ânimo de esperar e persistir nos conselhos com que assistia a d. Pedro, alvitre aceito, porém nunca mais seguido de volta às funções da Corte.

No dia 30, à frente de numeroso bando, Rocha e o velho José Mariano da Azevedo Coutinho, colega de Ledo no Conselho de Procuradores e seu grande inimigo, marcharam para o senado da Câmara, vociferando contra José Clemente, obrigado a fugir para não ser maltratado. A assembleia reuniu-se tumultuariamente, destituiu o presidente, substituiu-o por outro, disposto a tudo submeter-se e foi então assinada uma representação ao imperador, declarando a demissão dos Andradas perniciosa à causa da independência e às liberdades públicas. Os amigos da ordem consideravam-nos unidos ao trono, "a única âncora do Império", o terror dos partidos tenebrosos, empenhados em minar a estabilidade do Brasil e preparar a guerra civil. O monarca devia saber que eles tinham pedido de-

---

12 Cairu comenta o apelido dado aos ministros demissionários para mostrar que "os Andradas foram contrastes, não tendo paralelo com Franklin". Este odiava a injustiça do Parlamento inglês, mas foi dos últimos a aconselhar a Independência e por isso não fez parte do primeiro Congresso: "nunca foi instigador da guerra, mas negociador da paz; proscreveu o tráfico dos negros da África e o uso do corso." *Op. cit*. Parte X, seç. III, pág. 69. É velho o vezo brasileiro dessas comparações, que continuam a fornecer outros heróis de muito menor porte.

missão por verem aumentar impunemente o partido facioso, cujos meios para chegar aos seus fins envolviam até a exploração da credulidade pública, assustando o povo com o próximo advento do despotismo quando o governo era um governo de liberdade e eles sim, viriam a ser despóticos. Se tal gente subisse ao poder, o próprio soberano e sua família ficariam expostos aos delírios desses perversos a ambiciosos. Era preciso puni-los e não demitir ministros fiéis e zelosos.

Por outro lado um comandante de batalhão, irmão de Rocha, obteve assinaturas da respectiva oficialidade para outro documento da mesma natureza, no qual renovavam juramentos de fidelidade à causa do Brasil, a fim de não deixarem dúvida acerca das afirmações espalhadas pelos inimigos dos Andradas, de contarem com a força pública para a consecução dos seus fins. Faziam o mais alto conceito dos demissionários e suplicavam ao Imperador que lhes restituísse os empregos, para honra e bom nome do Governo, prosperidade e segurança do Império. Tal intervenção era de grande efeito. D. Pedro recebia ambas as petições e declarava estar sempre pronto a fazer o desejo do povo.

Crescia pois a esperança dos partidários dos Andradas, que se juntavam no Rocio, gritando e reclamando a sua volta. Os mais influentes corriam a Botafogo e concitavam José Bonifácio a ali comparecer para assim animar o movimento. Conseguido seu intuito vinha o grupo de cavaleiros avançando seguido de povo que aumentava pouco e pouco. Na altura da Glória encontraram o imperador, que tendo deferido as representações, ia em pessoa, acompanhado da imperatriz, dar aos dois ministros a nova de estarem reintegrados nos seu cargos. Apeou-se da carruagem beijou-os várias vezes e por fim lembrou a José Bonifácio bem lhe haver dito que o povo não o deixaria partir.

O préstito ficou ainda mais luzido com o concurso do soberano, o qual, chegando ao Rocio, apareceu às janelas da casa de José Bonifácio e ao lado dele. Aos vivas erguidos ao seu nome e ao nome do monarca, respondeu o ministro: "Viva Pedro I, II, III, IV" querendo aludir dessa forma ao artigo do *Correio*, que falara em "Pedro I sem segundo". Logo ali ele declarou só ter voltado ao poder sob a condição de serem punidos os culpados.

Remetendo ao seu governo os jornais e avulsos, publicados naqueles dias, Maler, aliás sem regatear aplausos ao golpe desferido contra os

"carbonários", explicava que na leitura de tais papéis se podia ver "como se preparou, facilitou e terminou essa espécie de comédia, "e também a juizar da facilidade com que se pôs termo a essa espécie de ídolo, cuja imaginária popularidade fazia tremer a corte e o ministério".[13] A cordialidade mantida entre o imperador e José Bonifácio, a colaboração deste na escolha dos novos ministros fazem crer que talvez tenha sido tudo comédia, como dizia Maler. O ídolo a que ele se referia era Ledo, cujo poder, agora menos acabado era real, meses antes, quando Maler se mostrava espantado de vê-lo impor-se a José Bonifácio, como personagem importante, e da espécie de ascendência que conseguira exercer sobre o próprio príncipe. Nesse momento, a despeito de tudo, declarava ser forçado a reconhecer o estranho fato: "para um lugar para si, quer nas sociedades secretas por ele organizadas, esse aventureiro obscuro exercia influência soberana."[14]

Idolatria popular, força da autoridade, tudo, porém, era igualmente precário. Os triunfadores daquela hora não tardariam também muito tempo em sofrer o dissabor de tão amarga verdade.

Viu-se então, nos dias que seguiram, o espetáculo habitual, comum em épocas revolucionárias. Eram arrastados aos cárceres, deportados, fugitivos, grande parte dos homens que tinham promovido em feito triunfar a independência: José Clemente, presidente do senado da Câmara, órgão do movimento em prol do Fico, bem como de todas as aspirações coroadas pela aclamação de 12 de outubro; Alves Branco Muniz Barreto, promotor na maçonaria do título de Imperador; o general Nóbrega, ministro da Guerra, companheiro dos Andradas no primeiro ministério de iniciativa do regente; o cônego Januário, redator do *Revérbero*, que fizera a mais viva propaganda da emancipação política, enviado a Minas pela maçonaria para promover a aclamação dos poderes soberanos de d. Pedro; Ledo, seu companheiro, alma e intérprete de toda a agitação liberal do Rio de Janeiro; todos eles e ainda outro grande grupo da mesma cor política.[15]

---

13 Maler. Of. nº 242, de 5 de novembro.

14 *Ibid.* Of. de 9 de fevereiro.

15 No processo isntaurado contra todos eles Januário foi acusado de ter ido a Minas preparar o advento da República, quando entretanto, conforme asseverou José Clemente no cit. manuscrito públicado pelo *Jornal do Comércio* partira e "autorizado por portarias, passaportes do ministério e com inteiro conhecimento dele".

Do fundo do esconderijo, onde conseguira escapar à caçada, Ledo requeria ao Imperador a 2 de novembro que o mandasse processar, para demonstrar-se inanidade das suspeitas, contra as quais o tinha prevenido, recebendo a sua imperial palavra de não lhes dar crédito: "... quando eu seguro na augusta palavra de V. M, que poucos dias antes me dera, de não conceituar rumores, que os meus perversos e gratuitos êmulos de antemão espalhavam contra mim...." E adiante: "... me arguiram de fautor de um partido que projetava substituir um sistema de forma republicana à atual forma de governo, pela qual tanto trabalhei e que até em um meu voto no Conselho de Estado estabeleci como fundamento da segurança interna do Brasil..." A esse requerimento juntou Ledo proclamações anônimas, saídas da Imprensa Nacional, nas quais se denunciava a existência de um partido republicano e espalhava-se o terror. Ele desafiava os seus acusadores a que apresentassem o corpo de delito, capaz de servir de base a essas denúnicas, documentos comprobatórios de suas asserções, e perguntava ao monarca se ele mesmo não sabia que nunca intrigara nem proferira a menor palavra contra "pessoas veneráveis".

Dessa mesma data, dia de finados, é a portaria de José Bonifácio, ordenando "prontas e enérgicas providências para se descobrirem os terríveis monstros, desorganizadores da boa Ordem, que intentavam encher de luto a capital, conspirando contra o governo estabelecido, espalhando contra ele as mais atrozes calúnias, fomentando enfim e anarquia e a guerra civil", para que "não fiquem impunes os faciosos e inimigos da tranquilidade pública, traidores do Império". A devassa devia reagir "sobre pessoas já acusadas pela opinião pública." Dever-se-ia "proceder sem a maior perda de tempo a uma rigorosa devassa, convidando a todos os cidadãos, honrados e zelosos, sem exceção de classe, para irem depor".

Sem ao menos sofrerem interrogatório, foram deportados José Clemente, Nóbrega e Januário, a despeito do processo a que respondiam. Devendo eles partir a bordo de um navio francês, Maler procurou obter informações oficiais a seu respeito para transmitir ao governo de Paris. Achando-se José Bonifácio com d. Pedro em Santa Cruz, foi colhê-las de Martim Francisco. Este respondeu ser notório que os deportados haviam tomado parte nas tramas descobertas levantando contra si a indignação pública. Sua culpabilidade resultava do processo aberto a esse respeito; mas

o Imperador, usando de clemência, queria substraí-los ao suplício de que estavam ameaçados e por isso os mandava embarcar. Comentando essas informações, escrevia Maler que teria sido melhor usar o monarca da sua clemência depois do julgamento, pois não falharia quem visse no seu ato arbítrio e injustiça em vez de bondade.[16]

A linguagem do ministro era idêntica à dos *corypheus* do governo. Na sessão celebrada no Conselho de Procuradores a 11 de novembro, José Mariano de Azevedo Coutinho, colega de Ledo pela província do Rio, mas seu inimigo rancoroso, declarava em representação ao imperador achar-se o povo "no mesmo estado de aflição em que o havia posto a demissão dos ministros, ora reintegrados a rogativas do mesmo povo, por não ver até hoje em ação e execução "as providências por ele pedidas a 30 de outubro para restabelecer a paz, dependente do extermínio desses malvados homens, cujas cabeças em altas vozes podia, como chefes do infame partido democrata, antigos e declarados inimigos do trono". Podia garantir o acordo dos seus colegas "em juntar-se a esta súplica para com o extermínio desses indivíduos apontados tranquilizar-se o espírito público". Sendo deportados, até seriam postos a salvo dos efeitos das comoções populares, pois se achavam "expostos à execração pública".[17]

Assim executava o poderoso ministro o seu plano de exterminar os adversários, que ele supunha dispostos por sua vez a aniquilá-lo. A ideia corrente era de um duelo de morte entre as duas facções. Acreditava o ministro da Áustria, a quem Ledo e os seus se afiguravam repúblicanos, que os democratas esperavam não ser possível a conservação do novo Ministério e desse modo tornar-se certa a sua chamada ao poder. Então realizariam o seu intuito de "desfazer-se violentamente dos dois irmãos Andradas, enviar o príncipe para Lisboa e declarar a República".[18]

Naturalmente sob a influência dessas desconfianças, já expedira José Bonifácio ao intendente de polícia, em 2 de outubro, dias antes da votação acerca do juramento prévio, várias partes e denúncias chegadas às suas mãos, e comunicara-lhe estar capacitado, por muitas outras indaga-

---

16 Maler. Of. nº 257 de 18 de dezembro 1822,

17 Public. do *Arq. Nac.* nº XVIII, pág. 39.

18 Mareschal. Of. nº 35 de 4 de novembro.

ções e notícias, de haver tramas infernais, urdidas "não só contra a causa do Brasil, mas contra a preciosa vida de Sua Alteza Real", contra a dele José Bonifácio "e contra todos os honrados cidadãos, amigos da nossa causa".

Chegando a essa altura, as suspeitas atingiam o delírio e o ministro ordenava ao intendente que "reservando para outra ocasião os dinheiros da Polícia, destinados para objetos menos importantes, os empregasse na conservação de bons agentes e vigias". Para tornar bem claros os seus desígnios, definia-os assim: "Quando a pátria está ameaçada por traidores solapados, não valem as chicanas forenses e só deve reinar a lei marcial."[19]

Os fatos vieram posteriormente demonstrar que não se cogitava de alteração de regime, nem as devassas revelaram nenhum plano sanguinário. Quando muito, o grupo do Grande Oriente constituía o elemento democrático, cioso de maior influência da representação nacional nos poderes do estado, ao passo que os Andradas, instalados no Governo, queriam reforçar o poder da Coroa, do qual participavam. No fundo da questão, porém, tudo se reduzia à luta pelas boas graças do príncipe, cuja perda desviaria depois, em sentido contrário, os esforços daqueles, tão devotados agora à sua causa. Era o choque entre a tolerância dos governantes e a rivalidade dos seus êmulos, produzido sem demora, logo após o triunfo preparado em comum.

Os depoimentos colhidos na devassa limitaram-se a referir quanto já se sabia da indisposição dos acusados contra os Andradas e a atribuir-lhes ideias liberais. Nenhum apontou qualquer fato de importância, ou ato de conspiradores, ou começo de ação. O alferes Teodoro Fernandes da Gama amiudadamente tratou com Ledo, "refinado repúblicano e intrigante conhecido", a quem muitas vezes ouviu desacreditar José Bonifácio e dizer que o Governo não estava ainda seguro; igualmente ouviu Ledo defender a carta de Cau, publicada no *Correio*, e era ele talvez autor de muitos escritos desse jornal; considera do mesmo caráter a José Clemente, do qual escutou queixas contra José Bonifácio por ter exigido doze anos de residência para europeus serem eleitos deputados à Constituinte, cláusula esta donde resultava a exclusão dele José Clemente, de quem ouviu dizer que mandava artigos a Ledo para saírem no *Correio*. De Januário e Nóbrega sabia serem do mesmo partido.

---

19 Public. do Arq. Nac., XVIII, pág. 89.

Nóbrega era apontado pelo padre Manuel de Freitas Magalhães como desafeto da Casa de Bragança; o padre Ribeiro Duarte tinha-o como aliado do povo contra a realeza. Testemunhas, procedentes do Espírito Santo, atribuíam-lhe ideias liberais, enunciadas antes da Independência, e contavam que indo ele ali em comissão militar, mostrara-se favorável à formação de um governo provisório e declarara estar passado o tempo do despotismo.

José Joaquim da Rocha depôs ser público que José Clemente, Ledo, Januário e Nóbrega "tinham tomado o expediente de mudar a forma de governo"; os meios por eles adotados eram, entre outros, "infundir nos povos receios de despotismo para desta maneira odiarem o Imperador, José Bonifácio e Martim Francisco", sendo que contra os dois últimos falavam mal publicamente. Aos acusados atribuía essa testemunha a autoria de artigos públicados no *Correio*, num dos quais d. Pedro era considerado apenas presidente da nação e era primeiro, mas não teria segundo. Por todos esses fatos concluiu Rocha já não ser lícito duvidar das perniciosas "intenções de tais indivíduos", que cogitavam de depor os ministros Andradas. Tudo isso ele apenas ouvira dizer e também que Nóbrega e Ledo se tinham regozijado com a demissão dos dois irmãos. Lembrava por fim ter sido José Clemente quem levantara a ideia do juramento prévio do Imperador à Constituição a ser votada pela assembleia.

Outra testemunha importante foi Antônio Teles da Silva. Todo o seu longo depoimento é um libelo político, um rosário de induções e deduções arbitrárias. Os acusados pretendiam convencer o povo que os Andradas intentavam restabelecer o despotismo; sendo amigos do editor do *Correio*, reconhecidamente incapaz de escrever, deviam ser eles os autores dos artigos, publicados nesse jornal contra o Governo. Soares Lisboa não passava de "ex-espião e ex-vivandeiro no Rio Grande do Sul, homem ignorante, quase estúpido, enfim tal qual é sempre o testa de ferro". De tudo isso Teles "depreendeu a existência de um nefando partido, cujos infames membros tinham por fim a destruição do governo monárquico no Brasil". Depois analisou a vida política dos acusados principais desde 26 de fevereiro de 1821, com o fim de provar que não eram monarquistas.

Outra testemunha, o tenente-coronel Oliveira Salgado, tinha um hóspede que era frequentador da casa de um ourives, onde se reuniam

um padre e outros indivíduos, os quais diziam sempre mal da situação política, ao ponto de um dia declararem "que se tratava de arranjar uma república, e que o agente cabeça desta ideia era Ledo". O tal hóspede foi dar denúncia a José Bonifácio. Luís de V. M. Drummond repete os precedentes depoimentos e refere não haverem os acusados oculto o seu regozijo pela queda dos Andradas em outubro. O frei Sampaio alude à conhecida indisposição de Ledo contra José Bonifácio e queixa-se de Ledo tê-lo acusado perante a maçonaria por haver defendido no *Regulador* o veto e a sanção imperial aos atos da Constituinte; denuncia José Clemente de partidário das Cortes para aceitar o governo de uma junta, da qual o príncipe fosse simples presidente, e de só ter concorrido para o Fico quando viu manifestar-se neste sentido a opinião geral. Depôs também o cônego Tomás José Aquino, repetindo a declaração que fizera, quando o Imperador reintegrou os Andradas, de achar-se disposto a romper as entranhas de Ledo, se lhe perdoassem o crime.[20]

A de V. M. Drummond, irmão de Luís e amigo íntimo de José Bonifácio, limitou-se a dizer que era público o projeto de Ledo e seus companheiros de mudarem a forma de governo. Para justificar essa presunção apontava indícios, como, por exemplo, certos artigos do *Correio*, a eles atribuídos.

Quando mais tarde se discutiu na Constituinte o projeto mandando revogar o alvará de 30 de março de 1818, expedido como medida de terror, após a revolução de Pernambuco no ano precedente e pelo qual eram instituídas penas de confisco, proscrições, infâmia e morte contra os membros das sociedades secretas, o próprio José Bonifácio declarou ter razões para crer que os colhidos pela devassa não haviam sido processados com pedreiros-livres, mas "*por quererem entrar em conspiração* contra o sistema do Brasil e contra a segurança pública".[21]

---

20 Referindo-se ao depoimento de Sampaio, escreve M. J. de Meneses na sua citada *Exposição* que "para cúmulo do opróbrio", compareceu ele em juizo "depondo com falsidade contra seus irmãos; que fora surpreendido no seu convento para comparecer na sociedade maçônica; e que depois de ser ameaçada a existência e cercarem-no de punhais, por causa das doutrinas que publicava o periódico *Regulador*, que redigia, fora obrigado a desdizer-se; o que fizera coacto para salvar a vida".

21 *Anais da Constit.*, tomo I, pág. 62.

A lista dos acusados continha quatorze nomes: Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luís Manuel Alves de Azevedo, Tomás José Tinoco de Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valério Tavares, João Soares Lisboa (presos), Pedro J. da Costa Barros, João Fernandes Lopes (em homenagem), Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, Januário da Cunha Barbosa, padre Antônio João Lessa (ausentes).

Concluída a devassa em abril de 1823, Montenegro, ministro da Justiça, baixou portaria a respeito do julgamento por fazer. Diversa era a sua linguagem, comparada com a dos atos expedidos por José Bonifácio. A mesma diferença está notada na linguagem de Carneiro de Campos, que a este há de suceder no Governo, ainda durante a reunião da Constituinte. Carneiro era relativamente homem novo, mas Montenegro fora capitão-general sob d. João VI. No furor do absolutismo, tratando-se de adversários, eram comuns as expressões odientas de "infames, malvados" e quejandas. José Bonifácio nunca as esqueceu nem substituiu, como fez o seu sucessor e até o seu colega de Ministério. Escrevia o ministro da Justiça: "S. M. I. não quer ver a inocência oprimida, nem o Império do Brasil perturbado por facções; quer que se castiguem os maus para emenda sua e exemplo dos outros; que esta causa seja julgada por ministros que mereçam a confiança pública pelos seus conhecimentos e probidade."

A 5 e 7 de julho, a Relação condenou Lisboa a dez anos de prisão e absolveu unanimemente os demais por falta de provas, pois "todas as imputações, de que depõem as testemunhas desta Devassa contra os RR são de mera presunção, nascidas de vozes vagas ou fundadas em ditos singulares ou em fatos de opinião públicada pela imprensa", dizia assim o acórdão.

Tempos depois de passada a tormenta, José Clemente analisou-a com tal superioridade de julgamento, como se ela não o envolvera. Fazendo embora a ressalva de considerar imperdoável a cabala de 30 de outubro, que perseguiu "homens decididos pela causa da independência e da liberdade, os quais muito tinham ajudado o Ministério", escreveu estas palavras exemplares, destinadas a explicar de modo geral os excessos do Governo, explicação a que é preciso juntar as peculiaridades de caráter dos Andradas:

"A história das revoluções não apresenta uma só que não tenha sido enlutada com os vexames das perseguições: estas são da natureza das

coisas e de todos os governos criados pelas revoluções; o Brasil é sem dúvida o que padeceu menos. Sempre que se romperam os vínculos sociais, agiam-se os espíritos de todo o povo, as autoridades perdem sua força e a resistência às suas ordens são inevitáveis. Lembrados dos abusos do governo que acaba, é natural nos súditos o receio e a desconfiança de que o novo governo os queira restabelecer; todos os atos deste lhes parecem simulados e tendentes a este fim: qualquer medida é olhada como pouco própria da nova ordem de coisas; todos veem estas ao seu modo e entendem que o governo as vê mal; todos desejam que as reformas se operem em um momento e que a prosperidade apareça de repente; todos, para dizer tudo de uma só vez, querem a reforma na casa alheia, mas nenhum a quer na sua. Daqui nasce a falta de confiança no governo e reciprocamente a falta de confiança deste nos governados.

"Ele marcha portanto sobre um terreno pouco seguro; qualquer pequena oposição o assusta, e como não está certo do seu poder, vê-se obrigado a apoiar-se no partido que lhe parece mais favorável e persegue os que lhe parecem opor, e nisto é fácil o enganar-se, porque aqueles que lisonjeiam o poder são ordinariamente os mais incapazes de o sustentar, e os que lhe fazem oposição, se esta não exceder o limite do justo, são o seu apoio mais seguro, sempre que ele queira ser justo".[22]

22 *Jornal do Comércio*. Manuscrito cit.

. . . .

Capítulo XXVI

A DEMISSÃO DOS ANDRADAS

ACREDITA Varnhagen que o exercício da intendência de polícia na cidade do Porto, sob o regime absoluto, deixou em José Bonifácio, "de índole naturalmente boa", a eiva daquele ofício. Quando ministro revelavam os seus atos a obsessão da espiagem, desconfiança a respeito de quem quer que não fosse da sua grei, acompanhadas de rancor, incompreensível em natureza bondosa. Aliás pouco tempo ele ali demorou; foi logo demitido, por terem-no como "fogoso, violento, apaixonado", escreveu o seu panegerista Latino Coelho, que assim o defende: "Foi austero, talvez duro nesta nova magistratura. Não é porém factível equilibrar de novo a sociedade, quando rotos por largo tempo os vínculos morais, sem que à gente acostumada à soltura dos costumes e das leis pareça draconiano e severíssimo o que apenas é justo e salutar."[1] Por isso, o seu governo, na opinião de Armitage, foi nesse particular muito pior que o de d. João VI.[2] Ao condenar algumas deportações e numerosas prisões, feitas em abril, sem motivo justificado, escrevia Mareschal, insuspeito nesta matéria: "Este país

1 *Elogio Hist. de J. B. de A. e Silva*, pág. 35.
2 Armitage. *Op. cit.,* pág. 46.

nunca foi habituado a medidas rigorosas; o governo do rei era absoluto, mas pecava antes pelo excesso contrário."[3]

Mantinha-se a linguagem *iracunda* da polícia de outrora, que o povo esperava ver extinta depois da Independência e só se modificou quando José Bonifácio deixou o ministério. As suspeitas acerca da facção fluminense estenderam-se ao país inteiro, sobre o qual foi atirada uma rede de pesquisas em que cabiam as mais condenáveis perseguições. A 11 de novembro expedia o ministro do Império uma circular a todos os governos e câmaras das províncias, comunicando a descoberta "pelo povo e tropa da corte" de "uma facção oculta e tenebrosa de furiosos demagogos e anarquistas", "contra quem se estava devassando judicialmente, e mandava que cuidassem" "sem perda de tempo em vigiar e descobrir com todo o esmeto e atividade quaisquer ramificações desse infernal partido, indagando quais sejam os seus agentes e emissários por meio da mais rigorosa devassa". Esse ato abriu campo às delações e pôs em perigo a segurança de toda gente, exposta à pecha de suspeito e à vingança do inimigos sem escrúpulos. Foi encarregado das diligências na capital o desembargador França Miranda, amigo íntimo de José Bonifácio, que depois de demitido viria a ser redator do *Tamoio*, órgão de oposição ao novo governo e agitador do ódio contra os portugueses. Providenciando no sentido de ser remetida àquele magistrado uma peça para ser inclusa no processo do "faccioso Ledo", recomendava o ministro que se procedesse na forma requerida "a fim de se conhecerem por meio das necessárias averiguações os enormes crimes daquele malvado".

Não bastando a parcialidade do juiz, foi-lhe ainda ordenado em portaria de 6 de novembro, exatamente como se praticara em São Paulo, que fizesse "remover para fora da cidade e seu termo, segundo a lei, todos aqueles indivíduos, acusados pela opinião pública, assim como os seus infames partidaristas e mais pessoas compreendidas na facção forjada contra o governo, para que deste modo se pudesse proceder à competente devassa sem aqueles obstáculos que a presença deles poderia exercer aos ânimos de seus acusadores".

Aliás José Bonifácio procedia com Ledo e seus amigos como procedia a respeito de todos os incursos em suspeitas de conspiração. Pou-

3 Mareschal. Of. nº 12 de 20 de abril de 1822.

co tempo depois de assumir o Governo, começou em abril a desenvolver o mesmo sistema inquisitorial. Declarava ao intendente-geral da polícia ser "um dever sagrado nas atuais circunstâncias vigiar sisudamente todos os malvados, que maquinam, para fins sinistros e criminosos, contra a tranquilidade e segurança pública". Mandava portanto: "Escolha e aumente o número das pessoas que devem espiar todas as maquinações referidas." Dias depois escrevia ao mesmo intendente, remetendo cartas que lhe tinha trazido um oficial de milícias, as quais haviam sido apanhadas na rua "por um seu moleque, vindo da Carioca, de manhã muito cedo", e constituíam "uma denúncia dada ao brigadeiro Nóbrega, de um clube de malvados". Bilhetes enviados à Polícia pelo ministro deixam compreender que muita gente era seguida e até havia pessoas espiadas em suas próprias casas: "Filipe Néri, que assiste na casa do desembargador Leite, na Rua das Mangueiras, fala sem o menor receio e diz de público que o melhor governo é da República e quando fala não pede segredo, e o Leite desembargador com o seu cunhado Coelho têm observado mais alguns, que poderia saber dos nomes."

Deputados à Constituinte eram sujeitos às mesmas indagações. Chegando ao Rio, em julho José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, representante do Ceará, era mandado seguir, "não se perdendo um só momento, sem que fossem observados seus passos e relações procurando-se por todos os meios ocultos e indiretos tomar conhecimento de suas intenções".

Do Rio José Bonifácio recomendava este regime a todos os cantos do país e de toda parte recebia avisos. Soubera que estava clinicando em Pelotas um médico francês chamado de Paula, o qual raptara em São Paulo uma senhora de família distinta, e estava agora espalhando ideias revolucionárias para estabelecer o sistema republicano; logo ordenava todas as providências "para que este malvado não viesse com a sua pestífera influência a perturbar a tranquilidade pública e acumular crimes sobre crimes".

Sempre com tais expressões de dureza referia-se o ministro aos seus adversários. Tratando o movimento realizado em São Paulo, donde resultou ser Martim Francisco deposto de membro da Junta de governo, apontava os seus autores como tendo instigado "um punhado de miseráveis e facciosos". Dois deles, Costa Carvalho e Francisco Inácio de Sousa Queirós, e talvez Oyenhausen, continuavam a mostrar "os mesmos sentimentos antigos, criminosos e perversos". Também Feijó não escapou de

cair sob as vistas da Polícia. Tendo dirigido, ao voltar de Lisboa em 1823, uma representação ao Imperador por intermédio do seu ministro, não logrou que esse papel chegasse ao seu destino. Quando caíram os Andradas, o ex-deputado às Cortes dirigiu uma carta ao soberano, repetindo quanto encerrava aquele documento, que "por infelicidade, S. M. não leu", só vindo a saber do seu conteúdo pelo ministro, de que aliás aquelas opiniões não tiveram censura, mas valeram ao seu autor a pecha de democrata e carbonário.

Dizia então Feijó nessa carta "terem escapado ao ministério algumas palavras que davam lugar aos inimigos da causa e aos mesmos amigos da liberdade a funestas reflexões". Analisando a Constituição de Portugal, "declamou alguma coisa contra a aristocracia, certo de que assim não pensava aquele ex-ministro", mas por considerar essa instituição "uma vergonha para os povos e um estorvo para os monarcas". Declarou ainda o seu "sentimento contra o veto absoluto", por entender que o imperante "tinha as necessárias atribuições para bem governar". Deu a sua opinião acerca do governo das províncias e ainda outras ideias, "sem se importar com a contradição em que se achava com os planos e projetos daquele ex-ministro".

Declarava o futuro regente haver assim procedido por ter encontrado a imprensa amordaçada, nenhuma opinião podendo ser expendida publicamente, em desacordo com a de José Bonifácio. Parecia-lhe que em tais circunstâncias a Constituição poderia ser aceita apenas por constrangimento, para depois vir a reação, e desabafava com os seus amigos contra as deportações de tantos próceres da Independência, cujo único delito era serem infensos àquele ministro e à sua família; contra a devassa geral, porta aberta à vingança dos denunciantes; contra o fato de arvorar-se a suspeita em crime provado; contra o desenvolvimento da espiagem e a violação do correio.[4]

Por motivo de tal franqueza, Feijó foi inscrito no rol dos indivíduos perigosos. A 11 de junho era expedida ao capitão-mor de Itu uma portaria do ministro do Império, José Bonifácio, mandando que "por todos os meios ocultos, ao seu alcance", procurasse conservar debaixo da

4 Carta transcrita integralmente na *Aurora fluminense* de 5 de set. de 1832.

maior vigilância ao padre Feijó, o qual, "aos sentimentos anárquicos e sediciosos, de que era revestido, unia a mais refinada dissimulação" e "por sua perniciosa influência" punha em perigo a comarca.[5]

Essa política de intolerância e violência levantou contra José Bonifácio uma onda de adversidade. A sua índole combativa, o seu orgulho desmedido, a sua paixão patriótica emprestavam ao zelo pela ordem pública verdadeiro furor contra todos quantos divergissem do seu modo de ver, ou não se pusessem submissamente às suas ordens. O momento delicado que ele atravessava naturalmente exagerava-lhe a desconfiança; mas faltava-lhe de todo a calma, a circunspeção, o espírito de justiça necessários para não transformar os seus cuidados em medidas excusadas e para os não acompanhar desse cortejo de ódio e de vingança.

A soberba é má companheira dos governantes. Quem governa precisa ouvir e consultar, para discernir; mas quem presume por demais de si próprio, é sempre infenso à colaboração de estranhos e acaba por prescindir das opiniões, ainda mais, que por serem às vezes discordantes, acabam por tornar-se incômodas. Daí resulta ficarem os homens dessa natureza presas da lisonja interesseira, disposta sempre a apoiar-lhes até os despropósitos, e alheados das influências desinteressadas, cuja independência seria de prezar. Arredadas de intervir legitimamente nos negócios do estado, vão elas se agrupando, afastando-se cada vez mais. Produz-se então em torno do governo o vácuo onde ele acaba quase por não respirar e até por sucumbir, à falta da renovação de ideias, que só o contato do ar exterior poderá alimentar.

Em contraposição aos elementos ativos da Independência, que desde o primeiro momento se mostravam assim tão extremados, havia

---

5 Todas essas portarias, na ordem em que são citadas, vêm transcritas no nº XVIII das *Public. do Arq. Nac.*, págs. 68, 70, 117, 95, 123, 73, 115, 122. Em sessão da Câmara dos Deputados, a 19 de maio de 1832, referiu-se Martim Francisco a esse incidente, dizendo que de volta das Cortes, Feijó procurou A. Carlos, a quem falou da impressão "de um escrito republicano". Ouvido a esse respeito, Martim não lhe negou o direito de públicar, mas como amigo nunca o aconselharia a dar tal passo. Acrescentou que Pedro I suspeitava Feijó de republicano e insistiu pela expedição da portaria. Mas é para considerar que o Imperador não leu o escrito e obrou conforme as informações de José Bonifácio, a quem como a Martim, se afiguravam republicanos os princípios expostos por Feijó.

grande grupo de homens discretos, formado de brasileiros natos e adotivos, alguns dos quais, como o próprio José Bonifácio, não se tinham libertado totalmente da educação absolutista do reinado de d. João VI, mas haviam colhido em cargos de administração, na convivência dos dirigentes, o tato das realidades políticas. Esse elemento espreitava o momento de tirar partido das dissensões dos exaltados para convencer o soberano da conveniência de apoiar-se na experiência de servidores mais hábeis, quiçá mais complacentes.

A Constituinte seria a arena do combate previsto. Conquanto no início do regime, não houvesse ostensivamente matéria de confiança política na eleição da mesa, foi sinal do espírito da assembleia a maioria de votos para presidente da Assembleia ao bispo capelão-mor, d. José Caetano da Silva Coutinho, em concorrência com José Bonifácio, que ficou em minoria no segundo escrutínio, onde o pleito se decidiu. Como as eleições se renovassem cada mês, em junho foi o ministro o escolhido; mas em agosto o seu nome apareceu de novo na urna ao lado de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, que também triunfou na segunda votação.[6]

6 Essas eleições não tinham na realidade caráter acentuadamente político, pois ainda na de agosto entraram juntos em segundo escrutínio dois chefes dos independentes, Santo Amaro e Pereira da Cunha, votados para vice-presidente: mas a insistência com que se sufragou o nome de José Bonifácio em três eleições seguidas, na segunda das quais foi eleito, mostrava da parte dos seus amigos a preocupação de destinar-lhe o lugar onde maior ação poderia exercer sobre a Assembleia. Não deveria, pois, ser-lhe indiferente o resultado do pleito, sobretudo quando os candidatos que lhe foram opostos eram homens de grande moderação e espírito de justiça, o primeiro o bispo capelão-mor o segundo. Câmara, que no reinado do d. João VI, era intendente-geral dos diamantes, cargo cujos poderes quase absolutos, lhe permitiram demonstrar excelentes qualidades. Cabia-lhe a polícia em todo o distrito e as funções ao mesmo tempo de administrador e juiz. Naturalista de grandes reputação, como José Bonifácio tinha viajado pela Europa durante oito anos. Mawe exalta-lhe o merecimento profissional e refere-se à excelente impressão por ele deixada em Paris. (*Op. cit.,* I, 91.) Saint-Hilaire conheceu-o no Tijuco, ou Serro, e pronunciava a seu respeito o mais elevado conceito: "distinguia-se por probidade raríssima entre os mineiros e poucos homens poderiam tanto como ele ser úteis a sua bela pátria. Distribuía justiça paternalmente,... vivia entre os empregados e os principais habitantes do Tijuco como entre iguais. A gente do povo queria-lhe muito bem e era acorde em elogiá-lo." – *Voyage dans le District des Diamants,* vol. I, pág. 78.

A pressão que caíra em outubro sobre as opiniões contrárias ao Ministério continuava a oprimi-las. Os deputados partiam das províncias, com a esperança de encontrar o céu limpo, a atmosfera pura e vinham ver as mesmas nuvens negras, respirar o mesmo ar rarefeito. Ainda em fevereiro, havia três meses, tinham-se realizado dez prisões de pessoas conhecidos, uma das quais brigadeiro do exército, pelas mesmas suspeitas da questão do juramento prévio.

Mareschal[7] apregoava a firmeza do Governo e a significação da sua política: "O Governo é tão respeitado e temido neste momento que se pode esperar o seu mais feliz êxito; todas as cabeças do partido democrata estão afastadas ou abatidas; as últimas prisões não produziram nenhuma queixa, nenhum murmúrio", os jornais da oposição liberal tinham desaparecido todos. Assim exprimia-se ele a 10 de fevereiro e ao próprio José Bonifácio dizia o seu modo de julgar a situação: os fatos de 30 de outubro tinham de tal modo desenhado a política do governo, que só depois daquela data "se pode julgar do estado real dos negócios e dos princípios adotados pela corte do Brasil". Isso encerrava de algum modo promessa das simpatias da Santa Aliança pela Monarquia em caminho de afastar-se dos moldes ingleses e entrar na forma de ferro, forjada por Metternich e pelo tzar da Rússia. Ao seu próprio chefe informava o diplomata austríaco que o governo "seguia passo a passo a marcha traçada pelas grandes potências". A respeito de tudo isso, porém, havia uma grande dose de incerteza e desconfiança acerca da ação da Constituinte. O governo continuava a cogitar do veto absoluto e malgrado ter reduzido ao silêncio os democratas, não via ao certo em que posição ficaria, quando se encetassem os trabalhos da Assembleia. A sua maior preocupação era obter que ela se ocupasse unicamente de elaborar a Constituição e não se envolvesse em assuntos administrativos nem na análise dos negócios correntes.

Desde o primeiro momento, porém, os fatos começaram a mostrar que a Assembleia entraria em caminho diferente. De outro lado teve o Governo forte contrariedade pela absolvição, a 5 de julho, dos presos em virtude dos acontecimentos de outubro. O júri proclamou-lhes a inocência, por não achar prova para nenhuma das arguições que lhes fizera o Ministério.

---

7 Mareschal, Of. n^os^ 3 de 10 de fev.; 4-B, de 24 de fevereiro; 6, de 11 de março; 8-A, de 4 de abril e 22-A, de 26 de abril.

A esse tempo o Imperador fora vítima de grave acidente, partindo algumas costelas ao cair do cavalo. Durante a convalescença decidiu ele receber todos os deputados, que o visitavam, e assim pôde ouvir muitas queixas contra a dura política seguida por José Bonifácio. Na sessão de 9 de maio, Alencar tinha definido a situação deste modo: "A liberdade de imprensa está acabada, se não de direito, ao menos de fato. De tantos papéis liberais, que antes se publicavam no Rio, só restam o *Diário das Vendas* o *do Governo* e *O Espelho*... Os escritores de maior nomeada estão deportados ou presos." Até os estrangeiros traduziam a mesma impressão. Dois ingleses seus amigos, homens de bem, tinham-lhe dito, havia dias, que imperava no Brasil verdadeira inquisição política.

Esse encontro com outra corrente de ideias e o julgamento dos presos do ano anterior alteraram profundamente as disposições de d. Pedro, que se mostrou decidido a ser tolerante e clemente, abandonando nesse particular o caminho indicado pelo seu principal ministro. A respeito da epilepsia levá-lo por vezes a extremos de violência, em geral o caráter do príncipe era inclinado à bondade. Ninguém melhor que Vilanova Machado o pintou sob este aspecto: "Quando se sentia ofendido, os primeiros movimentos e toda a sua tendência eram para o desforço de homem a homem; acalmava-se contudo facilmente, desde que não encontrasse resistência." Colhendo não poucas desventuras nas suas celebradas excursões noturnas, "recolhia-se para cuidar das contusões e calava-se. Jamais o acusaram de ter-se prevalecido da sua posição para desforçar-se. A sua regra era dar, apanhar, calar e esquecer".[8] Não guardava rancor. No adeus dirigido aos brasileiros, de bordo da *Warspite,* viria a pedir perdão aos amigos das ofensas que lhes pudesse ter irrogado, sem intenção de ofendê-los.

---

8 Vilanova Machado. *O poder autoritário*, págs. 146 e 124. Ver-se-á quase no fim do reinado Barbacena atribuir ao Imperador a queixa de não encontrar quem dele o livrasse, como o rei da Inglaterra tinha encontrado quem o livrasse do arcebispo de Cantuária (Canterbury). Trata-se, porém, de mexerico trazido a Barbacena, com quem d. Pedro tinha rompido. Seria ou não verdade; ação nunca houve; em palavras o príncipe era excessivo. O ato mais condenável que lhe imputam é o da agressão feita ao jornalista May; mas apesar da afirmação de Mareschal em contrário, não se sabe provadamente se nela tomou parte direta entre os assaltantes, ou se tudo foi obra dos cortesãos, da qual soubesse depois. Em todo o caso não se lhe pode perdoar tê-la deixado impune.

Exatamente a propósito da demissão de José Bonifácio, considera aquele mesmo autor que o Imperador "tinha ouvidos de músico e ouvia mais do que devia". Eis aí uma fraqueza humana, com alguma injustiça atribuída particularmente aos governantes. Só por serem mais constantes junto a eles os instrumentos sopradores de loas, pode dar essa classe de homens a impressão de ter ouvidos demasiadamente abertos. Ao demais, não lhes é dado, como a outras criaturas, ouvir sons provindos de vários lugares; ouvem apenas das pessoas que vivem junto a eles ou deles podem aproximar-se. Infelizmente, raras dentre estas querem tornar-se eco das vozes independentes, ou por conta própria querem dizer coisas capazes de causar desgosto. Ainda quando a isso se decidam, nem sempre fazendo com jeito, pois na verdade os governantes, como os outros mortais, preferem ouvir louvores ou novas agradáveis a conhecerem os erros ou críticas, nos quais possam incorrer. O descaso nesse particular é fatal a quem se aventura a intervir. Diz Maquiavel serem os homens tão simples e tão obedientes às necessidades presentes, que os aduladores acham sempre a quem enganar.[9] Só excepcionalmente encontra-se alguém, preferindo saber de preferência o mal, em vez do bem, ditos a seu respeito. A crítica justa serve para nos corrigir os defeitos; o louvor repetido pode despertar-nos a vaidade. Apenas nessa espécie admirável reside a preocupação de emendar-se e melhorar. Em regra geral, o uso da autoridade, sobretudo prolongado, dá ilusão do saber e do poder quase infalíveis, e os indivíduos que atingem a tal engano, acabam por considerar pecado qualquer crítica aos atos por eles praticados.

Na opinião do padre Antônio Vieira é intenção dos príncipes deixar a cada um dizer-lhes livremente o que entenda e aconselhar o que mais importe; "mas como o norte sempre fixo no adulador é o interesse e a conveniência própria, nenhum há que se fie deste seguro real e todos temem arriscar a graça onde tem posta a esperança". Por isso ensinava Pitágoras devermos ter maior aversão aos aduladores que aos inimigos, bem como a eles preferir as pessoas capazes de arguir-nos.

Ao menos uma vez, embora já nos fins de seu reinado, teve o imperador quem lhe dissesse palavras admiráveis de bom senso. Foi o marquês de Resende, seu amigo da mocidade, numa carta escrita de Paris:

---

9 Maquiavel. *Il Principe*, ed. Barbera, Firenze, 1862, cap. XVIII, pág. 115.

"Vai grande mal aos príncipes de escutarem sobre os negócios públicos os homens que todos os dias os cercam, que facilmente se insinuam no seu espírito, que espreitam o momento que lhes convém para fazerem valer a sua opinião, sua ou emprestada, que se prevalecem da sua privança para arredar tudo quanto pode opor-se aos fins do seu conselho e que ou por lisonja ou por dever não têm bastante força para agitar as questões com a independência que cumpre ao bem do soberano e ao serviço do estado. Nesta parte, Senhor, serei sempre partidista do sistema austríaco e trarei em abono da minha opinião o que um dia e esse respeito ouvi a S. M. e R. A: Se eu escutasse os meus cortesãos acerca dos negócios do Estado, faria como o rei da Espanha, que muda de ministro como se muda de camisa."[10]

Os mexicanos influem com maiores resultados sobre os homens vacilantes. Ou por timidez, ou por incapacidade de ver claro. Eles hesitam, avançam e recuam, sempre que se lhes mostra novo aspectos das coisas. Só persiste nos seus intuitos quem sabe desde o princípio qual o rumo por tomar e igualmente sabe escolher os conselheiros capazes de esclarecê-lo. Neste caso os contadores de histórias são meros informantes, de maior ou menor crédito, conforme os seus contos resistem ou não à crítica a que são submetidos e podem servir ou não a decidir com acerto. Por isso Maquiavel aconselhava o príncipe a escolher no Estado homens de alto entendimento e a dar-lhes, só a eles, inteira liberdade de dizerem-lhe a verdade a respeito de tudo quanto lhes perguntasse e nunca acerca de outro assunto. Desse modo ninguém falaria a respeito ao soberano; mas por seu lado ele deveria tudo perguntar e só depois de ouvidas as opiniões, deliberar conforme lhe parecesse, e de modo a cada um ficar sabendo que quanto mais livremente falasse tanto mais seria escutado. Não há, dizia aquele grande conhecedor dos homens, outro modo de preservar-se das adulações, se não deixando compreender àqueles a quem se ouve que não ofendem quando dizem a verdade. Quem procede de outro modo, deixa-se pelos adulados ou muda frequentemente de alvitre, conforme a variedade dos pareceres, donde resulta ser tido em pouca estima.[11]

---

10 M. de Resende. *Correspondência,* pág. 366. Antônio Teles da Silva, marquês de Resende, era amigo de infância de d. Pedro, que o tratava como a um irmão. Diz Mareschal que era "homem de espírito esclarecido, modesto, sem ambição, sem gostos dispendiosos".

11 Maquiavel, *Op. cit.,* cap. XXI, pág. 156.

Quase todos os historiadores e outras pessoas que lidaram com Pedro I, e a seu respeito escreveram, estão de acordo quando se referem às suas indecisões. Ninguém entretanto deixa de reconhecer-lhe índole impetuosa, avivada pelo mal sagrado. Essas indecisões revelavam desejo de acertar, pois sempre que se inclinava à solução considerada melhor, era ardente e valoroso não só em executá-la, como em defendê-la. Não há melhor exemplo disso do que a sua contra as tropas de Avilez. Só nas vésperas de abdicar a Coroa, a sua vontade caíra morbidamente e a sua ação será mole e arrastada para erguer-se mais tarde a favor da causa de Portugal, origem da sua tibieza no Brasil.

O fato de ter o imperador nascido na Europa foi depois de certo tempo causa de prevenções contra ele, bem como contra muitos servidores em idêntico caso e que se originaram no Norte tantas violências e perseguições, sobretudo na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará, surgiram também na Constituinte, sob a forma de um projeto de lei, apresentado por Muniz Tavares.

Proclamada a Independência, baixou d. Pedro um decreto, determinando que "todo o português, europeu ou brasileiro" decidido a ela aderir, desse mostra da sua resolução, trazendo ao braço o distintivo constituído por um triângulo dourado e com a divisa "Independência ou Morte", tendo ao centro uma roseta amarela. Quem fosse infenso à separação deveria deixar o lugar da sua residência dentro de trinta dias e sair do país, no prazo de quatro meses, se morasse no interior, e no de dois meses, se vivesse à beira-mar.

Começou-se, porém, a suspeitar da sinceridade das adesões. O uso do distintivo teria sido o meio de garantir a permanência no país àqueles que não o podiam deixar, mas em consciência e por sentimento estavam a favor da terra de nascimento contra a terra de habitação. Como ambas as nações estivessem em guerra, não se deveria permitir numa delas os cidadãos da outra.

A questão era da maior delicadeza, a começar pela situação do imperador. Ministros, deputados, altos funcionários, oficiais do exército e da marinha, magistrados, altos funcionários, muitos deles, a maior parte certamente, eram nascidos em Portugal. Estabelecer distinções entre nativos e adotivos e sujeitar estes a um regime de suspeição legal seria pelo

menos impolítico. Desde setembro o princípio adotado era o preexistente, da reciprocidade de direitos de portugueses e brasileiros em toda a Monarquia. Até então, o nascido no Brasil era cidadão em Portugal, como o nascido em Portugal era cidadão no Brasil. O reino era unido, a nação era uma só. Separando-se uma parte da outra e constituindo governo autônomo, não eram só os seus filhos que tinham o privilégio de pertencer à nova comunhão, mas todas quantos nela ficassem e a preferissem. A condição do nascimento pressupunha a identificação absoluta com a causa do Brasil e era tido como título melhor que a preferência livremente adaptada pelos de além-mar. Mas essa presunção, ou ainda esse fato de ordem física, digamos assim, embora de fundamento evidente, não alterava o princípio da identidade dos direitos de cidade de uns e outros membros da nação agora bipartida. A condição de nascimento não tinha criado dantes diferença alguma entre uns e outros para desfrutarem preferencialmente, aqui ou ali, direitos que não coubessem a todos. Havia certamente parcialidade em favor dos portugueses, mas sem fundamento declarado para ser exercida. Depois de rota a união, poderia existir no Brasil maior parte de reinóis infensos à Independência que de brasileiros em Portugal, hostis à antiga metrópole. O fato resultava de ser maior no novo Reino a população daquela origem do que a população brasileira estabelecida em Portugal. Mas quer lá, quer no Brasil, também havia brasileiros contrários à Independência, depois de proclamada, os quais se mantiveram assim. Se o marechal Luís Paulino servia de emissário a d. João VI para pleitear a volta à união, Paulo José de Melo aceitava do mesmo soberano a nomeação de membro da Junta da Bahia durante a ocupação da Capital pelas forças de Madeira.

A boa política seria, pois, não exacerbar os ciúmes naturais dos brasileiros de origem contra os de adoção. Grande número destes tinham cooperado para o Fico e até para a Independência. Ao demais, a maior riqueza do país estava nas mãos dos originários de Portugal e convinha prendê-lo ao Brasil e evitar-lhes a volta à Europa, donde resultariam consequências nocivas à situação financeira e econômica, como por motivo idêntico já se produzira com a volta de d. João VI.

A tão delicada situação veio agravar o projeto apresentado a 22 de maio. Ele considerava ainda não regulada a questão dos direitos de ci-

dade, já provisoriamente decidida pelo decreto de 18 de setembro de 1822 e pelo de 14 de janeiro de 1823, cuja liberalidade era aliás condenável e apesar disso se mandava revigorar. Este último admitia como cidadãos brasileiros os portugueses chegados ao Brasil após a separação e que perante as câmaras municipais jurassem fidelidade ao imperador e à nova pátria. O projeto mantinha esta disposição; incorporava à nação indivíduos que mal pisavam a terra à qual nada os ligava e bem poderiam ser, alguns deles, como realmente foram, agentes das Cortes para fomentar a desunião e servir-lhes à causa. Entretanto em relação aos portugueses residentes no Brasil, até então da mesma nacionalidade dos brasileiros, usava de excessivo rigor. Ficariam eles separados em duas classes: a dos que haviam dado provas inequívocas de adesão à Independência e à pessoa do Imperador, os quais seriam declarados cidadãos, e a dos que revelassem conduta suspeita e estariam durante três meses expostos a ser expulsos do país por ordem do Governo.

O autor do projeto teve um companheiro para sustentá-lo: Antônio Carlos. Os demais oradores combateram-no e eram espíritos dos mais esclarecidos da Assembleia: Carneiro de Campos, Rodrigues de Carvalho, Sousa França, Araújo Lima, Alencar. Todos feriam os pontos fracos, cuja evidência saltava aos olhos. A classe dos que tinham dado provas inequívocas devia ser a menor, porque entre milhões de homens, raríssimos teriam logrado oportunidade de desempenhar algum papel nos acontecimentos, anteriores ou posteriores a 7 de setembro; a de conduta suspeita teria a extensão dada pelas denúncias, talvez inspiradas nos maus sentimentos, que encontram em situações semelhantes o pasto da vingança; a classe maior seria a daqueles a quem não se oferecera ensejo de dar as provas exigidas e ficava virtualmente incorporada à precedente. Além disso, restava saber quais eram essas provas e quem as apuraria como juiz. O projeto vinha desta arte pôr os mais respeitáveis direitos do indivíduo na dependência do arbítrio.

A declaração de direitos, inclusive o de cidade, teria de ser feita na Constituição dentro em poucos meses. Toda a obra da Assembleia era muito melindrosa para ser perturbada com a antecipação de discussões dessa natureza, que envolviam um dos seus pontos mais delicados. A Independência ainda não se consumara, pois a Bahia, o Maranhão e o Pará

estavam em grande parte sujeitos a Portugal. A boa política era atrair adesões e não dificultá-las ou afastá-las.

Antônio Carlos, porém, irrefletido como tantas vezes se mostrara, sem atender às suas ligações com os irmãos ministros, de cuja conivência toda gente suspeitaria, sustentou na discussão desta matéria os princípios mais inconvenientes. Ele próprio confessou que o projeto estava "proscrito desde a sua nascença" e apesar disso quis dar-lhe assistência. Era então mero prazer ou empenho de complicar situação já de si tão difícil; não era ato de estadista.[12] Praticamente a sua ação era contraditória e dissolvente. Não adotava nenhum dos artigos na forma em que estavam redigidos e considerava "obscuro e repulsivo" o das "provas não equívocas". Apoiava Muniz Tavares só no ponto de considerar cidadãos brasileiros os portugueses que tinham tabalhado pela Independência ou a ela não se tinham oposto. Ora, os que se tinham oposto inequivocadamente, ostensivamente, eram bem poucos. Só para puni-los, não valia a pena abrir a porta da suspeita e atingir o maior número.

O mal produzido pela ação do grande orador resultou da sua prédica de que a adesão dos portugueses de origem à causa do Brasil lhes nodoava a dignidade: "Falemos claro; é quase impossível, em regra, que um português possa amar de coração uma ordem de coisas, que implica a ruína da sua pátria de origem e nodoa a sua dignidade. Por mim o digo, se eu fosse português detestaria a separação e independência do Brasil." Depois de condenar os que tinham ajudado e admitido a separação, passou a concitar os demais a combatê-la: "Eu desculpo os portugueses; têm razão de aborrecer-nos; seriam indignos se o não fizessem; entre nós quase nada fazem senão sofrer; desceram do topo ao patamar da escada." No patamar da escada estavam o Imperador, os ministros da Justiça e da Guerra, o primeiro presidente da Constituinte, quando

12 Diz Drummond, confidente dos Andradas, "que nem Muniz Tavares, nem A. Carlos, nem ninguém mais, que estivesse de inteligência com o Governo, queria que semelhante proposta fosse convertida em lei. Foi pura e simplesmente para sondar a opinião pública e sobretudo para ver o efeito que ela causava no ânimo do Imperador". – *Op. cit.,* pág. 62. Deveria antes dizer: "foi feita para melindrar o Imperador". Caberia perguntar com que interesse.

a queixa principal dos brasileiros consistia em que até então as mais altas posições do estado ainda estavam em mãos dos nascidos além-mar.

Só serviu o projeto Muniz Tavares para deixar ressentimentos. No terceiro e último dia de discussão, a 25 de junho, as galerias encheram-se e aplaudiram um orador que lhe foi contrário. Os adotivos doeram-se das palavras de Antônio Carlos e aproveitaram-nas para fomentar intrigas e explorar em proveito próprio as suscetibilidades do imperador, como todos os reinóis, ofendidos em sua dignidade. A roda do Paço era quase toda dessa origem e tinha o reforço dos ministros Montenegro e Vieira de Carvalho, assíduos junto ao imperador, enquanto José Bonifácio e Martim Francisco eram obrigados a ausentar-se para não faltarem às sessões da Assembleia. À obra que se preparava em São Cristóvão vieram associar-se desde os primeiros dias de julho os deputados infensos aos Andradas, diariamente recebidos por d. Pedro, preso ao leito com as costelas quebradas. O tema habitual das conversas eram os dois adversários, que ele deixava atacar francamente e de quem já se mostrava descontente.

No dia 15 daquele mês, pela manhã, em conciliábulo do Imperador com os ministros da Justiça e da Guerra, ficou decidido exonerá-los. O ministro da Marinha, brasileiro nato e tido por amigo deles, foi afastado do despacho sob fútil pretexto. A Mareschal, a quem recebeu àquela hora, nada comunicou d. Pedro a este respeito. Tudo, porém, já soubera o diplomata, ali mesmo em palácio, "pela via mais segura". Seu informante teria sido provavelmente a imperatriz, cuja visita precedia sempre a visita ao esposo. À noite foi José Bonifácio a S. Cristóvão. Ao recebê-lo, mostrou-lhe o imperador as portarias expedidas pelo ministro da Justiça, mandando cancelar a devassa aberta em S. Paulo para apurar os sucessos de maio, produzidos mais por motivos "de rivalidades particulares do que por tenção declarada contra a sua imperial pessoa e interesses da nação"; mandavam também voltar às suas casas os envolvidos naquelas diligências, afastados da cidade para assegurar-se a independência das testemunhas; mandavam ainda soltar os indivíduos já presos em virtude de ordens dadas a esse respeito; e recomendavam aos governos de todas as províncias medidas enérgicas para abafar as

dissensões entre portugueses e brasileiros, estimuladas pelo governo de Portugal por meio de intrigas.[13]

José Bonifácio opôs-se fortemente a todos esses atos e a discussão tornou-se calorosa. O Imperador acusou o ministro de arbitrário, de ordenar prisões sem o seu consentimento, censurou-o por causa da devassa agora suspensa e responsabilizou-o pelos maus resultados de que fora aberta no Rio em novembro, cujos réus, por falta de provas, tinham sido absolvidos, havia poucos dias; concluiu por considerá-lo culpado de se haverem perdido as simpatias de todo o Norte e da Assembleia Constituinte, indig-

---

13 A respeito da causa principal dos sucessos de maio em S. Paulo, devidos, no dizer do Imperador, principalmente a "rivalidades particulares", era idêntica a opinião dos dois diplomatas que acompanhavam os acontecimentos com mais vivo interesse e aliás eram favoráveis aos Andradas. Acerca deste assunto escrevia Mareschal: As dissenções que agitaram aquela cidade [S. Paulo] não eram de natureza política, mas rivalidades de família ou de indivíduos por causa dos cargos administrativos. É mais ou menos o mesmo caso em todas as províncias. (Of. de 19 ag. 1822.) Um mês antes já dissera Maler que a verdadeira causa da revolta de S. Paulo era a rivalidade existente entre a família Andrada e o partido de Oyenhausen. (Of. de 15 de junho.) Na sua recente obra o *Senador Vergueiro*, abundantemente documentada, escreve Djalma Forjaz à pág. 203: "Estou certo que todas as lutas em S. Paulo, desde 1822 a 1824, todas as rivalidades de partidos, foram determinadas por interesses locais; o móvel foi a disputa de posições. Tanto o partido bernardista como o andradista foram sempre a favor de d. Pedro e nunca foram contra a causa do Brasil. Não encontrei documento algum pelo qual pudesse inferir que os primeiros fossem retrógrados, quisessem a volta do Brasil à condição anterior; na correspondência particular deles se vê justamente o contrário. A devassa para suspender tinha sido mandada abrir a 29 de março; a primeira, ordenada pelo princípe em S. Paulo, fora suspensa em setembro de 1822 por proposta de Ledo no Conselho de Procuradores. *O Tamoio* veio depois a criticar aquele cancelamento, sustentando ser ato arbitrário, em vista de estarem os réus pronunciados e só a Assembleia ter autoridade para mediante lei especial suspender a ação da Justiça; o ministro, pois, incorrera em crime de responsabilidade; ao monarca só cabia perdoar depois do julgamento, o qual não podia ser interrompido. Seria o caso de recordar a *O Tamoio* que os ministros Andradas se tinham submetido ao cancelamento da primeira devassa nas mesmas condições; a execução dos condenados pela revolta de Santos em 1821, fora consumada com interrupção do julgamento, ainda não proferido em última instância pelo Supremo Conselho Militar. Antes de suspender a ação da Justiça para perdoar, que para matar; até porque, a todo tempo, o perdão pode anular qualquer pena, enquanto a morte impede o julgamento do tribunal superior, com força para alterar a primitiva sentença.

nados pelos atos de vingança particulares, sua e de sua família. Passava-se toda esta cena em presença de muitas pessoas do serviço do Paço e visitantes. Após tamanho escândalo, a demissão de José Bonifácio era inevitável, o respectivo pedido veio logo ter às mãos do imperador. Na manhã seguinte Martim Francisco acompanhou o procedimento do irmão e foi em pessoa ao Paço restituir a pasta da Fazenda. O sono da noite tinha aplacado a exaltação de d. Pedro, que lhe respondeu não haver pressa. Martim Francisco replicou que havia e já não era possível servir até porque, felizmente, se estava em época onde só se servia de bom grado.

Substituiu-o o deputado Nogueira da Gama, mais tarde marquês de Baependi, e sucedeu a José Bonifácio o deputado Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas, homem tolerante, de saber e ótima reputação, que começou por procurar o seu predecessor e pedir-lhe apoio.

Na noite de 16, Mareschal visitou José Bonifácio, que não lhe referiu nenhum pormenor de quanto na véspera se passara em S. Cristóvão; apenas declarou ter-se tornado impossível dirigir os negócios públicos num Ministério onde não havia união; a sua mágoa era profunda; estava arrependido amargamente de ter voltado ao Governo depois de demitido a primeira vez; mas protestava nunca mais aceitar tal posição. Despejou as suas queixas contra o Imperador, que "não tinha sistema nem plano algum, vivia aos boléus, de um lado para outro, empurrado pelas intrigas do partido português e dos demagogos, sem decidir-se a tomar nenhuma medida forte. Aos momentos de maior fraqueza sucedia a maior violência.[14]

Proclamando ao povo para anunciar-lhe a nova política, dizia Pedro que detestava o despostimo e as arbitrariedades; acabava de dar prova: Todos podemos ser enganados; mas os monarcas poucas vezes ouvem a verdade, e se a não procuram, ela nunca lhes aparece. Quando a chegam a conhecer devem-na seguir, e isto fiz. Estêvão de Resende, futuro marquês de Valença, deputado a quem a Assembleia permitiu aceitar o cargo de intendente de polícia sem prejuízo do seu mandato, como dera igual permissão aos ministros sucessores dos Andradas, ao remeter a proclamação às autoridades da Bahia, glosava assim aquele tópico: "Cercado de trevas, foi obrigado a seguir conselhos que fizeram por algum tempo duvidoso o

---

14 Mareschal, Of. nº 19-C de 19 de julho.

destino dos povos do Brasil e se se realizariam ou não os bens que resultavam de um governo monárquico-constitucional. Conheceu o Imperador o engano e remendou o mal, apartando de si a causa dele."

Resende era cunhado de Francisco Inácio, o chefe da bernarda de maio, para cujos corifeus se voltavam agora as boas graças do trono. Não passariam três meses e a 12 de outubro, Oyenhausen seria nomeado camarista. Como aparecessem pasquins contra os Andradas, logo surgiram outros a seu favor. Pensaram os seus partidários que poderiam renovar a manifestação de outubro do ano anterior, à qual se associara d. Pedro, indo encontrar o seu ministro e mentor a caminho da cidade, para onde voltava entre aclamações ao "novo Franklin". Os tempos tinham mudado. Vários indivíduos, que colhiam assinaturas para a representação escrita a este respeito, foram parar à cadeia, onde puderam meditar a bom recato acerca da volubilidade e alternativas da política.

Diz Drummond que quando o imperador comunicou a José Bonifácio a decisão de tomar as medidas acima referidas, este atribuiu-as à inspiração de Domitila, a futura marquesa de Santos, já então instalada no Rio e cuja casa era considerada centro ativo de intrigas políticas: "Domitila estava no quarto próximo." José Bonifácio acusou-a francamente de ter sido subornada para obter aquelas graças. "O Imperador encolerizou-se, a ponto de erguer-se da cama e quebrar o aparelho que lhe continha as costelas."[15]

Martim Francisco confirmou anos depois esta opinião acerca da intervenção de Domitila: "Demais é até notório que certa dama, então influente, recebera pingues dons para obter do monarca esta devassa... O fato é que meu mano a entregou, porque nunca se lembrou de vingança; mas nós temos uma cópia."[16] Segundo diz Mareschal, a discussão entre o imperador e José Bonifácio foi diante de várias pessoas, razão pela qual o ministro mais se melindrou. Apesar de seu gênio, é de crer que nem assim ele tivesse aludido perante estranhos ao concubinato de d. Pedro, então ainda um tanto velado, nem à possibilidade dele tomar tão importante deliberação a pedido da comborça. Alberto Rangel não conseguiu saber

15 Drummond, *op. cit.*, pág. 60.
16 *Anais* da Câm. dos Dep. 1832. pág. 184.

com precisão a data da chegada de Domitila ao Rio. Apenas verificou, por um bilhete existente na Biblioteca Nacional que em meados de 1823, já ela aí se achava. Infelizmente, não faz menção do mês. Foi certamente tendo por base o citado tópico de Drummond e ainda outro, contido na mesma página ("Retido no leito, essa mulher foi então admitida com inautido escândalo no seu quarto"), que esse autor escreveu: em princípios de julho de 1823 depara-se Domitila à cabeceira do incendioso d. Pedro, "chupado de sanguessugas e com as costelas partidas".[17] Ora, segundo o próprio Rangel, nos primeiros tempos da mancebia, d. Pedro procedia com todo recato.[18] Também custa, pois, a crer que apenas dois, ou três, ou quatro meses após a sua chegada ao Rio, Domitila já se apresentasse ostensivamente em palácio, à cabeceira do amante enfermo, ou em quarto contíguo para ouvi-lo discutir com um ministro. Só em abril de 1825, cerca de dois anos depois, foi ela nomeada dama da Imperatriz.

A demissão definitiva dos Andradas deu lugar à divulgação deste e outro episódio, que também não está bem apurado e deve ser objeto de sérias dúvidas, ou julgado inacreditável. Com data de 15 de julho apareceu, nos jornais de 16, uma declaração de Plácido de Abreu, moço da imperial câmara e mais tarde tesoureiro da Casa Imperial, informando haver passado às mãos do Imperador naquela data a carta que para ele recebera.

Constou, e Mrs. Graham refere-se a essa circunstância, que Plácido fora ameaçado de morte, caso não entregasse essa missiva, trazida por pessoa desconhecida à portaria do palácio, e o tal motivo tornara público o desempenho da sua missão. Baseado em documentos em seu poder, donde se verificava urdirem-se no Apostolado, após o fechamento do Grande Oriente, "planos tenebrosos", dos quais se dizia ser o mais horroroso "o de uma conjuração contra a pessoa do Imperador", aproveitando-se para esse efeito a sua ausência das sessões daquela sociedade, por motivo de achar-se de cama..., Melo Morais pôs em circulação a história de ser a carta, enviada ao monarca, destinada a dar-lhe aviso de tramar-se contra ele "uma conspiração que devia efetuar-se na noite de 16 de julho, se S. M. fosse à sessão do Apostolado, onde predominavam os Andradas". No mesmo dia em

---

17 A. Rangel. *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, pág. 125.

18 *Ib.ib.,* pág. 145.

que recebeu a carta", o dia 15, mandou d. Pedro chamar a José Bonifácio, deixou-o a conversar com a Imperatriz, enquanto, conforme disse, ia fazer curativos. Vestiu-se, desceu à quinta, montou a cavalo, correu ao quartel de artilharia montada, situado nas proximidades, e de lá saiu, "pelas oito horas da noite", acompanhado do comandante Pardal, oficiais e cinquenta soldados, com destino à Guarda Velha (Rua 13 de Maio), onde estava a loja reunida sob a presidência de Antônio Carlos. Entrou com violência, apossou-se dos papéis, que este tentou guardar, e dissolveu a assembleia. Voltou a São Cristóvão, achou o ministro ainda a esperá-lo, e do decorrido entre ambos nunca pôde Melo Morais saber coisa alguma.[19]

Tal ignorância é por demais estranhável. O autor era amigo íntimo de Drummond, de quem recebeu revelações que escreveu e de cujo arquivo esteve na posse. Drummond, confidente de José Bonifácio, narrou da maneira já exposta o que se passou entre d. Pedro e aquele seu ministro na data de 15, sem fazer a menor alusão a este respeito, quando aliás se mostra sempre inexorável com o imperador. Mareschal e Maler, que de tudo informavam os seus governos, não fazem referência alguma à proeza da Guarda Velha. Aquele apenas diz que a carta recebida por Plácido para o seu amo era escrita em alemão, foi traduzida pela Imperatriz e "representa certo papel nessa intriga" (a intriga tecida junto ao Imperador para produzir a demissão dos Andradas).

Referindo-se à carta de Plácido, diz Mrs. Graham que depois de a receber, o Imperador mandou chamar José Bonifácio e com ele ficou algum tempo no quarto trancado, daí resultando a demissão do ministro.[20] Assim pois, segundo a escritora inglesa, nem o Imperador se ausentou de S. Cristóvão nem a Imperatriz interveio no ato. Acrescenta Mrs. Graham ter corrido a notícia de ser a famosa carta procedente de S. Paulo e conter "cerca de 300 assinaturas de pessoas queixosas da tirania exercida pelos Andradas naquela província, particularmente prendendo indivíduos que se tinham oposto à eleição de certos membros da Assembleia e ordenado a retirada de outras para o Rio, onde eram conservadas longe de suas famílias". No manuscrito existente na Biblioteca Nacional e citado a propósito

19 *Brasil Reino, Brasil Império*, pág. 414.
20 Mrs. Graham. *Op. cit.*, pág. 260.

da reação contra Avilez, manuscrito com tanto fundamento para atribuir-se a Pardal, não há referência alguma a essa história divulgada por Melo Morais. Varnhagen que conhecia a fundo tudo ou quase tudo quanto se disse ou escreveu acerca dessa época, bem como o seu comentador, barão do Rio Branco, também não a mencionam sequer.

Aliás a narração de Mareschal constitui documento decisório contra a sua verossimilhança, pois enquanto Melo Morais a figura como passada na noite de 15, nessa mesma noite produzia-se o rompimento entre o imperador e seu ministro "em presença de muitas pessoas do Paço e visitantes". Mas se ela não bastasse, haveria ainda a informação já citada do cirurgião-mor, em data de 17; nesse dia tinha-se renovado parte do aparelho aplicado ao doente, o qual pela primeira vez ele vestira "para principiar a dar alguns passos na sua imperial câmara". Não é de crer que ainda em tão precário estado de saúde, com as costelas comprimidas, em aparelho cirúrgico, ele montasse a cavalo na noite de 15 e fosse a galope de S. Cristóvão ao centro da cidade. Tal distância não poderia ser percorrida em menos de meia hora e a toda velocidade, incompatível com o estado do cavaleiro. Chamado da cidade por volta das seis horas, José Bonifácio deveria ter chegado à quinta de sege, cerca de uma hora depois. Entre sete e oito decorreram o seu primeiro encontro com o Imperador e a saída deste, o preparo da expedição e tudo mais quanto era preciso para realizar-se a partida do bando às oito horas. Chegando à Guarda Velha às oito e meia, decorreriam pelo menos quinze minutos para consumar-se a cena e trinta para a volta. Quer isso dizer que José Bonifácio e a Imperatriz teriam esperado sem inquietação durante duas e meia, ou quase três horas que se realizasse o curativo anunciado, sem verificar se algum acidente se teria produzido para retardá-lo tanto.

Ao demais, há para considerar desde logo a incoerência da narrativa, segundo a qual constava de documentos haver uma conjuração para rebentar contra o Imperador e cujo bom êxito era assegurado pelo fato dele estar de cama, incapacitado de reagir com eficácia. Entretanto ao mesmo tempo tal conspiração "contra a pessoa do Imperador" deveria realizar-se na noite de 16, se ele fosse ao Apostolado. De um lado, contava-se com a sua reclusão no quarto, de outro lado esperavam-no na loja, em determinado dia, quando era público que ele se não podia mover, ou quando muito ensaiava os primeiros passos da convalescença.

A urna e o livro das atas do Apostolado estavam na quinta, donde vieram para o Instituto Histórico. Deles se vê que houve sessões regulares, celebradas a 16 e 19 de julho, na última das quais foram recebidos e prestaram juramento os sócios José Elói Pessoa da Silva e João José de Andrade Pinto, pessoa da confiança do imperador. Não existe ata alguma da sessão de 15, que poderia ser lavrada ainda sem referência ao famoso incidente. Tal circunstância é contraditória com a afirmação feita por Melo Morais de ter-se passado a cena, na tarde de 15, o mesmo dia em que o Imperador recebeu a carta, pois em tal data declarava Plácido já a haver entregue. Também não é de crer que após fato de tamanha gravidade, passado a 15, logo a 16 e ainda a 19 se celebrassem sessões, quando entretanto no índice da sua obra, indicando a página onde narra o incidente, diz o autor que os trabalhos da loja acabaram naquele dia: "História do Apostolado, seus trabalhos e terminação." O fato desses livros terem ido parar a S. Cristóvão não é prova de terem sido tomados daquele modo, pois ainda que lá estivessem desde o tempo do primeiro reinado, o poder do imperador era bastante para havê-los de outra forma. Aliás José Bonifácio já lhe havia ensinado a dissolver lojas maçônicas, sem necessidade de estar presente, como foi fechado o Grande Oriente. Era natural que após a demissão dos Andradas, Pedro I tivesse curiosidade de ler as últimas atas do Apostolado, onde se discutia o projeto da Constituição, como ele próprio sabia, por ter assistido a algumas dessas discussões. À vida dos grandes homens e a episódios vultosos da história muitas vezes os contemporâneos juntam fantasias, com as quais a posteridade tece lendas.[21]

---

21 Na citada *Exposição*, impressa m 1857, M. J. de Meneses dá notícia do fechamento do Apostolado, mas sem mencionar-lhe a data nem referir-se ao aparato descrito quatorze anos depois por seu amigo Melo Morais. Diz ele que o imperador, "acompanhado de alguns oficiais e pessoas de distinção e de sua confiança, batendo com a senha nas portas do edifício, que se lhe abriram, entrou de surpresa na sala das sessões e ordenou aos sócios que se retirassem, dissolvendo a sociedade e tomando conta do arquivo, segundo se afirmou". O fato de ser o monarca acompanhado de pessoas de distinção não se coaduna com a cavalhada de soldados, partida de São Cristóvão a todo galope. O fechamento do Apostolado ter-se-ia feito quando o imperador ficou em boas condições de saúde, sem necessidade da cena descrita por Melo Morais em 1817 no seu citado e volumoso livro, que o barão do Rio Branco qualifica de "confusa e desordenada compilação, chamada *Brasil Reino e Brasil Império*, composta sem atenção a datas e a assuntos...." – Nota 35 à *História da Independência,* de Varnhagen, pág. 166.

NOTA

A queda do imperador, donde lhe resultou fraturar duas costelas, parece ter-se prestado à formação de mais de uma lenda. Delas, a principal põe em dúvida o próprio acidente e atribui os traumatismos a outra causa.

No dia 8 de julho foi apresentada à Assembleia Constituinte a parte do cirurgião-mor da imperial câmara, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, cujo resumo é o seguinte: De volta da sua chácara dos Macacos (Vila Isabel), a 30 de junho, às seis horas da tarde, ao chegar à ladeira perto da quinta, correndo o selim para a garupa do cavalo onde vinha montado, já tocando as silhas nas virilhas do animal, que se pôs a corcovar, receou o Imperador escorregar com o selim e ser escoiceado; resolveu então atirar-se para o lado esquerdo, e caiu sobre chão duro. Gritou e foi logo acudido, mas só pôde subir a escada arrimado a bengala. Era médico de semana o Dr. Antônio Ferreira França, que verificou as lesões, confirmadas por Peixoto, o qual também se achava em S. Cristóvão na ocasião do acidente. Consistiam essas lesões em fratura direita da sétima costela direita; idem indireta da terceira esquerda; diástase incompleta na extremidade esternal da clavícula esquerda; grande contusão do quadril com forte tensão dos músculos da região fêmoro-ilíaca e dor gradativa, principalmente no nervo ciático, que depois se tornou agudíssima e de caráter convulsivo. As fraturas eram simples e nenhuma cavidade, cabeça, peito ou ventre, foi lesada. A 17, continuava a informar o mesmo cirurgião, o doente ia passando sem novidade; nesse dia renovou-se parte do aparelho e foram permitidos os primeiros passos no quarto.

O Dr. França era homem muito original, de quem se conta profusão de histórias jocosas. A despeito das suas ideias políticas adiantadíssimas, era estimado do Imperador, quem, como para toda gente, tinha fraquezas desconcertadoras. Uma vez, refere Macedo no *Ano biográfico*, estava de semana e assistia ao monarca, doente de cama, quando este acusou sede. França levantou-se para dar-lhe de beber. O camarista de semana deteve-lhe o passo, reclamando para si aquela honra. De outra vez, revelou o imperador necessidade mais imperiosa, consequência talvez de ter mitigado a sede. França poderia tê-lo servido, pois era a mais simples das criaturas, mas receou tomar o lugar do mesmo ou de outro cortesão e chamou em voz alta a quem competisse atender ao doente, dizendo-lhe o que ele pretendia fazer e rematando com a pergunta: "Quem é do vaso?" O Imperador desatou a rir.

Por esta e outras, e dada a reputação de Pedro I, espalhou-se que o Dr. França não acreditou na queda, e ao perguntar-lhe o doente qual a impressão colhida do exame, respondeu-lhe sem pestanejar: "Senhor, isto foi uma grande roda de pau." A história vale pelo sabor anedótico, muito apropriado ao caráter dos dois personagens, mas não é de crer. A aventura ter-se-ia passado a alguma distância da quinta, onde às 6 horas já o Imperador tinha chegado. Não obstante ser fim de junho, a essa época do ano estaria ainda entre lusco e fusco; mas antes, no momento do acidente, ainda seria claro. A tal hora, o Imperador não estaria disfarçado e ninguém, por mais audaz que fosse, o iria agredir com tal violência. Ademais, se mal ele poderia andar, não é concebível que tão ferido tivesse podido montar a cavalo e vir até a quinta. Ele foi vítima de outras histórias idênticas e piores ainda.

Drummond concorreu para robustecer esta, quando escrevendo que d. Pedro caíra do cavalo e quebrara duas costelas acrescentou o seguinte: "Disse que o imperador tinha caído do cavalo e quebrado duas costelas, etc. Conformei-me com a versão oficial e popular daquele tempo. Passarei adiante esta particularidade, porque de nada serve agora verificar de que procedeu a desgraça que ainda hoje devemos lamentar. O que posso dizer é que o primeiro boletim que se publicou daquele funesto acontecimento foi escrito por mim e ditado por José Bonifácio. Os médicos o assinaram e ele serviu de norma e ponto de partida para os outros que se seguiram." (*Op. cit.,* pág. 60.)

Ora, o primeiro boletim conhecido e apresentado à Constituinte pela comissão que foi à quinta visitar o Imperador não é "assinado pelos médicos", mas tão somente pelo cirurgião da imperial câmara e assistente a S. M. De qualquer modo, não tendo presenciado a queda ou agressão sofrida pelo doente, os médicos apenas deviam aceitar-lhe as informações e verificar as lesões; só por meios policiais poderiam chegar a ter motivos para recusá-los; aliás não era essa a sua missão, nem necessária era tal pesquisa para o diagnóstico e o tratamento. Se, como diz Drummond, aquela é a versão, não só oficial, mas também popular, a sua vem a ser a versão individual, quando era de esperar que, dada a reputação donjuanesca do Imperador, a maledicência a esse respeito procedesse do povo, sempre tão crédulo e tão disposto a tudo aceitar e propalar a respeito de tais matérias.

. . . .

Capítulo XXVII

OS ANDRADAS NO PODER

APÓS a demissão de José Bonifácio, talvez menos por obra sua que dos seus irmãos, engrossou no seio da Assembleia Constituinte um partido de oposição, irreconciliável com a Coroa, do qual, por sua eloquência e atividade, Antônio Carlos se tornou chefe. O embate mais vivo foi iniciado desde logo na imprensa pelo *Tamoio*, fundado então por Drummond e o desembargador França Miranda, o mesmo que tinha presidido a devassa do Rio contra o grupo do Grande Oriente.

O título do jornal, nome de uma tribo de índios, notável pela sua ferocidade contra ao portugueses, já por si só valia um programa. O sentimento nativista, a suspeição contra os adotivos, a desconfiança de volta à união com Portugal iam ser as armas da guerra santa, que excitaria o sentimento de patriotismo, atraindo simpatias para os seus pregadores e isolando o imperador em meio das prevenções, levadas por todas as formas, a fim de minar-lhe a popularidade conquistada pela Independência. Os talentos de Antônio Carlos, a sua impetuosidade, o seu próprio orgulho viriam a constituir armas formidáveis no dia em que devia ser prevista como consequência irreparável. Não podiam intimidá-lo as virtudes da oposição, pois já tinha

A imperatriz D. Leopoldina

arrostado as mais horríveis, durante dezessete meses em calabouço, onde o levara a cumplicidade na revolução de 1817. Ali propuseram-lhe suplicar perdão a el-rei, ao que respondeu só dobrar o joelho diante de Deus. Ele guardava ainda muito viva a lembrança da afronta sofrida nas ruas do Recife, quando em mangas de camisa, quase descalço, passava algemado, insultado pela canalha, caminho da prisão, e sentia tocar-lhe o rosto um gato morto, arremessado por um caixeiro português. Poucos anos bastaram para fazê-lo esquecer ou perdoar o castigo imposto pelas autoridades do rei e mantido pelo próprio rei; mas ficou-lhe nalma o fel das injúrias, provindas dos que em sua pessoa insultavam a condição de brasileiro, injúrias renovadas pelo poviléu de Lisboa, em sessões memoráveis das Cortes.

A revolução de 1817 foi um meio de promover a independência do Brasil e não podia deixar de ser republicana, pois era feita contra o rei. Interessado em manter o seu domínio na América, Antônio Carlos explicou muito bem que pudesse ter aderido a ela e depois voltasse a servir à monarquia. Em artigo publicado no *Correio brasiliense* após a fuga de Lisboa e citado anteriormente, ele declarou que "um brasileiro liberal podia crer em 1817 ser necessário aderir a republicanos e hoje adotar as instituições monárquicas. Naquela época a realeza era contra a liberdade; agora, não". Seria, pois, excusado negar depois a colaboração que prestara àquele movimento. Entretanto fê-lo nestes termos, tão pouco acordes com a sua sobranceria: "Quanto mais que jamais se provará que a minha cooperação em 1817 passasse de passiva tolerância e chegasse a ativa participação." Não seria vergonha variar em política nas condições em que Antônio Carlos variou de 1817 a 1823. Mais tarde ele há de variar por motivos menos justificáveis. Por isso escreveu Oliveira Lima, aliás admirador dos Andradas: "Antônio Carlos fraquejou por ocasião do processo dos revolucionários de 1817 e para coonestar sua debilidade, que tanto contrasta com a altivez do padre Miguelinho, por exemplo, deu para repudiar uma solidariedade que toda a documentação histórica prova haver existido e sido até íntima."[1] Só um momento de estranha fraqueza explica esse repúdio.

---

1 Oliv. Lima. *O Movim. da Indep.,* pág. 294. Tollenare, que conheceu de perto as principais figuras da revolução, escreveu a respeito da influência sobre elas exercida por A. Carlos: Estas oito personagens não manifestam, entretanto, nenhum mérito assaz transcendente nem nada de muito próprio a fazer rodar com vigor o carro da revolução; só se excetua a atividade ardente do Sr. Domingos José Martins. Todos aliás cedem perante o ouvidor de Olinda, Sr. Antônio Carlos, hoje conselheiro de Estado.

Os Andradas converteram a divergência com o Imperador em questão pessoal. *O Tamoio* acentuava esse modo de considerar o sucesso numa correspondência, que não seria publicada se fosse oposta ao sentir dos seus patronos: "...os Andradas jamais terão a inconsistência e baixeza de subir outra vez à eminência detestada e ignominiosa que só serviria de roubar-lhes a intacta reputação de probidade, desinteresse e independência que caluniosa mordacidade debalde lhes intenta arrancar"; "... não querem voltar os Andradas ao escorregadio e desmoralizado posto de ministros."[2]

A demissão dos dois ministros era suficiente para proclamar a separação política, o modo de entender diversamente as conveniências do país e as razões de Estado; mas em vez de se conservarem nessa espera elevada, deixando a nação avaliar quem tinha obrado com acerto, se eles ou a Coroa, preferiram acentuar o caráter da sua resolução, rompendo inteiramente o contato com o soberano. José Bonifácio demitiu-se também de mordomo-mor da Casa Imperial e sua irmã, d. Maria Flora, ao saber da demissão dos irmãos, mostrou-se encolerizada, exprimiu-se em termos inconvenientes e logo deixou as funções de camareira-mor da Imperatriz, forçando o Imperador a fazer-lhe constar a sua resolução de nunca mais a admitir no paço.[3]

Eis um personagem que alia a um espírito vasto uma concepção viva, uma dialética sutil e persuasiva, um caráter firme e uma vontade determinada. Se o Sr. Antônio Carlos fosse militar, seria homem a assenhorar-se de todos os poderes da República. Tal qual é a sua habilidade é ainda essa grande para fazer sombra aos seus colegas, mas estes o respeitam, apreciando a sua utilidade. Ninguém justifica melhor que ele uma providência ou uma opinião." Tollenare. *Op. cit.,* pág. 194.

2 *O Tamoio*, nº 4, de 26 de agosto. Os Andradas vieram a negar a sua responsabilidade na direção desse jornal, cujos redatores ostensivos eram dois amigos íntimos e protegidos de José Bonifácio. Entretanto ninguém duvidava de serem eles pelo menos os seus inspiradores. A 23 de agosto, em ofício nº 25, Mareschal participava a Metternich que Antônio Carlos e Martim Francisco estavam francamente oposicionistas, tinham entrado para a redação daquele jornal e pareciam influir na *Sentinela da Praia Grande,* onde se atacava principalmente a roda do Imperador. Ver-se-á adiante confissão de Martim a este respeito.

3 Mareschal. Of. nº 19-C, de 19 de junho. A nomeação dessa senhora dera lugar a críticas mordazes nas rodas da corte. Era ela solteira e vivera sempre na província. Tendo nascido após Martim Francisco, devia ter cerca de cinquenta anos. Faltavam-lhe todos os predicados para função tão altamente representativa, que aliás não prezava. Vivia nos seus aposentos e por ser irmã do homem mais poderoso da época,

Inspirada por sentimentos dessa ordem, a oposição dos Andradas na Constituinte poderia tornar-se nociva à obra cometida àquela assembleia. Sempre que na vida política as paixões pessoais influem no ânimo dos homens, sobretudo as más paixões, o despeito, a inveja, o ódio, a vingança, as suas ações deixam de ser determinadas por motivos de ordem pública. O verdadeiro estadista procura dominar esses estados d'alma e sobrepor-se aos seus impulsos inferiores, especialmente no regime monárquico, em relação ao soberano. A ficção de ser ele inviolável e sagrado foi criada para tornar-se obstáculo a esses movimentos desordenados de exaltação humana e não permitir a alguém incompatibilizar-se no serviço público por ofensas à Coroa, que é um poder permanente, ou constranger-se de concorrer aos seus conselhos, quando assim exija a conveniência do Estado. A Coroa paira acima dos partidos como um símbolo de união nacional, coordenador de todas as forças políticas, em torno do qual todas as opiniões se possam abrigar, desenvolver e triunfar.

Na junta de S. Paulo e no ministério de d. Pedro, José Bonifácio e Martim Francisco tinham conhecido as responsabilidades do Governo; não estavam nas condições dos oposicionistas contumazes ou dos teóricos inocentes, que por nunca terem visto de perto as dificuldades da administração, pontificam acerca de muito assunto, em cuja resolução prática, se fossem chamados a provê-la, encontrariam o castigo das próprias leviandades.

As constituintes sempre se enfraquecem nas lutas prematuras e excusadas com o poder arbitrário. O bom senso deveria aconselhá-las a procurar antes de tudo promulgar a Constituição. As nações incumbem--nas justamente de dividir por mais de um órgão o poder entregue nas mãos de um só, de sorte que a partir daí cada um deles venha a enfeixar em suas mãos uma parte da autoridade. Só depois de discriminados, têm os poderes existência legal para empreender a defesa, também legal, da órbita

---

era muito visitada e cortejada. A Imperatriz tratava-a bem; mas em particular procurava ridicularizá-la e estranhava que aquele lugar não tivesse sido dado à marquesa de Aguiar, de quem algumas parentas o haviam desempenhado na corte de Lisboa. Maler, que em sua correspondência se fez eco dos mexericos de S. Cristóvão e da cidade inteira a este respeito, lembrava que além da marquesa de Aguiar, nascida na Bahia, quando seu pai, o marquês de Valença, era governador-geral, havia também, na altura do cargo, a condessa da Ponte, igualmente brasileira e muito rica. – Of. de 4 de dez. de 1822.

de ação que lhes tenha sido traçada. Antes disso a luta é desproporcionada e sobretudo inoportuna. O poder arbitrário está concentrado. É hereditário, vem de longe, tem por si a tradição, habituou os povos à obediência; ou é revolucionário, ditatorial, subverteu um regime, apareceu como destinado a encaminhar as novas aspirações, disciplinou a força que lhe assegurou a triunfo. É insensatez provocá-lo a uma luta estranha à missão da assembleia, a não ser que esta lhe tenha tomado o pulso em ensejos bem achados, ou esteja certíssima do declínio da sua força.

Aliás só há vantagem em proceder assim, quando se premedita subverter instituições, mudar o regime político existente, como fez a Convenção Francesa. Se, porém, existe acordo quanto à natureza deste, se o poder de fato não embaraça a missão da assembleia e esta pode chegar em paz ao termo do seu trabalho, é imperdoável que ela mesma convoque conflitos, para resolver os quais a nação não lhe deu o encargo, e donde podem provir consequências capazes de pôr em risco ou de anular a própria obra confiada aos seus cuidados.

Entretanto, nem sempre o bom senso logra predominar na agitação das assembleias numerosas. A exaltação coletiva suplanta a calma e o raciocínio individuais dos moderados. Os constituintes supõem desde logo que só eles representam o país e já ninguém dispõe de poder para opor-se às suas deliberações; anseiam por exercer autoridade e cercear, quanto antes, a que o poder arbitrário até então concentrou em suas mãos. A ocorrência de um fato ordinário, um simples incidente de natureza policial ou judiciária pode ser motivo das mais graves decisões e transformar-se em centelha produtora de incêndio. A assembleia forceja por mostrar que representando soberania nacional em tudo lhe é lícito intervir. Em verdade o seu mandato é expresso e a sua missão definida; a soberania só lhe foi delegada para empregar-se no fazimento da Constituição; essa obra cabe-lhe exclusivamente e para realizá-la os seus poderes são ilimitados; mas será ultrapassá-los querer perturbar a ação das autoridades administrativas ou judiciárias, até então responsáveis pela ordem e a marcha dos negócios públicos. Enquanto a Constituição não estiver feita e não lhes haja marcado os limites e ação, a ninguém é dado a não ser pela força, impor-lhes o modo de proceder. Se a assembleia pretende fazê-lo, expõe-se a perder o terreno

conquistado e empreende luta corpo a corpo, cujo desfecho só pode ser de natureza revolucionária, pela eliminação de um dos contendores.

Ninguém melhor do que Hipólito definiu esse perigo. Impressionado com o exemplo das Cortes portuguesas, e chegam a ponto de inquirir se um porteiro de secretaria de Estado tinha sido demitido justa ou injustamente, deu ele este excelente conselho à assembleia do Brasil: "...por isso mesmo que a máquina política está podre, é preciso não lhe tocar, enquanto o plano de concerto não estiver arranjado, aliás, cairá a pedaços antes que seja preparada outra máquina que a deva substituir."[4]

A Constituinte brasileira nascera com vício congênito. O decreto de convocação denominara-a também "legislativa"; ela entendeu desde logo que não só se devia ocupar de fazer a Constituição, mas igualmente de fazer leis ordinárias. Estas tiveram preferência e encheram o tempo das sessões celebradas antes da apresentação do projeto principal, para o qual não se tinham previamente preparado bases, como se fizera em Lisboa. Aquelas leis, porém, ou continham matéria puramente constitucional que deveria ser de novo considerada no projeto de Constituição, ou eram objeto da legislatura ordinária e nesse caso o Poder Executivo podia pretender com fundamento nelas cooperar pela sanção. O discurso do imperador no ato da abertura dos trabalhos continha uma frase imprudente. Aí ele declarava que com a sua espada defenderia a Constituição, se fosse digna dele e do Brasil. Eram estas as suas palavras textuais: "Como imperador constitucional e mui especialmente como Defensor Perpétuo deste império, disse ao povo no dia 1º de dezembro do ano passado, em que fui coroado e sagrado, que com a minha espada defenderia a Pátria, a Nação e a Constituição, se fosse digna do Brasil e de mim." Exposta de outra forma, ainda lisonjeira para a assembleia, a mesma ideia poderia ter sido disfarçada; bastaria dizer que de tão patriótico e esclarecido congresso era de esperar obra digna, não só dele, mas também do soberano e do país.

Houve um deputado que considerou ambíguas aquelas palavras, das quais se poderia depreender que o monarca se constituía juiz em causa própria. Propôs então que no voto de graças se respondesse nestes termos: "A Assembleia persuade-se de não poder deixar de fazer uma Constituição

---

4 *Corr. brasil.*, vol. XXVIII, pág. 565.

digna do imperador e do Brasil, por assim confiar dos seus sentimentos nobres e patrióticos."

Correu José Bonifácio a defender as intenções de d. Pedro. Admirava-se de haver homens que "do mel puro do discurso de Sua Majestade pudessem destilar veneno". Em seu auxílio vieram outros oradores, e à frente deles Antônio Carlos, que citava a ideia de inserir na resposta à Fala do Trono um tópico acerca do assunto, mas sustentou princípios adequados a serem no futuro a melhor justificação de um golpe de estado: "Ninguém está obrigado a defender o que julga indigno de si." Partindo de tal ponto, admitia a hipótese de ser a Constituição recusada pelo imperador. Neste caso, ou o soberano teria por si a opinião nacional e a Assembleia ter-se-ia desviado do seu mandato e nulo seria tudo quanto houvesse feito, ou a opinião não estaria ao seu lado. Sendo assim, teria o monarca de anuir à Constituição ou abandonar o trono. Razão assistia a Tollenare quando escrevia a respeito do grande orador: "Ninguém justifica melhor do que ele uma providência ou uma opinião"; ao que se poderia acrescentar: fosse qual fosse.

Seria fácil tirar as consequências de tal doutrina: a opinião nacional consistiria na força que apoiasse a arbitrariedade; a gritaria para simulá-la seria de encomenda e obtenção fáceis. Pedro I não formularia melhor a doutrina da sanção e do veto à obra da Constituinte. Por fim vingou a fórmula: "A Assembleia confia que fará uma Constituição digna da Nação, de si mesma e do imperador." No discurso pronunciado perante o monarca em resposta à Fala do Trono, Antônio Carlos, porém, tocou no assunto com habilidade e firmeza. Nem a Assembleia ofenderia os direitos da nação em baixo holocausto ao trono, nem invadiria as prerrogativas da Coroa.

Não podia haver dúvida a respeito de texto tão claro, como o que levantara a justa impugnação dos deputados e cuja responsabilidade cabia a José Bonifácio a quem como ministro do Império incumbira a redação daquela peça. Ele, porém, estava executando tudo quanto dissera a Mareschal, ao defender a aclamação pelo povo, com o intuito de o monarca apresentar-se à Assembleia, participando de igual delegação à soberania popular e em condições de opor o veto absoluto à Constituição que viesse a ser votada. Naquela frase não se continha apenas esse pensamento. Em

todo um longo tópico do seu discurso procurava o imperador intrometer-se em assunto privativo da Constituinte. Na frase malsinada ele admitia não defender a Constituição em determinada hipótese, deixando assim suspeitar do seu intento de atacá-la; além disso, permitiu-se fazer indicações, traçar normas à Assembleia, cujos poderes ninguém podia limitar, porque eram conferidos pela nação soberana. Recomendava de modo geral que a Constituição fosse "sábia, justa, adequada e executável, ditada pela razão e não pelo capricho". Irrogava portanto aos deputados a injúria de considerá-los capazes de inspirar-se em sentimentos inferiores. Mostrava com que fim deveriam ser organizados e harmonizados os poderes do Estado; apontava as Constituições de França, Espanha e Portugal como modelos inconvenientes para seguir e concluía nitidamente: "Espero que a Constituição que façais mereça a minha imperial aceitação." Só faltava proclamar abertamente o direito de sancioná-la ou vetá-la.

Uma carta da Imperatriz ao pai, Francisco I, a mesma de que foi portador Antônio Teles e escrita vinte e sete dias antes da abertura da Constituinte, informava-o das ideias assentadas na corte a respeito da Constituição para ser votada naturalmente conforme as prescrições do governo. O essencial dessa carta é anunciar a preeminência esmagadora do poder imperial armado do direito do veto absoluto.[5]

Eram estas as ideias dos Andradas, ao tempo em que governavam; quando apeados do poder, passaram a andar em direção oposta. Nos primeiros tempos da Constituinte eles representavam o sentimento aristo-

5 Dizia D. Leopoldina:"Estou certa, meu caríssimo pai, haver quem vos tenha dito ou escrito que aqui se queria fazer uma Constituição, como a dos pérfidos portugueses ou a das sanguinárias Cortes espanholas; mas garanto ser mentira e ocorre-me o dever de dar os motivos principais da minha opinião." Continua a Imperatriz: "Na assembleia das Cortes há membros de elevados talentos e grande retidão, respeitosos do Poder Real e que o sabem sustentar. A Assembleia compõe-se de duas câmaras. O Imperador possui o direito de veto absoluto. Ao seu Conselho Privado e aos seus ministros, todos de sua escolha, não é dado o menor direito nem de intervir nem de opor-se; são todos como a domesticidade e os oficiais da Corte. O Imperador possui igualmente todos os atributos que auxiliam a manutenção de sua força, tais como Chefe do Poder Executivo e Chefe dos Negócios Políticos" – Carta de 6 de abril 1823, cop. nos Arqs. do Estado em Viena.

crático e favoreciam a propaganda do veto suspensivo, até do veto absoluto feita por um jornalista português nas colunas do *Diário do Governo*.

Esse escândalo foi levado ao conhecimento da Assembleia por mais de uma vez. Quem primeiro falou a tal respeito foi Estêvão de Resende, insuspeito ao Imperador; depois vieram Rodrigues de Carvalho e por fim Carneiro de Campos. Sustentava-se num desses artigos que a nação conferira ao monarca o poder sem limites e despojara-se da soberania, pois lhe transmitira inteiramente. O título daquela folha deixava supor que se tratava de publicação oficial; porém José Bonifácio explicou não ser assim, provindo tal denominação do fato de também aparecerem nesse jornal artigos do Governo. Como ele próprio informou, pertencia a gazeta às secretarias da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, de sorte que se tornava lógico atribuir à inspiração do Ministério as doutrinas ali pregadas, principalmente porque eram tachados de demagogos e anarquistas os sustentadores de ideias contrárias. Na opinião do ministro, a propriedade das secretarias "era propriedade particular", como se fosse admissível que dirigindo uma delas, primeiro-ministro de fato, no auge do poder, homem de comando, de índole autoritária, pudesse ele admitir que à sua revelia uma enganosa aparência lhe comprometesse a responsabilidade. Ademais, havia ato seu que de algum modo a envolvera: era uma portaria de 31 de dezembro de 1822, na qual encarecia a conveniência de tornar-se aquele *Diário*, cuja publicação ia ser encetada, "digno do Governo"; por tal motivo incumbiu um oficial da secretaria do Estado da "inspeção e regular revisão" das respectivas matérias.[6]

Da propagação dessas ideias, feita por tal meio, resultaram consequências gravíssimas, entre as quais avultou o pronunciamento da guarnição de Porto Alegre, que em praça pública, com a cumplicidade do Governo da província e assistência do clero, a 19 de junho se abalançou a

---

6 José Bonifácio. Discurso na sessão de 22 de julho. A portaria foi lida na sessão de 1º de agosto. O título desse *Diário* continuou a dar causa a incidentes desagradáveis. Artigos "que a legação de França julgou desairosos aos franceses foram objeto de reclamações diplomáticas; o Governo respondia que só às publicações subordinadas ao subtítulo de "oficiais", que ficavam sob a sua responsabilidade; mas os fatos repetiam-se e, por fim, após nova intervenção do encarregado de negócios, a portaria de 19 de maio de 1824, mandou substituir o nome do jornal.

jurar fidelidade, amor, respeito e adesão ao Imperador e à Constituição, a ser feita pela Assembleia nos termos jurados por Sua Majestade, "isto é, se for digna dele e do mesmo Brasil e por ela tiver o mesmo Augusto Senhor o veto absoluto".[7]

A correspondência do ministro da Áustria deixa em plena luz as ideias políticas de José Bonifácio enquanto no exercício do Governo. Comentando uma proclamação que ele redigira, informa Mareschal: "...o Sr. Andrada não é nem democrata, nem liberal na acepção comum do termo." Importantíssimo é o resumo que faz o ministro de tudo quanto lhe ouvira acerca da inevitável reunião da Constituinte. Sustentava então o chefe dos Andradas que tendo aceito a aclamação do povo, d. Pedro evitara que o título de Imperador lhe viesse dos eleitos da Nação e desse modo se subtrairia "a extrema e perigosa dependência", na qual , se não fora isso, viria a cair em relação àquela assembleia. Em vez dessa dependência, o príncipe achava-se imperador, sem que os deputados tivessem de intervir e em virtude de "uma autoridade superior, emanada da vontade direta do povo".

Tendo concordado antes com Mareschal quanto aos inconvenientes de admitir o princípio da soberania e deixar o povo aclamar o monarca, cedendo depois às circunstâncias que tornaram forçosa a intervenção popular, passou José Bonifácio a argumentar com o fato consumado para antepor ao poder da Nação, delegado à Constituinte, poder idêntico, delegado ao Imperador e procedente da mesma origem. Desse modo, dizia ele, a Assembleia Legislativa "porém não seria admitida a representar toda soberania, pois o soberano faria parte essencial da representação nacional. Haveria enfim um verdadeiro pacto, entre ele e o povo, sem o obrigar previamente de modo algum, mas permitindo-lhe reservar para si o direito de rejeitar o que fosse inadmissível".[8] É a confirmação das palavras da Fala,

---

7 Depois dos protestos da Assembleia contra esse pronunciamento da tropa, o imperador profligou-o numa proclamação dirigida aos brasileiros. Os comandantes da guarnição participaram à junta de governo que impressionados com as notícias publicadas em alguns números do *Diário do Governo* entre as quais a do desenvolvimento do sistema republicano, tinha resolvido marchar com toda a tropa, para ratificar e ampliar o juramento de inabalável fidelidade ao soberano. Comunicado o fato ao ministro, dizia a junta que o discurso pronunciado pelo comandante da guarnição era entrecortado de vivas a S. M. S. "com o veto absoluto".

8 Mareschal, Of. n^os^ 22, 32-B, de 10 de agosto e 19 de outubro 1822.

mediante as quais o Imperador pretendia intervir na tarefa da Assembleia, dando-lhe conselho, revelando-lhe as opiniões, anunciando-lhe em que condições aceitaria a obra.

Havia que levar em conta a diferença dos métodos empregados para colher ambas as manifestações da Nação. A Constituinte recebera o seu mandato por meio de eleição, realizada segundo as regras usuais entre todos os povos regidos pelo sistema representativo. No país inteiro, todos os homens em condições de votar tinham sido chamados a pronunciar-se e haviam delegado os seus poderes nos deputados eleitos, enquanto a aclamação do Imperador fora obra exclusiva das câmaras da província do Rio de Janeiro e de outras das províncias limítrofes. Algumas delas tinham imposto a condição do juramento prévio, que não se observara, e o próprio Imperador reconhecera a deficiência da manifestação da vontade nacional, quando declarou aceitar o título por estar certo de também ser essa a vontade das outras províncias.

Dois meses depois daquela entrevista, a 17 de dezembro, Mareschal procurou de novo ao ministro do Império e achou-o cada vez mais firme nessas opiniões. Podem-se resumir nestes termos os conceitos que ele não entendeu. Assegurava que a questão das duas câmaras e do veto absoluto devia ser considerada como já decidida, em virtude do juramento prestado pelo imperador no momento da coroação. Para evitar da parte da Assembleia qualquer pretensão de soberania, o Governo estava decidido a que ela discutisse com os ministros e conselheiros da Coroa as bases do novo pacto, isto é, a Constituição, a qual seria logo depois submetida à ratificação do soberano e da nação por intermédio das Câmaras, sobre as quais o Governo exercia grande influência.[9]

Ainda a Constituição celebrava as sessões preparatórias e já Antônio Carlos proferia, a 2 de maio, palavras que não deixavam dúvida acerca de tais ideias: "Talvez venha o nobre preopinante com a arenga

---

9 Mareschal, Of. nº 42-B, de 21 de dez. 1822. O papel assumido na Assembleia por A. Carlos valia-lhe cumprimentos e elogios de Antônio Teles, que escreveu esta carta, datada de Viena a 29 de setembor de 1823: "Muito e muito me lisonjeia saber que V. Exª e seus dignos irmãos, de acordo com a parte sensata da Assembleia, formam uma maioria capaz de sustentar a dignidade da Coroa de que depende o bem-estar do Brasil." – Arq. do cast. d'Eu.

de assembleia constituinte, que encerra em si os poderes todos; advirta, porém, que não devemos concentrar poderes que existiam antes de nós e dimanaram de mesma origem e não foram destruídos pelo ato da nossa delegação; antes pelo contrário tiveram a principal parte na nossa criação. A nossa procuração é coarctada; ampliá-la seria usurpação."

Justificava Antônio Carlos as previsões de Mareschal, que antes de reunida a Assembleia já o considerava, justamente por ter sido "um dos mais violentos democratas", o mais próprio para combater as manobras desse partido.[10] Realmente, também no Apostolado ele ajudava José Bonifácio a fazer vingar a ideia do veto absoluto. Cavalcanti de Lacerda, futuro barão de Pirapama, deputado à Constituinte pela província de Pernambuco, assistia à sessão daquela loja, em que se tratou deste assunto. Bateu palmas e perguntou se era em toda a sua plenitude o veto por conferir ao monarca, pois em tal caso lhe recusaria o voto. Pedro I presidia a sessão, na qualidade de Arconte-Rei. Acudiu Antônio Carlos para declarar "que o veto era absoluto, como se depreendia da simples palavra veto sem nenhuma modificação e que sem ele não concebia que houvesse monarquia perfeita". Cavalcanti foi a única voz discordante. Quando correu a votação, exceto ele, ficaram todos assentados, em sinal de aprovação.[11]

O projeto de Constituição, que o governo preparara no Apostolado, começou a ser ali discutido em março; na sessão de 25 desse mês tratou-se do ponto mencionado por Lacerda Cavalcanti e contido no art. 7º. O art. 2º estabelecera que a legislatura era composta do monarca e de duas câmaras e o outro declarava caber àquele, não só a proposição das leis por intermédio dos ministros, com direito de discuti-las, mas também a aprovação e a oposição.

---

10 Of. nº 5 de fev. 1823.

11 Este fato é narrado num manuscrito da coleção da Casa Imperial, existente na Bibl. Nacional, debaixo do qual Melo Morais escreveu o seguinte: "É este interessante escrito do barão de Pirapama, que escreveu para mim." Quando se discutiu o pronunciamento da guarnição de Porto Alegre a favor do veto absoluto, não havia ainda uma semana que os Andradas tinham deixado o Ministério. A. Carlos condenou-o então nestes termos: "...o exemplo é perigosíssimo, cumpre atalhá-lo imediatamente, se não queremos ser vergonhosamente despojados das nossas atribuições." Sessão de 22 de julho.

A introdução justificativa do projeto já tinha exposto o assunto: "...o Monarca deve ser considerado como uma legítima fração do Corpo Legislativo, tendo por consequência o direito inalienável da iniciativa igualmente como os deputados da Representação Nacional e exercita este direito pelos seus ministros de Estado, que para esse fim devem ter assento na Assembleia." Em seguida prevenia as objeções a este respeito: "...Não devem merecer atenção alguma os gritos daqueles que mais como furiosos do que como filósofos declamam contra o veto absoluto do imperante. Um poder obrigado a dar seu consentimento a leis indignas de sua aprovação fica em pouco tempo sem força e sem respeito: sem força porque os seus agentes lhe desobedecem com a segurança de não incorrerem no seu desfavor contrariando ordens que lhe foram extorquidas; sem respeito porque exercita sua autoridade concorrendo para medidas desaprovadas por sua consciência e por seu juízo. Demais não há poder algum, que execute com zelo uma lei indigna de sua aprovação: é portanto necessário que se dê o veto ao monarca e tanto para sustentar a Dignidade da Sua Representação como para melhor execução das leis, e segurança da Constituição o veto deve ser absoluto." Combatia então o veto meramente suspensivo e assim rematava: "Em conclusão os melhores publicistas consideram o veto absoluto como limite de demarcação entre a Monarquia Constitucional e a pura Democracia; negando-se por consequência ao imperante esta atribuição conservadora do sistema monárquico misto, ficará a Monarquia só em nome, e inteiramente aniquilada a representação do Augusto Chefe do Governo."

Na discussão do art. 7º, o relator abundou novamente nestas ideias, sustentando "que sendo o monarca uma parte do Corpo Legislativo lhe competiam de direito as atribuições de proposição, aprovação e oposição; que o monarca é chamado impropriamente Poder Executivo, porque este poder é exercitado pelo Ministério; que era preciso a bem da Nação dar-se ao monarca o poder de se opor às leis injustas e desarrazoadas, sendo certo que nada há mais despótico do que a reunião de homens com todo o poder, e ao mesmo tempo com a certeza de que não existe nem força política, nem moral para lhes resistir, ficando deste modo a nação sujeita ao despotismo de muitos, quando pensava que escaparia do despotismo de um só. Em Roma, os Cônsules Depositários do Poder Executivo propunham leis; os Tribunos tinham o direito de oposição e bastava uma letra – I – para

que a lei não passasse, apesar das ameaças do Senado. Que uma Câmara de Senadores não era suficiente por si só para se opor ao despotismo da Câmara dos Representantes, e desta insuficiência resultará a necessidade das atribuições do Monarca não em respeito só da pessoa, mas para segurança da Monarquia."[12]

O padre Alencar definia assim a política do Governo e os meios por ele empregados em relação às duas correntes de ideias, manifestadas na Assembleia e na imprensa: "Todos desejam a independência, porém uns seguem ideias democráticas e outros, aristocráticas; estas têm sido as protegidas do Governo, ao ponto de se abonarem os escritores que as propagavam, enviando-se às províncias, recomendados, escritos que continham aquelas doutrinas e de serem perseguidos os outros, chegando um deles a ser obrigado a assinar um termo na polícia para não escrever."

Para pleitear as boas graças da Santa Aliança, procurou José Bonifácio tirar partido do caráter que imprimia à política do novo Império, apresentando-se como devoto e defensor dos princípios essenciais da monarquia pura contra as usurpações da democracia. Antes de abrir-se francamente com Mareschal a este respeito, já ele contara a Maler, debaixo

---

12 O "Projeto de uma Constituição Monárquica", apresentado ao Apostolado, bem como as atas das sessões de 22 a 25 de março de 1823, em que foram discutidos e aprovados sem alteração os arts. de n^os^ 3 a 7, acham-se no arquivo do castelo d'Eu. O art. 3º era relativo à criação da segunda Câmara e estava assim redigido: "O Senado não será hereditário, mas sim temporário, ainda que melhor seria para os interesses da Constituição que fosse vitalício. Sendo, porém, temporário, a sua duração será quádrupla ou ao menos tripla da que tiver a Câmara dos Representantes." Aprovado nestes termos, reza a ata "o camarada Cautel Romulo Arconte-Rei [o Imperador] declarou que em respeito à opinião pública aderia ao partido da maioridade". Diz Drummond que o projeto discutido no Apostolado foi ali apresentado por Martim Francisco; podia garanti-lo, pois passara a limpo a respectiva minuta (*op. cit.,* pág. 91.) Entretanto, num ensaio intitulado "A Constituição do Apostolado e sua autoria", inserto no tomo LXXII da *Rev. do Inst. Hist.*, afirma-se que fora Antônio Carlos o relator daquele projeto. Nas atas existentes no Arquivo do cast. d'Eu não se menciona nome algum; diz-se apenas "o camarada relator". O único meio de conciliar esse informante com Drummond seria admitir a hipótese de ser o projeto da lavra de Martim Francisco, cabendo a Antônio Carlos a tarefa de sustentá-lo, como fê-lo quando respondeu a Cavalcanti de Lacerda.

de segredo, que d. Pedro tinha escrito uma carta ao sogro, o imperador da Áustria, pedindo-lhe auxílio e declarando não haver ninguém mais próprio para guiá-lo. Com intuito de mostrar quanto José Bonifácio era indiscreto e se entusiasmava ao falar, dizia Maler que apesar de achar-se doente de cama e recomendar-lhe segredo, sua voz era alta, ao ponto de tudo se poder ouvir nos aposentos próximos.[13]

As potências que compunham a poderosa aliança guardavam ressentimentos de d. Pedro, não só por causa da forma pela qual ele se investira nos atributos da realeza, recebendo a coroa por delegação da soberania popular, quando o princípio do direito divino era a base da agremiação dos soberanos coligados, como também porque se sobrepusera a seu pai, tomando o título de imperador, que dificilmente elas poderiam reconhecer, enquanto d. João VI não o fizesse. Mas José Bonifácio não tinha em grande conta a oposição de Portugal; para ele o essencial era abrandar a resistência da Santa Aliança; senão modificar, pelo menos atenuar aquele propósito e procurar no seu apoio a d. Pedro elemento de força contra a democracia e o partido republicano, "numeroso e inquietante em todos os portos de mar, sobretudo em Pernambuco". Se as potências daquela liga, principalmente a Áustria e a Rússia, revelassem de qualquer modo o seu assentimento à política que ele estava seguindo e mostrassem aprovar-lhe a conduta, deixando compreender acharem-se dispostas a sustentá-lo, destarte concorreriam para encorajar os partidários da monarquia e esfriar os inimigos da ordem, quer dizer, os partidários do Governo e os seus adversários, as duas correntes a que se referia Alencar.

O concurso da Áustria era particularmente solicitado por intermédio de Mareschal, a quem José Bonifácio assim falava, alegando os laços de sangue que uniam os dois monarcas, sogro e genro, "ambos defensores da mesma causa", da qual d. Pedro não separava a de seu pai, acreditando ser o "seu mais firme sustentáculo". Queria isso dizer que resistindo às Cortes de Lisboa, concorrera para diminuir-lhes o poder e animar a resistência dos absolutistas; procurando restringir no Brasil as prerrogativas da Constituinte, buscava reforçar o poder da Corte e impedir o triunfo das pretensões democráticas.

---

13 Maler. Of. nº 245 de 20 de novembro.

Havia ainda outro elemento para pôr em jogo e José Bonifácio não se descuidava de aproveitá-lo. Era a conveniência de não deixar o novo continente constituir-se vasta escola de republicanismo, quando se feria na Europa a ferro e fogo o duelo terrível entre o princípio legitimista e as aspirações de colaboração popular no funcionamento dos governos monárquicos. O Brasil devia ser o exemplo para impressionar as nações do novo continente, nas quais já se notavam inclinações para imitá-lo. Por isso dizia José Bonifácio ao ministro austríaco ter motivos seguros de crer que Bolívar ia declarar-se imperador; que no Chile havia tendências monárquicas; que por fim, imprensadas entre esse país, a quem temiam, e o Brasil, as províncias do Prata, com a de Buenos Aires à frente, acabariam por ligar-se mais ou menos ao novo Império.[14]

As palavras de José Bonifácio caíam em bom terreno. Ele era a única esperança de Mareschal contra a volubilidade de d. Pedro e os receios que a Constituinte inspirava. Meses antes dela reunir-se, já o ministro austríaco expunha as suas apreensões a Metternich, num largo quadro, onde mostrava a situação do país e os riscos que corria a autoridade do príncipe, se as ideias democráticas viessem a prevalecer entre os deputados. Chegava até a insinuar a conveniência de reconhecerem as potências não só a independência do Brasil, mas também o título de imperador, como meio de amparar a autoridade do jovem monarca contra os elementos infensos à expansão do seu poder. Apesar de não ser possível dissimular as dificuldades por vencer até chegar-se a tal resultado, havia para considerar quanto interessava à Europa a consolidação da monarquia no Brasil, no momento em que a América se tornava o asilo de todos os sediciosos e intrigantes políticos expulsos do Velho Mundo. Entretanto, a tendência de todos esses povos eram monárquicas; convinha, pois, apresentar-lhes, entre eles mesmos, um modelo para seguir. Mareschal esposava as pretensões de José Bonifácio e pedia que se não fosse possível o reconhecimento, ao menos se dessem a d. Pedro provas de atenção de consideração pessoal; do contrário poderiam vê-lo, levado pela violência do seu caráter, lançar-se na corrente oposta, identificar-se com os democratas, quando convinha impeli-lo e ajudá-lo a impor-se a esse partido.[15]

---

14 Mareschal, of. nº 42-B, de 21 de dezembro 1822.

15 Mareschal, of. nº 41-B, de 16 de dezembro.

O conhecimento da ação de José Bonifácio, destinada a defender a autoridade do Imperador; a proclamar a preeminência da soberania, a ele delegada, sobre a que fora delegada à Assembleia e a deveria limitar até na tarefa de elaborar a Constituição, dispôs Metternich a procurar e achar o meio de satisfazer aos desejos do seu agente diplomático, sem prejudicar as reservas aconselhadas pela situação. Fez promessas, mas exigiu sobretudo persistência na política iniciada. A reunião da Assembleia, aproximava-se; muito antes de conceder algo de ponderável, haveria tempo de ver se d. Pedro tomava ou não o caminho apontado.

Metternich enviou a Mareschal dois despachos; um sucinto, de frases vagas; outro longo e reservado, para ser comunicado ao Ministério, se no momento de ser recebido não ocorressem circunstâncias que aconselhassem manter-lhe o sigilo. Esclarecido pelas "justas e luminosas" observações do seu agente, considerava-se o poderoso chanceler habilitado a julgar da posição do príncipe e achou-a vantajosa. O uso por ele feito dessas vantagens não era indiferente aos governos da Europa, principalmente àqueles, como a Áustria, que viam no triunfo da monarquia no Brasil um contrapeso ao republicanismo revolucionário, "cuja introdução geral no Novo Mundo cedo ou tarde reagiria de modo funesto sobre os destinos da Europa". Mas seria de grande vantagem d. Pedro não se deixar seduzir pelas "ilusões de efêmera popularidade".

A respeito de tudo isso, porém, queria Metternich que Mareschal guardasse a posição de reserva, assumida em relação ao príncipe, a quem não podia fazer comunicações diretas, como se ele fora soberano, sem causar prejuízo aos direitos de d. João VI; entretanto, já se aproveitando das facilidades de acesso junto à princesa, já pelas relações mantidas com o "leal e esclarecido" Ministério, haveria meios de dar-lhe a conhecer de outra maneira "os votos que formulamos" dizia textualmente "de sorte a tornarem-se as medidas que vai adotar, bem como as que tem até agora adotado, favoráveis à sua própria glória, satisfação da sua augusta família e prosperidade duradoura dos seus povos."[16]

Na mesma data, no longo despacho reservado, explicava Metternich ter enviado o primeiro com o fim de habilitar o seu agente a fazer

---

16 Metternich. Desp. A nº 21 de 28 de fev. 1823, cop. nos Arq. do Estado em Viena.

ao Ministério comunicação tendente a deixá-lo pressentir a maneira pela qual a Áustria considerava a situação do Brasil, sem contudo abordar a questão do reconhecimento oficial da mudança da forma de governo, "infinitamente mais delicada". Conforme, porém, dissera, se não houvesse inconveniência, poderia dela ocupar-se reservadamente com o Ministério, ficando esta autorização dependente da prudência de Mareschal e de observarem-se à risca os princípios básicos do sistema político da Áustria, cuja aplicação ele saberia combinar com o grande interesse do imperador pela pessoa de seu genro e pelas delicadas e difíceis circunstâncias em que este se encontrava.

Metternich pronunciava-se então de modo a justificar francamente a independência do Brasil e o papel de d. Pedro: "Nunca dissimulamos as dificuldades, e desde muito tempo tínhamos previsto a emancipação do Brasil, como consequência inevitável da revolução de Portugal. Esse acontecimento não nos surpreendeu; concebemos perfeitamente que o Brasil se tenha visto forçado pelas circunstâncias a proclamar a sua independência. Concebemos igualmente que no seu interesse e no interesse da sua Casa, o príncipe regente, não podia, nem devia opor-se, em virtude de achar-se S. M. F. prisioneiro; e que talvez o único meio ao seu dispor, para conservar parte tão preciosa dos estados de seu pai, fosse proteger-lhe a emancipação e conservar-se à testa do Governo."

Embora reconhecendo ser do maior interesse para as potências ficar o Brasil independente sob o governo do príncipe herdeiro, devia deplorar não só que tal fato, exigido pelas circunstâncias, fosse provocado pela facção democrática, como também que tivessem o seu cunho as proclamações destinadas a anunciá-lo à Europa.

Como se vê, Metternich não podia conciliar o lealismo de José Bonifácio, a sua devoção monárquica, com a linguagem violenta e irreverente do manifesto dirigido por d. Pedro aos governos e nações amigas do Brasil a 6 de agosto, quando na realidade tinha sido aquele ministro quem redigira tão estranho documento. A demissão dos Andradas, dois meses depois, havia reforçado essa ilusão, pois fora por não poderem suplantar desde logo os seus rivais que eles tinham preferido exonerar-se. A isso, acrescia terem-se acentuado, após a sua reintegração, as tendências monárquicas do Governo, o que na linguagem de Metternich queria dizer

reação contra as aspirações democráticas. Ele desejava sinceramente ver o Governo não recuar nunca dessa energia política já encetada e também convencer-se de que só o princípio monárquico poderia livrar o Brasil dos perigos da influência democrática dos seus vizinhos, dar-lhe força, unidade e consistência, para manter-se e fazer parar no Novo Mundo o progresso assustador da revolução.

Tal desejo era animado pela esperança de encontrar no Ministério ressonância para as suas palavras: "...temos fundados motivos para crer que a opinião do Sr. Andrada a esse respeito se aproxima da nossa e que o príncipe está perfeitamente resolvido a não deixar os facciosos ditarem-lhe a lei." Essa convicção era baseada em informações de Mareschal, autorizado a animar as esperanças de José Bonifácio em torno da sua fidelidade a estas recomendações: "Nada esquecer para incutir esses sentimentos em S. A. R. e seu Ministério e convencê-los que segundo essa marcha com constância, o governo brasileiro se consolidará e acabará por granjear os sufrágios das grandes potências da Europa e adquirir direitos ao seu apoio."

Insistindo pela adoção do que denominava "o princípio monárquico", Metternich não aconselhava d. Pedro a voltar atrás dos compromissos tomados à face do mundo "por meio de uma reação imprudente proclamar agora a monarquia absoluta"; compreendia que ao separar-se de Portugal, o Brasil deveria ter instituições adaptadas à sua situação geográfica e ao caráter e costumes dos brasileiros. Elas seriam boas se fossem fundadas "no princípio monárquico e dessem ao soberano o poder necessário para governar e fazer o bem". Seria desarrazoado e perigoso copiar a Constituição de um país diferente, ao qual essa Constituição pudesse convir, mas ser perniciosa ao Brasil. Achava "bastante por ora fixar e adotar em doutrina as bases principais das novas instituições, procurar adaptá-las às necessidades mais urgentes do país, concebê-las conforme o interesse comum e recíproco do príncipe e do seu povo, e com tempo dar sucessivamente a essas instituições o desenvolvimento de que sejam suscetíveis e possam as circunstâncias exigir". Este plano não seria difícil de executar; ao contrário Metternich reputava-o tanto mais fácil, quanto d. Pedro, por ocasião do seu juramento, tivera a prudência de preparar-lhe o fundamento, ajuntando àquele ato a cláusula, "cheia de dignidade", de só aceitar Constituição digna dele e do Brasil. A Áustria sinceramente desejava que

ele não hesitasse em prevalecer-se dessa restrição no caso da Assembleia querer atentar contra os seus direitos. A despeito, porém, da sua boa vontade em relação a d. Pedro, a corte de Viena recomendava ao seu enviado a manter-se na reserva observada desde outubro; a sua discrição de negar-se a comparecer quer à aclamação, quer à coroação do imperador merecia plena aprovação, pois o seu comparecimento a essas cerimônias poderia ser interpretado como reconhecimento do título "que o príncipe regente decidira tomar", quando à Áustria não cabia resolver isoladamente questão de tamanha importância. No próprio interesse de d. Pedro não convinha que a Áustria tivesse iniciativa a esse respeito, pois assim mais facilmente lhe seria útil junto às potências com quem solicitamente se ocupava desse assunto, procurando "seriamente achar os meios mais convenientes para obter a seu favor o apoio das cortes aliadas, o qual não seria possível conseguir, se ele se afastasse dos princípios, expostos naquele despacho", e que "servem de base ao sistema político das potências europeias". As reservas da posição de Mareschal eram impostas pelas circunstâncias e não deveriam cessar enquanto essa matéria não fosse decidida. Ele deveria demonstrar a D. Pedro a conveniência de tal procedimento.

Com a autorização recebida julgou o ministro austríaco poder revelar não só o despacho ostensivo, mas também o reservado.[17] A Constituinte já encetara os seus trabalhos; era fácil agora prever-lhe a conduta.

Para justificar o seu procedimento perante Metternich, baseava-se Mareschal nos atos do Ministério, desde o começo do ano, pelos quais se via "que a linha por ele traçada coincidia perfeitamente com os princípios enunciados no referido despacho, e disso dava nova prova no discurso da Coroa por ocasião da abertura da Assembleia". Queria o ministro aludir às restrições acrescidas ao juramento, a fim de preparar a recusa da Constituição, se não fosse digna do Brasil e do monarca. A 25 de maio fez Mareschal a leitura de ambos os despachos a José Bonifácio, que o ouvia com muito contentamento e atenção, quando de repente o interrompeu com vivacidade na frase onde Metternich se referia ao "título de Imperador, que o príncipe regente decidiu tomar". José Bonifácio protestou: "Tomar, não! Deus o sabe; ele nunca faria tal coisa se não fora obrigado. Ele não tomou.

---

17 Número A, IV-21, de 28 de fev., cóp. nos Arqs. do Est. em Viena.

Ao demais, o título de Imperador é a base fundamental, a chave do edifício; sem ele, nada, nunca, nunca." Certo do efeito que produziria o seguimento da leitura, Mareschal deixou passar esse assomo de contrariedade. Ao fim, José Bonifácio estava calmo e de bom humor, e então declarou concordarem com os seus os princípios sustentados naquele documento. De melhor forma não os teria expendido. Podia o ministro assegurar à sua corte que "a marcha por ela traçada estava sendo e continuaria a ser exatamente seguida". Não era vã a promessa, pois já tinha provado francamente, desassombradamente estes mesmos sentimentos, como ministro e como deputado. A luta estava iniciada, a oposição organizada; mas ou o Brasil seria monarquia ou ele morreria.

Esta linguagem selava o pacto entre José Bonifácio e Metternich para defesa dos princípios da Santa Aliança, se não para todos eles até o domínio pleno do absolutismo, considerado inoportuno pelo próprio chanceler, ao menos para o predomínio da Coroa sobre a Assembleia, com todas as suas consequências, até o veto absoluto, o direito de rejeitar a Constituição por ele votada, a outorga de uma Carta, a absorção de toda a soberania delegada pelo povo, arrebatada aos seus representantes eleitos a parte que lhes fora conferida.

Para envolver o imperador nesse mesmo compromisso, José Bonifácio mostrou desejo de que Mareschal lhe comunicasse os dois despachos. No dia 30, em sua casa do Rocio, realizou-se o encontro dos três, aos quais se juntou Martim Francisco. A leitura foi feita por José Bonifácio, que propositalmente, para sublinhá-la, arrastava a voz nas passagens onde era indicada a necessidade de não se deixar d. Pedro conduzir por "ilusões de efêmera popularidade" e de reprimir com firmeza e constância todas as tentativas do "partido revolucionário". Não só para esses pontos, como para aquele em que Metternich declarava estar longe de aconselhar a monarquia absoluta, procurava ele atrair particularmente à atenção o imperial ouvinte, a quem esta declaração sobremodo agradou. Sendo tão insistentes, desde o começo da leitura, as referências aos princípios sustentados pelas potências, o Imperador parecia depreender que se tratava de fazer a apologia dessa forma de governo. Ficando, porém, por fim esclarecido, declarou estar de acordo com as ideias de Metternich e determinado até a ser duro, se tanto se tornasse necessário. O mentor da Santa Aliança tinha

principalmente em vista preparar o espírito de d. Pedro contra a Assembleia Constituinte; por isso dissera recear que os seus conselhos chegassem tarde, isto é, já estivesse estabelecida a harmonia entre os dois poderes. Com certa ponta de amor-próprio e para mostrar quanto era meditada a sua conduta, disse ainda o Imperador estar contente de assim ter acontecido, de haver chegado o despacho após o seu discurso na abertura da assembleia; do contrário, dir-se-ia que ele o tinha composto sob a inspiração daqueles conselhos, quando aliás fizera melhor, pois assim procedera antes de conhecer qualquer promessa de apoio.[18]

Não passavam dois meses, caíam os Andradas. Essa queda produziu em Viena a sensação de um desastre. Resumindo o ofício de Mareschal, portador de tão má notícia, de Gentz, o mais precioso auxiliar de Metternich, escrevia que o príncipe tinha "dado nova prova de fraqueza de caráter e fraqueza de inteligência até tocar a demência". A proclamação, que dirigira aos brasileiros era ridícula. As palavras "minha constitucionalidade", empregada nesse documento, causavam espanto: "como soa isto na boca de um monarca! Como temos decaído!" Depois acrescentava: "Pode gabar-se a língua portuguesa de haver pescado no brejo da revolução vocábulo que todas as outras baniram por demasiadamente bárbaro." Em momento tão grave ia o príncipe ficar entregue aos próprios caprichos e aos conselhos de intrigantes subalternos.[19] Nesse agouro traduzia o célebre publicista o desapontamento da sua Corte, ao ver o Governo do Brasil escapar das mãos do homem destinado a conter a Assembleia Constituinte e sobre ela fazer imperar a vontade do soberano.

---

18 Mareschal. Ofs. n^os^ 16-A, de 26 de maio, e 17-A, de 9 de junho.

19 Em data de 3 de outubro 1823. Cop. em Viena nos Arqs. do Estado.

. . . .

Capítulo XXVIII

EXAGEROS DA CONSTITUINTE

ESTAVA destinada a "frase ambígua" a ser fonte inesgotável de desconfianças. Receosa de que o monarca pretendesse opor veto à Constituição, quis a assembleia negar-lhe quanto antes o poder de intervir na elaboração das leis, cuja promulgação ficaria desse modo exclusivamente dela dependente. Ao mesmo tempo tal procedimento seria meio de hostilizar José Bonifácio, reconhecidamente infenso ao desenvolvimento das atribuições da Constituinte. Cooperavam neste sentido o barão de Santo Amaro e Pereira da Cunha, à frente do grupo chamado dos independentes, aos quais naturalmente se aliavam os democratas, em número muito mais reduzido, talvez apenas dez. Santo Amaro tinha prática dos negócios públicos, pois fora muito tempo, desde Lisboa, secretário de d. João VI; Pereira da Cunha fora intendente de polícia, cargo no qual dera provas de falta de coragem em momento grave. Eram ambos chefes de pequeno vulto para medir-se com José Bonifácio; mas tiveram a boa sorte de ver a seu lado Antônio Carlos, que nessa questão divergia dos irmãos ministros.

Apenas iniciados em maio os trabalhos legislativos, apareceram sinais dos embaraços que seriam opostos ao Governo. Logo no dia 5, foi

apresentada uma indicação para conceder-se anistia aos presos por motivos políticos; mas o Ministério saiu desse primeiro encontro revigorado pelo apoio de trinta e sete votos contra dezessete a favor da proposta. No dia 30, Paula e Sousa requereu que se determinasse a maneira de remeter ao Imperador os decretos da Assembleia depois de aprovados e qual a forma de publicá-los e mandá-los executar como leis. A Comissão de Justiça foi de parecer que a matéria não era simplesmente regimental, mas exigia projeto especial, e no dia 14 de junho apresentou-o com esta disposição fulminante: "Os decretos da presente Assembleia serão promulgados sem preceder sanção." Assinavam-no Antônio Carlos e seu primo Aguiar de Andrada; dois moderados ou independentes, Araújo Lima e Câmara de Bitencourt e Sá; um democrata, Muniz Tavares.

Destarte ficaram os dois poderes afastados por desconfianças recíprocas, tendo cada um razão para defender-se do outro. A Assembleia premunia-se contra a ameaça, que parecia existir num tópico da Fala do Trono; o Trono opunha-se ao alargamento de um princípio, que se era legítimo quanto à Constituição, tornava-se muito discutível quanto às leis ordinárias. A origem do mal, porém, consistia em ter-se dado cumulativamente à Constituinte a faculdade de também legislar quanto à matéria ordinária, a respeito da qual o Poder Executivo invocava com algum fundamento o direito de intervir. Daí dizer Pedro I no manifesto justificativo da dissolução: "A Assembleia pretendia restringir em demasia as atribuições que competem pela essência dos governos representativos ao chefe do Executivo e que lhe haviam sido conferidas pela nação."

José Bonifácio aconselhou o Imperador a resistir e a não dar publicidade à lei, caso fosse votada; mas tinha apreensões quanto ao desenlace do conflito, pois temia a falta de constância e firmeza das disposições de d. Pedro, junto a quem os independentes trabalhavam, procurando convencê-lo da popularidade para advir-lhe do ato de aceitar o voto da Assembleia. Durante algum tempo conseguiram eles triunfar sobre o ânimo do monarca; mas a resistência de José Bonifácio não afrouxava. A 25 de junho feriu-se a primeira batalha, na qual se viam os Andradas em campos adversos. Martim Francisco combatia o projeto, que Antônio Carlos e Aguiar de Andrada defendiam. Sustentava o ministro da Fazenda que a matéria era essencialmente constitucional e não podia ser objeto de mero

formulário; ao demais seria contraditório um artigo recusar ao Imperador o direito de sancionar as leis e outro estabelecer nestes termos, em seu nome, a forma da promulgação: “A assembleia tem decretado e nós queremos e ordenamos o seguinte.” Se a Assembleia se arrogava o direito de fazer leis anteriores à constituição, o monarca tinha o direito de sancioná-las.

Em auxílio do Ministério interveio na segunda discussão Carneiro de Campos, sustentando que só a nação era soberana e a soberania era inalienável; a nação apenas delegava o exercício dos seus poderes soberanos; ela já tinha escolhido o governo, determinado a sua forma monárquico-constitucional, escolhido o seu chefe e somente delegara à assembleia o poder legislativo e a tarefa de elaborar a Constituição. Estas bases não poderiam ser alteradas pela própria Constituição inexistente. Só ela não dependeria de ser sancionada; todas as outras leis, porém, estavam nesta dependência. A tão cerrada argumentação respondia Santo Amaro que para tais leis não devia haver sanção por serem leis constitucionais, cuja confecção fora atribuída à Assembleia quando convocada.

O Imperador começava a voltar-se para o lado dos ministros. Diz Mareschal terem José Bonifácio e Martim Francisco declarado “que se o projeto passasse aconselhariam o soberano a não publicar lei alguma”. Esta firmeza abalou as hostes contrárias. Antônio Carlos cedera à pressão dos irmãos e prometera abster-se da terceira discussão; alguns oposicionistas hesitantes abandonaram os companheiros.

A 5 de junho Mareschal esteve a sós com o Imperador fez-lhe ver que se resistisse na defesa da sua autoridade às pretensões da Assembleia, daria grande passo para obter e assegurar os sufrágios das grandes potências. O Imperador respondeu-lhe não haver mudado de opinião, conforme José Bonifácio já lhe teria dito. Em caso algum publicaria qualquer lei, em condições de não lhe merecer aprovação. Se tanto fosse necessário, apelaria para o povo, a fim deste decidir entre ele e a Constituinte.[1]

---

1 Mareschal. Of. nº 19-C, de 19 de julho. A declaração dos Andradas não foi feita da tribuna. José Bonifácio não discutiu esta matéria, que por parte do Governo só foi tratada por Martim Francisco, o qual não avançou proposição desta natureza; porém Mareschal é excelente informante e deve-se crer que a ameaça dos ministros fosse feita em conversas. Parte desses incidentes passam-se nos bastidores das assembleias, onde também se deve ter obtido a promessa de Antônio Carlos.

Estavam as coisas neste pé, quando os Andradas deixaram o Ministério. Antônio Carlos ficava livre de insistir nas suas ideias; Martim Francisco conservou-se fiel às suas e na terceira discussão continuou a combater o projeto. O exemplo das Cortes de Portugal, de recusar a sanção ao rei, influía enormemente sobre o espírito da Assembleia. Entendia Sousa França que a sanção não constituía direito próprio, mas sim direito delegado; a Constituinte podia ou não concedê-lo ao monarca; portanto, permitir-lhe sancionar as leis, antes de a Constituição determinar, seria conceder pelo fato direito ainda não marcado.

Carneiro de Campos substituíra a José Bonifácio e agora, como membro do Governo, voltava a sustentar em substancioso discurso os princípios que já defendera: A teoria expendida por Sousa França voltava-se contra a Assembleia, cujas atribuições legislativas ainda não estavam marcadas. O decreto da sua convocação denominava-a "constituinte e legislativa", mas devia presumir-se que as leis por ela votadas ficassem na dependência dos princípios inerentes à forma de governo, já adotadas e jurada, a monarquia representativa. Deles, um dos mais característicos era o poder inerente ao monarca de cooperar nas resoluções do Poder Legislativo. Privá-lo dessa intervenção seria pois violar o juramento dado de aceitar a base do sistema previamente adotado pela nação. Por consequência, sustentava Carneiro de Campos, "dada a dela se podem deduzir, independentes da Constituição, todas as atribuições essenciais aos poderes que formam o governo".

O sucessor de José Bonifácio operava sobre o terreno já aceito por este, com o fim de impor limites às atribuições da Constituinte. Desde que o imperador era proclamado pela nação ou em seu nome, entre ele e a Constituinte distribuía-se igualmente a delegação da soberania nacional. Apenas por quatro votos triunfou, porém, a corrente radical e foi votado que os decretos da Assembleia seriam promulgados sem dependência de sanção imperial. Para evitar a incoerência, desde o primeiro momento notada por Martim Francisco, suprimiu-se o artigo pelo qual para publicar as leis o imperador deveria dizer: "queremos e mandamos". O seu papel ficava reduzido simplesmente a mandar que aqueles sobre quem tivesse autoridade cumprissem quanto tinha sido deliberado à sua revelia pela Constituinte, reconhecido deste modo o poder acima de todos.

Pedro I recebeu esta resolução como um atentado aos seus direitos. Mareschal viu-o na manhã seguinte à votação e leu a resposta que ele escrevera e lhe mostrou para ser dada à comissão a quem deveria caber a incumbência de trazer a lei do formulário para ser promulgada. Declararia não ceder das prerrogativas; estava decidido a só publicar as leis que aprovasse e a devolver as demais, acompanhadas das razões da divergência, para serem de novo devidamente estudadas. No dia 2 de agosto o ministro viu-o outra vez e encontrou-o nas mesmas disposições de espírito, sem fazer mistério da sua resolução, pois falou sem rebuços diante de Montenegro e de servidores do Paço.[2] Fora do seu círculo já se espalhava a notícia dessa

2 Encontram-se no arquivo do castelo d'Eu, maço XLIX, com letra de Pedro I mais de um projeto da resposta que ele quis dar à Assembleia e à comissão por ela nomeada para levar-lhe as leis. A primeira era radical e concebida nestes termos: "Enquanto não estiverem determinadas as atribuições, que me devem competir como Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo deste Império, não assino nem faço executar decreto algum da Assembleia; que foi convocada com o primário fim de fazer a Constituição, e segundo a qual e que se deve proceder às leis regulamentares, depois dela ser por Mim aceita. Paço de....... – Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil."
A segunda era menos intransigente: "O Projeto de Lei (digo projeto, porque enquanto não estiver por mim assinado não é lei) que a Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa deste Império me envia por meio desta deputação para, que eu haja de fazer publicar, e executar como lei, sem que tampouco possa sobre ele exercer uma das essenciais atribuições que me pertence de direito e como Imperador Constitucional (qual é a sanção) e que é de absoluta necessidade não só para manter o decoro da mesma Assembleia, mas também os interesses da Realeza e da Nação (cujos interesses são congênitos) de quem sou e me prezo ser defensor perpétuo, passa imediatamante a ser por mim examinado. Se o achar conforme aos dois precitados pontos, então lhe darei a minha imperial sanção e o mandarei publicar e executar como lei por todos os meus súditos; mas se por qualquer incidente ele macular um dos dois pontos cardiais que me regulam, e que já acima apontei, eu o enviarei à Assembleia pelo meu ministro e secretário de estado da repartição competente, motivado, a fim de que a Assembleia de novo o haja de debater, fundando os debates sobre os motivos que forem apontados e depois enviar-me com a mesma formalidade hoje praticada para eu sancionar, mandar publicar, e fazer executar, se os motivos forem aceitos como creio e se por esses motivos tiver sido modificado o dito projeto. – Paço .... de agosto de 1823. – Imperador. "Depois de fechado o parêntese e em seguida à palavra 'congênitos' a este acréscimo: e que sem haver sanção seriam distribuídos segundo nos tem mostrado a sabedoria dos séculos."

resistência e dela receavam-se gravíssimos resultados. Além de Mareschal, outras pessoas tinham lido o projeto de resposta. Maler comunicava ao seu governo ter razões muito fortes para acreditar que o imperador estava firmemente decidido a não se submeter ao formulário prescrito pela Assembleia; chegava a recear violento abalo, donde poderia resultar até a dissolução da Constituinte, no caso dos deputados continuarem a alargar o seu poder em prejuízo do poder do monarca. Este deu ordem, que depois relaxou, para prender e expulsar um estrangeiro de nome Grondona, vice-cônsul do Reino da Sardenha, que publicara um folheto violento a favor da causa da Constituinte.[3] Chegaram esses rumores até a Assembleia, onde Muniz Tavares e Venâncio Henriques revelaram o que se dizia lá fora a respeito das disposições do imperador contra a aceitação das leis e a favor da dissolução. Propunha o primeiro que a Assembleia decidisse se a redação do formulário deveria ser apresentada com maior brevidade, ainda na proxima semana.[4]

Entretanto, enquanto Pedro I se exprimia daquele modo, Carneiro de Campos declarava não só a Maler e a Mareschal, mas também a Chamberlain, encarregado de negócios da Inglaterra, que era necessário ceder. Ele próprio, antes de ser ministro, opuzera-se ao projeto por considerá-lo erro; combatera-o da tribuna, já depois de ministro; mas agora achava conveniente admiti-lo para acalmar os deputados. Tratava-se de uma medida temporária, que não seria incorporada à Constituição e por isso mesmo perdia de importância.

O pronunciamento da tropa do Rio Grande do Sul excitara os ânimos; eram uma dificuldade a mais as relações entre a Constituinte e o imperador e vinha reforçar as desconfianças levantadas pela frase ambígua. Exacerbado pela votação do formulário, Pedro I deixava extravasar a cólera do seu despeito e bravejava em S. Cristóvão contra a Assembleia, a cujos ouvidos chegava o eco desses destemperos. Bastaria que os clarins tocassem alarma para vê-la estremecer de medo. Já se desenhavam as suas veleidades de abolir o regimento estrangeiro; no dia, porém, em que to-

---

3 José Estêvão Grondona redigia a *Sentinela da Liberdade*, foi comprometido nos sucessos da dissolução e fugiu. Meses depois apareceu na Bahia, onde não demorou; daí partiu para Buenos Aires e lá permaneceu alguns anos.

4 *Anais da Assembleia Constituinte*, sessão de 16 de agosto.

casse nesse assunto as galerias encher-se-iam de militares, como sinal de protesto e reação. Haveria de ficar impune o ato da guarnição de Porto Alegre acerca do qual não se abriria devassa alguma, como os deputados desejavam.[5]

A Assembleia, entretanto, seguia o seu caminho com a circunspecção e firmeza que faltavam ao monarca. Os novos ministros não eram da têmpera de José Bonifácio; nem dominadores, nem violentos, nem contrários ao desenvolvimento natural da ação da Constituinte. Se fora ele o inspirador do soberano, prevalecer-se-ia do pronunciamento de Porto Alegre para assustá-la e levar aos limites extremos a resistência imperial. Carneiro de Campos, agora a cabeça principal do Ministério, era conciliador, infenso aos grandes combates que apaixonavam os Andradras. Seu trabalho desenvolvia-se constantemente no sentido de aproximar os dois poderes, separados por desconfianças transformadas em hostilidade. O grupo dos independentes, satisfeito de ver por terra os seus rivais, ajudava a obra ministerial. Para esse fim o projeto dormia propositalmente na pasta da comissão competente, esperando ser definitivamente redigido. Esta ação sedativa atingia os nervos imperiais e pouco e pouco os acalmava. Carneiro de Campos conseguira que o Imperador atendesse ao voto da Assembleia e proclamasse aos brasileiros, reprovando o ato dos militares do Sul e declarando só a ela caber o direito de tratar e resolver acerca da matéria agitada naquele pronunciamento. A oportunidade serviu a Pedro I para aludir nessa proclamação, em tom de censura, ao espírito democrático das representações do Norte. Era preciso desconfiar tanto dos que lisonjeavam o soberano, como dos que lisonjeavam o povo. Cabia a todos esperar a Constituição.

Em fins de agosto já os espíritos estavam mais calmos e preparados para resolver definitivamente a questão do formulário. A pedido dos novos ministros reuniu-se a Constituinte duas vezes em sessão secreta, na qual, diz o visconde de São Leopoldo, um dos votos contrários ao projeto, "debateu-se vivamente sobre os males, sangue e partidos que nasceram da insistência e desarmonia entre os dois poderes..." *O Tamoio* deu rebate contra a pretensão de receitar-se o formulário, partisse ela do Ministério

---

5 Mareschal. Of. nº 21 de 31 de julho e nº 22 de 5 de agosto. Maler. Of. nº 310 de 9 de agosto.

ou partisse do imperador. Sobre este triunfou a Assembleia; dias depois foi deliberado que se aprontassem todas as leis votadas, para em tempo lhe serem apresentadas.[6]

A sessão secreta foi convocada em virtude de indicação apresentada no dia 19 por Carneiro de Campos e Nogueira da Gama, a fim de tomarem-se medidas acertadas de decreto relativo ao formulário com que se devem publicar as leis. Vê-se por tal linguagem que apesar de todo o trabalho feito junto ao Imperador, os ministros ainda procuravam dissuadir a Constituinte de insistir no seu propósito. As atas existentes no arquivo da Câmara dos Deputados não mencionam as razões dadas no discurso de Carneiro de Campos. Reunida a Assembleia no dia 20, propôs Sousa França: "Como se acha feita a lei e a sua consequência imediata é a promulgação, proponho que os ilustres proponentes reduzam a sua proposta a uma indicação motivada dever ou não preceder a publicação da Constituição à promulgação de toda e qualquer lei, que a assembleia aliás tem o direito de fazer." Continuou a discussão. Montezuma mandou à mesa esta indicação: "Proponho que a Assembleia mande uma deputação ao imperador para tratar com ele secretamente sobre esse objeto, exigindo-se uma resposta categórica, que em sessão secreta será apresentada para sobre ela tomar a Assembleia uma deliberação."

Seguiu-se longo debate. Rodrigues de Carvalho ofereceu esta indicação: "Proponho que no primeiro dia de sessão a comissão de legislação apresente o decreto da fórmula da publicação e que depois disso um dos srs. deputados proponha que como o decreto é preliminar se guarde para ir quando estiverem prontas as leis, que se estão discutindo. No entanto aparece o projeto de Constituição e então irá uma deputação levar as leis."

Foi tudo quanto resultou da primeira sessão, após discussões que duraram das dez horas da manhã às três da tarde. Na outra, presentes setenta deputados, tendo faltado José Bonifácio e Antônio Carlos, após vários discursos votou-se a indicação de Rodrigues de Carvalho em duas partes: "Primeiro se deveria apresentar-se uma indicação em público sobre a matéria

---

6 Visc. de São Leopoldo. Memórias publicadas segundo o manuscrito do autor, na *Rev. do Inst. Hist. do Rio Grande do Sul*, ano II, trimestre I, pág. 23. Aí diz este autor: "Previ logo que iria a ser isso [o projeto de formulário] um ponto de discórdia que ocasionaria talvez o perigo de alguma convulsão."

da indicação. Venceu-se que sim." O presidente propôs: por quem deveria ser apresentada e em que tempo? Venceu-se que deveria ser oferecida pelo autor e quando fosse apresentado o decreto redigido do formulário das publicações das leis. Montezuma fez declaração de voto: "Declaro que votei se não tratasse em sessão secreta da indicação Carneiro de Campos e Nogueira da Gama." Esta sessão foi igualmente longa; durou quase cinco horas.

Apesar de tudo isso, ainda decorreram cerca de dois meses sem que as leis promulgadas fossem enviadas ao Imperador para publicá-las. Urdia-se nos bastidores o plano de reanimar-lhe a resistência, derrubar o Ministério e dar vitória à reação. Ele, porém, submeteu-se; à comissão que só a 20 de outubro lhe apresentou as leis sancionadas pela Assembleia e apenas para serem publicadas, declarou recebê-las "com sumo prazer" e fazê-las executar, como faria às demais, quando lhe chegassem às mãos, "bem persuadido que todas elas seriam tendentes a engrandecer e felicitar o Império". Com esta frase acreditava salvar a dignidade e até a própria autoridade diminuída.[7]

Refere Cruz Lima, servidor do paço, que o imperador procurou por todos os meios amainar as tendências invasoras da Constituinte e nesse sentido falou a um dos membros mais proeminentes do grupo onde prevaleciam "ideias exageradas", mas a resposta dessa capacidade foi audaz, chegou a ser insultuosa. "Não se persuada Vossa Majestade que não tenha pretendentes ao seu lugar; eu serei um deles."[8]

---

7 Mareschal diz ter sabido do modo o mais seguro que o Imperador pensava assim. Of. nº 37 de 19 de nov. 1823. Pedro I havia minutado outra resposta, provavelmente substituída por conselho e colaboração de Carneiro de Campos. Foi redigida nestes termos e encontra-se no arquivo do castelo d'Eu: "Estando intimamente persuadido que nas leis regulamentares eu deveria ter sanção porque foi Eu que convoquei esta Assembleia; mas porque os revolucionários de França a deram a Luís XVI no ano de 1795, apesar disso preferindo eu o bem geral a todos, e qualquer interesse, atribuição ou regalito que me compita como Imperador Constitucional assinarei e farei executar literalmente todas as leis que fizer esta Assembleia para que em todo tempo a Nação conheça (no caso não esperado), de onde lhe veio o mal reservando como Defensor Perpétuo o direito de propor qualquer inconveniente que achar que me pareça contrário aos interesses atuais e felicidade futura da nação brasileira o que seguramente não acontecerá vista a sabedoria que tem desenvolvido esta mesma Assembleia."

8 Cruz Lima, *op cit.,* págs. 50 e 51.

Desde as Cortes de Portugal, onde surgiu como se já fora dantes parlamentar consumado, impusera-se Antônio Carlos à admiração dos brasileiros por seu talento, eloquência e energia. Relator do projeto da Constituição brasileira, prolongava na Assembleia a influência que José Bonifácio exercia junto ao soberano. Faltava-lhe, porém, a ele como aos seus dois irmãos, tolerância, espírito de transação, indispensáveis na vida política. Em política a soberba é agente dispersivo ou destruidor. Nos tolos as suas consequências são menos graves, porque o ridículo acaba por torná-lo inócuo; mas nos homens de inteligência alta e cultivada concorre para torná-los presunçosos, convencidos de onisciência, e para fazê-los ver inimigos em todos aqueles que lhes combatam as opiniões. Acreditando bastarem-se a si próprios, isolam-se, afastam com desdém ou insolência quantos tentem ajudá-los; e não congregando em torno de si mesmo elementos aproveitáveis, concorrem para deixá-los juntarem-se à parte, em condições de embaraçarem-lhes a ação. Justamente por ser a vaidade balofa e inconsistente, a qualquer sopro da lisonja o simples vaidoso perdoa desde logo os agravos que tenha recebido. O soberbo, porém, a nenhum esquece. Todos os seus atos são perfeitos e portanto indiscutíveis; nenhum tem falha; achar-lhes erros será atacar-lhe a infalibilidade, parecerá ofensa de lesa-majestade. Se o soberbo é mau de índole, no primeiro ensejo vinga-se; mas se o ofensor, suposto ou real, apresenta-se submisso para servi-lo, as ofensas esvaem-se, embora sejam mortais, porque a condição de humildade e subserviência, à qual se submete o falso arrependido, satisfaz à paixão nefasta, convertida então numa espécie de sadismo. E ainda porque o culto de si mesmo e dos seus interesses de toda ordem inspiram-lhe as normas da vida, o soberbo não hesita esquecer também as suas mágoas, se depende de quem o tenha ferido lucro ou posição que ele deseje granjear e lhe possa aumentar o poder ou a fama.

Os contemporâneos dos Andradas são unânimes acerca dos seus defeitos, que foram causa de não ser duradoura a ação exercida por eles nos negócios públicos, onde outras qualidades de caráter, muito nobres, e raros talentos para o serviço do estado, teriam sido ainda mais proveitosos ao Brasil. Referindo-se à bonomia de José Bonifácio, dizia o marechal Arouche que ao grande homem "só faltava prudência", coisa desconhecida na sua família; daí resultando ignorar "como se vive com os povos".[9] No seu primeiro

---

9 Carta do pai de Varnhagen, cit. por este. – *Hist. da Indep.* pág. 168.

contato com o lorde Cochrane, logo revelou o mais velho dos Andradas leviandade e orgulho. Tratando da organização da esquadra, recomendou-lhe que só com ele se entendesse "sobre todas as matérias de importância, sendo o ministro da Marinha meramente nomeado para expedir os negócios de segunda ordem".[10] Mareschal, que lidou com José Bonifácio durante todo o seu ministério, achava-o indiscreto, extremamente vaidoso, de uma vivacidade e imaginação capazes de levá-lo além dos seus intuitos, e previu quanto viria a ser difícil manter-se harmonia entre ele e o príncipe regente cujo caráter se ressentia das "mesmas qualidades".[11] Quando dele recebeu a primeira visita, ouviu-o falar tanto e com tal volubilidade que mal pôde proferir algumas palavras; fora apenas ouvinte de um discurso e não interlocutor de uma conversa.[12] Maler, que estava em situação idêntica, reconhecia-lhe a instrução e a atividade, mas contesta-lhe o discernimento e moderação necessários em circunstâncias tão críticas. O orgulho levava-o a rejeitar bons conselhos e a acreditar em incrível confiança em tudo quanto lhe diziam, se era favorável ao seu modo de pensar. Era exagerado e extremado em tudo, como todo homem de paixões.[13]

Considerando-se superiores ao meio onde operavam, encastelavam-se os Andradas em inquebrantável intransigência, a ser vencida mais dia menos dia pelos manejos de todas as forças que lhes disputavam o poder. Eles encarnavam virtudes muito caras às novas gerações brasileiras, o sentimento nativista, o desprezo do dinheiro e de honrarias. José Bonifácio recusou ser marquês e grã-cruz do Cruzeiro e Martim Francisco não tinha nem sequer o hábito de Cristo; só Antônio Carlos, talvez por ser tão pomposo, aceitou a condecoração que o primogênito não quis. Antes da Independência, José Bonifácio não se mostrava infenso a essas distinções, pois recebeu de d. João VI o título de conselho e aquele hábito; porém mais tarde, dispondo de todos os favores do Imperador, recusou tudo quanto

10 Conde de Dundonald. *Op. cit.*, pág. 10. O ministro da Marinha era o oficial general da armada Luís da Cunha Moreira, depois visconde de Cabo Frio, brasileiro, com valiosos serviços de guerra, assim indicado ao menosprezo de um militar estrangeiro, nomeado para servir sob as suas ordens.

11 Mareschal. Ofs. de 16 de fev., 2 de março e 3 de junho de 1822.

12 *Ibid.* Of. nº 7 litt. B. de 2 de março 1822.

13 Maler. Of. nº 245, de 20 de nov. 1822.

este lhe oferecia e apenas, quase forçado, consentiu em ser mordomo-mor. Durante muitos meses negou-se repetidas vezes a assumir as respectivas funções. Só o fez em fevereiro, com receio de que a Constituinte tornasse incompatíveis o cargo de ministro e o mandato popular, mas com intuito de manter uma posição na corte, na qual se pudesse conservar junto ao soberano e mais facilmente sobre ele influir. Esse fato operou-se sem ruído algum, sem nenhuma publicação oficial, como se houvera o propósito de ocultá-lo.

Era natural que tais homens exercessem grande autoridade na Assembleia, sem contudo serem os únicos acima da mediocridade, como pretende Armitage.[14] Além deles havia no primeiro plano Silva Lisboa (visconde de Cairu), Carneiro de Campos e Maciel da Costa (marqueses de Caravelas e Queluz), Rodrigues de Carvalho e Brant (marquês de Barbacena), que só apareceu em outubro. Santo Amaro, Silva Maia, Fernandes Pinheiro (visconde de S. Leopoldo), Vergueiro, Sousa França e os padres Muniz Tavares, Venâncio Henriques e Alencar constituíam uma reserva de colaboradores eficazes. Grupo mais jovem ensaiava os primeiros voos: Montezuma (Jequitinhonha), deles o mais ativo; Araújo Lima e Lopes Gama (marquês de Olinda e visconde de Maranguape), Paula e Sousa e ainda Araújo Viana e Calmon (marqueses de Sapucaí e Abrantes), dois que se conservavam retraídos. Realmente não passariam de vinte, entre noventa, as figuras de algum relevo e de limitada aptidão para tão grande obra. Em geral eram todos magistrados, advogados, sacerdotes, só muito raros militares, e sua cultura geralmente procedia de Coimbra, e Lisboa, acrescida da história das instituições de França, Inglaterra e Estados Unidos, da Grécia e de Roma antigas. Faziam talvez mais cabedal essas noções de vida estranha do que do exato conhecimento das condições peculiares do Brasil, onde em todo caso as quereriam aplicar. O país, porém, com certeza não poderia fornecer melhor representação. Dominava entre eles a presunção das assembleias constituintes de fazerem cessar, logo ao aparecerem, o poder que ainda impera e ainda dispõe de todos os instrumentos do governo até serem-lhe restringidas as funções pela Constituição esperada.

---

14 Armitage, à pág. 57 da *Hist. do Brasil*. Entretanto, em nota à mesma obra, sob nº 28, considera Carneiro de Campos (Caravelas) e Pereira da Fonseca (Maricá) notáveis por sua vasta erudição; esquecia Silva Lisboa (Cairu), que a possuía de vulto a rivalizar com a de José Bonifácio.

Essa espécie de vaidade democrática perturba o entendimento dos homens acerca da realidade das coisas; naqueles tempos principalmente, quando as nações começavam a libertar-se dos governos arbitrários, a honra de estar investido num mandato de origem popular dava a cada um deles a impressão de ser o próprio povo. Eram então muito vagas as noções do governo representativo, recebidas principalmente de Portugal. Nas Cortes de Lisboa tinha-se discutido seriamente, durante dias e dias, se os ministros de estado poderiam assentar-se diante dos representantes da nação, sendo por fim decidido que só o poderiam fazer em mocho raso.[15]

A Assembleia inspirou-se desde logo nessas ideias ao organizar o cerimonial para a abertura dos seus trabalhos pelo soberano. Discutiram-se futilidades, como por exemplo se a coroa era ou não cobertura. Se era, o imperador não a poderia ter à cabeça, em lugar onde os deputados estariam descobertos. Foi então deliberado que ao chegar à porta do salão pela qual deveria penetrar no recinto, ele a depusesse, e também o cetro, os quais seriam depositados em credência colocada ao lado do trono.[16] Também constituiu objeto de dúvida se os ministros de Estado, que fariam parte do cortejo, deveriam acompanhar o monarca até junto ao trono. Lograram os mesmos ser-lhes dada essa honra, não como oficiais da casa imperial, mas sim como grandes ministros do Poder Executivo. Só por esta atenção se lhes deu assento à direita do trono, contudo raso e não de encosto. Quando comparecessem, porém, à Assembleia para falar em nome do soberano poderiam tomar assento à mesa, mas sempre em assento raso. Chegou a suscitar-se a questão gravíssima da colocação do imperador em relação ao presidente. Propôs um deputado que ele se assentasse no mesmo plano onde estivesse o escolhido da Assembleia; mas foi por fim resolvido pôr o trono no topo da sala e a cadeira presidencial no primeiro degrau à sua

---

15 Drummond. *Op. cit.*, pág. 58.

16 Para o regimento definitivo foi votado em junho, depois de extenuante discussão, que quando o imperador voltasse à Assembleia, entraria na sala com toda a pompa e revestido das insígnias da realeza. Disse ele a Mareschal que consentiu em depor a coroa e o cetro para evitar que os deputados se cobrissem e ficasse o precedente como regra para o futuro; mas quando houvesse duas câmaras, conservaria a coroa na cabeça e permitiria que só os senadores se cobrissem. – Mareschal. Of. nº 14 de16 de maio.

direita. Por essa solução bateu-se Antônio Carlos, sustentando que a lei tinha posto o monarca "além da esfera da humanidade e quase endeusado".

A Constituinte timbrava em mostrar quanto estava convencida da própria dignidade e disputava honras iguais às do soberano. A comissão de sete membros, incumbida de convidá-lo a abrir os trabalhos legislativos, dirigiu-se a S. Cristóvão em três coches da casa imperial, precedidos de um piquete, seguidos de uma companhia de cavalaria, e desfilou pelas ruas da cidade diante da multidão desvanecida, até chegar à estrada da quinta, onde encontrou diversos corpos de cavalaria, postados para fazerem-lhe continências.

A discussão do regimento deu ensejo a uma catadupa de discursos; examinava-se minuciosamente cada artigo. Iniciada a 21 de maio, ainda não estava finda no dia da dissolução. Até a leitura do expediente lhe fornecia pretextos. O nome *d'el-rei*, ligado a qualquer coisa, dava motivo a sérias reclamações. Carneiro de Campos teve de explicar que esse nome era usual na própria geografia do país; citou S. João d'el-Rei, Sergipe d'el-Rei, mas só conseguiu acalmar o reclamante, referindo que a mudança se procederia com o tempo; conhecera um homem, apelidado *dos Reis*, que tinha passado a chamar-se *Fulano dos Imperadores.*

O governo não preparara projeto algum para servir de início dos estudos, nem havia bases aceitas, como houvera nas Cortes de Portugal. Nomeou-se uma comissão especial para apresentar o projeto de Constituição, mas só a 16 de agosto ela concluiu a tarefa. Do modo pelo qual a desempenhou disse Antônio Carlos, do modo humilhante como tratava os colegas: "Eu tive a honra de ser nomeado presidente desta comissão, que em pouco tempo me apresentou os seus trabalhos; e eu tive a sem-cerimônia de dizer que não prestavam. Um copiou a Constituição portuguesa, outro, pedaços da espanhola."[17] À vista dessa declaração, foi Antônio Carlos incumbido de redigir o novo projeto, apresentado dentro de quinze dias, a 1º de setembro. No dia 11 propôs à comissão que só houvesse uma discussão, tendo, porém, cada deputado o direito de falar três vezes acerca de cada artigo. Os artigos eram 272 e os deputados noventa. Em Portugal,

---

17 *Anais* da Câm. dos Dep., sessão de 24 abril de 1840, pág. 109. A comissão era composta de A. Carlos, José Bonifácio, Câmara, Pereira da Cunha, Araújo Lima e Muniz Tavares.

onde em regra falavam muito poucos deputados, consumiram-se dezoito meses em discussões. Calculava-se, assim, em dois anos o tempo para gastar pela Assembleia até chegar ao tempo dos trabalhos.[18]

Foi por certo nesse momento que José Bonifácio deu o primeiro passo para reconquistar as boas graças do soberano, oferecendo dar-lhe a Constituição quanto antes, mediante o juramento do projeto sem o debate donde só havia riscos a esperar, dos quais o maior era o triunfo das ideias democráticas, com força para decidir as potências a unirem-se a Portugal e ajudá-lo a hostilizar o Brasil. O partido dos Andradas dispunha de quarenta e um votos, facilmente aumentáveis se ele quisesse dirigir uma mensagem à Assembleia, declarando o estado em perigo no caso de não lhe ser dada sem demora a Constituição. Ao interesse de por tal modo triunfar da Assembleia convinha juntar o de atrair a simpatia das potências no sentido do reconhecimento do Império, amedrontando-as com o espectro da democracia e para esse fim fazendo o soberano a grave declaração de só pelo receio de tal perigo não se voltar à união com Portugal. Mareschal foi o portador da proposta, que o imperador recusou com boas razões e até maliciosa habilidade. Mas a recusa em termos brandos não desanimou o partido andradino de persistir no intuito de voltar ao poder. Havia ainda o bom terreno das leis por enviar à Coroa, para serem mandadas cumprir independentemente de sanção, e sobre ele iria manobrar até outubro.[19]

Só a 15 de setembro, passados mais de quatro meses após o 3 de maio, tiveram início as discussões, que a Assembleia deliberou fossem duas em vez de uma, como propusera a comissão. Pôde-se avaliar desde então qual seria a marcha do projeto. A primeira questão levantada foi meramente gramatical: se o título deveria ser "projeto de Constituição do Brasil" ou "da Constituição do Brasil". Com isso perderam-se cinco minutos e não se perdeu mais, porque um deputado contou o tempo e reclamou. Passou-se a ler o preâmbulo; nova contenda: "Depois de ter religiosamente implorado os auxílios da Divina Providência...." Achava outro deputado redundân-

---

18 O cálculo de dois anos era bem fundado. De 15 de setembro, quando se iniciou a discussão do projeto, até 7 de novembro, quando se realizou o último debate, decorreram 54 dias e nesse espaço de tempo só foram votados 24 artigos. Ao todo eram eles 272, que em tal proporção viriam a consumir 612 dias, ou mais de 20 meses.

19 Conversa protocolada pelo Imperador, no arq. do cast. d'Eu.

cia no emprego do advérbio "religiosamente"; entendia Silva Lisboa que a imploração devia ser feita à Santíssima Trindade, por ser mais conforme às regras da religião católica; deveria dizer-se: "...implorados os auxílios da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo...." E ajoelhou diante da Assembleia a invocar as fontes de divina inspiração. Tudo isso adubado de latim de igreja e quando outros eram os assuntos, de trechos clássicos de prosa e verso, em citações que enchem às vezes até doze linhas dos Anais.

Feriu-se outra abundante discussão ao tratar-se da definição dos direitos. Havia em primeiro lugar a questão delicadíssima no momento, de saber quem seria brasileiro. Choviam emendas. Depois veio o ponto, igualmente melindroso, das crenças religiosas e do exercício de cultos diferentes adotado pelo estado. Rezava o projeto: "A Constituição garante a todos os brasileiros: ... a liberdade religiosa"; porém adiante limitava fundamentalmente essa liberdade, concedendo direitos políticos apenas aos cristãos. As outras religiões seriam toleradas, mas para a sua prática exigir-se-iam cautelas.

Viu-se então o belo espetáculo de levantarem-se alguns padres, pondo a liberdade à altura da fé. Eram homens vindos das lutas da Independência, no norte e em Minas Gerais, alguns deles, como Venâncio Henriques, até suspeitos de espírito republicano, fundamento com que se lhe quis vedar a entrada na Assembleia.[20] Venâncio mostrava como a intolerância católica preparara na Inglaterra por meio das pretensões dos delegados apostólicos e dos papas, o terreno de antipatia sobre que Henrique VIII pudera fundar o ato da separação da igreja romana. Monsenhor Muniz Tavares, o historiador da revolução repúblicana de 1817, não desejaria ser perseguido, se a divina graça o abandonasse um dia e o deixasse passar a outra religião; sustentava a liberdade religiosa como "um dos direitos mais sagrados do homem", contra o qual não valem as compreensões da tirania: "Colocando a força ao lado da fé, a intolerância colocou igualmente a coragem ao lado da dúvida." Deus não queria ser adorado à força, nem me-

20 Durante muito tempo a junta de Pernambuco hesitou em aderir ao governo do príncipe regente; não mandou proceder à eleição dos procuradores da província e procurava proceder do mesmo modo em relação à dos deputados à Constituinte; mas foi forçada a mudar de conduta pelo povo e tropa a 3 de agosto. O padre Venâncio auxiliava nessa resistência a Gervásio Pires Ferreira, presidente da junta, tendo embaraçado a união e sendo como ele implicado na revolução de 17, era por tais motivos considerado republicano.

diante hecatombes como a da noite de São Bartolomeu em França, nem ao clarão das fogueiras, ateadas por "esse horrendo tribunal de Santo Ofício".

Aos dois liberais de Pernambuco unia-se outro padre, Rocha França, deputado por Minas, pleiteando os direitos civis para os judeus, cuja religião, se não fora a mãe, fora a aia do cristianismo. Judeus tinham sido Maria, o Batista, os apóstolos, santo Elias e o próprio Jesus. "Não sei que se possa dar religião sem liberdade", concluía esse sacerdote, em cuja boca parecia passar um sopro da palavra do Cristo, cuja doutrina, fonte consoladora de tolerância e de amor, tantos falsos corifeus procuraram deturpar. Venâncio Henriques amparou-lhe a ideia: o catolicismo fundava-se no judaísmo e baseava nos seus livros santos a verdade pregada; dele só se afastara por ter reconhecido o Messias, que o povo de Israel não quisera aceitar.

Nunca a Constituinte se ergueu tão alto como nos dias dessa discussão memorável, onde em nome da fé a liberdade religiosa era calorosamente pregada e defendida por sacerdotes, contra velhos legistas que lhe não davam guarida.[21]

Enquanto a Assembleia não teve certeza o seu triunfo na questão capital do formulário para promulgação das leis, todos os outros projetos vieram-se arrastando: o da confirmação da legislação existente; o da extinção dos conselhos de província; o da proibição dos deputados aceitarem qualquer emprego; o da revogação do alvará acerca das sociedades secretas; o da abolição das Juntas provinciais de governo e sua substituição por presidente nomeado pelo imperador e assistido por um conselho; o da reforma das academias médico-cirúrgicas; o da arrecadação dos bens de defuntos. Menos os dois últimos, que não continham matéria política, todos eles num só feixe foram enviados ao soberano.

Nos primeiros tempos do rompimento com o monarca, os Andradas não pareciam de forma alguma hostilizá-lo perante a Constituinte; pelo contrário, timbravam em se não darem por achados. Quando foi pro-

21 A emenda mais liberal a respeito dessa matéria foi apresentada por Brant, que a justificou com a necessidade de atrair colonos estrangeiros para a lavoura, a qual se devia libertar do comércio da escravatura. Declarou ele que, incumbido na Europa de convidar gente para vir habitar no Brasil, achou boas disposições nesse sentido com a cláusula única de garantia constitucional à liberdade religiosa.

posta a escolha de uma comissão de doze membros para levar parabéns ao imperador pelo restabelecimento da sua saúde após o acidente da queda, Antônio Carlos lembrou que o regimento marcava o dobro daquele número de deputados. Ao projeto de feriado nacional a 12 de outubro, por motivo da aclamação de Pedro I, propôs que se acrescentasse: "dia dos anos do mesmo Augusto Senhor". José Bonifácio alegou moléstia, insistiu por licença prolongada e deixou de comparecer às sessões. Naquela data, porém, apresentou-se no paço e disse ao imperador que tinha reunido todas as suas forças em tão glorioso dia para levar-lhe sinceras homenagens. Ao tomar-lhe a mão a beijar, viu que o monarca reteve a sua afetuosamente por algum tempo. Fora o único membro da família Andrada que se apresentara no paço, onde nenhum voltara desde 17 de julho.

Só em outubro tornaram eles a discutir as matérias da ordem do dia. A eleição de Martim Francisco, no dia 2, para presidente da mesa era indício de volver-lhes a influência. O mês de setembro trouxera à Assembleia matérias destinadas a inflamá-la. Antônio Carlo lançara uma das suas objurgatórias, quando se tratou da missão enviada por d. João VI à Bahia, com intuito de restabelecer de comum acordo a união dos dois reinos. Na discussão quente, mas comedida, a respeito da tarefa aceita pelo marechal Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, soaram as afrontas do orador, tratando de infame e monstro a esse brasileiro, conquanto nascido na Bahia, partidário da união com Portugal. Seguiu-se outro assunto, propício a ferir os melindres nacionais e exaltar a opinião pública. Apareceram no Rio incorporados ao exército três oficiais da tropa de Madeira. Explicou o ministro da Guerra que nenhum deles tinha outra vantagem além do soldo; nenhum poderia comandar nem ter acesso. O fato resultava da proclamação do comandante das forças em operações, feita para concitar os soldados portugueses a aderirem à independência e virem incorporar-se às fileiras. Aqueles haviam correspondido a esse convite.

Dias depois, porém, foi divulgada a notícia de ter o mesmo ministro baixado uma portaria, cujo texto não aparecera no diário do governo, ordenando às autoridades da Bahia a remessa para o Rio dos soldados e oficiais inferiores, prisioneiros europeus, dispostos a assentar praça por quatro anos. Foi pedida ao Governo cópia desse documento, que Antônio Carlos achava indispensável para a Assembleia entender-se "com esse mi-

nistro, o mais corrompido" de todos quantos conhecera. Já então, tendo resolvido submeter a Constituinte à sorte dos prisioneiros, havia o governo mandado sobrestar na execução do seu ato, mas informara tê-lo expedido para remediar a falta de soldados e dificuldades de recrutamento e ainda por não duvidar que pudesse haver entre os convidados muitos secretários da independência e Constituição do Império, privados, por coactos, de corresponder a proclamação do general brasileiro.[22]

A despeito dessas razões, devido às desconfianças e azedumes existentes nos ânimos ressentidos, a assembleia considerou a medida impolítica em relação aos prisioneiros; quanto aos oficiais, embora reconhecendo que tendo eles desertado dos portugueses mostravam desejos de aderir à causa do Brasil, resolveu ser melhor perceberem o soldo, sem tomarem parte no serviço do exército.

Vieira de Carvalho, mais tarde marquês de Laje, era intimamente ligado ao Imperador e não daria semelhante providência sem a sua aprovação, quiçá a sua iniciativa ou a sua ordem; em seu nome baixou a portaria à junta da província: "S. M. I. mandou a este Governo provisório...." A assembleia conhecia essas relações e conhecia o processo administrativo; desaprovando, pois, o ato do ministro, estava certa de atingir o imperador.[23]

Aliás, apenas se renovava resolução tomada de outra feita, quando foram incorporados ao exército soldados de Avilez, que haviam pegado

---

22 Tratando das dificuldades de reunir o número de soldados necessários ao serviço do exército, que levaram o Governo a lançar mão do recurso impugnado, dizia o ministro da Guerra à Assembleia, em ofício de 17 de outubro, lido na sessão de 18: "... conhecendo por experiência que a província do Rio de Janeiro não pode, sem horroroso desfalque da lavoura, fornecer o recrutamento necessário, ordenou ao governo provisório da província de Minas Gerais que remetesse recrutas, os quais nem perfazem ainda o número exigido pelas dificuldades que aquele governo tem representado, nem tem sido possível ao Governo de S. M. I., apesar das medidas mais enérgicas, evitar totalmente as deserções das mesmas, para a qual parece terem tendência decidida e em todos os tempos conhecida."

23 O autor viu em mãos do Sr. Sebastião de Carvalho, neto do marquês de Laje, alguns papéis comprobatórios dessas relações, entre os quais um mostrava que d. Pedro I escrevia atos e mandava ao ministro para assinar. *O Tamoio* reforçava os ataques de A. Carlos contra a "mascarada traição" e exclamava: "Ministro prevaricador, não está longe o tempo em que te peça estreita contas a nação traída e ludibriada." – Nº 22, de 11 de out.

em armas contra a autoridade do príncipe regente e tinham sido forçados a passar do morro do Castelo à Praia Grande. Dias depois desse ato, José Bonifácio era ministro e não impugnou. Queixava-se Avilez de haver continuado essa forma de recrutamento por meio de agentes que se insinuavam no acampamento daquela vila, quando o novo ministro já preponderava no Governo.[24]

Aumentavam cada dia os sinais de inteligência entre os dois poderes; buscavam-se todos os pretextos para acentuá-la. Incorporado o Maranhão ao Império, d. Pedro juntou o nome daquela província ao título de marquês concedido ao lorde Cochrane. Correu Montezuma a propor que tal honra não se verificasse antes de estabelecerem-se por lei a ordem e graduação dos títulos; Antônio Carlos ajuntou: "Diga-se ao governo de S. M. I. que enquanto a Assembleia não decretar a existência de distinções nobiliárias e de títulos, não se deem mais os ditos títulos e distinções."

Para comemorar a sua elevação ao trono, o imperador fundara a ordem do Cruzeiro, da qual fizera Antônio Carlos grã-cruz e Montezuma dignitário; quis também fazer marquês a José Bonifácio, que recusou aceitar o título, mas não contestou a autoridade do soberano para conceder honras de tal natureza; ao contrário, exerceu-a em comum, referendando os atos expedidos nessa ocasião, entre os quais a carta de barão da Torre de Garcia d'Avila a Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, um dos braços da luta contra Madeira. A princípio, conforme refere Drummond, até projetara criar uma ordem militar, comemorativa da Independência; para realizar essa ideia apenas esperava a expulsão dos portugueses da Bahia.[25]

A distribuição daquelas graças foi objeto de muitas críticas, mas nenhuma arguiu de incompetente o poder que as concedia; apenas lhe achavam erros, excessos e preterições. Daqueles, o principal foi a promoção de três guarda-roupas à categoria de camaristas, favor que nem o favorito Lobato lograra de d. João VI, por ser contra a tradição da corte de Portugal, onde os guarda-roupas não passavam de meros criados graves da câmara real. Os premiados eram todos portugueses, Gordilho, Berquó

24 Esse ato foi comunicado por d. Pedro a d. João VI em carta de 19 de março de 1822.
25 Drummond. *Op. cit.*, pág. 56.

e Andrada Pinto (João José); de sorte que o fato melindrou não só os fidalgos, mas também os brasileiros. As condecorações do Cruzeiro foram distribuídas com abundância, sendo feitos dois grã-cruzes, o segundo dos quais foi o general Curado, doze dignitários (ou grande-oficiais), trinta e quatro oficiais e oitenta e cinco cavalheiros.

Causou espanto ser este último grau da ordem a graça conferida ao bispo capelão-mor, a quem coubera oficiar na sagração do Imperador, ao passo que indivíduos de muito menor importância eram galardoados com graus superiores. Desde então a austeridade desse prelado já desagradava a d. Pedro. Entretanto, ao demagogo Barata, a quem o governo procurava amansar, deu-se a dignitária, por ele acintosamente recusada.

O projeto da Constituição, elaborado depois do rompimento dos Andradas, subordinava a competência do monarca à conformidade das leis, mas nem sequer estando definitivamente votado o artigo referente a essa questão, nem existindo tais leis, devia prevalecer o precedente da iniciativa imperial, donde provinham honras reconhecidas e desfrutadas pelos próprios impugnadores de agora, Antônio Carlos e Montezuma à frente. Logo depois de apeados do poder, empenharam-se os Andradas em hostilizar os seus sucessores de qualquer modo. Obcecados por tal paixão, esqueciam atos que haviam praticado, se lhes vinham contradizer a nova política. Serviam-se em seu proveito de dois pesos e duas medidas. Por isso mereceram o severo juízo formulado por Armitage de terem sido arbitrários no governo e facciosos na oposição.

NOTA

Eis textualmente a proposta de José Bonifácio, levada por Mareschal ao Imperador e por este escrita do seu próprio punho:

"A 11 veio o B. de Mareschal da parte de José B. dizer-me que ele me tinha querido escrever, mas que o não fazia por ser a matéria sumamente delicada que de ninguém confiava a carta e ele me amava muito e ao Brasil e que só desejava a minha felicidade e deste Império, e por isso pediu ao Mareschal para que me viesse dizer o seguinte. Que como ele tinha ouvido dizer que a Constituição me tinha agradado ele desejava que ela passasse sem discussão porque a ser discutida levaria muito tempo e o espírito democrático tomaria ascendência sobre a Assembleia e que isto produziria uma Constituição péssima e que as nações estrangeiras tomariam alguma parte nas hostilidades que nos viessem fazer os portugueses, e por isso ele se lembrava que eu mandasse uma mensagem à Assembleia fazendo-lhe conhecer que o estado estava em perigo e quanto antes era mis-

ter aparecer a Constituição porque ele firme na mensagem faria com que a Assembleia jurasse o projeto como sendo a Constituição e que ficaria para sempre como tal e que isto atualmente era sumamente fácil porque ele tinha quarenta e um deputados pela sua parte: ele não dizia que isto era bom mas que ele nas circunstâncias atuais não via modo de salvar o B. porque se Pernambuco se havia separar já ou depois de vencidos alguns pontos do projeto de que a Província não gostasse era melhor que se separasse depois de feito o juramento do Projeto como Constituição porque então como havia uma lei geral até eu poderia ir atacar a província à frente do Exército, e chamá-la à ordem (que me queria armar). Eu respondi agradeço muito a lembrança, e bom seria que isso acontecesse, mas que o acontecimento deveria ser filho da Assembleia que antes da Constituição eu não tinha direito de dizer que isto ou aquilo era bom porque a Assembleia devia trabalhar sobre si (mas para ele assentar que eu alguma coisa faria); disse-lhe que nos agradecimentos de me enviarem o projeto eu mandaria dizer que estimaria mais que fosse a Constituição já feita (aqui há traços que parecem nada dizer), de outro modo não se faz nada, respondi-lhe eu: Pois diga o Mareschal que persistam esses 41 nos seus princípios que a maior parte deles são bons oradores que assim poderão com razões chamar mais alguns a si e irem vencendo os artigos um por um com brevidade sem que este ato pareça produto de alguma facção, e que afinal tornava a agradecer o interesse que mostrava por mim e pelo Brasil e eu esperava da Assembleia que a Constituição fosse ainda melhor que o Projeto. Depois passou para negócios estrangeiros da parte do mesmo para ver se nos encalacrava dizendo que devíamos dirigir notas a todas as potências mostrando o respeito e amor que tenho para com meu pai e que eu da minha parte cederia, mas que a ceder a democracia apareceria, e tudo seria perdido e que esta era a razão de não ter já entregado a coroa (?) que era verdade que melhor seria tudo unido, mas que as circunstâncias o não permitiam e que assim a bem da realeza deviam reconhecer, e que uma das Notas fosse a ele. Eu lhe respondi que lhe agradecia e que faria o que o meu talento e luzes me ditassem depois de serem por eles esclarecidas e que quanto à união já a Assembleia tinha jurado que nunca mais a houvesse e que eu era ainda mais do que ela dessa opinião fosse o que fosse. Respondeu-me que perdoasse as suas reflexões filhas de amor que me tinha e ao Brasil conjuntamente com o Velho. Eu lhe disse que quisesse eu estimaria muito ter ocasião de me aproveitar dos talentos tanto dele Mareschal como do Velho.

. . . .

Capítulo XXIX

O CARÁTER DOS ANDRADAS

JOSÉ BONIFÁCIO tinha prestado à causa da independência os mais assinalados serviços. Não lhe diminui o papel histórico o fato de outros se lhe terem antecipado no preparo desse grande acontecimento. A sua ação foi, sobretudo, de governo, de organização nacional contra as veleidades recolonizadoras das Cortes portuguesas. Destituído de quase todo o seu poder, d. João VI não tinha caráter para lutar contra assembleia tão audaciosa e opor-se à pretensão que desde logo ela revelou de anular no Brasil a obra benfazeja, resultante do êxodo da Família Real. Em relação às coisas de além-mar a inspiração das Cortes não era liberal, mas reacionária e sobretudo monopolizadora. O seu intuito foi dar contravapor ao desenvolvimento do Brasil, que considerava resultante da sua elevação à categoria de reino e sede da monarquia durante treze anos.

As Cortes liberais encarnavam em relação aos domínios ultramarinos a velha política espoliadora, que o próprio rei absoluto achara conveniente moderar. Queriam de novo do Brasil não só mina de ouro, eldorado da madeira que lhe dera o nome, mas talvez também campo exclusivo do comércio português, cujas perdas a abertura dos portos brasileiros tornara imensas. Nos últimos onze anos antes desse ato a colônia exportara

para a metrópole mercadorias no valor de 353 milhões de cruzados e nos dez seguintes a 1808 apenas 180 milhões; a importação de artigos portugueses feita pelo Brasil fora de 300 milhões no primeiro período e baixara a 159 no segundo. Em 1806 reexportaram-se do reino quatorze milhões de gêneros brasileiros e em 1819 somente quatro; em 1805 entraram no Rio 800 navios portugueses e em 1820 apenas 200.[1]

Tal empobrecimento provinha exatamente do monopólio que cessava, pois todo o capital do país se empregava em operações mercantis, donde resultavam lucros infinitamente superiores aos de quaisquer outros negócios. Desprezavam-se a agricultura, o comércio e as indústrias. "Contando com o ouro e os diamantes", escrevia Voltaire, "os espanhóis e portugueses deixaram de cultivar as verdadeiras minas, a agricultura, e as manufaturas, e por isso se empobreceram." De tal modo, quando se abriram os portos do Brasil, por assim ser forçoso, a injustiça praticada secularmente antes desse ato acarretou, na frase de Hipólito, "o castigo dos opressores".[2]

Pretendendo perturbar a obra já consolidada, as Cortes precipitavam, como bem diz Oliveira Martins, a consumação da autonomia política, da qual fora precursora a autonomia econômica. Sem perceberem a que consequências expunham a monarquia, chegaram a estudar e preparar medidas, apenas sustadas pelo fato da independência. Uma delas, das mais nocivas, reduziria novamente o Brasil à categoria de simples província de Portugal, pois limitaria à cabotagem toda a sua navegação. Era a volta para trás de 1808. Os portos ficariam novamente fechados às boas mercadorias estrangeiras, a que o país se habituara. Fazia-se a promessa de Portugal receber exclusivamente do Brasil açúcar, cacau, tabaco e café, mas a compensação seria ilusória, porque enquanto os portos brasileiros recebiam metade do vinho produzido no reino, os portugueses consumiam apenas 8% da produção açucareira da antiga colônia. Além disso, estabelecia aquele projeto reciprocidade de entrada livre para os produtos industriais, quando no Brasil quase não havia indústria fabril. De tal modo, dois golpes seriam desferidos nos seus interesses. A introdução dos tecidos portugueses

1 Oliveira Martins. *Hist. de Portugal*, II vol. pág. 188.

2 Voltaire, *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*, cit. par H. Say, *op. cit.*, pág. 206. *Corr. Bras.* – vol. XXIV, pág. 86.

mediante estas condições mataria a manufatura, embora rudimentar, dos panos de algodão fabricados em Minas Gerais, e os cofres públicos ficariam privados da renda proveniente dos 15% cobrados sobre o valor daquela importação.

Não se detinha aí o plano espoliador. A exportação brasileira, feita por navios portugueses, teria apenas o ônus de 1%, mas em navios estrangeiros esse ônus subiria a 6%. Ainda mais: carregando mercadorias brasileiras em portos brasileiros, os navios estrangeiros pagariam 6% e 10%; carregando, porém, as mesmas em Portugal, pagariam somente 2%. Destarte, os europeus não se aventurariam a atravessar o oceano para voltar em lastro, pois teriam no continente, em condições mais vantajosas, os gêneros do Brasil de que carecessem. Ficaria assim Portugal entreposto do além-mar americano, cujo comércio internacional tenderia a desaparecer.

Voltava o soberano à velha capital, dominada de fato pelas Cortes, quando ia adiantada a reação contra o Brasil. Para vencê-la seriam necessárias preciosas qualidades, intelectuais e morais, que se encontravam reunidas em José Bonifácio, chamado ao Governo como ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros. A sua tenacidade era um contrapeso às vacilações de d. Pedro, cuja iniciativa ele encorajava. Mareschal notou-lhe desde logo essa superioridade sobre o conde dos Arcos, que procurava adormecer as faculdades do príncipe para governar livremente. A sua espantosa atividade e a sua extrema vivência causavam admiração ao ministro austríaco, a quem se afiguravam muito raras no meio da indolência geral dos brasileiros. O almirante Roussin duvidava que existisse no mundo "velhinho mais fogoso; aos sessenta e seis anos, nem seu corpo, nem seu espírito um momento sequer estavam em repouso". Cochrane elogiou-lhe a energia, com que procedeu no preparo da esquadra, tão rapidamente aprontada para entrar em ação. Foi essa a sua maior obra, pois a marinha era a arma decisiva para realizar a união das províncias, contaminadas do vírus separatista. Um a um caíram os núcleos da reação portuguesa espalhados no Norte. Apresentando a eficácia da política seguida ao Brasil, em contraste aos desacertos e lentidão da política das Cortes, dizia Borges Carneiro: "Ali, um só homem, José Bonifácio de Andrade e Silva, com a energia do seu caráter, improvisa forças de mar e terra, acha recursos em abundância e nos põe pela porta afora com a maior sem-cerimônia possível."

Os elementos de ordem moral, como o Conselho dos Procuradores, a Constituinte, a aclamação do imperador, foram antes de iniciativa estranha. Aceitou-os e empregou-os José Bonifácio, mas só depois de os querer demorar, porque confiava de preferência nos instrumentos da força material. A sua intrepidez dispunha-o sempre à violência e, portanto, à luta armada. É verdade que no discurso da deputação paulista esposou a ideia de instituir-se aquele Conselho; mas, sendo ministro, só o convocou após o pedido do senado da Câmara do Rio de Janeiro e no respectivo decreto serviu-se de expressões restritivas, donde se originaram fundadas prevenções da parte dos liberais.

Além de grande probidade, ele tinha a seu favor, para aumentar-lhe a autoridade moral, o conceito de sábio, ganho no estrangeiro. O seu nome era altamente considerado em Portugal; a distinção de ser secretário perpétuo da Academia de Ciências, para a qual entrara, ainda muito jovem, pela mão do duque de Lafões, o Mecenas português da sua época e de quem se tornara predileto, servia para medir-lhe a reputação científica e literária. A sua cultura intelectual era intensa e punha-o acima de quase todos os brasileiros ilustrados do seu tempo. Era laureado em filosofia e letras; conhecia Shakespeare e Dante tão bem como Camões, as francesas tão intimamente quanto as que haviam inspirado a Schiller e Goethe; a toda essa cultura moderna precedia o seu convívio com os clássicos gregos e latinos. Os científicos estrangeiros tinham-no em alta conta. A sociedade de história natural de Paris publicou-lhe nas respectivas atas a memória acerca dos diamantes do Brasil e as descobertas de novas espécies de minerais.

O fato de falar seis línguas e entender onze avultava-lhe os dotes, no meio da gente a quem os seus êmulos nenhum reunia as vantagens da idade, nem exercera tão importantes cargos. Ledo, por exemplo, era apenas oficial de secretaria, embora tivesse depois sido eleito procurador de província.[3] José Clemente reconhece que ele era "único homem apontado

---

3 Ledo pediu esse emprego a d. João, príncipe regente, por meio deste requerimento, que contém elementos biográficos, um dos quais importante, pois menciona o do seu nascimento na cidade do Rio de Janeiro e não em Cantagalo, como geralmente se supõe: "Diz Joaquim Gonçalves Ledo, natural desta Corte que ele suplicante criado aplicado ao estudo de algumas línguas estrangeiras e terminando um curso de humanidades se transportou a Portugal para seguir os estudos médicos na Universidade de Coimbra,

então para dirigir a revolução", porque além de ter o favor da popularidade "reunia vasto saber, imaginação viva, atividade sem igual e intrepidez remarcável".[4] São dignas da sua memória as palavras proferidas a seu respeito, poucos anos depois da sua morte, por esse generoso adversário, um dos mais atingidos pela sua cólera: "Os serviços desse grande homem nunca poderão ser assaz remunerados; honrou com os seus talentos a sua pátria no país e no estrangeiro, e o seu nome será sempre inseparável da independência do Brasil, a qual lhe é devida em grande parte."[5]

Era também muito elevada a opinião formada dos seus dotes intelectuais por estrangeiros em condições de apreciá-los. A seu respeito escreveu o conde de Pontois, encarregado dos negócios de França, que só o veio a conhecer após voltado do exílio: "o Sr. José Bonifácio de Andrada expunha-me, há algum tempo, estas ideias com a vivacidade e o entusiasmo por vezes irrefletido, que lhe são naturais e tornam, penso eu, a sua conversação mais interessante e proveitosa que a de todos os ministros reunidos e a de qualquer outra pessoa deste país."[6]

---

a tempo que aconteceu a passagem de V. A . R. para esta Corte, para onde regressou suplicante, que tendo sempre em fito seguir a carreira literária partiu para Inglaterra. Mas conhecendo que as despesas ali serão maiores do que lhe permitiam fazer o estado de sua fortuna, conhecendo-se com aptidão para o serviço do Expediente de alguma das secretarias de Estado, roga a V. A .R. a graça de o nomear oficial da Secretaria das Negócios do Ultramar e Marinha. Pede a V. A .R por sua muito alta benignidade seja servido conceder-lhe a referida graça." – Área, do cast, d'Eu.

4 José Clemente, Manuscrito cit. Nesse mesmo documento, com a mesma grandeza d'alma referia-se José Clemente a Martim Francisco, que exercera "estrita economia na aplicação dos dinheiros públicos e rigorosa fiscalização da receita".

5 Disc. na Câmara dos Deputados, em 23 de maio de 1837, por ocasião de discutir-se o projeto de lei que transferia às três filhas de José Bonifácio a sua pensão de 4:000$000.

6 Ofício de 6 de fev. 1830. Referia-se o diplomata às ideias correntes naquela época de serem as relações do Brasil com a Europa geralmente mais nocivas que úteis, e passava a reproduzir a opinião de José Bonifácio: "dizia-me ele que todos esses tratados de comércio e amizade concluídos com as potências da Europa eram puras tolices; nunca os deixaria ter feito, se estivesse aqui. O Brasil, continuava José Bonifácio, é potência transatlântica, nada tem a deslindar com a Europa não necessita dos estrangeiros; estes ao contrário precisam muito do Brasil. Que venham, pois, todos aqui comerciar; nada mais; porém em pé de perfeita igualdade, sem outra proteção além do direito das gentes e com a condição expressa de não se envolverem, seja como for, em negócios do Império; de outro modo é necessário fechar-lhes os portos e proibir-lhes a entrada no país."

Todo o partido da independência considerava-o o seu mais alto representante. Os receios que o seu caráter pudessem inspirar eram postos em segundo plano, ou não se apresentavam em evidência, por serem poucos os indivíduos que o conheciam de perto. Ele recusara o lugar de ajudante de Tomás Antônio e isolara-se na sua província, principalmente em Santos. De longe, ninguém lhe sentia as consequências dos defeitos, ainda que os suspeitasse; só lhe admiravam as virtudes. Ledo, Nóbrega, José Clemente, todos concertados com o príncipe acerca da conveniência de formar um Minstério à altura de situação tão difícil, lembraram-se dele por não haver outro em condições semelhantes para encarregar-se da árdua tarefa.[7]

Ao lado, porém, dessas qualidades extraordinárias, talento, instrução, virtudes privadas, José Bonifácio e seus dois irmãos tinham perniciosos defeitos de caráter, como orgulho e vaidade, ódio dos inimigos, índole violentíssima, maneiras desabusadas, preocupação de vingança, instabilidade de ideias, conforme estavam no governo ou eram da oposição. Tais defeitos, excetuado o último, seriam menos nocivos na primeira fase da independência, que era propriamente guerreira ou militar. Desde, porém, que o país começou a entrar em período de organização pacífica, requeriam-se qualidades de moderação, brandura e tato, inspirações de bondade, que faltavam inteiramente a qualquer dos três. Por isso não lhes foi possível levar avante a obra começada, a qual em suas mãos provavelmente não seria rematada em favor da liberdade constitucional. Caldeira Brant mostrava conhecê-los e ousava dar conselhos a José Bonifácio: "Excuso lembrar a V. Exª que todo cuidado será pouco para evitar medidas que cheirem a despotismo."[8] Mas era conselho em vão.

---

7 O cônego Geraldo Leite Bastos, amigo íntimo e colaborador de Nóbrega, dá testemunho desse acordo e a tal propósito reconhece que faltariam a Ledo os predicados exigidos para aquela missão. Nem Ledo aliás se apresentou nunca a disputar o governo para si próprio. O cônego, como outros contemporâneos dessa época, não formava bom juízo do caráter daquele brasileiro, "homem de muito talento e habilidade, principal personagem da independência, ainda que de caráter fraco e volúvel" (*Docs. para a Hist. da Indep.* pág. 329). Pereira da Silva, que ainda ouviu os ecos daqueles tempos e já era alguém quando Ledo ainda vivia, escreveu a este respeito: "Posto tomasse a pessoa de Ledo talentos oratórios elevados e variada instrução literária e política, não privava pela reputação de seriedade precisa e conveniente dignidade." José Clemente era mais respeitavel, porém era reinol de origem. *Op. cit.,* tomo VII, pág. 8.

8 Public. do Arq. Nac., vol. VII, pág. 248. Carta de 3 de junho de 1822.

Existe um documento precioso, onde os Andradas confirmam em palavras o que por seus atos se possa julgar das suas paixões. É a coleção de cartas, por eles escritas a Drummond durante o desterro e reunidas nos *Anais da Biblioteca Nacional*, sob o título de *Cartas andradinas*. Aí, em confidências a um amigo íntimo, deixam ver a sua alma e fazem-nos ainda melhor compreender por que foi sempre tão pouco duradoura a ação por ele exercida na vida política do Brasil, quando em virtude de outros predicados prolongada deveria ser sua influência.

Se é possível distinguir entre irmãos, Martim parece o de alma mais dura. Segundo o insuspeito Mareschal, ele passava por muito vingativo. É o único que chega a falar de morte francamente. A frase do seu discurso a respeito da Assembleia Constituinte, e também relativa aos militares de origem portuguesa, chega a parecer incitamento ao assassinato, pois lamenta ainda estarem vivos aqueles a quem alude.[9] Na representação do povo e tropas de S. Paulo ao príncipe regente em maio de 1822, os reclamantes, como já se viu, principiaram dizendo que já não podiam "sofrer por mais tempo o orgulho, despotismo e arbitrariedade do coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada". José Bonifácio contentava-se com pontaspés e Antônio Carlos não ia alem de insultos.

Tratando naquelas cartas do processo instaurado no Rio a ele e aos irmãos e no qual já se achavam pronunciados, qualifica Martim ao Ministério de infame e ao magistrado de vil. Nessa mesma carta, de 2 de setembro de 1824, há referência a "patifarias e desaforos de José Fortunato", para os quais só acha um corretivo, matá-lo: "Entre os povos da Europa mais corrompidos, insultos desta natureza vingam-se com morte." Pedro I é "um monstro" e prova da sua "infâmia e traição", como da "fraqueza e abjeção o povo", é a escolha dos primeiros senadores. [10]

Ainda nessa carta já Martim Francisco considera um mal que nas circunstâncias daquele momento, os partidários de Ledo, por ele perseguidos dois anos antes, não tivessem sido contemplados nas ditas nomeações. Essa falta de consistência de opiniões é o defeito principal dos três irmãos. Não só a respeito dos princípios, como acerca dos homens, eles

9 "Infames ... ainda vivem, ainda suportamos em nosso seio semelhantes feras." *Anais da Assembleia da Constituinte*, sessão em 11 de nov.

10 Carta de 12 de setembro.

variam conforme as paixões de cada hora, conforme estão no Governo ou são oposicionistas, conforme os indivíduos servem ou não aos seus intuitos. São daqueles homens dos quais dizia La Beaumelle "que pedem para si o que negam aos outros e só reclamam a liberdade para ter o direito de recusá-la aos seus semelhantes".[11]

Em janeiro de 1828 volta Martim Francisco a referir-se ao processo a que está sujeito "pelos mui burros e patifes magistrados do Rio", os quais não passam de uma "infame cáfila de carrascos e escravos". O próprio povo, ainda uma vez, não lhe escapa à dureza dos conceitos e é tratado de "estúpido e sem energia". Desde 16 de julho de 1823, data da demissão do gabinete José Bonifácio, havia portanto quatro anos e meio, pois isso era escrito em janeiro de 1828, "o Ministério e todos os altos empregos do governo eram ocupados por ladrões, conhecidos de antiga data, e traidores".[12]

Entre outros, serviram nesse período de tempo Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas, sucessor dos Andradas. Dele diz Macedo no *Ano Biográfico*: "Morreu pobre, tendo sido senador, conselheiro de Estado, três vezes ministro e membro da regência." Era um liberal moderado, foi o redator da Constituição jurada, por cujos princípios mais adiantados pugnou e nela conseguiu criar os conselhos legislativos das províncias. Também foram ministros "ladrões e traidores" o marquês de Paranaguá, o qual foi a bordo da nau inglesa, onde se acolhera Pedro I, após a abdicação da Coroa, para pedir-lhe que o deixasse acompanhar pois estava receoso de perder os empregos, e era falho de meios para viver sem eles, conforme refere o barão Daiser, ministro da Áustria, nessa época; o desembargador Tinoco, de quem conta Drummond que lhe apresentando Pedro I o decreto de dissolução, fitou o soberano, arrojou a pena sobre a mesa e disse: "Senhor, a mão treme, não posso assinar esse decreto"; Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, o último regente, três vezes presiden-

---

11 M. V. Angliviel La Beaumelle. *L'Empire du Brésil*. Paris, 1823, pág. 61. Antônio Carlos bradava à Assembleia no dia da dissolução: "Não admito restrições à liberdade de imprensa"; após o 7 de abril e os atos de força de Feijó, Martim Francisco, único dos Andradas que voltou ao Parlamento, fazia-se liberal na sessão de 1832 e pregava a anistia.

12 *Cartas andradinas* pág. 64. Nessa carta, Pedro I, "que se diz I, do Brasil", não passa de um monstro.

te do conselho com D. Pedro II, abastado por herança paterna, apontado como modelo de austeridade.[13]

Antes da revogação do desterro, da qual se aproveitaram os Andradas em 1829, escrevia Martim Francisco que todos eles não poderiam voltar "senão quando o monstro tivesse consolidado o seu despotismo ou tivesse sido botado fora do país". Mas, "no caso de verificar-se a primeira hipótese", perguntava Drummond: "Qual é o brasileiro livre e que trabalhou pela reforma e felicidade do seu país que queria voltar a ele?"[14]

Depois da abdicação, continuando os Andradas afastados do Governo, "os inocentes órfãos", filhos do monstro e de quem José Bonifácio era agora tutor, corriam o risco de ser vítimas do "furor de uns poucos malvados empoleirados", apesar dos esforços que faziam os Andradas para salvá-los. Então tudo continuava no abismo. Monstros tinham-se apoderado dos empregos, monstros exerciam "toda a espécie de crimes". A administração estava entregue a "facínoras, ladrões e estúpidos", que eram os regentes Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho, depois marquês de Monte Alegre, e os ministros Lino Coutinho, Feijó, Bernardo de Vasconcelos, Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), F. Carneiro de Campos e Manuel da Fonseca Lima e Silva, mais tarde barão de Suruí.

Antônio Carlos obedece sempre a sentimentos idênticos aos do irmão, mas principalmente às inspirações do seu inexcedível orgulho. A ele atribui-se a presunção de estar acima de toda a humanidade: "Do mundo a América, da América o Brasil, do Brasil São Paulo, de São Paulo Santos, de Santos os Andradas, dos Andradas eu." Esta frase ficou na tradição, quiçá sem ser autêntica. Talvez seja apenas paródia de outra, realmente pronunciada pelo grande orador, e onde se encontra o amor pátrio reduzido cada vez mais às coisas particularmente ligadas à sua pessoa. Dizia Antônio Carlos na sessão da Constituinte, a 27 de outubro: "Amando todo o Brasil em geral, contudo amo mais a província de São Paulo e nela amo mais a vila de Santos e nessa ainda talvez a pequena casa em que nasci me seja mais agradável." Macedo cita-lhe uma frase característica, proferida

---

13 De Tinoco, que tinha sido juiz de fora em Santos, onde o conheceram os Andradas, dizia o mesmo Martim em 1832: "Magistrado íntegro e honrado e hoje digno membro do Senado." – *Anais da Câm. dos Dep*. II vol., pág. 62.

14 *Cartas andradinas*, p. 69.

em resposta a certa insinuação a respeito do seu declínio intelectual: "Este sol em seu ocaso, ainda brilha como brilhava ao meio-dia."[15] Até no nome ele era ostentoso; usava os três distribuídos entre José Bonifácio e Martim Francisco e ainda tomava outro: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

O país tinha perdido tudo e baixado no seu conceito, desde que não se opôs ao seu desterro. Enquanto tal situação durasse, a pátria deixava de valer como dantes: "O Brasil por enquanto nada nos merece e se o amamos é de amor em graça." Todos os seus filhos eram envolvidos na mesma execração por terem visto o sofrimento dos Andradas, sem remediá-lo. Dir-se-ia que os Andradas eram o centro do mundo: "De brasileiros nenhuma maroteira espanta, à vista do que temos experimentado."

Aos indivíduos votava igual desprezo. Pedro I "era o maroto do Imperador"; Gameiro (Itabaiana, ministro em Londres), um patife, e igual a Calmon (Abrantes); porém este, além do mais, mentiroso, traidor e indigno. Grande besta era o encarregado de negócios em Paris, Pereira da Cunha, filho do marquês de Inhambupe, que "teve o desaforo" de dar ordens ao vice-cônsul de Bordeaux para não pôr o "visto" nos passaportes dos Andradas.

Esses sentimentos estendiam-se também a nações estrangeiras. Antônio Carlos "detestava a espantosa e desaforada canalha francesa" e estendia o seu rancor a toda a Europa: "O ódio aos europeus será em minha família indelével."[16] Entretanto, homem tão assomado, tomava precauções quando tratava de divulgar os seus rancores, ainda em relação aos negócios pátrios. Nesse caso aconselhava impiedosa difamação no estrangeiro dos servidores do país; mas procurava arredar suspeitas a respeito da sua participação nesses ataques e da fonte donde provinham, de modo a aparentarem procedência do Brasil: "Meu amigo, cumpre abrir os olhos ao Brasil sobre a sua situação, sobre as ciladas que lhe arma o Imperador, sobre os seus traidores comissários de Londres, sem poupar-lhes as vidas e caracteres, enfim, nada poupar para desacreditar a cáfila de marotos; isto talvez

15 Macedo, *Ano Biog.* 3º vol. pág. 366.

16 *Cartas andradinas*, pág. 74, 75, 76, 79, 83 e 84. Pelo menos em José Bonifácio esse ódio não devia ser tão intenso, pois casou com uma irlandesa e a um italiano, Alexandre Antônio Vandelli, deu uma filha em casamento.

se pudesse fazer por cartas aos jornais ingleses, que se dissessem recebidas do Brasil; e como V. S. tem correspondente seguro, ninguém descobriria a fonte."[17]

Talvez seja José Bonifácio tão orgulhoso quanto Antônio Carlos, tão duro e vingativo quanto Martim Francisco. Como fizera no manifesto de agosto de 1822 aos governos e nações amigas do Brasil, na Fala do Trono de 1823 ele pôs na boca do imperador as palavras de ódio "o infame partido português". Mas ao contrário dos irmãos, muitas vezes envolve os seus rancores em frases custosas, que deixam presumir bom humor. Dir-se-ia que ri do castigo aplicado ao inimigo, mas nem por isso os golpes deixam de ser igualmente impiedosos. Até parece sinal de invencibilidade maior. Aliás ele reconhece que os irmãos "não são tão bonacheirões", supondo dar este sentido à sua fleuma ou ao seu prazer de castigar. Apesar de tantas perseguições desenvolvidas por causa do juramento prévio lamentava, um ano mais tarde, "ter sido brando e piedoso em demasia".[18] Escrevendo de França a um seu sobrinho, dizia ter sido "tolo e bom demais".[19] Entretanto acompanhara os perseguidos até o exílio com todos os meios possíveis de hostilidade. Ordenava ao cônsul, em Buenos Aires, que tivesse debaixo de sua vigilância a Soares Lisboa, redator do *Correio*, inimigo do estado, e o denunciasse ao governo argentino como "indivíduo de péssima conduta".[20] Depois envolveu a Ledo no mesmo labéu e mandou que o cônsul pedisse expulsão de ambos, sob a alegação de ser sua presença ali "incompatível com a boa inteligência, a paz e a harmonia, felizmente subsistente entre o povo e o governo de Buenos Aires e o povo e o governo do Brasil". Mas Rivadavia negou-se a executar tal desejo.[21] Não era de estranhar que tratasse

---

17 *Ibid.*, pág. 76. Esquecido desse procedimento do seu irmão, dizia Martim Francisco na sessão da Câmara em 1832: "Brasileiros, nunca soubemos em países estranhos enxovalhar nossos compatriotas, embora fossem maus agentes." – *Anais da Câm. dos Dep*. 1832, vol. 1º, pág. 159.

18 Entrevista cit. no *Tamoio*, nº 5, de 2 de set. de 1823.

19 Carta a um sobrinho, em 23 de fev. de 1825, cit. por Alb. Rangel. *Textos e pretextos,* pág. 80.

20 Portaria de 6 de novembro de 1822.

21 Foram aqueles os termos em que o cônsul formulou o pedido, conforme comunicou a José Bonifácio em Of. nº 24 de 24 de dez. Ledo, porém tinha sido muito bem recebido pelo povo e pelo governo que não demonstravam muitas atenções ao imperador, dizia Mareschal a Mettenich em ofício de 30 de janeiro de 1823. A 11 desse

de tal modo exilados, pois tão dura pena parecia-lhe aplicável para castigar simples manifestações de opinião.

Escrevendo a d. Pedro, em viagem na província de Minas, dizia José Bonifácio a 31 de março de 1822: “Aqui tudo vai com tranquilidade, exceto alguns falatórios de poucas cabeças esquentadas, que brevemente algumas delas sairão pela barra afora.” Semanas depois, adiadas as eleições de procuradores da província, a providência anunciada foi posta em execução e realizaram-se as deportações. Só mais tarde, por experiência própria, viria a conhecer-lhe o excessivo rigor.

Realizou-se publicamente no Rio ato de inaudita crueldade, a que José Bonifácio assistiu e deu toda a sua aquiescência. Quando apareceu o decreto que obrigava os portugueses de nascimento a declararem se adotavam ou não a nacionalidade brasileira, sob pena de deixarem o Brasil dentro de prazo marcado, cento e tantos soldados da expedição Maximiliano, incorporados ao exército para servirem por três anos, entenderam estar nas condições dos seus demais compatriotas; pois tendo sido rota a união existente com Portugal, ao tempo em que tinham aceito servir a parte do Reino Unido agora separada, era-lhes virtualmente restituída a liberdade de optar pela outra onde tinham nascido. Assim pensando mandaram nesse sentido à Intendência de Policia a declaração exigida no aludido decreto. A razão estava com eles e foi esse o princípio adotado em relação aos oficiais de marinha de quem se inquiriu se desejavam ou não continuar ao serviço do Brasil. Nem por serem soldados rasos, se lhes devia respeitar menos o sentimento da pátria, nem por outro lado o Brasil deveria querer para defender-lhe a bandeira quem lhe não tivesse dedicação e amor.

O ato daqueles pobres homens porém, foi tomado como desobediência e o Imperador mandou castigá-los com cinquenta açoites cada um por causa do seu “insolente e criminoso procedimento”. A ordem foi dada em portaria assinada pelo ministro da Guerra. No dia marcado para

---

mês já escrevia o cônsul a José Bonifácio: “Devo, porém, desde já prevenir a V. Exª que de modo algum conte com a expulsão dos dois facínoras.” Ao fim do mês estava ele desenganado: “Havendo requerido a expulsão dos carbonários Ledo e Lisboa, nenhuma resposta obtive por escrito de Sr. Rivadavia, por motivos que verbalmente terei a honra de fazer constar a V. Exª.” – Of. de 28 de janeiro, no arq., do ministro das Rel. Exteriores.

a execranda execução, perante os corpos de 1ª linha devidamente formados, Pedro I, acompanhado de José Bonifácio, apresentou-se no Campo Santana. Arrependido de ter cumprido a ordem do soberano, o general Nóbrega, ministro da Guerra intercedeu a favor dos infelizes e para eles pediu-lhe o perdão.

O imperador não acedeu à suplica e retorquiu-lhe com palavras desabridas. José Bonifácio opôs-se à benignidade e apoiou a inclemência no monarca. A este respeito escreve Melo Morais: "Nóbrega muitas vezes dizia a seus amigos que o maior pesar que sentia quando se falava deste triste acontecimento, era de ter por obediência assinado a portaria." Diz o mesmo autor que se atribuía o ato do imperador a conselho do seu principal ministro.[22]

A presença de d. Pedro e de dois ministros, bem como a reunião dos soldados atraíram ao Campo muita gente, que pouco a pouco se dispersou, quando informada da cena atroz já em começo. O cirurgião-mor da 3ª brigada, ali presente, tinha examinado dias antes dois daqueles soldados, cabos de esquadra, e julgado a ambos incapazes de servir por motivo de moléstia. Condoeu-se dos desgraçados e comunicou o fato ao seu superior no corpo de saúde e ao comandante da força, rogando-lhes que transmitissem a sua parte ao imperador. Por medrosos ou desumanos, esses oficiais não o quiseram atender. Ele animou-se a aproximar-se de d. Pedro e a referir-lhe o ocorrido. O soberano não só consentiu, como mandou retirar da forma todos quantos não pudessem suportar a punição. Pelo modo por que falou parecia começar a arrepender-se. O bondoso médico pôde ainda salvar alguns outros.

Já o quadrado estava formado; já tocavam as músicas e tambores para abafar os gemidos das vítimas, grupadas cinco a cinco, conforme a estrutura. A uniformidade dos portes facilitava o rítmico vaivém das chibatas. Se os bustos variassem de altura, os algozes não flagelariam com precisão, das espáduas às nádegas. Despidas as fardas, caíam também as camisas. De pé e curvados para frente, os homens ofereciam os dorsos nus à fúria dos açoites. Quando a dor lhes vencia a resistência, as pernas vergavam e todo o corpo pendia para cair. Por instantes deixavam então de fustigá-los, até

22 *Brasil Reino*, *Brasil Império*, pág. 251.

lhes passarem por debaixo das axilas uma espingarda sustida nos extremos por dois soldados. Amparados dessa forma, recebiam os infelizes os golpes que ainda faltavam. Se nem assim era possível mantê-los, deitavam-nos de bruços sobre o chão para aí consumar-se o execrável castigo.

Os desgraçados, à espera da sua vez, sofriam ainda em cima a tortura de assistir ao revoltante espetáculo. Enquanto ele durava, crescia a dor dos que esperavam mais tempo ver chegar o hórrido momento. Na esperança vã de iludi-lo e de afastá-lo, choravam e imploravam a clemência dos poderosos. Aos seus brados uniam-se as súplicas e lamentos das mulheres, algumas a eles presas por famílias ou só amor, e todas ligadas entre si pelo mesmo laço de piedade humana. Ninguém os escutava ou queria escutar; era indiferente ouvi-los ou não se os devia ouvir. Ao passo que o pranto corria e as lamúrias se perdiam no ar, as músicas tocavam e os tambores rufavam sem cessar.

Findo o castigo, o médico foi chamado à presença do Imperador, que lhe disse ter ordenado a permanência dos açoitados no quartel; entretanto queria deixar-lhe a liberdade de proceder como achasse mais conveniente. O médico respondeu já ter providenciado para serem tratados ali mesmo; mas sendo-lhe permitido obrar como entendesse, mandaria para o hospital os necessitados de maior tratamento. O Imperador concluiu : "Faz bem", e retirou-se.[23]

A cena durou horas e só terminou porque caiu a noite antes de serem todos supliciados. Durante tanto tempo, José Bonifácio conservou-se diante daquele quadro de horror, conversando naturalmente com d. Pedro, sem nenhum constrangimento, indiferente às lamentações dos flagelados, vítimas da irreparável injustiça, para que concorrera. O Imperador era epilético e o fundo inconsistente das suas violências desculpava-lhe as maldades; mas o seu ministro era homem são, de alta inteligência, de elevada cultura, saía de grande luta contra a metrópole e as Cortes, durante a qual exprobrava o despotismo, a tirania, e enchia a boca da palavra liberdade. A primeira manifestação do seu triunfo era forçar portugueses, pela dor e pelo sangue, a unirem-se ao Brasil, quando os brasileiros, por seu lado,

23 Além de referido em várias publicações, esse triste episódio foi narrado num manuscrito existente na Bibl. Nac., redigido em termos que permitem atribuir-lhe a autoria ao citado médico ou a alguém baseado em informações suas.

rompiam a união com Portugal. Não sendo ministro de pasta militar, não era forçado por dever de ofício a testemunhar cena tão hedionda e de tão requintada crueldade; estava ali por gosto.

Se pois, na dureza e na vingança, José Bonifácio disputava a palma a Martim Francisco, em matéria de orgulho não era inferior a Antônio Carlos. Nos momentos oportunos mostrava-se sempre à altura deste irmão: "Quem sonharia que a michela Domitila seria viscondessa da pátria dos Andradas? Que insulto desmiolado!" Não contém então o furor contra "os bandalhos do governo" e o "Imperador de Mata-Porcos" (alusão ao bairro, onde a princípio morou a futura marquesa de Santos). Prevê logo depois, para o ano seguinte, títulos de duques e príncipes. Aconselha um concurso para que estes caibam "aos maiores alcoviteiros, ladrões e bandalhos" dentre todos os patifes, não só do Império, mas também do universo inteiro.[24]

Os baianos sufragaram-lhe o nome na eleição de deputados, mas os seus comprovincianos esqueceram-no, elegendo-lhe contudo um dos sobrinhos; passaram então a ser "os vis paulistas". Não achava na pobre contingência humana explicação para as injustiças que sofria e a outros já fizera; estas nunca reconheceria, tanto assim que se achava "bom demais"; para aquelas não havia desculpa nem perdão. Se permitissem-lhe perceber a pensão em terra estranha, iria para a Colômbia ou a Flórida, onde queria morrer, pois jurava: "ao Brasil não conto mais voltar, senão na última extremidade" ou por dever de família. Esse horror aos ares da Pátria vinha de fato de lhe terem mal recompensado os serviços: "não posso nem devo buscar uma terra onde só encontrei ingratos e inimigos." Aliás escrevia assim logo após a notícia do proceder dos baianos.[25]

A "bestial devassa", as "infames sentenças", feitas contra eles, vedam-lhe o sangue-frio e o repouso d'alma: os magistrados brasileiros são "lesmas, que esmagadas fedem como percevejos"; toda "essa gente está decerto louca ou bêbeda". Já tardava a ida dos irmãos "para os ver esmagar tão vil canalha". Não é preciso, porém, que lhe firam o orgulho, ou aludam aos seus sofrimentos. Em qualquer situação, os seus adversários são

24 *Cartas* cits., págs. 14, 18 e 32.
25 *Carta ao sobrinho*, cit., por Alb. Rangel.

sempre julgados com igual fúria. A propósito do tratado com Portugal para o reconhecimento da Independência, refere-se aos "estúpidos poltrões do grande Império nominal do Equador"; alguns servidores do estado, que a esse tempo são aposentados no Rio de Janeiro, "não passam de ladrões que mereciam a forca"; os autores de dois pareceres apresentados à Câmara são ignorantes, fracos, sandeus, vaidosos, homens de quatro pés. Ainda não conhece a lista dos deputados das províncias, salvo do Rio de Janeiro; mas já os chama a todos de poltrões e bestas.[26]

Passando das generalidades aos indivíduos, as formas não se alteram: Carvalho e Melo, visconde de Cachoeira, o ministro dos Negócios Estrangeiros, que assinou o tratado do reconhecimento da independência por d. João VI, é "o bambo mulato, pesadão, basbaque"; bambo mulato chama-lhe até depois de morto; outro mulato é J. Marcelino; o general Lecor, barão da Laguna, governador militar de Montevidéu, é "despótico Laguna"; Borges de Barros, visconde de Pedra Branca, diplomata e senador, é o patife Pedra Parda, "de infame e bestial memória" e que "só merece dois pontapés no traseiro pelas suas vis calúnias e comportamento infame"; o marquês de Paranaguá, é "o traste do Vilela", que "se quer pôr a salvo em Lisboa", onde "virá com a bolsa a alardear os seus fidelíssimos serviços." Pedro Dias Pais Leme acaba de ser feito barão de Quixeramobim por seus reais serviços à independência; "o nome do seu título é deturpado e passa a ser Queixeiramobi, "nome que parece misto de carijó e bunda ou angolense". É quase incompreensível o nativismo exaltado dos Andradas em contraste com frequentes alusões ou suspeitas depreciativas a respeito da cor dos indivíduos num país de mestiçagem.

Ver-se-á que os reis também não escapam a essa espécie de delírio difamatório. d. João VI é João Burro, não obstante ter arrancado outrora lisonjeiras estrofes ao estro do poeta. O imperador da Áustria é também Francisco Burro; Pedro I é Pedro Malasartes, a despeito de antes e depois deste conceito haver outros para desmenti-lo e mostrar como todos eles, bons e maus, não dependiam das qualidades das pessoas julgadas, mas do estado das suas relações com o juiz, ou apenas do estado d'alma que o dominava.[27]

---

26 *Carta ao sobrinho*, cit. por Alb. Rangel, págs. 10, 17, 31, 43 e 47.

27 *Cartas* cit. Págs. 15, 18, 24, 31 e 38.

Na ode, no gosto oriental, dedicada em 1820 a d. João VI escrevia José Bonifácio:

O infante, que apenas lava os beiços
no leito maternal, teu doce Nome
já repete risonho.

Noutra ode, dedicada ao mesmo, quando príncipe regente, no tempo da invasão dos franceses, exclamava o poeta:

Teu nome amado
Alados hinos levarão sem susto
Ao templo da Memória,
João, do Brasil, Glória, Esperança!
E pois que Apolo e tu, divina Urânia
Prenhe de dons eternos
Puro regaço sobre mim vazastes,
Com mão segura de mil novos cantos
Rico feixe ajuntemos,
Com que lhe a frente heroica coroemos.

A esse mesmo herói, que mal pensava vir a ser rebaixado a João Burro, no dia dos seus anos, a 13 de maio de 1820, dedicou o vate estes versos, remetidos de Itu:

Não dormi, nem sonhei! Por que estro santo
Me inflama a mente de apolíneo fogo?
Mas eu já vejo o numem que mo acende.
És tu, João Augusto, ouve estes versos,
Que o Brasil me arrancou do esperto peito.[28]

A respeito de Pedro I tinha sido e viria a ser diverso o juízo de José Bonifácio. Quando o príncipe regente viajava em Minas, era chamado Pedro Grande e eram recebidas com sumo gosto as notícias da sua saúde,

28 Américo Elísio, pseudônimo de J. Bonifácio; *Poesias Avulsas*. Bordéus. 1825, págs. 22, 28 e 58. É este o livro, que, conforme se verá adiante, ele mandou imprimir só para os amigos, pois ao resto do mundo desprezava.

"que tão preciosa é a todos os criados de V. A. R.", escrevia o poderoso ministro, "e muito principalmente a mim, que respeitosamente o venero e amo com a maior ternura e fervor".[29] De volta ao Brasil e reintegrado na estima do soberano, o qual lhe reconhecia os grandes serviços, concedendo-lhe a pensão que tanto merecia, já de todo mudavam os sentimentos de José Bonifácio. Anônimo escritor do *Diário Fluminense* denunciava-o como conspirador e atribuía-lhe o intuito de estabelecer uma regência para reaver o mando e de novo praticar o despotismo; até o reputava republicano. Invertiam-se contra ele as mesmas suspeitas levadas contra os seus adversários e nas quais acreditara, quando investido no poder.

Do retiro de Paquetá veio logo sem demora o seu protesto em carta a Caldeira Brant, já então marquês de Barbacena e ministro: era "uma inconsequência e despropósito de tal calibre, que não podia vir se não à cabeça de malvados que tramavam novos projetos para separarem este velho (velho que nunca soube desamar quem uma vez amou) do seu antigo soberano". A sua única paixão era "amar a pátria e respeitar seu chefe". Volta-lhe então contra os acusadores o furor de outrora: "Não temem que o soberano, acordando do sono amadornado, em que o têm posto por vezes, esfregue os olhos e os mande a todos para os infernos com um só pontapé bem aplicado." Tendo apenas acabado de sofrer sete anos de deportação, após ruidosa queda, de nada lhe servira a dolorosa experiência para mudar-lhe os métodos de governo; continuava a pregar a utilidade de semelhantes castigos e para punir a quantos agora o ofendiam, queria vê-los praticados pela mesma mão que o ferira e de quem tanto se queixara.[30]

Já esquecia os momentos de calma do exílio, onde achara inspiração para aconselhar cordura, ao mesmo tempo que se mostrara inconsciente da extrema dureza das suas medidas de governo. Na citada carta, dirigida ao sobrinho e na qual se reputava "bom de mais", escrevia em fevereiro de 1825: "não é com atos de violência e sangue desnecessário que se ganha vontades desvairadas ou iludidas, mormente em um Império nascente e ainda mui fraco". Talvez todos os presos, deportados e açoitados durante o seu ministério se lhe tivessem apagado da mente, ou então, in-

---

29 Carta cop. pelo A. e hoje no Museu Paulista.

30 Carta de J. Bonifácio a Barbacena, datada de 1º de abril 1830, no arq. do Inst. Hist. do Rio.

fligidos por suas mãos, todos esses castigos eram meios suaves de converter infiéis.

Naqueles dias amargos, Barbacena fora um dos raros, cujo contato não fugiu; mandou pôr à sua disposição, de cada um de seus irmãos e também de Rocha, um conto de réis em dinheiro. Drummond foi encarregado de agradecer tamanha bondade: "Agradeça de minha parte ao Brant de Londres os sinais de amizade que me mostra. Em todo tempo era de prezar a sua lembrança e mormente agora em que só o nome de Andrada faz tapar os ouvidos aos Iaiás do Rio."[31] Dois anos depois, tal prova de coragem estava esquecida: "Pobre pátria, representada na Europa por Brant, etc., etc..."[32] Entretanto esse mesmo Brant representara o Brasil em Londres por nomeação de José Bonifácio. Organizador do ministério em 1829 e fiel aos mesmos sentimentos em relação ao velho chefe, Barbacena, embora sem lograr o bom êxito desejado, convidara os Andradas a participar do governo. Por isso voltava José Bonifácio a ser "seu amigo certo".

Quando Pedro I morreu, José Bonifácio escreveu de Paquetá ao imperador seu pupilo, a 4 de dezembro de 1834, dando-lhe os pêsames: "D. Pedro não morreu. Só morrem os homens vulgares e não os heróis. Eles sempre vivem eternamente na memória ao menos dos homens de bem, presentes e vindouros, a sua alma imortal vive no Céu para fazer a felicidade do Brasil e servir de um modelo de magnanimidade e virtudes a V. M. Imperial, que o há de imitar e Suas Augustas Irmãs, que nunca o perderão de saudade."

Ainda aqueles, cujos nomes não são mencionados, entram no mesmo rol de injúrias: "O que me escreve do patriotismo do bom jumento, na frase do..., não me admira, porque há muito tempo que conheço a besta."[33] Passando dos indivíduos aos países e às nações, o tratamento não se altera, e assim desfilam os "vândalos de Portugal", Bordeaux, "a vinhosa cidade, ourinol do mundo", e até São Paulo, "a bestial província", decaída desde que lhe escapou ao domínio e já não lhe serve de amparo.[34]

---

31 *Cartas andradinas*, pág. 37, carta a Drummond 9 de fev. 1827, Drummond, o*p. cit.*, pág. 86.

32 *Cartas* cit., pág. 47, data de 2 de abril 1829.

33 *Cartas* cit., pág. 2.

34 *Ibid.*, pág. 3.

Se um desses desafetos, adversários ou inimigos ousa atacar os Andradas, José Bonifácio treme por não poder puni-los, mas diz qual seria o castigo: "Agradeçam-me a boa vontade que tenho de dar-lhes um pontapé no c..., ainda que fosse de sorrelfa." Outra vez: "Acabo de ler hoje a *Opinião*, em que se zurze ao infame caluniador, que só merece resposta de pau." "Esse escritor contrário, que escreve no *Independant de Lyon*, um certo Deloy ou Delog, fala em ir ao Brasil: 'Permitisse o céu que voltássemos e lá o encontrássemos para lhe pagar com um pau os favores que lhe devemos; e caso lá vá o infame, não haverá um mulatão que lhe tose o espinhaço?'" Eis ali a utilidade dos mulatos, os quais fora disso, apenas servem de termo de comparação para depreciar. Delog, 'vil impostor', continua infenso aos Andradas; o patriarca não o acha merecedor de resposta: "este miserável merece, a meu ver, pau e nada mais por ora." Apenas por hora; mais tarde, além de pau, talvez só a morte.[35]

De vez em quando, porém, José Bonifácio descerra o sobrecenho, que os irmãos têm sempre carregado. Diz Drummond que por causa da sua vivacidade natural, ainda na discussão dos negócios mais importantes muitas vezes ele empregava facécias. Ei-lo assim a ver Pedro I "enfeitiçado pela mãe de Domitila, que em São Paulo passou sempre por bruxa." De ninguém faz caso e só aos amigos leva em conta; também só para eles mandaria editar as suas poesias, "que para los outros mi cago yo, como dizia em castelhano com os santos que tinha metido na monteira". O imperador, "a imperial criança", iria de mal a pior com a morte do el-rei seu pai, e já estava "com disenteria de tenesmos ou com febre maligna de tresvarios."[36] A esta incontinência de linguagem refere-se Varnhagen nestes termos: "pouca gravidade e falta de decoro e recato nas palavras, que

35 *Ibid*., págs. 23, 27, 42. Drummond também não se lembra exatamente desse nome, se é Deloy ou Delonai. Segundo ele, esse personagem era um francês, que já fora empregado no Rio em escrever contra os Andradas e a quem o governo mandou continuar essa tarefa em França, onde não achando acolhimento nos jornais políticos de Paris, foi exercer seu mister em Lyon e lá foi mais feliz. Os Andradas e Drummond chamaram-no à responsabilidade e obtiveram que fosse condenado. (Drummond, *op. cit*. pág. 131). Trata-se sem dúvida do francês de Lyon, redator da *Estrela brasileira*, de 1823 e 1824, e depois do *Espectador brasileiro*, que a sucedeu. Naquele jornal defendeu a dissolução da Constituinte.

36 *Cartas* cits., págs. 4, 18 e 37.

chegou a raiar em desbocamento. D. Pedro foi acusado de imitá-lo, de ter sofrido muito a sua influência neste particular."

Não somente em cartas aos amigos, José Bonifácio tratava assim os adversários. No exílio cultivou largamente as musas, que lhes inspiraram não só produções elevadas, como a *Ode aos baianos*, mas também terríveis diatribes. Nesses versos passam "a assembleia geral inepta e fraca" e "todos os homens que influíram para a dissolução da Constituinte". Na cena do beija-mão o poeta refere-se nestes termos a Carvalho e Melo:

– Mas indo a beijar o pé carnudo
Bambo mulato, pesadão basbaque,
Sátiro já decrépito, que sabe
Por obras a arte inteira do Vieira,
É que por isso agora ser ministro,
Um pontapé lhe deu e o cu voltando
Este risonho o lambeu três vezes.

José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, o homem que decidiu d. João VI a abrir os portos do Brasil ao comércio do mundo, é

Fração de gente, charlatão idoso,
Que abocanha no grego, inglês, hebraico,
Mas sabe bem a língua de cabinda
E o pátrio bororó e mais o moiro.

Dos versos dedicados a Nogueira da Gama, marquês de Baependi, lembra-se Drummond apenas de alguns incompletos:

Em cujo héctico rosto as feições cava,
Em pedras de Lós e não de Paros,
....
Mineiro talentoso e novo Fídias,
Que há de guardar os nossos debitantes
Como peça famosa da antigualha,
Onde viva esculpida a hipocrisia,
A mentira servil, a inveja, o opróbio.[37]

37 Drummond, *op. cit.,* págs. 114 e 115.

Eis aí por que na fase nova, atingida pelo Brasil, não puderam homens de tal índole, levar a cabo a delicada missão que as circunstâncias lhes impuseram. Se o estadista faz da sua pessoa o centro do universo, o "noli me tangere" das suas preocupações e julga os acontecimentos e os homens conforme combinam ou não com os seus desejos e se inclinam ou não às suas decisões, encadeado pela auréola do próprio orgulho, só vê enganos em torno de si mesmo. As realidades ficam muito além desse círculo deslumbrante de ficções. Se um abalo do mundo político faz um dia estremecer a atmosfera onde vive o iludido e põe-lhe em frente a realidade das coisas, seus olhos acomodam-se pouco a pouco à doce luz que as envolve, as imagens voltam a ganhar as formas perdidas e surgem então surpresas dolorosas.

Os Andradas tinham de lidar com a versatilidade do Imperador, com as suas hesitações e os seus arrebatamentos, consequências de mal conhecido e incurável; com as diversas correntes da Assembleia, inspiradas no princípio da soberania popular, da onipotência das Constituintes, com os remanescentes do partido, que pretenderam esmagar e ainda operava nas sombras da maçonaria; com o elemento moderado, sinuoso e envolvente, que acenava ao soberano com a condescendência e a adaptação aos seus desejos; com a influência portuguesa e adotiva, que disputava aos brasileiros natos a ascendência junto ao trono; e talvez ainda com o maior dos poderes, que lhes era infenso, se na verdade intervinha na política, como eles supunham, a paixão amorosa inspirada por Domitila, de quem o príncipe era agora escravo de vinte e três anos, impetuoso, ardente, sem pudor, estendido aos pés da sua deidade.

Seria preciso um misto de talentos, de tato, de sedução, de desprendimento, de energia, quiçá até de violência, mas nunca só de violência, de desabrimento, de intolerância, inspirações exclusivas e irreprimíveis de soberba e vaidade, que os levaram a comprometer a obra começada, expô-la a tantos perigos e a sofrer eles próprios a fúria da tempestade espalhada por suas mãos, das alturas do poder, e a cujos raios não puderam escapar, quando um dia voltarem ao nível da planície.

. . . .

Capítulo XXX

A DISSOLUÇÃO DA CONSTITUINTE

AINDA meses antes de reunir-se a Constituinte, já se cogitava da hipótese de dissolvê-la. Prevendo que ela se desencaminharia e fosse impossível dirigi-la ao sabor das conveniências do trono, em tal caso, escrevia Mareschal a Metternich, "restava ao Governo um meio, embora sempre perigoso, mas, levando em conta o espírito do povo, certamente eficaz: dissolvê-la pela força e dar uma Carta. Muitas pessoas pensam agora", continuava o ministro austríaco, "que se deveria ter feito isso no momento da coroação; a meu ver, tal medida produziria bom efeito, mas naquele momento eu não daria semelhante conselho".

Nas vésperas da abertura dos trabalhos essa ideia havia aberto caminho em certas camadas da opinião pública, onde estava quase amadurecida. O Governo já a tinha perfilhado, ao ponto do imperador declarar a vários deputados estar no firme propósito de manter a palavra dada e aceitar uma Constituição digna do Brasil, bem como dele próprio; mas não alimentava ilusões acerca dos perigos que cercavam as assembleias, donde raramente saía obra capaz; Portugal era exemplo; tomassem, por-

tanto, muito cuidado, pois contava com o povo e a tropa dissolvê-los, se tanto fosse necessário. Antônio Carlos foi incumbido de repetir este aviso aos membros do partido exaltado, quer dizer, de tendências democráticas, os quais deveriam meditar acerca da conduta que tivessem de seguir, pois a opinião pública não favorecia a Assembleia e nada seria tão fácil ao imperador, caso eles desagradassem, como mandá-los embora.[1] Feijó dá testemunho do modo por que Antônio Carlos, ou outro dos Andradas, espalhava entre os deputados a ameaça imperial: "Eu ouvi a um desses senhores: se a Assembleia não fizer o que o imperador quer, ele a dissolverá. Se a nova der uma Constituição digna dele, ele a tornará a dissolver e dará ao Brasil uma Constituição."[2]

Dessas ameaças não resultou todo o efeito desejado e a Assembleia seguiu o seu caminho, defendendo palmo a palmo o terreno das suas prerrogativas. Os choques por vezes produzidos entre ela e o Governo dirigido pelos Andradas foram, porém, preparando os espíritos para enfrentar algum conflito de grandes proporções. A Assembleia perdia o medo à Coroa. A timidez dos novos ministros, seu ânimo conciliador, só podiam reforçar-lhe a resistência. Desaparecendo a vontade imperiosa dos Andradas, o Imperador, livre da influência por eles até então exercida, ficaria oscilante entre os prudentes conselhos de Carneiro de Campos, de um lado, e a natural moderação de Nogueira da Gama e Montenegro, a insignificância e subalternidade dos ministros militares, de outro lado. Por trás destes, um grupo de três ou quatro servidores do Paço intrigavam, sem ter talentos para guiá-lo com proveito para ele próprio e para a nação.

---

1 Mareschal. Ofs. nºs 6 de março, 12-B de 26 de abril e 14 de 6 de maio. Esse último, onde se contém a informação a respeito do papel conferido a A. Carlos, foi escrito após a visita feita pelo ministro ao imperador naquela manhã; é portanto natural que ela tenha sido colhida do próprio soberano. Ali diz Mareschal que o fogoso orador parecia inteiramente ligado ao partido dos irmãos, e isso verificou-se na marcha dos trabalhos de Assembleia, excetuando-se apenas a divergência acerca da sanção das leis ordinárias.

2 Estas palavras são citadas em nota de Rio Branco à *Hist. da Indep*. Escrita por Varnhagen, pág. 305 e foram extraídas de um discurso de Feijó na sessão da Câmara dos Deputados, em 21 de maio de 1822. Esse discurso não figura nos *Anais*, que são deficientes; naturalmente Rio Branco leu-o em algum jornal da época; tão escrupuloso pesquisador merece inteira fé.

O pronunciamento da guarnição do Rio Grande ter-lhe-ia talvez dado calor, se José Bonifácio ainda estivesse ao seu serviço, capaz, como seria, de aproveitar-se dessa circunstância para amedrontar a Assembleia, deixando impune aquele ato, que se poderia reproduzir noutras corporações militares. *O Diário do Governo* não pregara em vão as doutrinas provocadoras daquele começo de incêndio. Agora, porém, a voz de Antônio Carlos era a primeira a dar o rebate da reação civil e de todos os lados da Assembleia surgiram elementos para abafar o perigo. A eles aliaram-se os novos ministros, no nobre empenho de conciliar os dois poderes; o Imperador ficou sozinho a esbravejar sem proceder.

A tentativa mais bem preparada para derrubar-lhe os novos conselheiros tinha falhado. Enquanto eles trabalhavam para fazê-lo recuar da luta em que os Andradas o haviam empenhado a respeito da sanção das leis ordinárias, o partido andradino, ligado a elementos dirigidos por Felisberto Caldeira Brant, encorajavam-no a não ceder e esperava dessa forma a modificação do Governo com a chamada de novos ministros, todos cinco brasileiros natos, tendo à frente Vilela Barbosa. Tais ministros, porém, deveriam ser estranhos à Assembleia, a qual, após haver permitido por votação especial a Carneiro de Campos a Nogueira da Gama aceitarem pastas, votara uma lei, proibindo aos deputados o exercício de qualquer outro emprego ou função. Esse Ministério, a quem os amigos dos Andradas e de Brant apoiariam, levaria a cabo a dissolução e a outorga de uma Carta.[3]

Talvez essa esperança explique a aparição de José Bonifácio no beija-mão de 12 de outubro, aniversário do Imperador. Era a primeira vez que ele se aproxima do monarca depois de haver deixando o ministério. A esse tempo a Assembleia ainda não estaria de todo tranquila acerca do modo pelo qual o soberano receberia a comissão portadora dos decretos promulgados para serem publicados. Depois da sessão secreta de 20 de agosto não se dera um passo para votar a redação das leis. Fiel às ideias que sustentara, ainda em discordância com os irmãos, Antônio Carlos propôs no dia 25 a apresentação de todos eles; quando não, que se mandasse só a

3 Mareschal. Ofs. 37-G de 19 e 38-B de 25 de nov. Em outro of. daquela primeira data sob o no 37-L escreveu Mareschal que todas as pessoas realmente ligadas ao Imperador e também os Andradas tinham aconselhado a dissolução se a Assembleia lhe enviasse decretos para publicar, independentemente da sanção.

do formulário. Marcou-se então o prazo de cinco dias para esse efeito e foi para notar que Martim Francisco votasse a favor. Montezuma levantava a ponta do véu, declarando haver afirmações de ser a demora proposital. A esse tempo, o propósito era ainda de acalmar o Imperador; mas enquanto os ministros ganhavam tempo para consegui-lo, os conspiradores contra eles aproveitavam-se desse interregno para alimentar a resistência da Coroa.

Passaram quase dois meses sem dar cumprimento a essa resolução e durante tão longo olvido nem Antônio Carlos nem ninguém reclamava, não obstante ter sido assinado o prazo de cinco dias. Passado o beija-mão, a despeito do bom acolhimento feito a José Bonifácio por d. Pedro, deviam estar perdidas todas as esperanças de derrubar os ministros, que triunfaram no espírito do monarca. Então Antônio Carlos voltou a exigir a remessa das leis, pois "a demora da publicação parecia encerrar algum mistério". Queria por certo desvendá-lo, agora já podia desvendá-lo: "É preciso que de uma vez saibamos a lei em que havemos de viver." E concluía: "Já o povo repara para isto desconfiado."[4]

Os termos em que os Andradas se tinham separado tornavam dificílima a reconciliação imediata. Ambas as partes tinham trocado expressões mais que descorteses e continuaram, depois de separadas, a fazer referências injuriosas, a entreter represálias espalhadas nas rodas políticas e levadas pelos intrigantes aos ofendidos. O mal provinha da má educação de D. Pedro, da sua falta de compostura, do seu nivelamento ao círculo de indivíduos inferiores e também do orgulho e desabrimento dos Andradas, a quem faltava toda moderação, acostumados, como estavam, a mostrar a própria superioridade aos seus colegas de modo até humilhante.

Mais do que quaisquer relações, a falta de educação é nociva na vida pública, nos embates da políticas. As divergências tão frequentes nesse terreno só não determinam rompimentos, se o cultivo das boas maneiras adoça, de um e outro lado, o sacrifício dos preteridos ou vencidos. Quando a tolerância afeiçoa os indivíduos a respeitar as opiniões alheias, a combatê-las sem azedume e a vencê-las sem estrépito, de cada desacordo resulta sempre estremecimento de relações pessoais. Tudo, porém, é fácil de recompor, se apenas se ferem melindres de orgulho, vaidade ou mera intolerância de opi-

4 *Anais da Constituinte*. Sessão de 14 de agosto.

niões. Não pode entretanto ser assim, se a falta de polidez dos contendores conduz até à injúria e cava entre eles separações difíceis de transpor.

Noutra ordem de relações, esses fossos intransponíveis ou quase intransponíveis só podem prejudicar interesses privados; mas na política podem causar dano ao bem geral. Circunstâncias da mais alta relevância tornam às vezes forçosa a aproximação de indivíduos, afastados por agravos. Se estes são leves, como as faltas veniais que não ferem o fundo d'alma, fácil se torna o encontro e leal a cooperação buscada. Não haverá que censurar e somente que aplaudir. Mas se é preciso transpor a lama de insultos passados, ou os homens levam a triste lembrança, que os faz desconfiar, ou dela parecem esquecidos e deixam pensarem mal da sua honra as multidões incapazes de compreender a grandeza de tanto sacrifício.

Quebrada a pressão terrível exercida pelos Andradas sobre a imprensa, os jornais abusaram desde logo da liberdade tanto tempo reservada aos órgãos do Governo. Só então os adversários dos novos ministros, avaliaram o bem negado aos seus contrários. Ninguém era poupado. Definindo a situação em que se vivia, informava Maler: "As mais absurdas calúnias, os mais escandalosos sarcasmos atingem diariamente os funcionários públicos; nem as suas esposas e as suas famílias são poupadas." Os autores dessas misérias sabiam que se expunham a ser castigados pelos ofendidos e a maior parte deles raramente vinham à rua de dia, ainda assim cercados das maiores precauções; à noite transformavam as casas em fortalezas.[5]

A linguagem do *Tamoio* contra o Ministério era modelo de desabrimento. Quando se perdeu a esperança de derrubá-lo, houve uma espécie de furor rábico. No dia seguinte ao da remessa dos projetos promulgados, para o imperador mandá-los publicar, apareceu uma correspondência destilando fel. Era então habitual fazer das correspondências o conduto onde se despejava tudo quanto parecia enxovalhar as colunas principais; mas nem aí a origem era menos evidente. *O Tamoio* creditava contra os ministros as frases que havia poucos meses se escreviam contra o governo dos Andradas. Eles "trabalhavam para destruir o Poder Imperial no Brasil, aconselham-lhe e fazem cobrir com seu nome medidas violentas e arbitrárias para o tornar odioso". Vinha então o retrato de cada um. O da Fazen-

5 Maler. Of. nº 323 de 14 de novembro.

da, Nogueira da Gama (Baependi), "jesuíta versátil, de cuja improbidade, mesquinhez de ideias e nulidade em administração financeira ninguém duvida". O do Império, Carneiro de Campos (Caravelas), renegado religioso e renegado político, que serviu ao exército francês em Portugal na qualidade de secretário do ministro dos Cultos. O da Justiça, Montenegro, "corpo sem alma, incapacidade personificada", autor dos males que sofria Pernambuco; "debaixo da envernizada fronte e chocho rosto, salpicado de sorriso apatetado, demora a região do vácuo". O da Guerra, Vieira de Carvalho (marquês de Lajes), cujos miolos destilados dariam "esperteza de rato de gaveta e fiapos de tradição deslavada". Ele e Montenegro "trânsfugas de Portugal, traidores à causa do Brasil, ajudados pelo patarata da Marinha, o parvo Cunha Moreira (Cabo Frio) e pelo intendente de polícia, Estêvão de Resende (marquês de Valença), "palhaço ignorante e traidor". Era em poder de tais pilotos que estava a nau do Estado, arrancada "às possantes mãos dos Andradas", cidadãos "cuja vontade era tão forte como o destino, e a concepção tão vasta como o mundo." Nunca a nação detestara tanto o governo. "Quanto rodeia o trono é corrompido ou corrupto, ou uma e outra cousa juntamente."

Duas semanas depois, os mesmos ataques são reproduzidos noutros termos: O ministro da Guerra tem atraiçoado claramente a nação. O da Justiça só é liberal com os lusitanos; o do Império, apóstata religioso e político, pois serviu aos franceses como secretário dos Cultos; o da Fazenda "abjeto instrumento do velho despotismo, servil"; o da Marinha "mera nulidade". Enfim, todo o Ministério "além de inerte e ignorante, parece favorecer a causa dos inimigos do Brasil".[6]

O *Correio*, o malsinado *Correio*, que outrora supunham inspirado por Ledo; o órgão carbonário, cujo redator conhecera prisão e desterro, arvorava-se agora em defensor do governo, de cuja autoridade se mostrava cioso. Também ele tinha correspondências, seção máter dos modernos "a pedidos", onde podia zurzir os Andradas. *O Tamoio* e tantos outros jornais de oposição recém-criados desfrutavam a liberdade existente "depois que o Imperador deu cabo do despotismo". Chamava então o *Correio* a contas as "três fúrias infernais", de que se tinha livrado o soberano, e em represália do

---

6 *O Tamoio*, n^{os} 26 e 33 de 21 de out. e 6 de nov. de 1823.

artigo contra o Ministério, pintava-as, uma a uma, com horrendas cores. Eram "Tamoio-Palhaço, Tamoio-Robespierre e Tamoio-Marat", queria dizer José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco. Havia ainda outro, o Tamoio-Carinha, de quem se contavam "atrocidades em espionagem, calúnias e sede canina de descobrir crimes em todos os cidadãos probos"; mas este era tão desprezível e abjeto réptil, "que não merecia o trabalho de fazê-lo conhecer". Seria ele um dos redatores ostensivos, França Miranda, juiz da devassa de outubro, ou Drummond, enviado de José Bonifácio a Pernambuco e Bahia para conhecer a situação daquelas províncias e averiguar as disposições de Gervásio e Madeira.

Os três irmãos eram apresentados sob os defeitos comuns de soberba, inveja, ingratidão e presunção de onisciência; mas cada um deles tinha traços particulares, que o retratavam e à distância dos tempos valem como caricatura. Palhaço: "mobilidade contínua e gestos de macaco, voz gutural, distração habitual, charlatanaria desmedida, insaciável desejo de primar, desconfiança dos homens probos, propensão para a Canalha". Robespierre: "voz intercadente, estrepitosa, perfídia de lobo, entranhas de tigre, desenvoltura de gestos e palavras, variedade contínua de opiniões". Marat: "aspecto de fúria, cor verdoenga, olhos de víbora, política maquiavélica, espírito minucioso e mesquinho, ostentação de dialética".[7]

Em relação à pessoa do imperador, o *Tamoio* apresentava-se com duas faces, uma de reverência, outra sombria, quiçá ameaçadora. Declarava-se tanto "incapaz de baixa lisonja, quanto de faltar ao respeito devido a SMI, a quem afincadamente amava". Mas o respeito traduzia-se às vezes de modo singular: Se todas as verdades fossem ditas, tremer-se-ia de horror... "ao ver como influem nos destinos dos impérios Messalinas, validos intrigantes, baixos e desprezíveis, derramando todo o fel da calúnia sobre os cidadãos mais honrados e beneméritos da pátria, arredando-os do lado dos monarcas para melhor os arrastarem ao precipício."[8] Na largueza daquele plural cabiam Pedro I, Domitila, gente da corte e avultavam os Andradas.

Esses, por sua vez, também mostravam-se sob dois aspectos. Na Constituinte davam provas do maior acatamento ao soberano; mas por outro lado faltavam-lhe ao respeito. Numa entrevista com um correspon-

---

7 *Correio do Rio de Janeiro,* nº 24 de out. 1823. Carta sobre a Tamoiada.

8 *O Tamoio*, nº 11 de 9 de setembro.

dente do *Tamoio* José Bonifácio "o velho do Rocio", lançava-lhe o ridículo e dizia "esperar que ele não viesse a ser somente o imperador do Espírito Santo de Mata-Porcos", alusão ao bairro onde Domitila tinha casa.[9]

Quando não ia de frente contra o Imperador, *O Tamoio* procurava atingir-lhe o trono, ferindo os ministros: "Serão ou não ataques ao sistema representativo portarias como a do ministro da Guerra, que adianta dinheiros nacionais, e a do ministro da Fazenda, que manda dar livres, contra a lei, objetos sujeitos a direitos? Ignorará o ministro da Justiça que esse *dispensing power*, que ele ora faz o Imperador arrogar-se, levou ao cadafalso Carlos I e expulsou Jacques II e todos os Stuarts do trono inglês?"[10] Já no seu segundo dia de vida, aquele jornal lembrava indiretamente a Pedro I o exemplo de um rei enforcado. Pouco tempo depois, ao mostrar-lhe a conveniência de demitir o Ministério, apresentava-lhe de frente o espetáculo de idêntica tragédia. Já era então ameaça: "Um governo que vai de encontro à opinião e desejos de uma nação, é mister ser derrubado quanto antes; e o Chefe da Nação comete a maior imprudência em demorar providências que não pode negar. O que hoje é recebido como favor, amanhã não satisfaz nem como justiça. Não permita Deus que a história de Carlos I de Inglaterra seja perdida para os reinantes. É arriscado desesperar ao povo e forçá-lo a buscar por violência aquilo que ainda exige por meios constitucionais."[11]

Era esta a linguagem do *Tamoio* na véspera do atentado causador da dissolução da Assembleia e quatro dias antes dela consumar-se. A liberdade de imprensa estava na sua infância e naturalmente era exercida com desregramentos; mas também por outro lado as autoridades e os poderosos tinham vivido até então ao abrigo da crítica; a censura mais leve e menos irreverente produzia-lhes agravos muito fundos.

Um "comunicado" aparecido na *Sentinela da Praia Grande* foi causa da crise aberta pela Constituinte, donde resultou o golpe de estado, que a dissolveu. Tratava esse escrito da admissão no exército dos militares portugueses vindos da Bahia. A esse propósito fazia o artigo arguições desairosas a dois oficiais adotivos, Zeferino Pimentel Moreira Freire e José

9 Ib. nº 5 de 2 de setembro.

10 Ib. nº 2 de 19 de ag. Corresp. assin. *O Constitucional.*

11 *O Tamoio* nº 34 de 8 novembro.

Joaquim Januário Lapa, incumbidos de guardar a pessoa do marechal de campo Luís Paulino, brasileiro, ex-deputado às Cortes, enviado ao Brasil por d. João VI, logo após a contrarrevolução, que lhe restituiu a plenitude do poder. Na ignorância de haver sido proclamada a independência, mandara el-rei aquele emissário à Bahia, incumbido de suspender as hostilidades do general Madeira e depois mandara ainda outros ao Rio, com propostas de união, sob a base de ampla autonomia do Brasil. O imperador não só não permitiu o desembarque dos emissários, como nem sequer recebeu as cartas do pai; além disso aprisionou o navio da expedição, o que tudo satisfez plenamente à opinião pública excitada.[12]

Abriu-se, porém, exceção para Luís Paulino, que se achava gravemente enfermo, a ponto de ser desumanidade conservá-lo a bordo. Quando foram rendidos por outros oficiais, declararam Lapa e Freire ser inútil guardar um enfermo às portas da morte. Realmente daí a muito pouco tempo, em regresso a Lisboa, Luís Paulino faleceu no mar. Mostrando as inconveniências da admissão de soldados portugueses no exército, o artigo da *Sentinela* apontava aqueles militares como conspiradores contra a Independência e dispostos a dar fuga ao vigiado. Os oficiais sentiram-se ofendidos, principalmente o primeiro, que já tinha demonstrado com as armas na mão a sua lealdade à causa do Brasil, a qual agora o supunham decidido a trair.

---

12 A carta mandada nessa ocasião por d. João VI à Imperatriz deve-lhe ter sido entregue, pois se acha no arquivo do castelo d'Eu. Trazia este sobrescrito: "À minha Filha d. Leopoldina" e era assim redigida: "Minha Filha do meu coração, tenho recebido várias cartas mas que estimei muito por ter a certeza de que estás boa e que tiveste uma filha com muito bom sucesso; não tenho respondido porque as circunstâncias me não permitiam agora que me é possível não quero faltar significar-te o quanto te estimo e quanto sinto a nossa separação. O portador desta carta é o C. do Rio Maior. Eu estou com bastante incômodo nas pernas. O resto da família real está boa. Desejarei que esta te ache desfrutando uma vigorosa saúde e toda a tua família nascido os meus desejos do muito que me prezo ser pai que muito te ama J. C. (Paço da Bemposta, em 23 de julho de 1823)." A impossibilidade de escrever, a que alude d. João VI, provinha do regime de espiagem sob o qual vivera durante o domínio das Cortes. Logo após a sua chegada a Lisboa, sua filha Maria Isabel, rainha de Espanha, escreveu-lhe por intermédio do ministro da Áustria, dizendo saber que todas as cartas a ele dirigidas eram abertas antes de chegarem às mãos; por esse motivo daí em diante escreveria à irmã viúva Maria Teresa frases triviais e no mesmo papel do outro lado, escreveria com suco de limão tudo quanto de importância tivesse para dizer (carta em 1821, no arq. do cast. d'Eu). As letras escritas com sumo de limão são invisíveis, mas revelam-se ao calor do fogo.

O artigo era firmado por um "brasileiro resoluto" e tal pseudônimo por si só constituía atrativo de popularidade. A oposição dos Andradas não cessava de mostrar os perigos que ainda corria a independência, sobretudo se a sua causa não fosse confiada exclusivamente aos brasileiros. José Bonifácio e Martim Francisco tiveram por companheiros no Governo brasileiros adotivos; mas desde que deixaram de ser ministros, consideraram essa tolerância inadmissível. Viam por toda parte renovarem-se as pretensões de Portugal, pelo menos a da união com o Brasil, donde a este só desvantagens poderiam provir. A tal respeito Antônio Carlos recebera uma carta do conde de Subserra, primeiro-ministro de d. João VI e seu colega nas Cortes, pedindo-lhe o concurso para restabelecer a harmonia "que a passada facção havia perturbado entre todos os que pertenciam à grande monarquia portuguesa". Qualquer sinal nesse sentido avultava aos olhos dos patriotas, a quem a sorte da nação logo se afigurava exposta a grandes perigos.

Essa carta, datada de 7 de agosto, bem como a resposta que lhe deu Antônio Carlos, declarando-se oposto a tudo quanto fosse união com Portugal, foi publicada no *Tamoio* de 16 de outubro. Já no nº 14 da *Sentinela*, a 10 de setembro, tinha o "brasileiro resoluto" publicado um artigo, onde aludia aos "aduladores do Paço, que apoiando os chumbeiros seus patrícios, que infelizmente existem no país, querem destruir a nossa independência que ainda há pouco gozamos". Os brasileiros estavam dispostos a não receber "os vândalos fugitivos da Bahia". Referia-se esse artigo aos quatro oficiais, vindos daquela província e admitidos no exército. Por esse e idênticos motivos, dizia o escritor, tinha sido rejeitado o projeto Muniz Tavares. Concluía por achar intolerável serem ministro da Guerra e comandantes de corpos indivíduos nascidos em Portugal.

Desde o seu rompimento com os Andradas, preocupava-se d. Pedro em amainar as rivalidades entre nativos e adotivos. Na discussão do projeto Muniz Tavares foram expendidas as duas doutrinas, ou antes as duas políticas; uma, mais geral, que adotava o critério da nacionalidade portuguesa, comum a uns e outros antes da independência, com a legitimidade de preferência pelo direito de cidade na parte desmembrada da monarquia; outra, sustentada por Antônio Carlos, que pregava a primazia

do nascimento e embora admitindo a adoção, a expunha a suspeitas e a colocava em categoria inferior.

Numa das circulares, redigidas por Montenegro e apresentadas pelo imperador a José Bonifácio na hora do rompimento, dizia-se que o governo de Portugal empregava a intriga para separar europeus e brasileiros, recomendavam-se medidas para atalhá-la e preconizava-se a doutrina ampliadora: "... e sendo certo que a obediência às leis e a pacífica conduta constituem os bons cidadãos, sem que o lugar do nascimento tenha influência alguma para serem considerados de diverso modo..."[13] *O Tamoio* saiu de lança em riste, sustentando a opinião formulada na Assembleia por Antônio Carlos e lembrando o mal feito à causa da independência por vários portugueses domiciliados no Brasil.

Cavando-se a separação, que as origens de nascimento de algum modo produziam, concorria-se para agremiar os adotivos, todos expostos às mesmas desconfianças. Eles tinham a seu favor a identidade com o monarca, oriundo também de Portugal e a quem não deixariam de ferir as suspeitas de deslealdade, entretidas contra servidores da monarquia em razão de um fato que o atingia. Todos quantos o cercavam estavam lealmente dedicados à sua causa, inseparável da do Brasil: nenhum pleiteava a volta à união, nem concorria para diminuir a altivez da nova pátria. O ciúme, na verdade existente, era inspirado não só por prevenções naturais, mas também pela posse do poder. Tais sucessos induziam os adotivos a ligar-se mais e mais ao imperador, cuja proteção, nessas circunstâncias lhes era indispensável e a quem lhes convinha mostrar o maior devotamento. Por seu lado o imperador não os podia repelir, nem seria justo privá-los de colaborar nos negócios, até em altas funções de estado, que alguns tinham desempenhado durante a regência, concorrendo para preparar a separação.

Grande era o rol dos brasileiros adotivos, a quem nesse momento e ainda depois foi dado prestar valiosos serviços ao Brasil. Nenhum homem de responsabilidade faltou aos deveres impostos pela adesão: Lecor, Oliveira Álvares, Rio Pardo, Lajes, Pardal, Pinto Guedes, Oyenhausen, Andreias, Niemeyer e tantos outros militares, como os civis José Clemente, Vergueiro, Silva Maia, Limpo de Abreu (Abaeté) e ainda outros.

---

13 Portaria de 16 junto ao governo de Pernambuco e demais províncias.

Supondo que o "brasileiro resoluto" fosse um boticário de nome Davi Pamplona, cujo estabelecimento passava por ser centro de mexericos políticos, os dois oficiais, nascidos em Portugal, ali penetraram no dia 5 de novembro, às sete e meia da noite, e espancaram-no, enviando um deles, depois, uma carta ao *Tamoio* para aconselhar a todos os seus correligionários a cautela de serem "mais amigos e gratos aos portugueses, que estavam ao serviço do Império".[14]

Violências dessa natureza tinham sido praticadas sob o governo de José Bonifácio e continuaram ainda a praticar-se depois de tão nefastos exemplos. Antes de Plamplona, Luís Antônio May fora espancado dentro da sua própria casa; na mesma farmácia do Largo da Carioca, um oficial brasileiro viria a executar com a espada um difamador da sua família. A agressão a May revestira-se de mais gravidade. Ao passo que Pamplona apenas se queixava de duas contusões num braço e numa orelha, aquele jornalista ficara quase à morte; entretanto, levado o caso à Assembleia pelo deputado Carneiro da Cunha, não se consentiu dar-lhe seguimento a sua voz foi logo abafada com chamados à ordem.

Diz Maler que no dia seguinte ao atentado, Lapa e o companheiro passeavam à paisana e mostravam as bengalas, instrumento do cri-

---

14 Um desses oficiais José Joaquim Januário Lapa, era casado com brasileira e após o "Fico" prestou relevantes serviços à causa do Brasil, pondo-se ao lado do príncipe regente contra a divisão auxiliadora, comandada por Avilez. Com parelhas das cocheiras da Casa Imperial trouxe da Praia Vermelha para a cidade três peças de artilharia, que foram de efeito salutar naquela ocasião. (Varnhagen, *Hist. da Indep.,* pág. 136.) Mais tarde veio a representar papel saliente em Portugal, para onde logo depois se retirou. Tomou o partido de d. Miguel e foi ardente defensor do governo absoluto. Após a queda deste, com tal jeito procedeu que acabou partidário da Carta e figurando no estado-maior do marquês de Saldanha durante a revolução de Maria da Fonte. Bateu-se com tanta vantagem em Ourém, que o conde de Antas disse a Drummond que ele "havia feito melhor serviço à Rainha do que Saldanha". Foi promovido a brigadeiro e agraciado com o título de barão. Depois disso foi ministro da Marinha e mostrou não se ajeitar às formas constitucionais. Muito acusado nas Câmaras, a sua linguagem era atrevida e grosseira. Foi elevado a visconde e nomeado governador-geral da Índia. O seu governo foi turbulento e os povos revoltaram-se. Chamado a Lisboa e nomeado par do Reino, sofreu processo militar, em que se livrou. Veio a morrer envenenado, vítima de um engano na manipulação de remédio que lhe havia sido prescrito. – Drummond. *Op. cit.,* págs. 73, 137 e 138.

me, dizendo-se prontos a repetir a façanha se ainda houvesse quem escrevesse contra os militares.[15]

O juiz do distrito, onde se deu o delito, procedeu ao corpo de delito e abriu devassa.

Também nesse mesmo dia, o ofendido que, aliás, como foi depois verificado, não era autor do artigo, devido à pena de um indivíduo de nome Francisco Antônio Soares, apresentou uma petição à Constituinte, onde logo foi lida, expondo a situação dos brasileiros, castigados na sua pessoa por defenderem a causa da independência, ainda mal segura. Blasonava o *Tamoio* que "nas províncias se espancavam os marotos e marinheiros por qualquer leve insulto ou arrogância", enquanto na Corte eles espancavam, provocavam os cidadãos inocentes nos seus lares, espalhavam o susto e o terror: "Que desgraça, que infâmia para seus filhos! Se isso ficasse assim, os fluminenses seriam incapazes da liberdade, seriam a escória da nação, seriam escravos." Desse modo, para condenar o crime, *O Tamoio* alardeava que os seus amigos o cometiam também impunemente contra os seus rivais.[16]

No manifesto de 16 de novembro, onde procura justificar a dissolução, afirma Pedro I que Pamplona não era brasileiro de nascimento, e sim oriundo das ilhas portuguesas. No suplemento do *Ano Biográfico*, escreve Macedo que ele era natural do Brasil e, se não tinha nascido no Rio de Janeiro, ali se achava estabelecido desde anos antes de 1823.

A afirmação de Pedro I é ainda mais categórica, como é igualmente a do *Espelho* de 10 de janeiro de 1823, anterior ao incidente, e citada por Varnhagen, a qual tratava Pamplona de "velho servidor, trinta anos, na tesouraria geral do exército de Portugal". Ocupando-se do incidente na sessão de 11 de novembro, dizia Rodrigues de Carvalho: "Já ouvi dizer que Pamplona era filho de uma das ilhas dos Açores; não sei se é verdade; mas se o é, onde está a nacionalidade ofendida?" Quando muito, portanto, Pamplona seria brasileiro adotivo como Lapa e Freire.

Entretanto, *O Tamoio* procurava fazê-lo passar por brasileiro nato e exaltava "o seu aferro aos interesses da sua pátria". Lapa e Freire tinham entrado "na casa do miserável brasileiro" e "deixaram-no quase mor-

---

15 Maler. Of. nº 323 de 14 novembro.

16 *O Tamoio*, nº 34 de 8 novembro.

to". Adiante: "Um cidadão brasileiro cruelmente atacado e maltratado em sua casa por dois vândalos", que portanto não eram brasileiros.

Para punir tal crime invocava a solidariedade nacional dos fluminenses, a quem cumpria defender e vingar os direitos individuais, atropelados na pessoa daquele "compatriota".

Em outras circunstâncias tal acontecimento teria muito menor importância; mas o terreno da Constituinte estava preparado para uma explosão. Travou-se violento debate a respeito do parecer da Comissão de Justiça, que decidira com ordinário bom senso não ser a matéria de competência legislativa e sim judiciária, e dever a ela submeter-se o queixoso. Conviria à Assembleia ter concordado com esta opinião e encerrado logo o incidente. Antônio Carlos, principal autor da agitação tinha sido partidário da mesma doutrina, quando seus irmãos eram ministros. Ao discutir-se a 7 de maio a revogação do alvará contra as sociedades secretas, foi proposta a nulidade dos processos resultantes da devassa de novembro por serem acusados grande parte dos maçons.

Opondo-se a essa medida sustentava o ex-magistrado que "seria tirania se a Assembleia invadisse o Executivo ou o Judiciário".

Aliás já ele se pronunciava de igual modo nas Cortes de Lisboa, Combatendo a ideia de mandar-se processar os membros da junta de S. Paulo por causa da sua ação nos acontecimentos donde resultara o Fico, proferira estas palavras na sessão de 28 de junho: "Demais, *legem habemus*; ao corpo judiciário é a quem compete essa qualificação de crimes e não a nós. É verdade que nós nos temos ingerido em todos os poderes como Cortes Constituintes, mas isso é redondamente tirania." Ei-lo agora transformado em tirano.

Martim Francisco corria em seu apoio, quase nos mesmos termos: A nação haveria de olhar "como tirania a pretensão de querer a Assembleia se arrogar outros poderes".

O ministro da Fazenda de então preparava para o futuro a melhor resposta que lhe poderiam dar, quando convertido em oposicionista passasse a sustentar, no caso Pamplona, doutrinas inteiramente contrárias. Inadvertidamente continuava ele a pregar: "Como pode, sem maior admiração, ouvir-se dizer nesta assembleia – pergunte-se ao governo por que se fez isso ou aquilo, por que teve tal procedimento? – Já um ilustre preopinante

declarou que houvera devassa e que a esta se seguira prisão em consequência de pronúncia; e será possível que a Assembleia, reunida para fazer uma Constituição, se lembre hoje de ser Legislativa, Executiva e Judiciária?"[17]

No mês seguinte agitou-se nova questão, que envolvia o princípio da divisão dos poderes; Antônio Carlos insistiu coerentemente nas mesmas ideias expendidas em maio. Foi o caso de apresentar-se a 23 de junho uma indicação para serem pedidas informações ao governo acerca de queixas formuladas por vários presos políticos, encarcerados na ilha das Cobras, os quais alegavam estar sofrendo, havia muitos meses, tão duro castigo sem culpa legalmente provada. Então o grande orador argumentava assim: "Nós não viemos aqui para sermos procuradores de ninguém; se a Assembleia aprovasse o que se acaba de propor, aprovaria uma ingerência no que de nenhum modo nos pertence." Quatro meses depois Antônio Carlos constituía-se procurador de Pamplona; ele e Martim Francisco queriam informações do governo a respeito não de um ato por este praticado mas de um conflito entre indivíduos particulares, e promoviam a ingerência da Constituinte em matéria policial e judiciária, que tinham profligado como manifestação de tirania.

Nesse comenos, demitiram-se Carneiro de Campos e Nogueira da Gama, sucessores dos dois irmãos Andradas e também os ministros da Justiça e da Guerra. Só ficou o da Marinha, oficial-general da Armada, e o de menor significação entre os seus colegas.

A demissão do Ministério foi sempre considerada como sinal de desacordo com o desejo, expresso pelo imperador, de dissolver a Constituinte; mas o conde de Baependi, senador no Segundo Reinado, filho do marquês do mesmo título, um dos demissionários, assegurou em carta a Varnhagen que "essa retirada era uma necessidade indeclinável da situação a fim de demonstrar ao país que não era contra os membros responsáveis do Poder Executivo e sim contra o chefe irresponsável do mesmo poder se levantava na Assembleia a mais anárquica oposição, dirigida pelos Andradas". A retirada desses ministros obedeceu ao intuito de dar os lugares a outros estranhos à Constituinte, que, aliás, após a exceção aberta em favor de dois deles vedara aos seus demais membros aceitar tais cargos. De tal

---

17 *Anais da Constit.*, tomo I, pág. 35.

modo se lhe permitia mais fácil entendimento com esses elementos novos, estranhos às suas dissensões intestinas. Conclui o informante ter sido essa a "causa real da retirada do gabinete".[18]

A escolha de Vilela Barbosa nomeado na vaga de Carneiro de Campos, foi porém recebida como sinal dos tempos, talvez por considerarem-no capaz de preparar e desferir o golpe de estado, pois de outra vez já fora lembrado para o mesmo fim, de acordo com os amigos dos Andradas, que a respeito de matéria tão grave não teriam obrado sem ouvi-los.

Arguiam o novo ministro do Império de haver comparecido às Cortes de Lisboa até o encerramento dos seus trabalhos e só ter pedido demissão do serviço do exército alguns meses depois de feita a independência. Também José Bonifácio, em plena luta com as Cortes e preparando a separação, recebia no Brasil 9.000 cruzados de ofícios que tinha em Portugal e não exercia. Borges Carneiro chegou a propor que enquanto ele não voltasse a servir aqueles empregos, fossem suspensos os respectivos vencimentos, menos os devidos por jubilação ou aposentadoria.

Como Vilela Barbosa, ficaram naquela assembleia, até o fim, brasileiros do melhor quilate, como Alencar, Muniz Tavares, Castro e Silva, Borges de Barros, Araújo Lima, Fernandes Pinheiro e outros, em número de trinta e seis, todos signatários da Constituição.

Injustas eram portanto as desconfianças a respeito do patriotismo de Vilela, que nas Cortes sempre defendera com intrepidez a causa brasileira. Acusavam-no de ter sustentado com ardor a união com Portugal; mas fora essa a política pregada no Brasil por vários próceres da independência até muito pouco tempo antes do Sete de Setembro. Quando certo dia um deputado do Reino se referiu aos "facciosos e rebeldes" do Brasil, contra os quais, aludindo a Luís do Rego, Portugal tinha um cão de fila ou leão para soltar, a resposta de Vilela foi tão altiva quanto a de Antônio Carlos. Este retorquiu que "para cães de fila havia em abundância no Brasil pau, ferro e bala", e Vilela secundou-o, dizendo: "Lá também se sabe açaimar cães e já hoje ali se não hão de receber leis com o arcabuz no rosto." Criticando o Governo de Lisboa, na sessão de 8 de março, pelo fato de só nomear comandantes das armas nascidos em Portugal, profligava tal

18 Varnhagen, *op. cit.*, pág. 553.

conduta "desnecessária, prejudicial, injuriosa e impolítica". Também havia oficiais brasileiros beneméritos. "Além disto", acrescentava, "é preciso que os povos do Brasil não julguem que se pretende ainda conservar lá estes e outros lugares para morgados e filhos primogênitos: é necessário remover deles toda ideia de dominação." Do mesmo modo combateu as expedições militares, mandadas às províncias brasileiras: "semelhantes expedições são muitas vezes fatais". Os seus serviços naquela Assembleia mereciam os elogios de Antônio Carlos, em cuja opinião ele era o único a secundá-lo: "Tudo por aqui vai avesso, querem escravizar-nos; mas que posso só? Os deputados do Rio de Janeiro nada valem, à exceção do Vilela."[19]

Apesar destas provas em contrário, na opinião de Drummond Vilela "não se distinguiu senão pela oposição que fez aos projetos da separação do Brasil e pela defesa da justiça com que Portugal pretendia tiranizar o Brasil. Chegou ao excesso de dizer em um discurso que *tinha vergonha de ter nascido no Brasil* e que tal era *a sua raiva* que estava pronto, posto que velho, a marchar, *ainda que fosse a nado* com a espada na boca, para castigar aos renegados brasileiros que queriam a separação e obrigarem a voltarem à salutar união com Portugal! Estas palavras não são textuais, mas o sentido e a imagem do homem a nado, com a espada na boca atravessando o oceano, *são originais do seu autor*".[20] Fiou-se Drummond na memória, a começar pela velhice de Vilela, nascido em novembro de 1769. Esse discurso foi pronunciado a 4 de dezembro de 1821, quando ele não tinha mais de cinquenta e dois anos. Aliás para realizar a proeza de atravessar o Atlântico a nado, seria impotente a mais viçosa mocidade, sobretudo porque não se conhecia o meio de "marchar a nado". As palavras proferidas por Vilela constam do *Diário das Cortes*, foram citadas por Cairu e são textualmente as seguintes: "Todo o Brasil não quer outra coisa mais do que a Constituição; seus povos estão prontos para sustentarem e derramarem o seu sangue pela causa de Portugal. Eu sou filho do Brasil; e se acaso alguns facciosos dentre os meus patrícios, esquecidos de que são portugueses e do que devem à mãe-pátria, aonde têm seus parentes, seus amigos e seus

---

19 Palavras de uma carta de 18 de fevereiro de 1822 a José Bonifácio e por este mandada noutra de sua lavra, datada de 17 de abril, ao príncipe D. Pedro, quando este viajava em Minas Gerais.

20 Drummond. *Op. cit.*, pág. 71.

libertadores, quebrassem o juramento que deram e de cuja observância até impõe uma das condições essenciais dos poderes que me outorgaram, eu seria o primeiro a requerer contra eles como perjuros *e embarcar*, sendo preciso, para ir obrigá-los a entrar nos seus primeiros deveres. Mas não é assim: os povos do Brasil não querem tornar a dizer, se não a Constituição, nem pela ideia lhes passa a Independência; e muito me custa ouvir acusá-los sem prova, sem fundamento." Publicando as atas das sessões das Cortes, o *Correio brasiliense* divulgou esse discurso com ligeira variante, que não lhe afeta a essência: "...eu seria o primeiro a embarcar e a ir combatê-los até que fossem vencidos."[21] Borges de Barros, Muniz Tavares e outros tiveram linguagem semelhante a favor da união; apenas, talvez por não serem militares como Vilela, não se propunham a defendê-la também à força. Um deles pelo menos apresenta a respectiva província como disposta a derramar "todo o sangue dos seus habitantes" para lograr tal fim. Ainda em 1822 era esse o sentimento geral, mais veemente nuns que noutros. Também José Bonifácio, que se considerava "português castiço" e desejava "viver o resto dos seus dias debaixo do seu natural Senhor", não alimentava, outras ideias. Na representação dos paulistas, por ele redigida e trazida ao príncipe regente em janeiro, havia estas palavras: "Mas nós declaramos perante os homens e perante Deus com solene juramento que não queremos nem desejamos separar-nos de Portugal";[22] Residente em Portugal durante trinta e cinco anos, desde a juventude, Vilela seria dos mais persuadidos da conveniência da união. Nesse mesmo ano de 1822, a respeito do malsinado discurso, o insuspeito Antônio Carlos louvava seu procedimento.

---

21 *D. das Cortes*, nº 245, pág. 2.356. Cairu. *Hist. dos principais sucessos*, parte X, pág. 161. *Corr. bras.*, vol. XVII, pág. 518.

22 A primeira expressão "português castiço" e a outra que se lhe segue "viver o resto dos meus dias..." encontram-se numa carta de J. B. ao conde de Funchal, ministro em Londres, datada de 30 de julho de 1812, carta na qual ele solicita "um governilho" no Brasil, de preferência o de Santa Catarina, ajuntando-se-lhe "os campos vizinhos de Curitiba para novos estabelecimentos de manteiga e queijos, trigos e farinha". Propunha-se, "se lhe deixassem as mãos livres" a plantar no seu país de origem as artes e a agricultura europeia, pôr em administração regular os bosques, criar pescarias a salgações e experimentar o seu projeto de civilizar os índios, convertendo-os ao cristianismo. No ano e meio, em que lhe coube ser ministro, certamente a luta da independência não lhe deixou tempo para iniciar praticamente nenhuma dessas ideias.

Contudo, num momento de tantas suscetibilidades patrióticas, era desacerto escolher um recém-chegado para a mais alta posição do estado e com o intuito de distribuir-lhe papel tão conspícuo, a não ser que o propósito do golpe projetado aconselhasse tal nomeação como a mais lógica.

Aparecendo no país, donde se afastara muito jovem e após tão longa ausência, Vilela vinha encontrar uma tempestade de prevenções desencadeada contra muita gente e que facilmente o poderia envolver. Também José Bonifácio passara quarenta anos em Portugal; mas chegara a tempo de concorrer para o movimento separatista e de inspirar confiança de lealdade ao seu país de origem.

Durante cinco dias foi o requerimento de Pamplona objeto de acesas discussões da Assembleia. Antônio Carlos proclamou-o matéria urgente, considerou-o prova de estar a Nação dividida em dois partidos. José Bonifácio, ausente havia muito tempo, voltou a comparecer às sessões. O debate acerca do parecer da comissão constituiu grande acontecimento. Sobrando gente nas galerias, Alencar requereu admiti-la no recinto, por trás das cadeiras. Como Silva Lisboa considerasse tal concessão contrária ao regimento e perturbadora da ordem dos trabalhos, Antônio Carlos exclamava: "Admira-me haver tanto medo do povo e tão pouco da tropa. No meio do povo brasileiro nunca pudemos estar mal." Reboaram aplausos e começaram a ouvir-se apartes dos espectadores. Então, Antônio Carlos e também Martim Francisco, censuraram essa intervenção indébita a que tinham dado causa.

O público das galerias era composto de algumas centenas ou pouco mais de mil pessoas. Quase nunca é excedente o número dos amadores desses espetáculos, em geral indivíduos sem grandes ocupações. Se as manifestações dessas pessoas são acordes com os interesses que defendem os deputados, estes consideram-nas a voz do povo, expressão dos sentimentos da nação inteira. Pode até acontecer serem manifestações de encomenda; pelo menos são a voz de um partido, de um grupo não raramente interessado em certa medida ou determinada questão. Não importa; é o "povo". Se amanhã, porém, os aplausos mudam de objeto, ou gritos hostis

vêm atingir a quantos reconheceram antes a autoridade daquele soberano, então as galerias já não exprimem a voz da Nação, devem ouvir e calar.

Não seria possível admitir a companhia dos espectadores sem incitá-los a intervir; nem era possível exigir-lhes calma, falando-lhes ao mesmo tempo às paixões. Antônio Carlos bradava: "À vista do nefando atentado quase maquinalmente grito: Vingança!" E propunha autorização ao governo para expulsar do Brasil os agressores de Pamplona. Aquela frase era a repetição descuidada ou proposital das palavras de um artigo inserto dois dias antes no *Tamoio*: "Um brasileiro ofendido, todos nós devemos gritar vingança, vingança..." Martim Francisco parecia insinuar castigo mais duro: "Infames! ainda vivem, ainda suportamos em nosso seio semelhantes feras." No meio dessas imprecações de ódio e da intervenção das galerias, a sessão não pôde continuar e foi suspensa.

Em Lisboa, ao manifestarem-se as galerias contra Antônio Carlos no incidente do "cão de fila", a doutrina do grande orador era a dos que reclamavam agora contra a entrada de estranhos no recinto, facilitando-lhes intervir nas discussões. Então dizia ele: "Não sei quem tem pela lei a ousadia de perturbar-me. Os cidadãos da tribuna devem saber que sendo reis, quando elegem os seus representantes, são neste lugar súditos; aqui cumpre-lhes todo sossego: escutar e calar."[23] Na própria Constituinte, quando eram ministros os seus dois irmãos, as galerias manifestaram-se contrárias ao projeto de Muniz Tavares, que definia as qualidades de brasileiro adotivo. Antônio Carlos, que em princípio lhe era favorável, reclamava providências da Mesa: "O povo não deve tomar parte nas nossas discussões. Ordem, Sr. Presidente, é preciso ordem."[24]

Agora ele fruía as delícias da aclamação popular. Algumas centenas de devotos vinham esperá-lo, bem como aos seus irmãos, à porta da Assembleia, e carregá-los aos ombros até a carruagem. José Bonifácio, porém, evitou a multidão e só Martim Francisco participou do triunfo. O imperador assistia à cena das janelas do paço e no manifesto dirigido à Nação veio a queixar-se dos resultados da sua imprudência: tinha visto "as escandalosas aclamações com que foram recebidos e exaltados pelos seus

---

23 *Diário das Corte*s, vol. VI, pág. 223.
24 *Anais da Constituinte*, pág. 95, sessão de 20 de junho.

satélites, os chefes do nefando partido quando saíram da Assembleia, a despeito da minha imperial presença".

Nessa mesma tarde, grande número de oficiais nascidos em Portugal procuraram todos juntos o imperador; quatro deles foram a sua presença e apresentaram uma reclamação, pedindo-lhe que pusesse termo aos ataques dos deputados e jornalistas, do contrário pediriam demissão do serviço do exército. Declararam servir com lealdade a causa do Brasil, que tinham adotado; mas se de tal fato resultava serem maltratados, não poderiam continuar nos seus postos. O Imperador acalmou-os e prometeu atendê-los.

À noite, por ordem sua, logo às sete horas, todos os corpos marchavam dos quartéis e reuniam-se no Campo de Santana. Chovia a cântaros. Às duas horas da manhã seguiram para São Cristóvão, onde acamparam nas proximidades da quinta, na planície onde hoje se estende o campo ajardinado. Havia cerca de 2.000 homens; era toda a guarnição da cidade.

No dia 11, por proposta de Antônio Carlos, a sessão foi declarada permanente para perguntar-se ao governo o motivo de estarem as tropas de prontidão e haver tempo de esperar a resposta. Antes de deliberar-se a esse respeito, chegou à Assembleia um ofício de Vilela. Os oficiais da guarnição tinham representado submissamente ao imperador "os insultos que têm sofrido no que diz respeito à sua honra e mormente sobre a falta de decoro que é devida à augusta pessoa do mesmo senhor". Este respondera-lhes que não deviam influir nos negócios públicos, e para evitar qualquer desordem decidira retirar-se com toda a tropa para o Campo de São Cristóvão e ali acampar.

Respondeu a Assembleia considerar insuficientes para esclarecê-la as informações acerca das ofensas sofridas pelos oficiais; competia ao governo empregar todos os meios aconselhados pelas circunstâncias e lembrar-lhe as medidas legislativas e extraordinárias, que julgassem necessárias. Partiu a resposta às seis horas da tarde e a sessão continuou em permanência. Só à uma hora da madrugada veio a réplica. Os periódicos mencionados na representação eram *O Tamoio*, cuja redação atribuía-se aos Andradas, e a *Sentinela*, na qual também se supunha que eles influíam. As medidas mais acertadas deveriam provir da Assembleia. Os Andradas

desmentiram incontinente a afirmação da réplica. José Bonifácio disse que era arguído falsamente e Antônio Carlos declarou que o Ministério mentia, avançava "uma falsidade a mais vergonhosa possível", pois nunca tivera influência "em semelhantes papéis".[25]

A comissão especialmente nomeada para aconselhar acerca do conflito declarado propôs o aditamento do projeto de Constituição, a fim de continuar-se a votar com urgência o projeto de lei para a imprensa, a cuja liberdade conviria fazer desde logo alguma restrição, se a crise fosse grave a ponto de não se poder esperar. Contra tal alvitre ergueu-se Antônio Carlos. Provocador de incêndio, as chamas crescentes, quase a atingi-lo, não o amedrontavam. Queria que se dissesse ao Governo só haver a inquietação produzida pela tropa, cuja reunião parecia movimento de sediciosos em vez de ato de subordinados; ainda mais: "que a Assembleia, na presença de uma força armada, mal reprimida pelo Governo e indisposta contra membros seus, se não acha em perfeita liberdade para poder deliberar e espera que o Governo dê o preciso remédio, removendo as tropas para maior distância."

A Assembleia perdia-se em demasias vãs; quanto mais o tempo passava, mais inacessível parecia qualquer solução do conflito. Surgiam os mais disparatados alvitres. Martim Francisco não se contentava com a vaga "maior distância", contida na indicação de Antônio Carlos; queria que a tropa fosse retirada para seis léguas além da cidade. Montezuma não jul-

---

25 O discurso de Martim Francisco não foi tomado pelos taquígrafos. É portanto impossível saber se ele fez contestação igual à dos irmãos. No ano seguinte, porém, em carta a Drummond, de 24 de setembro, confessa que escrevia no *Tamoio.* Referindo-se aos membros das sociedades secretas, amigos de Ledo, assim se exprime: "... no *Tamoio* os denunciei como ligados aos pés de chumbo" (*Cartas andradinas*, pág. 60). O depoimento de Drummond a este respeito é decisivo. Refere ele que a iniciativa da fundação desse jornal foi exclusivamente sua e de França Miranda; José Bonifácio só teve conhecimento do fato quando o primeiro número estava impresso e pronto para ser posto à venda. Tudo se passou com tanta rapidez que não houve tempo de conversar previamente com Antônio Carlos e Martim Francisco; depois, porém, ambos "aprovaram e prometeram a sua colaboração, mas muito pouco escreveram". José Bonifácio não escrevia por sua mão; conversava acerca dos assuntos de que se queria ocupar e Drummond ou França Miranda lhe apresentavam a respectiva redação para ser corrigida (Drummond, *op. cit.*, pág. 60). Desse gênero deve ser a entrevista do "velho do Rocio".

gava suficiente esta garantia; propunha dez léguas e sugeria a mudança da sede da Assembleia para outro ponto do território nacional.

Perguntava então Silva Lisboa: "Estamos no mundo da lua? A quem daremos ordens? Quem as executará?" José Bonifácio viria a repetir esta pergunta, já do desterro, mero comentador: "Que loucura pretender a Assembleia geral dominar só com discursos e princípios, sem ter força militar a seu favor? Poderia contar com alguns de facção, mas não tinha um partido."[26]

Vergueiro procurou caminho para as dificuldades, promovendo, a fim de evitar delongas, contato direto da Assembleia com o governo; requereu que se convidasse o ministro do Império a vir dar explicações. Muitas cadeiras começavam a desguarnecer-se no recinto, já por fadiga, já por cautela dos seus donos. Parte e testemunha dos acontecimentos, escreveu o visconde de São Leopoldo: "No decurso da sessão permanente, quando a crise ia tomando aspecto mais carrancudo foram-se pouco a pouco escapando alguns deputados."[27]

Já então a dissolução estava decidida desde as primeiras horas da manhã; os ministros, menos Vilela, que deviam ir à Assembleia, estavam todos reunidos em São Cristóvão. O Imperador não lhes pediu conselho; apresentou-lhes o decreto para referendarem. Cunha Moreira (visconde de Cabo Frio) e demitidos; só dois consentiram, o general Oliveira Barbosa (visconde do Rio Comprido) e Clemente Ferreira França (marquês de Nazaré).

---

26 Martim Francisco, *Contribuindo*, pág. 161. Já era passado mais de um ano, conversando com Mareschal acerca da dissolução, Pedro I atribuiu todo o mal a Antônio Carlos e Montezuma; confessou ter sido privado por aquele ato de dois excelentes servidores, José Bonifácio e Martim Francisco, e acrescentou: "o primeiro sobretudo, que é perfeitamente inocente, só desejava o meu bem e me queria como a um filho." Comentando estas palavras, escrevia o ministro austríaco: "Resta ver quanto tempo isso durará" (Of. nº 6 de 17 de fev. 1824). A desconfiança era bem fundada, pois apesar de tais sentimentos, os "dois bons servidores", um dos quais inocente e quase pai, demoraram no exílio sete anos. O conde de Gestas, sucessor de Maler e que julgava Montezuma "demagogo furioso" também atribuía a Antônio Carlos influencia nefasta sobre o ânimo do irmão primogênito, cuja "conduta fora bela e generosa" até regressar de Lisboa o vociferador das Cortes e motor da insurreição de Pernambuco."– Of. de 24 nov. I825. cit. por Alb. Rangel. *Textos e Pretextos*, pág. 73.

27 *Revista* cit., pág. 24.

Na manhã daquele mesmo dia 2, Mareschal estivera na quinta e verificara que o elemento português influía poderosamente para a dissolução: lá se achavam reunidos muitos oficiais dessa origem. Após o conselho de ministros estava o Imperador cercado de toda essa gente, "toute la clique portugaise", toda pandilha portuguesa. Tendo a noite sido tempestuosa na Assembleia, no dia seguinte, logo cedo, quis o ministro austríaco ali voltar. Embora sem esperança de obter qualquer conciliação entre os dois poderes, ia decidido a tentá-la. Mas era tarde. Já a tropa marchava, a caminho da cidade. Como se lhe adivinhasse a intenção, o imperador veio-lhe ao encontro, para dizer que de nada servia paciência excessiva e anunciar-lhe a terrível decisão. A tropa ia executá-la. Depois ele convocaria outros deputados e daria uma constituição mais liberal do que a projetada.[28]

Às 11 horas da manhã, chamado pela Constituinte, apareceu Vilela. Vinha fardado e trazia a espada à cinta. Pretendeu um deputado que ele se desarmasse ao entrar no recinto; mas ele retorquiu não ser a sua espada para atacar a Assembleia, sim para defender a pátria; por isso conservou-a.

As suas primeiras palavras podiam ser recebidas como anúncio da dissolução. Tentara recusar o posto de ministro, por conhecer quanto seriam inúteis os seus esforços no estado de desordem em que se achavam: "Eu tinha observado a marcha dos negócios, depois que cheguei de Portugal e havia achado bastante semelhança neles com os que produziam os últimos acontecimentos daquele Reino. Queria claramente aludir à dissolução das Cortes, imposta ao rei pelas tropas sublevadas sob o comando de D. Miguel. Montezuma procurou saber qual era a semelhança entre os acontecimentos dos dois países; Vilela respondeu serem as circunstâncias muito conhecidas "para se preverem as consequências".

Após esse curto discurso, travou-se longo diálogo donde nenhum proveito resultou. Começando a falar sentado, mostrava o ministro que a Assembleia estava quase extinta e só restava um poder, em posição de dono de casa. Ainda em agonia ela porém reivindicava o respeito que lhe era devido e o presidente intimou Vilela a levantar-se. Nessa postura começou ele a referir-se às medidas não mencionadas no ofício, "porque se julgou suficiente e mesmo preciso só indicá-las não podendo a perspi-

---

28 Mareschal. Of. nº 37-J., de 19 de novembro.

cácia e sabedoria da Assembleia deixar de penetrar e conhecer o negócio em toda a sua extensão, para dar as providências de que se necessitava". A Assembleia insistiu e o governo deu as explicações devidas, "entendendo não lhe ser decoroso, nem preciso, descer a particularidades". Esperava uma medida conciliatória, como uma lei acerca dos abusos da imprensa; mas em vez dela, pediram-lhe apenas novas explicações.

Montezuma quis saber quais eram as particularidades ocultadas pelo ministro. A resposta foi pronta: os oficiais tinham exigido que se coibisse a liberdade de imprensa e se expulsassem os Andradas da Assembleia. Não as mencionara antes para evitar, quanto a uma, acusação de pretender o novo Ministério subtrair-se à crítica da imprensa, e quanto à outra, para não ser considerado fraco e ignorante, levando à presença da Assembleia pretensão tão inconstitucional. O próprio Imperador respondera-lhes que isso era impossível.

O interrogatório continuava; ora feito pelo presidente, ora por outros deputados. A todos respondia o ministro com habilidade sem declarar quais os insultos de que se queixavam os oficiais, nem quais as disposições da tropa. A assembleia vacilava. Tudo era em vão, inconsistente, irrealizável. Penetrara-se num beco sem saída. A guarnição reunida, municiada com o imperador à frente a mandar mensagens à Assembleia, deveria dar a impressão do prelúdio de um ultimato, esperado a cada instante, a não se encontrar quanto antes à solução conciliatória. Mas isso ainda não bastava. Todos pareciam tatear no escuro em busca de um apoio inatingível; para ganhar tempo renovavam os expedientes infrutíferos como se da protelação pudesse vir remédio. Não bastavam as informações de Vilela, homem de ação, cabeça do governo, única palavra que poderia algo esclarecer. Montezuma ainda queria ouvir o ministro da Guerra. Interveio José Bonifácio com um conselho de bom senso. O ministro da Guerra entrara em funções na véspera; era octogenário, não tinha memória, nem meios de saber quanto se passara anteriormente.

Esse conselho havia sido aceito e ia reunir-se a comissão especial, quando chegou a notícia de que a tropa deixara São Cristóvão e parecia dirigir-se contra a Assembleia. Logo após a vanguarda, vinha o imperador, trazendo no chapéu, ele e os oficiais, ramos de cafeeiro, adorno do escudo imperial. As carabinas estavam engatilhadas e a artilharia tinha os morrões

acesos. O grosso das forças fez alto no campo de Santana e o general Morais, brasileiro de origem, acompanhado de um parque de artilharia e um esquadrão desceu até à Rua da Misericórdia para entregar à Assembleia o decreto da dissolução, a fim de ser lido e devolvido ao soberano. Havia luxo de violência. Ainda que os partidários dos Andradas estivessem armados, bastaria a guarda do edifício para garantir a execução do decreto, sobretudo quando era sabido estar perto o grosso das forças, quase à distância do som dos clarins.

O decerto irrogava uma afronta aos deputados. Tinham sido convocados para "salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes" e haviam "perjurado ao tão solene juramento, prestado à nação, de defender a integridade do Império, a sua independência e a dinastia do Imperador". Mas o oficial declarava achar-se ali a força com ordem do monarca "para defender a Assembleia de qualquer insulto que se lhe pretendesse fazer". Ele reservara para si o direito de insultá-la, acoimando-a de perjura.

Todo o ardor durante a discussão amortecera, esfriara como por encanto. Martim Francisco limitava-se a pedir que se tirasse cópia do decreto e Antônio Carlos proferia a palavra final, não de protesto, mas de resignação: "Já não temos que fazer aqui. Resta-nos cumprir o que Sua Majestade ordena." Todos os deputados saíram do edifício entre filas de soldados. Lá fora, inclinando-se diante dos canhões, teria Antônio Carlos articulado uma frase irônica, variável nas versões quase idênticas do tempo: "Respeito muito o seu poder", ou "respeito muito a Vossa Majestade". Logo aí ele, Martim Francisco, Montezuma, Rocha, o padre Belchior foram presos para serem desterrados. Foi-lhes dada à pensão de 1.200$000 por ano, 6.000 francos ao câmbio da época, menos ao padre Belchior, a quem só coube a de 600$. Permitiu-se-lhes levarem consigo as famílias. Longe do país viveram eles quase sete anos. No correr do dia realizaram-se outras prisões, de dois filhos de Rocha e vários deputados, que logo depois foram soltos. À noite estavam todos aqueles recolhidos à fortaleza da Laje donde dias depois foi José Bonifácio transferido para a de Santa Cruz, alegando-se para isso ser prisão mais nobre. Ele, porém, que tinha sido preso em sua casa do Catete, pois se ausentara da Assembleia por cansaço, recebeu tal distinção como um meio de ainda mais afligi-lo, pois o separava dos irmãos.

No dia 17 chegaram-se à prisão papéis oficiais, envoltos em jornais vindos do estrangeiro; remeteu-os então ao imperador por intermédio do intendente de polícia, acompanhados desta carta exemplar: "Senhor – Tendo recebido ontem entre um maço de gazetas os ofícios inclusos de Paris e Viena, é do meu dever encaminhá-los a Augusta Presença de V. M. I. Deus guarde a preciosa vida de V. M. como todos havemos mister."[29]

Consumado o atentado, Pedro I passou a cavalo pelas ruas, seguido do seu estado-maior. À sua frente iam dois oficiais seus favoritos, a quem, diz Mareschal, se atribuía grande influência no ato que acabava de praticar. A cada instante ambos davam vivas ao Imperador e à nova assembleia. A população mostrava-se reservada e fria, infensa a tudo quanto se passava com a intervenção da força pública. Cerca de sete horas, voltou ele a São Cristóvão com parte da tropa e à noite apresentou-se no teatro, em companhia da imperatriz. Aos vivas com que foi acolhido respondeu erguendo outros à independência, à nova assembleia, ao sistema constitucional.

Por várias formas continuava a traduzir-se o descontentamento público. Arrancava-se das esquinas a proclamação do Imperador e em seu lugar colavam-se outras de caráter sedicioso, também distribuídas nos quartéis. Espalhavam-se notícias inexatas com o propósito de assustar a população e até se tinha por certo que um ou mais de um oficial quebrara a espada, arrependido de ter cooperado para a dissolução. O dia 15 era

29 Carta existente no arq. do cast.d'Eu. Os demais deputados presos foram Vergueiro, Muniz Tavares, Venâncio Henriques, Carneiro da Cunha, Alencar, Cruz Gouveia, Xavier de Carvalho e Andrade Lima. Drummond, redator do *Tamoio*, foi muito procurado, mas conseguiu escapar e fugir para a Europa. Mais tarde foi preso seu irmão Luís. No momento de ser solto após a partida dos Andradas, Vergueiro perguntou porque o encarceraram. Responderam-lhe nada haver contra ele; apenas tinham querido prender um brasileiro adotivo e quis o acaso caísse nele à escolha. Realmente, tanto devia ser assim, que foi convidado para ir ao paço, onde o Imperador lhe ofereceu a presidência de S. Paulo, por ele recusada. Igual oferecimento foi feito a muitos ex-deputados que também não aceitaram; por fim, porém, oito mudaram de alvitre mas nenhum quis ir para a Bahia e Pernambuco. Em abril Costa Barros aceitou a presidência do Ceará. Atribuía-se a insistência do Governo em atraí-lo, apesar de estar apontado como democrata e haver apoiado a proposta de Montezuma para a retirada da tropa, ao fato de ter sido preso pelos Andradas em outubro do ano anterior devendo por tal motivo presumir-se que fosse inimigo deles, bom título, proclamado pelo próprio imperador para merecer-lhe confiança.

aniversário natalício da Imperatriz. Ao beija-mão não compareceu nem um só brasileiro. Tal fato causou-lhe ali impressão que ela se recusou a ir ao espetáculo de gala, realizado no teatro à noite. A substituição dos ministros, demitidos por desacordo com o soberano, foi difícil e penosa. Costa Barros e Araújo Lima, o futuro marquês de Olinda, só durante dois dias guardaram as pastas. Forçados a declararem os motivos pelos quais tão depressa as rejeitavam alegou o primeiro ter reconhecido a sua incompetência para o cargo e o segundo os interesses da sua família, cuja ruína cavaria no caso de conservar-se em tal posto. Ameaçados de serem estas razões mencionadas no ato da demissão, nem assim mudaram de alvitre. Oliveira Barbosa, referendário do decreto da dissolução, deixou o Ministério da Guerra. Muito instado para substituí-lo, Caldeira Brant não acedeu. Três deputados aceitaram definitivamente os lugares: Carvalho e Melo (visconde de Cachoeira) para os Negócios Estrangeiros, Silveira Mendonça (marquês de Sabará) para os da Guerra e Maciel da Costa (marquês de Queluz), para o do Império. A respeito deste escreveu Mareschal: "O modo por que levantou a sessão do dia 10; o ar sereno e quase jubiloso, por ele mantido nas sessões de 11 e 12, e a subsequente nomeação de ministro fortaleceram a opinião da sua conivência no segredo do governo."[30] Com a permanência de Vilela e a entrada e Pereira da Fonseca (marquês de Maricá) para secretário da Fazenda terminou a laboriosa reorganização.

Procurava-se filiar a decisão do imperador à influência de diversas personagens. Francisco Gomes da Silva, por alcunha *O Chalaça*, nomeado seu secretário particular alguns dias depois, "indivíduo odioso a todos os partidos", na frase do ministro austríaco, colaborara na confecção do decreto e do manifesto do dia 13.[31] O nome do lorde Cochrane apareceu entre os que mais tinham concorrido para os últimos atos imperiais. Entretanto era falso. Apenas depois de tudo consumado, ele apresentou um memorial datado de 14, aconselhando o Imperador a proclamar ao povo e a dar-lhe uma Constituição prática, calcada no modelo inglês com aplicações da dos Estados Unidos. Pedindo perdão de envolver-se em assunto estranho ao seu papel no Brasil aconselhava-o ainda "a afastar da sua pessoa

---

30 Of. nº 38-B de 25 de novembro.

31 Nomeado a 1º de dezembro, primeiro aniversário da coroação. Foi a única graça concedida nesse dia pelo Imperador.

e empregando fora em empregos honrosos aqueles indivíduos portugueses dos quais os brasileiros têm ciúme". Esse memorial despertou a ideia, que não se realizou, de chamar Cochrane ao Conselho de Estado.[32]

Os primeiros conselhos para a dissolução teve-os o imperador dos próprios Andradas, dos quais recebeu igualmente o de compor a Constituição, independentemente do exame coletivo da Assembleia, e depois fazê-la jurar pelas câmaras municipais, sobre quem o governo exercia influência decisiva. O golpe de estado era agora o começo de execução desse plano, que dentro em pouco tempo seria completado. A lição tinha aproveitado ao discípulo, mas punido os mestres.

Houvesse José Bonifácio se conservado no governo e seria ele quem praticasse o atentado. Logo depois da sua demissão, escrevia Chamberlain ao Foreign Office: "Se os Andradas permanecessem no Ministério, é provável que a luta entre o soberano e os representantes da nação acabasse na dissolução da Assembleia e Promulgação de uma Carta."[33]

Depois da nomeação dos novos ministros, sempre que o Imperador contendeu com a Assembleia, acabou por submeter-se. Cedeu na questão magna para a publicação das leis ordinárias, cedeu quando mandou publicar todas quantas lhe foram apresentadas, cedeu na condenação do pronunciamento militar de Porto Alegre, cedeu na incorporação de oficiais e praças das forças de Madeira ao exército nacional.

Foram estes os grandes conflitos que surgiram entre os dois poderes, com força para acarretar nefastas consequências. Todos eles resolveram-se sem prejuízo da obra da Assembleia, graças à habilidade e persuasão empregadas por Carneiro de Campos; agora, porém, Pedro I estava em frente a um movimento de indisciplina militar. Sob a pressão dessa natureza ele tinha capitulado sempre, salvo uma vez, após o "Fico", quando os brasileiros e alguns portugueses seus partidários formaram no Campo de Santana para resistir à divisão auxiliadora. Diante desse obstáculo nada

---

32 Cochrane deu a ler esse memorial a Mareschal, a quem consultou a respeito do respectivo assunto; mas resumindo o documento no of. nº 37-K de 19 de novembro, olvidou o ministro austríaco as palavras "indivíduos portugueses", induzindo Varnhagen e Rio Branco a concluírem que o almirante aconselhara as deportações consecutivas à dissolução.

33 Cit. por Alb. Rangel, *Textos e Pretextos*, pág. 64, e por ele cóp. no Record Office.

podia o ministro do Império, já cansado por tantas vitórias. O terreno da luta estava invadido por elemento perigoso, bem aproveitado pelos aduladores e intrigantes: a exploração da circunstância do nascimento, que envenenava os melindres do próprio imperador e fora sempre insensatamente feita pelos Andradas. Os adotivos que o cercavam apresentavam-se como vítimas das paixões desencadeadas pelos seus inimigos, aparentando sofrer por servi-lo e servir também à causa do Brasil. Montenegro e Vieira de Carvalho foram os primeiros a depor as pastas para oferecem-se todas a brasileiros natos. Essa malfadada rivalidade entre natos, adotivos e reinóis destinava-se a ser causa de tremendas dificuldades do reinado, renovadas sob aspectos diferentes, mas sempre sob a mesma desastrosa inspiração; agora conduzia o Imperador a dissolver a Assembleia, por fim levá-lo-ia a abdicar o trono.

Os militares pretendiam escapar à crítica, à censura, às agressões da imprensa e da tribuna, a que estavam expostas todas as outras classes. Tal pretensão chegava ao absurdo de cercear a liberdade parlamentar. Eles arrogavam-se privilégio idêntico ao privilégio do soberano, inviolável e sagrado, e nem por isso isento de sofrer impunemente furiosos ataques. Nem sequer, no caso vertente, havia ofensa a toda a classe; havia apenas queixas de dois indivíduos a ela pertencentes, ou referentes a alguns outros em determinadas condições. Mas em tais circunstâncias, os militares costumam logo cobrir-se com o manto invulnerável da corporação inteira, feito de todas as suas fardas e ornado de todos os seus bordados, galões e até divisas. Então, de sob esse manto onde se acolhem, para vingar um só homem surgem dúzias e dúzias contra o agressor singular.

D. Pedro conhecia os perigos da falsa compreensão dessa solidariedade, desde 1821, várias vezes tinha-lhe experimentado os efeitos. O seu mal, mal das coletividades, consiste na submissão com que a grande massa se deixa passivamente arrastar pela iniciativa de um ou alguns audazes. As adesões vão surgindo aos poucos, sob o fundamento de que os companheiros não devem ficar só em momento difícil. Sem atinar para onde caminham, todos os quais acabam envolvidos em situação que muitas vezes individualmente reprovam. Mas o passo está dado e os seus promotores, unidos interessados na ação que desenvolvem, logram chegar aos seus fins. O exército já não era o exército de maioria reinol. Após a expulsão da tro-

pa de Avilez, nele predominava o elemento brasileiro. À frente das forças, que vinham dissolver a Assembleia, marchava como portador do respectivo decreto um general brasileiro e o ministro da Guerra era general brasileiro.

Mais uma vez Pedro I pactuava com a indisciplina militar e convertia-se em instrumento das suas exigências. A causa imediata da dissolução passava a ser a reprovação da Assembleia ao atentado praticado por dois oficiais, que entenderam fazer justiça por suas mãos a um suposto agressor. A vítima desse atentado recorrera a um poder incompetente; os seus autores não tinham recorrido a poder algum; arvoaram-se em juízes e executores da sentença. Os seus companheiros encamparam a responsabilidade do ato e exigiram do soberano medidas de violência, que ele declarou serem absurdas, mas finalmente acabou por praticar, agravando-as com a dissolução da Assembleia.

A dissolução teria sido um golpe de estado em nome de um princípio, se viesse para defender o direito de sanção às leis ordinárias, quando a Constituinte funcionava como simples assembleia legislativa e queria subtrair ao monarca o papel que ela própria lhe reconhecia no projeto da Constituição. Agora, não; agora, a Assembleia seria impertinente, pretenderia invadir outros poderes; mas era fácil resistir-lhe aos despropósitos sem aquiescer às suas exigências, deixando-lhe o tempo de voltar a si do desvario que a desorientava. Talvez a perturbação usada em seu seio pelos agitadores não tivesse fim próximo, se sobre ela não fosse desferido tão depressa o golpe de força. A comissão especial, eleita para dar parecer a respeito de todos os alvitres lembrados no meio daquela confusão, era composta de três membros chegados ao Governo e de dois que se mostravam cordatos. Os últimos eram José Bonifácio e Vergueiro, a quem o Imperador ofereceu depois um lugar de confiança; os primeiros eram Santo Amaro, Araújo Lima e Caldeira Brant, chamados posteriormente ao Conselho de Estado e ao Ministério. Se o ânimo da Assembleia fosse de todo infenso à conciliação, tais deputados não seriam os seus eleitos.

A Assembleia teria cavado o terreno para sua ruína; mas o imperador não soubera aproveitar o momento oportuno de atacá-la. Nem um nem outro estavam à altura de realizar unidos a grande obra que lhes cabia fazer.

Os homens achavam-se ainda fundamentalmente sob a ação da rivalidade que desde os pródronos da independência lhes tinham perturbado o senso. A proclamação do dia 13, o manifesto do dia 16 aos brasileiros dir-se-iam calcados nos mesmos moldes utilizados para os documentos furibundos dos dias sombrios de outubro e novembro de 1822, quando Ledo e os seus partidários eram apresentados como autores das desgraças da pátria e do Império nascente. Agora eram igualmente "os desatinos de homens alucinados pela soberba e pela ambição" que "nos iam precipitando no mais horroroso abismo". Até a fé católica era por eles comprometida: "Se a Assembleia não fosse dissolvida, seria destruída e nossa santa religião e nossas vestes seriam tintas de sangue."

Ela estava sob a ação do "gênio do mal", que "inspirou demandas, tenções e espíritos inquietos e mal intencionados e soprou-lhe nos ânimos o fogo da discórdia". Se o presidente não suspendesse a sessão, "haveria cenas trágicas, e horrorosas".[34] As prisões tinham sido "medidas de polícia, propícias para evitar a anarquia e poupar a vida desses desgraçados". Era a mesma explicação dada ao cônsul de França por Martim Francisco acerca das prisões do ano anterior: o imperador queria subtrair os presos e exilados de então ao suplício que os ameaçava. Também como naqueles dias, foi aberta devassa, com oferecimento de prêmio aos delatores, devassa da qual, como da outra, os tribunais, por falta de provas, viriam a absolver todos os indiciados.

Atribuíam-se aos perseguidos de hoje os mesmos projetos absurdos, imputados às suas vítimas de ontem. Havia justamente dois meses, Mareschal tinha por certo que os democratas queriam subir ao poder para "desfazer-se violentamente dos dois irmãos Andradas, enviar o príncipe

---

34 Este tópico deve aludir ao fato mencionado por José de Alencar num artigo de polêmica com Homem de Melo e respeito do opúsculo deste autor, *A Constituinte perante a História*. Dizia Alencar que na sessão do dia 10, conforme o testemunho de contemporâneos "brandiram punhos no recinto e houve quem corresse o risco de ser assassinado". (*Jornal do Comércio* de 1º de nov. de 1863.) O pai desse escritor tomou parte conspícua nessa memorável sessão e pode bem ter sido o seu informante. Só posteriormente foram publicadas as *Memórias* do visc. de São Leopoldo, na *Rev. do Inst. Hist.*. do Rio e na sua congênere do Rio Grande do Sul, onde nesta se lê à pág. 23 do vol. do trimestre I, ano II: que no dia 10 o povo se amontoara nas galerias e até na sala, havendo entre ele "muita gente armada de punhais e pistolas".

para Lisboa e declarar a República". Agora era Delavat y Rincón, ministro de Espanha, quem acreditava ser plano dos Andradas "conseguir que o Imperador se valesse deles e dos seus amigos, empregando-os como ministros, e se tal favor não lograssem, expulsá-lo do país, bem como a todos os portugueses, e formar um governo federativo, semelhante ao dos Estados Unidos, para o que contariam com a conhecida propensão das províncias do Norte a este sistema".

Para justificar essa crença escrevia o ministro: "Isto é tanto mais provável quanto as opiniões manifestadas pelos Andradas na Assembleia formavam o maior contraste com os princípios políticos que pretendiam estabelecer quando José Bonifácio e Martim Francisco eram secretários do Despacho (ministro de estado). Então todos os seus esforços se dirigiam no sentido de dispor a opinião nas províncias a favor da união e de estabelecer-se um governo vigoroso, concedendo-se ao imperador, para tal fim, todas as prerrogativas; mas agora se concertavam para que ficasse com menos autoridade, do que o presidente dos Estados Unidos."[35]

Os diplomatas comunicavam aos seus governos as versões colhidas nos círculos políticos para explicar as violências de cada vez. O menor culpado no meio de tantos desacertos era o imperador, entre vinte e quatro e vinte e cinco anos de idade, inexperiente, inculto, vítima de mal que o fazia volúvel e impulsivo, arrastado pela influência de conselheiros tão opostos a desvarios e violências excusadas.

No dia 20 de novembro, José Bonifácio, seus dois irmãos um sobrinho e Rocha, o organizador do movimento contra a demissão voluntária dos dois Andradas e a favor da sua volta ao poder para esmagar o partido democrata, saíam barra afora, em demanda do exílio. Do exílio, curtido durante um ano, voltava no dia seguinte Gonçalves Ledo. José Clemente já regressara desde o mês de agosto e vira sair do porto a charrua *Lucônia*, levando os que o iam substituir em terra estranha.

Nunca o castigo do "Hodie mihi, eras tibi" teve mais dolorosa e exemplar aplicação.

---

35 Of. nº 15 de 18 nov. Docs. cits., pág. 449.

NOTAS

A) O atentado contra o jornalista Luís Augusto May constituiu um dos grandes escândalos políticos dessa época. May era português de origem e em Londres fora secretário do ministro conde de Funchal, irmão do conde de Linhares. Estabelecendo-se no Brasil adotou este país por pátria e em fins de 1821 começou a publicar no jornal *Malagueta*, no qual lhe defendia a causa, ligada à permanência do príncipe no Rio de Janeiro. O jornal não durou muito tempo e May pretendeu emprego no estrangeiro. Meses antes de ser públicado o manifesto de d. Pedro aos governos das potências, contou que ele seria nomeado agente em Londres; mas nessa ocasião só se realizou a nomeação de um cônsul para Buenos Aires. Talvez queixoso por não ser atendido, ligou-se ao grupo de Ledo, mas logo voltou às boas graças do poder e foi nomeado oficial de uma secretaria. Apesar disso, corre depois na desafeição de d. Pedro I. *O Espelho* de 10 de janeiro de 1823, nº 120, com a assinatura "O calmante da e no Malagueta", publicou na sessão "Correspondência" um longo artigo, cuja redação foi atribuída ao Imperador. Em ofício nº 260 de 17 de janeiro, informa Maler ao Governo de França ter certeza desse fato e acrescentava servir esse escrito para dar a conhecer "a singularidade de caráter de S. A R. e a leviandade com que se entrega aos menos refletidos impulsos". Realmente, mal se pode imaginar tanta torpeza. O introito é uma descrição física da vítima, nas dimensões de cujo nariz se encontravam os motivos da predileção que lhe votava o conde de Galveias, assunto que adiante repisa em termos impossíveis de repetir ou mascarar. O nome indígena da pimenta, chamada também bacupari, servia para nojento trocadilho, acompanhado de frase chula e indecente e era aproveitado para indicar a pessoa que o autor mandava ao jornalista dirigir-se. A sua família não era poupada, nem mulher, nem filhos. O ataque era em represália, por ter ele querido desacreditar o Ministério, principalmente a José Bonifácio, cujo elogio é feito pelo autor, a quem causa indignação May ter pretendido responsabilizar aquele ministro por atos despóticos, entre os quais a perseguição de Ledo e seus amigos. O artigo faz também a apologia do Apostolado, ao qual dizia ter May atribuído movimento promotor da reintegração dos Andradas. Depois vinham tremendas acusações ao jornalista: de ter furtado papéis do conde de Funchal para entregar a Hipólito, de ter pretendido o lugar de agente em Londres ou Washington, não aceitando este por causa de exigências descabidas de dinheiro. Ao malogro dessa pretensão, devido à resistência de José Bonifácio, filiava o escritor o despeito de May, traduzido pela comunicação, que diziam andavam a fazer, de reeditar brevemente o seu jornal com o intuito de atacar o governo.

Só a 5 de junho May respondeu a esse artigo em número especial do *Malagueta*, o qual continha exclusivamente uma carta dirigida ao Imperador. Começava por lembrar estarem passados três meses após a declaração a ele feita por S. M. de ser constestada pelo *Diário do Governo* "a publicação suja de 10 de janeiro", de modo a tornar claro não haver da parte do governo nenhuma conivência "numa produção que pareceu sair debaixo dos auspícios de Alta Proteção". Até já se afigurava a ascendência de José Bonifácio superior à justiça, quando foi publicado o decreto de 3 de abril, destinado a trazer o socorro da consciência imperial "ao mal que outros haviam feito". (Tal decreto não está na coleção das leis; seria talvez um ato de favor pessoal.) May reconhecia que o tal ato

do imperador buscava livrar-se de parecer implicado no crime dos seus inimigos dele e do Imperador, e aí aludia a Antônio Teles e ao *Espelho*, parecendo assim atribuir àquele (depois marquês de Resende) a autoria do artigo. Devia, pois, beijar a mão do monarca e por isso achava-se aos seus pés. Começava então a relembrar o seu procedimento político. Nos meses agitados de julho a setembro do ano anterior fora oposto tanto ao partido Andrada como ao partido Ledo e viu-se só. Divergiu do Ministério em matéria de Constituição e política externa. A pompa da coroação fê-lo desconfiar de pretender-se pôr em segundo plano a convocação da Constituinte; achou aquele ato menos significativo que o da aclamação, como este lhe pareceu inferior ao Fico, "de nobre simplicidade". Censurava "as tenebrosas devassas, privativas e secretas", a preocupação do Ministério tirar força moral ao soberano, parecendo disporem-se as coisas para comprometê-lo com todo o mundo político e reduzi-lo a capitular como seu pai, "ou então como o republicanismo da maioria das províncias". Desde outubro tinha desaparecido a liberdade de imprensa para os oposicionistas, ficando os órgãos do governo livres de melindrar até governos estrangeiros. Reconhece amor do Brasil ao seu imperador, apesar do Ministério, e aludindo às condecorações, sustenta que entre os brasileiros não deveria haver aristocracia fora da Casa de Bragança, pois começaria a dificuldade em matéria genealógica por saber quem é ou não é branco. Responsabiliza o Ministério "por não se ter oposto a essas quixotadas", cujos benefícios aproveitaram de preferência a quem menos merecia. Estava recolhido ao silêncio; mas vendo que a boa-fé do imperador era iludida, tinha por dever "produzir todo o quadro do procedimento do Ministério desde julho", e ainda desde mais longe, para analisar a convocação do Conselho de Procuradores e a resposta de 23 de maio ao pedido de convocação da Assembleia. Terminava o artigo por censurar a inelegibilidade dos adotivos, com menos de doze anos de residência no Brasil, aos cargos de deputado e o sequestro das propriedades dos portugueses.

No mesmo dia da publicação, às 7 horas da noite, estava May a tomar chá com dois amigos, um dos quais sacerdote, quando lhe entraram em casa quatro mascarados lhe disseram que vinham dar-lhe recompensa da sua ação; sem mais tardança desfecharam-lhe golpes de cacete e sabre, atingindo-lhe a cabeça, a nuca e uma mão.

A negra que servia a refeição teve o feliz expediente de apagar as luzes e desse modo escondendo-se sob a mesa pôde o seu amo escapar a sorte mais dura. Tornado público o fato a polícia não se moveu e só depois de passados três dias, por ordem do ministro da Justiça, começaram as providências judiciárias, quando entretanto, dizia Maler, toda a gente apontava os assassinos. (Of. nº 17 litt. C de 9 de junho.) O crime tornara-se tanto mais odioso quanto era May o ofendido e no seu artigo só havia crítica e nenhuma injúria a ninguém. Além disso, era casado e tinha prole numerosa.

Como se fosse José Bonifácio o principal objeto da sua oposição e não primasse por brando de índole, foi-lhe atribuída a ordem de praticar-se o atentado e até se espalhou que passara de manhã diante da casa da vítima e mandara-lhe anunciar sua visita noturna. Em ofício de 5 de agosto, sob nº 22, Mareschal escreve porém que essa presunção era falsa e já não havia dúvida de ser o crime da responsabilidade do imperador. Existiam "infelizmente todos os caracteres de verdade" e ainda se acrescentava que ele

próprio tomara parte na ação. Alguns dias antes de José Bonifácio deixar o Ministério, quis Pedro I caçoar a esse respeito, atribuindo o fato ao seu ministro na presença deste e de um dos verdadeiros autores. José Bonifácio agastou-se e perguntou-lhe como ousava acusá-lo e a quem quer que fosse perante aquele homem. Melo Morais confirma esta versão, apresentada pelo ministro austríaco e aponta como agressores o próprio Imperador, Pedro Dias Pais Leme (depois marquês de Quixeramobim) o major Quintiliano (chefe da música dos escravos de Santa Cruz) e o major Santos. Compreende-se que em tais circunstâncias o Ministério não pudesse levar longe o inquérito; mas ficavam os seus membros e adeptos em situação de não poder levantar celeuma por fato idêntico ao da surra de Pamplona. Na sessão da Câmara, celebrada em 22 de maio de 1832, esta questão veio à baila. Declarando ser falsa a imputação feita aos Andradas, Martim Francisco apelou para May, então deputado, o qual o apoiou. Disse Martim saberem os seus colegas os nomes dos agressores por tê-los proferido J. J. da Rocha no dia em que Antônio Carlos respondeu a Alencar (aliás a este respeito nada consta dos *Anais da Constituinte*) e acrescentou que "José Bonifácio soube de tudo, um ou dois dias depois de cometido o crime e não devia e nem podia descobri-los." – *Anais da Câmara dos Deputados*, 1832, págs 31 e 184.

B) O memorial autêntico dirigido a Pedro I com data de 14 de novembro existe no arquivo do castelo d´Eu. Pode-se resumi-lo nestes termos:

Depois de pedir desculpa de tratar de assunto diverso das obrigações do seu emprego, que não o faz por interesse pessoal, mas pela glória do imperador, Cochrane censura a Assembleia por ter querido diminuir as prerrogativas do soberano, chegando a pretender que ele tirasse a coroa na presença dos deputados e acabando por suprimir o Conselho de Estado e negar-lhe colaboração nas leis: "...teve o atrevimento de pôr objeções a V. M. exercer a única função que restou da dignidade real, a de premiar serviços e dar honras." Sustenta que não se podia tolerar tudo isso por mais tempo e qualifica a dissolução "ato de justiça e sabedoria."

Pede licença para dizer que a simples promessa feita pelo imperador de dar uma Constituição ainda mais liberal não basta para dissipar todas as dúvidas do momento; antes de espalhar-se nas províncias a notícia da dissolução e de para lá voltarem os deputados conviria declarar-se qual "a natureza distinta da Constituição que pretende dar". O Imperador deveria saber que "nenhum monarca já foi ou pode ser feliz enquanto que o seu povo estiver desconfiado e descontente". Outro ponto para igualmente também elucidar seria o de não ser a dissolução "representada como efeito da intervenção da Santa Aliança, cuja intervenção terminou a existência aos Governos Constitucionais de Portugal e Espanha".

Seja-lhe permitido propor "com toda humildade e respeito" e com intuito "de tranquilizar o ânimo público que quanto antes o imperador declare especialmente a natureza do Governo que se digna a adotar". Lembrando o exemplo do mais feliz dos monarcas, o de Inglaterra, "cercado de um povo livre" aconselha que por meio da imprensa anuncie a intenção de decretar uma Constituição, cujo modelo seria a Constituição inglesa "na sua mais perfeita e praticada forma, a qual com pouca alteração e principalmente em nome é também a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte". A Consti-

tuição outorgada deveria conter "as alterações que fossem precisas segundo as circunstâncias locais", mas o Imperador deveria também declarar que no seu reinado "nunca se há de tolerar a introdução daquelas inovações teóricas que perturbaram as nações europeias", nem admitiria, como chefes do Estado a abolição dos direitos conferidos às cabeças dos governos os mais livres do mundo.

Por fim aconselha o imperador a anunciar que afasta "da sua pessoa por algum tempo e empregando fora em empregos honrosos aqueles indivíduos portugueses dos quais os brasileiros têm ciúme".

Como já se viu, Cochrane mostrou este documento a Mareschal, mas no resumo mandado a Metternich, o ministro não reproduziu com todas as palavras o texto do almirante e disse que ele mostrara ao imperador "a conveniência de mandar para a Europa por algum tempo as pessoas de quem com ou sem razão a nação receava". Trinta e seis anos depois, transcrevendo na *Narrativa* o seu Memorial, Cochrane suprimiu o tópico relativo ao afastamento "daqueles indivíduos portugueses dos quais os brasileiros têm ciúme". Compreende-se o seu procedimento, quando jaziam mortas as paixões daquela época. Mas na ignorância do documento original, Varnhagen e seu comentador Rio Branco interpretaram mal aquele resumo e dele concluíram haver o almirante aconselhado as deportações feitas após a dissolução.

Assim pois o autor da *Narrativa* não é incoerente por dizer à pág. 105 que a prisão e desterro dos Andradas "foi procedimento impolítico e injusto". Ele antecipou o conselho que anos depois já no fim do seu reinado, Pedro I virá a receber e aceitar de Barbacena em relação a Francisco Gomes e Rocha Pinto, dois dos portugueses certamente incluídos nas intenções de Cochrane.

. . . .

Capítulo XXXI

O BRASIL UNIDO

A IMENSIDADE do território brasileiro era o maior dos obstáculos à realização da independência. O regime das capitanias isoladas dividira o país em circunscrições administrativas presas a Lisboa, a despeito da autoridade quase simbólica do vice-rei. A raridade das comunicações limitava o comércio de cada uma a trocas com vizinhas mais próximas e criava virtualmente quatro grupos, entre o Amazonas e o Piauí; o Ceará e Alagoas; o Espírito Santo e o extremo sul, inclusive o centro ficando a Bahia e Sergipe uma espécie de zona intermediária a participar dos demais, não se inclinando nitidamente a nenhum dos outros, desfrutando as vantagens da posição geográfica, e guardando os ressentimentos de capital destronada. A língua, a religião, os costumes, tendiam a fundir o povo e dar-lhe homogeneidade de aspirações; mas esses mesmos elementos achavam-se também na metrópole ajudados além do mais pela atração da Coroa, as exigências da administração pública e a influência do ensino, ministrado na capital e em Coimbra às gerações que a riqueza tornava possível aprimorar.

Quase todo o Norte em contato mais fácil com Portugal, não tinha tantos meios de aproximar-se do Sul, cuja sorte lhe parecia estranha, do mesmo modo o Sul via o Norte a tal distância, tinha das suas coisas im-

pressão tão vaga que tocava à indiferença. A invasão holandesa, triunfante no Nordeste durante trinta anos, foi repelida pelo esforço dos filhos da região, sem auxílio eficaz de qualquer das outras capitanias nem da metrópole, às vezes disposta a cedê-la ao inimigo. Entretanto havia uma causa comum de revolta, causa mais que todas de molde a inspirar solidariedade: a guerra contra o incréu, destruidor da religião dominante entre as populações, até entre índios e negros, guiados por Camarão e Henrique Dias.

Condenadas quase ao isolamento, as populações viam com desconfiança a intromissão repetida de estranhos, sobretudo quando se realizavam em grandes massas à procura de riquezas. Atraindo a Minas Gerais paulistas e baianos, o ouro cavou entre eles rivalidades tremendas, agravadas por muito sangue derramado.

Qualquer veleidade de independência, surgida aqui ou ali, encontraria antes de tudo a invencível dificuldade de planejar o movimento e combinar-lhe os recursos com probabilidade de bom êxito. Seria forçoso localizá-lo, limitá-lo a uma só capitania, a um grupo reduzido de capitanias, e então havia para recear a oposição ou ao menos a indiferença das demais onde seria fácil organizar a resistência, impor a submissão e temerosos castigos.

A civilização rudimentar das massas populares não deixava contar com inspirações de ideal puro; só existia para movê-las o interesse pecuniário, que foi causa de várias insurreições e serviu de base aos planos da Inconfidência, ou a mágoa das humilhações impostas aos "cabras" pelos "marinheiros, marotos, pés de chumbo". De um e outro motivo havia matéria para formar a aspiração da Independência, único meio de liberar os brasileiros de tamanhos sofrimentos.

Desde os fins do século XVIII um século de homens, capaz de mover e conduzir o povo, alimentava o desejo de sublevá-lo.

A emancipação das colônias inglesas da América do Norte e a Revolução Francesa eram os dois grandes exemplos para estimulá-los; mas duas vezes falharam-lhes as tentativas, uma durante a conspiração; outra após a execução; uma tentativa explorou o interesse dos espoliados; a outra as queixas dos humilhados.

Em Minas Gerais, a suspensão da medida destinada a servir de base ao movimento, a cobrança de um imposto em atraso tirou o pretexto

de indispor e levantar as gentes; em 1817 o abandono de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande pelas demais capitanias, deixou-os expostos à derrota e à expiação. O grande escolho das distâncias demonstrou qual seria o fim de qualquer luta encetada sem o preparo do país inteiro ou da maior parte dele, pelo menos de um grupo de províncias, das mais ricas e populosas.

Contudo, ainda que essa maior parte triunfante, haveria o risco do desmembramento, quem sabe se definitivo, a despeito de ulterior emancipação da parte estranha à luta inicial. Em Minas a presença da autoridade portuguesa conjurou o perigo, em Pernambuco a vizinhança dessa autoridade na Bahia, intensa ou indiferente à revolução, ofereceu prontamente resistência e abateu-a.

O Brasil estava, pois, arriscado a ter a sorte dos grandes vice-reinos espanhóis, desmembrados nas guerras da independência e nunca mais recompostos. O exemplo das colônias inglesas não era símile a nenhum deles. Elas eram dispersas, não formavam um corpo; uniram-se para a guerra; vencedoras, conservaram-se unidas e acharam na federação a forma admirável de prender-se; as províncias dos vice-reinos espanhóis, como as capitanias do Brasil, ao contrário, separaram-se para lograr a independência, e quando vitoriosas, mantiveram-se estranhas. Mas naquela época faltava às colônias espanholas a atração da Coroa, quebrada pela invasão francesa e o cativeiro do rei. Descrentes de ver restaurada a autoridade do soberano, entregues a governos precários e falhos de recursos, abandonados, quase sozinhas, foi-lhes fácil insurgir-se e vencer, sobretudo porque entre si se ajudaram.

Em relação ao Brasil, porém, esse enorme poder deslocara a sua sede, buscara-o para nele instalá-la, fizera-o o centro da monarquia. Dentro de poucos anos após esse grande acontecimento, a categoria do país era elevada a Reino, a par da de Portugal; de fato era-lhe até superior, por ser-lhe agora a metrópole. Só então começou a formar-se a ideia da unidade política e a robustecer-se a consciência da unidade nacional, o interesse dos destinos comuns. Nos primeiros tempos, porém, a ideia de independência não ganhava força, antes talvez perdesse. O Brasil lisonjeava-se da sua nova posição, de figurar entre as potências, de vê-las representadas na sua corte. Por outro lado o príncipe regente, depois rei, pela cordura do caráter criara

em torno do seu nome forte auréola de simpatia para opor à ideia de República, forma sob a qual teria de tentar-se a emancipação do país.

No entanto, a despeito de tudo isso a abertura dos portos permitia infiltrarem nas camadas mais altas da população, inclusive até os militares, as ideias de soberania popular e governo representativo, que agitavam a Europa desde a revolução francesa e haviam irrompido na Espanha, no Piemonte e em Nápoles. O próprio príncipe herdeiro foi atingido por semelhante contágio; em sertões longínquos, os valores encontravam no solo a semente importada, agora já regada do sangue de alguns mártires.

Em Portugal também a tinham semeado em bom terreno, adubado dos desgostos de toda a nação, abandonada da dinastia por quem debalde chamava. O rei cometia o grande erro de não voltar nem mandar o filho em seu lugar e resistia não só às súplicas dos seus súditos, mas ainda aos conselhos, quase à pressão dos seus aliados. A situação do país, decaído da sua preeminência histórica e reduzido ao semiproconsulado de um general inglês, permitiu primeiro uma conspiração em 1817, depois uma revolução em 1820. Entre os dois sucessos mediou muito menos tempo que entre a Inconfidência de Minas e a efêmera República de Pernambuco; mas houve sobre estas a vantagem do triunfo final.

O rei teria ensejo de salvar a autoridade da Coroa, se ouvira Palmela em vez de Tomás Antônio. Forçado a jurar uma Constituição inexistente, quando poderia ter outorgado outra como graça, anulou-se perante as Cortes, convocadas à sua revelia, e diminuiu-se até no Brasil, onde por certo era amado. Pouco mais de dois meses bastaram para partir, também contra a vontade. Recebido quase como prisioneiro, parecia de longe ainda mais, a sombra de um soberano; mas essa própria sombra inspirava simpatia e gerava contra as Cortes o desfavor que elas próprias fariam crescer pelo seu desazo.

Desde que o rei se ausentara, os laços que começavam a apertar-se entre as províncias, afrouxavam de novo; as energias despertadas pela sua presença e destinadas a solidificar os elementos diluídos no meio dispersivo, onde elas vagavam, voltaram a empregar-se na luta das facções, onde o espírito local se exacerbava e fugia cada vez mais ao interesse superior da vida nacional. O príncipe desfez a 21 de abril, com a dissolução sanguinolenta da assembleia dos eleitores, a confiança momentaneamente

inspirada aos liberais a 26 de fevereiro pelo concurso trazido ao juramento da Constituição. Receavam os povos vir seguir-se ao brando governo de d. João VI uma regência de ferro e fogo. Mas as Cortes mudariam o estado dos ânimos e dentro em pouco tempo fariam de d. Pedro o centro das reivindicações brasileiras. Faltava-lhes a capacidade de compreender os fenômenos da transplantação dos portugueses ao Brasil e o enraizamento de muitos deles, o príncipe, estadistas, comerciantes, gente do povo, a nova terra seivosa e fecunda, à qual se os não podia arrancar. A política de recolonização do Brasil encerrava dois erros. Fazia-o perder a situação adquirida no Reino Unido, levava-o ao desespero, impelia-o a procurar na separação transitória ou na independência definitiva o meio de evitar tal humilhação, dava aos brasileiros um ideal, a que até então faltara inspiração eficaz. De outro lado, magoava a fundo a dignidade do príncipe herdeiro, reduzindo-lhe a autoridade quase soberana delegada pelo rei; irritava-o e feria-lhe o amor-próprio, rebaixando-o de regente à condição de menor, a viajar pela Europa entregue à direção de aios. A cegueira das Cortes não lhes deixava ver quanto seria fácil aos brasileiros explorar em benefício próprio a ambição de D. Pedro, que transluzia em todos os acontecimentos donde resultara a partida do rei.

A visão que faltara a d. João VI para calcular as consequências do seu propósito de não ir nem mandar o filho a Portugal, abriu-se com toda luz no momento do regresso forçado. Desiludido do seu poder, receoso das inconstâncias do príncipe, lobrigou a independência do Brasil, contra quem dir-se-ia prever os desacertos das Cortes ou do herdeiro do trono. Aconselhou-o então a não se deixar perder para a dinastia a maior parte de seu Império.

A decisão do Fico retomou os laços das províncias e os foi pouco a pouco cerrando. Começaram elas a sentir de novo a atração da Coroa, o nexo político que lhes faltara sempre durante a vida colonial e cuja ação, apenas experimentada, tão depressa lhes fugira. São Paulo e Minas Gerais auxiliaram o Rio de Janeiro a expulsar as tropas de Avilez, como depois Pernambuco levou seu contingente para libertar a Bahia das forças de Madeira: o Ceará e o Piauí correram em socorro do Maranhão, ajudando-o a vencer a resistência da capital e incorporar-se ao Império. O "cativeiro do Rei" era a fórmula mágica de atração, destinada a falar à imaginação públi-

ca. Se o soberano de fato não reinava e ninguém poderia calcular quanto tempo seria assim; se em seu lugar reinavam as Cortes, e reinavam contra o Brasil, nesse caso a representação da Coroa residia no príncipe regente e antes lhe obedecer que obedecer a um poder recente e hostil.

Dezesseis meses durou a luta angustiosa em que d. Pedro ora avançava, ora recuava; as províncias ora o procuravam, ora lhe fugiam; a tropa se insurgia, ora se sujeitava; os portugueses, uns se exasperavam, outros se achegavam. Tudo isso mostrava que se o príncipe tivesse partido para Portugal, quaisquer tentativas de independência encontrariam em todos esses elementos vacilantes imensas dificuldades para vencer. A revolução estava feita nos espíritos, mas as revoluções só se realizavam com o concurso de um braço executor. Os homens de pensamento desencadeiam na esfera das consciências as ideias novas de reivindicações, agitam sentimentos, desenvolvem paixões; entretanto, não empreendem a ação violenta para destruir a ordem estabelecida, sem surgir o chefe capaz de agremiar e conduzir as forças dispersas, irmanadas pela identidade moral de aspirações e intuitos, mas separadas por falta de um laço de união física, de ação pessoal, coordenadora e motora, d. Pedro era o braço mais próximo e eficaz. Desobedecendo ao rei e às Cortes para ficar no Brasil; pondo-se à frente de tropas brasileiras para abrir guerra a tropas de Portugal; afrontando o risco de perder a sucessão da Coroa para haver um trono ainda por construir, ele aparecia como o chefe ambicionado, eleito pela nação para conduzi-la ao seu destino.

Havia mais de dez anos a lição de continente estava mostrando aos europeus da independência quão rude seria a tarefa por empreender sem o consenso do próprio regente. Ele era o poder permanente e estável que se tornaria ao mesmo tempo o centro de organização das forças brasileiras e o centro de atração dos elementos portugueses, inclinados a proferir a parte da nação a destacar-se do Reino Unido. As dissensões existentes e irreconciliáveis entre o grupo de Ledo e o grupo dos Andradas, bem como a desagregação de províncias poderosas, dominadas por facções locais, teriam espalhado a praga da caudilhagem, já atrasando a organização política das regiões do país que proclamassem a independência, já aumentando o desvio das que optavam pela união com Portugal desde a revolução promovida pela corte. Ter-se-ia reproduzido no Brasil o problema das províncias

argentinas, consumindo cerca de meio século num combate desesperado para conseguirem a unidade nacional, que a ambição dos caudilhos e o espírito separatista não deixavam atingir.

No Prata, essa unidade tinha a seu favor a geografia do país, dominado pelo estuário do grande rio, em cuja boca, disputando a chave da federação por formar, Buenos Aires era o centro natural e propício a um governo central. O Brasil, porém, era uma enorme fachada, voltada para o mar, sobre o qual se abriam todas as portas de entrada, acessíveis à reação portuguesa e às revoluções que a separação provesse.

Só onze meses depois da independência, caíram na Bahia, no Maranhão e no Pará os últimos redutos de resistência ao governo do Rio. No exílio escreveu José Bonifácio: "Sem a monarquia não haveria um centro de força e união e sem esta não se poderia resistir às Cortes de Portugal e adquirir a Independência Nacional."[1]

Os contemporâneos esquecem facilmente os serviços ainda ontem galardoados com seus aplausos. Vivendo os dias correntes, onde as aspirações de cada momento exigem soluções, que nem sempre os satisfazem, consagram ou repudiam os homens, conforme lhes julgam a última ação. As multidões procedem nesse caso como os indivíduos, a quem a recusa do último favor pedido indispõe contra o dispensador de benefícios anteriores. É preciso sempre contentá-las. Por isso, só o juízo dos vindouros é isento de interesse contínuo a respeito da mesma pessoa; dos antepassados eles nada mais pretendem; já herdaram, quanto havia para herdar; e lhes avaliam a benemerência de acordo com a extensão do legado. Fatos a que os coevos atribuíram demasiada importância, aparecem-lhes tênues como a poeira dos caminhos. Os pósteros só levam em conta os grandes acontecimentos da História, os materiais resistentes que formam a estrutura das nações. Muitas vezes esses materiais foram trazidos por homens, nos quais a moral do tempo apontou falhas, única cousa que as gentes da sua época quiseram ou puderam ver. Entretanto, a posteridade ou não as tem por nocivas ou nem sequer as enxerga entre tanto benefício que as envolve: só lhe interessam os grandes resultados que se projetaram sobre os seus destinos. O seu olhar é sobretudo de síntese, das grandes sínteses em que se

---

1 Martim Francisco. *Op. cit.,* pág. 164.

cristalizam os esforços do passado. Por isso, nunca ela consegue obrigar os anões, gigantes aos olhos dos contemporâneos e dá proporção gigantesca a figuras que a sua maioria não lograva medir.

Só não decaem no conceito da sua época os heróis mortos na peleja ou logo após o triunfo, sem haver tempo de apedrejá-los. Os erros cometidos pelo príncipe nada valem diante do serviço inestimável de constituir-se o núcleo de atração das províncias e tornar possível a independência com a incorporação de todas elas ao Império. Esta é a sua glória no Brasil. Outra ele conquistou além dos mares.

. . . .

Índice onomástico

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

T

U

V

História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, que é nosso primeiro historiador. Sua História do Brasil, inédita durante mais de dois séculos, foi pela primeira vez publicada em 1889, pela Biblioteca Nacional, segundo informa a introdução de Capistrano de Abreu. Este volume tem informações importantes de cunho historiográfico, além de dados sobre a nova terra portuguesa nas Américas. Há também opiniões ousadas como, por exemplo, afirmar que os colonos deviam aventurar-se pelo interior do Brasil, avançar para o oeste, "sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos".

A História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, abrange o período desde o descobrimento e chega até a época do governo de Diogo Luís de Oliveira.